

Edição 32 - Vol. 12, nº1

Jan./Abr. 2020

ISSN: 1984-6150

# Temporalidades

Revista de História



## Dossiê Temático Pensar e fazer cidades: história urbana e patrimônio cultural

Revista Discente do Programa  
de Pós-Graduação em História da UFMG  
[www.fafich.ufmg/temporalidades](http://www.fafich.ufmg/temporalidades)

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2020.

Quadrimestral a partir de 2013  
Títulos e resumos em português e inglês  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>  
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

**Publicação Indexada**

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

**Endereço:**

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)

*homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2020.

## Expediente

### Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

### Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

### Departamento de História

Chefe: Alexandre Almeida Marcussi

### Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Mauro Lúcio Leitão Condé

### Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### Comissão Editorial 2019/2020

Allysson Fillipe Oliveira Lima  
Ana Luisa Ennes Murta e Sousa  
Gisele Gonçalves Dias Pinto  
Henrique Rodrigues Caldeira  
Kelly Morato de Oliveira  
Laura Jamal Caixeta

### Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)  
Adriana Vidotte (UFG)  
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)  
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)  
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Bruno Tadeu Salles (UEG)  
Carlos Alvarez Maia (UERJ)  
Diego Omar da Silveira (UEA)  
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)  
Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)  
Francismary Alves da Silva (UNIR)  
George F. Cabral de Souza (UFPE)  
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)  
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)  
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)  
João Pinto Furtado (UFMG)  
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)  
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)  
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)  
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)  
Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Mílene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)  
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

### Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)  
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

### Revisão

Allysson Fillipe Oliveira Lima  
Ana Luisa Ennes Murta e Sousa  
Gisele Gonçalves Dias Pinto  
Henrique Rodrigues Caldeira  
Kelly Morato de Oliveira  
Laura Jamal Caixeta

### Diagramação

Laura Jamal Caixeta

### Capa

Imagem Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, nos anos 1960  
Fonte: Página Fotos Antigas de Belo Horizonte - Facebook:  
<https://www.facebook.com/fotosantigasbh/photos/a.907996465945179/1077805728964251/?type=3&theater>  
Montagem por Gisele Gonçalves Dias Pinto

### Open Journal Systems/Banco de Dados

Allysson Fillipe Oliveira Lima  
Henrique Rodrigues Caldeira

## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adriana Mattos de Caúla e Silva (UFF)	Erivaldo Sales Nunes (IFBA)
Agata Natalia Bloch (Universidade de Varsóvia)	Eulalia Maria Aparecida de Moraes (UFPR)
Aiano Bemfica Mineiro (UFMG)	Evandro Cardoso do Nascimento (UFPR)
Alba Cristina Couto dos Santos (IFRS)	Fabiana Generoso de Izaga (UFRJ)
Alcilene Cavalcante de Oliveira (UFG)	Fabiano Garcia (UFSC)
Aline Vaz (Universidade Tuiuti do Paraná - UTP)	Fabio Costa Peixoto (UERJ/IFSudesteMG)
André Barbosa Fraga (UFF)	Fernanda Barros dos Santos (UFF)
André Bonsanto Dias (UFF)	Flávia de Freitas Souza (UDESC)
André Felipe Cândido da Silva (Fiocruz)	Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (UFRN)
Aparecida Luzia Alzira Zuin (UNIR)	Frank Andrew Davies (UERJ)
Begonha Eliza Hickman Bediaga (Jardim Botânico do RJ)	Gabriel Jose Pochapski (UNICAMP)
Breno Martins Campos (PUC-Campinas)	Georgiane Garabely Heil Vazquez (UFP)
Brian Gordon Lutalo Kibuuka (UFF/UEFS)	Geraldo Barbosa Neto (PUC-SP)
Bruna Marina Portela (UFPR)	Gerson Leite de Moraes (UNICAMP)
Bruno José Rodrigues Durães (UFRB)	Gislaine Gonçalves Dias Pinto (UFMG)
Caio Floriano dos Santos (FURG)	Gizele Zanotto (UFSC)
Cairo de Souza Barbosa (PUC-RJ)	Guilherme Dias (UFMS)
Cândido Domingues (UNEB)	Gustavo Rodrigues Rocha (UEFS)
Carlos Eduardo Pinto de Pinto (UERJ)	Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa (UFBA)
Carlos Roberto da Silva Machado (FURG)	Helson Flavio da Silva Sobrinho (UFAL)
Carolina Dellamore Batista Scarpelli (UFMG)	Henrique Moreira Mazetti (UFV)
Clésio Barbosa Lemos Júnior (UNICAMP)	Hugo Mateus Gonçalves Rocha (UFMG)
Clésio Barbosa Lemos Júnior (IFMG)	Isabela Gomes Parucker (UNB)
Daniel Lopes Saraiva (UDESC)	Isabela de Oliveira Dornelas (UFMG)
Daniel Tochetto de Oliveira (UFRGS)	Ismar da Silva Costa (UFG)
Danilo Celso Pereira (USP)	Ivan Cavalcanti Filho (UFPB)
Danilo Mendes Piaia (USP)	Ivanilde da Conceição Silva (UFMA)
Darlan de Mamann Marchi (UFPEL)	Jackelina Pinheiro Meira Kern (UFBA)
Diego Omar da Silveira (UFAM)	Jaqueline de Jesus Hoiça (UNIVILLE)
Edson Silva de Lima (UERJ)	Jérri Roberto Marin (UFMS)
Eduardo Possidonio (UFFRJ)	Joachin Azevedo Neto (UPE)
Eduardo Roberto Jordão Knack (UFPel)	João Ricardo Costa Silva (UFMA)
Edvaldo Rodrigues (UFC)	Jonatas Roque Ribeiro (UNICAMP)
Elison Antonio Paim (UNICAMP)	Jorge Pagliarini Junior (UFGD)
Eliza da Silva Vianna (Fiocruz)	José Elias Pinheiro Neto (UEG)
Eliza Teixeira de Toledo (COC-Fiocruz)	Josiane Silvéria Calaça Matos (IF Goiano)
Eloisa Beling Loose (UFRGS)	Juliana Oakim Bandeira de Mello (UFF)

- Kelvin Emmanuel Pereira da Silva (Museu Militar do Comando Militar do Sul)  
Lidiane Maria Maciel (UNICAMP)  
Liliane Tereza Pessoa Cunha (UFRN)  
Leonardo Marques de Mesentier (IPHAN)  
Leonel Brizolla Monastirsky (UEPG)  
Letícia Castilhos Coelho (UFRJ)  
Lidiane Maria Maciel (UNICAMP)  
Loque Arcanjo Junior (UEMG)  
Luciana Massami Inoue (USP)  
Luciana Pessanha Fagundes (FGV)  
Lucília Santos Siqueira (UNIFESP)  
Luís Henrique Haas Luccas (UFRGS)  
Luiz Alberto Ribeiro Freire (UFBA)  
Luiz Felipe Anchieta Guerra (UFMG)  
Luzmara Curcino (UFSCar)  
Lyvia Vasconcelos Baptista (UFRN)  
Marcel Álvaro de Amorim (UFRJ)  
Marcel Pereira da Silva (USP)  
Marcelo Fernandes Carnevale (USP)  
Márcia Evangelista Sousa (UFPE)  
Márcia Leitão Pinheiro (UENF)  
Marcio André Araújo de Oliveira (UFRJ)  
Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes (UFSC)  
Marcos Jovino Asturian (Unisinos)  
Margareth Gomes de Figueiredo (UEMA)  
Maria da Conceição Farias da Silva Gurgel Dutra (UFPB)  
Maria do Carmo Pagan Forti (Universidade Católica Portuguesa)  
Maira Eveline Schmitz (IFFAR)  
Maria Isabela Mendonça dos Santos (UFF)  
Mariana Pastana (UFRJ)  
Mariana Ramos de Moraes (PUC/MG)  
Mateus Andrade Rezende (UFJF)  
Mateus Barroso Sacoman (UNIFAI)  
Natália Frazão José (UNESP)  
Natanael de Freitas Silva (UFRRJ)  
Neandro Vieira Thesing (UFMS)  
Otair Fernandes (UFRRJ)  
Otávio Erbereli Júnior (USP)  
Patrícia Vargas Lopes de Araujo (UNICAMP)  
Paula Rejane Fernandes (UFES)  
Paulo Cesar Inácio (UFU)  
Paulo Julião Da Silva (UFPE)  
Paulo Marcos Esselin (UFMS)  
Paulo Ricardo Moura da Silva (UNESP)  
Pedro Parga Rodrigues (UFRRJ)  
Pollianna Gerçossimo Vieira (UFOP)  
Rafael Balseiro Zin (PUC-SP)  
Rafael Gonzaga Macedo (UNIMEP)  
Raick de Jesus Souza (UFBA)  
Raimundo Pereira Alencar Arrais (UFRN)  
Renata Costa Reis de Meirelles (USP)  
Renata Romualdo Diório (USP)  
Renata Santos Maia (UFSC)  
Roberta Sampaio Guimarães (UERJ)  
Robert Moses Pechman (UFRJ)  
Rodrigo Christofoletti (UFJF)  
Rodrigo Francisco Dias (IFMG)  
Rodrigo Goyena Da Silveira Soares (UNIRIO)  
Rozely Menezes Vigas Oliveira (UERJ)  
Sérgio Marcelino da Motta Lopes (UNIVASF)  
Shirleide Pereira da Silva Cruz (UNB)  
Tatiana Colasante (UFMA)  
Tatiana Hora Alves de Lima (UFMG)  
Thiago Henrique Oliveira Prates (UFMG)  
Thiago Monteiro Bernardo (UFRRJ)  
Thuca Kércia Moraes de Lima (UFCEG)  
Vivian Prado Pereira (UFJF)  
Wanderley Pereira da Rosa (Faculdade Unida de Vitória)  
Wesley Garcia Ribeiro Silva (UFPA)

## SUMÁRIO

**Editorial:** “Pensar e fazer cidades: história urbana e patrimônio cultural” .....12-16

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, Gisele Gonçalves Dias Pinto e Henrique Rodrigues Caldeira

### Dossiê

**Apresentação – (re)pensar e (re)fazer cidades**.....17-27

Philippe Urvoy

**A epopeia eternizada em bronze: o monumento aos heróis de Laguna e Dourados / An eternal epic in bronze: the monument to the heroes of Laguna and Dourados**.....28-50

Mariana Pastana

**A morfogênese urbana de Santa Maria/RS sob perspectiva social: uma análise das concessões de terrenos realizadas pela Câmara Municipal na segunda metade do século XIX / The urban morphogenesis of Santa Maria/RS under social perspective: an analysis of the land concession made by the City Council in the second half of the 19th century**.....51-68

Octávio Becker Neto

**Ambiente construído e paisagem natural: desafios para integração da natureza no processo de preservação do centro histórico de Tiradentes, MG / Built environment and Natural Landscape: challenges for integrating the environment in the preservation process of the historic district of Tiradentes, MG**.....69-92

Matheus Cássio Blach

**Apuntes en pro del desenvolvimiento patrimonial cultural de la ciudad de Ibagué, Colombia. Una perspectiva a partir de la promoción de su patrimonio artístico / Discernimentos acerca do desenvolvimento do patrimônio cultural da cidade de Ibagué, Colômbia. Uma perspectiva baseada na promoção de seu patrimônio artístico**.....93-105

Natalia Vanessa Ramírez

**Considerações sobre ferrovia e paisagem: O caso de Presidente Prudente e Rincão – SP / Consideraciones a cerca de ferroviarias y paisaje: El caso del Presidente Prudente e Rincão – SP**.....106-129

Luciana Massami Inoue e Elisabeth Mie Arakaki

**Das ruas ao memorial: monumentos, silenciamentos e o ensino de História** / From the streets to the memorial: monuments, silencing and the teaching of History.....130-152

Yuri Leonardo Rosa Stelmach

**Detetives do Patrimônio”: Uma experiência urbana de conhecimento histórico do patrimônio cultural de Sobral-CE** / “Heritage Detectives”: An urban experience of historical knowledge of cultural heritage in Sobral-CE.....153-172

Edcarlos da Silva Araújo e Ana Carolina Araújo Martins

**Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca** / From the “embarrassing show” to the “rapa”: press, repression naturalization and the building up of the figure of street vendors in the carioca imaginary.....173-200

Vítor Henrique Guimarães Lima

**“Ehhh! Cabeça de Cuia!!!”: memória e cidade na obra musical de Teófilo Lima (1994-2018)** / “Ehhh! Cabeça de Cuia!!!”: memory and city in the musical work of Teófilo Lima (1994-2018).....201-222

Gustavo Silva de Moura

**Equilíbrio, ação e oração: A luta dos moradores de Contagem (MG) contra a poluição da fábrica Itaú nos anos 1970** / *Balance, action and prayer: The struggle of residents of Contagem (MG) against air pollution of the Itaú factory in the 1970s*.....223-254

Renata Cristina Silva

**Entre a patrimonialização e a incompreensão: A visão dos moradores do bairro Lagoinha, Belo Horizonte, em relação ao processo de tombamento histórico e cultural do conjunto urbano da região** / Between patrimonialization and incomprehension: The vision of the residents of the Lagoinha neighborhood, Belo Horizonte, in relation to the process of historical and cultural overturning of the urban complex in the region.....255-274

Márcio Mota Pereira

**Entre muros, a cidadela: o cinema como expressão dos countries argentinos** / Between walls, the citadel: the cinema as an expression of Argentine countries.....275-289

Suelen Caldas de Sousa Simião

**História e política no processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto** / History and politics in the process of patrimonialization Ouro Preto city.....290-302

Jussara Duarte Soares Dias

**Memória e imaginários: estudo sobre a composição do Patrimônio Cultural material de Juiz de Fora (MG)** / Memory and imaginaries: study on the composition of the material cultural heritage of Juiz de Fora (MG).....303-324

Dalila Varela Singulane

**Memória Social e Esquecimento: O Jornal no Processo de Enquadramento da Memória** / Social Memory and Forgetting: The Newspaper and the Process of Framing Memory.....325-343

Ana Carolina Miranda da Silva e Ana Paula Poll

**Neoclássico e usos do passado no centro urbano do Recife: o caso da ponte Maurício de Nassau** / Neoclassical and uses of the past in Recife: the case of bridge Maurício de Nassau.....344-372

Rafael Arruda Silva

**Obras públicas, planos urbanísticos e transformação do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948- 1975)** / Public works, urban plans and transformation of the urban space: the case of Rio de Janeiro (1948-1975).....373-393

Pedro Sousa da Silva

**O “Álbum de Ponta Grossa” (1936): representações visuais da cidade** / The Ponta Grossa Album (1936): visuais representations of city.....394-412

Audrey Franciny Barbosa

**O ensino de história em educação patrimonial a partir da (re)construção de narrativas e a representatividade feminina no processo educativo** / Teaching history in heritage education from narrative (re)construction and female representativity in the educational process.....413-434

Ana Carolina Martinez

**O processo de invisibilidade do Palácio do Comércio de Porto Alegre** / The invisibility process of the Porto Alegre Palace of Commerce.....435-458

Caroline Hädrich

**Para pensar a história urbana: construção das cidades e conflitos ambientais** / To think about urban history: building cities and environmental conflicts.....459-480

Vivian Prado Pereira e Eder Jurandir Carneiro

**Pensar o Centro Histórico de Manaus frente ao processo de normatização: relatos, memórias, vidas e vindas / Thinking about the Historic District of Manaus in the face of the regularization process: Narratives, memories, lifes and paths.....**481-508

Matheus Cássio Blach, Mauro Augusto Dourado Menezes, Leandro Eustáquio Gomes, Yara Araújo Magabi, Luciane da Silva Queroga, Rebeca Nunes de Melo e Silvio Márcio Freire de Alencar Filho

**Políticas Habitacionais e a Luta das Ocupações Urbanas no Brasil: Desigualdade, Financeirização e Insurgência nas/das Cidades / Housing Policies and the Struggle for Urban Occupations in Brazil: Inequality, Financialization and Insurgency in/of Cities.....**509-535

Aiano Bemfica Mineiro

**Roma: cidade eterna, o caminho dos embaixadores / Rome: eternal city, the way for ambassadors.....**536-549

Luciano Cesar da Costa

## Artigos Livres

**A Alma do Corpo Místico: o papel das relações sociais no conflito entre irmãos carmelitas no Recife setecentista / The Soul of the Mystical Body: the role of social relationships in the conflict between Carmelite members in Recife in the 18th century.....**550-569

Rafael Lima Meireles de Queiroz

**A construção social da loucura e o suplício de um louco no conto "André louco" de Bernardo Élis / The social construction of madness and the torment of a madman in the short story "André mad" by Bernardo Élis.....**570-587

Marcos Delson da Silveira e Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

**A marca discursiva da seca como entrave à civilização em A Normalista de Adolfo Caminha (1893) / The discursive mark of drought as an obstacle to civilization in A Normalista by Adolfo Caminha (1893).....**588-602

Francisco Wilton Moreira dos Santos

**As casas no caminho do Rio São Francisco / The houses on the São Francisco River path.....**603-618

Jackelina Pinheiro Meira Kern e Marise de Santana

**As devoções carmelitas na perspectiva global: a influência das práticas devocionais dos séculos XVI-XVIII na cristandade ocidental / Carmelite devotions in the global perspective: the influence of devotional practices of the 16th-18th centuries on western Christianity.....**619-635

Nívea Maria Leite Mendonça

**Demandas da sociedade civil nos espaços de participação do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Ponta Grossa - Pr / Civil society demands in the participation areas of the Master Plan and Urban Mobility Plan of Ponta Grossa – Pr.....**636-663

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco, Juliana Yuri Kawanish, Reidy Rolim de Moura e Sandra Maria Scheffer

**Disputa e conflito entre indivíduos socialmente marginalizados na cidade de São Paulo: uma análise do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963), de João Antônio, e do filme “A Margem” (1967), de Ozualdo Candeias / Dispute and conflict between socially marginalized individuals in the city of São Paulo: an analysis of the short story “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963), by João Antônio, and the movie “A Margem” (1967), by Ozualdo Candeias.....**664-680

Vinícius da Cunha Bisterço

**Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão / Enfrentamientos al acoso homofóbico en la escuela: invitación a la reflexión.....**681-701

José Geovânio Buenos Aires Martins, Adauto Neto Fonseca Duque, Juscelino Francisco do Nascimento, Maria Greuvânia Buenos Aires Martins, Janaína Alvarenga Aragão e Evandro Alberto de Sousa

**Ficção e história em O Cavaleiro Inexistente, de Ítalo Calvino / Fiction and history in The Nonexistent Knight, by Italo Calvino.....**702-717

Wemerson Felipe Gomes e Mayra Martins Pereira

**Mulheres rés nos sertões oitocentistas: o caso de aborto de Maria Paulina / Defendant women in the 19th century hinterlands: the case of Maria Paulina’s abortion.....**718-735

Iris de Freitas Campos

**Quem eles pensam que são?: Identidade calvinista no Brasil contemporâneo / Who do they think they are?: Calvinist identity in contemporary Brazil.....**736-754

Pedro André Sousa Peixoto

**Os EUA e os curdos, uma história de Guerra Fria? / The US and the Kurds, a Cold War story?.....**755-782

Maria Raphaela Luchini Caldeira Campello

**Os tempos da crise em Tucídides / The times of the crisis in Thucydides.....783-796**

Matheus de Paula Silva

**Os legados de Paulo Freire e Greta Thunberg diante de um cenário brasileiro de embates político-ideológicos / The legacies of Paulo Freire and Greta Thunberg in the face of a Brazilian scenario of political-ideological clashes.....797-826**

Daniel Cardoso Alves

**O presidente sociólogo: a construção da imagem pública de Fernando Henrique Cardoso nas páginas do Jornal do Brasil (1994) / The sociologist president: the construction of Fernando Henrique Cardoso's public image on the pages of Jornal do Brasil (1994).....827-845**

Isabela Talita Corrêa de Souza

**O Tiro de Laço enquanto Patrimônio Imaterial do Rio Grande do Sul: um campo de conflitos / The Tiro de Laço as Intangible Heritage of Rio Grande do Sul: a field of conflicts.....846-867**

Angélica Beatriz Klafke e Éder da Silva Silveira

**Vida de freira, entre a vocação e a profissão: análise da formação religiosa no interior da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia (1927-1950) / Nun's life, between vocation and profession: analysis of religious formation within the congregation of the Sisters of Jesus in the Most Holy Eucharist (1927-1950).....868-881**

Luciene Carla Corrêa Francelino

## Transcrições

**Angola e Brasil nas tramas do comércio das almas.....882-894**

Crislayne Gloss Marão Alfagali, Gabriella Oliveira Silva Araújo, Jessica Dantas Tavares, Lara Oliveira Reis, Mariany Mathias Rosa dos Santos e Thaiany Izidio de Araujo

**Para a reconstrução e povoamento da vila da Praia: obras, comércio e liberdades concedidas aos moradores da ilha de Santiago, Cabo Verde, em 1652.....895-904**

Lucas Aleixo Pires dos Reis

## Resenhas

**COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. (Orgs.). Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.....905-910**

Karina de Oliveira Oyakawa

**LE BRETON, David. Desaparecer de si: Uma tentação contemporânea. [S. l.]: Editora Vozes, 2018.....911-915**

Alexia Henning

**MOURA, Breno Arsioli. A filosofia natural de Benjamin Franklin: traduções de cartas e ensaios sobre a eletricidade e a luz. São Bernardo do Campo: Editora da UFABC, 2019.....916-918**

Luiza Lima Dias

**QUINTA, Hugo. A trajetória de um libertário: Pietro Gori na América do Sul (1898-1902). Foz do Iguaçu: EdUnila, 2018.....919-923**

Rodrigo Mello Campos

**Subúrbios cariocas: Ontem e hoje.....924-929**

Raick de Jesus Souza

## **Entrevista**

**Entrevista com Tiaraju Pablo D’Andrea.....930-934**

**Entrevista com Yuri Mello Mesquita.....935-945**

## Editorial

### “Pensar e fazer cidades: história urbana e patrimônio cultural”

A chamada de divulgação deste dossiê temático, lançada em meados de fevereiro de 2020, afirmava, logo num primeiro momento, que a cidade está em crise. Àquela época, buscávamos fomentar discussões centradas na história urbana, das cidades e no patrimônio cultural que tratassem de discutir e refletir, entre outras questões, sobre passado, presente e futuro das conformações sociais, políticas, culturais e de memória que se constituem nos espaços urbanos. Não sabíamos, no entanto, que estaria por vir a maior crise sanitária dos últimos cem anos, por sua vez, responsável por evidenciar uma série de problematizações e reflexões que se mostram urgentes para debates em torno da experiência urbana.

Ao longo dos últimos meses, aqueles que puderam e podem permanecer em suas casas, se viram privados da cidade, como materialidade, mas também como entidade multifacetada capaz de conformar, sob inúmeros aspectos, a vida dos sujeitos e também a história. Outros muitos cidadãos, privados do direito de resguardarem suas próprias vidas, colocam também em voga uma série de discussões que são de nosso interesse aqui: em especial, é claro, a lógica cruel que distribui de forma desigual os privilégios e riscos. A pandemia que nos aflige escancara, ainda mais, a urgência de debates e ações que busquem pensar historicamente e, quem sabe, propor novas formas de vivermos nas/as cidades. Formas que produzam rupturas e construam, enfim, caminhos mais democráticos e igualitários pelos quais nossas relações com os espaços e territórios que nos circundam possam seguir.

A 32ª edição da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, traz o dossiê temático “Pensar e fazer cidades: história urbana e patrimônio cultural” que, hoje, se faz também em memória das 27 mil 276 mortes contabilizadas no Brasil<sup>1</sup>. Vítimas fatais de uma pandemia, mas também vítimas da desigualdade no direito à vida e das ameaças impostas por projetos políticos autoritários, pautados por ideais necropolíticos e pela recusa aos regimes de verdade e ao conhecimento científico.

---

<sup>1</sup> Dados informados às 17:24h do dia 29 de maio de 2020, disponível em: <https://www.covidvisualizer.com/>

Agradecemos aos autores que contribuíram com artigos para a composição do dossiê e ao historiador Philippe Urvoy, pelo excelente texto que apresenta e introduz o tema desta edição. Agradecemos ainda ao também historiador Yuri Mello Mesquita e ao Professor Tiaraju Pablo D'Andrea pelas importantes entrevistas que nos concederam, que também buscam reflexões necessárias e urgentes ao tema deste dossiê.

Finalmente, agradecemos aos autores que contribuíram com a seção de Artigos Livres:

Em *Os tempos da crise em Tucídides*, Matheus de Paula Silva busca discutir a obra *História da Guerra do Peloponeso* à luz das discussões e das conceituações de crise elaboradas por Reinhart Koselleck, Randolph Starn e Konrad Rüfiger Graf, a fim de problematizar os modos pelos quais Tucídides entende esse fenômeno disruptivo em suas relações com o tempo e com a guerra.

Em *As devoções carmelitas na perspectiva global: a influência das práticas devocionais dos séculos XVI-XVIII na cristandade ocidental*, Nívea Maria Leite Mendonça analisa as principais formas de devoção católica problematizando acerca de sua propagação, no contexto do século XVIII, destacando o papel das Ordens religiosas, nomeadamente a Ordem do Carmo, e o seu ideal missionário nesse processo. O artigo intitulado *A Alma do Corpo Místico: o papel das relações sociais no conflito entre irmãos carmelitas no Recife setecentista*, de Rafael Lima Meireles de Queiroz, traça o perfil social dos membros das Ordens Primeira e Terceira do Carmo do Recife que se envolveram em um conflito acerca da quantidade de dobres de sinos tocadas pela Igreja da Ordem Primeira devido ao falecimento de irmão leigo. Tal análise é feita a partir da documentação epistolar da Ordem Terceira do Carmo do Recife.

Ainda em meio à temática religiosa, Luciene Carla Corrêa Francelino, em seu texto *Vida de freira, entre a vocação e a profissão: análise da formação religiosa no interior da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia (1927-1950)*, parte dos debates promovidos pela história das mulheres com o objetivo de problematizar as noções de vocação e profissão religiosa no caso da vida eclesial feminina. *Quem eles pensam que são? Identidade calvinista no Brasil contemporâneo*, de autoria de Pedro André Sousa Peixoto, propõe-se a debater os conceitos de identidade relacional e situacional, bem como de representação, prática e apropriação, aplicados ao caso dos calvinistas brasileiros, que buscam se distinguir de outras alas protestantes no país.

Iris de Freitas Campos, partindo de uma perspectiva que concilia a análise histórica e a análise criminal dedica-se, em *Mulheres rés nos sertões oitocentistas: o caso de aborto de Maria Paulina*, a um estudo do caso com o objetivo de problematizar os modos pelos quais as mulheres se inseriam, no

século XIX, em práticas judiciárias orquestradas por homens. Assim, indica caminhos para um olhar generificado dessas relações.

*As casas no caminho do Rio São Francisco*, de Jackelina Pinheiro Meira Kern e Marise de Santana, promove um debate acerca de elementos do conjunto arquitetônico de Juazeiro e Petrolina, buscando compreender as formas pelas quais tais elementos constituem relações sociais, culturais, de memória e pertencimento com os moradores da região.

O artigo de Angélica Beatriz Klafke e Éder da Silva Silveira, intitulado *O Tiro de Laço enquanto Patrimônio Imaterial do Rio Grande do Sul: um campo de conflitos*, busca compreender como se deu o processo de patrimonialização do chamado Tiro de Laço (uma forma de competição), oriunda do Rio Grande do Sul, apresentando o dissenso concernente à sua formalização e institucionalização enquanto esporte.

As autoras Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco e Juliana Yuri Kawanish, em *Demandas da sociedade civil nos espaços de participação do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Ponta Grossa – PR*, buscam identificar os atores envolvidos na participação popular do Plano Diretor e na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana em Ponta Grossa – Pr. A pesquisa foi realizada por meio de oficinas e audiências públicas, que possibilitaram a coleta de dados para o desenvolvimento do trabalho.

O texto *Disputa e conflito entre indivíduos socialmente marginalizados na cidade de São Paulo: uma análise do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963), de João Antônio, e do filme “A Margem” (1967), de Ozualdo Candeias*, com autoria de Vinícius da Cunha Bisterço busca refletir sobre as relações de marginalização representadas nas obras mencionadas, de modo a compará-las sob uma perspectiva historicizante.

Wemerson Felipe Gomes e Mayra Martins Pereira, por sua vez, nos trazem em *Ficção e história em O Cavaleiro Inexistente, de Ítalo Calvino* uma reflexão acerca das relações, por vezes imiscuídas, entre discursos ficcionais e históricos. A partir da conceituação proposta por Hayden White aos “modos narrativos de representação”, os autores debatem as perspectivas narrativas elaboradas por Calvino ao representar três dos personagens contidos na obra.

Francisco Wilton Moreira dos Santos reflete sobre a ânsia por ideais civilizatórios, pautados por noções de progresso, em *A marca discursiva da seca como entrave à civilização em “A Normalista” de Adolfo Caminha (1893)*, buscando relacionar as questões impressas na obra com a Grande Seca que

atingiu o nordeste brasileiro em 1877, apresentada como impossibilidade no alcance dos mencionados ideais.

Também partindo do uso de fontes literárias, o texto *A construção social da loucura e o suplício de um louco no conto André louco de Bernardo Élis*, escrito por Marcos Delson da Silveira e Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, se dedica a problematizar as representações e caracterizações normalmente atribuídas à loucura, indicando, por fim, respostas que busquem abordar tal condição mental de forma menos estigmatizante.

Em *O presidente sociólogo: a construção da imagem pública de Fernando Henrique Cardoso nas páginas do Jornal do Brasil (1994)*, Isabela Talita Corrêa de Souza tem por objetivo delinear uma série de justificativas, interesses e estratégias adotados pelo Jornal do Brasil para apoiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994.

Daniel Cardoso Alves, em seu artigo *Os legados de Paulo Freire e Greta Thunberg diante de um cenário brasileiro de embates político-ideológicos* busca contrastar os discursos de nomes de grande relevância como Paulo Freire – para a educação – e Greta Thunberg – para o ativismo socioambiental – com os discursos políticos do presidente eleito do Brasil, de modo a destacar a impossibilidade de materialização das ideias proferidas por este último.

O artigo *Os EUA e os curdos, uma história de Guerra Fria?*, de Maria Raphaela Luchini Caldeira Campello, debate a situação dos povos curdos e as relações estabelecidas entre eles e os Estados Unidos da América no século XX, mas principalmente no contexto da Guerra Fria.

Já o artigo intitulado *Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão*, dos autores José Geovânio Buenos Aires Martins, Adauto Neto Fonseca Duque, Juscelino Francisco do Nascimento, Maria Greuvânia Buenos Aires Martins, Janaína Alvarenga Aragão, Evandro Alberto de Sousa, versa sobre como a questão do *bullying* homofóbico dentro das escolas e como as mesmas precisam buscar estratégias de enfrentamento no combate à homofobia.

Nossos agradecimentos também a Crislayne Gloss Marão Alfagali, Gabriella Oliveira Silva Araújo, Jessica Dantas Tavares, Lara Oliveira Reis, Mariany Mathias Rosa dos Santos e Thaiany Izidio de Araujo, responsáveis pela transcrição do documento *Angola e Brasil nas tramas do comércio das almas* e a Lucas Aleixo Pires dos Reis, por transcrever e comentar o documento *Para a reconstrução e povoamento da vila da Praia: obras, comércio e liberdades concedidas aos moradores da ilha de Santiago, Cabo Verde, em 1652*.

Agradecemos, por fim, aos que contribuíram com resenhas de livros para esta edição: Rodrigo Mello Campos, que resenhou *A trajetória de um libertário: Pietro Gori na América do Sul (1899-1902)*, de Hugo de Carvalho Quinta; Luiza Lima Dias, que resenhou *A filosofia natural de Benjamin Franklin: traduções de cartas e ensaios sobre a eletricidade e a luz*, organizado por Breno Arsioli Moura; Alexia Henning, que resenhou *Desaparecer de si: uma tentação contemporânea*, de David Le Breton; Karina de Oliveira Oyakawa, que resenhou *Nas tramas da 'cidade letrada': sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*, organizado por Adriane Vidal Costa e Claudio Maíz; e Raick de Jesus Souza, que resenhou *Diálogos suburbanos: Identidades e lugares na construção da cidade*, organizado por Joaquim Justino dos Santos, Rafael Mattoso e Teresa Guilhon.

Desejamos uma excelente leitura a todas e todos, com votos de que o futuro nos traga melhores ventos,

**Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, Gisele Gonçalves Dias Pinto e Henrique Rodrigues Caldeira**

## Dossiê Temático

### **Pensar e fazer cidades: história urbana e patrimônio cultural**

#### Apresentação - (re)pensar e (re)fazer cidades

**Philippe Urvoy**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
ph.urvoy@gmail.com

A cidade, na sua forma contemporânea, apresenta uma série de desafios à pesquisa histórica. Primeiramente pelas múltiplas e diversas realidades que ela concentra, densamente, em um mesmo recorte geográfico, mas também pelas complexas temporalidades que a atravessam, pelo seu modo veloz de expansão e transformação, marcado por uma sucessão ininterrupta de obras, demolições, reformas e remoções. O primeiro olhar direcionado ao centro de uma grande metrópole, neste início de século XXI, avista um amontoado de edifícios imponentes, andaimes e guindastes. Uma paisagem de concreto, luzes e vidraças que, como diria Walter Benjamin, parece em certos aspectos “já ser uma ruína” antes mesmo de começar a desmoronar (BENJAMIN, 2013, p. 195).

No entanto, um olhar mais atento, permitido pelo percurso lento do caminhante em qualquer território urbano, nota que tal paisagem abriga uma complexa e instigante teia de relações sociais. A reflexão sobre a história urbana construída pelas múltiplas vozes que compõem este dossiê temático da *Revista Temporalidades* nos convida justamente a lançar novos olhares sobre um território múltiplo e potente, que é muito mais que o recinto de um perpétuo colapso social, econômico e sanitário. A problemática proposta pelo dossiê – que poderia ser resumida desta forma: o que a história tem a nos dizer sobre a cidade? – dificilmente poderia ser levantada em melhor momento, neste ano específico que atravessamos. No momento exato em que os textos da presente publicação estão sendo reunidos e revisados, o ritmo frenético da vida urbana encontra-se parcialmente suspenso devido ao rápido alastramento de uma pandemia que

atinge, em primeiro lugar, as grandes megalópoles do mundo. Em todas as grandes capitais mundiais atingidas, de São Paulo a Londres, passando pela Cidade do México e Nova Iorque, a reorganização da vida social poderia ser resumida desta maneira: parte significativa da população urbana – composta principalmente por trabalhadores da saúde, de comércios de alimentação ou dos chamados serviços de aplicativos, em sua maior parte precarizados – encontra-se diariamente exposta à possibilidade de contrair um vírus com alto teor de propagação – gerando uma doença conhecida como COVID-19 – para garantir a proteção e alimentação de outra parte dos habitantes da cidade, que, por sua vez, segue um estrito regime de confinamento como forma de evitar a propagação da doença. Devemos ainda mencionar outra parte da população que se encontra mais diretamente exposta, não necessariamente pela natureza do seu trabalho, mas por ser impossibilitada de estar confinada, vivendo na rua ou em habitações promíscuas ou vulneráveis.

Perante o caráter súbito de alastramento da epidemia, o colapso da grande cidade globalizada enquanto modo dominante de vida em sociedade estaria se mostrando mais uma vez como iminente, segundo alguns, sinalizando uma possível ruptura de tempo histórico (ZIBECHI, 2020). Outros, no entanto, apontam para a resiliência do capitalismo contemporâneo, que saberia se reorganizar e se reinventar quando passam as crises que ele mesmo provoca, como comprova a história recente. Alguns historiadores aproveitam ainda para relembrar a recorrência das pandemias e crises sanitárias ao longo da história urbana, cujos possíveis exemplos não se limitam à época contemporânea. Ao olhar para o passado, lembremos da grande peste que assolou Atenas em 429 antes de Cristo e, posteriormente, os grandes portos da Itália no século XIV. Pensemos ainda nas epidemias de cólera, que, no meio do século XIX, atingiram Londres ou Rio de Janeiro, sendo esta cidade ainda abalada com um surto de febre amarela no mesmo período. Em todos esses episódios, as epidemias inspiraram posteriores políticas de reorganização e transformação desses centros urbanos, enquanto espaço de vida mas também de concentração do poder e da produção econômica.

Inclusive na última cidade citada. Perante o surto de febre amarela de 1850, a vida urbana do Rio de Janeiro foi fortemente impactada, sendo marcada pela interrupção momentânea da economia, o fechamento dos comércios e a fuga de grande parte da elite da capital para a serra de Petrópolis, em busca de um local arejado e livre de “miasmas”, para aguardar o fim da calamidade. Poucos anos depois, em 1855, a cidade enfrenta desta vez uma epidemia de cólera. A maior parte das vítimas da doença se encontram entre os escravos e os trabalhadores pobres do

porto, pelo fato de estarem em contato diário com os barcos de comércio chegando de terras estrangeiras, mas também por viverem em condições insalubres. Ao longo dessa segunda onda epidêmica, dois terços das vítimas foram negras ou pardas (EL KAREH, 2001; KODAMA, 2012). Tais epidemias inspiraram as primeiras iniciativas contundentes de racionalização do espaço urbano no país, que se desdobraram décadas depois nas reformas urbanas modernistas que transformaram a cidade, então capital da nova República, no início do século XX.

No entanto, mais de um século e meio depois, após sucessivas reformas urbanas modernistas realizadas no mundo todo, vemos que muitas das contradições estruturais da grande cidade se mantiveram, a começar pelo desequilíbrio na relação entre o modo de urbanização adotado e a presença secular dos elementos que compõem o ambiente natural ocupado. Se os efeitos da destruição dos ecossistemas, causados pelo modelo hegemônico de ocupação do solo, se tornam cada vez mais visíveis e irreversíveis nos dias de hoje, estes são fruto de escolhas, processos e conflitos históricos. Neste dossiê, uma reflexão sobre o tema nos é sugerida pelo historiador Yuri Mello Mesquita, ao longo de uma instigante entrevista. Ao explorar a relação entre história urbana e ambiental, ele destaca a importância de articular esses dois campos de pesquisa, para entendermos mais profundamente a relação que vincula o destino dos cidadãos urbanos “com os rios, com o lixo que produzem, com a fauna que se adaptou à vida nas cidades, com árvores das praças, parques e ruas (em) que transitam diariamente”. Uma relação que o ideal moderno de urbanização busca muitas vezes invisibilizar – seja ao desprezá-la ou enquadrá-la de forma tecnicista – e que cabe à pesquisa histórica evidenciar e problematizar.

Por outro lado, a sobre-exposição de determinadas zonas urbanas às sucessivas crises ambientais, econômicas ou sanitárias que atingem a cidade como um todo constitui um aspecto histórico que deve ser problematizado. A cartografia urbana da atual pandemia e de seus efeitos traz alguns indícios dessa continuidade histórica, lembrando o caráter altamente desigual do modelo de expansão urbana adotado nos dois últimos séculos na maior parte do mundo. Citando aqui apenas o exemplo da maior metrópole do hemisfério sul, a cidade de São Paulo vem demonstrando no momento atual a nítida territorialização das desigualdades sociais em sua região metropolitana. Em um mapa divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, podemos constatar a maior concentração de mortalidade ligada a pandemia de COVID-19 na Grande São Paulo nas áreas periféricas mais pobres da cidade<sup>1</sup>. Segundo outro estudo, divulgado

---

1 <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-18/no-mapa-do-coronavirus-na-cidade-de-sao-paulo-a-periferia-lidera-as-mortes-e-as-mulheres-adultas-sao-as-mais-infectadas.html>

pelo Núcleo de Operações e Inteligência em saúde da PUC-Rio, os pacientes negros ou pardos que não tiverem acesso à escolaridade têm 4 vezes mais chances de serem vítimas da atual epidemia<sup>2</sup>.

A manutenção histórica de tais contradições constitui uma das reflexões cruciais levantada por este dossiê, a começar pela entrevista do sociólogo Tiaraju Pablo d'Andrea, professor na UNIFESP e coordenador do CEP (Centro de Estudos Periféricos). Ele nos relembra que “a história da periferia urbana têm sido a história de sua luta”, não só por melhores condições de vida e por direitos na cidade, mas também “por visibilidade”. Nesse aspecto, ele destaca a necessária consolidação de uma nova “epistemologia” nas ciências humanas, baseada na perspectiva das “sujeitas e sujeitos periféricos”. Tal deslocamento do olhar poderia nos permitir analisar de forma profunda e crítica o processo histórico de “reprodução das desigualdades”, que marca a evolução da cidade contemporânea.

Por trás de conceitos atualmente debatidos publicamente, como imunidade de grupo e proteção da vida, encontramos um semelhante ideal de “segurança” construído homogeneamente como conceito estruturante da cidade contemporânea – especialmente no Brasil, e que não se aplica de forma equânime de uma zona urbana para outra. Tal modo de divisão, “diferenciação” e “hierarquização” dos espaços (MBEMBE, 2015, p. 45), que caracteriza doravante não apenas a cidade como o conjunto do território, se materializa nas inúmeras barreiras – físicas e simbólicas – e dispositivos de vigilância que atravessam e moldam nossa realidade urbana. Nesse contexto, a existência de bairros periféricos ou guetos – sejam estes favelas, *townships* ou *banlieues*, de acordo com o local – materializa a “não cidade” evocada por Tiaraju d'Andrea, território exposto aos efeitos das crises sistêmicas e à violência do Estado, que garante a proteção da cidade formal, habitada pelas classes média e média alta das grandes metrópoles do mundo.

Tal utopia de separação/proteção absoluta de determinadas zonas urbanas revela seu caráter extremo – como também vulnerável – ao longo do texto *Entre muros, a cidadela*, de Suelen Caldas de Sousa Simão, publicado neste dossiê. No artigo a autora analisa, pelas lentes da fonte cinematográfica, o modelo de “urbanização privada” representado pelos condomínios fechados, um modelo urbano pautado pela “(in)diferença em relação aos outros”, que se equipara a uma forma de “morte da cidade”.

Mas essa dimensão estruturalmente segregada e excludente da cidade contemporânea não

---

2 <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/27/negros-sem-escolaridade-tem-4-vezes-mais-chances-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-mostra-estudo.ghtml>

se manifesta apenas na materialidade dos ambientes construídos, como também no campo simbólico e imaterial do discurso. O olhar historiográfico, nesse aspecto, desempenha um importante papel em nos ajudar a identificar os muros invisíveis que se ergueram ao longo do tempo entre grupos de habitantes na cidade. Este é um dos interesses do trabalho de Vítor Henrique Guimarães Lima, intitulado *Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”*, sobre a construção da figura do camelô no imaginário social da burguesia carioca.

Ao longo do dossiê, a consolidação de tal cidade segregada e dividida se apresenta como historicamente pontuada por episódios de conflitos e resistências: uma luta pelo espaço onde muitos aspectos da vida estão interligados, sejam estes sociais, econômicos, culturais ou ambientais. Vivian Prado Pereira e Eder Jurandir Carneiro, em seu trabalho, analisam a interligação dos conflitos sociais, urbanos e socioambientais no processo de formação da periferia de São João Del Rei. Trazendo outro exemplo da história urbana de Minas Gerais, o texto de Renata Cristina Silva, *Equilíbrio, ação e oração*, resgata a luta histórica dos moradores de Contagem, na década de 1970, contra a poluição atmosférica causada pelas fábricas da Cidade Industrial de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, lutas que se encontravam parcialmente enraizadas em um vasto movimento de moradores na região.

As lutas periféricas daquela época foram, em certos aspectos, pioneiras ao denunciar publicamente a degradação do meio-ambiente, causada pelo modelo de expansão urbana adotado, do impulso industrial das políticas juscelistas do pós-guerra ao “desenvolvimentismo autoritário” conduzido pela Ditadura Militar, sobretudo na década de 1970 (PRADO, 2011). A pesquisa histórica sobre o tema nos ajuda justamente a entender como as múltiplas contradições que atravessam a cidade que conhecemos são frutos de processos e escolhas históricas específicos. Tal reflexão vai na contramão de uma narrativa, comum no discurso da mídia atual, que costuma imputar a crise urbana ao desinteresse dos poderes públicos ou a “uma falta de planejamento”<sup>3</sup>. Pelo contrário, a pesquisa em história urbana nos mostra como as carências da cidade contemporânea que habitamos são também resultado de décadas de planejamento, marcado por uma hegemonia de interesses privados, ou de uma elite econômica ou política.

Esse aspecto é analisado com minúcia no artigo de Pedro Sousa da Silva, que reflete

---

3 A título de exemplo, podemos citar este artigo sobre o tema, produzido pela Companhia de Concessão de Rodovias e publicado no jornal G1 em julho de 2019, intitulado “Como o crescimento desordenado das grandes cidades afeta a mobilidade urbana”: (Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/inovacao-em-movimento/ccr/noticia/2019/07/05/como-o-crescimento-desordenado-das-grandes-cidades-afeta-a-mobilidade-urbana.ghtml>).

acerca das obras públicas e planos urbanísticos implementados na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1960, nitidamente influenciados por interesses privados. A dimensão socioeconômica de um crescimento urbano que raramente se deu de forma neutra ou espontânea também pode ser observada em núcleos urbanos de menor escala. Em seu trabalho sobre a constituição histórica da morfologia urbana de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Otávio Becker Neto analisa a morfogênese da cidade como fruto de uma complexa teia de relações sociais, sobre a qual influem diversos fatores, dentre os quais a “articulação de grupos, em sua maioria de vinculação parental e política, que se mobilizaram para a consolidação de interesses particulares permitindo aquisição e concentração de lotes urbanos ao longo do tempo”.

Por sua vez, os grupos sociais tradicionalmente excluídos dos espaços de decisão política também desenvolveram historicamente formas de adaptar a cidade às suas necessidades. Produziram dessa forma modos próprios de ocupação e produção do espaço urbano que se afirmam na história social urbana como dinâmicas de resistência. Evidenciado pelas lutas da Cidade industrial de Contagem, evocadas acima, tal aspecto também é analisado no texto de Aiano Bemfica Mineiro sobre as políticas habitacionais e a luta das ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte e no Brasil. O texto discute um tema crucial sobre o qual a historiografia tangencia, sendo este os modos antagônicos e não-hegemônicos de habitar o território urbano, que permeiam a história urbana recente.

Se a cidade é moldada historicamente pelo conflito social, podemos ver ao longo do dossiê esse embate histórico se desdobrar tanto no campo do território quanto no campo da memória, vendo como ambos possuem dimensões materiais e imateriais e se encontram interligados. Pelo fato de ocupar uma centralidade não apenas geográfica, mas também política e econômica em determinada região, muitas cidades se tornam um intenso palco de conflitos simbólicos e disputas memoriais que influíram em seu processo histórico de evolução. Esse aspecto se manifesta em cenários urbanos distintos, afastados no tempo e no espaço, seja na Roma do século XVIII, analisada no trabalho de Luciano Cesar da Costa enquanto “cidade eterna”, cuja urbanidade reverbera o eco de conflitos e interesses políticos de dimensão internacional. Observamos semelhantes contendidas simbólicas na cidade de Ouro Preto, capital da então província de Minas Gerais, no século XIX, descrita no texto de Jussara Duarte Soares Dias, que evidencia as disputas políticas envolvidas no processo de patrimonialização da cidade.

De um texto a outro, vemos como o conflito pela memória se concretiza na materialidade urbana, deixando suas marcas na produção e reprodução do espaço. Nesse aspecto, as pesquisas

históricas apresentadas nos ajudam a perceber como as decisões que prevalecem na preservação e valorização – ou no abandono – de determinado ambiente construído também correspondem a interesses políticos ou econômicos específicos. Este constitui um dos interesses do texto de Caroline Hädrich, sobre o que ela qualifica como “processo de invisibilidade” em torno do Palácio do Comércio de Porto Alegre. O texto de Yuri Leonardo Rosa Stelmach, intitulado *Das ruas ao memorial* nos leva a pensar sobre o papel da educação e da pesquisa, ao buscar evidenciar os silêncios e as ausências nas narrativas oficiais de valorização patrimonial.

Os processos de exclusão e segregação física do espaço urbano evocados mais acima têm por corolário um processo de apagamento e silenciamento da memória e identidade de determinados grupos sociais ou partes da cidade. Tal aspecto é analisado com precisão no texto de Dalila Varela Singulane sobre a formação histórica do Patrimônio Cultural material de Juiz de Fora, em Minas Gerais, marcado pela invisibilização da memória da população periférica e afrodescendente, em detrimento da cultura da elite local.

Em alguns locais, dito silenciamento reflete uma vontade deliberada de apagar determinados aspectos da história, deixando abertas na memória coletiva cicatrizes que subsistam na vida política contemporânea. Tal situação ocorre, por exemplo, em relação aos crimes de Estado praticados pelos regimes militares ao longo das ditaduras latino-americanas, cujo ciclo de implantação – a começar pelo Golpe de 1964 no Brasil – representa uma ruptura histórica ainda não totalmente encerrada, como lembrado por Paulo Arantes (2014, p. 282). Esse fenômeno histórico, como apontado pelo trabalho de Ana Carolina Miranda da Silva e Ana Paula Poll, tem seus principais lugares de memória localizados nas grandes cidades sul-americanas, sendo muitos deles invisibilizados. As autoras se baseiam no conceito de “enquadramento da memória”, proposto pelo sociólogo Michael Pollak, para analisar o processo de silenciamento das lembranças carregadas por lugares que serviram como locais de tortura durante a Ditadura Militar brasileira, na cidade do Rio de Janeiro.

As controvérsias que atravessam a memória urbana se tornam legíveis à medida que consideramos a cidade como fonte histórica a ser percorrida e decifrada. Perante o olhar atento do historiador, a construção de uma monumentalidade em torno de algum edifício ou o agenciamento de uma centralidade urbana classificada como patrimônio nos fornece informações preciosas sobre determinados projetos históricos e suas intencionalidades. Tais intenções e interesses podem estar vinculados a aspectos socioeconômicos, como no caso da ponte Maurício de Nassau em Recife, analisada no trabalho de Rafael Arruda Silva. Em seu artigo, o autor reflete

sobre os “usos do passado” associados a determinada infraestrutura urbana, para além de seu caráter aparentemente neutro e funcional, a serviço de um projeto histórico datado de “modernização”.

A valorização de determinado patrimônio urbano também pode participar da construção de uma memória política, vinculada por exemplo a uma narrativa nacionalista, como observamos no texto de Mariana Pastana sobre o processo de revestimento em bronze do monumento aos heróis de Laguna e Dourados, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em outros termos, a decisão de monumentalizar um aspecto histórico da cidade pode nos livrar preciosas informações sobre as intenções discursivas da elite política e urbana de certa época, como lembrado no texto de Audrey Franciny Barbosa sobre a constituição do Álbum de Ponta Grossa, na década de 1930, analisado pela autora como parte da consolidação de uma memória hegemônica sobre a cidade paranaense.

Ao lançar mão da fonte oral e dos métodos da investigação sociológica, algumas pesquisas focadas no tempo presente, evidenciam a disparidade que pode existir entre uma narrativa de patrimonialização urbana construída de cima para baixo, em relação à realidade e aos modos de vida dos habitantes do território afetado. Tal elemento ressaí da pesquisa de Márcio Mota Pereira, sobre “a visão dos moradores do bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, em relação ao processo de tombamento histórico e cultural da região”. Tal perspectiva também é adotada por Matheus Cássio Blach, Mauro Augusto Dourado Menezes, Leandro Eustáquio Gomes, Yara Araújo Magabi, Luciane da Silva Queroga, Rebeca Nunes de Mel e Silvio Márcio Freire de Alencar Filho que nos convidam a uma reflexão interdisciplinar sobre o Centro Histórico de Manaus e o “processo de normatização” decorrente do tombamento do mesmo. Os autores apontam para o “movimento dialético” que existe entre o que é definido “de cima” como patrimônio cultural, relevante a ser valorizado na cidade, e a forma pela qual o espaço urbano é inevitavelmente “apropriado” ou “subvertido” pelos “de baixo”, que habitam ou circulam nele, “revelando também, os contra usos do patrimônio cultural”.

Tais reflexões sinalizam a importância de uma discussão crítica sobre o sentido e a função social da patrimonialização do ambiente habitado, aspecto debatido pelo trabalho de Luciana Massami Inoue e Elisabeth Mie Arakaki sobre a relação entre paisagem e instalações ferroviárias nas cidades de Presidente Prudente e Rincão, no Estado de São Paulo. As autoras nos lembram como o patrimônio, para ser pensado no plural e como legado efetivo de toda comunidade, não pode representar um “engessamento histórico da paisagem”, mas deve abarcar de fato a realidade

ampla do local – no seu aspecto social, cultural e ambiental.

Tal reflexão crítica também é proposta por Matheus Cássio Blach, que reflete sobre a relação entre ambiente construído e paisagem natural a partir do processo de preservação do centro histórico de Tiradentes, em Minas Gerais. Em sua pesquisa, ele nos lembra a que ponto as noções de patrimônio e memória são historicamente dinâmicas, evoluindo necessariamente com o passar do tempo, conjuntamente aos pensamentos e às mentalidades. O autor reforça a necessária inserção da dimensão ambiental na concepção de patrimônio que, ao privilegiar muitas vezes o ambiente construído, esquece que a paisagem é fruto de “uma apropriação/transformação humana de condicionantes naturais que possibilitaram o desenvolvimento da vida naquele lugar” e, portanto, carregada de uma memória social singular, vinculada à cultura das populações que a cercam.

Outros trabalhos que compõem este dossiê ainda apontam para uma necessária reapropriação dos conceitos e discussões vinculados ao patrimônio urbano por parte dos educadores, mas também, e sobretudo, por parte da população que habita a cidade. A discussão sobre a memória é permeada por disputas com direcionamentos e dimensões múltiplas, onde dinâmicas diversas de ressignificação e resistência culturais podem se concretizar. O trabalho de historiador e educador, nesse sentido, é central. Ao pensar a educação patrimonial enquanto ferramenta de afirmação política de grupos sociais historicamente oprimidos, o trabalho de Ana Carolina Martínez sobre a educação patrimonial e seu papel na “formulação da representatividade feminina no processo educativo”, nos convida a pensar a consolidação e transmissão de determinado patrimônio não como perpetuação de um *status-quo* cultural mas como subversão e reformulação de narrativas culturais hegemônicas.

Ampliar o debate sobre o que cabe e pode caber no conceito de patrimônio histórico-cultural nos leva também a considerar todas as dimensões imateriais constitutivas das (contra)culturas urbanas, tal como proposto por Gustavo Silva de Moura, em seu trabalho sobre a obra do compositor musical Teófilo Lima, a meio caminho entre influências locais e globais, como constituinte do patrimônio cultural da cidade de Parnaíba, no Piauí.

Seguindo semelhante reflexão, outros trabalhos ainda nos sugerem uma variedade de ferramentas que permitem estender o conceito de memória e patrimônio, facilitando também a reapropriação do espaço urbano pelo conjunto daqueles que o habitam. É nesta proposta que se insere o trabalho de Edcarlos da Silva Araújo e Ana Carolina Araújo Martins, que descreve uma

experiência urbana de conhecimento e exploração do patrimônio cultural na cidade de Sobral, no Ceará, ou ainda o texto de Natalia Vanessa Ramírez, sobre o desenvolvimento da noção de patrimônio cultural na cidade de Ibagué, na Colômbia. Neste último texto, a autora aponta justamente para o modo como a reaproximação ativa e efetiva da comunidade acerca do patrimônio permitem “a consolidação de um passado comum a todas as pessoas”.

Ao longo da leitura deste dossiê, a cidade e a história urbana se desenham ao leitor não apenas enquanto bem comum a ser reivindicado, mas como um território a ser radicalmente reapropriado e reinventado por aqueles e aquelas que habitam e circulam nas cidades. Ao percorrer os múltiplos caminhos explorados e – oportunamente – deixados em aberto pelos trabalhos reunidos, entendemos como a construção da história urbana remete a um processo inevitavelmente coletivo, refletindo a natureza de seu objeto.

Ao se debruçar sobre as diferentes camadas de memória que existem em uma mesma cidade, a pesquisa em história urbana se aparenta ao ato de decifrar um palimpsesto, um texto histórico múltiplo e denso pela sobreposição de vozes, construções, modos de vida, conflitos e projetos políticos que o constituem. Os artigos deste dossiê têm o interesse de desatar alguns fios dessa teia complexa de memórias, experiências e disputas que atravessam a cidade, nos propondo temas de reflexão instigantes que apontam para a diversidade de perspectivas a partir das quais a história urbana pode (e deve) ser abordada.

#### Referências bibliográficas:

- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Paris, la capitale du XIX<sup>ème</sup> siècle In: **Sur le concept d'histoire**, Paris: Payot & Rivages, 2013.
- EL KAREH, Almir C. Histoire et quotidien. “Fièvres” et santé publique : L'annus horribilis à Rio de Janeiro. In: **Histoire, économie et société**, 20<sup>e</sup> année, n<sup>o</sup>3. Les miroirs de la santé, p. 303-319, 2001.
- KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tânia Salgado; BASTOS, Francisco Inácio; BELLIDO, Jaime Gregorio. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. In: **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. 59-79, Dec. 2012. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000500005>
- MBEMBE, Achille. **Critique de la raison nègre**. Paris: La Découverte, 2015
- PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **O desenvolvimento econômico brasileiro e a caixa: Palestras**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Caixa Econômica Federal, p. 23-34, 2011.

ZIBECHI, Raúl. Pandemia e colapso civilizatório. In: **Revista IHU On-Line**. Publicado em 14 de abril de 2020. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598001-pandemia-e-colapso-civilizatorio-artigo-de-raul-zibechi>

# A epopeia eternizada em bronze: o monumento aos heróis de Laguna e Dourados

An eternal epic in bronze: the monument to the heroes of Laguna and Dourados

**Mariana Pastana**

Mestra em História Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
pastanamariana@gmail.com

**Recebido em:** 13/03/2020

**Aprovado em:** 03/04/2020

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a construção da memória política no monumento aos heróis de Laguna e Dourados, inaugurado em 1938, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Apesar da iniciativa de construção ter ocorrido na década de 1920, foi somente dezoito anos depois, no Estado Novo, que estes momentos que representam uma dimensão de perda da Guerra do Paraguai tiveram sua memória eternizada em bronze.

**Palavras-chave:** Monumento; Memória; Guerra do Paraguai.

**Abstract:** This article aims to analyze the construction of a political memory around the monument to the heroes of Laguna and Dourados, inaugurated in 1938, in Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Although the construction initiative took place in the 1920s, it was only eighteen years later, in the Estado Novo, that these moments that represent a dimension of loss in the Paraguayan War had their memory eternized in bronze.

**Keywords:** Monument; Memory; Paraguayan War.

## Aos heróis de Laguna e Dourados

Na noite de 29 de maio de 1920, o coronel Lobo Vianna proferiu uma conferência no Clube Militar em comemoração ao 53º aniversário de morte do coronel Carlos de Moraes Camisão e do tenente-coronel Juvêncio Manoel Cabral de Meneses, comandante e subcomandante, respectivamente, do corpo expedicionário que em 1867 realizou as operações no Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em seu discurso, discorreu sobre a retirada da Laguna, descrevendo minuciosamente o episódio, desde a saída da coluna da capital até o seu fim, utilizando como fontes documentos oficiais e o livro de visconde de Taunay. Ao concluir seu discurso, o

coronel manifestava a importância de resgatar a memória da retirada em um monumento: “E, porque nós, brasileiros, decorridos 53 anos, batendo asas para o centenário da nossa emancipação política não comemoraremos essa data, elevando, erguendo, erigindo no coração do Brasil, na sua capital, um monumento aos heróis da Laguna?” (VIANNA, 1938, p. 116).

Em junho do mesmo ano, os estudantes da Escola Militar começaram a se mobilizar pela construção das lápides dos heróis da retirada, em Mato Grosso<sup>1</sup>, através da publicação a *Cruzada*. Neste momento, o professor de História, Pedro Cordolino de Azevedo, ex-aluno de Lobo Vianna, entrou em contato com os redatores do periódico e pontuou que os retirantes mereciam uma homenagem maior, propondo, assim como seu mentor, a criação de um monumento. Segundo Azevedo, as lápides só seriam vistas por aqueles “raros” viajantes que visitassem o interior, demonstrando existir no local os restos mortais de heróis; quando, na verdade, era necessária a perpetuação dos nomes de tais militares e de suas realizações na história do Brasil. Nesse sentido, observamos a existência do que Pierre Nora define como essencial para a construção de lugares de memória, a vontade de memória (NORA, 1993, p. 22).

Logo em agosto foi realizada na Escola uma assembleia com o objetivo de votar a proposta de construção do monumento e, em caso afirmativo, definir uma comissão encarregada pelos trabalhos. Amplamente aprovada, Cordolino de Azevedo foi nomeado presidente da comissão central. Já na primeira reunião do grupo, além de outras deliberações<sup>2</sup>, foi decidido o nome do monumento *Aos heróis da Laguna e Dourados* e que o “assunto principal seria a Retirada da Laguna – expoente da constância e valor da nossa tropa – e a resistência de Antônio João na Colônia de Dourados – símbolo de amor à pátria, a encarnação nítida do cumprimento do dever” (AZEVEDO, 1926, p. 54-55).

Todavia, a inauguração da grande estátua que se encontra na Praça General Tibúrcio, na Urca, foi realizada somente em dezembro de 1938, já no Estado Novo Vargasista. Logo, esses momentos de perda na Guerra do Paraguai foram apropriados como símbolo do patriotismo brasileiro e tiveram sua memória eternizada em bronze dezoito anos após a criação da comissão

---

<sup>1</sup> Sobre o cemitério dos heróis da retirada de Laguna, Cf. MARIN, Jéri Roberto. Monumento ou 'mentira histórica'? As diferentes apropriações do local onde foram enterrados o Guia Lopes, Camisão e Juvêncio e a construção do cemitério dos heróis da retirada da Laguna. **Revista de História Regional**, v. 21, p.170-195, 2016.

<sup>2</sup> A comissão estipulou uma lista de procedimentos para divulgação e auxílio pecuniário para a construção do monumento. Ademais, determinou que concederia meio-soldo, a partir do caixa da comissão aos voluntários da pátria, pois achavam injusto homenagear os mortos e deixar os sobreviventes desamparados.

central do monumento. Posto isto, este artigo irá analisar a construção da memória política do monumento e a simbologia presente no conjunto monumental.

### **A Retirada da Laguna: símbolo de patriotismo na derrota**

Os episódios da retirada da Laguna aconteceram entre os anos de 1865 e 1867. A coluna expedicionária saiu do Rio de Janeiro em 10 de abril de 1865<sup>3</sup> e rumou ao Mato Grosso<sup>4</sup> com o objetivo de surpreender os paraguaios que haviam tomado a província no final de 1864. Os acontecimentos vivenciados pela coluna foram descritos em *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*<sup>5</sup>, relato memorial de Alfredo d'Escragnonle Taunay, militar que compunha a comissão de engenheiros<sup>6</sup>. Provavelmente, esse episódio da guerra não teria ganhado tamanha dimensão sem o relato de Taunay.

A primeira metade do livro dá enfoque à missão de ofensiva brasileira – a invasão do território paraguaio –, já a segunda discorre sobre a retirada e as situações extremas às quais a coluna foi exposta. Além da falta de organização, treinamento e preparo das forças militares, o desconhecimento do trajeto somado às epidemias proporcionaram ao corpo expedicionário muitas baixas.

Durante toda a narrativa do livro, percebe-se que Taunay buscou simultaneamente demonstrar que houve múltiplas falhas nas decisões em campo, mas que a situação não teria sido tão deplorável se tivesse existido um planejamento adequado do comando superior do Exército para a expedição. Além disso, mesmo com todas as adversidades no trajeto, o patriotismo e abnegação do contingente se mostrou sempre presente. Portanto, ao mesmo tempo em que o autor assume o fracasso da coluna, descreve de forma essencialmente honrosa todas as intenções e ações dos atores envolvidos.

O brasilianista Peter Beattie (1991), em sua análise da obra, determina a importância da descrição do guia Lopes no desenvolvimento do homem do sertão e o seu papel na constituição da identidade nacional brasileira. Contudo, para o historiador, ainda que sejam abordadas as qualidades do sertanejo, Taunay evidencia que sua proximidade com os “selvagens” fez de Lopes

---

<sup>3</sup>O efetivo saiu do Rio de Janeiro para São Paulo e depois Minas Gerais. Nesse momento agregaram-se contingentes voluntários oriundos destes estados e também de Goiás e Mato Grosso, somando à tropa um total de 2.500 homens.

<sup>4</sup> Atual Mato Grosso do Sul.

<sup>5</sup> A obra, desenvolvida a partir de anotações feitas em diários durante a expedição, teve sua primeira versão concluída em 1868<sup>5</sup>. Posteriormente, teve inúmeras reedições ao longo dos anos, o que foi essencial para que no Brasil, e também internacionalmente, ficassem conhecidas as situações enfrentadas por esse corpo expedicionário.

<sup>6</sup> Visconde de Taunay nasceu no Rio de Janeiro em 1843. Proveniente de família aristocrática de origem francesa e neto do pintor francês Nicolau Antônio Taunay, um dos chefes da Missão Artística Francesa de 1818.

alguém que precisava de orientação. Dessa forma, o autor de *A Retirada* demonstra a essencialidade dos militares na formação de uma disciplina e reforça o papel do Exército como agente de civilização e socialização. Nas palavras de Beattie,

Taunay jogou habilmente o sertanejo e as oligarquias costeiras um contra o outro para ilustrar **o papel fundamental do exército** em aproveitar as energias e limitar o excesso desses diversos setores **para galvanizar uma nação forte**. Ele havia adotado uma estratégia ideológica e simbólica que o exército, os políticos e os intelectuais continuariam a usar para reforçar a imagem **das forças armadas como uma instituição de salvação e renovação nacional**<sup>7</sup> (BEATTIE, 1991, p. 30).

Para Steven Mock (2012), os momentos de derrotas políticas ou sacrifícios em guerras são chaves para a mobilização nacional devido ao apelo de uma fortaleza moral. Ele demonstra que os “símbolos de derrota” são utilizados como uma forma de exaltar o passado da nação, ao mesmo tempo em que reencenam a destruição deste passado, o qual foi fundamental para a construção da sociedade moderna. Segundo o autor, no passado a função da religião primitiva seria exercer a reconciliação entre os impulsos individuais e as limitações sociais. O sacrifício era um elemento preponderante para a ordenação, funcionando como um mecanismo de controle da violência, necessário à convivência em sociedade. Assim, como na modernidade a nação sobrepõe à religião, os mitos e símbolos da comunidade devem prover a manutenção desse sistema de sacrifício generativo. De acordo com o teórico,

A elevação de uma imagem de derrota a um papel central na construção nacional da história e da memória favorece o propósito último de organizar e canalizar a violência através da submissão a uma autoridade violenta pela maneira como ela serve para reconstruir e reencenar o ritual de sacrifício (MOCK, 2012, p. 84)<sup>8</sup>.

Portanto, para Mock há uma relação de continuidade entre os rituais das religiões primitivas e os da nação moderna. A ambivalência dos ritos de sacrifício das sociedades totêmicas é transposta para os rituais políticos da nação moderna. Simultaneamente, os símbolos funcionam como um meio de estruturar a nação e, por configurarem um momento de perda, devem ser superados, como um acontecimento que foi necessário para chegar ao presente ideal. Assim, os símbolos de derrota

---

<sup>7</sup>Tradução e grifos nossos. (Taunay cleverly played the sertanejo and the coastal oligarchies against one another to illustrate the army's key role in harnessing the energies and limiting the excess of these diverse sectors to galvanize a strong nation. He had struck on an ideological and symbolic strategy with the army, politicians, and intellectuals would continue to use to bolster the military's image as an institution of national salvation and renewal).

<sup>8</sup>Tradução nossa. (An image of defeat to a central role in the national construction of history and memory furthers the nation's ultimate purpose of organizing and channeling violence through submission to a violent authority by the manner in which it serves to reconstruct and reenact the sacrificial ritual).

fornece heróis exemplares que realizaram sacrifícios em prol da nação, a qual apesar da derrota sobreviveu para comemorar os atos heroicos (MOCK, 2012, p. 277-278).

Na Primeira República, os acontecimentos da retirada da Laguna começaram a ser resgatados por setores de intelectuais do Exército com o objetivo de construir um sentimento de pertença à instituição pelos jovens oficiais. Marcos Pereira Antunes (2007) em sua dissertação analisa a recuperação da memória da retirada e das ações no Mato Grosso durante Guerra do Paraguai no contexto de profissionalização do Exército nesse período. Para Antunes, a exaltação da capacidade dos oficiais brasileiros em superar as adversidades e a abnegação no cumprimento do dever pela pátria eram características alinhadas com a identidade que se buscava construir para a instituição. Segundo o historiador,

O período compreendido entre os anos de 1906 e 1930 foi o mais significativo no processo que culminou com a criação de uma identidade própria para os integrantes do Exército Brasileiro, baseada principalmente nos pilares considerados básicos para que a instituição pudesse existir como força organizada. A hierarquia e a disciplina se tornaram não só os pilares, mas também a essência da profissão militar (ANTUNES, 2007, p.109).

Antunes ressalta que no período, foram criadas revistas militares acadêmicas que se tornaram um veículo de divulgação e enaltecimento do passado histórico do Exército. Dentre elas, a *Revista Cruzada*, em 1908, e *A Defesa Nacional*, em 1913, fundada pelos “jovens turcos”<sup>9</sup>, na qual publicava sobre técnicas e aperfeiçoamentos militares, questões sobre a defesa nacional e, ainda, sobre a participação do Exército na vida política do país (PINTO, 1999, p. 304). Nesse quesito, os apelos para transformações como, por exemplo, a reforma no ensino militar e a contratação de missão estrangeira de instrução, encontraram ressonância no comando do Exército que colocaram em práticas projetos disseminados na publicação (NASCIMENTO, 2010, p.95). Além disso, militares importantes na década de 1930 fizeram parte da edição da revista, como os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Góis Monteiro.

Na década de 1920, o Exército vivia um momento de reformulação e desenvolvimento de uma nova identidade para a corporação. Assim, tornou-se necessário buscar no passado militares para servirem de exemplo, considerando o projeto de despolitização da instituição e afirmação da disciplina e hierarquia (ANTUNES, 2007, p.86). Nesse âmbito, foi instituído o culto a Caxias, em 1923, pelo Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho. Celso Castro no livro *A invenção do Exército brasileiro* demonstrou como no período houve um declínio das comemorações em torno

---

<sup>9</sup> Grupo de oficiais enviados para estágio no Exército alemão entre os anos de 1906-1910, dentre eles Bertoldo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho.

do general Osório e o crescimento da imagem de duque Caxias como patrono da instituição. Segundo Castro, o oficial aparece como um “antídoto” contra a indisciplina militar perante as revoltas tenentistas iniciadas em 1922. Para o historiador, Caxias em um “plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército” (CASTRO, 2002, p.20).

Para Antunes a valorização da figura de duque de Caxias foi um grande passo em direção ao estabelecimento de uma identificação dos militares com o Exército. No entanto, para além da questão do afastamento político, da hierarquia e disciplina militar, era preciso também inculcar nos jovens oficiais a necessidade de profissionalização e aperfeiçoamento constante. Para Antunes a retirada da Laguna se tornou uma fonte relevante, na medida em que suscitava ambas as ações, ao mesmo tempo em que demonstrava a capacidade de renúncia e cumprimento do dever cívico dos soldados brasileiros (ANTUNES, 2007, p. 89).

Considerando isso, retomamos aqui a noção de “símbolo de derrota” para compreender como a mobilização do episódio cumpria uma função de ritualização do sacrifício para construção da identidade, tanto militar, quanto nacional. Segundo Mock, o ritual, ainda que com particularidades a cada nação, segue determinado roteiro:

Uma figura (ou figuras) que (1) simbolicamente representa a nação, (2) voluntariamente e com consciência escolhe o martírio e a derrota, mas ainda assim (3) briga e luta valentemente e (4) deve ser traída por um membro próximo ou membros de sua própria comunidade, a fim de ser (5) vencida e, finalmente, morta por uma força externa que personifique o “outro” mais significativo da comunidade, (6) que é ele mesmo (ou a si próprio) posteriormente morto ou conquistado, seja pela providência divina ou pelo ativismo de outros membros da comunidade que se sacrificam em direção a esse fim. A história conclui com (7) alguma indicação da indestrutibilidade ou continuidade do herói / salvador / nação em espírito, apontando para a promessa de uma futura redenção (MOCK, 2012, p. 95)<sup>10</sup>.

Em vista disso, os episódios da retirada da Laguna podem ser encaixados nesse argumento, uma vez que comporta todos os elementos previstos: os oficiais do corpo expedicionário enviados ao Mato Grosso para conter os inimigos paraguaios representam a nação. Em determinado momento da missão, depois de sofrerem diversas agruras pelo trajeto, segundo Taunay, aceitaram

---

<sup>10</sup> Tradução nossa. (A figure (or figures) who (1) symbolically represents the nation, (2) willingly and with foreknowledge chooses martyrdom and defeat, but nonetheless (3) fights and struggles valiantly and (4) must be betrayed by a close member or members of his or her (or their) own community in order to be (5) vanquished and ultimately killed by an outside force that personifies the community's most significant “other,” (6) who is himself or herself (or themselves) subsequently killed or conquered, either by divine providence or through the activism of other members of the community who sacrifice toward that end. The story concludes with (7) some indication of the indestructibility or continuity of the hero/savior/nation in spirit, pointing to the promise of a future redemption).

a condição da morte, mas ao mesmo tempo se mantiveram obstinados em cumprir seu dever patriótico. No entanto, as condições previamente impostas à expedição pelo alto comando do Exército Imperial, como a falta de munição, o despreparo e até mesmo a falta de liderança do coronel Camisão, intrincaram ainda mais a possibilidade de um desfecho positivo. Os paraguaios, inimigo externo, atacavam continuamente, assim como cerceavam as oportunidades do corpo conseguir provisões, provocando inúmeras mortes. Parte da coluna conseguiu chegar ao território brasileiro e concluir retirada. E, por fim, o Exército brasileiro e as forças aliadas venceram a guerra contra o Paraguai.

Sendo assim, a mobilização desse símbolo de derrota constitui em um esforço no desenvolvimento de uma identidade para o Exército, mas também para a nação.

### **A trajetória de construção do monumento**

A comissão central do monumento, criada em 1920, logo no começo do processo estipulou que o monumento deveria ser erguido na Ponta do Calabouço, no início da Avenida das Nações, pois foi o local de onde os soldados partiram para a guerra. Na base do monumento, deveriam ser realizados baixo relevos com as imagens da defesa de Forte Coimbra, a retirada de Oliveira Melo, a retomada de Corumbá e o combate de Monte Alegre e também deveria repousar os restos mortais de Antônio João, guia Lopes e coronel Camisão. Para que os artistas que fossem se inscrever no concurso tivessem as informações necessárias, foi solicitado ao major Genserico de Vasconcellos que escrevesse uma monografia discorrendo sobre os episódios<sup>11</sup>. Os acontecimentos da Retirada da Laguna já eram conhecidos pelos brasileiros devido à obra de Taunay. A intenção era que ele fosse inaugurado no dia 7 de setembro 1922, Centenário da Independência.

Em novembro do mesmo ano, *O Jornal* divulgava a boa recepção da proposta do monumento na sociedade e detalhes das deliberações da comissão central: “são inúmeras as adesões e as palavras de encorajamento que recebe todos os dias e de toda a parte a mocidade militar do país”. Ainda na mesma matéria anunciava que o então Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, colocava à disposição todo o bronze que fosse necessário à construção do monumento (*O Jornal*, 8/11/1920, p.3).

Em janeiro de 1921, a comissão central do monumento organizou uma comissão julgadora que seria responsável por organizar o edital e escolher o artista e a maquete que melhor se

---

<sup>11</sup> Autor de obras sobre a História militar brasileira e um dos fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 15 de novembro de 1938.

encaixasse na proposta. O presidente da referida comissão era Pandiá Calógeras, Ministro de Guerra; Félix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores; Correia Lima, professor da Escola de Belas Artes; general Eduardo Monteiro de Barros, comandante da Escola Militar; capitão Norival de Lemos, arquiteto e engenheiro militar; e, por fim, o professor Pedro Cordolino de Azevedo, presidente da comissão central. De acordo com o edital, lançado em 6 de junho do mesmo ano,

Os concorrentes terão a mais ampla liberdade na composição e concepção do monumento, desde que os projetos traduzam **a verdade dos acontecimentos** e concretizem condigna homenagem as personalidade que neles figuram; para esse a Comissão Central publicará e distribuirá uma monografia sobre o assunto e lembra a leitura da “Retirada da Laguna” de Taunay (AZEVEDO, 1926, Anexo XVIII, grifo nosso).

Como demonstra o excerto, o objetivo do monumento seria manifestar a “verdade” a partir da determinação da comissão. A representação material da memória histórica funciona, assim, como uma forma de cristalizar essa versão da história, de modo que petrificada no bronze se mantém viva para a posteridade. Nessa perspectiva, o monumento cumpre seu caráter pedagógico de difundir a história da nação e seus heróis para a sociedade.

Os concorrentes teriam 120 dias para apresentar suas maquetes, as quais deveriam ser assinadas por pseudônimos. Ademais, o projeto deveria conter o orçamento total da obra pronta, no local já estipulado, e só poderiam participar artistas nacionais e estrangeiros residentes no Brasil. Em outubro foram analisadas as 16 maquetes apresentadas, sendo uma previamente descartada por não cumprir as exigências do edital. Os critérios de avaliação consideraram em primeiro lugar a “verdade histórica”, seguido do custo do monumento, valor artístico, capacidade de execução e, por último, apropriação do local. A proposta vencedora foi a assinada pelo pseudônimo “*Veritas et Labor*”<sup>12</sup> da autoria do artista Antonino Pinto de Mattos<sup>13</sup>.

O monumento proposto por Pinto de Mattos possuía um orçamento de 120 contos acima do previsto no edital. A primeira solução pensada passava por diminuir o tamanho do monumento, porém isso faria com que perdesse sua imponência. Após muitas discussões, a comissão julgadora deliberou que o melhor a se fazer era dividir os trabalhos e assinar o contrato de acordo com o que fosse possível fazer no momento. Logo, em primeiro lugar, seria realizada a fundição em bronze das estátuas, altos e baixos relevos, tendo um custo total de 200 contos, os quais a comissão central

---

<sup>12</sup> O restante da classificação: 2º lugar “Santar Cruz”, do arquiteto Francisco dos Santos, o 3º “Alpha” do escultor Loureço Petrucci, o 4º “Criterium” do escultor Umberto Cozzo e em 5º lugar “Um nacional” do escultor Hildergardo Leão Velloso.

<sup>13</sup> Escultor, formado pela Escola Nacional de Belas Artes, teve aulas com renomados artistas brasileiros como Rodolfo Bernardelli e José Otávio Correia Lima.

já tinha disponível. Sendo assim, foi assinado um contrato, em 25 de fevereiro de 1922, para esta metade do trabalho; a seguinte só seria assinada uma vez que a comissão dispusesse do orçamento faltante. Como já estava clara a impossibilidade de inauguração do monumento em setembro do referido ano, foi somente definido que não se poderiam exceder três anos da data de assinatura do contrato.

No entanto, o monumento só foi inaugurado 16 anos depois da assinatura do contrato. Em 1926, o presidente da comissão central, Cordolino do Azevedo lamentava a demora na realização da obra, mas ainda se mostrava firme na sua missão de construir o monumento em homenagem aos heróis da Laguna e Dourados. De acordo com Azevedo, as insurreições tenentistas abalaram profundamente o Exército, impedindo que fosse possível concluir tal edificação.

Considerando os empecilhos, ao artista responsável Antonino Pinto de Mattos foi solicitado que andasse com os preparativos do monumento mais lentamente, pois não seria possível arcar com as prerrogativas do segundo contrato. Apesar das dificuldades, o presidente buscou reestabelecer a comissão central<sup>14</sup> e conseguir, novamente, o entusiasmo e apoio na Escola Militar e na sociedade para a construção do monumento. Com o apoio do então prefeito do Distrito Federal, Alaor Prata, foram decididos os reajustes referentes aos materiais e a mão de obra do escultor<sup>15</sup>. Ademais, uma reunião com o presidente da República, Arthur Bernardes, que teve como resultado o projeto de lei do senador João Lyra, concedendo à comissão do monumento a quantia de 220 contos (AZEVEDO, 19126, p. 105).

No dia 7 de novembro de 1926 ocorreu a solenidade de lançamento da pedra fundamental do monumento, na Ponta do Calabouço na Avenida das Nações, local onde ocorria a Exposição Internacional<sup>16</sup>. Estiveram presentes na cerimônia autoridades civis e militares, como o futuro Ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos; general Gil Dias de Almeida, diretor da Escola Militar; general Malan d'Angrogne, subchefe do Estado Maior do Exército; Alaor Prata, prefeito da capital federal; senador Lyra Tavares; entre outras. Primeiramente, discursou o presidente da comissão do monumento, Pedro Cordolino de Azevedo que em breves palavras agradeceu o apoio das autoridades. Logo depois, teve a palavra o orador do evento, o escritor Goulart de Andrade, que discorreu sobre os eventos de Laguna e Dourados. O prefeito da cidade

---

<sup>14</sup> A escolha dos membros da comissão central era realizada pela própria ao início do ano letivo da Escola Militar.

<sup>15</sup> Nos quatro que seguiram a assinatura do contrato, ocorreram reajustes nos valores de fundição do bronze, materiais e mesmo a mão de obra. O novo valor orçado para a construção do monumento era de 420 contos, com a possibilidade de mais 100 contos de acréscimo.

<sup>16</sup> Na atual Praça Marechal Âncora, Avenida Alfred Agache, próximo ao Museu Histórico Nacional.

executou o lançamento da pedra fundamental e ao fundo a banda da Escola Militar tocava diversas músicas. Além disso, foi distribuído ao público o livro de Cordolino de Azevedo *A epopeia de Mato Grosso no bronze da história*.

Apesar de lançada a pedra fundamental, quase dez anos depois, o *Correio da Manhã* apontava o “descaso pelas dívidas de gratidão” se referindo ao fato de que o monumento aos heróis da Retirada da Laguna estava sendo confeccionado há anos devido à falta de verbas (*Correio da manhã*, 30/05/1935, p.4). No entanto, esta não era a única questão, pois havia sido determinado que a Ponta da Calabouço não conseguiria suportar o peso de um monumento com tamanha proporção, sendo assim, era preciso encontrar novo local para sua construção. Júlio de Azurém na coluna “Coisas da cidade” do *Jornal do Brasil* ainda provocava sobre onde ficaria o monumento que já estava pronto, especulando que talvez fosse alocado na Praça Paris (*Jornal do Brasil*, 3/07/1935, p.6) ou na Praça da Bandeira (*Jornal do Brasil*, 18/06/1937, p.6). De acordo com Flamarion Pinto de Campos, membro da comissão central:

Após penosos, árduos e longos anos, foi encontrado na Praia Vermelha, onde está e bem localizado porque entre os morros da Babilônia e Urca, além o Pão de Açúcar, ao fundo o mar e de, um lado a ECEME e do outro, o IME, formando e doutorando novos elementos de escola do Exército e recordando, com o carinho devido, a antiga Escola Militar da Praia Vermelha, que deu um sem número de vultos de notável saber, mestres e chefes insignes, sempre presentes que nos legaram exemplos dignificantes! (CAMPOS, 1989, p. 78).

O local escolhido para receber o monumento, a Praia Vermelha, já era significativo para a História do Exército brasileiro. A Escola Militar funcionou na região até 1904, quando fechou após a adesão dos estudantes à Revolta da Vacina<sup>17</sup>. Posteriormente, o edifício virou sede do 3º Regimento de Infantaria, que em 1935 se tornou palco do Levante Comunista. Este movimento, liderado pela Aliança Nacional Libertadora, foi estancado pelas tropas lideradas pelo general Eurico Gaspar Dutra. A fortaleza, destruída após a revolta, deu espaço para que a Praça General Tibúrcio fosse construída em 1938<sup>18</sup>. O general Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, também ex-combatente na Guerra do Paraguai, participou de importantes batalhas, como a Batalha Naval do Riachuelo e

---

<sup>17</sup> Sobre a Revolta da Vacina, Cf. SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

<sup>18</sup> Decreto Nº 6.217 de 25 de maio de 1938 denomina a Praça General Tibúrcio. Cf. Arquivo da Gerência de Monumentos do Rio de Janeiro. Pasta monumentos Urca. Praça General Tibúrcio.

Batalha do Tuiuti. Dessa forma, o local já suscitava uma forte memória do Exército, sendo ambas as homenagens agregadoras de significado<sup>19</sup>.

Em maio de 1938, o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, ordenou que as obras, já há muitos anos se prolongando, fossem finalizadas. A construção da cripta da base do monumento estava em andamento e também os restos mortais de coronel Camisão, guia Lopes e tenente Antônio João estavam sendo trasladados para que quando o mausoléu tivesse pronto, ali fossem alocados. Além disso, as famílias de combatentes presentes nos episódios do Mato Grosso, caso desejassem, poderiam entrar em contato para que os restos mortais de seus entes se estabelecessem na cripta também (*O Jornal*, 17/05/1938, p.9).

### **O monumento aos heróis de Laguna e Dourados**

O monumento e também a praça onde está alocado tinham inauguração prevista para o dia 29 de dezembro de 1938, porém o mau tempo não permitiu, sendo adiado para dois dias depois. No último dia do ano foi inaugurado na Praça General Tibúrcio o “Monumento aos heróis da Laguna e Dourados”. O lugar, que havia passado por ampla reforma, pavimentação e ajardinamento, também homenageava um herói da Guerra do Paraguai. Assim, a solenidade do dia 31 era uma grande homenagem aos combatentes da contenda. Em associação à inauguração do monumento, com o objetivo de promover o amplo alcance de divulgação do episódio, estava marcada para a mesma data a reconstituição radiofônica da retirada da Laguna em “A Hora do Brasil”<sup>20</sup>.

O evento estava marcado para as 16h e na praça encontrava-se um pavilhão central com altas autoridades civis e militares, entre elas: prefeito Henrique Dodsworth, ministros Oswaldo Aranha, Souza Costa, almirante Aristides Guilhem, general Eurico Gaspar Dutra, o chefe da Missão Militar Francesa, membros do corpo diplomático e todos os oficiais gerais do Distrito Federal. O Presidente da República, Getúlio Vargas chegou um pouco antes do horário e foi recebido por uma salva de 21 tiros de festim. Primeiramente, foi inaugurada a praça pelo prefeito Dodsworth que proferiu breve discurso e logo passou as honras ao presidente da comissão do monumento, capitão Pedro Cordolino do Azevedo, que pronunciou sobre a trajetória de construção do monumento e agradeceu a todos envolvidos. Sobre o monumento pontuou que

---

<sup>19</sup>Posteriormente, em 1941, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) foi definitivamente transferida para a região, o Instituto Militar de Engenharia (IME) transferido em 1942 e o Círculo Militar da Praia Vermelha fundado em 1957.

<sup>20</sup>Noticiário radiofônico criado em 1935 com o nome “Programa Nacional”, em 1938 passou a se chamar “A Hora do Brasil” e, de 1971 até hoje, “A Voz do Brasil”.

Tratava-se, no caso, de condensar num monumento a agonia, o padecimento e o heroísmo de Mato Grosso, a província martirizada pelo inimigo durante tantos anos e, para tanto, bastaria rememorar nele a constância, o valor e o espírito de sacrifício daqueles heróis máximos de nossa história, num dos momentos mais difíceis da nacionalidade (*O Jornal*, 1º/01/1939, p.8).

Logo após a extensa oração de Azevedo, Getúlio Vargas descortinou o monumento e, então, estouraram no ar dezenas de foguetes, salvaram as baterias com vinte e um tiros e o público aplaudiu entusiasticamente. Os navios de guerra ancorados na enseada e as fortalezas deram salvas de estilo. A banda da polícia militar tocou o hino nacional junto ao coral de alunas da Escola Rivadavia Correia. A seguir, Vargas entregou o estandarte do Regimento Antonio João, recém-criado, ao porta bandeira do Primeiro Regimento de Cavalaria Independente e condecorou com a medalha de mérito militar o general Rafael Tobias de Aguiar, único retirante ainda vivo (*Correio da Manhã*, 1º/01/1939, p.1). O professor Fernando Magalhães<sup>21</sup> pronunciou um discurso agradecendo a construção do monumento, em nome do Exército brasileiro e exaltando os atos dos retirantes:

O sacrifício é libertador: conforta as angústias, viriliza os desânimos. Os grandes iluminados vivem vida atribulada e sofrem morte promissora. Meditemos, recolhidos e cheios de fé. Pelo amor, pela solidariedade, pela renúncia, a vida dos servidores é a unida vida real e fecunda [...] esta festa é antes de tudo, um compromisso. **Semearam os antepassados o altruísmo, colhemos nós a tranquilidade!** A tranquilidade da devoção das coisas perfeitas. Devoção à verdadeira vida, que a lembrança dos trinta e cinco dias de desolação e de resistência, renovará misericordiosamente entre os que quiserem purificar à sombra daquela morada de bravos (*O Jornal*, 1º/01/1939, p.12, grifo nosso).

A emblemática fala de Magalhães evidencia a função do sacrifício para a constituição da nação. As múltiplas provações vividas pelos indivíduos representados no conjunto monumental representam a abnegação, a mais altruísta delas, à morte pela pátria. Dessa forma, a renúncia da vida feita pelos combatentes funciona como o sacrifício regenerativo que permite a manutenção da sociedade no presente (MOCK, 2012, p.82). Ademais, todos os elementos da cerimônia de inauguração do monumento fazem parte de uma “encenação” de um culto civil e funerário (CORREIA, 2015, p. 269-272), funcionando como um rito de sacralização e refundação da nação. Nesse sentido, sua construção em praça pública tem uma função educativa e a presença das crianças entoando o Hino Nacional é fulcral, pois expressa a esperança do futuro da nação. De acordo com Sílvia Correia:

A ideia do herói nacional implica a da nação como espaço do seu reconhecimento e lugar de aplicação. A função do herói cruza-se com a identidade coletiva e uso político da memória, revelando valores fundadores e constituindo um patrimônio ideológico. O herói é, nesse pressuposto, o que “garante” a salvação do destino

---

<sup>21</sup> Foi reitor da UFRJ (1931-1934) e membro da Academia Brasileira de Letras.

nacional e o messias necessário à crença no futuro. Numa república secularizada, onde desaparecem hierarquias de homenagem, a nação substitui Deus ou o rei, mudando-se a lógica de legitimação política (CORREIA, 2015, p. 278-279).

O monumento aos heróis de Laguna e Dourados possui uma circunferência de 53 metros, em granito branco, que forma o pé do monumento e serve de apoio imediato para a parte mais expressiva da obra. Nesta figuram em alto-relevo, que mede 16,50 metros de extensão circundante por 1,80 metros de altura, a sequência dos fatos culminantes da Retirada.

Na primeira parte se encontra o começo da retirada. No quadro “marcha forçada” (Imagem 1) observamos inúmeros soldados aglomerados sendo liderados pelo chefe da coluna, Coronel Camisão, que aponta a frente olhando para trás, esperando seus soldados. No alto-relevo “salvamento dos canhões” (Imagem 2), os homens famintos e quase desnudos se esforçam para empurrar os canhões com a ajuda do gado restante. Segundo Taunay em trecho destacado por Antonino de Mattos: “este episódio representa a maior resistência física e o brio militar em seu mais alto grau com que se efetuou a Retirada da Laguna” (TAUNAY apud AZEVEDO, 1926, p.85). Por fim, no terceiro alto-relevo, vê-se o “transporte dos coléricos” (Imagem 3). Nele, os personagens da coluna estão representados de forma bastante expressiva em sua última provação, quase sem roupas, carregando os enfermos em padiolas.

**Imagem 1** – Marcha forçada



**Fonte:** Fotografia da autora

**Imagem 2** – Salvamento dos canhões



**Fonte:** Fotografia da autora

**Imagem 3** – Transporte dos coléricos



**Fonte:** Fotografia da autora

Destacada no alto-relevo, podemos ver a figura de Ana Mamuda sendo agarrada por uma criança. Enaltecida como o “anjo da caridade”, Ana era a esposa negra de um soldado e foi descrita por Taunay como responsável pelos cuidados de muitos feridos. Ela rasgava suas próprias roupas para fazer bandagens e, assim, acabava desvelando seus seios, o que a deixou conhecida como Ana Mamuda. Sublinhamos a relevância de sua representação no monumento, pois ainda que o discurso seja carregado de preconceito, tanto em relação ao status social, como à cor da pele, a personagem foi elevada à condição de heroína por sua coragem e empenho em salvar a vida dos combatentes.

Considerando que os monumentos são a materialização de um projeto político, isso demonstra que a memória histórica do conjunto objetivava ser mais abrangente. Nessa perspectiva, ainda que o projeto seja da década de 1920, percebemos o alinhamento com a tendência do governo Vargas de uma renovação, expressa no discurso de uma integração racial, uma nação miscigenada, composta por diferentes culturas<sup>22</sup>. No Estado Novo, segundo Mônica Velloso, o interesse na cultura popular e nas origens da brasilidade é convertido em um instrumento de doutrinação, realizando a consagração de tradições, símbolos e heróis nacionais e do discurso ufanista (VELLOSO, 1987, p. 42-44).

Entre os três grandes quadros em alto-relevo estão projetados, em um plano mais próximo ao observador, três grandes estátuas representando os heróis das epopeias do Mato Grosso: coronel Camisão, o guia Lopes e tenente Antônio João. Ao chegar à praça e encarar o monumento, temos logo de frente a imagem do tenente cambaleando, com as pernas envergadas, dobrando o corpo para trás, após tomar um tiro do inimigo (Imagem 4). Os olhos do tenente estão fechados e seu rosto tem a expressão calma do dever cumprido, que conforme o idealizador, ratificando a ideia “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria! (VIANNA, 1938, p. 87)”. Antônio João era comandante da colônia de Dourados quando os paraguaios invadiram solo brasileiro. Assim que soube da invasão, enviou os civis para o Nioaque e um soldado com ofício para entregar ao coronel Dias da Silva, onde estava escrita a sentença colocada acima. Com a chegada das tropas do major Urbietta, este intimou o tenente a se render que, em resposta, alinhou seus dezesseis homens contra os duzentos e vinte inimigos. O soldado neste momento abdica da sua vida para que seus semelhantes possam viver em paz.

O guia Lopes (Imagem 5), que se encontra sentado, aparece com um chapéu na cabeça, em posição contemplativa, com uma das mãos ao queixo, enquanto a outra segura o chicote trançado. A representação do sertanejo também vai ao encontro da descrição de Taunay, assim como ao projeto da identidade brasileira do Estado Novo. Lopes se torna símbolo da miscigenação racial, o “homem da natureza”, o honesto, leal, corajoso e humilde que, por patriotismo, se voluntariou e se sacrificou pela nação (BEATTIE, 1991, p.20-22). Por último, vem o comandante do corpo expedicionário, coronel Camisão (Imagem 6). Sentado, com a cabeça erguida e olhando

---

<sup>22</sup> O período em questão foi marcado por tais discussões com a publicação de obras relevantes sobre a formação do brasileiro, “Casa-grande e senzala”, de Gilberto Freyre (1933), “Evolução política do Brasil” de Caio Prado Jr. (1933) e “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

para frente, uma mão a empunhar a espada e a outra segurando um mapa. A estátua representa o comandante decidindo que rumo seguir, mas alerta para os possíveis perigos. A celebração destes três personagens no monumento legitima simbolicamente os seus esforços realizados pela nação, corroborando a ideia do patriotismo e do cumprimento do dever cívico.

**Imagem 4** – Tenente Antônio João



**Fonte:** Fotografia da autora

**Imagem 5** – Guia Lopes



**Fonte:** Fotografia da autora

**Imagem 6** – Coronel Camisão



**Fonte:** Fotografia da autora

Ressaltamos que as imagens que o escultor desenvolveu dos personagens foram inspiradas na obra de Alfredo Escragnolle Taunay e na monografia de Genserico de Vasconcelos encomendada pela comissão do monumento. Portanto, as representações de guia Lopes e Camisão são aquelas concebidas por Taunay em seu relato, assim como os três quadros em altos-relevos que expõem os episódios que, para o artista, demonstravam de forma concisa os percalços vividos pela coluna. O primeiro critério de avaliação da comissão julgadora do concurso era a “verdade histórica” previamente determinada pela comissão e mais fiel às descrições disponibilizadas. Considerando a inauguração do monumento em 1938, salienta-se que a *verdade histórica* representada estava em harmonia com o projeto político de construção da nação desenvolvido pelo Estado Novo varguista.

A base do monumento é composta por três baixos-relevos, com dimensões de um metro de extensão por 1,30 metros de altura. O primeiro, abaixo de guia Lopes, representa a defesa do Forte de Coimbra. A cena expõe a luta desigual entre 167 homens e 11 canhões brasileiros sob o comando do tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero e 5.000 soldados, 63 canhões e 12 navios comandados por general Vicente Barrios (CAMPOS, 1989, p. 80). O segundo, a Retirada de Oliveira de Melo, abaixo do coronel Camisão, rememora a saída da tropa pelo

pantanal, de Corumbá à Cuiabá, viagem que durou quatro meses. O último evoca o Combate do Alegre, sendo o principal a retomada do vapor *Jaurú* e, ao fundo, avista-se, por entre densas nuvens Corumbá, que havia sido retomada pelas forças brasileiras. Os episódios reproduzidos buscam reforçar a estrutura narrativa (KNAUSS, 1999, p. 408-411) da renúncia dos combatentes em prol do bem maior da nação.

Acima das estátuas dos heróis, o corpo do monumento se reduz um pouco em volume e encontram-se, em pedestais de bases retangulares, alegorias simbolizando a Pátria, a Espada e a História. Para Antonino de Mattos, “são as três expressões que mais se engrandecem com a epopeia mato-grossense” (AZEVEDO, 1926, p. 88). Na direção do tenente Antônio João, a figura da Pátria (Imagem 7) com capacete e vestimenta de guerreiro, sentada e levemente encurvada agarrando a bandeira com os dois braços. A expressão é de concentração de quem assiste aos sacrifícios de seus filhos. Conforme Mattos “a Pátria tem significação mais ampla, eleva-se ao espírito superior da serena e eterna maternidade com que olha os próprios filhos que ela criou com este espírito” (AZEVEDO, 1926, p. 89). A alegoria da Espada (Imagem 8), na direção de guia Lopes, está também sentada, nua, curvada em recolhimento, apoiando-se com as duas mãos na bainha da espada cravada no chão. A figura de cabeça baixa e com a espada em descanso expressando respeito e obediência à pátria-mãe. A nudez da alegoria manifesta a coragem e abnegação necessárias para lutar pela pátria. Por fim, o formato da cruz decorrente da posição da espada suscita os valores cristãos.

A última figura, a da História (Imagem 9), com vestimentas simples, um braço esticado apoiando nos joelhos e o outro, flexionado, junto ao corpo. A cabeça direcionada para baixo como quem observa tudo que acontece. Nesse sentido, assevera que os sacrifícios vividos não são esquecidos pela História, reforçando seu papel de relevância para a construção da nação. De dentro desse bloco, ao centro, sai uma enorme coluna, estilizada em tubo-alma de canhão, em cuja extremidade pousa a figura da Glória (Imagem 10). Alada, com vestes simples, esta não possui nenhum adorno, nem palma ou coroa. Logo, ela se desvela emergindo dos episódios representados como um “prêmio sublime a nimbar a personalidade dos heróis” (INAUGURAÇÃO..., 29/12/1938, p.17).

**Imagem 7 – A Pátria**



Fonte: Fotografia da autora

**Imagem 8 – A Espada**



Fonte: Fotografia da autora

**Imagem 9 – A História**



Fonte: Fotografia da autora

**Imagem 10 – A Glória**



Fonte: Fotografia da autora

### **Considerações finais**

A trajetória de construção do monumento aos heróis de Laguna e Dourados durou dezoito anos. Um processo muito longo que foi finalmente concluído devido ao interesse do Ministro da Guerra do período, general Eurico Gaspar Dutra, que liderou pessoalmente sua finalização. Seu pai, José Florêncio Dutra, foi ex-combatente da guerra no Mato Grosso. Segundo Pedro Cordolino de Azevedo no seu discurso de inauguração:

Na última fase dos trabalhos para a conclusão do monumento, que teve um quase colapso de 12 anos, é de justiça salientar aqui, a figura eminente do chefe do Estado, exmo. Sr. Getúlio Vargas, concedendo-nos o auxílio solicitado com o patrocinar o projeto apresentado na extinta Câmara dos Deputados pelo capitão Agenor Monte [...] É necessário também que nessa hora de tão sadio contentamento se focalize aqui o ilustre sr. Ministro da Guerra, general Eurico

Gaspar Dutra, cujo devotamento à obra que hoje se inaugura foi marcante e apaixonado, visitando quase diariamente os trabalhos da montagem, dando-nos o máximo de sua colaboração e nos animando com o seu apoio inconfundível. Assim ele deu provas de que lhe corre nas veias, como nas minhas, o sangue de retirante da Laguna (*O Jornal*, 1º/01/1939, p.8).

A transformação da retirada da Laguna em um “símbolo de derrota” diz respeito à construção de uma identidade para o Exército. A corporação, durante as primeiras décadas do século XX, foi palco de disputas internas entre grupos distintos com o objetivo de determinar um novo perfil e identidade. A partir da década de 1920 a memória do episódio foi apropriada como um meio de disseminar valores congruentes com o discurso do alto comando do Exército no período. Como demonstra Steve Mock, os “símbolos de derrota” celebram o passado nacional, simultaneamente, reencenando a obliteração deste passado, que é essencial para a fundação da sociedade moderna.

Assim, o símbolo da derrota se constitui como um meio e um obstáculo, uma vez que expressa uma continuidade e uma descontinuidade com o padrão ideal. Os eventos ocorridos no Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai são considerados uma derrota, mas também expõem a fortaleza moral dos combatentes que voluntariamente sacrificaram-se pela comunidade. O acontecimento evidencia o despreparo das forças militares brasileiras, algo que deve ser superado no presente. Ao mesmo tempo, proporciona heróis exemplares e assegura que seus atos não foram em vão, pois permitiram que a nação continuasse a existir apesar da derrota (MOCK, 2012, p. 277).

A liturgia da recordação da retirada da Laguna no centro de uma praça, um espaço público, exorta os sentimentos de pertença dos sobreviventes. A existência de uma cripta com os restos mortais dos retirantes transforma o monumento no túmulo dos heróis. Nesse sentido, consagrando-o como um local funerário, de culto e de celebração dos mortos, permitindo o luto coletivo da sociedade perante o martírio empenhado por esses indivíduos em benefício da nação. Esse deslocamento dos restos mortais para o monumento serve ao projeto de nação, uma vez que constitui a sacralização do local civil que refunda a nação. Assim, o monumento legitima o sacrifício dos combatentes glorificando a pátria.

Apesar de estarmos longe de uma horizontalidade completa neste monumento, as representações nele contidas vão nesse sentido. Segundo Reinhart Koselleck (2002), os memoriais de guerra têm como função essencial preservar a memória da comunidade. A morte dos combatentes possui a função da vitória, no sentido de que deve ser permanentemente posta para fins de rememoração e compensação para os sobreviventes na busca por um significado. Essa

concepção dos memoriais de guerra, a partir da França e Alemanha, modifica-se com o fim da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e passa a se caracterizar a partir da funcionalização política na representação da morte. Logo, com a modernidade, a popularização dos memoriais abriu caminho para o culto ao soldado comum. De acordo com Koselleck,

O memorial físico, antes reservado aos grandes personagens, foi incluir cada um e para isso o fez em nome de todos. O soldado individual morto em ação passa a ter direito a um memorial. Democratização é trazida junto com funcionalização. Com isso, a igualdade da morte, antes somente relacionada ao mundo cristão por vir, ganha também reivindicação igualitária pela entidade política em cujo serviço da morte foi cumprida (KOSELLECK, 2002, p. 291) <sup>23</sup>.

A estrutura narrativa presente no conjunto, desenvolvido na década anterior, estava em consonância com o discurso Vargasista de renovação nacional, buscando abarcar o imaginário social de diferentes segmentos do país. As estátuas dos heróis representam militares mais humanizados, atribuindo uma maior aproximação com a população. Sendo assim, a inauguração do monumento ‘Aos heróis de Laguna e Dourados’ se configura como a concretização de um projeto político desenvolvido pelo Estado Novo e cimenta a aliança entre os militares e o chefe da nação, Getúlio Vargas.

**Imagem 11** – Monumento Aos Heróis de Laguna e Dourados



**Fonte:** Fotografia da autora

---

<sup>23</sup>Tradução nossa. (“The physical memorial, previously reserved for great personages, was to include everyone and to do so in the name of all. The individual soldier killed in action becomes entitled to a memorial. Democratization is brought together with functionalization. With this, the equality of death, formerly only related to the Christian world to come, also gains and egalitarian claim on the political entity in whose service death was met”).

## Referências

### Fontes

#### Arquivo Gerência de Monumentos e Chafarizes do Rio de Janeiro

Monumentos Urca. Praça General Tibúrcio. Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados.

#### Biblioteca Nacional

*Correio da Manhã*

*Jornal do Brasil*

*O Jornal*

#### Biblioteca do Exército

Sem autoria. **Inauguração do monumento aos heróis de Laguna e Dourados**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 29/12/1938.

### Referências bibliográficas

ANTUNES, Marcos Pereira. **Uma batalha simbólica: memória da Retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército brasileiro (1906-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD Dourados, 2007.

AZEVEDO, Pedro Cordolino de. **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**. Rio de Janeiro: [s/n], 1926.

BEATTIE, Peter. National identity and the Brazilian folk: the *sertanejo* in Taunay's "A retirada da Laguna". **Review of American Studies**, v. 4, n. 1-2, p. 7-43, 1991.

CAMPOS, Flamarion Pinto de. Monumento aos heróis de Laguna e Dourados. **Defesa Nacional: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros**, n.744, jul/ago 1989. Rio de Janeiro.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: 2002.

CORREIA, Sílvia. **Entre heróis e mortos: políticas da memória na I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.

KNAUSS, Paulo. Imaginária urbana: escultura pública na paisagem construída no Brasil. In: **I Colóquio Internacional Comitê Brasileiro de História da Arte**. São Paulo: 1999,

KOSELLECK, Reinhart. War Memorials: Identity Formations of the Survivors. In: **\_\_\_\_\_The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts**. Califórnia: Stanford University Press, 2002.

MARIN, Jérry Roberto. Monumento ou 'mentira histórica'? As diferentes apropriações do local onde foram enterrados o Guia Lopes, Camisão e Juvêncio e a construção do cemitério dos heróis da retirada da Laguna. **Revista de História Regional**, v. 21, p.170-195, 2016.

MOCK, Steven J. **Symbols of Defeat in the Construction of National Identity**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 1993.

PINTO, Sérgio Murillo. Góis Monteiro e a política do exército. **Revista Militares e política**. Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, n. 5, jul/dez 2009, p. 82-101.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **A Retirada da Laguna**: episódio da Guerra do Paraguai. Obras do Visconde de Taunay, vol. 7. Rio de Janeiro: Editora Melhoramentos, 14ª edição.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIANNA, Lobo. **A epopeia da Laguna**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

## A morfogênese urbana de Santa Maria/RS sob perspectiva social: uma análise das concessões de terrenos realizadas pela Câmara Municipal na segunda metade do século XIX

The urban morphogenesis of Santa Maria/RS under social perspective: an analysis of the land concession made by the City Council in the second half of the 19th century

**Octávio Becker Neto**

Mestrando em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

octaviobecker@yahoo.com.br

**Recebido em:** 13/03/2020

**Aprovado em:** 09/04/2020

**Resumo:** O presente trabalho tem como proposta analisar a conformação do espaço urbano da Vila de Santa Maria da Boca do Monte a partir das concessões de terrenos realizadas pela Câmara Municipal nos anos de 1858 e 1859, focando em uma abordagem social à questão. Para tanto, tem-se como inspiração o método de redução de escala de análise proposto pela micro-história italiana, buscando compreender de que forma as relações sociais interferem na formação de um espaço urbano. Utilizou-se como documentação-base as atas da Câmara Municipal, de onde foram extraídos os dados referentes aos requerimentos de lotes urbanos e aos cidadãos requerentes. Observou-se, a partir da análise, que as relações interpessoais tiveram significativo peso sobre as concessões de terrenos e que as mesmas propositalmente beneficiaram um grupo étnico estrangeiro.

**Palavras-chave:** Espaço urbano; redução de escala; relações sociais.

**Abstract:** The present work aims to analyze the urban space conformation of Vila da Santa Maria da Boca do Monte through the land concession made by the City Council in 1858 and 1859, focusing on a social approach to the issue. For this purpose, the scale reduction method proposed by Italian microhistory is an inspiration, seeking to understand how social relations interfere in the formation of an urban space. The minutes of the City Council were used as the base documentation, from which the data referring to the requirements of urban lots and requesting citizens were extracted. It was observed, through the analysis, that the interpersonal relations had a significant weight on the land concession and that it intentionally benefited a foreign ethnic group.

**Keywords:** Urban space; scale reduction; social networks.

O presente texto traz uma análise da conformação do espaço urbano de Santa Maria a partir das concessões de terrenos realizadas pela sua Câmara Municipal nos anos de 1858 e 1859. A elaboração da pesquisa esteve inspirada no viés social da micro-história italiana, privilegiando a inserção dos atores que compunham o cenário urbano santa-mariense e seu universo relacional (LEVI, 2000; GRENDI, 2009). Intenta-se, dessa forma, a construção de uma história social do urbano por meio da espacialização dos fenômenos sociais (GRIBAUDI, 2014; LEPETTI, 2016). A leitura das fontes, especialmente das atas camarárias (documentação-base deste trabalho), permitiu a visualização de formas diferentes de tratamento para os cidadãos de origem alemã por parte dos vereadores santa-marienses, o que garantiu um deslocamento natural do olhar para este grupo étnico estrangeiro presente na localidade desde as primeiras décadas do século XIX. Neste sentido, este texto contrapõe a participação das populações alemã e luso-brasileira na aquisição de lotes urbanos a partir das concessões realizadas pelo legislativo local, adentrando o espectro da racialização da sociedade brasileira no século XIX (SEYFERTH, 2000; 2002).

Propõe-se, para tanto, a divisão do trabalho em três partes. Primeiramente, traz-se a configuração urbano-social do território de Santa Maria nas primeiras décadas do século XIX até a sua emancipação em 1858, utilizando-se de plantas para a visualização do espaço e inserindo alguns importantes atores da trama sociopolítica local. Em seguida, são apresentadas as concessões de terrenos realizadas pela Câmara Municipal, analisando alguns dados que foram possíveis de ser extraídos da fonte, bem como uma parcela dos indivíduos envolvidos na concessão e aquisição de lotes urbanos, levando em consideração suas relações sociais e suas agências. Em um terceiro momento, pretende-se levantar discussão sobre o processo de concessão da terra urbana santa-mariense a partir de um ponto de vista étnico.

### **Introdução**

O local que passou a ser conhecido no século XIX como Santa Maria da Boca do Monte começou a ser povoado em fins do século anterior, mais especificamente a partir de 1797. Neste sentido, foi a instalação do acampamento de uma comissão lusitana de demarcação de terras, mobilizado para estabelecer os limites territoriais do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, que fomentou o início de uma ocupação sistemática daquele espaço. Este local, que historicamente se configurou como um importante ponto de ligação entre Porto Alegre e a região das Missões, teve, a

partir de então, seu marco ocupacional estabelecido, proporcionando a abertura de suas duas primeiras vias, a Rua do Acampamento e a Rua Pacífica (atual Rua Dr. Bozano). O entroncamento de tais ruas configuram o eixo urbanístico mais antigo de Santa Maria (TOCHETTO, 2013, p. 140).

Nas primeiras décadas do século XIX ocorreu a abertura de outras vias. Em 1808, foi erguida uma capela na zona de encontro das ruas do Acampamento e Pacífica, originando a Praça da Igreja (atual Praça Saldanha Marinho) e a terceira via local, a Rua da Igreja (atual Rua Venâncio Aires), paralelamente disposta ao norte da Rua Pacífica. A capela, em 1814, foi alçada à capela curada, dando à localidade maior autonomia religiosa, pois adentrou a geografia administrativa eclesiástica como Curato de Santa Maria da Boca do Monte (BIASOLI, 2010, p. 173; KARSBURG, 2010, p. 143). A Rua General Rafael Pinto (atual Avenida Rio Branco), por sua vez, foi a quarta rua aberta em Santa Maria, configurando-se como um prolongamento da Rua do Acampamento em sentido norte. Sua existência já era constatada quando da elevação do território santa-mariense a quarto distrito administrativo da Vila de São João da Cachoeira (atual município de Cachoeira do Sul), em 1820 (BELÉM, 2000, p. 79-80).

Estima-se que a população do distrito de Santa Maria, à época, fosse de aproximadamente 2.700 habitantes em seu total (BELTRÃO, 2013, p. 109). O termo santa-mariense estava dividido em dois distritos eclesiásticos, sendo Santa Maria da Boca do Monte o primeiro, portanto distrito-sede, e Pau Fincado o segundo. Em meados 1821, ocorreu a passagem do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire pela localidade, que constatou a existência de cerca de “30 casas, que formam **um par de ruas**, onde existem várias lojas, muito bem montadas. A capela, muito pequena, fica numa **praça, ainda em projeto**” (apud MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 32, grifo nosso). As informações que constam no relato do botânico e naturalista francês, quando comparadas às informações recolhidas das fontes e da historiografia consultada, apontam para algumas divergências. Pode-se dizer, dessa forma, que o povoado observado por Saint-Hilaire tinha um aspecto mais rudimentar, pois contava com apenas duas ruas e um projeto de praça. A divergência pode indicar que, mesmo que constatada a existência de quatro ruas em Santa Maria, elas possivelmente não estavam alinhadas e dificilmente configuravam-se propriamente como vias pelo olhar do europeu.

O final da década de 1820 marcou o início de um processo que modificaria profundamente o panorama social santa-mariense. Em janeiro de 1829, ocorre a passagem de um destacamento do 28º

Batalhão de Caçadores pelo povoado, estando ele mobilizado para combater na Guerra da Cisplatina ao sul (que foi encerrada em 1828). Este era apenas uma parte de um contingente mais amplo de mercenários europeus (irlandeses e, especialmente, alemães) contratados pelo Império do Brasil no início daquela década (SEYFERTH, 2002, p. 119). A passagem do destacamento por Santa Maria proporcionou a fixação de alguns soldados na localidade e marcou, assim, o início da inserção imigrante alemã neste espaço. Dessa forma, observou-se ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850 um fluxo descontínuo, não sistematizado e de caráter espontâneo de chegada de alemães em Santa Maria, visto que este local não fez parte das políticas imigrantistas oficiais do Império e da Província do Rio Grande do Sul (KARSBURG, 2007, p. 185; NICOLOSO, 2013, p. 25-26).

Além dos estrangeiros que provieram do 28º Batalhão de Caçadores nos anos 1830, outros começaram a afluir de colônias imigrantes como a de São Leopoldo (fundada ao norte de Porto Alegre em 1824) e a de Três Forquilhas (fundada em 1827 no Litoral Norte sul-rio-grandense) ao longo das décadas de 1830 e 1840, durante a conflagração Farroupilha (1835-1845). Na década de 1850, houve a fixação de mais um contingente de soldados alemães, *brummer* (alemães contratados na Europa para lutarem na Guerra contra Oribe e Rosas na região do Prata em 1851 e 1852).

Entre estes imigrantes, estava o bávaro João Appel, que chegou a Santa Maria nos idos de 1830, após o desmantelamento do 28º Batalhão de Caçadores, e estabeleceu-se, primeiramente, como alfaiate. Appel se casou, em 1831, com Ana Maria Oliveira, filha de Maximiano José Oliveira, um destacado estancieiro da região. Em data desconhecida, João Appel abriu uma casa de negócios na Rua Pacífica, dando início a uma notável trajetória no comércio, acumulando uma das maiores fortunas locais (KÜLZER, 2009, p. 55). Em 1835, quando do início da conflagração Farroupilha, chegou a Santa Maria o alemão João Niederauer, oriundo da colônia de Três Forquilhas. Niederauer também alcançou posição de destaque no comércio local, tendo aberto na Rua Pacífica, junto de seu sobrinho João Frederico Niederauer, sua casa de negócios. Na década de 1840, João Niederauer adquiriu terras e tornou-se proprietário de uma considerável área localizada no Passo d'Areia (atualmente um bairro de mesmo nome), a cerca de três quilômetros de distância da Praça da Igreja (BRENNER, 1995, p. 83). O quadro 1 mostra alguns alemães que se estabeleceram como artífices e comerciantes em Santa Maria e onde localizavam-se seus estabelecimentos profissionais:

**Quadro 1:** Imigrantes alemães com estabelecimentos profissionais em Santa Maria

Nome	Ano de chegada a Santa Maria	Profissão	Localização do estabelecimento profissional
João Appel	1830	Alfaiate e comerciante	Rua Pacífica
Guilherme Vogt	1832	Ferreiro	Rua Pacífica
João Batista Medelseder	1832	Ferreiro	Rua Pacífica
João Niederauer	1835	Comerciante	Rua Pacífica
João Frederico Niederauer	1835	Comerciante	Rua Pacífica
Gabriel Haeffner	1835	Comerciante	Rua Pacífica e depois Rua do Acampamento
Matheus Hoffmeister	1836	Ferreiro	Rua Pacífica
André Beck	1838	Tamanqueiro e comerciante	Rua Pacífica
Francisco Weinmann	1838	Comerciante	Rua Pacífica
Felipe Leonardo Niederauer	1840	Curtidor	Rua da Igreja
Nicolau Becker	1843	Comerciante	Rua do Acampamento
João Pedro Hoehr	1843	Comerciante	Rua do Acampamento
Pedro Lenz	1843	Marceneiro	Rua do Acampamento

**Fonte:** BRENNER (1995); BELÉM (2000); BELTRÃO (2013).

Apesar de, no ano de 1834, existirem um total de seis vias abertas em Santa Maria, sendo a Rua da Aldeia (atual Avenida Presidente Vargas) e a Rua dos Guararapes (atual Rua Silva Jardim) as mais recentes, pode-se observar, mesmo a partir de uma pequena amostra, que os alemães (imigrantes de primeira geração e seus descendentes diretos) mantinham uma tendência de ocupar as vias mais antigas

de Santa Maria. Fala-se, neste sentido, das ruas do Acampamento, Pacífica e da Igreja, que despontam como os locais mais estimados para a estabelecer casas de negócio e, muito provavelmente, as moradias de maneira conjunta. Consolidou-se, especialmente na literatura memorialística, que, ao longo da guerra entre farroupilhas e imperiais, o espaço urbano santa-mariense foi esvaziado de seu contingente populacional luso-brasileiro, restando ali apenas os imigrantes alemães. Estes, devido a sua suposta neutralidade perante o conflito, teriam contribuído para que o comércio local não estagnasse, garantindo seu domínio sobre a atividade comerciária urbana. Ao longo deste período, eles teriam também auxiliado na recepção dos demais alemães que continuaram a chegar na localidade (BRENNER, 1995, p. 75-77; BELÉM, 2000, p. 94).

Ao ser alçada à Paróquia, em 1837, Santa Maria passou a integrar a Vila de São João da Cachoeira como uma de suas freguesias. A Capela Curada, por sua vez, foi elevada à Igreja Matriz, garantindo autonomia eclesiástica ao lugarejo. Foi somente entre os anos de 1848 e 1849, após uma década, que se confeccionou a primeira planta desta incipiente urbanidade. A pedido da Presidência da Província do Rio Grande do Sul, o agrimensor alemão Johann Martin Buff, também oriundo do 28º Batalhão de Caçadores, faz o primeiro esboço do traçado urbano da freguesia santa-mariense:

**Imagem 1:** Representação da planta do espaço urbano da Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte de 1848-1849 apresentando a região a oeste do núcleo central



Fonte: BRENNER (1995, p. 81).

É possível observar a partir da imagem 1 as ruas anteriormente mencionadas: a do Acampamento, a Pacífica, a da Igreja, a General Rafael Pinto, a da Aldeia (que na imagem 1 aparece como “estrada”) e a dos Guararapes. Observa-se também que a localidade já contava com a existência de duas novas vias, as travessas do Maximiano e 2 de Fevereiro, com alguns trechos ainda em projeto e perpendicularmente atravessando as ruas Pacífica e da Igreja. Além disso, pode-se visualizar a localização das terras de João Niederauer e a posição de sua casa comercial.

A planta abaixo (imagem 2) permite visualizar o traçado urbano de Santa Maria, mostrando a distribuição das edificações no espaço, comprovando a predileção popular pelas ruas do Acampamento e Pacífica:

**Imagem 2:** Planta do espaço urbano da Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte de 1848-1849 apresentando a região a leste do núcleo central e a distribuição das edificações



**Fonte:** BRENNER (2010, p. 63).

Pouco antes de ocorrer a emancipação de Santa Maria, passou pela Freguesia, em 1856, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, ex-Presidente da Província, relatando encontrar, ao menos, metade do espaço ocupado por residências alemãs e que a prosperidade local se devia a este grupo formado pelos imigrantes e seus descendentes (apud MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 44). Em 1858, foi a vez do médico e viajante alemão Robert Avé-Lallemant, que não mediu palavras para prestigiar seus conterrâneos que habitavam Santa Maria. Assim, declarou que a paisagem do lugar parecia a de uma

“bonita aldeia suíça”, acrescentando ainda que “muitas capitais nórdicas poderiam invejar” o passeio existente ao redor da Praça da Igreja Matriz. O viajante apontou ainda para a existência de 32 famílias alemãs na localidade, que detinham “todas” as atividades e estabelecimentos comerciais locais (AVÉ-LALLEMANT apud MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 48-49).

Os relatos acima expostos devem ser interpretados com cautela, pois era comum que estes viajantes exagerassem na forma como descreviam os alemães que residiam em Santa Maria. É correto afirmar que à época da emancipação política e administrativa da Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte (elevada à categoria de vila em 1857), os alemães formavam um grupo expressivo local, motivo pelo qual uma recente via foi batizada Travessa Germânica (atual Rua Barão do Triunfo) (BELTRÃO, 2013, p. 218). Não somente através das atividades comerciais ganharam notoriedade em Santa Maria, como também se utilizaram de estratégias matrimoniais para inserirem-se no contexto social e político local (como fez João Appel ao casar-se com a filha de um notável estancieiro local) (VARGAS, 2010, p. 304-305; NICOLOSO, 2013, p. 105-106). Quando da formação da primeira Câmara Municipal, devidamente instalada em 17 de maio de 1858, os alemães conquistaram representatividade política pela eleição de dois descendentes de imigrantes: João Pedro Niederauer, filho de João Niederauer e segundo vereador com maior votação; e Maximiano José Appel, filho de João Appel e quarto vereador com maior votação. Além destes indivíduos, o alemão Christiano Kruel assumiu o posto de primeiro suplente ao cargo de vereador por conquistar a posição de oitavo indivíduo mais bem votado (AGCMVSM, 1858, p. 1-1v).

Dessa forma, a Câmara Municipal da, então, Vila de Santa Maria da Boca do Monte inicia suas atividades em 1858. Pode-se dizer que, a partir de algumas das ações tomadas pelos vereadores neste primeiro ano de trabalho, como a elaboração do código de posturas, a delimitação dos limites da Vila e a elaboração da nova planta municipal, tentou-se realizar o ordenamento do espaço urbano santamariense. Iniciou-se também neste ano de 1858 uma prática que se estenderá ininterruptamente por um ano, até 1859. A Câmara Municipal, neste sentido, dá início no mês de agosto de 1858 à concessão de diversos lotes localizados em seu espaço urbano, beneficiando alguns habitantes locais.

Deslocando o olhar às ações dos indivíduos, neste caso vereadores e populares, é possível captar a essência do espaço enquanto construto social. Uma análise da urbanidade, enquanto obra coletiva, não deve deixar de lado a reconstrução da evolução e da dinâmica dos comportamentos

sociais (GRENDI, 2009, p. 36). Ao incluir-se as ações desses atores na interpretação do espaço urbano, “a sociedade torna a ser o objeto privilegiado da história. Ela não é mais definida como uma das dimensões particulares das relações de produção ou das representações do mundo, mas como o produto da interação, como uma categoria da prática social” (LEPETIT, 2016, p. 274).

### **Concessões de lotes urbanos**

É somente três meses após o início dos trabalhos do legislativo santa-mariense que se iniciou a concessão de terrenos aos cidadãos locais. Apesar da ação ser outorgada pela Câmara Municipal, os lotes urbanos só eram distribuídos mediante a apresentação de requerimentos encaminhados pela população. Conforme a ata da sessão transcorrida no dia 11 de agosto, foram Reginaldo Krieger e Frederico Krebs os primeiros cidadãos a terem seus requerimentos de terrenos lidos pelos vereadores. Na sessão ordinária ocorrida no dia seguinte, 12 de agosto, Krieger e Krebs tiveram suas requisições deferidas pela Câmara Municipal.

Somente no ano de 1858, entre os dias 11 de agosto e 20 de novembro, ocorreram 8 sessões camarárias onde houve leitura de requerimentos de lotes urbanos encaminhados por cidadãos, sinalizando que o tema foi tratado em mais de 70% dos encontros do legislativo daquele ano. Ao todo, somam-se 41 requisições de terrenos, das quais somente duas são indeferidas. Um trecho da ata da sessão transcorrida em 20 de novembro permite visualizar alguns requerimentos despachados e também os dois únicos indeferimentos:

Tiveram leitura nove requerimentos de diversas pessoas desta Vila, sendo seis destes pedindo terrenos para edificarem casas sendo um de João Feldmann pedindo 44 palmos de terrenos na Rua do Comércio e fundos à Rua da Igreja; outro de Luiz Berger pedindo 45 palmos de frente e fundos à Rua Travessa da Igreja. Outro de Francisco Xavier das Chagas pedindo 80 palmos de frente e fundos competentes nos confins da Rua da Aldeia; outro de Jacob Krebs pedindo 60 palmos de frente e fundos à Rua da Igreja; Outro de Pedro Holzbach pedindo 60 palmos de frente em um terreno que o suplicante já edificou uma morada de casa; Outro de João Schell pedindo 120 palmos de frente e fundos competentes, cujos terrenos foram concedidos aos petionários. [...] Tiveram leitura dois requerimentos, de Constantino Gonçalves Padilha, e Pedro José Belarmino em que pediam por concessão uns terrenos devolutos além do recinto desta Vila, foram indeferidos (AGCMVSM, 1858, p. 19v-21).

De modo geral, chama atenção o fato de que, entre as 39 requisições deferidas pela Câmara Municipal de Santa Maria em 1858, os nomes dos cidadãos aparecem de modo assimétrico, ou seja, há

uma grande diferença entre o número de petionários de origem alemã e o número de petionários de origem luso-brasileira. Somaram-se 29 requerimentos de alemães, aproximadamente 74% das requisições deferidas, frente a 10 de luso-brasileiros. Um dado curioso para um município que não se configurou historicamente como colônia imigrante.

Outro dado revelador apresentado pelos requerimentos de lotes urbanos é a localização dos terrenos solicitados. Para a amostra de 1858, de 41 requerimentos, tem-se, para além dos dois lotes localizados fora dos limites da vila (não-urbanos e, portanto, indeferidos), a informação da localização de 19 terrenos. Destes, 11 localizavam-se na Rua do Comércio (como passou a ser chamada a Rua Pacífica), 6 na Rua da Matriz (como passou a ser chamada a Rua da Igreja) e 2 na Rua da Aldeia. Observa-se, desse modo, que mesmo após a emancipação municipal e a abertura de novas vias em Santa Maria (que passou a contar, neste período, com um total de 13 ruas), há uma tendência em manter a concentração urbana nas vias mais antigas, como é o caso das ruas do Comércio e da Matriz.

É também possível observar pelas requisições de lotes urbanos a existência de requerentes ligados a vereadores por parentesco. Um dos casos se refere ao vereador João Pedro Niederauer, que esteve presente e votou nas sessões onde foram concedidos terrenos a Frederico Niederauer, Jacob Luiz Laydner (marido de sua prima Maria Luiz Niederauer) e João Weber (marido de sua prima Sofia Niederauer). Esta relação de parentela entre vereadores e requerentes também é vista a partir do cidadão João Ernesto Krueel, cujo grau de parentesco com o suplente a vereador Christiano Krueel é desconhecido. É notável, entretanto, que na sessão em que o requerimento de João Ernesto é lido na Câmara Municipal, Christiano assume vereança, participando, então, da decisão sobre a concessão (que foi deferida) (AGCMVSM, 1858, p. 17-17v). Este é apenas um dos modos como as relações de parentela, estruturadas e articuladas pelo benefício de uma família, consanguínea ou simbólica (LEVI, 2000, p. 98-99), se mostram presente na prática camarária de concessão de lotes urbanos.

Ao longo do ano de 1859, foram emitidos 39 requerimentos de lotes urbanos à Câmara Municipal de Santa Maria. É possível visualizar algumas diferenças nas requisições deste ano quando comparadas com as requisições de 1858. Uma dessas diz respeito à via que aparece de maneira mais recorrente na localização dos terrenos, que passou a ser a Rua da Matriz, com 9 menções, enquanto a Rua do Comércio é mencionada 6 vezes. Outra diferença em relação ao ano de 1858 diz respeito ao aumento do número de indeferimentos, que se somaram em 9. Entretanto, destaca-se a notável a

inversão na composição étnica dos requerentes, que, em 1859, são majoritariamente luso-brasileiros. Há, entre os nomes registrados, somente a presença de 3 alemães, representando menos de 8% do total de requerentes.

Para entender tamanha discrepância é preciso analisar o primeiro requerimento de terreno lido pela Câmara Municipal em 1859, na sessão extraordinária transcorrida do dia 4 de fevereiro:

Teve leitura uma felicitação que esta Câmara dirigiu ao Excelentíssimo Presidente Ferraz em demonstração de gratidão pelos muitos benefícios que com imparcialidade tem o mesmo Senhor prestado a esta Província visto constar estar Sua Excelência a retirar-se desta Província. Teve leitura um requerimento do Tenente-Coronel José Alves Valença pedindo 120 palmos de terrenos na Rua do Comércio fazendo quina à travessa de João Appel, em frente às casas de Joaquim José [Edolo] de Carvalho: nesta ata o dito Senhor Presidente Valença, sendo que o negócio lhe dizia respeito, deixou a cadeira de presidente e foi substituído pelo Senhor Vereador Niederauer e considerando o Vice-presidente ao Senhor Appel, que se achava na casa, este tomou acento ficando assim número legal, e então entrando em discussão o dito requerimento foi deferido considerando-se 120 palmos de frente e fundos competentes sujeitando-se ao Imposto Municipal, depois do que tornou o Senhor Valença a ocupar a cadeira de presidente e continuaram-se os trabalhos. Tiveram leitura vários requerimentos de diversas pessoas desta Vila pedindo terrenos nesta Vila, ficaram adiadas para as Sessões ordinárias (AGCMVSM, 1859, p. 21-21v).

Percebe-se que o único requerimento manuseado pelos vereadores neste dia foi o do indivíduo José Alves Valença, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria. Valença, além de ter sido campeão de votos para a formação da primeira legislatura santa-mariense, era um influente estancieiro e militar da Guarda Nacional. Vê-se que seu requerimento é deferido em uma sessão extraordinária, cuja função inicial era a de felicitar o Presidente da Província. Entretanto, ocorreu a leitura e consequente deferimento de uma requisição encaminhada por Valença, enquanto outros “vários requerimentos [...] ficaram adiados para as sessões ordinárias”. Um privilégio do indivíduo mais importante do legislativo de Santa Maria. Esses outros requerimentos somente foram manuseados pelos vereadores a partir do mês de maio, três meses mais tarde, apontando o caráter seletivo com que a Câmara lidava com as petições da população, antecipando a leitura de algumas e postergando a de outras.

Deve-se atentar ao modo como foi articulada a concessão do lote urbano a José Alves Valença, por ser reveladora do *modus operandi* municipal. Para o funcionamento da Câmara Municipal, era necessária a presença de, no mínimo, 5 dos 7 vereadores que a compunham (BRASIL, 1828). Compareceram naquele dia 4 fevereiro, além de Valença, somente os vereadores João Pedro

Niederauer, João Veríssimo de Oliveira, João Thomás da Silva Brasil e, para cobrir a ausência de outros, o suplente Christiano Kruehl (AGCMVSM, 1859, p. 21-21v). Quando da leitura do requerimento encaminhado pelo Presidente da Câmara, o mesmo precisou abdicar da vereança para assumir sua posição de cidadão, restando apenas 4 vereadores. Entretanto, consta na ata deste dia que o vereador Maximiano José Appel, ausente na abertura da sessão, assumiu cadeira para que o número legal de 5 vereadores se completasse e a concessão do lote urbano pudesse ser votada.

O movimento realizado pelo vereador Appel é mais significativo quando posto em perspectiva relacional. Dessa forma, ao analisar as relações entre Maximiano e José Appel e José Alves Valença, pode-se detectar que o primeiro é sobrinho e genro do segundo. Valença era casado com outra filha do estancieiro Maximiano José de Oliveira, tornando-o concunhado do alemão João Appel e, portanto, tio de seus filhos. Além disso, Valença e João Appel casaram seus filhos mais velhos entre si: Maximiano José Appel com Maria Alves Valença e José Alves Valença Junior com Ana Luiza Appel. O vereador Appel, assim, garantiu a concessão do terreno requerido por seu tio e sogro, reforçando o peso das relações interpessoais sobre a prática de concessões de lotes urbanos da Câmara Municipal. É possível afirmar que estas relações se transpunham ao próprio plano físico urbano ao passo que a localização do terreno requerido por Valença é descrita a partir de referências de João Appel, seu concunhado, e Joaquim José Edolo de Carvalho, que era cunhado de Maximiano José Appel e genro de João Appel. Como afirmou Giovanni Levi, “[...] devemos observar as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento, ou seja, as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções” (LEVI, 2000, p. 98).

Abre-se espaço, dessa forma, para que todas as concessões que foram realizadas sejam questionadas com base no caráter seletivo com que os vereadores de Santa Maria manuseavam as concessões de terrenos dentro do espaço urbano local. Ao levar-se em consideração que a Câmara Municipal tinha a capacidade de adiantar a leitura de alguns requerimentos em benefício de alguns indivíduos, deve-se questionar a lógica apresentada. Ao concederem os primeiros lotes urbanos a uma grande maioria de alemães, estariam os vereadores propositalmente beneficiando este grupo? Na qualidade de gestores municipais, os vereadores detinham o poder de decisão sobre que tipo de espaço gostariam de construir. A idealização de uma vila, neste sentido, passa também pela concepção de uma

população ideal. Assim, ao conceder 74% dos lotes distribuídos em 1858 a alemães e possuindo a capacidade de manipular a ordem de leitura dos requerimentos, estaria a Câmara Municipal privilegiando os alemães a ocuparem primeiro o espaço urbano de Santa Maria? Seriam eles considerados os habitantes ideais?

### **Identificando privilégios étnicos**

É necessário ter em conta que, em contexto nacional, o século XIX foi marcado por um imaginário fortemente racializado, especialmente em suas décadas finais. As leis imperiais de 1850 (Lei Eusébio de Queirós e Lei de Terras) e suas consequências diretas sobre a economia de base escravista brasileira favoreceram o enaltecimento do imigrante europeu que se inseria no país com o objetivo de civilizar a imagem do Brasil (SCHWARCZ, 1993, p. 18). A própria maneira exaltada com que a presença alemã em Santa Maria era relatada na literatura de viagem, mas também nos textos memorialísticos, faz parte deste “deslumbramento etnocêntrico” (GANS, 2004, p. 35) para com o imigrante europeu alocado em terras nacionais. A iminente substituição da mão-de-obra escrava pela livre e o fomento à criação de colônias imigrantes faziam parte de um imaginário racializado de representantes do Império “como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas” (SEYFERTH, 2002, p. 118).

Poderia se dizer, a partir do caso de Santa Maria, que a própria ocupação do espaço urbano também esteve inserida neste amplo contexto. A ideia de positividade e superioridade atrelada à imagem do imigrante europeu, especialmente o alemão (CARVALHO, 2005, p. 97), certamente influenciou a vivência dos imigrantes estabelecidos naquele espaço, assim como é correto afirmar que a atuação da Câmara Municipal de Santa Maria, o principal órgão de representação do poder público na Vila, também foi influenciada.

Retornando à análise das concessões de terrenos realizadas em 1858 e 1859, pode-se dizer que é nítida a discrepância no contingente de requerentes de cada ano. Enquanto as concessões de 1858 beneficiaram uma grande maioria alemã, as de 1859 apresentaram beneficiários majoritariamente nacionais. Detectou-se também que os requerimentos poderiam ser lidos a partir da ordem que mais interessava os vereadores, como ocorreu com o requerimento encaminhado por José Alves Valença. Levando em conta o contexto nacional da segunda metade do século XIX e a exaltação da imigração

européia, na vila santa-mariense também parece ter ocorrido um favorecimento aos alemães e seus descendentes em detrimento do restante da população nacional.

Esta questão é reforçada à medida que outras variáveis são postas em observação. Poderia se pensar que as concessões de lotes urbanos a uma maioria alemã, antecedendo os demais requerentes, fosse uma casualidade oriunda do grande número de habitantes alemães em Santa Maria. Entretanto, se considerarmos que a população total da Vila, em 1859, era de 5.365 habitantes (BELTRÃO, 2013, p. 235) e que o mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria, elaborado em 1859, acusava um total de 26 famílias alemãs estabelecidas no município (KÜLZER, 2009, p. 48), não é possível afirmar que este grupo étnico compunha maioria da população. Pressupondo-se que uma família equivale a um fogo, e que um fogo tem, em média, 7 habitantes (BELÉM, 2000, p. 84), a população total de alemães em Santa Maria seria de 182 indivíduos, somente 3,4% do conjunto total de habitantes. Mesmo se levada em consideração a contagem feita pelo viajante Robert Avé-Lallemant, de 32 famílias (apud MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 49), os alemães ainda seriam pouco expressivos numericamente, somando-se em aproximadamente 224, 4,2% da população. Dessa forma, a hipótese de que foram beneficiados por formarem um grande contingente populacional é anulada.

Outra hipótese que poderia ser levantada se refere à fortuna destes indivíduos. Ou seja, os alemães foram beneficiados na aquisição de lotes urbanos por comporem um grupo economicamente excepcional, visto pela sua forte presença no comércio local e pelo fato de que os terrenos concedidos pela Câmara estavam sujeitos ao pagamento de um imposto municipal. Entretanto, uma análise realizada por Gláucia Külzer em 51 inventários *post-mortem* de alemães de Santa Maria, elaborados entre 1858 e 1889, indica uma realidade diferente. Conforme a historiadora, 73% dos indivíduos inventariados situavam-se nas três faixas de fortuna mais baixas que levantou<sup>1</sup>, concentrando apenas 19% da riqueza total da amostra analisada (KÜLZER, 2009, p. 55). Ainda que esta seja uma amostra pequena para se generalizar toda a população alemã Santa Maria, pode-se considerar como uma circunstância possível a proposição de Külzer de que “tais números ganham um significado ainda mais expressivo, ao lembrar que a morte da grande maioria das pessoas não gerava inventários, por não possuir bens a legar” (2009, p. 54). Dessa forma, é difícil imaginar que a situação econômica deste

---

<sup>1</sup> A três referidas faixas de fortuna trazidas por Külzer, em libras esterlinas (£), são: 1) £1-£200, representando 29,4% da amostra, 15 inventários; 2) £201-£500, representando 21,6% da amostra, 11 inventários; 3) £501-£1.000, representando 21,6% da amostra, 11 inventários (2009, p. 55).

grupo tenha sido fator determinante. Considerando-se essa hipótese, os indivíduos que conseguiram inventariar seus bens não detinham, em sua maioria, expressiva fortuna para que tenham se tornado os primeiros beneficiários das concessões realizadas pela Câmara Municipal.

Pressupondo-se que o objetivo primário das concessões de terrenos realizadas pela Câmara Municipal fosse a ocupação dos espaços vacantes da sede de Santa Maria, pode-se afirmar que os vereadores detinham o poder de escolha sobre quem seriam os habitantes do espaço urbano da Vila. É difícil evitar a comparação do movimento realizado pelo legislativo local com a própria criação de colônias pelo Estado na década de 1820, onde as terras devolutas e/ou públicas eram remanejadas aos imigrantes alemães (SEYFERTH, 2000, p. 144-146). Neste sentido, é possível pensar que a Câmara de Santa Maria, ao adotar a postura de concessora de terrenos do município e privilegiar um grupo de alemães, limitando primeiramente a presença da população nacional, inspirou-se no próprio modelo de imigração europeia pensado pelo poder público em esfera nacional. Sobre este privilégio concedido ao imigrante europeu no acesso às terras e no estabelecimento de colônias no Brasil, a antropóloga Giralda Seyferth afirma:

A escolha do colono ideal, porém, teve seus determinantes biológicos articulados à pressuposição da superioridade europeia, e o sistema esteve associado à imigração pelo menos até meados do século XX, com participação extremamente limitada da população nacional. Nem o radicalismo nacionalista, contrário à imigração alemã, no início da república, abriu maior espaço para o assentamento de colonos nacionais (SEYFERTH, 2002, p. 119).

Torna-se inconcebível, portanto, a supressão da dimensão étnica que envolveu o caso da concessão de lotes urbanos nos primeiros anos de atividade da Câmara Municipal. O nítido favorecimento de um grupo de alemães deve ser compreendido dentro da pressuposição de superioridade europeia que figurava no imaginário das autoridades públicas brasileiras do século XIX. Os vereadores santa-marienses, de modo idêntico a estas autoridades, deveriam olhar para estes alemães com otimismo “em função tanto de suas aptidões para o trabalho quanto da possibilidade de, uma vez assimilados, contribuir para o progresso da empresa civilizadora aqui no Brasil [...]” (MORAES, 2016, p. 28-29). Tem-se, assim, a consolidação deste contingente alemão no espaço urbano local, ocupando de maneira concentrada a área mais central do município, onde levaram vantagem ao serem os primeiros a ganhar lotes nas requisitadas ruas do Comércio e da Matriz, as mais dinâmicas do período.

### Considerações finais

As concessões de lotes urbanos, iniciadas alguns meses após a emancipação da Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, acelerou o processo de ocupação do espaço urbano da localidade que tomava forma desde as primeiras décadas do século XIX. A Câmara Municipal, enquanto mais nova autoridade pública santa-mariense, pareceu ter explorado as doações de terrenos como um projeto, que privilegiou um grupo étnico estrangeiro, beneficiando-o com as primeiras concessões. A consolidação dos alemães na sede da Vila manteve a tendência de ocupação apresentado desde o período pré-emancipatório, priorizando as ruas do Comércio e da Matriz, que concentraram o maior número de requerimentos. Um olhar sobre os requerimentos de terrenos encaminhados também revelou a articulação de grupos, em sua maioria de vinculação parental e política, que se mobilizaram para a consolidação de interesses particulares, como a aquisição de lotes urbanos.

### Fonte:

Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (AGCMVSM). Atas da Câmara Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte. Livro de atas de 1858 a 1864.

### Referências bibliográficas:

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. A Igreja Católica em Santa Maria: de capela militar à criação da diocese (1797-1910). in. WEBER, Beatriz Teixeira (org.); RIBEIRO, José Iran (org.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. **Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz**, Rio de Janeiro, out. 1828. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm)>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRENNER, José Antonio. **Imigração alemã: a saga dos Niederauer**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Cassel de Santa Maria: desde o Glantal**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **“Entre a solidariedade e a animosidade”**: os conflitos e as relações interétnicas populares Santa Maria – 1885 a 1915. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. in. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. **Paris ville ouvrière: une histoire occultée (1789-1848)**. Paris: Éditions La Découverte, 2014.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha Matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria – Rio Grande do Sul – 1880/1900)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

\_\_\_\_\_. A Igreja Católica em Santa Maria: uma história no plural. in. WEBER, Beatriz Teixeira (org.); RIBEIRO, José Iran (org.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LEPETTT, Bernard. A história leva os atores a sério?. in. \_\_\_\_\_. **Por uma nova história urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio. **Santa Maria: relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O problema da etnicidade nos estudos históricos sobre imigração alemã no Brasil. in. PÓVOA NETO, Helion (org.); SANTOS, Miriam de Oliveira (org.); PETRUS, Regina (org.). **Migrações: rumos, desafios e tendências**. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2016.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria – RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A identidade dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, nov. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832000001400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400007)>. Acesso em: 22 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, mar./mai. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

TOCHETTO, Daniel. **A Cidade de Santa Maria e o saneamento de Saturnino de Brito**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VARGAS, Jonas. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). in. WEBER, Beatriz Teixeira (org.); RIBEIRO, José Iran (org.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010.

## Ambiente construído e paisagem natural: desafios para a integração da natureza no processo de preservação do centro histórico de Tiradentes, MG

Built environment and Natural Landscape: challenges for integrating the environment in the preservation process of the historic district of Tiradentes, MG

**Matheus Cássio Blach**

Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

matheus@patrimoniocultural.com.br

**Recebido em:** 02/03/2020

**Aprovado em:** 25/03/2020

**Resumo:** Este artigo consiste em uma análise da delimitação da área de tombamento e de entorno do sítio histórico da cidade de Tiradentes e suas relações com a preservação ambiental, sobretudo, no que diz respeito ao processo de proteção da Serra de São José. Entre a área de preservação ambiental da Serra de São José e o sítio tombado da cidade de Tiradentes surgiram diversos conflitos sob a égide da dicotomia entre preservação ambiental e patrimônio cultural *versus* desenvolvimento urbano. Esses conflitos resultam na adoção de estratégias e práticas ilegais por parte dos proprietários, como queimadas, incêndios criminosos, obras e reformas irregulares realizadas aos domingos e feriados, quando não há fiscalização. Analisar o significado do ato de tombamento e os processos que levaram à aplicação desse instrumento, na *dita* fase heroica do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), é fundamental para uma compreensão da delimitação das áreas de proteção. O Sphan, ao selecionar o que preservar e o que “esquecer”, revelava qual o conceito de patrimônio vigente à época, possibilitando questionar os motivos que poderiam ter levado a Serra de São José a não estar inserida no plano de tombamento inicial da cidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio natural; ambiente construído; Tiradentes – MG.

**Abstract:** This article consists of an analysis of the delimitation of the protection area of the historic district of the city of Tiradentes - Minas Gerais, Brazil - and its relationship with environmental preservation, especially with regard to the process of protecting the Serra de São José. The environmental preservation area of Serra de São José and the historic district of Tiradentes arose several conflicts under the aegis of the dichotomy between environmental preservation and cultural heritage x urban development. These conflicts result in the adoption of illegal strategies and practices carried out on Sundays and holidays when there is no inspection. Analyzing the meaning of the cultural heritage protection act and the processes that led to the application of this instrument, in the said

heroic phase of the National Historical and Artistic Heritage Service (Sphan), is fundamental for an understanding of the delimitation of the protection areas. When selecting what to preserve and what to “forget”, Sphan revealed the concept of heritage in force at the time, making it possible to question the reasons that could have led Serra de São José to not be included in the city's initial protection plan.

**Keywords:** Cultural heritage; Built environment; Tiradentes – MG/Brazil.

## Introdução

Este artigo consiste em uma análise da delimitação da área de tombamento e da área de entorno do sítio histórico da cidade de Tiradentes e suas relações com a preservação ambiental, sobretudo, no que diz respeito ao processo de proteção da Serra de São José. O trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa “A via crítica do patrimônio: a atuação do Iphan em Minas Gerais (1937-1988)”<sup>1</sup>.

As ações de preservação da Serra de São José tiveram início no final da década de 1970, em Tiradentes, frente ao temor de que aquela localidade se transformasse em terreno a ser explorado pela indústria mineradora. Mais tarde, a Serra passou a ser ameaçada, também, por empreendimentos imobiliários como pousadas e condomínios. A partir de 1979, foram construídas diversas narrativas que visavam à preservação da Serra, nas quais ora predominou um discurso ambientalista de valorização e reconhecimento de características genéticas e naturais da localidade, ora um discurso histórico de sua valorização como patrimônio cultural. Isso resultou na atribuição de diversas Unidades

---

<sup>1</sup> Este projeto de pesquisa, financiado pelo CNPQ, analisou como se processam e se fundamentam as escolhas que conformam e mantêm o *corpus* patrimonial, focalizando especificamente a atuação do Iphan em Minas Gerais, de sua fundação, em 1937 até o ano de 1988, quando se deu a promulgação da atual Constituição Federal - embora, como será possível notar ao longo do texto, o recorte desta pesquisa extrapole um pouco essa delimitação. Para isso, foi abordado, de forma comparativa, a atuação do Iphan nos diversos núcleos tombados na primeira leva de proteção, acontecida ainda nos anos 1930. O projeto parte de uma série de trabalhos monográficos produzidos em nosso grupo de pesquisa, que cada um à sua maneira, tem procurado acompanhar as trajetórias da preservação desses conjuntos, caminhando no sentido de estabelecer comparações e uma compreensão mais ampla e detalhada do processo. O projeto foi coordenado pelo Professor Doutor Leonardo Barci Castriota, professor titular do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e líder do grupo interdisciplinar Conservação e reabilitação urbana e arquitetônica, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. A pesquisa foi desenvolvida em 36 meses pelo grupo multidisciplinar proponente, que reúne docentes e pesquisadores de vários departamentos da Escola de Arquitetura, além de alunos da Graduação, da Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica e do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, contando ainda com a participação de pesquisadores do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

de Conservação sobrepostas à Serra de São José, além de um processo de tombamento federal que se arrasta desde 1979.

Entre a APA (Área de Proteção Ambiental) São José e o sítio tombado da cidade de Tiradentes, surgiram diversos conflitos sob a égide da dicotomia entre preservação ambiental e patrimônio cultural *versus* desenvolvimento urbano. Esses conflitos resultam na adoção de estratégias e práticas ilegais por parte dos proprietários, como queimadas, incêndios criminosos, obras e reformas irregulares realizadas aos domingos e feriados, quando não há fiscalização. Tais atos atentam contra a proteção do patrimônio cultural e contra a preservação do meio ambiente, afetando de forma negativa a paisagem cultural de Tiradentes.

Analisar o significado do ato de tombamento e os processos que levaram à aplicação deste instrumento, na dita fase heroica do Sphan, é fundamental para uma compreensão da delimitação das áreas de proteção e, posteriormente, das áreas de entorno dos sítios históricos. A trajetória e os significados atribuídos ao termo patrimônio em seus sentidos material e imaterial tornam-se relevantes em virtude de leituras e releituras de suas categorias discursivas. O Sphan, ao selecionar o que preservar e o que “esquecer”, revelava qual o conceito de patrimônio vigente à época, possibilitando compreender os motivos que poderiam ter levado a Serra de São José a não estar inserida no plano de tombamento inicial da cidade.

Para tanto, procurou-se, neste trabalho, identificar as práticas discursivas dos atores sociais que se enquadram na relação conflituosa entre desenvolvimento urbano, de um lado, e patrimônio cultural e preservação ambiental, do outro. Temas recorrentes e de fundamental importância na contemporaneidade. Sendo assim, foi consultada documentação disponível sobre a Serra de São José e a cidade de Tiradentes no arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Minas Gerais. Também foi realizada consulta em fontes do acervo digitalizado do Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, além de ter sido incorporado, oportunamente, material de pesquisa levantado entre os anos de 2010 e 2011.

### **Os primeiros anos do Sphan e o tombamento das cidades mineiras**

Nos anos 1930, o Brasil atravessou grandes transformações e passava a receber forte influência do capitalismo industrial: ideias de avanço tecnológico, progresso e desenvolvimento econômico se

tornaram cada vez mais recorrentes. Consequentemente, tal fato acabou gerando uma mudança substancial das mentalidades dos intelectuais brasileiros em relação ao futuro do país. Como demonstrado por José Carlos Reis (2000), desde o período imperial (1822-1888), vários autores se empenharam em construir narrativas que representassem a identidade nacional brasileira. Muitos destes, apoiados pelo estado através, por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), buscaram discutir questões referentes à identidade da nação e ao progresso do país. Os intelectuais brasileiros legitimaram suas afirmações “por meio de narrativas históricas e antropológicas sobre o Brasil” (GONÇALVES, 1996, p. 38). As políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural foram ferramentas essenciais para a consolidação destas construções narrativas históricas que fizeram parte da busca pela identidade nacional.

A autoridade cultural desses intelectuais é adquirida na medida em que persuadem sua audiência, seu público, de que eles são capazes de “representar”, através do seu discurso e de sua prática à frente da política oficial de patrimônio, da maneira mais “autêntica”, a identidade da nação. (GONÇALVES, 1996, p. 37).

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) examina a trajetória da proteção do patrimônio cultural no Brasil, a partir da atuação do Sphan, no período que se convencionou chamar de “fase heroica” da instituição. O recorte temporal coincide com o período em que Rodrigo Franco Melo de Andrade presidiu o órgão, ou seja, de sua fundação em meados da década de 1930 até 1967. Porém, como bem destaca Chuva (2009), essa denominação está relacionada com um processo de naturalização da hegemonia dos discursos de intelectuais modernistas a frente da política nacional de cultura.

Esse modo de ver é fruto, na verdade, de uma mística em torno de uma pretensa autonomia e/ou isenção política desses intelectuais [...] A história oficial, assim contada – visando, sobretudo, a não identificação dos agentes ligados ao Sphan com o regime autoritário que lhe dera origem e condições de consolidação e consagração –, dificultou o avanço das investigações sob uma ótica mais ampla que relacionasse o Sphan ao processo de criação da nação delineado no mundo moderno. (CHUVA, 2009, p. 33-34).

Assim, é a partir de um olhar mais crítico sobre esse processo que José Reginaldo Gonçalves (1996) aponta duas narrativas fundamentais das políticas patrimoniais brasileiras, por meio das quais a identidade do país foi culturalmente inventada. De acordo com o autor, em um primeiro momento, com a fundação do SPHAN em 1937, formula-se um discurso patrimonial que irá predominar até

meados de 1970. Durante este período, o órgão estava sob a administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, cujos pressupostos sinalizavam uma visão patrimonial pautada pelos valores estéticos, plásticos, excepcionais e materiais dos bens tombados. Posteriormente, já com o nome de IPHAN, sob a administração de Aloísio Magalhães, o instituto passa por uma renovação ideológica em que diversas premissas sobre o patrimônio e as estratégias narrativas da identidade cultural se alteraram incorporando aspectos imateriais da cultura.

No entanto, conforme destaca Fonseca (2005), a perspectiva que orientou a atuação do Sphan, nessa dita “fase heroica”, foi predominantemente estética. As propostas para salvaguarda do patrimônio nacional eram sustentadas por critérios de seleção que ressaltavam os valores artísticos excepcionais dos monumentos, além do caráter exclusivamente material dos bens, como se pode observar no artigo 1º do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. Este artigo define como patrimônio histórico e artístico nacional “o conjunto dos bens móveis e imóveis” que representam “fatos memoráveis da história do Brasil” ou que tenham “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Desse modo, as ações de preservação do patrimônio histórico nacional buscavam dar atenção para os edifícios do período colonial em estilo barroco e para os grandes palácios do governo em estilos variados, mas que eram dotados de valor simbólico para a história política da nação.

Ao abordar os conceitos de preservação, conservação e revitalização, Leonardo Castriota (2009, p. 170) formula as seguintes características para o que denominou de “modelo da preservação”, vigente na primeira fase do Sphan: 1) É fundamentado em uma concepção de patrimônio ligado à excepcionalidade, à noção de “cultura erudita” e ao valor histórico e/ou artístico dos bens. 2) Os tipos de objetos, tomados a partir de um formato de “coleção de itens”, são edificações, estruturas e outros bens individuais. 3) O marco legal das políticas públicas ligadas a este modelo é o tombamento. 4) O principal e talvez único ator envolvido no processo de proteção e valoração dos bens é o próprio Estado e seu corpo técnico de especialistas, sobretudo, historiadores e arquitetos. 5) A ação de preservação é fundamentalmente reativa e ocupa-se de proteger os bens das vicissitudes do tempo.

No caso do Brasil, neste primeiro modelo [preservação] pertencer ao patrimônio vai ter, ao lado de um significado cultural, um significado jurídico quase único: preservar se identificava, quase exclusivamente, com “tombar”. (CASTRIOTA, 2009, p. 154).

Sendo assim, o tombamento tornou-se o principal instrumento de proteção do patrimônio cultural no Brasil, amplamente utilizado nas políticas públicas empreendidas pelos órgãos de preservação. A cidade de Tiradentes foi tombada em 1938 (Figura 1) juntamente com outras cinco cidades mineiras (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro e São João Del Rei) de características semelhantes: cidades originadas no século XVIII devido à exploração mineral e com feições arquitetônicas similares.

**Figura 1:** Ofício do SPHAN confirmando notificação enviada ao prefeito da cidade de Tiradentes a respeito do Tombamento



**Fonte:** Processo 66-T-38, página 1, Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora.

O vínculo entre a política de preservação do SPHAN, o Estado e uma História oficial, foi bastante estreito e, assim como a historiografia tradicional, excluía de sua narrativa bens culturais, sujeitos e acontecimentos históricos não-pertencentes às elites (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 46). Além disso, o discurso do SPHAN pressupunha relação íntima de:

[...] identificação da sociedade mineira com a origem da própria nacionalidade, apontando as Minas do século XVIII como a civilização de fato notável do passado brasileiro. (JULIÃO, 2009, p. 149).

De acordo com Chuva (2003) para os intelectuais modernistas o sentido da identidade nacional estava ligado as “origens” da História da Arte Universal que naquele período era orientada por uma

visão positivista, linear, evolucionista e eurocêntrica da historiografia. O antagonismo aparente entre um projeto modernizador e sua referência ao passado colonial se dissolveu quando se atribuiu um sentido histórico que ligava este passado barroco ao futuro moderno da nação. Buscando construir um passado histórico que revelasse a cultura brasileira como um desdobramento da civilização ocidental europeia, os intelectuais do SPHAN encontraram no Barroco o vínculo que necessitavam para, como afirmado por Márcia Chuva (2003), inserir o Brasil no mundo civilizado.

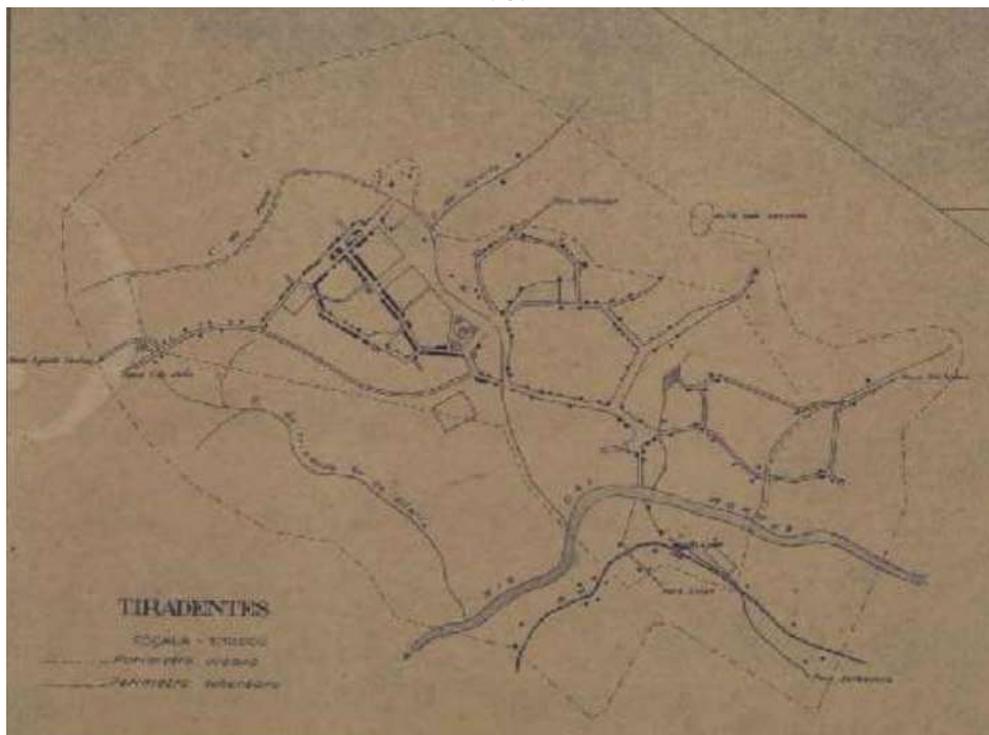
## **O “problema” da delimitação das áreas de tombamento e de entorno das cidades históricas**

Diferente dos dias atuais, o ato de tombamento não era acompanhado de levantamentos mais aprofundados a respeito dos bens e das áreas a serem protegidas. De acordo com Fonseca (2005), o critério próprio dos técnicos era que definia os bens a serem valorizados e a legitimação da escolha advinha de sua própria autoridade. Além disso, a valoração histórica dos bens não era tomada como prioridade, permanecendo os bens inscritos no Livro do Tombo Histórico, como secundários em relação aos inscritos no livro de Belas Artes. A prioridade foi de garantir a proteção legal dos bens, como obras de arte, por meio do instrumento de tombamento, sendo que os critérios que levavam a esses tombamentos permaneceram pouco abordados. A confluência dessas características acarretou dois fatores fundamentais para a compreensão do processo de proteção da Serra de São José e dos quais decorrem diversos dos problemas identificados nas seis primeiras cidades tombadas.

O primeiro fator foi essa ausência, no início, de uma delimitação das áreas de proteção das cidades. A partir da perspectiva em que as cidades eram tomadas como obras de arte, acabadas, não se esperava que as formas urbanas fossem passar por grandes transformações. Neste sentido, a delimitação da área de tombamento coincidia com os núcleos urbanos consolidados até aquele momento, portanto, não era especificada.

A área tombada de Tiradentes em 1938, o Centro Histórico, coincide com o núcleo urbano já consolidado até aquele momento. (FIGURA 2). Uma vez que a cidade estivesse tombada, é como se tivesse protegida de influências externas, a que muitos críticos, assertivamente, atribuem as características de uma cidade “engessada”, “congelada” no tempo.

**Figura 2:** Recorte de mapa representando o núcleo urbano de Tiradentes consolidado em 1939



**Fonte:** Mapa do Estado de Minas Gerais - Município de Tiradentes; 1939; ROSCOE, Octávio / OLIVEIRA, Helena Lopes de. Arquivo Público Mineiro, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora.

No entanto, de forma contraditória, Marina Salgado (2007) demonstra que em torno deste núcleo urbano denominado ‘Centro Histórico’ existe um processo de expansão da cidade com o surgimento de novas ruas e novos bairros. A autora demonstra, por meio de croquis, uma progressiva complexificação do tecido urbano pelo menos desde 1939. Diante de processos, semelhantes a estes, ocorrendo em diversos “sítios históricos”, o próprio IPHAN se viu frente à necessidade de adequar suas premissas a realidade das cidades tombadas que, cada vez mais, demonstravam intensa dinâmica de transformação e de ressignificação do uso e ocupação dos espaços dentro do território.

[...] a imutabilidade prevista nas formas urbanas existentes [...] não se verificou ao longo dos anos, e a atuação do IPHAN precisou se adaptar à nova realidade de crescimento urbano [...] A análise das transformações ocorridas e a complexificação da sociedade como um todo [...] resultaram na explicitação de um novo conceito de sítio histórico como um objeto urbano, em que o grande desafio é justamente conciliar a história impressa materialmente no território e as potencialidades de transformação. (BRASIL, 2007, p. 17-18).

O segundo fator a ser considerado está relacionado com a trajetória histórica do conceito de “entorno”. Com o passar dos anos, na medida em que o conceito se tornou mais complexo e abrangente, foram incorporadas noções ligadas à imaterialidade dos bens e à apropriação social. O entorno de mero suporte objetivando resguardar as áreas tombadas de centros históricos, passou a ser entendido de forma mais aprofundada no que diz respeito às suas complexidades urbanas. No entanto, nos anos iniciais do Sphan, as restrições em relação ao entorno de tombamentos estavam limitadas à questão da visibilidade dos bens acautelados, sem maior aprofundamento em temas como a ambiência, apropriação social e paisagem urbana.

Porém, ainda assim, a marcante dicotomia entre espaço a ser preservado e dinâmica de transformação própria das cidades, evidenciou o problema dos limites da expansão urbana em Tiradentes. Na medida em que a cidade desenvolveu para além do núcleo tombado, o espaço urbano foi se aproximando cada vez mais da área da Serra de São José que já encontrava-se em constante ameaça pela possibilidade de atuação de mineradoras. Entre a ameaça da mineração e da expansão urbana de Tiradentes, surgiram os primeiros debates a respeito da proteção do espaço natural, quando finalmente, foi colocada a questão sobre a Serra de São José constituir-se também como Patrimônio Cultural da cidade, embora seu pedido de tombamento ocorra em processo distinto ao da cidade e não no sentido de incorporá-la ao tombamento original.

Por fim, é preciso considerar que, somado a esses dois fatores, o processo de reconhecimento do patrimônio natural no Brasil ocorreu posteriormente a estes primeiros tombamentos que estavam exclusivamente associados à representação da arquitetura barroca no ambiente construído. Os debates a respeito do ambiente natural e sua preservação tiveram início e difusão anos mais tarde.

### **Meio ambiente e cultura: o patrimônio ambiental urbano**

Regina Horta Duarte (2005) indica a crescente preocupação das sociedades humanas com as questões sobre meio ambiente e sua preservação. A ideia de progresso – associada ao consumo de novas tecnologias cada vez mais avançadas – é reproduzida em escalas jamais imaginadas na história. O poder de compra vincula-se ao ideal de liberdade. Através do consumo, os indivíduos atribuem identidade uns aos outros fazendo com que a prática de consumir produtos novos ou atualizados lhes mantenha em sintonia com o seu meio social. Segundo Hobsbawm (1995, p. 261): “a revolução

tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo [...] e a crença que o *novo* equivale não só ao melhor, mas ao absolutamente revolucionário”. Este estilo de vida pautado no consumo é sustentado por meio de um discurso que defende esse cenário como necessário ao desenvolvimento econômico dos países, cujas lideranças não se isentam de glorificar possibilidades de aumento no poder de compra de seus cidadãos, o que gera empregos, estabilidade, visibilidade no mercado internacional, melhoria na qualidade de vida da população etc. (DUARTE, 2005). Entretanto, diante deste modelo consumista e desenvolvimentista, surgem problemas ecológicos gravíssimos que somente ganharam maior visibilidade nas últimas décadas.

O filósofo húngaro István Mészáros (2002) tem como uma de suas grandes inquietações as questões sobre o meio ambiente e a expansão sem limites do sistema capitalista em um mundo de recursos naturais finitos. O historiador Eric J. Hobsbawm (1995, 2007) também demonstra tal preocupação em seus textos, por exemplo, ao relacionar a busca contínua pelo crescimento econômico aos problemas do aquecimento global. Anthony Giddens (2002), sociólogo britânico, também se dedica a pesquisar as questões ambientais que emergem na contemporaneidade por meio de sua ‘teoria dos riscos’. O autor se preocupa em demonstrar, entre outras coisas, como o mundo industrial produz perigos para humanidade gerando o que ele chama de ‘fim da natureza’. No entanto, não é objetivo desta pesquisa aprofundar os trabalhos destes autores, mas sim, demonstrar como o tema ‘meio ambiente’ vem se tornando cada vez mais recorrente em distintas áreas do saber. Logo, a preocupação ambiental no âmbito científico, que é comumente relacionada com pesquisas da área da biologia, da ecologia, da geografia entre outras áreas afins, hoje interpenetra diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais. (BLACH, 2020).

Outra característica exemplar da universalização deste tema é que cada vez mais ele aparece nos discursos de políticos; nas iniciativas não governamentais com objetivos de preservação, como o Green Peace e a WWF (World Wide Fund For Nature); em programas pedagógicos escolares de diversos países; em grandes entidades internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a ONU (Organização das Nações Unidas); e nas pesquisas acadêmicas de diferentes áreas agregando alto valor interdisciplinar a discussão. “Todos esses fatores citados mobilizam, portanto, nosso mundo atual” (DUARTE, 2005, p. 13-14) e tal mobilização

é percebida através de iniciativas que procuram desenvolver ferramentas e criar parâmetros para o desenvolvimento das sociedades humanas. O estilo de vida mencionado anteriormente cada vez mais se torna inviável e políticos, economistas, pesquisadores e diversos outros profissionais procuram meios de perpetuar a reprodução do sistema capitalista adaptando-o a realidade atual, mediante manutenção do equilíbrio ecológico, ou seja, utilizando os recursos naturais de modo que não se extingam e impossibilitem sua própria existência. Um exemplo destes esforços está nas discussões em torno do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ que se torna, teoricamente, cada vez mais indispensável na elaboração de políticas de desenvolvimento nas últimas décadas.

Franz J. Brüseke (1994) demonstra que, desde os anos 1960 e 1970, de forma mais ou menos esparsa, iniciaram-se debates sobre a degradação do meio ambiente e dos limites para o desenvolvimento econômico-industrial. Desde então, foi realizada, em 1972, a primeira grande conferência internacional sobre o tema: a ‘Conferência de Estocolmo’. Neste mesmo ano ocorre a publicação da pesquisa intitulada ‘Limites do Crescimento’ por um grupo de pesquisadores denominado ‘Clube de Roma’ que propunham uma forma de conciliar o crescimento econômico com uma estabilidade ecológica, pois já previam que a lógica do crescimento, nas condições em que se encontrava, iria levar a escassez de recursos naturais em um futuro não muito distante. Nos anos seguintes, diversos outros pesquisadores propuseram modelos de ‘desenvolvimento sustentável’. Embora este termo só tenha surgido um pouco mais tarde, a ideia era bastante semelhante, por exemplo, em 1973 o canadense Maurice Strong se utiliza do conceito de ‘ecodesenvolvimento’ que foi sendo complementado no decorrer dos anos por diversos outros autores, como assinala Bruseke (1994, p. 15):

Podemos constatar, principalmente nos trabalhos de Ignacy Sachs (1973), mas também de Glaeser & Uyasulu (1984), que os debates sobre o ecodesenvolvimento prepararam a adoção posterior do desenvolvimento sustentável. Sachs usa hoje frequentemente os conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos. (BRUSEKE, 1994, p. 15).

Já em 1987, por meio da ‘Comissão Mundial da ONU Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento’, foi elaborado o ‘Relatório Brundtland’ no qual o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ aparece oficialmente formulado em sua versão mais recorrente na atualidade: “é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras

gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.” (BRÜSEKE, 1994, p. 16). A mobilização desses órgãos internacionais diante das questões ambientais e o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, possibilitaram a elaboração posterior da categoria de ‘Patrimônio Natural’ pela UNESCO. Esta foi tomada ao longo do tempo sob duas perspectivas: como mais uma ferramenta de preservação ambiental, por meio da qual se tornou possível proteger áreas de interesse ecológico e; posteriormente, como meio de reconhecer e valorizar o significado cultural e a relação do homem com a natureza nessas áreas protegidas.

De acordo com Ribeiro e Zanirato (2006), desde o final do século XIX, já iniciava-se um debate entre ambientalistas norte-americanos a respeito do patrimônio natural e, a partir da década de 1990, a discussão ganha amplitude internacional por meio das várias convenções realizadas: a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente; a Conferência do Rio 1992, as convenções sobre mudanças climáticas e as convenções sobre diversidade biológica; dentre outras nas quais já se discutiam o desenvolvimento sustentável. Nestes debates surgiram novas visões sobre a relação entre o conceito tradicional de patrimônio e a nova categoria proposta de patrimônio natural. As tentativas foram de conciliar a ideia de preservação dos recursos naturais sem prejuízo de sua utilização no futuro, ou seja, os esforços foram voltados para buscar no conceito de patrimônio natural, sintonia com os pressupostos do desenvolvimento sustentável. (BLACH, 2020). Todavia, Ribeiro e Zanirato (2006) demonstram que ainda prevalece na definição de patrimônio natural a valorização visando as características ligadas à excepcionalidade, como a biodiversidade, a beleza cênica e a informação genética, “[...] ou seja, a conservação de áreas naturais ainda obedece à visão utilitarista, que predomina na sociedade capitalista [...]” (RIBEIRO, ZANIRATO, 2006, p. 261).

Posteriormente, o conceito de patrimônio cultural promoveu ruptura com a visão tradicional, que apenas caracterizava como passível de salvaguarda os bens culturais dotados de “excepcionalidade”. A partir de então, a incorporação das perspectivas teóricas que fundamentam a ideia de Patrimônio Imaterial possibilitou pensar a relação entre o homem e o meio ambiente como passível de salvaguarda, apesar de todas as dificuldades técnicas para fazê-la. O conceito de meio ambiente e de cultura passaram por alterações diante desta perspectiva. As valorizações do excepcional e do belo cedem espaço para a valorização do “comum” sem o qual o belo e o excepcional não podem

existir. Assim, “[...] uma paisagem não é apenas um conjunto de árvores, montanhas e riachos, mas sim uma apropriação humana dessa materialidade [...]” (FUNARI, 2006, p. 25).

Nesse sentido, busca-se alinhar à discussão desta temática o conceito mais atualizado sobre o assunto, a categoria redefinida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no Artigo 1º da Convenção do Patrimônio Mundial de 1999: Paisagem Cultural. Essa expressão, segundo Castriota (2009, p. 261), representa “[...] uma importante contribuição para se abordar a questão do desenvolvimento sustentável ao envolver mais de perto as próprias comunidades [...]” e oferece, ainda, condições de agregar novo sentido ao termo patrimônio natural, podendo romper com sua perspectiva utilitarista.

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo 1º da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas como base, tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial, 1999, *apud* CASTRIOTA, 2009, p. 261).

Desse modo, como demonstrado por Castriota, o conceito de paisagem cultural agrega ao conceito de patrimônio natural um componente humano por meio da análise da relação entre cultura e natureza. A partir dessa perspectiva, em que cidade, natureza e patrimônio cultural são pensados por meio de sua dinâmica e plasticidade, evidencia-se duas características contraditórias do processo de preservação: 1) A cidade é dotada de um constante processo de mudança pautado pela relação construir-destruir-reconstruir, ou seja, pode ser tomada como um “organismo vivo” com intensa dinâmica de transformação; 2) A cidade tomada como “obra de arte” a ser preservada é registro material do desenvolvimento da história e da cultura.

Como preservar um bem intrinsecamente dinâmico que acompanha e ao mesmo tempo registra o desenvolvimento da vida humana? Conforme defendem diversos dos autores consultados nesta pesquisa, a preservação do patrimônio natural em relação ao espaço urbano não trata de “congelar” a cidade no tempo, e sim de promover seu desenvolvimento, transformação e renovação de maneira

sustentável, de forma que não sejam privilegiados interesses econômicos de determinados segmentos da sociedade e seja valorizada sua cultura e sua memória.

Pensar a cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando um processo vital que informa a cidade e não apenas monumentos “excepcionais” isolados. (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

Portanto, a concepção mais atualizada em relação à definição de patrimônio natural é a que considera como prioridade a preservação da qualidade de vida das pessoas e da sua relação com o meio ambiente urbano e os bens naturais e culturais. Sendo assim, utilizando-se dos conceitos apontados até o momento, buscou-se analisar o processo de tombamento da Serra de São José.

**Figura 3:** Vista da Serra de São José a partir de Tiradentes



**Fonte:** Wikimedia Commons. **Autora:** Sônia Rigueira.

### Narrativas de preservação da Serra de São José (1979-1987)

As ações de preservação da Serra de São José tiveram início no final da década de 1970, em Tiradentes, MG, frente ao temor de que aquela localidade se transformasse em terreno a ser explorado pela indústria mineradora. (BLACH, 2020).

De acordo com o texto Patrimônio Ambiental de Tiradentes de autoria Luiz Cruz (2009), em 1977, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) cedeu a uma mineradora a concessão para exploração de um terreno da prefeitura localizado na Serra de São José. No entanto, por meio de uma solicitação do Iphan, o alvará foi cancelado. Naquele mesmo ano, o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT) deu início a um movimento em prol da preservação da Serra e, em 1979, solicitou, pela primeira vez, o seu tombamento federal. Este processo vem se arrastando deste então e até o momento não foi concluído.

Estas iniciativas de preservação se inscrevem em um contexto mais amplo de difusão das questões ambientais no Brasil. De acordo com Ângela Alonso e Valentino Costa (2002), ocorreu uma progressiva especialização e abrangência da temática ambientalista a partir dos anos 1960, no Brasil. Com uma compreensão cada vez maior da área de influência do discurso ambientalista, que ganha espaço no campo intelectual e político, a questão ambiental é institucionalizada e fica submetida ao jogo político do poder.

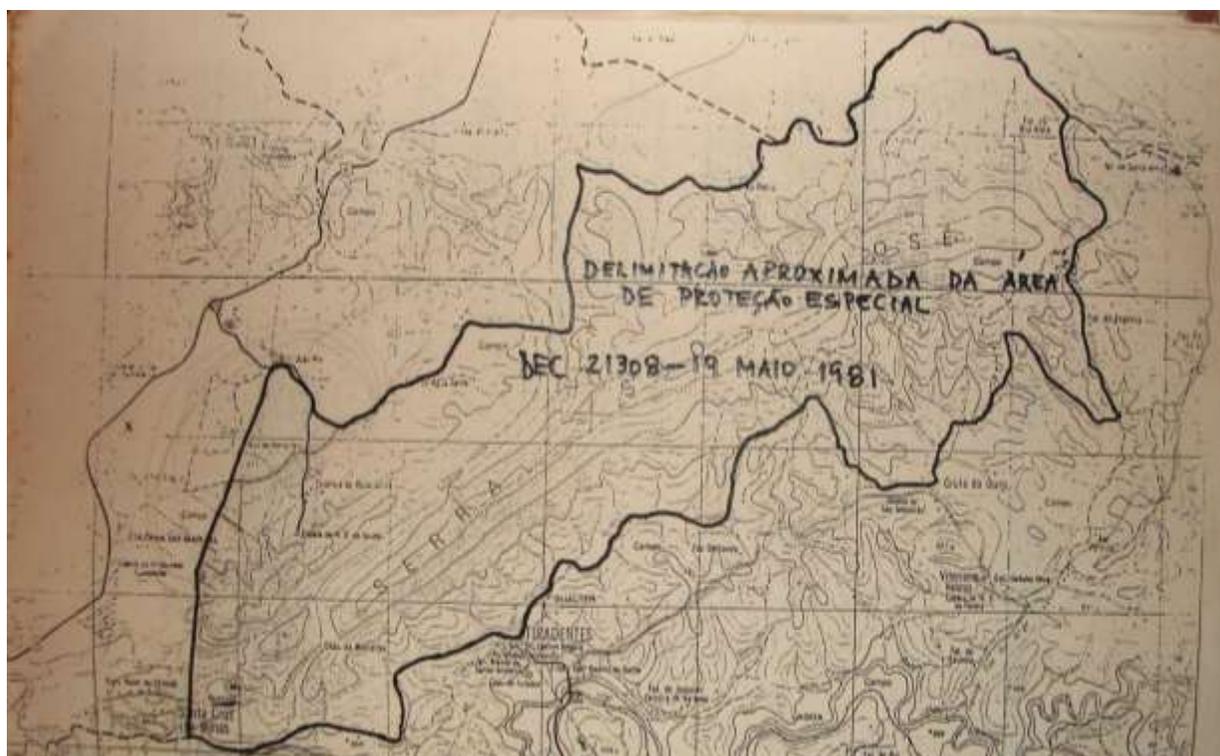
Ocorre mesmo a tradução de dimensões suas [ambientais] em problemas de política pública. Isto significa que os temas ambientais passam a estar sujeitos, portanto, às restrições impostas pela racionalidade administrativa, onde imperam as soluções pragmáticas (politicamente aceitáveis e economicamente viáveis para uma sociedade capitalista) e onde toda demanda, por mais justificável que seja do ponto de vista ambiental (ou econômico ou social), precisa levar em consideração os outros interesses organizados e representados na esfera pública. (ALONSO; COSTA, 2002, p. 116).

Por meio da análise das diversas classificações de Unidade de Conservação que a Serra de São José recebe do Poder Público, este processo torna-se explícito em Tiradentes. As iniciativas do IHGT, em prol da preservação da Serra de São José, levaram-na em 19 de maio de 1981 a tornar-se uma Unidade de Conservação. Por meio do Decreto Estadual nº 21.308, daquele ano, a Serra foi classificada pelo Governo de Minas Gerais como Área de Proteção Estadual Especial (APEE). [FIGURA 4]. O decreto determina a “[...] preservação de mananciais e do Patrimônio Histórico e Paisagístico [...]”, a preservação permanente de florestas e da vegetação natural e o estabelecimento de regras de

parcelamento do solo e sua ocupação. Nota-se que o decreto não menciona nem estabelece regras diretamente relacionadas com a atuação das mineradoras.

Porém, em virtude das “garantias” oferecidas por esse decreto, as mobilizações em prol do tombamento da Serra se acalmaram. Uma vez que a APEE saciasse as demandas de proteção da Serra e que o discurso presente no decreto convencesse aos agentes interessados da segurança da Serra, o seu tombamento tornava-se menos urgente. Sobretudo, pelo fato de o decreto determinar não somente a proteção ambiental como também do Patrimônio Histórico e Paisagístico. O que pode ser revelador da eficácia do discurso do decreto é o fato de não ter sido encontrada documentação em prol do tombamento da Serra nos anos imediatamente posteriores a 1981 e uma quantidade reduzida de documentação referente à sua preservação até 1986.

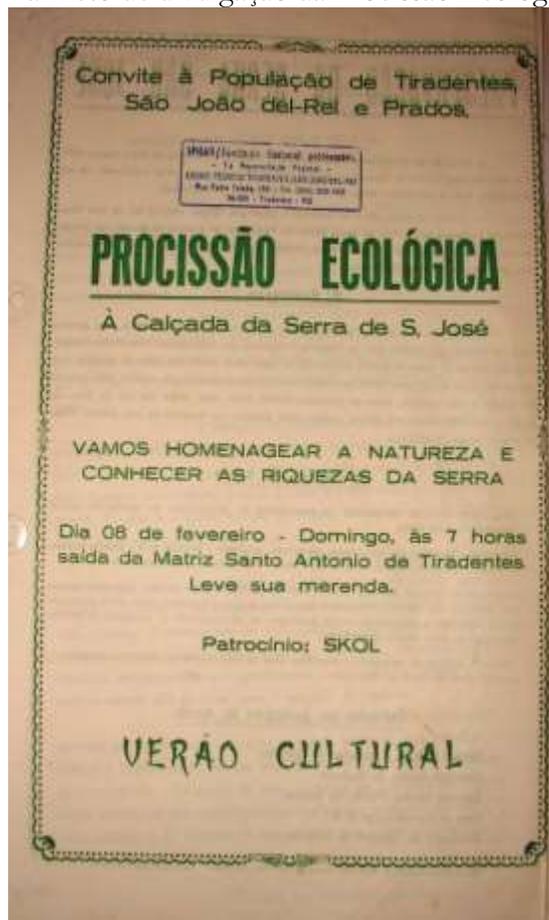
**Figura 4:** Gráfico da região da Serra de São José com a demarcação aproximada da área da APEE, 1981



**Fonte:** Arquivo do Iphan em Tiradentes, MG, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora.

Em 1986 e 1987, as mobilizações pela proteção da Serra foram retomadas. Luiz Cruz (2009) relata que as mineradoras continuavam sendo uma ameaça. A maior parte da documentação encontrada nos arquivos do Iphan remete-se a este período. São diversos registros como panfletos sobre a preservação da Serra, relatórios de reuniões da Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT, fundada em 1980 e extinta em 2006), eventos como uma Procissão Ecológica, a inauguração da Semana do Meio Ambiente de Tiradentes e estudos diversos de geólogos, biólogos e outros pesquisadores. [FIGURA 5]. Este grande volume de fontes revelou que aquelas garantias prometidas pela APEE se mostraram ineficazes e novamente os agentes interessados se viram diante da necessidade de novas mobilizações pela proteção da Serra, retomando também a discussão sobre o tombamento. (BLACH, 2020).

**Figura 5:** Panfleto de divulgação da Procissão Ecológica de 1987



**Fonte:** Arquivo do IPHAN em Tiradentes, MG, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora

Em 1986 a SAT apresenta “Um Projeto para Salvar e Valorizar a Serra de São José”. O documento buscava ações para promover o estudo da biodiversidade da Serra, criar projetos de proteção das reservas biológicas, conscientizar a população da importância da preservação e encontrar “soluções realistas” para as relações conflituosas entre preservação ambiental, os interesses da população local e dos proprietários de terras na área da APEE. A perspectiva assumida pela SAT demonstra a preocupação com os impactos da preservação da Serra. Procuravam por meios de proteção que não prejudicasse as suas funções econômicas fundamentais para a comunidade, como a extração mineral para o artesanato, a areia e pedras usadas em construções e diversos outros fins.

A preocupação da SAT em conciliar os interesses conflitantes da sociedade sobre o destino da Serra revela que, àquela época, os ideais de preservação não eram unanimidade entre a população. Sobretudo, porque estes ideais vão de encontro com os meios de sobrevivência de diversos indivíduos que dependiam de atividades relacionadas à exploração de recursos na Serra de São José. Contudo, com o discurso sobre a necessidade de impedir a ação das mineradoras e refrear as ações isoladas de proprietários de terra que depredavam a Serra, a SAT propôs este projeto visando à conscientização da sociedade diante da preservação e buscando uma via conciliatória semelhante à do desenvolvimento sustentável.

O retorno dos projetos de preservação, a partir de 1986, evidencia que o decreto da APEE não se mostrou eficaz para proteger a Serra. As divergências com os proprietários de terras, a prática de queimadas, a ameaça das mineradoras, o extrativismo mineral, a especulação imobiliária, a necessidade de uma conscientização ecológica da população e diversos outros fatores continuam sendo problemas recorrentes. (BLACH, 2020). Questões sociais sobre o sentido da preservação, sobre os usos da Serra e sobre os impactos diretos na vida econômica da população são refletidas na documentação da época, sobretudo, nos relatórios produzidos pela SAT cuja liderança era composta também por membros da sociedade civil. Uma grande variedade de ações foi iniciada ou retomada em prol da preservação da Serra de São José, levando também o Sphan a elaborar um dossiê que levou a classificação da Serra como uma Área de Proteção Ambiental (APA). A situação parecia assumir caráter de emergência devido à quantidade de ações tomadas pelas mais variadas instâncias em prol da preservação.

É notório a inexistência de discussões que colocassem em questão a delimitação da área de tombamento ou da área de entorno do sítio. Esta ausência pode ser reveladora de uma perspectiva

consolidada de que o tombamento e a “cidade histórica” contemplavam apenas o ambiente construído. Assim, pode-se raciocinar a partir da metáfora em que o ambiente natural, nesse caso, foi apreendido como uma “moldura” onde o artista exhibe e protege seu trabalho. De fato, em diversos registros e até os dias atuais é recorrente a referência à Serra de São José como “moldura” da cidade e não como elemento primordial dessa “obra de arte” chamada Tiradentes.

### **A Serra de São José e as Unidades de Conservação Sobrepostas (1987-2009)**

Em 1987, o escritório técnico do Iphan de Tiradentes enviou para apreciação e avaliação competente o dossiê de classificação da Serra como uma Área de Proteção Ambiental (APA). Dessa forma, foi requerida a criação da APA sob a mesma delimitação definida pelo decreto da APEE. Em suma, essa nova categoria de proteção da Serra, proposta nestes termos, tem a mesma função do decreto de 1981, figurando-se como mais um possível meio de preservação. Em 1989, mediante ausência de respostas satisfatórias, este processo foi novamente requerido até que, em 16 de fevereiro de 1990, por meio do Decreto Federal nº 30.934, o dossiê da APA foi aprovado.

Assim como o decreto da APEE, este também vislumbra a preservação da Serra como patrimônio histórico e paisagístico. Todavia, tal iniciativa parece ter levado à discussão sobre o tombamento novamente ao ostracismo. Porém, em contrapartida, Luiz Cruz (2009) sugere que as pressões pela preservação ambiental não retrocederam, mas sim, acentuou-se a mobilização para a efetiva aplicação dos termos contidos nestes decretos. Por ser uma área de Mata Atlântica, a Serra também enquadra-se na classificação de Reserva da Biosfera declarada pela Unesco, em 1994. Por último, em 2004, a Serra foi classificada também como Refúgio Estadual da Vida Silvestre (REVS) devido à libélula da Serra de São José. Esta nova categoria coloca em questão a exploração sustentável dos recursos naturais prevista nos decretos anteriores. A partir de então, a preservação deveria seguir critérios mais rigorosos em que mesmo o uso sustentável encontra limitações. Estas diversas definições da Serra como Unidades de Conservação sobrepostas garantiram, em 2007, seu reconhecimento como Mosaico de Unidades de Conservação.

Em 2009 e 2010, novas mobilizações pela preservação da Serra foram iniciadas. O IHGT lançou uma campanha de retomada em prol do tombamento e a partir de então ocorreram diversas mobilizações com o mesmo objetivo. Infere-se que, além da demora provocada por empecilhos

técnicos e burocráticos, o projeto de tombamento vem se arrastando desde 1979 porque entrou em um ciclo de “esquecimento” e retomada. Em 1981, o decreto da APEE pareceu ser suficiente para saciar as demandas de preservação da Serra. Nos anos imediatamente posteriores, foi detectado um esfriamento da efervescência da sociedade civil em torno do tombamento, sobretudo, devido ao fato de que o decreto previa a salvaguarda da Serra como Patrimônio Histórico e Paisagístico. Entretanto, em 1986, as mineradoras continuavam ameaçando a Serra e a partir de então o projeto de tombamento foi “relembrado”. Em 1990, foi lançado o decreto da APA e nos anos posteriores o tombamento entrou em nova fase de ostracismo. O ciclo repete-se em 2002/2004 – diante de novas ameaças que surgem e a classificação da Serra como REV’s – e mais uma vez em 2009/2010. Em 2019 o Iphan reabriu o processo de tombamento da Serra.

O conteúdo dos decretos e do próprio tombamento do núcleo urbano, enquanto sua função e delimitação da área a ser preservada, é muito semelhante e cada um deles, por si só, se colocado em prática, deveria ser suficientemente capaz de oferecer aparato jurídico para proteger a Serra. Porém, detecta-se a ineficiência destes decretos: o grande número de cópias de processos judiciais e registros de ocorrência policial sobre denúncias de depredação ambiental na Serra presentes no arquivo do Iphan em Tiradentes revela que as unidades de conservação não foram de fato implantadas.

### **Considerações finais**

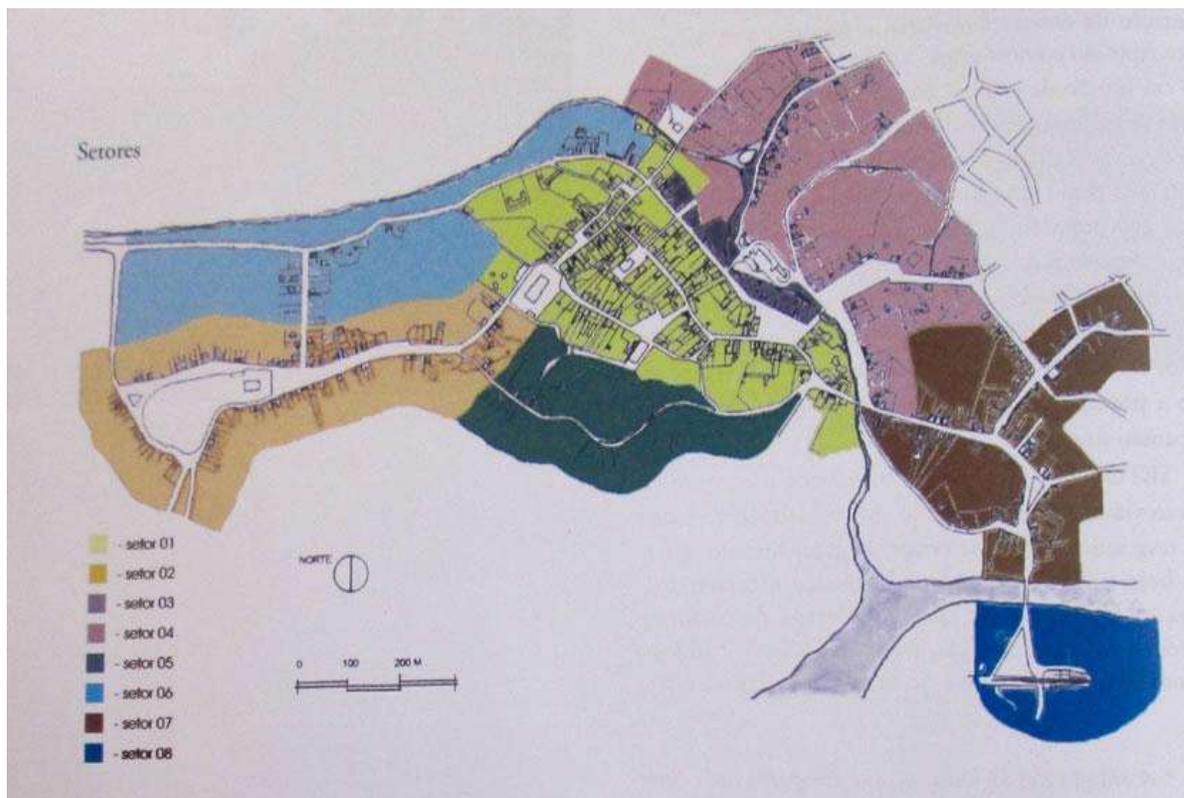
Cada vez que foi constatada a ineficiência de um decreto, a sociedade civil e as instituições interessadas mobilizavam-se pela preservação da Serra de São José, sendo retomada também a discussão sobre o seu tombamento isolado. A documentação levantada reflete a tônica do discurso ambientalista que se difunde no Brasil desde a década de 1960 no qual, apesar de não ter sido encontrado o termo desenvolvimento sustentável de forma explícita, seus preceitos estão diluídos nas proposições dos projetos de proteção da Serra de São José que buscam sempre conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico da região, sobretudo a cidade de Tiradentes.

Desse modo, é notório que o discurso de preservação priorizava as questões de valor genético, natural, excepcional da Serra de São José – mesmo apesar de os decretos vislumbrarem a proteção como patrimônio histórico e paisagístico. A inexistência da delimitação da área de tombamento do sítio histórico de Tiradentes na década de 1930 é reveladora de uma perspectiva em que o conceito de

patrimônio estava associado à noção de excepcionalidade dos bens que foram valorizados e sua interpretação como obra de arte.

Com a crescente abrangência do campo da ecologia e as ressignificações sucessivas por quais passaram os conceitos de patrimônio cultural e de entorno de bens tombados, não se justifica que a Serra de São José não esteja inserida na área de proteção do tombamento da cidade até os dias atuais, sobretudo, com tamanha comoção e mobilização de comunidades locais. Em uma publicação do Iphan em parceria com o Senado Federal, “Cidades históricas, inventário e pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes” (BRASIL, 2007), são propostas normas e regras para a administração de ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural na cidade de Tiradentes. As propostas estão em sintonia com as pesquisas mais recentes sobre o tema. A publicação revela diversas questões conceituais e sugestões atualizadas com as normas para o uso e a ocupação do solo. Contudo, diante dos diversos processos jurídicos encontrados nos arquivos, foi possível identificar que estas normas também não foram colocadas em prática de maneira generalizada. Além do mais, a proposta de zoneamento da cidade em oito diferentes áreas de proteção não abarca o ambiente natural e a Serra de São José, revelando que, apesar dos avanços, ainda é possível detectar permanências de uma perspectiva mais tradicional do conceito de patrimônio cultural (Figura 6).

**Figura 6:** Proposta de zoneamento do centro histórico da cidade de Tiradentes realizada pelo Iphan, a Serra de São José sequer é representada no mapa.



**Fonte:** BRASIL. Senado Federal. Cidades Históricas; Inventário e Pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes. Edições do Senado Federal. Vol. 83. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

Ao tomar a cidade como o núcleo urbano consolidado até aquele momento, a exclusão praticamente automática do ambiente natural em detrimento do ambiente construído demonstra o quanto os debates a respeito do patrimônio natural estavam distantes da constatação de que a paisagem é uma apropriação/transformação humana de condicionantes naturais que possibilitaram o desenvolvimento da vida naquele lugar. Assim, pode-se destacar:

[...] a importância da relação entre ser humano e natureza esquivando-se de possíveis reducionismos e determinismos geográficos, pois, a abundância de minerais, o clima favorável e a localização estratégica, tomados como elementos naturais, não teriam significado para História sem a intervenção daqueles Homens que se apropriaram e modificaram o meio físico atribuindo-lhe também, valor simbólico de forma que se tornou possível a ocupação do espaço e a fundação dos arraiais que deram origem as cidades de Tiradentes e de São João Del-Rei.(BLACH, 2020, p. 75).

Por fim, em relação ao processo de tombamento isolado da Serra, cabe ressaltar o quão relevante e adequado pode ser a Chancela de Paisagem Cultural cuja ampliação conceitual dá conta de uma complexidade maior de elementos estruturantes da história, cultura e identidades locais.

#### Referências bibliográficas:

- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In ALIMONDA, Héctor. **Ecología Política: Naturaleza, sociedad y utopía**. CLACSO: 2002.
- BLACH, Matheus Cássio. **Patrimônio Natural & Desenvolvimento Sustentável: história, conceitos e estudo de caso**. Timburi/SP: Cia do Ebook, 2020.
- BRASIL. Senado Federal. Cidades Históricas; Inventário e Pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes. **Edições do Senado Federal**. Vol. 83. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. in CAVALCANTI, Clóvis et al. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INSPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, 1994, p. 14-20.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CEDRO, Marcelo. **Tiradentes: origens de sua fundação (1702-1718)**. Monografia (Departamento de História - PUC Minas), mimeo, 1999.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro; v. 4, n.7, jul.-dez, 2003, p. 313-333.
- CRUZ, Luiz. **Contribuição para o Tombamento Federal da Serra de São José, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2009. Arquivo pessoal do autor.
- DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica: 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2002.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita, Revisão técnica: Maria Célia Paoli; São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Tradução Marcos Santarrita; São Paulo, Companhia das Letras: 2007.

JULIÃO, Leticia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, v.22, n.43, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jan-jul. 2009, p. 141-161.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Editora da UNICAMP & Boitempo Editorial: São Paulo: 2002.

MOTTA, Lia. THOMPSON, Analucia. **Entorno de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

RIBEIRO, Wagner Costa, ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, ano/vol. 26, n. 51. São Paulo: Associação Nacional de História, 2006, p. 251-262.

SALGADO, Marina. Legislação X Paisagem urbana: estudo de Caso da Cidade de Tiradentes, MG. **Anais do XVI Congresso Nacional CONPEDI**. 2007 pp. 1675- 1696.

## Apuntes en pro del desenvolvimiento patrimonial cultural de la ciudad de Ibagué, Colombia. Una perspectiva a partir de la promoción de su patrimonio artístico

Discernimentos acerca do desenvolvimento do patrimônio cultural da cidade de Ibagué, Colômbia. Uma perspectiva baseada na promoção de seu patrimônio artístico

**Natalia Vanessa Ramírez**

Mestra em Estudos da Linguagem

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

nataliavarape@gmail.com

**Recebido em:** 02/03/2020

**Aprovado em:** 01/04/2020

**Resumen:** Este escrito expone ideas sobre la importancia de salvaguardar el patrimonio material artístico de la ciudad de Ibagué (Colombia), teniendo en cuenta la presencia activa de tres de sus principales museos; el MAT, el Museo de Instrumentos Musicales Alfonso Viña Calderón, Museo Casa de la Memoria, la Reconciliación y los Derechos Humanos, y las actividades que cada uno promueve. Abordé someramente aspectos como la gestión del patrimonio y la necesidad de apropiarse y proteger la materialidad de los actuales y futuros bienes culturales de tipo artístico para afianzar la consolidación de un pasado común a ibaguereños y tolimenses. Serán retomados, textos de los autores Joseph Ballart, María del Egado, María Cecilia Londres Fonseca, así como también informaciones extraídas de un sitio web local dedicado a inventariar el patrimonio cultural. Esto, a fin de enlazar temas como la gestión, la preservación y conservación de bienes materiales, sus conexiones con entes gubernamentales y nacionales. Se cierra con propuestas que buscan promover la concientización, la educación e investigación en dichos campos en la ciudad.

**Palabras Clave:** Ibagué; Patrimonio Material; Cultura.

**Resumo:** Este artigo tenta apresentar idéias relacionadas à importância de salvaguardar o patrimônio material artístico da cidade de Ibagué (Colômbia), levando em consideração a presença ativa de três de seus principais museus; MAT, Museu de Instrumentos Musicais Alfonso Viña Calderón, e a Casa-Museu da Reconciliação e Direitos Humanos, juntamente com as atividades que cada um promove. Por isso, tratei brevemente aspectos como gestão do patrimônio e a necessidade de se apropriar e proteger a materialidade dos ativos culturais artísticos atuais e futuros para fortalecer a consolidação de um passado comum a todas as pessoas de Ibagué e Tolima. Serão retomados textos de Joseph

Ballart, María del Egado, de Maria Cecilia Londres Fonseca, além de informações extraídas de um website local dedicado ao inventário do patrimônio cultural da cidade, entre outros, com o objetivo de discutir tópicos como gestão de patrimônio, preservação e conservação de bens materiais e suas conexões com entidades governamentais e nacionais, e depois encerrar com algumas propostas que buscam promover a conscientização, educação e pesquisa nessas áreas.

**Palavras-chave:** Ibagué; Patrimônio Material; Cultura.

### A modo de Introducción

Indudablemente pensar en el futuro de una sociedad y en lo que se quiere dejar a esta implica hacer una revisión de las bases en las que están sentadas su cultura y por ende su pasado e historia, pues son los encargados de contornear la identidad que dicha sociedad ha logrado mantener viva pese a los cambios y el paso del tiempo. En este sentido, aquello a ser “heredado” o transmitido a las generaciones siguientes se encuentra comprendido por bienes materiales e inmateriales, definidos por la UNESCO (1954) como:

(a) los bienes, muebles o inmuebles, que tengan gran importancia para el patrimonio cultural de los pueblos, tales como los monumentos de arquitectura, de arte o de historia, religiosos o seculares, los campos arqueológicos, los grupos de construcciones que por su conjunto ofrezcan un gran interés histórico o artístico, las obras de arte, manuscritos, libros y otros objetos de interés histórico, artístico o arqueológico, así como las colecciones científicas y las colecciones importantes de libros, de archivos o de reproducciones de los bienes antes definidos.

(b) Los edificios cuyo destino principal y efectivo sea conservar o exponer los bienes culturales muebles definidos en el apartado a), tales como los museos, las grandes bibliotecas, los depósitos de archivos, así como los refugios destinados a proteger en caso de conflicto armado los bienes culturales muebles definidos en el apartado a).

(c) Los centros que comprendan un número considerable de bienes culturales definidos en los apartados a) y b), que se denominarán centros monumentales”.

Es decir, son creaciones físicas de gran importancia para quienes componen los distintos grupos sociales, como puede serlo, a modo de ejemplo, la elaboración de un determinado plato típico, cierto lugar, un paisaje natural, alguna práctica ritual, las músicas típicas o un objeto específico. Ambos tipos de bienes, al encontrarse o ser instituidos en determinados contextos están permeados por las experiencias de los habitantes de dicho contexto (y los significados que ellos otorgan) y su creatividad, tornándolos expresiones únicas, repletas de datos sobre las hazañas, el pensamiento, los hábitos e incluso las creencias, gracias a los cuales se justifica el presente, se entiende a raíz de qué sucedieron

hechos históricos y se proyectan otros a futuro, renovando siempre la conexión emotiva que une de distintas formas a las generaciones asociadas a tales recursos.

Las líneas previas buscan encauzar la discusión de este texto hacia las aguas del patrimonio cultural, en particular a las del patrimonio cultural material, entendido como el conjunto de acervos o bienes de tipo palpable o tangible, que fueron elaborados en el pasado por diversos grupos sociales y por lo general reflejan valores históricos, identitarios, artísticos y espirituales (en algún momento imperantes), que certifican la prolongación cultural de las sociedades. Por su parte, los autores Joseph Ballart y Juan Jordi Tresserras, en sus análisis relativos al tema patrimonial, puntualizan esta noción aseverando:

[...] El concepto de patrimonio material tiene que ver con transmisión de mensajes culturales vía objetos, unos objetos (objetos grandes o pequeños, trazas, ruinas, objetos muebles o inmuebles...) que hacen de verdaderos mensajeros de cultura, así como de permanentes testimonios de hechos de civilización. (2001, p. 13)

Justamente pensando en las denominaciones “mensajeros de cultura” y “testimonios”, asignadas por los autores a los objetos culturales de una comunidad, inseridos consecuentemente en el conjunto de patrimonio cultural, intentaré reflexionar en las próximas páginas acerca de la importancia del rescatar, proteger e identificar las creaciones artísticas (antiguas y nuevas) de la ciudad de Ibagué (departamento del Tolima), Colombia y en especial de los lugares encargados de salvaguardarlo y conservarlo, es decir, los museos junto con las salas de exposición. A partir de tal primicia, comienzo por asumir que una producción artística paralelamente a la subjetividad de la belleza que alberga:

[...] une el carácter excepcional del acto de creación humana. Esta trasciende la pura funcionalidad para convertirse en algo único e insustituible. Pero al margen de esta capacidad que tiene de metamorfosear la realidad y de trascender, aquí interesa considerar un factor adicional de valor que la obra de arte pone de manifiesto: el artificio humano. Cuanto más artificio, más alto ha parecido ante los ojos de los hombres el valor de una obra de arte. (Ballart, 1996, p. 218)

Teniendo en cuenta que pese a ser poca la bibliografía asociada específicamente a Ibagué y a su patrimonio artístico, la producción de este tipo es inmensa en la región (al igual que muchos territorios dentro o fuera de Colombia), pero estudiada bajo el lente de los escasos grupos académicos locales; es así que espero aportar un poco con esta reflexión sobre la relevancia de tal asunto, o mejor, de la presencia de tales “mensajeros”, puesto que como todas, es una zona con riquezas culturales y

dados los aspectos mencionados, pueden forjarse allí interesantes e inéditos estudios ligados al patrimonio cultural regional y el colombiano.

De acuerdo con lo expuesto en el sitio web *Monumentos de Ibagué*, cuyo contenido proporciona informaciones relacionadas con el fomento a la cultura ibaguereña vía internet, el patrimonio artístico de la ciudad no posee un inventario establecido y en consecuencia su conservación y control son casi inexistentes pues una gran parte la poseen sectores privados, externos e internos. De otro lado, tampoco se cuenta con legislaciones concretas que afirmen explícitamente las responsabilidades de estos propietarios (MONUMENTOSIBAGUE, 2018), ante lo cual, se desconocen cifras claras que den luces a cerca de los objetos artísticos que pudieron o pueden pertenecer al conjunto de bienes culturales de Ibagué (que se estiman pueden ser desde objetos prehispánicos, hasta obras de arte de los siglos XIX-XX). En efecto, habría una especie de amnesia cultural, en la medida en que la pérdida o por lo menos el paradero de estos lleva consigo parte del pasado de sus habitantes e igualmente, nos habla de la gestión que le ha sido aplicada, la inversión económica y de la preocupación de los entes gubernamentales al respecto, desencadenando una aparente indiferencia por parte de los pobladores, junto con una falta de conciencia de lo que ha sucedido y sus implicaciones sobre la percepción que ibaguereños y tolimenses poseen de su historia regional.

Parafraseando a Ballart y Tresserras (2001, p. 16), se podría llegar a pensar que hay una parte de nuestro pasado no rescatado del olvido ni de su muerte, logrando que, sin saber, omitamos (por años) muchos de los significados de nuestras prácticas tradicionales y/o culturales. Lógicamente, y basada en los aportes de *Monumentos de Ibagué*, el patrimonio cultural de tipo artístico de esa ciudad hoy en día es comprendido por el MAT (Museo de arte del Tolima), el Museo de Instrumentos Musicales Alfonso Viña Calderón, Museo Casa de la Memoria, la Reconciliación y los Derechos Humanos, el Museo al aire Libre y las salas de exposición de las bibliotecas públicas de la ciudad, del Banco de la República, y de la Universidad del Tolima debido a que:

Son los custodios y encargados de exhibir y difundir este patrimonio cultural, que en su mayoría están en museos oficiales. A éste patrimonio pertenecen la pintura, la escultura y en general las artes plásticas, así, como los elementos utilitarios que son los objetos que hacen parte de los mobiliarios, decoraciones y ornamentos de todo tipo, que ayudan a recrear cómo vivían en otras épocas los ciudadanos de esta ciudad. (MONUMENTOSIBAGUE, 2018)

Cada uno de estos espacios buscan, en palabras de la profesora María Cecilia Londres, *convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais* (2017, p.151). Veamos a continuación algo de las acciones y particularidades de los tres primeros museos nombrados, en función de su tipología (entidades con colecciones museográficas situadas en salas museales).

### Tres casos destacados en la Ciudad

El MAT [imagen 1], por ejemplo, desde su inauguración en 2003 se ha destacado por contar permanentemente con la exhibición de tres colecciones (referentes a todos los tipos de artes plásticas y visuales, provenientes de épocas y tendencias variadas<sup>1</sup>) de las cuales una expone obras de artistas del departamento del Tolima, así mismo, en sus espacios y programación se incluye *El salón tolimense de Fotografía* en el que se presentan (de forma permanente e itinerante) registros o colecciones de artistas o aficionados tolimenses, nacionales e internacionales con el objetivo de mostrar cómo se concibe la fotografía en la región, la creatividad, el dominio del lente de sus artistas, cuáles y cómo son las temáticas abordadas y compartir técnicas entre los fotógrafos locales e invitados.

**Imagen 1:** Sala de exposiciones del Museo de Arte del Tolima.



Fuente: Disponible en: <<https://museodeinstrumentos.unibague.edu.co/index.php/las-colecciones/coleccion-vina>> Acceso em 02 de março de 2020.

La labor de la institución es clave, si se tiene en cuenta que ya la ciudad y el departamento del Tolima tienen vacíos en lo concerniente al paradero de gran parte de lo que corresponderían ser sus bienes materiales culturales, en los cuales, como fue señalado, obras artísticas no son la excepción. De

---

<sup>1</sup> Tomado del sitio web del MAT <https://museodeartedeltolima.com.co/trayectoria-del-museo-de-arte-del-tolima/>

hecho, su accionar como museo debe ser riguroso en la medida en que al ser custodio de objetos artísticos, que de la mano con la historia:

Se han plasmado en materiales que la humanidad utiliza, transforma y modifica a lo largo de los siglos. El conocimiento en profundidad de la naturaleza material de los bienes culturales es fundamental para su conservación, además de proveer de valiosos datos para una acertada reconstrucción de la historia, sus usos y culturas (EGIDO, 2008, p. 18)

Ahora, custodiar y salvar obras de los artistas tolimenses de los últimos tiempos (es decir, que sean o puedan encajar como bienes culturales materiales), siempre atentos para prevenir futuras pérdidas de cualquier tipo, implica, como lo acota María del Egido, brindar una conservación y preservación preventiva, porque no basta con protegerlos por un ente oficial sino se está al tanto de su naturaleza material. [...] Parecería pues que mientras nuestro patrimonio histórico representa valores artísticos y culturales atemporales, su naturaleza material actúa en sentido inverso (Egido, 2008, p. 34), entonces, el MAT y las acciones realizadas con participación de la comunidad de Ibagué y el Tolima, requieren del involucramiento de profesionales transdisciplinarios que auxilien en el dimensionar de los valores palpables e históricos de lo que se tiene y lo que se tendrá. Profesionales como museólogos, restauradores, historiadores, curadores, bajo por qué no, el amparo de los auxilios tecnológicos provenientes de esas áreas, serían inicialmente lo más indicados.

Lo anterior, es aconsejable siempre y cuando el contexto político ideal, o por lo menos correcto, y el apoyo económico gubernamental sea invariable, debido a que, sin temor a sonar obvio, de seguro la institución funcionaria con pocas o ninguna falencia, y más importante aún, los bienes a ser sucedidos a la siguiente generación serían entregados sin grandes degradaciones, mientras a la par comunican lo que fue relevante para las pasadas.

En este sentido, otro museo encargado de exponer y conservar bienes de carácter similar, es el Museo de Instrumentos Musicales Alfonso Viña Calderón [imagen 2] ubicado en el campus de la Universidad de Ibagué. Espacio conformado por una colección variada de instrumentos musicales de Colombia, en los que hallamos por supuesto algunos tolimenses (guitarra, tamboras, marranas...), que se une a la colección itinerante *Mundo Sonoro* (liderada por la ONG Cantatierra), conformada por instrumentos musicales del mundo. La colección fue donada por la familia Viña Patiño al centro universitario con el “propósito de exaltar la memoria musical histórica de todos los tolimenses”

(MONUMENTOSIBAGUE, 2018), a fin de difundir cultura musical nacional e internacional en Ibagué, un lugar de por sí llamado por muchos “Ciudad musical”.

**Imagen 2:** muestra de instrumentos musicales conformada por la Colección Alfonso Viña Calderón & Mundo Sonoro. 2015.



**Fuente:** Disponible em: <<https://www.unibague.edu.co/noticias-institucionales/412-musica-memoria-y-patrimonio-instrumentos-musicales-de-colombia-y-el-mundo>> Acceso em 02 de março de 2020.

Paralelamente al MAT, este museo es otra propuesta que pretende cuidar, la llamada [...]Materialización de la historia (Ballart y Tresserras, 2001, p. 14), en un intento por acumular principalmente, aquellos objetos representantes de momentos pasados de la región y que aquí he considerado como mensajeros de la cultura. El tipo de objetos por los que se inclina, tienen un aspecto que podría encajar también con otras formas del patrimonio, la inmaterialidad, al producir músicas de gran relevancia en épocas posteriores a la colonización cuyos significados y raíces giran en torno a temáticas como los paisajes, la identidad mestiza, entre otros; por cierto, recordados anualmente en el mes de junio durante el Festival Folclórico Colombiano, práctica declarada desde 2005 Patrimonio Cultural y Artístico de la nación. Cabe aclarar que las colecciones del Alfonso Viña Calderón y *Mundo Sonoro*:

Fueron reconocidas a partir del 2013 como entidades museales por parte del Programa de Fortalecimiento de Museos del Ministerio de Cultura, constituyen en la actualidad en uno de los más completos museos de instrumentos musicales de Colombia, cuya labor permanente de investigación, y formación de públicos, completa ya dieciséis años de labores ininterrumpidas. (MONUMENTOSIBAGUE, 2018)

El reconocimiento concedido a la colección indica que cuenta con apoyo especial del estado a la hora de afrontar los desafíos que como entidad museística pueda requerir, además se espera que sus

estrategias de trabajo y socialización con la comunidad en general, tengan incidencias directas en lo concerniente a la apropiación y sentido de pertenencia de los colombianos en torno a sus patrimonios y memorias, pues al contar con contribuciones económicas provenientes propiamente del estado sus responsabilidades son mayores. Y es que si bien, Colombia se caracteriza por tener una tendencia centralista, la sobrevivencia de los museos depende en su mayoría de la inversión departamental, ya que, similarmente a lo que el ministro de educación y cultura Jarbas Passarinho pregonaba en la década del setenta en Brasil [...] *a responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional devia ser partilhada com os governos estaduais, que poderiam, inclusive, se beneficiar dessa atividade* (Londres, 2017, p. 151); una cuestión que como se sabe, incide en la gestión y sostenibilidad financiera de los distintos museos del país.

Y si de consolidar el valor de los escenarios culturales y su impacto en lo que somos, se trata, el Museo Casa de la Memoria, la Reconciliación y los Derechos Humanos [Imagen 3] es el espacio propicio para pensar y comprender las causas y efectos del fenómeno social que nos ha afectado a los colombianos por más de cincuenta años, el conflicto interno armado. Aquí en contraste con la dupla de museos preliminar, el interés de la institución está en función de dar a conocer cómo las expresiones artísticas (pintura, escultura, literatura, por ejemplo) traen a la luz las memorias y experiencias íntimas de los afectados, en otras palabras, dar a conocer la manera en que el arte se apropia de relatos silenciosos o invisibilizados, provenientes de las diversas formas que ha tomado la violencia en Colombia, más que en la contribución a la historia oficial o en el esclarecimiento de alguna masacre, crimen o vulnerabilidad.

**Imagen 3:** Museo Casa de la Memoria, la Reconciliación y los Derechos Humanos Ibagué.



Fuente: Disponible em: <<https://monumentosdeibague.es.tl/PANOPTICO.html>> Acesso em 02 de

Vale la pena resaltar que el Museo Casa de la Memoria, la Reconciliación y los Derechos Humanos está dentro de un monumento en forma arquitectónico con forma de cruz griega y de tipo presidiario llamado “Panóptico” [Imagen 4] (en América Latina solo hay cuatro), edificado hace más de cien años, por lo que a partir de 1998 integra el Patrimonio Histórico y Artístico de la República. Por otro lado, la última restauración (por cierto lenta y rodeada de polémicas burocráticas y políticas) realizada al lugar permitió instaurar en su interior:

Un lugar enfocado en recuperar la memoria del conflicto armado en el Tolima. Casa de la Memoria, la Reconciliación y los Derechos Humanos". Es un proyecto que busca incentivar la memoria histórica de la ciudad a través de un espacio en que los tolimenses puedan conocer cifras reales de lo que fue la violencia en el departamento y tener una memoria física de las huellas que dejó el conflicto en los tolimenses. (MONUMENTOSIBAGUE, 2018)

**Imagen 4:** Panóptico de Ibagué.



**Fuente:** Disponible em: <<https://monumentosdeibague.es.tl/PANOPTICO.html>> Acesso em 02 de março de 2020.

Interesantes exposiciones han sido presentadas en la casa, las más recientes atraviesan la pintura y la fotografía. La primera de ambas, abordaba el tema de una masacre acontecida en un sector rural de Ibagué, la segunda, conmemoraba el tema de las ejecuciones extrajudiciales cometidas por miembros del ejército, conocidas popularmente con el nombre de falsos positivos. La idea es que en el recinto las víctimas y sus modos creativos de canalizar el dolor sean invitados frecuentes, trayendo como posibles resultados la convergencia de voces plurales, perspectivas y vivencias ligadas al conflicto del país, los objetos que se alberguen acá están cubiertos por un aura (recordando a Walter Benjamin) aún viviente e historias a veces en desenvolvimiento, esa aura es su simbolización y conducirá a la casa a proyectar labores pedagógicas, debido a que principios ligados a la no repetición, a sus garantías y/o a la relación tácitas de los afectados, son conclusiones comunes y necesarias en las obras de dicho talante.

Otro acervo importante que se espera se nutra de las distintas formas creativas ingenradas por víctimas de todas las edades y de todas las consecuencias del fenómeno de la guerra, es el concerniente a documentación especializada al respecto, que facilite la preparación de un archivo de documentos ligado al cómo el Tolima y sus municipios la padecieron e intentado superar. A partir de esto, [...] hay una latente demanda de profesionales expertos en estudios de memoria y patrimonio que colaboren en la formación de actividades vinculantes del recuerdo y la conservación (Bustamante, 2014, p. 52), puesto que, pareciendo un poco paradójico, de hablar y tratar dicho fenómeno depende lo que se va a contar a los futuros ciudadanos con relación a las tragedias padecidas por los diferentes grupos colombianos, forjando así una cultura de paz y perdón.

Como se vio, las tres instituciones nombradas y por ende sus gestiones, poseen funciones trascendentales en lo que respecta al reto de cuidar responsablemente el patrimonio artístico de Ibagué, que evidentemente va más allá del placer y del goce estético. La materialidad de su ser, sus cualidades intrínsecas, el valor de poseerlos, el ser no renovable, el extender su existencia a las capacidades máximas de sus protectores, su vulnerabilidad física, económica y social hace de las obras de arte de esta municipalidad, bienes capaces de hablar de otras realidades y del ingenio y dominio humano de materiales como el cuero, la madera, el barro, la pintura, la fotografía, partiendo de las experiencias de los pobladores adscritos a la zona indicada. La música, la pre hispanidad, el conflicto armado de Colombia son temáticas congregadas en los museos locales.

### **Consideraciones Finales**

Para dar inicio al cierre, el museo, siendo el lugar en el que estos bienes acogen el valor que la academia (a través de los estudios ejecutados por disciplinas como la historia, el arte, la antropología...) le ha concedido, se hace esencial exaltar la labor de las ciencias sociales, en particular las dirigidas a la educación o enseñanza patrimonial, cuyos objetivos van desde el conocimiento la hasta la difusión del patrimonio cultural, mientras impulsa su papel como creador de sentidos, identidad y pertenencia social. Podría darse el primer paso incentivando a las escuelas y colegios estatales a que incluyan en sus currículos o en sus planes de área el desenvolvimiento de estas temáticas, pues como se dijo, Ibagué ha vivido situaciones complejas a nivel de inventario de bienes culturales patrimoniales y falencias en lo relacionado a la consolidación del patrimonio artístico material tanto del pasado como de aquel que en el presente paulatinamente y el con el trabajo mancomunado de sus instituciones culturales, se está

conformando, sumándole a ello el hecho de ser un sitio que tiene títulos nacionales de patrimonio material e inmaterial y es algo desconocido o poco asimilado por la mayoría de habitantes.

Una segundo apunte, a modo también de propuesta y conclusión es la de involucrar a las Universidades oficiales y particulares, sobre todo a la Universidad del Tolima (debido a que tiene programas como artes plásticas y visuales, arquitectura, ciencias sociales, historia), mediante la participación activa de aquellos programas académicos (por medio de grupos de investigación, por ejemplo) que de alguna u otra perspectiva analizan el arte y sus conexiones con el pasado, en la revitalización de los lugares, las dinámicas artísticas o elaboraciones nacidas de la creatividad humana que puedan asociarse a esta concepción, dentro del contexto citado a lo largo de este escrito, dado a que volcar sus preocupaciones y pensamiento crítico a lo ibaguereño, ayudaría a acaparar las necesidades culturales latentes y complementar las que han logrado superarse.

El fortalecimiento y fomento dentro y fuera del ámbito escolar, de la producción artística material (en Ibagué y como no, en cada uno de los municipios tolimenses), sea en la cerámica, la pintura, arquitectura o escultura y la conservación de la existente, siempre le facilitará al artista, circunscribir su memoria e identidad, debilitar el silencio, el olvido y la ignorancia social en dichos objetos, para seguidamente, potencializar el acercamiento de miembros de su grupo

Un tercer asunto que se le une al arduo trabajo de la educación escolar y universitaria y sus espacios pedagógicos para estudiar las obras de artistas locales, es el del gestor cultural, pues es quien elabora el puente formal entre la cultura y la comunidad. Basados nuevamente en las propuestas de María del Egido (2008, p. 17), estos personajes deben recordarnos que:

El acceso a la cultura y al patrimonio común es un derecho público, reconocido por las leyes fundamentales de la mayoría de los países. La conservación del patrimonio y la ciencia y la tecnología utilizadas en esta preservación se realizan, por tanto, en el contexto de lo público [Knudson, 1999], por lo que los poderes públicos están obligados a prestar apoyo a los proyectos científicos para la conservación, como depositarios de los recursos, de la gestión de su uso y de los criterios que rigen la conservación [Messenger, 1999].

La promoción constante del importante derecho de los ciudadanos a [...] Conocer y disfrutar de su memoria colectiva (Egido, 2008, p. 17) merece un profesional capacitado en el tema, así como la conservación e intervención adecuada de bienes culturales materiales precisa de restauradores y expertos de arte para prolongar su vida material, la cultura demanda hombres y mujeres con el talante

de Aloísio Magalhães, que según Londres Fonseca trataba de generaba proyectos enfocados en los países nuevos (como los latinoamericanos) y la mayor de sus riquezas, la viveza de su cultura *que seria o nosso legado para a civilização ocidental, nosso “artigo de exportação”* (2017, p. 163).

Así, para destacar la herencia pijao, la mestiza y la contemporánea de Ibagué y/o el Tolima es vital la búsqueda de perfiles profesionales dedicados o conocedores del turismo, el patrimonio cultural, la comunicación, los derechos humanos... entre otros, que independiente de su formación inicial se sienta motivado por la promoción, sensibilización y el consumo de la cultura en todas o algunas de sus representaciones.

Por último quiero aludir a la idea de Ballart del “Necesario consenso” (2008, p. 106), forjada por él cuando habla de la gestión del patrimonio cultural orientado por una [...] selección consciente del pasado y los beneficios “saludables” de su conservación y posibles usos (Ballart, 2008, p. 106). Y es que en el caso de Ibagué debe haber un consenso entre las instituciones que albergan contra viento y marea sus bienes culturales artísticos, ciertamente la triada de museos enunciado en páginas previas, y entidades gubernamentales municipales y departamentales específicos encargados de velar por nuestro patrimonio tangible como intangible, deben ejercer presencia activa a la hora de invertir económica y profesionalmente en los eventos y ejercicios que los tres museos día a día procuran sacar adelante.

No obstante, aunque existen direcciones y secretarías de cultura (a nivel alcaldía de Ibagué y a nivel gobernación del Tolima) junto con un Consejo Departamental de Patrimonio del Tolima, que tan solo son delegados que ocasionalmente discuten al respecto y que además, sesionan para aprobar o desaprobar iniciativas culturales con algún tipo de sustentabilidad o transversalidad en el departamento. Más es solamente un consejo, no un ente formal y legalmente constituido, con personal capacitado dedicado a mediar la permanencia del patrimonio material departamental, o como mínimo ibaguereño, que no se centre en la revisión de iniciativas culturales y posterior desembolso para sus aplicaciones, puesto que los bienes patrimoniales merecen condiciones, tratamientos e intervenciones, espaciales físico-químicas puntuales para que la belleza y originalidad que las ha convertido en lo que son se mantengan.

En fin, se hace imprescindible la presencia de instituciones interesadas únicamente al patrimonio cultural regional vital, que actúe con inversiones económicas locales y departamentales,

porque el gobierno nacional ha declarado salvaguardar el patrimonio nacional, por medio de los establecimientos que creó para tal fin, de las especificidades de las ciudades, municipios y departamentos se encargan sus respectivos gobiernos, de esto también se hizo mención. A largo plazo, el haber conseguido que nuestros bienes culturales trasciendan en el tiempo, será una inversión para evitar la amnesia social, lo necesitamos para recordar que somos resultado de acciones pasadas, por los que siempre serán sus testigos silenciosos y los portadores de los mensajes que nuestros antepasados esperan recibamos, o sea, nuestra historia.

### Referências bibliográficas

BALLART, Joseph. **Usos del patrimonio, acción social y turismo: Hacia un necesario Consenso.** Revista Diálogos, v. 12, n. 1, p. 103-117, 2008.

BUSTAMANTE, Javiera. **Las voces de los Objetos.** Barcelona: 2014.

DEL EGIDO, Maria. **Reflexiones sobre las ciencias aplicadas y la conservación del Patrimonio.** In: La Ciencia y el Arte. Madrid: Instituto del patrimonio histórico español, 2008.

LONDRES, Maria Fonseca. **O Patrimônio em Processo. Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

MONUMENTOS DE IBAGUE. **Patrimonio Artístico y el Utilitario: Los Museos y Galerías de Arte.** Disponible en: <https://monumentosdeibague.es.tl/Patrimonio-Cultural-Mueble.htm#Museos>

UNESCO. **Convenio para la protección de los Bienes Culturales en caso de conflicto armado.** Conferencia General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Haya, 1954.

## Considerações sobre ferrovia e paisagem: O caso de Presidente Prudente e Rincão – SP

Consideraciones a cerca de ferroviarias y paisaje:  
El caso del Presidente Prudente e Rincão - SP

**Luciana Massami Inoue**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de São Paulo  
lumassami@gmail.com

**Elisabeth Mie Arakaki**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de São Paulo  
beth\_mie@uol.com.br

**Recebido em:** 13/03/2020

**Aprovado em:** 23/04/2020

**Resumo:** O sistema ferroviário paulista estabeleceu uma antiga rede de conexões e mobilidade entre cidades, que se materializou em um eixo palmado, no qual se estruturavam os núcleos centrais urbanos. Dentro dessa lógica, estavam dispostos importantes elementos arquitetônicos e urbanísticos que caracterizavam essa paisagem e geravam legibilidade a esses lugares. Isto pode ser ainda visto em vários municípios por onde passaram as diferentes companhias de estrada de ferro. O presente trabalho busca analisar o patrimônio ferroviário presente em duas cidades do estado de São Paulo que, por diferentes motivos, ainda guardam registros significativos na sua paisagem. São as cidades de Presidente Prudente e Rincão, que foram servidas pelas companhias Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) e Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CP), respectivamente.

**Palavras-chave:** História urbana; patrimônio industrial ferroviário; paisagem.

**Resumen:** El sistema de ferrocarriles paulista estableció una antigua red de conexiones y movilidad entre ciudades, que se materializó en un eje esparcido, en el cual estructuraban los núcleos centrales urbanos. En esta lógica, estaban establecidos importantes elementos arquitectónicos y urbanísticos que caracterizaban este paisaje y generaban legibilidad a estos sitios. Esto puede todavía ser visto en varias ciudades, por dónde pasaran las diferentes empresas ferroviarias paulistas. Este artículo busca analizar el patrimonio ferroviario presente en dos ciudades del estado de São Paulo, que por razones distintas, todavía guardan registros significativos en el paisaje. Estas son las ciudades de Presidente

Prudente y Rincão, que fueran servidas respectivamente por las empresas Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) e Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CP).

**Palabras clave:** História urbana; patrimônio industrial ferroviário; paisaje.

### Introdução

O presente trabalho parte da inquietação sobre o processo de desenvolvimento urbano das cidades, em particular do estado de São Paulo, gerada pelo fato de não conseguir incorporar em sua paisagem um de seus elementos mais significativos, como é o caso dos trilhos e seu conjunto ferroviário. Em geral, nas cidades contemporâneas, essa estrutura encontra-se marginalizada, pois, desprovida de função, permanece como um entrave no cenário urbano, o que pode ocasionar a perda de um importante patrimônio cultural ligada à economia cafeeira, que simboliza o desenvolvimento econômico e estruturação de grande parte do território paulista.

O complexo ferroviário foi muito significativo para a história da arquitetura e do urbanismo, sendo responsável por grandes intervenções no desenvolvimento das cidades, na transformação da paisagem, na construção de uma arquitetura cada vez mais funcional e no estabelecimento de um novo modo de vida urbano. No Brasil, a ferrovia marcou a transição do modo de vida colonial para uma estrutura urbana complexa, foi uma das bases iniciais para a industrialização, alargando consideravelmente a ocupação territorial e gerando novos núcleos urbanos. Mudou o traçado existente para um novo padrão de ocupação do solo, o tabuleiro, que caracteriza o desenho quadriculado, com arruamento definido antes mesmo de sua ocupação, sem serem necessariamente cidades planejadas, e produzidas geralmente pelos próprios construtores da estrada de ferro (BEM, 1998, P. 305).

Em São Paulo, a ferrovia está estreitamente vinculada à marcha do café, que caracteriza um movimento para o interior do estado, no qual a ferrovia é o principal suporte,<sup>1</sup> pois é a partir dela que esta produção agrícola vai atingir o Porto de Santos e abastecer os centros consumidores. Ainda, depois desta fase econômica, propiciará o início da industrialização no estado.

A cultura cafeeira tem início em meados do século XIX, em meio ao ciclo do açúcar (PRADO, 1945), ainda baseado no trabalho escravo e transportado no lombo de burros. Em São Paulo, o café

---

<sup>1</sup> Segundo Milliet (1980) se perdia quase um terço da produção do café no transporte por mulas.

começa a ser produzido no Vale do Paraíba utilizando os caminhos existentes até o litoral. Sua importância econômica percorre o período do império e o início da república. O declínio desta política monocultora<sup>2</sup> se dá com a queda da bolsa de 1929, pois o produto passa a ser cada vez menos lucrativo até que, em 1940, São Paulo perde a posição de maior produtor brasileiro de café (BENINCASA, 2008, p. 21).

Em pouco mais de um século, a paisagem paulista vai sendo transformada muito rapidamente. O modo de produção extensivo, utilizado pelos cafeicultores, necessitava de solos novos e férteis, o que vai caracterizar o seu avanço e a exploração do estado em todos os sentidos do território, com o núcleo na província e os eixos atingindo seus limites. Segundo Milliet (1982, p. 24)

tudo gira em torno do ouro verde, dele tudo emana e tudo se destina: homens, animais e máquinas. A terra cansada que ele abandona e despovoava, empobrece, definha. A terra virgem que ele deflora logo se empenha de vida ativa, enriquece, progride. (MILLIET, 1982, p. 24)

Essa paisagem vai sendo acompanhada pela ferrovia, principal meio de comunicação, que comporá esse cenário, dando sentido à renovação urbana dos municípios ou a criação de novos núcleos urbanos. Ao analisar o caso das cidades de Presidente Prudente e de Rincão, aborda a importância do patrimônio ferroviário e sua relevância histórica ainda presente, em certa medida, no cenário destes lugares.

Sobre a cidade de Presidente Prudente a análise tem em vista revelar as peculiaridades de sua estrutura urbana, que está estreitamente ligada aos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) e analisar os aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural, que geram significado para esse *locus*. Com a cidade de Rincão, não é diferente, este núcleo urbano também teve origem na extensão dos trilhos com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CP), e preserva em seu cenário parte da vila ferroviária, construída para os funcionários.

Talvez algumas dessas paisagens hoje, quando se visita cidades do oeste paulista, pareçam semelhantes, no entanto, é preciso descortinar as camadas do tempo, os véus da história, e conhecer os seus atores para entendê-los realmente. Somente desta forma poderemos compreender

---

<sup>2</sup> A monocultura do café não pode ser observada em todas as regiões cafeeiras, inclusive em São Paulo. Para isto, ver a relação do café e o transporte de outros produtos, a partir da análise da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em TOSI e FALEIROS, 2011.

verdadeiramente o patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico, criando suporte para discussão sobre o que deve ou não ser preservado, como e em quais circunstâncias.

Nesse contexto, a análise da paisagem tem em vista a historicidade do desenvolvimento humano (SANTOS, 1982). O espaço produzido é pensado como resultado dessa ação sobre a superfície terrestre, expressando a cada momento, as relações que lhe dão origem (MORAES, 2002, p. 15). Segundo Ab'Saber, “a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todos os sentidos da palavra e patrimônio coletivo dos povos que historicamente os herdaram como território de atuação de suas comunidades” (2003, p. 9). No Brasil, o conceito de paisagem definido pela Nova Geografia Americana e a escola de Vidal de la Blanche<sup>3</sup>, tem correspondência com conceito de paisagem definido por Santos (2008), para o qual a paisagem é produto e vetor das intervenções humanas, e sem estas, seria apenas espaço. Além disso, segundo Milton Santos (1994), a paisagem é um espaço de “rugosidades”, mais que um “palimpsesto”, pois as rugosidades do espaço, dos diferentes tempos permanecem, e interagem, fruto da ampla circulação de sujeitos, artefatos, ideias, formas e espécies da fauna e da flora. Os espaços urbanos, assim como a sua produção arquitetônica fazem parte intrínseca deste processo, pois associam os objetos fixados ao solo, que exprimem as organizações sócio-políticas de uma época e se articulam numa espacialidade específica no presente (MILTON *apud* SANTOS, 1982).

Nessa perspectiva, os conceitos para a compreensão do patrimônio como um sistema ou ainda como paisagem ampliam a discussão sobre a sua preservação. O conceito de paisagem cultural é discutido pela UNESCO desde 1992 e está vinculado a promulgação da Carta de Bagé pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>4</sup>, portaria n° 127, de 2009, que trata da “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio

---

<sup>3</sup> Paul Vidal de la Blanche (1845-1918) foi geógrafo francês, trouxe para a Geografia, a importância do tempo e da história para os estudos geográficos. Foi um dos responsáveis de difusão da Geografia Humana.

<sup>4</sup> A questão da paisagem cultural e patrimônio, tanto no contexto internacional como nacional, é trabalhada pelo geógrafo Ribeiro (2007). No contexto internacional, o autor identifica que a paisagem, nas cartas patrimoniais, era tratada ou como ambiência ou entorno de um bem (Carta de Restauro de Atenas, 1931), ou então associa-se a paisagem com o ambiente natural ou o belo (Convenção de Washington, 1940). Na Recomendação de Paris (1962), ainda segundo Ribeiro (2007), fala-se em paisagem, porém não a conceitua. Na maior parte das cartas, a paisagem é vista como moldura e ambiência e não sendo considerada ela mesma como documento. Em 1972, durante a Conferência Geral da UNESCO, é criada a “*World Heritage List*”, a lista do patrimônio mundial, que divide os lugares entre culturais e naturais. A mudança no conceito de paisagem, ocorrerá somente em 1992, quando a UNESCO instituiu a “paisagem cultural” como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, que antes eram divididos somente em bens naturais e culturais.

natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” Sendo assim, articula vários aspectos do conceito de patrimônio, como forma de entender as interações significativas entre o homem, a cidade e o meio-ambiente natural, de maneira a embasar as decisões arquitetônicas e urbanísticas, buscando englobar o significado dessa memória para o território, contido nos objetos que lhe dão sentido.

Desta forma, análise dos estudos de caso contextualiza o panorama geral, para então analisar o objeto em seus aspectos peculiares, e ao mesmo tempo, não perdendo de vista o que lhe é similar. Desta forma, a relação entre ferrovia e paisagem, é discutida no âmbito da interferência da primeira sobre a segunda, buscando os elementos ainda presentes na configuração urbana. Abrindo-se uma discussão de como o conceito de paisagem poderia ser utilizada na preservação deste patrimônio industrial ferroviário.

Muito se estudou sobre os aspectos similares do período café/ferrovia, ou seja, sobre a questão das paisagens paulistas e o que lhe é similar ao longo do seu território. Nesse contexto, importantes pesquisadores vão discorrer sobre esses aspectos, em que podem ser citados desde a obra de Monbeig, (1952)<sup>5</sup>, Matos (1974), Ghirardello (1999), entre outros. Esses estudiosos desenvolveram excelentes levantamentos e análises sobre o tema, pois muito há de similar nessas paisagens, desenhadas com a implantação da ferrovia. No entanto, neste artigo objetiva-se valorizar as peculiaridades na produção dos núcleos urbanos, que foram formados pelas ferrovias; acrescentando ao binômio café-ferrovias, a formação e desenvolvimento de cidades. Ora, diante das novas discussões sobre o patrimônio, os aspectos específicos também devem ser analisados com o mesmo olhar cuidadoso que caracterizou as pesquisas até então, valorizando a “porção peculiar do território”, em que cada caso é um caso, levando em conta as particularidades de cada conjunto.

Esse trabalho entende que marcha do café será a mesma, buscando solos férteis e estendendo seus tentáculos sobre o território paulista, no entanto, as paisagens que vão sendo configuradas com esta marcha, atreladas à ferrovia, apresentam outras peculiaridades: nos tipos de produção, nas bases econômicas, no desenvolvimento tecnológico, nas relações sociais e urbanas, nos interesses políticos, e principalmente, na apropriação de áreas com diferentes geomorfologias. Portanto, irão configurar

---

<sup>5</sup> Trata-se do ano da edição francesa de *Pioners et planteurs*, Paris, Armand Colin, 1952.

particularidades que produzem sentido para cada lugar, distinguindo assim, as porções do território servidas pelas estradas de ferro. Parte-se do princípio, que um correto posicionamento da preservação do patrimônio, deve analisar o processo de formação das cidades, buscando seus elementos representativos numa perspectiva histórica, indo além da importância de uma arquitetura emblemática, ou seja, que trate apenas de sua relevância arquitetônica. O patrimônio industrial ferroviário deve ser visto no seu todo e como se insere na paisagem urbana. Desta forma, podem ser incluídas outras edificações que fazem parte deste complexo: as oficinas; as casas modestas dos ferroviários, sejam através de vilas ferroviárias, pequenas ou extensas como é o caso da Vila Ferroviária de Rincão; os armazéns construídos para conter a superprodução do café em um momento anterior à crise de 1929; ou os campos de futebol utilizados como diversão aos finais-de-semana pelos diversos ferroviários. No caso da Companhia Paulista, ainda fazem parte deste complexo: os hortos florestais, responsáveis pela introdução do eucalipto na região, em substituição ao carvão<sup>6</sup>, e constituem uma dezena espalhados pelo território paulista.

### Contexto das Ferrovias Paulistas

A primeira ferrovia criada na província de São Paulo, a São Paulo *Railway Company*, foi inaugurada em 1867 e conectava as cidades de Santos, no litoral, com a de Jundiaí, no interior paulista. Entretanto, as grandes propriedades de café estavam localizadas na região central da província, que naquela época se concentravam na região de Campinas. Os produtores de Campinas deveriam transportar sua produção até Jundiaí, seguindo depois para o porto de Santos. Para propiciar esta ligação da região produtora com a linha da São Paulo Railway é que nasce a terceira ferrovia da província de São Paulo, a Companhia Paulista, em 1868, com a intenção de interligar as cidades de Jundiaí e Campinas, facilitando e barateando o transporte entre as duas cidades. Esta linha foi inaugurada em 1872.

A Companhia Paulista foi a primeira totalmente formada com capital nacional, sendo que os nove maiores acionistas eram brasileiros (SAES, 1979:47) e sua iniciativa encorajou outros fazendeiros a organizarem companhias ferroviárias similares e, assim, resolverem seus problemas de transporte. Em 1870, surge a Companhia Ituana, seguida da Sorocabana (1871), situadas na mesma região da

---

<sup>6</sup> O carvão mineral era em sua maioria importado, assim a substituição visava diminuir os custos da empresa e aumentar seus lucros.

cidade de Campinas. A Companhia Ituana ligaria a cidade de Itu aos trilhos da São Paulo Railway em Jundiaí, ao passo que a Companhia Sorocabana construiria comunicação diretamente com a cidade de São Paulo. Anos depois, Ituana e Sorocabana entraram em negociação e tornaram-se uma única empresa, a Companhia União Sorocabana e Ituana, posteriormente prevalecendo o nome Companhia Sorocabana. Em 1872 foi organizada outra companhia ferroviária, a Companhia Mogiana, resultado da união de empresários e fazendeiros das cidades de Amparo e Mogi Guaçu. A Mogiana ligaria esta importante região produtora de café aos trilhos da Companhia Paulista em Campinas. A rápida expansão da Mogiana chegou até as terras da região de Ribeirão Preto, seguindo depois até o estado de Minas Gerais. Muitas outras companhias surgiram nesta virada de século, entretanto, as companhias Paulista, Mogiana, Ituana e Sorocabana foram as principais empresas de transportes ferroviários em São Paulo. Além delas há ainda, a Estrada de Ferro Araraquara (EFA – 1886), a Estrada de Ferro São Paulo – Minas (SPM -1902) e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1906 e ligava Bauru à estação Lauro Müller, no atual município de Guarantã).

A Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), fundada em 1871, teve seu primeiro trecho da linha aberto em 1875 até Sorocaba. A linha-tronco expandiu-se até 1922, quando atingiu Presidente Epitácio, nas margens do Rio Paraná. Antes construiu vários ramais e passou por fusões e trocas de proprietários. Em 1903, o governo federal assumiu a ferrovia, e dois anos mais tarde vendida ao governo paulista. Este a arrendou em 1907, para o grupo de Percival Farguhar. Tal concessão termina em 1919. Um fato importante é a construção de uma linha que ligava o planalto ao porto, quebrando o monopólio da São Paulo Railway, porém já com o declínio do café em 1937. Finalmente em 1961, passa a ser uma das companhias a integrar a FEPASA – Ferrovias Paulistas S. A.

Em 1872 foi organizada outra companhia ferroviária, a Companhia Mogiana, resultado da união de empresários e fazendeiros das cidades de Amparo e Mogi Guaçu. A Mogiana ligaria esta importante região produtora de café aos trilhos da Companhia Paulista em Campinas. A rápida expansão da Mogiana chegou até as terras da região de Ribeirão Preto, seguindo depois até o estado de Minas Gerais. Muitas outras companhias surgiram nesta virada de século, entretanto, as companhias Paulista, Mogiana, Ituana e Sorocabana foram as principais empresas de transportes ferroviários em São Paulo. Além delas há ainda, a Estrada de Ferro Araraquara (EFA – 1886), a Estrada de Ferro São Paulo – Minas (SPM -1902) e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (cujo primeiro trecho foi

inaugurado em 1906 e ligava Bauru à estação Lauro Müller, no atual município de Guarantã). Há ainda outras estradas de ferro que criadas, e depois incorporadas pelas Companhias maiores, um exemplo, delas é a Estrada de Ferro Rio Claro, que foi comprada posteriormente pela Companhia Paulista; ou ainda a Estrada de Ferro de Campos de Jordão; entre outras que atravessavam as fazendas de café do interior paulista.

Iniciaremos pela análise da cidade de Presidente Prudente, originada pela Estrada de Ferro Sorocabana (EFS); e depois analisaremos a cidade de Rincão, originada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CP).

### **Análise da Cidade de Presidente Prudente**

O município de Presidente Prudente, localiza-se no extremo oeste do estado de São Paulo, próximo à divisa com o Mato Grosso do Sul conforme ilustra a imagem 1. O desenvolvimento da cidade, assim como toda a região mais a oeste do estado, apresenta estreita ligação com as estradas de ferro, de tal forma, que para o povoamento dos núcleos urbanos e no desenvolvimento regional, desencadearam um fato inédito no Brasil, uma consciência popular no sentido referencial. Desta forma, diversas regiões de São Paulo foram designadas pelos nomes das companhias que as serviam (MATOS,1974, p.308). É o caso do termo “Alta Sorocabana”, que a princípio era utilizado popularmente para designar a região do extremo oeste paulista, por onde se estenderam os trilhos da Estrada de Ferro, e que hoje é adotado oficialmente. Compreende a rede de cidades que se estende de Assis até o Porto Epitácio, delimitadas por um lado, pelo Rio Paranapanema e por outro, pelo do Rio Paraná até o Rio dos Peixes, que separa a Alta Sorocabana (E.F.S) da Alta Paulista (C.P.).

**Imagem 01** – O mapa destaca a região da Alta Sorocabana e localiza as cidades que fazem parte da RAPP - Região Administrativa de Presidente Prudente e as principais cidades.



**Fonte:** [www.igc.sp.gov.br/mapasRas.htm#pprudente](http://www.igc.sp.gov.br/mapasRas.htm#pprudente)

Refletindo acerca dos tempos do ciclo do açúcar no estado de São Paulo, quando não se conseguia produzir nada economicamente viável além de 200 quilômetros da costa, percebe-se a importância da estrada de ferro neste território (PRADO JR, 1945). Sua expansão superou tempo e espaço, além de ultrapassar as barreiras territoriais e promover a ocupação de todo o território, do litoral até as barrancas do Rio Paraná.

Na ocupação do novo oeste, em específico da Alta Sorocabana, interesses diversos foram os responsáveis pelo avanço dos trilhos, além daquele original, o café. Uma questão importante apresentada por Abreu (1972) é que a ferrovia valorizava as terras por onde passava e é nesse contexto que se origina o núcleo urbano de Prudente, que apresenta a peculiaridade de ter sido alvo de disputa entre dois coronéis, Goulart e Marcondes, um de cada lado da linha do trem. Num primeiro momento, tratava-se de uma simples concorrência nas vendas dos lotes rurais, caracterizando-os depois, como inimigos políticos. A rapidez com que o núcleo conseguiu autonomia e polarizou as cidades ao seu redor foi consequência das ações políticas e econômicas desses coronéis, sendo que as suas disputas

internas, possivelmente, aceleraram o processo e determinaram uma paisagem que ainda hoje é marcada por essa rivalidade, apresentado no item 2.1., os eixos estruturadores da paisagem.

Outro aspecto que será analisado no item 2.2 é a implantação da malha ferroviária no nível mais alto da cidade, diferente de grande maioria dos municípios servidos pelos trilhos inclusive a capital do estado, conferindo a essa paisagem a preservação de uma grande parte do seu patrimônio ferroviário e dos fundos de vale, importante para o sistema hídrico do ponto de vista ambiental.

### **Os eixos estruturadores da paisagem**

Da origem do núcleo urbano (ABREU, 1972) aos tempos atuais, os eixos estruturadores da paisagem ainda se mantêm, como os trilhos do trem, as ruas e avenidas. O eixo, formado pelos trilhos, carregam consigo toda a história de formação do núcleo original, além do que, fazem uma analogia sobre a bipolaridade do poder, ocorrido no período inicial e representado pela atuação dos dois coronéis – Goulart e Marcondes, quando se estabeleceram um de cada lado dos trilhos. A disputa entre os dois é lendária e entre fatos e mitos, geraram um processo da cultura imaterial no imaginário da cidade, que estabelece em alguma medida, a identificação dessa origem com os trilhos e a estação de trem.

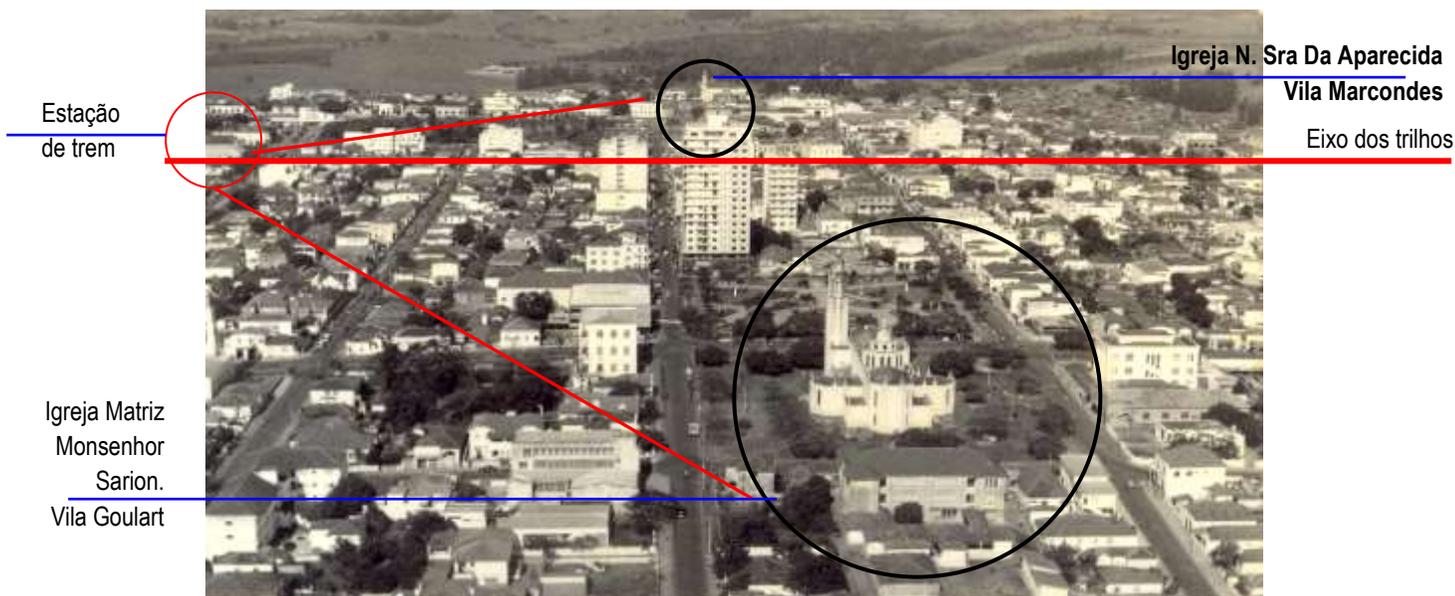
A bipolaridade da origem urbana de Prudente é uma herança que até hoje se manifesta na expansão territorial da cidade cujo crescimento também foi orientado pela ferrovia, enquanto esta foi a principal via de circulação de pessoas e mercadorias a servir a cidade, assim como enquanto a linha ou barreira dividiu a cidade em duas. (SPÓSITO 1983, p.69)

Além do próprio eixo da ferrovia, as igrejas de ambas as vilas – Goulart e Marcondes - reforçam essa dualidade, pois foram implantadas de forma alinhada no tecido urbano, criando um eixo perpendicular em relação aos trilhos conforme ilustra a imagem 02, e durante muito tempo, essas duas torres, marcaram essa rivalidade na paisagem, inclusive foram erigidas na mesma década, talvez até competindo em altura.

A foto da imagem 02, da década de 1960, ilustra como a paisagem era marcada pelas duas igrejas. Formava um triângulo com a estação de trem, cortado ao meio pela ferrovia. Analisando esse cenário passado, em que a topografia não é muito acidentada, esses edifícios altos tinham um significado simbólico representativo. Essas características não estão mais presentes na paisagem atual,

no entanto, as igrejas estão lá, mostrando a história do núcleo para quem quiser ver, produzindo sentido ao lugar e estabelecendo significados.

**Imagem 02:** Vista panorâmica parcial da cidade de Prudente. Vista do oeste, Vila Goulart, para o leste, Vila Marcondes. Foto da década de 1960.



**Fonte:** Acervo do Museu Municipal Antonio Sandoval Netto

Dos elementos que apresentam atualmente algum significado na paisagem, a estação de trem é o que se encontra mais fragilizado: sem função e em estado lamentável de conservação. Ainda, o viaduto passando praticamente na entrada da estação (Imagens 3 e 4) e finalizando na entrada da Igreja de Nossa Senhora (Vila Marcondes) demonstra o descaso por parte dos governantes em relação ao patrimônio cultural, que ilustra uma atitude típica da década de 1980, com base no “desenvolvimento e crescimento a qualquer custo”.

**Imagem 3:** Foto da segunda estação de trem em 1944



**Fonte:** Acervo do Museu Municipal Antonio Sandoval Netto

**Imagem 4:** vista da estação em 2009, com o início do viaduto.



**Fonte:** ARAKAKI, E. 2010

A atual estação de Presidente Prudente é o segundo edifício, erigido sobre o mesmo local do primeiro. O projeto atual apresenta influência *Art Déco* (Imagens 3 e 4), principalmente no *foyer*, mais não se trata de um desenho de fachada. O edifício caracteriza-se pelo jogo de volumes geométricos, que se justapõem. Ainda, existe certa elegância nas proporções com que os volumes se articulam.

Outro elemento considerado estruturador da paisagem são as avenidas e ruas definidas no período inicial. As mesmas avenidas dimensionadas no início da colonização, são atualmente os

principais eixos norteadores da cidade, como as avenidas: Brasil, Washington Luís, Manuel Goulart e Coronel José Soares Marcondes.

O projeto de implantação do Coronel Goulart, apesar de conservar o quadriculado típico dos núcleos urbanos do novo oeste, apresenta algumas características que conseguiram conservar a importância dos eixos até os dias atuais conforme ilustra a imagem 04. A largura das vias principais e secundárias é bastante satisfatória para o automóvel, e as avenidas possuem, inclusive, espaço para canteiro central. Dessa forma elas foram estendidas até atingir alguma barreira física, ou então continuaram desviando seu trajeto, como é o caso da Washington Luís. É interessante observar que todas encontram o Córrego do Veado em algum momento, uma via-parque ou parque linear, lugar onde hoje é o novo cartão postal da cidade. (Imagem 4). Além disso, com exceção da Washington Luís, todas as demais encontram a Rodovia Raposo Tavares, o que permite tanto os deslocamentos internos, da área central para as periféricas, como para fora do município. No caso da Av. Manuel Goulart, além de atravessar importante parte da área central, atravessa a Rodovia Raposo Tavares. A Av. Brasil também dá acesso à Rodovia Chateaubriant que interliga a cidade ao sul do país.

### **A ferrovia e os fundos de vale**

A ferrovia ao passar pelo espigão, divisor de águas, trouxe uma característica bastante peculiar para as cidades da Alta Sorocabana, poupando os fundos de vale. Por esse motivo, hoje a cidade de Prudente, ainda apresenta fundos de vale em vazios urbanos, mesmo em área adensada. Com a implantação da estação ferroviária no nível mais alto do território, seguem os núcleos urbanos que vão se concentrar ao seu redor. Quando inicia a fase da industrialização, sua implantação irá permanecer no mesmo nível, pois era necessária a proximidade com a ferrovia. A parte industrial, naturalmente se estabelece no chamado *wrong side*<sup>7</sup>, e com ela, as vilas operárias se fixam ao seu redor. Num primeiro momento, a ocupação do núcleo urbano se dá no topo geográfico. A ocupação do território segue a

---

<sup>7</sup> Expressão popular norte-americana “*right side*” e “*wrong side*”, refere-se a tipologia típica formada pela malha ferroviária que configura os dois lados da via do trem. Parece bem adequado, pois denota o grau de interferência da ferrovia na produção do espaço urbano: o lado certo e o lado errado; o lado valorizado voltado para o acesso da estação de trem e o lado desvalorizado, dos galpões de abastecimento.

orientação preferencialmente do *right side*<sup>12</sup>, sendo que essa também ocupa as cotas<sup>8</sup> mais altas, evitando as áreas de várzea.

A importância desse fator pode ser avaliada se entendermos o caso da cidade de São Paulo. A tese de Fernando de Mello Franco (2005), ao estudar a estruturação da metrópole pela conformação técnica das várzeas e planícies fluviais da bacia de São Paulo, relata que o início do processo de ocupação dos fundos de vale na capital se deu a partir da implantação da malha ferroviária:

O sistema ferroviário, ao procurar terrenos disponíveis, baratos, planos e contínuos para a sua passagem, elegeu preferencialmente o trajeto em paralelo aos principais rios, inaugurando o irreversível processo de construção das várzeas como espaço habitável.” (FRANCO, 2005, p.11)

A partir daí, as indústrias, as vilas operárias e os armazéns irão se estabelecer junto à malha ferroviária para receber matéria prima e escoar sua produção. Ainda, a necessidade de energia elétrica para sustentar o parque industrial vai direcionar a canalização dos rios e a drenagem das várzeas alagáveis, permitindo a sua urbanização. As rodovias e avenidas marginais dão continuidade ao processo de valorização das várzeas.

Trata-se de um círculo vicioso que cada vez mais vai se apropriando daquilo que deu origem à cidade de São Paulo: os rios. Ora, é sabido que, um dos maiores problemas de infraestrutura da cidade é justamente a falta de áreas permeáveis para escoar a água pluvial, como os fundos de vale. O exemplo da capital permite visualizar o impacto que a malha ferroviária pode exercer sobre o meio ambiente na formação do espaço urbano. Em Prudente, ao delinear a sua trajetória sobre o espigão, determinou a valorização dos topos em detrimento dos fundos de vale. Desse modo, poupou muitas várzeas alagáveis que hoje são objeto de renovação urbana nas cidades, e deste modo encontra-se preservado.

Desta forma, o entendimento de um patrimônio cultural na cidade de Presidente Prudente se volta para as suas origens e os elementos que evidenciam o reconhecimento de um lugar, no processo de produção do seu espaço urbano. Uma análise apenas morfológica poderia não suscitar qualquer novidade para o entendimento do patrimônio ferroviário, por não se tratar de uma materialidade

---

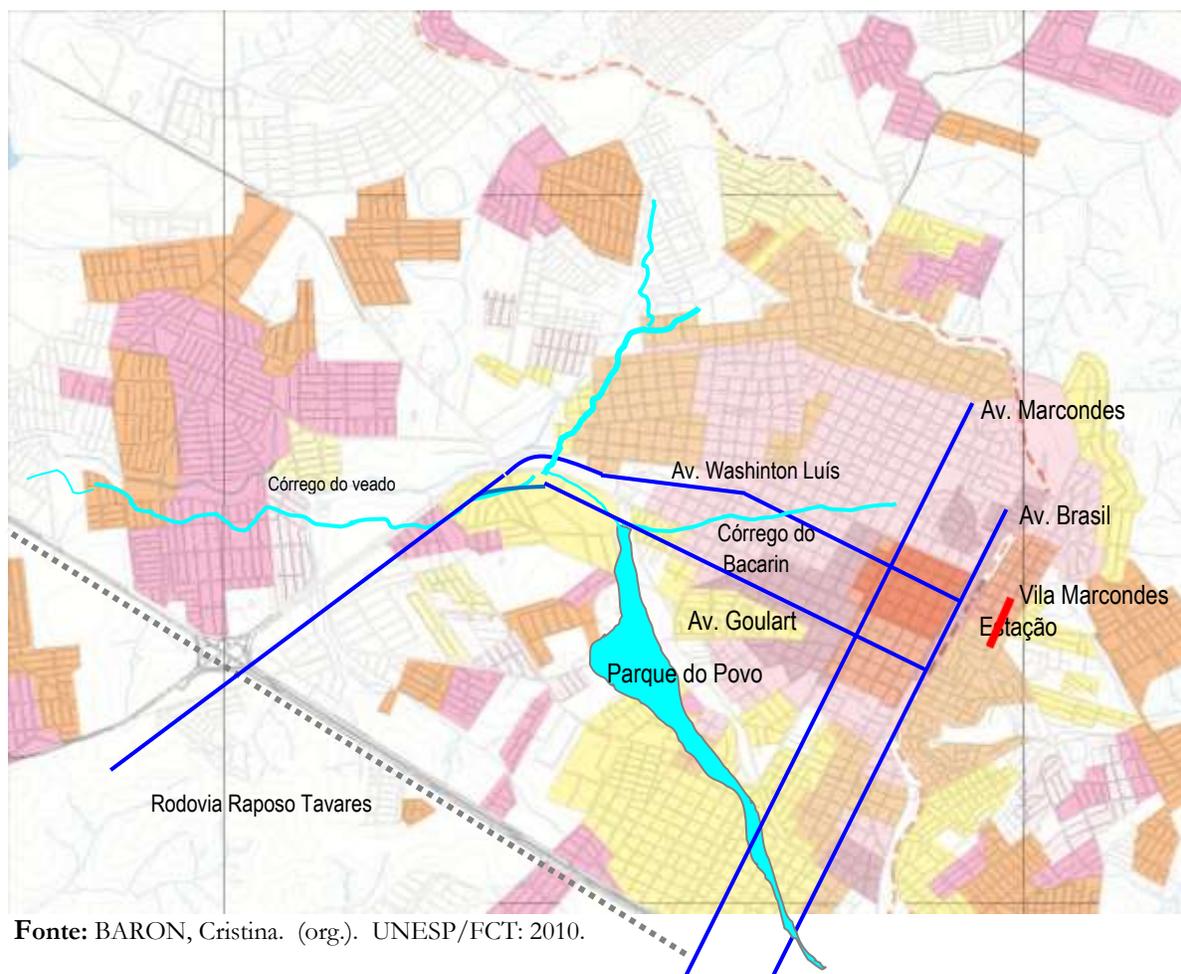
<sup>8</sup> Medida de altura de uma área em relação ao nível do mar.

considerada emblemáticos para a arquitetura ou o urbanismo. No entanto, quando analisada do ponto de vista cultural:

contém uma densidade histórica que as diferencia pelo valor de uso, pelo valor de referência e pelo valor da memória, que conjuntamente lhes conferem um caráter estruturante em relação às formas de uso do território. (FRANCO, 2005, p. 14)

Se a ferrovia é o início de tudo no extremo oeste paulista, o local em que ela estende seus trilhos determinará a estruturação das cidades. Desse modo, esta expansão passando pelo espigão divisor de águas vai refletir na ocupação futura do território e sua relação com o ambiente físico natural. Nessa perspectiva, o desenho das vias e das vilas está intrinsecamente articulado a este contexto, relacionando a paisagem e compondo seus espaços livres e construídos.

**Imagem 5:** Mapa de Presidente Prudente



O fator então que particulariza a formação dessa cidade, se volta para a forma como diferentes atores vão articular a formação desses lugares. No caso de Prudente, a bipolaridade do poder na figura dos dois coronéis e sua rivalidade desencadeou com uma rapidez impressionante a constituição do município e a sua posição em relação à região da Alta Sorocabana.

Outro aspecto importante trata do posicionamento dos trilhos em relação à topografia do sítio. Se o núcleo se origina nas cotas mais altas, ao redor da estação de trem, a ocupação do espaço urbano vai descer gradativamente pelas curvas de nível e evitar as várzeas alagáveis. Desta maneira, o espaço urbano vai valorizar os topos em detrimento aos fundos de vale. O resultado é que a paisagem de Prudente oferece a visão de um parque linear em área de alto adensamento urbano, como no caso do Parque do Povo, além de contar com vários fundos de vale em sua bacia, nos vazios urbanos centrais.

Também podemos considerar a maneira como a rodovia implantou a sua trajetória, valorizando a porção oeste da cidade, e poupou o lado leste na expansão urbana, e desta forma, os trilhos não são um entrave, como ocorre em várias cidades paulistas.

As principais vias da cidade partem da estação e passam por este parque, promovendo uma relação entre os trilhos e os fundos de vale, os quais não rivalizam em importância, e assim, podem conviver em harmonia. Ou seja, não há o embate entre o patrimônio ferroviário e meio ambiente. Atualmente, os principais pontos de legibilidade urbana: o parque e a ferrovia, podem conviver sem a histórica posição de rivalidade que marcou a fundação desta cidade.

Quanto aos aspectos similares desse processo na ocupação do espaço urbano, cabe relacionar: a valorização das áreas, que dará preferência para o lado do acesso à estação; que terá uma esplanada e determinará na região do novo oeste, o principal ponto de encontro dessa gente; que contará com uma rua direita, ou seja, que liga diretamente as principais centralidades dos núcleos recém constituídos, como a praça da estação e a praça da igreja; e que essa via se tornará a principal atração do comércio.

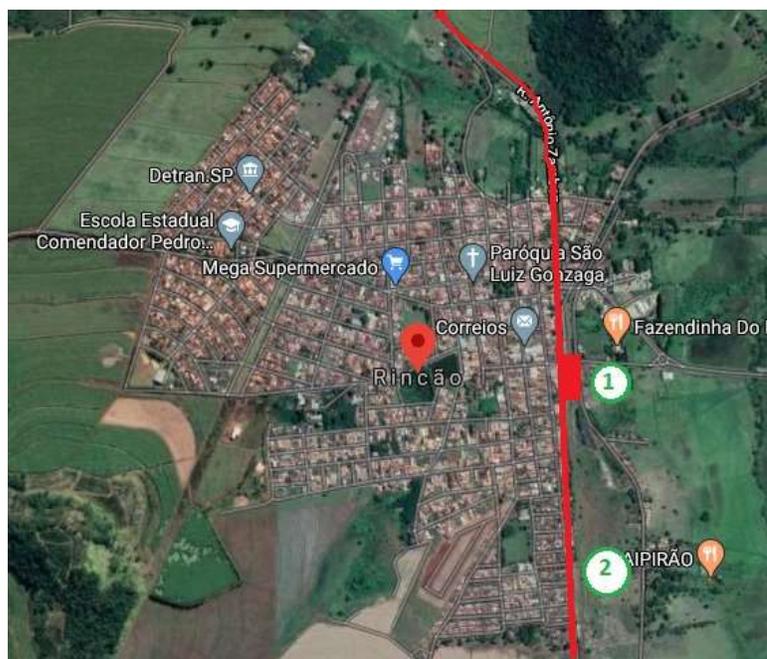
### **Análise da cidade de Rincão (Companhia Paulista de Estradas de Ferro – CP)**

Diferentemente do que se encontra em Presidente Prudente, o município de Rincão quase não se desenvolveu, não apresentando uma expansão como a primeira, com uma população atual de aproximadamente dez mil habitantes. Rincão emancipou-se da cidade Araraquara apenas em 1948.

A cidade surgiu com os rumores da ferrovia e, portanto, a história de ambas se confunde, surgindo a cidade e a estação no mesmo ano de 1884. Nesta cidade, mais do que se falar em eixos estruturadores ou a ocupação de fundos de vale, é mais interessante discorrer sobre os vestígios deste patrimônio industrial ferroviário. Tais vestígios podem ser importantes para entender eventualmente as origens de uma cidade cujo desenvolvimento destruiu parte do patrimônio ferroviário.

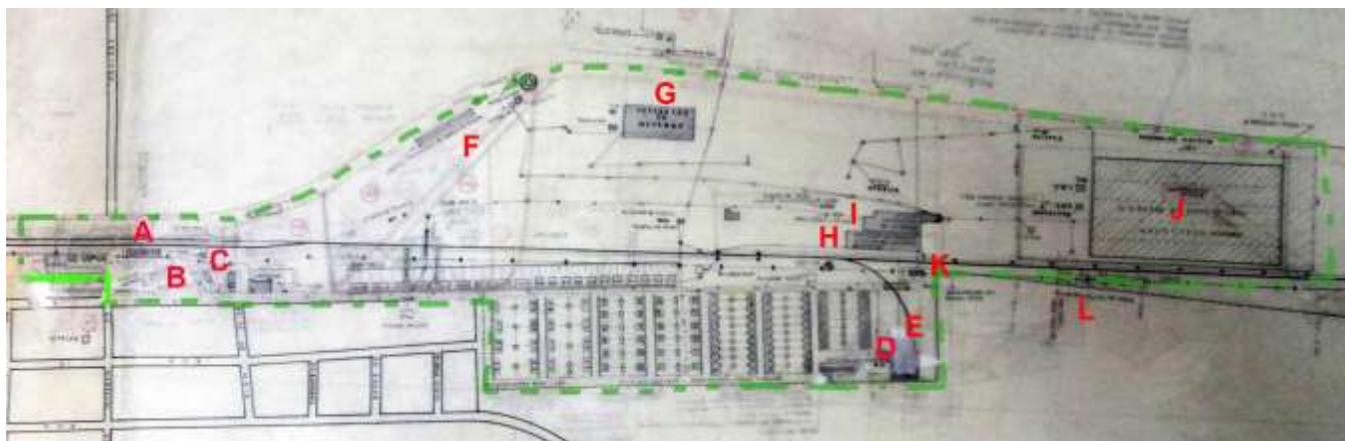
Claramente o eixo estruturador da cidade de Rincão é a própria estação, e à esquerda da estação ou a oeste da cidade que este núcleo urbano se expandiu. A parte destinada aos armazéns e depósitos de carros e locomotivas, ficaria à direita da linha, e a parte de moradias estaria à esquerda da linha e ao sul da cidade. Uma edificação que chama à atenção, localizada junto às moradias, é a subestação elétrica. Recorda-se que a Companhia Paulista foi a pioneira dentre as companhias ferroviárias a eletrificar seus trilhos em 1922. Assim, no complexo ferroviário de Rincão pode-se ver locomotivas de pelo menos duas diferentes épocas: locomotivas à diesel e movidas à energia elétrica. Há um elemento importante na paisagem presente nas estações mais antigas: a caixa d'água, que denota o indício da presença de locomotivas à vapor. Em Rincão, não se encontra tal caixa d'água destinada às locomotivas. Porém, mais adiante, comentar-se-á de outro tipo de caixa d'água.

**Imagem 6:** Mapa de Rincão. Legenda: 1. Estação 2. Linha de trem (em vermelho)



**Fonte:** Google Maps. Acessado em 11/03/2020

**Imagem 7:** Complexo ferroviário de Rincão. Legenda: A. Estação; B. Armazém; C. Casa do Chefe da Estação; D. Casa do Chefe da Subestação Elétrica; E. Subestação Elétrica; F. Local de limpeza de locomotivas; G. Armazém de Baldeação; H. Depósito de carros e locomotivas elétricas; I. Depósito de locomotivas à diesel; J. Armazém Regulador – Instituto Brasileiro do Café; K: casa de turma de via permanente; L – Casas da Via Permanente. Os edifícios ou locais F, G, H, I, J, K e L não existem mais, foram demolidos.



**Fonte:** Mapa realizado por INOUE, 2017, tendo como base planta do arquivo da Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA)

Não cabe falar em ocupação em fundo de vale, pois toda a cidade é relativamente plana, levemente acidentada à oeste. Certamente se houvesse um *wrong side* nesta cidade, esta seria o fundo de vale. Ainda arrisca-se dizer que, no caso, seria na parte sul da cidade, pois a presença da vila ferroviária, ligada ao mundo do trabalho, marcaria um modo de ocupação.

Se os eixos estruturadores e os fundos de vale não são o que marcam esta paisagem, queremos ressaltar que a presença da vila ferroviária é claramente o que mais chama a atenção. Rincão é dentre as vilas ferroviárias da Companhia Paulista a que apresenta maior quantidade de unidades e de tipologias. Um dos motivos é que a cidade possuía um armazém regulador de café, construído pelo Instituto Brasileiro do Café, em terras da Companhia Paulista. Pelo fato de não ter sofrido um processo de desenvolvimento urbano, as edificações foram pouco descaracterizadas e demolidas, apresentando muitas das características morfotipológicas originais.

Nossa hipótese para Rincão é de que houve dois momentos de construção de unidades na vila ferroviária. Um primeiro núcleo surgiu juntamente com a estação e, portanto, é de 1884, e outro núcleo

surgiu com a construção do armazém de café, em 1922. Infelizmente, o edifício do armazém não existe mais. No Relatório da Companhia Paulista de 1921 fala-se na construção de cento e vinte unidades em Rincão. Segundo o Inventário da extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU), em 2007, a vila ferroviária possuía setenta e duas unidades. Em uma visita de campo, de 2013, contabilizou-se duzentas e seis unidades. Sobre a divergência de números, a hipótese é de que o Relatório de 1920, somente refere-se à construção de casas aprovadas em 1920, não considerando as unidades já existentes, localizadas mais próximas à estação. O número divergente entre ex-RFFSA e SPU é devido a forma de realização das visitas de campo, podendo não ter sido contabilizadas aquelas unidades vendidas pela FEPASA ou RFFSA, antes de sua extinção. Descobriu-se ainda que algumas casas ou foram desmembradas, como aquelas próximas à estação, ou então, nos demais quarteirões, dois terrenos foram lembrados. Infelizmente não se encontrou plantas originais nem da vila nem das casas. Assim não sabemos nem as datas de construção, nem a autoria. Sobre a autoria, apenas sabemos que a seção de Linhas e Edifícios da Companhia Paulista, era a responsável por sua construção e manutenção. A planta mais antiga encontrada é a de implantação, datada de 1967. À época, a Companhia Paulista já se encontrava integrada à empresa estadual FEPASA. A planta encontra-se no arquivo da Inventariança da ex-RFFSA. Encontrou-se, além disso, um levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Rincão, da década de 1980.

A vila ferroviária de Rincão apresenta 9 (nove) subtipologias diferentes. A palavra subtipologia aqui é adotada, pois todas as casas referem-se a tipologia de casas de vila ferroviária, para diferenciar da tipologia de casas de turma. A tipologia de casas de turma geralmente são um conjunto de duas ou três unidades, localizadas entre as estações, onde habitavam trabalhadores responsáveis pela manutenção das linhas ou que acorriam quando havia um acidente no percurso.

As nove subtipologias diferenciam-se pelo programa, isto é, número de ambientes, estes geralmente diferenciam-se pelo número de dormitórios, presença ou não de um escritório anexo à casa, esta última subtipologia geralmente destinada ao chefe da estação. As subtipologias diferenciam-se também pela área das edificações e dos terrenos, com presença de recuos frontais, laterais e posteriores, conformando em quintais. Elas geralmente refletem a hierarquia do trabalho, desse modo, aquelas que apresentam edificações e terrenos com áreas maiores, eram destinadas ao chefe da estação, e no caso de Rincão, também ao chefe da subestação elétrica. Os terrenos e edificações menores eram

destinadas aos trabalhadores responsáveis pela Conservação da Linha, em uma subtipologia conhecida como “porta e janela”, sem recuos laterais ou frontais, construídas no alinhamento da rua (Imagem 7). Outra diferenciação entre elas, é a presença de porões que refletem os Códigos Sanitários da época. Apenas aquelas com maior distinção apresentavam tais porões (Imagem 8). Outra questão presente em todas elas, é a presença dos banheiros não incorporados à edificação principal: geralmente situados ao fundo do quintal, e próxima a um tanque, destinado provavelmente à lavagem de roupas. A cozinha está localizada na parte posterior da edificação principal, voltada para o quintal da casa.

Um elemento que remonta às origens do núcleo urbano de Rincão e até recentemente era posto em funcionamento: a caixa d’água de ferro, movida a uma bomba, utilizada para abastecer o pequeno núcleo urbano. Há ainda um outro elemento menor que remonta às origens, e por vezes perdeu a função devido à presença contemporânea de fogões elétricos, mas que permanece na paisagem: a presença de chaminés, antes úteis quando da utilização do forno e fogão à lenha.

**Imagem 8:** Casa de umas das subtipologias da vila ferroviária de Rincão, conhecida como “porta e janela”, destinados aos trabalhadores da seção de Conservação das Linhas.



Fonte: INOUE, 2017

**Imagem 9:** Casa de umas das subtipologias da vila ferroviária de Rincão. Nota-se o porão, os recuos laterais e de fundo do terreno, e nesta casa de esquina, encontra-se a caixa d'água que abastecia o núcleo urbano.



**Fonte:** INOUE, 2017.

A estação e a esplanada de Rincão, provavelmente de 1892<sup>9</sup>, ao contrário da segunda estação construída em estilo *Art Déco*, em Presidente Prudente, não foi construída em nenhum estilo específico. Pode-se inclusive enquadrá-la como estilo eclético. A estação apresenta o programa típico das estações: bilheteria, depósito e sanitários; e próxima a ela há um pequeno armazém.

Desse modo, ao analisar a paisagem de Rincão, claro está que não é a qualidade artística da estação, que apesar de ter sido o pontapé inicial da cidade, que caracteriza o lugar ou a sua paisagem, mas o conjunto de elementos arquitetônicos das casas da vila ferroviária, e seus aspectos urbanísticos, que sem o conhecimento da história da Companhia Paulista, seria difícil de reconhecê-los e valorizá-los como patrimônio.

---

<sup>9</sup> O ano refere-se a data de inauguração da estação. Informações encontradas em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/rincao.htm>. Acesso em 15/04/2020.

### **Considerações Finais**

A investigação do patrimônio sob o ponto de vista cultural, buscando as características peculiares de cada lugar, abre um amplo leque sobre as possibilidades de entendimento do que deve ser ou não preservado, dilema fundamental para salvaguardar o que resta dos elementos representativos da paisagem paulista.

Os estudos de caso demonstram como certos aspectos específicos ainda geram legibilidade para esses lugares, caracterizando essas porções do território e que certos elementos arquitetônicos e urbanísticos ainda presentes em sua paisagem atual são significativos na produção e sentido para esses territórios e, portanto, deveriam ser preservados. No entanto, ao demonstrar elementos da paisagem que justifiquem a preservação do patrimônio, não se defende a ideia de engessamento histórico da paisagem, mas sim, produzir material para apoiar as decisões planejamento urbano buscando conciliação entre sociedade, cultura, economia e meio ambiente.

Ambas as cidades tiveram origem a partir da ferrovia e tiveram como referência a estação para a sua expansão urbana. Interessante observar que o estudo do caso de Presidente Prudente foi possível diante das particularidades da sua própria paisagem, delimitada pelo processo singular de produção do seu espaço. O município de Rincão não conheceu desenvolvimento depois de passada a febre do café e por esse motivo mantém grande parte do acervo ferroviário, diferente dos outros núcleos urbanos que sofreram muitas perdas de seu patrimônio. Apesar da importância, grande parte do patrimônio ferroviário no Brasil encontra-se abandonados, sem uma política efetiva de preservação.

O que se pretendeu mostrar através do presente artigo é a formação urbana de cidades a partir das ferrovias, e sua importância no desenho do território paulista. Tais elementos somente são reconhecíveis através do conhecimento histórico, que gera sentido para a preservação de certos objetos ou cenários. Tal tratamento deve não salvaguardar simplesmente o passado, desvinculado do seu contexto atual, mas buscar compreender em que circunstâncias essa decisão seria possível, diante das atuais possibilidades econômicas, políticas e de desenvolvimento humano, criando ainda uma linha narrativa para a preservação do rico patrimônio industrial ferroviário, que conecte passado, presente e futuro, em uma efetiva política de preservação.

### **Referências bibliográficas:**

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.
- ARAKAKI, Elizabeth Mie. **A paisagem e os trilhos no Oeste Paulista. O caso de Presidente Prudente**. Tese (doutorado). São Paulo: FAU-USP 2010.
- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Tese (doutorado). Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – UNESP, 1972.
- BEM, Sueli. F. de. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas**. Dissertação (mestrado). São Paulo, FAU-USP, 1998, 418p.
- BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas. Arquitetura Rural no Ciclo Cafeeiro**. Tese (doutorado). São Carlos: FAPESP/EESC-USP, 2008.
- CAMPOS, Cristina. **Ferrovias e Saneamento – O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893**. Tese (doutorado). São Paulo, FAU-USP, 2007.
- COMISSÃO DOS PROLONGAMENTOS DA EFS. **Relatório apresentado pelo engenheiro-chefe Joaquim Huet de Bacellar ao Presidente do Estado**. São Paulo, Weisflog Irmãos, 1912, p.4.
- FRANCO, Fernando. M. **A construção do caminho A estruturação da metrópole pela conformação técnica das várzeas e planícies fluviais da Bacia de São Paulo**. Tese (doutorado). São Paulo: FAU-USP 2005.
- GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista**. Tese (doutorado). São Paulo: FAU-USP, 1999.
- INOUE, Luciana M. **Fim da linha? Vilas ferroviárias da Companhia Paulista (1868-1961): uma investigação sobre história e preservação**. Tese (doutorado). São Paulo, FAU-USP, 2016.
- KÜHL, Beatriz M. **Preservação da arquitetura do ferro em São Paulo**. Tese (doutorado). São Paulo, FAU-USP, 1996.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias, cidades, trabalhadores 1870-1920**. Tese (livre docência). São Paulo, FAU-USP, 2002.
- LANDIM, P. C. **Desenho de paisagem: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Editora Alfa- Omega, 1976. Primeira edição, 1949.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Alfa-Omega. 1974.
- MARTINS, José de. “Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica.” *In Estudos Históricos*. V. 10, pp. 33-41. Marília, 1971.
- MARX, Murilo. **Nosso chão: do Sagrado ao Profano**. São Paulo: Edusp, 1989.
- MILLET, S. **Roteiro do Café e Outros Ensaio: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

- MOARES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 2002, p.15.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PRADO Jr, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Grandes empresa de serviços públicos na economia cafeeira: um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo: 1850-1930**. São Paulo: sn, 1979.
- SAES, Flávio Azevedo Marques. **As ferrovias de São Paulo 1870-1940**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- SANTOS, M. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4<sup>a</sup>.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SPÖSITO, M. E. B. **O Chão em Presidente Prudente: A lógica da expansão Territorial Urbana**. Dissertação de Mestrado. Rio Claro: UNESP, 1983.
- SOUKEF JR, A. **Sorocabana uma saga ferroviária**. São Paulo: Dialetto, 2001.
- TOSI, P. G. e FALEIROS, R. N. “Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917)”. In **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 417-442, ago 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000200008> Acesso em 16/04/2020.

## Das ruas ao memorial: monumentos, silenciamentos e o ensino de História

From the streets to the memorial: monuments, silencing and the teaching of History

**Yuri Leonardo Rosa Stelmach**

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

yuri.stelmach@gmail.com

**Recebido em:** 12/03/2020

**Aprovado em:** 10/05/2020

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir questões concernentes ao ensino de História, tendo o *Memorial do Rio Grande do Sul* como o local gerador do processo de ensino-aprendizagem de alunos que visitaram esse espaço. As mediações debruçaram-se sobre a exposição itinerante “Monumentos e arte: a história da cidade em risco”, a qual expôs uma série de monumentos e estátuas públicas retiradas das ruas de Porto Alegre. Por meio dessas peças, a mediação buscou refletir sobre as histórias silenciadas por trás daquelas esculturas, visando perceber outros atores e grupos silenciados por uma história elitizada. Do ponto de vista teórico, valeu-se de Vygotsky (2010) e Bakhtin (1992) no que concerne à mediação interativa; Siman (2013), no que diz respeito ao ensino de História por intermédio da leitura da cidade; e Ramos (2016), sobre o conceito de objeto gerador. Por fim, acredita-se que os alunos tomaram posse de uma história mais plural, permeada por uma série de disputas e desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Educação patrimonial; Ensino de História; Mediação.

**Abstract:** This paper aims to discuss issues concerning the teaching of History, with the *Memorial of Rio Grande do Sul* as the generator of the teaching-learning process of students who visited this space. The mediations focused on the traveling exhibition “Monuments and art: the history of the city at risk”, which exposed a series of monuments and public statues taken from the streets of Porto Alegre City. By means of those pieces, mediation sought to reflect on the silenced stories behind those sculptures, in order to perceive other actors and groups silenced by an elite story. From the theoretical point of view, it was used Vygotsky (2010) and Bakhtin (1992), with regard to interactive mediation; Siman (2013), with regard to the teaching of History through reading the city; and also Ramos (2016), on the concept of generating object. Finally, it is believed that the students took possession of a more plural history, permeated by a series of disputes and social inequalities.

**Keywords:** Heritage education; Teaching of History; Mediation.

## Introdução

O ensino de História pode ocorrer para além da sala de aula. Dentre os diversos cenários possíveis, os espaços museológicos – museus, memoriais, arquivos – são locais importantes nos quais os alunos visitantes podem entrar em contato com documentos, objetos e ações educativas elaboradas pelas próprias instituições, as quais tornam-se geradoras de processos de ensino-aprendizagem.

Os objetos da cultura material expostos no espaço museológico podem ser utilizados para a construção de reflexões sobre as relações sócio-culturais inseridas no tempo histórico. Dessa forma, prima-se pela construção de um diálogo crítico com o passado e sua ressignificação pelos indivíduos no presente. Quando entendido apenas enquanto um local em que contempla-se objetos antigos, o espaço museológico deixa escapar a oportunidade de compor, por meio de práticas educativas, um argumento crítico, historicizando as representações do passado em diálogo com a realidade social dos visitantes no presente.

Nesse processo dialógico, o mediador atua como um intermediário entre os objetos expostos e a reflexão crítica que se objetiva advir dos visitantes, em uma perspectiva que envolva e sensibilize o público a pensar criticamente sobre a história por meio dos objetos da cultura material.

Tendo em vista que a mediação ocorre por intermédio da interlocução entre o locutor e o seu receptor (BAKHTIN, 1992), surgem desafios e possibilidades nesse espaço no qual é possível (re)criar narrativas. Nesse escopo, este artigo tem por objetivo geral discutir questões concernentes ao ensino de História, tendo o *Memorial do Rio Grande do Sul* como o local gerador do processo de ensino-aprendizagem, neste caso, visitas guiadas de turmas escolares. Nessa ótica, surge a seguinte problemática: de que forma é possível refletir sobre as histórias da cidade de Porto Alegre por meio das peças presentes na exposição?

Especificamente, este estudo foi feito com a intenção de desencadear a reflexão sobre como outros indivíduos/grupos sociais aparecem ou não no patrimônio estatuário da cidade de Porto Alegre, à luz de Régis Lopes Ramos (2004), no que concerne ao ensino de História dos/nos objetos.

Para dinamizar a reflexão, foi proposto que os visitantes, ou seja, alunos e alunas da educação básica, pensassem em um novo título para a exposição, escrevendo-o em um cartaz que fora disponibilizado pelo mediador. Dessa forma, a atividade final foi utilizada com a finalidade de

refletir como ocorreu o ensino-aprendizagem (VYGOTSKY, 2010) na mediação proposta, para que a problemática e o objetivo aqui expostos fossem contemplados e respondidos.

### **Contextualizando a instituição, a exposição e os monumentos de Porto Alegre**

Para prosseguirmos com a reflexão proposta por este artigo, cabe aqui uma breve contextualização do *Memorial do Rio Grande do Sul*, bem como da exposição intitulada “Monumentos e Arte: a história da cidade em risco”, em que se realizou o trabalho de mediação que inspirou o presente estudo.

Entre 1910 e 1914 foi construído na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, um prédio com objetivo de abrigar a central dos Correios e Telégrafos da cidade. A construção, de caráter monumental, caracteriza-se por um projeto arquitetônico eclético, mesclando temas neoclássicos - colunas, arcos, a figura mítica de Atlas em sua entrada - com um modelo barroco nos detalhes em seu entorno. Por mais de 60 anos, essa construção foi o centro por onde transitavam correspondências vindas e destinadas às mais diversas regiões do estado e do país. Mantendo suas funções originais até meados de 1980, o prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual também aprovou o projeto de restauração da edificação, iniciado em 1998.

No decorrer do ano 2000, após a conclusão das reformas necessárias, o prédio passou a abrigar o *Memorial do Rio Grande do Sul*,

[...] uma instituição cultural pensada para figurar como uma verdadeira vitrine do estado do Rio Grande do Sul, um lugar de memória e divulgação da história e da cultura gaúcha. Nesse sentido, a casa se abria para sociedade com uma exposição interativa visando a informação, a pesquisa e a educação através de atividades de mediação e ação educativa (BERTIN; ENDRES, 2012, p. 639).

Atualmente, a instituição é aberta ao público, contando com exposições permanentes<sup>1</sup> e itinerantes. A mediação realizada na instituição debruçou-se sobre uma mostra especial itinerante,

---

<sup>1</sup> O setor de Ação Educativa do Memorial oferece, atualmente, quatro atividades de educação patrimonial mediadas, sendo elas: (i) Memorial e seu entorno: roteiro que busca a reflexão dos visitantes sobre o espaço urbano e seus usos através do tempo; (ii) Em Território Negro: aborda-se a história do Largo da Quitando (atual Alfândega) nos séculos XVIII e XIX. O enfoque é dado para os homens e mulheres negros que fizeram/fazem parte da história da praça e da cidade; (iii) Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre: trata-se de constituir, no centro histórico de Porto Alegre, um roteiro de fruição, memória e história que estabeleça uma relação de identidade e visibilidade para a etnia negra. Esse roteiro é referenciado a partir de 04 monumentos construídos de forma coletiva, numa oficina, por artistas negros; (iv) Linha do Tempo de História do Rio Grande do Sul: composta de 36 painéis temáticos organizados cronologicamente, a Linha do Tempo é uma exposição que propõe um olhar abrangente e de longa duração da história social e política do Rio Grande do Sul, através de textos, ilustrações e mapas.

intitulada “Monumentos e arte: a história da cidade em risco”, a qual integrou a Semana do Patrimônio Cultural de Porto Alegre, no ano de 2019. A exposição exibiu uma ampla variedade de obras de arte e monumentos públicos – cerca de 25 objetos – que representam e homenageiam personalidades e eventos da cidade e do estado. Foram expostas peças datadas do final do século XIX e do decorrer do século XX, construídas em bronze, mármore ou cimento.

Em diferentes momentos, esses monumentos foram recolhidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre por motivo de vandalismo, furto parcial de suas peças ou por receio de que fossem alvos de futuras depredações. Conforme seu idealizador e curador<sup>2</sup>, a exposição objetivou salientar a importância da estatuária pública e das peças de arte ao ar livre para a história e memória de Porto Alegre. Além disso, ela visou conscientizar a sociedade na tarefa de conservar e respeitar o patrimônio cultural da cidade.

**Imagem 1:** Panorama da mostra nas dependências do Memorial



**Fonte:** Setor de Ação Educativa do Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/memorial.do.rs/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/memorial.do.rs/photos/?ref=page_internal). Acessado em: 03/04/2020.

Portanto, foi nesse contexto exposto que se inseriu a mediação realizada no *Memorial do Rio Grande do Sul*. Sem ignorar os objetivos propostos pela curadoria da exposição, procurou-se elaborar um plano de ação educativa que permitisse aos visitantes observar a história da cidade de Porto Alegre por meio dos objetos expostos no local, isto é, os monumentos públicos.

Além disso, buscou-se evidenciar que o ato de monumentalizar um indivíduo ou um símbolo é uma escolha, geralmente de uma elite socioeconômica, em que ocorre o silenciamento

---

<sup>2</sup> Objetivo exposto na exposição pelo Prof. Dr. José Francisco Alves, coordenador da Memória Cultural na Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, idealizador e curador da mostra.

de outras histórias que compõem a história da cidade. Erguidas em nome da recordação de processos, eventos e personagens históricos que se relacionam com a memória da cidade e do estado, como exemplos ou comemoração de algo que deve ser lembrado, a estatuária pública reflete a própria história de Porto Alegre e a memória coletiva de seus habitantes.

Entende-se que o contato dos alunos com as peças da exposição, em conjunto com a mediação, constituiu-se em uma oportunidade para o olhar crítico e para a reflexão sobre os monumentos expostos, bem como sobre a história da cidade e sua relação com essas esculturas. Esses monumentos são de diversas épocas e, enquanto tal, correspondem aos valores, intenções, rememorações do período em que foram pensados e construídos.

Diante disso, buscou-se um olhar crítico da história de Porto Alegre, tendo essas peças como objetos geradores de reflexão (RAMOS, 2016). Se os monumentos contam uma história, deve-se questionar sobre quais histórias eles estão contando, e no que implica exhibir e silenciar outras narrativas.

No caso de Porto Alegre, a arte estatuária passa por alguns momentos específicos. Nos anos finais do século XIX e início do século XX, a arte pública da cidade é caracterizada por um estilo de tendências europeias, especificamente francesas. Muitas capitais brasileiras viveram essa tendência, fruto de uma série de transformações políticas, econômicas, sociais (como a passagem do Império à República) e, como consequência, urbanísticas. A questão dos melhoramentos urbanos<sup>3</sup> esteve na pauta dos governantes que buscavam organizar a cidade num plano controlado e ordenado de desenvolvimento urbanístico e social, promovendo a diversificação dos locais disponíveis para implantação de construções monumentais, as quais se tornariam úteis à marcação e organização espacial do tecido urbano (MARINS, 1998-1999). Dessa forma, as praças são decoradas com monumentos e fontes de água, rodeadas por um ordenado trabalho de jardinagem.

Nos anos finais do século XIX, o Rio Grande do Sul percebe o crescimento e fortalecimento do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), cuja ascensão, em parte, advém com a queda do Império e proclamação da República. Tendo como grandes expoentes os políticos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, o PRR foi responsável por acentuar a ideologia positivista no Estado, resumida no movimento de ordem e progresso. O positivismo, ao mesmo tempo que

---

<sup>3</sup> Conforme Leme (2001), a expressão “melhoramentos urbanos”, no final do século XIX, significava uma série de práticas efetivas: obras de saneamento, construção de praças e grandes avenidas, no estilo das *boulevards* parisienses e londrinas.

fortalecia o projeto capitalista de modernização econômica e urbana do Estado, pregava o conservadorismo no que diz respeito às alterações sociais (KÜHN, 2011).

Na estatuária positivista porto-alegrense, segundo Doberstein (1995), eram celebrados os “heróis letrados”, em traje à rigor, portando um livro em suas mãos ou em gestual de oratória. Seus feitos políticos e intelectuais deveriam servir de exemplo para a sociedade sul-rio-grandense. Um grande exemplo é o monumento em homenagem à Apolinário Porto Alegre (produzido por Alfred Adloff em 1927) e que faz parte da mostra. A obra representa o político como um intelectual: enquanto sua mão esquerda apoia seu queixo (em pose de pensador), sua mão direita segura um livro. Sua biografia justifica a homenagem por parte do governo positivista do período: membro fundador do PRR, foi escritor, poeta, professor, jornalista e historiógrafo.

Após a década de 1930, há uma guinada da arte estatuária de Porto Alegre em direção à chamada ideologia do gauchismo. Com o enfraquecimento do positivismo e, conseqüentemente, do primado urbano sobre o rural, do universal sobre o regional (DOBERSTEIN, 1995), os monumentos públicos da cidade são construídos com forte apelo temático às representações da cultura gaúcha e dos mitos do regionalismo.

A Guerra Civil Farroupilha tornou-se tema de homenagem em algumas obras, a partir de 1935, ano que marcou o centenário do conflito bélico, visto como o momento em que o Rio Grande do Sul levantou-se em armas contra o Império do Brasil, marcando, dessa forma, o mito do “herói gaúcho”, sempre disposto a lutar contra aqueles que se opõem a sua liberdade. Em certa medida, esses monumentos compuseram uma narrativa para a fixação da figura idealizada do gaúcho no imaginário social de Porto Alegre. Dito isso, segue-se com os objetos e a história da cidade de Porto Alegre.

### **Os objetos e a história da cidade**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) concebe o patrimônio histórico cultural enquanto um conjunto de bens materiais e imateriais – conjuntos históricos, prédios, construções, monumentos, celebrações, manifestações artísticas e religiosas, percebidos individualmente ou em sua totalidade. Estes integram e são representativos da história, da memória, da cultura e da identidade das diferentes coletividades que formam a sociedade<sup>4</sup>. Ressalta-se que a

---

<sup>4</sup> Site do IPHAN (2014).

ação de se pensar/considerar algo como patrimônio é permeado por interesses e disputas simbólicas, políticas e financeiras entre os atores envolvidos no processo de tombamento<sup>5</sup>.

Nesse sentido, concebe-se a educação patrimonial enquanto um processo educativo que visa a um aprendizado social, tendo o patrimônio cultural como foco. Essa prática educativa objetiva que o patrimônio seja apropriado pela sociedade, como um recurso para a compreensão sócio-histórica de todas as manifestações que permeiam as referências culturais de diferentes coletividades que formam a sociedade (FLORENCIO, 2014). Conforme Tolentino (2016, p. 47), o patrimônio cultural é

[...] concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, que dele se apropriam, deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica. Isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser tratado como pré-concebido, em que seu valor é dado a priori, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural.

Além disso, o autor salienta que as práticas educativas em torno do patrimônio devem reconhecer o jogo de forças existentes no processo de seleção e apropriação dos elementos patrimonializados, salientando as divergências e os conflitos nessa “luta entre memória e o esquecimento” (TOLENTINO, 2016, p. 47). Nesse sentido, as peças exibidas na exposição possibilitaram refletir sobre quais elementos, indivíduos, histórias e memórias da cidade estavam (e estão) sendo monumentalizadas e quais estão sendo silenciadas. Por meio dessa reflexão, procurou-se perceber como os monumentos foram utilizados para a preservação de uma determinada memória que corresponde às parcelas da elite porto-alegrense. Por meio do plano de ação em educação patrimonial, primando pela diversidade que forma a história da cidade, visou-se

[...] o processo dialógico e democrático dessa prática educativa, numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos (TOLENTINO, 2016, p. 40).

Salienta-se que a abordagem crítica das peças foi realizada levando em consideração o contexto histórico e social em que foram produzidas, procurando não cair em uma interpretação anacrônica dos monumentos. A partir disso, refletiu-se sobre os monumentos que estão sendo

---

<sup>5</sup> Sobre os conflitos e disputas que permeiam os processos de tombamento e patrimonialização, ver Velho (2016), em que o autor discorre sobre o caso característico do terreiro Casa Branca, ocorrido em Salvador em 1984, além de trazer outros exemplos.

produzidos e ocupam o espaço urbano no tempo presente, as continuidades e descontinuidades dos aspectos que norteiam o processo de monumentalização.

Um dos objetivos em relação ao plano de mediação proposto ao Memorial foi perpassar a história de Porto Alegre por meio dos objetos expostos, colocando os estudantes em contato direto com as peças ali presentes, primando pela reflexão sobre a história da cidade. Por meio desse contato, incentiva-se a sensibilidade dos visitantes em observar as características que formam materialmente os monumentos: a forma que representam algo/alguém, o material de que são feitos, tamanho, peso, danos sofridos e os trajetos percorridos ao longo do tempo, até chegarem à exposição. Em conformidade com Régis Lopes, buscou-se, portanto, uma “História dos objetos”, que pressupõe o estudo da “História nos objetos”, isto é, ter os objetos como fonte de reflexão da sociedade, uma vez que são indícios de traços culturais (RAMOS, 2004, p. 22). Nesse sentido, as peças expostas foram utilizadas como objeto gerador, o qual tem como objetivo

[...] motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras. (RAMOS, 2016, p. 73).

Com o intuito de ilustrar a mediação e as reflexões advindas da visita dos estudantes ocorrida na exposição, é preciso adentrar-se sobre alguns dos monumentos que compuseram a mostra. O fio condutor da mediação perpassou por diversos momentos da história da cidade e pelas ideias que nortearam tanto o plano urbanístico de Porto Alegre quanto a relação das obras com o contexto sócio-político em que foram produzidas. A visita guiada foi estruturada de maneira que os alunos pudessem observar cronologicamente as diferenças artísticas e ideológicas que nortearam a confecção das peças, dentro do contexto histórico da cidade de Porto Alegre. Salienta-se que, em algumas peças expostas, não foi possível obter muitas informações sobre suas especificidades, como a solicitação de fabricação, autoria ou solenidade de inauguração.

Dessa forma, o trajeto iniciou-se pelas peças datadas da virada do século XIX para o XX que, como exposto anteriormente, foram parte de um processo urbanístico baseado nos traços das grandes cidades europeias. Examinando-se as obras Estátua do Rio dos Sinos (importada da região de Carrara, Itália) e O Menino da Cornucópia (fabricada pela fundição Louis Thiriot, na França), os alunos foram convidados a falar sobre os elementos que compunham as peças. Dentre as falas, expuseram temas da mitologia greco-romana, pois a estátua representa uma ninfa, enquanto que o

Menino um tritão (as pernas dão lugar às nadadeiras), isto é, mensageiro de Poseidon, divindade grega dos mares e oceanos. Originalmente, ambas as peças eram parte de conjuntos que formavam chafarizes em praças de Porto Alegre.

Afastado das demais peças da exposição, os estudantes depararam-se com o busto em homenagem a Apolinário Porto Alegre (confeccionado em bronze pelo Alemão Alfred Adloff, em 1927). Essa peça pode ser caracterizada como uma “cartilha” da ideologia positivista difundida no período. Ao abordar brevemente o positivismo com os alunos, perguntou-se para eles qual a aproximação dessa ideologia com a linguagem plástica do monumento. Quase que de forma unânime, os alunos salientaram a pose de intelectual na qual Apolinário foi representado: enquanto o queixo é apoiado em uma das mãos, a outra segura um livro, como se a personagem refletisse sobre algo que acabara de ler.

Outra peça trata-se de uma placa em bronze, de autoria de Alfred Adloff (1928). Foi dedicada ao então prefeito de Porto Alegre, Otávio Rocha, no contexto de abertura da avenida Júlio de Castilhos. Reside nessa peça uma dupla homenagem. No canto esquerdo da placa, encontra-se uma figura masculina, sentada sobre uma frase em francês: *les grandes hommes / sont les phares / de humanite* (os grandes homens são os faróis da humanidade). Os visitantes foram questionados sobre as possíveis interpretações dessa frase, tendo em mente os homenageados na peça (ambos homens e políticos) e a ideologia positivista, para a qual a história é uma vitrine para admiração dos feitos e dos “grandes homens”, “heróis” do passado.

Passando para os monumentos elaborados após 1930, percebe-se as características de um momento no qual a ideologia positivista em declínio mesclou-se com o conceito de arte regional, intitulado de gauchismo. Foi um período no qual monumentalizou-se personalidades estaduais, municipais e expoentes da Guerra Civil Farroupilha, devido à comemoração do aniversário de 100 anos do conflito, em 1935. Na exposição, estavam presentes a placa de metal do Obelisco Sírio-Libanês, doado pela comunidade sírio-libanesa em homenagem aos farroupilhas (Alfred Adloff, 1935), bem como a placa do monumento a Bento Gonçalves (Antônio Caringi, 1935), dedicada aos soldados que lutaram no conflito. São peças relativamente simples, compostas plasticamente por um texto, em letras vazadas, sobre a peça de metal.

Apesar da simplicidade visual das peças, elas permitiram refletir sobre a memória da Guerra Civil Farroupilha na história do Estado. Esse foi um dos momentos mais interessantes da mediação, pois os alunos trouxeram questionamentos baseados em conhecimentos prévios sobre

o conflito. Uma aluna do sétimo ano perguntou sobre os motivos de se comemorar, no Rio Grande do Sul, uma guerra que, na verdade, foi perdida pelo Estado. Contextualizar o conflito abriu a possibilidade de problematizar os indivíduos que são monumentalizados/homenageados em detrimento de outros personagens/coletivos históricos como, por exemplo, o corpo de Lanceiros Negros<sup>6</sup>.

Os dois últimos monumentos inseridos na mediação são, na verdade, dois modelos representativos de seus originais. O primeiro, estátua em bronze do Laçador (Antônio Caringi, 1954); o segundo, Monumento aos Açorianos, construído com chapas de ferro por Carlos Tenius, em 1973. Originalmente localizado ao lado do Aeroporto Salgado Filho, medindo mais de 5 metros de altura (considerando seu pedestal), o Laçador exposto na mostra resulta de uma impressão 3D de aproximadamente 2 metros. O trabalho de escaneamento e impressão foi realizado pelo Laboratório de Design e Seleção de Materiais<sup>7</sup> da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LDSM/UFRGS). A peça representa um indivíduo masculino, fisionomia séria, corpo forte, ereto e altivo. Conforme Alves (2005), o movimento tradicionalista queria, para a cidade, um símbolo “representativo” da identidade gaúcha, que Caringi procurou traduzir em sua obra. Desde 2001, o monumento é tombado como patrimônio histórico de Porto Alegre.

Com relação ao Monumento aos Açorianos, a exposição conta com a maquete de ferro utilizada como protótipo do monumento original, que encontra-se no Largo dos Açores, em Porto Alegre. Medindo aproximadamente 2 metros de comprimento por 1 metro e meio de altura, a maquete apresenta-se como uma grande escultura, a qual conserva as marcações, em sua estrutura, dos profissionais que a criaram. Com relação às suas dimensões, seu original é considerado o maior monumento público da cidade, sendo inaugurado no aniversário de Porto Alegre, em 1974. Por meio de traços futuristas e abstratos, a linguagem plástica do monumento foi pensada para representar os primeiros casais que vieram do arquipélago dos Açores (Portugal), na segunda

---

<sup>6</sup> O corpo de Lanceiros Negros era uma unidade militar na Guerra Civil Farroupilha, formada por homens escravizados, para os quais foi prometida a alforria após o término do conflito bélico com o Império. Protagonizaram o episódio chamado de Massacre de Porongos, onde, por meio de um acordo entre o comando Farroupilha - na pessoa de Davi Canabarro - e o Legalista, os lanceiros foram desarmados e, durante a noite, massacrados pelas tropas imperiais. Para maiores informações, ver Kühn (2011).

<sup>7</sup> O LDSM integra a tecnologia 3D de scanners e impressão, com ações de conservação, proteção e promoção do patrimônio cultural. Atualmente, conta com um repositório 3D on-line, onde é possível visualizar os modelos tridimensionais oriundos dos projetos de digitalização do Laboratório. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ldsm/>>.

metade do século XVIII, com o intuito de povoar a região onde atualmente encontra-se Porto Alegre. Portanto, é uma peça construída para representar o “mito fundador” da cidade.

Por mais que o Laçador retrate apenas um indivíduo e o Monumento aos Açorianos represente um grupo de indivíduos, em ambas, há a despersonalização dos homenageados, utilizando a expressão de Marins (1998-1999). O Laçador é um indivíduo que representa o coletivo gaúcho, que deve servir de identificação para todos que compartilham essa identidade, por mais “mítica” que ela possa ser. O Monumento aos Açorianos, por sua vez, exibe uma série de indivíduos, sem rosto ou vestimentas, as quais são guiadas por uma figura alada que aponta para o outro lado do Atlântico. A peça transmite a imigração, o horizonte de expectativas voltado para o início de uma nova vida em solo brasileiro. O abstracionismo da peça permitiu, por parte dos alunos, diversas interpretações sobre o que é visto. Enquanto alguns enxergavam a peça formando uma caravela, outros concentravam apenas no ser alado, identificando um anjo ou um pássaro. Com isso, surgiu a possibilidade para alunos perceberem uma das funções artísticas da escultura, qual seja causar estranheza e permitir uma miríade de interpretações da sua linguagem plástica.

Assim, o contato dos alunos com as peças da exposição constituiu-se em uma oportunidade para a reflexão e leitura dos monumentos expostos e a relação deles com a história da cidade, pois foram feitos para o espaço urbano e apreciação pública. Monumentalizar um símbolo ou um indivíduo pressupõe uma intenção, dessa forma, aquelas peças são vestígios de manifestações sociais e culturais de um determinado contexto histórico de Porto Alegre. As estátuas podem ser observadas enquanto documentos para a interpretação do passado, vinculados em uma perspectiva de história-processo (ALVES, 2015).

Para Lana Mara de Castro Siman (2013), a cidade é um texto a ser lido por meio dos objetos que a constituem. A autora argumenta que para a compreensão da história na leitura da cidade-texto passa pela observação de suas palavras, signos, objetos e paisagem da urbanidade. É por meio dessa leitura dos elementos formadores do espaço urbano que se abre a possibilidade de uma releitura da história da cidade e dos indivíduos que habitam nesse espaço, seja nos centros, seja nas margens. Dessa forma, a autora salienta a necessidade do desenvolvimento de sensibilidades para a observação histórica da cidade, isto é, o olhar para além do que é visto. Além disso, requer do observador a curiosidade “[...] pelas camadas do tempo que se declaram e se indiciam na sua materialidade e simbologia” (SIMAN, 2013, p. 5).

Em termos metodológicos, o grande desafio na leitura da cidade

[...] é o de revelar o escondido através de uma arqueologia do texto/tecido sobre o urbano que busca expor o que não se percebe em um território sempre transformado por novas edificações, novos traçados, novos atores sociais e novos usos. Uma arqueologia que pode fazer uso de documentos que secretam rastros e marcas daquilo que não mais se pode ver (SIMAN, 2013, p. 5).

Nesse sentido, procurou-se caracterizar as peças expostas enquanto documentos do passado da cidade, refletindo em conjunto com os alunos visitantes as histórias da cidade por meio das peças. Por exemplo, quando observadas as estátuas do Rio do Sinos e a do Menino da Cornucópia (ambas do século XIX), reflete-se a influência europeia no contexto de melhoramentos urbanos da cidade de Porto Alegre. Para além disso, procurou-se trazer para a reflexão em grupo que a sanha pela urbanização do centro da cidade foi marcada por um caráter racista e higienista, em um processo histórico de marginalização das comunidades negras que habitavam o centro da cidade. Essas peças são fruto de um contexto – iniciado no final do século XIX com continuidades no século XX – onde a população negra de ex-escravizados foi empurrada para as periferias da cidade<sup>8</sup> e afastados do centro urbano da capital gaúcha, território historicamente identitário dessa população. A mesma reflexão foi proposta aos alunos quando observado o busto do positivista Apolinário Porto Alegre e de Otávio Rocha, antigo prefeito conhecido como “o reformador”, devido às obras públicas que realizou.

Foi observado pelos alunos do sétimo ano do Ensino Fundamental a ausência de personalidades mulheres na arte estatuária. Essas, quando aparecem, eram identificadas com termos genéricos (a ninfa, a estátua do Rio do Sinos), mas nunca representando uma personagem real, personalidade política e heroica da história da cidade. Por último, ainda cabe o exemplo da peça mais recente que se encontrava exposta, o Monumento aos Açorianos (1973). Essa peça retrata a chegada dos casais advindos da Ilha dos Açores, em Portugal, no ano de 1752, o que é considerado como feito fundador da atual cidade de Porto Alegre. Nesse momento da mediação, questionavam-se os alunos sobre a existência de outras comunidades anteriores aos açorianos e quais os motivos de eles não serem considerados na história oficial da cidade. Tal história não considera as comunidades indígenas que habitavam esse território antes da chegada europeia na

---

<sup>8</sup> Um dos exemplos mais famosos na história de Porto Alegre, no final do século XIX, é o da Colônia Africana, local onde formou-se uma comunidade de ex-escravizados, os quais cada vez mais eram destituídos do acesso ao centro urbano da cidade. No decorrer do tempo, a própria Colônia Africana foi se modificando, fazendo com que a população negra deixasse o local. Atualmente, sua nomenclatura atende por Bairro Rio Branco.

região. Foi apontado, pelos alunos do sétimo ano, a inexistência de monumentos em homenagem a personalidades, coletividades negras ou indígenas.

Assim, viu-se na exposição “Monumentos e Arte” a possibilidade de utilizar os objetos como fonte para a reflexão, lançando mão das peças para adentrar nas histórias ainda pouco abordadas. Conforme Knauss (2010), o argumento crítico sobre a beleza artística de uma peça pode colocar em xeque não apenas a forma, mas a leitura da história realizada pelo monumento, isto é, uma interpretação do passado ali preservada. Por meio disso, objetivou-se pluralizar a história de Porto Alegre, refletindo sobre as diversas culturas e comunidades que a formam.

Há partes e trechos da cidade que são mais visíveis e/ou são aqueles para os quais nossos olhares foram educados para ver. Há uma cidade mais visível do que invisível, uma cidade que se expõe e se impõe ao olhar do cidadão: os monumentos, as casas de poder e do poder da memória. Observar monumentos como documentos é condição para compreender suas intenções de perenização. Monumentos/documentos construídos com solidez capaz de desafiar a passagem do tempo, as intempéries naturais, deixando-se tocar e reinterpretar por sucessivas gerações, testemunhando os discursos, as lutas de poder e o gosto estético que se reconstróem ao longo da história (SIMAN, 2013, p. 8-9).

A mediação realizada também possibilitou que os estudantes refletissem sobre a função dos monumentos públicos e que a escolha dos temas, indivíduos e fatos monumentalizados não é neutra, mas fruto de escolhas coletivas de uma determinada classe social.

Dito isso, no que diz respeito à ação educativa proposta para a exposição, volta-se às questões de ensino-aprendizagem, uma vez que a função do mediador em um espaço museológico é indagar, questionar, isto é, incentivar a reflexão por meio daqueles objetos expostos. Afinal, a relação do mediador com os alunos constitui-se em uma troca de saberes, haja vista que eles estão em uma relação dialogal.

No que concerne ao ensino-aprendizagem, Vygotsky (2010) explica que, para considerar o desenvolvimento do sujeito, é preciso, concomitantemente, levar em consideração a história da sociedade que ele está inserido. Por isso, o autor defende que a forma com a qual o educador tenta transmitir seus conhecimentos a seus alunos afeta no processo de aprendizagem dos discentes, uma vez que o sujeito está em uma relação de troca, por meio da qual transmite seus pensamentos, experiências, cultura etc.

No caso da mediação, ao abordar figuras da sociedade de Porto Alegre aos alunos, não nos atendo apenas às figuras expostas na exposição, trazendo histórias silenciadas por trás daquelas já trazidas, tentou-se incluir o aluno na história da sua região, da sua sociedade. E isso, à luz de

Vygotsky (2010), contribui, ou espera-se contribuir, no desenvolvimento daqueles alunos. Isso é uma forma de trazer uma história silenciada de Porto Alegre: negra, indígena, buscando um ensino de história plural e democrático, fugindo dos problemas trazidos por uma história única e elitizada da cidade.

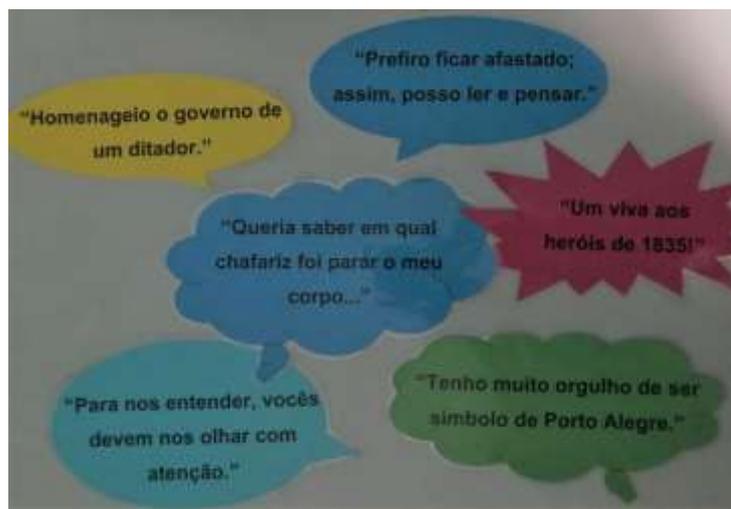
Para Bakhtin (1992), a mediação é vista como uma interlocução entre o mediador e os estudantes, levando em consideração o contexto e a situação de classe de cada indivíduo. Ademais, a mediação vai além da exposição de temas; ela, à luz de Bakhtin (1992), busca construir sentidos e reflexões entre os objetos expostos e o público, na interação destes com a mediação da ação educativa da Instituição. Dessa forma, o mediador

[...] não deve expor a exposição e sim provocar, nos visitantes, a vontade de ver objetos. No caso de turmas escolares, as alternativas de trabalho assumem certas especificidades. Ao invés de guiar a visita dando explicações, o monitor pode desafiar os estudantes mediante exercícios que serão realizados a partir do contato com a exposição. Ora, isso permite que o aluno descubra que os museus são fontes de saber - abre vias de acesso para a fruição cognitiva, pois ele mesmo torna-se responsável pelo ato de responder à provocação colocada (RAMOS, 2004, p. 25).

Assim, para que a presente mediação acontecesse, a partir dos postulados acima, desenvolveu-se um momento inicial com os alunos, por meio do qual foi possível que eles adentrassem, de forma livre, na exposição, construindo suas próprias perspectivas iniciais.

Para tal, no início da mediação, os alunos dividiram-se em pequenos grupos, momento no qual cada grupo recebeu uma placa. Esses objetos possuíam uma pequena legenda, que representou uma fala ou um sentimento de determinado monumento. A Figura 1 a seguir mostra o material utilizado.

**Imagem 2:** Placas utilizadas na atividade



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

O objetivo foi mobilizar os alunos para que percorressem o local, observassem as peças expostas, fazendo com que eles e elas se apropriassem do espaço da exposição. Acredita-se que a reflexão sobre as frases, em diálogo com as peças, permitiu que uma curiosidade inicial fosse desencadeada sobre a exposição, propiciando que os sentimentos dos alunos florescessem sobre o que estava sendo visto por eles. Para as atividades inicial e final da mediação, optou-se pela utilização de materiais que incentivassem os alunos a participarem da dinâmica proposta. Dessa forma, utilizou-se materiais que, de forma criativa, realizassem um convite para a atuação dos estudantes (SIMON, 2012), em um espaço de história e memória que preza pela participação ativa de seus visitantes.

### **(Re)criando o título da exposição**

Essa foi a atividade proposta aos alunos após percorrida a exposição mediada. Salienta-se, nas páginas acima, a necessidade de refletir sobre quais as histórias que estão sendo contadas pelos monumentos urbanos. Estes foram feitos para evidenciar a presença e homenagear pessoas, símbolos e feitos, mas também revelam ausências. Ao final da mediação, retomou-se, com os alunos, o título da exposição – “A história da cidade em risco” –, convidando-os a um diálogo crítico com ele por meio dos seguintes questionamentos: a exposição abarca toda a história da cidade? Pensando na história de Porto Alegre conhecida por vocês, que figuras não estão representadas aqui? A intenção primeira não foi tecer uma crítica ao título da exposição, mas utilizá-lo como gatilho para a retomada da reflexão realizada no percurso da mediação.

No momento em que esses questionamentos foram lançados, foi possível discutir com os estudantes as formas como monumentalizou-se – tendo em vista o contexto histórico em que aquelas peças foram produzidas – e como essa prática é realizada na contemporaneidade, desencadeando uma reflexão sobre como outros indivíduos/grupos sociais aparecem ou não no patrimônio estatutário da cidade. A partir disso, alguns alunos trouxeram o exemplo do Museu de Percurso do Negro<sup>9</sup>, o qual revelou a presença das comunidades negras no centro da capital por meio dos espaços e símbolos religiosos e culturais dessa população.

A fim de retomar, perceber e documentar a aprendizagem dos estudantes, foi proposto que eles recriassem o título da exposição, tendo em mente os questionamentos colocados anteriormente e as reflexões construídas durante a mediação. Para isso, os alunos formaram pequenos grupos para a realização da atividade, para a qual disponibilizou-se cartolina e canetas coloridas para a escrita.

A seguir, seguem alguns exemplos dos títulos criados por eles. Salienta-se que, em cada mediação, os grupos criaram mais de um título em cada cartaz, porque foram mudando a partir de conversas internas de seu grupo, bem como questionamentos balizadores de suas professoras e do mediador. Cabe ainda dizer que todos os títulos são de autoria dos alunos, sem intervenção direta de outras pessoas – professoras, mediador.

A primeira mediação ocorreu no dia 25 de setembro de 2019, quando foi recebida uma turma de sétimo ano do ensino fundamental. Apesar de ser uma turma pequena (8 alunos), ela necessitou de um incentivo maior para realizar a atividade. O primeiro título criado por eles fora “Monumentos e arte: a história da humanidade”, o qual continua de acordo com o título original da exposição.

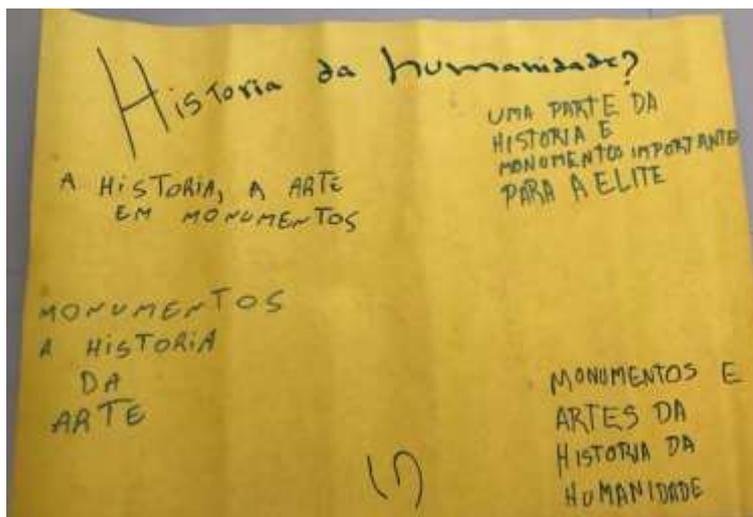
A partir disso, foi necessário haver pequenos questionamentos para que o grupo refletisse e desenvolvesse um título que desse conta do que fora debatido na mediação. Assim, surgiram os títulos: “Uma parte da história e monumentos importantes para a elite” (Imagem 2); “Um pouco da história de Porto Alegre”; e “Pedaços de nosso passado em Porto Alegre” (Imagem 3). Notou-se que os últimos títulos são bem diferentes do primeiro, e palavras como “um pouco”, “uma

---

<sup>9</sup> Projeto que busca dar visibilidade à comunidade afro-brasileira em Porto Alegre, por meio da instalação de diversas obras de arte em locais públicos, evocando a presença histórica e a memória sócio-cultural dessa população no centro da cidade. Maiores informações encontram-se no site do projeto: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com/>>.

parte”, “pedaços” explicitam que os estudantes refletiram e compreenderam que aqueles monumentos expostos contavam uma determinada história da cidade. Além disso, ao colocar “importantes para a elite” em um título, um dos grupos expôs o seu entendimento do grupo social responsável pela monumentalização de algumas peças, revelando a compreensão de que aqueles símbolos e indivíduos não foram escolhidos de forma neutra para a elaboração estatutária.

**Imagem 3:** Cartaz elaborado pelos alunos/as do sétimo ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

**Imagem 4:** Cartaz elaborado pelos alunos/as do sétimo ano

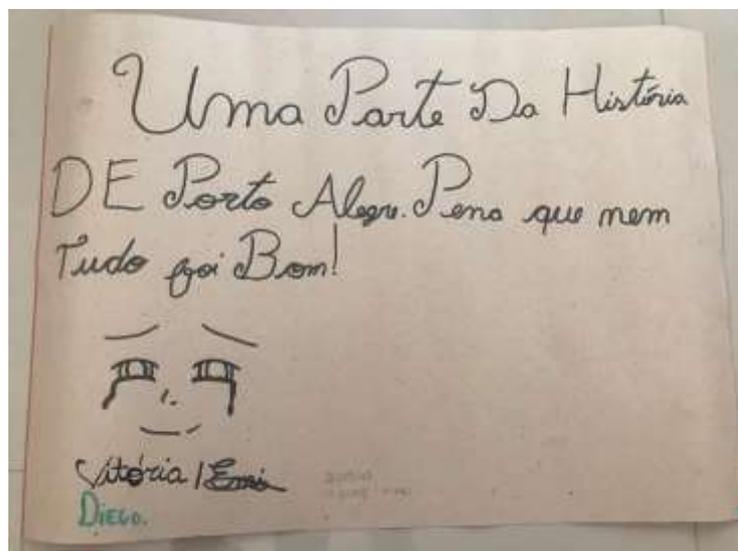


Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Na segunda mediação, contou-se com a participação de 11 alunos de uma turma de quinto ano do ensino fundamental, no dia 26 de setembro. Dentre os títulos, destacam-se dois, os quais

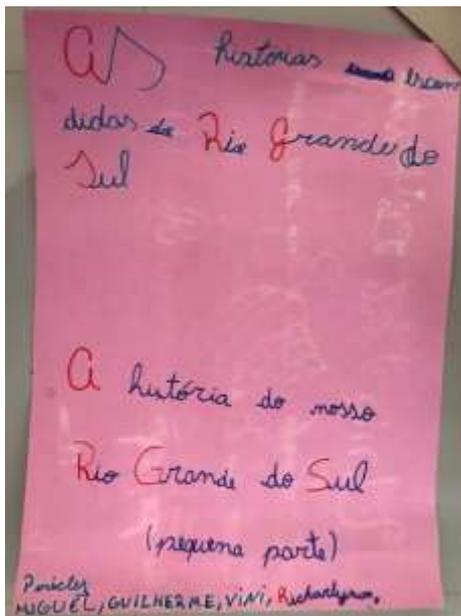
vão ao encontro da reflexão proposta na mediação: “As histórias escondidas do nosso Rio Grande do Sul” (Imagem 4) e “Uma parte da história de Porto Alegre. Pena que nem tudo foi bom” (Imagem 5). O primeiro traz fortemente a palavra “escondidas”, a qual diz respeito às histórias para além dos monumentos lá expostos, mas que foram desencadeadas por meio daquelas peças. O segundo título, por sua vez, assim como na primeira mediação, traz a expressão “uma parte”, também mostrando que a exposição trouxe apenas um pedaço de tantos episódios e figuras que formam a história de Porto Alegre. Ainda nesse título, percebe-se quase um tipo de lamentação expresso pelos alunos na frase “pena que nem tudo foi bom”. Acredita-se que isso ocorreu pelo fato de as outras histórias, que não as de uma elite burguesa urbana, são permeadas por relatos de resistência, marginalização social e cultural, luta por direitos etc. Na mediação, esses conceitos foram abordados e debatidos com os estudantes quando os monumentos se relacionavam com os aspectos que levaram à desapropriação da comunidade negra – escravizados e ex-escravizados – do centro da cidade. Tentou-se exemplificar essa situação não apenas com a realidade de Porto Alegre, mas evidenciando que esse tipo de política governamental foi – e continua sendo – uma realidade em outras capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

**Imagem 5:** Cartaz elaborado pelos alunos/as do quinto ano



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

**Imagem 6:** Cartaz elaborado pelos alunos/as do quinto ano



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

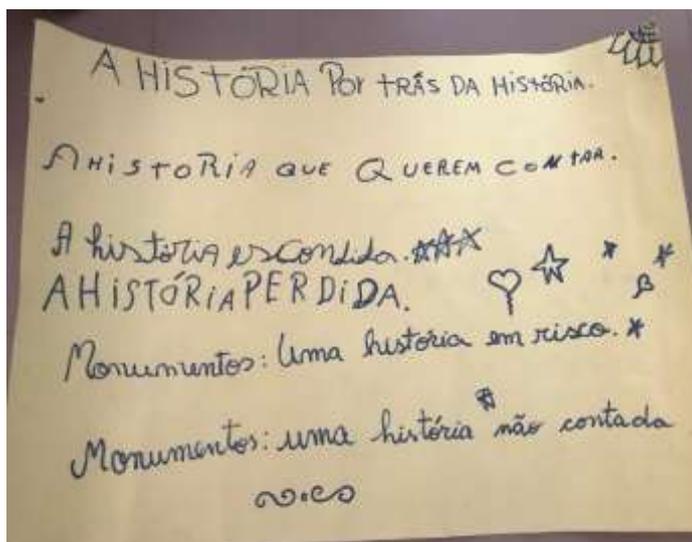
Por fim, a terceira mediação ocorreu no dia 27 de setembro, com 16 alunos de quarto e quinto ano, concomitantemente. Nessa visita mediada, surgiram os títulos mais marcados no que concerne à intencionalidade da monumentalização. Destaca-se os seguintes títulos: “A história que querem contar”; “A história do RS contada pelos poderosos”; “A exclusão dos pobres na história dos monumentos”; e “A metade do Rio Grande do Sul na sua história”.

Durante todo o percurso mediado, tentou-se salientar a intencionalidade na criação de um monumento, tendo em vista seu contexto histórico de realização. Isso foi feito com a intenção de refletir sobre a não neutralidade da monumentalização. As peças expostas foram tratadas como “monumento/documento”<sup>10</sup>, isto é, expor o monumento à crítica, à reflexão e evidenciando aos alunos que aquele fato ou indivíduo, representado em pedra, bronze ou ferro, foi escolhido para estar ali. Mostrou-se, portanto, que os silenciamentos, em certa medida, também são intencionais.

---

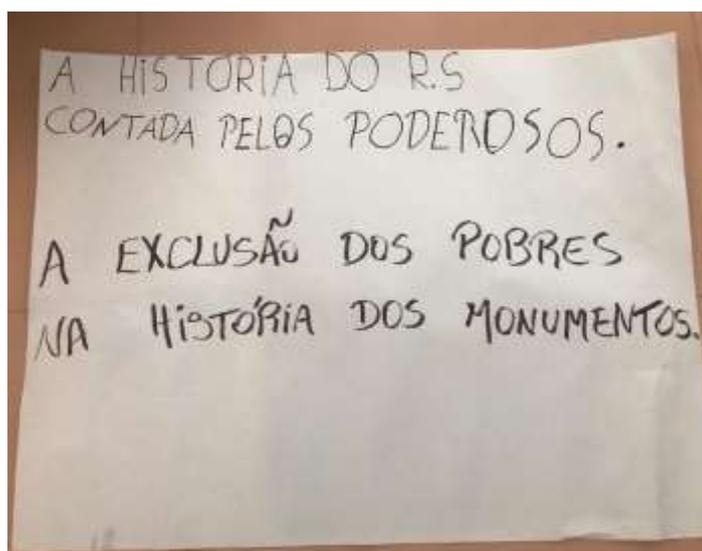
<sup>10</sup> Trocadilho que parte da inversão do título do conhecido texto “Documento/Monumento”, de Jacques Le Goff. Ver Le Goff (1990).

**Imagem 7:** Cartaz elaborado pelos alunos/as do quarto e quinto ano



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

**Imagem 8:** Cartaz elaborado pelos alunos/as do quarto e quinto ano



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

Essas frases elucidam a importância da reflexão mediante os objetos da exposição. Pode-se perceber, de fato, que as peças trazidas na exposição não dão conta de toda a história de Porto Alegre. Além disso, revelam que houve uma reflexão por parte dos alunos sobre a intencionalidade do ato de monumentalizar, a qual foi balizada pelos interesses de uma elite social e política – “a história que querem contar” –, passando pela “exclusão dos pobres”.

### Considerações finais

Nesta última parte, traçam-se algumas conclusões a que a mediação realizada permitiu chegar ou identificar. O contato dos estudantes com as peças expostas, por meio das reflexões propostas, pode levar os alunos a outras questões sobre o espaço urbano onde vivem, repensando os símbolos, personalidades, eventos, culturas que foram e estão sendo escolhidas para permanecer na memória coletiva da cidade. Afinal, o que os monumentos falam sobre nós e nossa história? As reflexões realizadas pelos alunos no decorrer da mediação também permitiram pensar criticamente sobre as diversas narrativas que disputam o espaço simbólico no patrimônio cultural, além da necessidade de repensar os signos e símbolos que estão projetados em Porto Alegre.

A partir da mediação realizada, constatou-se que os alunos tomaram posse de um olhar crítico perante os objetos expostos. Um exemplo dessa constatação foi o de uma aluna que, ao observar os monumentos em homenagem à Guerra Civil Farrroupilha, perguntou ao mediador o porquê de o Rio Grande do Sul comemorar uma guerra em que fora derrotado. Outro exemplo foi o questionamento sobre a falta de personagens mulheres na estatuária pública, ausência percebida como fruto de uma sociedade culturalmente patriarcal. Nesses exemplos, evidencia-se que a criticidade dos estudantes foi fomentada pelo contato com os monumentos e pelo processo de mediação.

Por meio dos títulos criados pelos estudantes, acredita-se que a reflexões propostas durante a mediação permitiram aos alunos tomarem posse de uma história mais plural, a qual é permeada por uma série de disputas e desigualdades sociais. Entende-se, dessa forma, que isso vá ao encontro dos objetivos que norteiam as ações em Educação Patrimonial, os quais visam a compreensão sócio-histórica dos indivíduos por meio de um aprendizado social, plural e democrático das coletividades humanas.

### Referências bibliográficas:

ALVES, Francisco das Neves. Estatuária, patrimônio histórico e ensino de história: o caso do monumento ao Barão do Rio Branco na cidade de Rio Grande. **Historiae**, v. 6, n. 2, p. 167-212, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5592/0>>. Acesso em: 02 set. 2019.

ALVES, José Francisco. Inventário da escultura pública de Porto Alegre. In: BULHÕES, Maria Amélia (Org.). **Memória em caleidoscópio: artes visuais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005, p. 135-160. Disponível em: <[https://www.academia.edu/546419/Invent%C3%A1rio\\_da\\_escultura\\_p%C3%BAblica\\_de\\_Porto\\_Alegre](https://www.academia.edu/546419/Invent%C3%A1rio_da_escultura_p%C3%BAblica_de_Porto_Alegre)>. Acesso em: 03 abr. 2020.

- BAKHTIN, Mikhail Volochinov. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico da Ciência da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BERTIN, Soraia; ENDRES, Raquel; ROCHO, Lara. Memorial do Rio Grande do Sul: recuperando práticas educativas. **Aedos**, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 638-651, set. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31761>>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- DOBERSTEIN, Arnaldo. Escalada, Caríngi e o gauchismo na estatuária. In: CLEMENTE, Elvo (Org.). **Integração**: Artes, Letras e História. Coleção Conesul 2. Porto Alegre: EDIPUC, 1995.
- FLORENCIO, Sonia et al. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/1VhZXDQ>. Acesso em: 02 set. 2019.
- IPHAN. **Patrimônio Cultural**, 2014. Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 27 dez. 2019.
- KNAUSS, Paulo. A interpretação do Brasil na escultura pública: arte, memória e história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 171, n. 449, p. 219-232, out./dez., 2010. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/172-volume-449.html#tab-ver-revista>>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEME, Maria C. da S. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria S. (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. Nova Série, v. 6/7, p. 9-36, 1998-1999. Editado em 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v6-7n1/02.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- RAMOS, Francisco R. Lopes. Objeto gerador: considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiar**, v. 8, n. 14, p. 70-93, 2016. Disponível em: <<http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/234>>. Acesso em: 02 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. **A Danação do Objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.
- SIMAN, Lana M. Cidade: um texto a ser lido, experienciado e recriado, entre flores e ervas daninhas. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara. **Cidade, Memória e Educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. Disponível em: <[https://docgo.net/view-doc.html?utm\\_source=texto-lana-livro-cidade-memoria-e-educacao-pdf](https://docgo.net/view-doc.html?utm_source=texto-lana-livro-cidade-memoria-e-educacao-pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- SIMON, Nina. **Opening up the Museum**. Palestra proferida no TEDx Talks, Santa Cruz (Califórnia), set. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aIcwIH1vZ9w&t=386s>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; OLIVEIRA, Emanuel. **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno\\_tematico\\_educacao\\_patrimonial\\_05.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009)>. Acesso em: 26 ago. 2019.

VYGOTSKY, Lev S. Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. In: VYGOTSKY, Lev S.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11<sup>a</sup>. Edição. São Paulo: Ícone, 2010.

# “Detetives do Patrimônio”: Uma experiência urbana de conhecimento histórico do patrimônio cultural de Sobral-CE

“Heritage Detectives”: An urban experience of historical knowledge of cultural heritage in Sobral-CE

**Edcarlos da Silva Araújo**

Mestrando em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
historiadoraraujoed@gmail.com

**Ana Carolina Araújo Martins**

Graduanda em História  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
kioliaraujo@gmail.com

**Recebido em:** 20/02/2020

**Aprovado em:** 07/03/2020

**Resumo:** Este artigo objetiva discutir as formas de apropriação dos espaços urbanos e seu uso pela educação patrimonial, neste caso, vinculado a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchôa (CCM), o Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral, equipamento da Prefeitura Municipal de Sobral (PMS), que tem sua criação correlata ao tombamento do sítio histórico da cidade de Sobral no Ceará, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1999, que promove ações de educação patrimonial, visando a difusão do patrimônio cultural e da história local pela educação patrimonial. Os pressupostos teóricos utilizados caminham no debate a respeito de como o profissional de história lida com o patrimônio cultural e se atrela ao corpo documental da fonte, o jogo “Detetives do Patrimônio”.

**Palavras-chave:** Cidade; Cultura; Espaços.

**Abstract:** This article aims to discuss how forms of appropriation of urban spaces and their use by heritage education, in this case, linked to Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchôa – CCM, the Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral, equipment of the Prefeitura Municipal de Sobral – PMS, which has its creation correlated to the historic site of the city of Sobral in Ceará, listed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, in 1999, which promotes heritage education actions, aiming at the dissemination of heritage cultural and local history through heritage education. The theoretical assumptions used are part of the debate about how the history

professional deals with cultural heritage and is linked to the documentary body of the source, the game “Detetives do Patrimônio”.

**Keywords:** City; Culture; Spaces.

## Introdução

Em agosto de 1999, o sítio histórico da cidade de Sobral, no Ceará, foi reconhecido como patrimônio cultural nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), compreendendo o conjunto urbano do centro da cidade como área de interesse para a preservação, pela representação das marcas dos processos de ocupação e evolução do sertão nordestino, com exemplares materiais dos séculos XVIII, XIX e XX. É a partir do tombamento que se iniciam, em Sobral, ações do poder público no intuito de preservar, valorizar e difundir o patrimônio.<sup>1</sup>

Uma dessas ações é a criação do Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral, a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchôa (CCM), uma pequena casa térrea do período colonial, conhecida por ter sido residência da figura já citada de José de Xerez, antigo Capitão-Mor da Vila Distinta e Real de Sobral (1773), e está localizada no núcleo de ocupação inicial do povoado Caiçara, próximo às margens do Rio Acaraú, de onde mais tarde, emergiu Sobral. Hoje, a edificação situada no sítio histórico tombado da cidade, é um importante equipamento cultural mantido pela Prefeitura Municipal de Sobral (PMS), desde sua inauguração em 2007. Uma das principais atividades realizadas pela Casa é a difusão do patrimônio cultural e da história local por meio da educação patrimonial.

Nesse sentido, no presente artigo é discutido como as atividades de educação patrimonial realizadas pela Casa, participam de um processo que cria e difunde uma memória institucional sobre a cidade, buscando perceber como isto incentiva a valorização do patrimônio cultural. Para tal, refletiu-se sobre o jogo “Detetives do Patrimônio”, que se constitui por uma experiência de conhecer a cidade através de alguns de seus marcos *in loco*, por meio de um jogo de pistas e observações.

Além disso, objetiva-se também perceber o papel do profissional de história e sua relação com a memória institucional e com a educação patrimonial. Faz-se necessário, inicialmente, pontuar que os autores falam a partir do local de profissionais da área, atrelados ao equipamento cultural em questão.

---

<sup>1</sup> O conjunto arquitetônico e urbanístico de Sobral – CE, reconhecido em agosto de 1999, foi inscrito nos Livro de Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico e no Livro de Tombo Histórico em junho de 2000.

Nesse caso, esta pesquisa reflete os resultados da prática de trabalho dos autores enquanto mediadores culturais, encarregados tanto de guias de visita ao espaço museológico da Casa, onde se apresenta uma narrativa da história local, como das visitas externas ao sítio histórico e da realização de atividades como a execução do jogo “Detetives do Patrimônio”.

### **Estabelecendo relações entre o historiador e o patrimônio cultural**

Fazendo reflexões a respeito do patrimônio como objeto de pesquisa do historiador, Pacheco (2010) aborda questões essenciais para pensar a atuação do profissional que estuda o passado. Uma delas é a importância do diálogo entre teoria e prática quando o assunto é a educação informal, isso com base nos relatos sobre as experiências vividas pelo historiador como coordenador do Memorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no desafio de transformar um espaço de memória institucional acadêmico em um lugar que se aproxime da comunidade e que eles possam se sentir próximos da história dos objetos expostos no ambiente museal.

Pacheco (2017), também atesta que, mesmo que as sociedades contemporâneas estejam em um momento de intensa proliferação do sentido de preservar suas memórias, seja através de dispositivos legais do Estado, no caso brasileiro, o tombamento de bens imóveis e o registro de bens da cultura imaterial, ou por vias de reconhecimento das próprias comunidades, a produção historiográfica, pouco tem se atentado para “a dimensão temporal dos objetos materiais e imateriais.” (PACHECO, 2017 p. 6). Isto porque boa parte das publicações sobre os bens patrimoniais provém do trabalho de memorialistas, que coletam as informações e as aglutinam em um contexto de memórias afetivas. Justamente por isso, discorrer sobre a pesquisa histórica e sua relação com o patrimônio, requer uma contextualização do objeto para enfim partir à exploração das possibilidades de ligação entre o patrimônio histórico, o historiador e a pesquisa histórica.

O autor, ao pontuar essa trajetória do patrimônio no Brasil, chega à conclusão que os historiadores pouco refletem sobre a preservação dos bens de valor histórico, pois, quando se perguntava sobre quais bens seriam o objeto de preservação nos anos 1930, os arquitetos agiram privilegiando as edificações da arquitetura barroca colonial, o que de forma geral perdurou até o fim

dos anos 60, momento em que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),<sup>2</sup> órgão responsável pela gestão do patrimônio no Brasil estava sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nos anos 1980, os antropólogos se posicionaram afirmando serem de relevância os saberes e modos de fazer das comunidades tradicionais. Mudando o enfoque e resguardando-se ao século XXI, os turismólogos empenharam-se na exploração turística do patrimônio, para resolver a situação do que fazer para manter a existência dos bens culturais. Assim, ao que parece, há um campo vago, que carece de perspectivas históricas (PACHECO, 2017).

E a partir dessa carência, o autor apresenta vários caminhos para se estudar esta relação. Uma dessas possibilidades é a educação patrimonial, fundamentada pelo autor como um importante viés de percepção das relações identitárias na sociedade, pela observação de como os grupos sociais se relacionam ou não com objetos culturais. Cita que podemos usá-la como recurso “para identificar quais os objetos que são reconhecidos pela comunidade de sentidos como guardiões da sua memória coletiva; quais são os objetos que atuam como formadores das identidades sociais.” (PACHECO, 2017 p. 12).

Aplicando tais ideias ao nosso campo de atuação, a Casa do Capitão-Mor, partiu-se do pressuposto que lidamos com a elaboração de uma memória institucional, que pode ser entendida como a memória oficial, aquela produzida tecnicamente por meio de especialistas com a habilidade de moldar os fatos sobre o passado e que, por sua vez, encontra-se cada vez mais em ascensão, como aponta Pacheco (2010).

Ulpiano defende que a memória está em voga não apenas entre os especialistas, e que pode também ser usada como um suporte para legitimar as identidades, seja pelo Estado, entidades privadas ou até mesmo grupos marginalizados:

---

<sup>2</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é oficialmente criado pela Decreto de Lei nº 378 de 1937. O SPHAN se torna DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o Decreto-Lei nº 8534 de 1946. No final da década de 1960 o arquiteto Renato Soeiro assume o DPHAN e entre 1970 a 1979 o transforma no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. Entre 1979 a 1981, se torna Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, entre os anos de 1981 a 1985, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, de 1985 a 1990, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN no início da década de 90 até 1994, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, e desde 1995 até os dias atuais o órgão segue com esta nomenclatura: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ver mais em: SILVA, 2003.

[...] Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais, de minorias e de marginalizados, associações de bairros, escolas, e assim por diante, todos têm procurado destilar sua autoimagem – mas raramente e com dificuldade a da sociedade como um todo. (MENEZES, 1999, p. 12).

O que significa que as práticas de educação patrimonial realizadas pela Casa, embasadas pelo discurso de tombamento federal, deslocam as edificações de Sobral, do seu sentido original (lar, comércio, repartição pública ou privada), para servirem a um discurso mobilizado pelo Estado, que busca lembrar o passado, com fins de repassar a história local, não tão somente com a intenção de desenvolver uma consciência histórica sobre a importância do passado, mas também para se autoafirmar enquanto grupo social: o modo de ser sobralense. E assim se diferenciar de outros grupos, demarcando limites não apenas geográficos, mas sobretudo imagéticos.

Retomando o texto de Ulpiano, observa-se que ele o escreve em 1999, mesmo ano do tombamento de Sobral, que começou o seu processo em 1996.<sup>3</sup> Temos então, indícios de sua afirmação, da memória ter estado e estar realmente em voga ainda hoje, pois sabe-se que o Estado, cada vez mais operacionaliza a memória para se legitimar. Através de uma constituição de símbolos que são selecionados para estabelecer as bases de uma memória coletiva, o Estado empenha-se na tarefa de unificar o sentimento de nação, criando caminhos para preservar e difundir tais simbologias. Este é o projeto de Estado que impera na preservação do patrimônio brasileiro, na prática do SPHAN, desde 1937, embasado pela Lei n.º 378. Tendo sido um órgão criado com o intuito de definir o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, atrelado ao interesse público de conservar bens que remetessem a “fatos memoráveis da história do Brasil” (BRASIL, Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, p. 1).

Depois dos anos 30 as constituições que precederam a Constituição Brasileira de 1988, pouco inovaram na proteção dos bens culturais, a não ser pelo caso da Constituição de 1967 que “[...] inovou em relação às suas predecessoras ao incluir sob a tutela constitucional as jazidas arqueológicas” (SILVA, 2003, p. 120). Fora isto, é apenas com os artigos, 68, 215 e 216 de 1988, que é notada a

---

<sup>3</sup> O processo de patrimonialização de Sobral é iniciado em 1996 com o Abaixo-assinado para solicitação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Sobral, 1996; Processo n.º 1379-T-97; IPHAN/DID/ARQUIVO/RJ.

ampliação da visão normativa de patrimônio, que abandonou a noção de monumentalidade e utilizou o termo patrimônio cultural, “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

Outro aspecto relevante de mudança na política patrimonial brasileira, é o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e que, ao classificar as manifestações em seus respectivos Livros de Registros, aponta no inciso “2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.” (BRASIL, 2000). Essas são importantes alterações na prática patrimonial brasileira, não obstante, o pressuposto do patrimônio congregar elementos da identidade brasileira continua.

Corroborando com isto, tem-se a ideia de que o patrimônio legitima por sua história de sobrevivência ao longo do tempo. “A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.” (CANCLINI, 2006, p. 160).

Todavia, é preciso discutir as relações da modernidade com o passado, para se entender como as tradições servem de legitimação no presente, aos grupos que as construíram ou se apropriaram delas, e fundamentalmente para isso, segundo Canclini é necessário colocá-las em evidência. A teatralização do patrimônio ocorre de forma política, a partir de comemorações, da construção do sentido de monumento e da criação de museus, “A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje.” (CANCLINI, 2006 p. 162).

Muitas vezes o patrimônio cultural parece alheio às questões da modernidade. Sua função de nos identificar como nação é vista como um dom, por sua essência e patamar simbólico adquirido, assim parece que não somos capazes de discuti-lo. No entanto, o historiador que trabalha com o patrimônio a partir da memória institucional, além de articular dispositivos discursivos sobre o passado, se reserva a atividade de pensar também sobre as inquietações das comunidades sobre os objetos e

memórias que almejam apresentar como o seu passado. Deve “falar do passado, explicitando os conflitos e as disputas que nele se encontram, ao mesmo tempo em que se forma uma identidade nacional positiva para a comunidade retratada.” (PACHECO, 2010 p. 146).

### **A experiência patrimonial de Sobral a partir do tombamento**

Nossa proposta tem como mote a ideia de que a prática patrimonial em Sobral começa a ser exercida de forma efetiva após o tombamento de seu sítio histórico, mesmo que antes de 1999 pudessem ser mapeadas atividades com esse objetivo, é só com o tombamento que maiores recursos são destinados a área por via do poder público. A partir de então, temos diversas publicações elaboradas pela Prefeitura de Sobral e pelo Estado do Ceará sobre o patrimônio e história local, como os livros *Sobral, a preservação do sítio histórico a partir de seu tombamento* (2008), *Coleção História de Sobral* (2012), *Sobral Solar* (2017), além disso, surgem novos equipamentos culturais dentro do sítio histórico, como a Casa (2007) e a Pinacoteca de Sobral, inaugurada em 2016. Pensando nisso, é necessário entendermos como se dá o processo de valorização da história regional no processo de patrimonialização e para isso recorreremos a meados do século XVIII, quando se origina o povoado da Caiçara, que mais tarde viria a ser Sobral.

Durante os séculos XVIII e XIX, produtos como o charque, o couro e o algodão foram fundamentais para a economia e desenvolvimento cearense. Em terras privilegiadas como Sobral, situada na Ribeira do Rio Acaraú, oficinas de charqueadas eram montadas, nas quais o gado era abatido, posteriormente transformado em carne seca salgada e o couro tratado e destinado à exportação, o que levou a Vila a partir de 1773, a possuir relevante papel comercial na região e embalou o desenvolvimento urbano, marcado pela construção de igrejas, como a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1777) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, iniciada em 1778 e concluída em 1781.

Mais tarde, com a Guerra de Secessão Americana (1860-1865), houve um maior impulso na produção algodoeira cearense, destinado à indústria inglesa, que perdurou mesmo depois do conflito, assim surgiu a Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano (1887).

Apesar da secundária produção sobralense em relação a outras regiões do Ceará, o algodão promoveu uma mudança radical da economia local e, conseqüentemente, no meio sociopolítico, criando uma classe empresarial empreendedora. Surgiu na cidade

uma das primeiras indústrias têxteis do Ceará, desenvolvendo a comercialização do algodão e investimentos em outras áreas que beneficiam o espaço urbano (ROCHA, 2003, p. 134).

Os reflexos do ciclo comercial e do algodão podem ser vistos pelo grande número de prédios não residenciais construídos, dentre eles: a Igreja das Dores (1818), Igreja do Menino Deus (1820), Casa de Câmara e Cadeira (1848), Igreja de Santo Antônio (1853), Cadeia Pública (1879), Estação Ferroviária (1882) e Teatro São João (1885).

Esses ciclos econômicos aliados à fase industrial no século XX e criação da Diocese de Sobral em 1915, sob a direção do Bispo Dom José Tupinambá da Frota, conhecido por ter sido um grande construtor na história sobralense, tendo movido esforços para erguer a Santa Casa de Misericórdia (1925), Banco Popular (1927), Abrigo Sagrado Coração de Jesus (1953), transformou o antigo casarão do senador Paula Pessoa em Palácio Episcopal (1916), onde atualmente funciona o Colégio Sant'Ana, reformou também o Sobrado do Cel. Bandeira de Melo que foi reformado e ampliado para receber o acervo do Museu Diocesano (1951), deixaram marcas de seus processos pela cidade, através das edificações, que demonstram a história da evolução urbana local e de um modo geral, dos processos de ocupação e desenvolvimento do sertão nordestino, sendo esta a principal proposta e justificativa do processo de tombamento do sítio histórico de Sobral, característica expressa no Estudo de Tombamento Federal de Sobral (1997).

Em suma, o que norteia a proposta de proteção do núcleo histórico de Sobral e, em última análise, a justifica, é a necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial nesta região e da história do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino (4<sup>o</sup>CR/IPHAN - Livro II, 1997, p. 115).

Nesse sentido, o tombamento do sítio histórico de Sobral, se insere em uma perspectiva da prática patrimonial do IPHAN, que desde os anos oitenta passa a valorizar “alguns testemunhos da ocupação do território brasileiro, da evolução das cidades.” (FONSECA, 1997, p. 225). Sendo que pelo menos em suas décadas iniciais, o órgão considerava sobretudo o valor artístico como critério principal para o tombamento enquadrado nas palavras do Decreto-Lei n<sup>o</sup>25 de 30 de novembro de 1937.

Para Fonseca (1997), o tombamento de núcleos históricos era nos tempos iniciais do SPHAN, realizados pela quantidade de bens de interesse visualizados nas áreas, a mudança que torna-se

evidente, é a necessidade de se preservar os conjuntos - como é o caso do sítio histórico de Sobral - e não apenas os bens isoladamente.

E como apontado no início, a partir destas considerações, o sítio histórico de Sobral foi reconhecido pelo IPHAN, como patrimônio nacional, em agosto de 1999, o que viria a ser apenas o início da empreitada de conservação e preservação da área urbana tombada. Agentes como a Prefeitura Municipal de Sobral, a Secretaria da Cultura do Ceará e o IPHAN, passam então a estruturar ações voltadas para tal, sendo uma delas a criação da Casa do Capitão-Mor, que desde então desenvolve atividades que visam a difusão do patrimônio cultural urbano, utilizando para isto atividades de educação patrimonial.

### **A Casa do Capitão-Mor como espaço de incentivo da educação patrimonial**

A Casa do Capitão-Mor é uma das edificações do período colonial sobralense mais bem preservadas, tem uma arquitetura simples, semelhante às edificações do ciclo do gado: parede grossa de tijolos, teto de duas águas, piso de tijolos de barro, duas portas e uma janela, datada aproximadamente de 1772, um ano antes do povoado Caiçara ser elevado à categoria de Vila Distinta e Real de Sobral.

Após muitos anos servindo a outros usos, como residência e uma das últimas ocupações funcionando como Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil entre os anos 1980 e 90, a casa foi comprada pela Prefeitura, e passou por processos de escavações arqueológicas e restauro, realizadas por arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no início dos anos 2000, até ser aberta com sua função atual em 2007. Desde então, a Casa segue desenvolvendo atividades voltadas para a educação patrimonial e valorização da história local. Hoje sedia também o Escritório Técnico do IPHAN em Sobral. Atualmente não só a Casa, mas também outros museus da cidade estão ligados a Secretaria de Cultura, Juventude Esporte e Lazer (SECJEL), responsável pela administração desses equipamentos.

A Casa do Capitão-Mor é aberta ao público de segunda à sexta, de 8 horas da manhã às 12 horas, e pela tarde das 14 às 17 horas. Funciona também, excepcionalmente, aos finais de semana ou pela noite, quando há necessidade de realização de eventos ou recepção de grupos agendados para

realização de visita a seu espaço museológico. Possui atualmente um coordenador, profissional da área de história, e quatro mediadores culturais, dois no turno da manhã e dois no turno da tarde, estes últimos, ligados na maioria das vezes ao curso de Licenciatura em História e à Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Por meio de convênio, em outros momentos fizeram parte estudantes do curso de Pedagogia e Ciências Sociais da mesma Universidade. É importante ressaltar que o trabalho dos mediadores no equipamento já resultou em pesquisas acadêmicas, ligadas à prática de visitas mediadas na educação informal e à pesquisa, tendo sido executadas produções de artigos, trabalhos apresentados em eventos nacionais e até mesmo em temas de monografia.

No local, há em exposição permanente o acervo de objetos fragmentados encontrados no processo de escavação arqueológica realizada na Casa. Dispõe de sala de vídeo onde são exibidos vídeos sobre o patrimônio imaterial local, como por exemplo, a tradição dos bois e reisados, o artesanato de palha, a capoeira e tantos outros; possui uma reserva técnica que tem por objetivo armazenar e preservar o material encontrado na Casa e que não está em exposição, materiais esses constituídos por diferentes ocupações ao longo dos séculos como: louças datadas do século XVIII e XIX, material em barro como potes para armazenar líquidos, material em vidro que inclui perfumes, remédios e utensílios domésticos, brinquedos e muitos outros.

O equipamento conta com uma biblioteca que possui mais de 200 exemplares, onde grande parte deles é voltada para a história local. São livros escritos por memorialistas e historiadores, e arquitetos com importantes produções locais como Campelo Costa e Herbert Rocha, este último é o autor do livro *O lado esquerdo do Rio* (2003), obra de referência para os estudos de história da região, além de livros nas áreas de arquitetura, sociologia, mapeamento cultural, dentre outros.

Executou-se o projeto “Memórias da Casa, Memórias da Rua”, trabalho esse que se constituiu pela coleta de relatos orais das memórias dos mais antigos moradores vizinhos da Casa, que narraram histórias do espaço e de seus arredores. Já o projeto “Doces Lembranças”, busca repassar através de oficinas culinárias o saber-fazer de doces antigos produzidos na cidade em torno dos anos 1940/50, que hoje perpassam as memórias das doceiras e chegam ao público das oficinas como uma ação que ajuda a manter a tradição e produção dos mesmos, os doces rememorados nessa ocasião são o fartes, a queijada e os bulins.

A Casa também foi agraciada em julho de 2016 com o Prêmio Modernização de Museus – Microprojetos 2014, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do Ministério da Cultura (MinC). O investimento do prêmio permitiu o desenvolvimento do catálogo (SANTOS, 2017) da escavação arqueológica da Casa e a elaboração de uma caixa de simulação arqueológica, destinada ao público, principalmente das séries iniciais do Ensino Fundamental I, para que fossem estimulados a aprender praticando, sobre as formas de investigação da arqueologia e da história. Todas as atividades listadas foram pensadas pela coordenação da Casa, e levam em consideração a faixa etária destinada a cada jogo/atividade e sua relação com os objetivos educativos a serem alcançados, pensando sempre em trabalhar com questões que os estudantes estejam vendo nas aulas da escola, para que não vejam o museu apenas como um apêndice da escola, mas como um local em que pode ser um gerador e amplificador de práticas educativas (RAMOS, 2004).

A equipe da Casa também realiza visitas mediadas ao sítio histórico, que podem ser realizadas em quatro núcleos: o da Igreja da Sé, o da Igreja do Rosário, o do Teatro São João e o da Igreja do Patrocínio, pontos de ligação estratégica, por se localizarem próximo a outros bens de interesse cultural e histórico.

No núcleo da Sé, faz-se menção à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e nesse espaço há também uma ligação direta com a história da criação do povoado Caiçara, que emerge às margens do Rio Acaraú, que foi a base para o desenvolvimento da pecuária, pela indústria do charque, conhecido também como núcleo de origem; no núcleo da Igreja do Rosário faz-se referência à cultura afro-brasileira e possibilita falar sobre a presença de negros escravizados na região, sobre a Irmandade do Rosário dos Pretinhos e seus esforços que resultaram na construção da Igreja mais antiga da cidade (1777), local onde por muito tempo foi festejado a Coroação do Rei do Congo; na região do Teatro São João é possível conhecer além do próprio Teatro, o Museu Dom José, que abriga um rico acervo de coleções reunidas pelo Bispo Dom José Tupinambá da Frota, incluindo um dos acervos religiosos mais densos do Brasil, a Casa da Cultura, antigo sobrado dos Figueiredos, atual galeria de arte de Sobral e a Pinacoteca de Sobral, que reúne obras de artistas locais e internacionais; no núcleo do Patrocínio, pontos relevantes são a própria Igreja do Patrocínio, o Museu do Eclipse inaugurado em comemoração dos 80 anos da comprovação da Teoria da Relatividade Geral (1919) do físico Albert Einstein em Sobral e o Planetário.

Além disso, possui também uma série de jogos didáticos, como quebra-cabeças, jogos da memória e jogos de trilha, que a partir de imagens antigas de Sobral, instigam a curiosidade dos brincantes pela história da cidade. Nesse recorte de pesquisa, foi analisado um destes jogos, sendo escolhido o jogo “Detetives do Patrimônio”, que tem por objetivo levar os participantes a conhecer alguns marcos da história de Sobral, localizados no núcleo da Igreja da Sé, sendo eles a própria Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Rio Acaraú, a Casa de Câmara e Cadeia, o Pelourinho e as montanhas da Serra da Meruoca, com o objetivo de que os participantes conheçam a importância desses bens na história local e para sua formação.

É sobre este jogo que se propõe a análise, pois acredita-se que ele possibilite a constituição de uma metodologia que privilegia a elaboração de uma experiência urbana de conhecimento histórico, ou seja, é readaptar o caminhar comum do cotidiano, dando um outro olhar às ruas, aos prédios e aos monumentos da cidade, o que assim cria uma atividade de educação patrimonial, segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) e o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (2007). Sendo que aqui os recursos de análise estarão focados no Manual (2007), além da possibilidade de observação e avaliação do trabalho do profissional de História com a educação patrimonial.

### **O jogo “Detetives do Patrimônio”: O olhar de detetive do historiador**

A preparação para a realização da atividade “Detetives do Patrimônio”, é feita desde o ato do agendamento da visita à Casa, momento em que a escola, grupos ou outras instituições entram em contato com a coordenação do equipamento. Nesta instância, além de tomar conhecimento da procedência do público e qual a quantidade de pessoas envolvidas, também é identificado se é a primeira ida do grupo ao equipamento e a sua faixa etária média, desse modo, é possível ter ideia se os visitantes são locais ou turistas, por exemplo. Essas informações são cruciais para o discurso e a metodologia desenvolvidos ao longo da mediação. É necessário também saber o que esses visitantes objetivam, quais as discussões que estão interessados, se o foco é conhecer um pouco mais sobre a história local por meio do espaço museológico da Casa, realizar atividades de educação patrimonial, ou ainda se desejam realizar visita guiada ao sítio histórico. As diferentes modalidades de visita que a Casa oferece pontuam objetivos diferentes e por isso é necessário delimitar o que será feito na visita.

É importante salientar que a execução do jogo está intrinsecamente ligada também à visita da Casa, onde os participantes começam a mobilizar informações da história local na elaboração de um

conhecimento que será de suma importância para dinâmica do jogo. Partindo disto, a atividade é iniciada a partir de um lema: *De passo em passo, conheça seu espaço*, que pontua o objetivo principal do jogo e visa o ato de caminhar e observar a cidade, seguindo pelos seus antigos casarões, as igrejas e suas torres, a paisagem urbana e os patrimônios imateriais, para que os participantes percebam os processos de construção da história.

A divisão dos participantes em grupos faz-se pela quantidade de cartas/perguntas, sendo ao todo sete, e para tal é importante que tenham no mínimo quatorze pessoas para a formação de duplas, caso isso não seja possível pelo número inferior de participantes, pode haver uma redistribuição de uma quantidade maior de cartas para cada equipe. Crianças, jovens e adultos podem jogar, quando é possível a junção das diferentes idades, o jogo fica ainda mais interessante, pois não se baseia necessariamente em ser uma disputa entre grupos, mas sim a solução dos enigmas por parte de cada equipe, sendo vitoriosos todos aqueles que conseguem desvendar as perguntas.

Os participantes são identificados por um crachá que representa o número de sua equipe, o mesmo número da carta com a pista, estes numerados de um a sete. As informações começam a ser lidas pelo líder do grupo da vez, que mantém em seu poder uma lupa, e o objeto funciona como elemento identificador do grupo que está jogando. A partir das dicas, os participantes começam a caminhar em torno das ruas ao redor da Igreja da Sé, percebendo as edificações e outros elementos que compõem o espaço em que estão situados. Como já citado, as perguntas são baseadas na mediação realizada em etapa anterior na Casa, e vem em forma de cartas e são feitas em primeira pessoa, como se os patrimônios estivessem conversando com os participantes e dando dicas sobre quem eles são. Citando uma das cartas: “Fui construída em 1848. Tenho dois pavimentos onde antes funcionava a Cadeia Pública e a Câmara da Vila de Sobral. Quem sou eu?”, a edificação descrita é a Casa da Câmara e Cadeia, atual Câmara Municipal da cidade, outro exemplo pode ser: “Fui uma grande produtora de alimentos, atuei no abastecimento da Fazenda Caiçara e os primeiros trabalhadores do ciclo do gado do Vale do Acaraú. Em minhas terras foram plantadas as primeiras mudas de café trazidas para o Ceará. Quem sou eu?” e a resposta correta é a Serra da Meruoca que tem suas montanhas como moldura natural da cidade de Sobral.

Cada grupo fica responsável por uma pergunta e por descobrir a resposta do item. Quando a questão é solucionada, a vez é passada para a equipe seguinte, e assim caminham pelo núcleo da Sé,

saindo da Casa, indo para a Igreja da Sé, a Margem Esquerda do Rio Acaraú. No processo investigativo, os participantes leem a pergunta e confabulam entre si, na busca de respostas, enquanto isso, são orientados por dois mediadores da Casa, a observarem ao seu redor, pois as respostas estão concentradas no próprio núcleo da Sé, elegido para o jogo, por sua proximidade a Casa do Capitão-Mor, facilitando a execução do jogo, no que tange ao deslocamento dos visitantes da Casa para o espaço, sendo assim também uma escolha pensada pela logística para que atendesse a maior parte do público visitante. Assim, eles descobrem as respostas das perguntas através da observação e do processo de rememoração da visita realizada na Casa. Muitos identificam a resposta “Serra da Meruoca”, quando estão de frente ao frontispício da Igreja da Sé, por ser uma parte alta do núcleo, que permite observar melhor por cima dos prédios da cidade e conseqüentemente observar as montanhas da Serra.

Ao encerrar o jogo, quando todos os grupos têm descoberto as respostas de suas perguntas, é organizada uma roda de conversa, para debater sobre o que os participantes acharam da atividade, se foi fácil ou difícil solucionar os enigmas, se conseguiram aprender algo novo enquanto jogavam e demais questões que sejam colocadas por eles. Nesse momento, é possível perceber o potencial educativo da prática do jogo pelos comentários positivos, no que se referem aos participantes descreverem que gostaram da atividade, que até gostariam de jogar novamente e que conseguiram ver que os patrimônios da cidade estão mais pertos deles do que imaginavam, e que o patrimônio pode ser tudo aquilo que faz sentido para um grupo, uma comunidade e para eles mesmos.

Pode-se observar isto através da fala de um dos participantes da atividade, registrada no vídeo institucional da Casa do Capitão-Mor, realizado em 2017, tendo sido desenvolvido a partir do Prêmio de Modernização de Museus – Microprojetos do IBRAM e MinC. A produção conta um pouco dos dez anos de atividade da Casa e apresenta ao público o que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos. Em entrevista para o vídeo, o aluno da rede pública de ensino de Sobral, oriundo da escola Padre Osvaldo Chaves (EI/EF), Danilo Silva, disse: “Eu gostei da brincadeira do Detetives do Patrimônio. A gente conheceu vários patrimônios, como o Rio Acaraú que foi uma referência onde Sobral nasceu, também eu conheci a Câmara, o Pelourinho, a Igreja e a própria Casa do Capitão-Mor.” (CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL E HISTÓRICA DE SOBRAL, 2017).

Todo o jogo e o seu encerramento com a roda de conversa são acompanhados também pelo professor ou quando há uma coordenação responsável pelos participantes, como uma forma de instigá-los também a conhecer mais sobre a educação patrimonial, por isso é importante também ouvir a fala dos professores a respeito da visita à Casa. No mesmo vídeo, foi possível observar o depoimento do professor Daniel Carlos de Oliveira da rede pública de ensino de Sobral, também da escola Padre Oswaldo Chaves (EI/EF), ele cita:

A visita à Casa do Capitão-Mor eu indico aos professores, aos professores de História, as escolas para que venham, porque aqui a gente consegue entender o processo de crescimento da nossa cidade e consegue também dialogar com o livro didático. A partir de teoria e de prática, de uma forma bem didática que pode fazer com que eles aprendam o conteúdo, e o conteúdo pode se tornar mais interessante para eles (CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL E HISTÓRICA DE SOBRAL, 2017).

Tendo como base estes comentários, é possível afirmar que o trabalho metodológico desenvolvido na elaboração e sobretudo na execução do jogo “Detetives do Patrimônio” tem fortalecido o potencial de desenvolvimento de uma cultura que valorize o patrimônio cultural e a história. Por meio de práticas educativas como esta, acredita-se que é possível melhorar também as condições de aprendizagens dos participantes, já que passam a lidar com métodos que não são habituais nas escolas, e que assim ganham uma maior atenção dos mesmos.

Neste momento, acolher sugestões de melhoria para a atividade e nos atentar para outras questões que partam da fala dos participantes também se tornou possível, pois o “Detetives do Patrimônio” é uma ação educativa essencial não só para o público que faz parte dela, mas também possibilita que os mediadores culturais possam analisar se os conhecimentos repassados na visita guiada à Casa do Capitão-Mor, foram de fato bem-sucedidos e em que aspectos podem ser melhorados. Falar sobre patrimônio para diferentes públicos é sem dúvidas um desafio, por isso é preciso perceber por meio dos questionamentos com os visitantes, quais das informações sobre o assunto eles já possuem, se conhecem sobre a história da cidade, se já ouviram falar da própria Casa, ou se nunca ouviram acerca de sua existência, haja vista que muitas das visitas são marcadas por representantes de grupos. Na visita, destaca-se a importância de aproximá-los de conceitos, como identidade, memória, patrimônio, tombamento, sítio histórico e outros que auxiliam na elaboração de uma consciência histórica que valorize o patrimônio cultural.

Um dos maiores problemas que estão diretamente relacionados às mudanças ilegais em fachadas de comércios e residências do sítio histórico da cidade, é a falta de informação para o público adulto proprietário das residências que estão dentro da área rigorosa de preservação. Acredita-se que a educação patrimonial pode atuar em diversos campos da sociedade e com diversos públicos, pensando nas escolas, por exemplo, onde o assunto infelizmente não parece ser tão requisitado. A Casa do Capitão-Mor nos últimos anos, vem sendo solicitada com maior frequência, principalmente na rede pública de Sobral e em Universidades para apresentar a palestra de educação para o patrimônio, com o mote “Conhecer para preservar”, de maneira que vem resultando positivamente no diálogo em sala de aula com a participação efetiva de alunos e professores nos debates. Esta ação pode gerar crianças, jovens e adultos que conheçam mais sobre a importância da preservação do patrimônio e assim convivam melhor com o patrimônio cultural e com a cidade.

Pois, entende-se a educação patrimonial como um processo “permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.” (GURENBRG, 2007, p. 5). Para realização plena de tal propósito, é necessário compreender também o que constitui o patrimônio cultural, que são as manifestações, expressões que as sociedades possuem, sejam elas atreladas a bens materiais com edificações, documentos, esculturas, obras de arte ou bens imateriais como festas, comidas, costumes, modos de fazer, incluindo tanto os bens que são acautelados por legislações, como as práticas culturais que não receberam esse tipo de chancela.

Por meio dessas considerações e avaliando a prática do jogo “Detetives do Patrimônio” segundo a metodologia de educação patrimonial do Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (2007), a proposta se insere na categoria de *Observação*, que seria formulada por

exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado. (GURENBRG, 2007, p. 6).

O olhar de detetive aqui proposto combina ações de diferentes atividades do Manual, sendo elas: *Uma edificação, uma descoberta – Uma observação detalhada, O bem cultural e sua investigação e Uma caminhada diferente* (2007), visto que contempla vários dos pontos em que essas atividades se baseiam, desde a observação atenta de algum bem em específico à realização de um percurso por um “bem ou

espaço, pela parte interna e pela parte externa.” (GURENBRG, 2007, p. 12), até propriamente a caminhada realizada com os participantes, aliada no “Detetives do Patrimônio”, às perguntas que guiam a uma espécie de caça ao tesouro.

Para Pacheco (2017), a educação patrimonial é um instrumento tanto para o historiador como para o professor, pois entende-se que para além das diferenciações de Licenciado ou Bacharel em História, ambos compõem a categoria de profissionais da área de História, e no campo da educação patrimonial podem atuar percebendo o estabelecimento das relações entre os indivíduos e a cultura. O autor refletindo sobre a atuação profissional de Francisco Régis Lopes Ramos, enquanto diretor do Museu do Ceará, documentada na obra *A danação do objeto* (2004), pontua que quando se mobiliza as peças de um museu para se fazer com que os visitantes percebam a historicidade das sociedades que as produziram, o

[...] patrimônio histórico se torna instrumento de trabalho do historiador. Ao assumir a radicalidade da sua função social – pesquisar e difundir o passado das sociedades – o historiador que opera com os bens culturais, com o patrimônio histórico de um grupo social, está contribuindo para a difusão, afirmação (ou negação) de determinados valores identitários no interior dessa coletividade (PACHECO, 2017, p. 12)

Dessa maneira, as ações de educação patrimonial constituem-se muito destas concepções, fazendo se tornar evidente a historicidade seja de objetos, edificações ou mesmo dos modos de fazer e viver. Concordamos com o autor ao defender que tanto o historiador-pesquisador quanto o professor de História, têm que serem presentes nos debates e questões que envolvam o patrimônio da sua sociedade. As visões aqui levantadas buscam dar conta dessa problemática, de como o profissional de história pode atuar com a educação patrimonial a entendendo não apenas como uma forma de ensinar sobre o passado, mas também estimula a atitude crítica com relação a elaboração desse passado e sua utilização nos dias de hoje, por meio da educação patrimonial.

### **Considerações Finais**

Compreender a educação patrimonial como um suporte para a prática do profissional de história, seja ele bacharel ou licenciado, é ter em mãos uma ferramenta para lidar com a elaboração dos valores do passado, seja como em nosso caso, atrelado a uma instituição pública, ou com as comunidades que atualmente estão cada vez mais em busca de mecanismos que as auxiliem em suas

batalhas por reconhecimento, nas lutas políticas do povo negro, remanescentes de quilombolas, ou povos indígenas no processo de demarcação de terras. As disputas pela memória nestas comunidades têm se intensificado nos últimos anos e compete ao profissional de história estar atento e presente nesses debates.

Onde o Estado se propõe à construção de um passado que valorize a cultura e a história de um povo, os profissionais da área de história também deverão atuar, pensando e agindo eticamente sobre os dispositivos da memória institucional a ser elaborada, que ela não seja excludente e que possa congrega pressupostos das mais variadas identidades de uma nação. É pensado na memória como uma forma de reconhecimento do passado e de que sentidos podemos atribuir a ele.

Lidando com aspectos concernentes ao tombamento do sítio histórico de Sobral, entende-se que o bem, mesmo que já fosse dotado de valor pela comunidade que o cerca, agora prerrogativas normativas entram em cena, legislações são aplicadas e seu cumprimento ou não está sob intensa verificação, mas para além da responsabilidade com as necessidades requeridas ao bem tombado, faz-se necessário atentar-se mais especificamente se estas práticas normativas estão propiciando uma interação positiva entre o patrimônio e a sociedade, se a declaração de tombamento não se tornou apenas um documento de valor inócuo, é preciso verificar a dinâmica entre os dois.

Nesse sentido, acredita-se que a execução do jogo “Detetives do Patrimônio”, pode experienciar um papel fundamental nesta instância. Tanto por levar o conhecimento sobre a história da cidade, as práticas de preservação e promover a interação de seus participantes com a mesma. Prática esta, que em nosso cenário, não seria exequível sem o profissional de história, que lida com o passado nos dias de hoje, dando sentido às ações do fazer humano em tempos de outrora e isso nada mais é do que mobilizar as edificações de Sobral, erguidas ao longo de três séculos em favor educativo, que possibilite conhecer quem somos e a qual origens pertencemos.

### **Fontes:**

4ª.CR/IPHAN. Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Sobral. Fortaleza, 1997.

Abaixo-assinado para solicitação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Sobral, 1996; Processo nº 1379-T-97; IPHAN/DID/ARQUIVO/RJ.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de dezembro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL E HISTÓRICA DE SOBRAL. Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa. Roteiro: Lucas Benjamin. Produção: WG Produções. Sobral, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BqOe1HPEwUM>> Acesso em: 22/11/2019.

Material Didático – Jogo “Detetives do Patrimônio” – Elaborado pela Coordenação do Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa.

#### Referências bibliográficas:

COSTA, Antonio Campelo; CRUZ, Andrea Nóbrega da; ALVES, Maria do Carmo. **Sobral**, a preservação do sítio histórico a partir do seu tombamento. Sobral: Sobral Gráfica e Editora Ltda: 2008.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Reflexões para ações educativas em conjuntos urbanos tombados: Ouro Preto. **Revista CPC**, 14 (27esp), 90-110.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Edições UFRJ/IPHAN, 1997.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.) **Arquivos, patrimônio e memória**: Trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP:FAPEESP, 1999. p. 11-29.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143-154 – 2010.

\_\_\_\_\_, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. **História Unicap**, v. 4, nº. 7, jan./jun. de 2017

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Ed. Argos: Chapeco. 2004.

ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O lado esquerdo do rio**. São Paulo, Editora: Hucitec, 2003.

SANTOS, Edilberto Florêncio dos. NOBRE, João Nilo de Souza. **Fragmentos da História de Sobral**: Catálogo do acervo arqueológico da Casa do Capitão-Mor. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

VELOSO, Patricia (org.) **Sobral Solar**. Fortaleza, Terra da luz editorial, 2014.

## Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca

From the “embarrassing show” to the “rapa”: press, repression naturalization and the building up of the figure of street vendors in the carioca imaginary

Vítor Henrique Guimarães Lima  
Mestrando em Cultura e Territorialidade  
Universidade Federal Fluminense  
vitorhgms@gmail.com

**Recebido em:** 12/03/2020

**Aprovado em:** 05/05/2020

**Resumo:** A presença dos camelôs na cena urbana carioca é um tema historicamente cercado de tensões para os diversos estratos sociais. A análise do discurso historicamente produzido pelas classes políticas e pela força da imprensa, geralmente alinhadas com as autoridades de ordem urbana, nos permite enxergar quais são as problemáticas dos camelôs para esses setores. É a isto que este trabalho se propõe: identificar quais as questões criadoras de tensões entre camelôs e poder público e de que forma a imprensa atua como importante agente normatizador do pensamento e do comportamento social, e, por fim, como legitimadora da própria repressão violenta cometida aos trabalhadores ambulantes. O camelô pode ser identificado como um problema de três ordens na maneira como é tratado pela imprensa: um problema de estética urbana, um problema de ordenamento público e um problema econômico. O resultado desse processo é o gradativo aumento da repressão violenta a esse tipo de trabalhador, o que ajuda a estigmatizar o camelô no imaginário social carioca e que pode também ser considerado como um “espasmo da escravidão”, visto que esse tipo de controle social aos ambulantes é imposto desde a existência da Guarda Real e dos negros de ganho e quitandeiras.

**Palavras-chave:** imprensa e sociedade; imaginário social; comércio de rua; cultura urbana.

**Abstract:** The presence of street vendors in the carioca urban scene is a theme historically surrounded by tensions for many social groups. The analysis of the discourses historically produced by political classes and by the press force, usually aligned with each other and with urban order authorities, allows us see what are the problematics of the street vendors for those sectors. This article proposes identify what are the topics that carries tension between street vendors and public power and how the press acts as an important standardizer agent of the thinking and behavior at a collective and social levels. Street vendors may be identified as three points problems in the way that they have been portrayed by the press: as problem of urban aesthetic, as problem of public ordering and as economic problem. The results of this process is the gradual raise of the violent repression to this kind of worker, what influences the stigmatization of the street vendor in the carioca social imaginary and may be considered as a “slavery spasm”, whereas this type of social

control towards street vendors is an imposition since the existence of Guarda Real and quintadeiras and enslaved of gain.

**Keywords:** press and society; social imaginary; street market; urban culture.

### Introdução

Do ponto de vista histórico, o vendedor ambulante sempre ocupou uma posição periférica no mercado de trabalho, fato que é decorrência tanto da estrutura produtiva do país quanto dos esforços hegemônicos de marginalizar essa atividade na sociedade e na paisagem urbana, seja através dos discursos políticos e midiáticos, seja através de políticas públicas - que constantemente visam o controle repressivo ou expulsão desses profissionais das áreas centrais da cidade. O que varia, de fato, é a relevância social deste vendedor em diferentes contextos históricos e territoriais.

Ao contrário do que pode sugerir o senso comum e até mesmo alguns estudos acadêmicos (por exemplo: em “Da totalidade ao lugar” (2002[1996]), Milton Santos defende que as atividades do chamado “circuito inferior” da economia das cidades está associado a atividades econômicas que são resultados indiretos de uma modernização praticada por aqueles que se beneficiam pouco ou nada do *recente progresso técnico* e das vantagens a ele ligadas), a prática da ambulantage remonta aos ganhadeiros de Salvador e aos negros de ganho e quitadeiras do Rio de Janeiro durante o período da escravidão (Guimarães Lima, 2020). Àquela época, os indivíduos voltados para essa atividade (negros escravizados, libertos ou livres), eram fundamentais para a economia urbana e reprodução tanto da sociabilidade e cultura dos negros quanto do poder simbólico da hierarquia social.

Já após a Abolição, uma vez que não mais sob regime de uma constituição escravocrata (ou seja, livres da repressão violenta hierárquica racial senhor-escravizado antes permitida por Lei), os negros agora libertos foram enquadrados no grupo de “classe perigosa” (termo cunhado pela escritora inglesa Mary Carpenter na década de 1840 para definir aqueles que viviam às margens da sociedade, tendo já estado em prisões ou sobrevivendo através do não-trabalho ou de pequenos furtos [CHALHOUB, 1989]), estando constantemente na mira de ataques da imprensa, que os considerava presença perigosa e indesejada na paisagem urbana, e das autoridades políticas, que passam a reprimi-los de maneira cada vez mais ostensiva.

Desde então, num contexto social cada vez mais globalizado tanto no que diz respeito à circulação de informações quanto às relações político-econômicas mundiais, a relação entre guardas

municipais e/ou policiais com os ambulantes se tornou gradativamente mais conflituosa – e a mídia teve papel fundamental na mediação entre esses confrontos e o imaginário social.

Este artigo procura se debruçar no exercício dessas três entidades sociais (autoridades políticas, as forças de repressão sob suas ordens e a imprensa) no tocante ao processo de marginalização dos ambulantes e legitimação da repressão para com esses trabalhadores.

Operacionalmente, serão feitas análises de textos e imagens presentes em reportagens veiculadas durante o século XX na cidade do Rio de Janeiro. A maioria dessas matérias foram a público pelo jornal O Globo, que teve sua primeira edição circulada no dia 29 de julho de 1925. Elas nos permitem observar algumas mudanças tanto no conteúdo quanto na maneira como os fatos eram retratados nas suas páginas. Inicialmente, as páginas traziam propagandas comerciais, pequenas notas políticas e uma variedade de relatos do dia-a-dia carioca, com informações que hoje nos soam estranhas ou até desnecessárias, como endereços de moradia dos personagens envolvidos nos fatos, número de registro de guardas municipais, bombeiros, policiais etc.. Notava-se, claro, a descrição dos fatos, mas muitas vezes num tom denunciativo diferente do observado nos dias de hoje, deixando clara a percepção de violação da ordem urbana – uma grande parte disso, certamente, se deve ao abismo que separa o volume de informações que circulam pelo mundo e também a sua velocidade em relação aos dias de hoje, ainda que o tom denunciativo esteja presente em algumas matérias mais atuais.

A análise das matérias levará em conta a articulação entre interlocutor e público leitor dos jornais e mídias através das mensagens textuais (levando em consideração o tipo ideal de comportamento desejado pelos jornalistas) e o conteúdo apresentado nas imagens.

A análise dessas reportagens será feita a partir da leitura de Fairclough (2001), que, por sua vez, se apoia em Bakhtin; Brittos e Gastaldo (2006) e Maia (2006). Já a leitura sobre instrumentos de repressão sob ordem do Estado será feita a partir do discutido por Costa (2004).

### **Imprensa e forças repressivas como instrumentos hegemônicos de reprodução do poder**

Um dos esforços de Brittos e Gastaldo no artigo “Mídia, poder e controle social” (2006) e de Maia na introdução do artigo “Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca por competitividade no ‘mercado mundial’ de cidades” (2006) é destacar o potencial da imprensa, da mídia e de suas tecnologias de *permeiar no e moldar o* imaginário social.

Para os primeiros, a mídia e suas tecnologias são condutoras e provocadoras de cristalizações das condições sociais desiguais que regem a dinâmica social. As tecnologias, que estão presentes em diversos espaços sociais e, assim, se integram à sociabilidade, passam a ditar posturas tidas como adequadas, reafirmando ou criando caminho para a introjeção subjetiva de determinados comportamentos. Isso pode ser observado em qualquer época, ainda que em diferentes proporções devido à evolução tecnológica dessas mídias e da parcela da população que as consome. Por isso, dentro de uma engrenagem capitalista onde a imprensa é posta como uma empresa jornalística,

apresenta-se todo o aparato midiático como o próprio poder, não só por seu papel social (ou a quem serve), mas porque assim é visto pela sociedade, que o identifica como algo superior, portador/definidor da realidade (e não uma representação desta), revelador da verdade e responsável pela criação das autênticas autoridades dos tempos atuais (BRITTOS; GASTALDO, 2006, p. 122).

No geral, a mídia atua como uma “fornecedora de dados ao imaginário” social, e isso ocorre em diversas frentes porque ela atua sobre diversos agentes e formas sociais.

Já para Maia (2006), uma vez que é uma das principais mediadoras entre cidade e população, a mídia assume lugar privilegiado e “incontestável” na renovação urbana e no “fazer política”. Nas palavras da autora, a mídia consegue “mobilizar a população e ganhar sua adesão em relação a alguns projetos, rechaçar outros, valorizar lugares, difundir formas e usos adequados de determinados equipamentos urbanos” (2006, p. 65). Dado o apelo visual de algumas mídias e de suas tecnologias, o que ocorre é que estas moldam o espetáculo urbano “enquanto uma relação social mediada por imagens”.

Entretanto, para que a população assimile essa visão hegemônica (principalmente aqueles que não pertencem, de fato, às elites sociais), é necessário que a imprensa tenha “credibilidade”. Brittos e Gastaldo (2006) argumentam que a credibilidade da imprensa é forjada pelos contratos jornalísticos de Charaudeau: o “contrato de autenticidade”, que diz respeito à premissa de fidelidade à realidade das quais partem (ou deveriam partir) as transmissões jornalísticas dos fatos, e o “contrato de seriedade”, que obrigaria o jornalista (ou outro “sujeito informador”) a transmitir informações. Esses contratos supostamente forjam uma “neutralidade jornalística” ideal.

Fairclough (2001) coloca, a partir da leitura de Bakhtin, que “enunciados (...) são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos” (p. 134), e por esse motivo é importante entender o papel da hegemonia na construção desses enunciados:

O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. (...) A teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

O intertexto jornalístico (e o da mídia) não escapa dessa condição. Ainda que se anseie por uma neutralidade no discurso, qualquer arranjo de palavras para transmitir um fato partirá de uma impressão, de uma ideia que se tem sobre objeto em questão. Mais que isso: a partir do momento em que a imprensa usa de sua credibilidade e poder social para se posicionar como porta voz dos interesses da população (ou pelo menos de parte dela), ideias divergentes à dela são tidas, num primeiro momento, como desviantes – e isso contribui para que as ideias (hegemônicas) da imprensa se reproduzam não só como *ideias*, mas como *ideais* no imaginário social, o que, por sua vez, cria um senso de autocensura em alguns setores da população (os que estão sendo atacados pela imprensa e/ou aqueles que se identificam de certa forma com as ideias divergentes), seja a partir da sensação de medo de repressão ou por coações sutis no cotidiano.

A imprensa exerce, portanto, o papel de costurar a relação imagem / realidade, sugerindo subjetivamente associações qualitativas aos fragmentos urbanos e atores sociais no imaginário social. Sugere também projetos de cidade e de sociedade, as maneiras corretas e as toleráveis de se comportar como cidadão, definindo algumas linhas fronteiriças entre civilidade e criminalidade – o que não raro se estende à mediação entre o poder público e a opinião pública.

Maciel (2010), ao falar sobre a imprensa suburbana no início do século XX, nos relembra “a história dos vencedores” de Walter Benjamin, que, nas palavras dela, “orienta a produção e a preservação de documentos, a construção de monumentos, que serve como referência única” (p. 191) do que se deve, por exemplo, ser ensinado nas escolas, servir de atrativo turístico etc. É a partir desse estado social que experiências sociais do passado e do presente são silenciadas ou esvaziadas de relevância para a construção das identidades social, cultural e territorial; narrativas de sujeitos sociais marginalizados são menosprezadas enquanto se escreve uma história única que “se impõe como verdade, transformando-se no único parâmetro para julgar o valor e a veracidade de outras vivências na cidade” (p. 192).

Quanto às forças repressivas sob ordem das autoridades políticas, cabe refletir sobre as políticas públicas de controle social após a Abolição e trazer à luz a discussão feita por Costa (2004) da relação entre Estado e ordem urbana, de forma que se estabeleça uma relação comparativa entre

a concepção estatal sobre ordenamento espacial e controle dos corpos no ambiente urbano à época com o passar do século XX.

O fim do regime escravocrata trouxe um momento de discussão sobre como se daria, a partir dali, o controle da massa pobre, já que não haveria mais nenhum mecanismo que legalizasse qualquer relação patrão-servente que remetesse a um regime de encarceramento, punição física etc. como observados entre senhores e negros escravizados. Os negros representavam “uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre...”, segundo o deputado Mac-Dowell, em julho de 1888, que dizia ainda que

“há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para o outro transformar o que está na natureza” (MAC-DOWELL *apud* CHALHOUB, 1996, p. 24).

Vigiar, repreender e controlar o cidadão negro e pobre era uma condição necessária para a construção do novo projeto de cidade (e de nação) desejado pelos setores hegemônicos da sociedade. Era a maior mão-de-obra disponível e, como expresso na fala do deputado Mac-Dowell, era “imperioso” controlar aqueles que possuem o ímpeto natural de incivilidade. O Partido Republicano Paulista (PRP), que veio a eleger dois dos três primeiros presidentes diretamente eleitos da República (Campos Sales, com mandato de 1894 a 1898, e Rodrigues Alves, de 1898 a 1902), trazia uma forte política imigrantista como alternativa à mão-de-obra muito devido à descrença de que a população negra se daria ao trabalho livre.

O período pós-Abolição foi marcado por diversas intervenções que marginalizaram e criminalizaram as atividades mais autônomas da massa pobre, tal como a apropriação do espaço realizada por seus integrantes. Além disso, foram várias as maneiras encontradas de se legitimar a repressão ao longo das décadas. O uso da violência que, segundo Costa (2004), é uma das ferramentas sociais mais efetivas do Estado que se realiza através principalmente das forças policiais, tornou-se peça fundamental para o entendimento do fenômeno de controle e repressão da atividade ambulante e também da criação dos estigmas em torno da figura do camelô.

O autor ainda faz um breve comentário sobre o *estado de direito* em alguns países. Ele define esse estado como o exercício do poder estatal conforme previsto nas leis e a igualdade de todos os cidadãos perante elas. O problema está justamente no cumprimento do estado de direito: os abusos cometidos por agentes estatais e a aplicação desigual das leis se tornam pontos alertantes no

cumprimento da lei pelo próprio estado, fazendo com que o estado de direito seja parcial e/ou seletivo. Isso revela, na opinião de Costa, que para os agentes do Estado mais importa a aplicação das leis do que a garantia e respeito aos direitos individuais – e isso é significativo.

Um ponto crítico na análise da relação entre o modelo de produção social e os mecanismos de controle social que o autor faz é “entender a relação entre as mudanças na estrutura produtiva e a transformação da superestrutura política responsável pelo controle social”, superestrutura essa que carrega seu próprio conjunto de valores e crenças. Costa continua, afirmando que é

necessária uma análise da persistência de formas de controle social supostamente feudais ou escravocratas numa economia capitalista, não só do ponto de vista de como tais mudanças desafiam o antigo sistema de controle social, mas também de *como esse sistema de controle social obstrui tais mudanças sociais* (2004, p. 44) [Grifo meu].

Portanto, se antes da Abolição era necessário vigiar os pequenos agrupamentos de negros de ganho na rua (estes eram considerados má gente, baderneiros e davam ao lugar onde costumassem estar o status de “mal frequentados”) e após esse mesmo evento as práticas repressivas persistem as mesmas (ainda que através de um discurso diferente), torna-se válido questionar até que ponto a Polícia é uma instituição que responde ao Estado, que teoricamente realiza as mudanças sociais através de políticas públicas, e até que ponto os ganhos sociais tidos até mesmo os dias de hoje refletem mudanças também no cerne do projeto de cidade idealizado há mais de 100 anos atrás.

Menezes (2003) analisa a relação entre população, Prefeitura e pequenos comerciantes a partir de matérias do jornal JB. Apesar de tratar sobre pequenos estabelecimentos comerciais, e não sobre o comércio ambulante, o autor nos oferece uma boa noção de como essa relação era conflituosa no campo dos interesses comerciais e urbanos e que frequentemente também se manifestava em conflitos físicos. Para o autor, num contexto histórico onde o poder público tinha a necessidade de criar novos aparelhos simbólicos para compor o imaginário social, “os jornais foram utilizados para convencer e a violência usada para dominar as classes subalternas, sob égide de uma ordem e de uma hierarquia” (p. 75).

Compreende-se, portanto, que as atuações da imprensa e das forças repressivas foram e continuam sendo fundamentais para o controle social e para o convencimento da população de que esse controle é realmente necessário para a manutenção de uma dada ordem. Além disso, elas ajudariam a subjetivar uma concepção de hierarquia social enviesada pela ideologia e pelo padrão de vida então hegemônico, o que facilitaria a aceitação e a reprodução do poder de forma natural por parte da população. Ambas as forças andam de mãos dadas, uma complementando e/ou

legitimando a outra – com raras exceções, como teremos a chance de ver neste trabalho. Mas de que forma isso se observa?

### Uma questão estética

A apropriação do espaço público urbano é um assunto que sempre esteve relacionado à imagem da cidade. A reforma Pereira Passos não vinha apenas intenção de higienizar a área central da cidade; ali, mais do que nunca, a paisagem carioca ganha função ideológica. A projeção da imagem da cidade para fora de seus limites territoriais era uma questão urgente para o poder público. Num contexto onde “modernização” e “industrialização” eram palavras-chave nas intervenções estatais na cidade, a intenção era tornar o Rio de Janeiro, então capital política e cultural do Brasil, um polo cultural e economicamente atrativo para os olhos internacionais.

Isso se tornou ainda mais importante conforme a globalização acelerava a circulação de informações em suas diversas formas (financeiras, políticas, jornalísticas etc). Para Maia (2006), falar em globalização significa fazer referência não só aos seus aspectos econômicos, mas também ao “alongamento e intensificação das relações sociais em escala mundial” (p. 62), visto que as relações entre as localidades são estreitadas de maneira que a vida social se torna mais complexa. A intensificação dessas relações se mostra na disputa pelo uso e apropriação do espaço público: diferentes forças sociais passam e ter interesses divergentes no uso de alguns fragmentos da cidade e a disputa por eles se manifestam de distintas formas, com cada lado usando de instrumentos que lhes estão a alcance.

Por exemplo, a matéria intitulada “A chefia do departamento de fiscalização - confirmado no cargo o Senhor Renato Meira Lima” no dia 09 de julho de 1948. A reportagem dizia que

“(…) O Sr. Renato Meira Lima, à frente da Fiscalização, tem desenvolvido uma ação enérgica de que muito se vem *beneficiando o comércio e a própria fisionomia urbanística do Rio*, pois S. S. tem empreendido intensa *campanha contra os abusos de ‘camelots’ e ambulantes, que tanto afeiam a cidade, emprestando-lhe aspectos de aldeia.*”  
[Grifos meus]

Com a insistência da ambulantage na cena urbana do Rio de Janeiro após a Abolição e até mesmo após a Reforma Pereira Passos, o camelô passou a ser visto cada vez mais como um problema urbanístico e estético, e não apenas como um grupo social a ser controlado. Segundo o trecho destacado acima, eles “afeiavam” a cidade, lhe dando aspectos primitivos – ou, pelo menos, de uma cidade inferior à que de fato representava o Rio de Janeiro.

O mesmo discurso pode ser observado na matéria intitulada “Em tempo: as autoridades voltam suas vistas para os mendigos, os vendedores de bilhetes e os ‘camelots’”, veiculada pelo jornal O Globo no dia 10 de janeiro de 1950:

(...) Ainda ontem, numa documentada reportagem, focalizamos *aspectos desagradáveis do Rio, em sua fisionomia multiforme, mostrando que, de há muito, a cidade deixou de ser maravilhosa. O descuido das autoridades e a falta de policiamento suficiente transformaram certos trechos do Rio em lugares perigosos*, fazendo pensar numa verdadeira Casbat incrustada na estrutura alegre da nossa capital.

A rua do Lavradio é, hoje, um desses antros. Quem por lá passa, desde as primeiras horas da noite, pensa naqueles filmes americanos em que os bairros do crime e do vício de certas cidades da costa africana do Mediterrâneo surgem como *ameaças à segurança e à tranquilidade de espírito* de quem as visita. Os indivíduos, que fazem da rua do Lavradio seu ponto constante, fazem-no em voz alta, brigam, bebem, fazem grosserias e palavras de baixo calão a qualquer propósito ou mesmo sem o menor propósito. Ocorrências lamentáveis, algumas de graves proporções (GLOBO, 1950)

A reportagem do dia anterior falava sobre a presença de mendigos, bilheteiros e “camelots” na área central da cidade. “Casbat” são locais em algumas cidades do Norte da África que eram cercados por muralhas e onde a população se defendia de tempestades de areia ou de ataques de inimigos políticos, o que segundo o autor da matéria não condiz com a “alegria da cidade”. A sensação provocada pela presença dessas pessoas e, ainda mais importante, pelos *lugares que elas ocupam* e pelo uso deles nas áreas centrais é de intranquilidade e insegurança para os outros moradores. Na opinião do jornal, o policiamento para ordenamento urbano era peça importante também para a preservação estética da paisagem urbana e do bem-estar característico associado à cidade. Esses “aspectos desagradáveis” que ferem o status de “cidade maravilhosa” do Rio de Janeiro eram constantemente atacados pela imprensa (e ainda hoje são, como veremos mais adiante neste trabalho). Desta forma, o jornal se põe como porta-voz dos interesses da população (mesmo que não de toda ela) e da cidade – ao mesmo tempo que legitima a ação da polícia. A matéria de 03 de fevereiro de 1950, que pode ser vista na imagem abaixo, é objetiva:

Imagem 1: “Vamos melhorar o aspecto da cidade?”



Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Vamos melhorar o aspecto da cidade?”. 03/02/1950.

A reportagem informa que o ambulante estava embriagado e, por isso, teria se deitado no meio do Largo da Carioca. O autor usa o caso para atacar os trabalhadores ambulantes (e aqui estou assumindo como verdadeira a acusação de que o vendedor estava bêbado, de fato), além de associar a regiões do interior do Brasil um comportamento que ele trata como negativo, incivilizado. A presença de populares com seus olhares voltados para o camelô sugere uma oposição entre cidadãos e camelô. A imagem apresenta uma cena impactante e o texto a complementa induzindo o leitor a se aproximar do olhar crítico dos populares e se distanciar do sujeito no chão – o camelô.

É um “Espetáculo constrangedor”, como afirma o título da matéria veiculada no dia 16 de fevereiro de 1951, que fala do

[...] aspecto sumamente desagradável que apresenta o Centro da cidade, com dezenas de vendedores ambulantes a berrar no ouvido dos transeuntes e a

embargar-lhes os passos, quando não improvisam balcões sobre caixotes onde expõem suas bugigangas. Agora, após um período de relativa calma, *o mal voltou com maior virulência*. Não queremos impedir quem quer que seja de ganhar dinheiro, da maneira que melhor lhe convier e for aceitável. Mas a verdade é que até o trabalho honesto deve encontrar barreiras no *respeito ao bem-estar do próximo*. Em outras palavras, não há boa intenção que justifique *degradar desta maneira o coração da capital da República*, uma vez que as cenas a que nos referimos passam-se principalmente nas ruas mais centrais da cidade, como Gonçalves Dias, Ouvidor, Avenida Rio Branco etc. Nelas, é tal a quantidade de ‘camelots’, vendedores de bilhetes, além de um número sempre crescente de mendigos falsos e verdadeiros, que mais parece estarmos cruzando um desses *sujos e turbulentos* bairros de cidades orientais apresentados nos filmes de mistério [Grifos meus].

Na opinião do jornalista, que não poupa juízo de valor, os camelôs são um mal virulento que contamina a área central da cidade, desrespeita o bem-estar do próximo e degrada as ruas mais movimentadas do bairro. Mais uma vez, os camelôs são como um problema estético (e não apenas de ordem urbana). Eles seriam responsáveis por um “constrangedor espetáculo” e pelo “aspecto sumamente desagradável” na cena urbana, tal como outros atores sociais marcadamente indesejáveis pelo locutor, que delibera que deve haver barreiras para o trabalho honesto de uns priorizando o bem-estar de outros. Novamente, a partir do lugar privilegiado que a imprensa ocupa no imaginário social, o leitor é induzido a enxergar a situação pelo ponto de vista sociocultural do locutor. É interessante trazer uma outra reportagem, agora veiculada na internet pela Veja Rio.

**Imagem 2:** “Desordem urbana toma as ruas do Rio e mexe com o astral do carioca”.



**Fonte:** VEJA RIO. “Desordem urbana toma as ruas do Rio e mexe com astral do carioca”. 17/06/2017. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/desordem-urbana-toma-as-ruas-do-rio-e-mexe-com-astral-do-carioca/>

A chamada da matéria define camelôs, mendigos e sujeira (e o descaso político quanto a esses temas) como alguns dos causadores do “baixo astral do carioca”. No texto, veiculado no dia 17 de junho de 2017, o jornalista Pedro Henrique Nascimento comenta que “com a inação do poder público diante da situação — e somadas à sujeira, às pichações e à poluição que tomam a paisagem urbana —, o cenário ganha tons desoladores”. O texto traz ainda a opinião do presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Sérgio Magalhães, para quem “a escassez do serviço público e a desordem urbana transmitem uma ideia de abandono e contaminam a visão da população sobre a própria cidade”. E completa: “Eu mesmo, quando ando pelas calçadas do Jardim Botânico [bairro da Zona Sul carioca], onde moro, percebo um ambiente totalmente hostil”.

Além da cobrança da atitude do poder público, o discurso aqui é bastante semelhante ao apresentado nas reportagens de janeiro de 1950, onde mendigos, “camelots” e bilheteiros causavam um “espetáculo constrangedor” no espaço urbano carioca. Isso revela a persistência do estigma de “desordem urbana” atribuída à figura do camelô.

O recorte geográfico é um ponto importante: todas as reportagens acima se referem a fatos ocorridos no eixo Centro- Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. No geral, a maior parte das reportagens do Globo que se referem ao camelô como um problema urbano fala do fenômeno nas ruas do Centro ou nas ruas da Zona Sul, principalmente na orla, em oposição a poucas ocorrências em outras áreas da cidade – o bairro de Madureira e as áreas mais comerciais da Zona Oeste são bem menos citados.

Isso se encaixa com o que Barbosa (2013) chama de *dever ser carioca*. A beleza e generosidade da natureza na composição da *Cidade Maravilhosa* são postas como símbolos da cidade e transformadas em potencial a ser explorado como imagem projetada internacionalmente do Rio de Janeiro. Alguns exemplos disso são os registros visuais do artista francês Debret na sua “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, onde as curvas dos morros da área urbana da época podem ser observadas na maior parte de suas obras, como no exemplo da imagem a seguir; os dos filmes de Carmem Miranda na década de 1920; as cartas e relatos de viajantes estrangeiros quando vinham para o Rio de Janeiro, como o austríaco Stefan Zweig que, ao chegar de navio no Rio de Janeiro e mirar a cidade pela primeira vez, disse que “é como se a natureza, como escultora aventureira, tivesse tentado dispor todas as formas terrestres uma ao lado da outra...” (2016, p. 42).

Ou, como Pires (2011, p. 42-43) coloca, a prática da ambulância é vista como uma estratégia de sobrevivência culturalmente tardiamente evolucionista, atrasada ou, “conforme

discurso politicamente correto, subdesenvolvida, paulatinamente associadas ao perigo e ao desvio de conduta, ante uma pretensa moral dominante patrocinada por grupos que se pensam hegemônicos, cultural e politicamente, na sociedade brasileira”.

A paisagem urbana, que compreende, além de outras coisas, esses elementos naturais, torna-se um instrumento ideológico na disputa do espaço urbano e não deve ser maculada ou corrompida. O elemento humano na paisagem urbana é questão chave dessa discussão porque a disputa se dá entre aqueles que compartilham do ponto de vista do jornalista e aqueles que são criticados por ele – que se apropriam e fazem uso do espaço público de maneira inadequada aos olhos hegemônicos. Qualquer coisa que fira esses símbolos naturais e que não seja estética e ideologicamente interessante para os setores hegemônicos é entendida como uma ameaça a esse símbolo, à imagem da cidade e, portanto, deve ser combatida.

### Uma questão econômica

Ao longo das décadas, houve duas formas principais que o jornal O Globo trata os camelôs como um problema de ordem econômica. A primeira, mais presente nas reportagens entre a década de 1920 e 1970 (mas que não cessou nessa época), se refere ao não pagamento de impostos e a como a camelotagem é prejudicial aos comerciantes tidos como “formais”. A segunda reflete como a imagem da cidade importante em contextos econômicos cada vez mais marcados pela globalização, principalmente a partir do início da década de 1950, em assuntos relacionados ao turismo e legalidade e prejuízos econômicos aos setores público e privado em de escala mais abrangente.

Tomemos como exemplo a matéria circulada pelo O Globo em 29 de fevereiro de 1928 que fala sobre “Os excessos da propaganda comercial - também os reclamistas se insurgem contra os ‘camelots’”. O texto tratava o assunto da seguinte forma:

Divulgamos, ontem, a iniciativa que os negociantes da rua Sete de Setembro tomaram contra os ‘camelots’ que, nos seus excessos de propaganda, causam inúmeras contrariedades ao público, prejudicando, ao mesmo tempo, o comércio, que não lança mão de tão condenável recurso.

A propósito desse *movimento salutar*, fomos hoje procurados pelo senhor Affonso Silva, o popular propagandista ‘Polar’, que nos veio hipotecar sua solidariedade a esses negociantes.

Disse-nos, assim, o Sr. Affonso Silva que a iniciativa é de toda justa, por isso que não prejudica somente o público e o comércio mas também à classe dos honestos propagandistas a que pertence e que paga não pequenos impostos à Prefeitura para o exercício de sua profissão (GLOBO, 1928) [Grifo meu].

O jornal trata a denúncia às propagandas excessivas dos camelôs como “um movimento salutar”, alinhando o discurso ao do propagandista e do comércio regularizado e, sugestivamente, do público em geral. Esse discurso que alia o jornal O Globo e os comerciantes regularizados se estendeu durante as décadas. Em 11 de dezembro de 1954, o jornal noticiava que “os lojistas estavam satisfeitos com o combate aos ‘camelots’”. Segundo a matéria, o Sindicato de Lojistas teria parabenizado formalmente o secretário do Interior e Segurança da Prefeitura do Distrito Federal, Egberto de Assis Silveira, pela sua ação contra os ‘camelots’. “O Sindicato de há muito vem empenhado na eliminação dos vendedores clandestinos que, observa, *são frutos de desajustamentos sociais e na maioria delinquentes*” (grifo meu), completa a matéria. A matéria articula o bem econômico dos lojistas com o julgamento moral dos praticantes da camelotagem e o combate a estes indivíduos.

De motivação semelhante, lojistas e vendedores ambulantes credenciados foram convocados para uma reunião na sede da Federação de Comércio Varejista para definir de que maneira ambos os grupos se posicionariam na luta contra o crescente número de camelôs irregulares nas ruas, segundo o Globo de 21 de outubro de 1964. O presidente do Clube dos Lojistas, Valdimir Santos, alegava ainda que, com a aproximação das comemorações do IV Centenário (aniversário da cidade do Rio de Janeiro), era fundamental que o comércio legalmente estabelecido fosse priorizado, pois comércio clandestino não poderia ser visto pelos turistas que viriam à cidade.

O discurso de preocupação com turistas e investidores também está presente em várias outras reportagens, como a intitulada “Não é a cidade maravilhosa que vamos mostrar aos turistas na Copa do Mundo... - Vamos melhorar o aspecto da cidade?” que trazia o seguinte texto:

Estamos no ano da Copa do Mundo. O Rio de Janeiro receberá turistas de várias partes do planeta (...). O Estádio Municipal está adiantado, os hotéis preparam suas acomodações, o povo aguarda, com alguma expectativa, a leva de espectadores para o Campeonato Mundial de Football. Entretanto, não é só a paisagem urbana do Rio que merece emirados. *O que deixa lembranças fortes, o que marca uma cidade, é a sua paisagem humana.* Sobre este aspecto, tudo ainda está por se fazer na mui nobre e digna cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O centro do Rio é uma confusão tremenda: bilheteiros, camelots, mendigos e vagabundos ocupam os pontos estratégicos, impedem a passagem, incomodam os transeuntes. Torna-se necessária uma providência nesse sentido, para que a paisagem humana também se modifique este ano. Não se pode prever a influência que um fato assim deixa no estrangeiro que nos visita. Às vezes, tratados comerciais são atingidos pela impressão pessoa que uma personalidade de responsabilidade teve, ao visitar, como turista, o país em questão (GLOBO, 1950) [Grifo meu].

Nota-se, pelas expressões do texto, que a Copa do Mundo referida no título não é a de 2014. Trata-se, de fato, de uma matéria que circulada no dia 09 de janeiro de 1950. O discurso (higienista) do autor, tão opinativo quanto denunciativo, trata a “paisagem humana” como uma das coisas mais marcantes de uma cidade, sendo importante elemento do que ele chama de “aspecto da cidade” no título da matéria. Logo depois ele expressa sua opinião de que os pontos estratégicos da “nobre e digna” cidade não poderiam ser ocupados pela confusão causada por atores sociais como camelôs, bilheteiros e mendigos. Por fim, afirma que a presença dessas figuras na cidade pode ser um obstáculo ou elemento determinantemente negativo para o estabelecimento de parcerias comerciais internacionais.

E, novamente, encontramos uma correspondência atual às palavras de uma reportagem com mais de 60 anos de idade. A matéria “Comércio ilegal no Rio tem de ser combatido” está n’O Globo do dia 01 de outubro de 2017 e começa o texto dizendo que a falta de planejamento urbanístico e a falta de ação e efetividade da Guarda Municipal contribuem para o crescimento do “comércio clandestino”. Além, claro, de citar dados de órgãos como Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro) e a FNCP (Fundo Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade).

O autor atribui aos camelôs parte da culpa do desemprego no município:

Como as barracas – muitas vezes vendendo mercadorias de origem suspeita a preços mais baixos – são instaladas em frente ao comércio estabelecido, que paga impostos e gera empregos, elas acabam por impactar a atividade econômica, reduzindo a arrecadação do município e provocando mais desemprego (GLOBO, 2017).

Como conclusão, o jornalista afere que “esse comércio ilegal tem de ser reprimido pelas autoridades, não só por uma questão de ordenamento urbano, mas também porque, em muitos casos, configura *crime, que afeta os negócios e o turismo da cidade*” (grifo meu). Ou seja, o jornalista atribui (equivocadamente) aos camelôs os fardos do fenômeno do desemprego devido ao seu impacto negativo nas economias dos estabelecimentos comerciais regularizados e na redução de acumulação de impostos pelo poder público, utilizando dados parciais que não contemplam a totalidade do fenômeno – é necessário botar na mesa as discussões, por exemplo, sobre desigualdades socioestruturais, amplitude de redes sociais e de acesso a empregos rentáveis no mercado de trabalho – o artigo “Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira” (BORGES; CARVALHO, 2017) oferece dados interessantes para a discussão sobre o quanto a presença de equipamentos de serviço básico, a vida econômica de redes

sociais estabelecidas e outros fatores de diferentes fragmentos da cidade favorecem ou não a inserção no mercado de trabalho.

Segundo dados (MAIA, 2006), a partir da década de 1990 o comércio passa a ser o setor econômico que mais amenizou “os impactos decorrentes da crescente exclusão dos trabalhadores dos demais setores econômicos (agropecuário e industrial)” (p. 67), o que pode ser observado, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, no crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de ambulantes no espaço público. Isso afetou diretamente nos dados socioeconômicos, revelando não só as desigualdades sociais como também as contradições do capitalismo.

Segundo a autora, “o comércio ambulante tem, de fato, se constituído num incômodo para vários segmentos sociais, que o veem como uma ameaça à competitividade, uma mancha na imagem desta, um peso morto na economia, dado seu *caráter atrasado*” (p. 67) [Grifo meu].

### **Uma questão de ordem**

Em momentos de crise urbana acentuada e/ou que antecedem grandes deslocamentos do poder político, as práticas e os discursos hegemônicos trazem urgência do controle social através da ordem urbana. No momento após a Abolição, principalmente nos anos que antecederam e sucederam a Reforma Pereira Passos, houve uma preocupação com a maneira como a população se comportava publicamente, com os pequenos conflitos que surgiam na cidade e com a presença de determinados grupos na paisagem urbana; preocupava-se, em muitos casos, com a consequência econômica da presença desses atores e fenômenos sociais na urbe, e com a segurança pública.

Um bom exemplo pode ser visto na reportagem do dia 17 de abril de 1926, intitulada “Os ambulantes da Praia Formosa”. Acompanhando a imagem de seis homens e alguns tabuleiros ainda com produtos vêm os dizeres “Vários infratores presos pela polícia do 10º distrito” e “Um grupo de contraventores presos na estação da Praia Formosa”, o que sugere a associação dos camelôs com a criminalidade.

Imagem 3: Os ambulantes da Praia Formosa



Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Os ambulantes da Praia Formosa”. 17/04/1926.

Em 18 de agosto de 1926, “O ‘camelot’ ficou zangado – e agrediu o menor a cinturão”, segundo a reportagem. No texto, Lauro Sebastião, descrito pela reportagem como um “vendedor de ‘sortes’” que anunciava sua mercadoria “constante de quinquilharias” teria agredido a cinto Waldemar Lopes de Moraes, de 14 anos, após um truque aplicado pelo jovem que desagradou o mais velho. Um bombeiro que passava no momento da confusão prendeu Lauro em flagrante e o entregou a um guarda civil. Lauro ficou preso no 14º distrito.

Em 24 de dezembro de 1930, foi circulada uma matéria dizendo que um “‘camelot’ fez desordem e acabou no xadrez”. Os três parágrafos relatavam que “o guarda da Prefeitura n. 286, Ulysses Salles, quis deter hoje o ‘camelot’ David Ferreira, por tê-lo colhido em flagrante de *contravenção das posturas municipais*” [Grifo meu]. O “infrator” teria resistido, feito um escândalo e, nesse momento, abordado por outro guarda, Fausto Sampaio (de n. 263), que teria sido recebido a socos por David. Um terceiro guarda, não nomeado e de n. 867, “ajudou os dois colegas a subjugar o atabiliário contraventor” e conduziu David não mais para agência municipal, onde responderia pelas tais “contravenções das posturas municipais”, mas para o 3º Distrito Policial, onde o camelô ficou detido.

Nesses três exemplos podemos chamar atenção não apenas a presença de autoridades de repressão (e, em dois dos casos, de suas posturas agressivas), mas também a maneira como os fatos e os atores envolvidos foram apresentados. Na reportagem da Imagem 3, os vendedores são

referidos pelo jornal como “contraventores” e “infratores”; criminosos, então. Já Lauro Sebastião vendia “quinquilharias”, termo que designa objetos sem valor ou sem utilidade, além de ter sido mostrado como agressor e levado à delegacia. Já David Ferreira não estava agindo de acordo com as chamadas “posturas municipais”, tendo em vista o estabelecido pela Delegacia de Costumes, e teria agredido pelo menos dois guardas e, ao final do evento, também foi levado à delegacia policial. Todas as reportagens opõem os camelôs (criminosos) e guardas municipais (autoridades), subjetivando posições maniqueístas dos atores sociais envolvidos, além de ressaltar a associação dos camelôs como agentes da desordem urbana e pessoas que não mereciam confiança.

Outra reportagem revela um pouco mais da ação das autoridades e dos estigmas de classe e de profissão presentes na sociedade carioca. Em 21 de outubro de 1935, a reportagem “Pega, Ladrão!” ia às ruas:

Waldemar Carneiro da Silva (...) é um desses infelizes, vítimas da situação, a quem não tem sido propício o encontro de uma colocação. Como, entretanto, precisa viver, o rapaz entrega-se ao *rude trabalho de fazer de ‘camelot’*, apregoando lâminas Gillette.

Sábado passado, estava Waldemar entregue ao seu pregão (...) quando surgiu um fiscal da Prefeitura (...) acompanhado de um guarda da Polícia Municipal. Ao percebê-los, Waldemar suspendeu o pregão e ia retirar-se quando os municipais o perseguiram. Correu, então, o ‘camelot’.

Vendo-se em dificuldades para alcançá-lo, os perseguidores gritaram:

- Pega, ladrão!

Então, com o próprio auxílio de pessoas do povo que julgavam tratar-se mesmo de um ladrão, o pobre rapaz foi *preso e esbordoado publicamente*, e levado aos empurrões para a agência da Prefeitura (...). Ali, depois de arrecadarem três dezenas de lâminas que o pobre rapaz tinha em seu poder, o empurravam escada abaixo.

Tornando ao largo da Carioca e procurando o guarda civil de serviço, Waldemar queixou-se do policial e este o apresentou ao comissário de serviço no 8<sup>a</sup> distrito (GLOBO, 1935) [Grifos meus].

Destacam-se, aqui, a facilidade com que a população cede aos pedidos dos policiais, o abuso violento de autoridade no tratamento para com Waldemar e, por parte da imprensa, especificamente, a expressão “o trabalho rude de fazer de ‘camelot’”, sugerindo ao leitor julgamento de valor, associando a atividade da camelotagem grosseria e inadequação social.

Voltando a Britto e Gastaldo, isso está relacionado à credibilidade jornalística forjada socialmente a partir de uma suposta “neutralidade da imprensa”. Para os autores,

o jornalismo é uma dinâmica de construção de realidades (...). O processo de transformação dos fatos sociais em fatos jornalísticos envolve toda uma técnica

que, como tudo, não é neutra, ou seja, envolve seleções, cortes, descartes, inversões, relações e desconexões, dentre outras medidas (2006, p. 127).

Apesar de essa prática poder ocasionalmente ser não-intencional, há outros momentos em que elas são realizadas de maneira intencionalmente enviesadas, de modo a reforçar um *façer jornalístico* seletivo no que se trata de narrativas e da representação dos atores sociais envolvidos num fato social. Independentemente da intenção (ou da sua falta), fato é que essas técnicas ocorrem. Hoje em dia, quanto menos pessoal uma matéria jornalística se apresenta, mais “absorvível” e “assimilável” pela massa sua mensagem se torna. Mas numa época em que a linguagem jornalística ainda estava se aprimorando, a posição de “canal informador dos fatos” dava à imprensa lugar privilegiado de poder e credibilidade através de uma linguagem que sugere aproximação pessoal ao leitor. Portanto, a suposição do jornalista de que Waldemar “é um desses infelizes, vítimas da situação, a quem não tem sido propício o encontro de uma colocação” não aproxima o leitor ao Waldemar, mas sim do “sentimento de compaixão” textualmente forjado pelo jornalista em relação ao camelô.

Talvez um dos ataques mais diretos e explícitos à classe dos camelôs tenha sido veiculada no dia 10 de dezembro de 1957 pelo O Globo. O título, em destaque, chama atenção: “SEIS MIL CAMELÔS TOMARAM DE ASSALTO AS RUAS DA CIDADE!”. O texto que acompanha o título condena os camelôs como “a nódoa humana que ludibria ingênuos, provoca conflitos, embaraça transeuntes, contamina o povo e que deve ser extinta para o bem coletivo”, denuncia que “há portadores de enfermidades transmissíveis comerciando, vendendo frutas e bugigangas ao carioca”, criminaliza explicitamente os camelôs ao afirmar que “muitos outros são elementos da pior espécie, frequentadores constantes dos distritos policiais, não sendo raros os que não acabam nos presídios”, lhes incute o estigma de incivilidade ao dizer que eles são “agressivos, dramáticos, cínicos, mas nunca humildes” e que “livram-se magicamente da ação fiscal”. Para completar, a matéria cobra ação das autoridades “medidas drásticas para a repressão dos clandestinos”.

Em outros momentos da matéria o jornalista afirma que os camelôs estão presentes em todas as cidades do mundo Ocidental, não sendo, portanto (e “para o meu consolo”, como posto na matéria), uma “calamitosa criação nacional”. O locutor transcende o discurso comumente apresentado e trata o camelô não só como um problema de ordem urbana, mas também como um problema de saúde pública, dando alguns exemplos de camelôs portadores de doenças contagiosas. Como de costume, medidas são cobradas das autoridades – que chegam a se manifestar na matéria, dizendo que o contingente policial e a estrutura física destinada para a fiscalização é insuficiente.

Percebe-se, portanto, um discurso jornalístico que busca uma aproximação entre emissor e interlocutor (jornalista e leitor) e, a partir dessa aproximação, busca também a normatização do comportamento do cidadão, atrelando-o a uma espécie de moral (quase assumidamente) civilizatória que deve ser incorporada pelos cidadãos. Qualquer desvio a esse comportamento normativo e disciplinado dentro do campo das vendas deveria estar sujeito aos ataques da imprensa, à hostilidade dos comerciantes e à repressão violenta.

### **A guerra como resposta**

A Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Centro (ACAC) foi a primeira estrutura representativa organizada por camelôs e comerciantes. Surgiu no início da década de 1970, com o fim de cobrar reconhecimento e direitos aos camelôs. Um dos principais objetivos era trazer para eles a área que pertencia ao Metrô Rio, que antes era um estacionamento e que hoje corresponde ao Centro Comercial da Uruguaiana.

O caminho foi longo até esse objetivo ser alcançado. Em 1984, o Prefeito Marcelo Alencar lançou o programa que criaria os Centros de Comércio Populares. Foi a primeira tentativa de especializar e concentrar a atividade dos camelôs em pontos específicos da cidade. Seriam 10 Centros, no total: Praça XI, Praça da Bandeira, Bonsucesso, Penha, Méier, Madureira, Bangu, Cascadura, Campo Grande e Pavuna (MOREIRA, 2008).

Entretanto, tal plano foi elaborado sem a participação dos camelôs, muito menos da ACAC. Isso gerou desconforto e aumentou as tensões entre os lados, principalmente em torno do Centro da Praça XI: a Prefeitura defendia o estabelecimento deste como alternativa ao desejo dos camelôs de se estabelecerem na Uruguaiana – um ponto de um fluxo de pessoas muito mais intenso, próximo a terminal ferroviário, estação de metrô, mais próximo ao centro empresarial e financeiro do Rio de Janeiro.

Não houve sucesso nas negociações. Os camelôs começaram a se espalhar mais pelas zonas da cidade, ocorrendo inclusive uma entrada forçada na Zona Sul, onde estão os principais pontos turísticos do Rio de Janeiro, motivo pelo qual diversos conflitos ocorreram. O “rapa” voltou a ser recorrente, criando tumultos e incômodo para camelôs e banhistas.

Em 22 de novembro de 1991, a Polícia Militar entrou em confronto com camelôs que faziam uma manifestação nas ruas do Centro do Rio de Janeiro. Esse é um caso em que a mídia teve grande destaque na formação da opinião pública, pois de maneira totalmente parcial, em toda a página dedicada ao ocorrido, pouco se fala sobre as demandas dos trabalhadores, enquanto por

outro lado foram mostrados inclusive mapa e cronologia do “tumulto criado” pelos camelôs (sem nem tocar na participação ativa da PM). O jornal fala ainda da “contradição intolerável” ocorrida na Rua Uruguaiana, dizendo que a “baderna” criada

[...] mostra o quanto vai ser preciso usar de firmeza e energia para pôr fim a essa situação monstruosa que é a ocupação do Centro da cidade por centenas de camelôs a venderem mercadoria de origem suspeita quando não francamente ilegal – como é o caso dos artigos de contrabando (GLOBO, 1926).

Os conflitos entre Polícia Militar, Guarda Municipal e camelôs era cada vez mais midiaticizado. Os órgãos públicos admitiam a perda da guerra contra os camelôs e a insuficiência de estrutura para combater a ambulância; o insucesso se dá no Centro, mas também em Madureira, no Méier, em Campo Grande, como mostra a Imagem 4.

Imagem 4: Prefeitura reconhece: perdeu guerra para os camelôs.



Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Prefeitura reconhece: perdeu guerra para os camelôs”. 17/04/1926.

A Lei 1876/1992 foi assinada e transformava oficialmente o camelô numa atividade profissional. Seria, no entanto, uma atividade temporária. A Lei traçava ainda que meios o camelô poderia usar para vender seus produtos. Um ano depois o governo César Maia implantou a Guarda Municipal, pelo Decreto 12.000 de 30 de março de 1993. A partir daí caberia à essa guarda a

repressão sob uso da força. Seria essa uma das maiores inimigas dos camelôs no que diz respeito à ordem urbana e à segurança dos direitos de trabalho.

Os confrontos eram trazidos a público pela mídia como eventos de guerra: “Camelôs e fiscais travam corpo-a-corpo na Central” (O Globo, 10 ago. 1984); “Guerra no Centro: fiscais x camelôs” (O Globo, 30 set. 1989; Imagem 6); “Camelôs resistem a tiro e fecham avenida” (O Globo, 11 mai. 1994). A persistência da confusa atribuição de deveres para os órgãos públicos (quem podia notificar ou prender camelôs, quem poderia ou não usar a da força policial) gerou confusão a ponto da Polícia Militar entrar em confrontos com a Guarda Municipal – “enquanto camelôs se divertem na plateia”.

**Imagem 5:** “Guerra no Centro: fiscais x camelôs”



## Guerra no Centro: fiscais X camelôs

**Fonte:** Acervo digital do Jornal O Globo. “Guerra no Centro: fiscais x camelôs”. 30/09/1989.

Materializava-se aí a repressão desejada por lojistas e impensas nas décadas anteriores. Ainda que os confrontos também trouxessem prejuízos pontuais para os lojistas, tudo era justificável pois os camelôs ainda eram vistos como um ponto que não condizia com a cidade do Rio de Janeiro. As imagens trazidas pelos jornais eram sempre de cenários caóticos: caixas e automóveis em chamas, camelôs sendo presos ou agredindo policiais, correria, lojistas e pedestres assustados... tudo isso ajudava na vilanização da figura do camelô.

**Imagem 6:** “Conflito entre camelôs e guardas faz comércio baixar as portas no Centro”

## Conflito entre camelôs e guardas faz comércio baixar as portas no Centro

Carro e loja foram apedrejados durante conflito, que terminou com 3 presos

Marco Antônio Cavalcanti

Jorge Eduardo Machado

• Um conflito entre camelôs e guardas municipais ontem de manhã no Centro fez com que parte do comércio da Avenida Rio Branco e imediações fechasse as portas. A confusão começou por volta das 11h30m e só terminou uma hora depois, com a intervenção da PM. Um carro da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (CLF) da prefeitura foi apedrejado e três pessoas ficaram feridas: dois integrantes da guarda e um ambulante. Presos e levados para a 5ª DP (Gomes Freire), Agnaldo Costa dos Santos, de 36 anos, Cláudio de Carvalho, de 35, e Jorge Luis Rigueira, de 23, foram autuados em flagrante por lesão corporal e dano a carro oficial.

O tumulto ocorreu durante uma operação da Guarda Municipal, com apoio da PM, para



UM CAMELÔ é levado preso ao fim da confusão ocorrida no Centro

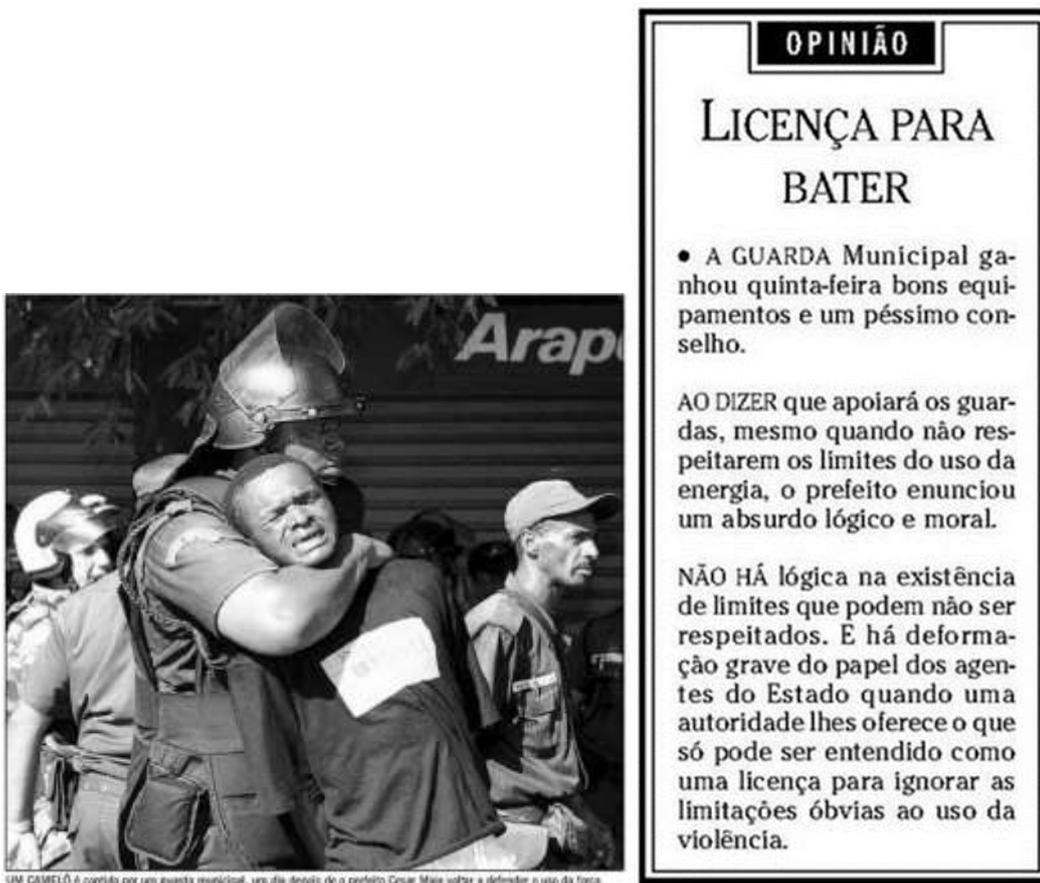
**Fonte:** Acervo digital do Jornal O Globo. “Conflito entre camelôs e guardas faz comércio baixar as portas no Centro”. 09/10/2002.

Os anos 2000 chegaram trazendo a banalização do uso da violência contra os camelôs. Como mostra a Imagem 8 acima, o comércio foi regular foi fortemente afetado devido às grandes proporções que os confrontos entre Guarda Municipal, Polícia Militar e camelôs alcançavam – os prejuízos ao comércio regular não se dava mais somente na “concorrência injusta de preços”, mas também na interrupção das vendas e nas avarias físicas decorridas dos confrontos. A resistência por parte dos camelôs de rua (aqueles que não vendiam seus produtos nos limites dos camelódromos) se mostrava cada vez mais sólida, tal como aumentava o uso da violência por parte dos agentes do Estado.

O Tenente-Coronel Carlos Antunes, comandante da Guarda Municipal, fez a seguinte declaração n’O Globo sobre os camelôs em 19 de novembro de 2002: “trabalhadores não têm segurança feita por policiais aposentados, não têm depósitos clandestinos e não vendem produtos que deveriam estar no comércio regular”. Pouco mais de uma semana depois dessa declaração, houve um dos maiores conflitos entre Guarda e camelôs: depois de receber novos equipamentos, a Guarda Municipal ganhara também o apoio do Prefeito César Maia “mesmo quando não

respeitarem os limites do uso de energia”. O “conselho” do prefeito foi duramente criticado pela imprensa, como retrata a Imagem 7.

**Imagem 7:** “Licença para bater”



**Fonte:** Acervo digital do Jornal O Globo. “Licença para bater”. 30/11/2002.

Daí é possível questionar, mais uma vez, até onde o Estado vai para legitimar o uso da violência e o abuso do poder em prol de um objetivo, muitas vezes sem nem mesmo entrar em diálogo com as partes envolvidas no conflito. A marginalização do camelô era tamanha que associá-los a ladrões, ao tráfico e ao contrabando tornou-se algo extremamente comum e natural – e tudo isso justificava a repressão severa.

Foi nesse cenário que surgiu, em 2003, o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA). O MUCA foi ainda mais firme e mais organizado que a ACAC e hoje é o principal representante dos camelôs ambulantes do Centro da Cidade. O MUCA se mobiliza em reuniões com outros movimentos sociais, elabora projetos de organização espacial pelo Centro, entre outras atividades. Eles participaram ativamente das movimentações populares frente aos megaeventos ocorridos no Rio de Janeiro, visto que sua presença era declaradamente mal vista.

O Prefeito Eduardo Paes assumiu o cargo em 2009 com a promessa de regularizar a atividade dos camelôs e se comprometendo a criar um órgão que concentrasse o controle da camelotagem no que tange a definição dos locais onde fossem permitidos ou proibidas a presença dos camelôs. Foi criada a Secretaria Especial de Ordem Pública, que se apoiava na doutrina de “tolerância zero” praticada na cidade de Nova York e que tinha ampla aceitação da imprensa brasileira, e criou o Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA), que reuniria todas as informações de comércio ambulante na cidade.

Segundo o Dossiê, as principais reclamações dos camelôs foram: irregularidades no cadastramento do CUCA, multas abusivas para as irregularidades flagradas, abuso de autoridade, apreensão indevida de mercadorias, problema com o depósito de mercadorias e a violência por parte da Guarda Municipal. O dossiê apresenta relatos de uso de força física por parte da Guarda, mesmo em casos que tal uso fosse desnecessário e injustificável – como quando os camelôs não demonstravam qualquer resistência, ou quando mostravam nota fiscal de seus produtos etc. Ainda segundo o Dossiê, mercadorias foram extraviadas, a Guarda Municipal usou de força e ferramentas letais (armas de choque, por exemplo), destruiu pertences e agrediu pessoas.

Hoje, uma das maiores preocupações do MUCA é a movimentação na Câmara dos Vereadores de armamento da Guarda Municipal, o que cria grande preocupação por parte dos camelôs, visto que estes já reclamam do abuso de autoridade e de uso da violência. Nos transportes públicos, como nas plataformas de BRTs, trens e metrô, a fiscalização é intensa e a propaganda para evitar o consumo de produtos de camelôs se faz cada vez mais incisiva.

### **Conclusão**

Tal como observado em Lima (2017), a maneira como o camelô é lido e tratado pelo poder público é um processo acumulativo ao longo da história da cidade. Foram poucas as políticas públicas voltadas para a inserção deste na sociedade, e muitas que o marginalizavam, principalmente dentro da cultura carioca.

A repressão violenta já se dava desde quando se via como necessário controlar os negros de ganho que se agrupavam fosse para vender seus produtos de maneira mais organizada, fosse para lazer e sociabilidade. As pequenas aglomerações comerciais que se formavam ali eram consideradas lugares mal frequentados, de má gente. Após a Abolição da Escravidão, sem o aparato legal que respaldasse o confinamento da mão-de-obra e da fonte de renda de parte dos senhores de escravos urbanos, enxergou-se que o trabalho industrial seria a melhor alternativa para controlar

a massa pobre recém-liberta, o que garantiria, por consequência, o impulso na economia industrial brasileira.

Para garantir que isso acontecesse, iniciou-se um intenso processo de marginalização de qualquer atividade profissional que não envolvesse o chão industrial. Pequeno comércio e comércio ambulante foram perseguidos; a mendicância foi criminalizada; tudo o que não envolvesse o trabalho industrial, de alguma forma, e que não encaixasse com o modelo de cidade civilizada e desenvolvida idealizado pelo poder público, pela imprensa e pela classe artística, era vilanizado e sofria forte repressão. Ou seja, qualquer apropriação do espaço realizada pelas classes mais baixas “enfeitaria” a cidade, então não deveria ser permitida – não fazia parte do *dever ser carioca* (BARBOSA; FAUSTINI; SILVA, 2013).

Ao mesmo tempo, as formas de controle social da população negra e trabalhadora não pertencente aos setores industriais foram se aprimorando. As intervenções urbanas higienistas contribuíram para a repressão dos corpos negros e, obviamente, dos ambulantes, da mesma forma que as políticas imigrantistas e de embranquecimento da população, aliadas à eugenia como movimento científico e como políticas públicas (estimuladas nas constituições de 1934 e 1937) um efeito de embranquecimento cultural do mercado de trabalho, impactando diretamente na percepção da população sobre o que é o trabalho ideal.

A mídia acaba por ter grande importância na formação da imagem do camelô na opinião pública e, conseqüentemente, na cultura urbana da cidade. Na década de 1920 os *camelots* já eram associados à agressividade e à incivilidade, através de diversas notícias de brigas internas, algazarras provocadas, à malandragem e à desordem urbana devido aos volantes e às pequenas aglomerações formadas em torno do vendedor. Desde então, a imprensa destaca incessantemente que a repressão violenta dos agentes do Estado é a solução única para o fim das atividades de camelôs, principalmente nos locais mais movimentados da cidade – que são as zonas mais exploradas turisticamente pelo governo ao longo de toda a história.

A primeira mobilização organizada dos camelôs se deu tardiamente, com a ACAC, apenas na década de 1970; a segunda mais expressiva veio em 2003, com o MUCA. Ainda assim, muito se depende de políticos dispostos a representar seus interesses para que seus direitos sejam garantidos. Discussões sobre armamento da Guarda Municipal e ocupação organizada do espaço público estão em pauta, mas tudo indica que ainda há muito a se lutar.

Sobre as reformas políticas e constitucionais observadas no Brasil ao longo da história no que tange a segurança pública, principalmente após a Constituição de 1988, Mello (2011) observa que as alterações e reelaborações realizadas na lei não garantem mudanças automáticas nas práticas sociais. Para ela, "muitos discursos, muitas propostas, muitas percepções e obstáculos encontram-se presentes no jogo de forças formado entre atores sociais e instituições" (p. 53). De fato, é necessário questionar a contradição entre os avanços conquistados legalmente (mesmo que poucos) e a insistência do comportamento repressivo aos ambulantes, tal como a persistência do perfil social desses trabalhadores.

#### Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius; SILVA, Jailson de Souza e. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

BRITTOS, Valério C.; GASTALDO, Édison. **Mídia, poder e controle social**. Alceu, Rio de Janeiro, v. 13, n. 7, p.121-133, dez. 2006. Disponível em: <<http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=9&infoid=228&sid=25>>. Acesso em: 01 out. 2019.

CHALHOUB, Sidney. Cortiço. In: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-59.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. Intertextualidade. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Unb, 2001. Cap. 4. p. 133-175.

GUIMARÃES LIMA, Vítor Henrique. A herança do comércio da África pré-colonial nas práticas comerciais em Salvador e no Rio de Janeiro: continuidades e rupturas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 175-199, abr. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/861>>. Acesso em: 04 maio 2020.

GUIMARÃES LIMA, Vítor Henrique. **Moral, poder e o mercado de rua no Rio de Janeiro: um processo histórico**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CALEIDOSCÓPIO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA, 2., 2017, Campos dos Goytacazes. Anais... . Campos dos Goytacazes: Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (est), 2017. p. 0 - 15. Disponível em: <http://congressointernacionalcaleidoscopio.sites.uff.br/?download=363>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MACIEL, Laura Antunes. **Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado**. In: OLIVEIRA, Márcio Piñón de; FERNANDES, Néilson da Nóbrega. 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj; Eduff, 2010. p. 187-218.

MAIA, Rosemere. **Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca por competitividade no "mercado mundial" de cidades.** In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (Org.). Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. Cap. 4. p. 62-78.

MELLO, Kátia Sento Sé. Os discursos sobre segurança pública. In: MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidades e conflitos: guardas municipais e camelôs.** Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 53-84.

MENEZES, Wagner Chagas de. **O punga sai do armário: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos.** Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 89, p.65-88, abr. 2003. Quadrimestral.

MOREIRA, Angela. **Mercados populares ou camelódromos: Nascimento e variações de um objeto arquitetônico.** In: Colóquio Internacional Sobre Comércio e Cidade: Uma Relação De Origem, 2., 2008, São Paulo. Anais... . São Paulo: Labcom, 2008. p. 0 - 8. Disponível em: <[http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2\\_cincci/4002\\_Moreira.pdf](http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2_cincci/4002_Moreira.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017.

PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói: Editora da UFF, 2011. (Coleção Antropologia e Ciência Política; 50)

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** S. Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Acervo digital do Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 1926 – 2017. Foram pesquisadas as seguintes palavras: camelots, camelô.

VEJA RIO, Rio de Janeiro, 2017.

## “Ehhh! Cabeça de Cuia!!!”: memória e cidade na obra musical de Teófilo Lima (1994-2018)

“Ehhh! Cabeça de Cuia!!!”: memory and city in the musical work of Teófilo Lima (1994-2018)

**Gustavo Silva de Moura**

Mestre em História

Universidade Federal de São Paulo

mouragustavo80@gmail.com

**Recebido em:** 10/03/2020

**Aprovado em:** 14/04/2020

**Resumo:** Este artigo tem como foco analisar a relação da música com a memória, cultura piauiense e a cidade de Parnaíba, localizada no litoral do Piauí, tomando como caleidoscópio a produção fonográfica do cantor e compositor Teófilo Lima e sua trajetória. Será analisada a biografia do músico, ponto importante no entendimento das referências trazidas em suas canções. Em sua obra está latente a cultura piauiense e a memória coletiva sobre cidade de Parnaíba, moldando suas composições com o rock que é levado ao público, mostrando sua percepção cotidiana da cultura e sociedade. Por conta de suas inserções em grandes marcos na história da música rock e pop do Piauí, analisar sua trajetória musical possibilita colocar em foco um panorama das relações entre global e local presentes na música urbana piauiense e quais suas movimentações e referências que possibilitaram autenticidade musical.

**Palavra-chave:** Teófilo Lima; Memória; Música.

**Abstract:** This article aims to analyze the relationship between music, memory, Piauí culture and Parnaíba City, localized in Piauí coast, taking as kaleidoscope a phonographic production of the singer and composer Teófilo Lima and his trajectory. Will be analysis the biography of the musician, important point in understanding the references brought in his songs. In his work is latent Piauí culture and collective memory about Parnaíba City, shaping his compositions with the rock that is taken to the public, showing his daily perception of culture and society. Because of its insertions in the great marks in the history of rock and pop music of Piauí, analyzing its musical trajectory makes it possible to focus on the relations between global and local present in the urban music of Piauí and what its movements and references that allowed musical authenticity.

**Keywords:** Teófilo Lima; Memory; Music.

### Primeiros contatos com a música e os sons da cidade

Torna-se pertinente nas primeiras palavras do texto colocar uma observação que norteia seu decorrer, essa está alicerçada no que diz o historiador Marcos Napolitano (2005. p.100), onde coloca que tem-se na canção, subjetividades artísticas que levam a biografia e singularidade psicológica do indivíduo envolvido em sua composição, fazendo com que não seja deslocada da sociedade e tempo em que está inserida. Dito isso, prossegue-se.

Carlos Teófilo de Carvalho Lima nasceu em Magalhães de Almeida, no estado do Maranhão<sup>1</sup> no ano de 1970, ainda em sua infância, com nove anos, mudou-se com a família para a cidade de Parnaíba, Piauí, local em que iniciou sua vida artística e que mantém relações próximas. Começou sua vida artística nos anos de 1980 cantando em bares da região portuária da cidade, onde ganhou destaque levando ao público em formato voz e violão canções do rock brasileiro que estavam constantemente tocando nas rádios locais.

Esse forte vínculo com o litoral piauiense e a cidade de Parnaíba é exposto na canção *Amigo Monge*, onde expõem na narrativa da letra, cenários de sua infância, que incluem o rio e as práticas cotidianas de seus trabalhadores:

O brando de uma graça no azul do céu/ Bonito pra chover/ Um quadro de cores paz, pais/ Mas quase ninguém pra ver/ E pirilampos e borboletas/ Eu vejo ao longe o branco, a torre da igreja/ E ao meu lado eu vejo um rio/ O velho monge me sorriu/ E pirilampos e colibris/ Vejo meu pai e minha mãe ali/ E ao meu lado eu vejo um rio/ O velho Parnaíba me sorriu/ Ele disse que tem saudade/ Do tempo que eu andava por ali/ Com um milhão de amigos na minha monareta/ Rasgando mil veredas/ Magalhães de Almeida/ E ele me falou de antigo amor/ De um romance que tem com uma sereia/ Que ele encontrou quando beijou o mar/ E até hoje vive muito bem com ela/ E pasmem, o velho monge é avô/ E pasmem, o velho Parnaíba é avô/ O seu neto tem um belíssimo nome/ Ele se chama de Igarapu/ Que também é casado com uma linda princesa/ Se chama Parnaíba, como tu/ Me viu nascer sobre ele a ponte/ Mas a frente a casa de um pintor/ E um pouco adiante, ainda contente/ A casa de um flautista que anda de barco e é aviador/ Banhou o quintal de um cantor de blues/ Ali pescou o meu avô/ Alimentando a comunidade, o rio.<sup>2</sup>

Fazendo uma passagem da sua cidade natal para onde vive e viveu grande parte de sua vida, Teófilo Lima ao expor essa relação com rio e com a chuva mostra um dos locais em que perpassam as memórias da cidade de Parnaíba. Localizada no litoral do Piauí, Parnaíba é detentora de riqueza

---

<sup>1</sup>A cidade maranhense de Magalhães de Almeida fica a 150 Km da cidade de Parnaíba localizada no litoral do Piauí.

<sup>2</sup>Cf: LIMA, Teófilo. *Amigo Monge*. In: \_\_\_\_\_. **Teófilo**. Independente, 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/bEEhEVavQx4>> Acesso em: 12 abr. 2019.

histórica e natural reconhecida por instituições brasileiras e internacionais, sendo destino turístico de pessoas vindas de diferentes continentes.

O cenário da canção engloba a região do subúrbio de Parnaíba na década de 1970 exposta pelo historiador Pedro Vagner Oliveira (2017, p.48-51), onde segundo ele, essa região era local de antagonismo com o centro da cidade. No subúrbio residia a população pobre em casebres e que tinham nas águas do rio seu principal meio de sobrevivência.

Essa sobrevivência dos recursos ribeirinhos está diretamente ligada nas atividades industriais que foram desenvolvidas principalmente na primeira metade do século XX e colocaram o cenário de fábricas abandonadas e o Porto das Barcas dentro das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Sobre a riqueza histórica, vale destacar que a cidade de Parnaíba tem tombado desde 2003 pela Prefeitura Municipal e 2011 pelo IPHAN seu conjunto histórico e paisagístico<sup>3</sup>. Os lugares, patrimônios e personagens presentes nesses processos, estabeleceram combates na construção da memória coletiva que caminha entre ideias de avanços e regressos. Dentro do universo musical local, Teófilo tem sua importância desde a década de 1990, participando de coletâneas musicais que estabeleciam diretrizes sobre qual cultura estava em foco do poder público.

Dessa forma, existe no conceito de “experiência humana” destacado por Edward P. Thompson (1981, p.182), caminhos que possibilitam mostrar, por exemplo, na música Velho Monge, interligações do cenário musical de Parnaíba e o complexo social e cultural do qual seus personagens originam-se, ou seja, é a partir dessa compreensão que se ilumina como os sujeitos experimentam suas situações e relações produtivas dentro de sua “cultura” e “sociedade”.

Segundo Eclea Bosi (2012, p.418), cada geração tem uma memória própria relacionada à sua cidade, demarcando pontos que referenciam a sua história. No caso de Teófilo, suas experiências junto à cidade passam por contextos locais e globais. Isso pode ser visto em outro cenário da infância do músico que estão na canção *Redondo e Enquadrado*, onde diz:

O passado vem ao lado, vem redondinho e enquadrado/  
Vem sorrindo, vem no vento frio/  
Eu sozinho na beira do rio/  
Revirando pensamentos, rebuscando sentimentos/  
Num reboço de sensações, é que o passado vem nos sons/  
Em Magalhães ouvir Roberto Carlos com meus pais/  
Trovão, cobrir espelhos com

---

<sup>3</sup>CF: IPHAN. **Processo no 1554-T-08** - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. 2008; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Lei Nº 1908, de 11 de março de 2003**. Parnaíba: Câmara Municipal de Parnaíba. 2003.

lençóis/ Tirar o sal de atalaia no portinho/ Dormi ao som do rádio no caminho/  
E a chuva/ E a chuva, a me encantar<sup>4</sup>

O cantor Roberto Carlos, citado na música, esteve presente nas mídias fortemente na década de 1960 e 1970, essa capacidade se deve ao equilíbrio mantido em sua carreira, manejando referências sonoras nacionais e internacionais (DANTAS, 2007, p.54). Isso reflete em sua permanência na lista de cinquenta mais vendidos no Brasil entre 1965 e 1999, estando presente no primeiro lugar em vinte e cinco oportunidades.<sup>5</sup>

Além disso, na década de 1970 existe no Brasil um processo de ampliação da indústria fonográfica, tendo como consequência a chegada do estilo nas regiões ainda não alcançadas em níveis de massa por esse mercado, ou seja, a chegada ao Norte – Nordeste.

Segundo o comunicólogo Eduardo Vicente (2014, p.51-52), está entre os anos de 1969 e 1979 o momento de instalação das principais *major*s internacionais em território brasileiro, dentre elas a Phillips-Phonogram, RCA, Ariola, EMI e Warner. Com isso, artistas estadunidenses e europeus ganhavam mais destaque nos ambientes de reprodução musical, fazendo com que o rock produzido nesses locais e em alta no cenário internacional, tivesse distribuições e alcançassem as listas dos mais vendidos no Brasil.

Essa chegada do rock no Nordeste é exemplificada na fala de Teófilo Lima quando diz o seguinte:

Bem, meu pai sempre curtiu, não era um roqueiro, mas na época dele ouvia Beatles, Rolling Stones e outras coisas. Então eu já cresci nessa áurea de música, minha brincadeira predileta era juntar uns baldes, umas latas e fazer umas baterias, sempre tive facilidade também em aprender e decorar as letras, era meio desafinado como eu sou hoje(risos), mas sempre tive uma facilidade pra cantar. (LIMA, 2013).

Destaca-se na sua fala o nome das bandas que integram o que alguns estudiosos chamam de “A invasão britânica” nos Estados Unidos da América (EUA)<sup>6</sup>. Essas bandas foram basilares na

---

<sup>4</sup>Cf: LIMA, Teófilo. Redondo e Enquadrado. In: \_\_\_\_\_. **Teófilo**. Independente, 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/jpv5rRrz54>> Acesso em: 12 abr. 2019.

<sup>5</sup>Cf: Dados do NOPEM, disponíveis em: [https://www.academia.edu/28651800/Listagens\\_Nopem\\_1965\\_1999.pdf](https://www.academia.edu/28651800/Listagens_Nopem_1965_1999.pdf) (Último Acesso: 18/01/18)

<sup>6</sup>Cf: Beatles: O salto definitivo”. P. 115-150; 8 – “Rolling Stones: É apenas rock and roll, mas eu gosto”. P. 151 – 172; “9 – The Who: Querem acabar conosco”. P. 173 – 190. In: FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll**: Uma história social. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

consolidação do rock mundialmente, principalmente em quesitos relacionados ao mercado consumidor jovem, que rapidamente saiu das fronteiras dos EUA e chegou a outros continentes.

Para Renato Ortiz (2007, p.119-120), tem-se no advento da sociedade urbano-industrial a descentralização dos indivíduos em relação a tradição, rompendo os laços de solidariedade, deixando-os soltos na malha social. A partir disso, no mercado consumidor – órgão integrador social e cultural dos indivíduos – faz com que sejam plausíveis e comuns, principalmente nas camadas jovens da sociedade, estas integrações entre o tradicional e moderno, pois, esse mercado se torna a força reguladora do comportamento, usando dos norteamentos sociais das tradições.

Para a historiadora Tânia Garcia (2009, p.109), quando se pensa a relação da cultura e juventude latino-americana, entende-se os agentes inseridos nesse meio como consumidor e produtor numa cadeia produtiva da cultura de massa, evidenciando interações e interferências nas mensagens e especificidades do seu universo e período histórico. Sobre essa relação, afirma:

Assim, ao examinar o comportamento da juventude latino-americana nos 50 e 60, percebe-se que, consciente ou não de seu papel transformador, esta encontrou na cultura de massa, um lugar para sua expressão. Daí ser possível – concebendo o papel ativo do produtor/consumidor neste mercado de bens culturais – relacionar a produção e o consumo cultural dos anos 60 e 70 à cultura jovem e aos meios de comunicação de massa como suporte para o registro e canal de difusão de novas proposições. (GARCIA, 2009, p.110).

Existem amostras das colocações de Garcia na fala e influência musical de Teófilo Lima. Ao falar dos seus primeiros contatos com o rock, surge em sua narrativa os nomes de bandas amplamente consumidas na década de 1960 e 1970. Colocando ainda que, mesmo seu pai não sendo “roqueiro”, tinha acessos aos artistas vinculados ao estilo.

Os modos de recepção da música direcionada aos jovens na cidade de Parnaíba e região tinham como maior vetor programas de rádios da região. Essa forma comunicacional levou principalmente para as classes menos abastadas, referências musicais que tinham dificuldade de penetrar com maior afinco na sociedade local. Isso se dá considerando as dificuldades enfrentadas na chegada de artistas, discos e instrumentos musicais até meados da década de 1990 (MOURA, 2019, p.48).

Seu pai atuou de forma decisiva na inserção de Teófilo Lima no meio musical, seja indiretamente por meio das músicas que ouvia no rádio, ou de forma direta ao apresentar o filho com um violão aos dez anos de idade (LIMA, 2013). Mesmo considerando a profissionalização

musical distante dos seus horizontes, Teófilo começa suas primeiras aulas de violão e mantendo seu aprendizado autônomo, influenciado pela sua aproximação com a música rock.

Segundo o músico, suas primeiras apresentações na década de 1980 serviam de contraponto a outros artistas da cidade de Parnaíba, onde era comum encontrar músicos com repertório composto pelos clássicos da MPB. Seus shows eram marcadas pelo rock, tocando nos bares as músicas da banda Legião Urbana, Raul Seixas, dentre outros.

Neste período, o rock nacional começou a ganhar força no mercado nacional, surgindo nas mídias, grupos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Por conta da centralidade dos meios de comunicação brasileiros que tinham suas bases situadas nessas regiões, formou-se a primeira divisão do BRock<sup>7</sup>

Nas análises da socióloga Marcia Tosta Dias, o rock no Brasil começava a ganhar status e maior circulação nas mídias nacionais, sendo a década de 1980 o seu auge para indústria fonográfica.

O rock desenvolve-se a partir de dois movimentos complementares: ecos do processo de mundialização da cultura e, conseqüentemente, da produção fonográfica, subsidiando a expansão e chegada do gênero a regiões do Brasil. Prontamente, observa-se o engajamento das companhias locais no sentido de produzir, promover e difundir o pop rock brasileiro, interessadas no mercado consumidor jovem. (DIAS, 2008, p.86).

A partir da sua exposição no cenário musical local e do número cada vez maior de bandas de rock brasileiras nas mídias, Teófilo Lima e outros personagens da cena rock do litoral piauiense formaram a banda *Rabiscos Urbanos*<sup>8</sup> no início dos anos 1990 acompanhado de amigos da mesma faixa etária.

---

<sup>7</sup>Termo cunhado pelo jornalista Arthur Dapievi para definir o rock brasileiro produzido na década de 1980. Em sua divisão está a primeira, segunda e terceira divisão do rock, definindo o local das bandas pela sua repercussão nas mídias. (DAPIEVE, 2015).

<sup>8</sup>Também contaram no primeiro momento com Azevedo, sendo este um dos fundadores, mas que não chegou a tocar no primeiro show, como seu substituto, entrou Jesium, também estiveram nas guitarras, Bernado, Danilinho, Guilherme Carvalho e Messias, este último um dos integrantes da banda *Artéria*, banda de influência punk/*hardcore*, mostrando a diversidade dos músicos roqueiros, em relação a outros estilos de rock. Na bateria estiveram João, chamado de “João Verme” e Mauro Júnior, conhecido como “Júnior *Voivod*”, que segundo Teófilo trouxe uma pegada mais *rock and roll* à banda. Expressão usada por ele para exemplificar a agressividade musical que “*Voivod*” trouxe, pois levar uma pegada *rock and roll*, não quer dizer a falta dela na sonoridade da banda.

### **Rabiscos Urbanos e a profissionalização musical**

Tornou-se um sonho frequente formar um conjunto musical com os amigos, seja para tocar as canções preferidas que eram reproduzidas nas rádios ou objetivando transformar em sonoridade seus sentimentos em composições originais. Algumas bandas de rock que conseguiram reconhecimento no cenário nacional e mundial começaram desse modo. Histórias de renomados músicos motivam os jovens e colabora no surgimento de novas bandas.

A juventude do litoral piauiense começa a ter em mãos uma pluralidade de ideias e sons, principalmente a partir da década de 1980, quando o rock nacional chega às rádios do Nordeste brasileiro e programas dedicados ao estilo começavam a ser frequentes na região. No entanto, diferente dos grandes centros nacionais, acessos mais aprofundados relacionados às bandas e instrumentos musicais enfrentava obstáculos que eram contornados usando redes de sociabilidades construídas por jovens que se uniam em prol do rock.

A criação de laços com integrantes de outras bandas tiveram importante influência na formação de uma Cena Rock na região, com isso a influência sonora de Teófilo Lima vai se moldando, onde, segundo ele:

A gente ainda pegou na época da fita e os nossos contatos eram os amigos mais próximos. Tinha o Paulinho que curtia muito rock, a gente ia pegando as fitinhas emprestadas e copiando pros amigos, não tinha internet naquela época e era “massa”. Passei por várias fases, essa da infância onde ouvia de Beatles a Roberto Carlos, passando por tudo, Serestão e etc., ouvi muito brega nas ruas e aí passei pro *rock and roll* mais pesado, depois Pink Floyd, uma coisa mais psicodélica, conheci Led Zeppelin, Hendrix, Joplin, The Doors, que são coisas que acabaram ficando mais forte no meu som, tenho muito de Psicodelia nas guitarras que faço. E era assim, “toma lá, da cá” (LIMA, 2013).

Esse “toma lá, da cá” mostrado por Teófilo Lima, evidencia o sistema de troca e empréstimo de fitas como estratégia entre os participantes da Cena Rock que influenciou diversos artistas vinculados ao rock. Tomando como exemplo as canções de Teófilo, em sua maioria são usados de distorções e sequências de notas que retomam uma influência do rock psicodélico inglês, em outros momentos podem ser vistos as entonações vocais usadas por artistas do rock estadunidense na década de 1960, dentre outras influências descritas pelo artista e expressas em sua obra musical composta por três CDs lançados.

Teófilo Lima foi um dos fundadores da banda Rabiscos Urbanos e permaneceu até o encerramento de suas atividades<sup>9</sup>, por volta de 1994. Outros integrantes da banda conseguiram destaque no cenário musical, sendo ele Marcelo Farias participando de coletâneas produzidas pela Prefeitura municipal de Parnaíba como compositor e Guilherme Carvalho, atualmente professor da UERN e pesquisador da música.

A Rabiscos Urbanos mostrava em suas canções as influências de bandas e artistas do ninho *PopRock* que tocava nas rádios da região em finais da década de 1980 e início dos 1990, adquirindo com isso, segundo outros músicos do período, maior aceitação do público local (VERAS, 2013). Sobre essa receptividade, Teófilo Lima diz:

(...) comecei a dar umas canjas e como os outros músicos focavam mais em MPB, eu chegava e cantava uns "roquezinhos", Legião Urbana, Raul Seixas e tal. Com isso, o povo foi me conhecendo e de repente me vi no meio de um negócio, junto com dois, três amigos, (...). Nessa experiência da primeira banda, fizemos uma apresentação, nós três e dois meses depois, fizemos a primeira apresentação oficial da banda Rabiscos Urbanos, foi no BNB Club (Clube do Banco do Nordeste do Brasil) e já foi muito bom, tinha 500 pessoas. Tocávamos rock – o rock pop da década de 80 tinha sido muito bom no Brasil – e algumas coisas como U2 e pop internacional. Nesse primeiro show tocamos duas músicas autorais e posteriormente foi aumentando a quantidade (LIMA, 2013).

Percebe-se nessa fala, para além da reprodução de músicas de nomes da indústria fonográfica internacional, existe o exercício criativo desses jovens músicos, que na primeira apresentação já colocavam seu trabalho autoral diante do público. Exemplo do perfil e referências da banda está na canção *Gana*. A letra diz o seguinte:

Trampo a vida numa noite acesa/ Cada dia um trago a mais, em vão/ Cada ser um caís, uma erupção/ Uma trama exposta sobre a mesa/ Um solo a mais, um blues, um jazz/ Uma outra visão, um saber crescer/ Sons que vêm tal tal um grito/ Fazem-me sorrir desta situação/ Equinócios e solstícios vão/ On the road, on the road/ Like a Rolling stones.<sup>10</sup>

Em sua cadenciada sonoridade, priorizando guitarras com características de blues e vocais atenuados, encontram-se referências na escolha da melodia e em trechos da letra da canção, por exemplo, “*on the road*” e “*Like a Rolling Stones*”. Levar para o público indicações latentes de símbolos

---

<sup>9</sup>Em entrevista, Teófilo Lima não soube precisar a data exata do fim da banda Rabiscos Urbanos, colocando por volta de 1994. No entanto, existe em 1996 uma gravação da banda na coletânea *Porto das Barcas*, organizada pela Prefeitura Municipal de Parnaíba e SESC PI, ter uma canção neste trabalho não significa que a banda ainda estava em atividade, podendo ter havido uma reunião para essa gravação em específico solicitada pelo coordenador do projeto (LIMA, 2013).

<sup>10</sup>Cf. RABISCOS URBANOS. *Gana*. In: **Porto das Barcas**. Prefeitura Municipal de Parnaíba/Serviço Social do Comércio, 1996. CD, Faixa 16.

de uma cultura rock em níveis mundiais, exemplifica quais ideias estavam em torno dos jovens músicos. Destarte, essa música está na segunda participação da banda Rabiscos Urbanos em material fonográfico produzido pelo poder público, marcava a presença e reconhecimento da banda na cena musical da região.

Segundo o teórico inglês Terry Eagleton (2011, p.21), a cultura requer algumas condições sociais e pode se torna inevitável uma aproximação com o Estado. Ao analisar o rock do litoral do Piauí, percebe-se que na década de 1990, havia de forma latente a aproximação entre cultura (no caso o rock) e o Estado (no caso o poder público municipal), tendo esse último, efeito de motivação na continuidade e surgimento de bandas. Pois, haveria assim, oportunidade de gravação e shows, projetando uma possível continuação na prática artística.

Teófilo Lima atuou nessas ligações entre música e poder público. Essas relações foram manifestadas em coletâneas musicais que aproximavam a pluralidade musical do litoral piauiense, fazendo com que o rock da Rabiscos Urbanos dialogasse em uma obra conjunta com outros estilos gêneros musicais presentes na cultura local.

No LP *Parnaíba – 150 anos*, de 1994, encontra-se a música *Noite de Aflição*<sup>11</sup>, essa gravação vai além da divulgação da banda e foi uma oportunidade de ter um material sem custo para os componentes. Teófilo Lima define essa gravação como uma realização do sonho de ter uma gravação em disco.

Esse sonho acompanhou a infância e a adolescência de vários jovens músicos, e conquistar a gravação, mesmo que somente de uma música, poderia ser considerada uma das maiores conquistas artísticas, como aconteceu a Teófilo: “Tive sorte, eu e outros contemporâneos gravamos em um “bolachão”<sup>12</sup> através da secretaria de cultura. Nessa época existiam vários tipos de incentivos, festivais contratavam a gente, foi realmente importante” (LIMA, 2013).

No texto presente na contracapa do LP, tem-se exemplificada qual a relação que o poder público pretendia ter com a música local naquele momento, mostrando também quais os objetivos que buscavam alcançar com isso. Assinado pelo Prefeito José Hamilton Castelo Branco, o texto diz:

---

<sup>11</sup> Cf. FARIAS, Marcelo; LIMA, Teófilo; PAIVA, Guilherme; FILHO Danilo. Noite de Aflição. In: **Parnaíba – 150 anos**. Prefeitura Municipal de Parnaíba; Secretaria de Cultura de Parnaíba, 1994. LP. Faixa 4.

<sup>12</sup> Nome usado por Teófilo Lima para denominar um *Long Play*.

O grande sonho de várias gerações de músicos e compositores locais, torna-se uma realidade, juntamente quando a cidade comemora o seu 150º aniversário. Este troféu representativo do talento parnaibano é fruto da extraordinária forma de vontade dos artistas e do reconhecimento do poder público municipal, que assumiu esta luta em boa hora.

O disco PARNAÍBA – 150 ANOS é o primeiro de uma série que pretendemos efetivar. Para isso estamos mobilizando os artistas, buscando formas de viabilização dos futuros trabalhos. O primeiro passo foi dado, não basta cantar<sup>13</sup>

Na coletânea que reúne onze faixas, o prefeito de Parnaíba José Hamilton enfatiza em sua apresentação a função do jovem na música, que segundo ele: “Ouvindo estas melodias, reforçamos nossa crença no avanço espiritual das novas gerações, fundamental para a reconstrução de um mundo novo. É por isso que se canta, tanto quando for preciso.”<sup>14</sup>

Em outra oportunidade, a banda Rabiscos Urbanos se fez presente na coletânea musical lançada em CD pela prefeitura municipal de Parnaíba em parceria com o Serviço Social do Comércio, esta obra foi intitulada *Porto das Barcas*. Era o ano de 1996, já passava metade da década de 1990 e o rock encontrava-se fortalecido na cultura do litoral piauiense.

Denominado por seus organizadores de “projeto disco”, existe no encarte do CD *Porto das Barcas* um texto introdutório que delimita as direções e local que estavam sendo dispostos a cultura musical: “Aqui parnaibanos, traçamos nosso projeto de cidade. Cidade feliz que se repete em doce escala, na voz do rio...”<sup>15</sup>.

Percebe-se a importância colocada no papel que a música tem naquele momento no projeto cultural desenvolvido na cidade. Após os organizadores denominarem o CD de “projeto disco” e enfatizar a ideia de “projeto de cidade”, aparece em destaque na contracapa Lucimar Veiga de Almeida, presidente do conselho regional do Serviço Social do Comércio – SESC, com o seguinte texto:

O Serviço Social do Comércio – SESC – sente-se honrado em promover a descoberta de valores culturais e congratula-se com a Prefeitura Municipal de

---

<sup>13</sup>Cf: CASTELO BRANCO, José Hamilton. Apresentação In: **Parnaíba – 150 anos**. Prefeitura Municipal de Parnaíba; Secretaria de Cultura de Parnaíba, 1994. Contracapa.

<sup>14</sup>Cf: CASTELO BRANCO, José Hamilton. Apresentação In: **Parnaíba – 150 anos**. Prefeitura Municipal de Parnaíba; Secretaria de Cultura de Parnaíba, 1994. Contracapa.

<sup>15</sup>Cf: CASTELO BRANCO, José Hamilton. Projeto Disco Porto das Barcas. In: Prefeitura Municipal de Parnaíba; Serviço Social do Comércio/Piauí. **Porto das Barcas**. Prefeitura Municipal de Parnaíba; Serviço Social do Comércio/Piauí, 1996. CD, Encarte.

Parnaíba pelo lançamento do segundo disco dos artistas da terra, um trabalho de grande envergadura que tão bem promove e incentiva a cultura parnaibana.<sup>16</sup>

Observando as similaridades intencionais dos dois produtos fonográficos, percebe-se as relações que o poder público estabelece com a música e seus agentes. Segundo Cíntia Fernandes e Micael Herschmann (2016, p.39-40), ao analisar de forma crítica as intervenções do poder público na música, constata-se que são elaboradas com objetivos voltados à produção de sinergias territoriais que sejam capazes de produzir vantagens a setores turísticos, de grupos políticos e empresariais interessados no crescimento do capital local.

Seguindo uma lógica turística praticada no Piauí, principalmente após os projetos de desenvolvimento da região, iniciados nos anos de 1970 e capitaneados pelo governador Alberto Silva, músicos estabeleceram-se no meio cultural por meio de canções que versavam sobre os lugares de memória, tornado os fazeres e saberes do mundo urbano e rural sua arena de expressão. Isso possibilitou que jovens músicos ganhassem festivais locais, a partir da década de 1970, alimentando uma cultura musical local que se materializa nas coletâneas fonográficas dos anos 1990.

Os músicos ao colocarem nas suas letras aspectos, como natureza da praia da Pedra do Sal, os pescadores, os fazeres cotidianos, Porto das Barcas, dentre outros temas, levantavam o papel da preservação e apreciação do patrimônio cultural local. Percebe-se por meio das fontes, a relevância dos temas no processo de tombamento e conservação ambiental. Do mesmo modo, problematiza-se um esvaziamento dos conteúdos sonoros e mobilização artística.

Segundo a historiadora Françoise Choay (2001, p.211), com o advento da indústria cultural, os monumentos e patrimônios históricos adquiriram o papel de produtos culturais que podem agregar valor econômico. Para o sucesso dessa mercadoria patrimonial, torna-se necessário entrar em cena, agentes que movimentam e mediam a cultura, objetivando um sucesso dos empreendimentos públicos e/ou privados.

A historiadora Márcia Chuva (2008, p.31) assevera que a noção de patrimônio está relacionada à formação dos laços de identidade. Conseqüentemente, forma-se no indivíduo alcançado um processo de atribuição de significados referentes ao patrimônio. Destarte, faz-se

---

<sup>16</sup>Cf. ALMEIDA, Lucimar Veiga de. Ficha Técnica. In: Prefeitura Municipal de Parnaíba; Serviço Social do Comércio/Piauí. **Porto das Barcas**. Prefeitura Municipal de Parnaíba; Serviço Social do Comércio/Piauí, 1996. CD, Encarte.

necessário na manutenção e preservação de bens culturais, argumentos que atribuem valores e significados (CHUVA, 2008, p.43). Com isso, percebe-se nas coletâneas fonográficas um instrumento de construção de concepções relacionadas à preservação e apreciação dos bens e objetos da cidade de Parnaíba.

Portanto, percebe-se a gestão da memória realizada pelo poder público no momento em que se usa da música local como um mediador de ideias e projetos que priorizem as formulações de concepção relativas ao que é o patrimônio cultural de Parnaíba e quais as potencialidades que sua divulgação e preservação pode levar à região.

A banda Rabiscos Urbanos teve entre quatro e cinco anos de duração, chegando a se apresentar em festivais promovidos pelo poder público, abriu uma apresentação do cantor Belchior em 1994 na cidade de Parnaíba, além de fazer shows na capital Teresina, chegando a gravar um disco Demo<sup>17</sup> em Fortaleza-CE.

Assim como diversas bandas, a Rabiscos Urbanos teve como motivação para o fim das atividades, questões relacionadas à vida pessoal de seus integrantes, que começavam a entrar na universidade, iniciar famílias, ter filhos e conseqüente buscar segurança financeira. Com isso, alguns perceberam que naquele momento não conseguiram no cenário musical local um meio de sustento imposto pela “vida adulta” que se deparavam e colocaram a arte em segundo plano.

Apesar da constante participação em eventos financiados pelo poder público, esses ainda não conseguiam suprir os custos que uma banda necessita. Além disso, estabelecia-se como via de participação nas coletâneas à presença em festivais na região, sendo uma relação de momento advinda da constante aparição nos eventos e premiações.

### **A carreira solo e a definição musical**

Com o fim da banda Rabiscos Urbanos, existe o começo da carreira solo de Teófilo Lima. Sobre isso ele diz:

É aquela coisa da banda, num lugar apenas os horizontes ficam meio fechados, a gente esquece de tentar abrir outras portas, e meu irmão casou, o outro casou, aí sai um e vai fragmentando. Quando não havia mais um sentido na banda e todos se separaram, fui fazer carreira solo (LIMA, 2013).

---

<sup>17</sup> Suporte sonoro com 6 músicas ou menos, objetiva mostrar o trabalho autoral do artista como uma previa de um possível lançamento fonográfico, que as músicas lançadas na Demo e inéditas.

A música até os dias atuais é um dos principais meios de sustento do artista que em três décadas compôs músicas, lançou CDs, participou de coletâneas e fez shows em projetos financiados pelo poder público e privado. Em suas reminiscências, percebe-se o significado da música na vida fora dos palcos.

Eu participava dos festivais estudantis, mas participei mais dos festivais depois que a banda acabou. Participei de um festival do SESC e ganhei, podia escrever duas músicas, uma tirou primeiro lugar e a outra terceiro, além do prêmio de melhor intérprete. Comprei meu primeiro Fusca, foi bom. No começo da carreira solo conseguir comprar o primeiro carro naquela época, deu um impulso (LIMA, 2013).

Para além do relato de Teófilo Lima, essas conquistas foram noticiadas na imprensa local. Os festivais que ocorriam na década de 1990 tinham premiações com valores significativos, característica que os tornavam atrativos para conhecidos e jovens músicos do litoral do Piauí.

O cantor e compositor Teófilo Lima foi o grande vencedor do Parnacanta, I festival de Música Popular de Parnaíba, produzido pelo SESC, cuja finalista aconteceu dia 23 de novembro.

- Grandes revelações da música pop parnaibana foram destaques no festival, cita-se Charleno Queiroz Pires, vocalista da banda "OS ÚLTIMOS ANJOS".<sup>18</sup>

Porém, mesmo saindo vencedor de festivais e se inserindo cada vez mais na cena musical da região, Teófilo Lima diz que não se “amarrava em participar”, justificando que não gosta de ser julgado ou julgar. Sua justificativa para a presença nesse tipo de concurso era “porque não tinha muita coisa mesmo a se fazer”. Essa frase leva um sentido que mostra na cidade de Parnaíba um circuito musical restrito quando se pensa em profissionalização musical e pagamentos em dinheiro pelos shows, pois, existiam muitos lugares onde a música se apresentava, mas nem sempre um retorno financeiro era disponibilizado. Por isso, festival era um modo usado pelos artistas para conseguirem renda com suas composições.

Destarte, existem também no cenário musical do litoral piauiense, limitações relacionadas à cena musical local, estando restrito a maioria dos espaços de lazer para bandas de fora ou que fizessem *covers* de sucessos das rádios. Os festivais eram os únicos momentos em que a música autoral conseguiu visibilidade e retorno financeiro satisfatório.

Fruto de suas participações em festivais, novamente Teófilo Lima encontra-se envolvido em uma coletânea musical, desta vez organizada somente pelo SESC – PI. Lucimar Veiga de

---

<sup>18</sup>Neste recorte de Jornal disponibilizado por Paulo Veras não contém datação. Diante das informações contidas nas matérias presume-se que foi veiculado no final da década de 1990.

Almeida, assina no mesmo ano de 1996 o texto de apresentação do CD *Sesc Ouro*, lançado em comemoração aos cinquenta anos do SESC no Piauí. Intitulado “NO SESC A MÚSICA É LÍNGUA UNIVERSAL” diz o seguinte:

Num esforço concentrado sobre a maestria de uma equipe coordenada pela senhor Conceição Almeida, o SESC no Piauí, comemorando os 50 anos da Entidade, e preservando as suas experiências exitosas, traz aos apreciadores das artes, este CD com as 07 músicas vencedoras do "FESTIVAL SESC OURO" e 05 dos festivais de música populares, uma versão aperfeiçoada do Festival de Música Ecológica, lançado em 1990 e realizado anualmente, em Parnaíba com inovações inclusive do tema.

Garantindo a qualidade e superando obstáculos, contribuímos com o progresso.<sup>19</sup>

Escolhidas dos festivais organizados pelo SESC, este CD mostra que o rock permanecia inserido nos meios artísticos na década de 1990. Pois esteve presente em três coletâneas que evocavam a ideia de “apanhado da cultura local”. Segundo Lucimar Almeida a música traria o progresso e proporcionar aos artistas um meio de divulgação contribui com a sociedade e cultura da região.

Conseguindo uma capilarização no cenário musical piauiense, Teófilo Lima consegue romper com sua música autoral as fronteiras do Piauí e Nordeste, realizando shows em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, além de em 2002 abrir o show de Alceu Valença pelo Circuito Cultural Banco do Brasil, vencendo no ano seguinte a etapa local deste mesmo concurso. Isto colocou a sua música em um circuito independente nacional.<sup>20</sup>

A inserção cada vez mais profunda do rock em produções musicais no Piauí pode ser respondido considerando Raymond Williams (1958, p.04), pois, para ele, as artes devem ser consideradas como parte de uma organização social afetada pelas mudanças econômicas, sendo a cultura um modo de vida, existindo relação entre a maneira como a obra de arte é feita e seu público, constituindo-se numa relação de produção e consumo (2011, p.65-66).

---

<sup>19</sup>Cf: ALMEIDA, Lucimar Veiga de. No SESC a música é língua universal. In: Serviço Social do Comércio/Piauí. **SESC OURO**. Serviço Social do Comércio/Piauí, 1996. CD. Encarte.

<sup>20</sup>Por conta do modo de produção independente adotado por Teófilo Lima em seus CDs, não é possível estabelecer um número confiável de vendas. No entanto, suas músicas atualmente encontram-se disponível para ouvir nas principais plataformas de música e os CDs *Com Fusão* e *Matulão* estão disponíveis para download em seu site oficial: <http://www.teofilolima.com.br/p/discos.html>

Junto ao romantismo característico das canções de Teófilo Lima, surgem temáticas que envolvem o cenário natural, lendas e personagens da cultura piauiense, agregando um misto de euforia e indignação na sua obra.

Portanto, fica evidente a importância da regionalidade do rock em sua consolidação nos diferentes contextos regionais e globais. Incursionar pela obra musical de Teófilo Lima e do rock piauiense possibilita perceber esse primordial valor do gênero. Exemplo disso está na regionalidade abarcada pelas composições.

Parafraseando uma fala de Ecléa Bosi (2012, p.443-442), percebe-se nas “pedras da cidade” que estão na trilha sonora do artista, lembranças que calçam os monumentos e cenários, olhares baseados nas referências e lembranças de pujanças e vontades de divulgação da região. Destarte, existem vários modos de perceber as memórias e apropriações do passado de uma cidade, nesse mosaico encontram-se as músicas de Teófilo.

Desta feita, vale ressaltar que o uso das memórias, segundo Alessandro Portelli (1996, p.08) indica a volatilidade das memórias numa miríade presente em cada personagem que deve ser percebida como um mosaico de semelhanças e diferenças que gerem subjetividades. Consequente, deve-se observar os enquadramentos da memória, como advertido por Michael Pollak (1989, p.09) ao colocar a memória como um material que pode ser guiado pela preocupação de criar e manter fronteiras sociais. Considera-se essa memória como operação de construção coletiva que conserva interpretações e referências do passado para manter definições de lugares sociais.

A memória é um território de disputa constante, fato que a transforma em problemática, ao ponto que, enxerga nos fatos sociais os momentos em que eles se solidificam como duráveis (POLLAK, 1989, p.04). Tornam-se primordial no entendimento da produção musical de Teófilo Lima essas questões, pois, estão em foco, quais as relações que o artista mantém com o patrimônio cultural local e quais usos feito dele, mantendo e criando conceitos, ideias e percepções sobre a cidade, dentro e fora da música.

A música *Cabeça de Cuiá* e *Pedra do Sal* expõem essas relações. Essas composições aparecem em dois suportes fonográficos. A primeira aparição está em uma coletânea fonográfica organizada pela prefeitura de Parnaíba-PI intitulada *Parnaíba Nosso Porto*, marcando novamente sua presença em projetos desse tipo.

No entanto, sua carreira solo dependia menos de participações em projetos estruturados pelo poder público municipal, pois lançara de forma independente seu primeiro CD solo, intitulado *Com Fusão* lançado em 2001, onde as mesmas músicas da coletânea *Parnaíba Nosso Porto*<sup>21</sup> estão presentes.

Colocando as coletâneas fonográficas e a música gravada em foco, ressalta-se a análise da socióloga Marcia Tosta Dias (2014, p.79-80) que assevera a relação entre música e meios de comunicação como um fator de aproximação de ideias e proposições que nenhum outro tipo de mercadoria cultural conseguiu realizar junto aos seus públicos. Isso forneceu a diversas instâncias, públicas e privadas, local para difusão de projetos culturais e sociais diversos.

O sociólogo Thiago Alves coloca que este CD marca a carreira de Teófilo e a música piauiense, principalmente pela repercussão que adquiriu no cenário musical estadual, levando o artista a show nacionais. Alves diz:

Em 2001, gravou o que se tornaria um dos álbuns mais conhecidos do rock piauiense, o *Com Fusão* (2001). O trabalho consiste basicamente num apanhado da produção do artista até aquele momento. Foi com o lançamento deste disco que Teófilo emplacaria vários hits como a dançante faixa de abertura *Uma Menina*, a emotiva e frenética *A Volta do Zorro*, a explosiva anedota sentimental contida em *Beijos e Cacos*, *Pedra do Sal*, homenagem à praia de Parnaíba, e *Compreendi*, balada ainda do período em que Teófilo atuava no grupo *Rabiscos Urbanos*. (2017, p.197).

Ao falar do primeiro CD, Teófilo Lima expõe a Alves (2017. p.198) que não existiu uma música de trabalho, pois todas tiveram espaço nas rádios piauienses e adquiriram uma repercussão considerável, tornando o conjunto da obra conhecida do público.

A canção *Cabeça de Cuia* evidencia o papel da cultura regional piauiense em sua obra. A letra da canção diz o seguinte:

Ehhhhhhhhhhhhhh! Cabeça de Cuia!!!/ Vê se tem cuidado com essa cara do Diabo/ Num tire água com tuas "caba"/ Não se esqueça, não se esqueça de rezar!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ Mas não se esqueça de rezar!/ Ehhhhhhhhhhhhhh! Cabeça de Cuia!!!/ Ora mas que diabo! Tucum cara do diabo, num tem carne, num tem peixe, tem ossada para almoçar!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ É sua mãe, num vá rapá!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ É sua mãe, num vá rapá!/ A praga vai rolar!/ Ehhhhhhhhhhhhhh! Cabeça de Cuia!!!/ Ora mas que diabo!

---

<sup>21</sup>Cf: Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Parnaíba Nosso Porto**. Prefeitura Municipal de Parnaíba, ?. CD. Até o momento não foi possível estabelecer uma data exata do lançamento do CD. No entanto, ele está dentro das políticas de cultura da cidade de Parnaíba durante a gestão municipal do prefeito Paulo Eudes entre 2001 e 2004.

Tucum cara do diabo, Rio abaixo, rio a riba/ Marias cê tem que encontrar!/ Mas vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ Deixe a menina namorar!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ Deixe Maria namorar, rapá!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ Deixe, o moço quer pescar!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ Seu Raimundo quer pescar!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ Seu Lope quer pescar!/ Vê se tem cuidado, vê se tem cuidado cabeça de cuia!/ Tipó quer pescar!<sup>22</sup>

Na letra percebe-se o diálogo entre sujeito e o personagem Cabeça de Cuia, este último é uma das lendas difundidas na cultura piauiense, merecendo destaque na lista de lendas do sítio eletrônico do governo do estado do Piauí.<sup>23</sup> Tomando essas correspondências mantidas entre a música e cidade em uma perspectiva da história social da cultura, é possível entender que as tradições e costumes são suplementadas com a possibilidade de inserção de novos objetos na transmissão e massificação estilísticas de certos aspectos da cultura local (THOMPSON, 1998, p.18). Com isso, junta-se ao som do pandeiro e violão um experimentalismo do rock em guitarras que ecoam, mostrando os usos de técnicas sonoras contemporâneas em temáticas da cultura popular piauiense.

Também presente nos dois suportes fonográficos existe a música *Pedra do Sal*. Sua letra diz:

Ouvi dizer de uma bela ilha/ De um pedaço e Pedra do Sal/ Com tesouros escondidos e um farol/ Pedacos de uma maravilha liquida/ Se debatendo contra a pedra e o sol/ Fazendo desse casamento o sal/ E assim fez e assim nasceu pedral/ A pedra e o sol/ A pedra, o mar e o sol/ Assim se fez pedral/ A pedra e o sol Pedra do Sal, Pedra do Sal/ A pedra, o mar e o sol, assim se fez/ Ouvi dizer de uma bela ilha/ Com Parnaíba sempre a lhe abraçar/ Re-contornando e beijando até o mar/ Um dia eu fui naquela bela ilha/ E vi que é mais bonito que no jornal/ Vi que todo mundo, todo dia tem a Pedra do Sal/ Vi que todo amor em Parnaíba tem Pedra do Sal/ Vi, você, pai, mãe e filha na Pedra do Sal/ Vi que todo mundo, todo dia tem a Pedra do Sal/ E você vai um dia na Pedra do Sal/ Vi que todo mundo, todo dia tem a Pedra do Sal/ A pedra e o sol/ A pedra, o mar e o sol<sup>24</sup>

Diferente do feito por Teófilo na canção citada anteriormente, esta mantém uma estrutura sonora similar na coletânea e no CD solo. Isso perdura na forma melódica que impressa pela

---

<sup>22</sup>Cf LIMA, Teófilo. Cabeça de Cuia. In:\_\_\_\_\_. **Com Fusão**. Independente, 2001. CD. Faixa 11; LIMA, Teófilo. Cabeça de Cuia. In: Prefeitura Municipal de Parnaíba. *Parnaíba Nosso Porto*. Prefeitura Municipal de Parnaíba, ?. CD, Faixa 05.

<sup>23</sup>Cf: [www.turismo.pi.gov.br/lendaspi](http://www.turismo.pi.gov.br/lendaspi)

<sup>24</sup>Cf LIMA, Teófilo. Pedra do Sal. In:\_\_\_\_\_. **Com Fusão**. Independente, 2001. CD. Faixa 04; LIMA, Teófilo. Pedra do Sal. In: Prefeitura Municipal de Parnaíba. *Parnaíba Nosso Porto*. Prefeitura Municipal de Parnaíba, ?. CD, Faixa 09.

canção, leva ao espectador uma balada romântica estruturada em instrumentos acústicos, como gaita e violão.

A canção Pedra do Sal tornou-se presença constante em peças publicitárias do poder público municipal e estadual que objetivam mostrar o litoral piauiense e suas belezas naturais dentro e fora do Piauí. Segundo o historiador Pedro Vagner Oliveira (2017, p.94-96), a praia da Pedra do Sal, localizada nos domínios da cidade de Parnaíba tem, na sua formação histórica e sociocultural, relações com as classes pobres

Com isso, percebe-se nas temáticas das músicas de Teófilo Lima, usos que pretendem aproximação com as camadas populares em diversos níveis, sejam dentro de espaços públicos urbanos ou naturais, principalmente os que circulam camadas populares da região.

A presença da natureza, cultura e cotidiano piauiense é uma constante na sua produção sonora. Usando da abordagem das historiadoras Maria Izilda Matos e Valéria Alves (2016), essas canções encaixam-se como “paisagens sonoras”, colocando as vivências e a materialidade do cotidiano piauiense do artista em melodias e letras. Corroborando isto, nas palavras de Raymond Williams (1958, p.05): "uma cultura são significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo".

Para além das canções românticas que exaltam as paisagens naturais, Teófilo Lima busca na essência do rock a crítica social. Nestes momentos as melodias tornam-se distorcidas e densas, se aproximando de estilos mais extremos do rock. Com esta estrutura, encontra-se no seu segundo CD lançado em 2005 intitulado *Matulão* a música *Jararácas* que contempla problemas sociais contemporâneos, mostrando suas visões e posições diante da sociedade.

Jararaca em edificio/ Cachorros passeando nos jardins de Alá!/ Jararaca em edificio/ Cachorros passeando nos jardins de Alá!/ Coitadinhos dos meninos/ Onde é que vão ficar?/ No meio da rua, cheirando o asfalto, catando bolinhas, fazendo malabarismo/ Pra comer, pra correr, pra fugir do destino que a morte é apressada!/ Vem vindo!/ Já vem vindo!<sup>25</sup>

Constantemente nas composições de Teófilo Lima existe o movimento de colocar o ouvinte como expectador a partir de seus olhos. Nas canções em que rock mais extremado é usado, lança-se questões e questionamentos perante a postura que é adotada.

---

<sup>25</sup>Cf: LIMA, Teófilo. Jararácas. In: \_\_\_\_\_. **Matulão**. Independente, 2005. CD. Faixa 06.

Em 2018, comemorando trinta anos de carreira, Teófilo Lima lançou o terceiro CD que leva seu nome no título. Para além do homônimo, suas composições mostram a relação com os espaços e cultura do litoral piauiense em relatos que chegam a ser autobiográficos. Junto a declamações românticas e visões da sua infância, esta obra tem em seu conjunto, músicas que mostram a percepção crítica do autor sobre problemas sociais contemporâneos.

Assim como a música *Jararacas* de 2005, temas que envolvem o cenário de miséria urbana são abordados em *Globalidanão* de 2018. Sua letra diz:

Globalizaram tudo mas deixaram um velhinho encostado no muro/ O que ele faz ali?/ Ta pedindo uma esmola/ Alguém quer dividir?/ Ele tem um filho e esse filho tem duas meninas sem nenhum feijão/ E o vazio da barriga das meninas enche de merda a cabeça desse cidadão/ Globalizaram duro, duro, duro, globalidão/ Globalizaram duro, duro, duro, globalidão/ Globalizaram tudo mas deixaram uma velhinha ali no papelão/ No chão todo sujo, não tão sujo quanto certos homens e seus corações/ Mas ela tem uma filha e essa filha tem uma menina e um menino pra criar/ Ele mama um leite ralo e ela já frequenta a esquina pra se alimentar/ Globalizaram tudo mas o moço quer uma calçada pra dormir/ Mas quando ele se deita o prédio joga água, o prédio faz xixi.<sup>26</sup>

Teófilo objetiva a partir de suas canções, colocar o público diante de paisagens sonoras que instiguem os mais diversos sentimentos, indo da revolta social diante das crianças abandonadas e a catástrofe social de nossa sociedade, passando pelas belezas naturais do litoral do Piauí e (re)lembrando o amor romântico e platônico na busca cotidiana.

Em *Jararacas* e *Globalidanão*, existem contextos que evidenciam influências relacionadas ao comportamento do rock como função social e cultural de contestação da sociedade em que está inserida. Mostrar cenários com descasos, fome e miséria humana, busca proporcionar reflexões no ouvinte, colocando a obra de Teófilo Lima além da projeção da beleza.

### **Considerações finais ou O que ele faz ali?**

Chegando às últimas linhas dessa reflexão, buscou-se perceber como se configuraram as percepções relativas a cidade e memória usadas por Teófilo Lima em sua produção fonográfica. Participante e atuante na cultura do Piauí, o artista e sua obra são importantes peças que possibilitam ampliar visões sobre fazeres e locais culturais que se construíram, principalmente durante e após a década de 1990.

---

<sup>26</sup>Cf. LIMA, Teófilo. *Globalidanão*. In: \_\_\_\_\_. **Teófilo**. Independente, 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/x894QVfieqQ>> Acesso em: 12 abr. 2019.

Teófilo Lima se insere em um circuito musical, possibilitado pelas diversas alterações causadas nos contextos regionais pelos modos de agir da indústria fonográfica brasileira. Com isso, sons oriundos do rock se inserem nas rádios e chegam aos diversos locais frequentados pelo artista, seja no seio de sua família, nas ruas, com amigos e em diversos espaços de sociabilidade que influenciam sua carreira como um todo. Contudo, artistas nordestinos que haviam rompido as barreiras do regional também serviam de referência, por exemplo, Belchior, onde a realização de abrir seu show é considerada um dos momentos marcantes da carreira de Teófilo.

Destarte, visualiza-se as possibilidades que surgem quando jovens embaixadores do rock no litoral piauiense se inserem nas políticas públicas de incentivo a cultura e em eventos produzidos pelo poder privado. Isso proporcionou gravações e premiação pela sua produção autoral, fatores que definiram a continuação de muitas carreiras, como a de Teófilo Lima.

Isto semeou a existência de um terreno fértil para o crescimento do rock e música autoral produzida pela juventude no Piauí, podendo ser destacado a trajetória musical que analisamos e quais as suas hibridizações com as regionalidades que estão postas sobre a mesa da cultura piauiense e nordestina em suas implicações nas composições.

### Fontes

IPHAN. **Processo no 1554-T-08** - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. 2008.

LIMA, Teófilo. **Com Fusão**. Independente, 2001. CD.

LIMA, Teófilo. **Entrevistado pelo autor**. Parnaíba-PI. Brasil. 02/12/2013.

LIMA, Teófilo. **Matulão**. Independente, 2005. CD.

LIMA, Teófilo. **Teófilo**. Independente, 2018. Suporte Eletrônico nas plataformas digitais: Youtube; Spotify; iTunes; Deezer; Cdbaby.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Lei Nº 1908, de 11 de março de 2003**. Parnaíba: Câmara Municipal de Parnaíba. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Parnaíba – 150 anos**. Prefeitura Municipal de Parnaíba; Secretaria de Cultura de Parnaíba, 1994. Long Play.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Parnaíba Nosso Porto**. Prefeitura Municipal de Parnaíba, ?. CD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA, SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO /PIAUI. **Porto das Barcas**. Prefeitura Municipal de Parnaíba; Serviço Social do Comércio/Piauí, 1996. CD.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO /PIAUI. **SESC OURO**. Serviço Social do Comércio/Piauí, 1996. CD.

VERAS, Paulo. **Entrevistado pelo autor**. Parnaíba-PI. Brasil. 19/07/2013.

[www.turismo.pi.gov.br/lendaspi](http://www.turismo.pi.gov.br/lendaspi)

50 Mais Vendidos (L.P, C.S e C.D) do Nelson Oliveira Pesquisas de Mercado – NOPEM, entre os anos de 1965 e 1999. Disponível em: [https://www.academia.edu/28651800/Listagens\\_Nopem\\_1965\\_1999.pdf](https://www.academia.edu/28651800/Listagens_Nopem_1965_1999.pdf)

### Referências bibliográficas

ALVES, Thiago Meneses. **Genealogia, morfologia, dinâmicas e produtos do rock independente de Teresina no início do século XXI**. 2017. 566f. Tese (Doutorado) - Universidade do Porto, 3º Ciclo Doutorado em Sociologia, 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos**. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. O ofício do Historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: Copedoc (Org.). **A pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. p. 27-43.

DANTAS, Danilo Fraga. **A prateleira do rock brasileiro: uma análise das estratégias midiáticas utilizadas nos discos de rock brasileiro nas últimas cinco décadas**. 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, 2007.

DAPIEVE, Arthur. **BRock: O rock brasileiro dos anos 80**. 4 Ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

DIAS, Marcia Tosta. **Os donos da Voz: Indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll: Uma história social**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GARCIA, Tânia da Costa. Reconfigurações identitárias, meios de comunicação de massa e cultura jovem na América Latina na segunda metade do século XX. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa I: Cultura e Políticas nas Américas**. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009. p. 99-111.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia Sanmartin. Comunicação, Música e Territorialidades: repensando a relevância das Cidades Musicais do Rio de Janeiro. **Logos**. Rio de Janeiro, v. 23, p. 6-19, 2016.

MATOS, Maria Izilda S. de; ALVEZ, Valéria Aparecida. Paisagens Sonoras: Cidade-história música, desafios para o historiador. In: PEREIRA, Henrique Alonso de A. R.; VASQUES, Márcia Severina. **Fontes históricas**. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22500>. Acesso em 10/10/2019.

MOURA, Gustavo Silva de. **“Aham que somos alienados”**: O rock na imprensa do litoral do Piauí nos anos 1970-80. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós Graduação em História, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda**: pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970). 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós Graduação em História, 2017.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-15, 1989.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VICENTE, Eduardo. **Da vitrola ao iPod**: uma história da indústria fonográfica no Brasil. São Paulo: Alameda, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é de todos (Culture is Ordinary)**, 1958. Tradução Maria Elisa Cevasco, disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68474445/A-Cultura-eOrdinaria1>. Acesso em 18/01/2015. (Sem publicação).

\_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

## ***Equilíbrio, ação e oração: A luta dos moradores de Contagem (MG) contra a poluição da fábrica Itaú nos anos 1970***

*Balance, action and prayer: The struggle of residents of Contagem (MG) against air pollution of the Itaú factory in the 1970s*

**Renata Cristina Silva**

Mestra em História

Universidade Federal de Minas Gerais

prof.renatacsilva@gmail.com

**Recebido em:** 13/03/2020

**Aprovado em:** 22/04/2020

**Resumo:** O presente artigo busca analisar o conflito socioambiental em torno da poluição envolvendo a Companhia Cimento Portland Itaú localizada em Contagem, Minas Gerais. Por meio de reportagens, recortes de jornais e revistas, depoimentos orais, dentre outras fontes, constatamos que as mobilizações que se organizaram em torno da questão da poluição em Contagem foram demandas que surgiram entre outras inúmeras reivindicações contra a precariedade da vida cotidiana dos trabalhadores brasileiros nos anos 1970 e 1980. O aumento das pressões pela redemocratização contribuiu para que distintos grupos sociais insatisfeitos expressassem suas demandas na arena pública. Assim, as lutas socioambientais desse período integraram a emergência de novos protagonistas da ação política no Brasil que passaram a reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

**Palavras-chave:** Poluição Atmosférica; Conflitos Socioambientais; Contagem.

**Abstract:** This article seeks to analyze the socio-environmental conflict related to the pollution involving the Cimento Portland Itaú Company localized in the district of Contagem, Minas Gerais. We could observe, by means of interviews, clippings of magazines and newspapers, oral testimonies, among other sources, that the mobilizations organized concerning the pollution issue in Contagem were demands that arose among other innumerable claims against the daily life precariousness of the Brazilian workers in the 1970s and 1980s. Increased pressure for redemocratization contributed so that several unsatisfied social groups manifested their demands in the public arena. Therefore, the socio-environmental struggles of this period integrated the emergence of new characters of the political action in Brazil that begun to claim better living and working conditions.

**Keywords:** Atmospheric Pollution; Socio-environmental Conflicts; Contagem.

## Introdução

Em meados dos anos 1970, organizou-se no município de Contagem, Minas Gerais, uma série de manifestações populares contra a poluição do ar provocada pelas atividades produtivas da Companhia Cimento Portland Itaú. A indústria, que se instalou na região na década de 1940, passou a ser pressionada a instalar equipamentos antipoluentes em suas chaminés para conter a grande dispersão de resíduos na atmosfera. A vizinhança local, composta de trabalhadores de baixa renda, reclamava do pó de cimento que caía sobre suas residências e, principalmente, das doenças respiratórias e dermatológicas que se agravavam pelo contato diário com a poluição.

Em agosto de 1975, o alvará de localização e funcionamento da fábrica foi suspenso pelo poder executivo local pela não adequação da indústria às normas ambientais do município. Todavia, o Decreto-Lei 1.413/75, expedido pelo presidente militar Ernesto Geisel, monopolizou ao executivo federal a competência para se fecharem indústrias consideradas de interesse para a Segurança Nacional. A decisão do prefeito foi cancelada e a Companhia Itaú foi reaberta, mas os incômodos que deram origem aos primeiros conflitos relacionados à poluição do ar na região persistiram.

Para analisarmos o acirramento desses conflitos e as disputas entre distintos grupos e interesses sobre a questão da poluição da Itaú em Contagem, a partir da segunda metade dos anos 1970, utilizamos nesta pesquisa o conceito de conflito socioambiental. Para Paul Little (2001, p. 107) os conflitos socioambientais podem ser definidos como “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o seu meio natural”. Segundo o autor, o conceito engloba três perspectivas básicas: “o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos”.

A temática dos conflitos socioambientais também foi bastante explorada por Henri Acselrad, que define estes conflitos como aqueles que envolvem grupos sociais com modos distintos de apropriação, uso e significação do território. Nessa perspectiva, os conflitos teriam origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos ou agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26).

No conflito socioambiental envolvendo a fábrica Itaú, quando nos referimos à apropriação e ao uso de um meio estamos nos referindo à apropriação de um recurso natural tipicamente coletivo e indivisível, afinal, como designar um lote de atmosfera específico a um indivíduo? Além de não possuir um dono, a atmosfera também não possui um preço e tem infinitos consumidores (DRUMMOND, 2001, p.128). Ainda nessa lógica, por não ser possuída individualmente, a atmosfera, como outros recursos naturais, necessita de uma proteção pública oferecida, geralmente, pelo Estado, agente que interviu no conflito posto em discussão de acordo com os seus interesses e em diferentes momentos e circunstâncias, como demonstraremos mais adiante. A fábrica Itaú ocupou, por sua vez, uma das extremidades desse conflito, já que suas atividades produtivas limitavam o uso coletivo daquele recurso natural. Na outra extremidade dessa disputa estavam os moradores-trabalhadores da cidade de Contagem, que representavam o grupo a quem mais se destinavam os impactos socioambientais resultantes das atividades produtivas da fábrica de cimento.

É importante salientar que o caso ocorrido em Contagem, com a fábrica Itaú, não foi o único episódio crítico de poluição do ar no Brasil que gerou graves danos à saúde da comunidade local e motivou protestos durante as décadas de 1970 e 1980. Em 1973, na cidade de Perus, localizada no estado de São Paulo, organizou-se um movimento de moradores “em prol de uma solução para o flagelo do pó lançado na atmosfera” pela Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (SIQUEIRA, 2001, p.80). Naquele mesmo ano, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a indústria de celulose Borregaard, foi interdita pelo governador do estado por alguns meses. Desde a sua instalação, em 1972, a indústria era alvo de intensa mobilização popular contra os impactos ambientais provocados por suas atividades produtivas. Ressalta-se o amplo debate estadual sobre “poluição e qualidade de vida” que esse quadro desencadeou e o apoio da imprensa, de alguns políticos locais e a própria atuação do ambientalista José Lutzenberger e da entidade que ele presidia, a AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (PEREIRA, 2014, p.1-20). Recordemos também o complexo industrial de Cubatão, cidade localizada no litoral de São Paulo, e que nos anos 1980 ficou mundialmente conhecida como “Vale da Morte” em decorrência dos desastres socioambientais das vilas Socó e Parisi (FERREIRA, 2006, p.165-166).

Diversos outros casos graves de contaminação ambiental ganharam repercussão nacional no mesmo período, transformando-se em disputas pelos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e pressionando instituições políticas e administrativas a se abrirem para a

discussão pública sobre a questão ambiental no país. Ainda no começo dos anos 1970, a ditadura militar brasileira esforçava-se na sustentação de uma política desenvolvimentista, postura que ficou evidente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (ou Conferência de Estocolmo), em 1972, em que a delegação brasileira defendeu a tese de que:

[...] somente o desenvolvimento poderia gerar recursos para a preservação do meio ambiente nos países subdesenvolvidos e não justificava nem paralisar o desenvolvimento a pretexto de evitar a poluição, nem desviar recursos, já escassos, do desenvolvimento econômico para o controle da poluição (PLAMBEL, 1973, p.2).

Dessa forma, o governo brasileiro rejeitou as propostas de conservação em Estocolmo e afirmou no plano interno e internacional sua opção de desenvolvimento (DUARTE, 2015, p.75), postura que encontrou apoio em representantes de outros países pobres. Cabe também ressaltar que a emergência do debate ambiental nos anos 1970 foi muitas vezes considerada uma “temática secundária” nos meios intelectuais e acadêmicos face à miséria, ao analfabetismo, ao desemprego, à falta de moradia e à ausência de democracia no país, como aponta a historiadora Regina Horta Duarte (2005, p. 145).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o aumento das pressões pela redemocratização teria representado uma mudança na estrutura de oportunidades políticas e possibilitado a expansão das mobilizações coletivas. A redução da censura prévia aos meios de comunicação, a Lei da Anistia política, em 1979, o fim do bipartidarismo e o êxito de vitórias do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para cargos do legislativo, executivos locais e governos do estado em 1974, 1978 e 1982 constituíram um efeito de demonstração para mobilizações de vários setores da sociedade civil constituindo um ciclo de protesto (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007, p.53-54). Esse período é marcado, por exemplo, pelas mobilizações do operariado, das mulheres, dos negros, dos seringueiros da Amazônia, assim como pela constituição de movimentos sociais ecológicos e pelo “delineamento de novas percepções culturais e diferentes atitudes e interação com relação ao meio ambiente” (DUARTE, 2005, p.146).

A nova postura cultural da sociedade com relação ao meio ambiente, que emergiu junto a essa intensa movimentação social, estimulou condutas coletivas e contribuiu para a consolidação das questões ambientais no Brasil como questões públicas, refletindo-se em

importantes avanços no ordenamento jurídico brasileiro.<sup>1</sup> Ressalta-se também o impacto dessas mudanças para o campo historiográfico que se dedica a pensar as relações entre as sociedades e a natureza ao longo do tempo. O desenvolvimento, a consolidação e a expansão da História Ambiental como campo de investigação histórica é uma evidente demonstração da relevância que as questões ambientais passaram a ocupar nas agendas globais (CARVALHO, PÁDUA, SEDREZ, 2018, p.12). A poluição atmosférica, o desmatamento, as enchentes, o esgotamento de recursos, dentre outros problemas ambientais, permanecem como demandas atualíssimas, principalmente, nos grandes centros urbanos, e nos desafiam a repensar as relações entre sociedade e natureza.

O mundo natural ocupa um papel importante nos conflitos socioambientais – como o que envolve a fábrica Itaú –, já que representa um agente não-humano ativo que intervém nos conflitos segundo suas próprias dinâmicas biofísicas (LITTLE, 2001, p.120). Entre o mundo natural e o mundo humano, dito social, há uma inter-relação. Ambos se afetam, se agenciam (MAIA, 2014, p.21). Por isso, faz-se tão necessário e urgente entendermos o mundo não-humano como um agente ativo na conformação de nossas vidas e experiências nas cidades.

### **O sonho da Cidade Industrial e a precariedade da vida urbana**

A cidade de Contagem pertence à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e ocupa uma área de 195,045 km<sup>2</sup>. Nos anos 1940, Contagem passou a sediar o maior complexo industrial do estado de Minas Gerais: a Cidade Industrial. Atraídas pelos incentivos fiscais do governo estadual, indústrias de peso se instalaram na região, como a Companhia Siderúrgica Mannesmann e a Companhia Cimento Portland Itaú.

O plano da Cidade Industrial de Contagem foi gestado no seio dos planos de uma burguesia mineira que, desde 1928, por meio de suas entidades de classe, posicionava-se a favor de uma política de desenvolvimento e de racionalização do trabalho industrial como forma de superar o atraso econômico do estado. No imaginário do empresariado daqueles anos, como afirma Magda de Almeida Neves, a indústria figurava “como elemento-chave do progresso, da iniciativa e da capacidade criadora” (NEVES, 1994, p.26). A autora ainda ressalta que, durante o período de gestão da Cidade Industrial:

---

<sup>1</sup> Na Constituição Federal de 1988 há um capítulo próprio relacionado ao Meio Ambiente que “procurou ser um alicerce de alto nível para a sistematização da já vasta legislação ambiental brasileira” (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006, p. 95).

[...] forma-se, tanto no governo como nos empresários, a visão de que a concentração de indústrias no mesmo espaço urbano apresentava-se como a possibilidade de Minas incorporar-se de forma mais dinâmica e definitiva ao progresso das nações e à modernidade do trabalho (NEVES, 1994, p.32-33).

Fortemente embalado pela ideologia do progresso, o empresariado mineiro dos anos 1930 ambicionava promover a expansão industrial de Belo Horizonte. Essa ideia, porém, esbarrava na insuficiência da oferta energética e nas altas tarifas cobradas, cuja distribuição no município era de concessão da Companhia Força e Luz Minas Gerais subsidiária da multinacional americana *Bond & Share*. Em busca de uma solução, e inspirado pelos anseios do empresariado, o governo de Benedito Valadares lançou o projeto de construção da Cidade Industrial em Contagem. O plano também previa a construção da Usina Hidrelétrica de Gafanhoto no rio Pará, a 90 km de Belo Horizonte, para o fornecimento de energia às indústrias que viessem se instalar no novo complexo industrial. O plano previa ainda a construção de uma avenida pavimentada (a Avenida Amazonas), com 35 metros de largura ligando a Cidade Industrial a Belo Horizonte. Segundo Diniz (1981, p.53) “o lançamento da Cidade Industrial de Contagem, com a respectiva usina hidrelétrica, foi a maior realização do governo de Benedito Valadares (1933-45) no campo econômico e, ao mesmo tempo, base para futuras iniciativas estatais”.

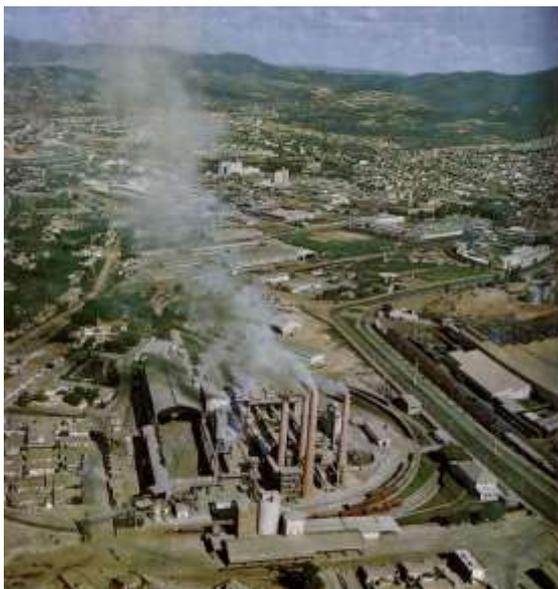
O projeto objetivava encontrar um local apropriado para a instalação de indústrias fora do núcleo urbano da capital e fora da área da concessão da Companhia Força e Luz Minas Gerais. O local escolhido mostrou-se vantajoso por sua proximidade com Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que atendia ao objetivo de “segregar as atividades industriais no meio urbano”, mantendo a integridade desse “meio” como ambiente limpo, ordenado e saudável (MINAS GERAIS, 1978, p.14). A Cidade Industrial, portanto, foi planejada desde o princípio como algo que “visava completar Belo Horizonte sem desfigurá-la” (PAULA, 1994, p. 45. Apud. TEIXEIRA, 2015, p.50).

A Companhia Cimento Portland Itaú foi o primeiro empreendimento a se instalar na Cidade Industrial, em 1941, e se tornou uma das mais importantes da região e do estado de Minas Gerais fornecendo cimento para grandes obras como, por exemplo, para a construção de Brasília. A vinda da siderúrgica Mannesmann, em 1952, concretizou a meta de desenvolvimento do governo estadual e dos empresários mineiros. Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, celebrou a instalação da siderúrgica alemã dizendo: “Cada golfada de suas chaminés e cada descarga de seus fornos, com suor de milhares de trabalhadores que empregará, com padrões de salários mais altos representarão injeções diárias de mais dinheiro na economia

cotidiana do povo mineiro” (NEVES, 1994, p.36 -37). Associada à produção, ao progresso, à geração de empregos, o discurso positivo sobre a poluição do ar era endossado pelo representante político mineiro.

Com o crescimento acelerado da Cidade Industrial a partir dos anos 1950, as fábricas surgiram como figuras faustuosas no espaço urbano. A fotografia a seguir foi publicada pela “Revista Minas Gerais”, em 1970.

**Imagem 1:** Fábrica de Cimento Itaú e ao fundo a Cidade Industrial



**Fonte:** CONTAGEM NO TEMPO. Disponível em: <http://www.contagemnotempo.com.br/fabrica-de-cimento-itaú-e-ao-fundo-cidade-industrial-1970/>. Acessado em: 12/03/2020.

O enquadramento da imagem nos permite observar as chaminés da Companhia Itaú em destaque e, ao fundo, parte da Cidade Industrial. A fotografia transmite a ideia de vastidão, de um espaço urbano-industrial consolidado, que se estende até os limites das famosas serras de Minas Gerais. Outro detalhe importante é a presença da fumaça branca que sai das chaminés da indústria. A intensidade da luz natural nos permite observar o alcance desses gases na atmosfera. A fumaça ultrapassa o horizonte, sugerindo a ideia de que podia ser vista de qualquer ponto da Cidade Industrial.

As chaminés e as fábricas, que compunham cada vez mais a paisagem urbano-industrial de Contagem, foram incorporadas aos símbolos do município, como podemos observar em alguns versos do Hino Oficial da cidade: “Teu progresso está patente / num porvir certo e feliz / Contagem, nossa alma contente / Te quer, te ama e bendiz. // Labutam seus filhos felizes /

Buscando progresso e beleza / Nos campos de lindos matizes / Nas fábricas de tanta riqueza”.<sup>2</sup> Em seus versos, o Hino Oficial de Contagem nos apresenta uma visão idealizada sobre o trabalho e os trabalhadores e reforça o discurso do progresso, de um destino certo e glorioso que o município carrega quase como uma “vocação”.

E, assim, seduzidos pela oportunidade de trabalho nas indústrias, em pouco tempo cresceu o número de pessoas que migravam de toda parte do estado de Minas Gerais buscando melhores condições de vida em Contagem. Entre os anos de 1950 e 1970, o número de habitantes do município passou de seis mil para cento e onze mil moradores (CONTAGEM, 2014, p.2). Famílias inteiras se deslocavam para a cidade trazendo na bagagem a experiência de trabalho no campo e alguns sonhos e expectativas, como o de aprender um novo ofício, portar uma carteira profissional, conquistar um lugar de moradia digno e próximo ao local de trabalho, e, também, o de oportunizar melhores condições de escolarização aos filhos. Constituíam-se, assim, verdadeiros projetos familiares embalados pela promessa de um progresso que as classes dominantes – empenhadas no projeto de construção da Nação – acenavam como possibilidade de uma vida nova.

Uma moradora do bairro Eldorado, que nos concedeu entrevista,<sup>3</sup> relatou os motivos que trouxeram sua família de Morada Nova, a 168 km de Belo Horizonte, para a região de Contagem, em agosto de 1963, quando tinha apenas seis anos de idade.

O maior objetivo, na verdade, era da minha mãe. O meu pai era acomodado. Por ele teria ficado lá. Mas minha mãe queria que a gente viesse para estudar. Onde nós morávamos, lá na roça, para ir para uma escola era numa outra cidade. Era roça mesmo. Não tinha nem escola rural. Então, ela queria novos horizontes, novas oportunidades.<sup>4</sup>

O processo de industrialização que se intensificou no país a partir dos anos 1950 provocou a emergência de necessidades sociais e urbanas novas. A modernização econômica, como analisa José Álvaro Moisés, impôs expectativas novas à mão de obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização em termos de qualificação e de especialização para o conjunto da força de trabalho (MOISÉS, 1985, p.17). Os cursos profissionalizantes foram intensamente procurados neste período, principalmente, pelos filhos homens das famílias que migraram para Contagem. O

---

<sup>2</sup> Hino Oficial do município criado pela Lei nº 750, de janeiro de 1976. Letra de Nair Mendes Moreira.

<sup>3</sup> Realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres residentes nos bairros próximos à Cidade Industrial. A prioridade por depoentes do gênero feminino se deve ao fato de que as mulheres, no papel de mães e donas de casa, têm um ponto de observação privilegiado sobre a poluição e seus impactos, sobretudo, na saúde da família e no cuidado com a casa. Esta pesquisa, porém, optou por preservar a identidade das entrevistadas.

<sup>4</sup> Entrevista concedida por M.d.G.S.S à autora. Contagem/MG. 20/03/2017.

desejo de ser um industriário também foi projetado na figura dos filhos, os quais foram estimulados a se prepararem para talvez alcançar o que não alcançaram os seus pais.

Mulheres, especialmente jovens e solteiras, também compunham o cenário das fábricas e eram empregadas, principalmente nas indústrias têxteis, alimentícias, eletrônicas ou em pequenas metalúrgicas. As ocupações que exigiam delicadeza, destreza, que eram monótonas e repetitivas, eram sinalizadas como “serviços próprios para mulheres”, ao passo que o trabalho pesado, perigoso e insalubre nas indústrias de cimento, siderúrgicas e empresas de produtos refratários era desempenhado, em sua grande maioria, por homens, porque eram serviços “próprios para homens” (NEVES, 1994, p.51).

Em sua pesquisa, a autora acena para a clara divisão do trabalho baseado no sexo que apareceu desde o início do funcionamento da Cidade Industrial, a qual manifesta a reprodução da tradicional figura feminina apesar do imaginário moderno que sustentou a própria concepção do complexo industrial (NEVES, 1994, p.52).

Enquanto o município se transformava em um cenário predominantemente urbano-industrial, os trabalhadores e suas famílias se acomodavam como podiam na cidade, residindo, muitas vezes, ao lado das fábricas e atendidos por uma incipiente infraestrutura de serviços urbanos. Os moradores conviviam com inúmeras dificuldades e carências como a precariedade do serviço de transportes, a inexistência da rede de água e de esgoto, a falta de iluminação pública, de pavimentação das ruas ou escolas e creches que atendessem a população. Uma moradora que se mudou para o bairro Eldorado no início dos anos 1970 lembrou em seu depoimento as dificuldades enfrentadas devido à precária infraestrutura do bairro.

Esse asfalto aqui nós pagamos ele todo. Eu tenho provas. Eu tenho os meus carnês. (...) Eu paguei o carnê todo. Asfaltaram a rua, mas fui eu que paguei. Quando pôs o primeiro poste de luz pra nós, na primeira, segunda casa aqui ó, era o Mattos [prefeito]. Nós tivemos que comprar o poste de madeira. Eu e meu marido compramos um poste.<sup>5</sup>

Em meados dos anos 1970, não havia tratamento da água distribuída aos consumidores de Contagem, os quais representavam apenas 40% da população total (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1976, p.112). O serviço de coleta de lixo era bastante ineficiente e oferecia o nível mais baixo de atendimento dentre os municípios da RMBH que ofereciam algum tipo de serviço de coleta. Dados de 1973 demonstram que a cidade produzia 64

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por M.A.S.P. à autora. Contagem/MG. 20/03/2017.

toneladas de lixo por dia. Entretanto, apenas 25% da produção de lixo da população urbana eram coletadas (PLAMBEL, 1973, p.132).

Em meio às inúmeras dificuldades e privações, havia outras tantas famílias que não tinham sequer acesso à moradia e acabavam recorrendo às favelas e à autoconstrução, como forma de escapar do pagamento de alugueis, que se tornaram cada vez mais incompatíveis com o salário que recebiam os trabalhadores recém-chegados à Contagem. O cotidiano de milhares de mulheres e homens que viviam na Cidade Industrial não era apenas o da precariedade das habitações, dos transportes, da falta de saneamento básico, dentre outras carências, mas, também, era o cotidiano da poluição. O céu estava constantemente recoberto por uma atmosfera cinzenta devido à grande dispersão de poluentes.

**Imagem 2:** “A fumaça que a gente tem que engolir”



**Fonte:** “Jornal dos Bairros”, nº22, 7 ago. a 20 de ago. 1977, p.1.

A fotografia foi retirada de uma manchete veiculada pelo “Jornal dos Bairros”<sup>6</sup>, em agosto de 1977. Na parte inferior da imagem, percebemos que as pessoas param para conversar ou transitam tranquilamente sob uma “cortina” de fumaça que se sobressai no horizonte de quem registra o momento. A mulher com a criança parece caminhar em direção à dispersão desses gases, o que cria um efeito assustador para quem observa a imagem. Intencionalmente, a fotografia consegue traduzir essa atmosfera de perigo cotidiana com relação à dispersão da poluição. “A fumaça que a gente tem que engolir” se refere à ação involuntária da respiração,

---

<sup>6</sup> O Jornal dos Bairros foi criado em 1976 no contexto da crescente atuação das associações de bairro com a finalidade de noticiar a formação dessas associações, suas demandas e as respostas do poder público.

mas, antes de tudo, à exposição forçada aos riscos que as atividades industriais impunham aos moradores e trabalhadores da região.

Crianças e idosos eram o público mais acometido pelas patologias cardiorrespiratórias agravadas pela poluição do ar em Contagem,<sup>7</sup> incidência esta também apresentada por diversos estudos sobre os efeitos da poluição na saúde humana.<sup>8</sup> Uma das moradoras entrevistadas lembrou:

Então, muita gente aqui teve problema de pulmão. Inclusive, uma senhora aqui do lado, ela vivia com asma, sabe. (...) Muita gente teve problema de saúde sério com esse negócio. Agora, aqui em casa, graças a Deus, a gente, assim, uns é mais fortes né? Até não tivemos problema de saúde não. Mas teve muita gente... Muita criança tinha muita bronquite, muita asma, por causa do pó. O pó era demais. Nada segurava o pó.<sup>9</sup>

No começo da década de 1970, Contagem possuía pouco mais que 111 mil habitantes. Naquele período, em média 62% dos casos de internações nos hospitais do município se referiam a problemas respiratórios. Em 1972, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) havia encaminhado 2.243 casos médicos à Clínica de Alergia e Asma localizada na Cidade Industrial. Entre estas pessoas, 1.415 estariam com asma, bronquite ou outros problemas de respiração.<sup>10</sup> Dos 5.998 atendimentos na Clínica Pediátrica da Mannesmann, cerca de 10% se referia a quadros de bronquite associada à gripe ou de tipo asmático (QUICK; PAULINI, 197..., p.13).

Os primeiros estudos técnicos a respeito da poluição atmosférica na Região Metropolitana de Belo Horizonte começaram a ser divulgados a partir dos anos 1970. Destacamos o trabalho “Contribuição ao Estudo da Poluição Atmosférica e das Doenças Pulmonares em Belo Horizonte” vencedor do Prêmio Baeta Vianna da Academia Mineira de Medicina, fruto da colaboração entre o médico Thelmo Carlos Quick e o engenheiro químico e sanitarista Ernest Paulini.

Os autores coletaram dados sobre a poluição do ar em duas zonas distintas: no centro da cidade de Belo Horizonte e na Cidade Industrial de Contagem. O objetivo era avaliar a grandeza do problema da poluição e contribuir para o planejamento de uma rede de postos de coleta de informações sobre a qualidade do ar. Um dos focos da análise recaiu sobre a coleta de dados

---

<sup>7</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 19, de 26 de jun. a 09 de jul. de 1977, p. 3.

<sup>8</sup> Ver por exemplo: (ARBEX et al., 2012); (BAKONYI et al., 2004); (BRAGA et al., 2001); (DAPPER et al., 2016); (LOMABARDI et al., 2010).

<sup>9</sup> Entrevista concedida por M.H.d.S.G à autora. Contagem/MG. 20/03/2017.

<sup>10</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 23, de 21 de ago. a 3 de set. de 1977, p. 5.

referentes às doenças das vias respiratórias em crianças que viviam na Cidade Industrial (QUICK; PAULINI, 197..., p.10).

Outro diagnóstico importante para o período foi a publicação de “Poluição Atmosférica na Região Metropolitana” (PLAMBEL,1973). O estudo foi produzido pela Fundação João Pinheiro por meio do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL) e demonstrou que algumas medições esparsas realizadas no perímetro das fábricas registraram valores muito elevados para a concentração de poeiras sedimentáveis e poeiras em suspensão em comparação com os padrões da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS).<sup>11</sup> A própria verificação visual, segundo o diagnóstico, também apontou que a Cidade Industrial era a área mais problemática da RMBH em relação à poluição atmosférica.

Ao relatarem os aspectos físicos dos resíduos que se depositavam sobre o piso, o telhado, os móveis, as roupas e as hortaliças, por exemplo, os moradores que residiam próximos às grandes plantas industriais, como a fábrica Itaú, destacavam com frequência a cor, o brilho e a textura desses materiais. O contato visual e tóxico com a poeira, o odor da fumaça inalada pelas vias respiratórias, por exemplo, condicionavam as percepções que os moradores tinham da própria poluição e a sua intensidade. Quanto mais próximo do perímetro da fábrica, mais difícil era o convívio com os resíduos lançados por ela. Uma moradora do bairro JK declarou: “Aqui a poeira é tanta que até a memória da gente já está cimentada”.<sup>12</sup>

De acordo com o estudo de Santi (2003, p.18), as plantas cimenteiras oferecem riscos para a saúde dos trabalhadores, para a saúde pública e para o meio ambiente. Esses riscos estão associados, sobretudo, “à exposição ao material pulverulento que permeia toda a cadeia de produção e às emissões de substâncias poluentes, que ocorrem de forma continuada, as quais, mesmo em concentrações reduzidas, caracterizam o risco crônico”. Os impactos repercutem sobre a vida dos trabalhadores, que ficam expostos ao material particulado e metais pesados e a uma rotina de constantes ruídos com altos decibéis. Essa exposição leva ao surgimento de casos de pneumoconioses – termo que indica presença de partículas sólidas no pulmão oriundas do ar respirado independente do grau de retenção e da reação produzida pelo organismo – dermatites

---

<sup>11</sup> Nesta área foram registrados valores entre 0,9 e 5 mg/ cm<sup>2</sup> x mês para poeiras sedimentáveis e entre 0,6 e 4,8 mg/ m<sup>3</sup> para poeiras em suspensão. Os valores estabelecidos pela OPAS são de 0,5 mg/ cm<sup>2</sup> x mês e 0,10 mg/ m<sup>3</sup>, respectivamente (PLAMBEL, 1973, p. 6).

<sup>12</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº31, de 11 a 24 de dezembro de 1977. p. 6 e 7.

de contato, irritações das vias áreas superiores e perdas auditivas (QUICK; PAULINI, 197..., p.17).

Além dos impactos ambientais e sociais “intramuros”, podemos identificar os impactos “extramuros” da fábrica, que provocam problemas de saúde respiratória nos habitantes das proximidades das fábricas; problemas de saúde relacionados à ingestão de águas contaminadas por resíduos tóxicos; solos inférteis que geram menor possibilidade de cultivo e práticas extrativistas nas áreas do entorno das fábricas, etc., (MAURY, 2008, p.58). Uma moradora, que se mudou ainda adolescente para o bairro JK, lembrou: “Muita gente começou a apresentar problemas respiratórios. Eu nunca fumei. Graças Deus não tenho problema respiratório. Mas o meu pulmão é de fumante”.<sup>13</sup> Além dos efeitos deletérios sobre o organismo dos moradores, a poeira, ou o “pó da Itaú”, invadia as casas, comprometendo pequenas plantações e sujando o ambiente doméstico.

Apesar da grande receita gerada para o município devido à intensa atividade industrial,<sup>14</sup> Contagem mantinha uma população de baixa renda, que convivía com inúmeras carências do ponto de vista da infraestrutura e dos serviços urbanos. Além da privação social, os moradores estavam submetidos a uma privação ambiental, já que estes indivíduos estavam mais expostos aos riscos ambientais gerados, por exemplo, pelas atividades produtivas de empresas poluentes alocadas próximas a núcleos habitacionais.<sup>15</sup>

As reclamações de populares e a pressão para que a fábrica Itaú instalasse filtros para conter a dispersão do pó de cimento tornaram-se mais incisivas a partir da década de 1970. Os protestos contra a poluição surgiram em meio às lutas urbanas contra a falta de transporte público, de moradia, de creches e contra a precariedade da vida cotidiana que atingia os trabalhadores brasileiros, especialmente nos anos 1970 e 1980.<sup>16</sup>

### **Novos protagonistas entram em cena**

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida por M.A.G. à autora. Contagem/MG. 11/11/2017.

<sup>14</sup> OPINIÃO, 04 de julho de 1975. Edição 00139, p. 10.

<sup>15</sup> Neste trabalho, entendemos que os riscos ambientais “resultam da associação entre riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”, tal como define Yvette Veyret (2007, p. 63, 67-69). Para a autora, as desertificações, os incêndios e as poluições são exemplos de riscos naturais agravados pelas atividades humanas.

<sup>16</sup> Foge ao escopo deste artigo trazer maiores detalhes sobre as lutas urbanas e movimentos sociais ocorridos em Contagem neste período. Contudo, destacamos o movimento nacional de luta contra a carestia, em 1979, que tem uma forte repercussão na cidade de Contagem e a luta das mulheres por creches e por melhores condições de vida e trabalho, que mobiliza, por exemplo, a organização do 1º Encontro da Mulher promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino pela Anistia, em 1979, e o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, em 1980. Conferir em: SILVA, 2018, p. 77-83.

A questão da poluição na RMBH já era debatida entre técnicos e entidades ligadas ao assunto desde o início da década de 1970, quando se realizou o I Seminário sobre Controle da Poluição Industrial das Águas e do Ar na capital mineira.<sup>17</sup> Possivelmente reflexo dessas discussões – e também do que já se debatia no contexto nacional e internacional a respeito da poluição –, em 11 de maio de 1971, o então prefeito de Contagem, Sebastião Camargos, decretou a Lei nº 960, que dispunha sobre medidas contra a poluição do ar, da água e do solo. Essa lei foi alterada e complementada pela Lei nº 1.058, de 01 de dezembro de 1972, que mais tarde foi revogada e substituída pela Lei nº 1.173, de 16 de setembro de 1974, a qual deu novas providências à matéria sobre o controle da poluição ambiental no município.

O descumprimento do novo ordenamento jurídico, que determinava novas exigências sobre a instalação de equipamentos antipoluentes, levou o então prefeito, Newton Cardoso, a multar a fábrica Itaú em 50 salários mínimos, algo em torno de Cr\$ 26.640, em 13 de junho de 1975. O representante do poder executivo local ainda fixou um prazo de 30 dias para que a empresa atendesse às exigências. A promessa era de que, se não houvesse o cumprimento no prazo determinado, as atividades da empresa seriam suspensas e, posteriormente, a indústria teria que fechar as suas portas. A tensão na Cidade Industrial aumentou uma semana depois quando cerca de vinte moradores do bairro JK e de outros bairros moveram uma ação judicial popular contra a poluição da fábrica Itaú.<sup>18</sup> Representados por quatro advogados, os moradores entraram no Fórum de Contagem com uma ação que exigia a instalação de filtros antipoluentes no prazo de 120 dias.

“Ou acabo com a poluição de Contagem, ou deixo o meu cargo”.<sup>19</sup> Essa era a promessa feita por Newton Cardoso diante do ultimato dado à fábrica Itaú para que esta instalasse filtros antipoluentes em suas chaminés.<sup>20</sup> O prefeito levou a cabo suas ameaças em 5 de agosto de 1975 e baixou o Decreto Municipal nº 1.326 pelo qual cassou o alvará de localização e funcionamento da indústria (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.37). A repercussão sobre o fechamento da fábrica Itaú foi imediata nos veículos de comunicação. A TV Globo cobriu o caso e registrou as declarações dadas por alguns representantes políticos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

---

<sup>17</sup> ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, Terça-feira, 16 de junho de 1970, p. 6.

<sup>18</sup> Encontramos uma divergência sobre o número exato de moradores responsáveis pela ação popular. Segundo Guimarães Filho (2000, p. 32) eram 21 moradores. Mas de acordo com o Jornal Opinião eram 23 moradores. Ver em OPINIÃO, 04 de julho de 1975, p. 10.

<sup>19</sup> OPINIÃO, 04 de julho de 1975, p. 10.

<sup>20</sup> Aos repórteres da TV Globo, Newton Cardoso declarou: “Ou cai a Itaú, ou cai o prefeito”. Poluição de Contagem - JN - 17/06/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

(ALMG). Deputados estaduais ligados ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e também aqueles ligados à Arena (Aliança Renovadora Nacional) manifestaram seu apoio ao prefeito de Contagem.

O que o prefeito fez se não tiver amparo legal passa a ter pelo bem que vai fazer à população de Belo Horizonte. E todas as autoridades deviam agir desse jeito! Não quero saber, não. Tá fazendo mal, tá poluindo, toma no tapa! E deixa ver que bicho que vai dar”.<sup>21</sup>

Eu entendo, como vice-líder do governo e como deputado da Arena, que a decisão do prefeito de Contagem, que inclusive sabemos que é bacharel em Direito, é uma decisão válida nisso que se refere a impedir a indústria de poluente, porque se é verdade que essa indústria traz uma grande arrecadação ao município, não é menos verdade que há valores maiores na hierarquia social, e eu coloco aí como valor maior a saúde pública. Então, acho que é válida. O que é preciso agora um meio termo para nós conseguirmos voltar o funcionamento da indústria, protegendo também a saúde pública, o que é possível, o que é viável. A inteligência é essa. A razão é essa. Encontrar soluções que sempre estão no meio termo e não radicais. O prefeito é nosso adversário político, mas entendo que neste caso merece os nossos aplausos.<sup>22</sup>

Em resposta ao decreto, a Companhia Cimento Portland Itaú impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra o que considerou “ato ilegal” do prefeito municipal de Contagem. Os advogados que representavam a empresa listaram vinte e oito “fatos” na petição que foi entregue ao juiz da comarca de Contagem em 07 de agosto de 1975.

O primeiro fato listado nesse documento argumenta que a fábrica Itaú, por sua própria natureza, emitia resíduos e, que em função dessa característica, ela estava localizada em zona própria de indústria, ou seja, na Cidade Industrial de Contagem. Todavia, apesar de estar localizada em zona “apropriada”, loteamentos e bairros residenciais se formaram de maneira inadequada nas proximidades do estabelecimento industrial, ocasionando a reclamação de moradores contra as emissões provenientes das chaminés da fábrica.<sup>23</sup> A defesa procurou ao longo do documento desqualificar o teor do Decreto Municipal nº 1.326 alegando não apenas a ausência de normas legais e técnicas para o controle da poluição no país, como atribuindo o ato punitivo a uma suposta intriga pessoal por parte da municipalidade. Além disso, o documento afirma que as conclusões do Conselho de Controle da Poluição Ambiental (CCPA) eram

---

<sup>21</sup> Fala do deputado Jorge Carone (MDB) - Fechamento da Itaú - JN - 05/08/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son.P&B

<sup>22</sup> Fala do deputado Silo Costa (ARENA) - Fechamento da Itaú - JN - 05/08/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son.P&B

<sup>23</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Arquivos da Polícia Política. Rolo 025. Pasta 0946: Companhia Cimento Portland Itaú. ago. 1975 - set. 1975.

subjetivas, arbitrárias e sem amparo na lei. Em nenhum momento, ao longo dos 28 fatos listados, a empresa reconheceu que suas atividades produtivas poderiam provocar algum impacto à saúde humana, até porque, como demonstramos acima, ela alega ter se instalado em local apropriado, ao passo que os moradores não.

A empresa demonstrou ainda em sua defesa dados sobre o número de postos de trabalhos que seriam cessados (cerca de 700 funcionários que sustentavam 3.000 dependentes) e sobre os “irreparáveis danos às obras públicas” que uma paralisação da indústria viria acarretar. Enquanto a empresa procurava demonstrar os irreparáveis danos econômicos que poderiam advir de uma paralisação, garantia por meio de uma nota de esclarecimento que a poeira lançada pelas chaminés não provocava qualquer dano à saúde dos moradores.

A poeira expelida pelas chaminés de nossa fábrica apresenta um problema visual e um desconforto para os moradores das proximidades da fábrica. Mas seguramente não representa qualquer perigo ou dano à saúde, conforme não só a longa e documentada experiência da empresa com seus empregados e familiares, mas também por estudos médicos e científicos elaborados no Brasil e no exterior, que se encontram em nosso poder (GUIMARÃES FILHO, 2000, p. 33).

A declaração oficial emitida pela empresa foi mantida por um de seus representantes em entrevista à TV Globo:

“Essa poeira já vem sendo exalada já há bastante tempo. Ela não faz mal a ninguém, ela não é prejudicial à saúde. Nós temos dados sobre isso. Ela não está ocasionando nenhum dano imediato. Então, a continuação da atividade por mais algum tempo é pra nós uma atitude de bom senso para todo mundo”.<sup>24</sup>

Não foi possível apurarmos sobre quais estudos a empresa se referiu, porém, como já demonstramos, pesquisas importantes que tinham como recorte a poluição atmosférica na Região Metropolitana de Belo Horizonte já apontavam nos anos 1970 para a associação entre as atividades industriais e os agravos nas condições cardiorrespiratórias dos indivíduos. O uso do argumento técnico-científico por parte da empresa sem oferecer maiores detalhes sugere a tentativa de se validar seu discurso a respeito da poluição, cujo objetivo principal era o de aplacar as reclamações sobre as atividades poluidoras ao desqualificar a gravidade dos incômodos percebidos pela comunidade local. A grande preocupação recaía sobre os prováveis prejuízos econômicos. É sobre este fato que se pede “bom senso” a toda a população. Segundo os seus

---

<sup>24</sup> Problema da Itá - JH - 09/08/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

representantes, não havia necessidade de paralisar o funcionamento da indústria, já que os filtros estavam encomendados e chegariam entre 11 e 15 meses, prazo estipulado pelo fornecedor.

O pedido de liminar da fábrica Itau contra a cassação de seu alvará de localização e funcionamento foi negado pelo Juiz da Comarca de Contagem e, em 13 de agosto de 1975, a fábrica sofreu a intervenção do fiscal de saúde pública da prefeitura que, acompanhado de policiais militares, apreendeu o documento e determinou a cessação das atividades industriais. O cronograma de paralisação foi entregue pela Companhia Itau ao chefe de Operações da Polícia Militar de Minas Geral responsável pela condução do processo de desativação, que tinha término previsto para o dia 22 daquele mês.

Contudo, tudo “durou menos que *l’espace d’un matin*”.<sup>25</sup> No dia seguinte, 14 de agosto de 1975, um telex (modalidade de serviço telegráfico precursor do fax) foi enviado de Brasília com o teor do Decreto Presidencial nº 1.413, que colocava sob a exclusiva competência do governo federal decidir sobre o fechamento de indústrias de interesse nacional.<sup>26</sup> O governador mineiro acatou a medida e recomendou ao procurador-geral do Estado que buscasse na Prefeitura de Contagem uma forma jurídica para cancelar o decreto municipal que determinava o encerramento das atividades da Itau no município (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.87). O Decreto nº 1.326 foi suspenso, assim como a necessidade de intervenção policial no local da fábrica (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.68).

No dia 15 de agosto a Itau reiniciou suas atividades amparada pela decisão presidencial. O Decreto-Lei nº 1.413 dispunha ainda que as indústrias instaladas ou a se instalarem em território nacional seriam obrigadas a promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente e que tais medidas seriam definidas por órgãos competentes, “no interesse do bem-estar, da saúde e da segurança das populações”.<sup>27</sup> Para situações já existentes, uma alternativa adequada de nova localização seria viabilizada para os casos mais graves, assim como, em geral, deveriam ser estabelecidos prazos razoáveis para a instalação dos equipamentos de controle da poluição com financiamento especial do governo federal para efeito dos ajustamentos necessários.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Expressão utilizada por Carlos Drummond de Andrade na crônica “A Festa”, publicada pelo jornal Estado de Minas, em 23 de agosto de 1975. A expressão corresponde a algo como “durou menos que o espaço de uma manhã”. Tradução livre.

<sup>26</sup> Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, art. 2.

<sup>27</sup> Decreto-Lei nº 1.413/1975, art.1, parágrafo único.

<sup>28</sup> Decreto-Lei nº 1.413/1975, art.4, parágrafo único.

A promulgação do decreto-lei pelo presidente militar Ernesto Geisel repercutiu como um alívio para outras empresas na Cidade Industrial de Contagem que tinham prazos fixados para instalar filtros antipoluentes, como Mannesman, Concretos Rede Mix, Minas Cerâmica e Britadora Santa Rita.<sup>29</sup> A faculdade para fechar fábrica a partir daquela data estava sob a jurisdição do governo federal.

O decreto presidencial também foi notícia em jornais de grande circulação pelo país. O editorial do “Jornal do Brasil” do dia 16 de agosto de 1975 foi dedicado a celebrar a edição da norma que, para o corpo editorial, tratava-se de uma medida prática e fundamentada no bom senso.

Temos de conciliar os interesses do desenvolvimento com a qualidade de vida. Daí a importância de uma legislação, como a do decreto-lei recentemente baixado, que retira o assunto da esfera de decisões caprichosas, onde se faz sentir o risco do trânsito político e da influência eleitoreira. (...). Não é preciso o remédio extremo de fechar fábrica em país carente de empregos, quando a tecnologia põe ao alcance das indústrias meios de promover a limpeza ambiental sem apagar os seus fornos (JORNAL DO BRASIL, 16 de agosto de 1975, p.7).

Mas houve também quem discordasse da decisão do presidente militar Ernesto Geisel na esfera pública, como o ilustre poeta e cronista Carlos Drummond de Andrade, que manifestou sua profunda decepção com o desfecho sobre a intervenção da fábrica Itaú na crônica publicada pelo jornal “Estado de Minas”, em 23 de agosto de 1975.

Então compreendi por que não houve tempo de fazer festa por lá. Na fumaça concentrada, julguei ver farrapos de nuvens mais espessas (ou mais tênues?) em que se depositavam uma ou outra partícula de autonomia municipal e de sua mana estadual. “O Brasil é uma república federativa”, pois não? Fumaça antifederativa, dirá algum velho constitucionalista. Eu não saberia defini-la. Mas fumaça. Caindo sobre moradores e eleitores da nova Contagem industrial em que se transformou a antiga Contagem das Abóboras. O governador deu-se por satisfeito com o decreto. O prefeito idem. Ao vencedor, as abóboras (ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 2ª seção, 23 de agosto de 1975).

Para Drummond, a Itaú havia vencido a “difícil parada da poluição”. Da crise desencadeada em 1975, resultou um acordo estabelecido entre a Secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA)<sup>30</sup>, representada por Paulo Nogueira Neto, a Fundação Centro Tecnológico de

---

<sup>29</sup> OPINIÃO, 22 de agosto de 1975, p. 11.

<sup>30</sup> Diante dos constrangimentos causados pelo Brasil na Conferência de Estocolmo, o governo criou a SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente, órgão subordinado ao Ministério do Interior e que tinha pouco poder político. Segundo Lopes et. al.(2004, p. 20) a Sema foi criada “para atender por um lado, a demanda de controles

Minas Gerais (CETEC), representado por José Israel Vargas, e a Companhia Cimento Portland Itaú. O acordo, assinado em 17 de fevereiro de 1976, estabeleceu o prazo máximo de um ano para a colocação de filtros antipoluentes nas quatro chaminés da respectiva indústria (GUIMARÃES FILHO, 2000, p. 80).

A fábrica Itaú, porém, conseguiu algumas vantagens extras nesse convênio. Segundo o “Jornal dos Bairros”, a prefeitura do município de Contagem havia exigido que fossem instalados filtros eletrostáticos, que reteriam 95% do material particulado expelido pelos fornos, em contraposição aos filtros multiciclones, que absorveriam 10% a menos. Mas, segundo o acordo assinado, a Itaú seria obrigada a instalar o equipamento mais eficiente apenas em um de seus fornos, o forno IV, o que representava uma redução dos custos para a empresa, mas também dos benefícios esperados.<sup>31</sup> Além disso, o prazo acordado de um ano seria respeitado apenas para a instalação dos filtros multiciclones, isto é, daqueles com capacidade de retenção inferior. O quarto forno e, coincidentemente ou não, o que tinha maior capacidade produtiva, só receberia o filtro eletrostático no prazo de dois anos, ou seja, em fevereiro de 1978.<sup>32</sup>

O acordo teria sido o motivo para a desistência da ação popular por parte de um dos advogados que representava os moradores contra a fábrica Itaú. O pedido de desistência foi deferido e o caso arquivado, mesmo a contragosto de outros profissionais envolvidos na ação judicial (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.79). Em fevereiro de 1977, logo após o vencimento do prazo para a colocação dos filtros multiciclones, moradores ouvidos pelo “Jornal dos Bairros” disseram não notar qualquer diferença entre a quantidade de poeira que caía antes da instalação dos filtros, para aquela que passou a cair após a instalação destes.<sup>33</sup> Não só as reclamações contra a fábrica Itaú continuaram a aparecer com frequência no “Jornal dos Bairros” ao longo do ano de 1977, como também denúncias contra a Mannesmann, a Lafersa, a Magnesita, dentre outras, passaram a ser recorrentes.<sup>34</sup> A preocupação com a contaminação ambiental na cidade mobilizou a criação de um Clube de Jovens Amigos da Natureza (CLUJAN), em meados de 1977. Estavam

---

ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos governamentais e, por outro, a oportunidade da chancela institucional para a captação de financiamentos internacionais para quais as garantias ambientais eram necessárias”.

<sup>31</sup> Essa vantagem extra no acordo teria representado um lucro de 20 milhões de cruzeiros para a Itaú. Ver: DE FATO. Belo Horizonte, ano 1, nº 7, 1976, p. 7.

<sup>32</sup> JORNAL DOS BAIRROS, 2º quinzena de setembro de 1976, p. 5.

<sup>33</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 22, de 7 a 22 de ago. de 1977, p. 3.

<sup>34</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 13, de 27 de mar. a 9 de abril. 1977, p. 4; JORNAL DOS BAIRROS, nº 15, de 1 a 13 de maio de 1977, p. 4; JORNAL DOS BAIRROS, nº 22, de 07 a 22 de ago. de 1977, p. 3.

entre os seus objetivos defender a fauna e a flora da região e promover a aproximação da juventude com a natureza.<sup>35</sup>

É interessante observarmos que muitos grupos engajados em movimentos de defesa do meio ambiente surgiram ao longo dos anos 1970 no Brasil, principalmente a partir de 1977, num contexto inicial de abertura política no país. Parte deles começou a dar conotações mais políticas à questão ambiental, como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em 1971, na cidade de Porto Alegre; o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), fundado em 1973, em São Paulo; e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), também formada em São Paulo, no ano de 1976 (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 151-167).

Em 1978, apesar de afirmar ter instalado filtros em todas as suas chaminés, como previamente acordado, denúncias oriundas do bairro JK advertiam que a empresa desligava os filtros durante o período da noite e que, portanto, a fábrica continuava poluindo o ar.<sup>36</sup> Após esperar ansiosamente pela instalação dos filtros, um dos moradores do bairro localizado próximo à indústria declarou à equipe do “Jornal dos Bairros” sua pretensão em se mudar, e justificou: “Acho que a poeira aqui não vai acabar nunca, porque aqui é um conjunto de casas populares. E ninguém tem consideração com o povo”.<sup>37</sup> Em entrevista, um representante da Itaú negou as denúncias de que a fábrica desligava os filtros dos fornos I, II e III durante o período da noite.<sup>38</sup> Já o Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, afirmava que os filtros estavam sendo monitorados, que os seus resultados eram considerados satisfatórios e que qualquer problema deveria ser atribuído às “condições atmosféricas”.<sup>39</sup>

De fato, os filtros eram monitorados. A partir de setembro de 1977 as medições ocorreram de forma sistemática, mas os resultados obtidos comprovaram que a eficiência mínima acordada de 85% para os fornos I, II e III não havia sido atingida (TABOADA; RODRIGUES, 1980). De acordo com o convênio firmado, havia um período de avaliação para que o órgão responsável pela monitoração divulgasse seu parecer. Se já havia dados parciais que alimentassem pelo menos uma suspeita sobre a ineficácia dos filtros multiciclones, o que explicaria os depoimentos contrários a essa perspectiva nos meios de comunicação? Por que preservar essas

---

<sup>35</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 19, de 26 de jun. a 09 de jul. de 1977, p. 3.

<sup>36</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 46, de 9 a 22 de jul. de 1978, p. 4.

<sup>37</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 36, de 19 de fev. a 4 de mar. de 1978, p. 7.

<sup>38</sup> Itaú - Poluição continua, 09/12/1977. TV Globo, JN, Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

<sup>39</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 46, de 9 a 22 de jul. de 1978, p. 4.

informações e até quando? Naquele momento, a ausência de informações para o grande público fez que com que o caso Itaú chegasse a um impasse, afinal, era a palavra de especialistas e responsáveis pelo acompanhamento da situação – detentores de dados concretos – contra os relatos de inúmeros moradores que levantavam todas as manhãs e ainda se deparavam com as hortaliças cobertas de um pó fino e branco que teimava em cair.

Diante da “controvérsia” sobre a eficácia dos filtros instalados nas chaminés da fábrica Itaú, os moradores reagiram se mobilizando em torno de uma vigília contra a poluição de todas as fábricas. O encontro aconteceu na Paróquia Nossa Senhora da Glória, no bairro Eldorado, entre os dias 22 e 23 de julho de 1978, e reuniu cerca de 300 pessoas.<sup>40</sup> Durante a vigília, os moradores rezaram, entoaram cânticos e refletiram sobre os problemas de saúde causados pela poluição provocada pela atividade de algumas fábricas na Cidade Industrial de Contagem. No decurso da procissão, as pessoas carregavam plantas, vasos d’água, ramos de planta, pássaros em gaiolas.<sup>41</sup> Padre Gustavo Nascimento, responsável pela paróquia, afirmou: “esta era a maneira de nós, como igreja, assumirmos os problemas do povo, já que as autoridades até agora não fizeram nada”.<sup>42</sup>

A Igreja foi responsável por acolher uma série de grupos de reflexão e movimentos sociais que surgiram nesse período em todo o país. Foi com o apoio dessa instituição que começaram a se articular formas mais organizadas de resistência à opressão e à exploração em Contagem (NEVES, 1994, p.179). Os “encontrões” promovidos pela Igreja estimularam a criação das associações de moradores, as quais desempenharam papel decisivo na organização dos pobres em campanhas mais amplas para pressionar o governo, como a Campanha Contra o Custo de Vida, em 1978 (ALVES, 1989, p.229).

De acordo com o “Jornal dos Bairros”, o prefeito do município (substituto de Newton Cardoso) teria feito críticas à fábrica Itaú, mas afirmou que rezar nada adiantava no caso da poluição. Entretanto, os moradores não se detiveram tão somente a rezar pela difícil situação em que se encontravam. Durante a vigília, circulou entre os moradores um abaixo-assinado em

---

<sup>40</sup> A princípio, a vigília aconteceria em frente à fábrica Itaú. Desconhecemos o real motivo para a alteração do local, mas acreditamos que esta decisão esteja de alguma forma associada a certo temor de que a vigília pudesse levantar suspeita do aparato repressor. Dessa forma, fazia-se necessária garantir a realização e a integridade do movimento, deslocando-o para paróquia local.

<sup>41</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº46, de 9 a 22 de jul. de 1978, p. 4.

<sup>42</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978.p. 11.

protesto “contra a destruição do mundo que os grupos econômicos estão fazendo”<sup>43</sup>, que obteve a adesão de mais de quatro mil e duzentas assinaturas e foi entregue ao Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia José Israel Vargas.<sup>44</sup>

A movimentação dos moradores ganhou repercussão nos meios de comunicação e teve como resultado a vinda à Belo Horizonte de Paulo Nogueira Neto, representante da Secretaria Especial de Meio Ambiente, para discutir o problema da poluição da Itaú. Ainda como resultado da pressão popular, organizou-se uma mesa-redonda da qual participaram a comissão de moradores formada após a vigília, médicos, engenheiros sanitaristas, enfermeiros, professores, representantes de entidades técnicas do governo estadual, o líder paroquial – padre Gustavo –, representantes da Liga Desportiva de Contagem, da Associação Comunitária do Bairro Camargos e do Clube de Amigos do JK. O motivo do encontro era a discussão da questão da poluição na cidade.<sup>45</sup>

Na ocasião, os moradores expuseram os seus questionamentos aos representantes dos órgãos estaduais de controle da poluição, os quais afirmaram que a fábrica Itaú cumpriu com o acordo estabelecido e instalou os filtros, mas que aqueles denominados “multiciclones”, instalados em três dos quatro fornos, realmente se mostraram ineficientes, como comprovou e estudo produzido pelo Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC). Os moradores, então, tinham razão. A poluição persistiu, apesar da objeção dos órgãos competentes em reconhecê-la diante da comunidade até então.

O momento da reunião se mostrou propício não apenas para se debater sobre a real situação da poluição da fábrica Itaú, como também para se questionar o modelo de desenvolvimento econômico em curso, como podemos observar por meio da transcrição da fala de um morador.

O que que é a Segurança Nacional? Será que a Segurança Nacional não seria a saúde do povo? O povo com maiores condições de vida? O povo com condições de viver bem? Será que essa não é a Segurança Nacional? Será que a Segurança Nacional seria o país da gente não ir se acabando pouco a pouco, igual tá se acabando, longe de poluição? Será que o desenvolvimento brasileiro é o povo ir morrendo aos poucos?<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 47, agosto de 1978. p. 7.

<sup>44</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978, p. 11.

<sup>45</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978, p. 11.

<sup>46</sup> Não foi possível apurarmos maiores informações acerca do autor da reflexão, nem tampouco averiguar se a sua fala chegou a ir para o “ar” após o processo de edição. Pela análise das imagens, em que levamos em conta a

Ao questionar a doutrina de segurança nacional, a crítica se projeta sobre um Estado que se utiliza de uma ideologia para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente deletério de desenvolvimento (ALVES, 1989, p.23), o qual também distribuía de forma desigual os riscos ambientais sobre sua população. A reflexão rebate a ideia de um desenvolvimento a qualquer preço e à custa dos mais pobres.

A luta contra a degradação da qualidade do ar, assim como outros movimentos ambientais, teve ressonância nas estratégias que questionaram e resistiram aos processos de expropriação das condições materiais de sobrevivência, na medida em que o meio ambiente surgiu como suporte da vida e do trabalho das populações e a sua destruição corresponderia diretamente à destruição de modos de vida. É dessa forma que esses movimentos se articularam às reivindicações democráticas e se integraram às demais lutas sociais (CARVALHO; FARIAS; PEREIRA, 2011, p.38).

Ao final da reunião, um novo acordo foi apresentado aos participantes, para resolver o problema da poluição. Os órgãos representados se comprometeram a estudar junto à fábrica Itaú uma solução que de fato pudesse ser mais eficaz no controle da emissão de poluentes na atmosfera. Os técnicos presentes se prontificaram a ouvir as sugestões e reivindicações que partissem das comunidades dos bairros atingidos e a fábrica Itaú permitiu a instalação de selos nos equipamentos de controle para assegurar o seu funcionamento sem interrupção.<sup>47</sup> Àquela época, a Itaú despejava em torno de 26 toneladas de pó por dia, cinco vezes mais que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Apesar da gravidade da situação, seria preciso ainda que os moradores esperassem um pouco mais pelos trâmites burocráticos para, enfim, sonharem com um ar menos poluído na Cidade Industrial.

A resposta frente à pressão dos moradores é um dos momentos mais importantes no enredo que se constrói sobre o conflito de caráter socioambiental que envolveu a fábrica Itaú. Não é possível ainda falarmos de uma “gestão democrática” do conflito, mas é possível afirmarmos que a comunidade local, por meio de alguns de seus representantes, conseguiu ser ouvida e tomar parte dos processos decisivos. A gestão do litígio desde agosto de 1975 estava monopolizada na figura do Estado, que estabelecia acordos bilaterais com a indústria, sobre os

---

linguagem e o vestuário utilizados, acreditamos se tratar de um representante comum da comunidade, na faixa dos 30 anos. Ver: Itaú-Cenas de Poluição, 02/08/1978. TV Globo, JH, Son Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

<sup>47</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978, p. 11.

quais notadamente se priorizavam interesses econômicos em detrimento dos interesses do bem-estar da população e do meio ambiente. As próprias estruturas institucionais de avaliação e de controle dos impactos ambientais se voltavam neste caso para a legitimação do empreendimento industrial e de seus interesses. A realização da vigília e a entrega do abaixo-assinado pressionaram os órgãos públicos ligados ao problema da poluição a fornecerem uma explicação e a reconhecerem a falha dos equipamentos, algo que os moradores já haviam constatado por meio dos sentidos. A natureza limitada das informações, a assimetria no acesso a elas e a desconsideração do tempo de escuta da sociedade refletiam-se, assim, na manutenção das desigualdades socioambientais locais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p.119).

O “Jornal dos Bairros” falava de um verdadeiro “Movimento Contra Poluição da Itaú” organizado a partir de uma comissão coordenadora que se formou após a vigília reunindo moradores de diversos bairros, representantes de associações de bairros e o pároco padre Gustavo. A comissão elaborou e distribuiu sete mil boletins convocando os moradores para uma assembleia no Colégio Helena Guerra, localizado no bairro Eldorado. Uma das moradoras entrevistadas disse não ter participado diretamente de toda a movimentação, mas que ajudou no chamamento dos moradores para as reuniões: “Só ajudei a botar fogo na fogueira. Distribuía papel. Recebia papel. Passava papel para os outros”.<sup>48</sup>

A reunião no Colégio Helena Guerra contou com a participação de 250 pessoas e diversas estratégias de ação foram definidas pelo grupo, tais como: a realização de uma nova vigília em outubro de 1978, sob a orientação de padre Gustavo; a redação de uma carta aberta direcionada ao governo federal, devendo conter pelo menos 20 mil assinaturas e com ampla divulgação para os veículos de comunicação; a mobilização de clérigos de paróquias vizinhas, sindicatos e entidades diversas; reuniões quinzenais entre os membros da comissão; e a integração de alunos e funcionários das escolas e cursos locais das mais variadas formas ao movimento contra a poluição.<sup>49</sup>

Transcrevemos a seguir parte da carta aberta enviada ao Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Através desta carta aberta, vimos solicitar providências de Vossa Excelência para que a solução a ser adotada elimine definitivamente a poluição desta fábrica, no prazo mais curto possível. Há mais de 30 anos a Itáú vem

---

<sup>48</sup> Entrevista concedida por M.D.L.P à autora. Contagem/MG. 01/02/2018.

<sup>49</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 50, de 03 a 16 de setembro de 1978, p. 3.

incomodando os moradores desta região, prometendo diversas vezes ao governo municipal resolver o problema. Desde que V. Êxcia. chamou para si a competência de punir indústrias poluidoras, principalmente no caso da Companhia Cimento Portland Itaú a solução do problema deveria, certamente, ser ponto de honra para o governo (“JORNAL DOS BAIRROS”, nº 50, de 03 a 16 de setembro de 1978, p.3).

A postura reivindicatória do documento nos chamou a atenção, porque, embora estivéssemos em um período de gradativa abertura política, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) ainda vigorava no país proibindo, por exemplo, atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política.<sup>50</sup> Os moradores atribuíram a responsabilidade pela continuidade da poluição da fábrica Itaú ao governo federal e o documento se constituiu como um claro manifesto de reprovação à conduta do executivo, que monopolizou a faculdade para se punir empresas poluidoras, mas não interviu de forma concreta na resolução do problema.

As fontes que analisamos não mencionaram se o presidente Geisel tomou conhecimento do conteúdo dessa carta, nem sobre qualquer resposta do seu governo a ela. De toda forma, o nosso intuito ao analisar essa documentação é o de reafirmar um contexto de progressiva sensibilização pública e de resistência da sociedade civil contra as disparidades sociais e ambientais próximo ao fim da década de 1970.

Abaixo-assinados, vigílias, reuniões semanais, cartazes e até o uso de um carro com alto-falante foram estratégias de ação significativas na arregimentação dos moradores para a luta contra a poluição, ainda que o movimento contra a poluição não alcançado um número tão expressivo de moradores a ponto de engajar multidões. Por vezes, “a coisa ficava esvaziada”, como se referiu um morador ao comentar sobre as dificuldades encontradas no processo de trazer e de manter as pessoas no movimento. Mas completou em seguida: “Se a gente tivesse desanimado quando isso acontecia, hoje estaríamos debaixo do pó e nada iria melhorar”.<sup>51</sup>

É importante destacarmos a persistência de alguns moradores que acreditaram no apelo da força popular e continuaram pressionando as autoridades competentes. Nesse processo, o envolvimento e o apoio das associações de bairros e da própria Igreja Católica são muito significativos, porque atuaram como “catalisadores de sensibilidades” quanto à poluição sofrida pela população (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p.119).

---

<sup>50</sup> O AI-5 só foi revogado em 13 de dezembro de 1978.

<sup>51</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº88, de 29 de mar. a 25 de abril de 1980, p. 3.

A pressão do “Movimento Contra a Poluição da Itaú” teve como resposta o estabelecimento de mais um novo acordo em outubro de 1978, que dava à fábrica Itáú mais 18 meses para se adequar e reduzir em 98,5% a sua emissão de poluentes. O não cumprimento do acordo no prazo definido acarretaria o desligamento dos fornos da indústria no dia 03 de abril de 1980. A aparente vitória contra a poluição da fábrica Itáú serviu de estímulo para a luta contra outras empresas também consideradas poluidoras na região da Cidade Industrial, como a Lafersa, que expelia uma fumaça preta e incomodava a muitos no bairro JK. Na charge a seguir, temos uma grande rolha de cortiça sendo preparada para vedar as chaminés das fábricas poluidoras. A intenção era celebrar a vitória contra a poluição da Itáú e colocar em pauta uma nova campanha, agora contra a poluição da Lafersa. A fumaça das fábricas, que por tanto tempo passou a ser sinal de progresso, tornou-se um impropério e precisava ser obstruída, não por uma rolha gigante, evidentemente, mas pela ação filtros de eficácia comprovada.

**Imagem 3:** O fim do pó da Itáú



**Fonte:** “Jornal dos Bairros”, nº 57, dez. 1978

Responsável pela cobertura de vários momentos desde o início dos protestos contra a fábrica Itáú, a TV Globo produziu e exibiu entre julho de 1978 e janeiro de 1979 a novela “Sinal de Alerta”. A trama principal enfatizava o perigo da poluição nas grandes cidades tendo como enredo a campanha contra a poluição atmosférica provocada por uma fábrica de fertilizantes e inseticidas localizada no Rio de Janeiro. É notável a proximidade de algumas cenas da novela com os acontecimentos ocorridos em Contagem no mesmo período. Os protagonistas, por exemplo,

organizaram uma vigília, com o apoio do padre local, para manter os moradores em greve de fome até que uma solução para o problema da poluição fosse encontrado.<sup>52</sup>

Em Contagem, os protagonistas da vida real, que serviram de inspiração para a telenovela, sentiram-se cada vez mais responsáveis pelas mudanças que desejavam no município. No entanto, ainda seria preciso encarar a repressão política daqueles anos para defenderem não apenas as lutas sociais e ambientais, como a sua própria emancipação política. “Há uma consciência que nasce, lenta e gradualmente, nesta nossa Cidade Industrial. O momento é de extrema gravidade, exigindo equilíbrio, ação e oração”.<sup>53</sup> Essas palavras iniciaram a vigília celebrada por vinte e cinco padres das paróquias da Cidade Industrial contra o desrespeito aos direitos humanos, à violência e à repressão que atingiam os moradores-trabalhadores de Contagem.

Na ocasião, foram lembrados os ataques às sedes de algumas entidades que apoiavam as lutas dos moradores e defendiam os interesses populares, como o Centro Cultural Operário (CCO), o Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC) e o próprio “Jornal dos Bairros”, que teve a sua sede invadida e vários equipamentos e publicações roubados. Além disso, os padres denunciaram a invasão da Pastoral e a violação de suas correspondências.

Apesar da repressão, os moradores permaneceram mobilizados e comprometidos com as diversas lutas locais. Nos grupos de reflexão apoiados pela Igreja Católica, os moradores debatiam não apenas a questão da poluição do ar, como também as condições de trabalho, a violência policial e a necessidade dos cristãos lutarem para resolver estes problemas. As passagens do Evangelho eram utilizadas como referências para a reflexão sobre a situação do povo e o julgamento sobre as injustiças da vida cotidiana.<sup>54</sup>

A expectativa em torno da colocação dos novos filtros pela fábrica Itaú era grande. O “Jornal dos Bairros” estabeleceu, a partir de dezembro de 1979, uma emocionante contagem regressiva para o fim da poluição. A cada edição lançada, atualizava-se a contagem de dias para o encerramento do prazo dado à fábrica Itaú: “Faltam menos de 30 dias para acabar o infernal pó da Itaú”. O jornal alimentou as expectativas trazendo matérias que relembravam o histórico de luta contra a poluição e endossava a participação e a vitória dos moradores.

---

<sup>52</sup> De autoria de Dias Gomes e Walter George Durst, “Sinal de Alerta” contou com 112 capítulos. Ver: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/sinal-de-alerta/>. Acessado em 12/03/2020.

<sup>53</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 76, 14 a 27 de set. de 1979, p. 12.

<sup>54</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 63, de 10 a 23 de mar. de 1979, p. 4.

O relatório final de acompanhamento da situação na fábrica Itaú atestou que durante o período de avaliação (julho de 1978 a outubro de 1979) a indústria se esforçou para melhorar as características operacionais dos equipamentos em atividade e adequar suas ações aos termos do convênio estabelecido com os órgãos competentes. De acordo com o histograma comparativo das médias mensais obtidas em 1978 e 1979, no município de Contagem, houve sensível redução nos níveis medidos, mas os valores ainda superavam, e muito, os níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para áreas industriais e residenciais (TABOADA; RODRIGUES, 1980, p.7).

As próximas etapas necessárias ao acompanhamento exigiam a medição nas quatro chaminés para a avaliação da emissão e da operação dos equipamentos. Porém, para dar continuidade ao trabalho, era necessário o envio e a aprovação pela Secretaria Especial de Meio Ambiente de nova proposta de ordem de serviço. Nossa pesquisa não encontrou qualquer documento que comprovasse o atendimento a essa nova solicitação.

Apesar de desconhecermos em termos técnicos a eficácia dos novos filtros instalados, sabemos que a recepção dos moradores foi positiva. “O pó da Itaú” parecia realmente ter chegado ao fim de acordo com as declarações dos moradores ao “Jornal dos Bairros”. Para comemorar a vitória, foi celebrada uma missa na paróquia do bairro Eldorado que contou com a presença de 800 pessoas. Durante a celebração, realizou-se uma caminhada ao redor da praça do bairro com moradores carregando pássaros, cartazes e plantas. Os membros da comissão contra a poluição, incluindo padre Gustavo, ressaltaram o esforço coletivo e a importância daquela vitória para toda a comunidade, mas que ainda era preciso cobrar o fim da poluição de empresas como a Lafersa e a Magnesita, que continuavam poluindo o ar da cidade de Contagem.<sup>55</sup>

Durante o ano de 1980, as edições do “Jornal dos Bairros” deram destaque a esses novos enfrentamentos e negociações entre moradores, órgãos regulatórios e donos de indústrias, como a Lafersa. Nada se falou contra a fábrica Itaú até meados de 1981, quando o jornal publicou uma pequena nota denunciando que a Itaú teria voltado a despejar o pó de cimento retido nos filtros durante o período da noite.<sup>56</sup> Nas edições subsequentes, não mais encontramos qualquer notícia que reiterasse essa situação. A última edição do “Jornal dos Bairros”, que passava por dificuldades financeiras, foi distribuída em dezembro daquele ano.

---

<sup>55</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 89, de 26 de abril a 23 de mai. de 1980, p. 4.

<sup>56</sup> JORNAL DOS BAIRROS, nº 104, julho de 1981, p. 7.

De toda forma, a indústria diminuiu sistematicamente suas atividades na Cidade Industrial deixando de produzir cimento a partir de julho de 1984 e, encerrando totalmente as suas atividades em Contagem em 1988. A explicação para a desativação está atrelada a alguns fatores.

Nos anos 1980, não apenas o consumo interno de cimento se reduziu devido à crise econômica e social que assolava o país, como também existiam dificuldades para a importação de óleo combustível devido à adoção de uma nova política energética pelo governo brasileiro (MELO, 1992, p.195 e 198). Essa política desencorajou o uso do petróleo aumentando significativamente o seu preço e estabelecendo cotas para o fornecimento de óleo às indústrias. A medida teve um impacto significativo se considerarmos que a fábrica Itaú consumia em seu processo produtivo mais energia térmica do que outras indústrias do mesmo ramo e, conseqüentemente, mais combustível.

Não podemos nos esquecer de que no mesmo período surgiram normas ambientais que progressivamente estabeleceram limites de emissão de poluentes tanto para essa atividade produtiva quanto para outras fontes fixas. O Grupo Votorantim, que respondia pela Itaú naqueles anos, havia destinado muitos recursos para “despoluir” o processo de fabricação do cimento na unidade produtiva de Contagem devido à grande pressão popular. Adequar-se a uma política energética convertendo, por exemplo, o seu processo produtivo para um modelo menos dispendioso, não se ajustava, muito possivelmente, aos planos da empresa, que optou por desativá-la sistematicamente.

É importante compreendermos que, embora o processo de desativação da fábrica Itaú tenha definitivamente posto fim à poluição que incomodou por tanto tempo os moradores de Contagem, seu fechamento não coroou a vitória daqueles que se engajaram no Movimento contra a poluição da Itaú. A desativação da indústria representou também a perda de vários postos de trabalho em um período marcado pela recessão econômica. A trajetória de luta dessas pessoas, porém, deve ser lembrada como um movimento de resistência contra um modelo que explorou os cidadãos mais pobres e distribuiu de forma desigual a riqueza e também os malefícios ambientais do desenvolvimento.

A luta contra a poluição do ar em Contagem questionou esse modelo e reivindicou o direito ao bem estar e às melhores condições de vida, assim como também se desenvolveu como uma trama conectada a outras inúmeras narrativas, a um contexto nacional de protestos e de pressão ambiental contra indústrias poluidoras consideradas de “interesse nacional”. Dessa

forma, é possível interpretar o movimento contra a poluição em Contagem como um fenômeno de aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais.

Ao término desta pesquisa, não seria um equívoco dizermos que “o pó da Itáú” permanece na memória dos moradores mais antigos da cidade de Contagem e, quem sabe, encontra-se silenciosamente depositado em alguns dos seus milhões de alvéolos pulmonares.

#### **Referências Bibliográficas:**

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 151-167, nov. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300008) Acessado em: 12 mar. 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5.ed. Tradução: Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

BAKONYI, Sonia Maria Cipriano et al. Poluição atmosférica e doenças respiratórias em crianças na cidade de Curitiba, PR. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 5, p. 695-700, Oct. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102004000500012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000500012&lng=en&nrm=iso) Acessado em: 12 mar. 2020.

BRAGA, Alfésio Luís Ferreira et al. Poluição atmosférica e saúde humana. **Revista USP**, São Paulo, n.51, p. 58-71, set./nov., 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acessado em: 12 mar.2020.

CARVALHO, Alessandra Isabel de; PÁDUA, José Augusto; SEDREZ, Lise Fernanda. A Pós-Graduação e o Avanço da História Ambiental na América Latina. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.7, n.3, set. -dez. 2018, p. 11-20. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/download/3424/2471/>. Acesso em: 20 abril. 2020

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; FARIAS, Carmen Roselaine; PEREIRA, Marcos Villela. A missão "ecocivilizatória" e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. **Ambient. soc.**, São Paulo, v.14, n.2, p. 35-49, dez. 2011. p.38 Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2011000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000200004&lng=en&nrm=iso). Acessado: 12 mar. 2020.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Boletim de Informações e Dados Urbanos**. Agosto de 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DRUMMOND, José Augusto. Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 123-148.

DRUMMOND, José; BARROS-PLATIAU, Brazilian Environmental Laws and Polices, 1934-2002: A Critical Overview. **LAW & POLICY**, v.28, n.1, January, 2006.

DUARTE, Regina Horta. “Turn to pollute”: poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973). **Tempo**, Niterói, v. 21, n. 37, p. 64-87, June 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042015000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042015000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado: 12 Mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, v.41, n.2, p.144-162, 2005.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Os fantasmas do vale: conflitos em torno do desastre ambiental em Cubatão, SP. Revista de Ciências Sociais – **Política & Trabalho**, v. 25, p. 165-188, 10 dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6744>. Acessado em: 12 de mar.2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Situação ambiental na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: s.n., 1976.

GUIMARÃES FILHO, Tito (Coord.). **Dossiê Itaú- A fumaça Assassina**. Belo Horizonte: Armazém de ideias, 2000.

LITTLE, Paul Elliot. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. p.107-122. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.) / ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia. (Orgs.). / HEREDIA, Beatriz et al. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2004.

MAIA, Carlos Alvarez. **História, Ciência e Linguagem: O dilema do relativismo-realismo**. - 1.ed. –Rio de Janeiro: MauadX, 2014.

MAURY, Maria Beatriz de Carvalho. **Impactos e conflitos da produção de cimento no Distrito Federal Brasília**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

MELO, Maria Cristina Pereira de. Ajustamento energético dos anos 80: a experiência da indústria cimenteira brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 46, nº 2, abr./ jun. p. 185-210, 1992, p.195 e 198. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/548/7895>. Acessado em : 12 mar. 2020.

MINAS GERAIS. **Diagnostico das áreas industriais existentes na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1978.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: **Cidade, Povo e Poder**. 2 ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de contagem** – Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREIRA, Elenita Malta. Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75) **Revista de História IberoAmericana**. Vol. 7, nº 2. 2014, p. 1-20.

QUICK, Telmo; Carlos, PAULINI, Ernest. **Contribuição ao estudo da poluição atmosférica e das doenças pulmonares em Belo Horizonte**. Academia Mineira de Medicina. Fundação João Pinheiro, 197...

SANTI, Auxiliadora Maria Moura. **Co-incineração e co-processamento de resíduos industriais perigosos em fornos de clínquer: investigação no maior pólo produtor do País, Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG, sobre os riscos ambientais e propostas para segurança química**. Tese (Doutorado em Engenharia) - Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade de Campinas, 2003.

SILVA, Renata Cristina. **Poluição do ar e conflitos socioambientais: o caso da fábrica Itaú – Contagem – Minas Gerais (1975-88)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

TABOADA, Adelino Guillén; RODRIGUES, Clóvis Walter. **Itaú antipoluidores: Relatório de acompanhamento da situação na Fábrica Itaú, em Contagem**. Belo Horizonte: CETEC, 1980.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. **“A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar”: A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte - MG**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/08/tese-raquel.pdf>. Acessado em: 12 mar. 2020.

VEYRET, Ivete. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

## Entre a patrimonialização e a incompreensão: A visão dos moradores do bairro Lagoinha, Belo Horizonte, em relação ao processo de tombamento histórico e cultural do conjunto urbano da região

Between patrimonialization and incomprehension: The vision of the residents of the Lagoinha neighborhood, Belo Horizonte, in relation to the process of historical and cultural overturning of the urban complex in the region

**Márcio Mota Pereira**

Doutor em História

Universidade Federal de Minas Gerais

drmmota@yahoo.com.br

**Recebido em:** 06/03/2020

**Aprovado em:** 09/04/2020

**Resumo:** Em Belo Horizonte, a Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura é responsável pela gestão do patrimônio histórico e cultural, circunscrito à territorialidade da capital mineira. A partir de 2016, este órgão público de início a um processo de inventariação, com o objetivo de assegurar a preservação patrimonial de edificações históricas situadas no bairro Lagoinha, região que ao longo das últimas décadas foi impactada por várias mudanças urbanísticas, para além de outras, de ordem social. Longe de buscar as respostas para as questões que envolvem o tombamento de edificações na região junto ao poder público, essa pesquisa teve por finalidade verificar junto aos seus moradores quais fatores, circunstâncias ou mesmo instâncias encontram-se deficientes no que se propõe essa iniciativa, assim como o reflexo e o significado do tombamento patrimonial para os mesmos. Para tanto, utilizou-se a metodologia de pesquisa entrevista em sua forma semiestruturada, como modo de obtenção de informações junto aos moradores do bairro.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Cultural edificado; Preservação Histórica e Cultural; Lagoinha.

**Abstract:** In the municipality of Belo Horizonte, Brazil, the Directorate of Cultural Heritage (Diretoria de Patrimônio Cultural) of the Municipal Foundation of Culture (Fundação Municipal de Cultura), is responsible for the management of historical and cultural heritage, limited to the territoriality of the Minas Gerais state capital. In the year 2016, this public body increased its role in ensuring the heritage preservation of historic buildings located in the Lagoinha neighborhood, a region that over the past decades has been impacted by various urban changes, in addition to others, of a social nature. Far from seeking answers to the questions that involve the listing of buildings in the region by the government, it is the objective of this research to check with its residents which factors, circumstances or even instances are deficient in what is proposed, as well

as the reflection and the meaning of the heritage listing for them. For this, we used the interview research methodology in its semi-structured form, as a way of obtaining information from the neighborhood residents.

**Keywords:** Built Cultural Heritage; Historical and Cultural Preservation; Lagoinha (Brazil).

### Introdução

No ano de 2016, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte publicou uma Deliberação (nº 193, de 15 de dezembro) com o objetivo de tornar patrimônio histórico e cultural do município um considerável número de edificações situadas nos bairros Bonfim, Carlos Prates e Lagoinha, bem como pela inscrição seus respectivos conjuntos urbanísticos e arquitetônicos no livro do tombamento Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do município (BELO HORIZONTE, 2016).<sup>1</sup>

Essa ação, considerada um avanço em direção à valorização da materialidade histórica, arquitetônica e urbanística da capital mineira, no entanto, foi responsável por gerar debates entre a população que habita e trabalha nessa região, sobretudo pela grande maioria ter sido mantida à margem deste projeto de patrimonialização, desde sua fase de elaboração. Também o desconhecimento dos assuntos inerentes ao patrimônio edificado e as ações de tombamento cultural material e imaterial, inclusive, por considerável parcela dessa mesma população, podem ser considerados fatores responsáveis pela incompreensão da importância dos processos de tombamento cultural como um todo.

A partir do quadro descrito, é intenção do presente artigo verificar o processo de aceitação e negação dos processos de patrimonialização e tombamento histórico e cultural do patrimônio edificado especificamente no bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, a partir da opinião dos moradores, proprietários e demais pessoas que utilizam imóveis arrolados na Deliberação supracitada.

Para analisar como o processo de patrimonialização do conjunto urbano do bairro Lagoinha vêm sendo compreendido por parte da população diretamente impactada pelo mesmo, utilizou-se um questionário para a realização de uma entrevista semiestruturada, a partir da qual levantou-se os dados e as informações que nos levam à conclusão de que esse processo vêm

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da versão final do trabalho de conclusão de curso apresentado pelo autor, no ano de 2019, como pré-requisito para a obtenção da titulação de Especialista em Gestão Pública, pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

sendo desenvolvido de forma centralizada pelos órgãos públicos, para além de que não há, em sua estrutura, propostas de conscientização da população local acerca da importância de seu desenvolvimento. Além da entrevista semiestruturada, a revisão bibliográfica foi fundamental para reafirmar a importância do bairro Lagoinha no contexto histórico da formação urbana de Belo Horizonte, bem como do próprio processo de patrimonialização que a Fundação Municipal de Cultura busca conferir a esta região.

### **O bairro Lagoinha na história de Belo Horizonte**

Entre os anos 1894 e 1897, um conjunto de profissionais, entre arquitetos e engenheiros, compôs a Comissão Construtora da Nova Capital, com o objetivo elaborar e implementar um dos mais ousados projetos urbanísticos até então realizados na América Latina: a construção de uma nova cidade, possuidora da estrutura e da infraestrutura necessária para o desenvolvimento regional e estadual futuro. Essa cidade haveria de ser inaugurada ao fim desse recorte histórico, mais precisamente a 12 de dezembro de 1897, com o nome de Cidade de Minas, primeira denominação da nova capital de Minas Gerais, edificada sob as ruínas do então arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del-Rei, em terras pertencentes, à época, à cidade de Sabará.

Projeto de inspiração francesa (SALGUEIRO, 1995; OLIVEIRA e ANDRADE, 2014), positivista (DE SOUZA GROSSI, 1997; LOPES, 2003) e higienista (COSTA e ARGUELHES, 2008), a análise da planta elaborada para orientar os trabalhos de engenharia para a construção da nova capital apresenta o novo plano urbano proposto, dividido em três grandes zonas denominadas “Urbana”, “Suburbana” e de “Rural” (MINAS GERAIS, 1895). Enquanto na zona mais externa, Rural, deveriam estar localizados os sítios e demais propriedades rurais, responsáveis pelo plantio e abastecimento de gêneros básicos para a nova capital, na zona intermediária, chamada de Suburbana, deveriam ser estabelecidas as fábricas e as residências da classe operária, sendo que nesta região, diferentemente da zona Urbana, a principal, o ordenamento viário foi disposto respeitando a topografia do terreno, sem maior preocupação urbanística. Já na zona central, chamada de Urbana, cerne da nova capital, deveriam figurar as atividades administrativas e comerciais, os edifícios públicos e as propriedades construídas para os novos habitantes da capital, sobretudo os funcionários públicos, muitos dos quais oriundos da velha capital, Ouro Preto. Nesta parte da nova *urbe*, especificamente, houve uma clara preocupação com o ordenamento urbano, sobretudo a partir da construção de uma nova malha viária, considerada para a época larga e moderna, com ruas dispostas umas entrecortando as

outras, com as esquinas formando ângulos de 90°, como em um tabuleiro de xadrez, todas começando e terminando em uma avenida, chamada à época de 17 de dezembro, atual Avenida do Contorno, responsável por demarcar o limite dessa zona.

Como demonstrou Abílio Barreto (1996), o crescimento de Belo Horizonte – a mudança do nome da capital foi realizada em 1901, voltando à sua antiga denominação – em poucos anos superou a expectativa populacional prevista pelos trabalhos que norteavam os projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo da Comissão Construtora da Nova Capital, e uma das regiões que mais se adensou populacionalmente foi aquela que estava situada no entorno do local então considerado a porta de entrada da cidade, a Praça da Estação.

Segundo Cíntia Freire (2011, p. 110, *apud* GONZAGA, 1999; TEIXEIRA, 1996), com o rápido crescimento de Belo Horizonte as regiões dos atuais bairros Lagoinha e Floresta, compreendidas para além da avenida 17 de Dezembro, já na zona suburbana, foram aquelas que mais se desenvolveram, “como um prolongamento da área da estação, à direita do Ribeirão Arrudas”. Fato semelhante também aconteceu na outra vertente do novo centro urbano, na região do atual bairro de Santa Efigênia, à época, Bairro do Quartel, assim denominado em função da presença do aquartelamento da Brigada Policial. Segundo Freire (2011, p. 110), as regiões da Lagoinha e Floresta também cresceram rapidamente devido à “proximidade com a linha do trem”, que “se constituiu como atrativo” para o comércio e, este, para as residências.

Freire (2011, p. 112, *apud* AGUIAR, 2006) assinala ainda que a região que atualmente compreende os bairros Bonfim, Carlos Prates e Lagoinha “nasceu a partir das colônias agrícolas Carlos Prates e Américo Werneck, incorporadas formalmente à zona suburbana de Belo Horizonte, nas décadas de 1910 e 1920”, ainda que a região já estivesse ocupada desde antes do início das obras para a construção da nova capital. À época da inauguração da capital, o número de habitações nessas regiões cresceu vertiginosamente, principalmente aquelas que eram caracterizadas como “habitações provisórias, construídas sem licença da prefeitura” (FREIRE, 2011, p. 112, *apud* PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE, 1922, p. 51). Esse crescimento está relacionado ao fato dessas regiões manterem certa proximidade como os locais de trabalho dos operários contratados pela Comissão Construtora, muitos dos quais imigrantes oriundos da Itália, Portugal e Espanha, para além de outros tantos migrantes do interior de Minas Gerais.

Apesar da posterior regularização territorial da região, com a criação de vilas operárias e o cerceamento da ocupação e do estabelecimento de habitações de forma desordenada, com o

passar dos anos o bairro Lagoinha foi se consolidado como região responsável por registrar “a história da imigração para a metrópole em construção”, transformando-se em um “espaço apropriado para as classes médias” e baixas, e local responsável pela “exclusão progressiva das camadas de menor renda”, em detrimento daqueles que possuíam, como local de habitação, o entorno do novo centro de poder do Estado, a Praça da Liberdade. Freire (2011, p. 112) salienta que apesar da proximidade com o Centro da capital, com o passar dos anos esta região assistiu “à substituição do uso residencial pelo [uso] comercial e de serviços”, decorrendo uma considerável perda de “população em termos absolutos”, a qual não foi sendo repostada ao longo das décadas. Disso resulta, segundo a autora (2011, p. 112), ao analisar especificamente um recorte desse território, a saber, o bairro Lagoinha, uma região “decadente, com suas edificações descaracterizadas e paisagem fragmentada por conta das intervenções urbanas” (FREIRE, 2011, p. 112), como as obras viárias recentemente construídas. A despolarização do bairro Lagoinha, por sua vez, também foi acompanhada do abandono físico e da desvalorização monetária dos imóveis da região, alguns dos quais ainda mantêm as características arquitetônicas do início do século passado. Essas condições, quais sejam, a existência de um patrimônio histórico edificado e a constante ameaça de sua integralidade, sobretudo, foram fatores responsáveis pela propositura de inserção, dos mesmos, nos livros de Tombo Histórico e Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, processo que teve início ainda no ano de 2016, com a deliberação, por parte da Diretoria de Patrimônio Cultural do município, com a aprovação de medidas visando à proteção do Conjunto Urbano que compreende os bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, com fins de salvaguarda de suas mais representativas edificações, sobretudo aquelas construídas ao longo das primeiras décadas do século passado, quando do início da ocupação da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2016).

Por outro lado, também já eram existentes ações de reivindicação por parte da sociedade da região em relação à necessidade de se preservar o patrimônio edificado do bairro Lagoinha, sendo o “Movimento Viva Lagoinha” um dos expoentes dessas demandas (REVISTA ENCONTRO, 2015). Também a mídia belo-horizontina, em diversos momentos, por meio de reportagens veiculadas em periódicos, evidenciou o crescente estado de abandono para com uma considerável parcela das construções históricas daquela região (BAIRRO LAGOINHA..., 2013; BH VAI ESTUDAR..., 2015; O TOMBAMENTO..., 2015).

Essas reportagens, no entanto, expressam as reivindicações externadas por parte dos movimentos culturais que buscam a preservação da história e cultura da região, bem como sua

divulgação, por meio de iniciativas como, por exemplo, o “Rolezinho Lagoinha”, organizado pelo “Movimento Viva Lagoinha”, roteiro feito a pé pelas ruas do bairro com o objetivo de “conhecer suas histórias, parando para conversar com moradores que são personagens essenciais para quem quer descobrir os tantos lados da Lagoinha” (ROLEZINHO... 2019). O “Rolezinho Lagoinha” é divulgado pelas redes sociais e também por reportagens que abordam o evento, fazendo com que a procura seja maximizada, ainda que conte também com outras formas de divulgação, como a realização do trajeto acompanhado de alunos de escolas da região, conquanto essa possibilidade pouco atinja o público adulto e não sirvam como propostas para a efetivação do tombamento, processo que, inclusive, não conta com a participação da sociedade civil, como veremos mais à frente.

À época de tal deliberação, o bairro Lagoinha possuía apenas doze bens tombados a nível municipal, a saber, sete bens imóveis, sendo um a totalidade do Conjunto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), além de três praças e duas árvores. Paralelamente, outras 439 edificações estavam em processo de tombamento sendo que desses, 104 já tinham processo aberto antes da concessão do tombamento (LAGOINHA, 2016).

Em relação ao estado de conservação dos imóveis assinalados para o tombamento, verifica-se que passados mais de dois anos da oficialização dos trâmites legais para a salvaguarda dos mesmos, pouco se fez para que fosse contida a deterioração de muitas destas edificações, sendo visível a descaracterização das mesmas, tanto aquela intencional, com a realização de obras realizadas em curto espaço de tempo e sem a orientação de profissionais, como arquitetos, ou ainda com a clara intenção de eliminar os fatores patrimonializantes, incluindo a derrubada por completo dos imóveis, de modo a descaracterizá-lo e impedir seu tombamento, seja decorrente das ações do tempo.

Sugere-se, como hipótese para a constatação do cenário em questão, certa falta de iniciativa do poder público municipal para com a efetiva execução do projeto, presunção que pode ser fragmentada face à falta de recursos financeiros para a concretização das ações previstas e a falta de recursos humanos capacitados nos órgãos responsáveis, em quantidade suficiente, para o devido desenvolvimento do plano proposto, bem como, como assinalado, a ausência de interesse por parte dos proprietários dos imóveis em processo de tombamento. Ao longo de nossas entrevistas, verificamos que concorre enormemente para a manutenção desse último cenário a percepção, por parte dos proprietário de imóveis passíveis de tombamento, que esse

processo poderia tornar inviável a realização de obras nos mesmos, haja vista que estes teriam que obedecer às normas municipais antes de qualquer tipo de planejamento ou execução de serviços de engenharia civil em suas propriedades ou, ainda, que o tombamento seria responsável pela desvalorização dos imóveis, considerando que possíveis compradores não haveriam de demonstrar interesse pelos mesmos motivos; o impedimento da construção e a modificação das edificações tombadas. Analisar esse fenômeno, *a posteriori*, será fundamental para compreender que a informação e sua devida divulgação são fundamentais para a efetivação da patrimonialização em comunidades que nem sempre se mostram cientes da importância da preservação do patrimônio histórico.

### **A patrimonialização em Belo Horizonte**

Quando se fala em patrimônio cultural normalmente associa-se a esta terminologia estátuas e pinturas, obras arquitetônicas de grandes dimensões, bairros ou mesmo cidades, como as Ruínas dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul ou ainda a cidade de Ouro Preto, destarte a atual compreensão de patrimônio cultural esteja muito além da materialidade no que é significativo para a história, as artes e a cultura (CASTRO, 2008; PELEGRINI e FUNARI, 2008).

Estes exemplos constituem-se, na verdade, apenas uma fração do que até o momento foi integrado à categoria de patrimônio (GONÇALVES, 1988, 2002; FUNARI, 2006; LEMOS 1982; TAMASO, 2005) e são, pois, apenas parcelas representativas do patrimônio histórico e cultural brasileiro em sua máxima dimensão, configurando-se ainda parte da Nação por suas peculiaridades históricas, artísticas ou culturais. Nesse ínterim, cabe aqui também destacar a existência de múltiplas instâncias responsáveis pela salvaguarda desses bens, como o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a nível nacional; o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IEPHA, e a Fundação Municipal de Cultura, na cidade de Belo Horizonte.

Em relação à matéria jurídica, o Artigo nº 216, da Constituição Federal promulgada em 1988, compreende como sendo patrimônio cultural:

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos que difundem grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;

- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1998)

Se até a década de 1970, quando as políticas públicas destinadas a tratar do patrimônio eram predominantemente pautadas pelas ações e estudos acerca dos bens móveis ou ainda em arquitetura, o chamado “patrimônio de pedra e cal” (OLIVEIRA, 2007), reflexo das propostas importadas desde a Europa, difundidas no âmbito da civilização Ocidental e corroborados aqui a partir da década de 1930, conquanto Mário de Andrade, à frente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, também fosse expoente da necessidade de se preservar outras diversidades e sentidos da arte, conceito que dividiu em oito “categorias” em seu anteprojeto e que englobavam a arte ameríndia, instrumentos de agricultura, caça e pesca, vocabulários, cantos, lendas, músicas populares, entre outras representações das ditas sociedades tradicionais brasileiras. A própria “arte” foi descrita por Andrade como sendo a “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (ANDRADE, 1981, p. 44), numa perspectiva que maximiza sua aceção de modo a abordar outras tantas compreensões possíveis.

Desde então os estudos históricos e culturais foram responsáveis por ampliar a compreensão do que é “patrimônio”, desvinculando-o do “artístico” e alargando sua compreensão e consolidando as “coisas” da identidade e da memória, durante décadas negligenciadas, consolidando-se a teoria do patrimônio cultural imaterial. A sedimentação de todo esse processo encontraria, a partir do ano 2000, lugar seguro para seu desenvolvimento a partir do Decreto nº. 3.551/2000, que criou o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” e instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, divididos em quatro livros, a saber, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares e Saberes.

Segundo Márcia Sant’Anna, o patrimônio encontra nas políticas públicas

um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação. Isto significa que, nestes casos, o plano das intenções é importante, pois ele tem muito a revelar sobre o pensamento corrente a respeito de um determinado campo de interesse da sociedade. As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por

meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão. (SANT'ANNA, 1995, p. 37)

Para que essas políticas públicas sejam consideradas abrangentes, democráticas, eficazes e inclusivas, no entanto, há a necessidade da participação de outros agentes que não apenas as esferas governamentais e jurídicas, por meio de seus legítimos representantes. Sobre esse assunto, Ana Lúcia Meira (2004) entende que no âmbito do patrimônio cultural a “gestão que se realiza com os atores sociais diretamente envolvidos no processo” é igualmente ou mais significativa, e que esta pode ser realizada de forma “espontânea ou incentivada por uma política pública”. Em Belo Horizonte, o órgão responsável pelas ações concernentes à preservação patrimonial, como mencionado, é a Fundação Municipal da Cultura.

Instituída por meio da Lei n.º 9011, em 1º de janeiro de 2005, a Fundação Municipal de Cultura, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, tem por objetivo a formulação e a realização de projetos e atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural na cidade de Belo Horizonte. É, ainda, responsável pela gerência de 32 unidades administrativas, onde são realizadas atividades de formação e difusão artística e cultural, como o arquivo público municipal, bibliotecas, centros culturais, centros de referência, cinema, museus e teatros. A Fundação Municipal de Cultura é, também, responsável pela proposição e efetivação de ações realizadas visando ao tombamento cultural material e imaterial no âmbito do município. É nessa seara que se encerra nosso interesse.

Segundo Marco Antônio Borges (2005), o processo de tombamento cultural é compreendido juridicamente a partir das expressões "Livros do Tombo" e "Tombamento", originárias da doutrina jurídica portuguesa, “para o qual a palavra tombar significa: inventariar, arrolar ou inscrever nos arquivos do Reino, guardados na Torre do Tombo, em Lisboa”. O tombamento, no entanto, não é a única forma de proteção do patrimônio cultural, sendo a realização de inventários culturais, os registros em livros e a desapropriação outras formas de preservação consideradas igualmente efetivas, conforme disposto no Parágrafo 1º do Artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (BRASIL, 1988).

Certos de que o objetivo maior do processo de tombamento cultural quando relacionado ao patrimônio edificado é a manutenção das tradições históricas e culturais, haja vista a necessidade do homem de estabelecer alguma continuidade histórica, para que possa evoluir sem, contudo, perder sua vivência histórica e cultural, quanto às especificidades desse processo de

tombamento, específico para o patrimônio edificado, Tarcísio Botelho e Luciana Andrade (2005, *apud* PRAXIS, 1996, p. 12) consideram que este se dá sobre os planos internos e externos do bem cultural, quando o tombamento é total, sendo esta a categoria máxima de tombamento, no intuito de proteger a totalidade do bem. Há, ainda, a possibilidade do tombamento parcial, aquele que incide sob as “fachadas, volume e altimetria, que se aplica especialmente” e que comumente se aplica aos conjuntos urbanos como um todo, “porque é comum existirem nestas áreas edificações que, isoladamente, não contam com a motivação da excepcionalidade ou singularidade, seja do ponto de vista histórico, artístico ou arquitetônico”, mas que “por fazerem parte de um conjunto ou estarem inseridas num contexto específico, assumem valor cultural, justificando-se assim seu tombamento”, panorama que encontra no bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, lugar apropriado à sua ação.

Cientes ainda de que os processos de preservação patrimonial devem ser de conhecimento da população que utiliza os edifícios, monumentos e demais lugares tombados e relacionados à cultura material e imaterial de dada região, com ênfase no esclarecimento do significado de tais ações, processos e saberes, com o devido esclarecimento dos ônus e dos bônus neles circunscritos, há, no entanto, a possibilidade de que todo esse conjunto possa ser responsável por reações positivas ou negativas desde a população para com o processo de patrimonialização.

Ou seja, se ao tombamento de uma edificação poderia ser e gerar, à primeira vista, e pelo menos na teoria, uma reação positiva por parte de seu proprietário e da comunidade para com esse processo, o que foi possível verificar, ao longo do presente estudo, por meio das entrevistas realizadas com os proprietários e com outras pessoas que usufruem de imóveis em processo de salvaguarda material no recorte geográfico em questão, no entanto, o tombamento de algumas edificações ou mesmo do conjunto urbano do bairro da Lagoinha desperta interesse positivo apenas em uma parcela dos entrevistados, sendo que a outra parte analisa esse cenário com forte apelo prejudicial, sobretudo a partir do ponto de vista econômico e de suas individualidades.

### **O tombamento cultural de edificações do bairro Lagoinha na opinião de seus moradores**

Além da pesquisa bibliográfica e da revisão da literatura, realizadas com o objetivo de compreender a importância histórica do bairro Lagoinha e dos processos de patrimonialização em Belo Horizonte, utilizou-se da metodologia de pesquisa entrevista semiestruturada para a

realização de um estudo qualitativo, com o objetivo de obter informações sobre os processos de tombamento cultural a partir da acepção dos moradores do bairro Lagoinha., bem como da implicação do mesmo quando realizado nessa região.

Para tanto, formulou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, através das quais os entrevistados foram entrevistados sobre o mote em questão. Para René Birochi (2015, apud DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 3), o uso de questionários quando da realização de entrevistas revela-se um valioso instrumento de captação de informações, face à sua capacidade de inserir o “pesquisador na realidade”, ou seja, de proporcionar ao pesquisador ser “parte integrante do contexto de sua pesquisa”, para além de poder utilizar, na esteira da entrevista, e quando disponíveis, “outras técnicas de coletas de dados tais como anotações em diário de campo, fotografias”, acervos particulares dos entrevistados, etc.. Ainda segundo Birochi (2015, p. 105-106), a entrevista quando realizada em sua forma semiestruturada, ou seja, com maior flexibilidade em relação às perguntas presentes no questionário, possibilita ao entrevistador formular uma pergunta de outra forma, que não aquela não compreensível num primeiro momento, garantindo-se a compreensão do questionamento, para além de possibilitar a formulação de perguntas advindas de respostas concedias pelos entrevistados e até então não presentes no roteiro elaborado, sendo este, segundo o autor, método de pesquisa considerado “um dos instrumentos mais ricos e utilizados para a coleta de dados empíricos” e elemento fundamental para o estabelecimento do contato do pesquisador para com o objeto de pesquisa, por intermédio daqueles que o vivenciam.

Da mesma forma Augusto Triviños (1987, p. 146 e 152) considera que a entrevista semiestruturada é propícia para a realização de questionamentos básicos, apoiados em hipóteses e teorias que se relacionam ao tema da pesquisa. Esses questionamentos estão, geralmente, estruturados na forma de um questionário, que deve ser seguido pelo entrevistador, podendo ser alterado ao longo da entrevista de modo a obter informações que possam ser consideradas valiosas para a pesquisa que se quer desenvolver. Segundo o autor, a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. Também Eduardo Manzini (1990, p. 158) considera que essa qualidade de método de obtenção de dados é responsável por coletar informações “de forma mais livre, e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas”.

Logo, esta pesquisa também pode ser considerada qualitativa, pois “tenta explicar a totalidade da realidade através do estudo da complexidade dos problemas sociopolíticos, econômicos, culturais, educacionais, e segundo determinadas peculiaridades de cada objeto de estudo” (OLIVEIRA, 2010, p. 58), assim como disponibiliza métodos e técnicas que buscam atender os objetivos propostos na pesquisa:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento. Ainda segundo Sílvia Oliveira (1999, p. 117), as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2010, p. 59).

Quando das entrevistas, optamos por realizar as mesmas com pessoas que possuíssem alguma relação com os imóveis em processo de tombamento, sendo este o critério para a escolha dos personagens. Desse modo, buscamos os proprietários dos respectivos imóveis, presentes na deliberação que trata do tombamento dos imóveis da região, para identificar estas edificações e seus respectivos proprietários ou usufruintes, como locatários, por exemplo. A escolha por estes depoentes decorre ainda da relação que os mesmos apresentam para com a história local, muitos deles vivenciando as transformações que foram sendo realizadas ao longo das décadas no contexto urbano da região, tornando-se possuidores de uma memória que é, também, parte da memória do bairro Lagoinha, para além de privilegiar “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória”. (ALBERTI, 2004, p.16). Assim, a propósito a realização das entrevistas, oito voluntários, entre moradores, comerciantes e demais frequentadores da região, concordaram em participar das entrevistas e oferecer seus depoimentos. Os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar suas respectivas identidades (MARCUSHI, 1986).

Sobre a quantidade de entrevistados, convém esclarecer que a abordagem de candidatos à entrevista na região é de grande complexidade, haja vista o contexto social em que se encontra hoje o bairro Lagoinha, sobretudo em função da sabida comercialização e uso de substâncias entorpecentes na região, o que suscita algum temor dos mesmos para com a recepção a estranhos. Ademais, muitas residências que se encontram em processo de tombamento, de acordo com a Deliberação nº 193, encontram-se fechadas por não utilização ou mesmo por

estarem inaptas para tal, algumas das quais em ruínas, inclusive. Também é grande no bairro o número de moradores em idade avançada, muitos dos quais são auxiliados por parentes, amigos ou por cuidadores profissionais, que igualmente não facultam o acesso a desconhecidos. Por esses motivos, consideramos que a apresentação do projeto de pesquisa e o convite para a participação na mesma por parte dos proprietários e residentes foi consideravelmente influenciada. Também o prazo estabelecido para o desenvolvimento da pesquisa, incluindo a coleta de informações e análise de dados, deve ser considerado fator limitador e responsável por influenciar, igualmente, no desenvolvimento da pesquisa.

Os voluntários possuíam, à época das entrevistas, idades que compreendiam os 35 e os 80 anos, sendo que quatro definiram-se como pertencentes ao sexo masculino e quatro ao sexo feminino. Em relação ao grau de escolaridade, um declarou possuir o Ensino Fundamental Completo; quatro entrevistados o Ensino Médio Completo e três entrevistados o Ensino Superior completo. Quanto à naturalidade dos entrevistados, seis entrevistados afirmaram ser naturais de Belo Horizonte, e dois entrevistados de outras cidades do estado, morando na cidade e no mesmo bairro há mais de dez anos.

Quando questionados se já ouviram falar em Patrimônio Cultural, sete entrevistados afirmaram que sim; que já haviam ouvido falar em Patrimônio Cultural, enquanto apenas um entrevistado respondeu que não havia ouvido falar em Patrimônio Cultural. Sobre o significado do patrimônio cultural para aqueles que responderam positivamente, foram respostas quais elas o Patrimônio Cultural é “algo que fica perpétuo para cidade, para o município, para ficar na história” (Maria); “alguma coisa já antiga, quem tem que manter o padrão” (Taiane), ou ainda “as casas tombadas, a fim de se preservar a história do bairro, da cidade” (Warley).

Uma questão específica elaborada para a entrevista procurou verificar a consideração que os entrevistados possuíam acerca de determinados bens culturais materiais e imateriais. Nessa questão, todos os entrevistados afirmaram que consideram monumentos, praças, prédios antigos, túmulos e objetos de arte como Patrimônio Cultural. A mesma quantidade de depoentes igualmente afirmou que considera artefatos arqueológicos de pedra, cerâmica, metais, louça, vidro, ossos, etc., como Patrimônio Cultural. Dos oito entrevistados, cinco afirmaram que consideram danças, hábitos alimentares e músicas como Patrimônio Cultural. Três entrevistados afirmaram que consideram bens naturais como cachoeiras, vertentes e acidentes naturais como Patrimônio Cultural e apenas um entrevistado afirmou que considera bens financeiros como

dinheiro, joias, imóveis, carros e terras como Patrimônio Cultural. Nesta questão foi possível aos entrevistados assinalar mais de uma opção.

Ao serem questionados sobre o que significado o Tombamento Cultural, alguns entrevistados assinalaram o fato de que em um bem culturalmente tombamento, como uma edificação, “não se pode mexer, ou tirar as características” (Alberto), ou ainda que “tem que manter a estrutura original” (Guilherme). Por outro lado, opiniões negativas também se fizeram presentes. Enquanto para Cláudio o Tombamento Cultural significa a “desvalorização da casa, porque não se pode ‘mexer’”, para Alberto, após o tombamento, “não se pode fazer mais nada, até a casa cair aos pedaços”.

Quando questionados sobre quais vantagens passam a ser mercedores os bens que são tombados e se tornam patrimônio, como as edificações que concorrem à proposta da Deliberação nº 193, cinco entrevistados não souberam responder. Os outros três entrevistados apontaram a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – como um tipo de ou vantagem que o imóvel adquire após o processo de tombamento.

Ao serem questionados se o ato de salvaguardar um imóvel por meio do tombamento cultural acarreta sua desapropriação, quatro entrevistados afirmaram que não, que o imóvel não é desapropriado; dois entrevistados afirmaram que o imóvel é desapropriado quando de seu tombamento e dois entrevistados não souberam responder.

Quando questionados se tinham ciência da possibilidade de se realizar reformas e/ou restauração em imóveis tombados, quatro entrevistados afirmaram que não é possível fazer reformas em um imóvel tombado. Por outro lado, três entrevistados afirmaram que é possível fazer reformas em um imóvel tombado, ainda que a maioria desconhecesse a necessidade da contratação de um arquiteto, a elaboração de um projeto específico e de demais trâmites necessários junto à Secretaria Municipal de Cultura para que uma reforma seja possível em um imóvel tombado. Uma entrevistada não soube responder.

Ao serem questionados sobre a quem cabe a responsabilidade para o cuidado aos bens culturais, dois entrevistados consideraram que esta responsabilidade deve ser imputada ao poder federal; três entrevistados ao poder estadual, dois entrevistados ao poder municipal, dois entrevistados à sociedade como um todo e seis entrevistados consideraram que a responsabilidade sobre o bem cultural tombado deve ser exclusivamente do proprietário. Também na presente questão foi possível aos entrevistados assinalar mais de uma opção.

Por fim, quando questionados sobre a proposta de patrimonialização de parte das edificações do bairro Lagoinha, a partir da Deliberação nº 193, cinco entrevistados responderam que consideram esse processo como importante, enquanto três entrevistados não consideram esse processo como sendo importante.

Se as questões que envolvem a patrimonialização de parte das edificações da região geram controvérsias entre os entrevistados, a quase totalidade, no entanto, salienta que possui alguma relação com o imóvel em que trabalha ou reside, que esta relação é importante e, de alguma forma, justifica pelo menos pessoalmente o processo de patrimonialização, sendo possível constatar, sobretudo, depoimentos que lançam luzes sobre a transitoriedade familiar dos imóveis ao longo de gerações. Assim, de todos os oito entrevistados, sete consideram que os imóveis em que trabalham ou residem devem ser preservados, enquanto apenas um entrevistado – “Alberto, proprietário de uma residência situada na rua Turvo, construída segundo ele na década de 1970” – acredita que este processo é desnecessário em seus domínios privados, e que o mesmo seria apenas responsável pela desvalorização de sua propriedade, conquanto reconheça que o tombamento de “edificações consideradas antigas” é importante do ponto de vista cultural.

Quando questionados sobre terem ciência de outras edificações do bairro em processo de tombamento no âmbito municipal, a maioria dos entrevistados afirmou que tem conhecimento de que outros imóveis estão em processo de tombamento, conquanto não soubessem especificar quais exatamente. Um consenso, entretanto, foi perceptível. A maior parte dos entrevistados afirmou ter ciência de que “a maior parte das casas das ruas Além Paraíba e Itapeverica” se enquadram nesta perspectiva de patrimonialização, corroborando os logradouros em questão como eixos norteadores do processo de tombamento cultural proposto para a região.

Por fim, uma última questão buscou maiores informações sobre a perspectiva do que o processo de preservação significa para quem mora no bairro Lagoinha, pelo que a maioria das respostas foi considerada positiva. Enquanto “Maria” julga que é “essencial preservar a história que o bairro tem”, “Conceição” acredita que com a patrimonialização de parte das edificações, “tudo vai ficar mais bonito, mais organizado”, considerando ainda ser necessário “fazer o uso social de muitas propriedades na região”, fazendo referência ao fato de que muitos imóveis encontram-se fechados ou em estado de abandono. Já “Alberto”, por sua vez, considera que o processo de patrimonialização é “um atraso de vida, desvalorizando financeiramente o imóvel, dificultando sua venda e a criação de prédios para desenvolver o bairro”.

## Conclusão

Ao longo desta pesquisa foi possível, por meio da revisão bibliográfica, corroborar a importância do patrimônio edificado do bairro Lagoinha enquanto espaço geográfico que guarda significativa parcela da história da construção e da expansão da cidade de Belo Horizonte.

Para além da literatura, o diálogo e a interação proporcionados por meio das entrevistas foram responsáveis por trazer à luz as percepções e os olhares dos moradores e frequentadores acerca do bairro em que residem ou trabalham. Foi possível também constatar que estas pessoas são possuidoras da ciência de que aquela região é detentora de uma considerável carga histórica e cultural, sobretudo em função da arquitetura que muitas edificações passíveis de tombamento ainda ostentam, a despeito da degradação que considerável parte delas é cometida, seja ainda por suas produções simbólicas, a exemplo da intensa vida social que aquela região guardava há algumas décadas, e que ainda se faz presente na memória individual e coletiva, sobretudo das pessoas mais idosas.

Ainda que atualmente o bairro Lagoinha possa ser compreendido como a representação de uma antítese à preservação, sobretudo de decorrência das inúmeras interferências urbanísticas realizadas no seu entorno ou, ainda, pela falta de políticas públicas responsáveis por proporcionar a valorização do seu patrimônio edificado, as mais recentes propostas de patrimonialização para a região demonstram que alguma atenção vêm sendo dispensada nessa seara à região por parte da municipalidade, conquanto seus reflexos ainda não tenham sido observados no processo de construção do cenário que se espera.

Mais do que confirmar o que há muito já se sabe; que a Lagoinha é um lócus que guarda parte da memória e da História de Belo Horizonte, buscou-se ao longo da presente pesquisa por dar voz aos moradores e frequentadores da região acerca de um processo que incide diretamente sobre eles, sobre seus patrimônios financeiros e sobre a região em que vivem.

Quando da realização das entrevistas, também foi possível verificar que alguns moradores estavam alheios ao fato de que suas propriedades estavam relacionadas em uma Deliberação onde se fazem presentes as edificações em processo de patrimonialização no âmbito municipal naquele bairro, ou seja, não possuíam ciência de que suas residências estão em um processo para ser

tombadas. Outros moradores, no entanto, afirmaram ter conhecimento sobre esse cenário, alegando que há alguns anos foram informados por funcionários da prefeitura que algumas casas seriam tombadas, conquanto não tivessem sido orientados sobre o que o processo de tombamento cultural proporciona individualmente e coletivamente. Logo, verifica-se a existência de um processo de tombamento cultural verticalizado, que além de não prezar por uma maior participação social, exclui aqueles que serão diretamente impactados por essa política.

Na contramão do cenário que encontramos, sabe-se que o processo de patrimonialização deve ser plural, com a participação efetiva de gestores públicos, políticos, da sociedade e de todos os outros que possam estar interessados em função do que este processo representa para si ou para a coletividade. Segundo José Gonçalves (2005, p. 214), “um patrimônio não depende apenas da vontade e decisões políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos”. Os objetos que compõem um patrimônio precisam “encontrar ‘ressonância’ junto a seu público”, e é essa “ressonância” que não encontramos quando da realização desta pesquisa.

Para tanto, é necessário não apenas maior ação do poder público municipal no que toca ao esclarecimento social acerca das possibilidades que o patrimônio cultural carrega em si. É necessário, também, que aqueles que se veem diretamente envolvidos num processo como este tenham pleno conhecimento dos motivos que o justificam, devendo ser esclarecidos acerca da importância histórica e memorialística do local em que vivem e frequentam, sobretudo quando esse processo se dá com o envolvimento de algo que lhes é tão particular, como suas residências. Desprovidos desses conhecimentos, eles não são possuidores do poder de compreensão da história de seu bairro ou de sua cidade, de como aquele local se desenvolveu por intermédio das ações sociais, culturais e econômicas que, inclusive, eles mesmos participam.

Ao inserirmos os moradores e frequentadores do bairro Lagoinha no seio do processo de tombamento que num futuro próximo pretende-se efetivar, expandimos aos mesmos sua participação social quando da construção da identidade, da memória e da história locais, reconhecendo-os efetivamente como cidadãos, mas, também, estendendo aos mesmos a responsabilidade de contribuir para a correta manutenção de seus respectivos patrimônios, cientes de que estarão colaborando para a manutenção de um patrimônio que não é apenas seu, mas de toda a sociedade.

### **Referências bibliográficas**

- A LAGOINHA pede socorro. **Revista Encontro**, 24 de fevereiro de 2015. Disponível em <<https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2015/02/a-lagoinha-pede-socorro.html>>. Acesso em: 10 mar 2018.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANDRADE, Mário de. **Mário de Andrade**: Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1981.
- BAIRRO Lagoinha é o vizinho pobre do Centro. **O Estado de Minas**. 25 de março de 2013. Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/25/interna\\_gerais,362352/bairro-lagoinha-e-o-vizinho-pobre-do-centro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/25/interna_gerais,362352/bairro-lagoinha-e-o-vizinho-pobre-do-centro.shtml)>. Acesso em: 10 mar 2018.
- BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva; história antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.
- BELO HORIZONTE. **Deliberação nº 193**, de 21 de dezembro de 2016. Belo Horizonte, 2016.
- BELO HORIZONTE. **Incentivos gerais à proteção cultural em Belo Horizonte**. 2018. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/patrimonio/incentivos>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- BH vai estudar área para proteger imóveis na Lagoinha e Bonfim, mas muitos foram demolidos. **O Estado de Minas**. 24 de julho de 2015. Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/07/24/interna\\_gerais,671692/bh-vai-estudar-area-para-protetger-imoveis-na-lagoinha-e-bonfim-mas-mu.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/07/24/interna_gerais,671692/bh-vai-estudar-area-para-protetger-imoveis-na-lagoinha-e-bonfim-mas-mu.shtml)>. Acesso em: 10 mar 2018.
- BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES/ UAB, 2015.
- BORGES, Marco Antônio. **Revista Jurídica**. Brasília, vol. 7, nº. 73, p. 01-04, junho/julho, 2005.
- BOTELHO, Tarcísio; ANDRADE, Luciana. Cidade e patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte. **Sociedade e Cultura**, vol. 8, nº. 2, Jul. / Dez. 2005, p. 91-101.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de, FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO; Educarte, 2008.
- CONHEÇA a história da Praça da Estação. **O Estado de Minas**. 19 de janeiro de 2013. Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/19/interna\\_gerais,344547/conheca-a-historia-da-praca-da-estacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/19/interna_gerais,344547/conheca-a-historia-da-praca-da-estacao.shtml)>. Acesso em: 06 mar. 2018.
- COSTA, Ana Carolina Silva da; ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 109-137, jan./dez. 2008.
- DE SOUZA GROSSI, Yonne. Belo Horizonte: qual *pólis*. **Cadernos de História**, vol. 2, nº. 3, p. 12-24, 1997.
- FREIRE, Cíntia Mirlene. Do outro lado da linha do trem: História e intervenções no bairro Lagoinha. **Cadernos de História da PUC-MG**, vol. 12, p. 110-136, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, Memória e Ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1988, p. 264-275.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 108-123.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, vol. 11, n.º 23, Jan./Jun, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 30 nov. 2018.

LAGOINHA, Bonfim e Carlos Prates são tombados. **Hoje em Dia**. 16 de dezembro de 2016. Disponível em <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/lagoinha-bonfim-e-carlos-prates-s%C3%A3o-tombados-1.434601>>. Acesso: 10 mar. 2018.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOPES, Henderson M. Aarão Reis: Pensamento econômico, social, e político de inspiração positivista. **Revista Eletrônica de Economia**, vol. 1, 2003.

MANZINI, Eduardo. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, vol. 26/27, p. 149-158, 1990.

MEIRA, Ana Lúcia. Políticas Públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, vol. 10, 2004.

MINAS GERAES. Comissão Constructora da Nova Capital. **Planta Geral da Cidade de Minas**. Belo Horizonte, 1895. Escala 1/4000. 245 x 130cm. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Antônio Chaves de. **O Patrimônio para além da Pedra e Cal: um estudo sobre usos e apropriações da cidade**. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, Diogo Jorge; ANDRADE, Wallace Carrieri de Paula. Os sistemas de saneamento enquanto tecnologias em disputas: o *tout-à-l'égout* em Belo Horizonte (1893–1902). **URBANA**, vol. 6, n.º 8, jun. 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. Decreto n.º 9616, de 26 de junho de 1998. **Dispõe sobre a transferência do direito de construir**. Disponível em <<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/240121/decreto-9616-98>>. Acesso em: 10 mar 2018.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Governo. **Deliberação Nº 193/2016, de 15 de dezembro de 2016**. Aprova a proteção do Conjunto Urbano Bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates e sua inscrição Livro do Tombo Histórico e no Livro do

Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Disponível em <[http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=Detalhe\\_Artigo&pk=1173076](http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=Detalhe_Artigo&pk=1173076)>. Acesso: 10 mar. 2018.

ROLEZINHO Lagoinha. **Medium**. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@ufmg/rolezinho-lagoinha-5da35e792a51>>. Acesso em 05 de abril de 2020.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Hausmann. **Revista USP**. São Paulo, nº 26, p. 195-205, 1995.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1995.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. In: **Sociedade e Cultura**, vol. 8, n. 2, Jul/Dez. 2005, p. 13-36.

TOMBAMENTO é esperança para proteger a região da Lagoinha. **O Tempo**. 29 de março de 2015. Disponível em <<http://www.otempo.com.br/cidades/tombamento-%C3%A9-esperan%C3%A7a-para-protetger-a-regi%C3%A3o-da-lagoinha-1.1016620>>. Acesso em: 10 mar 2018.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Conjunto Moderno da Pampulha**. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/pampulha-modern-ensemble/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

## Entre muros, a cidadela: o cinema como expressão dos *countries* argentinos

Between walls, the citadel: the cinema as an expression of Argentine countries

Suelen Caldas de Sousa Simião

Doutoranda em História

Universidade Estadual de Campinas

suelen\_caldas@hotmail.com

Recebido em: 11/03/2020

Aprovado em: 25/03/2020

**Resumo:** *Los decentes* (2016), de Lukas Valenta Rinner, ambienta-se em um condomínio de luxo no subúrbio de Buenos Aires. Nele, uma empregada-doméstica, descobre que ao lado da sua rotina entediante de trabalho no condomínio, existe uma comunidade naturista. Aos poucos, Belén, a empregada, transpassa o muro do *country* e se envolve com a comunidade que, ao final, invade o condomínio e assassina seus residentes. Enquanto o discurso técnico propagandeia e vende um modo de vida nos *countries* – bairros e condomínios fechados –, alguns filmes argentinos contemporâneos, do qual *Los decentes* é um exemplo, procuram descortinar o universo da aparente perfeição das chamadas “bolhas urbanas”. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a pensar e problematizar a expansão e crescimento dos *countries* argentinos, que se tornam empreendimentos cada vez mais comuns no país, e o tipo de cidade forjado por uma classe média e alta cuja aspiração comunitária projetada intramuros se dá a partir da diferenciação em relação aos outros.

**Palavras-chave:** condomínios fechados; cidade; cinema argentino.

**Resumen/Abstract:** *Los decentes* (2016), by Lukas Valenta Rinner, takes place in a luxurious condominium in the suburb of Buenos Aires. In it, a maid discovers that, alongside her tedious work routine in the condominium, there is a naturist community. Gradually Belén, the maid, crosses the *country* walls and gets involved with the community that, in the end, invades the condominium and murders its residents. While the technical discourse propagandizes and sells a way of life in the *countries* – neighborhoods and gated communities –, some contemporary Argentine films, of which *Los decentes* is an example, seek to unveil the universe of the apparent perfection of the so-called “urban bubbles”. In this sense, the present work proposes to think and problematize the expansion and growth of the Argentine *countries*, which become more and more common enterprises in the country, and the type of city forged by a middle and upper class whose community aspiration projected within walls from differentiation from others.

**Palabras clave/Keywords:** gated communities; city; Argentine cinema.

### Cena Final

Menos de dez minutos para acabar o filme. Belén, a empregada doméstica que trabalha em um condomínio de alto padrão nos arredores de Buenos Aires, prepara um chá para sua patroa, que conversa ao telefone. Em plano aberto, vemos a cozinha completamente limpa e sem nenhuma louça fora do lugar. A câmera, sem se deslocar da cozinha, acompanha a empregada até seu quarto, que fica ao lado. Ouvimos, nesse momento, a voz da patroa, ainda ao telefone, mas longe do enquadramento da câmera. Belén retira seu uniforme de doméstica e espia a conversa.

A cena, extremamente silenciosa, exceto pelo barulho da conversa, é carregada de tensão. Segundos depois, ouvimos um pequeno baque e a câmera novamente se posiciona, ainda em plano aberto, para que possamos notar a patroa caída sobre a mesa.

Aparentemente, acaba de ser envenenada.

Na sequência seguinte, percebemos ser noite e notamos que Belén segue até a caixa de energia e desliga a cerca elétrica, permitindo assim que as pessoas da comunidade naturista localizada ao lado, invada o condomínio e assassine seus residentes, em uma sequência violenta de tiros e sangue que toma toda a tela. A trilha sonora é a mesma do início do filme, com uma percussão marcada e uma rítmica claramente tribal que nos remete ao tribalismo constante nos limiares entre os habitantes da urbanização privada e os naturistas.

\*\*\*

Essas são as cenas finais do filme *Los decentes* (2016) de Lukas Valenta Rinner. O filme ambienta-se nos arredores de Buenos Aires e trata da (não) interação entre um condomínio fechado de alto padrão e uma comunidade naturista situada ao lado. Assim como ele, filmes como *Cara de queso 'mi primer ghetto'* (2006) de Ariel Winograd, *Una semana solos* (2007) de Celina Murga, *Las viudas de los jueves* (2009) de Marcelo Piñeyro, *Historia del Miedo* (2014) de Benjamín Naishtat, e o curta-documental de Lucrecia Martel, *La ciudad que huye* (2006), retratam o *boom* da construção de condomínios fechados ao redor de Buenos Aires. A partir dessa cinematografia, temos pontos de vista do interior desses empreendimentos privados com tramas baseadas no medo da cidade aberta e na formação de comunidades fechadas que, para além da superfície de segurança e tranquilidade, apresenta problemas desestruturadores que quebram a narrativa de perfeição das chamadas “bolhas” urbanas.

Os filmes aparecem como documentos para pensar os indivíduos em sua relação (ou não relação) com a cidade que, nesse caso específico, dá-se pela construção de muros físicos e simbólicos, além da estruturação de uma base comunitária forjada a partir do medo e da (in)diferença em relação ao outro. Nesse sentido, interessa-nos pensar como os filmes, enquanto linguagem visual que articula, reproduz e recria uma visão sobre o mundo, pautam questões que podem estabelecer diálogos ou tensões com a documentação técnica, no caso, dados e análises sobre a expansão dos bairros e condomínios fechados.

Com base nisso, o presente trabalho se propõe a pensar e problematizar a expansão e crescimento dos condomínios fechados argentinos, e o tipo de cidade forjado por uma classe média e alta cuja aspiração comunitária se dá a partir da construção de novas cidadelas.

### **Os *countries***

Nos anos 2000, a região Metropolitana de Buenos Aires (RMBA)<sup>1</sup> continha cerca de 351 bairros e condomínios fechados para uma população de cerca de 50.000 habitantes, e, de acordo com Thuillier (2005, p. 6), na escala de 13 milhões de habitantes, os 300 km<sup>2</sup> ocupados por esses loteamentos constituíam uma superfície maior que a cidade de Buenos Aires. Nos anos 1990, outro autor, Cicollela (1999, p. 13), atestava que: “Durante la década actual se han realizado inversiones del orden de los U\$S 4.500 millones en alrededor de 300 nuevas urbanizaciones privadas suburbanas (barrios cerrados, countries y marinas) con un promedio de 100 ha cada una y alrededor de 5.000.000 de m2 cubiertos construidos.”<sup>2</sup>.

A formação, expansão e impacto da construção de bairros e condomínios fechados, os *countries*, na Argentina, têm despertado o interesse de pesquisadores de diversas áreas, como urbanistas, geógrafos, antropólogos, sociólogos e psicólogos, sobretudo a partir dos anos 1980. Chamados *gated communities* nos Estados Unidos, os *countries* não são característicos apenas na Argentina, mas também

---

<sup>1</sup> A Região Metropolitana de Buenos Aires é composta pela Cidade Autônoma de Buenos Aires, a Grande Buenos Aires, formada pelos partidos Alte. Brown, Avellaneda, Berazategui, E. Echeverría Ezeiza, Florencio Varela, Gral. San Martín, Hurlingham, Ituzaingó, José C. Paz, La Matanza, Lanús, Lomas de Zamora, Malvinas Argentinas, Merlo, Moreno, Morón, Presidente Perón, Quilmes, San Fernando, San Isidro, San Miguel, Tigre, Tres de Febrero y Vicente López, e a chamada “3º corona” integrada pelos partidos: Berisso, Brandsen, Campana, Canuelas, Ensenada, Escobar, Exaltación de la Cruz, Gral. Las Heras, Gral. Rodríguez, La Plata, Luján, Marcos Paz, Pilar San Vicente y Zárate (CICCOLELLA, 1999).

<sup>2</sup> “Durante a década atual foram realizados investimentos ao redor de US\$4500 milhões nos arredores de 300 novas urbanizações privadas suburbanas (bairros fechados, countries e marinas) com uma média de 100ha cada e ao redor de 5.000.000 de m2 construídos.” (tradução livre).

aparecem em países como a Rússia, Turquia, Egito, Colômbia, México, Chile, etc., e também no Brasil, cujo exemplo mais famoso, mas não único, é o *Alphaville*.<sup>3</sup>

Na Argentina, as primeiras iniciativas surgem nos anos 1930 (com grandes empreendimentos como o “Tortugas”<sup>4</sup> que aparece em várias páginas de revistas de arquitetura, e o “Hindu Club”), reaparecem nos anos 1970, têm aumentos significativos nos anos 1990 e, apesar de configurarem tipos distintos de edificações, “estancias, quintas, viviendas de veraneo, casas de weekend y country clubes”<sup>5</sup> (BALLENT, 1998, p. 88), trazem como eixo comum a vida fora das aglomerações urbanas e o contato com a natureza.

No caso de Buenos Aires, o surgimento dos primeiros *countries* dá-se pela formação das casas de verão (ou segunda moradia) devido à migração das classes ricas para a região norte da cidade. Essa mudança acontece em concomitância ao discurso médico higienista sobre os benefícios de se distanciar das grandes aglomerações urbanas e devido a uma forte epidemia de febre amarela que acometeu a região no final do século XIX. Há ainda a formação de um campo cultural, para além das próprias condições materiais, criando e alimentando o imaginário da vida saudável, da prática de esportes e do contato com a natureza. Ideais que, como veremos, aparecem nos anos 1930 com as primeiras construções, mas têm suas imagens reiteradas no *boom* dos empreendimentos privados, sobretudo a partir dos anos 1990, sendo expressos inclusive na filmografia do período.

Nos anos 1930, a gestação e apreensão desse novo tipo (e talvez mercado) da sensibilidade acompanha a publicação de revistas especializadas como a *Casas y Jardines*, que tinha como escopo demonstrar tendências da arquitetura moderna e novos usos dos espaços domésticos suburbanos, em

---

<sup>3</sup> O Alphaville, da cidade de São Paulo, foi considerado um dos primeiros grandes empreendimentos privados com esse caráter no Brasil, cuja principal inspiração também se dava a partir dos subúrbios norte-americanos. No Brasil, em semelhança à Argentina, os condomínios fechados também tiveram seu primeiro boom nos anos 1970. (Ver CALDEIRA, 2011).

<sup>4</sup> O clube de campo, criado nos anos 1930, ainda existe como residência permanente e traz na descrição de seu site as seguintes informações “Tortugas Country Club, el primer country del país, es icono de la historia del polo. Fundado hace 88 años de la mano de Don Antonio Maura y Gamazo quien soñó con crear un club de campo. Hoy es un lugar de residencia por excelencia y al mismo tiempo centro deportivo orientado al polo. Desde 1930 se disputa este tradicional torneo.”

“Tortugas Country Club, o primeiro country país do país, é um ícone da história do pólo. Fundada há 88 anos por Don Antonio Maura y Gamazo, que sonhava em criar um clube de campo. Hoje é um local de residência por excelência e, ao mesmo tempo, centro esportivo voltado ao pólo. Desde 1930, este torneio tradicional é disputado.” (tradução livre). Ver: <<https://www.tortugascc.com/>>, acesso em 29 de fev., 2020.

<sup>5</sup> “estadias, quintas, casas de verão, casas de finais de semana e clubes de campo”. (tradução livre.)

semelhança ao ocorrido nos EUA. Torres (2001), Ciccolella (1999), e Svampa (2004) atestam que o substrato comum do novo padrão socioespacial é a existência de uma “nova periferia” que se caracteriza a partir da mudança do “modelo europeu” de cidade aberta (espaço público, cidadania política e integração social) pela progressiva incorporação ao “modelo norte-americano” de cidade fechada (cidadania patrimonialista centrada na figura do contribuinte) e da criação de um urbanismo de afinidades.

Com o *boom* dos anos 1990, as publicações alcançam as páginas dos jornais de maior circulação como o *Clarín* e o *La Nación*, e é significativo ressaltar que, se no início da década essas publicações cobriam em média duas páginas e concentravam-se em um dia da semana, nos anos 2000 existia um guia especializado, com cerca de 130 páginas (TORRES, 2001). Hoje, além dos jornais, é possível consultar o site “Urbanizacion”, com inscrições de *countries* na Grande Buenos Aires, e um sistema de busca no qual pode-se pesquisar por zonas, partidos e tipos de urbanização.

Embora se trate de um site ligado ao mercado imobiliário, cumprindo uma finalidade específica de propaganda para que os novos residentes procurem suas futuras casas/lotes, o mapeamento possível a partir desse site nos traz campos para a investigação do aumento e locais dos condomínios, assim como suas breves características e público alvo. Para que possamos entender o impacto desses dados, cabe destacar que no ano de escrita do meu projeto de doutorado, 2018, o “Urbanizacion” continha 800 inscrições de urbanizações privadas. Hoje, a página de abertura do site traz em letras garrafais:

#### URBANIZACION PRIVADA!!

Es un Portal que lo ayudara a dar sus primeros pasos en la busqueda de su "lugar" con mas de **1000 descripciones de urbanizaciones privadas** en Argentina, notas de orientacion y propiedades a la venta.<sup>6</sup> (grifo nosso)

Além do site e da consulta de jornais e revistas, outra fonte para atestar o impacto dessas urbanizações é o Código Civil da República Argentina, o código que regulamenta as construções no país, e o Código de Planeamento Urbano de 1990, responsável pela flexibilização das normas urbanísticas e de ordenamento territorial, com as mudanças sofridas no Decreto Ley 8912/1977.

---

<sup>6</sup> “Urbanização privada. É um portal que o ajudará a dar seus primeiros passos na busca de seu “lugar”. Com mais de 1000 descrições de urbanizações privadas na Argentina, notas de orientação e propriedades à venda.” (tradução livre) . Disponível em: <<http://urbanizacion.com.ar/>>. Acesso em 18 de fev. de 2020.

O Decreto Ley 8912/1977 é a “ley de ordenamiento urbano y territorial de la Provincia de Buenos Aires”<sup>7</sup> e “especifica la ubicación de los clubes de campo en ‘áreas complementaria o rural’, para la construcción de viviendas de uso transitorio ‘en contacto con la naturaleza.’” (SVAMPA, 2004, p. 30)<sup>8</sup>. Nos anos 1990, por pressão dos mercados imobiliários sofre alterações para contemplar a figura do bairro fechado e age a partir de uma legislação em aproximação com as zonas urbanas, isto é, não mais como casas de verão ou segunda moradia.

Entender os processos de mudança da Lei e a discussão jurídica por trás das novas urbanizações é fundamental para a compreensão do processo que integrou um novo estilo de vida à expansão do mercado imobiliário e perda do controle do Estado, chave da urbanização argentina inicialmente pautada na construção de quadras iguais (GORELIK, 2016). Para o autor, a reivindicação da expansão quadriculada era uma busca pela igualdade social: “a grilla como promessa de equidade pública frente ao mercado”<sup>9</sup> (GORELIK, 2004, p. 106).

Buscando uma compreensão mais complexa da questão urbana, nossa pesquisa abrange não só uma documentação **técnica**: dados sobre a formação e expansão dos *countries*, alterações da legislação para incorporar esse novo modo de vida urbano e escritos de arquitetos e urbanistas (planos, projetos e análises) concernentes à urbanização da Região Metropolitana de Buenos Aires; mas também um segundo conjunto documental a que chamamos **sensível**: filmes como *Los decentes* (2016), de Lukas Valenta Rinner, que iniciamos o texto.

Nosso trabalho justifica-se, assim, pela inserção nos debates de cidade a partir da pesquisa historiográfica e pelo diálogo interdisciplinar buscando compreender os impactos das formações de

---

<sup>7</sup> Lei de Ordenamento Urbano e Territorial da Província de Buenos Aires.

<sup>8</sup> “Especifica a localização dos clubes de campo em ‘áreas complementares ou rural’ para a construção de moradias de uso transitório ‘em contato com a natureza’” (tradução livre).

<sup>9</sup> “A quadra como promessa de equidade pública frente ao mercado” (tradução livre).

A questão do investimento estatal e da iniciativa privada aparece sob diversos aspectos e de maneira cambiante ao longo da história da urbanização argentina, como salienta Gorelik em *La grilla y el parque*, livro no qual o autor trata de maneira detalhada a formação das quadriculas e pensa a metrópole enquanto artefato material, cultural e político; e trabalhos mais recentes, como *Miradas sobre Buenos Aires*, analisando a cidade portenha a partir dos anos 1990. (GORELIK, 2016; 2004). No curta-documental, *La ciudad que huye* (2006) de cerca de 5 minutos de Lucrecia Martel, a diretora faz um breve percurso sobre a expansão dos *countries* ao redor de Buenos Aires e narra “Estas urbanizações exclusivas da iniciativa privada são um fenômeno novo. Historicamente, o Estado Argentino havia se preocupado em integrar a população através de uma cidade de quadras iguais que colocava limites aos empreendimentos privados. O investimento estatal em transporte público facilitou a comunicação por esse vasto território. Nos anos 90, essa vontade estatal desaparece, se privatizaram as empresas públicas, se desmantelaram as redes ferroviárias e a fratura social se aprofundou” (tradução livre).

tais urbanizações na contemporaneidade, e sua expressão no cinema argentino. O cinema aparece, dessa maneira, como forma de colocar em questão a naturalização dos dados, e questionar além dos **impactos urbanos**, os **impactos sensíveis** das construções desses empreendimentos.

### **Cidade, neoliberalismo e cinema: expressões no *Nuevo Cine Argentino***

O *Nuevo Cine Argentino* (NCA) se estabelece na Argentina nos anos 1990 com a criação do Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA) em 1995, inaugurando uma nova fase da política audiovisual no país a partir de uma série de leis de incentivo e sob o impacto das políticas neoliberais.

Nesse contexto, uma série de filmes apresenta como protagonista ou pano de fundo a cidade, atravessada pelas questões sociais advindas da nova ordem econômica na Argentina. Filmes como *Buenos Aires vice-versa* (1996) de Agreste; *Vagón fumador* (2002), de Chen; *El asaltante* (2007), de Fendrik; *Construcción de una Ciudad* (2007), de Frenkel; e *Elefante blanco* (2012), de Trapero, são alguns dos muitos exemplos que podem ser elencados com essa temática, que traz também, entre suas características, obras atadas ao tempo presente.

Pensar o *Nuevo Cine Argentino*, como um movimento homogêneo seria sem dúvidas um erro, mas, como ressalta Alberto Chamorro em *Argentina, cine e ciudad*, tais filmes são gestados dentro dos impactos das políticas neoliberais no país e da crise econômica entre 2001 e 2002, e nesse sentido é possível evidenciar elementos em comum nas variadas obras cinematográficas, bem como seu “compromisso político”, para além da análise de alguns críticos que postularam a falta de engajamento de tais diretores.

Para o autor, o movimento não surgiu de maneira completamente consciente, mas foi um processo de anos no qual os críticos foram tomando consciência paulatinamente. É insipiente, no entanto, afirmar:

1) que las películas del Nuevo Cine Argentino tienen poco y nada en común; 2) que los directores del Nuevo Cine Argentino, a diferencia de los de la década de los 1960 – quienes también habían sido llamados, en su época, directores del Nuevo Cine o de la Nueva Ola – no se alienan o comprometen políticamente con ningún sector en particular y trasladan esa apatía política a sus películas. (CHAMORRO, 2011, p. 12)<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> “1) que os filmes do Novo Cinema Argentino têm pouco e nada em comum; 2) que os diretores do Novo Cinema Argentino, diferentemente dos da década de 1960 - que também haviam sido chamados, na época, diretores do Novo

Embora exista uma variedade de temas e estilos das produções da época, tais filmes apresentam traços em comum, como é o caso, por exemplo, da presença do espaço urbano. Além disso, acerca da falta de “compromisso político”, é possível perceber dentro dessa filmografia uma profunda crítica aos governos que administraram o país, como expressa Chamorro (2011).

Cabe ressaltar todavia, os estudos de Breno Juz (2010) para o qual a leitura dessa cinematografia como uma resposta ou reflexo da crise está ligada a construção eurocêntrica de um tipo de interpretação do cinema que divide os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, cabendo aos segundos demonstrarem a “realidade” de seus países. No nosso trabalho, no entanto, os filmes são considerados dentro do contexto das políticas neoliberais e de novas fragmentações da cidade e não como simples resposta ou reflexo à crise. Nesse sentido, apontam para uma vertente na qual “o filme é em si História, um produto cultural que veicula uma visão da sociedade sobre si mesma” (CAMPO, 2010, p. 18)<sup>11</sup> e, dentro dessa perspectiva de análise da História *com* o Cinema, as obras filmicas aparecem para nós como *expressões* e parte integrante da nossa percepção de sociedade.

No caso dos filmes que trazem como contexto o espaço urbano, é importante compreendermos o âmbito da fragmentação da cidade a partir da crescente incorporação de modelos neoliberais de desenvolvimento. Como já ressaltamos em relação à progressiva incorporação ao “modelo norte-americano” de cidade fechada, Gorelik (2004), ao analisar o caso da modernização de Buenos Aires a partir de 1990, evidencia a imbricada relação entre urbanização do capital e crise do espaço público. Para Ciccolella, a entrada cada vez maior da RMBA em termos produtivos, tecnológicos e macroeconômicos no capitalismo global, faz com que se decline:

su rol industrial y de ámbito vivencial, de encuentro y de sociabilidad, a la vez que se incrementa su función como espacio de valorización del capital, como locus de competitividad, como forma territorial y condición de acumulación para los grandes inversores y empresarios locales y externos, poniendo en crisis la relación entre espacio público y espacio privado.<sup>12</sup> (CICCOLELLA, 1999, p. 7).

---

Cinema ou da Nova Onda - não se aliam ou se envolvem politicamente com qualquer setor em particular e transferem essa apatia política para seus filmes.” (tradução livre)

<sup>11</sup> De maneira resumida o diálogo entre História e Cinema pode ser pensado a partir de três vertentes, como escreve Campo (2010). A primeira trata da história do cinema; a segunda pensa o filme enquanto objeto de análise histórica; e na terceira, definida principalmente pela historiografia americana, o filme é em si produto cultural e veículo para se pensar o passado.

<sup>12</sup> “seu rol industrial e de âmbito de vivência, de encontro e de sociabilidade, ao mesmo tempo em que aumenta sua função como espaço de valorização do capital, como locus de competitividade, como forma territorial e condição de acumulação para grandes investidores e empreendedores locais e externos, colocando em crise a relação entre espaço público e espaço privado. (tradução livre).

Para Gorelik, a representação “norte-americana” começou em Buenos Aires de maneira tardia em relação às outras cidades latino-americanas, e toma corpo sobretudo nos anos 60, trocando o “modelo” parisiense por Miami. Escreve:

El viaje a Miami de los sesenta, supuso un cambio de hábitos de consumo en capas más amplias de la sociedad, que preparo la entrada del artefacto urbano que mejor lo encarnaría: el shopping center, cuyos primeros ejemplos se construyen a comienzos de la década de 1980, pero que recién en los noventa generalizo su impacto en todas direcciones, cuando la ciudad asumió más plenamente elementos culturales e urbanos con los cuales la cifra norteamericana del shopping hacía sistema: autopistas, malls y barrios privados descentralizados. (GORELIK, 2004, p. 72)<sup>13</sup>

Nesse sentido, cabe ressaltar os anos da chamada *plata dulce*, um período de implementação de uma série de medidas –congelamento dos salários dos trabalhadores, retenção das exportações e incentivo das importações, realização de empréstimos de organismos internacionais – realizadas pelo Ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, durante o mandato militar de Jorge Videla (1976-1981). O termo foi utilizado devido ao alto poder de compra de dólares das classes mais altas propiciado pelas medidas. Para Ballent, o período foi extremamente propício para a exploração do estilo *country club*:

Los promotores inmobiliarios tomaran la iniciativa de ampliar este mercado entre la clase media alta; a ellos no tardarían en sumarse muchos beneficiarios de la plata dulce de la política económica de la dictadura militar, que constituyo un disparador de transformaciones en los hábitos de consumo y en el horizonte de expectativas culturales de amplios sectores da clase media (BALLENT, 1998, p. 96).<sup>14</sup>

Percebemos, portanto, que essa norte-americanização de Buenos Aires acompanha os processos de construção e expansão dos *countries* na RMBA, e, como resalta o autor, se nos anos 1960 era um projeto, em fins dos 1990 tornara-se já destino: “la inseguridad, el blindaje privado, la extinción del espacio público y la miséria creciente, manifesta plenamente a partir de la crisis de 2001, cuando

---

<sup>13</sup> A viagem a Miami nos anos sessenta significou uma mudança de hábitos de consumo em camadas mais amplas da sociedade, que preparou a entrada do artefato urbano que melhor o encarnaria: o shopping, cujos primeiros exemplos são construídos no início da década de 1980, mas que nos anos 90 generalizou seu impacto em todas as direções, quando a cidade assumiu mais plenamente elementos culturais e urbanos com os quais a cifra norte-americano de compras fazia o sistema: rodovias, shoppings e bairros privados descentralizados. (tradução livre)

<sup>14</sup> “Os promotores imobiliários tomaram a iniciativa de expandir esse mercado entre a classe média alta; a eles, não tardaria a somar-se muitos beneficiários da *plata dulce* da política econômica da ditadura militar, que desencadeou transformações nos hábitos de consumo e no horizonte das expectativas culturais de amplos setores da classe média.” (tradução livre)

una marea humana se avalanzo sobre la ciudad para resolver en sus basuras.”<sup>15</sup> (GORELIK, 2004, p. 73)

Os processos urbanos ficam assim mais compreensíveis a partir desse duplo jogo de mercado/espço público e muitas pesquisas vêm apontando nessa direção. Isso implica pensar, como Gorelik, na transformação dos espaços públicos e das infraestruturas públicas em objetos de negócio, cujas consequências sociais, para além do impacto urbano e da privatização de pedaços inteiros de cidade, também podem ser analisadas.

Nesse aspecto, é sintomática a produção da socióloga argentina Maristella Svampa que realiza há vários anos pesquisas referentes às formações e aos impactos dos condomínios fechados na sociedade portenha, cujos resultados obtidos de uma série de entrevistas podem ser lidos no livro publicado em 2001, *Los que ganaron: la vida en los countries y en los barrios privados*, no qual a autora apresenta novos vieses do impacto dos condomínios fechados nas sensibilidades e sociabilidades a partir de novas modalidades de produção de laços sociais e de relação com a cidade. Também com a publicação de *La Brecha Urbana*, a autora, a partir de um novo conjunto de entrevistas realizados em 2002 e 2004 por uma equipe de Ciências Sociais do Instituto de Ciencias de la Universidad Nacional de General Sarmiento, traça novas facetas do fenômeno.

No escopo de produções cinematográficas sobre o imaginário da decomposição social e urbana, Gorelik é preciso ao analisar o filme de 1999, *Mala época*, composto por quatro episódios dirigidos cada um por um diretor (*La querencia* de Nicolás Saad, *Vida y obra*, de Mariano Rosa; *Está todo mal*, de Salvador Rosel; e *Compañeros*, de Rodrigo Moreno.) Para o autor, o filme, ao lançar um olhar sobre Buenos Aires:

muestra una ciudad dura, despiadada, sin lugar para el candor, la amistad o la pasión; una ciudad expulsiva, territorio de una guerra sin cuartel de todos contra todos; por añadidura, una guerra sorda y mesquina, sin heroísmos, sin aprestos de batalla, una guerra naturalizada en gestos cotidianos de agresividad refleja e mecánica. (GORELIK, 2004, p. 159)<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> "A insegurança, a armadura privada, a extinção do espaço público e a crescente miséria, manifestaram-se totalmente a partir da crise de 2001, quando uma maré humana avançou na cidade para resolver no seu lixo". (tradução livre)

<sup>16</sup> "mostra uma cidade dura e cruel, sem lugar para sinceridade, amizade ou paixão; uma cidade expulsiva, território de uma guerra sem quartel de todos contra todos; além disso, uma guerra surda e mesquinha, sem heroísmo, sem prontidão para a batalha, naturalizou-se em gestos cotidianos de agressão reflexiva e mecânica." (tradução livre)

O filme traz a dureza urbana permeando todos os cantos da cidade e da sociedade e, de acordo com o autor, é uma importante maneira de se perceber (de forma desconcertante) as mudanças sofridas em Buenos Aires ao longo dos anos 1990: a imensa fratura social e urbana. Essa cidade marcada pela política neoliberal, pela transformação em política pública de saídas privadas à crise, aumenta a brecha social: “la ciudad de los negocios privatiza la memoria y el futuro”<sup>17</sup> (GORELIK, 2004, p. 203.)

Posto isso, voltemos ao filme.

### **Cena Inicial**

*Los decentes* inicia-se com entrevistas de emprego de mulheres. A entrevista com cada uma é rápida e as perguntas se concentram em saber quais as referências da pessoa, se tem filhos e se reside na Capital. Após isso, a câmera percorre os muros de um condomínio, alternando entre mostrar seus arredores, a autopista, os trilhos do trem e os vizinhos. A câmera para quando chega na portaria de entrada do condomínio, onde os funcionários descem e são revistados pelo porteiro e o segurança.

Belén, em seguida, percorre as ruas desertas da urbanização privada até encontrar a casa onde irá trabalhar, momento em que conhecemos os dois outros personagens principais, Diana e seu filho tenista, Juanchi. Enquanto Belén caminha pelas ruas é acompanhada pela trilha sonora com a percussão marcada pela rítmica tribal, que cessa no momento em que entra na casa, onde o silêncio é um dos principais personagens.

A esse respeito, é interessante notar, como escreve Barrenha em relação a “Una semana solos”:

Nesse espaço diegético, a composição da trilha sonora se ancora em um persistente silêncio que é acompanhado apenas por ruídos de passarinhos e grilos. Além desses ruídos típicos de uma tranquila paisagem campestre, estão presentes quaisquer pequenos sons produzidos pelos personagens dentro das casas: desde a colherzinha que bate na borda da xícara até os passos de cada um, em uma construção bastante detalhista que chama a atenção para exclusividade daquele local tão cercado de silêncio no qual se pode ouvir qualquer pequeno movimento (BARRENHA, 2016 p. 531).

As câmeras e a segurança privada não são capazes de eximir o clima constante de suspense que atravessa os filmes ambientados nos condomínios. Ao contrário, o ambiente aparentemente seguro,

---

<sup>17</sup> “A cidade dos negócios privatiza a memória e o futuro.” (tradução livre.)

silencioso e monitorado é, na verdade, o gerador do terror. Outra questão é sempre marcada nesses filmes: o medo do outro, desconhecido ou não.

Os diálogos estabelecidos pelos personagens, quase monólogos, são sempre repletos de impessoalidade, e sequer a mãe tem uma boa relação com seu filho – chegando inclusive a agressões físicas. O filho tenista, o primeiro a ser morto no massacre que encerra o filme, é também um personagem que encarna a grande caricatura do morador do condomínio. Sempre praticando esportes – um dos grandes atrativos das urbanizações fechadas –, expressa e reafirma a imagem do jovem saudável de classe alta que aparece também em *Las viudas de los jueves* (2009), *Cara de queso* (2006) e *Historia del miedo* (2014). É sobre seu corpo ensanguentado que Belén está em uma das capas do filme, em uma releitura de “O nascimento de Vênus”, de Botticelli.

Em *Los decentes*, assim como nos demais filmes já elencados, é possível notar a predominância de vegetação cercando as habitações e tomadas bastante abertas nas quais é possível perceber ruas desertas, área territorial grande (os funcionários se deslocam de carro), fontes de água, lagos, parques etc., em consonância com as descrições dos *countries*. O filme reforça ainda diversas imagens que podem ser construídas a partir da leitura da documentação técnica: a ideia de contato com a natureza, o isolamento, os sistemas de vigilância, a perda de sentido do espaço público, o extremo controle do espaço e das sensibilidades, a grande diferenciação entre as classes sociais.

A invasão do ambiente e o assassinato dos residentes pelos naturistas não acontece por acaso. Há uma constante tentativa de intervenção das pessoas que moram no condomínio sem que haja uma justificativa completamente clara. Reclamações de barulho, um abaixo-assinado para a remoção da comunidade e por fim, e derradeiro, uma cerca elétrica de alta voltagem instalada ao redor que acaba por eletrocutar uma das pessoas da comunidade.

A saída, no entanto, representa o fracasso do pacto urbano. Para Arendt (2014), a violência esvazia o sentido político da/na urbe. O confinamento, a formação dos enclaves (CALDEIRA, 2011), é a essência desses lugares que querem deixar o caos da cidade, mas com isso deixam também a pluralidade, condição específica da política. A falta de reflexão e do reconhecimento de plurais inviabiliza o ponto principal da política na cidade, que passa por organizar e regular o convívio entre diferentes. Sem o convívio entre diferentes não há sociedade, possível apenas pelo exercício do diálogo e pela pluralidade, pelo uso da cidade e não pela sua transmutação em cidadela.

### Considerações finais

*Los Decentes* (2016), é apenas um exemplo dos filmes que trabalham com o universo dos *countries*. A ele podemos acrescentar, como dissemos, *Cara de queso 'mi primer ghetto'* (2006), *Una semana solos* (2007), *Las viudas de los jueves* (2009), *Historia del Miedo* (2014); e o curta documental de Lucrecia Martel, *La ciudad que buye* (2006). No momento de rodagem desses filmes, ressalta Barrenha, a temática das urbanizações privadas ganhava destaque, seja nas páginas dos jornais, a partir do assassinato de duas mulheres em condomínios de luxo (crimes sem solução); seja pela literatura, com o prêmio Clarín para a *Las viudas de los jueves* (2005), obra de Claudia Piñero na qual foi inspirado o filme de mesmo nome. Além disso, nessa época tornava-se adolescente a primeira geração de crianças nascidas nos condomínios (BARRENHA, 2016; SVAMPA, 2004; THUILLIER, 2005), universo expresso em “Una semana solos” (2007).

Todos esses filmes questionam o modelo “bolha” que a publicidade parece querer construir: um local seguro, isento das violências e mazelas da cidade e longe da poluição urbana. Mas sobretudo, um local homogêneo. Os *countries* aos poucos criam formas de dizer “somos diferentes”, mas nos cabe indagar, assim como faz Ballent, se a “burbuja” dos condomínios de fato exime os riscos da cidade ou se “en cambio, siguiendo las directrices estéticas y culturales con que han modelado sus escenarios cuidadosamente diseñados, solamente conseguirán construir y habitar la agridulce evocación de una burbuja”<sup>18</sup> (BALLENT, 1998, p. 100).

Dessa maneira, um dos principais desafios para as análises que procuram pensar os impactos urbanos e sensíveis das construções das urbanizações privadas que, como vimos, crescem numericamente, é problematizar o tipo de cidade forjado por uma classe média e alta, e que, incentivada pelo mercado imobiliário, cria uma comunidade cuja base é tecida pela homogeneidade, pelo medo da violência (externa) e a (in)diferença em relação aos outros.

Como escreve Gorelik em análise à “Mala época”

Es este fracaso definitivo de la política como instrumento de cambio y de la sociedad como su actor que lo creo que debe verse en la base de estas nuevas representaciones de la ciudad. Y, en este sentido, podría decirse que por primera vez en la tradición de

---

<sup>18</sup> “Em vez disso, seguindo as diretrizes estéticas e culturais com as quais modelaram seus cenários cuidadosamente projetados, eles só poderão construir e habitar a evocação agridoce de uma bolha” (tradução livre)

la cultura urbana de Buenos Aires assistimos a tal ausencia de horizontes. Como Zarathustra, a *Mala época* no solo se produce náusea la ciudad, sino también aquel que la critica; sabe que la nostalgia por la comunidad reencontrada es imposible y que nadie está a salvo de la acción disgregadora de Buenos Aires, y por eso no cree en su transformación: “ay de esta gran ciudad! Yo quisiera ver ya la columna de fuego que la recucirá a cenizas.” (GORELIK, 2004, p. 174)<sup>19</sup>

Embora esteja trabalhando com um universo comum de significados em relação aos outros filmes com a mesma temática, *Los decentes* traz uma solução que passa pela violência frontal. No universo das perguntas de quem seriam os decentes ou indecentes no filme de Rinner, só temos a certeza de uma questão: com a morte da cidade e o aniquilamento do outro, ninguém ganha.

#### Referências bibliográficas:

- ARENDDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária, 2014.
- BALLENT, A. Country life: los nuevos paraísos, su historia e sus profetas. **Block 2**, 1998. p 88-101.
- BARRENHA, N. (2016b). **¿Cómo hacés para dormir con tanto ruido? A irrupção da cidade através dos sons em Una semana solos (Celina Murga, 2008)**. Em Y. Aguilera e M. C. Campos (Orgs.), *Imagem, memória e resistência* (pp. 528-539). São Paulo, Brasil: Discurso Editorial.
- BARRENHA, N. **Espaços em conflito: ensaios sobre a cidade no cinema argentino contemporâneo**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. 2016. Disponível em [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/321087/1/Barrenha\\_NataliaChristofoletti\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/321087/1/Barrenha_NataliaChristofoletti_D.pdf).
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Brasil: Editora 34, 2011.
- CAMPO, M. B. **História e cinema: o tempo como representação em Lucrecia Martel e Beto Brant** (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. 2010. Disponível em [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280451/1/Campo\\_MonicaBrincalepe\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280451/1/Campo_MonicaBrincalepe_D.pdf).
- CHAMORRO, A. **Argentina, cine y ciudad. El espacio urbano en la narrativa filmica de los últimos años**. Mar del Plata, Argentina: EUDEM, 2011.

---

<sup>19</sup> “Nesse fracasso definitivo da política como instrumento de mudança e da sociedade como seu ator, que acredito que deve ser visto a base dessas novas representações da cidade. E, nesse sentido, pode-se dizer que, pela primeira vez na tradição da cultura urbana em Buenos Aires, assistimos a essa ausência de horizontes. Como Zarathustra, na *Mala época* não somente a cidade fica enjoada, mas também quem a critica; sabe que a nostalgia pela comunidade redescoberta é impossível e que ninguém está a salvo da ação desintegradora de Buenos Aires, e por isso não crê em sua transformação: “Ai desta grande cidade! Eu quero ver a coluna de fogo que a reduzirá às cinzas!” (tradução livre)

CICCOLELLA, P. Globalización y dualización en la Región Metropolitana de Buenos Aires. Grandes inversiones y reestructuración socio-territorial en los años noventa. EURE, **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales**, 25(76), 1999.

GORELIK, A. **Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana**. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2004.

GORELIK, A. **La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936**. Buenos Aires, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

JUZ, Breno de Souza. **Representações cinematográficas da Argentina em crise (1999-. 2004)**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

SVAMPA, M. **Los que ganaron. La vida en los countries y en los barrios privados**. Buenos Aires, Argentina: Biblos, 2001.

SVAMPA, M. **La brecha urbana**. Buenos Aires, Argentina: Capital Intelectual, 2004.

TORRES, H. Cambios socioterritoriales en Buenos Aires durante la década de 1990. EURE, **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales**, 27(80), 2001. Disponible en [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612001008000003](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008000003).

THUILLIER, G. El impacto socio-espacial de las urbanizaciones cerradas: el caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires. EURE, **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales**, 31(93), 5-20, 2005. Disponible en: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612005009300001](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612005009300001).

# História e política no processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto

History and politics in the process of patrimonialization Ouro Preto city

**Jussara Duarte Soares Dias**

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania  
Universidade Federal de Viçosa  
jussara.restauero@gmail.com

**Recebido em:** 13/03/2020

**Aprovado em:** 16/04/2020

**Resumo:** O artigo traz algumas reflexões sobre a patrimonialização de Ouro Preto, buscando elucidar como esse processo não ocorreu apenas na década de 1930, após a criação do SPHAN, mas vinha ocorrendo desde o século XIX na cidade. Utilizamos como fontes jornais e livros escritos no final do século XIX e início do século XX, e as atas do Conselho Consultivo da Câmara de Ouro Preto, de 1931 a 1936. Desta forma, procuramos mostrar a construção da história oficial e das políticas públicas patrimoniais através de uma perspectiva local. Nosso objetivo é lançar luzes sobre outros atores, intelectuais e políticos mineiros, que contribuíram para o processo de patrimonialização da cidade priorizando, ainda no século XIX, os bens culturais localizados no “centro-histórico”.

**Palavras-chave:** História Local; Patrimonialização; Ouro Preto.

**Abstract:** The article brings some reflections on the heritage of Ouro Preto, seeking to elucidate how this process did not occur only in the 1930s, after the creation of SPHAN, but had been occurring since the 19th century in the city. We used newspapers and books written in the late 19th and early 20th centuries as sources, and the minutes of the Advisory Council of the Ouro Preto Chamber, from 1931 to 1936. In this way, we try to show the construction of the official history and public patrimonial policies through a local perspective. Our goal is to shed light on other actors, intellectuals and politicians from Minas Gerais, who contributed to the city's heritage process, prioritizing, even of the 19th century, cultural assets located in the “historic center”.

**Keywords:** Local History; Patrimonialization; Ouro Preto.

## Introdução

Recordo-me de uma noite, perto da Bahia, quando assistia absorto ao espetáculo pirotécnico de fosforescentes vagalumes; sua pálida luz brilha, desaparece, volta a brilhar, sem penetrar na noite com uma verdadeira luz. O

mesmo acontece com os eventos, para além de seu brilho, a escuridão predomina (BRAUDEL, 1995, p. D5).

A metáfora do vagalume descrita por Braudel associada à construção da história, também pode ser ressignificada para a construção do nosso patrimônio cultural. Membros de um grupo selecionam as memórias buscando as suas representações no passado, como num piscar, se lembram de alguns fatos acabando por esquecer tantos outros, como a luz do vagalume ou, de acordo com Civale (2015) como um jogo entre “luzes e sombras”. É esse movimento oscilante e constante que pode ocorrer de forma intencional, ou não, que a memória vai sendo enquadrada e o patrimônio cultural construído.

O desenvolvimento das ciências e da tecnologia, destacando aqui o *boom* da internet, forja uma “sociedade [atual] em rede” (CASTELLS, 2000, p. 26) diminuindo as barreiras físicas e geográficas que antes separavam os indivíduos. Fenômeno também conhecido como globalização (GUMBRECHT, 2015, p. 35) ao mesmo tempo em que uniu as pessoas, despertou nos responsáveis pela construção da memória oficial dos Estados, a ideia de redefinirem suas particularidades, selecionando as memórias que representem o passado do país, do estado ou do município.

Assim como em outros países, o processo de construção do estado nacional no Brasil está intrinsicamente relacionado com a formação do seu patrimônio cultural. E, não obstante, na maioria dos casos, como em períodos autoritários e ditatoriais, o estado utilizou da dimensão cultural para estabelecer o controle e usá-lo a seu favor, dominando o que Gramsci (2007) conceitualizou por “hegemonia cultural”. Cabe ressaltar que os detentores do poder, logo, os responsáveis por selecionar as memórias, ainda se utilizam de símbolos culturais como forma de criar uma consciência nacional e assim estabelecer as “comunidades nacionalmente imaginadas” (ANDERSON, 2018, p. 32), característica do mundo moderno.

Contudo, há uma dialética entre o global e o local, o geral e o particular, sendo o processo de patrimonialização uma reação ao “medo da perda” (GONÇALVES, 1996), do esquecimento e da segregação das memórias, intensificadas nesta modernidade tardia pelas rápidas e excessivas transformações. E, como toda ação gera uma reação, os impulsos se voltam à preservação não apenas dos aspectos físicos por séculos privilegiados, mas também para os chamados imateriais ou intangíveis que resistem ao tempo e representam grupos ainda marginalizados pelo poder público.

Apesar do *frenesi* patrimonial atual, observa-se que foi somente a partir de 1980, mais especificadamente com a redemocratização da República Brasileira e com a Constituição de 1988 que, institucionalmente, bens culturais representantes de grupos “não oficiais” como os indígenas, quilombolas e mulheres foram reconhecidos. Contudo, os bens representativos de comunidades que estão em lugares afastados e periféricos dos centros das cidades, seguem esquecidos pelas políticas públicas de Estado, apesar de reconhecermos certa abertura no que diz respeito à visibilidade. Essas memórias ainda sussurradas, apesar de não fazerem parte dos “mitos de origem” da história oficial, são memórias.

Segundo Márcia Chuva, os “arquitetos da memória” (CHUVA, 2001) envolvidos na construção de um discurso positivista, de cunho comteano, e, que representavam o Estado no início do século XX durante a chamada Primeira República Brasileira, buscaram materializar a história nacional através do patrimônio cultural. Desta forma, a história que foi sendo narrada durante séculos priorizou as memórias das elites, aceitando como fontes unicamente os documentos escritos e oficiais. Assim, excluíram deste processo todas as outras formas de expressão humana, além da escrita, que compõem a nossa sociedade tão heterogênea.

Mas vale destacar que no campo historiográfico, já com a Escola dos Annales criada em 1929, os métodos antigos comteanos utilizados pelos seguidores da corrente positivista foram revistos e criticados. Os intelectuais envolvidos neste movimento, além de ampliarem o conceito de fonte histórica, não mais encararam o documento escrito como sinônimo de verdade, inócuo e espelho de uma época. Historiadores como Jacques Le Goff, ressaltaram a importância dos documentos não escritos. Desta forma, revolucionaram a historiografia incluindo os até então excluídos, como as memórias representativas dos negros, das mulheres e dos indígenas, que, em sua maioria, não possuem arquivos conservados para a escrita da história.

Mas como de *práxis*, a prática não acompanhou a teoria. Somente após o movimento da Nova História Cultural (1960) judicialmente podemos dizer que, no Brasil, somente após o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que enfim foram reconhecidos os bens com características e formas de expressão de grupos marginalizados, inserindo-os nas listas oficiais patrimoniais.

É válido observar que a formação das políticas a favor do patrimônio cultural, através do histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), destaca o

intelectual Mário de Andrade com ideias singulares na apresentação do seu anteprojeto para a criação do órgão (SPHAN), onde o mesmo já reconhecia as manifestações populares, folclóricas e a diversidade das linguagens indígenas. No entanto, remodelado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Projeto de criação do Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, priorizou os bens culturais de natureza material, através do tombamento, e valorizou as memórias de determinados grupos sociais.

### **Ação e reação: construindo o patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto**

Em Ouro Preto, cidade declarada patrimônio da humanidade, são incontáveis os estudos referentes ao seu período colonial, com temas ligados à arte barroca e rococó, às irmandades, ao sistema da sociedade escravocrata, às revoltas liberais, às estradas reais; bem como temas focados nas figuras de Chico Rei, Felipe dos Santos, Marília de Dirceu, Aleijadinho, Tiradentes e outros escolhidos. Felizmente, atualmente, também é possível encontrar muitos estudiosos interessados em abordar não apenas essas “reliquias da história”, mas as mais diversas representações que marcaram o seu passado se dedicando às memórias dos morros e distritos da cidade.

Considerando que o patrimônio cultural é um processo histórico socialmente construído, portanto, sempre em mudanças, neste estudo, procuramos nos atores mineiros políticos e intelectuais, e em suas narrativas, ações que contribuíram para a patrimonialização da cidade de Ouro Preto. Sendo assim, observa-se que a cidade iniciou seu fenômeno de patrimonialização ainda no século XIX., onde a “pérola de Minas” já seria considerada por muitos como exemplo, pelo seu pioneirismo e por ser “palco de experiências da gestão do patrimônio tombado” (SORGINE, 2008, p. 9).

O historiador Caion Meneguello Natal tomou como estudo o plano de modernização da cidade elaborado em 1891, e buscou na imprensa mineira da época os discursos proferidos sobre a transferência da capital para Belo Horizonte (1897). Sua minuciosa pesquisa revela que a antiga Vila Rica, que, segundo a história oficial foi redescoberta pelos modernistas paulistas na década de 1920 resgatando-a de um período decadente com a perda do título de capital, sempre esteve sob o foco de intelectuais, artistas e políticos mineiros. Estes, então conhecidos como “antimudancistas” (NATAL, 2007, p. 31), não apenas se empenharam em recuperar e valorizar a importância histórica de Ouro Preto, mas também para construção de uma narrativa única, coesa, coletiva e que representasse os novos anseios do período republicano.

Um destes intelectuais foi José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900). Político na época do Império, Xavier da Veiga foi também historiador e jornalista ativo nos primeiros anos da República Brasileira. Natural de Campanha-MG e considerado um “homem das letras”, ajudou a traçar os caminhos para uma “nova Ouro Preto” através de uma perspectiva local, preocupando-se em resgatar a tradição e as fontes documentais escritas.

Defensor da permanência da capital na cidade de Ouro Preto, Xavier da Veiga desconfiava da nova ordem republicana, sendo conhecido como monarquista e conservador por muitos. São suas palavras: “[...] não se pode festejar a República, mas tal regime deve ser respeitado. Com a República, novos direitos foram criados assim como novos deveres. Um dos deveres é o trabalho para o desenvolvimento e o progresso do país”. (JORNAL A ORDEM, 1890).

Interessado não apenas na história e nas artes de Minas, mas em utilizá-las para o seu desenvolvimento econômico, em 1890 fundou a Sociedade de Geografia Econômica de Ouro Preto, juntamente com Henrique Gorceix, Joaquim Cândido da Costa Sena, Antônio Olinto dos Santos Pires, dentre outros, com o intuito de promover “por todos os meios de seu alcance, o desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado de Minas Gerais.” (JORNAL A ORDEM, 1890).

O livro *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, foi publicado pela Imprensa Oficial em 1897 e, segundo os jornais da época, foi bastante repercutido (JORNAL MINEIRO, 1898). Buscando a formação dos “mitos de origem”, Xavier da Veiga ansiava em ter os registros das primeiras vilas e povoamentos de Minas. Escreveu a obra ao longo de 18 anos, selecionando e compilando a “memória oficial”; construindo uma narrativa do território mineiro, dos seus “feitos gloriosos, as tradições inolvidáveis e os méritos provados de seus filhos ilustres”. Assim ele escreveu:

Coligir dados e documentos, após demoradas leituras e pesquisas; fazer inúmeros extratos de impressos em geral pouco vulgares e de velhos manuscritos inéditos colhidos em arquivos mais ou menos desordenados; examinar, atenta e pacientemente, centenas de volumes e códices poentos e as vezes quase ilegíveis; empenhar-me reiteradamente por informações de interesse histórico, estatístico ou biográfico, solicitadas de pessoas ou institutos capazes de prestai-as; acumular quantos elementos me foi dado conseguir; úteis ao desígnio a que me propus – terminada a coordenação penosa desse acervo de papeis, de notas e indicações não raro obscurecidas pela divergência de opinião de vários escritores e antigos cronistas que procurei esmerilhar solicito para, o mais possível, apurar a verdade – ir redigindo tudo sob a forma peculiar a esta espécie de trabalhos e a medida que registrava definitivamente os fatos

averiguados, escrupulizando sempre em dar com sinceridade aos acontecimentos, as cousas e aos homens notáveis de Minas Gerais. (VEIGA, 1998, p. 3-4).

Além de escrever sobre a história de Tiradentes, incluiu os mais diversos nomes de mineiros da elite “já falecidos, dignos por qualquer título de homenagens ou gratas recordações, ou ao menos de referência honrosas à sua memória” (VEIGA, 1998, p. 5). Xavier da Veiga também foi o responsável pela organização do Arquivo Público de Minas Gerais no ano de 1895 e pela publicação da Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1896.

[...] o Arquivo Público Mineiro, agora fundado, é instituição que consagra sentimento e ideia popular. [...] esses documentos, explicando os sucessos a que se filiam, esclarecendo acontecimentos por vezes aparentemente confusos ou contraditórios – são, por certo, elos de importância capital para a nossa vida coletiva, elos que cumprem examinar e estudar atentamente para, bem conhecendo-os, bem prezai-os (VEIGA, 1998, p. 3-4).

Observa-se que, ao mesmo tempo em que escrevia, Xavier da Veiga preparava e organizava os documentos para a criação do Arquivo Público Mineiro, o que levou Medeiros e Araújo (2007) a afirmar: “O arquivo seria a representação ideal de uma unidade territorial e histórica, as Efemérides Mineiras, o fio condutor que deveria guiar o viajante pelo território simbólico das Minas Gerais” (ARAÚJO; MEDEIROS, 2007, p. 32).

Xavier da Veiga atuou em diversas frentes – tais como político, historiador, arquivista e também como jornalista -, em um momento delicado da política de Ouro Preto que se transformava com a República e com a perda do título de capital. Com os preceitos ditados pelo positivismo de “ordem e progresso” e selecionando as memórias entre “luzes e sombras”, construiu narrativas históricas do passado mineiro. Acompanhando o processo de modernização do Brasil, “inventava tradições” buscando a todo o momento “reascender” a antiga capital Vila Rica, construindo a identidade do “ser mineiro” e da “Pátria de Minas”. Pode-se inferir que Xavier da Veiga agiu de acordo com as questões do seu tempo e permaneceu em atividade até sua morte, no ano de 1900, tanto no que diz respeito à história como na política.

Outro político e intelectual que também contribuiu para o processo de patrimonialização de Ouro Preto foi Diogo de Vasconcelos. Nascido em Mariana no ano de 1843, exerceu a função de advogado, historiador, político e também de jornalista. Bastante polêmico, publicou diversos artigos na imprensa mineira, pois, como Xavier da Veiga, era contrário à transferência da capital para Belo Horizonte.

Apesar de ser conhecido também pelo seu conservadorismo, por ter participado do período monárquico imperial, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto nos primeiros anos da República, sendo reconhecido pelas autoridades e pelo governador do estado, na época Afonso Pena. Também foi membro da Academia Mineira de Letras e publicou entre os anos de 1901 e 1918 diversos livros que ainda são editados e seguem como referências para a história de Minas Gerais.

A historiadora Vanuza Moreira Braga, em sua pesquisa de mestrado defendida no CPDOC em 2010, traçou a genealogia dos políticos mineiros Afonso Arinos, Cesário Alvim e, de Diogo de Vasconcelos, verticalizando nas ações de seus sucessores: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sylvio de Vasconcelos. Para ela, além de lutarem pela “causa” patrimonial, existia entre eles um apelo afetivo de pertencimento: “Se os primeiros foram importantes para a criação de uma consciência sobre a importância histórica de Minas, seus herdeiros teriam como compromisso consolidá-la e imprimi-la na memória nacional” (BRAGA, 2010, p. 52).

Político e também ligado ao ofício de historiador, Diogo de Vasconcelos foi bastante criticado por romantizar e seguir por um viés aristocrático e positivista, muitas vezes sem mencionar suas fontes. Mas integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como também participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. E, assim como Xavier da Veiga, buscou ressignificar Ouro Preto, alinhando-a de acordo com os novos anseios da República.

As comemorações do Bicentenário de Ouro Preto realizadas durante os dias 7, 8 e 9 de julho de 1911, contextualiza bem este momento por ter reunido esses “herdeiros das tradições” preocupados com a decadência e com o futuro da antiga capital. O próprio Diogo de Vasconcelos, juntamente com Nelson de Senna, Lúcio José dos Santos, Mário de Lima, Furtado de Menezes, Cláudio de Lima, João Veloso e outros, organizaram a festa do Bicentenário e “elaboraram textos escritos como instrumento típico da cultura urbana escolhido para testemunhar e perpetuar essa memória histórica” (DRUMMOND, 2011, p. 11).

Estes políticos que também eram intelectuais, buscando um meio de ressignificar Ouro Preto por não ser mais a capital do Estado, transformaram-na em uma “cidade histórica”. Neste momento, cada autor selecionou um aspecto da cidade para representar suas memórias: geografia, artes, literatura, administração pública, educação, geologia, dentre outros temas, foram

contemplados. Mas em todos eles existe “uma fusão/concretização da palavra com o aspecto físico da cidade; está se tornando, então, a matéria viva e visível da história” (NATAL, 2007, p. 94).

Em seu artigo, Diogo de Vasconcelos se dedicou a escrever sobre as obras de arte, não apenas descrevendo-as, mas contextualizando-as e inserindo-as numa linha cronológica, fazendo uma espécie de inventário. Escreveu sobre as Capelas de São João e Santana, a Capela do Taquaral, do Padre Faria, a Matriz do Pilar e a de Cachoeira, a Capela de Santa Efigênia, a Igreja São Francisco de Assis e a de Nossa Senhora do Carmo, a Casa dos Contos, a Igreja do Rosário, o Palácio dos Governadores (Escola de Minas), a Casa de Câmara e Cadeia (Museu da Inconfidência), a Igreja São Francisco de Paula, de São José, o Teatro Municipal, o prédio da Escola de Farmácia, a Igreja das Mercês, a Capela de São Miguel e Almas, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, os oratórios e passos, o Chafariz do largo de Marília, o da rua dos Contos, o Chafariz da Glória e todos os outros, as sete “pontes monumentais” e os caminhos que se ligavam a Vila Rica.

Mesmo em suas notas mostrando que, ao escrever, tentou não distinguir critérios de valores, acabou os agregando nas grandes obras do período barroco localizadas no centro da cidade, com exceção das pequenas capelas, por considerá-las marcos iniciais de toda “civilização mineira”. São suas palavras:

[...] os monumentos, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, bem ou mal acabados, constituem por certo, o patrimônio herdado; e cada um na proporção de seu valor, ou de sua lenda, concorre para o conjunto das tradições, que fizeram desta cidade o centro e o coração da história (VASCONCELOS, 1911, p. 3).

Junto com Diogo de Vasconcelos, João Batista Ferreira Veloso (1860-1954) também participou das comemorações do Bicentenário da cidade. Vereador de Ouro Preto na época, assim como seus contemporâneos, seu discurso seguia por um viés positivista, exaltava a República e o progresso como impulsos necessários para “reascender” a cidade de Ouro Preto, que assim caminharia junto à “civildade”. Mas como bem nos lembra José Murilo de Carvalho: “o cidadão positivista não age na praça pública, não delibera sobre as questões públicas. Ele se perde nas estruturas comunitárias que o absorvem totalmente” (CARVALHO, 1990. P. 22).

Algumas décadas depois, João Veloso tornou-se prefeito de Ouro Preto e foi um dos precursores das políticas públicas preservacionistas do Brasil. Em seu governo, de 1931 a 1936,

promulgou juridicamente políticas públicas que garantiram a preservação dos monumentos que há muito se deterioravam, materializando e preservando as memórias escritas por Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos.

Nas Atas do Conselho Consultivo da Câmara de Ouro Preto de 1931 a 1936, observa-se em suas ações um olhar acalentado para os elementos do passado e um esforço para ressignificar as tradições ouro-pretanas, dando-lhes certo ar de continuidade histórica. Também é notável seu empenho em estreitar as relações da antiga capital com os novos dirigentes estaduais e nacionais, garantindo o lugar de Ouro Preto frente à nova política e reafirmando o seu lugar no contexto nacional.

Em uma de suas primeiras ações como prefeito de Ouro Preto, João Veloso propôs a mudança de nome do principal espaço da cidade: a atual Praça Tiradentes. Na época, a praça se chamava Praça da Independência, mas a partir do Decreto nº 8, passou a ser a Praça João Pessoa. Na sessão para apresentação do projeto ao Conselho, João Veloso justificou a mudança a fim de “prestar uma homenagem a memória do heroico e grande presidente da Parayba Dr. João Pessoa”, que tinha sido assinado em 1930 durante sua campanha eleitoral, na qual era candidato a vice-presidência, junto com Getúlio Vargas. Podemos inferir que este decreto definiria Ouro Preto ao lado dos revolucionários de 1930, alinhando-a com os propósitos do governo getulistas.

João Veloso também se preocupou em “inventar tradições” (HOBSBAWM, 2015) alterando alguns nomes de ruas, como a Bernardo Vasconcelos que passou a ser chamada Rua do Aleijadinho, e decretando feriados municipais e datas comemorativas, como o dia 29 de agosto, no 201º aniversário do “grande artista conterrâneo” Aleijadinho. Na ata do dia 9 de setembro de 1931, encontra-se escrito sobre o pintor José W. Rodrigues, que “ofereceu a prefeitura um quadro, onde se reconheceu o brasão de armas de Ouro Preto”. Desta forma, logo o prefeito transferiu o emblema “das armas do Estado de Minas Gerais, sempre usados nos timbres de papéis oficiais da prefeitura, para o verdadeiro brasão de Armas de Ouro Preto” (APMOP, Decreto nº11).

Outra ação importante foi à fundação do Instituto Histórico de Ouro Preto, em 1931. O então prefeito João Veloso, juntamente com Vicente de Andrade Racioppi, Gastão Penalva, José Pires Brandão e outros, criaram o Instituto como medida de preservação das memórias ouro-pretanas. Na sessão de 19 de setembro de 1931, o Conselho Consultivo da Câmara de Ouro

Preto decretou como sendo de “utilidade pública” a formação do Instituto, por considerar que “obedecendo às leis da Justiça e da Arte, se propõe cultivar as tradições e defender o patrimônio histórico e artístico de Ouro Preto” (APMOP. Decreto nº12).

Com sua ligação à elite intelectual, política e econômica da época, suas ações foram aceitas por um seleto grupo (de advogados, jornalistas, políticos e historiadores) e permitidas pelo então presidente da República: Getúlio Vargas. Certa vez, disse o Presidente Vargas sobre o Instituto: “É uma benemerência a obra do Instituto Histórico [de Ouro Preto], cujo objetivo nem todos compreendem” (APMOP, Jornais).

Já no Decreto nº 13, em 19 de setembro de 1931, o prefeito João Veloso estabeleceu o tipo artístico, de “face antiga”, que “deveriam seguir os prédios situados no perímetro da cidade”, pois “desperta grande interesse por parte dos turistas”. Esta seria uma das primeiras ações que tange a área jurídica para preservação do patrimônio cultural no Brasil e foi bem vista pelas autoridades da época, como o diretor do Museu Paulista, Afonso Taunay, que lhe enviou uma carta parabenizando-o pela iniciativa, e, também, nos estudos contemporâneos, nos quais continua a ser ressaltada como uma medida importante para a construção das políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio.

Curiosamente, nos documentos referentes ao Instituto Histórico de Ouro Preto, encontra-se como patronos nomes consagrados pela história de Minas tais como Aleijadinho, Tiradentes, os mesmos Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos, Rodrigo Bretas, Conde de Ouro Preto e outros admirados e selecionados. Ficaria o Instituto então responsável por “cultivar as tradições” e “defender o patrimônio histórico e artístico” da cidade. Já seus sócios eram intelectuais e políticos da época, além do prefeito João Veloso, o ex-presidente Getúlio Vargas, o historiador Salomão de Vasconcelos, Gustavo Barroso, Wanderley Pinho, Lucio José dos Santos, Brito Machado, José Paulo Pires Brandão e Gastão Penalva.

O último decreto como prefeito de Ouro Preto, assinado em 1936, João Veloso renomeou novamente a antiga praça do coração da cidade que, durante todo o seu governo, foi denominada Praça João Pessoa, passou agora a ser a Praça Tiradentes. Ele terminou seu mandato coroando o principal espaço de Ouro Preto homenageando o mártir da Inconfidência Mineira e da República. Brasão, hino, nome de ruas, emblemas, placas, datas comemorativas, sinais...

João Veloso se esforçou para consolidar os símbolos e “mitos de origem” através de políticas públicas, selecionando e construindo o seu patrimônio cultural e firmando no imaginário social a ideia de uma história única e uma memória coletiva. Podemos inferir que suas ações influenciaram no processo de patrimonialização da cidade, fomentando o seu reconhecimento em nível nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1938.

### **Considerações Finais**

Os membros de grupos intelectuais e políticos declarados “defensores históricos” de Ouro Preto, aqui apresentados, cada qual no seu contexto evitando cometer anacronismos, foram homens de seu tempo e se dedicaram a construir o patrimônio cultural, ressignificando os fatos do passado. Neste artigo, buscamos demonstrar que desde o final do século XIX e início do século XX, antes mesmo das caravanas dos modernistas paulistas e dos arquitetos do SPHAN, esses mineiros (intelectuais, políticos, ou mesmo historiadores, memorialistas, artistas, pintores, artesãos, jornalistas e clérigos) atuaram de forma significativa para a salvaguarda da cidade.

Com uma dose do “medo da perda”, acarretado pela transferência da capital e com interesses políticos e econômicos vigentes, selecionaram, escreveram e contribuíram para o processo de patrimonialização em torno da valorização de Ouro Preto como “cidade histórica”, como o “berço da civilização mineira”, enfatizando seus “grandes feitos”, construções e “homens extraordinários”, não apenas para a ascensão da cidade e da “pátria mineira”, mas para a construção de uma “nação brasileira”, idealizada pela política de governo de Getúlio Vargas.

Ancorados nas ideias de “originalidade” e “essência do passado” construíram uma narrativa através da história positivista, da história como “mestre da vida”, contribuindo para a formação dos “mitos de origem”. A atenção se voltou com mais afinco para o “centro-histórico” com suas grandes, excepcionais e ostentosas construções de tradição luso-brasileiras que vinham se deteriorando pelas vicissitudes do tempo. Já as memórias e os bens representativos para as comunidades dos bairros periféricos, morros e distritos de Ouro Preto ficaram excluídos das políticas públicas de conservação do município.

Atualmente, observa-se que os bens classificados com proteção municipal são mais heterogêneos e diversificados. Entretanto, se há uma tentativa de democratização das memórias, muitas delas seguem às sombras não apenas do turismo cultural, mas também do orçamento dos planos de salvaguarda. Observa-se que ainda permanece a política dos interesses, privilegiando

certos bens e esquecendo tantos outros, como o picar dos vagalumes ou como num jogo eterno entre “luzes e sombras” (CIVALE, 2015, p. 142).

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, V. L. de.; MEDEIROS, B. F. **A história de Minas como história do Brasil : o projeto historiográfico do APM**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.63, p. 22-37, 2007.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto**. Dissertação de Curso apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: FGV. 2010.

BRAUDEL, Fernand. **“Entrevista a Napoleão Sabóia”**, O Estado de São Paulo, 26-11-1995, D5.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CIVALE, Leonardo. **Sobre Luzes e Sombras: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012)**. Caderno de Geografia (PUC/MG. Impresso), v. 25, 2015.

CHUVA, Márcia R. Romeiro. **Os arquitetos da memória: construção do patrimônio histórico artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)**. 2001.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). **Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica (1711-1911)**. Ouro Preto: Liberdade, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Análise das situações: relações de força**. In:\_. Cadernos do Cárcere, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso Amplo Presente: O tempo e a cultura contemporânea**. Tradução Ana Isabel Soares. 1ª edição. São Paulo: editora Unesp, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a Construção de uma cidade histórica**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, DEHIS/UNICAMP, Campinas, 2007.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**; [colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco] - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

### Fontes Escritas

Hemeroteca Pública de Minas Gerais. Jornal **A Ordem**, em 18 de janeiro de 1890. Número da Edição 16.

AMCOP. Atas do Conselho Consultivo, 1931 a 1937.

AMCOP. Jornal Mineiro. 22 de maio de 1898; 1 de agosto de 1899.

VASCONCELOS, Diogo de. **As Obras de Arte em Ouro Preto**. *In*: Bicentenário de Ouro Preto – 1711/1911. Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 2ª edição atualizada. 2011.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Palavras Preliminares**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano I, fascículo I, p. II, 1896.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras** 1664-1897. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1998.

# Memória e imaginários: estudo sobre a composição do Patrimônio Cultural material de Juiz de Fora (MG)

Memory and imaginaries: study on the composition of the material cultural heritage of Juiz de Fora (MG)

Dalila Varela Singulane

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

[dalilavarela.s@gmail.com](mailto:dalilavarela.s@gmail.com)

**Recebido em:** 30/03/2020

**Aprovado em:** 07/05/2020

**Resumo:** Pretende-se no decorrer do artigo refletir sobre a formação do patrimônio histórico e cultural de Juiz de Fora, tendo em vista que este é essencialmente composto por obras de estrangeiros europeus guiados por preceitos positivistas e que, em certa medida, contribuíram para o silenciamento de tantas outras memórias marginais às aspirações da elite local que se pretendia moderna e industrial e ao seu restrito centro urbano. A partir da análise da historiografia, busca-se observar como a constituição do patrimônio histórico juiz forano e sua concentração espacial seguiu essa formação urbana, refletindo na criação de imaginários e memórias coletivas.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; imaginários; Juiz de Fora.

**Abstract:** It is intended in the course of the article to reflect on the formation of the historical and cultural heritage of Juiz de Fora, considering that it is essentially composed of works of European foreigners guided by positivist precepts and that, to some extent, contributed to the silencing of so many other marginal memories to the aspirations of the local elite that was intended modern and industrial and its restricted urban center. From the analysis of historiography, we seek to observe how the constitution of the historical patrimony forane judge and its spatial concentration followed this urban formation, reflecting in the creation of imaginaries and collective memories.

**Palabras clave/Keywords:** Cultural heritage; imaginary; Juiz de Fora.

## “A cidade é coisa feita, fabricada”

A cidade enquanto bem cultural, como conceitua Meneses (2006), deve ser entendida como artefato, campo de forças e das significações. Observar a cidade a partir desses diferentes focos possibilita analisá-la de forma mais complexa e compreender suas dinâmicas. Assim, buscando entender a formação do patrimônio cultural urbano edificado de Juiz de Fora (MG) partimos da

percepção da cidade enquanto *artefato*, isto é, construída e planejada pela ação humana. Seus traçados, formas arquitetônicas e arranjos espaciais configuram nosso ponto de partida para entender a construção do imaginário coletivo na cidade mineira, não só porque é nesse aspecto que temos grande parte dos estudos concentrados, mas principalmente porque o traçado e espacialidade são aspectos importantes, se não determinantes, na história da cidade e, por isso, está refletida no seu patrimônio cultural.

Juiz de Fora conta, atualmente, com cento e noventa bens tombados, segundo dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal (2019), concentrando-se a maior parte deles no núcleo urbano que começou a se formar em 1838 com a inauguração da Estrada do Paraibuna, localizada na margem direita do rio homônimo. Apesar da ocupação do lado esquerdo da margem do rio marcar o início do povoamento da área que posteriormente se tornaria a cidade de Juiz de Fora, não há muitos bens protegidos legalmente nessa região que corresponde aos atuais bairros Santo Antônio, Costa Carvalho e Vitorino Braga. A ocupação dessa região se deu a partir na abertura do Caminho Novo<sup>1</sup>, ainda em 1701, e “acredita-se que Garcia Rodrigues Paes encontrou dificuldades em vencer o alagadiço da várzea do rio, optando então a seguir pela margem esquerda, percorrendo a meia encosta das elevações” (CORDOVIL, 2013, p.67).

As terras da margem direita, até então subutilizadas, pertenciam aos herdeiros do Tenente Antônio Dias Tostes e sua ocupação é atribuída ao empenho do engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, responsável pelo projeto, que ao se casar com Cândida Maria Carlota Tostes herdou as terras. Halfeld foi um importante personagem da cidade e seus projetos urbanísticos e bem feitorias deram a ele a atribuição de fundador da cidade de Juiz de Fora. Sua notoriedade não era restrita ao espaço local, sendo sua trajetória profissional marcada por grandes projetos à serviço do Império. Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, nome de batismo do engenheiro que foi posteriormente aporuguesado, veio para o Brasil em 1825 para atuar no Imperial Corpo de Estrangeiros, dando continuidade a sua carreira militar iniciada aos dezoito anos no exército alemão. Em sua terra natal chegou a ocupar o cargo de tenente durante a batalha de Waterloo para expulsão das tropas francesas de Napoleão. Casou-se um ano antes de sua vinda com Dorotheia Augusta Filipa, primeira esposa das três que teria ao longo da vida. Trabalhou

---

<sup>1</sup> Iniciado em 1701 pelo sertanista Garcia Rodrigues Paes Leme, filho do bandeirante Fernão Dias Paes Leme, a estrada foi finalizada por seu cunhado Domingos Rodrigues da Fonseca em 1709. O Caminho Novo encurtou em cerca de vinte e cinco dias a viagem da região mineradora até o Rio de Janeiro. Anteriormente, utilizava-se a estrada conhecida como Caminho Paulista ou Caminho Velho em que o trajeto durava em torno de cem dias, o que era uma grande preocupação para Coroa Portuguesa já que os produtos transportados ficavam expostos a toda sorte (CORDOVIL, 2013, p.63 *et seq.*).

posteriormente a sua saída do exército na *S. John Del Rey Mining Company* e nas minas do Barão de Cocais<sup>2</sup>.

Inaugurada em 1838 a Estrada Nova do Paraibuna, contornava, em grande parte, o trajeto já existente do Caminho Novo, que foi ampliado. Porém, ao chegar à porção norte do arraial de Santo Antônio do Parahybuna, aonde hoje se localiza o bairro Benfica, o engenheiro Halfeld julgou melhor abandonar o antigo percurso do Caminho Novo, passando a estrada para a margem direita do Rio Paraibuna, aonde havia uma região de Várzea, o que tornaria o percurso mais plano, facilitando a circulação. (BATISTA, 2015, p.45).

A troca de percurso também é atribuída à intenção de Halfeld de valorizar suas terras, sendo que o casal doou lotes para construção de uma “nova igreja matriz, vias públicas, dentre outras benfeitorias nesse ‘novo centro urbano’ que se formava” (BATISTA, 2015, p.47). A maior parte dos estudos<sup>3</sup> destacam esse momento como início da urbanização da localidade que viria a ser Juiz de Fora, uma vez que se começava a pensar sobre a ocupação do solo urbano, seu ordenamento e estética. Ao analisar o processo de urbanização da cidade observa-se a partir da planta desenhada pelo engenheiro alemão em 1844 que a ordenação se fazia de forma mais sistemática na margem direita, onde se instalaram casas com “jardins, pomares, hortas, chiqueiros, galinheiros (...)”. A planta evidencia o alinhamento pré-definido por Halfeld para as edificações no lado direito (SANTOS, 2008 *apud* BATISTA, 2015, p.49) e seu maior número (Capela de Santo Antônio do Juiz de Fora, dois ranchos e vinte e seis casas) em comparação ao lado esquerdo (quatorze casas).

A marcação dos bens tombados no mapa permite uma melhor visualização da concentração espacial do que é considerado importante histórica e culturalmente para o município. Como pode-se observar, os bens protegidos estão concentrados na margem direita do rio, resguardando a empreitada de Halfeld na construção de um novo núcleo urbano que deixaria para trás o passado rural. Do lado esquerdo, temos poucos bens tombados, como é possível visualizar no mapa, sendo que apenas dois imóveis representam o primeiro momento de ocupação estimulado pela passagem

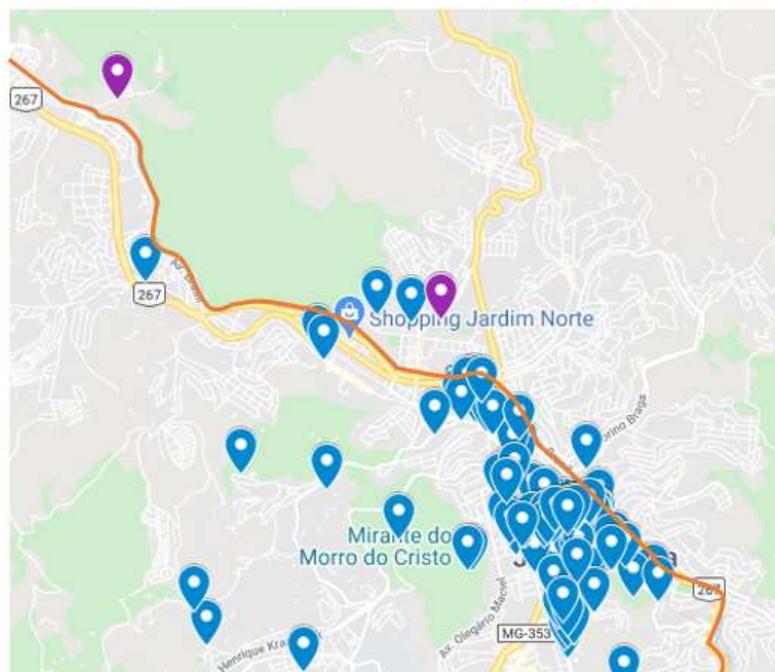
---

<sup>2</sup> Apesar da importância econômica que a estrada representou para Minas Gerais e para o Império, ao possibilitar um trajeto menos sinuoso, Halfeld é largamente reconhecido da historiografia por conta de seus estudos sobre o rio São Francisco. Ainda durante sua passagem pelo exército brasileiro foi notado por seus projetos viários e por isso recebeu o convite para realizar uma densa pesquisa sobre a navegação do rio, uma vez que este, segundo Oliveira (*apud* FIORAVANTI, 2016, p.93) “era um rio estratégico para o Império, por ser capaz de integrar as províncias do Sul, especialmente Minas Gerais e Rio de Janeiro, com as do Norte, sobretudo Bahia e Pernambuco”. Partindo da cidade de Pirapora, Halfeld e sua equipe pesquisaram durante os anos de 1852 e 1854 a viabilidade e custo das obras necessárias para tornar o São Francisco mais navegável, contribuindo assim para efetivação das aspirações do governo de D. Pedro II. O pioneiro trabalho entregue em 1860 foi editado em três volumes, “sendo um relatório descritivo léguas por léguas; outro, o perfil longitudinal, e o terceiro, cartas topográficas, traçando com minúcias detalhes do canal de navegação preferido então pelas barcas que trafegavam na região” (ROCHA, 1940, p.210).

<sup>3</sup> Ver: BARBOSA, 2016; BATISTA, 2015; CORDOVIL, 2013; MORATORI, 2017.

de tropeiros e viajantes que utilizavam o Caminho Novo, assim como as atividades agricultoras e utilização da mão-de-obra escrava durante século XIX: a Fazenda da Tapera<sup>4</sup> e a Fazenda Ribeirão das Rosas<sup>5</sup>, ambas destacadas em roxo no mapa.

**Figura 1:** Bens tombados de Juiz de Fora com foco na área central. Destacado em laranja o trecho do rio Paraíba que corta a cidade.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Google Maps. Marcação feita pela autora, 2019.

A concentração de bens culturais na margem direita longe de ser obra do acaso histórico, é reflexo direto do *campo de forças* onde a cidade se desenvolveu. As disputas envolvendo o espaço urbano eram protagonizadas pela elite local, que estava mergulhada nas contradições tão presentes na formação e consolidação da nação brasileira durante o século XIX e XX. Esse momento também de consolidação de Juiz de Fora, sua recém-formada burguesia aspirava uma cidade em

<sup>4</sup> Segundo o Processo de Tombamento Municipal nº2209, de 1988, da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Garcia Rodrigues Paes foi contemplado pela Coroa Portuguesa com quatro sesmarias, além de mais uma para cada um de seus filhos ao longo do Caminho Novo. O coronel Domingos Rodrigues foi nomeado como Cobrador das Estradas e Provedor dos Quintos, tendo para isso estabelecido “o Registro e fundando nele uma fazenda de criação e cultura que lhe permitiu lucros e uma vida abastada”. A Fazenda da Tapera compreendia a área onde hoje estão localizados os bairros Santa Terezinha, Bandeirantes, Gramma e Granas Betânia. Passou a pertencer ao Alcaide Mor Tomé Correia Vasques após seu casamento com Antônia Teresa Maria Paes, filha de Garcia. O local teria funcionado como primeira repartição pública da região.

<sup>5</sup> Tombada pelo Processo Municipal nº1396/99. Decreto/ Data: 6967/25.01.01. Segundo histórico disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, a sede da fazenda foi erguida na sesmaria concedida pelo Governador da Capitania de Minas Gerais a Manuel Vidal Lage. Dom Pedro I e a Imperatriz Dona Maria Amélia, em viagem a Vila Rica, pernoveram na fazenda em janeiro de 1831. A edificação, remanescente da abertura do Caminho Novo, foi construída na década de 1770, em estrutura autônoma de madeira e com vedação de pau-a-pique.

moldes europeus e seu desenvolvimento andava a passos largos com o investimento privado em todo tipo de obra pública, como energia elétrica, estação telegráfica e cinema, invenções que marcaram a passagem do século. Contudo, sua principal fonte econômica foi sobretudo a cafeicultura<sup>6</sup>, que financiava o desenvolvimento da localidade desde 1830, segundo Barbosa (2016, p.17), sendo que em 1855 o município se apresentava como o principal produtor da rubiácea mineira. O censo populacional apontava para um total de 27.722 habitantes, a qual 16.428 eram pessoas escravizadas, sendo a grande maioria homens (GUIMARÃES, 2006, p.44). O trabalho escravo era utilizado não só na lavoura, como também na transformação do núcleo urbano, segundo o historiador Caio da Silva Batista (2015, p. 56), uma vez que “a mão de obra escrava foi utilizada nas construções dessas edificações e nas obras públicas, estes, em muitos momentos, dividiam o trabalho com livres pobres, estrangeiros e libertos”.

De acordo com Elione Guimarães, o Barão de Bertioga durante as décadas de 1850 e 1860 usou parte de seus duzentos escravos, alguns deles oficiais e auxiliares de pedreiro, carpinteiro, marceneiro e pintor, para construir casas e sobrados no Lamaçal [região do Alto dos Passos] (...), esses cativos também edificaram a [antiga] Santa Casa de Misericórdia, uma igreja, uma coluna hidráulica e um teatro (...) na década de 1850. Todas essas benfeitorias se localizam no atual terreno onde está a Santa Casa de Misericórdia. (BATISTA, 2015, p.67).

Assim, Juiz de Fora caminhava a luz dos preceitos liberais e urbanizava-se conforme moldes importados da Europa, porém apoiada na mão de obra escrava, contradições que acompanhavam a vida cotidiana no Brasil, como ressaltam os trabalhos reunidos na coleção de Novais e Schwarcz (1998). A urbanização que se desenvolveu ao longo da Rua Direita, hoje Avenida Barão do Rio Branco, demonstra a atenção de Halfeld às novas ideias que ganhavam espaço no cenário europeu e, que sistematizadas, foram nomeadas dentro de uma nova disciplina: o urbanismo<sup>7</sup>. Logo após a revolução industrial, observa-se um rápido e vultoso crescimento demográfico nas cidades europeias, implicando diretamente na forma e uso dos centros urbanos. Nesse momento, as cidades, refletindo o movimento da sociedade, deveriam se adaptar à nova realidade que incluiria não só as máquinas, mas também novas dinâmicas e ritmos. Para tanto, seriam necessárias profundas alterações, sendo a primeira delas a “racionalização das vias de comunicação, com

---

<sup>6</sup> Juiz de Fora apresentava uma das maiores produções de café de Minas Gerais no século XIX, sua proximidade a capital federal e disponibilidade de solo, além do clima propício, foram de grande importância para o sucesso da cafeicultura.

<sup>7</sup> Urbanismo é um termo recente utilizado por G. Bardet em 1910, corresponde a uma nova realidade que reflete a expansão da sociedade industrial observada no fim do século XIX. Debruçando-se sobre o problema caracterizado pelo planejamento da cidade maquinista, condição colocada bem antes de sua criação, ainda nas décadas iniciais dos oitocentos (CHOAY, 1965, p.2 *et seq.*).

abertura de grandes artérias e a criação de estações, depois a especialização bastante ativada dos setores urbanos (...)", criação de órgãos que mudariam o aspecto da cidade e por fim, a suburbanização (CHOAY, 1979). Assim, os centros urbanos começaram a ser repensados e reformas estruturais de grande impacto começam a se proliferar, como no caso da Paris de Haussmann.

Nascida já na segunda metade do século XIX, o município de Juiz de Fora distanciou-se das concepções encaixadas dentro do que seria a "mineiridade"<sup>8</sup>, sendo sua urbanização concebida dentro das concepções da modernidade que já estavam *in voga* na Europa. Distanciou-se das cidades barrocas símbolos de Minas Gerais, onde a colonização portuguesa e o período colonial são mais aparentes no espaço citadino, como Ouro Preto, capital do estado à época. Na cidade da Zona da Mata "(...) havia uma aproximação com a capital federal, com o cosmopolitismo carioca. Dessa forma, a urbanização de Juiz de Fora difere muito de como ocorreu nas cidades barrocas, organizando-se espacial e socialmente com a industrialização, como afirma Vanda Vale" (BARROS, 2008, p.23), ao mesmo a cidade se tornava tão importante quanto essas antigas localidades mineradoras. "Segundo Oliveira (1966, p.93), em 1861 o município ocupava a terceira posição na Província em arrecadação de impostos, '(...) atrás de Ouro Preto e São João Del Rei'. Não demoraria em ser o primeiro, o que aconteceu já em 1870, merecendo por isso receber a alcunha de 'Princesa de Minas'" (CORDOVIL, 2013, p.108).

Em 1860 outro estrangeiro aparece como figura central na sua urbanização, o engenheiro Gustavo Dodt<sup>9</sup>, contratado pela Câmara Municipal para elaborar a primeira planta cadastral da cidade. Não localizamos muito a respeito da biografia do engenheiro, contudo foi possível encontrar algumas informações sobre ele através da pesquisa em jornais da década de 1860, uma vez que este projetou a canalização do rio Ceará-Mirim (JORNAL DO COMÉRCIO, 1864) e a construção de uma ponte sobre o rio Parnaíba, em Teresina (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, 1868), tendo ambos recebido grande atenção da

---

<sup>8</sup> Utilizamos o termo no sentido analisado por Reis: Mineiridade é uma construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos regionais e, portanto, de particularidades de uma região de Minas, tornando-a universal (...). A mineiridade baseia-se no mineiro que habitava a região central das Minas do século do ouro, região produtora do ouro rapidamente povoada e colonizada nos anos iniciais do setecentos. (REIS, 2007, p. 89-98)

<sup>9</sup> Importante notar que por muitas vezes o sobrenome de Gustavo é grafado como sendo "Dott" nos estudos sobre a cidade de Juiz de Fora, porém através da pesquisa pelo engenheiro na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional encontramos maiores resultados com a grafia "Dodt". No livro "Ruas da cidade: Juiz de Fora", da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) – Prefeitura de Juiz de Fora, 2004, o nome de Gustavo também aparece como "Dodt", logo usaremos essa grafia no decorrer do texto.

imprensa. Segundo o Jornal do Comércio de 1869, o “prussiano Dr. Gustavo Luiz Guilherme Dodt, engenheiro civil, [era] casado [e] residente na província do Piauí”.

No geral, o traçado do engenheiro seguiu as diretrizes anteriormente pensadas por Halfeld, porém, segundo Carvalho (2005, p.4), a preocupação de Dodt concentrou-se em estabelecer um plano essencialmente viário para a recém instituída Juiz de Fora<sup>10</sup>. Sendo nesse momento estabelecido de fato as ruas que conformam o triângulo central, onde hoje está o maior número de bens protegidos da cidade. Através das modificações propostas no plano é possível notar estratégias higienistas para maior salubridade da cidade com a definição de alguns equipamentos urbanos, como um cemitério, um matadouro e um hospital, estando todos estes localizados fora do triângulo.

Em seu plano de arruamento, Dott apresentava uma determinação geométrica das recém-criadas vias de circulação, assim como, trazia a perspectiva de uma cidade que rompia com a herança colonial das mineradoras, demonstrando uma clara preocupação com a questão estética e construído sobre “(...) uma malha ortogonal sobreposta a dois grandes eixos (...)”, que seriam a Rua Direita e a então Rua D. Pedro II (atual Getúlio Vargas). (CORDOVIL, 2013, p.106).

Pelo traçado é evidente a preocupação do engenheiro em setorizar alguns equipamentos públicos, além de delimitar o centro da cidade através de um triângulo formado por três vias periféricas: Rua Direita (já neste plano, a antiga Estrada do Paraibuna – ou Rua Principal – ganha esta nova denominação), Rua Dom Pedro II (parte da Estrada União e Indústria) e Avenida Independência (que seria derivada da canalização do córrego de mesmo nome). (CARVALHO, 2015, p.4-5).

Cordovil (2013, p.105) aponta que a contratação de Dodt encontra explicações diferentes dentro da historiografia, sendo que para Jair Lessa (1985) seria “mais uma estratégia da elite local, criar normas a fim de evitar que as recém-construções que surgiam indisciplinadamente, não prejudicassem o futuro da cidade”. Já para Passaglia (1982), esta “seria uma empreitada muito mais comemorativa, tendo em vista a elevação da categoria administrativa da localidade, do que uma real resposta à procura por novos lotes”.

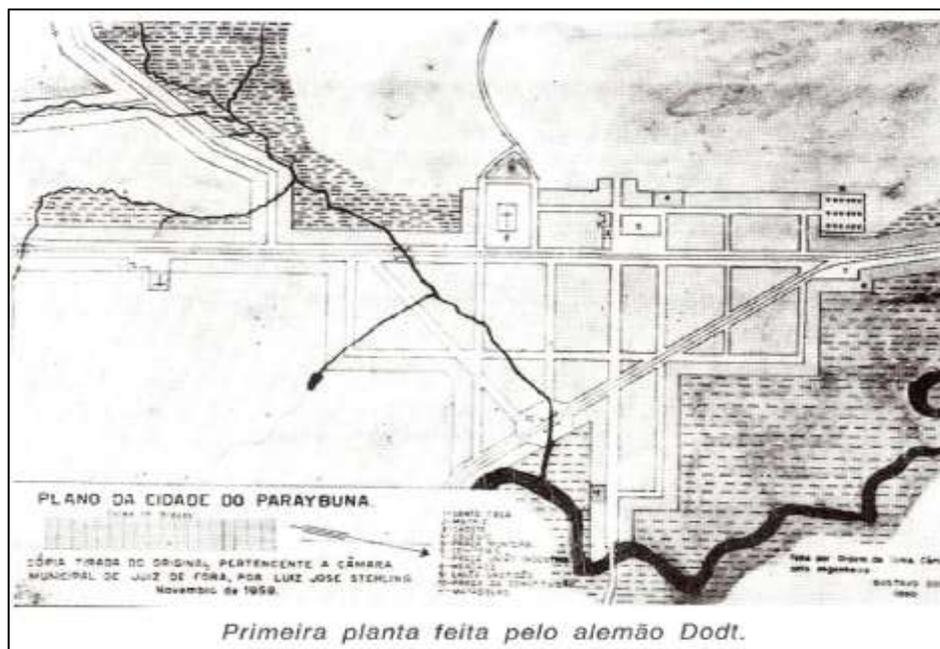
Segundo a planta de Dodt, a cidade “contava com quatro praças e dezessete ruas, além de 177 edificações”, um vertiginoso crescimento quando comparado aos números trazidos pela planta de Halfeld, cerca de dezesseis anos antes, onde há apenas o registro de 44 casas, ou seja, observa-se “um crescimento de 137 novas moradias” (CORDOVIL, 2013, p.106). Todavia, Gustavo Dodt

---

<sup>10</sup> Inicialmente a região era denominada paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, onde havia o arraial de Santo Antônio do Paraybuna, que foi elevado em 1850 a categoria de Vila e em 1865 a Cidade do Juiz de Fora.

não cumpriu todas as exigências deliberadas pela Câmara, que acabou por suspender a última parcela de seu pagamento. O engenheiro, por exemplo, não seguiu a instrução de que todas as ruas perpendiculares à Rua Direita fossem abertas até a serra adjacente à cidade (CARVALHO, 2005, p.4).

**Figura 2:** Planta desenhada por Dodt.



**Fonte:** CORDOVIL, Wilton Dias. ANEXO III - Planta da cidade do Paraibuna de 1860. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2013, p.242.

A crítica ao trabalho realizado por Dodt não se limita ao contrato com a Câmara juiz forana. Em 1870, o periódico “Piauhy”, órgão do Partido Conservador, publicou um manifesto do engenheiro em resposta as acusações feitas em artigo de outro jornal, o “Liberal Piauhyense”, que responsabilizava de forma enfática Dodt pelo desmoronamento da torre da Igreja de Nossa Senhora das Dores (PIAUHY, 1870, p.4). Na publicação que ocupa três colunas do impresso, Gustavo Dodt se defende das acusações esclarecendo que quando foi contratado já haviam sido construídas as fundações do prédio, assim como já estavam em “altura excessiva” as torres e própria edificação. O engenheiro atribui o desmoronamento ao solo da capital que ele classifica como não muito sólido e, por isso, não aguentaria uma edificação tão pesada. Acusado de fazer “sangrar os cofres públicos” por conta de uma outra obra que havia sofrido estragos, o engenheiro também se defende atribuindo estes danos ao terreno em que a rampa em questão foi construída, uma vez que “não tinha outra obra semelhante na Theresina em que se pudesse estudar o terreno, quo se manifestou tão pouco resistente naquelle lugar, que uma obra, que em toda outra parte tinha

havido a necessaria resistencia, se mostrou por culpa do terreno neste insufficiente” (PIAUHY, 1870, p.4).

A primeira planta cadastral de Juiz de Fora limita-se entre o atual Largo do Riachuelo e o Alto dos Passos, não havendo preocupação em reformas urbanas na margem esquerda do Paraibuna, onde se localizava inclusive a fazenda do Juiz de Fora<sup>11</sup>, que dera origem ao nome da localidade, e acredita-se ter sido construída por volta de 1719 (PASSAGLIA, 1982, p.182). Também não trazia a região do Morro da Gratidão, que segundo Cordovil (2013, p.108) foi responsável pelo crescimento econômico da cidade sobretudo na década de 1870 por conta dos empreendimentos de Mariano Procópio ali instalados. Essa área da cidade representaria um segundo eixo de urbanização, uma vez que Procópio instalou além de seus empreendimentos, três colônias – Villagem, Borboleta e D. Pedro II (atuais bairros Fábrica, Borboleta e São Pedro, respectivamente) – para seus trabalhadores livres de origem germânica, contratados para trabalhar na construção da Estrada União e Indústria, pela Companhia homônima. O autor afirma que a localidade “representaria a materialização dos interesses de uma jovem burguesia emergente, reconhecendo a localidade como favorável ao desenvolvimento de seus interesses” (CORDOVIL, 2013, p.108) e não se sabe por que, estranhamente, essa região não aparece na planta de Dodt.

Atualmente a memória e história desses trabalhadores imigrantes conta com dois registros de manifestações culturais como patrimônio da cidade e pelo menos seis edificações tombadas a nível municipal<sup>12</sup>. Vindos entre os anos de 1856 e 1858, os germânicos contratados tinham origem principalmente no Tirol, Hessem, Badem, Prússia, Hosteim, Scheleswig, e vieram trabalhar como

---

<sup>11</sup> A Fazenda Velha do Juiz de Fora foi o primeiro imóvel da cidade a receber atenção especial quanto sua importância histórica e cultural. Ainda em 1939, apenas dois anos após a promulgação da primeira lei federal de proteção ao patrimônio, o Prof. Lindolfo Gomes encaminhou solicitação ao então presidente do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco, para que a fazenda fosse tombada pela União (PASSAGLIA, 1982, p.10). Contudo, em 1946 a fazenda foi demolida mesmo havendo mobilização por parte da imprensa e sinalização favorável à sua preservação por Mello Franco. Segundo relato de Lindolfo Gomes ao periódico Diário Mercantil, o então diretor do SPHAN iniciou uma negociação com a prefeitura, representada pela figura do prefeito José Celso V. Pinto, para que a municipalidade adquirisse o imóvel e depois o doasse ao Serviço de Patrimônio. Porém, as transações de compra e doação não foram efetivadas, levando a ruína da edificação e sua consequente demolição (PASSAGLIA, 1982, p.178-9).

<sup>12</sup> **Bens registrados à nível municipal:** Pão Alemão (Processo 1506/10. Decreto/ Data: 10.232/06.05.10) e Festa Alemã (Processo nº 007.039/10. Decreto/Data: 13.730/ 14.09.2019). **Bens tombados à nível municipal:** R. Hermam Tolêdo - São Pedro (Capela Santana - Processo 2907/05. Decreto/ Data: 9326/25.09.07); Av. Senhor dos Passos, s/n (Igreja de São Pedro - Processo 3504/99. Decreto/Data: 7548/18.09.02); Av. Sr. dos Passos, 1082 - São Pedro (Igreja de Confissão Luterana de São Pedro - Processo 2908/05. Decreto/ Data: 9242/02.07.07); R. Ten. Paulo Maria Delage, 930 – Borboleta (Residência - Processo 4557/97. Decreto/ Data: 9453/18.02.08; Praça do Imigrante alemão – Borboleta (Marco Comemorativo do Centenário da Imigração Alemã em Juiz de Fora - Processo 6911/10. Decreto/ Data: 10.777/15.07.2004); Rua Bernardo Mascarenhas, 1334 (Curtume Krambeck - Chaminés e parede da fachada principal – Declaração de Interesse Cultural: Chaminés. Processos 5550/92 2017/03. Decreto/ Data: 4961/27.01.94 6331/19.11.98 8406/26.11.04).

engenheiros, técnicos e operários (ALMEIDA, 2015, p.61). Contrariando as expectativas criadas por Mariano após seu retorno dos estudos nos Estados Unidos e Europa, a estrada, apesar de “modelo e única no mundo”, segundo relato do naturalista Agassiz, não manteve seu sucesso por muito tempo, visto a chegada da estrada de ferro em 1875 (CORDOVIL, 2013, p.111).

A autorização para contratação de 2.000 colonos foi dada pelo Governo Imperial com a condição que 400 destes se dedicassem a produção agrícola, assim como a autorização para a construção da estrada desde que essa não se utilizasse mão de obra escrava. O que não aconteceu, segundo Cordovil (2013, p.119). O autor afirma baseando-se nos principais estudos sobre Juiz de Fora que a composição dos trabalhadores da Companhia União e Indústria era de 70% a 80% cativa.

Segundo Giroletti (1988, p.63), de acordo com o relatório de prestação de contas encaminhado por Mariano ao Presidente da Província, (...) trazia a quantia destinada ao pagamento (...) [do] aluguel de mais de mil escravos junto a proprietários da região a fim de executar os trabalhos de construção da rodovia. Para comprovar essa afirmação, o autor faz uso dos dados quantitativos da Companhia União e Indústria em 1858, afirmando que no trecho entre Juiz de Fora e Paraíba do Sul, trabalhavam 800 escravos e 336 trabalhadores livres, o que demonstraria a proporção de 70% de cativos para 30% de operários livres (CORDOVIL, 2013, p.120).

A chegada dos germânicos trouxe mudanças em aspectos culturais e econômicos de Juiz de Fora, como as primeiras manifestações da fé luterana na cidade, uma vez que pelo menos metade desses imigrantes eram dessa religião – gerando conflitos sociais, já que majoritariamente a localidade confessava o catolicismo (ALMEIDA, 2015, p.60). A fixação desses imigrantes também trouxe uma nova dinâmica econômica, não só pelo trabalho desempenhado por estes na construção da estrada e produção agrícola, como também porque com a falência do empreendimento de Procópio, os germânicos começaram a se dedicar a outras atividades, principalmente a produção de cerveja, aspecto esse que se tornou tradicional da cidade. A diversificação do tipo de produção nessa área – que estava no limite entre o que era considerado zona urbana e rural – pode ser atribuída ao tipo de ocupação priorizada por Mariano, segundo Cordovil (2013), que em muito se diferenciou do parcelamento do solo feito por Halfeld na outra parte da cidade. Procópio parcelou de forma a criar grandes lotes chamados “prazos”, que foram vendidos aos imigrantes a partir de 1859, possibilitando assim a habitação, cultivo ou instalação de indústrias. Já Halfeld projetou uma ocupação urbana em pequenos lotes, dedicados a moradia (CORDOVIL, 2013, p.120).

Buscando adaptar-se a todo tipo de inovação tecnológica, como os bondes puxados a tração animal, iluminação elétrica, sem esquecer a cultura e o lazer, Juiz de Fora chega ao final do século

XIX sendo também polo cultural de Minas Gerais (MUSSE et. al., 2017, p.17). “Diante dessas características, a cidade projetou em 1897 a primeira sessão de cinema de Minas Gerais. A exibição cinematográfica aconteceu com um aparelho Lumière, no mesmo mês em que o Rio de Janeiro, capital federal na época, recebia sua primeira exibição (...)” (MUSSE et. al., idem). Símbolo dos investimentos na área da cultura e entretenimento é o Cine Theatro Central, tombado a nível municipal e federal, que foi construído em 1929 com projeto do italiano Raphael Arcuri e pinturas parietais de Ângelo Bigi. A única edificação tombada pelo IPHAN na cidade, foi um ícone dos espaços de diversão, sendo também o “primeiro prédio feito em concreto armado” (OLENDER, 2011, p.35). Sua construção está ligada, segundo Olender (op. cit.), ao fechamento do Theatro Juiz de Fora que era comandado por Paschoal Segreto, grande empresário da diversão, dono de diversos cinemas e também italiano, que alugava o espaço na cidade desde 1905. As atividades desse antigo espaço findaram no final de 1925, e a lacuna deixada teria provocado a criação da Companhia Central de Diversões, em 1927, que tinha entre seus sócios Pantaleone Arcuri, pai de Raphael.

Raffaele Arcuri, nome de batismo de Raphael, nasceu em 1891, em Sant'Agata di Esaro mesma cidade de seu pai, e em 1911 depois de retornar de uma temporada em Nápoles assumiu a responsabilidade pela construtora. Projetou o novo prédio das Repartições Municipais em 1916, que segundo Marcos Olender apresentava

(...) características monumentais, cuja inauguração deu-se em 1918, filia-se ao repertório estético do ecletismo remetendo a arquitetura presente nas fachadas da Avenida Central do Rio de Janeiro mas possuindo, também, elementos oriundos da estética art-nouveau, conhecidos por Raphael a partir da sua estada em terras italianas, e utilizados por ele em vários outros projetos. (OLENDER, 2014, p.8-9).

A família Arcuri é proeminente no cenário urbano de Juiz de Fora, dos 190 bens protegidos na cidade, pelo menos 25 são assinados por um dos herdeiros de Pantaleone ou executados pela sua construtora, o que são quase 14% do total de patrimônios históricos e culturais da cidade, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1:** Edifícios protegidos em nível municipal que tem projeto assinado por um dos membros da família Arcuri.<sup>13</sup>

Edificações	Processo / Decreto
Av. Barão do Rio Branco, 2234 – Repartições Municipais	Processo 3648/82. Decreto/ Data: 2865/19.01.83.

<sup>13</sup> Este levantamento foi realizado pela autora para a disciplina “U.OpenLab: Laboratorio para el patrimonio digital”, ministrada durante o *Global July* (UFJF), em 2019, pela Prof. Maria Manuela Pinto, da Universidade de Porto, Portugal.

Av. Barão do Rio Branco, 2585 – Casa de Itália	Processo 6372/84. Decreto/ Data: 3359/01.10.85.
Rua Espírito Santo, 444 - Cia. Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri	Processo 7021/87. Decreto/ Data: 4095/28.12.88.
Praça da República – Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora	Processo 1906/96. Decreto/ Data: 5812/23.12.96.
Rua Antônio Dias, 300 – Castelinho dos Bracher	Processo 4541/97 Decreto nº 6462/99
Av. Francisco Bernardino, S/N - Associação Comercial	Processo 5814/97. Decreto/ Data: 6333/19.11.98.
Av. Getúlio Vargas, 455 - Banco de Crédito Real (inclusive Museu e arquivos) Pinturas decorativas parietais.	Decreto/ Data: 4719/29.12.92 8248/28.05.04.
Av. Barão do Rio Branco, 3353 - Capela Senhor dos Passos	Processo 4438/97. Decreto/ Data: 7403/22.05.02.
Rua Espírito Santo, 374 - Companhia Mineira de Eletricidade (Castelinho da Cemig)	Processo 4512/97. Decreto/ Data: 6600/27.12.99.
Praça João Pessoa, S/N - Cine-Theatro Central	Processo 3821/82. Decreto/ Data: 2860/19.01.83.
Av. dos Andradas, S/N - Colégio Santa Catarina	Processo 0861/86. Decreto/ Data: 3918/25.02.88.
Rua Halfeld, 675 - Edifício São Sebastião	Processo 4521/97. Decreto/ Data: 6942/26.12.00.
Av. Barão do Rio Branco, 2153/2161/2165 - Edifício Ciampi	Processo 4529/97. Decreto/ Data: 6742/21.06.00.
R. Halfeld, 828 - Edifício Clube Juiz de Fora	Processos 1907/96-4528/97. Decreto/ Data: 5869/07.03.97 7475/25.07.02 7593/24.10.02.
Av. Getúlio Vargas, S/N - Escola Normal	Processo 0505/86. Decreto/ Data: 4406/07.12.90.
Rua Marechal Deodoro, S/N - Galeria Pio X	Processos 4418/04 e 4417/04. Decreto/ Data: 9896/16.06.09.
Praça Hermenegildo Vilaça - Igreja de São Sebastião	Decreto/ Data: 7306/19.03.02.
Rua Santos Dumont, 215 - Igreja Nossa Senhora do Rosário	Processo 3208/00. Decreto/ Data: 7201/05.12.01.
Rua Sampaio, 300 - Instituto Granbery	Processo 3209/00. Decreto/ Data: 7476/26.07.02.
Rua Espírito Santo, 764 - Palacete Felett	Processo 1104/94. Decreto/ Data: 11.519/25.03.13.
Rua Halfeld, 559 - Palacete Pinho	Processo 4519/97. Decreto/ Data: 7205/05.12.01.
Praça Dr. João Penido, 74 - Hotel Príncipe	Processo 4442/97. Decreto/ Data: 6553/08.11.99.
Rua Braz Bernardino, 59 - Sociedade Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora	Processo 4917/99. Decreto/ Data: 8448/30.12.04
Rua Espírito Santo, 651 - Vila Iracema	Processo 5325/97. Decreto/ Data: 6505/18.08.99.

Rua Antônio Dias Tostes, 310 - Casa Raphael Arcuri	Processo 4542/97. Decreto/ Data: 12.391/08.07.15.
--	--

**Fonte:** Prefeitura de Juiz de Fora. Bens Imóveis Tombados (atualização em 04.10.2017). Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta\\_funalfa\\_patrimonio\\_arquivos/bens\\_tombados.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta_funalfa_patrimonio_arquivos/bens_tombados.pdf). Acesso em: 20 de fev. de 2020.

Nascido na cidade de Sant’Agata d’Esaro, Pantaleone veio pela primeira vez para o Brasil com seu pai Angelo Raffaele Arcuri em 1876, época em que aconteceu o primeiro grande movimento de imigração de italianos para o país (OLENDER, 2011, p.48). Todavia, é somente em 1887 que Pantaleone se fixa no Brasil – em um documento transcrito pelo historiador Paulino de Oliveira e citado por Marcos Olender (op. cit.), Pantaleone diz residir em Juiz de Fora desde esse ano. Membro da elite juiz forana, Arcuri mantinha estreitas relações com políticos locais, como o advogado e jornalista Antônio Carlos e o médico Dr. João Nogueira Penido Filho.

Em 1895, fundou junto com seu cunhado a construtora Pantaleone Arcuri & Timponi, tendo a sede da empresa localizada na rua Espírito Santo, estrategicamente perto da Companhia Mineira de Eletricidade que distribuía a energia elétrica vinda da Usina de Marmelos e da grande fábrica têxtil de Bernardo Mascarenhas. A companhia de Pantaleone foi construída juntamente com um complexo habitacional para a morada de seus trabalhadores, que em geral também tinham a mesma nacionalidade e eram contratados diretamente na Itália. “Este complexo industrial e habitacional era um dos orgulhos da paisagem urbana local sendo, portanto, também eternizado em [cartão] postal” (OLENDER, 2011, p.55). Parte da edificação retratada no cartão foi demolida (falamos da que em sua parte superior encontra-se uma escultura), mas o prédio ao lado que também fazia parte da Cia. foi protegido pelo Decreto Municipal nº4095/28.12.88, processo de tombamento nº7021/87.

**Figura 3:** Cartão Postal Cia. Pantaleone Arcuri & Spinelli.



**Fonte:** Blog Maurício resgatando o passado.

O registro do primeiro projeto de Pantaleone é para uma loja de armas, encomendado pelos Irmãos Grippe e datado de 1899. Segundo Olender (2011, p.57), “o desenho da fachada (...) apresenta várias das características comuns àquela arquitetura de inspiração neorrenascentista praticada pelos mestres-de-obras de origem italiana, não só em Juiz de Fora, mas também em outras cidades do Brasil, inclusive Rio de Janeiro (...)”. Além do Cine Theatro Central, outro projeto da construtora ainda em 1900, compõe a memória coletiva de Juiz de Fora: o atualmente chamado Parque Halfeld. Localizado no coração da cidade, o Jardim Halfeld (nome original) foi projetado e construído após a Pantaleone Arcuri & Spinelli – novo nome após o fim da sociedade com Pedro Timponi – vencer a concorrência.

Com projeto assinado pelo técnico Salvatore Noraroberto, o novo jardim público ocuparia o espaço onde inicialmente aconteciam espetáculos circenses e touradas e que foi transformado na década de oitenta do século XIX em jardim, que segundo relatos, estava abandonado. A reforma do espaço foi uma iniciativa do “Coronel Francisco Mariano Halfeld, filho do engenheiro alemão que havia projetado o traçado das ruas do centro da cidade (...)” (OLENDER, 2011, p.60). O destaque da empresa ainda se daria por conta dos ladrilhos hidráulicos de fabricação própria que estão em grande parte das edificações por eles construídas. Tamanho destaque a construtora adquiriu que, em 1906, a Pantaleone Arcuri & Spinelli participou da “Exposição Internacional de Milão”, no pavilhão “Italianos no Exterior”. “A firma (...) estará presente no pavilhão com um

‘álbum contendo 50 fotografias de edifícios construídos em Juiz de Fora; 100 qualidades de madeira em outras tantas pecinhas envernizadas de um lado; 42 ladrilhos, desenhos e coloridos diferentes’, organizados em um *stand* próprio” (OLENDER, 2011, p.96).

A fundamental importância desses imigrantes italianos para a construção civil de Juiz de Fora pode ser constatada, por exemplo, na leitura dos processos de solicitação de obras, demandados entre 1893 e 1940. Dentre 1110 processos levantados e analisados, 702 (64%) projetos foram elaborados por esses imigrantes (81 construtores) ou por suas firmas. Destes, 300 (43%) foram realizados a pedido de outros imigrantes italianos e 402 (57%) para proprietários não italianos.

Dentre estes projetos, 702 (cerca de 64% do total) foram elaborados por estes italianos ou por suas firmas (num total de 81 construtores), sendo que 300 (43%) deles projetos foram feitos para seus patrícios e 402 (57%), para proprietários não italianos. Entre os construtores, se destacam pelo volume de projetos, Pedro Scapin (36%, realizados a partir do início da década de 1920) e Pantaleone Arcuri e sua Companhia Construtora (responsável por 23% dos projetos, realizados a partir de meados da década de 1890). (OLENDER, 2014, p.5).

Pantaleone Arcuri se mantinha intimamente ligado à sua terra natal sendo responsável também pela construção da Casa d’Itália em Juiz de Fora, órgão do governo fascista para controle e difusão de suas ideias para os italianos em outras partes do mundo. Segundo Olender (2008, p.164), “Pantaleone esteve, pessoalmente e profissionalmente, à frente de várias iniciativas de difusão da citada ideologia em Juiz de Fora. Participou da fundação, em 1932, e foi o primeiro presidente da Sociedade Dante Alighieri local, (...) cooptada pelo fascismo nos últimos anos da década de 1920 (...)”. Com projeto de Raphael, a Casa d’Itália foi edificada na principal avenida da cidade, contava com uma sala para o *Fascio*, bem como seu símbolo na fachada, no portão e no piso de um dos cômodos do prédio. Conforme lista apresentada acima, o prédio também é tombado pela municipalidade.

A expressão dos Arcuri na construção civil nos chama a atenção até pelo menos a década de 50 do século XX, com os projetos de Arthur Arcuri, também filho de Pantaleone. Formado em engenharia pela Escola Politécnica em 1937, começou-se a se interessar pela arquitetura por influência dos sobrinhos que estudavam na Escola de Belas Artes. Estudou por conta própria os escritos de Le Corbusier e em 1941 foi convidado pelo “médico João Villaça para projetar a nova Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, sendo responsável pelo projeto de três residências na mesma década” (SINGULANE; AVELAR, 2019, p.4). Mantinha estreita relação com intelectuais da época que também participavam do movimento modernista, assumiu cargo no atual IPHAN de 1948 a 1970, a convite de Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Há uma quantidade expressiva de imóveis modernistas em Juiz de Fora que são obras de Arthur Arcuri, sendo a casa de Frederico de Assis um ícone não só do modernismo juiz forano, como também ganhou destaque no campo da preservação do patrimônio. Isso porque a residência, que abrigou de 1973 a 2002 o Colégio Magister, mobilizou a opinião pública à época com a notícia de sua venda e demolição, pois era por muitos considerado um lugar de memória, conforme destaca Almeida (2012, p.207 *et. seq.*). Projetada em 1955 para atender a grande família de Assis, que tinha treze filhos, a habitação era um autêntico exemplar da arquitetura modernista, segundo descrição feita por Braga e Lima (s/d) e citada por Singulane e Avelar (2019). A edificação foi demolida em 2004 após não conseguir o número de votos necessários para o tombamento (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2003). Esse processo envolvendo um dos Arcuri demonstra uma outra faceta da urbanização da cidade, uma vez que ele é permeado pela questão da especulação imobiliária, problemática confirmada pelo relato do próprio arquiteto quando consultado pela imprensa sobre o caso do Colégio Magister declarando, segundo Singulane e Avelar (2019, p.7) aludindo ao texto de Almeida: “a medida [o tombamento] seria ‘um ônus muito grande para o proprietário. Trata-se de uma rua central. O terreno vale mais do que a casa’. No entanto, o arquiteto relatou que lamentaria se o novo proprietário destruísse a casa, pois a considerava um bom projeto seu”. Além desses, atualmente se encontra em aberto processo de tombamento para outra residência que tem projeto de Arthur, a casa localizada à Av. José Procópio Teixeira, 90, no bairro Bom Pastor.

Abaixo uma listagem com os projetos modernistas de Arthur Arcuri:

**Tabela 2:** Projetos de Arthur Arcuri.

Projeto	Ano
Santa Casa de Misericórdia	1941
Residência João Villaça	1948
Residência Romeu Arcuri	1949
Residência Jorge Miana	1950
Residência Horácio Loyola Pires	1950
Marco Centenário de Juiz de Fora	1950
Residência Virgínia Mendes Torres	1951
Residência Luiz Stheling	1952
Residência Hugo Mescolin	1953
Colégio Magister / residência Frederico Assis	1955
Residência Geraldo Magela	1957

**Fonte:** VIEIRA, Bernardo da Silva. A composição arquitetônica nas residências de Arthur Arcuri. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 142.06, *Vitruvius*, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.142/4270>>. Acesso em: 25 de fev. de 2020.

Por fim, um projeto modernista de autoria de outro membro da família Arcuri chama atenção: a residência construída para o médico Antônio Carlos. Comparada no processo de tombamento aos projetos da arquiteta Lina Bo Bardi (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2008), a residência apesar de atribuída no processo a Arthur, seria na verdade de Hugo Arcuri, filho de Raphael. O imóvel também não foi tombado pelo conselho encarregado devido principalmente as modificações que aconteceram no seu exterior.

### **Conclusão**

As reformas e desenvolvimento do espaço urbano, modificou a percepção da cidade para seus habitantes e visitantes. Ao longo da segunda metade do século XIX e, sobretudo, no momento da virada de século, “multiplicavam-se os apitos, as chaminés e os edifícios industriais com tijolos vermelhos aparentes, inspirados em grande parte numa arquitetura industrial europeia que, naquele momento eram vistas pela emergente burguesia capitalista, como sinônimos de desenvolvimento e modernidade” (CORDOVIL, 2013, p.148). A partir da análise do patrimônio edificado de Juiz de Fora, enquanto artefato e campo de forças, pudemos observar como este se apoia e reverbera os ideais empreendido pela elite, isto é, a imagem de “Manchester Mineira”, como apelidou o poeta Antônio Salles, denominação esta que pouco lembra de seu passado agrário e escravocrata, afastando também a imagem urbana do lamaçal característico da sua área central.

A construção e permanência dessa memória sobre a cidade é abordada por Neto (2008), que mostra a capilaridade desse discurso na sociedade mesmo após mais de 80 anos desde a notícia no periódico “O Pharol”, que relatava as diversas alcunhas recebidas por Juiz de Fora, por seu destaque no cenário político, econômico e intelectual do país, principalmente, nas décadas finais do século XIX e até meados dos anos 1930, recorte que dá suporte a representação “Manchester Mineira” (NETO, 2008, p.79). Esta modernidade refletida na escolha do seu patrimônio histórico, como buscamos mostrar de forma ampla ao longo do texto, consolidou-se na mentalidade social conforme aponta Neto (2008, p.74), sendo interessante uma listagem feita pelo autor a partir da lista telefônica do município no ano de 2006, onde havia pelo menos vinte e três estabelecimentos comerciais que incorporaram o nome “Manchester”.

O patrimônio acompanha a narrativa de fundação da cidade pelos traçados de Henrique Halfeld e seu pensamento urbanista que buscava estabelecer grandes vias, passando por Gustavo Dodt, também germânico, e seu higienismo, estabelecendo preceitos de salubridade ao fixar longe das moradias o matadouro e o cemitério, além de canalizar o córrego que cortava a cidade, possibilitando a construção de uma das mais importantes avenidas de Juiz de Fora, a antiga Avenida Independência, hoje Itamar Franco. O núcleo urbano definido por ambos engenheiros permanece até hoje como área central, possibilitando a leitura de uma urbanização que crescia com olhos voltados ao cosmopolitismo do Rio de Janeiro.

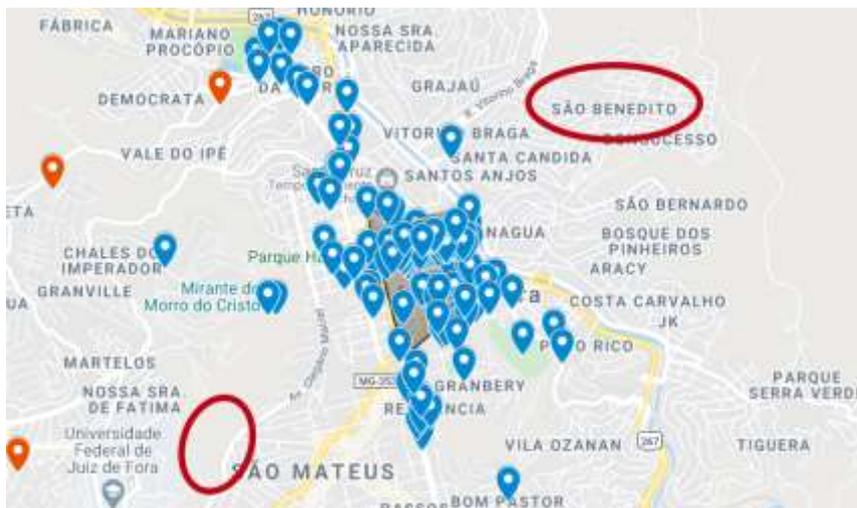
Aliando mão de obra livre e escrava desenvolveu-se as largas vias, estradas de rodagem e todo tipo de obra pública. Contudo, seriam os germânicos a serem lembrados pelo patrimônio histórico e cultural nessa fase da urbanização juiz forana, uma vez que contratados por Mariano Procópio para trabalhar na Estrada União e Indústria estes estabeleceram um novo núcleo de ocupação por conta da localização de suas colônias. Esses indivíduos dividiam o trabalho com os escravos da companhia e após a falência dessa, uma parte significativa criou suas próprias indústrias.

Nesse contexto, a família italiana Arcuri ganhou destaque na construção civil e aplicação de novas técnicas para edificações, são deles expressiva quantidade de obras públicas e privadas que temos hoje protegidas como patrimônio histórico e cultural juiz forano. Através da história da Pantaleone Arcuri & Spinelli pode-se ver além da mudança estética da cidade, também o associativismo e ajuda mútua dos imigrantes italianos em terras estrangeiras, uma vez que pelo menos 50% da empresa era composta por trabalhadores dessa nacionalidade. Também é possível analisar a rede de sociabilidade que havia entre as elites do período, desde as amizades de Pantaleone com políticos como Antônio Carlos e sua ligação com o fascismo italiano, até Arthur com Burle Marx e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Juiz de Fora foi uma das cidades que mais produziu café no século XIX, que para tanto utilizou largamente a mão de obra escrava. Os africanos e afrodescendentes eram mais de 50% dos habitantes da cidade, trabalhando não só com a lavoura – que gerava o capital possibilitador do desenvolvimento industrial rememorada pelo patrimônio –, como também na construção desta. Após a abolição, estes grupos continuaram nas áreas rurais trabalhando nas fazendas, cenário que só sofreu alteração a partir da década de 1920, quando houve queda da produção cafeeira. Concentraram-se nos atuais bairros São Benedito (antigo Arado) e Bom Bosco (Serrinha), “bairros integralmente negros, como verdadeiras ilhas em torno da área central” (OLIVEIRA, 2000, p.65

apud CORDOVIL, 2013, p.162). Com a marcação no mapa (em vermelho no canto superior direito, São Benedito, e no canto inferior esquerdo, Dom Bosco) podemos observar que não há bens reconhecidos pela municipalidade nestas localidades. O mapa enfatiza ainda a densa concentração de patrimônios da área central (bens protegidos em azul e laranja) em relação as áreas adjacentes.

**Figura 5:** Bairros São Benedito e Dom Bosco.



**Fonte:** CORDOVIL, Wilton Dias. Do Caminho Novo a Manchester Mineira: As dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata Mineira, p.162. Google Maps. Marcação feita pela autora, 2020.

O contraste não deve ser entendido como não existência de lugares de memória, espaços, manifestações ou materialidades que dizem da história e memória desses indivíduos que ocuparam essas áreas marginais ao centro comercial. Assim como em outras cidades, a não preservação está ligada a condução das políticas públicas no país e no município que, como se sabe, foram por muito tempo conduzidas por diretrizes que buscavam rememorar um passado específico, ancoradas em requisitos estéticos restritos. Em Juiz de Fora, poucos são os bens protegidos pela municipalidade que guardam a memória dos cativos, libertos e seus descendentes, sendo que de forma direta temos somente o “Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva”, registrado como patrimônio imaterial do município pelo processo nº5909/05.

Portanto, podemos ver que é, sobretudo, a memória dos imigrantes europeus que ganhou destaque na narrativa oficial, enfatizando o imaginário de uma cidade industrial que se desenvolveu a com força de trabalho livre e enraizando na memória coletiva a história de uma ocupação estrangeira e de uma elite investidora da causa pública, que se preocupava não só com o desenvolvimento econômico, mas também com seu desenvolvimento cultural e urbano. Entender

a cidade de forma complexa e como bem cultural é reconhecer nesse cenário engendrado e perpetuado pelas escolhas de bens o que Meneses (2006, p.36) classificam como o campo das *significações*, onde “as práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido”.

Ler a cidade é entendê-la, como sugere Pesavento (2004), antes como um palimpsesto, pois em toda sua materialidade temos camadas de memórias e histórias sobrepostas umas às outras. E assim como nesse tipo de pergaminho, mesmo com a tentativa de apagamento do que fora escrito, as marcas permanecem e quanto mais escrito e apagado, mais rastros de temporalidades se acumulam no palimpsesto. A desnaturalização dos discursos hegemônicos no campo da preservação possibilita a emergência de tantas outras memórias que devem também ser contempladas pelas políticas públicas de preservação, que desde a Constituição de 1988 e do Decreto nº3.551 de 04 de agosto de 2000 buscam traçar caminhos mais democráticos para sua aplicação.

#### Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980**. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2012.

ALMEIDA, Patrícia Lage de. **O pão e a festa: patrimônio imaterial e turismo em Juiz de Fora (1969-2010)**. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2015. 227 f.

BARBOSA, Y. A. **Espaço, história e cidade: Uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX**. Dissertação de Mestrado. UFJF. 2016.

BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora: Modernização por fios e trilhos (1889-1915)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2008, 159f.

BATISTA, C. S. **Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG): 1850-1888**. Juiz de Fora: Funalfa, 2015.

BRAGA, Raquel Dias Vieira; LIMA, Fabio José Martins de. Presença da Arquitetura Moderna em Juiz de Fora: Projeto de Residência de Arthur Arcuri para a Rua Brás Bernadino. In: **Docomomo**, s/d, s/p. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/130R.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2019.

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de. Urbanismo no século XIX: O Plano do engenheiro Dott para a cidade Juiz de Fora (MG), 1860. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORDOVIL, Wilton Dias. **Do Caminho Novo a Manchester Mineira: As dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata Mineira**. Dissertação de Mestrado. UFJF. 2013

FIORAVANTI, Carlos. O rio do Império. **Revista Pesquisa FAPESP**. São Paulo, Ed. 248, out. de 2016, p.92-94.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

MENESES, Ulpiano Bezerra. 2006. “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano”. In: Victor Hugo Mori; Marise Campos Souza *et alli* (org.), **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN. pp.33-76.

MORATORI, Daniel. **As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Deodoro (parte baixa): dos Códigos de Posturas às leis de proteção patrimonial**. Dissertação de Mestrado. UFJF. 2017.

MUSSE, Christina Ferraz; NETO, Gilberto Faúla Avelar; HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. **Os cinemas de Juiz de Fora: memórias do Cine São Luiz**. FUNALFA: Juiz de Fora, 2017.

NETO, Eduardo de Campos Bastos. **Mito e (re)invenção da “Manchester Mineira”. etnografia de um passeio “histórico-cultural” na cidade de Juiz de Fora**. Dissertação de mestrado. UFJF: Juiz de Fora, 2008.

NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** (v.4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLENDER, Marcos. “Pedra miliar da nossa arte e da nossa estirpe”: A Casa d'Itália de Juiz de Fora. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v.14, n.2, p.161-185, 2008.

\_\_\_\_\_. A contribuição da imigração italiana na consolidação da paisagem urbana de Juiz de Fora. **3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - desafios e perspectivas**, Belo Horizonte, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ornamento, Ponto e Nó: Da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2011.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora: Medidas Iniciais**. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento; Comissão Permanente Técnico-Cultural; Prefeitura de Juiz de Fora - MG, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, nº11 - UFSC, 2004, p.25-30.

PINTO, Fabiana Aparecida de Almeida Souza. **“Homem, poeta, cérebro, coração”: Lindolfo Gomes e o pensamento intelectual e preservacionista em Juiz de Fora**. Tese de doutorado: UFJF, 2018.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-98, maio 2007. ISSN 2237-8871.

ROCHA, Geraldo. **O Rio de São Francisco: Factor Precipuo da Existencia do Brasil**. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira: 5º ed., vol. 184. Companhia Editora Nacional, 1940.

SINGULANE, Dalila Varela; AVELAR, Karina. O modernismo na arquitetura residencial de Juiz de Fora (MG). **Anais do 13º Docomomo Brasil. 25 anos do Docomomo Brasil**. Salvador (BA), 2019.

UFJF. **Arthur Arcuri: um pingente da arquitetura homenageia expoente do modernismo**. Juiz de Fora, 29 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2013/04/arthur-arcuri-um-pingente-da-arquitetura-homenageia-expoente-do-modernismo/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

VIEIRA, Bernardo da Silva. A composição arquitetônica nas residências de Arthur Arcuri. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 142.06, **Vitruvius**, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.142/4270>>. Acesso em: 25 de fev. de 2020.

#### **Fontes:**

DISCURSO PROFERIDO na sessão de 6 de julho de 1864. **Jornal do Comércio (RJ)**, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1864. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

INTERIOR: Notícias do Norte. **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ)**. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1868. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo nº 1327-T-1993**. Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 537, de 13/06/1994.

Juiz de Fora: 1891. **ALMANAK DE JUIZ DE FORA.**, Juiz de Fora, p.10-11. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

NATURALIZAÇÕES. **Jornal do Comércio (RJ)**. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1869. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo nº5909/05**. Decreto/Data:9.085/15.01.07. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo nº00954 de 2003. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo nº0599 de 2002. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do imóvel nº 643, localizado à Rua Nossa Senhora de Lourdes**. Processo nº015761/2008. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo nº6.749/2010, v.01. Processo de tombamento do imóvel nº 90, Av. José Procópio Teixeira, Bom Pastor**. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Bens Imóveis Tombados (atualização em 10.07.2019)**. Divisão de Patrimônio Cultural, FUNALFA. Disponível em [https://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta/funalfa/patrimonio/arquivos/bens\\_tombados.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/arquivos/bens_tombados.pdf). Acesso em 06 de fev. de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Processo 3821/82**. Decreto/Data: 2860/19.01.83. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PUBLICAÇÕES GERAES: Desmoramento. **Piauihy**. Theresina: 22 de janeiro de 1870, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

# Memória Social e Esquecimento: O Jornal e o Processo de Enquadramento da Memória<sup>1</sup>

## Social Memory and Forgetting: The Newspaper and the Process of Framing Memory

**Ana Carolina Miranda da Silva**

Graduanda em Administração Pública  
Universidade Federal Fluminense  
anacarolinasilva108@gmail.com

**Ana Paula Poll**

Doutora em Antropologia Cultural  
Universidade Federal Fluminense  
anapaulapoll@yahoo.com.br

**Recebido em:** 11/03/2020

**Aprovado em:** 15/04/2020

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de enquadramento da memória acerca dos fatos ocorridos durante o período da ditadura militar brasileira, no 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ. Neste trabalho pretende-se lançar luz sobre o protagonismo dos jornais neste processo de enquadramento da memória. Inicialmente, o artigo apresenta o conceito de memória social e como o esquecimento interfere na construção da identidade social. Em seguida, há a exposição da importância do jornal no processo de construção da memória e por fim, o artigo analisa como os jornais do final da década de 60 e início da década de 70 abordaram o Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada, e como essa abordagem colaborou na construção da memória coletiva acerca do espaço, que posteriormente recebeu o nome de “Parque da Cidade”.

**Palavras-chave:** Memória Social; Esquecimento; Ditadura Militar Civil-Militar.

**Abstract:** This paper has as its main objective to analyze the process of framing the memory about the facts that occurred during the period of the Brazilian military dictatorship, in the 1st Armored Infantry Battalion of Barra Mansa/RJ. This paper aims to understand the role of newspapers in this process of framing memory. Initially, the article presents the concept of social memory and how forgetting interferes in the construction of social identity. Then, there is an exposition of the importance of newspapers in the process of memory construction and finally, the article analyzes how the newspapers of the late 60s and early 70s approached the First Armored Infantry Battalion, and how this approach collaborated in the construction of the collective memory about the place, which later received the name of “Parque da Cidade”.

---

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

**Keywords:** Social Memory; Forgetting; Civil-Military Dictatorship.

## Introdução

Este artigo procura entender o processo de enquadramento da memória acerca de um lugar marcado por transformações ao longo do tempo, a saber, o local que abrigou o Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB), localizado em Barra Mansa no estado do Rio de Janeiro. O local também abrigou as tulhas de café durante o período escravista, no áureo ciclo da produção cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense. Na década de 1950, as antigas tulhas de café foram convertidas em 1º Batalhão de Infantaria Blindada, ocasião em que o exército brasileiro passou a acompanhar e controlar a formação da classe operária na região. Vivíamos a transição de um modo econômico agroexportador para outro, industrializado. Durante o período mais violento das ações de Estado contra os opositores do regime militar, na década de 1970, o 1º BIB tornou-se o principal centro de repressão e tortura do sul do estado do Rio de Janeiro, conforme apontam os depoentes da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda – Dom Waldyr Calheiros (relatório, 2015). E no final da década de 1990, o antigo batalhão foi convertido a “Parque da Cidade”. O histórico de violações de direitos humanos, durante o período da ditadura civil-militar, parece desconhecido para a maioria dos alunos egressos do ensino médio do município. Observamos, desde 2015, que tal histórico é desconhecido pelos jovens de Barra Mansa, e demais cidades circunvizinhas, que têm ingressado na Universidade Federal Fluminense. De acordo com recente pesquisa (LANDIM; POLL, 2020, no prelo) realizada com alunos da última série do ensino médio de três escolas públicas situadas no entorno do local que abrigou o 1º BIB, a maioria desconhece a ocorrência de torturas e mortes praticadas por agentes de Estado naquele local. Entre os poucos que relataram conhecer, a história lhes foi narrada por parentes. Se a memória acerca do local que abrigou o antigo batalhão de Barra Mansa é objeto de nossa análise, consideramos um conjunto de jornais e suas publicações entre os anos 1968 e 1974, atores sociais relevantes para a compreensão acerca da construção dessa memória. Certamente, os jornais não são os únicos atores sociais na construção da memória social, no seu enquadramento, ou ainda, no apagamento de tantas outras memórias. Mas, neste trabalho lançaremos luz sobre o papel da imprensa escrita acerca da constituição da memória social acerca do espaço que no passado recente abrigou um centro de tortura.

Justifica-se a relevância da investigação em função da disputa pela memória social (POLLAK, 1992) ainda (e sempre) em curso. Neste trabalho, analisaremos o caso concreto do

antigo batalhão. Trata-se de caso único ocorrido durante a ditadura civil-militar brasileira em que o IPM 17/72 foi instaurado (na década de 1970) para apurar torturas e mortes nas dependências do exército, resultando em julgamento e condenação de oficiais pelos crimes dos quais foram acusados (SERBIN, 2001). Apesar de local de memória emblemático por sua singularidade e notoriedade nos ‘anos de chumbo’, os cidadãos do município, sobretudo os mais jovens, não sabem que o local funcionou como centro de torturas. Evidência desse apagamento da memória acerca das violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado é o nome recebido no final da década de 1990, quando converteu-se em parque, “Parque da Cidade”. Os moradores do entorno, os bairros “Bom Pastor” e “Roberto Silveira” ainda o chamam por “batalhão”. Neste trabalho, empreenderemos uma pesquisa documental. Partimos do pressuposto de que a compreensão sobre a dinâmica entre os jornais e a memória é um dos pontos chaves para entender como o espaço do 1º BIB foi classificado e consolidado na memória social dos habitantes de Barra Mansa.

É importante advertir o leitor que compreendemos que a memória acerca do regime militar é atravessada por ambiguidades, contradições e sutilezas próprias do conflito, ou ‘batalha das memórias’ (POLLAK, 1992). Essas ambiguidades e contradições também permearam os jornais brasileiros durante todo o período em que se estendeu a ditadura civil-militar brasileira, tornando os jornais fontes de produção historiográfica, como demonstra Napolitano (2017). Mas, neste trabalho, analisaremos como os jornais apresentaram à população o caso que envolveu torturas, quatro mortes, um IPM e a única condenação de oficiais militares envolvidos em violações de direitos humanos de que se tem notícia (durante a década de 1970) no país. Entendemos que o discurso produzido pelos jornais acerca do caso é peça fundamental para compreendermos o apagamento acerca da memória do local, outrora centro de tortura. Certamente há outros fatores igualmente relevantes para essa compreensão, como o caráter conservador da cidade. Município caracterizado pelo controle político e pelos conflitos intra-oligárquicos que fazem parte de sua história política, como demonstra Couto (2016). Poder-se-ia destacar, também, a construção identitária do município *vis-à-vis* o seu vizinho, a cidade de Volta Redonda emancipada à revelia. História marcada pela disputa sobre controle político e territorial da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que lançaria o país, à época, à modernidade através da industrialização.

Contudo, neste artigo analisaremos os jornais e o modo como retrataram o episódio do 1º BIB, acima descrito, e como o discurso elaborado e veiculado pela imprensa acerca daquelas graves

violações de direitos humanos corroborou para o apagamento da memória acerca de um centro de tortura que funcionava numa região central do município de Barra Mansa.

Neste artigo também retomamos as discussões acerca da memória social, que foram iniciadas a partir do século XX pelo sociológico francês Maurice Halbwachs (1997), considerado como expoente máximo no debate acerca da memória coletiva devido a sua obra póstuma *A Memória Coletiva*. Influenciado por Durkheim e pelo positivismo, Halbwachs (1997) aponta a memória como um fato social, que gera o sentimento de pertença a um grupo e que é construída e reproduzida ao longo do tempo na sociedade. Os textos do sociólogo Michael Pollak também orientam a discussão sobre enquadramento da memória e identidade social, e são colocados em debate com discussões acerca do papel dos meios de comunicação.

O recorte histórico escolhido, de 1968 até 1974, reflete o contexto da ditadura civil-militar brasileira e, sobretudo, o episódio acima descrito. O ano que marca o início do recorte é simbólico, pois foi nesse período que a supressão dos direitos políticos e a censura no país atingiram a sua forma mais expressiva através do Ato Institucional Número Cinco (AI 5), instaurado no governo Costa e Silva. Além de perpassar o ano de troca do nome do 1º Batalhão de Infantaria Blindada para 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (22º BIMtz), em 1972<sup>2</sup>. Alteração ocorrida logo após ter sido instaurado o IPM 17/72 que investigaria as torturas e mortes ocorridas nas dependências do batalhão.

A pesquisa empírica foi realizada, principalmente, de forma eletrônica no site Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital, e de consulta a acervos localizados no Centro de Memória do Sul Fluminense- Genival Luiz da Silva (CEMESF)<sup>3</sup>. O campo de busca do site Hemeroteca Digital foi preenchido de acordo com os elementos constitutivos da memória: pessoas, lugares e acontecimentos (POLLAK, 1992). O período selecionado para busca dos jornais no site foi selecionado entre 1970 a 1979, sendo que a região e o periódico não foram delimitados previamente. No entanto, o site da Hemeroteca é um meio digital de busca que possui fragilidades, pois nem todos os jornais que circulavam no país estão disponibilizados. Inicialmente, o esforço de encontrar notícias sobre o batalhão não sofreu triagem quanto a localidade e histórico do jornal encontrado. Assim, juntamente com o quadro de jornais disponíveis pela Hemeroteca foram

---

<sup>2</sup> Fonte: Jornal A Voz da Cidade, 19 de setembro de 1972. “1º BIB é 22ºBIMtz.”

<sup>3</sup> Situado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda/RJ

analisados os acervos da Cúria Diocesana de Barra do Piraí e Volta Redonda<sup>4</sup> e A Voz da Cidade<sup>5</sup> localizados no CEMESF.

As palavras-chave utilizadas para encontrar os jornais foram relativas ao único caso de condenação por parte do Supremo Tribunal Militar de oficiais por tortura e assassinato, durante a ditadura civil-militar brasileira. Dessa forma, buscou-se utilizar os nomes dos militares envolvidos, bem como os nomes das vítimas e o nome da instituição. Tal acontecimento refere-se à morte dos quatro soldados: Geomar Ribeiro da Silva, Roberto Vicente da Silva, Wanderlei de Oliveira e Juarez Monção Viroti no interior do 1º BIB na década de 70. Substantivos com potencial de descrever o caso também foram incorporados na busca pelos jornais como as palavras: tortura, morte, soldado e Barra Mansa.

Trata-se de uma pesquisa documental, que conta com dezenove reportagens de importantes meios de veiculação da imprensa escrita da época. Dezesete estão inscritas em jornais que circulavam pelo estado e sul do estado do Rio de Janeiro, a escolha de priorizar esses jornais para compor a pesquisa foi feita por conta da localização do 1º BIB. O principal jornal consultado foi o Jornal do Brasil devido a sua histórica importância, principalmente, na década de 1960. O Jornal do Brasil apoiou os militares, inicialmente, mas logo depois sofreu com a censura a ponto de ter diretores presos. Esse jornal perdeu espaço nos anos 1970 para O Globo (CHAMMAS, 2012), que também apresenta-se como uma fonte para esse trabalho. Destaca-se, também, o jornal carioca Correio da Manhã com sua trajetória de apoio a queda de Jango e aos militares, mas que depois fechou as portas por conta de censura (CHAMMAS, 2012).

As outras duas reportagens são do jornal Estado de São Paulo, que, apesar de estar fora do limite territorial definido pelo trabalho, foi um emblemático meio de comunicação que apoiou abertamente o golpe militar contra o governo Jango em 1964, mas que logo depois rompeu o apoio e foi vítima de censura assim como os outros jornais com censores na redação a partir de 1968 (AQUINO, 2004).

A relevância desses atores é, portanto, emblemática no contexto delimitado. Pois, a despeito do notório papel da grande imprensa nacional no golpe de 1964, nos anos subsequentes, o governo

---

<sup>4</sup> O acervo da Cúria Diocesana de Barra do Piraí e Volta Redonda reúne diversos tipos de documentos, como cartas e jornais entre os anos de 1967 a 1973.

<sup>5</sup> O jornal A Voz da Cidade é um meio de comunicação local que circula pelas cidades de Barra Mansa, Volta Redonda, Rio Claro, Resende, Barra do Piraí, Piraí, Valença, Vassouras, Angra dos Reis e Três Rios. Sendo utilizado nesse artigo os jornais referentes às décadas de 60 e 70.

militar se preocupou em censurá-la. Os discursos produzidos pelos editoriais, sobretudo dos grandes jornais, constituem importante mecanismo para a construção de uma memória social que tem condenado o golpe de 1964, como demonstra Napolitano (2017, p. 363) ao afirmar: “Os jornais liberais tiveram um papel fundamental neste processo, chancelando esta memória hegemônica progressista”. Napolitano (2017) enfatiza o caráter ambíguo e contraditório expresso pelos editoriais de quatro grandes jornais (de circulação nacional) no intervalo de tempo desde a ascensão do regime militar até sua transição pactuada para um governo civil, a exceção do jornal O Globo, governista até o fim do regime militar, como destaca o autor. Enfatizando as ‘dobras de tempo’ que marcavam as décadas subsequentes ao golpe expressas pelo posicionamento desses editoriais, Napolitano (2017) destaca o papel dos jornais na construção da memória social acerca da ditadura civil-militar no país.

Mas, neste artigo, analisaremos apenas as manchetes e matérias referentes a episódico IPM 17/72 do antigo batalhão. Para analisar o discurso produzido acerca das torturas, mortes e dos eventos subsequentes, como as condenações dos oficiais envolvidos nos crimes. Assim, procurou-se investigar, em primeiro lugar, se as publicações entre os anos de 1968 a 1974 noticiavam o 1º BIB e de que modo a produção discursiva apresentava o batalhão e os fatos ali ocorridos. Em seguida, buscou-se compreender como os jornais relataram o caso dos quatro soldados mortos, e por fim analisou-se o papel desses atores no trabalho de enquadramento da memória.

### **Memória Coletiva: Perspectiva do conflito**

A memória é comumente compreendida pela sua dimensão individual, que traz à tona sensações e acontecimentos passados de um dado indivíduo, como um aroma que relembra a infância ou um acontecimento marcante. Todas as pessoas guardam esses elementos que as fazem ser quem são, pois, esses elementos ajudam a construir a identidade dos indivíduos. No entanto, a memória pode ser e é compreendida, sobretudo, como um fenômeno social (HALBWACHS, 1997).

Enquanto um fenômeno social, a memória molda a forma como o grupo enxerga a si e os outros. A memória social, que é responsável por destacar as personagens importantes e por guiar os indivíduos através do sentimento de pertença gera uma amálgama social, o que faz com que os integrantes de um grupo se sintam parte dele e se conectem através da memória social. Para que a cultura de um grupo seja passada adiante é necessário que exista pontos materiais e imateriais de

manutenção da memória social com a finalidade de que seja reproduzida ao longo do tempo (POLLAK, 1989).

A partir da compreensão de que a memória é socialmente construída, o sociólogo Michael Pollak (1992, p. 2001) define a memória como "um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes". Logo, a memória não é estável. Assim, Pollak incorporando as discussões levantadas pela "sociologia do conflito" vai além de Halbwachs ao apontar o caráter conflituoso da memória, e essa característica justifica o fato de não poder compreender a memória de um grupo como essência dele. Visto que essência é aquilo que se mantém permanente em algo, não admite, pois, variabilidade.

A perspectiva do conflito abordada por Pollak (1992) consiste na compreensão de que há negociações no processo de elaboração e reprodução da memória coletiva, há grupos políticos opostos nesses conflitos que disputam a memória coletiva de forma que há uma negociação quanto o que fica na memória e o que será esquecido. Nem tudo fica gravado na memória, seja na individual ou na coletiva. Assim, a seletividade pode ser percebida, por exemplo, na consolidação de um patrimônio cultural, no qual é necessário que haja uma legitimação social ou política, pois nem todos os atos de um grupo vira um patrimônio. (RODRIGUES, 2012).

Nesse campo de batalha, Pollak (1989) aponta dois tipos de memória: memória oficial e memória subterrânea. A memória oficial consiste na memória englobante ou dominante, no século XX tinha sua forma mais acabada na memória nacional. Já a memória subterrânea é a memória de uma minoria em um dado momento histórico (POLLAK, 1989). Quando a memória subterrânea emerge em espaços públicos e encontra ouvidos para escutá-la acontece um verdadeiro confronto. Esse confronto ocorreu no Brasil com a Comissão Nacional da Verdade, em 2012, que deu ouvidos a vozes silenciadas no período da ditadura militar e que puderam enfim ser escutadas após um longo período de silêncio. No entanto, o acesso ao espaço público não conferiu a memória subterrânea o espaço de oficial. O 1º BIB mesmo após os depoimentos das vítimas a Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros não é reconhecido na memória social como um antigo palco de torturas da região sul fluminense.

O confronto entre memória oficial e memória subterrânea permite que a história seja verificada e até modificada, visto que uma parte dela foi silenciada e ocultada. Nesse sentido, a memória das pessoas que foram torturadas no período da ditadura militar brasileira, e que emergiram tardiamente em 2012 revela o outro lado da história acerca desse contexto.

### O Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada

Barra Mansa é um dos municípios do Rio de Janeiro, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) conta com uma população estimada, em 2018, de 183.976 pessoas. Com a área territorial de 547,133 km<sup>2</sup>, fica a 127 km de distância da capital do estado do Rio de Janeiro. A localização geográfica do município propiciou que o café fosse o principal produto na economia, no início do século XIX. Porém, com o desgaste do solo a economia do café deu lugar a outras atividades econômicas.

Com o processo de modernização do país e a tentativa de mudança do modal agroexportador para industrial, encabeçada pelo presidente Getúlio Vargas, Barra Mansa tornou-se sede do símbolo de modernização da economia brasileira. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) começou a funcionar em 1946, até então em um dos distritos de Barra Mansa, que posteriormente emancipou-se, tornando-se a cidade de Volta de Redonda.

O movimento do êxodo rural propiciou a construção da cidade de Volta Redonda, pois diversas pessoas saíram do campo para trabalhar na indústria em busca de condições melhores de vida. Essas pessoas ficaram conhecidas como ‘arigós’, e vieram, principalmente, das regiões de Minas Gerais e Espírito Santo. No processo de construção, Volta Redonda seguiu a um planejamento urbano das ruas e localização aos redores da siderúrgica. Os bairros foram construídos, inicialmente, de acordo com o cargo do trabalhador. Assim, a cidade foi erguida e a CSN tornou-se símbolo de modernização.

O 1º Batalhão de Infantaria Blindada foi construído em um espaço que era utilizado para atividades cafeeiras, que com a mudança de modal pretendida passou a sediar em 1950 o 1º BIB. Construído concomitantemente com a CSN há, aproximadamente, 8,74 km de distância, a instituição possuía a principal função de manter a ordem através do controle da força de trabalho dos operários vindos do campo para trabalhar na siderúrgica. A relação entre o 1º BIB e a CSN é descrita por Poll (2015, p.215):

A intrincada relação entre a CSN e o 1º BIB de Barra Mansa está contida na gênese e implantação simultânea das duas instituições. O controle da produção de coque, de ferro-gusa e aço, estratégica para o Brasil, mas, sobretudo o controle dos trabalhadores, dos movimentos sociais e sindicais, oriundos da experiência da industrialização e da recém consolidada legislação trabalhista, orientou a relação entre a siderúrgica e o batalhão.

A relação de controle ficou mais evidente após o golpe militar de 1964, quando o 1º BIB passou a ser palco de diversas violações de direitos humanos, recebendo em suas dependências operários da CSN, ativistas da igreja católica<sup>6</sup>, dirigentes sindicais, artistas locais e militantes comunistas. As pessoas eram encaminhadas para o batalhão e eram submetidas a torturas, prisões arbitrárias e os operários eram desligados da empresa.

### **Enquadramento da Memória e Meios de Comunicação**

Os meios de comunicação constituem-se como um importante ator no trabalho de enquadramento da memória, que é o processo pelo qual a memória torna-se oficial. Além dos meios de comunicação, nesse processo, que é conflituoso, dinâmico e, sobretudo, seletivo há vários atores que contribuem para que a memória seja efetivada. Segundo Ana Lucia S. Enne (2004, p. 114), “os jornais, ocupam um lugar privilegiado como formadores e armazenadores da memória social.” Os jornais trabalham enquadrando a memória, de forma que esse trabalho é exercido a partir de discursos construídos sobre um real que selecionam os acontecimentos que serão noticiados. De forma intencional nem todos os fatos ocupam as páginas de jornais, e os discursos produzidos são direcionados para um público específico.

O saber produzido pelos meios de comunicação possui credibilidade por boa parte da sociedade, Said (2007) em *Cultura e Imperialismo* apresenta um caso clássico<sup>7</sup>, no qual o trabalho realizado pelos meios de comunicação impacta diretamente a forma como um determinado grupo compreende o mundo e a si mesmo. Apresentando-nos como os jornais, juntamente com a televisão e a literatura, são mecanismos de propagação de uma maneira de entender a sociedade, Said (2007) revela a centralidade do discurso para o processo de imperialismo cultural. Assim, os discursos propagados pelos meios de comunicação, enunciadores qualificados e doadores de legitimidade, tornam-se verdades e passam a legitimar ações do governo e a moldar o olhar dos indivíduos. O saber gerado pelos meios de comunicação confere poder para alguns atos de dominação, pois a ação é justificada com base no saber legitimado.

A censura marca a história da imprensa brasileira e o relacionamento entre Estado e meios de comunicação desde o início com a chegada da família real portuguesa ao Brasil (MOREL,2003).

---

<sup>6</sup>Padres como o padre Nathanael e Dom Waldyr Calheiros, além de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC).

<sup>7</sup>Said alude a imagem feita pela mídia acerca do Iraque como terra infértil, que se tornou parte da visão de mundo dos espectadores e legitimou as interferências dos Estados Unidos da América no território do Iraque, na ofensiva “Tempestade no deserto. Na obra de Said os meios de comunicação, assim como a literatura no século passado, têm subsidiado o imperialismo cultural.

Ao decorrer da história, a imprensa ganhou força, mas a censura continuou a ser um mecanismo utilizado pelo Estado em diversos momentos. Assim, a imprensa brasileira remonta a um passado autoritário.

Nas décadas de 1960 e 1970, a imprensa escrita possuía um importante papel na dinâmica social, assim como Motta (2013, p. 63) aponta:

De certo modo, os anos 1960 e 1970 foram o auge da grande imprensa tradicional, se forem consideradas a vendagem e a circulação dos diários. Eram vendidos aproximadamente 5 milhões de jornais e os diários mais influentes haviam passado por reformas recentes, tornando-se empresas mais sólidas. Também houve diversificação no perfil da imprensa, com a entrada em cena de diários que disputavam o público de mais baixa renda. O acirramento da competição e as pressões exercidas pelo regime militar levariam à redução do número de jornais no início dos anos 1970, gerando fenômeno de concentração nas empresas maiores, ao mesmo tempo que as tiragens aumentavam.

O governo Jango incomodou a maioria dos jornais, o que provocou um apoio massivo desses meios de comunicação ao golpe militar. Os editoriais de “Basta!” e “Fora!” do Correio da Manhã nas vésperas do golpe demonstram o clima da imprensa escrita do momento (CHAMMAS, 2012). Os jornais Jornal do Brasil, O Globo e O Estado de São Paulo foram importantes entusiastas no Sudeste em prol dos militares.

Após o golpe militar de 1964 mecanismos foram adotados para o controle dos meios de comunicação, a censura foi um importante instrumento, não inédito na história da imprensa brasileira, do governo militar, que tinha como objetivo silenciar as vozes que se opunham a essa forma de governo. As máximas “Brasil Acima de Todos” e “Brasil ame-o ou deixe-o” buscavam exterminar qualquer narrativa que fosse contrária ao ‘avanço do país’. Logo, na década de 70 o único discurso permitido era o que narrava o ‘progresso’<sup>8</sup>.

O Ato Institucional nº 5 foi um grande símbolo de supressão de direitos, que marcou a década de 70. Os jornais reagiram de formas diferentes em relação às críticas ao AI-5, alguns foram mais agressivos e acabaram com jornalistas presos como é o caso do Correio da Manhã. Segundo

---

<sup>8</sup>Progresso indicado pelo cenário econômico e esportivo. No cenário esportivo, o otimismo se relacionava, principalmente, com a terceira vitória do Brasil na Copa do Mundo. O Brasil foi o primeiro país a receber o título de tricampeão mundial, conquista que foi possível ser assistida pela primeira vez na televisão. A escalção do time contou com o camisa 10 Pelé, que reafirmava o discurso meritocrático da época com a história de um jogador pobre e negro que conquistou uma condição de vida melhor através do futebol. No campo econômico, a década de 70 ficou conhecida como milagre econômico. Tal período foi marcado por elevação na taxa de crescimento do país e do produto interno bruto (PIB), o que impulsionou investimento por parte do governo em obras de infraestrutura. O *boom* do crescimento aliado ao terceiro título mundial do país ocuparam as páginas de todos os jornais da época através de narrativas positivas sobre o Brasil.

Motta (2013, p.81), “embora desaprovassem o AI-5, o JB<sup>9</sup>, a FSP<sup>10</sup> e OESP<sup>11</sup> não desejavam romper com o regime e estavam dispostos a acomodar-se com a nova situação, principalmente quando ficou claro que a economia entrara em ritmo vertiginoso de crescimento”.

O Decreto-lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970 estabelecia considerações no exercício da censura e instituiu a censura prévia, ou seja, antes da publicação dos jornais haveria uma inspeção a fim de conferir o conteúdo das matérias. Os jornais não eram os únicos alvos da censura, pode-se destacar também as peças de teatro, músicas, televisão e revistas. A presença dos censores, pessoas que conferiam o conteúdo dos periódicos, nos editoriais era frequente.

A prisão de jornalistas importantes e a presença dos censores demonstram a importância que o próprio governo militar dava aos jornais, por isso entende-se que o mesmo é um ator importante nesse contexto para enquadrar a memória atuando como enunciador da memória predominante seja por conta da censura ou por apoio aberto ao governo.

O processo de enquadramento da memória realizado pelos meios de comunicação na década de 70 serviu à memória oficial (POLLAK,1989), que selecionava o que seria noticiado e assim produziu um saber que legitimou as ações governamentais. No entanto, o saber propagado pelos jornais era censurado pelo governo que buscava a legitimidade de suas ações através da visão de um Brasil próspero que a mídia difundia e enquadrava na memória social.

Pode se ler em Napolitano (2017, p.356) a análise acerca da relação entre o regime militar e a imprensa:

A censura à imprensa, sem dúvida foi o maior fator de tensão entre os jornais e o governo entre 1970 e 1974. Mesmo com o fim paulatino da censura nos dois anos iniciais do governo Geisel, as tensões ainda pairavam no ar. Os desaparecimentos políticos, morte sob tortura e prisões clandestinas não desapareceram, ao contrário, até aumentaram nos primeiros anos de governo Geisel.

### O 1º BIB e os Jornais

O primeiro ponto a se destacar nessa sessão é acerca do tipo de discurso produzido pelos jornais, que vinculava a imagem do espaço do 1º BIB à segurança e manutenção da ordem pública. Considerado como “modelo de organização” e “escola preciosa”<sup>12</sup> pelo Jornal A Voz da Cidade,

---

<sup>9</sup> Jornal do Brasil.

<sup>10</sup> Folha de São Paulo.

<sup>11</sup> O Estado de São Paulo.

<sup>12</sup> PRIMEIRO BIB modelo de organização. **A Voz da Cidade**, Barra Mansa, p. 2.

importante meio de comunicação local com circulação pelo sul do estado do Rio de Janeiro, o 1º BIB é enunciado. Na edição que atribui tais adjetivos ao batalhão também é exaltado o currículo de um dos oficiais punidos posteriormente por tortura que levou a morte de quatro soldados no interior do 1º BIB no começo de 1972, o então subcomandante Gladstone Pernassetti Teixeira.

Devido ao recorte histórico selecionado, também é comum encontrar notícias do Batalhão em parceria com os governos municipais para realização de celebração da chamada “Revolução Democrática de 1964”, principalmente, na cidade de Volta Redonda. Essas reportagens demonstram a importância dessa ‘festividade’ para a cidade. Comemoração que também recebe espaço anual consecutivo no registro histórico do 1º BIB<sup>13</sup>.

O 1º BIB foi narrado pelos jornais, sobretudo, como uma instituição colaborativa, que oferecia segurança. Ao contrário do que as ‘memórias subterrâneas’ (POLLAK,1989) relataram, posteriormente, sobre os acontecimentos de tortura e graves violações aos direitos humanos dentro das dependências do Batalhão. Os jornais não apresentavam esses fatos. Até que ocorreu a morte dos quatro soldados e os jornais precisaram retratar um acontecimento que fugia do padrão da narrativa sobre a instituição considerada “modelo”.

Os jovens Geomar Ribeiro da Silva, Roberto Vicente da Silva, Wanderlei de Oliveira e Juarez Monção Viroti de apenas 19 anos foram acusados de envolvimento com drogas, mais especificamente maconha, e foram torturados até a morte nas dependências do 1º BIB. A morte dos quatro soldados foi resultado de uma prisão arbitrária de 15 soldados, que ocorreu entre as festas de dezembro de 1971 e começo do ano de 1972. As notícias começaram a circular em fevereiro de 1972.

Para apresentar a formação discursiva dos jornais acerca desse acontecimento, inicialmente, a pesquisa se debruça em analisar os três primeiros jornais a relatarem o ocorrido. Os primeiros registros encontrados foram datados do dia 07 de fevereiro de 1972, ou seja, pouco depois de um mês da ocorrência das mortes. Assim, houve um período inicial de silenciamento acerca dos fatos. Apesar do fato de que a sociedade civil já repercutia a morte de jovens soldados sob tortura. O Jornal do Brasil e o jornal Diário de Notícias apresentaram matérias com discursos parecidos na construção da narrativa sobre a ocorrência das torturas e mortes. Discursos repetidos com pequenas alterações ajudam a reforçar uma ideia e a formar a identidade social

---

<sup>13</sup> Segundo informações do Acervo Histórico do Exército (AHE) situado de forma eletrônica no site do Centro de Memórias do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva.

(GREGOLIN,2007). Vale ressaltar também, que os enunciados receberam posições de destaque e tamanhos de fonte diferentes pelos jornais.

Os adjetivos adotados pelos jornais não variaram, tanto em relação ao caráter dos soldados quanto ao caráter dos oficiais. As reportagens caracterizaram os quatro soldados mortos como viciados<sup>14</sup>, traficantes<sup>15</sup> e toxicômanos<sup>16</sup>, assim apelos linguísticos foram sendo construídos a fim de que houvesse uma condenação moral acerca dos soldados. Por outro lado, a caracterização dos oficiais que realizaram as torturas foi realizada de forma a mostrar que os mesmos agiram de forma exagerada ao punir os soldados.

A reportagem do Jornal do Brasil termina com a Nota Oficial do Exército que esclarece a formação ideológica que precisava ser reforçada e reafirmada várias vezes no trabalho de enquadramento da memória. A Nota Oficial do Exército foi publicada no dia 06 de fevereiro de 1972, e afirmava:

O Centro de Relações Públicas do Exército torna público, que, numa Organização Militar em Barra Mansa- RJ, foi descoberto um grupo de soldados ligados ao vício e ao tráfico de tóxicos. Visando a estabelecer as ramificações da rede de traficantes, os elementos daquela organização militar inicialmente encarregados das investigações, segundo o que se apurou até agora, agiram de maneira condenável e deformada, provocando a morte dos soldados. Tal procedimento totalmente contrário a lei e as determinações em vigor no Exército, conta com o total repúdio da Instituição e a justa repulsa de seus integrantes. Foi determinado o máximo rigor na sua apuração, pois jamais fatos dessa natureza resultantes de deturpações individuais, poderão ter a complacência do Exército. (EXÉRCITO..., 1972)

A formação discursiva que envolveu os soldados mortos com maconha foi o recurso utilizado para silenciar a memória deles, condenando-os moralmente, visto que nesse período ocorria a criminalização do tráfico de drogas, o combate ao tráfico na região e forte coibição às drogas. Esses dois primeiros jornais foram atores importantes nesse momento de construção da notícia a partir do discurso predominante do Exército.

A narrativa do jornal Correio da Manhã<sup>17</sup> publicada em outubro de 1972 não se assemelha com a dos outros dois jornais apresentados, pois essa edição se preocupa em mostrar o decorrer

---

<sup>14</sup> EXÉRCITO descobre soldados viciados. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 6 fev. 1972

<sup>15</sup> VIOLÊNCIA no combate ao tráfico de tóxicos. **O Dia**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1972.

<sup>16</sup> TOXICÔMANOS presos pelo Exército em Barra Mansa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1972.

<sup>17</sup> EXÉRCITO começa a julgar o Cel. Gladstone Teixeira. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 out. 1972.

do julgamento e os condenados pela Justiça Militar. Tal preocupação caracteriza a narrativa dos jornais de 1973.

As reportagens de 1973 demonstram como houve o processo de manutenção da narrativa que buscava evidenciar o caráter ‘exemplar’ da instituição que pune ‘excessos’<sup>18</sup>. Destaca-se, inicialmente, a data das edições dos jornais que mostram a média de tempo que as ideias dominantes puderam ser repetidas por esse ator e assim engendradas na teia social. Os jornais encontrados demonstram que as notícias sobre esse acontecimento rodaram de janeiro de 1973 até meados de junho de 1973<sup>19</sup>.

A primeira edição encontrada deste ano avisa sobre a proximidade do resultado do julgamento. Essa edição foi publicada no sábado e a sentença sairia na segunda feira, desse modo o jornal Estado de São Paulo<sup>20</sup> só divulgou alguns nomes, dentre esses nomes o do tenente-coronel Gladstone Pernassetti Teixeira. Os jornais do dia 23 de janeiro de 1973 já delimitaram com mais clareza o tempo da sentença e os nomes dos culpados. O dia 23 de janeiro de 1973, terça-feira, amanheceu com os nomes dos culpados estampados nas páginas dos jornais. As publicações apontam as sentenças dos oito militares e dos dois policiais civis culpados.

Salienta-se o interesse na produção do discurso acerca da condenação que ocupou muitas páginas de diferentes jornais. Uma vez tornado público por atores da sociedade civil, era importante mostrar o processo de julgamento e condenação dos principais envolvidos com a morte dos soldados. Afinal, esse foi o único caso durante a ditadura militar brasileira que houve confirmação de tortura dentro de uma dependência militar e a condenação para esse acontecimento “atípico” precisava ser publicizada.

Por conta disso, não é incomum encontrar nos enunciados os números das penas dos condenados, como o seguinte enunciado do jornal O Globo “Auditoria condena a 473 anos réus do I BIB, de Barra Mansa.”(AUDITORIA..., 1973) e o enunciado do jornal da Tribuna da Imprensa “Oficiais e subalternos condenados a 309 anos” (OFICIAIS..., 1973). A soma das sentenças dos acusados no enunciado provoca a atenção do leitor de forma que se torna impossível não reparar na matéria, esse recurso utilizado demonstra a necessidade de chamar atenção sobre o fato de que

---

<sup>18</sup> Modo como a execução de pessoas por agentes do Estado é tratada, até hoje.

<sup>19</sup> CONDENADOS pela morte de quatro soldados não têm mais prazo para apelação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 junho. 1973, p. 19.

<sup>20</sup> SENTENÇA para 2 a. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 1973.

a “justiça estava sendo feita”. Esse artifício serviu para reforçar a ideia de que os responsáveis foram punidos de forma exemplar, e que o Exército não admitia tortura, pois era uma instituição em prol da segurança das cidades e do país.

O propósito de colocar as diferentes somas das sentenças no enunciado das matérias é um recurso discursivo muito interessante em relação a construção da memória. Todos os jornais deste dia utilizaram números acima de 200, o que provoca curiosidade e sentimento de justiça nos leitores. Esse sentimento é essencial na construção da memória, pois há a manutenção da identidade do Exército enquanto uma instituição que não admitia ilegalidades, como tortura, morte e ocultação de cadáveres. O trecho abaixo do Jornal do Brasil, cujo enunciado é “justiça exemplar”, demonstra como o foco era mostrar que a justiça estava sendo feita:

O envolvimento de praças, no tráfico e no uso de entorpecentes, no segundo batalhão de Infantaria blindada, em Barra Mansa, determinou a apuração dos fatos no âmbito militar. O grupo encarregado de missão excedeu os limites e praticou violências, que, uma vez chegada ao conhecimento dos comandos superiores, determinaram a apuração rigorosa das responsabilidades. O episódio encerrou-se agora com a condenação dos que transpuseram os limites, numa punição de caráter exemplar pela justiça militar, não deixando dúvida de que, quando fatos desta natureza chegam ao conhecimento superior, são apurados e os culpados não se livram da punição. (JUSTIÇA..., 1973)

Outro ponto importante é como os jornais caracterizaram o julgamento, como o enunciado do Jornal do Brasil demonstra: “Mais longo julgamento da Justiça Militar condena 10 acusados a 291 anos” (MAIS..., 1973), o que reforça que Justiça Militar estava empenhada em punir os envolvidos naquele acontecimento “anormal” para a instituição.

As reportagens publicadas no mês de abril noticiam a fase de aplicação das penas, e a palavra “torturadores” aparece pela primeira vez em um enunciado de jornal, como a reportagem do jornal carioca Jornal do Commercio<sup>21</sup> demonstra. Essa reportagem recebe destaque, pois mostra a materialização da justiça militar “exemplar”. A sentença pronta contou com mais de 30 páginas datilografadas, e das penas aplicadas.

Dada a importância dos jornais nesse contexto, a reflexão acerca da memória demonstra que os jornais agiram, portanto, como atores da memória oficial (POLLAK, 1989) construindo a imagem de que o Batalhão de Infantaria Blindada era uma instituição justa que não cometia torturas. As estratégias discursivas utilizadas pelos jornais, como já foi abordado ao longo dessa

---

<sup>21</sup> JUSTIÇA Militar condena a 84 anos torturadores. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1973. p.5

seção, foram importantíssimas para a propagação dessa memória. Os títulos, sobretudo de 1973, com os anos das sentenças dos militares envolvidos foram bem explícitos sobre qual ideia era propagada naquele período.

Sabe-se, por diversas fontes, que a tortura era uma prática institucionalizada no período da ditadura civil-militar brasileira, e que era utilizada com frequência no 1º BIB como aponta os relatos do Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda Dom Waldyr Calheiros. Geralsélia Ribeiro da Silva, irmã do soldado Geomar, narra em seu depoimento à comissão:

[...] ele tava vendo maldade demais. Pessoas torturadas, e jogavam dentro da caminhonete que ele dirigia para serem jogados fora os corpos, que ele viu várias pessoas serem assassinadas. Jogava dentro da pick-up e enterrava. Ele não aguentou. Ele começou a chutar capacete dentro do quartel. (COMISSÃO, p. 340, 2015).

A depoente afirma que o irmão havia comentado seu temor, em casa com a família, poucos dias antes de ser assassinado. Vozes como essa não foram publicadas à época e mantiveram-se silenciadas ao longo dos anos na região.

### **Considerações Finais**

A seleção da memória que um povo terá não é feita ao acaso, mas é fruto de um processo conflituoso (POLLAK, 1989). Nesse processo que é conflituoso há vários atores que trabalham para que uma memória seja enquadrada de forma a atender interesses políticos diversos. Nesse caso apresentado, os jornais constituem-se como um importante ator que trabalhou no processo de enquadramento da memória do espaço do antigo 1º Batalhão de Infantaria Blindada conforme o que a memória oficial (POLLAK, 1989) propagava.

O assassinato dos quatro soldados no interior do batalhão não provocou mudança significativa na forma como os jornais descreviam o antigo batalhão, visto que esse acontecimento era narrado como atípico, como um “excesso” cometido por alguns oficiais na hora de punir um ‘comportamento condenável’.

Os jornais atuaram juntamente com outros atores sociais na fixação de uma memória oficial incapaz de reconhecer as violências de Estado perpetradas contra civis e militares (no caso do 1º BIB) por um governo autoritário. Essa memória oficial entrou em conflito com as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) quando elas começaram a ser ouvidas nas Comissões da Verdade, a partir de 2012. No entanto, o conflito entre essas memórias não tornou a memória subterrânea,

oficial. O que pode explicar o fato de muitos cidadãos desconhecerem o passado do antigo batalhão.

Um dos projetos de extensão desenvolvidos pelo CEMESF é a realização de visitas guiadas ao local do antigo 1º BIB, hoje “Parque da Cidade”, com estudantes das escolas públicas municipais e estaduais de Volta Redonda e Barra Mansa. As visitas guiadas têm a finalidade de oferecer uma vivência para além da sala de aula e verificar o que os jovens estudantes sabem sobre o local. O que se escuta nas visitas guiadas é que os estudantes, em sua maioria, desconhecem a história do espaço enquanto um antigo centro de torturas, mesmo após os anos do surgimento dos relatos daqueles que foram torturados conquistarem o espaço público de fala.

Entende-se que a forma como o discurso foi construído e publicado por jornais importantes naquele período possui impactos na forma como a população das cidades e o entorno do batalhão o entende. Hoje, o espaço recebe o nome de “Parque de Cidade Natanael Geremias” e a narrativa dos jornais da década de 70 colaboraram para que esse espaço não fosse visto como um antigo cenário de torturas. A legitimidade dos meios de comunicação conferiu poder para que as violações de direitos humanos ocorridas nesse espaço fossem esquecidas.

### Referências Bibliográficas

AQUINO, André. **Volta Redonda: Ditadura, imprensa coadjuvante ou não**. Monografia (Conclusão do Curso de Comunicação Social). Centro Universitário de Barra Mansa, Barra Mansa, 2004.

AUDITORIA condena a 473 anos réus do I BIB de Barra Mansa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1973. p.10. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-23-01-73/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

AUDITORIA militar começa julgamento de 10 acusados de delito em Barra Mansa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1973, p. 26. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=Pernassetti&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Pernassetti&pasta=ano%20197). Acesso em: 10 dez. 2019.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS VOLTA REDONDA. *Relatório Final*. Volta Redonda, 2015. Disponível em: [http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com\\_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf). Acessado em: 09 dez. 2019.

CONDENADOS pela morte de quatro soldados não têm mais prazo para apelação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1973, p. 19. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=Pernassetti&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Pernassetti&pasta=ano%20197). Acesso em: 10 dez. 2019.

CONTRA tóxicos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 fev. 1972. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-6-e-7-02-72/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

COUTO, André Luiz Faria. **Do Império à República: a vida política no município de Barra Mansa**. Tese de Doutorado (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, Rio de Janeiro, 2016.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. **Revista Fronteiras- Estudos Midiáticos**. Unisinos, vol.2, 2004, pp. 101-116.

EXÉRCITO começa a julgar o Cel. Gladstone Teixeira. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 out. 1972. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornal-correio-da-manha-07-04-72/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

EXÉRCITO condena violências contra seus soldados por causa do tráfico de tóxicos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1972. p.7. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornal-correio-da-manha-07-04-72/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

EXÉRCITO descobre soldados viciados. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 6 fev. 1972. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-6-e-7-02-72/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

EXÉRCITO explica caso de tóxicos. **A Hora**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1972. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-6-e-7-02-72/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GREGOLIN, Maria de Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, vol.4, n.11, 2007, pp 11-25.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Paris: Editora Albin Michel, 1997.

JUIZ informará STM sobre a sentença que condenou a 7 anos o ten.-cel. Pernassetti. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de mar. 1973, p.7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=Pernassetti&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Pernassetti&pasta=ano%20197). Acesso em: 10 dez. 2019.

JUSTIÇA exemplar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jan. 1973, p.22. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-23-24-31-01-73/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

JUSTIÇA Militar condena a 84 anos torturadores. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1973. p.5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_16&pesq=Justi%C3%A7a%20Militar%20condena%20a%2084%20anos%20torturadores&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=Justi%C3%A7a%20Militar%20condena%20a%2084%20anos%20torturadores&pasta=ano%20197). Acesso em: 10 dez. 2019.

LANDIM, Luiz Ricardo C.; POLL, A.P. Memória Social e Esquecimento, o papel da escola em um caso concreto, ICHS/UFF, 2020, no prelo.

MAIS longo julgamento da Justiça Militar condena 10 acusados a 291 anos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1973. p.19. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=Mais%20longo%20julgamento%20da%20Justi%C3%A7a%20Militar%20condena%2010%20acusados%20a%20291%20anos&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Mais%20longo%20julgamento%20da%20Justi%C3%A7a%20Militar%20condena%2010%20acusados%20a%20291%20anos&pasta=ano%20197). Acesso em: 10 dez. 2019.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 - 1969. **Revista A Topoi**. Rio de Janeiro. vol.14, nº26, 2013, pp 62-85.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Revista de Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v.43, n.2, 2017.

OFICIAIS e subalternos condenados a 309 anos. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1973, p.2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083\\_03&pesq=condenados%20a%20309%20anos&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_03&pesq=condenados%20a%20309%20anos&pasta=ano%20197). Acesso em: 10 dez. 2019.

OITO militares são punidos com rigor. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 1973. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-23-01-73/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

POLL, Ana Paula. **Memória Social e esquecimentos, de centro de tortura à "parque da cidade"** in: Carrara, O.V. (org.) *Direitos Humanos na América Latina*. Nova Petrópolis/RS: Nova Harmonia, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, pp 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol.5, 1992, pp 213-323.

PRIMEIRO BIB é 22º BIMtz. **A Voz da Cidade**, Barra Mansa, 19 set. 1972. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/bib-e-22-bimtz-19-07-1972/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PRIMEIRO BIB modelo de organização. **A Voz da Cidade**, Barra Mansa, p.2. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/bib-modelo-de-organizacao/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **Revista Online Do Museu De Lanifícios Da Universidade Da Beira Interior**. Covilhã, 2012. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SAID, Edward W., **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SENTENÇA para 2 a. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 1973. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-23-01-73/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SERBIN, K. P. **Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOXICÔMANOS presos pelo Exército em Barra Mansa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1972. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718\\_05&pasta=ano%20197&pesq=%22Exercito%20em%20Barra%20Mansa%22](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_05&pasta=ano%20197&pesq=%22Exercito%20em%20Barra%20Mansa%22). Acesso em: 12 dez. 2019.

VIOLÊNCIA no combate ao tráfico de tóxicos. **O Dia**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1972. Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/textos/jornais-6-e-7-02-72/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

# Neoclássico e usos do passado no centro urbano do Recife: o caso da ponte Maurício de Nassau

Neoclassical and uses of the past in Recife: the case of bridge Maurício de Nassau

**Rafael Arruda Silva**

Mestre em História Social da Cultura Regional  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

ras.arruda@gmail.com

**Recebido em:** 13/03/2020

**Aprovado em:** 10/04/2020

**Resumo:** A ponte Maurício de Nassau é uma das mais importantes do Recife e a mais antiga dentre elas. Em sua existência secular, não só agiu como via de ligação principal entre os bairros centrais, mas também foi ponto difusor do comércio, palco de festividades religiosas, centro de controle administrativo e testemunha das vivências urbanas dos indivíduos que trafegavam pelos espaços citadinos. Diante disso, destacamos seu papel simbólico e material na composição e na tentativa de modernização da paisagem urbana do Recife nas primeiras décadas do século XX. Analisando esse contexto, através dos usos do passado, mostra-se uma faceta dessa modernidade: como ela dialogava com os centros europeus e com as características regionais. Nesse caso, trata-se de travar diálogo entre distintas temporalidades e suas idealizações que se retroalimentam na composição do espaço urbano.

**Palavras-chave:** História Urbana; Neoclássico; Ponte Maurício de Nassau.

**Abstract:** The Maurício de Nassau bridge is one of the most important in the city of Recife and the oldest among them. In its secular existence, acted not only as the main link between the central neighborhoods, but also as a diffuser of commerce, a stage for religious festivities, an administrative control center and a witness to the urban experiences of individuals who travel through city spaces. In view of this, we highlight its symbolic and material role of composition and attempt to modernize the urban landscape of Recife in the first decades of the 20th century. Analyzing this context, through the uses of the past, it shows a facet of this modernity: how it dialogues with European centers and regional characteristics. In this case, it is a matter of engaging in a dialogue between distinct temporalities and their idealizations that feed back into the composition of the urban space.

**Keywords:** Urban History; Neoclassical; Bridge Maurício de Nassau.

## Introdução

A ponte Maurício de Nassau tem sua origem relacionada com o período de ocupação holandesa na capital pernambucana. Desse modo, há de se destacar a longevidade dessa estrutura no Recife, sendo concebida desta maneira:

Com o fim de comunicar o bairro peninsular do Recife com a cidade Maurícia, o bairro oposto de Santo Antonio, resolveu o Príncipe João Maurício, conde de Nassau, mandar construir uma ponte, cujas obras, iniciando-se em 1640, concluíram-se tres annos depois. Nas duas entradas da ponte construíram-se dous arcos de cantaria, com as suas competentes portas que, fechadas a noite, interceptavam completamente a com munição dos dois bairros, uma vez que essa primitiva ponte ocupava exactamente a extensão comprehendida entre os dois arcos, que se erguiam sobre os seus muros de encosto (COSTA, 1903, p. 17).

Devido à sua longa existência, a ponte passou por várias modificações, sempre reconstruída no mesmo lugar – ainda que aspectos como largura e comprimento fossem mudadas – se incrustou de maneira inexorável no centro da cidade e, por conseguinte, na história urbana do Recife, sendo testemunha e atriz desse secular percurso histórico.

Com esse propósito de analisar como a ponte Maurício de Nassau ajudou a moldar a paisagem urbana do Recife destacamos o momento logo após sua última reforma, ocorrida em 1917, para exemplificar uma das maneiras através da qual substratos de uma época podem ser usados para dar sustentação e compor um discurso ou prática no presente. A especificidade trabalhada aqui é a de como a Modernidade pode dialogar com figuras ligadas a uma Antiguidade Clássica, usando dessa última para se promover.

### Usos do passado e modernidade

No Recife do começo do século XX ocorria um processo de modernização do ambiente urbano. Estas mudanças foram impulsionadas pela atualização do porto da cidade, que foi acompanhado por uma sanitização, ordenamento, atualização técnica e embelezamento urbano (LUBAMBO, 1991). Em concomitância, também se observam mudanças nos costumes e nas formas de vivenciar a cidade após a construção da nova paisagem. Diante disso, há toda uma esfera do simbólico a ser explorada para que um cenário de modernidade (TEIXEIRA, 1994) possa ser construído. Nesse espaço simbólico (BOURDIEU, 1989) que se deseja construir, deve-se erigir elementos que passem as ideias caras à reformulação que se almeja: progresso, modernidade, civilização. Nesse movimento, no Recife, lançou-se mão do uso não só de profissionais, das técnicas e materiais estrangeiros, mas também de imagens que dialogassem, através de mimese, com as cidades já integradas à sociedade urbana e ícones da *belle<sup>1</sup> époque*.

---

<sup>1</sup> Por *belle époque* entende-se aqui o período que data de meados do século XIX até as duas décadas iniciais do século XX (aproximadamente de 1880 a 1914), no qual a Europa passa por transformações sociais, culturais e econômicas advindas de um novo padrão de modernidade. Em relação às cidades, este modelo pregava um ordenamento, embelezamento e sanitização dos centros urbanos. Tais prerrogativas acabaram por influenciar

No processo de fazer tal simulacro de modernidade, uma característica ímpar merece destaque: a de se reaproveitar símbolos do passado. Para se fazer a leitura de tal narrativa, lança-se, aqui, mão dos usos do passado. O conceito de usos do passado permite explorar as relações, em um determinado recorte temporal, que se estabelecem entre o presente e o passado. O último é instrumentalizado pelo primeiro, visando legitimações de discursos, práticas, conceitos, ideologias, normas comportamentais, que se pretende padronizar. Os agentes sociais, que se dispõem a criar essa ideia de continuidade com o passado, forjam uma narrativa de continuidade. Sendo assim:

[...] quando me refiro a ‘usos do passado’ não quero dizer que alguém na modernidade pôde ir ao passado e trazê-lo como foi ao seu mundo contemporâneo. As ideologias e conceitos do passado são interpretados no presente. Quando olhamos para nossas fontes e as estudamos, estamos (re)interpretando o que já se foi por meio de meros vestígios textuais ou materiais; fazemos representações, ou seja, tornamos presente algo que já está ausente. Quando me atento criticamente ao discurso que proclama qualquer continuidade entre passado e presente, faço-o porque alguns, em algum momento, pensaram que poderiam lograr tal transposição direta entre passado e presente (PINTO, 2011, p. 30).

Ao se colocar como sucessor de uma tradição, um grupo social almeja compartilhar aspectos e características observáveis da civilização-modelo em que se espelha. Entretanto, tal inspiração vale muito mais como argumento de ancestralidade e/ou autoridade do que necessariamente de um resgate das práticas pretéritas situadas em seu cenário original. Desse modo, os discursos do passado e suas memórias podem ser cooptadas pelo presente, com o objetivo de reforçar uma identidade, construir um sentimento de pertença. Ainda que essa memória e identidade com a qual se deseja um atrelamento não seja diretamente relacionada ao contexto cultural em questão. Como exemplo disso, tem-se a forma com a qual o período denominado de Antiguidade Clássica é usado de diferentes maneiras em distintos lugares:

De diferentes modos e em diferentes períodos, a Antiguidade Clássica foi constantemente retomada ao longo da História do Ocidente. Objeto de semelhantes interpretações, o mundo antigo frequentemente esteve presente na constituição das identidades nacionais, por exemplo, na legitimação de regimes autocráticos de direito e no pleitear de uma certa

---

várias cidades da América Latina que incutiram em suas reformas urbanas essas premissas. Isto denotaria um desejo de inserção na modernidade ocidental e uma tentativa de se apartar dos modelos coloniais. No Recife, este processo também se observa desde o fim do século XIX passando pelo início do século XX e a necessidade de adequar o centro da cidade aos novos ditames.

“herança” justificadora (ampla), utilizada por diferentes países - desde a Grécia e Itália à Portugal, Espanha, França e Alemanha, passando até mesmo por países como Estados Unidos e Brasil (SILVA, 2007, p. 32).

Assim, a categoria dos usos do passado serve para lidar com uma relação Modernidade – Antiguidade. Como será visto, “[...] a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado, entre outras, as da Antiguidade” (LE GOFF, 2003, p. 169). É neste ponto que a característica da modernidade de esgarçar a relação entre as categorias de espaço e lugar (TUAN, 1983) se põe como fator importante. No caso aqui abordado, tal estratégia é manifesta no fato de a paisagem urbana ser remodelada para abarcar elementos simbólicos que agem como evocadores de uma estética associada a sociedade urbana europeia, grande modelo civilizacional em voga.

É através desta tentativa de criar uma legitimação derivada de uma continuidade cultural fabricada que se pode caracterizar os usos do passado. Quando há uma instrumentalização de noções e categorias do passado, sem uma ligação direta àquela realidade – visto que a influência exterior é cada vez maior no decorrer da modernidade – para que se possa consagrar práticas no presente. Ao importar um novo modelo de *urbe* para Recife, as reformas urbanas trouxeram consigo símbolos interpretados como relacionados ao mundo antigo e que estavam presentes nas escolhas arquitetônicas europeias.

É neste íterim que se torna importante atentar para a formatação que a ponte ganha após as reformas. Agora requalificada e adequada aos ideais de modernização propostos na época, ela surge sem seus antigos ornamentos ligados ao passado colonial. Deslocaram-se as festividades populares e religiosas, modificou-se o espaço urbano e, assim, as vivências cidadinas foram alteradas, frente a uma nova visão para a cidade. A ponte, outrora margeada pelos arcos<sup>2</sup>, ao fim das reformas, ganhou novos signos de acordo com a proposta discursiva escolhida. Dessa maneira, as obras importadas da Fundação Val d’Osne, efígies de deidades greco-romanas, configuram-se como elementos exógenos ao panorama cultural regional.

---

<sup>2</sup> Desde o século XVII a ponte Maurício de Nassau tinha dois arcos em cada uma de suas margens. Inicialmente, faziam as vezes de portas de entrada, garantindo o pagamento de pedágio para a passagem pela ponte. No século XVIII são derrubados e reconstruídos com insígnias ligadas ao Estado português, sendo renomeados de Arcos de Santo Antônio e Arco da Conceição. Em seus entornos ocorriam festividades referentes aos santos católicos respectivos, principalmente no da Conceição que possuía uma capela com imagem de Nossa Senhora. Foram demolidos em 1913 (Conceição) e 1917 (Santo Antônio) durante as reformas urbanas do Bairro do Recife.

Há, nessa estratégia, a utilização de referências e estereótipos ligados a uma Antiguidade como aspecto civilizador visto que, na França, fazia-se uso desses elementos de forma ornamental, e esse país era o grande norte cultural à época; importar essas figuras acabou por se provar imprescindível para formar o cenário de modernidade que se almejava. Fica-se, assim, com o entendimento de que:

Essas referências e essas permanências só fazem sentido em um projeto de identidade. E aí está mais um elemento indispensável para se chegar a uma definição de “clássico”: o projeto identitário. [...] Emblemas da Nação, emblemas da civilização. Símbolos neoclássicos, onde o prefixo ‘neo’ nos assinala a permanência e a finitude do que nos serve de uma espécie de parâmetro civilizador (CAIRUS, 2011, p. 128).

Para a tentativa de se parear a sociedade urbana, moderna e ocidental, fez-se necessário civilizar e instaurar uma nova identidade na *urbe*. Parte desse processo deu-se através das escolhas do mobiliário urbano que foram ao encontro daquilo que era de uso corrente nos centros europeus.

Assim, os usos do passado são ferramenta teórica útil para analisar como ocorrem ressignificações e reinterpretções ligadas ao mundo antigo, em específico, ligados ao conjunto estatuário observado em centros urbanos. Para dar continuidade a este intento, faz-se necessário entender o papel mais amplo que tais imagens tinham nos cenários europeus, fazendo com que se tornassem matéria de exportação para distintos locais do mundo. Posteriormente, localizando-as no percurso histórico de utilização de elementos historicistas no Recife. De antemão, entretanto, há a que se lidar com algumas premissas estéticas que dão as bases para a utilização de uma arquitetura dita clássica.

### **Historicismo, Neoclássico e Modernidade**

Colocada a ideia inicial de analisar a relação entre signos da Antiguidade na construção do espaço urbano da modernidade, cabe, neste momento, considerar parte das idealizações que perpassam esta conexão entre distintos tempos. Visto que a ideia de clássico ganha força quando pensada como elemento civilizador, resgatar elementos que tenham – ou que sejam interpretados dessa maneira – um vínculo com uma linha do passado tida em grande conta é essencial para dar sustentação a elementos que se desejam fixar no presente. Sendo assim, elementos arquitetônicos e artísticos também compuseram essa atividade de ressignificação de símbolos.

Diante disso, pode-se evocar uma arquitetura clássica para dar vazão a esses anseios de continuidade ou resgate de um passado do qual se deseja herdeiro cultural. Assim o clássico, observado nas fachadas das construções, cumpriria seu papel civilizacional ao se fazer presente no espaço público, construindo um ambiente onde aquilo que se vê é permeado de uma tradição retomada. Dessa maneira, as transformações urbanas têm o poder de impactar não só a estrutura física da urbe, mas também as práticas cotidianas, as vivências, ligações emocionais e experiências. Assim, o elemento simbólico da centralidade urbana (PESAVENTO, 2008) é manifestamente remodelado, imbuindo-se de facetas que desejam se colocar em um *continuum* arquitetônico e estético.

Esta premissa faz parecer que tal linha de desenvolvimento ininterrupta existiu de fato. Levando a crer que uma arquitetura clássica coesa e monolítica existiu durante o período referente à Grécia Antiga, sendo absorvida depois pelos romanos, e já na modernidade retomada pelos renascentistas.

Esse olhar sobre o passado “clássico” e sua apropriação nos tratados de arquitetura que começavam a aparecer no Renascimento estavam ligados não apenas ao conhecimento intelectual sobre uma experiência antiga que começava a ser muito positivamente avaliada, mas davam também base para a criação de projetos arquiteturais. O repertório clássico antigo fornecia referências para a produção de novos edifícios, mas assim como os romanos criaram novidades e as conectaram a um repertório grego anterior, os arquitetos renascentistas também eram bastante criativos: o clássico antigo era base para o desenvolvimento de soluções novas. E, além disso, aparecia a ideia de coerência entre a arquitetura clássica greco-romana e moderna (renascentista) marcada por um hiato “medieval” (FRANCISCO, 2015, p. 36 e 37).

Essa perspectiva desembocaria no neoclássico desenvolvido nos séculos XVIII e XIX, e depois no ecletismo. Esses dois estilos seriam outras recuperações dessa trajetória arquitetônica ímpar que é a clássica. Todavia, tal leitura é simplista e não se sustenta a partir do momento que se inquirir como a noção de clássico foi entendida e utilizada na modernidade e, mais especificamente, o que se entendeu por uma arquitetura clássica. Mais do que simples retomada, essas idas ao passado em busca de inspiração e validação configuraram-se como ressignificações desses elementos anteriores. Há, portanto, uma leitura através dos usos do passado a se fazer. A modernidade de certa forma inventa uma antiguidade e um clássico para chamar de sua, propondo-se, dessa maneira, a ser mais um ponto na linha sucessória da tradição. Desmistificando a abordagem

É preciso notar que a arquitetura clássica pensada como um conjunto constituído por uma experiência antiga e ratificada por uma retomada moderna é baseada em um discurso também moderno. Não há efetivamente uma linha que conecte naturalmente essas experiências. Ou seja, houve uma apropriação feita pelos romanos de uma produção grega anterior e a formulação da ideia de uma continuidade que se sustentava de forma discursiva. Isto foi reativado muito posteriormente no século XV, reafirmando-se a noção de continuidade. [...]. Depois disso, são as retomadas específicas, destacando-se o neoclássico e o ecletismo (FRANCISCO, 2015, p. 37 e 38).

Através dessa atitude discursiva, podem-se desvelar tentativas de usar o passado para fins no presente. Ser legatário do império romano ou da cultura grega seria premissa básica para a inserção no grupo de países que compartilhariam a civilização ocidental. Dessa maneira, tem-se que

as narrativas sobre o presente, que tiveram como escopo o mundo antigo, evidenciaram e evidenciam um caráter marcadamente discursivo a respeito da Antiguidade, que por vezes foi inventada para atender aos interesses daqueles que reivindicavam uma certa herança antiga, os seus beneficiários (SILVA, 2007, p. 27 e 28).

Esta atitude para com a Antiguidade Clássica tem no Renascimento um momento ímpar. A visão de mundo humanista, que deu bases ao Renascimento europeu, tinha uma narrativa de retorno ao clássico como ponto alto da cultura e civilização. Não à toa que a Itália, com estruturas remanescentes do Império Romano, foi grande difusora das ideias renascentistas, após a redescoberta das obras dos antigos. Preterindo o período imediatamente anterior – *a posteriori*, denominada Idade Média –, os propagadores do humanismo renascentista elegeram o Mundo Antigo como base para seu próprio desenvolvimento. Num movimento pendular, a ida ao passado alicerçava a construção de um presente que avança, mas sem nunca perder de vista o já ocorrido, já que este é o mestre da vida, sendo assim:

o combate entre 'antigo' e 'moderno' será menos o combate entre o passado e o presente, a tradição e a novidade do que o contraste entre duas formas de progresso: o do eterno retorno, circular, que põe a Antiguidade nos píncaros e o progresso por evolução retilínea, linear, que privilegia o que se desvia da antiguidade. Foi no antigo que o Renascimento e o Humanismo se apoiaram para fazer a "modernidade" do século XVI, que se erguerá contra as ambições do moderno (LE GOFF, 2003, p. 173).

Por conta disso, é no período renascentista que há uma mudança na forma na qual os monumentos passam a ser encarados. É nesse momento que se pode falar

no surgimento, no Ocidente, da observância do monumento histórico. Isto porque as estruturas passam a ganhar novos valores, agora, relacionados não somente a uma função de rememoração, mas também ligadas a noções estéticas e históricas. Se um monumento antes era encarado como uma obra que trazia à tona memórias compartilhadas e dava sentido e identidade a um grupo, passou-se a um deslocamento de função que priorizava o ideal de beleza ante o ideal de memória (CHOAY, 2006). Dessa maneira, os monumentos passaram a ser valorizados enquanto testemunhas históricas e obras de arte. Destacados como exemplos da grandiosidade de eras passadas e modelos a seguir, são selecionados de forma posterior a sua construção para dar cabo dessas novas funções na sociedade, assim:

[...] o monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte (CHOAY, 2006, p. 25).

Diante dessa outra forma de ver estas estruturas, pode-se falar em um historicismo que abarca estilos artísticos e arquitetônicos. Esse movimento de referenciar um tipo específico de arte ligada ao período clássico – ainda que tal conceito de arquitetura clássica estivesse ligado a uma construção discursiva – incorre em um historicismo. Pode-se “desde el principio, asumir el término ‘Historicismo’, como aplicable a todas las manifestaciones que señale nun retorno ornamental a pueblos o períodos históricos” (CARVALHO, 1999, p. 18)<sup>3</sup>, de maneira que, ao longo da modernidade, estilos historicistas que se desenvolveram, sempre olhando para o passado e fazendo recortes acerca de um modelo ligado a uma civilização anterior.

Mais especificamente, no que tange ao campo arquitetônico, pode-se falar de um historicismo presente nessas tentativas de resgate de elementos de uma arquitetura clássica. Destacam-se, aqui, o neoclássico e o ecletismo – ambos observáveis na paisagem urbana do Recife entre meados do século XIX e início do XX – como estilos que expressam a interlocução entre Modernidade e Antiguidade.

---

<sup>3</sup> Tradução do autor: Desde o princípio, assumir o termo ‘Historicismo’, como aplicável a todas as manifestações que demarquem um retorno ornamental para povos ou períodos históricos.

Desse modo, faz-se necessário apontar os atributos gerais de tais estilos. O neoclássico desponta desde o século XVIII tendo em seu cerne um revivalismo de elementos construtivos gregos. De tal modo que se pode afirmar que:

[...] uma questão fundamental para a avaliação de um edifício neoclássico: o paralelo com as formas antigas. Como vimos, as propostas neoclássicas são mais complexas que pura imitação, mas essas tentativas de reprodução específica de elementos de construções greco-romanas, sobretudo gregas, indica um método para a identificação de edifícios caracterizados como neoclássicos (FRANCISCO, 2015, p. 78).

Normalmente associado a uma contrapartida ao estilo barroco, teve como características uma discrição e elementos que evocavam racionalidade e ordem. Tais elementos ganharam espaço no Brasil no século XIX com a chegada da família real e a abertura dos portos. Sendo incrementados com a atuação dos artistas da Missão Francesa.

Já o ecletismo teve como elemento principal a junção de vários historicismos. As estruturas desse estilo foram compostas da mistura de aspectos de distintos estilos. Entretanto, deve-se apontar que o ecletismo teve na arquitetura clássica seu principal referencial, mas tem por característica mesclar-se a outros revivalismos, positivando essa miscelânea de aspectos o ecletismo abre espaço para novas possibilidades artísticas:

Diferentemente do que ocorreu em momentos anteriores da História da Arte quando os estilos substituíam uns aos outros (tal como ocorreu com o Classicismo renascentista, suplantado pelo Barroco, e este levado ao extremo pelo Rococó), a arquitetura Neoclássica não desapareceu, ou sequer perdeu força diante dos questionamentos e experiências com outros estilos estéticos. Ao contrário, a polêmica em torno da utilização de outras fontes iconográficas de inspiração [...] não termina com a vitória de um estilo sobre o outro, mas com a aceitação plena das várias possibilidades estilísticas, presentes não apenas nas formas neoclássicas ou góticas, mas também nas formas de inspiração egípcia, árabe, românica, chinesa, tirolesa e etc (LUZ, 2018, p. 64).

Concomitantemente, o ecletismo ainda carrega em si a permanência de elementos que se voltam ao clássico, dando a este o papel civilizador ou legitimador aqui já explanado. Assim, pode-se observar seu uso nos idos das primeiras décadas do século XX como estilo revitalizador das zonas urbanas que estavam sendo reformuladas, já que o objetivo era de modernizá-las e adequá-las a padrões de modernidade. Desse modo, ambos os estilos, neoclássico e eclético, remetem justamente a uma utilização que pode ser classificada nos seguintes termos:

en general aquella producción se traducía en términos como “modernidad” o “estética moderna”, que tenían para la época, un claro

sentido de actualización tecnológica y artística y que, aparte de relacionar el ornamento historicista con la civilización europea, fue clave en el proceso de aculturación promovido por aquella arquitectura (CARVALHO, 1999, p. 18).<sup>4</sup>

Com essa passagem, deseja-se apontar que o Brasil, apesar da distância para com a Europa e as civilizações clássicas, ao longo de sua história, propôs-se a partilhar desse horizonte cultural. Utilizando-se do recurso historicista, já usado em terras europeias, o desejo era de acenar para a construção de uma sociedade urbana nos moldes europeus, que incluíam a paisagem e estética urbanas. Assim, sob a ótica de uma interpretação dos usos do passado se pode analisar como tais historicismos agiram na molda do espaço urbano, sendo utilizados para construir um cenário de modernidade para a cidade. Postos esses pressupostos teóricos em voga, cabe, pois, ver como tais figuras foram tomadas de empréstimo pelo Brasil e Recife, chegando ao *locus* da reforma da ponte Maurício de Nassau como estudo de caso.

### **O clássico como ornamento moderno**

A aceleração do processo de modernização de meados do século XIX e início do XX que tomou de assalto alguns dos principais núcleos urbanos do Brasil tinha entre uma de suas características principais a questão do embelezamento do espaço citadino. Para tal objetivo, foram importados tanto mão de obra estrangeira, quanto materiais, mas mais do que isso, um modelo de cidade moderna.

Um dos pontos de apoio para essa finalidade foi o uso do mobiliário urbano para caracterizar a cidade de forma que ela ressoasse como moderna. Esses artefatos ajudavam a ornamentar o espaço público, o qual, previamente, havia sido ordenado sob as noções do progresso modernizador. Dissuadidos de preservar parte de seu traçado antigo muitas das cidades, durante o processo de reformas, tomavam como necessário ocupar as lacunas deixadas por monumentos anteriores, ou os vazios criados pelos redesenhos urbanos com utensílios que aprimorassem sua paisagem.

E de onde vinham tais objetos? Mais uma vez devem-se voltar os olhos para os centros europeus, com a França em primeiro plano. Foi através da atuação das fundições

---

<sup>4</sup> Tradução do autor: Em geral aquela produção se traduzia em termos com “modernidade” ou “estética moderna”, que tinham para a época, um claro sentido de atualização tecnológica e artística e que, aparte de relacionar o ornamento historicista com a civilização europeia, foi chave no processo de aculturação promovido por aquela arquitetura.

artísticas desenvolvidas pioneiramente nesse país que grande parte de uma estética moderna atrelada a *belle époque* tem sua expansão.

A fundição artística nasceu nos anos 1830 na França no auge da Revolução Industrial. Segundo Dehault<sup>16</sup> (1997, p. 2) a história da fundição artística, fruto do encontro da arte com a indústria” é, antes de tudo, a história da fundição de ferro, “material fetiche de um século XIX cuja palavra-chave era o progresso (TORINO, 2017, p. 91).

O encontro da arte com a indústria dá origem a uma arte em série, que permitiu um barateamento nos custos de reprodução dos objetos, popularizando o alcance das obras que poderiam ser copiadas e elaboradas a partir de moldes. O avanço tecnológico dava condições para a criação de um mercado voltado à exportação dos objetos decorativos produzidos agora em escala industrial.

Empresas especializadas na fabricação de produtos em ferro fundido como a Val d’Osne francesa, a Walter MacFarlane e a Sun Foundry escocesas, exportaram fontes, chafarizes, bebedouros, postes de iluminação, bancos, coretos para várias capitais brasileiras, selecionados e adquiridos através dos catálogos disponibilizados por esses fabricantes e seus representantes instalados no Brasil ou de publicidade, em jornais da época e também nas exposições universais (MONTENEGRO, 2014, p. 83).

Portanto, foi daí que surgiu a importância das fundições ou Fontes d’Art para entender como a dimensão visual das cidades foi sendo fabricada. Para além de meros enfeites corriqueiros ou modismo, esses objetos tornaram-se elementos intrínsecos para que as cidades pudessem ter uma aura de modernidade.

Se na sua origem o mobiliário urbano era usado apenas com caráter decorativo, embelezador e compositivo dos espaços urbanos, sua função básica extrapola os limites de sua configuração, tornando-o agora parte integrante do cotidiano da cidade moderna passando a ser considerado um importante elemento morfológico na organização, comodidade e qualidade do espaço público em meados do século XIX e início do século XX (MONTENEGRO, 2014, p. 84).

Como se pode depreender para ser moderno era necessário parecer moderno. Este ideário captou a simpatia tanto do Estado quanto das classes políticas e econômicas influentes. Ao se falar das reformas urbanas apoiadas e financiadas por esses grupos, ficou patente que junto à necessidade econômica vinha também um imaginário de modernidade que ajudava a justificar as mudanças postas em práticas e as impulsionava, de modo que

A fundição artística despertou o interesse da burguesia que emergia vitoriosa, orgulhosa e convencida de sua missão civilizadora e desejosa de apropriar-se de símbolos de status, que se tornaram acessíveis por meio

da arte em série. Estas obras assumiram na época uma conotação de requinte, prestígio, progresso e modernidade e eram adquiridas para afirmar as conquistas sociais (JUNQUEIRA, 2005, p. 26).

Cativados por esta perspectiva, os agentes sociais se propuseram a instalar em suas cidades os artefatos de ferro fundido que ajudassem o espaço urbano a parecer um membro pleno da sociedade ordeira e civilizada que se desejava. Estes objetos variavam desde elementos mais estruturais da arquitetura como gradis, varandas e fachadas até utensílios com traços mais ornamentais como vasos, urnas, candelabros e estátuas. Justamente as últimas que merecem maior destaque nesta pesquisa posto que foram a complementação final para a ponte Maurício de Nassau dar seu contributo a formação da paisagem moderna do centro do Recife.

Antes, porém, de falar das estátuas, deve-se comentar o papel de uma fundição específica, dentre as várias que existiam nos oitocentos e que adentraram o século XX expandindo sua área de atuação. A fundição em questão é a *Fonderies du Val d'Osne* originária da região nordeste da França, mais precisamente em Haute-marne, região da Champanhe Ardene, onde localizava-se a cidade de Osne-le-val e uma usina com uma produção de ferro fundido profícua pertencente a Jean Pierre Victor André.

Ampliando-se cada vez mais, a Val d'Osne foi aglutinando outras fundições rivais e aumentando seu alcance e influência, bem como seu catálogo (Imagem 1). Para esse feito, muito contribuíram o papel desempenhado nas exposições universais que se deram a partir da década de 50 do século XIX. Vitrine da modernidade europeia, essas exposições tiveram o papel de divulgadora dos avanços técnicos, científicos e estéticos que se desenvolviam no continente europeu, propagando esses valores para as demais partes do mundo. Não à toa que as sedes das exposições eram os grandes polos da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2008), cidades integradas à lógica capitalista internacional de urbanização avançada e conectadas à ideologia do progresso como Londres e Paris.

**Imagem 1:** Catálogo da Fundação Val d’Osne



**Fonte:** Disponível em: <[www.e-monumen.net](http://www.e-monumen.net)>. Acesso em: 22 out. 2019.

Foi nessa conjuntura que a fundição Val d’Osne tornou-se a maior de seu ramo e principal propulsora da arte em série a nível mundial, sendo o Brasil a principal guarida das obras da fundição fora da França (TORINO, 2017). As obras dessa fundição espalharam-se por várias cidades: Porto (PEIXOTO, 2012), Lisboa (BARRADAS, 2015), Rio de Janeiro (JUNQUEIRA, 2005), Pelotas (SANTOS, 2012), La Plata, Valparaíso e Bueno Aires (LONGONI, SARUTTI e GOTELLI, 2002), Valencia, Santiago (CONTRERAS, 2010), Recife (SILVA & PINTO, 2017). Inovadora não só no que tangia ao fabrico das peças a Val d’Osne, também foi capaz de elevar a fundição artística para além do patamar de mera copiadora de modelos:

No início, a usina fabricava principalmente balcões, gradis e guarda-corpos para janelas. O sucesso obtido com estas primeiras realizações incentivou o aumento e aperfeiçoamento da produção e Jean Pierre Victor André resolveu adquirir no Museu do Louvre vários modelos de estátuas da Antiguidade Clássica [...] O molde da famosa Vênus de Milo também está entre os que foram comprados e reproduzidos.

Da mesma forma, estátuas de escultores anteriores ao século XIX, que se destacaram por sua beleza, foram fundidas com a utilização de moldes provenientes de museus. [...]

O acervo das Fonderies du Val d'Osne, estimado em mais de 40 mil modelos, comprova a sua importância não só entre as fundições francesas, mas também em âmbito mundial (JUNQUEIRA, 2005, p. 24 e 30).

Atraindo para si artistas talentosos, que criavam obras originais para seu catálogo que era uma das ferramentas que explicam esse grande alcance para as obras da Val d'Osne.

Las técnicas para imprimir y reproducir, así como el diseño y la tipografía, tendrían en los catálogos industriales todo un campo de experimentación y de avance. Junto al afichey las postales, con las marcas en el vaciado de las mismas piezas de fundición, fueron las primeras herramientas de publicidad y mercadeo em La economía moderna (CONTRERAS, 2010, p. 76).<sup>5</sup>

Grande ferramenta de propaganda, os catálogos de obras da fundição ficaram famosos ao serem distribuídos por seus representantes em várias cidades do mundo, difundindo de forma eficiente o que de melhor a empresa tinha a oferecer. Dessa forma, os catálogos eram a ferramenta perfeita para alcançar um público alvo sedento pelo que de melhor se poderia ter em relação ao mobiliário urbano.

Directamente vinculados con su origen moderno, es decir con la producción industrializada, en esos catálogos, auspiciados por empresarios que aplicaban novedosos criterios de promoción y mercadeo, se manifiestan varios delos temas característicos del pensamiento artístico de esos tiempos: los creadores miraban el pasado en busca de referencias para unos ideales de belleza queal vez nunca fueron tan universales como diversos teóricos desearon. El objeto final, más allá de la modernidad de su origen industrial, muchas veces se refirióal pasado en su aspecto, y es que el gusto de los consumidores no había cambiado tan rápidamente como lo habían hecholas posibilidades de producción (CONTRERAS, 2010, p. 76 e 77).<sup>6</sup>

Como bem observa Contreras (2010), voltar-se ao passado era uma forma eficaz de justificar uma ideia de belo universal que poderia ser utilizada de maneira generalizada. Logo, poderia ser exportada e inserida em qualquer local que desejasse evocar os valores da sociedade moderna. É justamente isto que ocorre no Recife exemplificado neste estudo pela

---

<sup>5</sup> Tradução do autor: As técnicas de impressão e reprodução, assim como o desenho e a tipografia, teriam todo um campo de experimentação e avanço nos catálogos industriais. Juntamente aos cartazes e os cartões postais, [...] eles foram as primeiras ferramentas de publicidade e marketing na economia moderna.

<sup>6</sup> Tradução do autor: Diretamente ligado à sua origem moderna, ou seja com a produção industrializada, nesses catálogos, patrocinados por empresários que aplicaram novos critérios de promoção e marketing, manifestam-se vários dos temas característicos do pensamento artístico desses tempos: os criadores olhavam o passado em busca de referências para uns ideais de beleza que talvez nunca foram tão universais como diversos teóricos desejavam. O objeto final, além da modernidade de sua origem industrial, muitas vezes se referia em sua aparência, e é que o gosto dos consumidores não havia se transformado tão rapidamente quanto as possibilidades de produção.

colocação das quatro estátuas (Imagens 2 e 3) representativas de divindades do mundo greco-romano na ponte Maurício de Nassau.

**Imagem 2:** A Justiça e Pallas de Velletri no catálogo da fundição



Fonte: Disponível em: <[www.e-monumen.net](http://www.e-monumen.net)>. Acesso em: 13 out. 2019.

**Imagem 3:** Ceres e Comércio no catálogo da Fundição



Fonte: Disponível em: <[www.e-monumen.net](http://www.e-monumen.net)>. Acesso em: 11 out, 2019.

### **Ponte Maurício de Nassau e os usos do passado**

No Recife, existiu o uso de uma arquitetura e mobiliários urbanos atrelados a um ideário que tentava modificar a cidade para uma configuração de acordo com os preceitos da modernidade. Esse fato pode ser observado com um maior grau de intensidade ao menos desde o governo do Conde da Boa Vista. Nos idos dos anos 40 dos oitocentos, a cidade deu seus primeiros passos rumo à adequação de costumes e espaço urbano para uma modernização. Por isso, esse período inicial ficou marcado pela construção de vários edifícios públicos, no qual o estilo neoclássico despontava como estética dominante.

Já em meados do século XIX, notadamente na administração de Francisco do Rego Barros, futuro Conde da Boa Vista, a cidade parece se revestir de elementos emblemáticos da modernidade europeia. O que salta aos olhos do observador é a ornamentalidade do que então se entendia por moderno. São modos, comportamentos, hábitos sociais, que recobririam com um verniz civilizatório as toscas elites locais. [...]

A modernidade impunha desde a necessidade de se ter um porto modernamente aparelhado e ampliado nas suas dimensões, de se dispor de uma ampla rede de esgotos sanitários e fornecimento de água encanada, de se poder trafegar por ruas largas, calçadas e iluminadas, até o desejo de se mostrar elegante (TEIXEIRA, 1994, p. 32 e 33).

Vê-se que o ornamento é de grande importância para se criar um clima favorável para a modernização que se punha em marcha. Sendo assim, a estética neoclássica foi a dominante durante esse período (Imagens 4), o que se pode notar na fachada de prédio datados desta época como o abaixo:

**Imagem 4:** Teatro de Santa Isabel



**Fonte:** Disponível em: <[tiny.cc/xwoifz](http://tiny.cc/xwoifz)>. Acesso em: 2 out. 2019.

Essa escalada modernizadora, como as posteriores, deveu muito à influência francesa. Legando aos bairros centrais várias construções com aspectos renovados e estilisticamente apropriados ao novo cenário ornamentado que estava construindo.

Em 1840, inicia-se um singular processo de transformação urbana no Recife, protagonizado pelos mestres de obra e engenheiros inicialmente alemães e em seguida franceses, quando se destaca Louis Léger Vauthier (1840-1846) e, posteriormente, o pernambucano José Mamede Alves Ferreira (1846-1865), ambos graduados na École des Ponts et Chaussées de Paris. Essa transformação tem uma forte repercussão na antiga ilha, com a construção de grandes edifícios públicos – Teatro de Santa Isabel (1844-1850), Casa de Detenção (1867), Biblioteca Pública, Liceu de Artes e Ofícios (1871-1880), Palácio do Governo (1841), Estação Central (1888-1890) e Mercado de São José (1872-1875) (REYNALDO, 2017, p. 30 e 31).

Desse modo, a colocação das estátuas na ponte Maurício de Nassau não pode ser considerada um elemento inédito e inesperado, mas sim entendida com um ato realizado em um ambiente favorável à estética historicista – marcadamente a neoclássica e posteriormente eclética. Pode-se, sim, tomar o ato de alocar as estátuas nas colunas da ponte como de tentativa de assimilação de um elemento exógeno à cultura local. Esse processo pode ser ligado a um fator recorrente em sociedades que passam pela modernização, que é o da discrepância cada vez maior que se dá entre o espaço e o lugar. O último é ligado a uma ideia de localidade onde as atividades sociais ocorrem e que acaba por sofrer cada vez mais com o alcance da influência externa, em nosso caso uma influência europeia que moldou parte das relações espaciais.

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face [...] os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distante deles (GIDDENS, 1991, p. 22).

Abre-se mão, dessa forma, de parte das especificidades do lugar e das vivências e símbolos atrelados a ele, para que o espaço seja modificado sob a influência da modernidade. Em outras palavras, utilizando-se das críticas freyreanas as modificações na urbe recifense, poderia se dizer que:

O que se quer é o arrebicado; o açucarado; o confeitado Huysmansnismo de segunda mão a todo o pano. E desse furor não parecem escapar os próprios edifícios eclesiásticos. Também eles se têm deixado arrebicar e salpicar de confeitos. [...] Quanto a estátuas, vem o Recife ultimamente povoando-se delas em grande abundância (FREYRE, 2016, p. 299).

Estas estátuas datam de um dos catálogos da fundição Val d’Osne de 1876, sendo fruto do domínio da técnica de trabalho em ferro fundido para fins artísticos. Essa “arte em série” propiciava a reprodução de esculturas em larga escala e acabou por atrair artistas importantes da época. Entre eles Mathurin Moureau (1821- 1912), autor da Ceres-Deméter, e Albert-Ernest Carrier-Belleuse (1824-1887) que é o responsável pelas figuras do Comércio e da Justiça. Já a Minerva é uma cópia da Palas de Velletri, escultura que se encontra no museu do Louvre desde 1803, e que, por sua vez, remete a uma escultura do período helenístico.

Utilizando-se do livro “Monumentos do Recife” (FRANCA, 1977), observam-se as descrições de cada uma das esculturas. Primeiramente, sobre a Minerva, tem-se o relato “à esquerda (cais da Alfândega) a Cultura, uma mulher-símbolo da sabedoria e da inteligência, usando capacete à maneira de Minerva, e em atitude de quem discursa” (FRANCA, 1977, p. 48), segue-se falando sobre Ceres: “à direita, cais do Apolo, temos a Lavoura, isto é, a deusa Deméter-Ceres, padroeira dos campos cultivados, com espigas de trigo na cabeça e na mão direita” (FRANCA, 1977, p. 49), a terceira a ser descrita é a efígie do Comércio “[...] com torre na cabeça e coroa de louros; na mão direita o caduceu de Mercúrio; canhão e sacos de mercadorias, aos pés” (FRANCA, 1977, p. 49) e, por último, tem-se sobre a Justiça “à direita, temos a Justiça, com espada e balança” (FRANCA, 1977. p. 49).

Ceres, Minerva, Comércio, Justiça, (Imagens 5 a 7) são assim nomeadas as quatro estátuas aqui abordadas. Suas origens são francesas, mais precisamente, são advindas da fundição Val d’Osne. Ainda que o intento aqui não seja de percorrer uma análise das mitologias referentes a cada uma das figuras em questão, comentar brevemente sobre cada divindade e suas características míticas é interessante para melhor analisar as imagens que as esculturas representam.

Primeiramente, sobre Ceres, tem-se a referência que seja “an ancient Italo- Roman goddess of growth (her name derives from ker- ‘growth’), commonly identified in antiquity with Demeter (HORNBLLOWER, SPAWFORTH e EIDINOW, 2012).<sup>7</sup> Por sua vez, Deméter é classificada como:

the Greek goddess of corn, identified in Italy with Ceres.[...] She is, however, certainly the goddess who controls all crops and vegetation, and so the sustainer of life for men and animals. [...] As deities of agriculture and growth, associated with a settled rhythm of life, Demeter and Kore

---

<sup>7</sup> Tradução do autor: Uma antiga divindade ítalo-romana do cultivo (seu nome derivando de ker-‘cultivo’), comumente identificada em ancestralidade com Deméter.

were regarded as important influences in the development of civilization. (HORNBLLOWER; SPAWFORTH; EIDINOW, 2012, p. 430).<sup>8</sup>

Ambas as possibilidades simbólicas deixam clara uma associação à agricultura, lavoura e com plantio. Fatores cruciais para o desenvolvimento civilizacional e que se mantém basilares mesmo numa sociedade cada vez mais urbana. Mas que, como se deve ressaltar, ainda era majoritariamente agroexportadora, e, no caso do Recife, pautava-se no açúcar como produção com poderes estruturantes da sociedade.

Já Minerva é caracterizada por ser “an italian goddess of handicrafts, widely worshipped and regularly identified with Athena” (HORNBLLOWER; SPAWFORTH; EIDINOW, 2012, p. 957)<sup>9</sup>, com essa associação em mente há de se olhar também para os atributos correspondentes a Atena que “it extends beyond the ‘works’ of women to carpentry, metalworking, and technology of every kind” (HORNBLLOWER; SPAWFORTH; EIDINOW, 2012, p. 959).<sup>10</sup>

Ou seja, uma divindade ligada à tecnologia e à técnica, extremamente relevante para uma cidade que estava se integrando aos avanços da sua época nesses aspectos. Um destaque a se fazer é que, das quatro estátuas, esta é a única que advém da Antiguidade propriamente dita. Esta estátua foi encontrada em 1797 por Vincenzo Pacetti nas ruínas de uma vila romana, provavelmente Troncavia ou Corti, próxima à cidade de Velletri, Itália (PELZER e ASHBY, 1913).

Seria uma cópia de uma efígie em bronze que dataria de 430 a.C. e é normalmente atribuída a Crésilas, escultor grego de origem cretense. As outras duas estátuas, enquanto personificações da Justiça e Comércio, apresentam marcas simbólicas que remetem a atributos associados a esses aspectos, respectivamente à espada e ao caduceu. Assim, essas duas duplas de esculturas aludem a importantes aspectos que compõem uma sociedade próspera e ordenada.

### Imagem 5: Ceres

---

<sup>8</sup> Tradução do autor: A deusa grega dos cereais, identificada na Itália com Ceres, [...] ela é, no entanto, certamente a deusa que controla todas os cultivos e vegetações, sendo assim a sustentadora da vida de homens e animais. [...]. Como deidades da agricultura e cultivo, associada com um certo ritmo de vida, Deméter e Kore foram consideradas como importantes influências no desenvolvimento da civilização.

<sup>9</sup> Tradução do autor: Uma deusa italiana do artesanato, amplamente adorada e normalmente identificada com Atena.

<sup>10</sup> Tradução do autor: Estende-se além das "trabalhos" femininos, para carpintaria, metalurgia e tecnologia de todos os tipos.



**Fonte:** Disponível em: <[www.e-monumen.net](http://www.e-monumen.net)>. Acesso em: 3 out. 2019.

**Imagem 6:** Minerva



**Fonte:** Disponível em: <[www.e-monumen.net](http://www.e-monumen.net)>. Acesso em: 3 out. 2019.

**Imagem 7: Comércio**



**Fonte:** Disponível em: <[www.e-monumen.net](http://www.e-monumen.net)>. Acesso em: 3 out. 2019.

**Imagem 8: Justiça**



**Fonte:** Disponível em: <[www.e-monumen.net](http://www.e-monumen.net)>. Acesso em: 3 out. 2019.

O substrato da cultura greco-romana ressignificado que é apontado nesta análise é permeado por essa estrutura homogeneizante da Modernidade. Visto que o anseio era de projetar uma imagem de cidade moderna, foi preciso incorporar os modelos ocidentais das cidades que já estavam devidamente inseridas na ordem da Modernidade. Dessa forma, pode-se ler nas efígies da ponte mais uma idealização contemporânea da Modernidade, influenciada pelas relações dos usos do passado, do que matéria explícita do Mundo Antigo.

Este modelo adotado com o uso das estátuas é primordialmente francês. Bebendo não só das formas adotadas nas reformas haussmanianas, mas também de tradição francesa mais antiga – ao menos desde o começo da Primeira República – do uso de imagens femininas simbolizando aspectos e valores políticos e culturais que se desejavam representar nos monumentos públicos.

Entre os muitos símbolos e alegorias utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o da figura feminina. Da primeira a Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a república (CARVALHO, 2017, p. 79).

As estátuas podem ser tomadas como representações de um aspecto de modernidade, na medida em que, são signos que ocupam a ausência do moderno que se desejava promover, remetendo-se a uma Antiguidade idealizada para validar a construção de uma paisagem urbana digna de um centro moderno.

Construindo imagens concebidas sob a influência da tradição clássica, assim como ressignificando aquelas concebidas neste período, vide o caso da Palas de Velletri, há uma reutilização de um substrato da cultura greco-romana que se apresenta ressignificado na sociedade moderna. Na França da Terceira República a tradição clássica teve influência no que toca a simbologia cívica, a organização do ensino e a política. Tal presença no imaginário republicano parece ter refletido na “arte em série” das fundições levando aos aspectos estéticos das obras de características neoclássicas (SILVA & PINTO, 2017, p. 59).

A simbologia que remete a Antiguidade Clássica entraria nesse jogo para dar bases de legitimidade e sustentação simbólica, pois o ideal seria traçar uma linhagem que remetesse até esses períodos encarados à época como epítomes e/ou momentos fundadores da civilização ocidental

A construção icônica e textual do corpus das antiguidades, tanto clássicas como nacionais, permite às sociedades ocidentais prosseguir seu duplo trabalho original: construção do tempo histórico e de uma imagem de si mesma enriquecida de modo progressivo por dados genealógicos (CHOAY, 2006, p. 206).

Retomando o processo de colocação das estátuas temos que: durante os trabalhos de reformulação da ponte no século XX o poder público lançou mão de um concurso para que fossem elaboradas maquetes de estátuas que deveriam ornar as extremidades da ponte. A ideia inicial, como relatada no Diário de Pernambuco de 5 de junho de 1917, era de que se erigissem estátuas do Conde da Boa Vista, Barão de Lucena, Maurício de Nassau e Marquês de Olinda nas quatro colunas da ponte, que ficariam a cargo do escultor Bibiano Silva. Foram pensadas 3 alternativas (Imagem 9) de modelos para se escolher. Uma delas era de que fossem feitos monumentos que fizessem referência de forma alegórica a grandes acontecimentos da história de Pernambuco.

O talentoso artista pernambucano executou em barro o projecto dos constructores; executou outro com as modificações que julgou necessárias e finalmente fez outro de inspiração sua. [...]

Tivemos ocasião de vel-os. O 1º, conforme o projecto, representa modesta estatua do conde da Boa Vista, sobre pequeno pedestal em que se vê uma águia ferida. Não nos parece de bom gosto o assentamento de estatuas em columnas de postes.

O 2º representa a mesma estatua em posição de mais destaque.

O 3º é o grupo idealizado por Bibiano. O talentoso escultor pretende em cada extremidade da ponte colocar um episodio da historia: a restauração de Pernambuco do domínio hollamndez em 1654 como prodromo de nossa independência; o brado de republica de 1710, no Senado de Olinda, como a tentativa mais pronunciada da independência; a revolução de 1817 como quase afirmação da nossa liberdade e finalmente o grito do Ypiranga como a realização das aspirações dos pernambucanos, nos séculos XVII, XVIII e XIX (Porto do Recife, 1917, p. 3).

Essa alternativa é confirmada por trecho de relatório de construção da ponte:

A primeira idea foi collocar nas entradas da ponte, quatro grupos alegóricos da historia pernambucana, deixando-se as faces da base para medalhões com retratos de homens celebres na vida do Estado, mas já desaparecidos. Com previa auctorização do Excm. snr.dr. Governador, foram ouvidos quatros esculptores, chegando um deles o snr. Bibiano Silva fazer maquetes, que se acham na directoria de Obras, e discripções que se acham na Secretária Geral (OLIVEIRA, 1918, p. 21).

**Imagem 9:** Esboços das estátuas para a ponte Maurício de Nassau



Fonte: (PARA..., 1917, p. 1).

Entretanto, a ideia foi abandonada por conta dos custos, assim, o governador “resolveu por ao lado a ideia de se collocar grupos allegoricos e mandou fossem collocados quattros candelabros, por enquanto, deixando-se para depois a obra de embellezamento” (OLIVEIRA, 1918, p. 21). Mesmo tendo sido pago por seus serviços, já que seus honorários estavam previstos no orçamento final do relatório da construção da ponte, o artista Bibiano nunca logrou pôr suas ideias em prática.

Reafirma essa preocupação acerca dos custos do empreendimento o governador José Rufino, sucessor de Borba, e, no fim, o responsável pela colocação das estátuas na ponte

[...] para dar-vos uma pallida idéa do custo dos serviços feitos por administração do Estado eu reporto-me ao relatório do engenheiro chefe dessa repartição ao Secretario geral, onde se encontra o custo de 6073\$550 para montagem e pedestaes das quattro estatuas colocadas na ponte Mauricio de Nassau. Não ha a quem accusar por tão elevado custo daquele trabalho; é que todo serviço por conta das administrações publicas é fatalmente mais caro, demorado e falho, do que é outra prova o estado em que se encontra o calçamento da mesma ponte (CAVALCANTI, 1921, p. 16).

Esta situação onerosa, todavia, não foi impeditivo para que a colocação das estátuas se realizasse. Imagens não das personagens e figuras históricas da cidade e região, mas sim de símbolos que remetem à construção dos ares de modernidade. O fato de tais esculturas darem forma a deidades ligadas à Antiguidade Clássica não é fator de causar estranheza, mas

pelo contrário, se coaduna com a estética aventada para o tipo de ambiente moderno que se recomendava no período abordado. Ir ao passado, ainda que idealizado, buscando por referências, é manobra usual quando há necessidade de legitimação de determinada prática no presente. Assim, pode-se fazer uma ilação do porquê da preferência por tais efigies na composição da Ponte Maurício de Nassau (Imagem 10). As mulheres que margeiam a ponte são mais que peças de arte, extrapolam seu valor artístico, sendo destacadas pelo seu valor histórico (RIEGL, 2014).

**Imagem 10:** Ponte Maurício de Nassau



**Fonte:** Disponível em:

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2017/06/heranca-holandesa-o-recife-de-mauricio-de-nassau.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

Assim, ao se falar de uma modernidade que cruza a ponte, refere-se a esta tomada do espaço urbano por elementos que se prezam a modernizar a cidade não apenas na perspectiva da mudança de técnicas de construção, mas na reprodução do aparato simbólico modernizante. Estes elementos adicionam novas camadas temporais no conjunto da cidade, e soterram os elementos anteriores — ainda que isso não seja feito de forma total. Encerra-se, assim, a última reforma da ponte Maurício de Nassau. Mas jamais acaba sua influência por sobre a cidade que ela ajuda a ligar.

Há uma velha ponte no Recife que nos fala muito de perto, pelos fundamentos da própria história. [...] a nossa velha ponte Maurício de

Nassau é algo mais profundo e sensível do que a própria argamassa de concreto e ferro que se nos oferece aos olhos a perspectiva material e composição técnica construtiva.

Ela tem seu inconfundível prestígio a projetar-se na vida geral da cidade, através dos séculos, como uma simbiose definida de progresso material e argumentos sociais (GUERRA, 1950, p. 1).

É de ligações que esta ponte é construída, para além do cimento armado que lhe dá sustentação. Ligações físicas, unindo as margens dos bairros centrais da cidade, Santo Antônio e do Recife. Outrossim, liga várias temporalidades cada uma mais ou menos aparente em sua estrutura, mais ou menos soterrada na memória dos usos do centro urbano. No decorrer da sua última reforma, serviu de contato entre um Recife dito de antigamente, com um Recife que se prometia moderno. Continua, ainda hoje, como monumento histórico a aglutinar diferentes signos, vivências e significados, ajudando a construir o espaço ao seu redor e o preenchendo de sentidos.

### **Considerações finais**

Nesse espaço, descreveu-se o processo de modernização de inícios do século XX correlacionando-o a formação de um imaginário cidadão específico. Nessa ligação deixa-se transparecer como a modernidade influi na construção do espaço público da cidade. Este espaço urbano é dotado de significados e símbolos que podem ser ressignificados através das relações sociais ocorridas, sendo que a mudança na estrutura física mutabiliza tais relações. No caso aqui abordado, adotou-se a premissa referente a uma centralidade urbana que diz respeito a como o centro da urbe é cheio de tal poder simbólico e como esta zona central se relaciona com o seu entorno.

Utilizando-se de uma das reformas da ponte Maurício de Nassau, ocorrida em 1917, analisou-se como esta modernidade ganha sentido sob a perspectiva do conceito de usos do passado. Isso posto, a referida ponte e a reformulação de seu conjunto arquitetônico estiveram inseridas num projeto modernizador que ocorreu no nível nacional do território brasileiro durante as primeiras décadas do século XX. Espécie de compra de bilhete para entrar no espetáculo da modernidade ocidental, as reformas urbanas deste período, para além de atingir as demandas econômicas, também atuavam como propulsoras de um ideal cultural propalado na época. Todo um discurso de modernização é usado de base, tanto para dar início às obras quanto para justificá-las após o término. Os aspectos físicos alterados põem esses discursos em prática e desvelam a atuação do poder público de promover essa

urbanização que se alimenta, para se legitimar, de aspectos exógenos a seu território, utilizando-se do modelo estrangeiro como imagem a se emular.

Nessa tentativa de espelhar o modelo de paisagem urbana europeu destacamos um traço específico que é o de buscar o passado para legitimar a construção desse futuro modernizado. Nesse ponto destaca-se que: 1- as características históricas da cidade, acabam sendo abandonadas por serem consideradas arcaicas, ainda mais que se desejava um distanciamento do Império, forma de governo recentemente abolida pela jovem República brasileira; 2- diante da negativa de manutenção dessas características seculares, com intensa presença tanto no plano físico quanto no imaginário citadino, foi necessária uma substituição por elementos aceitáveis dentro dos padrões estéticos, sanitários, econômicos e culturais que se apresentavam.

Uma das saídas encontradas para essa reformulação do centro do Recife foi o uso do estilo neoclássico. Já presente na cidade desde meados do século XIX, os elementos dessa arquitetura historicista continuaram a marcar presença na parte central da urbe. Ao ajudar a dar forma ao cenário que se construía o neoclássico era instrumentalizado duplamente. Primeiramente por servir de espelho aos ornamentos utilizados pelos europeus em suas cidades já modernizadas. E, numa segunda camada, a sua escolha entrega uma interpretação hodierna de imagens da Antiguidade, que como relatamos advém de um longo processo histórico, para justificar seu uso na lógica da cidade moderna do século XIX e XX.

As estátuas que hoje estão presentes na ponte – substituindo seculares monumentos ligados a acontecimentos regionais – traçaram seu próprio percurso e são testemunhas do período em que o Recife tentou adentrar na *belle époque*. Dessa maneira, a ponte Maurício de Nassau serve não só como uma conexão entre bairros, mas também uma tentativa de unir a cidade recifense, que passava por transformações sociais, a uma lógica modernizante. Uma ponte que permitiu a cidade tentar traçar seu caminho para a modernidade, carregando uma simbologia que dialogava com esse projeto, adequando-se ao novo cenário que se construía.

#### Referências bibliográficas:

- BARRADAS, S. **A produção de mobiliário urbano de fundição**. Tesis presentada para obtención del grado de doctor. Universitat de Barcelona. Barcelona. 2015.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAIRUS, H. O lugar dos clássicos hoje: o supercânone e seus desdobramentos no Brasil. In: THAMOS, B. V. G. V. E. M. **Permanência Clássica: visões contemporâneas da antiguidade greco-romana**. São Paulo: Escrituras, 2011.

- CARVALHO, J. M. **Formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CARVALHO, M. R. **Recife (1890-1930), La transposición de una Estética Moderna**. Tese doutoral. Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona. 1999.
- CAVALCANTI, J. R. B. **Mensagem do Governador do Estado a Assembleia**. Recife. 1921.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed.UNESP, 2006.
- CONTRERAS, M. S. Los catálogos de piezas constructivas y ornamentales en arquitectura: artefactos modernos del siglo XIX y patrimonio del siglo XXI. **Anales del Instituto de investigaciones estéticas**, Cidade do México, v. XXXII, n. 97, p. 71 - 100, Setembro 2010.
- COSTA, F. A. P. D. Os Arcos da ponte do Recife. **Almanach de Pernambuco**, Recife, n. 5, p. 17-22, 1903.
- FRANCA, R. **Monumentos do Recife: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- FRANCISCO, G. D. S. **Breve introdução à arquitetura clássica em São Paulo**. São paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- FREYRE, G. **Tempo de aprendiz: Artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade ( 1918 - 1926)**. 2 ed. ed. São Paulo: Global, 2016.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed.UNESP, 1991.
- GUERRA, F. Recordações de Uma Velha Ponte. **Diário de Pernamnbuco**, Recife, 22 outubro 1950. 1 e 8.
- HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A.; EIDINOW, E. **The Oxford Classical Dictionary**. Fourth Edition. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- JUNQUEIRA, E. **Arte francesa do ferro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2005.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LONGONI, J.; SARUTTI, J. L.; GOTELLI, R. **Restauracion y puesta em valor de esculturas metálicas**. I Jornada de Técnicas de Reparación y Conservación del Patrimonio. La Plata: [s.n.]. 2002.
- LUBAMBO, C. W. **O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- LUZ, J. K. F. D. **A face popular da arquitetura historicista: O ecletismo vernáculo no Centro do**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 197. 2018.
- MONTENEGRO, G. N. **Uma cidade para pessoas: funcionalidade, racionalidade e emotividade nas relações mobiliário urbano, espaço público e cidadãos**. Tese

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2014.

OLIVEIRA, J. A. D. **Relatório da ponte Sete de Setembro, apresentado ao Dr. Secretario Geral pelo Director da Obras Publicas.** Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Secretaria Geral 371. 31 de janeiro, 1918.

PARA a ponte Sete de Setembro. **DIARIO DE PERNAMBUCO**, Recife, 6 junho 1917. 1.

PEIXOTO, P. T. Os jardins do Palácio de Cristal e as Fontes D'art. **Revista Arquitectura Lusíada**, n. 4, p. 105 - 112, 1º semestre de 2012.

PELZER, A.; ASHBY, T. Roman Remains in the Town and Territory of Velletri. **American Journal of Archaeology**, v. 17, n. No. 3, p. 399 - 428, Jul - Sep 1913.

PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan/jun 2008.

PINTO, R. **Duas Rainhas, um Príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana.** Tese de Doutorado em História. Unicamp. Campinas. 2011.

PORTO do Recife. **DIARIO DE PERNAMBUCO**, Recife, 5 junho 1917. 3.

REYNALDO, A. **As Catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife.** Recife: Cepe, 2017.

SANTOS, C. A. Á. Influências francesas na organização dos espaços verde de Pelotas e nos edifícios da cidade: 1870 - 1931. **JURIS**, Rio Grande, p. 153 -173, 2012.

SILVA, G. J. D. **História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações a Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1945).** São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, R. A.; PINTO, R. Usos do Passado e estatutário nas reformas urbanas em Recife no início do século XX. **CADERNOS DO LEPAARQ (UFPEL)**, Pelotas, v. 14, n. 27, p. 53 - 70, 2017.

TEIXEIRA, F. W. **As cidades enquanto palco da modernidade O Recife de princípios do século.** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1994.

TORINO, I. H. D. C. **Mercúrio na torre do mercado: percurso e significado de um símbolo grego na memória e no patrimônio cultural.** Pelotas: Ed. UFPel, 2017.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

# Obras públicas, planos urbanísticos e transformação do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948-1975)

Public works, urban plans and transformation of the urban space: the case of Rio de Janeiro (1948-1975)

**Pedro Sousa da Silva**

Doutorando em História  
Universidade Federal Fluminense  
pedrosousadasilva13@gmail.com

**Recebido em:** 11/03/2020

**Aprovado em:** 12/04/2020

**Resumo:** Este artigo pretende abordar a elaboração de planos diretores e a execução das principais obras públicas na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1970. A partir de fontes pouco trabalhadas anteriormente, examinaremos os planos rodoviários do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, de 1948, e as primeiras tentativas para concretizá-los através da formação da SURSAN em 1957. Entendendo-se o Estado como relação de forças, pretende-se observar como interesses privados – de empresas e associações da construção civil – se relacionavam com as obras realizadas por diferentes governos. Por último, após a formação da cidade-estado da Guanabara analisaremos as obras realizadas pelos seus primeiros governadores e o surgimento do plano viário das Linhas Policrômicas.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; planejamento urbano; obras.

**Abstract:** This article intends to broach the elaboration of master plans and the execution of the main public works in the city of Rio de Janeiro between the 1950's and 1970's. Based on sources little used beforehand, we will examine the road plans of the City Planning Department of 1948, and the first attempts to materialize them through the formation of SURSAN in 1957. As the State is comprehended as a relation of forces, it is intended to observe how private interests - of companies and associations of civil construction – were related to the works carried out by different governments. Finally, after the formation of the city-state of Guanabara, we will analyze the works carried out by its first governors and the appearance of the road plan Linhas Policrômicas.

**Key-words:** Rio de Janeiro; urban planning; Works.

## Introdução

Milton Santos (1993) aponta que, nos últimos dois terços do século XX, ocorreu a generalização da urbanização na sociedade brasileira. Segundo o geógrafo, tal processo apresentou números espetaculares como a expansão da população vivendo em cidades que nos vinte anos

seguintes a 1960 aumentou em cinquenta milhões, um número quase igual à população total do país em 1950. As escolhas políticas que moldaram este acelerado processo de urbanização não deixaram de ser notadas por especialistas das mais diferentes áreas de pesquisa, como demonstra o trabalho do economista Paul Singer (1975) que destacava, na década de 1970, que a produção nacional de automóveis alcançava a marca de 1 milhão de unidades por ano, enquanto não havia sequer uma linha completa de metrô em funcionamento nas maiores cidades do Brasil .

Este fenômeno também afetou a então capital do país – na segunda metade da década de 1940 o Rio de Janeiro ultrapassou a marca de 2 milhões de habitantes e ganhou mais 500 mil até os primórdios dos anos 1950. Após a transferência do Distrito Federal para Brasília, e a transformação da antiga capital em estado da Guanabara, em 1960, a cidade já contava com mais de 3 milhões de moradores (ABREU, 2013, p. 109). A migração inter-regional era uma das principais fontes de crescimento como demonstra o fato de que, na década de cinquenta, 714 mil dos moradores da cidade serem naturais de outros territórios do país (LESSA, 2001, p. 238). Mesmo após a mudança da capital, as sedes de estatais e entidades nacionais continuavam em terras cariocas, fenômeno que levou alguns estudos a classificarem que a transferência da capital só ocorreu de fato no final dos anos 1960 (OSÓRIO, 2005, p. 205).

A histórica diferenciação espacial entre as zonas Norte e Sul foi fortalecida neste período através da ação conjunta entre incorporadores imobiliários e diferentes governos municipais. Durante as décadas de 1950 e 1960 uma intensa campanha em jornais e revistas vendia continuamente empreendimentos imobiliários em Copacabana e Ipanema associando estas localidades com a modernidade e um estilo de vida luxuoso (O'DONNEL, 2013, P.185). Tal imagem também foi reforçada pela ação do poder público que, desprezando estudos de zoneamento, liberou o gabarito dos edifícios, proporcionando uma intensa verticalização das construções (SZILARD, REIS, 1950) concentrou a oferta de obras viárias e outros serviços públicos nesta região, realizando uma política urbana alinhada com os interesses da especulação imobiliária<sup>1</sup>.

Ao fim da década de 1950, a representação simbólica da “Zona Sul” como um local caracterizado por modos de vida diferenciados estava consolidada, assim como o peculiar conceito carioca de subúrbio (FERNANDES, 2011, p. 150). Esta segregação espacial foi rompida pela grande proliferação de favelas nas encostas de morros da Zona Sul. Em nosso período de estudo,

---

<sup>1</sup> Segundo dados recolhidos por Mauro Kleiman entre 1938 e 1965 a Zona Sul e o Centro concentraram 62% de todo o investimento em obras viárias da Prefeitura. (KLEIMAN, 2001, P. 1608)

estes locais de moradia populares apresentaram um grande crescimento devido a diversos fatores como a precariedade dos transportes públicos e a consequente necessidade de residir próximo das novas fontes de emprego (ABREU, 2013, p. 107). O crescimento das favelas na Zona Sul e a proliferação de diversas formas de autoconstrução ilegais pela periferia da cidade não eram uma contradição com o modelo de acumulação capitalista desenvolvido no país. Como demonstra Francisco de Oliveira, o predomínio de moradias autoconstruídas em áreas populares, – fruto da ação dos próprios trabalhadores na construção suas residências, utilizando dias de folga – expulsava os gastos com habitação dos custos de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

O crescimento da malha urbana, associada ao adensamento populacional em pequenas faixas do território, colocava na ordem do dia os problemas de circulação viária que afetavam todas as zonas da cidade. as soluções para a circulação viária abarcavam uma série de propostas que a Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura gestava desde o início da década de 1940.

Neste trabalho não examinaremos o profícuo debate sobre a circulação das ideias urbanísticas no Brasil dos anos 1950 e 1960 (FELDMAN, 2014, p. 20). Consideraremos como planos urbanísticos o conjunto de planos viários realizados por técnicos das administrações da cidade do Rio de Janeiro – como os planos do DUR e as Linhas Policrômicas do Departamento de Estradas de Rodagem – ou encomendados a técnicos de fora da administração pública como são os casos do Plano Lúcio Costa e Doxiadis, nos anos 1960. As obras públicas aqui presentes foram as principais intervenções urbanísticas realizadas por diferentes governos do Rio de Janeiro no qual ganham destaque o programa de realizações da SURSAN e as obras dos governos Lacerda e Negrão de Lima. Seguindo a metodologia das principais produções historiográficas sobre o tema, a seleção do conjunto de obras levou em conta o vulto dos empreendimentos e seus impactos na estrutura viária da cidade (KLEIMAN, 1994a, p. 26).

Nas próximas páginas serão apresentados os principais pontos do sistema de circulação viário proposto pelo Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal – DUR – no final da década de 1940. Em seguida, veremos como o governo do prefeito Negrão de Lima (1956-1958) escapou das limitações fiscais para tirar do papel algumas das propostas do plano diretor do DUR com a formação da Superintendência de Urbanização e Saneamento. Compreendendo que as políticas públicas não se formam em um mundo aparte dos interesses da sociedade, nossa análise mapeará a estruturação das principais entidades do setor da construção pesada carioca no final dos anos 1950 e sua relação com os mandatários da municipalidade.

Por fim, a grande reforma urbana da Guanabara promovida pelos dois primeiros governadores da cidade após a transferência do Distrito Federal para Brasília será examinada juntamente com a formação de um novo plano de circulação rodoviária: o Plano das Linhas Policrômicas.

### **O Plano-diretor do DUR**

A queda da ditadura do Estado Novo não significou a dissolução de todos órgãos e agências montados ao longo da ditadura varguista. No curto mandato de José Linhares, um decreto presidencial de dezembro de 1945 transformou a Comissão do Plano da Cidade no Departamento de Urbanismo (DUR) da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal (FARIA, 2013, p.160). Além de dar continuidade aos projetos de intervenção urbana elaborados no Estado Novo, o DUR também preservou grande parte de sua direção estado-novista; e entre 1945 e 1958 o Departamento foi dirigido de forma intercalada por José de Oliveira Reis e Affonso Eduardo Reidy, antigos membros da Comissão do Plano da Cidade (ALVES; REZENDE, 2016).

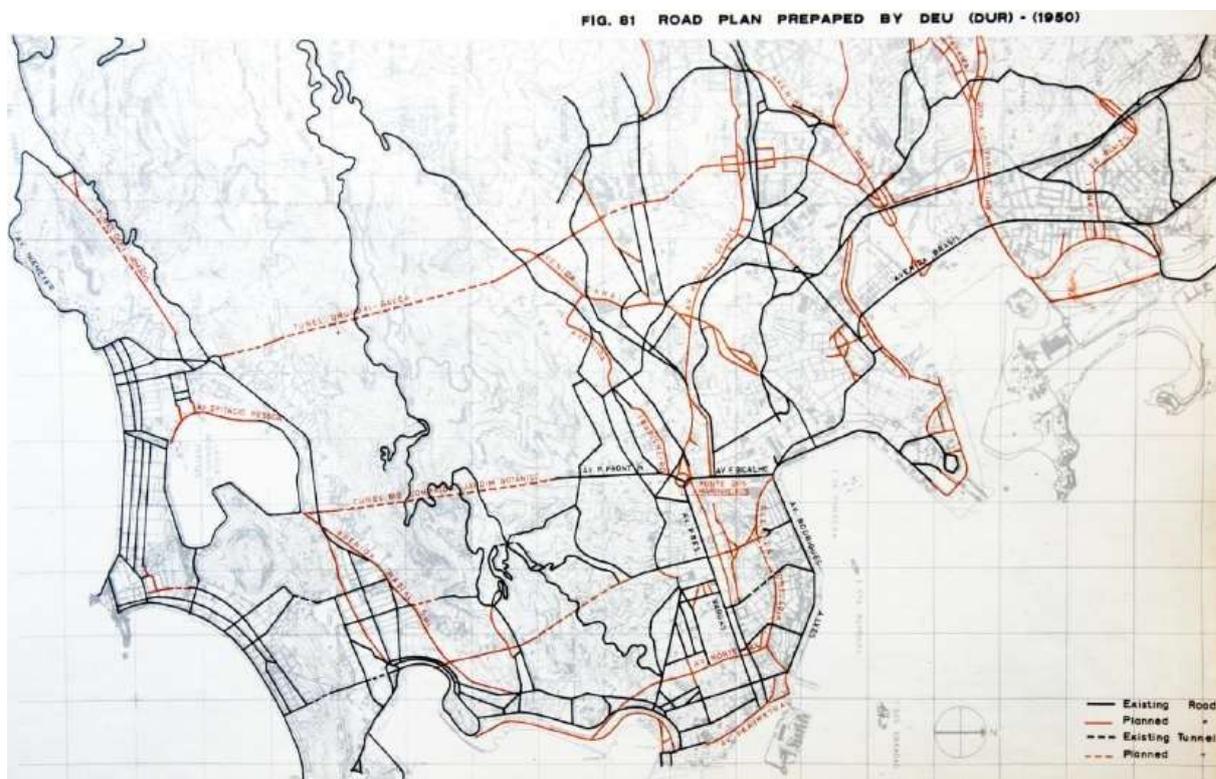
A proposta de plano-diretor do DUR foi apresentada em 1948 durante a gestão do General Mendes de Moraes na Prefeitura. Seus principais elaboradores eram os engenheiros Waldemar Mendonça, José de Oliveira Reis, Carlos Schwerin e Icarahy da Silveira, todos com larga trajetória na direção de instâncias da Secretaria de Obras e filiados ao Clube de Engenharia (REVISTA..., 1943). Em suas justificativas, os idealizadores do plano faziam questão de ligá-lo aos projetos realizados no decênio anterior:

A exposição feita tem o objetivo de esclarecer algumas dúvidas sobre o Plano Diretor do Distrito Federal, levantadas sobretudo pelo desconhecimento do trabalho realizado nestes últimos dez anos. É comum dizer que as administrações não têm um plano que orientem as obras executadas. De um modo geral, os melhoramentos realizados obedeceram a um Plano de Obras baseado no Plano Diretor. Tais obras, como quanto ainda não completas e, portanto, sem poder apresentar os reais benefícios de suas respectivas finalidades são pelo vulto e importância as seguintes: Presidente Vargas, Duplicação do Túnel do Leme, Avenida Brasil, urbanização da Esplanada do Castelo (com abertura das avenidas Perimetral, Marechal Câmara, Erasmo Braga, Antônio Carlos e Nilo Peçanha), Avenida Tijuca, alargamento da Rua 13 de Maio, Largo da Carioca, Passeio Público e várias outras (PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1948).

O ponto central das propostas é a formulação de um novo sistema de vias arteriais que deveriam complementar as obras realizadas durante o Estado Novo com a construção de um conjunto de avenidas. As propostas pretendiam preparar a cidade para uma circulação rodoviária

baseada em automóveis através da melhoria da circulação viária no Centro e na construção de vias de comunicação com a Zona Sul como pode ser observado na imagem abaixo:

**Imagem 1:** Proposta de novas vias do Plano Diretor do DUR



**Fonte:** OAKIM, 2012, p. 100

A obra fundamental para a urbanização da área central seria o desmonte do Morro de Santo Antônio, que não foi realizada durante o Estado Novo por conta da dificuldade na importação de maquinário (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 40). Da área central também partiria um conjunto de avenidas radiais e perimetrais que constituíam a base do novo sistema de circulação viária. O sistema de radiais para Zona Norte seria formado por duas vias já existentes: as avenidas Brasil e Presidente Vargas, uma via de ligação entre a Esplanada do Castelo e as áreas surgidas do desmonte do Morro de Santo Antônio, a Radial Almirante Barroso-Senado, e duas vias inteiramente novas as avenidas Radial Oeste e Radial Praça XV-Tijuca.

A Radial Oeste seria construída como uma continuação natural da Av. Presidente Vargas, depois da Praça da Bandeira, em direção aos subúrbios da Central. Via de penetração do Distrito Federal, no sentido noroeste, a nova avenida atravessaria os bairros do subúrbio margeados pela Estrada de Ferro Central do Brasil até alcançar Madureira. O DUR recomendava sua imediata execução em concomitância às obras do novo Estádio Municipal, construído no terreno do antigo

Derby Club para a Copa de 1950. A outra Radial construiria uma ligação direta entre o Centro e a região da Tijuca; partindo da estação das barcas, a via seguiria pela Rua Erasmo Braga, Rua São José, Largo da Carioca e seguiria pelo alargamento da Rua da Carioca. Um segundo trecho da radial passaria pela Praça Tiradentes, alargamento da Visconde do Rio Branco e seguiria pelo alargamento da Rua Frei Caneca até a altura onde seria projetada uma nova via com 36 metros de largura que completaria a ligação até a Praça Saens Peña.

Em direção à Zona Sul, o plano previa a construção da Avenida Radial Sul com início na Av. Augusto Severo, na Glória, a nova radial seguiria pelo bairro do Catete e pelas margens dos morros de Botafogo. A Radial Sul terminaria nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, ponto no qual, através da junção com a Av. Epitácio Pessoa, a via se tornaria ponto de partida para futuras ligações com as áreas da Gávea e Barra da Tijuca.

As perimetrais seriam formadas por dois grandes grupos: as avenidas perimetrais interiores e litorâneas. O sistema de vias litorâneas seria formado com a construção da Avenida Perimetral que ligaria a Av. Rodrigues Alves e a Avenida Beira-Mar passando pelo Aeroporto Santos Dumont, Castelo, Praça 15 de Novembro, Avenida Presidente Vargas e Arsenal da Marinha, Morro de São Bento e terminando na Praça Mauá.

O sistema de perimetrais interiores tinha o objetivo principal de ligar a Zona Sul à Zona Norte sem a necessidade de passar pelo centro histórico da cidade. A primeira proposta deste tipo de via era a construção da ligação entre a Avenida Marques de Sapucaí e a Rua Pinheiro Machado, no bairro das Laranjeiras. Esta via cruzaria as linhas férreas e a Presidente Vargas, através da construção de um viaduto, seguiria pela Avenida Marques de Sapucaí, alargada para 40 metros, até a Rua dos Coqueiros onde um túnel de 1200 metros perfuraria o Morro Nova Cintra saindo na Rua Pinheiro Machado, na Zona Sul. Uma segunda proposta deste tipo de perimetral era a ligação Rio Comprido-Botafogo, partindo da Avenida Paulo de Frontin, a via prosseguiria até atingir o maciço de Santa Teresa, por onde seguiria, através de um túnel de 700 metros com saída na rua Cosme Velho. Passando por cima desta rua, a via atingiria o bairro de Laranjeiras de onde, por um novo túnel de 550 metros, alcançaria a Av. Radial Sul. Por fim, o DUR propôs uma terceira perimetral que ligaria o Jardim Botânico e a Avenida Suburbana. O trajeto desta via partiria do alargamento da Rua Lopes Quintas, no Jardim Botânico, atravessaria o maciço da Serra da Carioca, em um túnel de 3 quilômetros com fim na Rua Uruguai. Em caminho alargado, a via seguiria pela Rua Barão de São Francisco até encontrar a Serra do Engenho novo onde seria necessário a construção de um novo túnel com saída na Rua Filgueiras Lima, no Riachuelo, passando por

viaduto pela Radial Oeste e pela Linha da Central do Brasil a perimetral seguiria pelas ruas Flack e Bráulio Cordeiro por onde seguiria até seu final no encontro com a Avenida Suburbana.

Entregue ao Prefeito Mendes de Moraes, em 1948, os projetos do Plano do DUR pouco avançaram durante o tempo do general à frente da municipalidade. O único projeto a contar com licitações para o início das obras foi a Perimetral Marquês de Sapucaí – Pinheiro Machado, renomeada para Túnel Catumbi – Laranjeiras. Apesar do início das obras, a instalação e o preparo das bocas do túnel demoraram devido aos custos com as desapropriações, que retardou o andamento de modo que os trabalhos apresentavam pouco progresso ao término do Governo Mendes de Moraes (REIS, 1997, P.80). O ritmo lento em que prosseguiram as obras indicadas pelo Plano Diretor também tem ligação com os trabalhos de fiscalização e planejamento da construção do Estádio do Maracanã que consumia grande parte dos esforços da Secretaria de Viação e Obras.

Contudo, os trabalhos de construção rodoviária receberam um grande incentivo neste mesmo ano quando, através da Lei Municipal nº 305 de 20 de setembro de 1948, foi criado o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal no âmbito da Secretaria Geral de Viação e Obras. A criação do DER tem grande importância, pois o Rio de Janeiro passou a receber cotas do Fundo Rodoviário Nacional (FRN), uma das maiores fontes para a expansão da rede rodoviária do país e grande fomento para a atuação das empreiteiras nacionais na década de 1950 (PAULA, 2000, p.41). Por conta das exigências técnicas para repasse das verbas – as estradas deveriam ser feitas com substrato de concreto armado e não ter bloqueios – as dotações do Fundo Rodoviário não puderam ser aplicadas na maioria das vias urbanas (PEREZ, 2007, p.230). Apesar destas adversidades, uma série de artérias destinadas aos limites da cidade receberam dotações do FRN e tiveram seus trabalhos acelerados no fim da década de 1940. Exemplos disso foram as obras da Estrada entre Grajaú e Jacarepaguá, com obras iniciadas durante a gestão de Henrique Dodsworth e paralisadas desde o fim do Estado Novo, e a construção da Avenidas das Bandeiras e a duplicação da Avenida Brasil.

### **O Plano de obras da SURSAN**

O grande incentivo para a realização das obras de infraestrutura na cidade veio após Juscelino Kubistchek nomear Francisco Negrão de Lima para o cargo de Prefeito do Distrito Federal em março de 1956. Nascido em Minas Gerais, Negrão de Lima fez parte da geração política ascendente após a Revolução de 1930. Sua trajetória é marcada por um bom trânsito entre entidades da sociedade civil e, principalmente, em órgãos do aparelho de Estado. Entre 1932 e 1936 Negrão

de Lima foi secretário da Federação das Indústrias do Distrito Federal. Em 1933 foi eleito por Minas Gerais para a Assembleia Constituinte. Poucos anos depois, Negrão de Lima tem destacada participação na articulação do golpe que implantou a ditadura do Estado Novo em 1937, regime no qual foi nomeado Embaixador (DEMIER, 2013, p. 160). Após o fim do Estado Novo, Negrão de Lima ingressou no Partido Social Democrático, PSD, e teve passagens como Secretário na gestão de Mendes de Moraes e se tornou Procurador do Tribunal de Contas do Distrito Federal (MALIN, 2014, p. 675). Suas passagens pelo governo do Rio de Janeiro, como Prefeito nomeado por Kubistchek e Governador da Guanabara, foram marcadas pela execução de um grande programa de obras públicas em consonância com as pautas do mercado imobiliário e das empreiteiras. Suas ligações com estas frações de classe também foram expostas após sua saída do governo da Guanabara quando exerceu o cargo de conselheiro do Banco Safra e foi presidente da Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro, empresa privada dedicada à avaliação de imóveis (MALIN, 2014, p. 679).

Contado com apenas 10% da receita municipal disponível para o pagamento de dívidas com empreiteiros e outros fornecedores da municipalidade, Francisco Negrão de Lima buscou uma fórmula para promover um programa de obras públicas do Distrito Federal, esta solução surgiu com o Fundo Especial de Obras Públicas, o qual seria formado através do aumento em 10% dos impostos sobre vendas e consignações, territorial, indústrias e profissões e transmissão de propriedades por um prazo de dez anos.

Para justificar tal quantia o Prefeito lembrava que com o aumento constante do tráfego de automóveis, se aproximava “a exaustão do sistema de circulação viária então existente”, e que a única saída para melhorar a circulação na cidade do Rio de Janeiro seria a execução do novo sistema de artérias previsto no Plano Diretor e a construção do metrô. Contudo, como lembrava o Prefeito, só as obras viárias “as principais obras de viação, isto é, vias arteriais das zonas Norte e Sul da cidade, com suas avenidas radiais e perimetrais, previstas no Plano Diretor, tem um custo aproximado de vinte bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros” (PLANO DE REALIZAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1957, p. 6). A inexecuibilidade do total das propostas levava o mandatário da municipalidade a escolher um conjunto de obras a ser tocado em médio prazo:

Sendo impossível, no momento, o cumprimento total do Plano Diretor, precisamos, ao menos, dotar a o Rio de Janeiro de algumas avenidas que atalhem a crise maior que se aproxima, assim como de alguns serviços mais que resolvam

outros problemas inadiáveis PLANO DE REALIZAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1957, p. 7).

Além dos projetos descritos no Sistema de Vias Arteriais do Plano Diretor, a proposta de Negrão de Lima incluía o desmonte do Morro de Santo Antônio, a construção de três túneis no bairro de Copacabana e o saneamento e urbanização da zona suburbana do Distrito Federal:

- a) Avenida Beira-Mar;
- b) Avenida Norte-Sul;
- c) Avenida Perimetral;
- d) Avenida Presidente Vargas;
- e) Avenida Radial Oeste;
- f) Avenida Radial Sul;
- g) Desmonte do Morro de Santo Antônio e consequente aterro da orla marítima do Flamengo e Glória;
- h) Ligação Cais do Porto-Copacabana, através do túnel Catumbi-Laranjeiras (inclusive com sua terminação);
- i) Saneamento e urbanização da zona suburbana do Distrito Federal e obras complementares, inclusive redes de abastecimento de água e de esgoto sanitário, referente a: Avenidas-Canais Rio Faria, Rio Jacaré, Rio Joana, Rio Maracanã, Rio das Pedras, Rio Ramos, Rio Timbó e Rio Trapicheiro; Canais de Lucas e do Manguê; Rio Acari, dos Cachorros, Dom Carlos, Faleiro, Irajá, Méier, Nunes, Piraquara e Tingüi;
- j) Túnel General Glicério-Avenida Radial Sul;
- k) Túneis locais de Copacabana (Barata Ribeiro-Raul Pompéia, Toneleiros-Pompeu Loureiro e Sá Ferreira-Nascimento Silva) (COLEÇÃO..., 1958, p. 20).

Para administrar as verbas e o conjunto de obras proposto, o Governo propôs a criação de um novo órgão: a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), que absorveu os departamentos de Águas, Esgoto e Urbanismo. Ainda que formalmente subordinada à Secretaria Geral de Viação e Obras, a SURSAN funcionava como um órgão autônomo por conta de sua dotação orçamentária exclusiva (COLEÇÃO, 1958, p. 23). A oposição de grande parte da Câmara Municipal ao aumento dos impostos levou a uma alteração na origem das verbas para a SURSAN que passam a ser compostas por 10% do valor arrecadado com os impostos sobre vendas e consignações, territorial, predial, indústria e profissões e transmissão de propriedade (PEREZ, 2007, p. 94). Para assegurar arrecadação combatendo a sonegação fiscal o Governo Negrão de

Lima criou uma eficaz campanha nomeada “seu talão vale um milhão” (OSÓRIO, 2005, p. 181). Além disso, os trabalhos realizados pela SURSAN não precisavam ser previamente aprovados pelo Tribunal de Contas o que levou a nova superintendência a realizar um volume de obras muito superior ao executado pela Secretaria de Viação e Obras (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Com a nova fonte de financiamento as obras do Túnel Catumbi – Laranjeiras, da Av. Perimetral, o desmonte do Morro de Santo Antônio e a construção das pistas no Aterro do Flamengo foram retomadas. Negrão de Lima também foi responsável pela construção de uma série de viadutos como o de Madureira, que recebeu seu nome, o de ligação entre a Av. Brasil e a Ilha do Governador e a conclusão do Viaduto Ana Nery em Benfica (REIS, 1977, p.145). Negrão de Lima deixou a Prefeitura do Distrito Federal em 1958 para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores de JK; em seu lugar, foi nomeado Prefeito o Secretário de Administração José Sá Freire Alvim. O novo governo deu continuidade ao intenso programa de obras capitaneado pela SURSAN e em sua gestão foram concluídos o Aterro do Flamengo, a Avenida Perimetral – trecho até o Arsenal da Marinha –, o túnel de Copacabana entre as ruas Barata Ribeiro e Raul Pompéia, Avenida Chile e a Avenida Borges de Medeiros na Lagoa (ABREU, 2013, p. 132). A implementação do ambicioso programa de obras da Prefeitura também era reflexo do intenso movimento de organização dos construtores cariocas na década de 1950.

### **As formas organizativas da construção civil carioca na década de 1950**

Antonio Gramsci (2016) aponta como uma das maiores peculiaridades das sociedades de capitalismo avançado, frente aos diversos tipos de formações sociais pretéritas, a grande profusão de múltiplas entidades políticas, culturais ou corporativas que organizavam vontades coletivas e visões de mundo dos diversos segmentos sociais. Para comparar o descompasso entre o desenvolvimento da sociedade civil deste tipo de sociedade com as formações sociais anteriores, o marxista sardo utilizou a metáfora geográfica sobre ocidente/oriente<sup>2</sup>.

Ao contrário do “Oriente”, nas sociedades “Ocidentais” a burguesia não deveria ser somente dominante, mas também dirigente. Por conta disso, em tais sociedades impera uma complexa sociedade civil na qual as frações de classe se organizam em uma rede de entidades de associação voluntária, os Aparelhos Privados de Hegemonia, a fim de que seus interesses

---

<sup>2</sup> No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 2006, p. 266)

particulares sejam reproduzidos no aparelho de Estado como interesses da coletividade, ou seja, se tornem projetos hegemônicos (FONTES, 2005, p. 201). Ainda que o processo de ocidentalização da sociedade brasileira se torne pleno no último quarto do século XX, diversos trabalhos têm mostrado a organização de interesses e o surgimento Aparelhos Privados de Hegemonia desde o final do século XIX (MENDONÇA, 1997). As grandes iniciativas políticas do Governo Juscelino Kubistchek, como o Plano de Metas e a construção de Brasília, além de alavancar um mercado nacional para as empreiteiras paulistas, mineiras e cariocas, também foram decisivas para aproximar estes grupos de empresários e gerar os primeiros Aparelhos Privados de Hegemonia do setor em âmbito nacional como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, surgida em 1957, e o Sindicato Nacional da Construção Pesada, fundado em 1959, ambos sediados no Rio de Janeiro (CAMPOS, 2014, p. 174).

Durante todo o governo de Juscelino Kubitschek o PSD carioca ocupou o Ministério da Viação e Obras Públicas, fato que reforçou os laços entre as empreiteiras do Rio de Janeiro e o PTB e PSD locais. Por conta disso, empresas como a L. Quattroni, Sociedade Brasileira de Urbanismo e Genésio Gouvêa desfrutaram de grande prestígio durante as gestões ministeriais de Lúcio Meira e Ernani do Amaral Peixoto (CAMARGOS, 1993, p.92). A força do setor da construção civil também se expressava em âmbito local através de privilégios como a isenção do pagamento do imposto sobre vendas e consignações para os materiais empregados por empreiteiros e construtores, política que foi ratificada nas reformas tributárias dos prefeitos Alim Pedro e Negrão de Lima (PEREZ, 2007, p. 91).

Durante a década de 1950 a construção civil carioca se organizava em uma miríade de aparelhos privados de hegemonia. A primeira entidade a congregar os interesses dos construtores no Rio de Janeiro foi o Clube de Engenharia fundado por engenheiros e empresários, em dezembro de 1880, reunidos por iniciativa do comendador Conrado Jacob Niemeyer (CURY, 2003, p. 78). Entretanto, o Clube não foi a primeira entidade, no âmbito da sociedade civil, a reunir os engenheiros do Rio de Janeiro, sendo precedido pelo Instituto Politécnico Brasileiro fundado em 1862. Comparado ao seu antecessor, o Clube de Engenharia se diferiu por conta de seu caráter não delimitado à academia e pela composição profissional de seus associados que, ao contrário do Instituto, não se restringia ao campo da engenharia. A presença entre seus membros de comerciantes, industriais e, principalmente, proprietários de firma da construção civil revelava o caráter classista que a entidade carregava desde a sua fundação.

A busca por soluções para os problemas do espaço urbano carioca esteve presente desde os primeiros tempos da entidade; continuamente o Clube de Engenharia realizava estudos e emitia pareceres sobre planos de saneamento e transporte na cidade do Rio de Janeiro (HONORATO, 1996, p. 44). Para além de um mero interesse técnico, tais discussões expressavam uma articulação de interesses na medida em que muitos de seus associados atuavam no setor de obras públicas e assumiram posições no aparelho de Estado como ministros do Poder Executivo ou na Prefeitura do Distrito Federal (RODRIGUES, 2017, p. 161). A agressiva política de expansão rodoviária implementada no final dos anos 1940 e na década seguinte tem origem na reorganização do DNER e criação do Fundo Rodoviário Nacional, criados quando Maurício Joppert Silva, Vice-Presidente do Clube de Engenharia, foi Ministro da Viação e Obras Públicas (HONORATO, 1996, p. 86).

Na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, vários associados da entidade ocupavam cargos de destaque, além de quatro prefeitos formalmente filiados ao Clube de Engenharia: Hildebrando de Góis, João Carlos Vital, Alim Pedro e Francisco Sá Lesa. A maioria dos secretários de viação e obras também era sócio ativo da entidade como João Gualberto Marques Porto, Secretário na gestão de Mendes de Moraes, organizador do DER carioca e, anteriormente, Edison Junqueira Passos, Presidente do Clube entre 1943 e 1954, Secretário de Viação e Obras entre 1937 e 1945, responsável por fomentar os estudos que resultaram no Plano Diretor do DUR. Durante o mandato do Prefeito Francisco Sá Lessa, 1955-1956, a entidade foi formalmente consultada sobre os planos de construção do metrô na cidade (REIS, 1977, p. 143).

Do interior do Clube de Engenharia também surgiu a primeira tentativa de formar uma entidade nacional da construção pesada: a Associação Brasileira dos Empreiteiros de Obras Públicas (ABEOP) de 1953. A iniciativa para criação da nova entidade partiu do grupo de empreiteiras mais tradicionais da cidade e foi capitaneado por Antonio Manuel de Siqueira Cavalcanti, proprietário da Sociedade Brasileira de Urbanismo empresa próxima às lideranças varguistas, responsável por uma série de grandes empreendimentos na cidade como a construção das avenidas Brasil e Edison Passos, Alto Corcovado e o Jardim de Alá (SILVA, 2017, p. 231). A entidade também permitia a entrada de empresas de origem estrangeira em seus quadros, como a alemã Companhia Construtora Nacional e a dinamarquesa Christiani-Nielsen, traço que a diferenciava das iniciativas posteriores para organização do setor (CAMPOS, 2014, p. 180). Desde o seu surgimento, a ABEOP demonstrava sua proximidade com o Clube de Engenharia e a Prefeitura do Distrito Federal, os trabalhos da primeira reunião da entidade foram abertos pelo discurso de Edison Passos, Presidente do Clube de Engenharia, e sua ata de fundação foi publicada pela Revista

Municipal de Engenharia, órgão oficial da Secretaria de Obras e do DER-RJ (REVISTA..., 1953, p. 140). A intervenção da ABEOP junto aos órgãos da municipalidade tinha ligação com a grande participação dos seus associados nos empreendimentos da Secretaria de Obras e da SURSAN: a Sociedade Brasileira de Urbanismo, do Presidente Antônio Manuel de Siqueira Cavalcanti, era responsável pela construção da rede de esgotos de Copacabana, do Elevado da Perimetral e dos viadutos das Missões, Parada de Lucas, Ilha do Governador – Av. Brasil pela construção da Av. das Bandeiras entre Realengo e Deodoro. A empreiteira L. Quattroni, presente no Conselho Provisório da ABEOP, era responsável pela abertura dos túneis Catumbi-Laranjeiras e Rio Comprido-Lagoa e pela duplicação de trechos da Av. Brasil. A Empresa Brasileira de Águas realizou grande parte dos trabalhos de construção da 1ª Adutora do Guandu enquanto outras empresas presentes na primeira diretoria da ABEOP, como a Sotege e Genésio Gouveia, estavam presentes nas construções de viadutos dirigidas pelo DER-RJ (KLEIMAN, 1994, p. 35).

Apesar de não possuir uma publicação própria, as principais notícias sobre a ABEOP eram publicadas na Revista do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, Sinduscon-rj. Através desta publicação acompanhamos a vitoriosa campanha realizada pela ABEOP, com apoio do Sinduscon e da CBIC, pelo reajustamento dos contratos assinados entre gestão Sá Freire Alvim e os empreiteiros da cidade (REVISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1957, P.7). Apesar de reivindicar um caráter nacional, a ABEOP ficou restrita aos empreiteiros cariocas, segundo o historiador Pedro Campos a entidade sofreu um acentuado declínio na década de 1960 por conta da política do Governador Carlos Lacerda de marginalizar as empresas relacionadas ao varguismo (CAMPOS, 2014, p. 185).

Sorte diferente experimentou o Sinduscon cuja direção, formada por empresários da construção imobiliária, se alinhava com a política do primeiro governador do estado da Guanabara; ao contrário da ABEOP, o sindicato patronal da construção civil continuou atuando junto ao aparelho de Estado na década de 1960 (PESTANA, 2018, p. 33). Fundado em 1919, com o nome de Associação da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, foi a primeira entidade da sociedade civil formada exclusivamente por construtores (LEAL, 1987, p. 120). Ao longo de sua história, o Sinduscon operou junto ao aparelho de Estado para adequar a regulamentação do uso do solo aos interesses das construtoras, tanto na elaboração da primeira legislação do tipo, o Código de Obras de 1937, quanto nas posteriores reformulações desta lei e nas alterações de zoneamento propostas pelo Governador Negrão de Lima no final dos anos 1960 (PESTANA, 2018, p. 34).

A década de 1950 marcou um período de intensa ação do sindicato que atuou conjuntamente com a CBIC e a ABEOP em esforços para melhorar o fornecimento de materiais e reivindicar o reajuste dos contratos com a municipalidade. Esta ação convergente tem ligação com a proximidade das lideranças e representação mútua dos associados. Além de estar sediada na cidade, o Presidente da CBIC, Haroldo da Graça Couto, anteriormente presidira o Sinduscon e continuava a intervir nos assuntos municipais em defesa das pautas do setor. Ainda que a maioria das lideranças do Sinduscon pertencesse ao ramo da construção imobiliária, as maiores empreiteiras da cidade também eram filiadas ao sindicato ainda que não exercessem cargos na direção (REVISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1959, p. 4).

### **A reforma urbana dos anos 1960**

O início da década de 1960 representou um período de grandes rupturas políticas e administrativas no Rio de Janeiro. Com a transferência da capital para o Planalto Central, o território carioca foi transformado em cidade-estado da Guanabara e elegeu um histórico, e feroz, opositor do grupo político que governou a cidade nos anos 1940 e 1950 Carlos Lacerda da UDN como primeiro Governador. Recebendo uma unidade federativa recém-criada, dona da segunda maior arrecadação de impostos do país e com o privilégio de recolher taxas municipais e estaduais, Carlos Lacerda pretendia fazer de seu mandato na Guanabara o grande trampolim para uma candidatura presidencial nas eleições de 1965 (MOTTA, 2015, p. 97). O Governo Lacerda, por conta de seu anticomunismo e oposição as reformas de base do Presidente João Goulart, teve disponível uma generosa linha de crédito de agências e do governo norte-americano para realização de obras de infraestrutura: empréstimos do Banco Mundial, no valor de 50 bilhões de cruzeiros, foram utilizados para construir e a 2ª Adução do Rio Guandu e ampliar a rede de esgoto. Lacerda também recebeu doações estadunidenses, através do Fundo do Trigo e da AID, para a construção de escolas e remoção de favelas.

Carlos Lacerda também atuou para afastar as empreiteiras mais próximas dos antigos mandatários da cidade da execução do seu programa de obras: os contratos da Quattroni para construção dos túneis Rebouças e Santa Bárbara foram transferidos para a empreiteira paulista Servix enquanto a CAVO substituiu a Sociedade Brasileira de Urbanismo na construção de viadutos e nas obras da Perimetral (KLEIMAN, 1994, p. 129). Tal manobra foi drástica para estas empresas que entraram em processo de falência nos anos seguintes (FERRAZ, 1981, p. 96). O combate às empreiteiras e empresas de engenharia locais também valeu a oposição do Clube de Engenharia ao Governo Lacerda (MOTTA, 2015, p. 126). Todavia, Lacerda recebeu com apoio de

outras entidades de classe do setor tal como o Sinduscon e contava com representantes da construção em seu secretariado cujo maior exemplo é Sandra Cavalcanti, responsável pela execução das remoções de favelas, ligada à construtora Carvalho Hosken (CAMPOS, 2014, p. 75).

De maneira geral, a política urbana de Carlos Lacerda confirma a opção rodoviária esboçadas nos esboços de plano diretor das duas décadas anteriores. Em sua gestão os antigos bondes são abolidos e substituídos por ônibus da Companhia de Transportes Coletivos. Os empreendimentos do DER e da SURSAN ganharam grande incentivo e a cidade recebeu 16 novos viadutos, os túneis Santa Bárbara e Rebouças e a Rodoviária Novo Rio foram inaugurados ao fim da gestão de Lacerda (OS 19 VIADUTOS..., 1965).

Contudo, a principal contribuição do primeiro governo do estado da Guanabara para a estratificação social da cidade foi a política de remoção das favelas. Ainda que recentes produções historiográficas revisionistas tentem relativizar a visão clássica sobre a “era das remoções” de Carlos Lacerda (PEREZ, 2007, p. 245-271), uma profícua produção do Programa de Pós-Graduação em História tem levantado importantes questões sobre o impacto das remoções e a intervenção de organizações, empresariais e dos subalternos, que exaltam a convergência da política de combate as favelas com interesses da especulação imobiliária e da construção civil<sup>3</sup>. Segundo dados apresentados por Lícia Valladares (1978, p. 60) as remoções de Carlos Lacerda atingiram 27 favelas e acabaram com mais de 8 mil barracos.

Como parte de seu projeto político de diferenciação com o varguismo Lacerda almejou contrapor o projeto de Brasília, executado na gestão JK por Oscar Niemayer e Lúcio Costa, com a remodelação do Rio de Janeiro através do Programa e Plano de Desenvolvimento Urbano a longo prazo para o Estado da Guanabara, elaborado pelo urbanista grego Constantino Doxiadis. De maneira geral, o Plano Doxiadis, como foi posteriormente conhecido, confirmava algumas das principais políticas do Governo Lacerda como o incentivo a construção de zonas indústrias em Santa Cruz e nos últimos trechos da Avenida Brasil (OAKIM, 2012, p. 63). As soluções para o transporte na cidade reforçavam a opção rodoviária e tinham como grande fim preparar a cidade para uma frota de 1 milhão e meio de veículos (OAKIM, 2012, p. 59). O plano alertava para a necessidade de planejar a construção de 403 quilômetros de vias expressas de alta velocidade e sem cruzamentos, as *freenways*, e para uma rede complementar de avenidas par distribuição do fluxo. Contudo, o plano não apresentava uma proposta de vias, que deveriam ser planejadas nas revisões

---

<sup>3</sup> Ver entre outros os trabalhos de PESTANA, 2014; TRINDADE, 2006; OAKIM, 2014

quinquenais a ser realizadas pela Comissão Executiva para o Desenvolvimento Urbano da Guanabara, CEDUG (OAKIM, 2012, p. 33).

Apesar da oposição política entre Lacerda e seu sucessor – político ligado historicamente ao campo do PSD e PTB – o mandato de Negrão de Lima apresentou uma ação política semelhante ao seu antecessor com a continuidade das obras rodoviárias, remoções de favelas e incentivos para a Indústria. As grandes intervenções viárias de Negrão de Lima atingiriam áreas ainda pouco incorporadas à malha urbana como as Baixadas de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Esta última, receberia atenção especial do Executivo Estadual por conta de seu potencial para instalação de empreendimentos imobiliários de alto valor; além de iniciar a construção da Autoestrada Lagoa – Barra, Negrão de Lima contrata em 1969 o urbanista Lúcio Costa para confeccionar o Plano-Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Contrariando uma das principais recomendações do Plano Doxiadis, Lúcio Costa afirma que a criação de uma nova área central para o estado, em substituição ao Centro histórico, não deveria estar situada na direção de Santa Cruz, mas na Barra da Tijuca:

Verifica-se assim que essa planície central, providencialmente preservada, além de possibilitar novamente a união das metades Norte e Sul da cidade, separadas quando a unidade urbana original se rompeu, está igualmente em posição de articular-se por esses dois eixos paralelos, àquela área destinada a indústria pesada, no extremo Oeste do Estado, com foco natural em Santa Cruz, o que lhe confere então condições para ser já não apenas o futuro Centro Metropolitano Norte-Sul, assinalamos anteriormente, mas também Leste-Oeste, ou seja, com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara (PLANO-PILOTO PARA URBANIZAÇÃO DA BAIXADA COMPREENSIVA ENTRE A BARRA DA TIJUCA, O PONTAL DE SERNAMBETIBA E JACAREPAGUÁ, 1969, p. 4).

Além de fomentar novas terras para futuros empreendimentos imobiliários, a gestão de Negrão de Lima atuou para liberar novos terrenos e valorizar os imóveis nos espaços mais cobiçados pela especulação imobiliária através das remoções de favelas da Zona Sul e da reforma do Bairro de Copacabana. No bairro pioneiro na ação da incorporação imobiliária, o governo promoveu o alargamento da Praia de Copacabana e da Avenida Atlântica por conta remodelação da rede de esgotos do bairro. Ao contrário da gestão Lacerda, na qual a maioria das remoções de favelas aconteceram nas cercanias da Av. Brasil, as remoções do período Negrão de Lima se concentrariam na Zona Sul, principalmente ao redor da Lagoa Rodrigo de Freitas, e atingiram 33 favelas com 64 mil habitantes removidos (VALLADARES, 1978). Para coordenar o aproveitamento de terrenos e elaborar planos de urbanização, surgiu uma nova autarquia o SEPE

– Superintendência Executiva de Projetos Especiais; responsável pelo planejamento do Autódromo de Jacarepaguá bem como o Centro de Exposições e Feiras situado no mesmo bairro.

### **Plano das Linhas Policrômicas**

O planejamento e execução de obras rodoviárias passou por um verdadeiro auge durante a gestão de Negrão de Lima, além dos grandes empreendimentos da ditadura que transformaram o Catumbi e Rio Comprido em bairros de passagem, a SURSAN e o DER foram responsáveis pela construção de 40 viadutos, prolongamento da Perimetral e construção do Elevado do Gasômetro. Neste período o DER tornou público seu projeto de circulação que sintetizava as elaborações realizadas pela entidade desde o início da década de 1950: o Plano das Linhas Policrômicas formado pelas linhas vermelha, verde, amarela e azul.

Segundo o DER, a Linha Vermelha tinha como objetivo prioritário ligar a Zona Sul ao Aeroporto do Galeão, em construção no período. Utilizando o Elevado Paulo de Frontin, a via passaria pelo Trevo das Forças Armadas, linhas da Central do Brasil, Avenida Francisco Eugênio, saindo da Rua Figueira de Melo, Campo de São Cristóvão, Rua Bela e os aterros do Caju. Através de uma ponte a via se dirigira a Ilha do Fundão e, em seguida, a Ilha do Governador, no Galeão, de onde sairá outra ponte para fazer a ligação com a Baixada através da Rodovia Washington Luís (GUANABARA..., 1974, p. 42).

A Linha Verde, aproveitava os antigos projetos da Perimetral Jardim Botânico – Av. Suburbana. Tendo início na Lagoa, onde se encontraria com a Autoestrada Lagoa-Barra, a via perfuraria o maciço da Carioca, através do Túnel Lopes Quintas – Uruguai, com 3.800 metros de extensão. Seguiria pela Rua Uruguai, em elevado, atravessando assim a Praça Barão de Drumond e outros logradouros em Vila Isabel, para sair no túnel sob a Serra do Engenho Novo, com 800 metros de comprimento. Sempre em elevado, a Linha Verde prosseguiria até Del Castilho, onde aproveitaria o traçado da ferrovia Rio D'ouro, passando pela Avenida Automóvel Clube, cruzando com a Avenida Brasil e saindo na Rodovia Presidente Dutra, no Estado do Rio. Tal como a Linha Vermelha, a Linha Verde ambicionava aliviar o trânsito na Avenida Brasil, escoando o tráfego em direção aos subúrbios, a São Paulo e ao restante do Sul do País.

Em afinidade com a promoção da exploração do espalho urbano da Barra de Tijuca, o projeto da Linha Amarela estabelecerá uma via direta entre a Baixada de Jacarepaguá e a Ilha do Fundão, cruzando com a Linha Verde, Av. Brasil e terminando na Linha Vermelha. A via começaria na Avenida Alvorada, estrada construída pelo DER na gestão de Negrão de Lima, cortaria esta via

e prosseguiria pelo o Túnel da Covanca, com 2.300 metros de extensão, sob a Serra dos Petros Forros, com saída no Méier, de onde se ligaria à Avenida Novo Rio. Outra via com início na Zona Oeste seria a Linha Azul que ligaria o Recreio dos Bandeirantes a Rodovia Rio-São Paulo. Partindo do Recreio, a via seguiria por Jacarepaguá e através da Estrada dos Bandeirantes prosseguiria em direção à Zona Norte até atingir a Av. Brasil na altura do Trevo das Margaridas e, deste ponto, estabeleceria ligações com a Rodovia Presidente Dutra e Avenida Meriti (GUANABARA, 1974, p. 41).

A execução do Plano das Linhas Policrômicas começou a construção do Túnel Noel Rosa, parte da Linha Verde, em 1972 já no mandato de Chagas Freitas. O mandato do último governador da Guanabara manteve algumas das características de seus antecessores, como a política de remoções, contudo o ritmo das intervenções urbanísticas desacelera. Após a extinção da SURSAN, e com as exceções da construção do Emissário Submarino de Ipanema e a urbanização da Lapa, o governo se limita a concluir obras da Gestão Negrão de Lima como o Viaduto da Mangueira e o Túnel Henrique Valadares-Frei Caneca. As obras do Túnel Noel Rosa seguiram em ritmo lento enquanto as demais etapas do Plano das Linhas Policrômicas foram interrompidas por conta da falta de verbas (REIS, 1978, p. 46).

### **Conclusão**

Este trabalho não pretendeu apresentar explicações acabadas sobre os assuntos tratados, mas apenas apontar hipóteses para a compreensão da moldagem dos planos-diretores e principais obras de infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1970. O caráter inicial de nossa pesquisa de doutorado somado as lacunas existentes na bibliografia sobre os governos do Distrito Federal e a inexistência de estudos sobre o Plano do DUR, das ações da SURSAN e sobre o Plano das Linhas Policrômicas são provas do longo caminho que nossa reflexão ainda precisa percorrer.

Entretanto, as conclusões de uma vasta bibliografia – com diferentes concepções teóricas – nos permite reforçar algumas de nossas hipóteses sobre a trajetória dos planos de obras na cidade que é cartão-postal do Brasil e sinônimo de crise urbana. Por mais que recebesse diversas obras faraônicas e estivesse, em grande parte de sua história, entre as cidades mais ricas do país, o Rio de Janeiro é marcado por uma urbanização setorizada. Espaços ocupados pela burguesia e classe média alta concentra grande parte dos serviços de transporte público, rede de esgoto, educação e saúde, enquanto a maior parte do território urbano foi fadada a não ter saneamento básico e a ser

refém dos péssimos serviços de ônibus e trem (GAWRYSZEWSKI, 2012, p. 100). Entender os interesses das frações da classe dominante e sua forma de organização que pautaram a formação desta estrutura urbana é um desafio urgente, aberto aos diversos ramos do pensamento crítico ao qual nossa pesquisa almeja ser uma pequena contribuição.

#### Fontes:

COLEÇÃO de Leis do Distrito Federal de 1957 – volume III Leis e Decretos de setembro a dezembro. Superintendência de Urbanização e Saneamento. Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

GUANABRA em nova dimensão: um balanço do Governo Negrão de Lima. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

OS 19 VIADUTOS DO PLANO VIÁRIO DO GOVERNO CARLOS LACERDA. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1965.

PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Coleção Particular José de Oliveira Reis.

PLANO-PILOTO PARA URBANIZAÇÃO DA BAIXADA COMPREENDIDA ENTRE A BARRA DA TIJUCA, O PONTAL DE SERNAMBETIBA E JACAREPAGUÁ. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1969.

PLANO DE REALIZAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Fundo Especial de Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1957.

REVISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA

SZILARD, Alberto; REIS, José de Oliveira. **Urbanismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: O Construtor, 1950.

#### Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª edição. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

REZENDE, Vera F. **A comissão do Plano da Cidade, reflexões sobre um modelo e sua contribuição à cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em <goo.gl/hNGbZ2> acesso em 13/12/2019.

CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. **Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: UNICAMP, 1993.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CURY, Vânia Maria. **Engenheiros e Empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin, 1903-1933**. Niterói, 2003. 357 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2003.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013

FARIA, Rodrigo dos Santos. **O urbanista e o Rio de Janeiro: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional**. São Paulo: Alameda, 2013.

FELDMAN, Sarah. **Entre o regional e o metropolitano: pensamento urbanístico e metrópole no Brasil da década de 1950**. São Paulo: Revista USP. Nº 102, junho-agosto 2014, p. 13-22.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. **O Rapto Ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011

FERRAZ Filho, Galeno Tinoco. **A transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Economia). Campinas: Unicamp, 1981.

FREIRE, Américo, OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Novas memórias do Urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Agonia de morar: urbanização na cidade do Rio de Janeiro (DF) – 1945-1950**. Londrina: EDUEL, 2012

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 7ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 3, 2016.

HONORATO, Cezar Teixeira (org.). **O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Venosa, 1996.

KLEIMAN, Mauro. **Construtores do moderno Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPUR/UFRJ, 1994

\_\_\_\_\_. **De Getúlio a Lacerda: um “rio de obras” transforma a cidade do Rio de Janeiro. As obras públicas de infraestrutura urbana e a construção do novo Rio no período 1938-1965**. Tese. FAU/USP: São Paulo, 1994a.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MALIN, Mauro. Francisco Negrão de Lima. In: ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOTTA, Marly da Silva. Guanabara, o Estado-Capital. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

OAKIM, Juliana. **A cidade, o urbanista e o plano**. Um estudo para a Guanabara por Doxiadis. Monografia de especialização em Sociologia Urbana. UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012

\_\_\_\_\_. **Urbanização sim, remoção não. A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2014.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890 - 1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, Mauro. **Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Editora SENAC RIO, 2005.

PAULA, Dilma Andrade de. **Fim da Linha: a extinção de ramais da estrada de ferro Leopoldina, 1955-1974**. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2000

PESTANA, Marco Marques. **Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro: embates entre o empresariado do setor imobiliário e o movimento de favelados (1954-1973)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2018.

PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.

REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Guanabara e seus governadores**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1978.

RODRIGUES, Fernanda Barbosa dos Reis. **Os engenheiros tomam partido: trajetórias e transformações no Clube de Engenharia (1874-1910)**. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HICITEC, 1993.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TRINDADE, Cláudia Peçanha da. **Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: programa de remoção e habitação provisória (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2006.

VALLADARES, Lícia. **Passa-se uma casa: uma análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Zahar, 1978.

## O “*Álbum de Ponta Grossa*” (1936): representações visuais da cidade

The Ponta Grossa Album (1936): visuais representations of city

**Audrey Franciny Barbosa**

Mestre em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa

audreybarbosaf@gmail.com

**Recebido em:** 11/03/2020

**Aprovado em:** 11/05/2020

**Resumo:** O objetivo do presente artigo foi problematizar a forma como a cidade de Ponta Grossa foi representada no “*Album de Ponta Grossa*” produzido pela iniciativa municipal no ano de 1936. O álbum em questão foi resultado de uma ação conjunta entre entidades municipais e figuras ligadas ao campo governamental que patrocinaram o mesmo como uma forma de celebração da história da cidade. Por isso, foram utilizados uma série de retratos ligados a vários campos, a saber: industrial, urbano, escolar, esportivo, militar, etc. Compreende-se que o álbum em questão é uma fonte importante para refletir o discurso construído por parte da elite política do período acerca de Ponta Grossa e analisar qual a memória visual buscaram monumentalizar.

**Palavras-chave:** História Urbana; Cultura Visual; História Cultural.

**Abstract:** The purpose of this article was to discuss how the city of Ponta Grossa was represented in the “*Album de Ponta Grossa*” produced by the municipal initiative in 1936. The album in question was the result of a joint action between municipal entities and figures linked to the government field that sponsored the same as a way of celebrating the history of the city. So a series of portraits linked to various fields were used, namely: industrial, urban, school, sports, military, etc. It is understood that the album in question is an important source to reflect the discourse constructed by the political elite of the period about Ponta Grossa and to analyze which visual memory they sought to monumentalize.

**Keywords:** Urban History; Visual Culture; Cultural History.

### Introdução

É inevitável pontuar que o surgimento da fotografia, em meados do século XIX, fez surgir novas práticas culturais que mudaram a relação das pessoas com a cidade. Se hoje, pessoas portando uma câmera ou um celular podem captar retratos da cidade e fazê-los circular de maneira global pelas redes sociais ou exibi-las em álbuns online, os contemporâneos das primeiras técnicas fotográficas

também tinham seus objetivos quando fotografavam vistas da cidade e as circulavam por meio de cartões-postais ou as conservavam em álbuns fotográficos.

Conforme ressaltou Zita Possamai, em estudo voltado para as fotografias urbanas, desde o século XIX “as cidades vêm sendo tratadas como objetos privilegiados pelos fotógrafos” (POSSAMAI, 2008).

Assim, ao entrar em contato com um álbum produzido em 1936 sobre a cidade de Ponta Grossa e ao pensar a relação entre cidade e fotografia, alguns questionamentos surgiram, como: Quais cidades os fotógrafos privilegiam? Quais narrativas fotográficas das cidades foram construídas e legadas ao presente? Qual o estatuto destes retratos da cidade?

Como ressaltado por Charles Monteiro (2006), estudos voltados para a dimensão fotográfica das cidades foram crescentes no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1990. Tais estudos, influenciados pela perspectiva da História Cultural, possibilitaram abordar álbuns de fotografia produzidos acerca das cidades como fontes principais da abordagem histórica, e não mais como um apoio ilustrativo para as pesquisas do campo.

Concomitantemente, há que se destacar que tais estudos alicerçados na História Cultural também encontraram grande respaldo teórico na Cultura Visual. Aqui, compreende-se que ambos os campos – História cultural e Cultura Visual – oferecem discussões e embasamentos necessários e essenciais para quem se dedica ao estudo da fotografia, afinal

o termo cultura visual pode englobar uma variedade de formas de representação, desde as artes visuais e o cinema, até a televisão e a propaganda, atingindo ainda áreas em que, em geral, não se tende a pensar em cultura visual – as ciências, a justiça, a medicina, por exemplo. A cultura visual se ocupa da diversidade do universo de imagens (MONTEIRO, 2008, p. 131).

Diante disso, se o presente estudo enquadra-se e apoia-se nas discussões dos dois campos citados, considera-se importante ressaltar um outro conceito que encaminha a pesquisa, a saber: fotografia pública. Tais fotografias públicas foram – e são – muito utilizadas para “cumprir a função política de transmitir mensagens governamentais e dar visibilidade ao poder e suas estratégias” (MAUAD, 2013).

Logo, quanto aos álbuns produzidos pela iniciativa governamental com vistas a visualidade da cidade, Zita Possamai destacou que estes “ao reunirem essas imagens configuram-se como veículos de imaginários sociais urbanos por pretenderem apresentar uma seleção de fotografias que

representa uma síntese da cidade” (POSSAMAI, 2005, p. 255). Nesse sentido, o álbum de fotografias foi aqui compreendido pela perspectiva da fotografia pública, uma vez que foi produzido

por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.). É, portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos (MAUAD, 2013, p. 13).

Diante dessas considerações teóricas, a análise das fontes em questão esteve ancorada na perspectiva de uma abordagem iconográfica e iconológica revisada, ou seja, que analisou os elementos descritivos (legendas, personagens, objetos, localização) dos retratos presentes no álbum, mas que problematizou a produção, a circulação e o consumo da obra em questão.

Além disso, para a presente discussão, 18 retratos foram selecionados para a análise. Entre tantas fotografias, a escolha destes retratos se deu por três motivos. Primeiramente, pela posição que estes ocupam no álbum, afinal, são muitas temáticas nele presentes, estas, por sua vez, contam com muitas fotografias, mas algumas foram escolhidas para dar início às seções temáticas – e aqui foram analisadas. Em segundo lugar, pelas legendas específicas que acompanham os retratos, detalhando quais os locais da cidade fotografados – alguns ainda identificados nos dias de hoje – ao contrário de outras legendas menos específicas. E o terceiro motivo recaí sobre as escolhas próprias e específicas da pesquisadora, que também buscou analisar retratos de espaços que ainda hoje estão presentes no seu cotidiano.

Por fim, o álbum de fotografias e seus retratos são aqui concebidos como artefatos culturais (MENESES, 2012) e fragmentos visuais potenciais para o estudo das cidades, uma vez que

os álbuns fotográficos conformam coleções de fragmentos visuais da cidade. São compostos por imagens fotográficas selecionadas, reunidas e ordenadas de acordo com o olhar do seu editor. A partir da leitura dos álbuns e das imagens fotográficas neles inseridas, é possível construir narrativas repletas de sentidos sobre o urbano. Essas narrativas fotográficas operam com visibilidade e invisibilidade, criadoras, por sua vez, de memórias e esquecimento (POSSAMAI, 2007, p.330).

### **“Álbum de Ponta Grossa” (1936): cidade tropeira, urbana e moderna**

No artigo “Fotografia e Cidade”, publicado em 2008, Zita Possamai realizou um percurso narrativo das transformações ocorridas na maneira como as cidades foram representadas pelos registros fotográficos entre fins do século XIX e início do século XX. Segundo a autora,

as primeiras vistas privilegiavam tomadas padronizadas que valorizavam os monumentos antigos e medievais [...] No final do século XIX, vários foram os

fotógrafos que captaram aspectos inusitados das cidades, chamando atenção para os seus subterrâneos e para as consequências da Revolução Industrial. Imagens enfumaçadas e sombrias revelavam a miséria das populações dos bairros pobres de cidades como Paris e Londres [...] No entanto, adentrando o século XX, a dinâmica da cidade moderna se tornou mais complexa. As rápidas alterações do espaço urbano, a diversificação de suas atividades e o seu ritmo frenético [...] Nessa perspectiva, a fotografia se colocou como instrumento capaz de construir uma representação visual do urbano, tornando a cidade colossal redutível a uma imagem bidimensional inteligível e ao alcance das mãos (POSSAMAI, 2008, p. 68-70).

Quanto ao Brasil, que graças ao entusiasmo de Dom Pedro II conheceu a prática fotográfica enquanto esta se espalhava pela Europa, a produção de retratos das cidades em desenvolvimento também foi significativa. De acordo com Possamai,

em 1840, o primeiro daguerreótipo brasileiro retratou o Paço Imperial no Rio de Janeiro. Também no Brasil houve a preocupação em fazer o registro das transformações urbanas, como atesta a contratação do fotógrafo Marc Ferrez para acompanhamento das obras de construção das edificações da Avenida Central no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, sede da Corte, sempre foi uma das cidades preferidas pelos fotógrafos, que inseriam a urbe na exuberante paisagem natural em tomadas realizadas do alto dos morros. Em 1857, o fotógrafo francês Victor Frond editou o álbum monumental *Brazil pitoresco*, composto de vistas da cidade do Rio de Janeiro que se tornaram imagens emblemáticas da nação (POSSAMAI, 2008, p. 71-72).

Nesse cenário, local e mundial, não demorou para que as fotografias das cidades passassem a compor álbuns elaborados com o objetivo de armazenar, contar e perpetuar a história visual das cidades. É dentro dessa perspectiva acerca do seu contexto de produção que o álbum aqui analisado foi pensado (Figura 1).

**Figura 1:** Capa do álbum



**Fonte:** Álbum de Ponta Grossa (1936)

Também há que se ter em mente que o “Álbum de Ponta Grossa” foi produzido num momento de aumento da propaganda política no Brasil, na qual as fotografias ocuparam um espaço importante. O maior exemplo disso foi a propaganda varguista das décadas de 1930-1940, promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), peça chave na construção da imagem do presidente Getúlio Vargas, assim como na promoção de uma nova imagem para o país.

Jéssica Lemes Santos (2016), ao analisar um álbum comemorativo produzido acerca da visita de Getúlio Vargas ao Paraná na década de 1940, ressaltou a importância da narrativa fotográfica para a promoção da imagem política de Vargas, pois promoveu a construção do “homem Getúlio Vargas” e a imagem de um país com “uma nova identidade que se desligava da ideia de país agrário, rural, para um novo aspecto que procurava alinhar se com as ideias modernistas, urbanas e industriais” (SANTOS, 2016).

No que tange ao contexto político local, a propaganda e influência varguista não foi menos importante. A cidade de Ponta Grossa, que em fins do século XIX e início do século XX, com a chegada da ferrovia, passou por uma transformação profunda de suas estruturas políticas e administrativas, vivenciou na década de 1930 uma efervescência política e urbana. Sobretudo, por ser

terra natal do interventor do estado e homem de confiança de Getúlio Vargas no Paraná, o pontagrossense Manoel Ribas (OLIVEIRA, 2004).

Não à toa, Ponta Grossa recebeu Getúlio Vargas em três ocasiões, entre os anos de 1930-1950. A primeira, quando do levante em 1930 que desencadeou na nomeação de Getúlio Vargas à presidência da República. A segunda, em 1944, já no contexto do Estado Novo, para as comemorações do Dia do Trabalho e no qual um álbum foi produzido em sua homenagem (SANTOS, 2016). E a terceira, e última visita, em 1950, momento no qual Vargas viajava o país com sua comitiva para a campanha eleitoral de 1950.

Por isso, foi no contexto de uma cidade que caminhava para à urbanidade, com alianças políticas importantes, que ocorreu o lançamento do álbum, em 1936. Segundo consta na ficha do próprio álbum (Figura 2), a sua produção se deu sob encomenda do então prefeito Albary Guimarães<sup>1</sup>, a organização ficou sob os cuidados de Adar de Oliveira e Silva<sup>2</sup>, os retratos foram produzidos por E. Weiss<sup>3</sup> e o arranjo artístico feito por Octavio Guimarães<sup>4</sup>. Quanto à tiragem do álbum, esta ficou a cargo da Imprensa Paranaense<sup>5</sup>, localizada em Curitiba, e considerada uma das melhores prestadoras desses serviços. Logo, tais considerações iniciais acerca do álbum já nos demonstram um apreço pela sua produção e qualidade.

---

<sup>1</sup> Albary Guimarães governou Ponta Grossa como prefeito nomeado pelo Interventor do Paraná, Manoel Ribas, de 1932 a 1934. Com a Constituição de 1934 e a restituição das eleições diretas foi eleito pelo voto popular e governou até 1937. Nesse ano, com a ascensão do Estado Novo, continuou no poder até 1944.

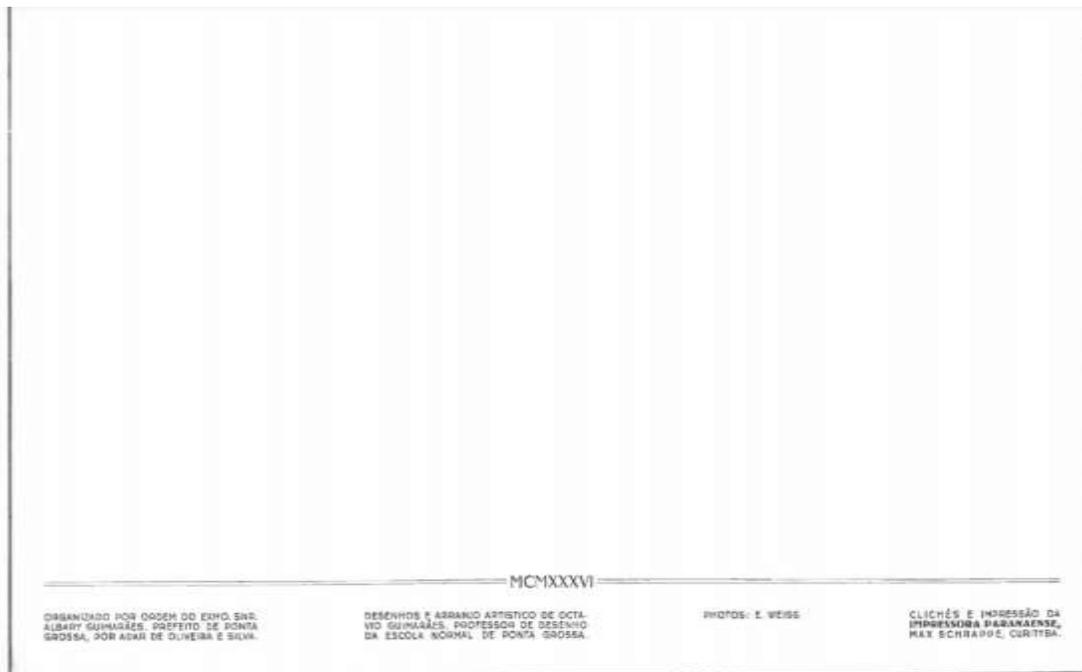
<sup>2</sup> No desenvolvimento da presente reflexão não foram encontradas informações acerca da Adar de Oliveira e Silva.

<sup>3</sup> Poucas informações foram encontradas sobre o fotógrafo Ewaldo Weiss, mas sabe-se que a família Weiss foi responsável por importantes estúdios fotográficos na cidade de Ponta Grossa e Curitiba (STANCIK, 2009).

<sup>4</sup> Segundo Antônio Marcos Myskiw (2008), a *Impressora Paranaense* foi uma reconhecida tipografia curitibana do início do século XX. Buscada por intelectuais a fim de publicar e circular seus escritos, a *Impressora* era a melhor escolha quando os textos compunham-se de “mapas e fotografias [...] pois possuía um parque de máquinas com qualidade de impressão e acabamento” (MYSKIW, 2008, p. 13).

<sup>5</sup> Então professor de Artes da Escola Normal (BARBOSA, 2019).

**Figura 2:** Apresentação do álbum



**Fonte:** Álbum de Ponta Grossa (1936)

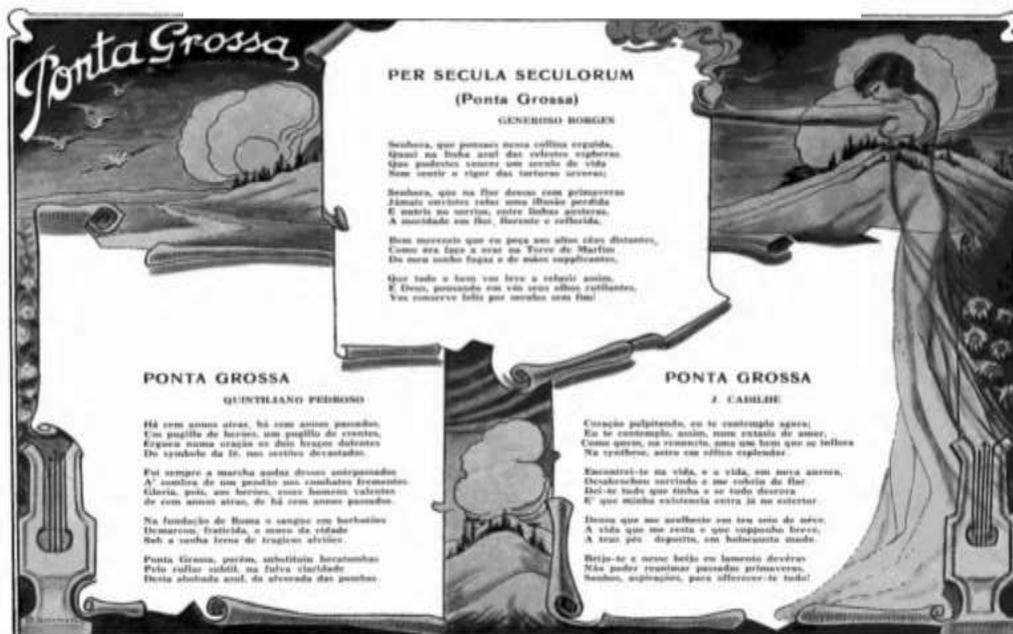
Ao folhear o álbum, já na apresentação, foi perceptível um discurso com forte idealização da cidade (Figura 3), que foi apresentada com três poemas que ressaltam as suas qualidades receptivas, anseiam pela sua felicidade eterna e exaltam sua construção.

A exaltação da cidade segue no momento no qual narra a sua história digna de uma epopeia grega, com heróis “civilizados” como os bandeirantes e os jesuítas (Figuras 4, 5 e 6). Além disso, narrando de maneira cronológica, e pelos ditames das ações políticas, finaliza ressaltando os feitos dos prefeitos que marcaram o desenvolvimento da “urbe princesina”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> “Princesina” é um termo local e afetivo usado para referir-se à cidade de Ponta Grossa, conhecida na região como a Princesa dos Campos Gerais do Paraná.

Figura 1: Poemas sobre a cidade



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Figura 2: História de Ponta Grossa



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Figura 3: História de Ponta Grossa

A 2 de março de 1894 iniciou-se uma nova fase de prosperidade para o município: a inauguração do trecho ferroviário Curitiba-Ponta Grossa, ponto terminal da Estrada de Ferro Paraná.

Em 1896 deu-se início à construção da linha férrea São Paulo-Rio Grande, efectuando-se a localização de suas grandes oficinas e escritórios nesta cidade.

É curioso notar que se deve a fundação da Cidade ao forçoso ponto de trânsito que era a *casa-de-telha*, assim como seu máximo desenvolvimento se liga ao actual entroncamento rod-ferroviário, que faz Ponta Grossa, por assim dizer, a chave do sul-brasileiro, quer sob o ponto de vista commercial, quer sob o estratégico.

Em 1904, na Prefeitura do Sr. Ernesto Guimarães Villela, inaugurou-se a iluminação electrica da cidade, cujos emprezarios foram os Srs. Guimarães, Erickson & Filho.

Em 1912, sendo Prefeito o Sr. José Bonifácio Guimarães Villela, o Tesouro Estadual effectou a Municipalidade o empréstimo de 1.000.000\$000 destinado aos serviços de agua e esgotos, o que foi levado a effecto na administração do Sr. Theodoro Baptista Rosa, pelos engenheiros Alvaro Souza Martins e Jacob Schamber.

No anno de 1912, já mencionado, a 8 de dezembro, inaugurou-se o Hospital de Caridade, instituição benemerita, creada e mantida pelo espirito philanthropico do nosso povo, com apoio das poderes officias e que presta inestimaveis serviços á população local e á do interior paranaense.

Durante a Prefeitura do Sr. Brasílio Ribas, em 1922, effectuaram-se grandes festejos do Centenario da fundação da Cidade.

Sendo Prefeito Municipal o Sr. Victor Antonio Baptista e sob a Presidencia do Estado do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, foi creado o Gymnasio "Regente Feijó" e construidos os predios Estaduales do Forum, Detenção, do Dispensario anti-venereo e da Escola Normal.

Em 1930, após a irrupção do movimento revolucionario, Ponta Grossa foi sede do commando geral das forças e teve por algum tempo como hospede o Sr. Dr. Getulio Vargas.

O periodo post-revolucionario teve, como administradores, á frente do Governo do Municipio, os Srs. Jorge Becher, Ernesto Villela, Brasil Pinheiro Machado, Othon Mader e Tte. Cél. Pedro Scherer Sobrinho que, com alevantado patriotismo, muito concorreram para o progresso cittadino.

Durante o Governo do Sr. Manuel Ribas, sendo Prefeito o Sr. Tte. Cél. Pedro Scherer Sobr.<sup>o</sup>, foi reajustada a divida do Municipio para com o Estado, que dispensou os juros em atraso, em favor da municipalidade.

Ainda sob o Governo do Sr. Manuel Ribas e Prefeito o Sr. Tte. Cél. Pedro Scherer Sobrinho, foi lavrado contracto com o Estado, para este fazer o reforço da abastecimento de agua á Cidade, ficando com a receita total da taxa sanitaria durante os trabalhos e até cobrar-se da importancia dispendida.

O Governo do Sr. Manuel Ribas mandou construir o modelar Grupo Escolar Julio Theodorico; o Grupo Escolar na villa de Officinas e ampliar o edificio onde funciona o Gymnasio Regente Feijó.

Durante a gestão Pedro Scherer Sobrinho, na Prefeitura Municipal, foi, a 16 de setembro de 1933, assignado o contracto com a Companhia Prada de Electricidade, dando uma concessão, por trinta annos para essa Empresa explorar o serviço de fornecimento de luz e energia electrica á Cidade.

PREFEITOS DE PONTA GROSSA

1891-92	Claudio Gonçalves Guimarães	Eleito.
1892-95	Manuel Vicente Bittencourt	"
1895-96	Baldurino Taques	"
1896-908	Ernesto Guimarães Villela	"
1908-12	José Bonifácio Guimarães Villela	"
1912-16	Theodoro Baptista Rosa	"
1916-20	Abraão Glasser	"
1920-24	Brasílio Ribas	"
1924-28	Victor Antonio Baptista	Nomeado.
1928-30	Euseu de Campos Mello	Eleito.
1930	Lyzaandro Alves de Araújo	Nomeado.
1930-31	Jorge Becher	"
1931-32	Ernesto Guimarães Villela	"
1932	Othon Mader	"
1932-33	Brasil Pinheiro Machado	"
1933-34	Tte. Cél. Pedro Scherer Sobrinho	"
1934-39	Albary Guimarães	Nomeado e depois eleito.

Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Figura 4: História de Ponta Grossa

dro urbano de Ponta Grossa. Nesta, no tpo do morro, onde hoje está a cathedral do bispaado, tropeiros construíram um tpo rancho de pouxada, junto a u'a mangueira, onde havia uma velha figueira. Como ainda até hoje é habito no sertão, proximo ao riacho e sob a figueira, plantaram uma cruz. Ahí era o ponto de parada das tropas e de viajeres.

A necessidade de um centro de aproximação entre os fazendeiros e os religiosos num ponto equidistante, levou os jesuitas a construírem, á margem direita do Lagoado Grande, um barracão que ficou tipicamente conhecido pelo nome de *casa-de-telha*, onde celebravam-se os sacramentos e as festas religiosas.

Essas as duas colunas primarias de Ponta Grossa. A *casa-de-telha* era o ponto de trânsito do sul e da marinha a São Paulo, assim como das tropas que demandavam á famosa feira de Sorocaba.

Carvalhaes, homem intelligente e pratico, prevendo o grande futuro da região, tratou de incentivar o seu progresso. Para tanto, convocou os fazendeiros Domingos Ferreira Pinto, Domingos Teixeira Lobo, Antonio da Rocha Carvalhaes e Benedicto Mariano Ferreira Ribas, além de outros, expondo-lhes não só o factor alludido, como as vantagens que adviriam do congregamento das habitações, o que, futuramente, resolveria as difficuldades das lides civis e ecclesiasticas, cujas sedes ficavam, longinquamente, em Castro.

Narrou-lhes o Sargento-Mór que ordenára ao seu capataz Francisco Mulato procurasse nos seus dominios, na *terrenada "Ba-Vista"*, um local favoravel para estabelecimento da povoação. Mulato preferiu o sitio hoje conhecido por chácara D. Magalalena, no subúrbio de Nova-Tussia.

Dando conta de sua missão, dia a lenda, o capataz houve por bem definir de modo mais explicito: "Sinhô sabem bem porque é encostado naquella rapia que tem a ponta grossa".

Foram unanimes os convocados em aceitar as propostas de Carvalhaes, excepto quanto a sede do aldeamento, querendo cada um fazer predominar o seu ponto de vista. Foi ainda Carvalhaes que suggeriu a oracular intervenção de um pombo: onde elle pousasse seria a sede, como escolha da Providencia. Assim, um pombo domestico, com uma laçada de fita encarnada, foi solto e depois de fazer grandes revoadas ante a expectativa sensacional dos proximos fundadores do povoado foi pousar na cruz do rancho de tropeiros, sob a figueira, onde está, como dissemos, a Cathedral.

Decidiu-se, des'arte, harmoniosamente e com bona augurios, a pendencia, sob talvez um certo mysticismo e um tom prophetic da boa predestinação da Princesa dos Campos, isto é, da nascente Ponta Grossa. — pois, assim foi resolvido denominar-se a localidade, em face das palavras judiciosas de Francisco Mulato.

Segundo outros, o nome primitivo foi o tambem auspicioso de Estrella, "porque podia ser vista de muitas leguas de distancia, situada no meio do campo, sobre uma eminencia como a cidade actual ainda está", segundo Nestor Victor, na sua obra *Terra do Futuro*.

Iniciando o aldeamento, Carvalhaes doou o terreno para construção da capella de Nossa Senhora de Sant'Anna, templo modesto, coberto de palha, cujo obreiro foi Jeronymo Vieira.

Ponta Grossa ou Estrella, — certo é que progrediu notavelmente a incipiente aldeia, obtendo já a 15 de setembro de 1823 o alvará imperial da criação da Freguezia, cujo primeiro vigario foi o padre Joaquin Pereira da Fonseca. Em 1840, Domingos Ferreira Pinto, fez doação do "rincão da Ronda" ao patrimonio da Freguezia.

Elevou-se á Villa e Municipio pela lei de 7 de abril de 1855, sendo solemnemente installada a 6 de dezembro do mesmo anno.

Teve foros de Cidade pela lei nr. 82, de 24 de março de 1862. A 15 de abril de 1871, pela lei nr. 281, foi denominada Pitangui. Entretanto, reconsideraram os legisladores ante a inexequibilidade da adopção de um novo nome: pela lei nr. 409, de 5 de abril de 1872, voltou a chamar-se segundo as palavras sacramentales de Francisco Mulato.

Foi declarada Comarca pela lei nr. 409, de 18 de abril de 1876, effectuando-se a respectiva installação a 16 de dezembro do mesmo anno, tendo sido primeiro Juiz o Dr. Conrado Ericksen.

Em 16 de abril de 1877 foi supprimida a Comarca, passando novamente a termo de Castro. Voltou a Comarca pela lei nr. 572, de 8 de abril de 1889, tendo sido nomeado Juiz o Dr. Araldo Ericksen.

Em 1878, sob os auspicios do Presidente Lamenha Lins e por iniciativa do benemerito pontagrossense Augusto Ribas, principiou-se a colonização russo-allema, que foi e tem sido em seus descendentes, um dos poderosos factures do nosso progresso.

Em 1886 visitou a cidade o Imperador D. Pedro II, que teve imponente recepção. O Imperial visitante hospedou-se na residencia do Major Domingos Ferreira Pinto, mais tarde agraciado com o baronato de Guaratins.

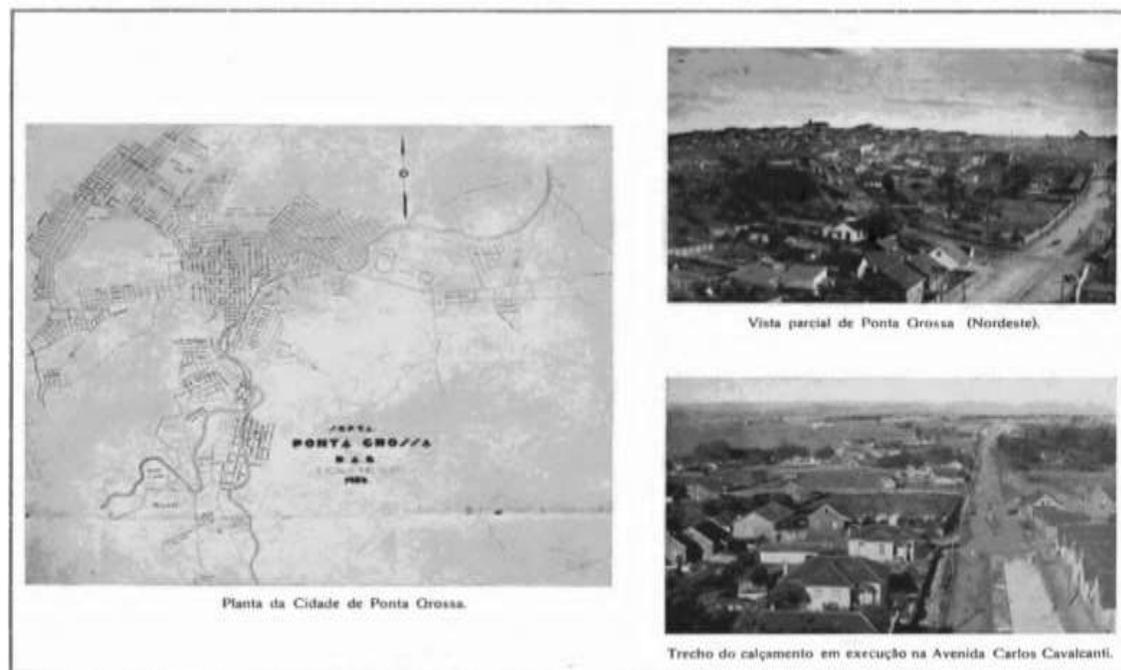
Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Nas páginas seguintes, são apresentadas algumas informações sobre a cidade, como: localização, limites da cidade, aspectos físicos e climáticos, população, área urbana, meios/vias de comunicação, correios e telégrafos, telefones, aviação, iluminação, água e saneamento, divisão administrativa e judiciária, serviço militar, construções prediais, religiosidade, instrução pública, entre outros. É notável perceber o destaque dado aos aspectos que inserem a cidade dentro dos parâmetros modernos e urbanos do período.

Assim, enquanto discurso político, os álbuns fotográficos podem ser percebidos também como discursos que expressavam desejos de modernidade. Afinal, buscavam representar-se com ares das cidades modernas, como as da Europa ou do próprio Rio de Janeiro, e cujas narrativas fotográficas influenciavam os padrões visuais aceitos.

Agora, passando destas informações quantitativas e analisando os retratos do álbum – nosso objetivo – alguns pontos merecem destaque.

**Figura 5:** Vista parcial da cidade



**Fonte:** Álbum de Ponta Grossa (1936)

Os primeiros retratos (Figura 7) foram apresentados após 22 páginas de informações descritivas sobre a cidade. Os retratos em questão apresentaram uma vista parcial da cidade, sua planta urbana e uma área da cidade - atual região de Uvaranas e que permite acesso à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)- que passava pelo processo de calçamento. Mais adiante do álbum, a obra é mais uma vez retratada (Figura 8), assim como outros feitos do governo Albary Guimarães, como a obra de canalização do arroio da Pedra e os novos serviços de coleta de lixo (Figura 8). Ou seja, torna-se claro o interesse de Albary em produzir um álbum que mostre as ações da iniciativa pública pelas ruas da cidade.

**Figura 6:** Obras e ações da prefeitura



**Fonte:** Álbum de Ponta Grossa (1936)

Na Figura 9, também foram apresentadas no álbum instituições consideradas importantes para as cidades organizadas do período, que cada vez mais caminhavam para o progresso urbano. Progresso este sempre ligado aos avanços técnicos e ao consumo de produtos modernos, como fica explícito nas várias fotografias ligadas ao mercado automobilístico na cidade (Figura 10).

Figura 7: Instituições públicas do período



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Figura 10: Oficinas e lojas automobilísticas



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Nessa mesma perspectiva, muitas vezes o álbum busca exaltar o modernismo presente na cidade de Ponta Grossa, fosse nas suas padarias (Figura 11), nas suas oficinas (Figura 12), nos seus clubes (Figura 13) e por suas ruas orgulhosamente apresentadas como urbanas (Figuras 14 e 15).

**Figura 11:** Comércios do período



**Figura 12:** Instalações da ferrovia

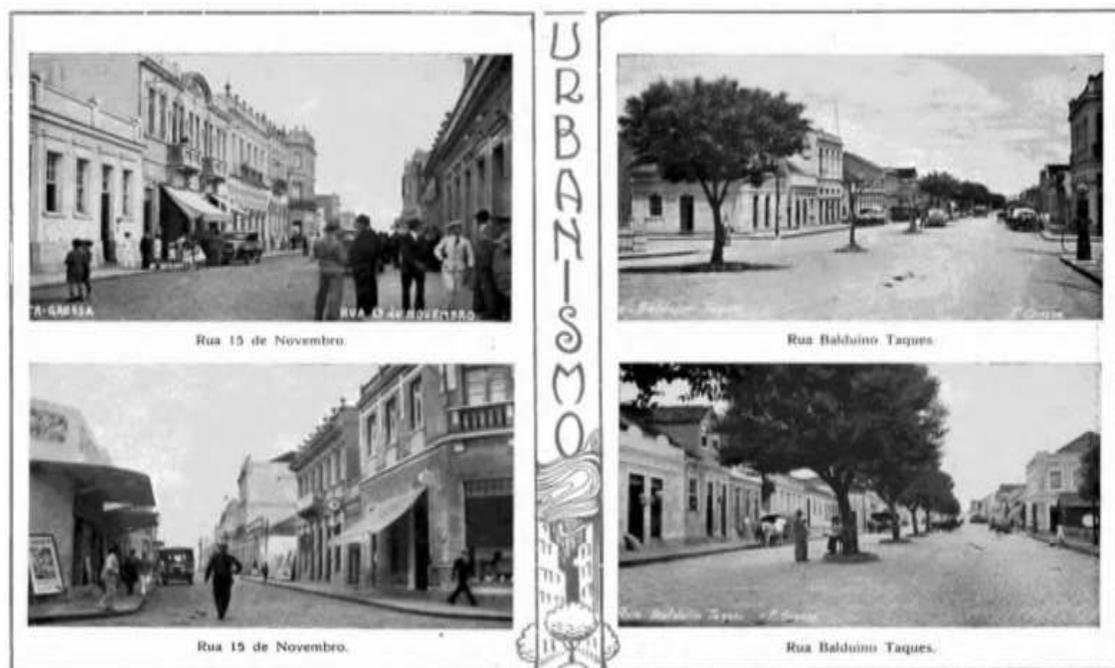


Figura 13: Clubes do período



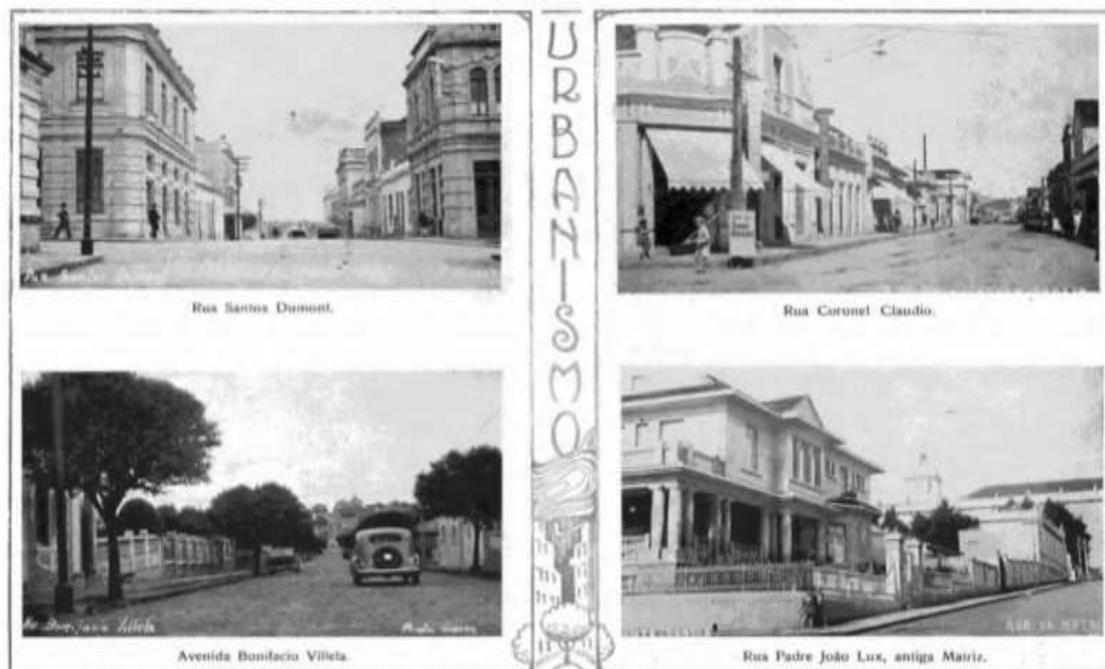
Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Figura 14: Ruas da cidade



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Figura 15 Ruas da cidade



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Ainda que o álbum nos dê indícios de sua intencionalidade ao apresentar uma Ponta Grossa moderna, urbana e em desenvolvimento, ele também apresenta a imagem de uma Ponta Grossa tradicional e orgulhosa de sua história e memória. No caso das Figuras 16 e 17, por exemplo, foi sintomático observar que a produção do álbum se voltou para a Ponta Grossa ambiental e agrícola.

No primeiro caso, a taça da Vila Velha, que até hoje simboliza a cidade, não foi esquecida, assim como a elite rural, sempre presente nos discursos memorialísticos das cidades. Ou seja, elementos preservados e que, diferentes de outros, não foram - e não são - relegados ao silêncio e ao esquecimento. Como foi o caso dos retratos da Figura 18, onde as residências de famílias influentes e consideradas importantes no período receberam espaço importante na composição do álbum.

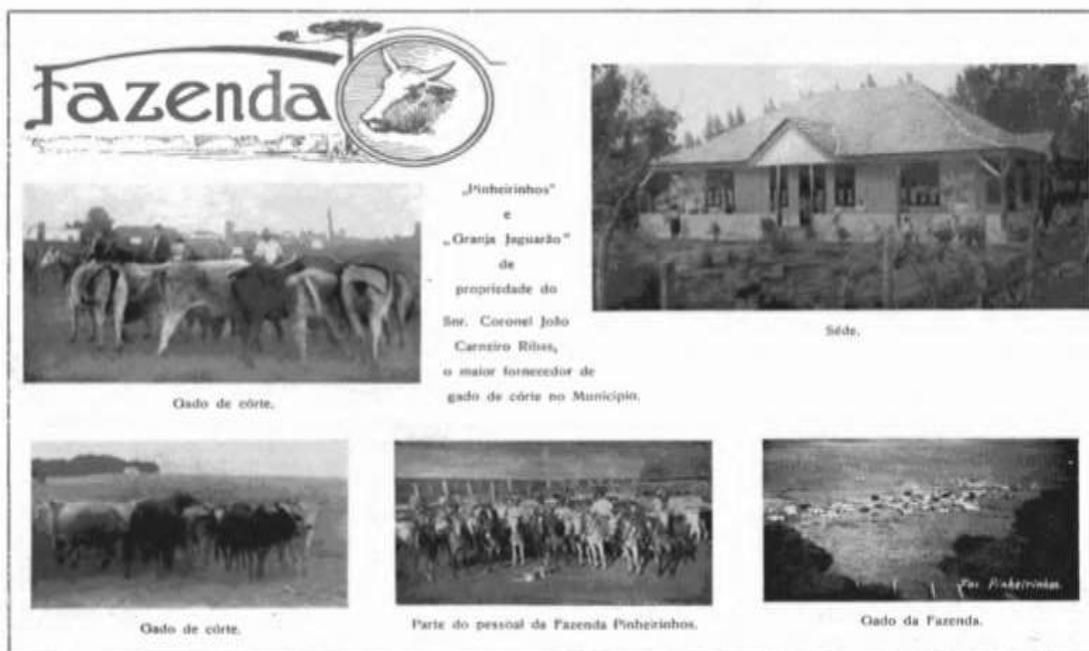
Logo, estes retratos produzidos pela iniciativa municipal tinham uma função de registrar, documentar e promover os feitos políticos – podemos pensar que a própria produção do álbum era uma ação política. Porém, quando lembramos do monumento/documento de Le Goff (1999) – tão caro a nossa historiografia – percebemos que ao monumentalizar tais ações, isto é, ao legar um discurso à posteridade, o álbum caindo nas tramas da historiografia tornou-se um documento potencial para pensar a cidade.

Figura 16 Retratos do parque Vila Velha



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

Figura 17 Retratos da área rural de Ponta Grossa



Fonte: Álbum de Ponta Grossa (1936)

**Figura 18** Residências da elite ponta-grossense



**Fonte:** Álbum de Ponta Grossa (1936)

Assim, cabe lembrar que estes retratos são compreendidos como representações construídas na vivência de uma realidade específica, ou seja, enquanto representações visuais possuem “um duplo sentido [...] tornar presente uma ausência, mas também exibir sua própria presença enquanto imagem e, assim, constituir aquele que a olha como sujeito que olha” (CHARTIER, 2002, p. 165-166).

Por isso, tais retratos não nos possibilitam afirmar que estamos em frente a registros da cidade que nos mostram como ela era, pelo contrário. Tais retratos nos dão indícios de uma narrativa específica sobre a cidade. Contudo, tal percepção, longe de ser uma lacuna, também deve ser encarada como uma problemática do discurso fotográfico acerca da cidade, pois, ao passo que exalta uma narrativa, silencia outras. Afinal, como ressaltou Zita Possamai:

imagens fotográficas podem construir uma cidade moderna imaginária e que está afinada com o desejo daqueles que produziram as imagens e editaram esse álbum para ser comercializado numa exposição comemorativa (POSSAMAI, 2007, p. 340).

Por fim, ao propor a análise desses retratos da cidade de Ponta Grossa como potenciais para a pesquisa historiográfica, percebemos tais retratos como indícios de práticas específicas, que fazem

parte de um conjunto amplo, e, assim, nos aproximamos dos apontamentos de Carlo Ginzburg acerca do papel do conhecimento histórico, que, segundo ele, é “indireto, indiciário, conjetural” (GINZBURG, 1989, p. 156), mas nunca absoluto.

### Considerações Finais

O álbum de Ponta Grossa pode ser pensado como uma grande ação municipal, ainda que, infelizmente, não seja possível chegar à informações quanto a sua tiragem e circulação, sua produção e composição demandaram grandes esforços em um período que os governos começavam a descobrir a potencialidade política da fotografia pública. Diante disso, a representação mais frequente observada nos retratos analisados foi a idealização de uma cidade urbana e em rápido crescimento, mas sem esquecer de exaltar seu passado.

Aqui, ao optar por uma série de dezoito retratos de um universo de mais trezentas e cinquenta fotografias, realizamos uma pequena problematização dos retratos produzidos na cidade que compuseram o álbum, ressaltando que esta é uma análise entre tantas possíveis e que a discussão realizada se volta para a compreensão da fotografia – e do álbum fotográfico – como uma das diversas narrativas acerca da cidade de Ponta Grossa.

Afinal, como ressaltou Marc Bloch acerca do trabalho histórico "o passado é tirano [...] permite conhecer dele o que ele nos dá" (BLOCH, 2001, p. 75), e no momento esperamos ter contribuído um pouco para refletir sobre quais foram as intenções do álbum analisado e quais retratos acerca de Ponta Grossa ele buscou afirmar no seu presente e legar para o seu futuro.

### Fontes:

PONTA GROSSA. *Álbum de Ponta Grossa*, Impressora Paranaense, 1936.

### Referências bibliográficas:

BARBOSA, Audrey Franciny. **Foto Bianchi: retratos e representações visuais do escolar (Ponta Grossa/PR, 1913-1943)**. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3005>.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1999.

- MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Porto Alegre/São Paulo, v. 2, n. 2, p. 11-20, jul./dez., 2013.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (Org). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 242-262.
- MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história & cultura** – v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.
- MONTEIRO, Rosana Hório. Cultura Visual: definições, escopo, debate. **Domínios da Imagem**, Londrina, n. 2, p. 129-134, 2008.
- MYSKIW, Antônio Marcos. Curitiba, "República das letras (1870/1920)". **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, v.2, n. 3, jan./jun. 2008, p. 01-27.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.
- POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920-1930**, 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- \_\_\_\_\_. Fotografia e cidade. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 67-77, jan.-jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Olhar passageiro: um álbum de fotografias entre memória, esquecimento e imaginário. **História Unisinos**, v. 11 n° 3, p. 330-341, set./dez. 2007.
- SANTOS, Jessica Leme. Getúlio Vargas visita o Paraná: discurso, fotografia e propaganda política na formação da imagem do presidente. **Anais**. VI Encontro Regional Sul de História e Mídia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016>.
- STANCIK, Marco Antonio. Fotógrafos pioneiros e a escrita da história. **Diários dos Campos**. Ponta Grossa, 18 fev. 2009. n. 30.657.

# O ensino de história em educação patrimonial a partir da (re)construção de narrativas e a representatividade feminina no processo educativo

Teaching history in heritage education from narrative (re)construction and female representativity in the educational process

**Ana Carolina Martinez**

Licenciada em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ana.c.martinez@hotmail.com

**Recebido em:** 28/02/2020

**Aprovado em:** 01/04/2020

**Resumo:** O ensino de história em educação patrimonial permitiu a construção da exposição "Quem conta um conto aumenta um ponto: o imaginário da cidade de Porto Alegre" no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, um espaço onde mediadores e educandos construíram juntos conhecimentos referentes ao imaginário da cidade de Porto Alegre, em especial à lenda da Maria Degolada. A partir da exposição, foi possível (re)construir as narrativas sobre Maria Francelina/da Conceição/Degolada, observando como sua identidade, enquanto mulher e vítima, foi sendo transformada no decorrer do processo histórico. Em vista disso, este artigo tem por objetivos perceber a importância da representatividade feminina para o processo educativo a partir da análise do caso vivenciado no Museu da Comunicação, compreendendo a importância da presença feminina enquanto educadora na construção de debates de temas como feminicídio e questão de gênero a partir da exposição, e perceber como o ensino de história atua na reconstrução de narrativas com temas sensíveis para estudantes mulheres.

**Palavras-chave:** Gênero; Representatividade; Narrativa.

**Abstract:** The teaching of history in heritage education allowed the construction of the exhibition "Who tells a story increases one point: the imaginary of the city of Porto Alegre at the Museum of Communication Hipolito José da Costa, a space where mediators and students have built together knowledge related to the imaginary of the city of Porto Alegre, especially the legend of Maria Degolada. From the exhibition, it was possible to (re)construct the narratives about Maria Francelina/da Conceição/Degolada, observing how her identity as woman and victim was being transformed during the historical process. In view of this, this article aims to understand the importance of female representativeness for the educational process from the analysis of the case experienced at the Museum, understanding the importance of the female presence as an educator in the construction of

debates on themes such as femicide and the issue of gender from the exhibition and understand how the teaching of history works in the reconstruction of narratives with sensitive themes for female students.

**Keywords:** Gender; Representativeness; Narrative.

## Introdução

Cadê meu celular?  
Eu vou ligar pro 180  
Vou entregar teu nome  
E explicar meu endereço  
Aqui você não entra mais  
Eu digo que não te conheço  
E jogo água fervendo  
Se você se aventurar  
Eu solto o cachorro  
E, apontando pra você  
[...]  
Eu quero ver  
Você pular, você correr  
Na frente dos vizim  
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Elza Soares - Maria de Vila Matilde

O estágio de docência em História - Educação Patrimonial, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, permitiu a construção de um espaço no museu constituído a partir da perspectiva da mediação participativa.<sup>1</sup> A exposição "Quem conta um conto aumenta um ponto: o imaginário da cidade de Porto Alegre" desenvolvida e exposta no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, permitiu um espaço onde mediadores e educandos construíram juntos conhecimentos referentes ao imaginário da cidade de Porto Alegre, em especial à lenda da Maria Degolada. Ao apresentar as diferentes narrativas produzidas sobre esta história, os visitantes foram convidados a analisar criticamente como as narrativas se transformam ao longo do tempo, como as questões de gênero se relacionam com as narrativas e como o conhecimento histórico é construído a partir de uma lenda.

---

<sup>1</sup> O conceito de mediação participativa utilizado para a construção do projeto foi o trabalhado por Nina Simon, onde ela elabora que o trabalho feito de forma participativa no museu deve servir para algo dentro do museu. SIMON, Nina. The participatory museum. Disponível em: [www.participatorymuseum.org/](http://www.participatorymuseum.org/) Acesso em: 02 abr. 2017.

A exposição partiu da perspectiva decolonial de patrimônio, baseado no texto de Átila Bezerra Tolentino (2018) sobre Educação Patrimonial Decolonial. O patrimônio, como observa o autor, é muito além da visão marcada pela prática eurocêntrica e colonialista, pautada na ideia de monumento e marcado, no Brasil, por estruturas como engenhos, fortalezas militares ou igrejas. A mediação partiu da perspectiva de que o patrimônio parte de referências culturais de diferentes grupos sociais e rompe com as lógicas homogeneizantes da identidade nacional (TOLENTINO, 2018).

A construção coletiva e democrática do conhecimento sobre o imaginário da cidade de Porto Alegre contou com a participação dos diferentes atores no processo, tanto de educandos e educadores como de instituições públicas e a comunidade local. O desenvolvimento da exposição sobre a lenda da Maria Degolada se enquadra na decolonialidade de Tolentino na medida em que reconhece o Patrimônio Cultural como “produto das relações sociais e dos significados que os indivíduos lhe atribuem” (2018, p. 56). Não sendo portando marcada por uma visão de patrimônio como monumento, mas de patrimônio também como lendas e locais dentro da comunidade Porto Alegrense.

O Patrimônio Cultural que constitui a memória e a história local não é compreendido aqui como mera representação do passado, mas enquanto seu papel educativo de transitar entre o passado e o presente. A letra da canção de Elza Soares, relacionada à discussão sobre a Maria Degolada, permite perceber e vincular o caso com a violência sofrida pelas mulheres no século XXI. A educação patrimonial é um recurso para a compreensão sócio-histórica das manifestações culturais e tem como processo educativo a construção coletiva do conhecimento (FLORÊNCIO, 2014, p. 19). Ela é compreendida como um processo de mediação, onde não há uma simples transmissão do conhecimento já construído, mas sim, conforme aponta Paulo Freire (2011), como um lugar de construção do conhecimento a partir do diálogo, valorizando os saberes populares.

O ensino de História se relaciona com a educação patrimonial na medida em que a educação escolar acontece também por meio do diálogo com os espaços culturais (SIMAN, 2003). Problematizando os usos sociais da memória da lenda da Maria Degolada, questiona-se ações, relações e produções sociais no tempo e como elas se relacionam com a comunidade porto alegrense. A partir da exposição de determinados elementos da lenda, foi possível gerar relações entre os educandos e o espaço de educação patrimonial, não como apropriação, mas também como interação. Como observado por Simone Scifoni, a educação patrimonial “implica em um processo de diálogo a partir

do qual se aprende/ensina, no qual se apreende os sentidos locais conferidos aos bens e lugares, os saberes populares, as relações estabelecidas com as coisas” (SCIFONI, 2019, p. 30-31).

Lana Mara Siman afirma que deve haver uma relação entre o espaço escolar, a vida social e o museu. A autora critica o tradicional papel vinculado ao museu, em que o aluno passa por uma experiência de “reverência e distanciamento com o acervo”, agindo de forma passiva e contemplativa. A “pedagogia do não”, de não tocar, não conversar e não correr, junto com a falta de tempo e propósito na visita do acervo impossibilita uma relação entre os educandos e o espaço de educação patrimonial (SIMAN, p. 186). A impossibilidade de uma relação ativa dos sujeitos no processo educativo impossibilita a construção de sentido do conhecimento ali apresentado.

O silêncio do educador no museu possibilita a surpresa e as indagações. A interação não se dá então de forma passiva. Para Siman (2003), é aí que se dá a interação, quando sujeito e objeto se encontram nesse silêncio inicial. A autora aponta os objetos como portadores de memórias e que também expressam as temporalidades das sociedades. Eles contribuem para a compreensão das muitas faces das experiências sociais e históricas dos sujeitos, promovendo e ressignificando os conhecimentos prévios dos estudantes, como proposto na mediação aqui apresentada. Ao apresentar diferentes formas de narrativas através dos objetos históricos, criou-se uma interação na qual o estudante conectou o que observava com sua realidade. Podendo assim interagir com as diferentes formas de se contar histórias, inclusive pensando em suas próprias histórias.

A produção da mediação surgiu a partir da solicitação de uma professora que ministra a disciplina de educação patrimonial do curso de história da UFRGS. O museu já possuía uma exposição montada que contava a história da produção cinematográfica, denominada “Do Fotograma ao Cinema”, na qual muitos dos equipamentos que foram utilizados pelos produtores técnicos e diretores de cinema do decorrer do século XX estavam expostos. Além de outra exposição sobre o processo de produção de jornais na primeira metade do século XX. O acervo do museu conta com inúmeros jornais e revistas do Rio Grande do Sul, do Brasil e até mesmo de outras partes do mundo, como revistas europeias e latino-americanas. O setor educativo do museu deixou todo o acervo à disposição dos educadores e apresentou um local vazio na exposição que poderia ser utilizado de forma a criar uma nova exposição. Através do diálogo com os departamentos do museu, surgiu a ideia de desenvolver um projeto com lendas urbanas da cidade de Porto Alegre, muito pautada pela aproximação com a

data da feira do livro da cidade. A lenda escolhida foi a da Maria Degolada, devido a sua aproximação com o ambiente escolar, e, a partir daí, criou-se uma exposição que contemplasse as outras exposições já existentes no espaço do museu, integrando todas elas.

As atividades da mediação ocorreram no turno da manhã e da tarde, conforme agendamento prévio das escolas. Foram realizadas seis mediações ao todo, cinco delas com turmas de ensino médio, que tinham entre 21 a 45 alunos, acompanhadas de seus professores responsáveis e uma destinada ao público geral, no sábado à tarde, que contou com a presença 45 pessoas, inscritas previamente via e-mail. As turmas eram divididas em dois grupos e a atividade durava em torno de 80 minutos. O grupo de visitantes era dividido entre duas duplas de educadores. As duplas variavam de forma que os quatro mediadores pudessem percorrer as quatro etapas da mediação nos dois circuitos possíveis e com um colega diferente.

O grupo de mediadores era composto por três homens e uma mulher. As quatro etapas da mediação foram divididas em: 1) O Fato - Cena do Crime – história de Maria Francelina e de seu assassinato; 2) História Oral e Visual – como a comunidade interpretou o fato, criou lendas a partir disso e, por meio do sincretismo, transformou Maria Francelina em Maria da Conceição; 3) As fontes – narrativa jornalística – como Maria foi representada e tratada nessas fontes, culpada ou vítima? e 4) Narrativa Fílmica – filmes e o arquétipo da lenda que a transformou em Maria Degolada.

Os grupos de visitantes divididos e acompanhados por uma dupla de mediadores poderiam começar ou pelo começo (narrativa 1) ou pelo fim (narrativa 4). Cada grupo de estudantes recebia no início da mediação um livro construído pelos mediadores, com perguntas previamente escritas que visavam tensionar o que estava sendo observado. Os livros foram intitulados como: 1) “comece pelo começo...” e 2) “comece pelo fim...”, estando as perguntas organizadas conforme o circuito que seria percorrido pelo grupo. Os estudantes foram convidados a responder as perguntas que se sentissem mais à vontade e da forma que desejassem (desenho, poema, texto dissertativo...), sendo optativo colocar seu nome ou não.

Em três mediações, com escolas diferentes, os grupos mediados pela dupla em que a única mulher do grupo de mediadores estava foram compostos majoritariamente por meninas. Nos 3 casos presenciados, os grupos mediados eram compostos por 14 a 15 meninas e 1 menino. O que possibilitou cenas em que as meninas falavam abertamente suas opiniões sobre o tema, relacionando com suas

histórias, se identificando com a personagem da lenda, denunciando as marcas de gênero na história do caso de Maria e reconstruindo sua narrativa. Situação que não foi observada com tanta força nas duplas compostas apenas por homens; conforme constatado após diálogo entre os mediadores na troca de relatos de suas mediações. Em vista disso, surgiram as seguintes questões: é possível perceber a representatividade feminina, enquanto educadora, como auxiliar no processo educativo, fundamentando a construção de debates de temas sensíveis como feminicídio e questões de gênero? Como o ensino de história atua na reconstrução de narrativas marcadas pela dominação de gênero?

O decorrer do projeto possibilitou perceber uma afinidade entre mediadora e estudantes, gerando um ambiente favorável para a discussão de temas sensíveis. O que permitiu a análise e discussão do tema proposto pela mediação e a capacidade de (re)construir a história de Maria Francelina/Maria da Conceição/Maria Degolada, percebendo a marca da dominação de gênero presente nessas narrativas. A partir disso, este artigo tem por objetivos perceber a representatividade feminina como fundamental para o processo educativo, a partir da análise do caso vivenciado no Museu da Comunicação, compreendendo a importância da presença feminina enquanto educadora na construção de debates de temas como feminicídio e questão de gênero; e perceber como o ensino de história atua na reconstrução de narrativas com temas sensíveis para estudantes mulheres.

A música escrita pela artista Elza Soares, intitulada “Maria da Vila Matilde”, se relaciona com uma das falas feita por uma das estudantes durante a mediação. Segundo a estudante: “talvez as mulheres sejam assombrações que se vingam nas histórias de terror porque é a única forma que as mulheres têm de se vingar pelo que fizeram e fazem com elas!”. Elza Soares, na música aqui citada, apresenta mais um caso de abuso e violência doméstica. Entretanto, ela consegue se posicionar e denuncia o companheiro. Assim como esta Maria, muitas outras Marias sofrem da mesma violência, dentro e fora de casa. Porém nem todas têm a mesma possibilidade que a da Vila Matilde, como é o caso da Maria da Conceição.

O ensino de história relacionado com a educação patrimonial permite observar as continuidades e discontinuidades presentes nas histórias e na memória coletiva e como um passado pode se fazer ainda presente. Elza Soares, ao apontar mais um caso de abuso e violência contra a mulher, mostra como ainda é necessário desenvolver conhecimentos sobre a questão de gênero nas narrativas históricas e encontrar os abusos passados ainda presentes. É em homenagem a estas muitas

Marias, movida pelo conhecimento histórico, buscando a reparação e a verdade sobre suas histórias, que surgiu a mediação no estágio curricular de docência em História - Educação Patrimonial que se pauta neste artigo.

### **"Quem conta um conto aumenta um ponto: o imaginário da cidade de Porto Alegre"**

O presente artigo parte da proposta de ação educativa desenvolvida no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. O Museu foi criado em 10 de setembro de 1974, e seu nome homenageia o fundador do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, que circulou entre 1808 e 1822. O prédio que sedia o museu também tem importância histórica: foi a sede do periódico *A Reforma*, órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, que circulou de 1884 até 1937, quando foi fechado pelo Estado Novo. Intimamente ligado à história do Rio Grande do Sul e do Brasil, o museu teve que lidar inclusive com os tempos de censura da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) ao ter seu primeiro editor, Sérgio Dillenburg, afastado após a exibição de um filme soviético na Assembleia, considerado subversivo à época.

A mediação realizada no museu teve como temática o conceito de 'narrativa'. Seja ela uma narrativa histórica (historiográfica), oral, fílmica, literária, jornalística ou folclórica/mítica. Tais elementos são observados como formas existentes de se contar histórias, sem perder as ligações entre o conhecimento produzido na academia, no ramo das artes, ou no espaço das culturas populares. Para tanto, foi utilizado como fio condutor um caso de assassinato, ocorrido em 1899, na atual Vila Maria da Conceição, em Porto Alegre. Anteriormente a região era conhecida como Morro do Hospício, por se localizar próximo ao Hospital Psiquiátrico São Pedro. A vila, atualmente, leva esse nome em homenagem a Maria Francelina Trenes, vítima de feminicídio. Nascida na Alemanha, em 1878, migrou para o Brasil e se alocou no morro aqui citado. Segundo os relatos das testemunhas, descritos no Processo Crime, Bruno e Maria estavam em um piquenique no Morro do Hospício, junto de outros casais, quando ocorreu o crime. As testemunhas (apenas homens testemunharam), afirmaram que o casal começou a brigar e teriam se afastado dos demais. Bruno teria então puxado uma faca e degolado Maria. As testemunhas afirmaram que não tiveram tempo de interferir na ação. Maria foi então degolada por Bruno Soares Bicudo, soldado da brigada militar do Rio Grande do Sul, em 12 de novembro de 1899, quando tinha 21 anos, o que acabou gerando grande comoção na comunidade.

Parte das informações sobre o caso foram retiradas do Processo Crime registrado em 1899 contra Bruno Soares Bicudo e disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O Arquivo também disponibilizou para o projeto materiais complementares sobre o caso, como a transcrição do jornal *A Gazetinha*, edição do dia 13 de novembro de 1899, que noticiou o assassinato. Tanto o Processo Crime quanto a transcrição do jornal foram utilizados durante a mediação com o público. O material enviado pelo Arquivo contava também com uma história em quadrinhos sobre a Maria Degolada, com imagens da comunidade (passado e presente), do santuário construído em sua homenagem, a imagem da placa em homenagem ao centenário da morte de Maria exposta no cemitério da Santa Casa e imagens da casa de correção para onde Bruno foi enviado após o julgamento. Todos esses materiais também foram expostos durante as mediações.

A partir da morte de Maria, várias narrativas passaram a circular, seja na imprensa, seja através da oralidade, sobre o caso. Por um lado, houve a defesa do ato, ligando-o à defesa da honra de Bruno, que teria sido provocada por uma suposta traição afetiva de sua amante (revista *O Cruzeiro*, edição de 1958, disponível no acervo do próprio museu e exposto na mediação; jornal *A Gazetinha*, edição de 1899) ou pela recusa de uma prostituta ao amor de Bruno (jornal *A Reforma*, edição de 1899 disponível também no acervo do museu e exposto na mediação). Enquanto, no outro extremo, Maria passou a ser considerada uma divindade, sendo relacionada à Nossa Senhora da Conceição (*O Cruzeiro*). Como aponta Kerber (2004), as entrevistas realizadas na comunidade demonstram que ainda há uma disputa sobre a imagem de Maria na lenda da Maria Degolada. Seria ela uma mulher de família morta injustamente, uma companheira adúltera, uma amante ou uma prostituta? Segundo o autor, o mito ainda se mantém em uma “dinâmica de construção até os dias atuais, independente da versão oficial” (KERBER, 2004 p. 66).

De acordo com Kerber, “seu túmulo existe até hoje e foi construído pela própria comunidade [...] Lá, levam-se flores e pede-se ajuda a esta que, para muitos, é considerada santa” (2004, p. 66). As lendas ao redor de sua história classificam-na como protetora da região, que se nega a abençoar pessoas dos corpos de polícia (SANTOS, 2015, p. 274) - uma ligação direta com o seu agressor e com a relação da opressão policial presente no morro. Bruno, seu assassino, foi um brigadeiro que cometeu o crime com 29 anos e foi preso no presídio central de Porto Alegre. Dos 30 anos de sua sentença, cumpriu apenas 7 anos. Um homem mestiço, como aparece nos arquivos, pobre e militar, no final do século

XIX. Esta figura também se apresenta como central para a problematização da construção social porto alegreense, em tempos de mudanças radicais nos âmbitos políticos e sociais (CASTILHOS, 2008).

Sua história foi um fato, passou pela oralidade da comunidade local, virou notícias em jornais e revistas e, por fim, entrou no imaginário da cidade de Porto Alegre como mito e lenda. A partir dessa história, os objetivos da ação educativa foram: compreender de que forma o saber histórico é construído a partir de diferentes narrativas; entender como as narrativas sobre um fato são disputadas, ressignificadas e transformadas ao longo do tempo; debater a experiência do trabalho do historiador; compreender como diferentes formas e meios de se aproximar de uma narrativa influencia no entendimento sobre ela; problematizar a sociedade porto alegreense em que Maria Francelina viveu e como as questões raciais, de classe e de gênero interligam a sua história à da cidade.

Para cumprir com os objetivos propostos, em cada mediação, os mediadores foram divididos em duplas que seriam responsáveis por acompanhar cada grupo. Cada dupla ficou responsável por guiar os grupos a partir de um dos trajetos propostos: 1) iniciando pela cena do crime onde os fatos foram exposto sem nenhum juízo de valor ou 2) iniciando pela narrativa fílmica do arquétipo feminino nos filmes de terror e que tipo de história se construiu a partir de um fato ocorrido séculos atrás. O grupo que tomou o primeiro caminho terminou a trajetória no lugar em que o outro grupo começou, e vice-versa, não havendo ausências de narrativas na exposição.

O trajeto 1 iniciava pela narrativa do fato, representada pela cena do crime, na qual foram expostos elementos que buscavam reconstituir a cena em que Maria Francelina teria sido morta. Nessa narrativa, os visitantes foram convidados a exercer um trabalho de detetive e investigar o que estava sendo observado. Na cena havia os seguintes objetos: uma árvore, uma toalha de piquenique, uma faca com “sangue”, uma cadeira e o contorno de um corpo feito com fita com a cabeça deslocada. Cada um desses elementos estava acompanhado de um número que correspondia a uma legenda da cena, que se encontrava colada na parede. Nesse momento, os visitantes recebiam o livro com as questões já escritas e eram convidados a realizar um trabalho investigativo, tentando descobrir o que havia acontecido, o que a cena representava, o que as pessoas estavam fazendo na cena e se conseguiam dizer quem era a vítima. Após esta etapa, o grupo se reunia e falava o que havia descoberto da primeira narrativa.

A segunda narrativa dizia respeito sobre a história oral e visual sobre o fato. Nessa etapa, os visitantes eram convidados a observar as imagens da Porto Alegre do final do século XIX e início do século XX e pensar como deveria ser a cidade em que Maria viveu e morreu e se era uma cidade muito diferente da atual. Havia também imagens da capela feita pela comunidade em sua homenagem, da placa homenageando seu centenário, uma suposta imagem de Maria Francelina colocada junto com um santinho da Nossa Senhora da Conceição, imagens do Processo Crime e da cerveja Maria Degolada. Após ler as imagens e discutir o que havia sido percebido pelos visitantes, e se eles viram relação entre a narrativa 1 e 2, os mediadores contavam a história da cena do crime. Nesse momento, todos se sentavam no chão e iniciava um diálogo sobre o assassinato de Maria Francelina, agora Maria da Conceição. Foram discutidas questões como: que Porto Alegre permitiu sua morte? Por que o caso dela dentre tantas mulheres assassinadas virou lenda e outras não? Ainda hoje mulheres são assassinadas pelos companheiros? Havia legislação de proteção à mulher naquela época? E hoje? Há casos de homens sendo mortos por mulheres? Por que apenas homens testemunharam no Processo Crime se havia mulheres também presentes no momento? Por que ela foi relacionada a uma santa?

Após, o grupo seguia para a terceira narrativa na qual fontes históricas foram expostas e trabalhadas com o grupo. O jornal *A Gazetinha*, a revista *O Cruzeiro* e o jornal *A Reforma* foram expostos e os visitantes foram convidados a ler as matérias que faziam referência a Maria. Os jornais *A Gazetinha* e *A Reforma* continham matérias que expunham o assassinato de Maria Francelina e a revista *O Cruzeiro* continha uma reportagem intitulada “Uma favela e duas Santas”, que contava um pouco sobre a lenda da Maria Degolada e sua santificação pela comunidade. Neles, os visitantes foram convidados a observar o que fora dito sobre o caso, se apontavam ela como vítima ou como culpada e como Bruno era retratado pela mídia. Também foi questionado quem escreveu as matérias, se eram homens ou mulheres, se eram da classe alta ou da menos abastada, se havia diferença nas datas das publicações e por que esse caso em particular foi noticiado. Nessa narrativa também foi utilizada a exposição preparada pelo museu sobre a produção de jornais na primeira metade do século XX e foi discutida a acessibilidade a notícia e quem detinha o poder de escrever e ler as informações.

A última narrativa do trajeto 1 era uma narrativa fílmica. Essa etapa foi realizada no local onde o museu havia preparado a exposição *Do Fotograma ao Cinema*, e foram acrescentadas imagens de filmes de terror, juntamente com suas respectivas sinopses. Todos os cartazes de filmes selecionados

continham imagens de mulheres e as sinopses traziam histórias parecidas sobre mulheres em busca de vingança e espíritos vingativos. Os visitantes tinham então que ler e observar esses cartazes e, após alguns minutos, o grupo se reunia para relatar suas conclusões. O objetivo foi trabalhar o arquétipo da mulher que, após sua morte (como espírito), ou ainda em vida, se vinga de seus agressores, geralmente homens. Histórias muito parecidas com a lenda da Maria Degolada. Também fazia parte dessa narrativa compreender como o cinema participa da continuidade desse arquétipo. Maria, agora Degolada, é transformada em lenda que assombra as escolas e a comunidade. Muitos dos visitantes se identificaram por a chamarem nos banheiros da escola quando eram mais novos. Percebeu-se nessa narrativa como um fato pode ser transformado e readaptado de diversas maneiras pelo imaginário social e que a representação de Maria Degolada não é única. Assim como os filmes expostos, a lenda reflete também o arquétipo da mulher vingativa, que pode ser observado na frase dita por uma das alunas durante a mediação: “Talvez as mulheres sejam assombrações que se vingam nas histórias de terror porque é a única forma que as mulheres têm de se vingar pelo que fizeram e fazem com elas!”.

O grupo que iniciava pelo trajeto 2 “Comece pelo fim...”, visitava todas as etapas da exposição, porém na ordem contrária, começando pela narrativa 4 e terminando na narrativa 1. O objetivo de quem iniciava pelo trajeto 1 era observar como pode haver diversas versões sobre um acontecimento, explorando o trabalho do historiador e percebendo que é possível reconstruir a história a partir de diversas fontes. O objetivo de quem iniciava pelo trajeto 2 era observar como uma história pode ser reconstruída partindo de sua atualidade e, através da análise de fontes diversas, buscar uma proximidade com o ocorrido em sua própria época. Quem iniciava pelo trajeto 1, acabava por compreender a história de Maria Francelina de forma mais cronológica, apontando as transformações que a personagem sofreu ao longo do tempo, até se transformar em lenda. Quem iniciava pelo trajeto 2, acabava observando as muitas marias que existiram e percebendo mais o machismo presente na narrativa que a tornou Maria Degolada.

Os objetivos da exposição anteriormente citados foram desenvolvidos com base no contato das turmas com os objetos expostos, como equipamentos de gravação e edição de filmes, edições jornalísticas e suas cópias impressas (para maior contato das turmas). Além do acervo fotográfico do museu, de livros, pôsteres e demais artefatos que fazem parte de produções narrativas, sejam quais forem os segmentos, e com a cena do crime remontada, onde o trabalho investigativo foi provocado

nos educandos. Durante todo esse trajeto, os alunos e as alunas tinham à sua disposição um caderno/livro personalizado pelos mediadores.

Durante a exposição elaborada, em três mediações distintas, das 6 realizadas pelos mediadores, o grupo de estudantes que acompanhou a dupla em que estava a mulher, foi composto por 14 a 15 meninas e 1 menino e por professoras mulheres que acompanhavam o grupo. Enquanto os grupos que acompanharam a dupla dos outros mediadores (ambos homens) eram bastante diversos e mistos, com meninos e meninas. Durante a realização da mediação, percebeu-se que, em algumas situações, as meninas se sentiam mais à vontade para questionar, tencionar e opinar sobre o caso de feminicídio, discutido e trazendo alguns relatos de suas vidas pessoais, sobre as várias versões de narrativa que se construiu sobre o caso (que apontam a vítima como prostituta, amante e namorada) e sobre como ainda há muitos casos como o dela, mesmo com as leis atuais de proteção à mulher. Havendo uma questão latente das relações de gênero que as estudantes apresentavam como sendo vital para compreender o caso.

A partir dessa experiência, pode-se perceber que provavelmente há um ambiente aberto e disponível para essas alunas quando o mediador ou o professor é uma mulher. Elas se sentiram mais à vontade para falar e pensar a sociedade a sua volta e sobre o passado proposto na atividade. Situação que pode ser constatada após o diálogo com os outros mediadores. O ambiente de sororidade<sup>2</sup> proporcionado pela presença feminina junto à educadora, quando esta está disposta a abrir o ambiente para tanto, permite que haja um processo educativo de representatividade, de resistência e de autoafirmação.

---

<sup>2</sup> O termo sororidade possui múltiplos contornos. Conforme analisado por Tatiane Leal (2019), em sua tese de doutorado, sororidade pode ser pensada de diversas maneiras. Em sua origem etimológica, “Do latim, *soror* (irmã), o termo significa uma espécie de solidariedade ou empatia entre mulheres” (LEAL, p. 16). Podendo ser também uma “manifestação sagrada da essência feminina” ou um “compromisso ético de prática feminista” (LEAL, p. 84). Segundo ela, “seria possível formular a hipótese de que sororidade é um chamado ético que interpela os feminismos contemporâneos, com base em um sentimento [...] partilhado por uma irmandade imaginada de mulheres” (LEAL, p. 22). Empatia e solidariedade não seriam, portanto, segundo a autora, palavras suficientes para expressar o que o ativismo contemporâneo declara sentir em relação a outras mulheres. Ela propõe a ideia de *invenção da sororidade* enquanto ações e práticas consideradas boas e desejáveis para as mulheres em suas relações sociais. Estando essas ações vinculadas ao campo da ética e as formas de sociabilidade feminina. Sororidade é vista então como um sentimento capaz de impulsionar ações, movimentos e campanhas de ações sociais de mulheres para mulheres, em nome da coletividade feminina. O ambiente proporcionado na mediação permitiu o vínculo entre o caso apresentado e as estudantes e que estas repensassem novas narrativas para a vítima e para si próprias.

## Gênero, Temas Sensíveis e Representatividade Feminina no Processo Educativo

As construções de narrativas históricas como a lenda da Maria Degolada são marcadas pela dominação de gênero. Quando se percebe o gênero como "[...] um elemento constitutivo das relações sociais [...] e uma maneira primária de significar relações de poder" (SCOTT, 1994, p. 12), se compreende que as narrativas feitas logo após a morte de Maria Francelina são marcadas por essas relações. Das quatro narrativas desenvolvidas com os estudantes durante a mediação, em três delas Maria Francelina/Maria da Conceição/Maria Degolada foi retratada com culpada pelo ocorrido.

A identidade do ser mulher e seu papel social, como observa Guacira Lopes Louro (2008, p. 17), é um "modo de ser e de estar no mundo" que não resulta de um único ato, mas que se constitui a partir de uma construção. Segundo Louro (2008, p.18), nada há de natural ou dado no ser homem e no ser mulher, ambos são processos desenvolvidos no âmbito da cultura. Maria foi considerada culpada de sua própria morte, por ser uma "amante traidora", "companheira traidora" ou "prostituta que negou um cliente". A dominação de gênero presente nessas narrativas vem desde o século XIX (quando ocorreu seu assassinato, mas também bem antes disso) até os dias atuais vivenciados pelos estudantes que participaram da mediação.

A abordagem dos temas sensíveis guarda estreita conexão com a educação em direitos humanos, pois muitos dos episódios ali estudados implicaram sua violação. Nesse contexto, a formação docente é interpelada por diferentes narrativas ligadas a um passado que cobra respostas, coloca em questão as grandes narrativas e transforma os fatos passados em problemas do presente. Os acontecimentos traumáticos têm forte presença e convocam o educador a pensar o ensino de História diante dos acontecimentos-limite (SEFFNER; PEREIRA; PACIEVITCH; GIL, 2018, p. 90).

O debate de temas sensíveis, como proposto na mediação, permite que os estudantes percebam o passado como interpretação, a partir dos sentidos que atribuímos a ele.

Quando há professores (independente da identidade de gênero) dispostos a propor um ambiente escolar aberto ao processo de humanização e conscientes de seus papéis enquanto educadores (REIDEL, 2013), há a possibilidade de um ambiente favorável às discussões de temas sensíveis. "A formação docente necessita oferecer espaço para as sensibilidades e o diálogo singular, que estabelece vínculos com a memória e os temas difíceis, revitalizando as relações entre o presente e o passado na perspectiva da educação em direitos humanos" (SEFFNER; PEREIRA;

PACIEVITCH; GIL, p. 91). Ao trazer para a mediação o caso de feminicídio de Maria Francelina/Maria da Conceição e como as diferentes narrativas sobre o ocorrido a transformou na lenda da Maria Degolada, a violência sobre o corpo dessa mulher e de muitas outras foi colocada para o debate.

Os meninos se sentiram desconfortáveis em muitas situações, principalmente quando apontado que muitas narrativas traziam Maria como a culpada pelo ocorrido. A brutalidade de sua morte e o poder sobre o corpo feminino também foi motivo de espanto para muitos. As meninas tinham expressões diferentes. Elas apresentavam indignação e revolta, tanto pelo caso apresentado como pela proximidade com a realidade atual, trazendo notícias de mulheres que tiveram um destino parecido com o de Maria Francelina e que também foram culpabilizadas. Muitas relataram como ainda é permanente a violência contra a mulher, seja ela dentro ou fora de casa, apesar das leis de proteção a mulher, e como o discurso sobre sua culpa ainda é algo permanente, fazendo relações com suas próprias histórias.

A existência de uma professora mulher mediando uma oficina de ensino de História sobre um caso de feminicídio, que teve sua narrativa marcada pela dominação de gênero, e propondo este debate abertamente permitiu uma experiência importante na construção de mulheres enquanto professoras. Oportunizar um ambiente que possibilitasse a reconstrução dessas narrativas marcadas pela dominação de gênero com meninas e meninos é vital para a educação patrimonial e para o ensino de História. O papel social de ser mulher e professora faz com que seja possível perceber como é importante a representatividade feminina na sala de aula enquanto educadoras. Percebeu-se que, ao propor o espaço de debate e (re)construção da narrativa histórica, observando como as questões de gênero estão intrínsecas nessas narrativas, há um processo educativo efetivo de debate dos temas sensíveis, como violência contra a mulher. O debate com as estudantes e a percepção de que as narrativas que culpabilizam a mulher pela violência ocorrida contra elas são também construções datadas historicamente, possibilitou desconstruir as narrativas e reconstruí-las.

**"Triste, louca ou má / Será qualificada / Ela quem recusar"<sup>3</sup>**

A mediação participativa proposta no Museu Hipólito José da Costa resultou, entre outras coisas, na construção coletiva de dois livros, tanto pelos mediadores como pelos que visitaram a exposição "Quem conta um conto aumenta um ponto: o imaginário da cidade de Porto Alegre". Os livros foram intitulados como: 1) "Comece pelo começo..." e 2) "Comece pelo fim..." e foram construídos pelos mediadores. Os estudantes recebiam cada livro conforme o trajeto que seus grupos iniciavam a mediação. A partir de perguntas já transcritas pelos mediadores, os visitantes foram convidados a responder as questões que se sentissem à vontade para responder, sendo optativo colocar nome ou não<sup>4</sup>.

O livro 1 correspondia ao trajeto 1- "Comece pelo começo..." e continha as narrativas na ordem: 1) O fato, 2) Oral e Visual, 3) As Fontes: jornais e 4) Fílmica. O livro 2 correspondia ao trajeto 2 – "Comece pelo fim..." e continha as narrativas na ordem: 4) Fílmica, 3) As fontes: jornais, 2) Oral e Visual e 1) O fato. Dentre as perguntas e respostas presentes nos livros, foram selecionadas as que apresentavam diferentes narrativas sobre Maria Francelina/Maria da Conceição/Maria Degolada. O objetivo será discutir a construção de narrativas marcadas pela dominação de gênero sobre Maria, enfatizando o ensino de história na construção deste questionário e suas respostas e a representação da identidade de Maria nestes relatos.

No livro 1 "Comece pelo Começo...", uma das perguntas da 1ª narrativa questionava: "O que mais chamou a atenção nesta cena?". Uma das respostas foi: "Que mesmo todos os homens daquela festa estando acompanhados de suas parceiras, logo depois do crime na hora de testemunhar somente os homens testemunharam". Observa-se que o que mais chocou foi o fato de apenas homens terem dado seu testemunho sobre o caso, quando na verdade havia homens e mulheres presentes. A dominação de gênero sobre a narrativa de Maria foi perceptível para este estudante.

Os diálogos ocorridos na mediação perante este fato foram em volta do questionamento de como se poderia ter uma narrativa imparcial do ocorrido quando apenas determinado sexo, que detinha

---

<sup>3</sup> Trecho da música "Triste, Louca ou má" do grupo Francisco, el Hombre. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma/>. Acesso em: 17 nov 2019.

<sup>4</sup> Para os fins deste artigo, não se faz necessário expor o nome dos estudantes que optaram por colocá-lo. Os estudantes foram instruídos a responder as questões livremente, com a ressalva de não poder escrever como resposta "sim", "não", "talvez" ou "não sei".

o poder, pode testemunhar. No livro 2 “comece pelo fim...”, a 2ª narrativa trazia a seguinte questão: “Sobre as narrativas produzidas pela comunidade, como você explica as outras versões?”. Em que um estudante respondeu: “Entendi que naquela época faltou informações vindas de quem presenciou o crime. Que as pessoas tiraram suas próprias conclusões”.

Juntando as duas respostas, podemos perceber que os estudantes observaram como a falta de informação impossibilita a construção de uma narrativa mais complexa e possivelmente mais de acordo com o ocorrido. Também pode-se perceber que os estudantes compreenderam, através do ensino de história, que as narrativas são construídas por meio de fragmentos do passado. As diversas narrativas sobre a mulher que recusa um homem ou que o trai são utilizadas para validar atos contra ela. Como apontado pelos estudantes, houve um grupo específico de pessoas que relatou a morte de Maria Francelina.

A dominação de gênero sobre sua história foi apontada pelos próprios visitantes. Guacira Lopes Louro observa que

Distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmo, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos “outros” (sobre os outros). (LOURO, 2000. p. 9).

Os estudantes perceberam, ao longo da mediação, como a narrativa histórica do ocorrido com Maria Francelina estava marcada pelas relações de gênero e de poder. A construção do imaginário social do final do século XIX e início do XX permitiu que ela fosse representada como prostituta, como amante e como traidora.

Até mesmo as narrativas que apontavam ela como santa traziam Bruno como uma vítima de sua postura enquanto mulher naquela sociedade. Como pode ser observado pela pergunta do livro 1 sobre “O que esta narrativa conta?”, onde alguém respondeu “Que o poder de base de uma sociedade se dá pelas pessoas, e sua construção depende muito do certo e errado acertado naquele contexto social. Que no fim, conta apenas uma história, ou lenda, um fato, de uma mulher sendo degolada, por pura conveniência do Carlos Brum”.

Ao observarmos no livro 2, a questão referente a 1º narrativa “Qual é a história que você aprendeu no Museu sobre a Maria Francelina?”, obtivemos duas respostas interessantes: a resposta 1 dizia “A história de um feminicídio, que na época, não era visto como tal. A mulher culpabilizada pelo próprio assassinato, e com a história disseminada pela boca do povo, transformada em lenda urbana”; a resposta 2 dizia “A história de uma mulher vítima de feminicídio no fim do século XIX a partir de diferentes tipos de narrativas produzidas em dois momentos: imediatamente após o assassinato e meio século depois, quando a mulher tornou-se personagem de Porto Alegre”. Em ambas as respostas, percebemos que o caso foi reconhecido como feminicídio por ambos os visitantes.

Percebemos também como o ensino de história estrutura suas respostas na medida em que são produzidas ao final da mediação, depois de terem percorrido todo o trajeto proposto no museu. Eles enfatizam o feminicídio, a construção das narrativas em diferentes momentos e por públicos diferentes e como o imaginário da cidade de Porto Alegre se vincula a este processo. Diferente da resposta à questão do primeiro livro, onde a perspectiva da narrativa e sua construção ainda não é observada. Porém, a violência e o poder estão mais marcados na resposta do livro 1.

As possibilidades da sexualidade, como apontado por Guacira Lopes (2000), sobre as formas de se expressar os desejos e prazeres, também são socialmente estabelecidas e codificadas. “As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2000, p. 6). Se Maria foi ou não prostituta ou traidora, não deveria importar para o caso. Sua morte não é justificada em nenhuma circunstância. Os estudantes compreenderam que as narrativas apresentadas na mediação são datadas historicamente e que elas foram possíveis devido às redes de poder daquela sociedade que moldou o imaginário social que as construiu. Quando percebem que o passado é uma interpretação, a partir dos sentidos que atribuímos a ele, os estudantes conseguem construir suas próprias narrativas sobre o caso. Percebemos aqui como o ensino de história atua na reconstrução de narrativas marcadas pela dominação de gênero.

O livro 1 trazia também a questão referente a 4º narrativa: “O que você sabe sobre a lenda da “Maria Degolada”?”. A qual uma das respostas foi: “Mesmo a Maria sendo a vítima do que Brum fez com ela, foi taxada como culpada. E apenas muitos anos depois, viu-se que a culpa não era dela, e ela também foi considerada uma santa”. E “Como são as mulheres dos filmes de terror?”. Que teve como resposta: “mulheres surtadas que voltam para se vingar”. O objetivo desta 4º narrativa era tencionar

como um fato histórico se transforma em lenda ou filme e como o arquétipo da mulher louca e vingativa é repetido em diversas dessas narrativas. Os estudantes observaram que, mesmo ela sendo a vítima, apenas anos depois ela deixou de ser considerada culpada, sendo inclusive santificada pela comunidade em que ela viveu. Eles também perceberam que há uma característica em comum nas mulheres representadas nos filmes de terror com a lenda, elas são “surtadas que voltam para se vingar”.

A mulher é “triste, louca ou má” sempre. Era assim no tempo do assassinato de Maria Francelina e continua sendo atualmente nos filmes que assistimos. Guacira Lopes Louro observa que “essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições e agrupamentos sociais” (LOURO, 2000, p. 6). Essas múltiplas identidades atribuídas à Maria podem ser rejeitadas e abandonadas, dando lugar a uma nova perspectiva sobre seu caso. O que foi possível perceber quando foi exposto aos estudantes o caso de seu assassinato a partir da análise histórica, com os fragmentos e narrativas desenvolvidos ao longo dos anos.

Por fim, há ainda uma última resposta para ser considerada. No livro 2, a 3ª narrativa trazia a seguinte questão: “Ela foi considerada vítima ou culpada? Há diferença no ano de publicação dos jornais?”. A qual tivemos a seguinte resposta: “Ela foi vítima, mas considerada como culpada pelas circunstâncias do ocorrido. Por ser mulher, e ainda por cima viver de forma não 'digna'. Viver do sexo, não se envolvendo amorosamente com o sexo oposto. só pelo prazer ou pelo dinheiro”. As narrativas de Maria, independente de qual das marias estamos falando, são extremamente marcadas pela dominação de gênero. No discurso ou na realidade, a mediação possibilitou aos estudantes que percebessem essa relação de dominação e que pudessem reconstruir sua própria narrativa da Lenda da Maria Degolada. Eles conseguiram observar diversas formas de se contar a mesma história e de se compreender a mesma pessoa. Como observa Chimamanda Ngozi (2009) em palestra do TED Talk, uma história única sobre uma pessoa ou um lugar é um perigo para o saber histórico.

A percepção de como o ensino de história atua na reconstrução de narrativas com temas sensíveis para estudantes mulheres revelou-se uma experiência transformadora. A construção de narrativas marcadas pela dominação de gênero sobre Maria permitiu observar como existem diferentes representações de sua identidade nestes relatos. Segundo Louro (2000, p. 8), “De acordo com as diversas imposições culturais”, nós construímos os corpos e as narrativas “de modo a adequá-los aos

critérios estéticos [...], morais, dos grupos a que pertencemos”. As imposições culturais, segundo a autora, são distintas e diferentemente atribuídas aos corpos de homens e mulheres. Ao tencionar como as diversas narrativas sobre a mulher que recusa um homem ou que trai é transformada para validar atos contra ela, foram observadas distintas representações de Maria Francelina presente nas respostas. Permitindo observar que, na medida em que a mediação foi avançando, a imagem fixa que se tinha do caso da Lenda Maria Degolada foi sendo alterada e como ainda há muitas Marias buscando que suas histórias sejam (re)construídas.

### Considerações Finais

À mulher que recusa ou trai um homem se destina o rótulo que a culpabiliza pelas ações tomadas contra ela. Ela pode ser triste, louca ou má, como na música do grupo Francisco, el hombre. Ela pode ser traidora ou prostituta. Independentemente de como for rotulada, a narrativa escrita sobre sua situação é marcada pela dominação de gênero. Perceber que o passado é uma interpretação, de sua própria época e do presente, permite que, a partir do ensino de história, essas narrativas possam ser (re)construídas.

A música da artista Elza Soares, intitulada “Maria da Vila Matilde”, recorda e denuncia a vida de muitas Marias que sofreram e ainda sofrem com a violência contra a mulher. Apesar de na música Maria conseguir se posicionar e denunciar o companheiro, muitas outras Marias não tem o mesmo destino. Maria Francelina/Maria da Conceição/Maria Degolada tiveram suas narrativas marcadas pela dominação de gênero que determinou como sua história seria contada. O conhecimento histórico e o ensino de história, têm como um de seus compromissos reparar essas narrativas, percebendo suas construções e buscando maior veracidade sobre as histórias dessas muitas Marias.

A partir da atividade proposta e realizada no *Museu da Comunicação Hipólito José da Costa*, os visitantes conseguiram, a partir do ensino de História e da educação patrimonial, perceber que o conhecimento histórico é construído a partir de diversas fontes e de fragmentos do passado. Na medida em que a mediação foi sendo realizada, eles conseguiram compreender que é possível construir conhecimento a partir de uma lenda, neste caso, como o imaginário da cidade de Porto Alegre pode ser reconstituído a partir de quatro narrativas distintas. Eles conseguiram também entender como as narrativas sobre um fato são datadas historicamente e sofrem disputas, são resinificadas e

transformadas ao longo do tempo. Assim como as diferentes formas de se aproximar de uma narrativa influenciam no entendimento sobre ela.

Com base no ensino de História, também foi possível aos estudantes observar as continuidades e descontinuidades presentes nas histórias e na memória coletiva, analisando como o passado ainda pode se fazer presente. Assim como perceber que a falta de informação impossibilita a construção de uma narrativa mais complexa e mais de acordo com o ocorrido, e que sempre deve ser observado quem conta a narrativa. A partir da visita mediada, os visitantes conseguiram perceber os objetos como fontes históricas e portadores de memórias, conforme apontado por Siman (2003). Podendo assim observar a temporalidade das sociedades, pensando a Porto Alegre em que Maria viveu e a que eles mesmos vivem. Por fim, foi possível, a partir da mediação, que os visitantes analisassem criticamente a lenda da Maria Degolada e perceber como ela se transformou com o tempo, assim como compreenderam que as variáveis de quem fala, quando e onde interferem na narrativa histórica. Eles perceberam como as questões de gênero transpassam as histórias e, a partir disso, reconstruíram as narrativas de Maria, relacionando com casos da atualidade.

A mediação no estágio curricular de docência em história - educação patrimonial sobre a lenda da Maria Degolada também permitiu um ambiente onde a representatividade feminina no espaço educativo trouxesse debates de temas sensíveis como feminicídio e dominação de gênero nas narrativas. O espaço aberto ao debate, possibilitou a participação dos estudantes na mediação percebendo a dominação de gênero na narrativa de Maria Francelina e problematizando essa questão a partir de sua própria experiência. O ensino de história vinculado a educação patrimonial e voltado para o debate de temas sensíveis, neste caso para a discussão do feminicídio e da violência contra a mulher, é também feito para que frases como “cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim” sejam cada vez mais ditas e ouvidas.

### Referências bibliográficas:

CASTILHOS, Carlos Daniel de & Constantino, Núncia Maria S. de (orientadora). **Maria Francelina Trens, a Maria Degolada, e a População Urbana Marginal em Porto Alegre na virada do Século XIX**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2008.

FLORÊNCIO, Sonia et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: **IPHAN**, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/1VhZXdQ>. Acesso em: 08 ago. 2019.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- KERBER, Alessander. O mito da Maria Degolada: estudo sobre as representações de um espaço da cidade de Porto Alegre. In: **Biblos**, Rio Grande. p. 63-71. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/56455>. Acesso em 17/10/2019.
- LEAL, Tatiane. **A invenção da sororidade: sentimentos morais, feminismo e mídia**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. Gender and sexuality: contemporary pedagogies. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n.2 (56), p. 17-23, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O CORPO EDUCADO: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.
- PESAVENTO, Sandra. Lugares Malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, n.37, set. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 19/10/2019.
- REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 6. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98604>.
- SANTOS, Conceição Aparecida dos. As santas da Vila Maria da Conceição. In: **Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos** / org. Fátima Tavares e Emerson Giumbelli. - Salvador : EDUFBA : ABA Publicações, 2015, pág. 273-304.
- SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. Rev. **CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.14-31, jan./jul. 2019.
- SCOTT, Joan W. Prefácio à Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, v. 3, 1994.
- SEFFNER, F.; PEREIRA, N. Mullet; PACIEVITCH, C.; GIL, C. Zeli de Vargas. Formação docente em história: conhecimentos sensíveis, memórias e diálogos. Em: **La Salle: Revista de educação, ciência e cultura**. Canoas, RS. Vol.23, n.2 (jul. 2018).
- SIMAN, Lana Mara. Cidade: um texto a ser lido, experienciado e recriado, entre flores e ervas daninhas. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara. **Cidade, Memória e Educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p.41-58.
- SIMON, Nina. The participatory museum. Disponível em: [www.participatorymuseum.org/](http://www.participatorymuseum.org/)> Acesso em: 02 abr. 2017.
- STORCK, Damaris Fabiane; JANZEN, Henrique Evaldo. Autoria, Intervenções e Deslocamento Cultural: uma análise intercultural. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.38, b.1, p. 319-337, jan./mar. 2013.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. In: **Silloge**, v. 1, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2GTKS3G>. Acesso em 19/10/2019.

**Fontes:**

A GAZETINHA: Revista carioca. Rio de Janeiro: Ed. A Gazetinha, 13 de nov. de 1899.

A REFORMA: Jorna de distribuição regional. Porto Alegre: Ed A Reforma, 14 de nov. de 1899.

O CRUZEIRO: Revista semanal de distribuição nacional . Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 06 de dez. de 1958.

# O processo de invisibilidade do Palácio do Comércio de Porto Alegre

The invisibility process of the Porto Alegre Palace of Commerce

**Caroline Hädrich**

Mestranda em Artes Visuais  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
carolinehadrich@gmail.com

**Recebido em:** 21/03/2020

**Aprovado em:** 15/05/2020

**Resumo:** O artigo investiga o motivo do atual desconhecimento por grande parte da população local do edifício do Palácio do Comércio de Porto Alegre. Projetado pelo arquiteto alemão José Lutzenberger e inaugurado em 1940, o edifício possui características monumentais comuns aos arranha-céus do final do século XIX e interessantes detalhes decorativos em seu interior, também projetados por Lutzenberger. Atualmente, o prédio é ocupado pela Associação Comercial de Porto Alegre e salas de escritório com funções diversas. Por encontrar-se em uma área central e altamente movimentada, e por estar em uso ininterrupto desde sua inauguração, causa estranhamento o seu apagamento. O artigo trará uma análise que demonstrará como as mudanças entorno do edifício, causadas deliberadamente através de alterações no plano diretor ou por outras circunstâncias sociais e econômicas, colaboraram para a atual situação.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento urbano em Porto Alegre; Arquitetura em Porto Alegre; Modernismo.

**Abstract:** The article investigates the reason why a large part of the local population doesn't notice the building of the Palácio do Comércio in Porto Alegre. Designed by the German architect José Lutzenberger and finished in 1940, the building has characteristics of a late 19th century skyscraper, and has interesting interior decorative details, also designed by Lutzenberger. The building is owned by the Porto Alegre Commercial Association and its office spaces are rented by an assorted kind of enterprises. Because it is located a central and highly busy area, and has been in continuous use since its inauguration, its invisibility is remarkable. Throughout the article, an analysis will be made showing how the changes in the city's master plan and social or economical circumstances, contributed to its current situation.

**Keywords:** Urban development in Porto Alegre; Architecture in Porto Alegre; Modernism.

O edifício Palácio do Comércio, construído para abrigar a sede da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), pode ser considerado a última grande obra do arquiteto alemão José Lutzenberger<sup>1</sup>. Nele, o arquiteto, exhibe toda sua capacidade de projetar com excelência desde a macroestrutura, ou seja, a inserção da edificação no tecido urbano, até os detalhes dos equipamentos internos como portas, vitrais, lustres e guarda-corpos, conferindo ao prédio o caráter de *obra de arte total* (Imagem 01). Poucas pessoas atualmente conhecem “Lutzenberger arquiteto”, e confundem com seu filho José Antônio, famoso ambientalista, assim como poucas pessoas conhecem o Palácio do Comércio e o confundem com o Clube do Comércio. Essa invisibilidade do edifício, e de seu criador, torna-se uma questão intrigante quando levamos em consideração a localização do edifício na cidade de Porto Alegre e a qualidade do trabalho realizado por Lutzenberger no estado do Rio Grande do Sul.

**Imagem 01** - Projeto do restaurante do Palácio do Comércio, 1938



Ao projetar até os pequenos detalhes de decoração dos interiores, como luminárias, vitrais e revestimentos, o arquiteto conferiu à obra um caráter de *obra de arte total*.

**Fonte:** José Lutzenberger | Aquarela, 21 x 31cm | Acervo Arquivo Histórico ACPA | Foto Anderson Astor

<sup>1</sup> Joseph Franz Seraph Lutzenberger nasceu no dia 13 de janeiro de 1882, na cidade de Altötting, localizada no estado da Baviera, sul da Alemanha. Em 1906, completou o curso de arquitetura na Real Universidade Técnica da Baviera em Munique, trabalhando posteriormente como arquiteto em prefeituras da Alemanha e em ateliês na Alemanha e na República Tcheca. Serviu na Primeira Guerra Mundial até que, em 1920, a convite da pequena construtora Weise, Menning & Cia, se estabeleceu em Porto Alegre, onde consolidou sua carreira e viveu até a sua morte, em 1956. Teve três filhos que se tornaram ilustres personagens na cultura local: o ambientalista José Antônio (1926–2002) e as artistas professoras Maria Magdalena (1928–2017) e Rose Maria (1929) (LUZ, 2004).

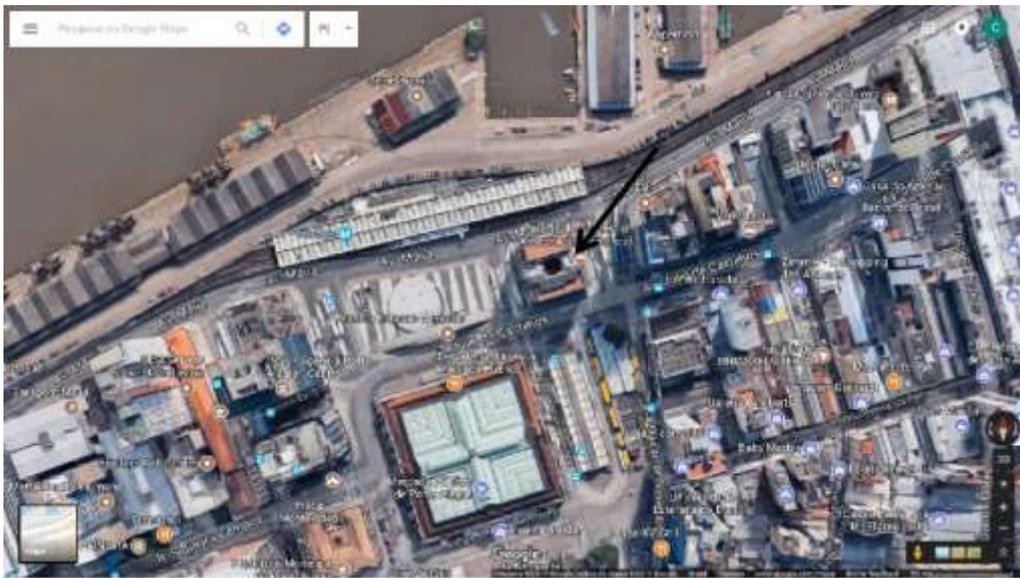
O Palácio ocupa toda uma pequena quadra no centro histórico de Porto Alegre, sendo esta ladeada pelas avenidas Mauá e Júlio de Castilhos e pelos largos Visconde de Cairú e o da Praça da Revolução Farroupilha (Imagem 02). Localizado em um ponto nevrálgico da capital (Imagem 03), próximo ao Mercado Público municipal, ele é cercado por importantes pontos de acesso a meios de transporte que atendem tanto a capital quanto a região metropolitana: o terminal Parobé, ponto de partida de muitas linhas de ônibus locais; o Trensurb, que conecta a capital às cidades vizinhas; e o cais do porto que, apesar de atualmente não apresentar o movimento ao qual foi destinada sua capacidade, já foi peça importante no desenvolvimento da economia local.

**Imagem 02** - Palácio do Comércio, 2016



Vista desde a avenida Júlio de Castilhos, esquina com largo Visconde de Cairú  
**Fonte:** Anderson Astor, Eduardo Aigner e Marcelo Curia. Projeto Memopoa

Imagem 03 - Vista aérea do entorno do Palácio do Comércio, 2017



A seta indica a localização do Palácio do Comércio. Ao norte, o lago Guaíba, os armazéns do cais do porto e a plataforma do Trensurb. O edifício quadrado, na parte inferior da imagem é o Mercado Público Municipal.

**Fonte:** Imagem de satélite fornecida por Google Maps. Disponível em

<https://www.google.com/maps/place/Pal%C3%A1cio+do+Com%C3%A9rcio+-+Associa%C3%A7%C3%A3o+Comercial+de+Porto+Alegre/@-30.026567,-51.2285751,624m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9519790eb2331d27:0x1771de9859340d3e!8m2!3d-30.0264636!4d-51.2271682> Acesso em outubro de 2017.

Kevin Lynch chama de *imaginabilidade* o conjunto de qualidades físicas responsáveis pelos atributos de identidade e estrutura da cidade na imagem mental que seus habitantes criam dela. Essa *imaginabilidade* define o grau de clareza, bem como o uso que as pessoas fazem das estruturas urbanas. Tal característica pode ser analisada a partir da observação de elementos definidos pelo autor, como: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos (LYNCH, 2006). Ao aplicar as categorias de Lynch à região onde o Palácio do Comércio está localizado, logo percebemos que ele tem o potencial de ser um “marco” (em conjunto com o Mercado Público, como uma vez já foi), já que é uma construção com características monumentais; se encontra em um grande “ponto nodal”, conformado pelos terminais intermodais do Trensurb e de ônibus urbanos; e ainda é ladeado por duas grandes “vias”, sendo que uma delas é percebida, segundo os critérios de Lynch, como um “limite” entre a cidade e o lago Guaíba. A composição das percepções desses elementos tornaria o Palácio facilmente uma referência na *imaginabilidade* de Porto Alegre.

É interessante considerar também, como ponto de partida de futuros estudos sobre a conservação do Palácio do Comércio, o que elabora Françoise Choay em *A Alegoria do Patrimônio* (2001). A autora coloca que a noção do sentido de monumento histórico não pode ser dissociada de um contexto mental e de uma visão de mundo e, portanto, as práticas de conservação de tais

monumentos não devem ser realizadas sem dispor de um referencial histórico e sem atribuir um valor particular ao tempo e à duração, ou seja, sem ter colocado a arte na história (CHOAY, 2001). A historiadora francesa ainda salienta as definições de Alois Riegl, de que os monumentos históricos não são, em princípio, desejados e criados como tal, mas constituídos *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam da massa dos edifícios existentes (CHOAY, 2001). A leitura do Palácio como monumento histórico, dentro desta definição, apresenta uma dualidade, pois mesmo não tendo sido criado especificamente como monumento histórico, sempre houve pretensão de que ele viesse a se tornar um marco arquitetônico.

### **O Palácio dentro do projeto de modernização de Porto Alegre**

Nas primeiras décadas do século XX, com o desenvolvimento industrial e comercial na capital, crescia e se consolidava uma pequena burguesia local, a qual exigiu que a cidade se adaptasse aos novos modos de vida e oferecesse possibilidades de satisfação dos desejos de sociabilidade. A cidade moderna deveria oferecer lugares limpos, ruas arejadas e áreas verdes, com jardins ordenados, os quais serviriam também como espaços para as moças praticarem o *footing*, enquanto planejavam quais novos produtos, serviços ou entretenimento consumiriam (SOUZA, 2008). A modernização do porto, iniciada em 1911, foi um dos principais projetos que alavancaram a corrida de modernização da capital. Na ocasião, foi aterrada a área que ia da ponta da península até a altura da rua Pontes de Paris (atual Garibaldi), o que gerou solo para a ampliação do centro em direção ao lago Guaíba, possibilitando a construção de novas avenidas, edifícios públicos e uma grande estação férrea. As avenidas Mauá e Júlio de Castilhos, a Praça Parobé e, conseqüentemente, o terreno onde está locado o Palácio do Comércio, foram frutos desta obra, que teve sua primeira parte entregue à população em 1927 (SOUZA, 2008; MONTEIRO, 1995).

Seguindo com o objetivo de execução de reformas infraestruturais, a intendência municipal contratou, em 1910, o engenheiro carioca João Moreira Maciel para o auxílio no planejamento de tais melhorias, sendo assim constituída, em 1912, a chamada “Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Cidade” (SOUZA, 2008, p. 91). Resulta do trabalho da comissão um grande plano nomeado *Plano Geral de Melhoramentos*<sup>2</sup> (Imagem 04), apresentado à

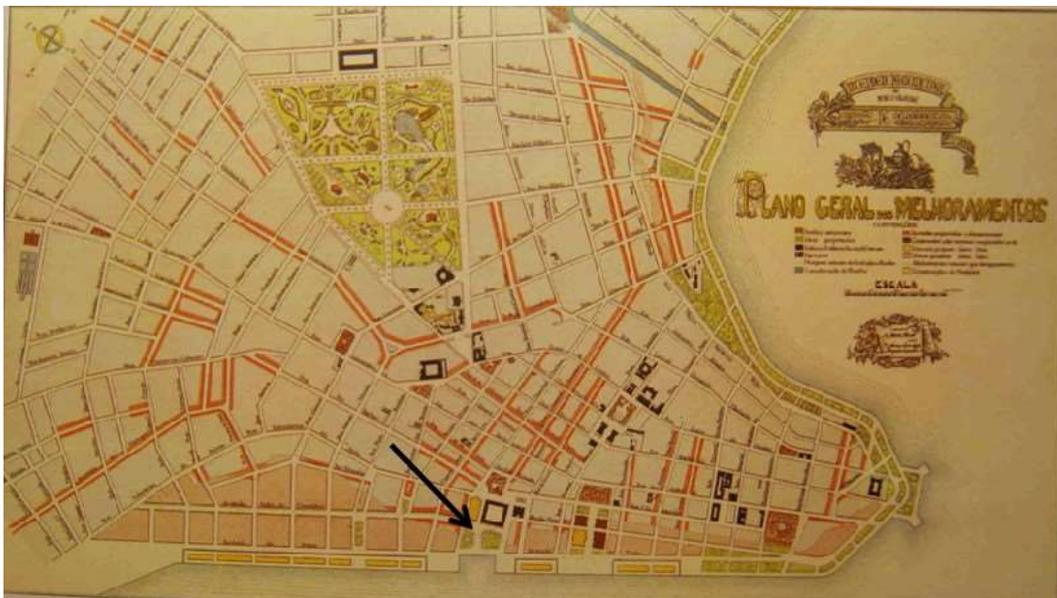
---

<sup>2</sup> Em forma de relatório e plantas técnicas ilustrativas. Muitas das ideias do plano de 1914 foram realizadas em épocas bem posteriores à sua apresentação (no largo período entre 1914 e 2004), seja por motivos financeiros ou pela necessidade de maiores discussões da proposta, fato que revela o poder das colocações, e/ou um comprometimento por parte dos governos municipais em respeitar as diretrizes nele traçadas.

intendência em 1914 e no qual observamos, já no início de seu relatório, a ideia de ocupação das novas áreas junto ao Guaíba, enfatizando a proposta de abertura de grandes avenidas e revelando também a primeira tentativa de padronização de uma região da capital (SOUZA, 2008):

A **Avenida do Porto** e **Júlio de Castilhos**, concentrarão quasi todo o movimento commercial da futura cidade, e por isso julgamos de conveniência prática o traçado de avenidas bastante largas, e rectas que evitarão o trânsito actual pela rua Voluntários da Pátria, já estreita e bastante irregular [...] *As duas avenidas em questão, além de constituírem o centro commercial do futuro, seriam o ponto chíc do smartismo porto-alegrense* [grifo meu] e portanto necessário se faz que a Intendência formule lei especial para só permittir que se levantem edificios de certa natureza, certa altura, e obedecendo a certas linhas architectonicas, para desta fórma constituírem desde logo uma norma para que edificios congeneres modificassem a actual construcção da capital, que muito deixa a desejar, sobre

**Imagem 04** - Plano de Melhoramentos de 1914, por João Moreira Maciel



A imagem mostra a delimitação do Plano de 1914, sublinhando as vias a serem alargadas. Na parte inferior, observamos o novo porto e as novas quadras ortogonais. A seta indica a localização do terreno onde foi construído o Palácio do Comércio.

**Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre: IHGRS, 2005

tudo pelo lado esthetico. (Relatório Plano de Melhoramentos de 1914, p.14)

Encorajado pelo bom movimento comercial da cidade na década de 1920, que proporcionou o fortalecimento da ACPA, o presidente à época, Ismael C. Torres, pleiteou junto ao governo municipal e estadual duas maneiras de viabilizar a construção de uma sede própria. Solicitou ao então prefeito Alberto Bins a doação de um terreno por parte da intendência e ao governo do estado sugeriu a criação de um tributo sobre a movimentação de mercadorias (FRANCO, 1983). A solicitação foi atendida através da Lei municipal nº 260, do dia 17 de

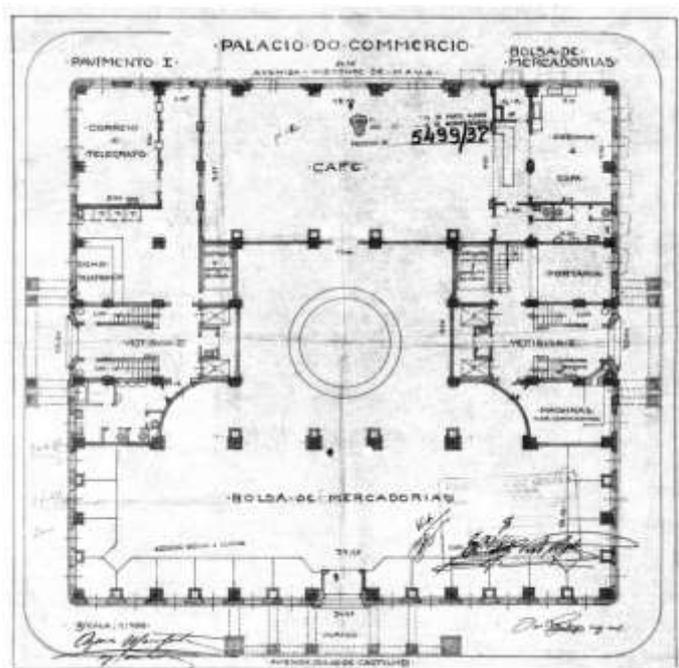
dezembro de 1929, “a área de terreno por ella solicitada, ora ajardinada e compreendida entre a avenida Visconde de Mauá e Praça Parobé [...]” (PORTO ALEGRE. Lei nº 260, de 17 de dezembro de 1929). Na conformação da lei, ainda é interessante notar as condições práticas expressas para que a doação fosse mantida e que acabam, inclusive, atribuindo um aspecto público ao edifício: [1] que o fim da ocupação do terreno fosse sempre o abrigo da sede da ACPA; [2] que não houvesse alienação, por parte da ACPA, do edifício ali construído; [3] que o prédio deveria ser construído em um prazo de cinco anos; [4] e que o edifício “possa ser realmente considerado de evidente valor architectonico”(PORTO ALEGRE. Lei nº 260, de 17 de dezembro de 1929).

Dadas as condições para a construção, foram organizados, pela Comissão de Construção, dois concursos de projetos arquitetônicos: um no ano de 1931 e outro – como não houve projeto vencedor – em 1935. Os editais das duas edições não diferem muito entre si: eles solicitavam o uso completo do terreno de 991m<sup>2</sup> e a construção de um edifício com ocupação do térreo mais quatro pavimentos e porão técnico. O térreo deveria ser aberto ao público, dando abrigo à Bolsa de Mercadorias, a um grande café e a outros serviços; os dois primeiros pavimentos ofereceriam salas de escritórios para aluguel; o terceiro seria usado como sede da ACPA; e o quarto ofereceria um grande salão de eventos.

Apesar dos insucessos das duas concorrências, a Comissão continuou a busca por engenheiros arquitetos que suprissem a demanda. Após longos trâmites e deliberação da Comissão, José Lutzenberger firmou o contrato de prestação de serviços com a ACPA, no dia 4 de janeiro de 1937. O arquiteto projetou um edifício com plantas de composição simétrica, com distribuição dos ambientes em torno de um átrio central, garantindo uma volumetria monolítica. Ao comparar as plantas com as fachadas do projeto final, é impossível não lembrar dos primeiros arranha-céus feitos pela Escola de Chicago, do final do século XIX, por Louis Sullivan, do qual parece vir a explicação para a solução compositiva da obra, com a forma seguindo a função.

No térreo, o átrio é coberto por uma cúpula, permitindo maior espaço de circulação, criando o ponto de encontro da Bolsa de Mercadorias e garantindo que o movimento da cidade “penetre no edifício” (Imagem 05), fazendo com que a arquitetura não segregue e nem feche, mas que filtre e intensifique a vida urbana (ARGAN, 2010). Estas funções mais públicas do térreo têm acesso pelas duas grandes e movimentadas avenidas, enquanto a entrada para os escritórios ocorre pelos dois largos menores.

**Imagem 05** - Palácio do Comércio - Planta baixa Pavimento I (Térreo), 1937



O círculo no centro da planta representa a posição da cúpula. A entrada da Bolsa de Mercadorias se dá pela avenida Julio de Castilhos, enquanto a do café se dá pela avenida Mauá.

**Fonte:** Acervo Arquivo Público Municipal de Porto Alegre

A estrutura independente de cimento armado permite que a planta fique livre, admitindo múltiplas disposições das salas, conforme a necessidade. No andar acima do que se encontra a sede da ACPA estão instalados o restaurante e o salão de eventos, formando dois ambientes luxuosos, com pé-direito duplo e cuidadosos trabalhos de acabamento com meia parede em mármore, e forro com detalhes decorativos. No restaurante, as grandes aberturas oferecem a oportunidade de vista para o Guaíba, de um lado, e, do outro, encontramos vitrais aproveitando o poço de iluminação.

A natureza monumental do prédio é assumida em razão tanto mais de sua localidade do que seu projeto. O volume prismático e maciço se impõe na paisagem por sua robustez, mas se não fosse a existência da Praça Parobé e de sua proximidade ao Guaíba, a dar espaço para o olhar à distância, esta impressão seria alterada.

### **O Palácio e a evolução urbana da capital**

Giulio Carlo Argan, em seu texto *A História da Arte* (1998), ao definir as especificidades da disciplina, afirma que “sem sombra de dúvida, a obra de arte não tem para nós o mesmo valor que tinha para o artista que a fez e para os homens da sua época. A obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam” (ARGAN, 1998, p. 25). Portanto, a História da Arte não pode deixar de

lado nenhum componente dos fenômenos que descreve, pois o juízo de valor de um objeto de arte é conformado a uma estrutura cultural específica, podendo ser captado pela percepção no presente absoluto (ARGAN, 1998). Ainda segundo Argan, a História da Arte é a única disciplina da história que contesta a separação entre o passado e o presente (ARGAN, 1998), justamente porque tem como objeto de estudo não somente os fatos contados pela memória ou por documentos, mas conta com o objeto físico, com sua *materialidade* sobrevivente aos fatos. No caso do Palácio do Comércio, quando colocado sob a perspectiva da História da Arte descrita por Argan, precisa ainda ser lido a partir de como ele se encontra na atualidade.

Como o edifício e a postura de seu autor são primeiramente identificados como parte de um grande movimento de modernização, tanto local quanto mundial, é oportuno ter como guia desta navegação, o livro de Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (1982). Uma das principais ideias defendidas por Berman é a do paradoxo de construção e destruição, característico do modernismo, o qual explica, logo na introdução:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN 1986, p.15)

O autor também coloca que o que chamamos de “modernização” está relacionado aos processos sociais que formam e mantêm o “turbilhão” da vida moderna “num perpétuo estado de vir-a-ser”: descobertas científicas e a industrialização, que geram as novas tecnologias e exigem novas organizações urbanas e a destruição das antigas; a explosão demográfica e o êxodo rural propiciado por estas tecnologias; o fortalecimento de Estados Nacionais burocraticamente organizados e expansivos; os movimentos sociais que desafiam os poderes econômicos e políticos para obter controle sobre suas próprias vidas; e os sistemas de comunicação de massa, fabricados para manter o controle sobre esta população (BERMAN, 1986).

A escolha do livro de Berman foi feita justamente pela atenção que ele dá às transformações do desenvolvimento urbano e por permitir que esses exemplos funcionem em paralelo com o que ocorreu e ocorre diretamente com o objeto de estudo. As mudanças sociais, políticas e econômicas deste período de modernização afetaram, e continuam afetando, o uso e o

modo como o edifício do Palácio do Comércio se mostra e se relaciona com a cidade. Veremos a seguir como ele se modificou quando atingido por fatores internos e externos do passar do tempo e como esses, por sua vez, afetaram a percepção da obra na atualidade.

### **O palácio e a cidade: passado, presente e futuro**

A inauguração do Palácio do Comércio ocorreu no dia 14 de novembro de 1940, em grande evento que contou com a presença do então presidente Getúlio Vargas, além de interventores e autoridades de diversos estados brasileiros e do exterior, que estavam na capital para as comemorações do bi-centenário da cidade. Em seu discurso, Vargas salientou a importância da ACPA como consultora do governo do estado do Rio Grande do Sul e apoiadora do governo federal, enquanto o prefeito Loureiro da Silva exaltou a importância da obra e agradeceu a “inspiração, o apoio e o alto patriotismo” do presidente da nação, ao colaborar com a empreitada (Telegrammas-Noticiário, 1940, p. 9).

O cenário urbano, social e político da cidade, em 1940, mostrava-se distinto de quando foram iniciados os movimentos para a construção do Palácio, em 1929. A instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937, e o avanço da Segunda Guerra Mundial causaram tensão econômica e, ao mesmo tempo, a preocupação com afirmações nacionalistas.

É interessante notar como o suplemento especial que o jornal *Correio do Povo* lançou em comemoração ao bi-centenário do Palácio sintetiza o momento, tanto em textos quanto em imagens (Imagem 06). A capa foi ilustrada por Edgar Koetz: em azul uma embarcação à vela, representando o passado, que chega trazendo os primeiros colonizadores e, em destaque, o gaúcho com os pés fincados no campo, vestindo um chapéu e apoiando a enxada nas costas; ao fundo, em vermelho, representando o presente e o futuro, a nova cidade com modernos arranha-céus e automóveis rodando em uma larga avenida, que parece ser a avenida Borges de Medeiros com seu recém inaugurado viaduto.

**Imagem 06** - Suplemento especial do Correio do Povo/Folha da Tarde comemorativo ao bi-centenário de Porto Alegre



- 1- Capa com ilustração de Edgar Koetz
  - 2- Artigo de Josino Campos na página 3, com ilustração assinada por Carlos Scliar
  - 3- Reportagem especial sobre a Associação Comercial de Porto Alegre na página 17
- Fonte:** *Correio do Povo/Folha da Tarde*. Porto Alegre, 05 de novembro de 1940. Suplemento comemorativo do bi-centenário de Porto Alegre

Sobre esta nova cidade foi publicado, no mesmo caderno, um singular texto de opinião assinado pelo jornalista Josino Campos, que celebrava o início de uma “nova hora histórica”, oferecida pela coexistência de “condições morais e materiais” e um “entusiasmo coletivo”. A sugestão certa da picareta, como símbolo da renovação baseada no novo plano diretor e signo da “derrubada que precede a germinação de algo mais grandioso, mais sólido e mais capaz”, também significaria, segundo Campos, a revitalização do espírito da Porto Alegre, que

Assim como se arma de todos elementos para constituir-se em uma das grandes metrópoles americanas, vai tecendo a situação mais propícia para o florescimento de todas as atividades da inteligência. Escritores e poetas, inventores e técnicos, todos os que podem trazer uma contribuição para que se afirme e se propague um real e verdadeiro movimento cultural estão encontrando, desde os andaimes da cidade do futuro, o estímulo mais alentador, tanto de parte da administração pública, como de seu próprio povo (CAMPOS, 1940).

O caderno ainda contava com uma matéria sobre as áreas verdes da capital, reportagens especiais sobre indústrias gaúchas de proeminência nacional e, é importante ressaltar, um destaque reservado em página inteira para uma “resenha histórica” da Associação Comercial, motivada pela eminente inauguração de sua sede, a qual seria “[...] a Casa, enfim, onde se pode apontar, sem constrangimento, o índice da pujança e da união da classe comercial” (Suplemento comemorativo do bi-centenário de Porto Alegre, 1940, p. 17). O fato do suplemento especial demonstrar igual importância ao prédio do Palácio do Comércio, em relação às reformas urbanas

e culturais da cidade, reafirma a ideia de que ele é uma peça chave deste momento histórico e sua existência, assim como a consequente contribuição de Lutzenberger para tal, está vigorosamente entrelaçada com esta história.

O jornal *Diário de Notícias* também coloca a inauguração do Palácio em destaque, dentro do contexto do aniversário de Porto Alegre. Como matéria de capa de um dos suplementos especiais editados para a comemoração do bi-centenário, foi publicada uma grande foto do prédio recém terminado, com a Praça Parobé à sua frente, conferindo-lhe toda a monumentalidade, imponência e solidez desejada pela ACPA. Junto dela, um pequeno texto fala sobre sua história, sobre a construção do edifício e sua prevista inauguração.

As obras inauguradas em novembro de 1940 foram ainda, em parte, resultado de um planejamento baseado no plano de 1914, porém, com ajustes e algumas novas diretrizes idealizadas por Loureiro da Silva. Em março de 1939, aconteceu a primeira reunião, de mais de dez outras, do conselho do plano diretor e, é importante ressaltar, que em todas elas esteve presente algum representante da ACPA, o que é comum acontecer também atualmente. Elaborado a partir de um documento de análise de dados geográficos, produzido pela equipe de Edvaldo Pereira Paiva, o Plano de Urbanização de 1943 foi capitaneado pelo arquiteto e engenheiro Arnaldo Gladosch e dele chamam a atenção pontos que interferem diretamente na área onde se encontra.

O tema essencial do plano era, justamente, a descentralização das funções da cidade, com o foco na criação de avenidas perimetrais. A falta de estacionamento e a pequena caixa-de-rua das vias do centro, junto com o desenho de fluxo radial encontrado em Porto Alegre, trazia problemas de trânsito para a região e, segundo os relatores do plano, com uma população de 300 mil habitantes com tendência a duplicar a cada quarenta anos, o cenário só tendia a piorar. A avenida Júlio de Castilhos, que era um dos “xodós” dos planos anteriores, agora aparecia timidamente apontada como o que seria apenas a ligação da “[...] ‘City’ ao futuro centro ferroviário” (PORTO ALEGRE, 1943, p. 42). Também as sugestões de reloteamento da zona entre as ruas Voluntários da Pátria e Júlio de Castilhos e da implantação de uma estação rodoviária no lugar do Mercado Livre<sup>3</sup>, indicam a propensão de transformar a área em um ponto de encontro e de acesso a modais de transporte. Apesar desta sugestão, a avenida que mais recebeu atenção, sendo inaugurada também em novembro de 1940, foi a Farrapos, feita com a

---

<sup>3</sup> O Mercado livre foi construído na gestão de Loureiro da Silva, em 1938. conforme consta no Relatório apresentado ao exm<sup>o</sup> senhor coronel Osvaldo Cordeiro de Faria d. d. interventor federal pelo prefeito bacharel José Loureiro da Silva. Exercício de 1938, p. 12 . Era um edifício com acentuadas características *Art Déco* que funcionava atrás do Mercado Público e ao lado do Palácio do Comércio.

intenção de ligar a capital à cidade vizinha, Canoas, e às cidades do vale do Sinos. Então, ao que parece, a avenida Júlio de Castilhos acabou tanto perdendo seu sentido inicial de centro comercial e ponto *chic* do *smartismo*, quanto não assumindo o papel de grande conexão metropolitana.

Notamos que esta mudança de foco se deu inclusive, como fenômeno mundial, como parte do mecanismo de mudanças contínuas proporcionadas pelo modernismo e que Berman, novamente, explicita:

O signo distintivo do urbanismo oitocentista foi o bulevar, uma maneira de reunir explosivas forças materiais e humanas; o traço marcante do urbanismo do século XX tem sido a rodovia, uma forma de manter separadas essas mesmas forças. Deparamo-nos aqui com uma estranha dialética, em que um tipo de modernismo ao mesmo tempo encontra energia e se exaure a si mesmo, tentando aniquilar o outro, tudo em nome do modernismo. (BERMAN, 1986, p. 159)

Analisando as resoluções apresentadas no plano de 1943, podemos notar que o Palácio do Comércio foi planejado sob influência de um plano urbanístico, mas inaugurado na vigência de outro, que sugeria uma abordagem diferente para a região. Por isso, seu entorno sofreu radicais mudanças que levaram à sua descaracterização e, sem dúvidas, influenciaram também no funcionamento do edifício.

O primeiro passo para esta alteração se deu quando, em maio de 1941, uma enchente de gigantesca proporção assolou a cidade. A área do centro mais perto do porto, evidentemente, foi uma das mais afetadas (Imagem 07). O Palácio e todos os prédios vizinhos tiveram os seus térreos completamente inundados durante vários dias (FRANCO, 1983). A Praça Parobé, também submersa, acabou ficando completamente danificada e, apesar da preocupação da administração municipal em disponibilizar mais áreas verdes para a população, inclusive no centro da cidade, a falta de espaço para estacionamento de veículos pesou mais na decisão de não restaurar a área (GUIMARAENS, 2012, p. 66). Na década de 1950, como atestam fotografias de época, a praça já havia se tornado um grande estacionamento, pavimentado e com poucas árvores remanescentes (Imagem 08).

Não precisamos nos esforçar muito para imaginar o impacto desta mudança na movimentação de pedestres no térreo do Palácio, mais especificamente na Bolsa de Mercadorias. O espaço que antes proporcionava uma área de descanso, contemplação e encontros, quase como uma antessala da Bolsa, transformou-se em um lugar onde somente as pessoas com automóveis poderiam utilizar e, ainda assim, rapidamente, no momento de deixar e buscar seus carros.

Imagem 07 - A enchente de 1941



Vista aérea da situação da área do Mercado Público, Mercado Livre, Palácio do Comércio e Cais do porto.

Fonte: *Revista do Globo*, Porto Alegre, 15 de novembro de 1941.

Imagem 08 - Praça Parobé década de 1950



Vista do estacionamento instalado no local da praça arborizada.

Fonte: Fotografia de autor desconhecido. Papel, 14x9cm. Acervo Museu de Porto Alegre. Joaquim José Felizardo

Ainda no ritmo de mudanças viárias radicais e alteração do caráter da área central, no final dos anos 1960 chegou a ser sugerida, e inclusive dada como certa, a demolição do Mercado Público, para passagem de uma grande via que ligaria a avenida Júlio de Castilhos à rua Siqueira Campos (GUIMARAENS, 2012). Já nesta época, a avenida Júlio de Castilhos era usada, assim como na atualidade, para escoamento do tráfego de ônibus urbanos que acessam a zona leste e norte da capital.

O plano, que vinha sendo elaborado desde os anos 1940, encontrou maior força para realização na gestão do prefeito Telmo Thompson Flores, no período da ditadura militar que ficou conhecido posteriormente como o do “milagre econômico”, quando o governo federal facilitou a liberação de recursos para infraestrutura rodoviária (GUIMARAENS, 2012). Em 1972, tendo como inevitável a abertura da avenida e a demolição do prédio, a Associação do Comércio do Mercado Público de Porto Alegre chegou a propor a construção de um novo prédio para o Mercado, com a condição de explorá-lo comercialmente por 25 anos<sup>4</sup>, o que pode ser considerado um protótipo das atualmente festejadas parcerias público-privadas (Contracapa, 1972 p. 88). Entretanto, mesmo não sendo nem de longe uma época aberta à debates com os governos, a população, à comando do jornalista Walter Galvani do *Correio do Povo*, movimentou-se em protestos e discussões contra à demolição. Sem encontrar uma solução, a polêmica se prolongou até o fim de mandato de Flores. Guilherme Vilella, seu sucessor, eliminou a possibilidade de realização do projeto e logo o prédio do Mercado foi tombado (GUIMARAENS, 2012).

Também na administração de Thompson Flores, que durou de 1969 a 1975, foi construído o muro da Mauá e demolido o Mercado Livre, para dar espaço a um estacionamento municipal, já que o espaço do estacionamento da Praça Parobé havia sido transformado em terminal de ônibus urbanos. Esses três eventos também surtiram impacto no Palácio. O intenso trânsito de ônibus na frente do que é considerada sua fachada principal fez com que aumentasse significativamente o fluxo de pessoas no local, porém continuava sendo um movimento de passagem rápida e não de encontros e contemplação, o que provavelmente foi a razão do declínio do reconhecimento do edifício como marco arquitetônico da cidade por parte da população. A construção do muro da Mauá, além de levantar uma polêmica que dura até hoje<sup>5</sup>, gerou uma

---

<sup>4</sup> Deve ser salientado que, na mesma edição deste jornal, a matéria, na página 80, intitulada “Perimetral invadirá Breve o Quarteirão Universitário”, noticia a inevitável demolição de parte dos edifícios do campus central da UFRGS, que deveriam dar passagem à primeira perimetral, a qual conectaria o elevado e túnel da Conceição à atual Loureiro da Silva e à avenida Beira Rio. Uma história bastante interessante e complexa, que merece mais atenção em outro momento.

<sup>5</sup> O muro da Mauá foi planejado e construído para a contenção de possíveis enchentes do porte daquela de 1941. A solução sempre foi questionada tanto no quesito estético quanto técnico. A estrutura separou parte da cidade do lago,

enorme barreira entre a avenida Mauá e o porto da capital. A fachada do Palácio voltada para esta avenida sofreu principalmente no nível do térreo, onde havia o acesso ao café. O que era um acesso de lazer, descontração e, também, local de negócios, que proporcionava a ligação do prédio à recursos naturais, como um respiro da metrópole, transformou-se em saída para um corredor fechado de uma via expressa. Com esta configuração, não é de se admirar que, mais tarde, esta porta do térreo seria eliminada.

Em meados da década de 1970, mais um acontecimento afetou as funcionalidades originais do edifício. A Bolsa de Mercadorias<sup>6</sup>, que teve sua idealização em forma de lei em 1918, teve suas atividades encerradas no dia 16 de maio de 1975, em razão da mudança das condições do comércio (FRANCO, 1983).

Em 1981, o terreno do estacionamento municipal começava a ser preparado para a construção da “Estação Mercado” do sistema de trens metropolitanos Trensurb. Inaugurada em 1985, a estação tem suas funções realizadas no subterrâneo, mas sua grande e redonda estrutura de cobertura sobe ao nível da rua. Ao redor desta cobertura foi feito um trabalho escultórico de paisagismo com estruturas formando taludes gramados e foi deixado um espaço livre com calçada contínua até a entrada lateral do Palácio, em uma tentativa de torná-lo parte desta praça (Imagem 09). Projeto que acabou não durando muito tempo, pois logo foi aberta novamente a rua para a passagem de ônibus que davam acesso à Praça Parobé (Imagem 10).

---

interrompendo a visão e o fluxo de pessoas entre uma importante parte do centro da capital e as movimentações comerciais do porto. A eficiência técnica da solução nunca foi testada na prática, já que desde 1941 nenhuma enchente de proporções semelhantes aconteceu em Porto Alegre.

<sup>6</sup> A Bolsa de Mercadorias foi fechada em 1975 em razão da mudança das condições do comércio. Tratava-se de um espaço para a negociação de produtos agrícolas provenientes do interior do estado. Primeiramente instalada no Mercado Público Municipal, ela foi transferida para o térreo do Palácio do Comércio em 1940 (FRANCO, 1983; GUIMARAENS, 2012).

O sistema Trensurb é todo de superfície (apenas a estação Mercado é subterrânea) e a plataforma da estação Mercado, localizada entre o muro e a avenida Mauá e estendida desde a estação até o fim da quadra conformada pelo Palácio, acabou aumentando ainda mais o bloqueio da via em relação ao Guaíba, agravando também os já acima citados problemas causados pelo muro.

**Imagem 09** - Avenida Júlio de Castilhos, década de 1980



Vista da cobertura da recém inaugurada estação Mercado do Trensurb.

**Fonte:** Floriano Ferreira Antonieto | Papel, 30x40. Acervo Museu de Porto Alegre. Joaquim José Felizardo

**Imagem 10** - Praça Parobé, década de 1980



Vista do terminal de ônibus da antiga Praça Parobé.

**Fonte:** Floriano Ferreira Antonieto | Papel, 30x40 cm. Acervo Museu de Porto Alegre. Joaquim José Felizardo

Não foram encontrados documentos que explicassem o que ocorreu no espaço da Bolsa desde seu fechamento, entretanto, plantas encontradas no Acervo da empresa Azevedo Moura e Gertum, responsável pela construção do Palácio, indicam que houve uma reforma, tanto no térreo quanto em outros andares do edifício, em 1985. Através de fotos da época, chegamos à conclusão de que a reforma do térreo se deu com intuito de adaptar o lugar para a instalação de uma agência do Banco do Brasil. As plantas mostram que foi nesta reforma que as portas de acesso ao café pela avenida Mauá foram retiradas e fechadas com alvenaria (Imagens 11 e 12). Provavelmente, foi em algum momento, entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990, que a Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCIS-RS) se instalou no local. Agora ela ocupa todo o térreo – onde opera o atendimento ao público e guarda seu arquivo – e parte do segundo e terceiro andares do edifício – onde se localizam seu setor administrativo e de treinamento.

Imagem 11 - Avenida Mauá



Vemos o Palácio do Comércio a esquerda e a plataforma da estação Mercado do Trensurb a direita.

Foto da autora em julho de 2017

Imagem 12- Palácio do Comércio. Fachada Avenida Mauá



Situação atual das portas de acesso ao café, fechadas em 1985.

Foto da autora em julho de 2017

Nos primeiros anos do século XXI, tanto o entorno quanto o próprio edifício passaram por reformas que alteraram seus aspectos, mas não suas funções.

Ao completar 60 anos, no ano 2000, o Palácio passou por uma revitalização. No mesmo ano, foi entregue à população a nova estrutura do terminal de ônibus Parobé, planejada para organizar os pontos e fluxo dos ônibus. Projetada pelo escritório paulista Borelli & Merigo, a estrutura até melhorou a circulação na área, porém as soluções plásticas e projetuais questionáveis e a enorme quantidade de linhas de ônibus ali destinadas o transformam em um dos lugares mais tumultuados da cidade.

A única estrutura remanescente da antiga Praça Parobé é o pequeno edifício do Terminal Ruy Barbosa (GUIMARAENS, 2012, p. 67), que funcionava como ponto de ônibus e atualmente abriga bancas que vendem lanches (Imagens 13 e 14). Existe também uma estrutura em aço, mais contemporânea, que concentra bancas de vendedores de hortifrúti. Infelizmente, essa estrutura está ofuscada pelos abrigos de ônibus do terminal, e, como foi visivelmente relegada do projeto do escritório paulista<sup>7</sup>, ela acaba atravancando o caminho de quem necessita chegar aos ônibus, ao mesmo tempo que não oferece espaço confortável para as pessoas fazerem compras. Com um pouco mais de cuidado na hora do projeto, o espaço poderia ter se tornado em um agradável ponto de compras e serviços para os passageiros que aguardam suas conduções. Também não existe mais nenhuma vegetação, no espaço que já foi um belo jardim e que, agora, se encaminha para o total esquecimento na memória coletiva da cidade.

<sup>7</sup> Não foi possível levantar se o escritório paulista foi responsável pelo projeto de toda a área ou somente do terminal central, mas, da mesma maneira, seria papel da prefeitura organizar as demandas de melhor forma.

**Imagem 13** - Placa de identificação da Praça Parobé



Desenho de quando era a Doca das Frutas.  
Foto da autora em novembro de 2017.

**Imagem 14** - Antigo abrigo do terminal de ônibus



Atualmente ali funcionam lanchonetes. Junto dele, as proteções das paradas atuais.  
Foto da autora em novembro de 2017.

Em 2008, foi entregue a reforma do largo da Estação Mercado do Trensurb. Com o nome de Praça da Revolução Farroupilha, o espaço se conforma como uma praça seca e tem a estrutura da cobertura da estação do Trensurb servindo como base para um grande painel de azulejos, pintados por Danúbio Gonçalves. O painel, com 555 peças, financiado por uma rede de supermercados, apresenta, de forma apoteótica, alguns personagens da Revolução Farroupilha. Nos acessos à estação, foram construídas coberturas em concreto armado, uma delas com a forma de um grande arco, que ocupa quase a totalidade do lado da avenida Júlio de Castilhos, bem junto ao Mercado. Também foi executada a renovação da estação com adaptações de acessibilidade, e um prolongamento da avenida Borges de Medeiros até a Avenida Mauá, o que tornou possível a relocação de algumas paradas de ônibus.

O projeto da reforma não foi feito por concurso público de arquitetura, como seria o recomendado, dado o impacto da obra no cotidiano da cidade, mas através de licitação por menor valor. Atualmente, a praça, que poderia ter-se tornado um local de descanso e encontros, se tornou apenas um espaço aberto vazio, sem vida, e sem nenhuma vegetação. Não existem bancos, porém algumas pessoas utilizam a base do mastro das bandeiras (também uma adição do projeto de renovação) como assento improvisado; igualmente, não foi reservada nenhuma área sombreada para amenizar o calor que assola a capital durante o verão. A praça, assim, não é utilizada nem como local de passagem, já que os acessos ao Trensurb ficam colados no Mercado Público e o outro lado da avenida Mauá é bloqueado pela plataforma. A conexão de fluxo com o Palácio do Comércio é praticamente inexistente, pois aquela entrada do edifício é restrita a funcionários da ACPA e da Junta Comercial do RS, sendo reservada para carga e descarga de suprimentos.

A combinação do Terminal Parobé e da praça da Estação Mercado concretizam a ideia de expulsão das pessoas daquela região do centro, reafirmando a tendência da modernidade que busca a ordenação da cidade baseada na velocidade das dinâmicas de trabalho. Não parece ser do interesse dos projetistas e patrocinadores dos locais públicos que existam lugares para “acúmulo de gente desocupada”. Berman nos fala que o problema do desinteresse na qualidade dos espaços públicos surgiu da própria falta de discussão sobre a modernidade e como ela modificou a postura dos governos e sociedade em relação à ideia de democratização dos espaços públicos. Como consequência, esse descuido gerou, a partir já dos anos 1970, a aceleração da “[...] desintegração do nosso mundo em um aglomerado de grupos de interesse privado, material e espiritual, vivendo em mônadas sem janelas, ainda mais isolados do que precisamos ser” (BERMAN, 1986, p. 32–33).

Quando da reciclagem, em 2000, o Palácio não estava sob nenhuma lei de tombamento ou qualquer outra proteção legal referente à sua conservação, além da lei de doação, de 1929, a qual explicita apenas que o prédio não pode assumir outra função. Na gestão de José Fogaça (2005–2010), foi aprovada e assinada, pelo prefeito em exercício Eliseu Santos, a Lei Complementar nº 601, de 23 de outubro de 2008, que trata da criação de um “Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município”. Seguindo a prescrição, foram listados e fichados imóveis localizados em diversas regiões da cidade, os quais foram classificados como “Estruturação” e “Compatibilização”.

O Palácio do Comércio está no inventário, inserido na categoria “Estruturação”. Infelizmente, apesar de diversas solicitações, não foi possível o acesso à ficha elaborada pelo EPAHC, na qual a prefeitura explica o motivo do prédio ter sido colocado na categoria. Segundo o artigo 10 da citada lei, “As edificações Inventariadas de Estruturação não podem ser destruídas, mutiladas ou demolidas, sendo dever do proprietário sua preservação e conservação”, porém, não entra em detalhes sobre qual o tipo de conservação deverá ou poderá ser realizada e menos ainda sobre qual a estratégia de conservação e preservação de suas obras interiores. No caso do Palácio, que possui diversos itens de interesse cultural em seu interior, seria recomendável que se realizasse o processo de tombamento, já que a preocupação em manter os elementos conservados varia conforme o grupo que assume a gestão temporariamente. O tombamento garantiria que os projetos de conservação fossem feitos somente por pessoas habilitadas, além de abrir maiores possibilidades de financiamento para restauros e recuperações necessárias.

Passados quinze anos da reciclagem, já apareciam sinais de desgaste e necessidade de manutenção. O grande movimento de ônibus, caminhões e automóveis ao redor do edifício afeta

muito sua fachada, com o acúmulo da fuligem da queima dos combustíveis. Na fachada, inclusive, existem pontos de deterioração que estão gerando infiltração para o interior do Salão Nobre. Foi então que, em 2015, foi aprovado, através da portaria nº 318, de 03 de junho, do Ministério da Cultura, dentro da Lei Rouanet, o plano para restauração interna e externa do edifício, a produção de um livro sobre o trabalho e também a criação de um museu.

Em reportagem publicada no *Jornal do Comércio*, é citada como responsável pelo projeto aprovado pela Lei Rouanet a ONG Instituto Patulus, porém não está disponível praticamente nenhuma informação sobre ela. A ACPA tinha autorização para captação de recursos junto a empresas até dezembro de 2018 e a intenção era de ter atingido a meta até metade de 2016 e assim ter dado início à primeira fase da reforma, relativa à recuperação das fachadas. Todavia, esta primeira fase não iniciou e não possui qualquer previsão de realização.

Seguindo uma tradição de participação nas decisões referentes a modificações do Plano Diretor e a outras intervenções de impacto na organização urbana da capital, a ACPA, em 2017, lançou, segundo palavras do presidente Paulo Afonso Pereira, “[...] alternativas [...] para que a sociedade organizada, em conjunto com o Estado, encontre o melhor caminho para a retomada do desenvolvimento” (Praça do Comércio nº 2, de maio de 2017, Editorial, p. 3). Em sua publicação *Praça do Comércio* nº 2, de maio de 2017, são apresentadas as propostas da ACPA, que focam basicamente na consolidação de PPPs (parcerias público-privadas), para a construção de novas estruturas ou para a solução de crises em negócios existentes. Entre as propostas para a área central, destacam-se as propostas para o Mercado Público e o Cais Mauá.

A respeito do Mercado, a ACPA defende, apoiando o atual prefeito, Nelson Marchezan Jr., que ele tenha sua gestão assumida por uma empresa privada: essa controlaria as despesas e cobraria condomínio dos locatários, o que na verdade significaria a privatização do espaço, já que dificilmente alguma empresa assumiria a gestão sem garantia de lucro. Essa garantia de lucro, embora compreensível – inclusive em vista do sistema capitalista que rege nossa sociedade –, apresenta riscos para os interesses da população que o financiou até o momento. Sobre a revitalização do Cais Mauá, a questão é ainda mais delicada, já que a proposta<sup>8</sup> em trâmite envolve a construção de estruturas que gerariam grande impacto urbano. A empresa que ganhou a licença de exploração do terreno, afirma que o projeto só se viabilizaria se, em troca da

---

<sup>8</sup> Proposta esta que nunca ficou muito clara. Depois de anos concedida a licença para a empresa construtora, ela não apresentou garantias de aporte para a realização do projeto inteiro e mesmo o projeto nunca foi explicado de forma satisfatória para a população. Atualmente ela se encontra embargada por conta de irregularidades no cumprimento do contrato. O local se encontra fechado e abandonado. O acesso ao público foi proibido desde a concessão à empresa *Cais Mauá*.

restauração dos armazéns tombados, fossem construídos um grande *shopping center* colado na Usina do Gasômetro (na beira do Guaíba, formando mais uma barreira entre ele e a cidade) e três torres comerciais de 33 andares cada (estas próximas ao Palácio do Comércio, no Setor Docas).<sup>9</sup> O IAB-RS e grupos da sociedade civil se uniram para questionar a realização do projeto, que apresenta diversos problemas tanto funcionais, quanto fiscais.<sup>10</sup> Esse projeto ainda levanta questionamentos sobre qual a parte da população se beneficiaria de tal espaço. Ao firmar uma PPP, como citado no caso do Mercado Público, a empresa construtora e gestora deverá ter o seu lucro garantido e, no caso do Cais, o lucro viria na forma de especulação imobiliária, utilizando um terreno público, fato que apresenta problemas já na sua essência.

A Associação, ao assumir essas posições perante a cidade, tanto no passado quanto no presente, representa bem o agente da modernidade paradoxal que Berman descreveu, que constrói destruindo, que apoia a mudança e o progresso definidos por seus interesses imediatos, mesmo correndo o risco de ter suas próprias estruturas físicas atingidas. As alterações no trânsito e no uso dos espaços adjacentes não levando em conta a posição do Palácio no espaço físico da cidade fizeram com que o edifício ficasse isolado no meio da colcha de retalhos de planos.

Este artigo não se constitui como espaço para julgamentos, mas sim de reflexão, a mesma que Berman propõe, quando observa as mudanças cunhadas pelo modernismo desde o século XIX e que geraram diversas situações problemáticas no decorrer do século XX, no exemplo do entorno do Palácio do Comércio.

O caso do Palácio do Comércio, portanto, é exemplar de como as más condições dos arranjos dos espaços públicos impactam na percepção e no reconhecimento dos edifícios que compõem aquele espaço urbano. Ao analisar a documentação referente à sua construção e à sua posição no plano de desenvolvimento urbano da região, mostrou-se inevitável trazer à tona, paralelamente, uma parte da história econômica, política, cultural e social da cidade. A resposta para a pergunta inicial do porquê de este edifício, de comprovada importância, não ser

---

<sup>9</sup> Informações fornecidas apenas por escrito pela empresa Cais Mauá em sua página na internet. Disponível em <<http://vivacaismaua.com.br>>. Acesso em 15 de novembro de 2017. Os “desenhos” apresentados são apenas perspectivas ilustrativas da recuperação dos armazéns existentes. Não é mostrado nem a volumetria das torres. A construção da perspectiva do centro, na área do Palácio do Comércio está inclusive errada, apresentando um edifício alto no centro do Terminal Parobé.

<sup>10</sup> O caso é bastante complexo e já foram realizadas diversas discussões públicas que dariam pelo menos mais três páginas de discussão. Como o objetivo aqui é somente citar um posicionamento da ACPA perante a situação, deixo como referência a última notícia que informa sobre as ações do IAB-RS no sentido de reforçar a fiscalização do projeto e do cumprimento das leis referentes ao empreendimento IAB-RS denuncia irregularidade no projeto Cais Mauá (*Jornal do Comércio*, 01 de agosto de 2017).

reconhecido ou lembrado por grande parte da população, acabou se revelando, portanto, durante o processo de pesquisa.

Pode-se dizer que o Palácio foi sendo “comido pelas beiradas”, pelos planos urbanísticos e novas demandas da metrópole moderna, e teve seu projeto primordial parcialmente descaracterizado. A avenida que nunca foi *chic*, o porto que nunca chegou a ter o movimento esperado e a praça transformada em estacionamento –e, mais tarde, em terminal de ônibus – fizeram seus acessos e o espaço do térreo perderem sua qualidade agregadora, tornando-os, ao contrário, isolados e de difícil aproximação.

Igualmente, este problema se mostra como um sintoma de projetos de arquitetura e urbanismo que são feitos a partir de soluções isoladas, sem levar em conta o contexto histórico mais amplo nos quais eles estão ou serão inseridos. A partir desses apontamentos, portanto, se torna imprescindível a movimentação em defesa de um pensamento ampliado de desenho urbano, envolvendo disciplinas que abarcam diferentes interesses que aparentemente não influenciariam no resultado final, como a História e a História da Arte, mas que na verdade se tornam essenciais para o projeto urbano interessado em garantir o bem estar da população a que serve.

#### **Fontes:**

Associação Comercial de Pôrto Alegre. In: *Correio do Povo/Fôlha da Tarde*. Porto Alegre, 05 de novembro de 1940. Suplemento comemorativo do bi-centenário de Porto Alegre, p. 17.

CAMPOS, Josino. Picareta remodeladora. In: *Correio do Povo/Fôlha da Tarde*. Porto Alegre, 05 de novembro de 1940. Suplemento comemorativo do bi-centenário de Porto Alegre, p. 3.

Palácio do Comércio: Projeto aprovado pela prefeitura. Plantas, cortes, fachadas e estrutural. Nº processo: 5499/37.

PORTO ALEGRE. Lei nº 260, de 17 de dezembro de 1929. Autorisa a concessão de um terreno à Associação Commercial de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE. Relatório do Projecto de Melhoramentos e orçamentos apresentado ao intendente municipal José Montaury de Aguiar Leitão pelo engenheiro architecto João Moreira Maciel da comissão de melhoramentos e embelezamento da capital, 1914. Publicação de 1927.

PORTO ALEGRE. Expediente Urbano de Porto Alegre por Edvaldo Pereira Paiva Eng<sup>o</sup> Civil Especializado em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura de Montevideú. 1942

PORTO ALEGRE. Um plano de urbanização. Colaboração técnica do urbanista Edvaldo Pereira Paiva. 1943

PORTO ALEGRE. Lei Complementar Nº 601, de 23 de outubro de 2008. Dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município.

PRAÇA DO COMÉRCIO. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre, maio 2017, nº 2. 38 p.

REVISTA DO GLOBO – A GRANDE ENCHENTE DE 1941 – NARRATIVA E REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ESPANTOSO FLAGELO QUE ASSOLOU O RIO GRANDE DO SUL [edição especial]. Porto Alegre, Livraria do Globo, maio de 1941. 40 p.

**Referências Bibliográficas:**

ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu Comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

GUIMARAENS, Rafael. Mercado Público: Palácio do Povo. Porto Alegre: Libretos, 2012.

MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: Urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

SOUZA, Célia Ferraz de. Plano Geral de Melhoramentos De Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

LUZ, Maturino Salvador Santos da. *“Ide a todos a José”* – A Arquitetura de Joseph Franz Seraph Lutzenberger (1920–1951). 2004. 323 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

## Para pensar a história urbana: construção das cidades e conflitos ambientais

To think about urban history: building cities and environmental conflicts

**Vivian Prado Pereira**

Doutoranda em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
vivian.vpp@gmail.com

**Eder Jurandir Carneiro**

Doutor em Sociologia e Política  
Universidade Federal de São João Del-Rei  
eder@ufsj.edu.br

**Recebido em:** 04/03/2020

**Aprovado em:** 12/05/2020

**Resumo:** O artigo debruça-se sobre alguns aspectos da trajetória histórica de formação do bairro periférico de São Dimas, localizado na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, refletindo sobre processos conflituosos vivenciados por seus moradores, por meio dos quais procuram construir habitabilidade urbana e ambiental de seus territórios. Mais que descrever processos de construção de territórios urbanos periféricos, busca-se aqui, ao examinar-se a história de um bairro de classes populares, reunir elementos conceituais que contribuam para o enquadramento analítico de tais processos. Entre esses elementos, enfatizam-se a consideração da “espacialidade” como dimensão intrínseca à vida social, as relações entre as modalidades hegemônicas de acumulação de capital e a sistemática produção das periferias urbanas e, por fim, mas não menos importante, as estratégias, conflitos e formas de resistência protagonizadas pelos moradores nas disputas (abertas ou “surdas”, conscientes ou irrefletidas) que se vêm compelidos a enfrentar para se reproduzirem no espaço urbano.

**Palavras-chave:** Conflito Ambiental; Conflito Urbano; Periferia.

**Abstract:** This article analyzes some features in the historical formation of a peripheral neighborhood (São Dimas) of São João del-Rei Minas Gerais. It reflects about conflictive processes lived by the neighborhood residents as they attempt do built the urban and environmental conditions of their territories. By examining the history of a popular neighborhood, more than describe peripheral urban territories building processes, we try to gathering concepts that contribute to frame these processes analytically. Among this concepts we emphasize “spaciality” as an intrinsic dimension of the social life, the relationship between the hegemonic forms of capital accumulation and the systematic production of urban peripheries and, last but not least, the strategies, conflicts and forms of resistance protagonized by residents along the (open or veiled) disputes that they have to face in order to reproduce themselves in the urban space.

**Keywords:** Environmental Conflict; Urban conflict; Periphery.

### Introdução

O artigo debruça-se sobre alguns aspectos da trajetória histórica de formação do bairro periférico de São Dimas<sup>1</sup>, localizado na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, refletindo sobre processos conflituosos vivenciados por seus moradores, por meio dos quais procuram construir habitabilidade urbana e ambiental de seus territórios. Mais que descrever processos de construção de territórios urbanos periféricos, busca-se aqui, ao examinar-se a história de um bairro de classes populares, reunir elementos conceituais que contribuam para o enquadramento analítico de tais processos. Entre esses elementos, enfatizam-se a consideração da “espacialidade” como dimensão intrínseca à vida social, as relações entre as modalidades hegemônicas de acumulação de capital e a sistemática produção das periferias urbanas e, por fim, mas não menos importante, as estratégias, conflitos e formas de resistência protagonizadas pelos moradores nas disputas (abertas ou “surdas”, conscientes ou irrefletidas) que se vêm compelidos a enfrentar para se reproduzirem no espaço urbano.

Dessa forma, o presente trabalho pretende contribuir com proposições teórico-analíticas que auxiliem o desenvolvimento de uma “história territorial” (MORAES, 2002, p. 45-60), isto é, o estudo dos processos por meio dos quais os agentes sociais, nos marcos de relações sociais instituídas, se *apropriam* do espaço, num duplo sentido: o tornam apropriado, adequado a determinada modalidade de vida social e, ao mesmo tempo, dele se apropriam técnica e politicamente. E, à medida que esse espaço contém, inseparavelmente, elementos naturais e, com eles “fundidos”, ambientes construídos, a história territorial se mostra inseparável da história ambiental (O’CONNOR, 2001), contrariando a famosa proposição de Worster, segundo a qual o ambiente construído deveria ser excluído do domínio de objeto da história ambiental (WORSTER, 1991). Da mesma forma, a história ambiental e a história urbana se interseccionam inevitavelmente<sup>2</sup>. Evidentemente, o “trabalho” social de apropriação do espaço, ou construção territorial, ganha especificidades quando se trata do espaço urbano numa sociedade capitalista periférica. Nesse sentido, o tema da história de territórios urbanos periféricos constitui parte essencial da história

---

<sup>1</sup> Baseamo-nos, principalmente, nas informações sobre a formação do bairro apresentadas em Barros e Carneiro (2004), Candido e Carneiro (2005) e Pereira (2015).

<sup>2</sup> Para uma visão sistemática e panorâmica do campo da história ambiental urbana, veja-se Molano Camargo (2016).

urbana contemporânea e deve dialogar intensamente com a própria história ambiental. Com efeito, como se verá, mais à frente, no exame da formação histórica do bairro São Dimas, as trajetórias de construção de territórios urbanos periféricos contemporâneos implicam que se considerem, necessariamente, os processos e conflitos relativos à apropriação de condições naturais nas cidades, tais como o solo e a água, sob a forma de “terra urbana” e acesso residencial à água potável.

O histórico de construção do bairro São Dimas comporta elementos que fazem transparecer o caráter conflituoso da produção de territórios periféricos nas cidades brasileiras e o papel ativo dos moradores como protagonistas desse processo. Analisando os mecanismos que fomentam e constituem os conflitos que se desenvolvem na localidade e observando a atuação dos diferentes agentes identificados, com destaque para as práticas de *resistência* adotadas pelos moradores, buscamos entender as nuances da produção capitalista do espaço urbano, tendo os conflitos territoriais e ambientais como parte da observação analítica.

Comportando, atualmente, 255 famílias, aproximadamente 1.000 habitantes, o bairro São Dimas teve o início de sua ocupação na década de 1960 e a maioria das casas do local foi construída em lotes aforados pela prefeitura municipal. Fazendo divisa com o *campus* Dom Bosco da *Universidade Federal de São João del-Rei* (UFSJ) e tendo muitos de seus habitantes como funcionários dessa instituição, o bairro com ela mantém estreitas relações.

Contando com mínimo suporte do poder público, foi através da mobilização dos moradores, do trabalho conjunto entre vizinhos e familiares, que a localidade pôde ser provida de infraestrutura urbana. Inicialmente, os moradores se organizaram, principalmente, por intermédio da igreja católica e em meados dos anos 1980 estabeleceram a *Associação de Moradores do bairro São Dimas*. Durante todo o período de existência do bairro, a população foi a principal responsável pelo seu desenvolvimento urbano: por meio de mutirão foram abertas e calçadas ruas, perfurados poços artesianos e construídas redes de água e esgoto. Com a oficialização da *Associação de Moradores*, foi possível angariar verbas para construir casas populares e mobilizar recursos para edificar um salão comunitário. Entre as dificuldades vivenciadas pelos habitantes do São Dimas, durante o processo de fazimento e consolidação do bairro, destacamos o enfrentamento de situações de injustiça ambiental<sup>3</sup> a que se encontram expostos, a exemplo de lutas pela contenção de voçorocas que circundam o bairro e ameaçam de desbarrancamento ruas e casas.

---

3 O conceito de justiça ambiental se refere ao estado em que nenhum grupo social ou étnico ou classe social é compelido a arcar com parcela desproporcional dos danos e agravos ambientais acarretados pelas formas hegemônicas

### A “espacialidade” como dimensão da vida social

Pensar a respeito da produção das cidades capitalistas exige um esforço que envolve a análise de um amplo número de variáveis. Quando o objetivo consiste em refletir sobre os processos que engendram a formação dos territórios urbanos, privilegiando aqui o desenvolvimento de territórios periféricos, parece relevante observar, entre outros aspectos, a dimensão espacial constituinte desses processos.

Quando falamos em território, nos referimos ao espaço socialmente produzido. Soja (1993) utiliza o termo espacialidade para interpretar a organização do espaço como produto e condição da vida social. Autores como Lefebvre (1972) e Soja (1993) buscaram empreender análises acerca de uma dialética sócio espacial da vida social. Para eles, as estruturas sociais e espaciais estão dialeticamente unidas, e não simplesmente circunscritas uma à outra, como resultado de projeções categóricas (SOJA, 1993). Para Lefebvre, não se trata de que o espaço seja mero resultado ou “suporte” para as práticas sociais, de vez que “o espaço e a organização política do espaço expressam as relações sociais, mas também reagem contra elas” (LEFEBVRE, 1972 *apud* SOJA, 1993, p. 103).

De acordo com Soja (1993), apesar de, na maior parte das vezes, a organização espacial da sociedade se apresentar como socialmente inerte, o processo de reificação do espaço é problemático e repleto de contradições e disputas. A produção social do espaço no capitalismo constitui um processo envolto em poder e lutas, que não tem sido pacífico ou automático, como se a estrutura social se impusesse no ambiente sem resistência ou constrangimento. A falsa aparência de coerência e homogeneidade espaciais é produto da dominação política e, simultaneamente, condição de seu exercício. Nas palavras de Bourdieu (2012, p. 161), “uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico”, ou seja, devido à sua inscrição durável, a territorialidade<sup>4</sup> reafirma a dominação, naturalizando as práticas e desigualdades sociais. Para o autor, o lugar de um agente no espaço

---

de apropriação das condições naturais territorializadas. Ao longo dos anos 1980, constitui-se, nos Estados Unidos, um movimento por justiça ambiental, que se expandiu por várias regiões do globo. No Brasil, foi fundada, em setembro de 2001, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que congrega centenas de movimentos e organizações brasileiras envolvidas em ações de combate à injustiça ambiental no país. A esse respeito, veja-se Acselrad, Mello e Bezerra (2009) e Acselrad, Herculano e Pádua (2004).

<sup>4</sup> Da nossa perspectiva, o território se define pela atuação, no espaço, de agentes orientados por “projetos” e práticas de apropriação (eventualmente conflitivos), simultaneamente material (econômica e política) e simbólica, do espaço e de seus elementos naturais e construídos. Para a exposição e discussão sistemática da noção de território, veja-se Haesbaert (2007: 35-98).

físico é resultado da posição que ocupa no espaço social, e numa sociedade hierarquizada, como a capitalista, todos os espaços são hierarquizados:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (BOURDIEU, 2012, p. 160).

Os lugares decorrentes do espaço social reificado e os benefícios a eles acoplados expressam as desigualdades sociais e são resultado de lutas dentro dos diferentes campos. Bourdieu (2012, p. 163) entende que “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui”.

A distribuição dos agentes e bens no espaço define o valor das diferentes localidades e os capitais necessários para se apropriar do lugar. Quanto maior o acúmulo de capitais, maiores a diferenciação e a possibilidade de se apropriar e ressignificar o espaço, ao mesmo tempo em que se aumenta a distância simbólica e espacial das pessoas e bens indesejáveis e menos raros, ou seja, que acumulam menor quantidade de capitais. Aos que controlam capitais em menor quantidade - e/ou cuja qualidade os fazem menos eficientes nas disputas espaciais - mesmo cientes de que o campo de possibilidades é posto pela estrutura de dominação e que a inércia física tende a garantir a reprodução da dominação, cabe empreender lutas pela apropriação e significação do espaço, de modo a diminuir as distâncias físicas e sociais e reivindicar o acesso aos bens coletivos<sup>5</sup>.

A espacialidade concreta do capitalismo é, desse modo, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais. Não é um acontecimento pontual, que ocorre de uma única vez, e sim um *processo contínuo*, que requer continuamente o estabelecimento de práticas sociais que visam tanto à manutenção e reforço da espacialidade existente, quanto à reestruturação ou revolução da mesma. Nos termos de Soja, “a matriz espacial precisa ser constantemente reforçada e, quando necessário, reestruturada – ou seja, a espacialidade precisa ser socialmente reproduzida, e esse processo de reprodução é uma fonte permanente de conflito e crise” (SOJA, 1993, p. 157). Os segmentos da sociedade que possuem pouco acúmulo de capitais e se veem, portanto, dominados pelo desenvolvimento capitalista “precisam procurar criar contra estratégias

---

<sup>5</sup> É nesse sentido que Ermínia Maricato diz que a produção da cidade capitalista resulta de uma “luta surda pelas localizações” (MARICATO, 2015, p. 12).

especialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço” (SOJA, 1993, p. 210).

### **Acumulação de capital e produção sistemática de periferias urbanas**

Ao identificarmos o bairro São Dimas como periférico, adotamos uma formulação do conceito de periferia que não parte de uma perspectiva estritamente espacial, que define como periféricos apenas os aglomerados distantes do centro urbano. Prevalece aqui a noção de periferia como espaços onde predomina a ausência de infraestrutura urbana, a clandestinidade constante – não só porque os modos de ocupação tendem a estar inconformes à legislação urbanística, mas também pela posição de clandestinidade que ocupam seus habitantes, seja em relação ao trabalho ou às demais esferas da vida social -, mas não determinante, e que se destinam a acolher grande parte dos trabalhadores mais explorados (KOWARICK, 1979).

De maneira generalizada, pode-se dizer que a expansão das cidades brasileiras se realiza, principalmente, por meio da periferização, pela transformação de espaços remotos em loteamentos habitacionais irregulares. Esses loteamentos, por não contarem com infraestrutura urbana adequada e não atenderem à legislação urbanística, demandam pouco investimento dos empreendedores, o que possibilita apresentarem baixo custo e se tornarem, portanto, acessíveis à população pauperizada. A aquisição de um lote pelas classes populares nesses locais se viabiliza pela combinação de dois fatores: 1) seu baixo custo econômico é ajustável ao orçamento familiar, de vez que a remuneração da força de trabalho não inclui o acesso à terra urbana; 2) essas populações, cientes da oferta limitada de alternativas e do pouco acúmulo de capitais que possuem, aceitam arcar com o ônus social extremamente alto que acompanha essa estratégia.

Entretanto, essas localidades, à medida que cristalizam trabalho no território sob a forma de valor e, por meio da mobilização dos moradores, são abastecidos de serviços e equipamentos urbanos, têm seu valor aumentado e seu ônus social reduzido. Esse processo de valorização faz com que uma área antes acessível a faixas de remuneração mais baixa se transforme em zona demandada por estratos mais bem remunerados, o que, muitas vezes, acaba expulsando os antigos proprietários que não se enquadram no novo perfil do local. Segundo Kowarick:

Reproduz-se, assim, um padrão de periferização que aumenta enormemente os assim denominados custos de urbanização, pois sempre são geradas novas áreas longínquas e rarefeitas de população que deverão ser – algum dia – providas com um mínimo de serviço público. Reproduz-se também uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos

econômicos e políticos para pagar um preço de um progresso altamente espoliativo (KOWARICK, 2000, p. 28).

De fato, a periferia é o local cujo preço da terra é baixo, onde vive a população pobre e socialmente segregada, mas é, também, um local *mutante*, constantemente produzido e reproduzido, gradualmente incorporado às cidades, ocupado por novos moradores e reorganizados pelo capital (MAUTNER, 1999).

De acordo com Mautner (1999), embora sigam um padrão fragmentado e descontínuo no tempo e no espaço, as periferias constituem a forma predominante de produção do espaço urbano. A autora defende a hipótese de que a periferia se constitui como uma fronteira de expansão para o capital: à medida que o capital apresenta requisitos para se estabelecer no espaço urbano, a periferia, uma vez que acumula trabalho, apresenta as condições necessárias para se incorporar ao processo de acumulação (MAUTNER, 1999). Como resultado desse processo, temos um espaço construído que, apesar das irregularidades e da precariedade subjacentes, reproduz um espaço urbano pronto para ser incorporado à cidade e necessário para a realização da acumulação capitalista mediante a produção e apropriação do espaço. Percebe-se, desse modo, que o movimento de valorização do espaço, ou seja, da formação de territórios, não é mero efeito de determinações econômicas; pelo contrário, “ele é antes o instituidor de condições necessárias para a fluência de processos econômicos” (MORAES, 2002, p.59).

Tomando como exemplo o bairro São Dimas, notamos que o processo inicial de ocupação do espaço não se deu por meio de compra de lotes, mas pelo aforamento de terras da prefeitura (CARNEIRO, 2006). Todavia, a sucessão do desenvolvimento e crescimento do bairro é característica do modo como se dá a expansão urbana periférica nas cidades brasileiras: a oferta de equipamentos e serviços urbanos no bairro é deficiente e as condições mínimas de urbanidade foram alcançadas por meio da mobilização dos moradores. O atual crescimento da valorização do espaço no bairro, acompanhado do interesse dos agentes da especulação imobiliária, é resultado do “trabalho” dos moradores cristalizado no território. As moradias do bairro (assim como muitos equipamentos urbanos) foram, em sua maioria, autoconstruídas por meio de mutirões e trabalho familiar. Essa é uma característica que tende a ser padrão entre os bairros periféricos. Produzida por técnicas rudimentares, a autoconstrução da casa e de elementos de infraestrutura urbana<sup>6</sup> tem como principal finalidade a produção de uma habitabilidade urbana que os moradores não podem

---

<sup>6</sup> A descrição detalhada dos processos de autoconstrução de moradias e de equipamentos de infraestrutura urbana pelos moradores do bairro São Dimas é encontrada em Pereira (2015).

comprar no mercado e a que não têm acesso por meio de políticas públicas. Isso exige dos moradores um dispêndio de sobretrabalho e contribui para manter os salários permanentemente deprimidos (KOWARICK, 2000). Assim, percebe-se que o trabalho coletivo de construção territorial empreendido pelas populações periféricas é essencial não só para a reprodução material das mesmas, como também para a o desenrolar do modo capitalista de acumulação nas cidades. Essa riqueza (individual e comum), produzida por um sem-número de ações e esforços, coletivos e familiares ou individuais, é condição *sine qua non* para o barateamento dos custos da reprodução da força de trabalho em que se baseia o processo de acumulação de capital.

De outra parte, vê-se que parcela dessa riqueza é apropriada pelo processo de valorização de capitais investidos na produção da cidade, utilizada para o rebaixamento dos custos dos insumos e para possibilitar a *abertura de novos espaços ao capital*. Em termos analíticos, poder-se-ia argumentar que os processos em tela constituem mecanismos de operação daquilo que Harvey (2004) chama de *acumulação via espoliação*, ou seja, os processos contemporâneos que facultam a apropriação privada de riquezas comuns ou públicas, por parte de capitais privados, mediante o uso da coerção, geralmente organizada e acionada pelo Estado. Poder-se-ia então falar em processos de acumulação de capital mediante desapossamento urbano. Por outra via, ao estimular a segregação espacial, concentrando a maior parte dos recursos públicos nas áreas da cidade mais rentáveis à acumulação de capitais rentistas e imobiliários, o Estado faculta a acumulação via espoliação, pois utiliza riqueza pública para valorizar espaços e imóveis controlados por esses capitais. E o Estado o faz em detrimento do bem e estar e do direito à cidade<sup>7</sup> das populações pobres, fazendo com que os moradores de áreas periféricas sejam impelidos a mobilizar-se tanto para produzir coletivamente seus equipamentos urbanos quanto para reivindicar infraestrutura e oferta de serviços. Simultaneamente, a “ineficácia” do poder público em garantir a fiscalização da expansão urbana permite que os agentes da acumulação façam uso e, mesmo, desapossem os bens comuns dos moradores das periferias.

### Conflitos ambientais no bairro São Dimas

---

<sup>7</sup> Lefebvre entende o direito à cidade como o “direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 1968, p. 108), o direito legítimo de habitar, entendido, aqui, como “plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos grupos e indivíduos de suas condições de existência” (LEFEBVRE, 1968, p. 23).

Em relação ao bairro São Dimas, é possível identificar práticas de *acumulação via espoliação* em pelo menos dois momentos de seu histórico de formação. Por duas vezes, para garantir o abastecimento de água potável no bairro, os moradores precisaram mobilizar recursos próprios e construir um poço artesiano. A primeira vez data de meados da década de 1970, quando, com o auxílio da igreja católica, conseguiram contratar uma empresa para perfurar o poço e instalar, por meio de mutirão, a tubulação nas ruas para a rede de distribuição domiciliar da água. O segundo poço foi perfurado nos anos 1990 e resultou do trabalho da *Associação de Moradores do bairro* que, com apoio da *Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)*, firmou parceria com uma ONG Alemã e captou a verba necessária. Nas duas ocasiões, a população do bairro não contou com o auxílio do poder público municipal (PEREIRA, 2015: 18-19). Entretanto, os custos com a manutenção e o nível de organização que a gerência de um poço artesiano exige compeliram os moradores a repassar a administração dos poços para o *Departamento Municipal de Água e Esgoto (DAMAE)*. A exemplo do primeiro poço artesiano (já exaurido), o segundo (em atividade) não é atualmente utilizado para abastecer apenas os moradores do bairro São Dimas, já que o DAMAE repassa para outros bairros parte do volume da água extraída. Assim, esses moradores de periferia que precisaram mobilizar recursos e energia para conseguir o abastecimento de água para o bairro (PEREIRA, 2015: 18 ss.) veem sua riqueza coletiva ser expropriada pelo Estado – que não só se isentou da obrigação de garantir o abastecimento de água aos habitantes do São Dimas, como minimizou seus gastos com o fornecimento de água a outros bairros - e por empreendedores imobiliários, que se utilizaram desse recurso para diminuir os custos de urbanização dos loteamentos que se têm constituído para as classes médias.

Situações como essa demonstram como a trajetória histórica de construção de periferias está organicamente ligada às desigualdades ambientais urbanas e o quanto depende, portanto, de que os moradores/construtores dessas periferias protagonizem conflitos ambientais urbanos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Nesse sentido, destaquemos, ainda, os conflitos relativos à expansão de uma grande voçoroca que circunda o São Dimas e que ameaça de desabamento algumas ruas e casas do bairro.

Não só o bairro São Dimas, mas boa parte do município de São João del-Rei e da mesorregião Campo das Vertentes é assolada por voçorocas<sup>8</sup>. Caracterizada por exploração intensa

---

<sup>8</sup> O termo “voçoroca” é originado do tupi-guarani e significa “terra rasgada”. Esse tipo de erosão hídrica do solo se caracteriza pela formação de um grande sulco derivado da ação de água pluvial. São vales de erosão onde a remoção

de mineração de ouro nos séculos XVIII e XIX e, posteriormente, pelo desenvolvimento de agropecuária extensiva, a área vem abrigando, em tempos mais recentes, atividades de “urbanização” que degradaram sobremaneira o solo.

No bairro São Dimas, que não conta com rede de captação de água pluvial, as enxurradas formadas pelas águas das chuvas desce, sem obstáculos, em direção às voçorocas; devido à ausência ou precariedade do serviço público de coleta de lixo, a população, durante longo período de tempo, fez uso dos “desbarrancados” (designação nativa para as voçorocas) para o descarte de entulhos e lixo doméstico; o processo erosivo foi se agravando e se acelerando ao longo das últimas décadas, principalmente em decorrência dos impactos trazidos pela formação de loteamentos no entorno, sempre desprovidos de infraestrutura, e por isso vendidos a baixo preço para os estratos mais pobres da população (CÂNDIDO e CARNEIRO, 2005). Esses novos loteamentos despejam as águas pluviais diretamente no interior das enormes voçorocas. Marcado pelo desmatamento e pelo traçado inadequado do sistema viário, esse tipo de empreendimento do capital imobiliário faz-se possível em razão da “aplicação seletiva” das leis (MARICATO, 2000) e instrumentos urbanísticos pelo poder público municipal, a quem toca a atribuição legal de realizar a fiscalização desses projetos. Além disso, o poder público tem permitido que a voçoroca prossiga em seu curso de expansão, à medida que não compele os proprietários dos terrenos em que ela está situada a executar as ações necessárias para a contenção do processo erosivo. Tolerando, assim, que os proprietários apenas preservem os terrenos atingidos, seja para fins especulativos, como no caso dos empresários do setor imobiliário, seja como área de expansão futura, no caso da própria UFSJ (cujo terreno contém parte considerável da voçoroca). Esse tipo de uso do espaço, que aparece ao senso comum como não-uso, é, ao lado dos demais acima descritos, diretamente responsável pelo avanço da voçoroca (CÂNDIDO; CARNEIRO, 2005).

No ano de 2004 teve início a luta dos moradores, por meio da *Associação de Moradores do Bairro São Dimas*, pela contenção da voçoroca que ameaçava de desabamento quatro residências situadas na travessa Afonso Santana, localizada na divisa de do *campus* Dom Bosco da UFSJ. O histórico das reivindicações é longo e marcado, em grande parte, pela omissão dos órgãos públicos responsáveis e pela persistência da *Associação de Moradores*. A comunidade solicitou à defesa civil do município a realização de uma vistoria técnica no local e os laudos constataram condição de “risco”

---

de material é tão rápida e intensa que não permite o desenvolvimento da vegetação (FIORI & SOARES, 1976 *apud*, FERREIRA, 2005).

e apontaram para a iminência de desbarrancamento. Os pareceres técnicos foram encaminhados para a *Secretaria Municipal de Obras* e para o reitor da UFSJ, alertando sobre a situação dos moradores e pleiteando ações de reparação e contenção.

Cientes da morosidade da contrapartida dos órgãos públicos, a comunidade passou a buscar alternativas técnicas e operacionais, para além do escopo institucional municipal (CANDIDO; CARNEIRO, 2005). Assessorados pelo *Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental* (NINJA) da *Universidade Federal de São João del-Rei*<sup>9</sup>, entraram em contato com o coordenador do *Projeto Maria de Barro*<sup>10</sup> e iniciaram negociações para dar início às obras de contenção. Como a área de avanço da voçoroca que representava risco imediato pertencia, em parte, à UFSJ e, em parte, a proprietário particular, ambos foram contatados e se disponibilizaram a doar o terreno para prefeitura (cumprindo a exigência do projeto Maria de Barro de que a voçoroca a ser contida estivesse sob domínio público). Foi, então, firmado um acordo entre a *Associação de Moradores*, a administração da UFSJ e a prefeitura de São João del-Rei, ficando como incumbência da Universidade fazer a limpeza e retirada do entulho acumulado e a cargo da prefeitura disponibilizar a verba para o pagamento da mão de obra.

Mesmo aprovadas as funções de cada um dos responsáveis, tanto a prefeitura quanto a UFSJ tardavam em cumprir o estabelecido. Bastante receosa com o risco iminente de desabamento, a *Associação de Moradores do bairro* requisitou uma vistoria ao *Corpo de Bombeiros* e divulgou, na mídia local, um documento relatando o grau de avanço do desbarrancado e o histórico de reivindicações. Sem receber retorno da prefeitura municipal e da administração da UFSJ, os moradores organizaram uma passeata que, no dia 7 de dezembro de 2004, se deslocou desde o bairro São Dimas até a sede da prefeitura, num percurso de cerca de cinco quilômetros. Empunhando cartazes, os moradores do bairro caminharam em protesto e entregaram ao presidente da *Câmara dos Vereadores* e ao prefeito o documento expondo a situação de “risco” do bairro. Depois de muito trabalho de mobilização e reivindicação dos moradores, a obra de contenção para o trecho mais crítico da voçoroca teve início no segundo semestre de 2005, sendo concluída no ano de 2006.

---

<sup>9</sup> O NINJA é um grupo de pesquisa e extensão cadastrado na plataforma do CNPQ e vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UFSJ que realiza, desde 2004, ações de pesquisa e extensão no bairro em questão.

<sup>10</sup> O Projeto Maria de Barro teve início no ano de 1999, na cidade de Nazareno (MG). Realiza, entre outras atividades (educação ambiental; capacitação de produtores e disponibilização de informações técnicas; ofertas de mudas e sementes nativas etc.), ações de contenção de encostas e processos erosivos de voçorocas, por intermédio do Centro Regional Integrado de Desenvolvimento Sustentável (CRIDES) e do projeto “Redes Voçorocas”. Para mais informações, ver <http://www.projetomariadebarro.org.br>.

Entretanto, no final do ano de 2011, os moradores do São Dimas voltam a sofrer com o desbarrancamento provocado pelo avanço da voçoroca, agora na rua Afonso Santana. Esse trecho da rua era asfaltado, plano e parecia seguro. Todavia, a partir de meados de 2010, começaram a aparecer rachaduras nas casas, ao que parece provocadas pelo intenso trânsito de caminhões carregados de material de construção, por ocasião das obras de construção de novos prédios no *campus* Dom Bosco da UFSJ, cujo terreno faz divisa com a rua. A situação passou oferecer risco iminente aos moradores após o período de fortes chuvas, quando a margem da rua foi tragada por uma voçoroca ali existente. Recesos com o risco de desbarrancamento da rua e cientes da ineficácia da ação do poder público, os moradores providenciaram por si mesmos o fechamento da rua, impedindo que carros, ônibus e caminhões por ali transitassem. Também negociaram com uma empresa de terraplanagem o despejo de dezenas de caçambas de terra no local e, usando apenas pás, se encarregaram de empurrar toda a terra para dentro da voçoroca. Mobilizaram-se, também, por meio da elaboração de um abaixo-assinado e, amparados pelo NINJA, recorreram à mídia local, por três vezes, para expor a “situação de risco” em que se encontravam. Após essas ações, no início de 2013, obtiveram da prefeitura a realização de obras paliativas (construção de meio-fio e asfaltamento da rua) que mitigaram o risco de desmoronamento da encosta.

### **Conflitos ambientais, resistências e acumulação de capital nas periferias urbanas brasileiras**

Da perspectiva desse trabalho, as mobilizações e os conflitos ambientais urbanos acima relatados, protagonizados pelos moradores do bairro São Dimas, assim como outras ações e lutas – tais como aquelas relacionadas à implantação de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana –, são constitutivas do processo mesmo de produção das periferias urbanas pelos próprios moradores, no contexto das cidades capitalistas brasileiras. Assim, tendo em vista que “os processos de estruturação da cidade conformam determinados conjuntos de opções possíveis para os diferentes atores sociais” (CARDOSO, 2006, p. 33), para população do bairro São Dimas a escolha do local de moradia se deu dentro de um leque restrito de possibilidades. Composta por trabalhadores de baixa renda e sem acesso ao crédito imobiliário, os moradores do bairro – que não só vivem a ameaça de desbarrancamento devido à voçoroca, mas apresentam um histórico de lutas pela aquisição da moradia e das condições básicas de urbanidade do bairro - tendem a interpretar o “risco ambiental” como mais uma dificuldade a ser enfrentada (VARGAS, 2006). Cientes da circunstância em que se encontram, essas populações fazem um “cálculo do risco”, ou seja, reinterpretem o risco pela iminência da ameaça da remoção; a sujeição a uma ameaça futura é

vista como algo secundário quando comparada ao risco real de despejo (VARGAS, 2006). Nesses casos, na maioria das vezes, a localização da moradia permite uma redução dos gastos básicos de subsistência, incluindo o pagamento do aluguel, o custeio com creches etc., o que possibilita que essas famílias gozem de melhor qualidade de vida, de modo que a manutenção da “condição de proprietário”, para dar continuidade ao projeto da “casa própria”, se insere entre as estratégias de resistência e apropriação territorial no urbano.

Da perspectiva aqui proposta, situações como a que envolve a voçoroca do bairro São Dimas são compreendidas pela noção de “conflito ambiental”<sup>11</sup>. O caráter conflituoso transparece na maneira como são estruturadas as relações entre os atores envolvidos e suas práticas espaciais, grande parte das vezes antagônicas e mutuamente excludentes. Transferindo o olhar para uma escala mais local do movimento de expansão geográfica do capitalismo, se faz possível perceber que os mecanismos que levam à reprodução das desigualdades espaciais e injustiças ambientais no processo de formação das periferias urbanas se caracterizam pelo modo diferenciado de usos, significados e apropriação do território, pelo apoio do Estado aos agentes da acumulação, pela mobilização dos moradores e pela transferência dos ônus ambientais às populações mais social e economicamente fragilizadas.

Considera-se, então, os conflitos ambientais urbanos como inerentes aos processos de formação de periferias. Grande parte das vezes, esses conflitos se desenvolvem num campo já fértil de lutas pela existência espacial, ou seja, eclodem dentro de uma dinâmica na qual os moradores estão propelidos a se mobilizar e criar estratégias para garantir a habitabilidade nas cidades, sua reprodução material no espaço urbano. Desse modo, é necessário levar em conta esse aspecto, ao se observar e refletir sobre um evento caracterizado como conflito ambiental nas periferias urbanas brasileiras.

Para desenvolver esse argumento, nos aproximamos das formulações de Kowarick (1979, p. 41), que considera que a adoção de um modelo econômico que tem a periferia como fórmula de reprodução da força de trabalho nas cidades possibilitou, por um lado, altas taxas de exploração do trabalho e, de outro, “forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora”.

---

<sup>11</sup> “Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis, transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSERALD, 2004, p. 26).

A lógica da acumulação leva à dilapidação da força de trabalho, o desgaste produzido pelas prolongadas jornadas de trabalho, somado às espinhosas condições urbanas de existência tem conduzido os trabalhadores ao esgotamento. Subnutrição, acidentes de trabalho, horas perdidas no trânsito - vivenciadas no transporte público de péssima qualidade e conduzido por trabalhadores igualmente exauridos-, “nada têm de ‘democráticos’. Associam-se nitidamente com a população trabalhadora...” (KOWARICK, 2000, p. 22). Assim como ter que dispensar o tempo livre na tarefa de autoconstrução de moradias e equipamento urbanos, morar em habitações precárias, desprever-se de infraestrutura urbana, não contar com assistência médica adequada e um sistema de educação eficiente, não ter acesso aos equipamentos culturais e de lazer e ter que conviver em situações ambientais degradantes e enfrentá-las.

Esse conjunto de situações, apesar de estar diretamente ligado ao processo de exploração do trabalho, não deve ser reduzido a ele. Kowarick o denomina de *espoliação urbana*:

A somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que conjuntamente ao acesso à terra e a moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação recorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta deste (KOWARICK, 2000, p. 22).

A espoliação urbana é resultado não só do processo de acumulação de capital, mas também da dinâmica das lutas protagonizadas pelos trabalhadores e de seu êxito em pressionar o Estado e dele obter os meios básicos de sobrevivência nas cidades. Para o autor, a noção de espoliação extrapola a constatação objetiva das carências de acesso à moradia urbana, aos serviços públicos e aos equipamentos de consumos coletivos. Trata-se de uma construção histórica que advém das lutas sociais, de uma percepção coletiva que considera que existe legitimidade nas reivindicações por acesso aos bens comuns e transcende, portanto, à lógica inerente à expansão do capitalismo (KOWARICK, 2000).

Nesse sentido, a *espoliação urbana* só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo – um bem material ou cultural – está faltando e é socialmente necessário. Dessa forma, a noção contém a ideia de que o processo espoliativo resulta de uma somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus (KOWARICK, 2000, p. 107).

Para desenvolver tal tese o autor privilegia as demandas em relação às condições materiais objetivas, pois seriam as que apresentam maior capacidade de se transformar em lutas de vasto

alcance político, na medida em que refletem as *contradições*<sup>12</sup> que regulam as formas de dominação e exclusão presentes no urbano. Alerta, entretanto, que a ausência ou a deficiência do suprimento necessidades básicas de subsistência não é suficiente para gerar conflito; reconhece que a *pauperização* e a *espoliação* são matérias-primas que, potencialmente, alimentam os conflitos sociais, mas que entre as *contradições urbanas* e as lutas empreendidas pelos atores sociais há um “processo de *produção de experiências* que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais” (TELLES, 1987 *apud* KOWARICK, 2000, p. 69).

Em outros termos, em vez de atrelar a análise das condições urbanas de existência às vicissitudes da expansão capitalista e deduzir as lutas sociais da precariedade que as caracterizam, parece analiticamente mais promissor indagar o significado que essa materialidade tem para os múltiplos atores que se enfrentam na arena social (KOWARICK, 2000, p. 106).

Isso significa dizer que as condições materiais objetivas, *per se*, não constituem o motor das transformações sociais, pois o que importa é o processo de *produção de experiências* do qual decorrem os significados que ele passa a ter para múltiplos e frequentemente opostos atores sociais (KOWARICK, 2000, p. 83).

O autor atenta para o fato de que, não obstante haver certos padrões, numa situação comum de exclusão socioeconômica, os conflitos apresentam-se de maneiras diferentes, as experiências de lutas constituem trajetória particulares que nos levam a crer que as condições estruturais objetivas se constituem como um grande pano de fundo. Enfatiza que a análise dos processos de subordinação-insubordinação demanda que se privilegie o modo como os sujeitos vivem, experienciam<sup>13</sup> uma determinada realidade. “Em outros termos: a reprodução da força de trabalho não se esgota no equacionamento da funcionalidade da exploração capitalista” (KOWARICK, 2000, p. 83). Afinal, se as condições de vida não se desprendessem das exigências do processo de acumulação, as alternativas históricas estariam destinadas à submissão ou subversão contida nas determinações macroestruturais (KOWARICK, 2000).

Em suma, uma historiografia ambiental de bairros periféricos precisaria considerar os conflitos ambientais dentro de um processo conflituoso que envolve outras dimensões da vida urbana na periferia. A mobilização da população das periferias para o conflito parte de (e se volta

---

<sup>12</sup> Kowarick se refere ao conceito de “contradição urbana” de Topalov, segundo o qual “os investimentos públicos em bens de consumo coletivo têm sido tradicionalmente realizados em prejuízo da grande massa dos trabalhadores” (*apud* KOWARICK, 2000, p. 25).

<sup>13</sup> Essa ideia de experiência proposta pelo autor parte de uma acepção de Thompson, segundo a qual uma realidade só pode ser compreendida quando também observada pelo prisma de sua magnitude valorativa e simbólica (KOWARICK, 2000).

para) uma sociabilidade na qual se faz presente uma série de lutas contínuas, de pequena escala ou mesmo “individuais”, pela construção do espaço urbano<sup>14</sup>.

Partindo de certas considerações avançadas por Scott (2002), propomos considerar esse movimento de lutas como *estratégias cotidianas de resistências*. Atos de auto interesse, quando raros e isolados, são de pouco interesse, mas, à medida que assumem um padrão consistente, mesmo que aparentemente não coordenados, podem ser considerados como práticas cotidianas resistência. A noção de coordenação derivada de cenários formais e institucionalizados e, até mesmo, de movimentos organizados pouco contribui para compreender ações em pequenas comunidades ou em outros arranjos que apresentam redes informais densas e profundas.

Entende-se que tais ações, adotadas cotidianamente pelas populações mais vulneráveis, compõem uma modalidade de resistência já que almejam sua reprodução material, a sobrevivência de seus modos de vida, a permanência e manutenção de seus territórios.

A luta pela contenção da voçoroca no bairro são Dimas, o caráter que assume na vida dos moradores, o modo como é organizada etc., tem a ver com conjunto de práticas de resistência que partem do cotidiano dessa população. A mobilização dos moradores para abrir as ruas do bairro, a autoconstrução de suas casas, a organização da *Associação de Moradores*, a ajuda mútua entre os vizinhos, entre outras, são ações que deram substância para esse conflito ambiental. A luta coletiva e cotidiana pela construção da habitabilidade no bairro fomentou o sentimento de pertença dos moradores e construiu sob bases sólidas a identidade dos mesmos com o local (atente-se, por exemplo, para o fato de que grande parte dos moradores do bairro envolvidos nas lutas pela contenção das voçorocas não residem nas áreas ameaçadas de iminente desabamento).

Essa modalidade de subversão engendra a base que sustenta as diversas formas de luta, “influencia os movimentos formais e molda as explosões sociais, porque mantém viva uma cultura oposicionista, ou mesmo uma contra ideologia, que podem estourar no cenário público nos raros momentos nos quais a repressão do cotidiano é suspensa” (MONSMA, 1999, p. 5). As formas cotidianas de resistência são ações persistentes e irredutíveis que representam armas verdadeiramente duráveis dos estratos subalternos, mobilizadas tanto para a reprodução material da vida cotidiana, quanto para desencadear lutas abertas e diretas em momentos de crise.

---

<sup>14</sup> Para Bourdieu (2012), as disputas pela apropriação do espaço podem tomar forma individual, por exemplo, através da mobilidade espacial ou intra/intergeracional, a “escolha” do local de moradia etc.

Tais formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes populares, que vivem em difíceis condições e precisam, pois, defender seus interesses materiais para reproduzirem a si próprias e seus modos de vida. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, essas formas de resistência podem ser complementadas por outros tipos de lutas eventuais e mais emblemáticas e oportunas. Elas não são, entretanto, suprimidas, nem desaparecerão enquanto a estrutura social se mantiver exploradora e desigual: “essas estratégias são o alicerce obstinado sobre o qual outras formas de resistência devem crescer e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade” (SCOTT, 2002, p. 24).

Conforme Pereira (2015), ao analisar o processo de luta pela contenção da voçoroca, observa-se que esse só assume um caráter central na vida das pessoas em certas circunstâncias. Mesmo cientes do “risco ambiental” a que estão sujeitos, os moradores do bairro não empreendem o conflito de forma permanente: as lutas só eclodem nos momentos em que a movimentação da voçoroca traz riscos graves e imediatos. Tal fato ocorre menos porque os moradores são “apáticos” ou “indiferentes” ao processo erosivo e mais porque essa é apenas uma das lutas que essas pessoas têm que encampar, ao longo da vida, no processo de fazimento e manutenção de seu território enquanto periferia urbana. Assim, esse conflito, que tem como característica ser descontínuo e pontual, é também resultado de anos de mobilização e criação de estratégias de sobrevivência no urbano.

Não parece adequado considerar os moradores do São Dimas como “atingidos” por um evento específico ou projeto específico, mas sim como uma população que está em processo contínuo de luta pelo estabelecimento de condições de vida na cidade. O conflito é constitutivo do próprio movimento indefinido de construção do território e assume diferentes formas com o passar do tempo. A luta dos moradores contra a voçoroca parece nunca estar finalizada, assim como a luta pela água, pela coleta de lixo, ou pela rede de captação de água pluvial. Diferentemente do que ocorre aos moradores dos bairros de “classes médias”, para quem o acesso à cidade e aos equipamentos urbanos está, na maioria das vezes, garantido pelo Estado e pelo mercado, os sujeitos da periferia precisam encampar uma dura e infundável luta, constituída de infinitas batalhas, contra a espoliação que vivenciam no urbano. Estão obrigados, então, a não direcionar esforços apenas para certos problemas específicos, mas sim a enfrentar continuamente um amplo espectro de necessidades não supridas pelo Estado e pelo acesso ao mercado.

Em um contexto como o apresentado, as lutas coletivas são consideradas resistências cotidianas, menos porque os moradores vivenciam diariamente ações organizadas, mas sim porque, analisando suas trajetórias de vida, percebemos que reiteradamente práticas coletivas precisam ser planejadas. De tempos em tempos, a *Associação de Moradores* precisa elaborar ofícios e articular abaixo-assinados reivindicando, por exemplo, obras de manutenção do calçamento das ruas ou a normalização da oferta de transporte público e do serviço de coleta de lixo. Do mesmo modo, a realização de obras mais duradouras, como a construção do poço artesiano e o trabalho para a contenção da voçoroca. A preocupação com uma possível falta de água em longo prazo está sempre presente, pois é sabido por todos que a população do bairro cresce e o *Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto* (DAMAE) repassa parte da água do poço artesiano para outros bairros da cidade. Da mesma forma, a constante ameaça de desbarrancamento pela progressão das voçorocas mobiliza intermitentemente os moradores a reivindicar ações de contenção.

A luta pela construção e manutenção dos territórios urbanos de classes populares constitui-se um trabalho cotidiano e vagaroso, assemelhando-se metaforicamente ao trabalho de Sísifo<sup>15</sup>. Tal demonstração de resistência se faz legítima, porque exige tenaz constância e persistência, visto que as vitórias, na maioria das vezes, são parciais, e a percepção de que “nada está garantido” leva à reprodução permanente desse esforço.

Essa abordagem proposta por Scott requer, entretanto, cuidados em sua apropriação. Faz-se necessário analisar dialeticamente as práticas entendidas como ações de resistência, para não se deixar levar por uma interpretação romântica da realidade. Ainda que as estratégias cotidianas de resistência possam, muitas vezes, resultar em ganhos, imediatos ou de longo prazo, para as populações mais vulneráveis, elas podem também, em muitos casos, reforçar a estrutura de dominação, ao mesmo tempo em que amenizam a condição do subordinado (MONSMA, 1999).

Em um contexto de grande escassez de capitais acumulados e de predomínio de práticas clientelistas, a atuação de movimentos sociais locais, como as associações de moradores, dificilmente consegue extrapolar o plano dos problemas locais para agir conjuntamente numa escala um pouco mais ampla, como a das questões do município. A racionalidade por eles adotada é, na maioria das vezes, do tipo auto interessada e, para alcançar seus objetivos, não hesitam em contar com “favores políticos”. Essas estratégias, claramente, pouco contribuem para a

---

<sup>15</sup> Sísifo é condenado a passar a eternidade empurrando uma pedra até ao cimo de um monte, pois, invariavelmente, a pedra cairia da montanha sempre que o topo fosse atingido (O Mito de Sísifo, disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$mito-de-sisifo](http://www.infopedia.pt/$mito-de-sisifo). Acesso em 10/04/2015).

organização e emancipação das classes populares; ao contrário, muitas vezes alimentam a rivalização e a alienação entre elas. Da mesma maneira, cabe também refletir sobre a funcionalidade do desenrolar dos conflitos para a sustentação do modo de produção capitalista das cidades.

Quando exploramos o conflito que envolve as voçorocas do bairro São Dimas, por exemplo, cabe apontar para o fato de que não obstante a erosão continuar oferecendo risco de desabamento, o limitado trabalho de contenção realizado (resultante da mobilização dos moradores) foi suficiente para agregar valor ao bairro como espaço urbano e, conseqüentemente, valorizou os lotes e loteamentos do entorno.

Apontamos, aqui, para a hipótese de Mautner (1999) de que a periferia se constitui como uma *fronteira de expansão para o capital*, pois, na medida em que acumula trabalho, apresenta as condições necessárias para se incorporar ao processo de acumulação. Por contraditório que seja, a eficácia dos moradores nos conflitos urbanos – ambientais ou não –, por meio dos quais eles constroem as periferias, acaba por produzir um espaço mais adequado à sua incorporação à cidade e necessário para a acumulação capitalista mediante a produção/apropriação do espaço urbano. Veja-se a relatada experiência com o abastecimento de água potável no bairro São Dimas: por duas vezes os moradores se movimentaram para construir um poço artesiano para suprir de água o bairro e em ambas viram seu recurso ser apropriado pelo poder público e transferido para outros moradores da cidade, favorecendo diretamente agentes da acumulação (no caso, empreendedores do ramo imobiliário que articulam a produção de loteamentos).

### Conclusão

Dessa forma, o incessante processo de construção de periferias urbanas se pauta pela dinâmica complexa e contraditória que informa as disputas, abertas ou veladas, corriqueiras ou espetaculares, entre os agentes investidos na acumulação de capital pela apropriação/construção do espaço urbano e os grupos sociais subalternos estruturalmente compelidos a lutar por sua reprodução material nas cidades.

Recorrer aos conflitos urbanos para pensar a história das cidades se constitui como um recurso para revelar os significados que a materialidade das condições estruturais assume para os distintos atores que se enfrentam na arena social. As classes populares, tendo como pano de fundo a precariedade das condições materiais objetivas, ao construírem historicamente suas estratégias de resistências individuais/familiares e coletivas imprimem nas cidades a percepção da espoliação urbana e protagonizam os conflitos que possibilitam a constituição de seus territórios.

Na análise do bairro São Dimas, identificamos conflitos urbanos resultantes da busca dos moradores por infraestrutura e por um meio ambiente seguro e saudável. Essa segunda modalidade de conflito, adjetivada por ambiental, é resultado das injustiças ambientais que tendem a incidir, preferencialmente, sobre as populações periféricas. O recurso à essa abordagem analítica, que atenta para a dimensão ambiental dos processos conflituosos que têm participação na história urbana brasileira, buscou evidenciar a maneira como as desigualdades espaciais são produzidas e o modo como as populações mais vulneráveis política e economicamente e, portanto, mais facilmente expostas a injustiças, acionam estratégias de luta e sobrevivência nos territórios.

### Referências

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça ambiental?**, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**, Rio de Janeiro: DP&A. 2001.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais, in: ACSELRAD, Henri (Org.), **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, pp. 13-35. 2004.
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto, *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- BARROS, Matheus A.; CARNEIRO, Eder J. **De lava-pés a São Dimas: uma história conflituosa de apropriação das condições naturais**. Relatório do Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental”. Universidade Federal de São João del-Rei, 2004.
- CANDIDO, Luiz F.; CARNEIRO, Eder J. **Notas sobre uma experiência de extensão universitária: justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei/MG)**. Relatório do Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental”. Universidade Federal de São João del-Rei, 2005.
- CARNEIRO, E. J., Conflitos ambientais e construção de um território urbano: o caso do bairro São Dimas (São João del-Rei-MG). In: III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006, Brasília -DF. Anais do III Encontro da ANPPAS, 2006.
- CARNEIRO, Eder J.; PEREIRA, Vivian P. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. In RUSCHEINSKY et al (Org). **Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas**. Jundiá, Paco Editorial, 2014.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**, São Paulo: Annablume, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à Multiterritorialidade**. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**, São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, São Paulo: Annablume (coleção Geografia e Adjacências), 2005.

- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos. 1969.
- LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial. 1972.
- MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1982. 166 p. (Coleção Urbanismo).
- MARICATO, Ermínia (2000), “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”, in: ARANTES, Otilia et al., **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Petrópolis: Vozes, pp. 121-188.
- MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In Deak, Csaba & Shiffer, Sueli (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam EDUSP, 1999.
- MOLANO CAMARGO, Frank. La historia ambiental urbana: contexto de surgimiento y contribuciones para el análisis histórico de la ciudad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, v. 43, n. 1, janeiro-junho, 2016, pp. 375-402.
- MONSMA, Karl. **James C. Scott e a resistência cotidiana: uma avaliação crítica**. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1999, Caxambu, MG. XIII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1999.
- MORAES, Antônio Carlos Robert, **Território e história no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 2002.
- O’CONNOR, James, “Qué es la historia ambiental? Por qué la historia ambiental?”. In: **Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico**, México: Siglo XXI, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão dualista - O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA, Vivian P. Conflitos ambientais urbanos no estado de Minas Gerais: mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata. **Revista Primeiros Estudos**. São Paulo, n. 4, p. 58-68, 2013.
- PEREIRA, Vivian P. **Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCOTT, James C. Exploração normal: resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº. 5, Brasília jan./jul. 2011.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.
- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência' In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos** /E. P. Thompson; A. L. Negro, S. Silva. Campinas, (Org) SP: Ed. da Unicamp, 2001, pp. 269-281.

VARGAS, M. A. R. Construção social da moradia de risco: a experiência de Juiz de Fora (MG) **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 8, n. 1, 2006.

WORSTER, Donald, “Para fazer história ambiental”. In: **Estudos Históricos**, 4(8), Rio de Janeiro, 1991, pp. 198-215.

## **Pensar o Centro Histórico de Manaus frente ao processo de normatização: relatos, memórias, vidas e vindas**

Thinking about the Historic District of Manaus in the face of the regularization process: Narratives, memories, lifes and paths

**Matheus Cássio Blach**

Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável  
Universidade Federal de Minas Gerais  
matheus@patrimoniocultural.com.br

**Mauro Augusto Dourado Menezes**

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas  
mauroadourado@gmail.com

**Leandro Eustáquio Gomes**

Doutorado em Antropologia Social e Cultural  
Universidade de Coimbra  
leandroegomes@gmail.com

**Yara Araújo Magabi**

Graduada em Turismo  
Universidade do Estado do Amazonas  
yara01magabi@gmail.com

**Luciane da Silva Queroga**

Graduada em Turismo  
Universidade do Estado do Amazonas  
lucianne.queroga@gmail.com

**Rebeca Nunes de Melo**

Graduada em Turismo  
Universidade do Estado do Amazonas  
rnm.tur18@uea.edu.br

**Silvio Márcio Freire de Alencar Filho**

Graduando em Turismo  
Universidade do Estado do Amazonas  
s.maff19@gmail.com

**Recebido em:** 02/03/2020

**Aprovado em:** 02/04/2020

**Resumo:** O Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Manaus/AM, produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, ao tempo em que apresenta os critérios que subsidiam a escolha do sítio urbano como objeto de salvaguarda, lança o desafio da gestão desse espaço enquanto patrimônio cultural a partir de normas que visam regulamentar o processo de “fazer a cidade”. Este trabalho apresenta as abordagens desenvolvidas no processo de normatização do Centro de Manaus. Inclui a realização de uma pesquisa social que visa levantar dados para compatibilizar em normas o olhar técnico ao da percepção social. Nesse sentido, a abordagem coopera para “pensar a cidade” gerando uma aproximação do olhar daqueles que percebem, atribuem valores e apropriam-se dos bens edificados e espaços do centro histórico, os detentores. Em suma, essa experiência, que ora se relata, endossa o debate em torno da política do patrimônio cultural urbano e a sua relação intrínseca aos aspectos da cultura imaterial que lhe garantem valor e reconhecimento.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; normatização de centros históricos; Manaus/AM.

**Abstract:** The research that underlies the protection of the Historic District of Manaus / AM, produced by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, while presenting the criteria that support the choice of the urban site as an object of safeguard, poses the challenge of management of this space as Cultural Heritage based on rules that aim to regulate the process of “making the city”. This article presents the approaches developed in the regularization process of the Center of Manaus / AM, which included the realization of a social research that aimed to gather data to make technical perspectives compatible with that of social perception. In this sense, the approach cooperated to “think the city” generating the approach to those who perceive, attribute values and appropriate the cultural assets and spaces of the historic district, the citizens. In short, this experience that is now reported, endorses the debate around the policy of urban cultural heritage and its intrinsic relationship to the aspects of immaterial culture that give it value and recognition.

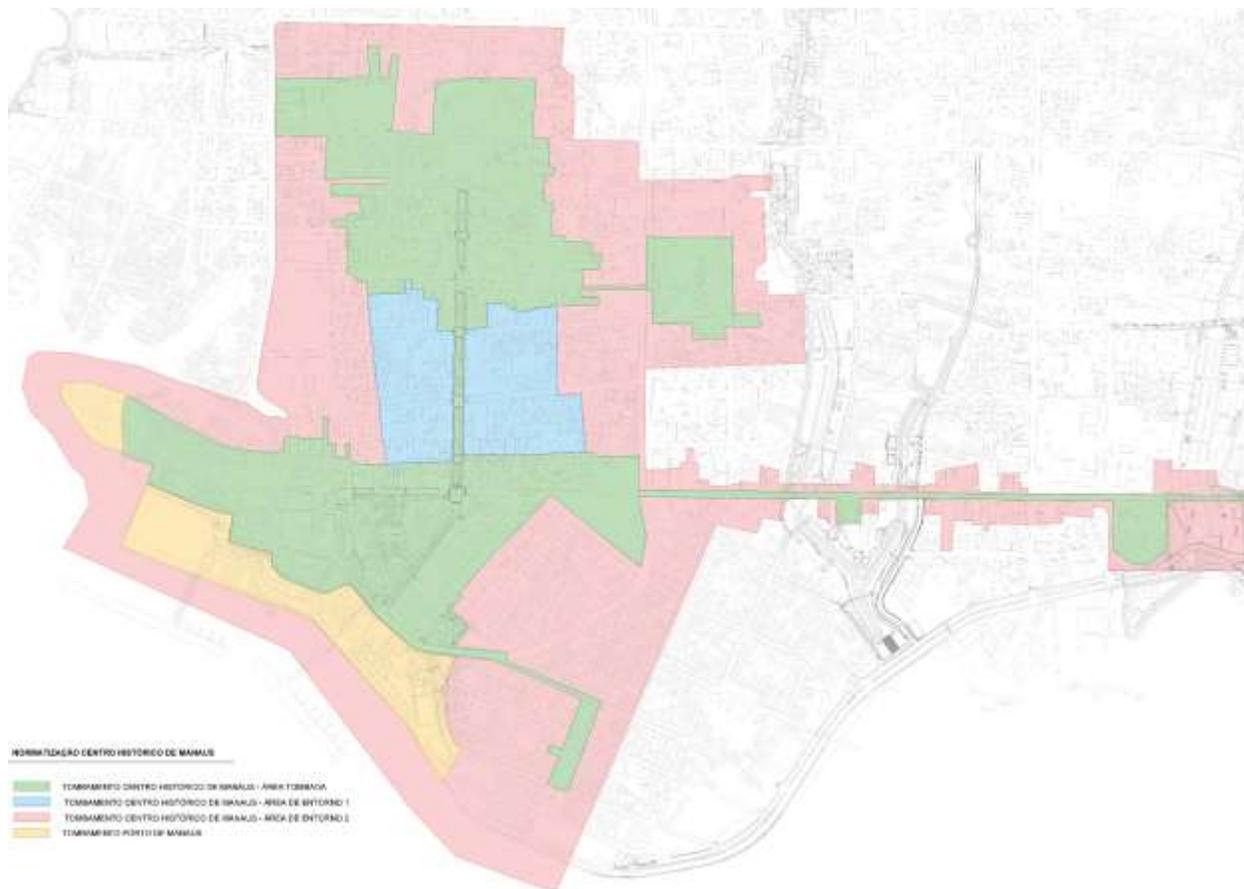
**Keywords:** Cultural Heritage; regularization of historic districts; Manaus/AM.

## Introdução

O presente artigo resulta de uma pesquisa mais ampla, denominada “Olhares sobre Manaus: atributos e qualidades que conferem valores ao Centro Histórico”, realizada no âmbito do Processo de Normatização do Centro Histórico de Manaus, promovido pela Superintendência do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Amazonas<sup>1</sup>. O objetivo aqui proposto é de apresentar parte dos resultados dessa pesquisa, bem como as metodologias adotadas.

**Mapa 1:** Poligonal de Tombamento do Centro de Manaus



**Fonte:** Acervo da Superintendência do Iphan no Amazonas.

O Centro Histórico de Manaus é representativo de diversas camadas temporais pelas quais a cidade passou: seu traçado mantém relações diretas com o traçado do período provincial; a arquitetura apresenta demonstrativos de múltiplos contextos artísticos e de variados processos de

<sup>1</sup> A pesquisa foi coordenada pelos técnicos da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Amazonas, o historiador Matheus Cássio Blach e o antropólogo Mauro Augusto Dourado Menezes. A equipe de pesquisa foi composta também, pelos estagiários do Laboratório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (Labotur/UEA), por meio da parceria entre o Iphan e a rede Observatur da UEA, Yara de Araújo Magabi, Luciane da Silva Queroga, Rebeca Nunes de Melo, Sílvia Márcio Araújo Freire de Alencar Filho. A pesquisa contou com o apoio e participação do Prof. Dr. Leandro Eustáquio Gomes.

transformação; oferece uma porção urbana formada por edificações do período reconhecido como “ciclo da borracha” - *belle époque* - mesclada a edifícios modernos e contemporâneos<sup>2</sup>.

O sítio urbano tem seu valor histórico e paisagístico reconhecido pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil e está em processo de inscrição nos Livros do Tombo. O Dossiê de Tombamento (IPHAN, 2010) é fruto de uma ampla e aprofundada pesquisa a respeito dos valores que o bem cultural representa e que se pretende preservar, relacionando de forma exemplar a história urbana da cidade com o conceito de patrimônio cultural.

Assim, mediante o entendimento da importância econômica, social e cultural que o ciclo da borracha representou para formação da identidade nacional brasileira, o Centro Histórico de Manaus passou a ser tutelado pelas políticas públicas de Patrimônio Cultural Federais por ter sido considerado um registro exemplar desse momento histórico pelo qual o país passou.

No entanto, o Dossiê de Tombamento, ao tempo em que apresenta os critérios que subsidiaram a escolha do sítio urbano como objeto de salvaguarda, lança o desafio da gestão deste espaço enquanto patrimônio cultural a partir de normas que visam regulamentar o processo de “fazer a cidade”. Tais normas servem como um embasamento inicial para gestão, sendo necessária a continuidade do processo de “pensar a cidade”, ou seja, a realização de pesquisas e ações que visem contribuir para compreensão da percepção das referências culturais, da apropriação social e da elaboração de um plano de gestão continuado para o lugar:

Lugares são espaços físicos imbuídos de significação cultural, aos quais são atribuídos valores. No Brasil, o termo se integrou definitivamente ao vocabulário patrimonial em 2000, a partir do Decreto nº 3.551 [...] A espacialização opera como uma unidade que agrega os referenciais tangíveis e intangíveis; e estes existem de determinado modo porque se realizam naquele espaço. Essa é a dimensão múltipla que a categoria procura abranger. (TEIXEIRA, Luana. S/d).

Desse modo, para se chegar ao plano de gestão, iniciou-se o procedimento de elaboração de uma Portaria Normativa que definirá os parâmetros para essas intervenções nos recortes geográficos

<sup>2</sup> Manaus é a Capital do Estado do Amazonas e segundo dados do IBGE Cidades possui população estimada em 2.182.763 habitantes e território de 11.401,092 KM<sup>2</sup>. Localizada no “coração da Amazônia” a cidade foi uma das protagonistas do período econômico do ciclo da borracha (1879-1912 / 1939-1945) em que o Brasil se tornou um grande produtor do látex da seringueira e produtor da borracha. Neste contexto a cidade também se tornou uma das protagonistas da Belle Époque brasileira (1870-1922), período de reconhecida cultura cosmopolita com transformações no campo das artes, na cultura, na tecnologia e na política do país.

denominados de poligonal de tombamento e poligonal de entorno (MAPA 1).<sup>3</sup> Assim, o presente artigo resulta da pesquisa que visa colaborar com esse Processo de Normatização do Centro Histórico de Manaus, fornecendo dados e análises a respeito da percepção que os próprios detentores têm desse bem cultural.

### **Abordagens metodológicas**

Por se tratar de um objeto tão cheio de nuances sociais (histórias, memórias, apropriações, referências culturais etc.), compreendeu-se que um estudo no/do Centro Histórico de Manaus demandaria mais de uma abordagem metodológica. Segundo o sociólogo francês Michel Maffesoli (*apud* FREIRE, 1997), a compreensão do social não deve ser sustentada sobre uma prática instrumental. Se o objeto é indisciplinado, complexo e diverso, o método deve misturar diversas abordagens.

A historiadora Núncia Constantino (2004) destaca que, ao se tratar de realidades locais, a viabilidade da pesquisa “quase sempre” se dá por meio do método qualitativo. A autora analisa os possíveis caminhos metodológicos para a pesquisa em História e em Ciências Sociais. Apresenta, primeiramente, o método quantitativo utilizado desde fins do século XIX e constantemente renovado devido aos “[...] avanços tecnológicos em geral e da informática em particular [...]” (CONSTANTINO, 2004, p.163). O método quantitativo mostra-se apropriado “[...] quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população [...]” (DIAS, 2000 p.1). No entanto, Constantino (2004 p.163) afirma que é um método que:

[...] revela limites intransponíveis quando o pesquisador depara com omissões ou imprecisões das fontes, ou quando pretende investigar em torno de gente comum, categoria praticamente ignorada pelos critérios oficiais que nortearam as séries documentais produzidas no passado.

Desse modo, buscando superar os desafios colocados pelas limitações das pesquisas de cunho quantitativo, a pesquisa qualitativa “[...] caracteriza-se, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo [...]” (DIAS, 2000, p.1). Assim, nas últimas décadas, foram desenvolvidas novas

<sup>3</sup> Todos os mapas apresentados nesse artigo e outros complementares podem ser baixados em alta resolução no formato .pdf por meio do link: [Google Drive](#)

concepções teóricas que levaram a uma aproximação das análises qualitativas. “Contestou-se a eficiência das minúcias de uma análise de frequência, como prova de objetividade e de científicas [...]” (CONSTANTINO, 2004 p.164), buscando maior profundidade interpretativa no trato das fontes. Ocorreu o desenvolvimento de uma nova metodologia que atende à “[...] reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica [...]” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 22-3).

Enquanto o método quantitativo privilegia a frequência em que se manifestam determinadas características do processo analisado, o método qualitativo busca identificar e analisar em profundidade tais características, inclusive suas ausências.

De forma geral, os métodos qualitativos são menos estruturados, proporcionam um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os entrevistados, e lidam com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes do que os métodos quantitativos. (DIAS, 2000, p.2).

Ao incluir as ausências como item de análise, o método qualitativo possibilita levantar questões fundamentais em relação às subjetividades que permearam a produção das fontes consultadas, seja por meio das omissões que as caracterizam e que podem ser comparadas com outras fontes; ou por meio das intencionalidades presentes nas informações afirmativas que as fontes trazem, do passado e de diferentes contextos sociais. Assim, buscou-se nesta pesquisa levantar hipóteses a partir também dos indícios encontrados.

O “paradigma indiciário” é descrito a partir do chamado Método Morelliano, utilizado nas artes plásticas para atribuir autoria a quadros não assinados. A partir deste método, para outorgar corretamente autoria a tais obras, mais do que ter visão total da obra, seria preciso prestar atenção aos detalhes, aos “[...] pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia [...]” (GINZBURG, 1989, p. 144). Agentes sociais, que anteriormente ficavam à margem dos olhares acadêmicos da História e das Ciências Sociais, em nome da generalização promovida pelo método quantitativo, deslocam-se para o centro das investigações de cunho indiciário.

Assim, a partir dessa análise, conclui-se que, para se alcançar abrangência e, ao mesmo tempo, profundidade analítica satisfatória para atender aos objetivos da pesquisa, necessitam-se produzir e consultar dados de bases quantitativas e qualitativas. Entende-se que a análise fundamentada em

dados provindos dessas duas abordagens (qualitativa e quantitativa) é complementada e enriquecida. As informações ligadas à frequência permitem, como será demonstrado, identificar indícios do grau de importância que determinados bens culturais têm nos aspectos da vida cotidiana no Centro de Manaus, bem como questionar os porquês das presenças, das ausências e das omissões. Desse modo, destaca-se aqui o caráter interdisciplinar dessa pesquisa e seu alinhamento com perspectivas ligadas a chamada História Cultural.

Entendemos a história cultural não como uma “virada de mesa” com relação a pressupostos teórico-metodológicos, mas como uma nova abordagem, ou um novo olhar que se apoia sobre as análises já realizadas, e, por sua vez, avança dentro de um determinado enfoque. Neste sentido, a história cultural realmente vem se somar ao conhecimento acumulado, sem voltar as costas a uma matriz teórica, fruto de uma reflexão cumulativa. (PESAVENTO, 1995 p. 279-280)

Cabe ressaltar que a prática de uma pesquisa participativa privilegia, acima de tudo, a escuta atenta de diversos atores, aqui denominados de “detentores”. Os detentores foram considerados como aqueles agentes socioculturais que se apropriam simbolicamente, utilizam, trabalham, vivenciam, moram ou são, de fato, proprietários de imóveis no Centro Histórico de Manaus. Desse modo, o trabalho enfatizou a interação entre os pesquisadores e os detentores, entendendo que os agentes envolvidos não são meros informantes, mas protagonistas na definição de suas referências culturais.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (BRASIL, 2000)

Assim, adotaram-se prioritariamente as técnicas denominadas “mapas de percepção”, “observação participante” e “entrevistas temáticas”. Para abordagem dos mapas de percepção, foi necessário antes uma compreensão de como se daria a dinâmica para sua construção. Então, utilizaram-se os grupos focais como proposta metodológica de investigação. Essa metodologia é derivada das entrevistas grupais, cuja finalidade é coletar informações por meio das interações entre os indivíduos participantes. Os grupos focais constituem-se em “[...] pequenos grupos de pessoas

reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas [...]”, (CAPLAN, 1990 *apud* DIAS, 2000, p.3).

Os grupos focais foram organizados considerando como determinante a relação dos integrantes com o território, suas atuações, constituição enquanto grupo já consolidado ou de formação induzida e notoriamente a sua faixa etária – priorizando, quando possível, aqueles moradores mais antigos – características que contribuiriam para o levantamento de percepções do centro histórico. Nesse sentido, procurou-se reunir quem, em potencial pôde, por meio da abordagem proposta, representar narrativas gráficas das memórias, da imaginação e dos universos de sentido, que têm hoje como testemunho as referências culturais do Centro Histórico de Manaus. (TRAD, 2009).

Pensar o social através de suas representações é, a nosso ver, uma preocupação contemporânea do nosso fim de século, balizada pela crise dos paradigmas explicativos da realidade que pôs em xeque a objetividade e a racionalidade das leis científicas no domínio das ciências humanas (PESAVENTO, 1995 p. 280).

Desse modo, como forma de apreender dados de memórias, vivências, percepções e apropriações sociais, utilizamos como instrumento a construção de mapas que consiste em uma atividade com a função de gerar representações que, por sua vez, se traduzem em dados de natureza qualitativa e quantitativa para a visualização e classificação de percepções visando: catalogação, análise e organização de informações, não necessariamente com precisão geográfica, o que demonstra como certos bens culturais se introduzem e se articulam no imaginário coletivo (PESAVENTO, 1995 p.280).

A dinâmica dos mapas de percepção, aliada ao conceito de referência cultural, tem o objetivo de identificar bens culturais produzidos, reproduzidos e apropriados pela comunidade de detentores sem, no entanto, estabelecer distinções entre “tipos” de patrimônio cultural.<sup>4</sup> Partindo dessas

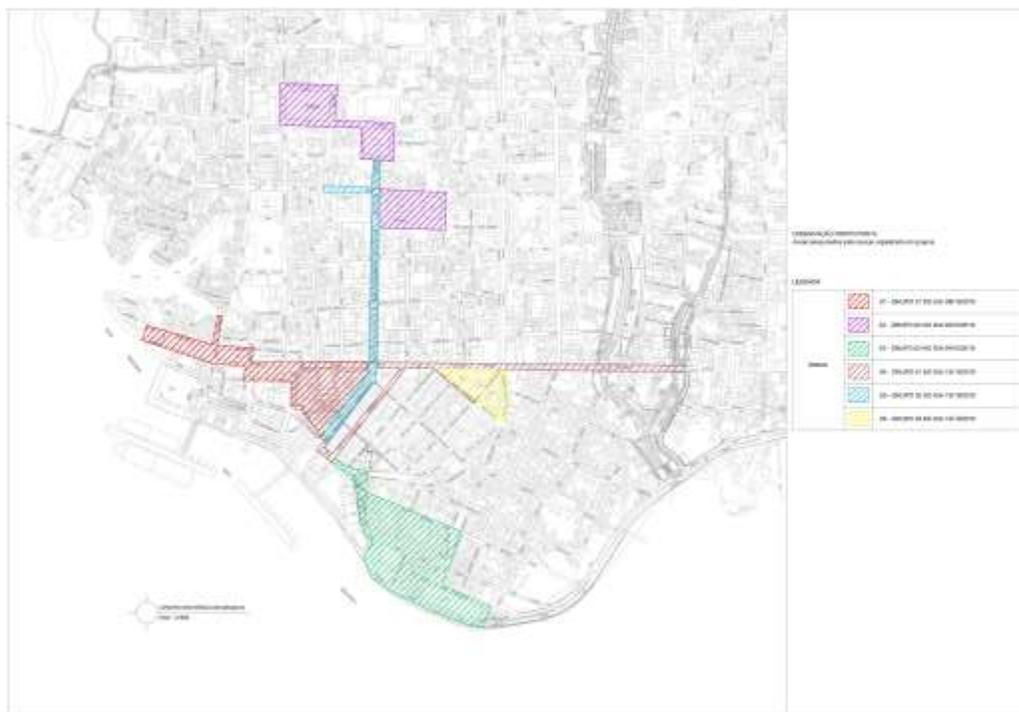
<sup>4</sup> Tanto as políticas públicas, quanto diversas abordagens conceituais sobre o patrimônio cultural, distinguem múltiplas categorias. Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial são, talvez, as mais recorrentes dessas categorias. No entanto, hoje em dia, é seguro afirmar que todo Patrimônio Material é dotado de uma certa imaterialidade (valores, significados, narrativas, memórias) sem a qual perderia seu valor. Por outro lado, o Patrimônio Imaterial também é composto por materialidades associadas às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas. (BLACH, 2019, 2020). Nenhum bem tem valor em si mesmo, nem mesmo o valor artístico, estético, pois todo processo de valoração resulta necessariamente de uma atribuição humana que parte de subjetividades e objetividades intrínsecas a experiência cotidiana. Assim, apesar das distinções entre essas duas categorias de Patrimônio Cultural, é amplamente difundido na literatura acadêmica contemporânea que, os aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural são essencialmente complementares e indissociáveis. (CASTRIOTA, 2009; FONSECA, 2000).

concepções, as oficinas de mapas de percepção são atividades nas quais os detentores expressam as formas particulares de apropriação que fazem de suas referências culturais, independente delas terem, ou não, passado por um processo oficial de patrimonialização. Esse raciocínio pode ser associado a dois conceitos distintos que se relacionam: memórias dissidentes e memórias hegemônicas. As memórias hegemônicas são aquelas versões de um determinado passado, construídas e reconstruídas pelas instituições de memória, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as políticas públicas de patrimônio cultural, os arquivos, os museus, entre outros. As memórias dissidentes estão associadas às construções e reconstruções do passado realizadas por agentes de uma memória não oficial, tais como as comunidades locais e, no caso desta pesquisa, os detentores. (PINTO, 2011; GNECCO, ZAMBRANO, 2000).

A livre expressão e formulação de um mapa, contendo referências ao território, à história, aos bens edificados, espaços públicos e privados, às práticas sociais, aos costumes, às festividades e a tudo mais que as intencionalidades, a imaginação e a memória puderem acessar no momento de sua confecção, permite um olhar privilegiado a respeito de como o grupo investigado constrói sua memória e sua própria identidade. As formas de representar as apropriações sociais por meio de mapas de percepção evidenciam as produções simbólicas de um grupo. Assim como as obras de arte, literatura, cinematografia, música, todas essas produções são a materialização do imaginário social. Entende-se, desse modo, que o imaginário é suporte para as representações sociais, o que estabelece uma “consciência social”. (CARVALHO, 2002).

Assim, o reconhecimento dos múltiplos olhares dos grupos sociais indica que, nesse processo de normatização, os discursos e narrativas são fundamentais para respeitar aquilo que o próprio grupo "pensa" e como atribui valor aos objetos e bens da cidade. Assim, independente dos bens culturais representados nos mapas serem reconhecidos por uma política oficial de patrimônio cultural por meio de um discurso histórico e identitário “pré-determinado” por essa mesma política, a metodologia deste trabalho busca reconhecer, enquanto resultado dessas memórias dissidentes, as referências culturais definidas pelos próprios detentores.

**Mapa 2:** Mapa dos percursos realizados pelos pesquisadores



**Fonte:** Acervo da Superintendência do Iphan no Amazonas.

Já a observação participante é um roteiro de investigação que se dá pela imersão nas formas costumeiras de viver de um grupo social. Por meio dessa metodologia, compreende-se a importância da presença do cientista no local investigado, o que lhe permite, a partir de sua experiência de imersão em um território cultural, apreender formas de apropriação, o imaginário, as representações e conhecimentos locais. Nesse sentido, uma abordagem participante de pesquisa como método, precisa penetrar na “forma de vida” que constitui a população pesquisada, enfim, considerando o exercício de “estar lá” (GEERTZ, 2008, p.14).

Os mapas de percepção e entrevistas informais realizadas em campo, durante a própria observação, serviram como bússola, direcionaram a concentração de áreas de conteúdo simbólico, ou seja, as narrativas de uma cidade invisível que só se revela na experiência cotidiana. Os lugares percorridos pelos sete pesquisadores foram selecionados a partir dos monumentos, bens edificados, trajetos, circuitos que mais testemunham, segundo as narrativas dos interlocutores, sistemas mentais do passado e solicitam uma relação perceptiva, mas também fabuladora, misturando os tempos presente e passado, histórias individuais às coletivas (MAPA 2).

Por fim, de forma complementar às metodologias descritas anteriormente, utilizou-se da técnica de entrevista individual temática e semiestruturada para detalhar e aprofundar as informações levantadas a partir dos mapas de percepção e da observação participante. Essas metodologias subsidiaram indicações de pessoas consideradas informantes-chave, ou seja, pessoas dotadas de conhecimento das particularidades do fenômeno/situação em estudo ou do universo pesquisado. Esses informantes-chave ganharam importância para serem entrevistados individualmente. Esta etapa da pesquisa representou o objetivo de “[...] conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa bibliográfica e da observação [...]” (BONI; QUARESMA, 2005 pp. 71-72).

Assim, para a realização e a análise das entrevistas, utiliza-se da metodologia das fontes orais tal como é apresentada por Lucília de Almeida Neves Delgado (2010) e Gwyn Prins (1992). Adotou-se a técnica de entrevistas temáticas semiestruturadas, como metodologia de abordagem aos entrevistados. Buscou-se direcionar os questionários para os problemas formulados a partir do objeto de pesquisa, sem, no entanto, perderem-se de vista novas possibilidades de formulação de problemas que emergiram no decorrer das próprias entrevistas.

A análise das entrevistas procurou compreender, por meio de comparações, em que medida as percepções dos entrevistados em suas falas corroboram ou contradizem as demais fontes produzidas. Desse modo, não se estabeleceu uma relação hierárquica entre os tipos de fontes, pois as fontes orais “[...] corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem [...]” (PRINS, 1992, p.166). Além disso, como destacam os autores acima mencionados, as entrevistas temáticas pressupõem a análise de desdobramentos e vínculos entre múltiplos indivíduos envolvidos no processo abordado pelo tema. É neste sentido que se buscou entrecruzar as falas de entrevistados de diferentes esferas sociais.

A pesquisa foi realizada entre julho de 2019 e fevereiro de 2020. Os meses de julho e agosto foram dedicados à elaboração do projeto de pesquisa; em setembro foi realizada a parte logística com os agendamentos das oficinas de mapas de percepção e aplicação das demais metodologias adotadas.;

janeiro e fevereiro foram reservados para a escrita do relatório final que irá compor o Processo de Normatização do Centro Histórico de Manaus<sup>5</sup> e, oportunamente, o presente artigo.

### **Os mapas de percepção em construção**

A aplicação da metodologia dos mapas de percepção resultou em 31 mapas produzidos em 8 oficinas realizadas no período de agosto a dezembro de 2019, sendo consultados os seguintes grupos: Técnicos do Iphan-AM (oficina realizada em 22/08/2019), Moradores da Ilha de São Vicente (oficina realizada em 23/10/2019), Estagiários do Museu da Cidade de Manaus (oficina realizada em 25/10/2019), Artífices da Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas –SEC (oficina realizada em 22/10/2019), Mestres de Capoeira do Amazonas (oficina realizada em 14/10/2019), Moradoras do entorno do Teatro Amazonas (oficina realizada entre os dias 02 e 06/12/2019), Membros da Associação Comercial do Amazonas –ACA (oficina realizada em 04/12/2019) e Pesquisadores do Centro Histórico de Manaus (oficina realizada em 08/10/2019).

No total, 79 pessoas participaram das oficinas de mapas de percepção. Por meio da análise dos mapas produzidos, foram identificadas 73 referências culturais e seus respectivos atributos descritos pelos detentores.

### **Observação Participante**

Dois dias de observação participante foram realizados, sendo o primeiro no dia 9 de outubro e o segundo no dia 16 do mesmo mês. Aproximadamente 53 pessoas foram abordadas pela equipe de pesquisa por meio de conversas informais. A equipe dividiu-se em três grupos no decorrer da atividade, alguns dos locais visitados foram: as praças Antônio Bittencourt (do Congresso), 5 de Setembro (da Saudade), 15 de Novembro (da Matriz), Torquato Tapajós (dos Remédios), Dom Pedro II, Heliodoro Balbi (da Polícia) e São Sebastião (Praça e Largo), as avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro, as ruas 10 de Julho, Frei José dos Inocentes e Bernardo Ramos. Foram, aproximadamente, 13 horas de observações e conversas que resultaram em 9 relatórios produzidos individualmente por todos os integrantes da equipe.

### **Entrevistas Temáticas**

<sup>5</sup> Processo nº 01490.000695/2017-74 no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Iphan.

Por fim, as entrevistas individuais foram realizadas entre os dias 23 de outubro e 4 de dezembro de 2019, em que 4 pessoas foram consultadas usando-se a metodologia proposta. São elas: as senhoras Nazaré e Fátima (moradoras antigas da Ilha de São Vicente, entrevista realizada em 23/10/2019); a senhora Ilza Garcia (moradora da área do entorno do Teatro Amazonas, entrevista realizada em 04/12/2019); e o professor Dr. Otoni Mesquita (renomado pesquisador do Centro Histórico de Manaus, entrevista realizada em 19/10/2019). Aproximadamente 8 horas de relatos foram registrados e, posteriormente, analisados e parcialmente transcritos, resultando em três relatórios.

### **Identificando as referências culturais manauaras e suas qualidades**

O propósito deste trabalho não foi o de inventariar todos os bens culturais e/ou todos os lugares do Centro Histórico de Manaus. No entanto, foi possível percorrer, a partir das narrativas dos detentores, roteiros que permitiram vivenciar algumas das experiências urbanas cotidianas de apropriação do Centro Histórico de Manaus. Sem, contudo, esgotar as formas e múltiplas possibilidades dessas experiências.

As narrativas dos detentores apresentam um repertório visual dos habitantes da cidade, ligando-os às suas experiências afetivas ou momentos significativos de suas vidas. Os bens, de modo geral, são apropriados e carregados de sentido. Segundo Freire (1997), as narrativas apresentam particularidades plenas de sentido, memórias individuais encontram suporte e podem abrir espaço à imaginação criadora e à fantasia. Os olhares sobre o Centro de Manaus permitiram constatar que o ato de enxergar a cidade não se trata somente de uma percepção visual, mas também, da interiorização de eventos e práticas culturais do passado, reconduzidos ao presente por meio da memória e experimentados e vividos cotidianamente. (ROUANET, 1992, p. 50).

Ao fazermos a leitura das narrativas, compreendemos que elas possuem consonâncias entre si, constituindo o que Cristina Freire (1997) definiu como rede imaginária, a partir da recorrência de respostas que discorrem sobre atributos e qualidades dos lugares, sendo neste trabalho agrupados em categorias de apropriação social.

Assim, a partir desses levantamentos foi possível identificar 73 referências culturais, com diferentes graus de repetição nos mapas (índice valioso da importância que essas referências apresentam na memória social) e com atributos distintos que justificaram a escolha desses bens. No

contexto desta pesquisa, entende-se por atributos o conjunto de características positivas<sup>6</sup> que os próprios detentores definiram como inerentes às referências culturais representadas em seus mapas. A partir da análise e interpretação desses atributos, elaborou-se um conjunto de 8 categorias de apropriação social, denominadas aqui como qualidades<sup>7</sup>, que foram associadas a cada bem cultural, conforme as narrativas e descrições dos detentores.

**1. Beleza paisagística:** a beleza paisagística apoia-se em aspectos subjetivos dos detentores: o “gosto”, a concepção pessoal daquilo que é considerado belo e resulta da apropriação e percepção individual e coletiva de uma paisagem. Alguns dos atributos descritos pelos detentores que levaram à elaboração da qualidade foram: paisagem bonita, paisagismo, paisagem, paisagem natural, estética, arte pública, apreciação e proximidade com o Rio e com a natureza, dentre outros.

**2. Circuito cultural:** os circuitos culturais são representados por eixos estruturantes de processos sociohistóricos e contemporâneos de atribuição de identidades que se dão por meio do uso, dos percursos, da criação de roteiros e narrativas no traçado da cidade, representativo das transformações urbanas ocorridas no período do ciclo da borracha. Alguns dos atributos descritos pelos detentores que levaram à elaboração da qualidade foram: história e memória da cidade, de povos nativos e de comunidades afrodescendentes; elemento estruturante do traçado urbano, referência, fácil localização, dentre outros.

**3. Conforto térmico:** espaços que se caracterizam por boas condições de adaptabilidade ao clima local, oferecendo boa ventilação, sombras, coberturas e arborização, o que resulta em uma temperatura agradável. Expressa-se a partir de uma condição mental que denota satisfação em relação ao ambiente. Alguns dos atributos descritos pelos detentores que

<sup>6</sup> Os aspectos considerados negativos também foram registrados durante os levantamentos. No entanto, como o objetivo aqui almejado foi o de fornecer dados para se definir o que de fato deve ser conservado, mediante política pública de Patrimônio Cultural, no Centro Histórico de Manaus, os esforços ficaram concentrados em definir as qualidades que devem ser mantidas e potencializadas. Caberá em pesquisas futuras mapear e analisar também, os problemas identificados.

<sup>7</sup> Entende-se como categorias de apropriação social, repertórios das narrativas que mais se repetiram, constituindo, desse modo, a identidade de setores, de vias e eixos estruturantes, de praças, de monumentos e edificações e das vivências do centro histórico. Assim, esse trabalho, ao ser integrado a análise de cunho arquitetônico (morfológico) que é realizada em paralelo por equipe técnica do Iphan-AM, visando a normatização do Centro Histórico de Manaus, equipara-se o termo de categorias de apropriação ao de qualidades, sendo esse último de mais fácil associação.

levaram à elaboração da qualidade foram: clima, arborização, ventilação, sombras, local bom/gradável para se sentar e conversar, dentre outros.

**4. Espaço de recordação:** espaços que estão associados a práticas culturais, edificações e espaços públicos cuja apropriação dos atributos se perdeu devido a rupturas e transformações nos hábitos, costumes, tradições e/ou no arruinamento e extinção da própria materialidade. Alguns dos atributos descritos pelos detentores que levaram à elaboração da qualidade foram: apreciação estética do espaço vazio e da ruína, beleza e paisagem da ruína, dentre outros.

**5. Lugar de memória:** referências culturais tomadas em conjunto ou isoladamente que são portadoras de narrativas de memórias hegemônicas ou dissidentes. Fazem referência à identidade nacional e local mediante diferentes formas de apropriação<sup>8</sup>. Alguns dos atributos descritos pelos detentores que levaram à elaboração da qualidade foram: espaço/lugar de memórias afetivas, história e memória da cidade, história e memória de povos nativos e de comunidades afrodescendentes, popularidade, reconhecimento local, lugar de encontros, resistência popular, manifestações políticas, dentre outros.

**6. Monumentalidade:** define o protagonismo que um determinado bem cultural exerce na paisagem cultural, sendo referido por sua apreciação estética, pelo destaque na organização e distribuição ordenada dos elementos urbanos, pela referência à memória e à identidade, configurando-se um marco histórico e espacial. Alguns dos atributos descritos pelos detentores que levaram à elaboração da qualidade foram: marco visual da cidade, ponto de referência, destaque na paisagem, marco histórico, dentre outros.

**7. Unidade de Conjunto:** espaços que se caracterizam pela conservação e predominância de elementos representativos da produção urbana e arquitetônica. Fazem referência à memória e identidade locais, associadas ao período econômico do ciclo da

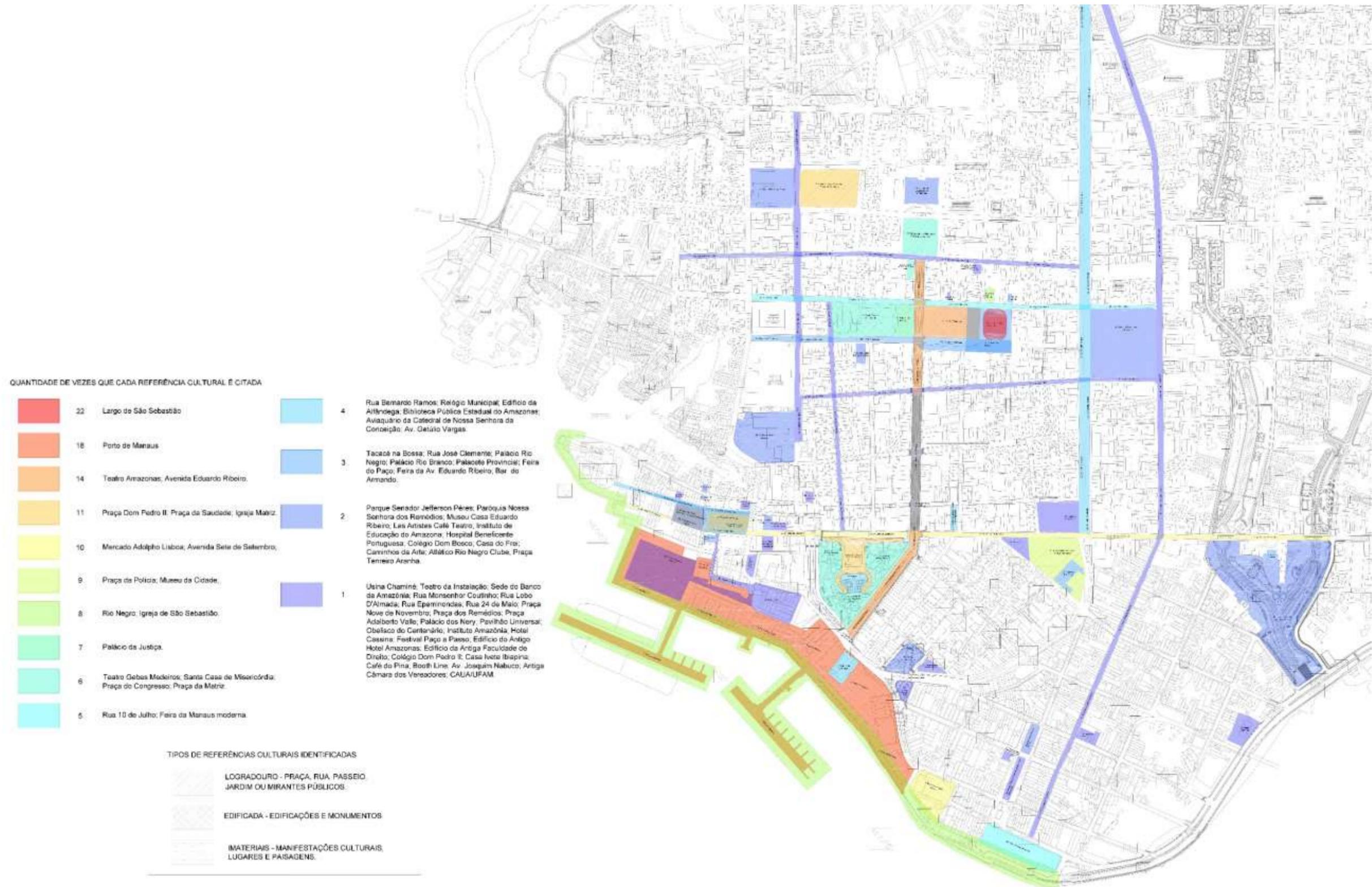
<sup>8</sup> Pierre Nora (1993) percebe uma ruptura cada vez mais veloz entre o passado e o presente e uma aproximação entre a memória e o esquecimento. O autor também defende que a cultura é dotada de uma intensa dinâmica que se acelera cada vez mais e assim, da incapacidade de “habitarmos nossa memória” surge à necessidade de atribuir-se lugares a ela. O conceito de lugar de memória acrescido das sugestões de Ricœur (2007) engloba o aspecto material, simbólico e funcional do lugar, ou seja, o espaço em si, sua representação e sua função social. Desse modo, apropria-se desse conceito em um sentido mais amplo que agrega ao termo as mediações de Paul Ricœur (2007), considerando ainda a articulação com as categorias já discutidas de memória hegemônica e memória dissidente.

borracha. Alguns dos atributos descritos pelos detentores que levaram à elaboração da qualidade foram: unidade e gabarito do conjunto arquitetônico, edifícios conservados, prédios e casas antigas, dentre outros.

**8. Vitalidade:** a vitalidade dos espaços está associada à presença e ao fluxo de pessoas, a possibilidade de uso e de permanência, bem como a qualidade desse uso: habitar, caminhar, observar a paisagem, sentar-se, interagir com outras pessoas, divertir-se de diversas formas e em diversos locais, olhar vitrines, pechinchar preços, entrar e sair de espaços públicos e privados (permeabilidade), segurança passiva e ativa, vivenciar práticas culturais, ter experiências gastronômicas. Enfim, a vitalidade urbana está ligada com a intensidade, qualidade e riqueza da apropriação dos espaços. (SABOYA, 2016). Alguns dos atributos descritos pelos detentores que levaram à elaboração da qualidade foram: segurança, uso, convívio, interação social, socialização, lazer, manifestações culturais e festividades, musicalidade, gastronomia, turismo, espaço propício para eventos, recreação, comércio, bem-estar, intercâmbio cultural, dentre outros.

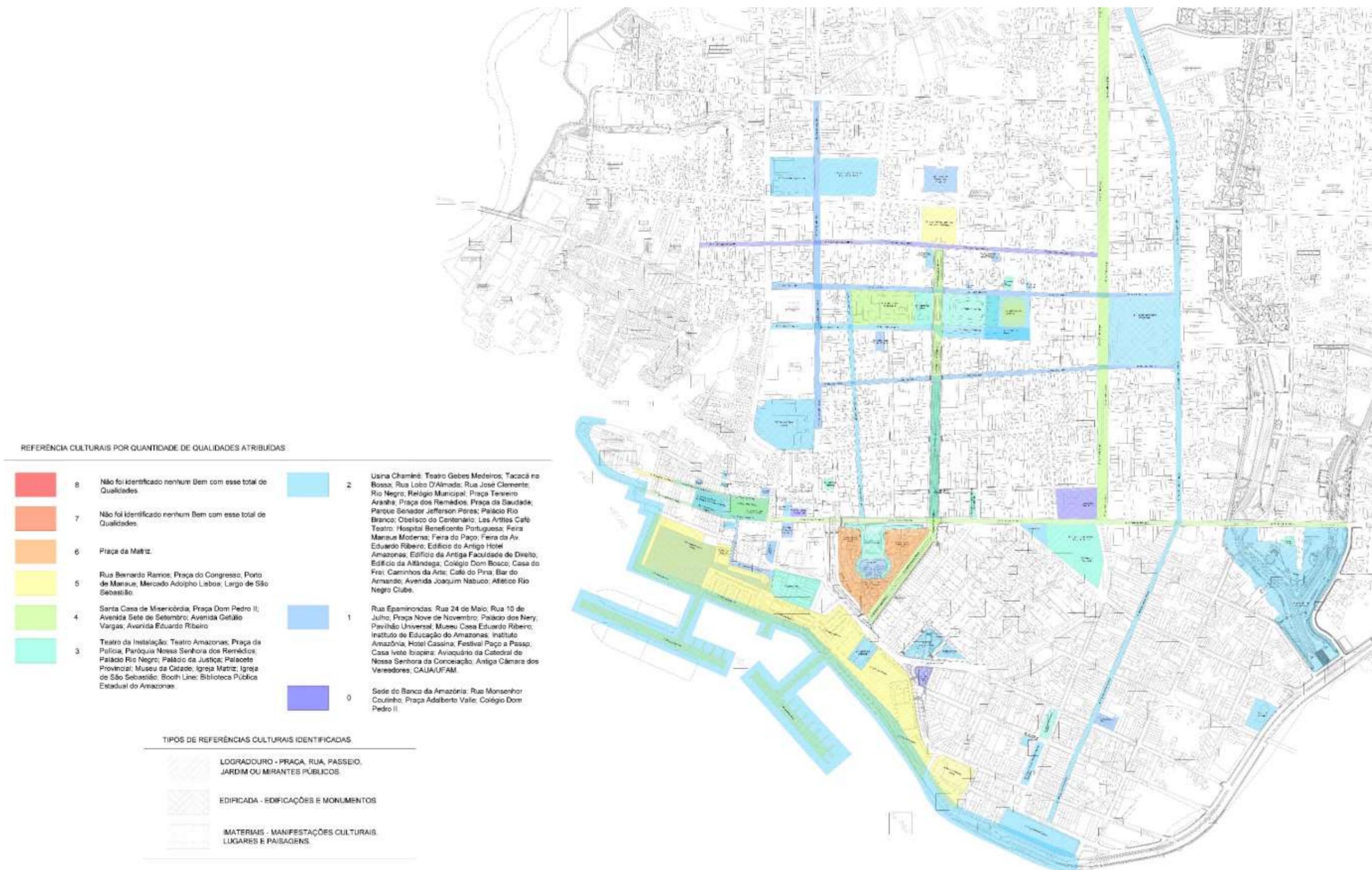
Assim, mediante a elaboração desses conceitos, baseados nos resultados da aplicação da metodologia, construíram-se os mapas e a tabela a seguir, representando as referências culturais identificadas e suas respectivas qualidades, inferidas a partir da análise dos atributos descritos pelos detentores.

**Mapa 3:** Referências Culturais no Centro Histórico de Manaus e frequência que foram representadas nos mapas



Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Amazonas.

Mapa 4: Referências Culturais no Centro Histórico de Manaus e a quantidade de qualidades atribuídas



Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Amazonas.

**Tabela 1:** Qualidades ordenadas por número de vezes que foram atribuídas aos bens

Nº	Qualidade	Bens associados	Atrib.
01	Lugar de memória	Largo de São Sebastião, Porto de Manaus, Av. Eduardo Ribeiro, Teatro Amazonas, Praça Dom Pedro II, Igreja Matriz, Praça da Saudade, Mercado Adolpho Lisboa, Av. Sete de Setembro, Museu da Cidade de Manaus, Praça da Polícia, Igreja de São Sebastião, Praça da Matriz, Praça do Congresso, Santa Casa de Misericórdia, Teatro Gebes Medeiros (Antigo Ideal Clube), Feira Manaus Moderna, Rua 10 de Julho, Rua Bernardo Ramos, Biblioteca Pública Estadual do Amazonas, Edifício da Alfândega, Relógio Municipal, Palacete Provincial, Palácio Rio Negro, Bar do Armando, Feira da Av. Eduardo Ribeiro, Feira do Paço, Rua José Clemente, Tacacá na Bossa, Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, Atlético Rio Negro Clube, Caminhos da Arte, Casa do Frei, Hospital Beneficente Portuguesa, Les Artistes Café Teatro, Instituto de Educação do Amazonas, Teatro da Instalação, Avenida Joaquim Nabuco, Café do Pina, Edifício da Antiga Faculdade de Direito, Edifício do Antigo Hotel Amazonas, Obelisco do Centenário, Praça Tenreiro Aranha, Praça dos Remédios, Rua Lobo D'Almada, Instituto Amazônia, Praça Almirante Tamandaré, Rua 24 de Maio, Rua Epaminondas.	49
02	Vitalidade	Largo de São Sebastião, Porto de Manaus, Av. Eduardo Ribeiro, Teatro Amazonas, Praça Dom Pedro II, Igreja Matriz, Mercado Adolpho Lisboa, Av. Sete de Setembro, Museu da Cidade de Manaus, Praça da Polícia, Igreja de São Sebastião, Praça da Matriz, Praça do Congresso, Feira Manaus Moderna, Biblioteca Pública Estadual do Amazonas, Palacete Provincial, Palácio Rio Negro, Bar do Armando, Feira da Av. Eduardo Ribeiro, Feira do Paço, Tacacá na Bossa, Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, Atlético Rio Negro Clube, Caminhos da Arte, Casa do Frei, Les Artistes Café Teatro, Parque Senador Jefferson Péres, Teatro da Instalação, Café do Pina, Rua Lobo D'Almada, Usina Chaminé, Casa Ivete Ibiapina, Casa Monsenhor, Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas – CAUA/UFAM, Festival Paço a Passo.	35
03	Monumentalidade	Teatro Amazonas, Igreja Matriz, Mercado Adolpho Lisboa, Museu da Cidade de Manaus, Rio Negro (Orla, encontro das águas, relação cidade-rio, paisagem), Igreja de São Sebastião, Santa Casa de Misericórdia, Biblioteca Pública Estadual do Amazonas, Edifício da Alfândega, Relógio Municipal, Palacete Provincial, Palácio Rio Negro, Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, Colégio Dom Bosco, Hospital Beneficente Portuguesa, Booth Line, Teatro da Instalação, Edifício da Antiga Faculdade de Direito, Edifício do Antigo Hotel Amazonas, Obelisco do Centenário, Usina Chaminé, Antiga Câmara dos Vereadores, Hotel Cassina, Pavilhão Universal, Palácio dos Nery.	25
04	Beleza paisagística	Largo de São Sebastião, Porto de Manaus, Av. Eduardo Ribeiro, Praça Dom Pedro II, Mercado Adolpho Lisboa, Rio Negro (Orla, encontro das águas, relação cidade-rio, paisagem), Praça da Polícia, Praça da Matriz, Praça do Congresso, Santa Casa de Misericórdia, Rua Bernardo Ramos, Rua José Clemente, Parque Senador Jefferson Péres, Booth Line, Av. Joaquim Nabuco, Praça Tenreiro Aranha, Praça dos Remédios.	17
05	Conforto térmico	Largo de São Sebastião, Praça Dom Pedro II, Mercado Adolpho Lisboa, Praça da Polícia, Praça da Matriz, Praça do Congresso, Rua Bernardo Ramos.	7
06	Espaço de recordação	Praça da Saudade, Aviaquário da Catedral Nossa Senhora da Conceição, Santa Casa de Misericórdia, Teatro Gebes Medeiros (Antigo Ideal Clube), Colégio Dom Bosco, Booth Line, Praça Nove de Novembro.	7
07	Círculo cultural	Porto de Manaus, Av. Eduardo Ribeiro, Av. Sete de Setembro, Praça do Congresso, Rua Bernardo Ramos.	5
08	Unidade de conjunto	Largo de São Sebastião, Porto de Manaus, Av. Sete de Setembro, Praça da Matriz, Rua Bernardo Ramos.	5

Conforme apontado anteriormente, foram identificadas 73 referências culturais nos 31 mapas produzidos (Figura 1), sendo que se destacaram, pela quantidade de vezes que foram referenciadas, o Largo de São Sebastião (22 vezes), o Porto de Manaus (18 vezes), a Av. Eduardo Ribeiro (14 vezes), o Teatro Amazonas (14 vezes), a Praça Dom Pedro II (11 vezes), a Catedral Metropolitana de Manaus Nossa Senhora da Conceição - Igreja Matriz (11 vezes), a Praça Cinco de Setembro - Praça da Saudade (11 vezes), o Mercado Adolpho Lisboa (10 vezes), a Av. Sete de Setembro (10 vezes). Todos esses locais aparecem em mais de 32% dos mapas, chegando a 71% no caso do Largo de São Sebastião.

**Figura 1:** Mapa de percepção realizado por um dos grupos de Mestres e Artífices da SEC-AM



**Fonte:** Acervo da Superintendência do Iphan no Amazonas.

No que se refere ao número de qualidades (dentre as 8 definidas a partir dos atributos descritos pelos detentores), destacou-se aquelas referências culturais que tiveram 50% ou mais das qualidades associadas: a Praça da Matriz (6 qualidades), a rua Bernardo Ramos (5 qualidades), a

Praça do Congresso (5 qualidades), o Porto de Manaus (5 qualidades), o Mercado Adolpho Lisboa (5 qualidades), o Largo de São Sebastião (5 qualidades), a Santa Casa de Misericórdia (4 qualidades), a Praça Dom Pedro II (4 qualidades), a Av. Sete de Setembro (4 qualidades), a Av. Getúlio Vargas (4 qualidades) e a Avenida Eduardo Ribeiro (4 qualidades).

Já as qualidades que mais foram atribuídas às referências culturais foram: lugar de memória (49), vitalidade (35), monumentalidade (25), beleza paisagística (17). Notam-se indícios da importância que é dada pela população aos lugares que representam uma memória histórica da cidade, seja ela construída a partir dos discursos oficiais (denotando o grau de penetração e aceitação desses discursos) ou das próprias narrativas afetivas, pessoais e de contra usos.

Esses números também revelam a relevância que é dada para a possibilidade de uso, ocupação e permanência nos espaços da cidade. A **vitalidade** urbana dos lugares onde essa qualidade se manifesta, de fato, é recorrente na fala dos entrevistados, sempre no sentido de apontar também a necessidade da difusão por outros locais que não a detêm. Um exemplo notório disso é a Praça da Saudade, que aparece como um **espaço de recordação** (7) sobretudo porque, precisamente, a qualidade da **vitalidade** se perdeu. Os demais bens associados à categoria de **espaço de recordação** seguem a mesma lógica da Praça da Saudade. São locais importantes porque permanecem pujantes em uma memória ainda viva da comunidade, mas que, no entanto, as qualidades outrora associadas se perderam. Em alguns casos, são lugares que foram descaracterizados de seu uso e apropriação social, em outros, bens culturais em condição de ruínas ou cuja materialidade se perdeu em sua totalidade como o Aviaquário da Praça da Matriz.

Cabe destacar que o centro ainda é um lugar muito apreciado por sua **beleza paisagística** e que os monumentos que se destacam como marcos visuais e históricos são amplamente notados e referenciados como componentes significativos dessa paisagem. Adiante, as qualidades de **conforto térmico** (7), **circuito cultural** (5) e **unidade de conjunto** (5) são menos referenciadas, no entanto, isso não configura um menor grau de importância. Pelo contrário, os números e categorias revelam o potencial que certas áreas têm de se tornarem referências em qualidade urbana.

Conforme relatado, a pesquisa aqui apresentada objetivou produzir, organizar, sistematizar e analisar dados a respeito da apropriação social do Centro Histórico de Manaus, enquanto bem cultural objeto de salvaguarda das políticas públicas de patrimônio cultural, visando ao processo de

normatização e gestão compartilhada desse lugar. Os dados quantitativos aqui apresentados servem como um indício das referências culturais mais importantes, mais queridas e mais lembradas pelos detentores. As análises podem e devem ser aprofundadas por outras pesquisas complementares.

O fato de existir referências culturais que não foram memoradas, ou que apareceram em menor número de vezes nos mapas, não significa que tenham menor valor, menor reconhecimento ou não tenham sido apropriadas pela população. Alguns referenciais associados à paisagem urbana, não raramente, são naturalizados na percepção dos habitantes de determinado território remetendo a um processo de valorização tão profundo que a presença/existência do bem é dada como algo natural, consolidado, endêmico do lugar. Sobre essa constatação, Cristina Freire (1997) apropria-se do olhar de Walter Benjamin. Benjamin, ao narrar o mapa da sua memória sobre as cidades em que viveu, descreve os lugares com base nas lembranças que lhe são mais significativas. A autora chama atenção para o fato de que, nas narrativas de Walter Benjamin, o seu corpo se mistura à cidade e os mapas têm um conteúdo afetivo. Os monumentos e obras podem conter sentimentos íntimos e lembranças individuais. Nesse sentido, a cidade mistura-se à vida de seus habitantes.

Apoderar-se da imagem de sua cidade significa flagrar sua própria imagem. O mapa da memória do eu e o mapa da cidade se sobrepõem, não é possível desenhar um sem o outro. (BOLLE, Willi *apud* FREIRE, Cristina, p. 74, 1997).

A cidade e o corpo misturam-se, considerando partes da cidade tão parte da própria vida e do corpo. As narrativas de Walter Benjamin contribuem para uma primeira reflexão sobre a relação dos indivíduos com a cidade. O mesmo tipo de percepção que não consegue desmembrar a vida da cidade pode ser observado na canção Toada de Manaus, do Grupo musical Raízes Caboclas.

Toda cidade se habita  
Como lugar de viver  
Só Manaus é diferente  
Nessa maneira de ser  
Pois invés de morar nela  
É ela que mora na gente

A cidade, na narrativa dessa canção, confunde-se com a própria condição de ser. A cidade é tão intrínseca aos cidadãos que não é externa ao indivíduo, ela “mora na gente”. (MENEZES, 2018). No entanto, assim como partes do corpo, que pelo hábito nem sempre se observa ou dá-se a devida atenção na sua integralidade, a menos que se sinta alguma dor ou comprometimento de alguma competência e habilidade a esta parte atribuídos, existem partes da cidade que também não são

lembradas. Segundo Freire (1997), a relação com a cidade faz com que os monumentos deixem de ser vistos, sendo notados mais pela ausência, pela constatação de sua falta, quando se criam espaços vazios. De acordo com Ceniuel (1994), estes "sistemas de representação" conformam um todo tão fortemente enraizado no cotidiano das pessoas - independente da configuração espacial do seu meio ambiente - que certas partes são sentidas como algo "natural", como parte componente dele mesmo, sem necessariamente mencioná-los. Existiria, assim, um curioso processo de leitura do espaço urbano, caracterizado pela forma "natural" como se incorporam as imagens da paisagem às narrativas de percepção ou não dos seus habitantes.

Assim, as abordagens realizadas constataram que alguns espaços, monumentos e casarios que compõem o cenário ou paisagem do Centro não são tão facilmente vistos ou descritos nas narrativas dos interlocutores consultados. Tendo sido dada maior ênfase aos edifícios, às vias e às praças públicas. Ainda assim, é notório que – e essa pesquisa revela precisamente isso - há um processo de apropriação social, simbólico, afetivo, limitado e fragmentário dos lugares, sendo alguns imbuídos de maior relevância na memória e na autobiografia. Contudo, a forma com a qual as qualidades aqui descritas foram estruturadas conceitualmente garantem o entendimento de que qualquer bem, com talvez apenas uma ou duas qualidades associadas, representa os valores ligados ao tombamento do Centro Histórico de Manaus, ou seja, é dotado de valor histórico e paisagístico, fazendo referência à identidade e à cultura local e nacional.

Foi interessante observar como as percepções sociais sobre o Centro, dez anos após ao tombamento, revelaram como a população assimilou, definiu ou reconheceu como legítimo território cultural, a poligonal apresentada pelo Iphan no passado. As referências culturais representadas pelos detentores mantiveram uma grande sintonia com o recorte inicial adotado pelo órgão, tanto geograficamente quanto historicamente (ciclo da borracha, *belle époque*, ecletismo).

Ao buscar-se apreender a percepção e a apropriação dos indivíduos sobre os lugares, identificou-se a relação de pertencimento com o território<sup>9</sup>, por meio de múltiplas narrativas ligadas

---

<sup>9</sup> Território não é pensado aqui como base física de sustentação locacional e ecológica, de zona urbana, ou juridicamente institucionalizado, do Estado Nacional ou de jurisdição de municípios, mas um comportamento humano espacial (SACK, 1986), resultante de uma construção social de significados atribuídos aos espaços. Segundo Haesbaert (2004), território é base material e simbólica que coopera para construção identitária. Para o autor, 'território' é uma das principais referências para o 'imaginário social' e dimensão histórica de uma sociedade. Por isso, a confecção de Mapas de Percepção pelos moradores e por aqueles que consomem e circulam pelos espaços do centro, pode sugerir as formas que

ao uso cotidiano e às memórias, sejam elas memórias hegemônicas ou dissidentes. As pessoas dão sentido ao lugar criando seus próprios mapas da cidade, suas próprias continuidades e descontinuidades históricas, pessoais, locais, regionais ou nacionais.

Um bom exemplo de apropriação espontânea, que foge ao ordenamento estruturado pelo planejamento urbano, mas que tem sua própria lógica de ocupação e uso, é a que os vendedores ambulantes e camelôs fazem do Centro de Manaus. Um verdadeiro contra uso da cidade que, apesar de resultar em diversos problemas urbanos, contraditoriamente, é o que de fato mantém a vitalidade do centro como um todo, uma das qualidades mais apreciadas pela população. O conjunto dos mapas de percepção, entrevistas e observações participantes traduziram uma retórica do caminhar e reinvestiram os espaços de antigos e novos sentidos atribuídos aos lugares do Centro Histórico.

### **Considerações Finais**

Algumas indagações que orientaram essa investigação, sugerindo eixos teóricos e metodológicos foram: quais são as referências culturais presentes no Centro de Manaus definidas pela própria população? Como se dá a apropriação dessas referências e daquelas previamente definidas pelas políticas públicas de patrimônio cultural? Quais são os valores associados a esses bens? Quais as qualidades que esses bens “do passado” emprestam para o presente da cidade e que devem ser conservadas?

No fundo, o desejo deste trabalho foi de captar aspectos que vão além do lugar preciso, quantificado, mapeado, objetivo, para apreender os olhares e as formas de percepção e apropriação, compreendendo os sistemas simbólicos pessoais do que é “extraterritório”, que excede e supera representações cartesianas, racionais de poligonais, entornos e discursos de tombamento. (FREIRE, 1997). Concluiu-se nesta pesquisa que não é tão simples fazer uma imersão nesse universo, pois nem sempre é facilmente localizável ou revelado, exigindo uma atenção especial do pesquisador:

Uma atenção às paisagens interiores, relacionadas aos espaços externos, carregadas, portanto, de sentido simbólico. Trata-se de uma topografia de metáforas ou arqueologia poética. (FREIRE, 1997, p. 109).

---

um determinado grupo social se apropria dos espaços e atribuem a eles referências a sua identidade coletiva, ou seja, o que eles mesmos definem como Centro Histórico, seus usos, lugares que o compõe, o que o caracteriza, o que qualifica e sua delimitação espacial.

Assim, a partir de um olhar atento, a equipe buscou experimentar aquilo que os interlocutores narraram, estando nos lugares, apropriando-se dos objetos, investindo os olhares de fantasia e imaginação. Esse exercício permitiu constatar e desconstruir algumas impressões sobre o lugar, como a de falta de homogeneidade e desorganização social dos espaços urbanos centrais que, na verdade, são imbuídos de suas próprias lógicas culturais e sociais que rompem com certos objetivos específicos imputados pelo planejamento urbano, responsável por condicionar os usos, os significados e as apropriações. A diversidade estética e de apropriações foram evidenciadas no Centro de Manaus, os olhares revelaram a relação dos habitantes com a cidade, que foge ao uso funcional imediato. Foi por meio dos contra usos do patrimônio que foi possível perceber como as pessoas compreendem suas próprias referências culturais e definem suas qualidades.

A interação promovida com os detentores possibilitou compreender os atributos que, em suas percepções, definem ou caracterizam suas próprias referências, enfim, que justificam as suas escolhas ao defini-las. Posteriormente, esses atributos foram analisados e agrupados no sentido de definir quais as qualidades do Centro Histórico de Manaus que de fato devem ser conservadas enquanto patrimônio cultural no processo de “fazer a cidade”. As metodologias que foram desenvolvidas visaram contribuir para o entendimento da relação territorial, temporal e afetivo dos grupos sociais com suas referências culturais. Assim, foi possível revelar os potenciais existentes no Centro a partir de sua apropriação pelas pessoas que dele fazem uso cotidiano, apresentando qualidades que podem nortear ações de planejamento urbano para melhoria dos espaços sem incorrer em rupturas drásticas ou negativas nas vivências atuais.

Portanto, o resultado deste levantamento também possibilitou dimensionar, mesmo que superficialmente, o grau de penetração do discurso oficial sobre patrimônio cultural no processo de definição das referências culturais pelos detentores, possibilitando um movimento dialético entre o que é definido “de cima” e o que/como é “apropriado” ou “subvertido” pelos “de baixo” revelando também, os contra usos do patrimônio Cultural em Manaus. Os resultados da aplicação dessa metodologia revelam uma hierarquia de valores e o grau de protagonismo dos bens culturais, definidos pelos próprios detentores, em suas memórias e narrativas.

Por fim, é importante lembrar que toda pesquisa é caracterizada também por lacunas, seja pela indisponibilidade de fontes para dar respostas aos questionamentos levantados; seja pelas

escolhas feitas pelos pesquisadores a fim de atender certo cronograma ou recorte temático. Aqui as lacunas são exemplificadas, sobretudo, pelo curto espaço de tempo para realizar o levantamento de dados. Tendo sido iniciado em outubro de 2019, com previsão de finalização em novembro, prorrogado até dezembro. Além do mais, as conclusões, afirmações e as “verdades científicas” expressas como resultados do trabalho devem ser consideradas a partir de seu contexto de produção. O modo particular com que se representa a realidade pesquisada, nesse trabalho, resulta então, das condições de produção que se pretendeu explicitar ao máximo no próprio texto. O sentido desse esforço é o de que esse trabalho possa ser retomado, ampliado, aprofundado, questionado, refutado, enfim, compreendido dentro de seu contexto de criação. Sendo assim, algumas das lacunas identificadas no decorrer da própria pesquisa estão descritas nesse artigo e outras certamente passaram despercebidas, mas poderão ser trabalhadas futuramente por outros pesquisadores, ou pelos que aqui atuaram.

#### **Referências bibliográficas:**

BLACH, Matheus Cássio. O IPHAN na contemporaneidade: a ampliação do conceito de patrimônio cultural pós-1970. **Patrimônio Cultural Cidade e Memória**, 2019. Disponível em <<https://www.patrimoniocultural.com.br/blog/o-iphan-na-contemporaneidade-a-ampliação-do-conceito-de-patrimônio-cultura>> Acesso em: 15 fev. 2020.

BLACH, Matheus Cássio. **Patrimônio Natural & Desenvolvimento Sustentável: história, conceitos e estudo de caso**. Timburi/SP: Cia do Ebook, 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *In Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol.2 n°1, janeiro-julho 2005 p.68-60.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Imaginário e representações sociais. *In Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, p.25-33, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CENIQUEL, Mario. Paisagem Urbana, cenário e percepção: A noção de memória como componente metodológica do projeto. In: **Paisagem Ambiente Ensaios** São Paulo, n.6, p.85-133, 1994.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? **Revista de História Unisinos**. Vol. 8 n° 10 JUL/DEZ 157-17 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo Focal: Técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. In: Revista **Informação & Sociedade: Estudos** v. 10, n.2, 2000, p. 141-158

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio *in* BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

FREIRE, Cristina. **Para além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: Sesc: Annablume, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**- 1º Ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-179, 1989.

GNECCO, Cristóbal; ZAMBRANO, Marta. **Memorias Hegemônicas, Memorias Disidentes: El Pasado Como Política De La Historia**. Bogotá: Universidad del Cauca, 2000.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização. **Tombamento do Centro Histórico de Manaus**. Brasília, 2010.

MENEZES, Mauro Augusto Dourado. “Eu canto pra falar do Amazonas”: narrativas musicais de uma geração de músicos de Manaus. In: **14º Encontro Internacional de Música e Mídia** - São Paulo - SP ISBN: 978-85-62959-54-7, 2018. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/trabalhos-completos-14musimid/trabalho/79758>>.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

PINTO, Alejandra Aguilar. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? In: **Revista Ciências Sociais**. Unisinos, São Leopoldo, Vol.47, N 3, p.273-283, set/dez/ 2011.

PRINS, Gwyn. História Oral. in BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RICÉUR, Paul. **A Memória a História o Esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.] – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? História Material em Walter Benjamin “Trabalho das Passagens” In: **Revista USP**, N° 4, p. 50, 1992

SABOYA, Renato T. de. Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas. **Arch Daily**, 2016. Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>> Acesso em: 26 fev. 2020.

SACK, Robert David. Human Territoriality: its theory an history. Cambridge University Press, 1986.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. *in* BRASIL. Ministério da Cidadania. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares>>

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2009.

## Políticas Habitacionais e a Luta das Ocupações Urbanas no Brasil: Desigualdade, Financeirização e Insurgência nas/das Cidades.

Housing Policies and the Struggle for Urban Occupations in Brazil: Inequality, Financialization and Insurgency in/of Cities.

**Aiano Bemfica Mineiro**

Mestrando em Comunicação Social  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
aiano.bemfica@gmail.com

**Recebido em:** 13/03/2020

**Aprovado em:** 07/05/2020

**Resumo:** Articulando diálogos entre algumas das mais relevantes pesquisas sobre questões urbanas e habitacionais no país, teóricos da antropologia urbana e documentos produzidos por Movimentos Sociais de luta por moradia, o presente trabalho propõe uma breve aproximação histórica do desenvolvimento das políticas habitacionais no Brasil para, logo, apresentar os modos como as ocupações urbanas e os movimentos sociais de luta por moradia podem ser percebidos neste contexto. Como ações políticas complexas, além de colocarem em xeque noções como a de propriedade privada e questionarem a capacidade do Estado em promover políticas efetivas de moradia, tais territórios se apresentam como gestos contra-hegemônicos, evidenciando os valores e significados que estão em jogo.

**Palavras-chave:** Ocupações Urbanas; História das Cidades; Antropologia Urbana.

**Abstract:** Articulating dialogues between some of the most relevant research on urban and housing issues in the country, theorists of urban anthropology and documents produced by Social Movements in the struggle for housing, this paper proposes a brief historical approach to the development of housing policies in Brazil, so that to present the ways in which urban occupations and social movements fighting for housing can be perceived in this context. As complex political actions, in addition to calling into question notions such as private property and questioning the State's capacity to promote effective housing policies, these territories present themselves as counter-hegemonic gestures, highlighting the values and meanings that are at stake.

**Keywords:** Urban Occupations; History of Cities; Urban Anthropology.

*Tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços? A pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro designio de Deus. As classes dominantes põem as barbas de molho, e ao mesmo tempo anunciam o inferno para todos. (...) Recuperar os bens que sempre foram usurpados, equivale a recuperar o destino. Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será* (GALEANO, 2010, p. 12).

O dia é de Tiradentes. O ano, 2012. Ele é um menino, deve ter entre 11 e 13 anos, está sentado na parte mais alta de um morro e, com os cotovelos apoiados nos joelhos e as mãos suportando o queixo, observa o Vale do Jatobá, região do Barreiro, periferia de Belo Horizonte. Ao fundo do quadro, lá no último plano, na linha do horizonte, a cidade se anuncia com bairros consolidados e ruas de asfalto; no segundo plano, naquele espaço entre o menino e o horizonte, algumas barracas de lona; e aqui na frente, no canto esquerdo, na camisa vermelha do menino, a frase “Enquanto morar for um privilégio, Ocupar é um direito”. É a primeira manhã na vida da Ocupação Eliana Silva, marco da reorganização do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas<sup>1</sup> (MLB) na capital de Minas Gerais.

---

<sup>1</sup>O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (cuja sigla é MLB), é um movimento social de luta por moradia e reforma urbana que nasce em 1999, tendo sido fundado simultaneamente em Minas Gerais e em Pernambuco. O centro de sua atuação política está na organização de famílias sem-teto para, através da realização de Ocupações de terrenos e imóveis vazios, auto-construir comunidades e/ou pressionar os governos locais pela execução ou implementação das políticas habitacionais. Hoje presente em 17 estados da federação, a organização tem perfil de atuação nacional e sustenta, em seus discurso, bandeiras e documentos, a Luta por Moradia Digna como um meio mais - e não o único meio - para alcançar o Socialismo (MLB, 2014).

**Imagem 1:** Garoto sentado na Eliana Silva



Fonte: Acervo do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas.

As terras que vemos foram cedidas em comodato pelo governo do estado à empresas privadas sob o pretexto da consolidação de um complexo industrial na região, porém, quase três décadas depois, grande parte das glebas se tornaram alvo de grilagem e especulação nunca tendo, de fato, consolidado o projeto ao qual foram destinadas e gerando prejuízos milionários aos cofres estaduais<sup>2</sup>. É uma imagem que, em alguma medida, nos conta como parte significativa das cidades, nascem, e se fazem. Antes abandonadas e agora destinadas à moradia através da ação direta popular, evidenciam um fazer-cidade enquanto “uma dinâmica, uma dialética, uma relação necessária” que evidencia, não uma definição prévia do objeto cidade, mas os “processos e portanto à política que impulsiona o movimento necessário à sua existência, às suas reprodução e transformação” (AGIER, 2015, p. 483). Processo que, ainda que tenha a tomada de imóveis ociosos e áreas abandonadas como um dos centros de sua ação atravessa um emaranhado complexo de relações, poderes, disputas e discursos que, além da moradia em si, tenciona produzir rupturas estruturais complexas.

Segundo Guilherme Boulos (2014), filósofo e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em 2013 já se somavam no Brasil mais de 22 milhões de pessoas sem casa própria e outras 48 milhões que viviam sem qualquer tipo de infraestrutura

---

<sup>2</sup> O caso, reiteradamente denunciado por diversos movimentos sociais, se tornou público a partir de reportagem publicada pelo jornal Hoje em Dia onde trazem informações sobre a investigação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que aponta a suspeita de prejuízo de cerca 50 milhões de reais.

urbana ou serviços básicos (como água, luz, asfalto, educação e transporte, para citar alguns). É dizer, mais de 30% da população brasileira sofria com temas relacionados à moradia (BOULOS, 2014, p. 136). Desse modo, é necessário olhar para o problema da habitação no país não como algo pontual ou um sintoma, mas como elemento estrutural que é central na vida urbana e política das cidades e que tem ligações profundas com o modo como se sucederam e estruturaram, ao longo dos sucessivos governos, as políticas habitacionais no Brasil.

Partindo, então, da compreensão de que são estes dois aspectos centrais das múltiplas contradições constituintes dos territórios urbanos - a desigualdade na organização fundiária e os processos de ocupação popular de terras ociosas - o presente trabalho propõe uma breve apresentação histórica do desenvolvimento das políticas habitacionais no Brasil para, logo, apresentar os modos como as Ocupações Urbanas e os Movimentos Sociais organizados podem ser percebidos nesse contexto. Para tanto, o artigo se desenvolverá a partir do seguinte percurso: em *“A Cidade é uma só?”: Política Habitacional e a Moradia no Brasil*, traz uma breve historicização das principais políticas habitacionais levadas a cabo no país ao longo do século XX; em seguida, *As Ocupações Urbanas Nesse Contexto* apresenta algumas características centrais desses territórios e destaca seus papéis na expansão e conquista de direitos. *A luta das Ocupações Urbanas e a Guerra dos Lugares Hoje* propõe uma relação entre a etapa de financeirização do capital e as ocupações urbanas no contexto atual; finalmente, as *Considerações Finais* trazem ponderações possíveis sobre como podemos olhar para as ocupações organizadas como formas insurgentes diante dos desafios econômicos e sociais das cidades contemporâneas.

### **“A Cidade é uma só?”: Política Habitacional e a Moradia no Brasil.**

Belo Horizonte e o Vale do Jatobá, cenário reproduzido na fotografia que abre este texto, tem, naturalmente, características gerais e específicas de seus contextos - muitas delas trabalhadas recentes por pesquisadoras e pesquisadores como Luana Motta (2010), Thiago Lourenço (2014), Denise Morado (2016), Ricardo Oliveira (2017), Mayara Mattos (2018) e as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Henri Lefebvre (BASTOS *et al.*, 2017). Pesquisas que dão conta de algumas das características conjunturais das Ocupações na cidade e de suas relações com o ideário de *cidade moderna* que move e foi movido pela centenária capital mineira. Estruturado pelo discurso desenvolvimentista de progresso, industrialização e

organização espacial, parece haver um abismo entre o os esboços de Aarão Reis e as forças que se desenvolvem no seio da que cidade hoje é vivida. Entretanto, não se trata de uma realidade específica desta capital.

Dialogando mais uma vez com imagens, duas sequências do filme de “A Cidade é uma Só?” (direção de Adirley Queiroz, 2013), ambas datadas de 1972, nos permitem ampliar para o espectro nacional a lógica que regeu, em muitos momentos, o pensamento e as práticas públicas sobre os territórios. Produzidas a partir do “olhar oficial” para serem usadas como propagandas do então governo da nova capital federal de um país que, acompanhando a geopolítica regional, já há oito anos vivia sob ditadura militar. As cenas se desenvolvem da seguinte maneira:

**Imagem 2:** Quadro construído a partir de fotogramas extraídos do filme “A Cidade é Uma Só?” (2013) dirigido por Adirley Queiroz

Quadro 1		
Descrição das sequências de “A Cidade é Uma Só?”		
		
		
<p><b>Sequência 1:</b> Sobre planos de alguns dos principais ícones do poder estabelecido (Palácio do Planalto, militares em marcha, Congresso Federal e Catedral de Brasília) seguidos da imagem de crianças e famílias brancas brincando na esplanada, corre na banda sonora, sobre um samba que toca ao fundo, a narração: “Ano 72 / 12o de Brasília / 150 da Independência / Brasília, síntese da nacionalidade / espera por você”.</p>		



**Sequência 2:** A partir da mediação de um apresentador frente à câmera, a publicidade monta imagens das Ocupações que existiam no plano piloto (ali chamadas de “acampamentos e invasões”) que destacam a precariedade das moradias e a pobreza, cenas das pessoas carregando seus pertences em caminhões e a imagem de um grande loteamento geométrico e deserto. Enquanto a sequência de imagens se desenvolve, corre a voz do apresentador que diz: “Para realizar a grande obra da construção de Brasília, a Novacap<sup>3</sup> teve que recrutar trabalhadores durante todos esses anos em que realizou a construção. Grande parte se localizou em acampamentos e invasões. O vertiginoso crescimento das populações do Distrito Federal, porém, provocou a quebra de padrões de habitabilidade nas chamadas invasões, onde não existiam as menores condições de higiene e conforto. A solução encontrada pelos administradores foi a mudança maciça daquele povo para onde se pudesse harmonizar os serviços públicos e dar condições melhores de vida àquela gente até então favelada. Coube também à Novacap participar da remoção dos moradores da antiga vila do IAPI para cidade-satélite de Ceilândia, um local anteriormente deserto e que naquela época estava sendo preparado para receber os novos moradores”.

De um lado, Brasília, cidade-símbolo da modernidade, expansão e ocupação do interior do país (processo iniciado com a Marcha para Oeste, comandada por Getúlio Vargas e liderada pelos irmãos Villas-Bôas) é, ao som de samba, apresentada para famílias brancas a partir de seus poderes e pela pretensa gana de condensar a brasilidade. Doutro, a remoção de trabalhadoras e trabalhadores que haviam construído a cidade, em sua grande maioria negras, negros, vindos do Nordeste ou do interior, é apresentada como um importante passo rumo à higienização. No discurso oficial, periferização e ordem aparecem como dois lados de um mesmo gesto: a

<sup>3</sup> NovaCap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) é uma empresa estatal responsável por construir e urbanizar Brasília.

construção de um novo símbolo para o Brasil. A nova capital já nasce reproduzindo a lógica fundante da colonização e da formação das cidades na América Latina.

Ainda que essa representação tenha seu correspondente mais forte na política levada à cabo pelos governos dos militares, Adirley Queirós, diretor do filme e morador da Ceilândia, cidade fundada a partir do reassentamento de famílias removidas do plano piloto de Brasília pela Campanha de Erradicação de Invasões<sup>4</sup>, consegue articular através da montagem a síntese do que, em grande medida, marcou o modo como o Estado brasileiro agiu e age. Como as próximas páginas pretendem deixar evidente, o caso de Brasília é apenas um exemplo de como operaram e operam as políticas habitacionais e urbanas nas principais cidades brasileiras da história. A fim de dar conta de algumas das principais nuances, passo agora a uma breve apresentação da trajetória da política habitacional e da questão da moradia no Brasil.

Como território colonizado, a desigualdade no acesso à terra começa - para além da invasão europeia ao continente - quando, ainda nos inícios do século XVI, o rei de Portugal, Dom Manuel I, divide o território recém invadido em 14 capitanias distribuídas, em caráter definitivo e hereditário, a 12 donatários que seriam os responsáveis por ocupar, colonizar e explorar as regiões. Hoje, mais de 500 anos depois, quando analisamos os principais centros urbanos brasileiros nos encontramos com um processo parecido onde “as terras foram repassadas entre famílias mais poderosas, que recorriam à grilagem para roubar terras públicas, configurando-se a invasão originária; os invasores são os grandes proprietários” (BOULOS, 2014, P.136). Em paralelo, como sugerem Müller (2014) e Holston (1993, 2013), o modelo legal e a prática jurídica se desenvolveram no sentido de garantir que, ainda que ilegais, essas práticas fossem admissíveis, tornando-se mais um conjunto de ferramentas mantenedoras dos privilégios de uns e da exclusão de outros. Nesse cenário, as Ocupações Urbanas e os Movimentos Sociais pela moradia e pela Reforma Urbana surgem como forma de Luta e acesso a direitos básicos.

Se analisarmos de um modo literal o conjunto de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, ou mesmo a Constituição Federal de 1988, nos encontraremos com textos

---

<sup>4</sup> A Campanha de Erradicação das Invasões foi um projeto de higienização do Plano Piloto de Brasília que atuou removendo comunidades de Ocupações (por eles chamadas de “invasões”) para loteamentos às margens da cidade planejada. Esse processo de periferização deu origem a muitas das cidades satélites do Distrito Federal, entre elas a Ceilândia.

que, na teoria, garantiriam o acesso a todos os direitos fundamentais de forma ampla. A garantia da dignidade humana e o princípio de liberdade individual estão presentes e também refletidos em marcos regulatórios e nas legislações específicas. Entretanto, mesmo nos períodos de maior desenvolvimento econômico no Brasil, muitas pessoas seguiram sem ter acesso ao mais básico para sobreviver. O que desejo demonstrar nos próximos parágrafos é que isso se deve, mais que nada, à ausência de políticas públicas de efeito profundo que respondam, de modo democrático e amplo, às demandas e necessidades dos grupos mais pobres.

Maricato (1997; 2006), Motta (2010), Valença (2014), Lourenço (2014) e Mayara Mattos (2018) apresentam em seus trabalhos análises críticas bastante completas de como se deu o desenvolvimento das políticas públicas para habitação ao longo do século XX e início do XXI. Assim, ainda que não seja necessário aprofundar tanto esse tema no contexto da discussão que pretendo desenvolver aqui, parece importante apresentar alguns de seus aspectos principais a fim de destacar como, de fato,

O histórico das políticas nacionais para a habitação mostra como os principais programas nacionais tornaram o problema habitacional - uma obrigação do Estado e um direito - uma questão de mercado repassando para o setor privado o protagonismo na produção de habitações (MOTTA, 2010, p. 9).

Ao transferir a lógica mercantil para o centro de um conjunto de políticas sociais, temos como resultado a produção de unidades habitacionais que, além de projetadas para garantir que construtoras privadas lucrem, terminam contemplando mais que nada a classe média e deixando à margem as famílias em condições de maior pobreza (MOTTA, 2010 e MATTOS, 2018).

Para Maricato (1997), o final do século XIX e o início do XX são marcados por alguns eventos centrais para compreender a dinâmica urbana, entre eles a abolição da escravidão e a chegada da primeira onda de imigrantes europeus. Muitos dos primeiros saem do campo e vão até as grandes cidades, onde passam a viver nas periferias e a sofrer com discriminações de todos os tipos, uma vez que a “liberdade” não garante qualquer igualdade frente a grupos historicamente privilegiados. Por sua vez, os segundos se dividem entre o trabalho nas fazendas de café e como mão de obra nas primeiras plantas industriais.

Com o impacto desses novos fluxos de pessoas, as cidades começam a assumir

características novas. Multiplicam-se nas margens dos principais centros urbanos formas outras de “fazer-cidade”, que compõem um cenário multiforme, em muitos momentos marcados pela precariedade (AGIER, 2015). Como resultado, começam a surgir nos centros urbanos as primeiras demandas mais massivas por uma política objetiva para a habitação, além de um cenário muito claro de segregação espacial (MARICATO, 1997).

Até finais da década de 1930, o único tipo de política existente era a disponibilização de créditos públicos para que empresas privadas se encarregassem da produção de unidades habitacionais. Período no qual o empresariado mesmo decidia qual o perfil de habitação em que iria investir (MOTTA, 2010) e, logo, a quem ele iria atender. Após a segunda onda de industrialização de determinadas cidades brasileiras, que se deu no período batizado de “Revolução de 30”, surgem os primeiros fundos públicos para a construção de moradias, onde os institutos de pensionistas e aposentados (IAPI) construíam moradias que depois eram alugadas a pessoas associadas aos mesmos institutos (MOTTA, 2010). Outro fato que marca o período do primeiro governo de Getúlio Vargas é o início da criminalização das favelas e dos grupos marginalizados, implementando através da força, violentas políticas de higienização social que tiveram o despejo e a remoção como estratégias centrais de ação. Já em seu último governo, de 1951 a 1954, já no Estado Novo, por pressão do Partido Comunista, Vargas cria a FCP (Fundação Casa Popular), que se dedica a construir conjuntos habitacionais distribuídos diretamente aos mais pobres.

As grandes cidades passam então por uma nova onda de mudanças com a chegada da indústria automobilística. A ampliação das vias e a expansão territorial são algumas das consequências que mais afetam e agudizam as desigualdades (MOTTA, 2010). Enquanto de um lado a restrita classe média acessava bens duráveis, as práticas de distribuição e acesso às unidades produzidas pela FCP já estavam marcadas pelas “relações clientelistas e o autoritarismo, combinação característica do período populista, que determinavam as regiões onde seriam construídos e os critérios de seleção dos candidatos” (MOTTA, 2010, P.10).

Os anos seguintes não serão menos complexos. No ano de 1964 o país, novamente como muitos outros da América Latina, sofre um Golpe de Estado deflagrado por militares apoiados pelos Estados Unidos e afunda em 21 anos de ditadura civil-militar. A criminalização dos

movimentos sociais se faz ainda mais presente, assim como o estado de controle de diferentes setores da sociedade. Sobre esse período, Valença escreve:

Os governos militares haviam herdado um país com forte dinâmica populacional - elevado índice de crescimento associado à forte imigração campo-cidade -, tendo contribuído consideravelmente para a acentuação desta última tendência ao promover intenso processo de industrialização das cidades e a modernização do campo. A situação do estoque habitacional no país requeria, dessa forma, solução de massa, o Estado autoritário, legitimação popular, e as empresas nacionais, alguma forma de capitalização. A criação do BNH (1964), entre vários outros, objetivava atender a todos esses requisitos (VALENÇA, 2014, p. 343).

O conceito central que move a ideia de cidade nesse período é o de tentar estabelecer o controle nos territórios, constituindo uma visão binária da realidade: caos x ordem. Onde, óbvio, as favelas e periferias estariam dentro do primeiro grupo e caberia ao estado controlá-las (MARICATO, 2000). Como consequência dessa visão,

As ações públicas voltadas para as vilas e favelas são sufocadas; os movimentos sociais e as associações são reprimidos, lançados na ilegalidade e impedidos de atuar; os favelados, bem como suas ocupações e associações, passam novamente a ser tratados como problema de polícia (MOTTA, 2010, p. 5)

Desde o ponto de vista econômico, as décadas de 1960 e 70 ficaram conhecidas como “o milagre econômico”, pois, a partir de enormes empréstimos internacionais, sobretudo do FMI, houve um grande investimento em industrialização, infraestrutura urbana, construção civil e em rodovias, o que leva a uma tríplice consequência: endividamento nacional, fortalecimento dos laços Estados-construtoras e à intensificação do fluxo migratório campo-cidade. Mas, nos anos oitenta, a crise da dívida externa leva a índices inflacionários muito altos e à profunda depressão econômica (VALENÇA, 2014). Em paralelo, não há uma diminuição no número de pessoas que chegam às cidades vindas do campo e, como uma das consequências, há um expressivo “agravamento das condições urbanas e de moradia nas cidades brasileiras, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, para onde fluíam migrantes em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida” (VALENÇA, 2014, p. 344).

Se de um lado estão os movimentos migratórios e a situação política e econômica nacional, do outro a especulação imobiliária também joga um importante papel, pois

as alternativas encontradas pelas famílias pobres eram as favelas e os loteamentos clandestinos das periferias das capitais e das cidades das regiões metropolitanas. (...) O quadro de flexibilização das leis e ausência de fiscalização dos loteadores das áreas não centrais, que permanecia desde a década de 1940, começou a se modificar no final da década de 1970, fazendo com que os lotes na periferia encarecessem e a inflação crescente e a conseqüente perda do poder de compra do salário, situação que levou, na década de 1980, à queda da produção e da compra de lotes nas periferias e, concomitantemente, ao crescimento do número de favelas e ao aumento das já existentes (MOTTA, 2010, p. 5).

Mesmo grande como é, no Brasil se assiste a uma lógica de gestão territorial que gira em torno da lógica de mercado e da especulação. Valença (2014) chama a atenção para o fato de que inclusive as terras públicas são manejadas segundo esses princípios. Como resultado, “os governos federal, estaduais e municipais não destinam seus terrenos de melhor localização, considerados ‘nobres’, para moradia ou outra utilização social. A lógica do mercado fundiário é a da valorização imobiliária (‘especulação’): o foco é a renda, não o lucro industrial” e a “propriedade privada da terra confere poderes infindáveis a quem a possui, com isso determinando uma utilização pulverizada no espaço e no tempo, com muitos vazios urbanos” (VALENÇA, 2014, p. 345).

Mas, como já mencionado, um processo específico chama a atenção nesse período: a mobilização dos movimentos por Reforma Urbana e sua influência no texto final da constituição de 1988, a chamada “constituição cidadã”. Nela, além da descentralização da política habitacional, ao deixá-la sob a responsabilidade dos municípios, a moradia passa a ser um direito básico e, teoricamente, a função social da terra passa a ser mais importante do que o próprio direito à propriedade privada (MOTTA, 2010; BEDÊ, 2005). Doze anos mais tarde, já no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, se aprovou também o Estatuto das Cidades, uma lei federal que pretendia gerar subsídios legais e ferramentas para a promoção da Reforma Urbana, como a participação popular, a regularização fundiária, criação de zonas urbanas de interesse social, a desapropriação para fins sociais entre outras estratégias.

Nos anos posteriores à abertura democrática, o Brasil teve cinco mandatos presidenciais de cortes neoliberais e submetidos à pressão da dívida externa. Um período, portanto, de depressão econômica marcado por privatizações do patrimônio público e pela ausência de

avanços ou mudanças profundas nas políticas habitacionais efetivamente operantes. A mais importante novidade dos anos seguintes foi a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder<sup>5</sup>. Em 2009, já no final do segundo mandato do ex-presidente Lula e no olho do furacão da grande crise econômica global que estourou em 2008, seu governo lança o programa habitacional de extensão nacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), que cumpre um duplo papel: construir residências para famílias de baixa renda e, claro, investir 34 bilhões de reais no setor da construção civil como uma resposta à crise econômica global (BOULOS, 2014).

Uma vez mais, as grandes construtoras são as que mais ganham no processo, já que 97% dos recursos totais foram destinados diretamente a elas e apenas 3% às associações de bairro e movimentos sociais. Outros problemas, resultantes dessa concentração de recurso nas mãos da iniciativa privada, foram o reduzido tamanho das moradias - uma vez que as empreiteiras desenvolveram projetos com duas margens bem claras: o custo fixo de R\$ 76 mil por unidade e o tamanho mínimo de 39 metros quadrados (BOULOS, 2014) -, além da concentração de habitações distribuídas majoritariamente entre famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, sendo que as famílias mais pobres (entre 0 e 3 salários) quase não foram contempladas (MOTTA, 2010).

Ao analisar rapidamente a trajetória da questão habitacional no Brasil fica simples concluir que, mesmo depois de uma nova Constituição e do Estatuto das Cidades, “os lucros das empresas e a apropriação de rendas fundiárias são destaques num país, no qual a propriedade privada da terra é considerada sagrada” (VALENÇA, 2014, P.347). De modo que a especulação imobiliária se intensificou com o aval e a participação direta do Estado, levando a uma realidade onde o alto valor do aluguel inflaciona inclusive as zonas tradicionalmente periféricas, expulsando os mais pobres cada vez mais para longe e sobrecarrega a economia familiar. Em um jogo onde, por benefícios políticos e/ou econômicos diretos, os diferentes governos não somente direcionam dinheiro público para as construtoras, como destinam as infraestruturas urbanas a zonas específicas objetivando a valorização de determinadas regiões. Assim, Guilherme Boulos parece ter algo de razão quando afirma que

---

<sup>5</sup> O PT esteve no governo federal por 14 anos com Lula (2003 - 2011) e Dilma (2011 -2016) e foram tirados do poder através de um Golpe de Estado parlamentar.

O Estado é fundamental não só para dar dinheiro público para as empreiteiras, mas também para construir infraestrutura nas áreas destinadas à especulação, para realizar despejos ou remoções das comunidades, e promover alterações na legislação, entre outras ações (BOULOS, 2014, p. 135).

A situação se agrava quando temos em conta a relação entre a dinâmica político-partidária tradicional e os programas habitacionais. Se Boulos (2014) denuncia que o vínculo dos governos com as construtoras se dá também no plano eleitoral, pois essas mesmas empresas que constroem - com recursos públicos - os grandes empreendimentos habitacionais e urbanos são também financiadoras diretas das campanhas eleitorais, Valença considera que as ferramentas de participação popular (núcleos de moradia, conselhos municipais e consultas) estão imobilizados pela tradição clientelista e a cooptação partidária de seus representantes, resultando em formas pouco efetivas de democratização (VALENÇA, 2014; MATTOS, 2018). Assim, parece razoável quando Mayara Mattos afirma que

os nexos entre a política desenvolvimentista baseada na ampliação do consumo e da abertura do capital financeiro às políticas públicas de habitação, em relação ao atual déficit habitacional brasileiro, evidencia as contradições existentes na condução política do problema de moradia no país. Os bilhões de reais em subsídios públicos direcionados ao Programa MCMV não impactaram de fato a segregação urbana nas principais cidades brasileiras. Tanto é que, a grande profusão de ocupações urbanas se concentraram nas duas últimas décadas, quando houve intensa produção de unidades habitacionais estimulada pelo governo federal em conjunto com os municípios brasileiros (MATTOS, 2018, p. 89).

Ao lançar esse breve olhar panorâmico sobre o desenvolvimento das políticas habitacionais no Brasil é possível concluir que, de forma estrutural, a restrição sistemática ao acesso à terra constitui-se como um fator central na manutenção da desigualdade também no campo dos direitos, na dependência econômica e na consolidação de relações autoritárias entre o Estado e Movimentos Sociais (BASTOS, 2017; HOLSTON, 2013 e PAULA, 2012). Uma vez que tais desigualdades nascem justamente da falta de políticas de Estado que deem conta de superar essa permanente desigualdade (MATTOS, 2018), cabe agora passar a uma discussão mais detida sobre a forma como atuam e o papel que exercem as Ocupações Urbanas, enquanto prática política e fazer-cidade, no acesso a direitos historicamente negados.

### As Ocupações Urbanas Nesse Contexto.

Antes de seguir adiante, parece importante definir alguns conceitos chaves e suas diferenças. A primeira distinção fundamental é entre invadir e ocupar. Para os movimentos sociais de luta por moradia a primeira categoria se refere a um ato “ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando não só a lei, mas até as regras tácitas de convívio humano”, enquanto que a segunda diz respeito a “dar utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso, que não cumpre a sua função social” (LOURENÇO, 2014, P.31). Ainda que no desenvolvimento da ação de Ocupar determinado local possa se desencadear algum tipo de hostilidade, a perspectiva mobilizada por esses movimentos é a de que:

a maior violência não está no processo de ocupação por um grupo de famílias sem casa, mas no próprio fato de existirem nas cidades terrenos que cumprem apenas funções especulativas privadas, impondo a toda a sociedade o ônus de manter uma estrutura urbana ociosa, fomentando o alto preço do solo e impedindo que sejam ofertadas moradias para a população de menor renda (LOURENÇO, 2014, p. 32).

Outra importante distinção é entre as noções de Ocupação Organizada e Ocupação Espontânea. As últimas costumam ser frutos de processos sem um planejamento prévio de todo o grupo (podendo, por exemplo, ser Ocupada paulatinamente por unidades familiares em separado, não tendo um momento específico para a tomada coletiva da propriedade, se não gradual) e não contam com a presença ou a direção de Movimentos Sociais. Já as primeiras, são precedidas de largos períodos de reuniões e planejamento, têm uma base social previamente construída, as famílias passam por diferentes etapas de formação antes de Ocupar e, muitas vezes, a ação mesma de tomada do espaço se dá de forma coletiva e simultânea, constituindo uma comunidade de centenas de famílias em poucas horas (MATTOS, 2018; BASTOS *et al.* 2017; LOURENÇO, 2014). Assim, as Ocupações Organizadas nascem já como o centro de uma articulação política complexa entre movimentos, futuros moradores e distintos setores sociais (BASTOS *et al.*, 2017).

Cabe aqui também um esclarecimento. Apesar de o adjetivo “organizada” poder ter variadas e diferentes acepções, a forma como é utilizado pelos movimentos no contexto das Ocupações tem um sentido específico. Nesse ponto, parece importante identificar uma diferença do modo como Mayara Mattos (2018). Ao qualificar uma ocupação como “organizada” não se

está referindo a uma característica da comunidade, seu modo de viver ou de partilhar. Menos ainda à capacidade de compreender e dividir as demandas de diferentes escalas que uma Ocupação pode apresentar. O termo, ao contrário, aparece como algo que aponta a relação política de tal ou qual Ocupação com uma organização previamente existente, seja um partido ou um Movimento Social. Assim, quando um militante ou entidade diz que uma Ocupação é organizada, ele está expandido uma categoria já antes aplicada a pessoas/indivíduos (“fulano é organizado em tal força política”) para uma comunidade. A exemplo: a Ocupação Eliana Silva é organizada pois está organicamente ligada ao MLB.

No caso do presente trabalho, interessa, especialmente, as ocupações organizadas. Comunidades e processos que:

inscrevem-se nas tradições de luta pela terra urbana no Brasil, mas são dotadas de características peculiares. Entre os aspectos que as distinguem está uma conjugação de diversos agentes. Famílias em luta pela terra e/ou pela moradia, movimentos sociais e políticos organizados, tanto antigos como novos, e, por outro lado, agentes políticos ligados a instituições consolidadas – Igreja Católica, esferas do Estado (administração pública e poder judiciário, por ex.), educação pública superior (alunos e professores universitários) (BASTOS *et al.*, 2017, p. 256).

Nesse sentido, poderíamos dizer que essa rede de agentes e instituições que se articulam ao redor das Ocupações organizadas formariam o que Partha Chatterjee (2004) chama de “Sociedade Política”, ou seja, uma rede de relações que ultrapassa categorias clássicas de Estado e Sociedade.

Comunidades que, muito além de estarem descoladas das agências estatais e da cidade formal numa relação centro-periferia em que a periferia se encontra aquém e além desse centro, atravessam e são atravessadas pelas instâncias formais. Em uma reflexão acerca do Estado e suas margens Das e Poole deslocam os limites compreendidos nessa relação dual, pensando as margens como partes constitutivas do Estado (ALMEIDA, BEMFICA & BAHURY, 2018). Para as autoras,

As questões em jogo nesses lugares se formam através das experiências locais, ainda que caiba deixar claro que esses espaços e o Estado não são binários opostos. Ainda que estejam encerrados sob relações desiguais, estão entrelaçados um ao outro (DAS & POOLE, 2008, p. 25).

Ainda que as leis e os tratados de que o Brasil é signatário digam algo distinto, ao fim de

quase um século de políticas habitacionais e do desenvolvimento de lutas por mais direitos, o problema da moradia digna continua muito presente. E é bom lembrar, como importantes autoras e autores que discutem a questão já deixaram claro, que quando falamos em ter um lar em um país com uma realidade social tão complexa como o Brasil, não falamos apenas de um teto, mas sim de um ponto de partida para o acesso a um conjunto de direitos básicos e, fundamentalmente, ao Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2001; MOTTA, 2010; BASTOS *et al.*, 2017).

Desse modo, não ter uma moradia digna implica em estar apartado de uma “cidade formal” e, conseqüentemente, do mercado de trabalho e de políticas públicas essenciais como a saúde e a educação. Para David Sánchez Rubio, “já é comum e natural aceitar a dimensão diferente entre a teoria e a prática dos direitos humanos” (2015, p. 13) [Tradução minha]<sup>6</sup> isso pois:

Nos movemos em uma bipolaridade que nos permite respeitar e reconhecer direitos em alguns casos e, portanto, presumir alegremente que somos um exemplo de universalidade, civilização, progresso e esperança para a humanidade e, ao mesmo tempo, justificar o não cumprimento de direitos em outros casos ou, inclusive, ignoram e ignoram a existência de outros direitos quando afetam certos grupos que são dispensáveis por razões de estado, segurança, força maior, por razões sexuais ou por critérios de desenvolvimento ou competitividade estabelecidos pelo sistema econômico e mercantil próprio de nossas empresas capitalistas (SÁNCHEZ RUBIO, 2015, p. 14) [Tradução minha]<sup>7</sup>.

Ainda nesse sentido, Guilherme Boulos (2014) chama a atenção para o fato de que a legislação e, mais que ela mesma, seu cumprimento e regulação se dão de acordo com os interesses das redes e estruturas de poder em jogo. Desse modo, é importante superar a falsa dicotomia e ter em conta que nem sempre legalidade implica em legitimidade ou, ao contrário, a

---

<sup>6</sup> No original: “Ya es común y natural aceptar la dimensión diferente entre la teoría y la práctica de los derechos humanos”.

<sup>7</sup> No original: “Nos movemos en una bipolaridad que nos permite respetar y reconocer los derechos en algunos casos y, por ello, presumir alegremente que somos ejemplo de universalidad, de civilización, de progreso y de esperanza para la humanidad y, simultáneamente justificar el incumplimiento de los derechos en otros casos o, incluso, ignorar y desconocer la existencia de otros derechos cuando afectan a determinados colectivos que son prescindibles por razones de estado, de seguridad, de fuerza mayor, por motivos sexuales o por criterios de desarrollo o de competitividad establecidos por el sistema económico y mercantil propio de nuestras sociedades capitalistas”.

ilegalidade implicaria em ilegitimidade. Ou seja, em resposta ao déficit histórico e estrutural que aparta milhões de famílias pobres de um conjunto de direitos fundamentais, a Ocupação de terras e propriedades que não cumprem sua função social aparece, não como um crime, mas um gesto legítimo e o exercício de um direito. Assim, se consolidam como uma forma ativa da produção do espaço das cidades que se expandem, urbanizam e se consolidam no Brasil.

A perspectiva lefebvriana destaca o papel fundamental do espaço ao pensarmos a cidade e as diferentes formas de reprodução e produção. Para o teórico francês, o processo de produção do espaço “está intimamente ligada à reprodução do modo de produção capitalista, englobando os níveis da reprodução bio-fisiológica familiar, da reprodução da força de trabalho e da reprodução ampliada das relações sociais de produção” (BASTOS, 2017, p. 254). Partindo deste ponto de vista,

um dos fenômenos mais disruptivos na metrópole brasileira nos últimos anos tem sido a explosão de ocupações urbanas – sob os mais variados modos de organização –, processo que se vincula a um contexto vicioso em que se combinam crescimento econômico, ampliação da renda e do crédito, expansão do mercado imobiliário, aumento vertiginoso do preço do solo e políticas ditas habitacionais que privilegiam mais os capitais imobiliários do que as necessidades de moradia dos pobres urbanos (BASTOS *et al.* 2017, p. 252).

Desse modo, como destaca Mayara Mattos (2017), em um cenário político e econômico que aponta para um estreitamento da relação entre Estado e capital, privilegiando o modo empresarial de gestão dos territórios e desinteressado em combater as desigualdades históricas e estruturais que fundam e atravessam as cidades, os “movimentos de ocupação urbana têm demonstrado ser fundamentais por colocarem na pauta política um outro modelo de fazer-cidade” (MATTOS, 2017, p. 90). Para a pesquisadora,

São as contra-demandas políticas formuladas pelos(as) moradores(as) das ocupações que colocam em xeque os imperativos dessa governabilidade, os mecanismos e cálculos do poder estatal são confrontados pela emergência de atores políticos que se colocam em cena. Os diversos movimentos sociais tendem a superar esse isolamento imposto, remodelando a cidade de acordo com a perspectiva dos sujeitos urbanos até então excluídos do projeto de construção da cidade. Esse tipo de atuação política nas/das margens propõe uma imagem outra de cidade, contrariando os ideais empreendedoristas (MATTOS, 2017, p. 88).

Entretanto, no campo discursivo hegemônico prevalece uma ideia das ocupações como territórios abandonados e associados à noção de “desordem urbana” (ALMEIDA e BEMFICA, 2018; MAGALHÃES, 2013). Em alguma medida é como se a própria existência desta forma outra de territorialidade expressasse “a impossibilidade de se conceber uma cidade urbanisticamente organizada e racionalmente funcional” (MAGALHÃES, 2013, p. 91). Desde este ponto de vista,

A narrativa elaborada atualmente para justificar a intervenção sobre esses territórios, como já afirmado, o termo “remoção” passaria a ser reincorporado e ressignificado (...) como uma forma de ação estatal que, além de equalizar e equilibrar o espaço urbano considerado em fragmentação, permitiria oferecer melhores condições de vida aos moradores que estivessem habitando áreas classificadas no interior dessa argumentação como impróprias, seja por estarem situadas em “áreas de risco”, de proteção ambiental ou por serem “não urbanizáveis” (MAGALHÃES, 2013, p. 93).

Mas parece importante deixar claro que, de modo geral, desde o senso comum, as Ocupações tendem a ser vistas de um modo negativo pela sociedade. Para Guilherme Boulos (2014), isso se deve mais que nada à lógica individualista e meritocrática que compõe parte importante do imaginário social no contexto capitalista. É dizer, os problemas sociais tendem a ser vistos pelas pessoas; não por suas dimensões estruturais, históricas e coletivas, mas como consequências de decisões individuais. Lourenço (2014) e Bastos (2017) destacam também que Ocupar toca em uma das instituições mais importantes no universo capitalista: a propriedade privada. Em alguma medida,

nada disso deveria surpreender, já que a propriedade privada e a ideologia da casa própria são estruturais na sociedade brasileira e cada vez mais reforçadas pelas políticas habitacionais. Como Holston (2013) notou, num país desigual, onde o acesso à propriedade fundiária foi sempre negado aos pobres, a ascensão pessoal ao status de proprietário, mesmo ilegalmente, é vista pela maioria da população como um passo na direção de se tornar um cidadão pleno, distanciado dos sem-propriedade (BASTOS *et al.* 2017, p. 262).

Assim, mais que como uma forma de contemplar uma demanda restrita do acesso à moradia, parece potente pensá-las como processos que rompem o *modus operandi* clássico do capital, disputando, através da prática política da ação direta, a subjetivação dos sujeitos envolvidos. Se Guilherme Boulos (2014) vai destacar a cooperação e solidariedade como elementos centrais do processo formativo dentro das Ocupações do MTST, Mattos, ao

desenvolver um processo de pesquisa junto aos moradores e moradoras da Vila Pomar do Cafezal (Belo Horizonte, MG) propõe que:

A vivência coletiva numa ocupação organizada, as formas novas de apropriação do território e o engajamento nas decisões e mobilizações necessárias à conquista da moradia fazem das ocupações um espaço de enfrentamento à lógica da Cidade do Capital. E constroem uma referência de organização coletiva e poder popular (MATTOS, 2017, p. 85).

Adotando um caminho muito parecido, ao cabo de quase quatro anos de pesquisa e acompanhamento das Lutas e comunidades organizadas pelo MLB na região do Barreiro (Belo Horizonte, MG) e de outras comunidades da RMBH, as pesquisadoras do Grupo de Estudos Henri Lefebvre, irão sugerir que a “urgência, diversidade e extensão dos problemas vividos e sua invisibilidade para o mercado e para o Estado (...) abrem portas para a colaboração social e o comprometimento político” (BASTOS *et al.* 2017, p. 260). O que coloca, a despeito da vontade das políticas oficiais, o modo de produção territorial desenvolvido dentro das ocupações organizadas como lugar privilegiado de exercício de uma forma outra de cidade.

### **A luta das Ocupações Urbanas e a Guerra dos Lugares hoje.**

Após um longo período de governos voltados à conciliação de classes que conseguiu, ainda que dentro de seus limites, garantir o acesso a importantes direitos sociais e à renda - incluindo pelo consumo e possibilitando alguma mobilidade social entre faixas econômicas (e não entre classes sociais) -, hoje, com a derrubada do projeto petista como consequência do Golpe de Estado que se desenvolve e aprofunda ao longo dos últimos anos no país, assistimos à agudização de problemas estruturais históricos. Lançando um breve olhar sobre os números de alguns dos principais indicadores sociais relacionados à questão da habitação, o quadro fica bastante claro: a taxa de desemprego no Brasil acaba de chegar a quase 13,6%, maior número desde a chegada de Lula ao poder, alcançando, segundo dados do IBGE divulgados pela Agência Brasil (EBC)<sup>8</sup>, quase 28 milhões de homens e mulheres; já pesquisa feita pela Fundação Getúlio

---

<sup>8</sup>AGÊNCIA BRASIL. IBGE: total de desempregados cresce e atinge 14,2 milhões. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes>. Acesso em: 13 de Março de 2020.

Vargas publicada no caderno Valor Econômico<sup>9</sup>, apontam para o crescimento do déficit habitacional de 2014 para cá, atingindo já 7,7 Milhões de famílias (algo próximo à 30 milhões de brasileiras e brasileiros), sendo a precariedade da habitação e o alto impacto dos aluguéis na economia familiar como os dois componentes que maior alta registraram.

O crescimento da especulação imobiliária agudiza ainda mais a questão habitacional nas cidades. Para o MLB, “a falta de moradia alimenta a especulação e os dois juntos expulsam os pobres para a chamada ‘periferia da periferia’. Ou seja, a especulação se alimenta da miséria dos trabalhadores” (MLB, 2014:10-11). No mesmo sentido, Raquel Rolnik (2015) aponta uma mudança na forma como o capital atua sobre as cidades e agrava os conflitos urbanos. Para a pesquisadora, professora e ex-relatora da ONU, no Brasil - como em grande parte do mundo hoje - ao operar uma mudança na forma como as políticas habitacionais e os grandes projetos são pensados, o próprio Estado passa a impulsionar a financeirização das cidades. Em entrevista recente concedida ao jornal Brasil de Fato a autora explica sua perspectiva:

A mudança de paradigma é que a moradia se transformou em um setor econômico, mais do que numa política social. Passa-se a enxergar o setor da produção residencial como uma das novas fronteiras de expansão do capital financeiro (...) A moradia se transforma em sinônimo de mercadoria e de ativo financeiro, deixando de ser algo historicamente definido como política social, numa perspectiva de universalização, assim como ocorre com a educação e com a saúde<sup>10</sup>.

Estando assim a moradia, os bairros e as próprias cidades submetidas à lógica do capital financeiro e da especulação.

Consoantes com essa perspectiva, muitos dos trabalhos que hoje olham para os despejos e remoções nas grandes cidades relacionam e justificam esses eventos diretamente com o avanço do capital sobre as cidades. O Observatório das Remoções, por exemplo, faz um importante trabalho ao cruzar eixos urbanos em especulação, grandes projetos e os casos de remoção, evidenciando uma correlação entre grandes obras/eventos e projetos de

---

<sup>9</sup> VALOR ECONÔMICO. Déficit de Moradia no País já chega a 7,7 Milhões. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/05/03/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-a-77-milhoes.ghtml>. Acesso em: 13 de Março de 2020.

<sup>10</sup> BRASIL DE FATO. "Moradia se tornou sinônimo de mercadoria", diz a ex-relatora da ONU Raquel Rolnik. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/moradia-se-tornou-sinonimo-de-mercadoria-diz-a-ex-relatora-da-onu-raquel-rolnik>. Acesso em: 13 de Março de 2020.

revitalização/gentrificação, com a retirada de famílias pobres destas zonas. Para Victor Iacovini, a relação direta entre a produção do espaço urbano e a reprodução do capital transforma despejos e reassentamentos forçados em “mecanismos geográficos de adequação do espaço às necessidades de reprodução do capital – ensejam não somente uma acumulação por ‘espoliação’, mas também por ‘exploração’ dos bens patrimoniais (terra e/ou edificações) de comunidades pela expropriação” (IACOVINI, 2017:8). Emergem então, como resultado da profunda contradição entre o avanço do capital financeiro e o aprofundamento das desigualdades sociais, as batalhas de uma “guerra dos lugares” (ROLNIK, 2015):

um movimento de resistência contra a lógica do mercado, mas como toda guerra, é marcada pelo confronto e pela violência. A gestão militarizada dos conflitos é uma realidade em todos assentamentos informais dispostos à margem das cidades, o que demonstra mais uma vez que os problemas urbanos ainda são encarados como “questão de polícia” (MATOS, 2018, p. 94).

Nesse cenário, os Movimentos Sociais surgem como alternativa para a canalização das lutas, uma vez que a organização aparece como lugar de acúmulo de experiências, distribuição de tarefas e articulação política com outros setores da sociedade. Em suma, um lugar privilegiado para o acúmulo de forças e capaz de disputar no campo político mais amplo a solução, não apenas para a moradia de uma ou cem famílias, mas vias concretas de superação das desigualdades. Como propõe Patrícia Birmam:

é sabido que o direito de propriedade não é facilmente posto em questão pelo Estado e que, historicamente, ele prevalece sobre o direito de posse ou do dispositivo constitucional “concessão por uso especial”. No entanto, é importante considerar que, constitucional e legalmente, o direito à propriedade é submetido a limites e a expectativas que dizem respeito ao seu “uso social”. A não aplicação desses limites, isto é, os abusos cometidos em nome do direito à propriedade, tornada pública pelo movimento da ocupação, transformou, bem ou mal, um ato considerado “ilegal” em um evento político (BIRMAN, 2015, p. 171).

Se o ato de ocupar em si, ou seja, a tomada do imóvel, e sua concepção são frutos de uma ação coordenada orientada politicamente e que produz em lugares e momentos diferentes práticas e discursos em distintos níveis, ficando evidente sua importância e potência enquanto mecanismo de disputa ideológica, o cotidiano interno das ocupações também está marcado por

uma forma contra-hegemônica de organização. No seguinte trecho da tese do 4º congresso do MLB ficam em evidencia algumas de suas pretensões:

As ocupações do MLB devem ser espaços reais de poder popular. Nelas, todos os assuntos relativos à vida comunitária devem ser tratados e resolvidos coletivamente, em assembleias, cabendo aos coordenadores do movimento incentivar a participação de todos os ocupantes. Além disso, é preciso difundir e praticar os valores de solidariedade, companheirismo, socialismo, divulgar e ler coletivamente o jornal A Verdade e os documentos do MLB. (...) Logo, realizando mais e melhores ocupações, podemos desenvolver rapidamente a consciência de classe dos trabalhadores, mostrar-lhes o verdadeiro caráter dos governos a serviço dos ricos, a força da unidade e da organização, a importância da luta por seus direitos e avançar na construção da reforma urbana que queremos (MLB, 2014, p. 17).

Naturalmente que, assim como o próprio estado guarda contradições e limites, não sendo de nenhum modo um todo homogêneo capaz de garantir a todos os lugares e todas as pessoas as mesmas condições, seria equivocado pensar que qualquer movimento social consegue garantir plenamente aplicação daquilo que considera ideal.

Dessa forma, ao refletirmos sobre as diferentes maneiras como as ocupações urbanas aparecem, tanto tendo com referência o quadro geral da política habitacional no Brasil, como as disputas nos níveis sociais e da constituição de valores e sujeitos, parece possível relacioná-las com a noção de “ideia-força” proposta por Christine Chaves (2012). Afinal, quando uma terra devoluta ou edifício abandonado é ocupado por famílias em Luta, sobretudo quando organizadas por um Movimento Social com pretensões políticas para além da consolidação daquela comunidade em si, o que está em jogo é uma forma outra de territorialização que propõe, paralela à demanda do Direito à Moradia, modos outros de construção, compartilhamento e reprodução da vida.

### **Considerações Finais**

Ao longo das páginas anteriores espera-se ter dado conta de mostrar, que diante de cidades produzidas de forma profundamente excludentes, o imbricamento histórico entre capital financeiro, mercado e Estado no desenvolvimento de políticas habitacionais não apenas insuficientes no ponto de vista de sua eficácia como, muitas vezes, terminaram, elas mesmas, operando ainda mais exclusões. Em diferentes momentos ao longo de quase um século de

políticas públicas, programas de higienização, ordenamento e a constituição de vetores de especulação imobiliária contribuíram para a periferização das populações mais pobres e segregação no acesso a direitos humanos e sociais básicos.

Quando, mesmo diante de um suposto avanço jurídico e institucional - como a reforma constitucional de 1988 e a promulgação do Estatuto das Cidades<sup>11</sup> (2001) - nos deparamos com “cidades reais cada vez mais excludentes” (LOURENÇO, 2014, p. 30), os movimentos sociais de luta por moradia passam a se consolidar, não apenas como motores para o desenvolvimento de políticas habitacionais específicas, mas também na implementação de serviços e direitos básicos, e daquilo que Henri Lefebvre convencionou chamar de “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2011). Michel Agier e David Harvey, quanto à ideia de “direito à cidade” afirmam que essa ideia deve estar fundamentada em uma ampliação semântica, à medida que

o “direito à cidade” aponta no fundo para “alguma coisa que já não existe”; é um “significante vazio”, ele escreve “tudo depende de quem lhe conferirá sentido” (Harvey 2011:42). Como em eco, podemos observar que os atores dos movimentos sociais desta última década, que reclamam o “direito à cidade”, não leram necessariamente a obra de Henry Lefebvre... mas fizeram deste apelo um horizonte de sua ação em meio urbano e transformando o urbano (AGIER, 2015, p. 485).

As ocupações urbanas, como ações políticas complexas, além de colocarem em xeque noções como a de propriedade privada e questionarem a capacidade do Estado em promover políticas efetivas de moradia, “se inserem numa dinâmica política e social de questionamento das instituições do Estado” (LOURENÇO, p. 22). Assim, a medida em que são gestos “direcionados para edificar uma comunidade de interesses que afrontaria, pela desobediência às políticas do Estado, a recusa deste a lhes dar acesso aos direitos reclamados” (BIRMAN, 2015, p. 166-167), o ato de ocupar pode ser pensado como uma ideia-força que, ao transgredir a ordem hegemônica, evidencia os valores e significados que estão em jogo na estrutura desta ordem (ALMEIDA e BEMFICA, 2018; CHAVES, 2002; PINA CABRAL, 2000). Parecendo, então, possível pensar a luta pela moradia através da ação direta como, além de uma forma legítima de pressão e conquista de direitos sociais fundamentais, processos que configuram focos de resistência frente ao avanço

---

<sup>11</sup> Que, além de prever a participação de amplos setores da sociedade na gestão das cidades, regulamenta as políticas urbanas e habitacionais e oferece base jurídica para a noção de função social da propriedade (LOURENÇO, 2014, p. 24).

neoliberal sobre as cidades (MARCOS, 1998).

### Referências bibliográficas

A CIDADE É UMA SÓ. Direção de Adirley Queiroz. Ceilândia: Adirley Queiroz e André Cavalheira, 2013 (72min).

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: total de desempregados cresce e atinge 14,2 milhões.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes>. Acesso em: 13 de Março de 2020.

AGIER, Michel. **Encontros Etnográficos: interação, contexto, comparação.** São Paulo: Editora UNESP, 2015a

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro.** *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015b.

ALMEIDA, M.; BAHURY, Luisa; BEMFICA, A. **Cerco Militar e despejo da ocupação Eliana Silva: Uma aproximação etnográfica.** Belo Horizonte, Revista 3 pontos, v.14.1, 2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** São Paulo: L&PM, 1999.

BASTOS, Camila Diniz. et. al. **Entre o Espaço Abstrato e o Espaço Diferencial: Ocupações Urbanas em Belo Horizonte.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais* (online), Recife, v.19, p.251-266, 2017. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5362>> . Último acesso em: 05 jul. 2018.

BEDÊ, M. C. **Trajetória da formulação e implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular – 1993/1996.** 2005. 302 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-6YGLGE>> . Acesso em: 4 abr. 2017.

BEMFICA, Aiano; ALMEIDA, Matheus. **Ocupação Urbana e Despejo: entre o ritual popular e o estatal.** Ponto Urbe [Online], 23 | 2018, posto online no dia 28 dezembro 2018, consultado em 13 junho 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/5686> ; DOI : 10.4000/pontourbe.5686

BIRMAN, Patricia. **Feitiçarias, territórios e resistências marginais.** *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 321-348, 2009.

BIRMAN, Patrícia. et al (org.). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências.** Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BITTENCOURT, R. R. **Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15).** 2016, 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BOULOS, Guilherme; DA SILVA, Claudio Rodrigues. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto.** *Revista ORG & DEMO*, Marília, v. 15, n.1, 2014. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/orgdemo/issue/view/280/showToc>>.

Último acesso em 05 jul. 2018.

BOULOS, Guilherme; ROCHA, Josué; DAS DORES, Maria. **O que quer o MTST**. Folha de São Paulo, 2014.

BRASIL DE FATO. "Moradia se tornou sinônimo de mercadoria", diz a ex-relatora da ONU Raquel Rolnik. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/moradia-se-tornou-sinonimo-de-mercadoria-diz-a-ex-relatora-da-onu-raquel-rolnik>. Acesso em: 13 de Março de 2020.

CHAVES, Christine. **A Marcha Nacional dos Sem-terra: estudo de um ritual político**. In: PEIRANO, Mariza. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador: EdUFBA, 2004

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El Estado y sus márgenes**. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Madrid, núm. 8, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2962303>>. Último acesso em 05 jul. 2018.

GIUMBELLI, Emerson. **O Cristo Pichado. Sacralidade e Transgressão de um Monumento Urbano**. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, São Paulo, n. 12, p.2-14, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106607>>. Último acesso em 05 jul. 2018.

HARVEY, David. **Neoliberalismo – História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: HARVEY, David. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 27-34.

HOJE EM DIA. Venda de terrenos suspeita de lesar Estado em R\$ 42 milhões. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/venda-de-terrenos-suspeita-de-lesar-estado-em-r-42-milh%C3%B5es-1.462745>. Acesso em: 13 de Março de 2020.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

IACOVINI, Victor. **Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa, Fortaleza/CE)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade Ocupada**. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte.

MAGALHÃES, Felipe; TONUCCI FILHO, João.; SILVA, Harvey. **Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH**. In: MENDONÇA, Jupira.; COSTA,

Heloísa. Soares. (Org.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 17-40. 2013

MARCOS, Subcomandante. La IV Guerra Mundial ha comenzado. Báez, René, La disidencia en Disneylandia, Quito, *Eskéletra Editorial* Facultad de Economía PUCE, p. 142-165, 1998.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: HARVEY, David. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MATTOS, Mayara Ferreira. **O risco nas/das margens: a ocupação Pomar do Cafezal no discurso da governabilidade**. Dissertação Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

MLB. **Morar Dignamente é um Direito Humano: as propostas do MLb para a Reforma Urbana**. *Tese do 4o Congresso Nacional do MLB*. 2014. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/ab3c6b\\_1bfe13eef6cc46ca820c8dc9b51e397f.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/ab3c6b_1bfe13eef6cc46ca820c8dc9b51e397f.pdf)> Último acesso em: 04 jun. 2018

Patrice Melé. **¿Que producen los conflictos urbanos?** In: CARRION, Francisco; ERAZO, Jaime. *El derecho a la ciudad en América Latina, Visiones desde la política*. México: PUEC-UNAM, International development research center, IDRC/CRDI, pp.127-157, 2016

MORADO NASCIMENTO, D (Org.). **Saberes [auto] construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016. \_\_\_\_\_; LIBÂNIO, C. (Org.). *Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>>. Último acesso em 05 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Da construção da nova capital mineira ao atual modelo de gestão de vilas e favelas: notas sobre um estudo de caso do Programa Vila Viva**. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.13, n. 19, 2o sem. 2012

MÜLLER, Cristiano. **Possibilidades de Empoderamento: da luta contra os despejos a partir da teoria crítica dos direitos humanos**. In: MÜLLER, Cristiano; AZEVEDO, Karla F. (org.) *Os conflitos fundiários urbanos no Brasil: estratégias de luta contra os despejos e empoderamentos a partir da teoria crítica dos direitos humanos*. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2014

OLIVEIRA, Ricardo Alexandre Pereira de. **Carroça Livre: uma etnografia com os carroceiros e cavalos da vila São Tomás e adjacências**. Dissertação (mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

PAULA, J. A. **O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história**. Em: *História Econômica & História de Empresas*, v. 5, n. 1, p. 7-39, 2002. 2012

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PINA CABRAL, João de. **A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições.** *Análise Social*, Lisboa, v.34, n. 153, pp. 865-892, 2000. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/41011401?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/41011401?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Último acesso em 05 jul. 2018.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ RUBIO, David. **Crítica a una cultura estática y anestesiada de derechos humanos. Por una recuperación de las dimensiones constituyentes de la lucha por los derecho.** *Revista Culturas Jurídicas*, Niterói, v.4, n.7, 2015.

VALENÇA, M. M. **Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira.** In: *Direito à moradia adequada: O que é, para quem serve, como defender e efetivar.* Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, pp. 341–354.

VALOR ECONÔMICO. **Déficit de Moradia no País já chega a 7,7 Milhões.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/05/03/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-a-77-milhoes.ghtml>. Acesso em: 13 de Março de 2020.

## Roma: cidade eterna, o caminho dos embaixadores

Rome: eternal city, the way for ambassadors

**Luciano Cesar da Costa**

Doutor em História  
Universidade Federal Fluminense  
lucianocesar\_3@hotmail.com

**Recebido em:** 01/03/2020

**Aprovado em:** 31/03/2020

**Resumo:** O presente artigo versa sobre a importância da cidade de Roma durante o século XVII, não apenas como centro espiritual da Cristandade moderna, mas também como poder temporal em face às diversas disputas de poder que marcam o período. Assim sendo, diversas monarquias e regiões da Europa e de outras partes do mundo enviam missões diplomáticas para Roma, transformando a cidade em um Teatro do Mundo, pois ali duelavam representações políticas dos mais diversos espaços, provando, mais uma vez, a centralidade histórica da cidade.

**Palavras-chaves:** Roma; diplomacia; embaixadas.

**Abstract:** This article deals with the importance of the city of Rome during the 17th century, not only as a spiritual center of modern Christianity, but also as a temporal power in the face of the various power disputes that mark the period. As such, several monarchies and regions in Europe and other parts of the world send diplomatic missions to Rome, transforming the city into a Theater of the World. There, they fought political representations of the most diverse spaces, proving once again the historical centrality of the city.

**Keywords:** Rome; diplomacy; embassies.

Cidade Eterna. O apelido já deixa evidente o prestígio de Roma, quando na Antiguidade os coetâneos falavam que mesmo após a destruição da cidade, ela iria permanecer. A cidade era um dos principais centros da Antiguidade ocidental e concentrou grandes eventos históricos. Alguns conceitos políticos básicos têm grande inspiração na política romana e são usados como exemplo ainda hoje. Talvez os termos mais notórios sejam “ditadura” ou “república” (BOBBIO, 1998, p. 368/1107). Exemplo disso é a política do “pão e circo”, expressão criada pelo satirista Juvenal (50-130 a.C.), a qual ganhou grande notoriedade ao tratar da política de distribuição de pão por parte do governo imperial. Ao alimentar o povo, mantinha-se este sobre controle (FUNARI, 2002, p.113). Igualmente famosas, temos as obras públicas romanas como as fontes ou o grande Coliseu. Note-se que mais do que o esplendor de Roma, tais obras mostravam a importância dos

escravos que construíram tais monumentos. Mary Bears, importante estudiosa inglesa, tece diversas considerações sobre essas grandes construções Romanas. (BEARS, 2017)

Roma se tornou famosa por suas grandes obras ou sua política do pão e circo, mas sua fama se manteria em outros períodos históricos (VEYNE, 2015). Assim, o foco do presente artigo é mostrar como Roma, na segunda metade do século XVII, permanecia como Centro no jogo de forças entre as diversas potências modernas, ou seja, França, Espanha, Portugal e até mesmo os protestantes Inglaterra e Países Baixos procuravam manter olhos atentos em Roma.

Como sede do Papado e da Santa Sé, era de Roma que saíam as principais decisões teológicas e religiosas, sobretudo depois do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>1</sup>. Apesar de sua importância político-religiosa, a ênfase do presente trabalho está mais em perceber os elementos temporais da cidade de Roma, principalmente nas diversas formas como o Papa atuava, não como líder da cristandade, mas como chefe de Estado. A arte de governar não excluía naturalmente o Pontífice, ainda que suas decisões políticas tivessem de ser pautadas numa diversidade de pormenores, incluindo naturalmente a fé cristã e os cerimoniais que envolviam a religião. A historiadora italiana Maria Antonietta Visceglia define a questão nas seguintes palavras:

Roma representa um poder político e pacificador; no espiritual conservou o controle sobre a salvação das almas e devido a sua posição central, foi meta e destino de peregrinos e embaixadores. Nesse sentido, os ritos constituíram um extraordinário recurso – sobretudo depois do cisma protestante – para o relançar político e religioso do Papado, que soube aproveitar as oportunidades oferecidas pelo esplêndido passado e brilhante presente cultural de uma cidade capaz de albergar e promover um sistema cerimonial que, com o tempo, se converteria em referente obrigatório por toda Europa. (VISCEGLIA, 2010, p. 11)

Dentro dessa lógica, Roma também era parte indispensável para o equilíbrio de poderes que se desenhava na Europa do século XVII, em especial durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) seja como poder temporal e mediadora de conflitos. Como sabemos, a Guerra dos Trinta Anos foi um dos conflitos europeus mais decisivos, pois marcou uma disputa de poder entre as pretensões imperiais da Casa de Habsburgo que comandava a Espanha, mas também o Sacro Império contra as pretensões francesas que sob o comando do Cardeal Richelieu também adotava uma política externa. A estes conflitos somamos as guerras de religião entre protestantes e católicos. Assim, se desenhava um sistema de equilíbrio de poderes entre a Espanha Habsburgo e a França, cada uma delas incapaz de impor uma derrota definitiva ao seu inimigo. No cerne da questão estava o Papa. Essa realidade temporal, também se misturava com o poder espiritual

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o Concílio de Trento reforçou mais uma vez a infalibilidade papal. Cf. JEDIN, Hubert. História del Concilio de Trento. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1972.

dentro da manutenção de uma política universalista, que pretendia conduzir a Europa rumo uma política cristã única.

Na busca da identificação desse papel, o livro *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)* (SIGNOROTTO; VISCEGLIA, 2005) foi extremamente importante. Os autores defendem a ideia que os Tratados de Westfália (1648) – que deu fim a Guerra dos Trinta Anos – e o dos Pirineus (1658) – que cessou a hostilidade entre França e Espanha – teriam enfraquecido a Igreja de Roma, uma vez que as monarquias teriam dispensado o arbítrio papal na solução definitiva da guerra. Contudo, o mesmo autor destaca que essa ideia da perda de centralidade do papado é uma leitura bastante simplória de uma situação mais complexa, para melhor entender esse sistema de equilíbrio de forças, valem também as observações de Henry Kissinger (KISSINGER, 2015)<sup>2</sup>. O equilíbrio geral de forças na segunda metade do século XVII não pode ser examinado apenas evidenciando aquelas potências<sup>3</sup> que se enfraqueciam e aquelas que ascendiam, isso porque o que se verificava era um sistema de equilíbrio de poderes, contra-hegemônico. Assim, França e Espanha, as grandes potências do momento, procuravam impedir as pretensões hegemônicas uma da outra, e a Santa Sé mantinha assim seu papel de arbítrio do mundo.

Outro aspecto essencial para melhor entender a centralidade de Roma na primeira metade do século XVII é o seu crescimento cerimonial e sua importância dentro do catolicismo em lógica com as mudanças propostas da Contrarreforma. A necessidade de uma resposta à Reforma Protestante fez com que a Igreja Católica adotasse uma postura cada mais nítida sobre seus rituais, dogmas e liturgias. Tal mudança foi especialmente percebida nos períodos das cortes dos papas Paulo V e Clemente VIII, quando Roma retomou seu vigor, defendendo mais uma vez a liturgia e os sacramentos frente a expansão protestante.

Dessa forma, como apontam os autores, fica evidente que Roma não apenas era centro espiritual do mundo católico, mas também um centro político importante que atraía as mais diversas potências da Europa para dentro de um complexo jogo cerimonial. Isso porque as diversas potências enviavam embaixadores para sugerir, solicitar e até mesmo controlar as decisões papais. Assim, perceber a atuação dos embaixadores, ou a posição ocupada por um determinado

---

<sup>2</sup> Veja-se que nesse caso a obra rompe com a posição de um dos compêndios mais tradicionais sobre a história das relações internacionais, a saber a obra de Henry Kissinger que defende a ideia que a paz de Westfália teria rompido com a centralidade do papado. Cf. Henry Kissinger. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

<sup>3</sup> Para evitar anacronismos e imprecisões usamos o termo “potências” para definir os diversos centros de poder do período. Termos como Estado, Nação ou País seriam imprecisos para definir as relações de poder em meados do século XVII. Cf. Manuel Rivero Rodríguez. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Cristiandad al sistema europeo 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

embaixador em um cerimonial romano não eram meras formalidades, mas manifestações de um “Teatro do Mundo”, no qual cada uma das potências procurava um local de maior destaque e reconhecimento. Durante a época moderna, as cerimônias não cumpriam apenas uma função decorativa ou fática, elas procuravam representar a realidade. Assim, havia um verdadeiro jogo cerimonial, no qual a potência que controlasse a cerimônia, controlava sua posição social. O Papa, ciente dessa realidade, não deixou de manobrar esses cerimoniais romanos, ora prestigiando, ora desqualificando um embaixador. Logo, estudar as embaixadas é um dos caminhos para melhor compreender a cidade de Roma ao longo do século XVII. Importante reforçar que, quando falamos de embaixadas durante a época moderna, nos remetemos a percepções bem distintas das quais hoje fazemos sobre as mesmas. Durante a época moderna, ainda se construía uma rede diplomática e quase sempre os embaixadores eram enviados para missões pontuais com períodos determinados e poucas potências mantinham embaixadas permanentes. A própria comunicação entre o embaixador e seu rei era bastante precária (BLACK, 2010).

Assim, buscando melhor recortar o funcionamento das embaixadas romanas, foram fundamentais os “espelhos de embaixador”, tal como os espelhos de príncipe. Estes livros procuravam instruir seus leitores sobre a melhor forma de atuar, ora como embaixadores, ora como príncipes.<sup>4</sup>

Um desses espelhos de embaixador é uma referência útil e proveitosa: o livro *Relacional de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey de España*. (FAJARDO, 2000). Trata-se de uma descrição elaborada entre 1618 e 1620, que fornece algumas pistas fundamentais sobre a realidade romana. A obra explica diversos detalhes da cidade e de seu funcionamento. Mais ainda, o manual procura descrever quais elementos um embaixador deveria levar em conta ao servir na Santa Sé e, ainda que endereçada aos embaixadores espanhóis que atuavam em Roma, a obra serviu como referência para outros embaixadores.

Note-se que a Relação foi publicada de forma anônima, o que não impediu de formular algumas hipóteses sobre a autoria da obra. Segue-se de perto as ideias de Quintín Aldea - autor do prólogo que acompanha o livro - que considera o espanhol Diogo Saavedra Fajardo o escritor das Relações. Seguindo essa trilha, Aldea percebe que o autor estava em Roma e, pelos personagens citados, fica evidente que a Relação foi escrita entre 1618 e 1620, em parte, por conta dos

---

<sup>4</sup> O “espelho de príncipe” foi um gênero literário que ganhou grande notoriedade com “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel ao longo do século XVI. Trata-se de um manual instrutivo sobre a forma ideal de atuação de um príncipe. Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

comentários feitos sobre os Conclaves em cena. A forte relação com a missão espanhola em Roma também indica que o autor era membro da embaixada. Sendo Fajardo secretário da embaixada, tudo indica que a obra era de sua autoria. Aldea chega a admitir que a obra pode ter sido escrita por muitas mãos, mas, certamente, a maior parte dela foi escrita por Fajardo. Não se sabe se a relação chegou até o Rei, apesar de ter sido entregue a Secretária de Estado em Madri.

O autor nasceu em Murcia no ano de 1584 e sabe-se pouco sobre seus primeiros anos, apesar de ser sabido que, com dezesseis anos de idade, começou a estudar em Salamanca. Acreditava-se que sua primeira carreira foi eclesiástica, chegando bem perto de assumir a posição de cónego da Catedral de Santiago. Acabou atuando no serviço do Cardeal D. Gáspar de Borja, embaixador espanhol em Roma. A ida a Roma forneceria a experiência fundamental do jovem nobre, que ficaria na cidade até 1633. Assim, de 1612 até 1633, o autor vivia em Roma, adquirindo larga experiência nos assuntos romanos. Depois disso, o já então diplomata continuaria a ser enviado por toda Europa em diversas missões. É enviado como embaixador ao Ducado da Baviera (1633), Franco-Condado (1638) e Suíça (1639). Antes disso, em 1635, foi nomeado Conselheiro das Índias, mas apenas entre de 1641-1643, vai até Madrid, confirmando sua nomeação para o Conselho. Nesse mesmo período, alcança o auge de sua carreira, sendo escolhido como plenipotenciário da Espanha no congresso de Münster em Westfália, que deu fim à Guerra de Trinta Anos. Note-se que o cargo de plenipotenciário – embaixador com plenos poderes – marcava a total confiança do rei em sua capacidade diplomática. Isso porque a dificuldade de comunicação entre o rei e o embaixador fazia com que o rei tivesse que, efetivamente, confiar e aceitar as decisões tomadas por seu plenipotenciário, ou seja, esse tipo de embaixador representa o próprio rei naqueles assuntos aos quais foi nomeado. Já de volta a Madrid, como conselheiro e grande homem da monarquia, Fajardo faleceu em 1648.

Vale ressaltar que Fajardo nunca escreveu obras eminentemente diplomáticas, mas como diversos diplomatas letrados do período, escreveu muitos textos, cartas e documentos que permitem melhor compreender a diplomacia moderna (IRIBANE, 1956). Nesse sentido, o texto analisado nas páginas seguintes contém parte da percepção diplomática de Fajardo, sendo fundamental para compreender as embaixadas para Roma e a própria cidade de Roma (FAJARDO, 2000, p. 11).

Ainda consta anexo a primeira edição das Relações um conjunto de documentos inéditos localizados no *Archivo de la Catedral de Santiago*, todos referentes a atuação de Fajardo em Roma. O trecho mais relevante desse conjunto documental reforça a importância que o autor adquiriu em

Roma, cito: “Don Diego Saavedra Fajardo, agente do rei nosso senhor nessa corte de Roma, cujo cargo, como tal agente está a expedição das bulas e dos bispados dos reinos da Espanha e outro que são nominação e apresentação de Sua Majestade.” (FAJARDO, 2000, p. 169). O trecho evidencia que o jovem diplomata Saavedra Fajardo já detinha inúmeros poderes para nomear e confirmar cargos, o que valida ainda mais a importância de escaramuçar sua obra.

Podemos dividir as ideias de Fajardo em três grandes blocos. O primeiro tratando das coisas gerais de Roma, aspectos econômicos e costumes. E um segundo que fala sobre a Corte de Paulo V e individualmente de cada um dos cardeais. E o último, explicando os mecanismos de eleições para o Papado, inclusive o posicionamento das diversas monarquias nesse processo. Ao descrever Roma, é possível perceber um pouco mais sobre a centralidade da cidade, ao passo que os mecanismos de atuação nos conclaves auxiliam a perceber como as disputas internacionais ocorriam sob o teto da Capela Sistina durante os conclaves que escolheriam o novo Papa. Essa última parte reforça a ideia central desse trabalho: a de que dentro do “micro” espaço de Roma era possível perceber as relações internacionais durante a segunda metade do século XVII, ou seja, Roma era o teatro do mundo.

O secretário espanhol começa sua análise falando das dificuldades de se escrever sobre Roma. Para o autor, Roma, desde o tempo de República, guardou grande liberalidade. Todos eram bem-vindos, mas isso permitia também que todos pudessem criticar e julgar livremente a cidade. Justamente essa liberalidade que permitiu encontrar em Roma uma maquete social da época moderna, pois ali os diversos conflitos europeus ocorriam em miniaturas nas ruas de Roma.

Ainda há uma última dificuldade: a corte romana por fora aparenta uma situação, por dentro, porém, se encontra outra realidade. Logo, só é possível conhecer Roma para aqueles que estão dentro da corte. Daí decorre outra questão: mesmo dentro da corte se deve ter grande atenção, pois, em Roma “o trato ordinário se faz hábito de fingir e dissimular, e ainda há quem diga, de mentir.” (FAJARDO, 2000, p. 10), recomendando, assim, que se fale com poucos para que ninguém fique sabendo o que se está fazendo.

As primeiras páginas da obra de Fajardo também abordam a descrição física de Roma. Tais características fundamentais da cidade em algumas situações podem influenciar a política romana. Sendo construída e desconstruída diversas vezes desde a Antiguidade, a cidade é marcada por grande quantidade de ruínas. Coliseu, Anfiteatro, as Termas e as Murallas de Roma. Estes elementos somam-se com outros mais recentes. A Igreja de S. Pedro, S. Juan Laterano, Nuestra Señora del Pilar de Zaragoza. Por fim, as grandes fontes públicas nas praças de Tréveris, Puente

Sixto, Plaza de San Pedro. Concluindo o autor que “se tem por certo que há em Roma mais água nas fontes que no Rio Tíber.” (FAJARDO, 2000, p. 11). A grande quantidade de fontes pode ser explicada pelo grande calor de Roma, que era, segundo o autor, um dos grandes “perigos” da cidade. E daí decorre o uso de coberturas nas ruas em função do calor, inclusive ao falar com o Papa. Mais tarde, veremos como andar coberto ou descoberto poderia alterar o sucesso de uma embaixada (FAJARDO, 2000, p. 11).

Ao analisar a população romana, informa que existe grande quantidade de homens em Roma, sendo a mesma grande e populosa. Reforça que a maioria é composta de italianos, espanhóis e franceses e abaixo deles, alemães, polacos, húngaros e gregos. Há, ademais, muitos judeus que vivem em sua “lei fechada”. Sobre as indumentárias e trajes, marca a falta de regra:

Os trajes desta gente é a seu arbítrio: ou é da sua nação<sup>5</sup> ou o que melhor parece para cada um, sem que nisto haja lei ou pragmática, exceto os judeus que se obrigam a trazer seus sombreios amarelos, e as mulheres, toca amarela. Toda esta gente usa poucas galas e costa em vestir-se, porque não há pragmática que proíba nada. (FAJARDO, 2000, p. 11)

A ausência de uma pragmática sobre as vestimentas não deixa de ser elucidativa, pois muitos poderiam ser os conflitos cerimoniais em decorrência da sua ausência. Em diversos casos, embaixadores e outras autoridades foram confundidas nas ruas de Roma, o que não deixou de gerar conflitos políticos que se estendiam para além de Roma. Trata-se, assim, de mais um exemplo da liberalidade nas ruas de Roma.

Sobre a alimentação, reforça a ideia de que, em Roma, se encontram grandes quantidades de “carnes e pescados”. Quanto à bebida, deixa evidente a boa qualidade do vinho. Sobre as festividades, reforça que existem poucas festas públicas, salvo a Festa de Roma, que é feita em memória de Augusto César no dia 1º de agosto de cada ano. Como veremos em seguida, não foram poucos os casos em que os embaixadores reclamaram da falta de recursos e das dificuldades matérias da cidade e, nesse sentido, discordam das ideias de Saavedra.

Trata, então, dos aspectos financeiros relacionados à administração temporal do Papa. Reforça a ideia que os direitos do Estado da Igreja permitem que esta receba rendas, por exemplo, o Estado de Ferrara, que pertencia à Igreja, fornecia uma parte delas. Fala também de alguns dos gastos principais da Igreja. A manutenção do Castelo de San Angelo, bem como a guarda do

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que o termo “nação” utilizado pelas fontes coetâneas deve ser diferenciado do termo nação, no seu sentido contemporâneo. Cf. Eric Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Castelo. Mas, ainda assim, para Fajardo, esses gastos ainda são menores, se comparados com os gastos feitos pelos “nepotes”, aqueles parentes do Papa que recebiam diversos cargos e pensões. Evidencia-se, nesse caso, a grande oposição que Fajardo faz aos Nepotes, tanto por seus gastos, como pelo grande poder que acumulavam.

A situação financeira da Igreja se agrava ainda mais quando o Papa se envolvia em alguma guerra, pois afinal, a guerra ampliava a cobrança de impostos, aumentando a *panota*, preço do pão nas ruas de Roma. Dessa forma, a saúde financeira do papado e de Roma dependia da moderação nos gastos e nas guerras. Ao que tudo indica, tanto uma como a outra, não eram a tônica do papado.

Do mesmo modo, Fajardo se dedica ao poder temporal do Papa. Esse aspecto é relevante, pois explica claramente quais forças temporais o Papa detinha e sobretudo, quais socorros poderia precisar. Admite, nas primeiras páginas, que a força do Papa está no respeito dos Príncipes Católicos, isso porque Roma é uma cidade fácil de ser tomada. O castelo de San Angelo, por exemplo, pode ser facilmente atacado pelos morros ao redor. Somado a isso, o Papa tinha pouca capacidade de recrutar homens, pois, se Roma era muito populosa, muitos eram forasteiros e estrangeiros e não soldados do Papa. No fundo, a defesa de Roma dependia ou da fé ou da cortesia dos príncipes católicos, como argumenta a obra. Essa realidade militar nos remete a uma questão política mais ampla: o Papa dependia do apoio bélico dos católicos.

Sobre o governo temporal da cidade, chega-se à conclusão de que nele tudo dependia do Papa. Apesar da presença do governador da cidade e dos magistrados, no final, todas as questões se remetiam ao Papa, “porque o Papa é juiz de todas.” [14] Outra parte importante da obra trata sobre a administração da justiça. Para o autor, a velocidade com a qual a justiça é administrada em Roma é a chave para seu bom governo, que frequentemente era considerado como modelar:

Com estes poucos ministros não há em toda Roma delito sem castigo, nem escapa delinquente sem que o prendam. E tudo se despacha com tamanha brevidade que não parece possível ver como se faz. E se há de se dizer a verdade é que há poucos ministros. (FAJARDO, 2000, p. 20)

Nesse sentido, o policiamento era feito por toda variedade de homens, “como é gente baixa, é fazendo a [beliqueria] de seu ofício, a fazem sem processo e dilação.” (FAJARDO, 2000, p. 20). Isso explica a facilidade com que os delitos são punidos em Roma. A descrição da fonte faz parecer, porém, que todas as ruas de Roma eram seguras. Mas, os relatos dos embaixadores sinalizam que a grande variedade de pessoas tornava Roma uma das cidades mais perigosas da época. Como vimos, os confrontos entre os embaixadores nas ruas de Roma frequentemente

descambavam para agressões, assaltos em diversas casas e outras formas de violência. Se a fonte parece exagerar no “policiamento” de Roma, acerta na importância do poder temporal do Papa. Quase todas as notícias que recebemos de conflitos terminam com a decisão papal. Ainda analisando o governo de Roma, Fajardo tece diversos comentários sobre o comércio, compra e venda de produtos. A citação deixa evidente o funcionamento dos procedimentos.

O modo de governo e mantimento é extremado, porque todos vendem de tudo sem postura mas que aquela que a abundância e a esterilidade faz verdade, que de ordinário há abundância e assim correm bons preços. (FAJARDO, 2000, p. 20)

A citação fala por si só: “todos vendem de tudo”. Roma era, assim, um local de vitalidade comercial. Mas a isso se soma a ausência de cotas especiais para qualquer autoridade, como se vê no trecho:

Não há reservado nada para cardeais, papa, nem juizes. Cada um chega e compra ao preço corrente o que é fundamental, e a diferença se fazem nos preços, porque nem o pobre pretende comer o que toca ao senhor e nem o senhor remove ao homem ordinário o que seu gosto e necessidade pede. (FAJARDO, 2000, p. 20)

Portanto, a diminuição dos preços se relaciona com a grande liberdade de venda e compra dos produtos. Porém, a fraude nos “pesos” poderia causar um aumento geral. Dessa forma, a neutralidade romana e seu sistema de impostos continuava a atrair boa parte dos mercadores. Mais uma vez, “todos seguiam para Roma”.

A fragilidade militar romana e a pequena capacidade de recrutar homens do papa tornaram Roma um alvo fácil. Sua força, como explicou Fajardo, estava na fidelidade dos príncipes cristãos. Por outro lado, uma disputa aberta com estes mesmos príncipes era capaz de deixar a Sé em delicada situação.

Pintado esse quadro geral, cabe ressaltar que, entre as potências europeias, era a Espanha a que mais facilmente poderia invadir Roma. Restava, então, desvendar não mais Roma, mas os próprios mecanismos das embaixadas em Roma. Pois, se a obra de Saavedra Fajardo fornece caminhos para os embaixadores em Roma, é preciso entender, também, como essa atuação ocorre na prática, logo, o período conhecido como *Sede Vacante* foi um dos mais importantes.

O período de *Sede Vacante* foi imortalizado recentemente quando Dan Brown escreveu um de seus romances, *Anjos e Demônios* e escolheu como tema central o período de *Sede Vacanté*,

---

<sup>6</sup> *Sede Vacante* é o período em que a morte do Papa deixa a Igreja Católica Romana sem um líder. Temporariamente, as decisões burocráticas ficam a cargo do Carmelengo, secretário do Papa falecido. É durante esse período que o

quando a morte papal deixava a Igreja sem um líder espiritual e abria espaço para eleição de um novo Papa. Sua escolha revela-se, justamente, por considerar um momento repleto de conflitos políticos. Na trama, também adaptada para o cinema, o papa havia sido assassinado. Seus algozes procuravam controlar a escolha do novo papa, sendo, na verdade, o próprio carmelengo o mandante e idealizador da trama e um dos escolhidos para a sucessão papal. Porém, a trama muda de rumo com as descobertas do historiador Robert Langdon, - interpretado por Tom Hanks no cinema – que não apenas a revela, mas é capaz de impedir o plano nefasto. Ora, a Sede Vacante, marca um dos momentos de maior fragilidade da igreja e, tal como a trama ficcional, a mostra também é cheia de disputas sobre a sucessão. Essa também era, sem dúvida, a realidade histórica do século XVII. E, novamente, Saavedra Fajardo fornece inúmeras pistas sobre essa realidade.

Abandonando as tramas ficcionais, a forma mais evidente de controlar um conclave era por meio do colégio de cardeais. Como sabemos, eram os cardeais os responsáveis por escolher o novo papa durante o conclave. Saavedra Fajardo também deixa evidente essa realidade:

E então, é de grande interesse aos reis ter em Roma cardeais de grandes partes, para que, como pessoas que fazem tudo, ajudem e encaminhem suas coisas e só as suas, e não, as de todo mundo (que todo vem a Roma) encaminhando-as a conveniência de seu rei. (FAJARDO, 2000, p. 53)

Fajardo procura analisar, ainda, qual deveria ser a “nação” do papa eleito. Argumenta, inicialmente, que existiram papas bons e maus de todas as nações, claramente, evitando definir sua preferência. Na mesma linha, afirma que os principais braços da Igreja são Espanha e França e que, assim, o papa deveria ser um “meio entre eles.” (FAJARDO, 2000, p. 33). A despeito disso, reafirma que, como muitos dos cardeais são italianos, a maioria dos papas acaba por ser dessa nação.

Nessa esteira, começa a questionar se importa ao rei de Espanha quem seja o papa e se, por sua, caberia ao rei interferir no conclave. Cito:

Não há censura como tem resoluto os teólogos gravíssimos e se usa continuamente e discorre quais sujeitos são melhores e quais se tem por dignos e indignos, quais tem mais verossimilitude e, entre estes, quais estariam bem e quais estariam mal. Admitem assim mesmo as diligencias antes de fechar o conclave fazem os embaixadores, pretendendo cada um com bons meios ganhar os votos e persuadir que não hajam coisas que diretamente estejam mal aos seus senhores. (FAJARDO, 2000, p. 35)

---

Colégio de Cardeais se reúne para escolher o novo Papa. Tal momento marca um dos momentos de maior complexidade no catolicismo romano.

Admite, assim, que os embaixadores podem atuar para influenciar o conclave, mas ressalta, em seguida, que isso deve ser feito por “meios honestos e sem escândalo”. O autor reafirma que o príncipe deve se preocupar com a eleição do papa, pois como “cabeças da igreja”, devem zelar pela saúde de todo o corpo da instituição. Argumenta assim, que a guerra entre qualquer príncipe e o papa seria prejudicial à Cristandade, mas a guerra com a Espanha seria ainda mais grave. Admite que o Papa poderia ampliar os “impostos” e rendas sobre Sicília e Nápoles e que com o apoio de “França, Veneza e Saboia”, poderiam atacar esses territórios, mas isso seria um “grande estrago, não só da Espanha, mas do mundo.”

Os fragmentos anteriores nos permitem perceber dois elementos cruciais. O escritor espanhol não apenas admite, como recomenda a intervenção do rei da Espanha nos ditos conclaves, procurando eleger o cardeal mais favorável aos seus interesses. Em segundo plano, reafirma o tenso equilíbrio entre o papado e a monarquia hispânica, ao admitir que os vice-reinados espanhóis na Itália poderiam ser utilizados para atacar o papado, mas que isso levaria toda a península a um estado de guerra que, no final, prejudicaria todo o “mundo”.

Ainda nesse mesmo trecho, resume os diversos “meios” para garantir o apoio dos cardeais às causas do rei:

Assim, o certo é que a Sua Majestade e a outro qualquer rei ou príncipe é conveniente infinito estar bem com o papa e não o ter por contrário, como também ao papa importa infinito estar bem com o rei. E assim é que nem o rei deve descuidar-se na eleição do papa, nem ter por matéria que não o toca, mas pelo contrário. E aqui convém e se deve advertir que com isto se descuida muito Sua Majestade e os ministros, pois há muitos dias dessa parte não se vê os governadores de Milão, Nápoles e Sicília tenham com os cardeais a correspondência que eles usaram tanto em cortesia como prover ofícios aos seus parentes... Tão pouco de muitos anos a esta parte no se vê Sua Majestade de pensões a cardeais ou soldos a seus parentes para os ter obrigados. (FAJARDO, 2000, p. 37)

Das muitas passagens das Relações escritas por Fajardo, talvez esta seja a que permite perceber mais características da atuação espanhola em Roma, assim como o funcionamento da cúria. Admite ainda que o papa e o rei devem manter uma boa relação e que, para tal, o rei deveria, sempre que possível, influenciar na escolha do Papa. Estes dois elementos em si, já tornaram o fragmento interessante, mas some-se à parte final, na qual o escritor espanhol reconhece a importância de pagar “pensões” aos cardeais e seus parentes. Daí decorre uma questão simples, pagar pensões era considerado como um meio “honesto e sem escândalo”.

O pagamento de pensões para cardeais era - como sugere a fonte - bastante comum na época moderna. Também Portugal adotou esse expediente, como observado nas diversas

correspondências do embaixador D. Francisco de Souza Coutinho, que fazem menção ao “cardeal protetor” de Portugal, conhecido como Cardeal Ursino. O mesmo cardeal endereça carta ao reino de Portugal, reclamando sobre seus rendimentos que estavam atrasados.<sup>7</sup>

A Relação prossegue informando sobre outros meios que poderiam ser utilizados pelos príncipes, reafirmando que não havia “regra certa” para essas questões. A ideia central é fazer com que os cardeais fiquem “obrigados pela dádiva”, isso porque todos têm um momento de necessidade. Adverte, ainda, que o pagamento de pensões não garante a fidelidade, isso porque muitos cardeais recebem pensões de diferentes príncipes e, logo, podem votar de diversas formas em um conclave. Cabe também utilizar aquelas dádivas que não “custam nada”. Cita, por exemplo, os Hábitos de Ordens militares (raros na Itália), o que explica a grande procura por eles (OLIVAL, 2001). Anuncia, por fim, que se deve procurar ganhar os “cabeças de facção” e, como sabemos aquelas famílias cardinalícias mais antigas acabavam por ter grande peso nas decisões do conclave e, logo, ganhar os líderes de cada uma das facções era parte essencial do jogo político que envolvia o conclave.

Dentro dos conclaves, as figuras mais importantes eram os cardeais, que teriam chance de ocupar o papado. Mas conclui que “de sorte que em todo e por tudo teremos boas experiências que não há regra segura e nem firme.” (FAJARDO, 2000, p. 139).

No desfecho da obra, procura fazer um “exame de consciência” sobre o que se deveria guardar nas eleições do Sumo Pontífice. Saavedra informa sobre a junta que rei espanhol teria convocado para decidir a questão em 1598. A junta era formada por Frei Diogo de Ypes e Padre Frey Gaspar de Córdoba, confessores do rei, bem como José de Acosta, reitor do Colégio da Cia de Jesus, os quais, juntos, produziram um conjunto de escritos que versavam sobre essa questão. Saavedra começa citando alguns teólogos romanos que afirmam ser de grande prejuízo à consciência tentar persuadir os cardeais a seguirem as instruções do rei nos conclaves. Reforçam estes mesmos teólogos que se trata de uma espécie de *simonia*<sup>8</sup> quando os embaixadores oferecem presentes para os cardeais, sendo, portanto, pecado agir dessa maneira. Como parece natural esperar, Fajardo e os religiosos espanhóis discordaram dessa posição.

---

<sup>7</sup> Com o decorrer da pesquisa de doutoramento, localizei na Biblioteca Nacional de Portugal um manuscrito redigido pelo cardeal Ursino em que reclama sobre o não pagamento das rendas prometidas por D. Afonso VI, rei português. Cf. *Parecer sobre um requerimento do Cardeal Virgínio Orsiniiv dirigido ao regente D. Pedro II para lhe serem pagos os ordenados vencidos como protetor de Portugal em Roma*, [manuscrito], 1669. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota F. R. 985.

<sup>8</sup> Simonia era uma das práticas comuns da época moderna. Diversos religiosos, inclusive Martinho Lutero condenavam sua prática. Em síntese, tratava-se de uma busca por lucro ou ganhos financeiros em detrimento de uma das bases do catolicismo, a caridade. Cf. Lucien Febvre. *Martinho Lutero: um Destino*. Portugal: Livraria Bertrand, 1976.

Entre as conclusões mais relevantes dos teólogos espanhóis, cabe citar que os embaixadores não deveriam ser implicados em sua consciência. Isso porque os ministros devem obedecer ao seu rei e se existe dúvida se a ordem é lícita ou não, deve confiar que o rei guarda essas questões, não sendo mal obedecer ao que se manda. Os teólogos prosseguem argumentando que o príncipe deve sempre se preocupar com o bem espiritual da Cristandade, porque os príncipes são parte importante do mundo cristão e, logo, devem se preocupar com essas questões e, assim, por “meios honestos”, procuram a eleição daquele que é conveniente. A segunda razão enumerada pelos teólogos é que sendo o Papa Príncipe Temporal com grande poder, deve o príncipe buscar também o “bem temporal de sua República”, procurando eleger Pontífice que não cause danos. Argumenta, ainda, que essas duas justificativas valem para qualquer príncipe católico.

Por fim, reforça uma terceira justificativa que diz respeito ao rei espanhol. Pois dele depende em boa medida a defesa da Cristandade e do próprio território papal. Deve, assim, ter o Sumo Pontífice boa correspondência com o rei. Defende que é lícito ao rei excluir e incluir nomes no conclave, pois visa sempre o bem da Cristandade. Por outro lado, admite que o que se procura é um bem particular e, nesse caso, encontra-se um grave crime de consciência. Instrui que estas conclusões levantadas pela comissão de 1598 foram enviadas para o embaixador espanhol em Roma, acompanhada de uma carta real em 1604. Assim, Saavedra e outros embaixadores espanhóis podiam ter sua consciência livre sobre as recomendações que faziam ao longo do texto.

Concluída a descrição analítica da obra de Fajardo, já se pode desenhar uma parte do funcionamento do Estado Pontifício, não no seu aspecto espiritual, mas, sobretudo, em sua dimensão temporal. Como antes observamos, Roma surgia como grande espaço de atração das representações diplomáticas das monarquias modernas, em especial durante os períodos de *Sede Vacante*. Justificando, por fim, a citação inicial, na qual a cidade era considerada como teatro do mundo.

### Referências Bibliográficas

- BEARD, Mary. **SPQR: uma história da Roma Antiga**. São Paulo: Planeta, 2017.
- BIANCHERI, Boris. **Conciliar o mundo: a diplomacia na era global**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BIAGIOLI, Mario. **Galileu, Cortesão: a prática da ciência da Cultura do Absolutismo**. Porto: Porto Editora, 2003.
- BLACK, Jeremy. **A History of Diplomacy**. Londres: Reaktion Book, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CAMENIETSKI, Carlos Ziller. **O Paraíso Proibido**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

- DANDELET, Thomas. **La Roma Española (1500-1700)**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.
- FAJARDO, Diego Saavedra. **Relación de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey en España**. Xunta de Galicia, 2000.
- FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero: um Destino**. Portugal: Livraria Bertrand, 1976.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IRIBARNE, Manuel Fraga. **Don Diego de Saavedra y Fajardo y la diplomacia de su Epoca**. Madrid: Artes gráficas “Arges”, 1956.
- KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- JEDIN, Hubert. **História del Concilio de Trento**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1972.
- RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. **Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Crisiandad al sistema europeo 1453-1794**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- VISCEGLIA, Maria Antonietta. **Guerra, Diplomacia y etiqueta en la corte de los Papas (siglos XVI y XVII)**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2010.
- SIGNOROTTO, Gianvittorio; VISCEGLIA, Maria Antonietta. **Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: ESTAR, 2001.
- VEYNE, Paul. **Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político**. São Paulo: Edusp, 2015.
- VALE, Teresa Leonor. **Arte e Diplomacia. A vivência romana dos embaixadores joaninos**. Lisboa: Scibe, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Diário de um Embaixador Português em Roma (1676-1678)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

## A Alma do Corpo Místico: o papel das relações sociais no conflito entre irmãos carmelitas no Recife setecentista

The Soul of the Mystical Body: the role of social relationships in the conflict between Carmelite members in Recife in the 18th century

Rafael Lima Meireles de Queiroz  
Mestrando em História  
Universidade de Brasília - UnB  
rafael6b@gmail.com

**Recebido em:** 25/03/2020

**Aprovado em:** 17/04/2020

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo o levantamento de um perfil social dos membros das Ordens Primeira e Terceira do Carmo do Recife, envolvidos em um conflito pela quantidade de dobres dos sinos que a Igreja da Ordem Primeira daria em razão do falecimento de um irmão leigo. Para tanto, optou-se pela análise transversal da documentação epistolar da Ordem Terceira do Carmo do Recife, cruzando suas informações com outros documentos, tais como cartas patentes, pedidos de cargos e ofícios, além de trechos e transcrições presentes em obras historiográficas. A análise visa expor os indivíduos envolvidos na contenda e suas redes de relacionamento, percebendo a importância dos “recursos humanos” distintos, ou seja, daquelas pessoas que detinham a capacidade de exercer certo grau de influência perante os demais na sociedade. Como resultado, é possível conhecer o perfil social dos membros das Ordens Primeira e Terceira envolvidos no conflito e assim compreender a devoção como um meio de integração e condicionamento social que, de certa forma, faz-se presente ainda nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Poder; Carmelitas; Sinos.

**Abstract:** This paper aims to conduct a survey about the social profile of the members of the First and Third Orders of the Carmo from Recife who were involved in a conflict over the number of times the funeral bells from the Church of the First Order would ring after the death of a lay brother. To this end a cross-sectional analysis of the epistolary documentation of the Third Order of the Carmo from Recife was chosen, crossing their information with other documents like patents, jobs and official notes requests as well as excerpts and transcriptions present in historiographical works. The analysis aims to expose the people involved in the controversy and their relationship networks emphasizing the importance of the distinct “human resource”, namely, those people who had the ability to exert a certain degree of influence before others in society. As a result, it is possible to identify the social profile of the members of the First and Third Orders involved in the conflict and therefore better understand devotion as a means of integration and social conditioning, that in a way is still present today.

**Keywords:** Power; Carmelites; Bells.

O que seria do poder sem alguém que o opere? Refém de um receptáculo, o poder depende de algo ou alguém que efetive sua autoridade, exercendo seu monopólio. Nesse sentido, falar sobre poder é falar também sobre os indivíduos e sobre sua relação com a sociedade, pois a existência de um monopólio indica o relacionamento entre pessoas e grupos. No século XVIII, o confronto entre dois grupos de religiosos pelo domínio do poder simbólico dos bens de salvação plantou uma semente no solo arenoso que escorre pela ampulheta da História. Busco aqui, colher os frutos do tempo.

O ano era 1772. Religiosos da Ordem Terceira do Carmo do Recife reuniram-se para redigir uma súplica ao Vigário Provincial solicitando três dobres de sinos a qualquer irmão terceiro que viesse a falecer, assim como era feito aos irmãos primeiros da mesma ordem. O pedido não se tratava de um simples capricho motivado pelo orgulho ou pela inveja. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707 estabelecia que em caso de falecimento de qualquer homem deveriam soar três sinais breves, distintos e gratuitos, sendo dois o número de sinais dados às mulheres e apenas um às crianças (VIDE, 1720, p. 291). Estes sinais serviriam para que os fiéis se lembrassem de orar por aquela pessoa e, conseqüentemente, de encomendar missas em favor de sua alma (VIDE, 1720, p. 230).

A súplica dos irmãos leigos carmelitas se encaixa em um discurso vigente no século XVIII que conecta os três toques fúnebres à preparação da alma das pessoas mortas na travessia para o além. Enquanto forma de comunicação pelo qual se transmite um aspecto simbólico do rito da salvação, o sino soava

com suas vozes ditosas e falas ligeiras, a repicar freneticamente, comunicando a missa dominical ou a festa da irmandade, ou então, com suas pancadas roucas, intervaladas e graves, ora pontuadas por badaladas agudas, a anunciar a morte de um potentado ou de um pingante, e compunham o cenário de identidade do sujeito, inserindo-o temporal e espacialmente em seu meio, lembrando-o a todo instante de sua relação com o divino e da transitoriedade da vida terrena (BARBOSA, 2017, p. 5).

Diante da transitoriedade da vida, os irmãos terceiros carmelitas da vila do Recife reivindicaram em suas súplicas que cada um dos três dobres deveriam soar por possuírem uma função definida indispensável ao sufrágio da alma. Rege a carta que deveria ser dado o primeiro toque quando se fosse buscar o hábito do irmão falecido; o segundo, no momento em que a

comunidade e os carmelitanos se reunissem para buscar o defunto; e ainda um último toque durante o recolher do corpo (AOTCR-CT, 002-003.jpg).

Não cabe às pretensões deste artigo realizar uma análise dos discursos utilizados pelas Ordens Primeira e Terceira do Carmo, nem a forma pela qual se alimentava a devoção carmelita, assuntos que serão tratados em trabalhos posteriores. Basta-nos, nesse momento, compreender que havia uma disputa, entre dois grupos distintos, pelo domínio dos bens de salvação e de produção de uma cultura devocional. Apontada esta dicotomia interna da Ordem Carmelita do Recife, podemos identificar alguns membros destes dois grupos para esboçar seus perfis e entender melhor a configuração deste conflito.

Na esteira de trabalhos como *O nome e o sangue*, do historiador Evaldo Cabral de Mello, ou *O Antigo Regime no Brasil colonial* de Eduardo José Borges, além do excelente *Tratos e Mofratos* de George Cabral Félix, buscarei daqui em diante “mapear” a contenda entre os irmãos primeiros do Carmo, e os membros leigos de sua Ordem Terceira. O intuito é revelar os atores envolvidos na disputa, de modo a compreender quais foram as suas estratégias de posicionamento social no Recife setecentista, descobrindo seu local na hierarquia daquela sociedade. Para tanto, recorreremos sempre que necessário e possível ao Estatuto da Ordem Carmelita, à documentação presente no banco de dados do Arquivo Histórico Ultramarino e a trechos de documentos transcritos em outras produções historiográficas.

Com essa documentação, conseguiremos ter acesso às trajetórias tanto dos religiosos carmelitas, quanto da elite recifense que fazia parte da Ordem Terceira, de modo a conhecer o perfil dos indivíduos que compunham estas instituições e, mais interessante ainda, perceber as dinâmicas das relações mantidas entre membros da nobreza do Recife e os membros do clero. Buscamos, daqui em diante, compreender o máximo possível sobre a “alma” deste corpo místico<sup>1</sup>.

Em 1º de janeiro de 1773 os irmãos da Ordem Terceira escreveram uma espécie de “abaixo-assinado” pedindo, em tons de ordem, que a Mesa da Venerável Ordem Terceira do Carmo do Recife tivesse mais ímpeto com relação ao pedido dos três dobres de sinos que

---

1 Em obra seminal sobre a inserção das ordens terceiras franciscana e carmelita no Brasil colônia, William de Souza Martins realiza uma excelente pesquisa na qual estuda os indivíduos das ditas ordens como sendo membros de um corpo místico. Analisando estas instituições como partes de um todo articulado, William resgata a metáfora do Corpo Místico, na qual a Igreja é vista como a representação do “corpo de Deus”, identificando as ordens e os seus membros como uma parte deste complexo organismo. MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*. EDUSP, 2009.

deveriam ser dados em razão do falecimento de um dos seus participantes. Diz a súplica que há a obrigação por parte da Mesa “de solicitar todo o bem às almas dos nossos Ilustres Irmãos” devendo a mesma “ser diligente em procurar o aumento desta Ordem e todo o bem para as almas dos Irmãos dela” (AOTCR, 004.jpg). Assinam esta petição um total de sessenta e um dos “mais afetuosos Ilustres Irmãos”.

Antônio Manuel Hespanha afirma que o “impacto de um projeto de poder se pode medir no plano da disponibilidade de estruturas humanas que o levem a cabo” (HESPANHA, 1994, p. 160), demonstrando o quão importante eram os “recursos humanos” distintos, ou seja, aquelas pessoas que detinham a capacidade de exercer certo grau de influência perante os demais na sociedade. É nesse sentido que busco conhecer aqui nossos “ilustres” personagens.

Nos arquivos do Arquivo Histórico Ultramarino é possível encontrar informações sobre vinte e dois dos sessenta e um membros que assinaram a petição, englobando cerca de 36% dos assinantes. Como é típico da pesquisa histórica, alguns desses *Ilustres Irmãos* têm um corpo documental mais completo que outros. Foram escolhidas para serem analisadas neste artigo as trajetórias de Antônio Albino do Amaral, Francisco de Sousa Teixeira Mendonça e João Afonso Regueira. Além da boa condição da documentação referente aos ditos membros, cabe ressaltar que os três passaram pela maior parte dos postos, cargos e ofícios disponíveis no Recife do século XVIII, indo desde um estudante de Engenharia, até um representante da Câmara dos Vereadores. Percorrendo patentes militares e comandando engenhos, os três indivíduos selecionados nos permitem compreender melhor a amplitude da influência alcançada pelos membros de uma Ordem Terceira.

**Tabela 1** – Tabela dos membros da Ordem Terceira do Carmo do Recife que assinaram a petição em 1773, cujos cargos / patentes / ofícios foram identificados.

<b><i>MEMBRO DA ORDEM (em 1773)</i></b>	<b><i>CARGO / PATENTE / OFÍCIO</i></b>				
<b>Amaro Soares Mariz</b>	Alferes	Ajudante	Negociante	---	---
<b>Antônio Albino do Amaral</b>	Engenheiro	Sargento	Tenente	---	---
<b>Antônio da Silva Loureiro</b>	Negociante	---	---	---	---
<b>Bento D. C. Landim</b>	Alferes	Negociante	---	---	---
<b>Domingos R. Santos</b>	Almoxarife	Negociante	---	---	---

<b>Francisco de S. T. M.</b>	Capitão	Escrivão	Juiz Vereador	Tabelião	Vereador
<b>Francisco Xavier Cezar</b>	Capitão	Senhor de Engenho	---	---	---
<b>João Afonso Regueira</b>	Negociante	Sargento	Senhor de Engenho	---	---
<b>João de Barros Correia</b>	Senhor de Engenho	Vereador	---	---	---
<b>João Ferreira Lopes</b>	Capitão	Vereador	---	---	---
<b>João Rodrigues Cardoso</b>	Negociante	---	---	---	---
<b>Joaquim José de Veras</b>	Capitão	---	---	---	---
<b>José Antunes</b>	Capitão	Secretário do Governador	---	---	---
<b>José Ferreira da Silva</b>	Escrivão	Juiz Vereador	Negociante	Vereador	---
<b>José Pereira de Melo</b>	Advogado	---	---	---	---
<b>Luís Gomes Pessoa</b>	Ajudante	Tenente	---	---	---
<b>Manoel José dos Santos</b>	Capitão	Senhor de Engenho	---	---	---
<b>Manoel Pereira da Silva</b>	Capitão	---	---	---	---
<b>Manoel R. M. Portella</b>	Senhor de Engenho	---	---	---	---
<b>Miguel J. C. Prates</b>	Ajudante	Cabo	Capitão	---	---
<b>Veríssimo Machado</b>	Capitão	Vereador	---	---	---
<b>Vicente Elias do Amaral</b>	Tabelião	---	---	---	---

**Fonte:** Tabela construída com base nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e nos textos de George Félix do Amaral

Nosso primeiro personagem, nascido na Bahia no ano de 1738, é Antônio Albino do Amaral, um dos irmãos leigos que assinou a súplica feita à Mesa da Ordem Terceira. Pela altura dos seus trinta e quatro anos, Antônio é descrito como um rapaz branco, solteiro, de estatura baixa, com uma testa grande, contrastando seus olhos pequenos, e uma boca ordinária rodeada pela barba bem afeiçoada (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 132, doc. 9930). Aos vinte e seis anos de

idade, enquanto Sargento Supra da Companhia do Capitão João da Silva, pertencente ao Corpo de Artilharia da Capitania de Pernambuco, cargo no qual serviu por 8 anos, Antônio remete uma súplica ao Rei solicitando ser provido no posto de Alferes ou Tenente, justificando o seu pedido com a “honra do procedimento que consta dos seus serviços” (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 102, doc. 7902).

Com a mercê concedida pelo Rei, Antônio Albino passa a ser o Tenente Comandante da Fortaleza das Cinco Pontas da Capitania de Pernambuco, o que lhe proporciona um alto grau de influência sobre os militares sob seu comando. É já provido nesse cargo que Albino, em 1771, remeterá outra súplica à Majestade, solicitando licença pelo período de um ano para que possa se dirigir a Portugal, com a finalidade de assistir pessoalmente às várias dependências que o mesmo diz ter na Corte (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 111, doc. 8576).

Dois anos depois, de volta a terras brasileiras, o Tenente do Cabo do Forte do Senhor Bom Jesus das Pontas solicita novamente uma licença para que possa voltar à Corte (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 115, doc. 8831). Consta na documentação que em sua primeira viagem a Portugal, Antônio Albino começara um curso de Engenharia, ao qual ansiava por concluir. Justifica sua súplica devido ao fato de não existir em Pernambuco cursos para o dito ofício, fazendo-se necessária uma nova viagem para o Reino.

Não é de nosso interesse saber se Antonio Amaral tinha mesmo dependências no Reino, ou se está fora apenas uma artimanha utilizada pra conseguir a licença e viajar para Portugal, com vistas a iniciar o curso Engenharia. O que nos importa é saber que o desejo do Tenente foi realizado em dezembro de 1773, pouco tempo depois de ter assinado a petição dos terceiros carmelitas. O aspirante a engenheiro retornou a Portugal para concluir seu objetivo. Entretanto, com menos de um ano na Corte, Antônio solicitou ao Rei o pagamento de alguma remuneração pelos serviços prestados à administração real, dizendo que somente desta forma conseguiria rendimentos que sustentassem os seus estudos na Academia Militar (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 115, doc. 8831).

Não se sabe se a remuneração solicitada foi paga ou não, mas de uma forma, ou de outra, sabemos que o curso foi concluído, visto que em 1776 o experiente Tenente Antônio Albino do Amaral suplica ao Rei a mercê de tornar-se engenheiro de algum dos portos do Recife (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 122, doc. 9326). Cabe ressaltar que o estudo e a obtenção de um diploma, além de atestar o conhecimento adquirido, também serve como um meio de

qualificação do indivíduo, tornando-o distinto dos demais. Nas palavras de Fernando Fonseca, “ao mesmo tempo em que transmite o saber, a universidade, pelo juízo dos seus mestres, qualifica também para o exercício do poder” (FONSECA, 1995, p. 18).

Confirmando a influência e o poder que Antônio Albino do Amaral exercia através de seus cargos e titulações, em 1779 o engenheiro encaminha uma nova súplica, solicitando que lhe seja concedido o Hábito da Ordem de Cristo com a tença de 40\$000 pelos serviços prestados (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 132, doc. 9930).

O acesso à Ordem de Cristo, por si só, já demonstra um alto grau de nobreza. Ao passo que a escolha daqueles que receberiam patentes militares e ocupariam os cargos administrativos reduzia-se aos limites geográficos do Recife, a concessão do Hábito da Ordem de Cristo tinha critérios que partiam do Reino e atestavam que aqueles que o obtivessem eram cristão-velhos, livres da mácula do judaísmo. Além disso, para solicitar o Hábito era necessário que o indivíduo provasse sua “limpeza de mãos”, certificando que tanto ele, quanto seus ascendentes, não haviam trabalhado com suas próprias forças, ficando livres da mácula do serviço mecânico. No Recife setecentista, com a ascensão dos mascates às altas camadas da sociedade, tornar-se membro da Ordem de Cristo tinha um caráter ainda mais especial, pois eximia o indivíduo do “preconceito compartilhado pelas sociedades ibéricas que associavam o desempenho das atividades comerciais a judeus e cristãos-novos” (NOGUEIRA, 2017 p. 279).

Eram comuns os casos de negociantes que, devido ao sucesso obtido no decorrer de suas vidas, conseguiram “apagar” suas máculas e obter as mais altas honrarias, através das mercês concedidas pela Coroa. É o caso do pai de Francisco Teixeira, o segundo membro a assinar a petição dos irmãos terceiros. Filho de Manoel de Souza Teixeira, Francisco vem de uma família de mascates que se tornou abastada de bens, conseguindo galgar degraus na hierarquia social. “Homem de grosso trato”<sup>2</sup>, Manoel passou por diversos cargos e ofícios de distinção, chegando a ser escrivão da Junta do Comércio Geral de Pernambuco; árbitro do preço do açúcar; alferes, capitão, sargento-mor, tenente-coronel de ordenanças do Recife; procurador da Câmara; vereador; e cavaleiro da Ordem de Cristo (SOUZA, 2012, p. 533-534). Em uma família já estabelecida, cujo pai transitara pelos mais importantes setores da sociedade do Recife

---

2 Buscando maior prestígio social, os grandes comerciantes buscaram se desvencilhar da visão pejorativa que circundava os chamados mascates. Para tanto, definiu-se a categoria de homens de negócio: comerciantes que não trabalhavam em loja aberta e não participavam diretamente dos trabalhos manuais, livrando-se da mácula do serviço mecânico. MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*. Nobres contra Mascates: Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 161-180.

setecentista, Francisco Teixeira não encontrou dificuldades em ocupar bons cargos e receber patentes que o distinguiam dos demais indivíduos.

No ano de 1743, o tabelião do público judicial e notas da cidade de Olinda, João de Sousa Teixeira, enviou um requerimento através do Conselho Histórico Ultramarino suplicando ao Rei a mercê de prover no mesmo cargo de tabelião o seu irmão, Francisco de Sousa Teixeira Mendonça (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 60, doc. 5124). Cerca de treze anos depois, já habituado ao serviço público, encontramos o próprio Francisco requerendo para si o cargo de escrivão da Câmara, pelo qual deveria pagar quatrocentos e trinta mil réis. A quantia foi entregue ao tesoureiro da Casa da Moeda apenas três dias após o aceite do requerimento (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 82, doc. 6849). A velocidade pela qual se deu o pagamento nos permite confirmar que Francisco já apresentava um bom cabedal, ou ao menos um bom capital social que lhe permitiria o empréstimo da referida quantia.

Uma vez dentro da Câmara da cidade, Teixeira Mendonça seguiu sua jornada até tornar-se vereador<sup>3</sup> eleito pelo Pelouro no ano de 1766, acontecimento que se repetiria dez anos depois, e novamente no ano de 1780, ocasião em que assumiu o posto de Juiz Vereador, por Barrete (SOUZA, 2003, p. 183-185.). Aos vereadores, juntamente com os juízes, cabia “a obrigação de organizar as festas e procissões religiosas da vila, que eram verdadeiros teatros, onde o ordenamento social de classificação dos sujeitos era encenado” (NOGUEIRA, 2018, p. 116). Percebe-se que, de certa forma, as relações de poder secular estão intimamente ligadas à configuração do poder religioso, corroborando com o pensamento de que para compreender o grau de amplitude do poder de uma instituição religiosa, como a Ordem Terceira do Carmo do Recife, é necessário também conhecer os indivíduos que a compõe e o campo no qual estão situados na hierarquia social.

Dois anos após seu primeiro mandato como vereador, não cabe em nosso peito a felicidade de ver que nosso tão estimado amigo alcançara o posto de Tenente Capitão de uma das Companhias do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Boa Vista. Sabemos também que aos trinta dias do mês de maio do ano de 1768, Francisco solicitou ao Rei a propriedade do ofício de tabelião do público judicial e notas da cidade de Olinda e da vila do Recife, o mesmo que exercera em 1743 sob os cuidados de seu irmão João de Souza Teixeira, e que se encontrava vago após o falecimento do mesmo (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 107, doc. 8344). Ademais, em

---

3 Além de Francisco Teixeira, ao menos mais dois dos irmãos que assinaram a petição também já foram vereadores na Câmara do Recife: Veríssimo Machado, em 1775 e João Ferreira Lopes no ano de 1781.

documento anexado ao processo, vemos que Mendonça solicita o pagamento dos emolumentos que João Teixeira teria por receber em razão de seu trabalho como Tenente de Infantaria Paga do Regimento de Olinda. A quantia foi deixada para sua mãe, Mariana de Mendonça Sousa, a qual doou tudo o que recebeu ao próprio Francisco Teixeira.

A família Souza Teixeira é um típico exemplo dos comerciantes que não se limitaram a continuar apenas ganhando muito dinheiro. Eles buscaram também elevar sua posição social, apelando aos serviços prestados para a Coroa como forma de conseguir mercês que os fizessem ocupar postos de destaque, e inseri-los em instituições de prestígio, como a Câmara de Vereadores, ou a Ordem Terceira do Carmo do Recife.

Assim como Francisco, João Afonso Regueira também mantinha um bom relacionamento com a Câmara do Recife. Em carta patente lavrada em 1775 pelo “Governador e Capitão Geral de Pernambuco, Paraíba, e mais capitanias anexas”, José César de Menezes, João Afonso é descrito como pessoa nobre e abastada de bens. Diz o governador que, por ter sido ele “proposto pela Câmara desta Vila do Recife para exercer o posto de Sargento Mor de Infantaria da Ordenança da dita Vila”, deveria ser dado um voto de confiança aos bons homens que lhe recomendaram esta honra (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 128, doc. 9697). Por esta razão, João foi nomeado para o dito cargo, que se encontrava vago, e do qual não se deveria esperar “soldo algum”. Entretanto, ainda que sem pagamento, José César de Menezes garantiu a Regueira que este encontraria no cargo “todas as honras, graças [...] franquezas, liberdades, privilégios e isenções que em razão dele lhe pertencerem” (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 128, doc. 9697).

É nítido no discurso do governador o valor do capital social advindo do cargo no qual João Afonso fora provido. Mas para além da honra e do privilégio de sua investidura, é interessante ressaltar a relação estabelecida entre Regueira e a Câmara de Vereadores, que o nomeou em primeiro lugar na proposta remetida ao governo. Se nos atentarmos à formação da Câmara em 1775, ano da dita provisão, percebe-se que era vereador desta casa Veríssimo Machado, que também era um dos irmãos terceiros que assinou a petição em 1773. Outro vereador era o influente Joaquim de Almeida Catanho, membro de uma das mais importantes famílias do Recife e que fora nomeado para a Câmara em incríveis seis vezes. Cabe informar que em 1826, o mesmo Joaquim, ou algum descendente homônimo, é identificado como sendo Secretário da Ordem Terceira do Carmo do Recife (AOTCR-CT, 029.jpg).

Pode-se inferir a partir destas informações que existia uma rede de relacionamento que, se não foi construída dentro da irmandade carmelita, seguramente se fortaleceu ali, o que leva à visualização de uma ligação que possivelmente parte da convivência no interior da ordem religiosa, para o enraizamento das relações na esfera secular e vice-versa. A indicação por parte da Câmara demonstra ainda que para além das “diligências de que é encarregado por Vossa Majestade”, João Afonso ocupa um lugar de respeito e influência enquanto homem de negócios na Praça do Recife e como Senhor do Engenho denominado Anjo (AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 178, doc. 12483).

É grande a variedade de postos e profissões destes participantes, o que sugere o amplo escopo da influência social que os irmãos terceiros conseguiam abarcar, o que lhes favorecia na busca pelas mercês reais. Com um levantamento geral dos cargos e/ou títulos<sup>4</sup> obtidos pelos vinte e dois membros localizados em nossa pesquisa, obtivemos a seguinte organização:

**Tabela 2** – Quantidade de membros da Ordem Terceira ligados a cada cargo, patente ou ofício.

<b><i>Cargo / Patente / Ofício</i></b>	<b><i>Quantidade de Membros</i></b>
<b>Capitão</b>	9
<b>Homem de Negócio</b>	7
<b>Senhor de Engenho</b>	5
<b>Vereador</b>	4
<b>Ajudante</b>	3
<b>Sargento</b>	2
<b>Tenente</b>	2
<b>Tabelião</b>	2
<b>Alferes</b>	2
<b>Escrivão</b>	2
<b>Juiz Vereador</b>	2

4 Para mais informações sobre os cargos, patentes e ofícios, consultar a obra de Antônio Manoel Hespanha, mais especificamente o seu livro *A Vésperas do Leviathan*. Recomenda-se também consultar o trabalho *Viver à Lei da Nobreza*, do historiador Gabriel Nogueira, no qual o assunto também é tratado, mas com um enfoque no norte e nordeste da América Portuguesa.

<b>Secretario do Governador</b>	1
<b>Advogado</b>	1
<b>Cabo</b>	1
<b>Engenheiro</b>	1
<b>Almoxarife</b>	1

**Fonte:** Tabela construída com base nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e nos textos de George Félix do Amaral

Como podemos ver na Tabela 1 um grupo de quatorze, dos vinte e três participantes da Ordem Terceira que foram identificados, passou em algum momento da sua vida pelo serviço militar, totalizando cerca de 61% dos indivíduos em nossa amostragem. Não por acaso, o século XVIII testemunha a ampliação do caráter distintivo na obtenção de uma patente militar pelos membros das elites locais. Os Corpos Militares tornaram-se nesse período um elo importante na articulação entre governo central e os povos da terra, fazendo com que aqueles inseridos em seu contexto gozassem de elevada estima. Além disso, o grande número de pessoas que eram colocadas a serviço dos “senhores das armas” certamente contribuiu para a distinção denotada por estes cargos (NOGUEIRA, 2018, 224-229).

A obtenção das patentes militares e a autorização para a prestação de serviços administrativos à Coroa, estiveram presentes na busca por distinção social da maior parte dos indivíduos da elite recifense. Guiados pela lógica do que chamamos hoje de *economia do dom*, Antonio Amaral, Francisco Teixeira e João Regueira são exemplos característicos desse tipo de busca por ascensão social por meio das mercês obtidas através dos serviços prestados ao Rei. Xavier e Hespanha definem que o dom integrava uma tríade de obrigações: o dar, o receber e o retribuir (XAVIER; HESPANHA, 1998, p. 340). No Antigo Regime, esta lógica do dom impregnava as estruturas político-sociais, criando uma espécie de sentimento corporativista que guiava as ações da elite e ditava o ritmo da consecução de mercês.

Na busca pelas concessões reais, notamos também a preeminência dos homens de negócio. Pelos rastros que conseguimos seguir, um terço dos indivíduos identificados que assinaram a petição pelos dobres dos sinos eram reconhecidos como negociantes da praça do Recife. No contexto posterior à Guerra dos Mascates, no qual a tensão entre comerciantes e senhores de engenho ainda era muito presente, as estratégias de afirmação de poder do primeiro

grupo frente à hierarquia impostas pelos “nobres da terra” fizeram com que os comerciantes buscassem ocupar certos espaços de privilégio. Estar presente em espaços como a Ordem Terceira do Carmo do Recife representava “para um comerciante a possibilidade de ampliar sua capacidade de ação e de negociação com os poderes locais e centrais, uma vez que um privilégio dava condição para a prestação de novos serviços e a concessão de novos privilégios” (SOUZA, 2012, p. 156).

Mas indo além dos cargos, eleições e privilégios, ser nobre “em um mundo onde ser católico representava um elemento essencial para a inclusão de um sujeito na sociedade passava necessariamente pela identificação e reconhecimento social do sujeito como bom cristão” (NOGUEIRA, 2018, p. 259). É nesse sentido que as Irmandades e Ordens religiosas encontram solo forte para lançarem sua base e edificarem sua devoção, inserindo-se nas relações de poder, distinção e hierarquia.

Do lado oposto da mesa nessa queda de braço, estavam os irmãos primeiros carmelitas, apontados na documentação apenas como religiosos. Reunidos na Capela da Ordem Primeira do Carmo, o Padre Provincial e demais membros do Definitório dos carmelitas do Recife tiveram muito a discutir sobre os pedidos feitos por seus irmãos leigos acerca dos três dobres fúnebres a serem dados em razão da morte de um irmão terceiro, e também muitas negativas a redigir.

O responsável por reunir este conselho e assinar as cartas remetidas pelos primeiros era Frei João da Encarnação, Presidente Provincial dos carmelitas. Quatro das três cartas enviadas em resposta aos terceiros são assinadas por Frei João, ainda que este ressalte sempre que a decisão exposta fora tomada em votação realizada pelos irmãos do Definitório. O único destes documentos que não foi assinado por Frei João é a quarta carta enviada em resposta às súplicas feitas pela Mesa da Ordem Terceira, que desta vez, mais do que solicitar os três toques do sino, informava que os irmãos leigos iriam construir uma torre sineira em sua própria capela, para que assim pudessem cumprir com as suas obrigações ritualísticas.

Percebe-se na resposta dos primeiros que a proposta feita por parte de seus irmãos leigos era, além de ilegal, ofensiva às regras da religião carmelita. A mesa definidora do convento foi unânime em reprovar a construção da torre sineira na capela por diversas razões. A primeira delas remete ao fato de este pedido ir contra uma determinação feita no ano de 1748 pelo Mestre Geral da Ordem Carmelita, e confirmada pelo Soberano Dom João V, que não permitia ser dado o status de Igreja às capelas dos irmãos terceiros. Segundo os regulares carmelitas do Recife, com a

construção da torre na capela leiga, esta constituiria uma Igreja distinta da deles (AOTCR-CP, 008-009.jpg).

O pedido iria também contra o estatuto da mesma Ordem, que em nenhum momento promete a construção de uma torre. Além disso, o pedido ia contra o que poderíamos chamar de *jurisprudência* da época. Os irmãos primeiros argumentam que “por ser uma matéria de que não há exemplo em ordem alguma [...] em todo o nosso Reino de Portugal”, e que pelo contrário, vários são os exemplos de casos nos quais a construção da torre por parte de terceiros foi negada, tanto pela própria Ordem, como pelo Rei, não poderiam eles permitir tal absurdo (AOTCR-CP, 008-009.jpg). A negativa proferida pelos primeiros do Recife configura, portanto, uma ação protocolar tomada com base nas leis e nos costumes.

Mas o que nos importa realmente é descobrir quem são estes freis tão zelosos pelas leis e pelos costumes do reino. Seriam seus argumentos realmente o espelho de suas convicções? Para buscar estas informações é preciso conhecer mais sobre os personagens de nossa história.

Assinaram a resposta, o Presidente Provincial, Frei João da Encarnação; o Prior, Frei Jerônimo de Santo Antônio; o Sócio e Secretário da Província, Frei Félix da Conceição; além dos três definidores e do sub-rogado por quarto: Frei Luis da Apresentação, Frei Antônio da Natividade, Frei Francisco de Santana e Frei José de Santa Rita.

Já não bastasse a querela travada em oposição aos irmãos terceiros, é justamente em uma documentação acerca de um conflito interno no Convento do Carmo que encontraremos boas informações sobre as condutas de parte destes religiosos. Esse conflito foi esmiuçado no artigo *A Exposição da Carne*, do historiador André Honor, no qual o autor defende que “este esparramo de grandes proporções abalou a credibilidade dos frades da reforma da Ordem de Nossa Senhora do Carmo” (HONOR, 2014, p. 209).

Prossigamos ao caso. No dia 22 de agosto de 1770, cansado das “turbulências entre alguns religiosos de espírito menos regulado”, o provincial dos carmelitas reformados no Recife, frei João de Santa Rosa, enviou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar o comunicado de sua desistência do posto que lhe havia sido conferido, sendo a justificativa de tal atitude o seu desprezo pela existência de diversos escândalos praticados por alguns dos membros da Ordem Primeira do Carmo do Recife (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

Essa denúncia escancarou uma série de atritos que expuseram as inimizades e competições que regiam as relações entre os carmelitas mais proeminentes da Ordem Primeira,

sendo de especial interesse para nós as informações referentes aos freis João da Encarnação, José de Santa Rita e Jerônimo de Santo Antônio, que como já sabemos, compunham o Definitório da Ordem Primeira em 1772, durante a querela dos sinos.

Segundo João de Santa Rosa, entre os conventos carmelitas da província o único que não seguia a “boa disciplina religiosa” e as “santas leis das constituições” era o Convento do Carmo do Recife, do qual era prior o Frei Jerônimo de Santo Antônio. Sobre o prior, Santa Rosa diz ser um “homem sem literatura, altamente material, que com pretexto de achaques se deliberou a viver em uma fazenda de empréstimo, perto desta vila”. Entretanto, o mal-estar de Frei Jerônimo parece não ter sido forte o bastante para impedi-lo de transformar a dita fazenda em uma “casa de prazer”, na qual alguns religiosos gastavam boa parte dos rendimentos do Convento com “comes e bebes”, vivendo em “escândalo universal” (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

O que agravava ainda mais a situação era o fato de frei Jerônimo ter sido readmitido entre os carmelitas do Recife por intermédio do perdão papal, após o mesmo ter abandonado a província para não arcar com as dívidas que resultaram de sua desastrosa administração como Procurador do Convento do Carmo, entre 1748 e 1752. Retomando sua conduta mundana na dita casa de prazeres, Jerônimo de Santo Antônio ofendia não só às constituições carmelitas, mas também ao Papa, que confiara em lhe conceder o indulto acreditando na sua redenção.

Apesar da gravidade das acusações, o então prior do Convento estava longe de ser tratado como um renegado, como podemos inferir do importante posto que ocupava na hierarquia interna da Ordem. Muito pelo contrário, frei Jerônimo estava longe de ser a única ovelha trilhando os campos da perdição. Frei João da Encarnação, Primeiro Definidor do Convento e seu antigo Prior, é citado por Santa Rosa como um dos religiosos que frequentava as divertidas festas na casa de prazeres do de frei Jerônimo. Nas palavras de André Honor, “frei João da Encarnação era declaradamente um dos maiores inimigos de frei João de Santa Rosa, resistindo obedecer às ordens do provincial e manifestando queixas escritas em conluio com o prior do Convento” (HONOR, 2014, p. 211).

O antigo prior fora denunciado por Santa Rosa como tendo sido “prior só no nome”, visto que “em todo o tempo de seu priorado nunca seguiu os piedosos, e regulares atos de comunidade”. Assim como frei Jerônimo, frei João da Encarnação é acusado de onerar os cofres do Convento da Ordem Primeira do Carmo do Recife com o intuito de saciar desejos pessoais. Segundo Santa Rosa, o antigo prior destruiu o dito Convento por causa dos “gastos exorbitantes

que a cada passo fazia lá, com festejos anuais que para devoção sua costumava fazer [...] na Igreja do Senhor Bom Jesus”. Já não bastasse ter de percorrer todo o longo caminho que separava a Ordem Carmelita e o Cabo onde se localizava a Igreja do Bom Jesus, frei João da Encarnação também teria o costume de dar aos irmãos da outra Ordem algumas roupas, comida e escravos para servir-lhes (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

Contribuindo com o ônus imposto aos cofres carmelitas, o frei “continuou com maiores despesas” ao comprar “umas casas de pedra e cal em uma fazenda fora da praça”, para que depois de três anos, pudesse utilizar os imóveis como moradia e como “escritório” de advocacia, pois, segundo Santa Rosa, frei João da Encarnação visava “fazer papéis para os seculares em troca de algum estipêndio” (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

No lado oposto da contenda, o último dos irmãos primeiros a ser exposto aqui era aliado de frei João de Santa Rosa, o subprior do Convento, frei José de Santa Rita. Em um dos momentos de maior tensão no conflito entre os irmãos primeiros, no dia 22 de junho de 1770, frei José de Santa Rita é preso após uma discussão que teve com o frei Francisco de Santa Rita, que por sua vez era grande amigo do frei João da Encarnação. Exatamente dois meses depois, frei Francisco de Santa Rita desaparece, deixando em sua cela apenas uma carta, que foi encontrada por frei João de Santa Rosa e que hoje nos serve como fonte (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

Na carta, frei Francisco de Santa Rita denunciava o fato de frei José de Santa Rita “andar de costume armado de uma faca de ponta”, o que era proibido pelas leis do Rei e que, portanto, poderia ser a razão pela qual frei José fora levado preso. Agravando ainda mais a situação, frei Francisco exprime em o medo que sentia de ser assassinado pelo subprior do Convento, deixando claro que a perseguição que este lhe fazia se dava “por conselho, ordem e mandado do padre provincial”, frei João de Santa Rosa (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

Envolvido diretamente no conflito, Santa Rosa sai em defesa de seu aliado dando a entender que Frei Francisco era um dos aliados de Frei Jerônimo de Santo Antônio, e que este prejudicara “a muitos com suas intrigas e malevolências pelas quais chegou a experimentar o subprior do Convento do Recife, o padre frei José de Santa Rita” que ao comparecer a um encontro com frei Francisco, haveria sido vítima de uma armadilha que visava atingi-lo com “traições e falsos testemunhos” (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

Em busca de ajuda para seu aliado, o padre provincial recorrera junto ao Governador, para que este intercedesse em favor do frei José de Santa Rita, mas obteve como resposta apenas uma recusa, justificada pelo fato de que o caso não cabia à jurisdição do governo. Se dirigindo agora à jurisdição correta, Santa Rosa apelou ao prior do Convento contra a prisão de frei José, pedindo sua liberdade. Como esperado, frei Jerônimo de Santo Antônio, grande inimigo do frei João de Santa Rosa, recusou o pedido de libertação do subprior (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

Irritado, o padre provincial decide resolver ele mesmo a situação. Indo pessoalmente ao local no qual frei José se encontrava, Santa Rosa ordenou pessoalmente que o subprior fosse libertado, ainda que sua ordem ofendesse o cumprimento correto das leis e dos costumes da Ordem Primeira do Carmo do Recife (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461).

Uma vez que frei José de Santa Rita fora libertado, frei Francisco de Santa Rita foge do Convento no episódio já relatado. Sua carta de fuga é encerrada por uma espécie de desabafo no qual esbraveja que a Igreja da Ordem Primeira do Carmo do Recife não é uma “religião, nem é nada, é uma casa de loucos, de foragidos e de perversos” na qual seus irmãos, dentro de mais dias ou menos dias, haveriam de lhe tirar a vida (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461). Como bem diz André Honor, “o processo não apresenta nenhuma decisão do Rei ou do Conselho Ultramarino”, mas ainda assim, “o caso relatado evidenciou os conflitos internos que existiam nas casas conventuais” (HONOR, 2014 p. 216), mais especificamente, na Ordem Primeira do Carmo do Recife.

Voltando ao início, e caminhando para o fim, não podemos deixar de nos perguntar sobre qual dos dois grupos saíra vitorioso na contenda dos sinos. Uma casa repleta de loucos, outra casa recheada de homens bem-sucedidos. De um lado, uma rede bem estabelecida dos chamados “homens bons” do Recife, buscando aumentar seu prestígio e seus privilégios. Do outro, um conjunto de religiosos fragilizados pelos escândalos recentes que opusera seus membros.

Por mais que não possamos confiar cegamente nas denúncias feitas pelos frades carmelitas, é certo que a relação entre os membros dirigentes da Ordem Primeira do Carmo do Recife não era das melhores. Além disso, ainda que fossem falsas, as denúncias geralmente carregam em seu bojo uma fração de verossimilhança, permitindo que a mentira seja tomada como uma verdade. Os religiosos carmelitas eram dirigidos por um grupo de pessoas marcadas

pelo conflito e pela desunião, logo, a análise do perfil dos membros da Ordem Primeira e Terceira do Carmo do Recife envolvidos na contenda dos sinos nos oferece um panorama não muito favorável aos freis no confronto, e quando olhamos hoje para a Igreja da Ordem Terceira do Carmo do Recife e avistamos sua bela torre sineira, tendemos a acreditar que os leigos obtiveram sucesso em suas demandas.

Entretanto, se olharmos mais à frente na documentação, encontramos no ano de 1847 o registro de uma proposta de concordata entre a Ordem Terceira e Primeira, com artigos redigidos pela Mesa da Ordem Terceira do Carmo do Recife. É sugerido pelo décimo primeiro artigo que “fica livre a Ordem 3<sup>a</sup> para edificar uma ou duas torres, e nestas colocar sinos, cujos sinais indiquem os atos religiosos que se celebrarem” (AOTCR-CT, 084.jpg).

Fica evidente que o conflito de 1773 se encerra com uma vitória parcial dos religiosos da Ordem Primeira, visto que em 1847 os irmãos terceiros ainda lutavam para conseguir a autorização da construção de uma torre sineira. Mas por qual razão os irmãos primeiros, com todas as suas diferenças, conseguiram se impor frente ao grupo de homens bons da Ordem Terceira? A resposta pode ser encontrada na razão pela qual os irmãos leigos se faziam tão distintos na sociedade.

Como vimos anteriormente, as patentes, cargos e ofícios concedidos aos membros da Ordem Terceira que analisamos foram concedidas por meio de mercês reais. Seguindo a mesma lógica da economia do dom, os terceiros carmelitas escreveram em suas súplicas que “por *graça* e *esmola*” solicitavam o aumento do dobre dos sinos, de modo a beneficiar as almas de seus irmãos (AOTCR-CT, 004.jpg). Ao falar da *graça* almejada pelos terceiros, o autor da carta insere a súplica pelos dobres fúnebres na lógica do dar, receber e retribuir. A mesma lógica que guiava os serviços prestados à realeza.

Entretanto, a diferença entre a quantidade de dobres dos sinos dados em função da morte de um membro da Ordem Primeira e um membro da Ordem Terceira já deixava clara a assimetria entre os grupos e, no Antigo Regime, é justamente na assimetria que reside o poder. Pode ser por este motivo que a pretensão dos terceiros em se igualar aos irmãos primeiros na quantidade de dobres fúnebres gerou tanta resistência, sendo tratada na documentação como um *ônus* aos religiosos carmelitas do Recife.

O conflito dos sinos evidencia a força estrutural das relações político-institucionais estabelecidas pela Coroa, que criavam um “universo normativo preciso e minucioso que lhe

retirava toda a espontaneidade” (XAVIER; HESPANHA, 1998, p. 340). Nesse sistema bem delimitado, as esferas eclesiásticas e seculares tinham suas atribuições muito bem definidas e divididas. Mesmo com toda a confusão que reinava entre os dirigentes da Ordem Primeira, estes ainda eram os detentores da graça do toque dos sinos, e essa graça lhes fora dada tanto pelo Senhor do céu, quanto pelo Senhor da terra<sup>5</sup>.

Como bem diz Francisco José Silva Gomes sobre o processo de clericalização ocorrido na Igreja, “a distinção entre poder espiritual e poder temporal era acompanhada da sua relação assimétrica, porque devia haver subordinação do poder temporal ao poder espiritual” (GOMES, 1997, p. 51-52). Logo, ainda que a contenda se dê em oposição a um grupo de homens poderosos, a derrota dos irmãos primeiros significaria uma intromissão da esfera secular na jurisdição eclesiástica. Em se tratando de um período onde “reclamar a sua jurisdição não é, como hoje, apenas defender uma prerrogativa orgânica; é lutar por uma autonomia de criação do mundo, de definição do bom e do justo, de domínio de Deus” (COELHO, 2009, p. 8), a súplica feita pelos terceiros não era vista somente como uma tentativa destes de aumentarem seu poder, mas como uma forma de tomar o lugar dos religiosos na hierarquia social<sup>6</sup>.

Por mais que os nobres da terra buscassem formas de burlar a burocracia institucional vinda do ultramar, esta conseguia cumprir seu papel precípua, impedindo que a nobreza se igualasse aos agentes eclesiásticos, ou contestassem sua superioridade. Garantida a assimetria entre os grupos, se garantia também o poder da Igreja sobre os seus súditos.

#### Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Yeda (Coord.). *Toque dos sinos e o Ofício de Sineiro em Minas Gerais: tendo como referência as cidades de São João del Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes*. Brasília, IPHAN, 2017.

COELHO, Maria Filomena. *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séculos XVIII)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2009.

---

5 Os irmãos primeiros chegam a citar na documentação uma disputa semelhante ocorrida na Bahia. Segundo eles, os membros leigos da Ordem Terceira de São Francisco puseram sinos em uma das duas torres presentes no Convento, com a finalidade de dar mais dobres aos seus irmãos defuntos. Conta-nos o Frei que, “depois de gastarem mais de quarenta mil Cruzados, se desvaneceu tudo com o extermínio de alguns dos ditos Irmãos; uns pelo Rei da terra, outros pelo Rei dos Céus”. (AOTCR-CP, 009.jpg)

6 Acho importante ressaltar que não é defendida uma visão dicotômica de disputas entre poder secular e poder eclesiástico. A ideia é a de que há, sim, uma concorrência entre dois grupos de indivíduos por meios de fortalecerem-se através da Igreja. Um excelente artigo que contesta esta visão dicotômica foi escrito pela historiadora Maria Filomena Coelho (2017).

COELHO, Maria Filomena. **“Não há que duvidar, pois a Igreja o determina”**: estratégias eclesiais da política monárquica (Portugal, Séc. XV). *Revista Veredas da História*, v. 10, n. 2, 2017.

FONSECA, Fernando Taveira. **A Universidade de Coimbra (1700-1771)**. *Estudo Social e Econômico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1995.

GOMES, Francisco José. **A Igreja e o Poder: representações e discursos**. In: Maria Eurydice de Barros Ribeiro (org.). *A vida na Idade Média*. Brasília: Ed.UnB, 1997

HESPANHA, A. M. **As vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994.

HONOR, André Cabral. **"A exposição da carne: condutas sexuais de carmelitas reformados na América portuguesa do século XVIII."** (2014), *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n.2, jul/dez. 2014.

MARTINS, William de Souza. **Membros do corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)**. EDUSP, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos. Nobres contra Mascates: Pernambuco 1666-1715**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

NOGUEIRA, Gabriel. **Viver à Lei da Nobreza: Elites Locais e o Processo de Nobilitação na Capitania do Siará Grande (1748-1804)**. Appris Editora, 2018.

SOUZA, George Felix Cabral. **Os homens e os modos da governança. A câmara municipal do Recife do século XVIII num fragmento da História das instituições municipais do Império Colonial português**. Recife: Gráfica Flamar, 2003.

SOUZA, George Felix Cabral. **Tratos e Mofatras. O grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

#### Fontes:

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 60, doc. 5124

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 82, doc. 6849

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 102, doc. 7902

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 107, doc. 8344

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 109, D. 8461

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 111, doc. 8576

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 115, doc. 8831

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 122, doc. 9326

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 128, doc. 9697

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 132, doc. 9930

AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 178, doc. 12483

Arquivo da Ordem Terceira do Carmo do Recife – Cartas dos Primeiros (AOTCR-CP), 002-0048.jpg.

Arquivo da Ordem Terceira do Carmo do Recife – Cartas dos Terceiros (AOTCR-CT), 002-009.jpg.

VIDE, Sebastião. *Constituições Primeyras do Arcebispado da Bahia feytas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteyro Da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado e do Concelho de Sua Magestade, em o Synodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. Coimbra: Real Colegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

## A construção social da loucura e o suplício de um louco no conto *André louco* de Bernardo Élis<sup>1</sup>

The social construction of madness and the supplement of a mad in the tale *André louco* of Bernardo Élis

**Marcos Delson da Silveira**

Mestrando em História  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
marcos.delson@hotmail.com

**Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**

Doutora em História  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
mariacris.nfn@gmail.com

**Recebido em:** 20/03/2020

**Aprovado em:** 14/04/2020

**Resumo:** Este artigo, fundamentado em pesquisas bibliográficas, objetiva demonstrar a construção social da loucura presente no conto *André louco* de Bernardo Élis. Para tanto, parte-se da hipótese de que desde o início do conto, no suspense da criança que narra e vive a história, a representação social da loucura imprime nas mentalidades que o louco é desprovido de bons sentimentos, cruel, possuído, assassino e, portanto, uma vez estigmatizado, deve ser retirado do convívio social. A exclusão de André redundava, por uma série de acontecimentos presentes no conto, na prisão e, por fim, no suplício. Na conclusão, levantam-se alguns argumentos relacionados ao movimento antimanicomial e aos tratamentos extra-hospitalares.

**Palavras-chave:** Construção social; Estigmatização; Suplício.

**Abstract:** This article, based on bibliographic research, aims to demonstrate the social construction of madness present in the short story *André crazy* by Bernardo Élis. Therefore, it is assumed that since the beginning of the story, in the suspense of the child who narrates and lives the story, the social representation of madness prints into the mentalities that the mad person is devoid of good feelings, cruel, possessed, murderer and hence, once stigmatized, it should be removed from social life. André's exclusion results, due to a series of events present in the story, in prison and, finally, in torture. In the conclusion, some arguments are raised regarding the anti-asylum movement and extra-hospital treatments.

**Keywords:** Social construction; Stigmatization; Suffice.

---

<sup>1</sup> Agradeço ao Prof. Dr. Eduardo Sugizaki que me apresentou o conto “André louco”.

## Introdução

“A função do historiador é lembrar a sociedade aquilo que ela quer esquecer”

Peter Burke

Este artigo tem como fonte principal o conto *André louco* do Corumbaense Bernardo Élis. Este conto de Bernardo Élis, embora seja um trabalho de Literatura<sup>2</sup>, tem como vertente principal acontecimentos históricos. Segundo Curado (2019, p. 12), estão presentes no conto *André louco*, além da cultura e paisagem de Corumbá de Goiás, “a Igreja da Penha; a cadeia velha (onde está o correio), o sobrado do coronel João José, a casa paterna, certas ruas e largos e a estrada que subia o morro (Rua Aurélio Curado).” Somando a esses fatos ambientais destacados, Curado (2019, p. 11-2) afirma que o próprio André foi real, era louco, gritava, foi preso, fugiu e, por fim, morreu na cadeia da cidade:

na madrugada do dia quinze de maio de 1920, um louco chamado André, da fazenda Areias, correu as ruas da cidade gritando e chamando o povo para confessar, tendo sido encarcerado na cadeia pública. No dia vinte e dois de maio o louco fugiu da cadeia indo até a sede da Banda 13 de maio, na esquina da Rua das Flores com a Rua Direita, retornando depois para a prisão [...]. A oito de outubro de 1920 – amanheceu morto o preso louco André. E o sacristão Pulquério Fernandes registrou o óbito: ‘Aos nove dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Corumbá, foi sepultado no cemitério público [...] André Batista de Moraes, de trinta e oito anos de idade [...] o qual faleceu em consequência de diversos ferimentos em seu corpo produzidos por si mesmo que se achava louco’ (CURADO, 2019; p. 11-2).

No ano de 1920 o escritor Bernardo Élis tinha de quatro para cinco anos de idade e a cidade de Corumbá de Goiás pouco mais de 14. 600 habitantes, sendo que 95% desse montante residia na zona rural (CURADO, 2007, p. 28). Semelhante ao que relata Élis no conto, o movimento real de um louco na cidade, certamente, ficou no imaginário das pessoas, o louco virou personagem que se estagnou por certo tempo nas rodas de conversa<sup>3</sup>, sendo, em tempo hábil, transformado em história por Bernardo Élis. Tirando os excessos por vezes extravagantes da imaginação literária, o conto por si só não é história, mas tem base histórica.

Neste sentido, neste artigo, adentrando no conto, buscou-se como objetivo não necessariamente historicizar os fatos, e sim, em específico, demonstrar a construção social da

---

<sup>2</sup> Segundo Pesavento (2005, p.91), a ficção é uma das características da História cultural, enquanto entende ficção como aquilo que é criado a partir do que existe.

<sup>3</sup> “A grande vida na cidade era o encontro que todas as noites mantinham os irmãos, cunhados, genros, sobrinhos, netos etc., na casa de meu avô, quando se discutiam largamente os acontecimentos mundiais e nacionais registrados e divulgados pelos jornais trazidos pelos correios... com vinte dias de atraso...” (ÉLIS *apud* CURADO, 2019, p. 07)

loucura que, utilizando-se de um imaginário de morte, conduz André ao suplício. Para tal fim, a reflexão pautou-se na hipótese que indica que a loucura de André, do conto de Élis, teve como um dos parâmetros a estigmatização oriunda de vários acontecimentos do cotidiano, isto é, do senso comum. Esses acontecimentos atribuídos a André imprimiram na mentalidade social que eram acontecimentos típicos de alguém louco. A representação social da loucura que estigmatizou André conduziu-o a exclusão na prisão e, posteriormente, ao suplício no sítio dos irmãos.

Este trabalho é fruto de levantamentos bibliográficos e da *Thaumasia*<sup>4</sup> dos autores, tendo com principais obras o conto *André louco* de Bernardo Élis e a obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* do filósofo Michel Foucault. Este artigo justifica-se na tentativa de ser um exercício de reflexão sobre o tratamento oferecido as pessoas acometidas de transtornos mentais antes da construção dos Hospitais Psiquiátricos no que tange certas formas de tratamentos oferecidos pela sociedade e o aprisionamento do acometido de loucura nas cadeias públicas das cidades junto com pessoas delituosas.

Antes de iniciar a introdução, a frase de Peter Burke é para fazer menção ao artigo publicado na Folha de São Paulo, do dia 11 de fevereiro de 2019, com texto escrito pela articulista Natália Cancian com o título: “Não podemos censurar técnicas, diz ministro da saúde sobre ‘eletrochoque’”. Essa reportagem da Folha de São Paulo está alicerçada na Nota Técnica do Ministério da Saúde nº 11/2019 – CGMAD/DAPES/SAS/MS que dá “esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas”. Esta Nota Técnica supracitada, segundo a reportagem, autoriza a compra de aparelhos de eletrochoques pelo SUS – Sistema Único de Saúde. A aquisição de tais aparelhos tem um significado histórico, um significado humano, carrega um símbolo ligado à dor e ao sofrimento, por isso a carta aberta de repúdio à Nota Técnica nº 11/2019 feita pelo Conselho Federal de Psicologia no dia 08 de fevereiro 2019. Por mais que os novos aparelhos para a terapia eletroconvulsiva tenham suas peculiaridades que os diferenciam dos antigos aparelhos, a memória (*Mnemósine*) instiga um questionamento oriundo do “progresso” técnico-científico: esses aparelhos são necessários? Essa reportagem mencionada da Folha de São Paulo conduziu-me a assistir o documentário *Passageiro de Segunda Classe* que originou a *Thaumasia* e o desejo de escrever o presente artigo que trata, entre outras coisas, do sofrimento de André louco análogo,

---

<sup>4</sup> A palavra *Thaumasia* significa espanto, admiração, inquietude.

acredita-se, ao sofrimento de muitos “Andrés” imersos na loucura, na sociedade construída para acolher os “normais” e excluir os “anormais”.

### **A construção social da loucura no conto “André louco”**

“Que é isso?” Eis a pergunta de espanto que inicia o conto “André louco” de Bernardo Élis (2005, p. 19). Este espanto propedêutico de uma criança não se alicerça exclusivamente naquele momento de anomia presenciado na introdução da “história” de André. Este espanto inicial está carregado de medo de uma criança diante a interpretação da loucura que se extraía dos dizeres das pessoas que lhe eram próximas. Para o imaginário social<sup>5</sup> dos personagens do conto de Élis, o louco é o irracional, o demente, o possuído, o criminoso, o digno de piedade e são essas percepções que povoam a imaginação da criança diante a possível presença de André. Por isso, o espanto da criança está inebriado da representação social<sup>6</sup> da loucura da cultura a qual faz parte.

Assim, no deslanchar do conto, percebe-se que a violência contra André surge, antes de tudo, como enfatiza Sémelin (2009, p. 29), “de uma maneira de se ver o ‘Outro’, de estigmatizá-lo, de rebaixá-lo e anulá-lo, antes mesmo de matá-lo”<sup>7</sup>. André é sujeitado a uma morte brusca, estúpida que lhe serve como forma de purificação ou livramento do “espírito da loucura”. A morte é o resultado do medo que estava arraigado na sociedade, medo que é fruto de uma série de acontecimentos que contribuíram para a construção do “monstro” André. Daí extrairmos a premissa de que muitos traços da loucura de André era fruto da construção social entorno do que seja a loucura.

Neste escrito entende-se que quando uma cultura utiliza o conceito “louco” em sentido pejorativo, indica disciplina<sup>8</sup>, pois impõem o “não louco” como modelo a ser seguido – razão/desrazão. Nesta imposição, entre o “louco” e o “não louco”, elabora-se modelos de exclusão para ausentar ou remodelar a “loucura” dentro dos parâmetros de sanidade ou, no

---

<sup>5</sup> “Entende-se por imaginário um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo (...)” (PESAVENTO, 2005, p. 22-3).

<sup>6</sup> “As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, com o fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência.” (PESAVENTO, 2005, p. 22).

<sup>7</sup> O autor citado não está se referindo a loucura, mas ao massacre, no seu livro *Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*.

<sup>8</sup>As disciplinas são formas gerais de dominação, “uma arte do corpo humano”, nascidas entre os séculos XVII e XVIII, que visa formar uma relação “que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

mínimo, dos parâmetros considerados aceitos na cultura, uma espécie de Microfísica do poder<sup>9</sup>. Como é a cultura que estipula quem é o “louco”, e o faz seguindo um modelo de “normalidade” que ela mesma criou, pode-se dizer que a cultura constrói os seus próprios loucos e, simultaneamente, constrói os mecanismos para discipliná-los, sujeitá-los, tornando-os corpos dóceis<sup>10</sup>, isto é, submissos e, quando possível, produtivos. Parafraseando Foucault (1975, p. 71), André louco é “louco” em virtude da cultura onde está, pois é esta cultura que o considera como louco, é esta cultura que compõem o que é ser “normal”. É esta cultura que o aprisiona, dando-lhe como castigo, a prisão, a segregação e a morte.

Portanto, o espanto inicial do conto é simbólico<sup>11</sup> e está enraizado no imaginário social da loucura, é o espanto do conto que transmite a necessidade do questionamento, pois é impossível ler tantas barbaridades, oriundas do imaginário coletivo da loucura, com indiferença, sem interpelar a fictícia sociedade e as loucuras que Bernardo Élis nos apresenta por intermédio do sofrimento de André. Sofrimentos intrínsecos à própria construção e interpretação daquele visto como louco.

Não por acaso, no conto, Élis deixa tangível o fluir da imaginação da criança. A imagem construída, logo após o espanto inicial do conto, relembra o suspense – latidos de cachorros, correntes sendo arrastadas pelas calçadas de forma tétrica e enervante, silêncios repentinos – que coaduna com os dizeres imbuídos de medo: “um medo danado de que o louco entrasse ali e matasse meu pai, me matasse, matasse minha mãe, quebrasse os santos e desse pescoções na preta Joana” (ÉLIS, 2005, p.19-20). Esta conclusão da criança a possível ação do louco é inerente à representação de que o louco é, necessariamente, um assassino desprovido da graça divina, ao ponto que Joana, empregada da família, no que tange a visão religiosa no mal, acrescenta ao ideário do louco a imagem demoníaca (ÉLIS, 2005, p. 87), modelo-mítico religioso de compreensão da loucura que acompanha, ao longo do conto, o imaginário dessa senhora e daquela cidade descrita/inventada por Élis.

---

<sup>9</sup> Para Foucault (2014, p. 30), o poder não se concentra no Estado, ou numa classe dominante, está em todos os setores da sociedade. “Esse poder se exerce mais do que se possui,” é uma “rede de relações sempre tensas”. É posta em jogo pelos aparelhos e pelas instituições, “mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre essas grades funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças”.

<sup>10</sup> Para Foucault (2014, p. 134-5), houve na Época Clássica a descoberta do corpo como objeto de alvo e poder. O corpo é manipulado, treinado à obediência. Torna-se útil e inteligível. O corpo torna-se dócil. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Diferente dos outros mecanismos de controle do corpo presentes em todas as outras épocas, agora, trata-se de trabalhar o corpo “detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga”.

<sup>11</sup> No sentido de que remete a algo além do próprio espanto. A cruz é simbólica, pois eleva o pensamento para algo além da cruz.

Percebe-se que a leitura do conto não apresenta “vozes” da loucura. O que retira André do anonimato, além do sofrimento, são urros, chutes e o medo social. Fala-se muito de um “fantasma” André, de uma “sombra” em torno da qual se construiu uma história da loucura. História de suspense, de terror, que causa medo, espanto, lágrimas, morte e imaginação. Imagens reais de um ser humano carente de tratamentos. Imagens irreais provocadas pelo medo do desconhecido, neofobia ou fobia do pouco que se sabia e das histórias que se escutava. Anseios e medos típicos de uma sociedade que desconhecia a dimensão humana do “louco” por faltar-lhes conhecimentos sobre a dimensão da dignidade humana.

A sociedade do conto de Élis vive um “trauma social<sup>12</sup>” inerente à figura do “louco cruel” que estrangulava e assassinava pessoas, ateava fogo e raptava crianças. Diante esses fatos, na construção da visão social, os discursos estarão carregados da “não aceitação desse outro violento,” não aceitação imbuída em um medo paranoico do que se supõe que ele fez e do que se supõe que irá fazer. No momento em que o medo se intensifica, surgem discursos envoltos em afetos que penetram os ouvidos e os sentimentos carregando-os de símbolos ligados ao ódio e a recusa. Discursos que depositam sobre o “louco” toda a angústia coletiva transformando-o em um inimigo que precisa ser combatido, destruído, assassinado. Escuta-se a recusa - “o lugar dele não é aqui” - de um imaginário que “se alimenta do real para deformar o estado de realidade daqueles que ele designa como vítima para torná-los realmente assustadores. Imaginário e real aparecem então inextricavelmente ligados” (SEMELIN, 2009, p. 46). No caso de André, um imaginário de morte e para a morte.

### **Pressupostos do espanto inicial e a prisão de André louco**

Uma vez construído o imaginário social de não aceitação da loucura, o corpo do “louco” tende a ser manipulado, docilizado e, quando impossível controlá-lo, desemboca-o no “não ser”. Se se o corpo em estado de “loucura” não obedece, precisa ser preso, excluído do convívio ou amansado por outras técnicas, como o espancamento, eletroconvulsão (eletrochoque), disciplinas, fármacos ou, no caso de André louco, o exílio, os maus-tratos, o colete de couro, que retira do “louco” mais do que a “loucura”, abstrai o seu “eu”, remove, utilizando-se de “enchentes” catastróficas, a “identidade” construída na insanidade. Insanidade que “em si mesma” não se percebe, não se sabe, não se escuta. Insanidade que percebe o mundo com um olhar não disciplinado por normas de conduta, que observa de forma diferente o que todos veem de forma

---

<sup>12</sup> Neste sentido, o trauma é entendido aqui como uma experiência social emocional que deixa marcas profundas na consciência coletiva.

semelhante. Pune-se o que se é diferente e, que na sua singular diferença, não promove o mal a outrem e nem a si mesmo, simplesmente incomoda a “normalidade” construída sob a égide que fomenta a gana incessante pelo jogo de poder, pelo controle dos corpos. Insanidade que no máximo do seu não saber reage aos maus-tratos em um instinto natural de autopreservação.

A “normalidade” dos que enclausuram e excluem André está envolta em misticismo, religiosidade, preconceitos e suposições folclóricas. Neste tópico, em que descreveremos a prisão do “louco” André, ficará perceptível a construção do imaginário social da loucura e a própria construção do “louco” em torno do qual Élis teceu a história. A ação de espanto da criança, que é inicial ao conto, como supracitado, está imerso em uma série de acontecimentos pressupostos ao espanto. Quero dizer que o espanto é motivado. Quais são esses acontecimentos? Diz Élis:

André, desde mocinho, tinha um gênio insuportável. Na quadra da folia, na cidade, embriagou-se e fez um tempo quente que ficou memorável. Deu no delegado, nos bate paus, saiu pelas ruas dando tiros nas paredes. Todo o mundo fechou as portas e uma bala ricochetada atravessou os seios de Angelina baiana – aquela peitaria de meio metro que ela trazia sempre à mostra entre as rendas do cabeção. Foi Antão arrieiro que o abotoou de supetão no quebrar da esquina (...). (ÉLIS, 2005, p. 20-3).

Élis descreve esses acontecimentos da juventude de André como “memoráveis”, isto é, que ficaram na memória coletiva da cidade. Esses acontecimentos ganharam valor quando foram superqualificados como importantes. Percebe-se que Élis fala de uma cidade de pequeno porte, típica do interior de Goiás do início do século XX, onde, provavelmente, todas as pessoas se conheciam<sup>13</sup>. Uma feitoria dessa grandeza poderia ser interpretada de várias formas, neste específico, André estava embriagado e armado o que conduziu o rapaz, pelos motivos expostos, a fugir da cidade e ir ao sítio dos irmãos retornando somente três anos depois. Quando retornou,

estava André carregando milho da roça para o paiol, quando (...) saltou para cima do carro, gritou uns gritos feios com os bois, metendo o ferrão (...). Os bois se arcaram, a boca aberta num mugido longo e baboso, com o carro levado num arranco, aos pulos, aos trancos, até sumir no capão (...). No outro dia acharam o rodeiro do carro partido (...). Dois bois (...) estavam assim dum lado da estrada, com as pernas quebradas. Muito mais longe, num Itambé, a mesa do carro. De André, nem rastro<sup>14</sup> (ÉLIS, 2005, p. 22).

---

<sup>13</sup> Pelo mencionado na introdução é possível supor que Élis refere-se a Corumbá de Goiás, cidade natal do autor.

<sup>14</sup> Um pouco adiante no conto, Joana busca esclarecer esse ocorrido. Para Joana, André estava com o espírito de Romãozinho no corpo, e indica na fala o início da loucura de André em virtude desse espírito. Diz Joana que no dia desse ocorrido com os carros de bois, André permitiu Romãozinho carregar no carro uma trouxa de roupa. Perceba que mesmo sendo Romãozinho um espírito, André conversa com ele, dando-lhe permissão (ÉLIS, 2005, p. 88-9).

Esses acontecimentos, somados aos tiros e a embriaguez, contribuíram para estigmatizar André de louco, um louco que, não se sabe bem o porquê, andava armado quando jovem e, como a maioria dos jovens, embriagado agiu de forma inesperada, irresponsável e surpresa. Contudo, uma vez de posse da “loucura”, todos os males posteriores na cidade foram atribuídos a ele, isto é, ao “louco”.

Entre os acontecimentos posteriores na cidade, Lorindo estava na roça com a mulher e três filhos pequenos quando atearam fogo no seu rancho.

Em casa tinha deixado a filha mais velha, de oito anos, com os dois menores. Nisto a menina chega gritando na roça: que tinha um homem no rancho batendo nos meninos e querendo atear fogo na casa. Quando Lorindo chegou só restava a fumarada. Um dos meninos nunca mais encontraram. A notícia correu e ninguém pensou senão em André louco (ELIS, 2005, p. 23).

Todos pensaram, evidentemente, no “louco”, no desprovido de razão e de bons sentimentos. Entre fatos e mitos, outros fatos foram atribuídos à loucura de André: “A Luciana (...) foi estrangulada. Lavava uns panos no córrego e vai um homem sai de dentro do mato e pula no pescoço da velha. Como ela gritasse, vieram os filhos e ainda puderam ver André louco montado na cacunda da velha, abarcando-lhe o cangote” (ELIS, 2005, p. 23). Em meio aos gritos, a emoção do momento e a correria, avistaram alguém estrangulando a mulher e, diante os últimos acontecimentos que fomentava a visão social sobre André que indicava a menção de um “louco feroz”, logo avistaram André louco no pescoço de Luciana. O valor que dão aos acontecimentos atíca as pessoas, fomenta a imaginação, constrói imaginários que perpassam as mentalidades. Seria realmente André? Segundo Rego Santos (2017, p. 50-1),

não se pode nem mesmo dizer que de fato as notícias sejam de André, muito menos asseverar que tenha sido ele o autor do incêndio no referido rancho. Trata-se de uma construção social e imaginária de que o louco possa, supostamente, ter cometido o crime. Atribuíram também a André a tentativa de estrangulamento de Luciana (...). Em ambos os casos, se foi o louco, não se sabe, mas ele não era ouvido, sua palavra não seria considerada diante de testemunhos de pessoas consideradas normais e lúcidas.

No contexto da cidade, escrita por Élis, a palavra do louco, assim como suas ações, não tem razão, coerência, clareza, lógica e, portanto, é desprovida de verdades e carece de sentidos. Como pretende Descartes (2008, p. 36), o erro e o sonho podem até ser direcionadas à verdade, mas o louco não (FOUCAULT, 2008, p. 46). Percebe-se que a palavra torna-se ausente na carência da pretensão de verdade e, portanto, não gera o diálogo autêntico, não gera autodefesa ou sentidos. Assim sendo, se é o louco que fala, não é necessário ouvi-lo. Se não é necessário

ouvir o louco, a sociedade fala por ele, no caso de André louco, excluindo-o, aprisionando-o sem o direito ao contraditório e a ampla defesa. Restam-lhe gestos, sofrimentos, berros e, por fim, o aniquilamento trágico, cruel e covarde.

Neste interim, já que o louco do conto de Bernardo Élis não tem voz, somente gritos noturnos e uma corrente para arrastar, e mesmo se tivesse voz não precisaria ser ouvido, assim que foi encontrado, mesmo sem a certeza de que os crimes foi ele quem os cometeu, foi preso. No Estado de Goiás, no início do século XX, era prática o aprisionamento de pessoas acometidas de loucura junto com criminosos em cadeias públicas. Segundo o jornal Democrata (16 abr. 1926 *apud* Paula, 2012), não é possível precisar o início dessa prática de isolar os loucos em cadeias públicas junto com criminosos, o que é possível precisar é o fato de que essa prática só crescia dia após dia, transformando as prisões em Manicômios. Essa era uma prática recorrente não só no Estado de Goiás, Foucault (2008, p. 10), quando fala da “Nau dos loucos” na História da loucura e se refere à Renascença, afirma que Nuremberg acolheu grande número de loucos e os alojava, mas não os tratava: eram “pura e simplesmente jogados na prisão”. Corroborando com o Jornal Democrata e com Foucault, Iglésias (2004, p. 484), comentando sobre o surgimento do Hospital psiquiátrico no Brasil (1853), afirma que antes “as Santas Casas colocavam-nos (alienados) em celas gradeadas, onde o tratamento deixava muito a desejar, chegando a inumano. Naquela época, a terapêutica do alienado limitava-se à segregação e à coerção. No interior do país, os loucos furiosos eram recolhidos às cadeias públicas”. A prisão era uma forma de exclusão do “alienado”, não havia a intenção do tratamento e, em muitos casos, nem condição para isto.

No contexto da prisão de André, quando o encontraram estava ferido e, mesmo nessas condições, jogaram-no no calabouço frio e úmido, magro, algemado e acorrentado os pés (ÉLIS, 2005, p. 23). A presença de André na cadeia da cidade incomodou as pessoas que residiam próximas ao local. O que mais adiante, no conto, será motivo para buscar retirá-lo da cadeia, porém sem lhe proporcionar outro destino que pudesse garantir, uma vez considerado louco, um tratamento. Fato é que “o pessoal do largo da cadeia mudou-se quase todo”, pois André louco gritava até não conseguir mais de dia e de noite. “Gritos horríveis, irracionais e dolorosos”. Um grito horrível é um grito estrondoso, porém é possível assemelhar o “horrível” com a própria interpretação da “loucura”, também considerada horrível, ao ponto de Josefa “morrer de medo de ficar louca”. Às vezes o que incomodava não eram os gritos em si, mas é o fato de a imaginação saber de onde eram proferidos e quem os proferia. Era o “louco”, na imaginação de

muitos da cidade de Élis, o possuído, o assassino, o estrangulador está aqui perto. Seria difícil controlá-lo em caso de fuga, uma vez que era um animal “irracional”, por isso os gritos são animais e não humanos. Eram gritos de dor e sofrimento que eram interpretados, não do ponto de vista de André, mas do ponto de vista dos incomodados. Os gritos de André eram motivos de desespero para os habitantes da cidade, eram gritos que “acordava assombrações e pesadelos”.

A assombração é uma imagem fantasmagórica, muitas vezes, ligada a um mundo sobrenatural de anjos, mas também de demônios, isto é, de “loucos”, de insanos, que tentaram sobrepujar a imagem do bem, do inacessível, do onipotente, designada a Deus. E somado ao fantasmagórico, os pesadelos, isto é, os sonhos ruins dos quais as pessoas buscam se libertar. O louco incomodava livre e agora incomoda preso, está no consciente e no inconsciente da cidade, se apresenta horrivelmente mesmo nas atividades oníricas e no desespero do silêncio onde as pessoas angustiadas esperavam novamente o berreiro do louco (ÉLIS, 2005, p. 23).

Uma vez descompassado da figura humana e próximo ao animalesco, para André louco na prisão

a comida ia envolta numa folha de jornal. Prato, André quebrava. Nem colher, nem garfo podia ele ver (...). Constantemente o pacote se rasgava e a bóia caía no chão. O demente esse dia não se alimentava, ou comia catando os grãos de arroz e feijão, misturados com terra (...) (ÉLIS, 2005, p. 30).

Paula (2012, p. 130-5) afirma que “no limite do que é ou não humano, André (...) passa pelas mesmas mazelas físicas equivalentes às que durante muito tempo foram utilizadas como tratamento psiquiátrico”. Nesta linha crítica à psiquiatria, Cooper (s/d. p. 27), no livro *Psiquiatria y antipsiquiatria publicado em 1967, afirma que* “ao falar da violência em psiquiatria, a violência que nos confronta descaradamente dando gritos, a violência proclamada em alta voz é a violência sutil e sinuosa que pessoas “saudáveis” comentem contra os rotulados “loucos”. Enquanto a psiquiatria representa os interesses ou os pretensos interesses dos saudáveis, descobrimos que, na realidade, a violência na psiquiatria é a violência *da* psiquiatria (tradução do autor)”. Assim, para “curar” a anomalia e o “louco” alcançar a “normalidade,” o castigo físico e psicológico era ato típico, parece-nos, não só com o André fictício de Élis, mas com milhares de “Andrés” espalhados pelas ruas e pelos Manicômios do mundo.

O espanto inicial do conto tem todos esses acontecimentos supracitados e a fuga de André da cadeia pública. Havia toda uma visão social sobre a figura de André. Por isso, no

desenrolar do conto, diante acontecimentos que envolvem diretamente a “honra” do pai do menino-narrador do conto, André louco é apontado como culpado (ÉLIS, 2005, p. 58). Diante desses acontecimentos com seu João e diante vários outros acontecidos na cidade, que envolveu a “honra” e o medo de várias pessoas, André é enviado ao sítio dos irmãos. O envio de André ao sítio dos irmãos é o primeiro passo para o suplício do louco.

### **O suplício de André louco**

Uma vez acuado, o monstro precisa ser detido. O divertimento medonho da cidade, a causa dos medos e dos incômodos carece de um “destino” longe dos “normais”. O “louco” não precisa só de um local de exclusão, o “anormal” precisa ser silenciado. André não estava indo só em direção ao Sítio dos irmãos, ia também em direção ao “destino” histórico da anormalidade (exclusão), no caso específico do louco André, ia em direção ao suplício.

Michel Foucault (2014, p. 36-7), no livro *Vigiar e Punir*, afirma que o suplício deve “produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa (...) ao menos apreciar, comparar e hierarquizar”. A morte é um suplício quando tem “o termo final de uma produção calculada de sofrimento (...). O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento”. Ele, o suplício, é um ritual da liturgia que obedece a duas exigências: um olhar na vítima e outro na justiça. “Em relação à vítima deve ser marcante (...). E pelo lado da justiça que o impõem, o suplício deve ser ostentoso (...)”. Por isso, “o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes (...) é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força”. Segundo Foucault (2014, p. 50-7), o suplício não é um ritual de ódio e rancor, é um ritual jurídico-político. O crime cometido é uma afronta à lei e ao soberano. Nestes termos, “o suplício (...) é um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante”. Na execução da pena deve preponderar a “força física do soberano que se abate sobre o corpo de seu adversário e o domina (...), se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado”. Assim, o suplício reativa o poder lesado do soberano: “suas crueldades, sua ostentação, a violência corporal, o jogo desmensurado de forças, o cerimonial cuidadoso, enfim, todo o seu aparato se engrenava no funcionamento político da penalidade”. Toda a crueldade que

paira sobre o suplício desempenha, portanto, duplo papel: sendo princípio da comunicação do crime com a pena, ele é por outro lado a exasperação do castigo em relação ao crime. Realiza ao mesmo tempo a ostentação da verdade e do poder; é o ritual do inquérito que termina e da cerimonia onde triunfa o soberano. E ela os une no corpo supliciado (FOUCAULT, 2014, p. 57).

Em André louco, o suplício remete-se ao corpo, ao sofrimento no sítio dos irmãos, onde acontece um ritual medonho de dor que é “aplaudido” pela inércia das pessoas próximas. André é marcado pelas feridas tanto físicas como ideológicas. Isso acontece porque a sociedade em crise abre-se à violência. A lembrança dos fatos pode provocar um medo que se transforma em vingança. A morte de André é a ostentação da ignorância. A dor, os gemidos, as feridas, as varejeiras, a creolina, a morte fazem parte do ritual de ostentação que acontece entre o corpo de André e a crença de um povo que acredita ser justo o que faz.

No sítio, os irmãos de André prenderam-no ao moirão do curral, pela corrente que ele trazia no tornozelo. Ali passava o dia inteiro gritando, arranhando o chão, andando em torno do toco. Ali defecava, mijava. Ali caíam dendritos alimentícios. Tudo isso formava uma lama fedorenta em que o louco chafurdava. Vinham porcos e cachorros famintos disputar aqueles restos de comida e o demente se divertia em pegá-los e matar. Para evitar isso os irmãos puseram um vigia, - um menino (...) (ÉLIS, 2005, p. 102-3).

Esse menino-vigia, ficava olhando o demente com uma varinha de pirai e, não raras vezes, para quebrar a rotina dava umas lambadas em André que enfurecia, como qualquer outro ser humano, corria em direção ao menino, o que o impedia eram as correntes que o jogava no chão mergulhando-o na lama fétida.

Vivia nu ao relento, debaixo do sol e da chuva, debaixo do frio nevoento do fim da seca. Os bichos-de-pé passaram a tomar conta de seus dedos, de seus calcanhares, de seu nariz, de suas orelhas (...). As varejeiras (...) preferiram botar seus ovos no corpo do demente (ÉLIS, 2005, p. 102-3).

Uma vez que André louco estava distraído com os bichos-de-pé o menino-vigia deu-lhe uma nas costas e quando deu outra, André segurou a correia do pirai e puxou-a arrastando com firmeza o menino maldoso. Mais de doze pessoas pularam sobre André louco com pauladas, a criança sofreu arranhões pelo corpo, mas “o doido ficou moído de pau, em petição de miséria, largado na lama. A tunda que lhe ministraram expulsou as batatas de bicho de seu corpo” (ÉLIS, 2005, p. 103-4).

Aconteceu que alguns baianos que trabalhavam com os irmãos de André fizeram um colete de couro cru que se estendia da cintura ao pescoço do doido. André recuperando-se das pauladas ficou três dias sem poder se mexer. Porém, o calor da cozinha foi secando o colete e este começou a apertar as costelas de André que sentia muita dor. Quando acordou urrando de dor, porque o colete estava o estrangulando, o baiano içou-o pelas costas e “feito um polichinelo diabólico, esperneando no ar, bracejando inutilmente, gemendo da dor que a pressão das costelas

lhe causava” (ELIS, 2005, p. 105). Quando desfaleceu de tanta luta contra o colete jogaram-no no chão com feridas causadas pelo contato da pele com o colete, feridas que se encheram de varejeiras. O baiano disse que havia no corpo de André o espírito de Antônio Conselheiro, de Canudos, um espírito muito malvado. Fizeram terços e orações para que o espírito imundo de André não saísse dele e entrasse em outra pessoa. Como ninguém cuidava de André, seu corpo ficava exposto parecendo que alguém jogara farinha de mandioca sobre ele, eram os ovos de moscas. Um dia o odor da bicheira no corpo de André chamou a atenção de uma mulher e o baiano achou uma solução: “Isso, na Bahia, é coisa simples. É só benzé. Mais o coipo do infeliz tá intupido de demonho e num aceita reza. O mió mermo é ribá criolim” (ELIS, 2005, p. 106). O baiano com mais quinze pessoas encharcou o corpo de André de creolina.

foi aquele urro estrondoso. A caveira de André Louco se contraía em caretas de impressionar. Seus olhos despejavam chispas numa raiva que aterrorizava. Todos fugiram e o baiano içou de novo o corpo do homem, que ficou gesticulando no ar, aos gritos, pingando pus, creolina, corós e prodriqueira. Nessa tarde o terço ia celebrar-se no Barreiro dos Buritis e para lá foram todos, abandonando André Louco aos berros, gesticulando, dançando uma dança do outro mundo, em contorções dos diabos, espirrando varejeiras [...]. À claridade vermelha e vacilante da fomalha, sua sombra disforme projetava-se na parede enfumaçada e no teto enegrecido, mais impressionante, mais exótico, mais desproporcional. – ‘As bicheira tá tudo morta’, - exclamou o baiano. ‘E como elas, André, Santo André Louco, mártir, orai por ele’ (ELIS, 2005, p. 107-108).

O baiano puxou o terço e colocou uma medalha de São Bento na boca, pois quando o corpo esfriasse era que os demônios começariam a sair. E puxou o terço com a oração de “Ave-Maria”. André estava morto, mas a criatividade daquela gente não. De louco à mártir: “Santo André louco, mártir, orai por ele”. De forma que davam continuidade aos contos e lendas que permeavam a representação e loucura daquela gente. André estava mesmo morto na memória coletiva da cidade: o conto encerra-se com, após o barulho de alguns tiros, Joana afirmando, após a morte do louco André, sinistramente: “André louco evém vindo” (ELIS, 2005, p. 108). Reafirmando o imaginário de morte.

Percebe-se na morte de André que muito do que se fala da loucura é fruto da imaginação social de quem o fala. Além desse tocante a construção cultura da loucura, o conto está latente de percepções religiosas, tanto de um catolicismo, como de um modelo de Espiritismo. Percebe-se que no Brasil, tanto em nível médico como jurídico, acreditava-se que o espiritismo e suas práticas poderiam desencadear a loucura nas pessoas ou estados alterados na mente (ALMEIDA, 2007, p. 49), o que nos conduz a acreditar que a percepção de Joana e do baiano, do conto de

Élis, de que André estava louco devido à ação de um espírito malfeitor, eram crenças sociais inseridas na mentalidade daquelas pessoas, portanto o louco André é uma construção do senso comum imbuída no imaginário, reflexo de certos acontecimentos sociais atribuídos a André e ao próprio comportamento do protagonista do conto no desenrolar do conto.

### Conclusão

Buscou-se ao logo deste artigo tecer o caminho percorrido por Élis no conto *André louco* para apontar como André foi estigmatizado de louco e punido por sua loucura. O corumbaense Bernardo Élis no conto *André louco* pinta, em formato de texto, um quadro do tratamento oferecido ao louco antes da construção dos Hospitais Psiquiátricos. No decorrer do conto demonstra como a visão negativa sobre o “outro” pode gerar a violência. Fica tangível que muito da loucura de André estava na loucura de quem observava o André, de quem o construía com o olhar de carrasco.

Em sua genialidade, Bernardo Élis, aponta a precariedade da cidade do conto e abre a discussão para a necessidade de um Manicômio, de um local adequado que ofereça tratamento às pessoas que sucumbissem na loucura: “precisamos de higiene pré-natal, hospitais, manicômios, assistência médica, escolas...” (ELLIS, 2005, pg. 85). Porém, não acredito que Élis a essa altura da história, acenda de forma positiva ao manicômio. Não acredito, tendo por base que *Ermos e Gerais* – livro onde se encontra o conto *André louco* – foi publicado em 1944, que Élis enxergue nas instituições manicomiais um local de tratamento digno, aonde as pessoas, como André, pudessem ser tratadas tendo em vista a dignidade humana.

Penso assim, porque diante das condições históricas do tratamento oferecido nos Hospitais Psiquiátricos, surgiram movimentos antimanicomiais/antipsiquiátricos espalhados pelo mundo. No Brasil, esse movimento redundou na Lei 10.216 de 2001 que atribuiu ao Ministério da Saúde a competência para a substituição gradual dos leitos em hospitais psiquiátricos por uma rede comunitária de atenção psicossocial: “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes<sup>15</sup>” (BRASIL, 2001,

---

<sup>15</sup> Esse relatório é de 2008/2011. “A Política Estadual de Saúde Mental, já aprovada no Conselho Estadual de Saúde, prevê a redução de leitos psiquiátricos e a criação de serviços substitutivos. Goiás conta hoje com 19 Centros de Atenção Psicossocial – CAPS sendo: 08 CAPS modalidade II (municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes) e 07 CAPS modalidade I (Municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes), e estas duas modalidades atendem usuários com transtornos mentais. Existem também 03 CAPS ad para atendimento de usuários com transtornos decorrentes do uso e abuso de álcool e drogas e 02 CAPSi para infância. Estão previstos ainda para 2008, já aprovados na CIB, aguardando apenas a habilitação dos mesmos junto ao Ministério da Saúde, a implantação de mais 03 CAPS, sendo 01 CAPS II, 01 CAPS I e 01 CAPSi. Conta também com 07 Serviços

art. 4º), conduzindo as pessoas com transtornos mentais para Hospitais gerais. Em 2003, o “Programa De Volta para Casa,” oriundo da Lei nº 10.708, amparava pacientes com transtornos mentais de longa permanência de internação em Hospital Psiquiátrico com programas de suporte social com o intuito de potencializar a alta hospitalar e a reintegração social.

Essa Lei visa diminuir os leitos em Hospitais Psiquiátricos. A proposta é redirecionar os recursos financeiros que não serão enviados aos Hospitais Psiquiátricos aos tratamentos extra-hospitalares: “às ações territoriais e comunitárias de saúde mental, como os centros de atenção psicossocial, serviços residenciais terapêuticos, ambulatorios, atenção básica e outros” (BRASIL, 2004). Com isso, esperava-se a diminuição dos hospitais de maior porte e o redirecionamento do tratamento oferecido às pessoas com transtornos mentais. Ainda, segundo a Lei, os Hospitais Psiquiátricos com mais de 160 leitos conveniados ao SUS – Sistema Único de Saúde - deveriam reduzir progressivamente os leitos “de acordo com limites máximos e mínimos que atendam às necessidades de garantia da adequada assistência aos usuários do SUS” (BRASIL, 2004).

Percebe-se que as leis falam da diminuição dos leitos e de tratamento extra-hospitalares e não do fim dos Hospitais psiquiátricos. Isso porque existem casos específicos em que o internado precisa de tratamento psiquiátrico oferecido por pessoas devidamente qualificadas. Em Anápolis, o Jornal O Contexto (Edição 253 de 26 fev. a 04 mar. de 2010) na coluna “Paciente psiquiátrico é ‘contido’ pela política” noticiou um ocorrido no Hospital Municipal de Anápolis no dia 21 de fevereiro de 2010 onde um paciente internado apresentou crise agressiva e para contê-lo foram necessários dois policiais e um funcionário do Hospital com um cassetete na mão. Isso demonstra falta de capacitação da Unidade Médica para lidar com pessoas acometidas de transtornos mentais, o Município não contava, neste período, com psiquiatras nessa Unidade. Em outro caso, conforme reportagem do G1 – Portal de Notícias da Rede Globo -, adolescente esquizofrênico que era mantido amarrado em uma cama dentro de casa é internado no Sanatório Espírita de Anápolis<sup>16</sup>. Era mantido amarrado porque ficava agressivo dentro de casa e, não raras vezes, agredia a própria mãe que sem saber como socorrê-lo, buscava meios para tal acorrentando-o à cama. Neste caso em específico, certamente, pessoas preparadas saberiam lidar de forma mais adequada com essa pessoa.

---

Residenciais Terapêuticos, onde abrigam egressos de longas internações psiquiátricas sem vínculo familiar” (BRASIL, 2008, p. 90).

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/03/adolescente-esquizofrenico-que-era-mantido-amarrado-e-internado-em-go.html>> Acessado em 21 de jul. 2019

Sendo assim, sou da posição de que a sociedade pode ganhar benefícios quando as pessoas com transtornos mentais ficam o mínimo possível no Hospital Psiquiátrico e retornam para as suas casas tendo condições de convívio social e familiar. Porém, é preciso pensar nos doentes incuráveis e agressivos, e nas famílias que geralmente adoecem com elas, para perceber que, em certos casos, o tratamento psiquiátrico é indispensável e o mais próximo de oferecer condições de uma vida mais digna tanto ao paciente quanto a família do mesmo. Simultaneamente, tendo em mente a história, é preciso urgentemente continuar a humanização do tratamento proporcionado às pessoas acometidas de algum transtorno mental e oferecer uma vida mais digna, com o menor sofrimento possível, esporte, lazer e maior participação no convívio social para que sintam ser o que de fato são: pessoas. Nesta direção, a reflexão do conto André louco, no que tange o sofrimento e a construção social da loucura, é real e urgente diante os históricos sistemas de exclusão e retenção dos corpos. Espera-se que o atual momento histórico não seja um período de retrocesso as técnicas invasivas de disciplinamento, mas que seja um momento de reflexão e aprimoramentos dos sistemas existentes de atendimento e tratamentos as pessoas acometidas de algum transtorno mental. Afinal, como afirmou o Jornal *O Anápolis* do ano de 1950:

O doente mental não é um ser estranho, ‘uma alma transviada’, como diziam antigamente, que merece castigo e cadeia, O doente mental é apenas um doente e, como os demais, tem direito a tratamento adequado. Não veja no doente mental um ser estranho, mas um ente humano que precisa de ajuda e tratamento<sup>17</sup>.

### Referências bibliográficas

- ACADÊMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia Bernardo Élis**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/bernardo-elis/biografia>> Acessado em: 06 de Out. de 2019.
- ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. **“Uma fábrica de loucos”: Psiquiatria X espiritismo no Brasil (1900-1950)**. Tese de Doutorado apresentado à Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280289>> Acessado em: 08 Set. 2019.
- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Aos loucos, o hospício**. Revista pesquisa FAPESP, ed. 263, jan. 2018, pg. 90. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/01/16/aos-loucos-o-hospicio/>>, acessado em: 04 Ago. 2019.
- BRASIL. **Portaria nº 251 de 31 de Janeiro de 2002**. Disponível em: <[http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/julho/27/GM\\_P251\\_02\\_psiq.pdf](http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/julho/27/GM_P251_02_psiq.pdf)> Acessado em 20 de jul. 2019.

---

<sup>17</sup> Jornal O Anápolis, Ano XVI, 23 de Abril de 1950, folha 02

BRASIL. **Portaria nº 1.727 de 24 de Novembro de 2016.** Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2016/prt1727\\_24\\_11\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2016/prt1727_24_11_2016.html)> Acessado em 20 de jul. 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Portaria nº 3.168 de Novembro de 2017. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3168\\_30\\_11\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3168_30_11_2017.html)> Acessado em: 26 de Jul. 2019.

BRASIL. **Lei 10.708 de 31 de Julho de 2003.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.708.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm)> Acessado em 19 de jul. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 52, de 20 de janeiro de 2004.** Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0052\\_20\\_01\\_2004.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0052_20_01_2004.html)> Acessado em 19 de jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.708 de 31 de julho de 2003.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.708.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm)> Acessado em: 20 de jul. 2019.

CANCIAN, Natália. **“Não podemos censurar técnicas, diz ministro da saúde sobre ‘eletrochoque’”.** Jornal Folha de São Paulo. Ano 98, nº 32822 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2019/02/nao-podemos-censurar-tecnicas-diz-ministro-da-saude-sobre-eletrochoque.shtml>>, acessado em 27 Set. 2019.

COOPER, David. **Psiquiatria y antipsiquiatria.** Locus Hypocampus, Buenos Aires: s/d.

CURADO, Maria Eugênia. **“André louco”: violência e brutalidade na representação do bem-estar social.** Revista Plurais – Virtual, Anápolis - Go, vol.6, n. 2 – jul./dez. 2016 - ISSN 2238-3751.

CURADO, Ramir. **Síntese histórica de Corumbá de Goiás.** Anápolis: EDHCA, 2007, 3ª ed.

CURADO, Ramir. Bernardo Élis: **Goiás e o regionalismo modernista.** Anápolis: Moderna, 2019.

DESCARTES, René. **Discurso do Método.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

ELÍS, Bernardo. **André Louco In Ermos e Gerais.** Rio de Janeiro, Editora Globo, 2005.

FIGUEIRÊDO, Marianna Lima de Rolemberg; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. **Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil.** Revista de Ciências humanas e sociais. Maceió, v. 2, n.2, p. 121-136, Nov 2014 Disponível em: <[www.periodicos.set.edu.br](http://www.periodicos.set.edu.br)>, acessado em 16 Ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura** – tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: vozes, 2014.

IGLÉSIAS, Francisco. **O Brasil monárquico: reações e transações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª ed, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **NOTA TÉCNICA Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS.** Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>>, acessado em 27 Maio 2019

**NOTA TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE nº 11/2019 – CGMAD/DAPES/SAS/MS.** Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>>, acessado em 27 Set. 2019

MENDONÇA, Henrique. **Paciente psiquiátrico é ‘contido’ pela polícia.** *Jornal Contexto*, Edição 253, 26 de fevereiro a 04 de março de 2010. Disponível em: <http://www.jornalcontexto.net/paciente-psiquiatrico-e-contido-pela-policia>, acessado em: 02/06/2019

PAULA, Éder Mendes de. **A construção de André, o louco de Bernardo Élis.** Anais do IV Simpósio Nacional do CEAA, II Simpósio Nacional de História, I colóquio da UEG na escola. Educação, história e saberes do Cerrado: contextos étnicos-culturais e ambientais em (re) construção. Setembro de 2012

PESVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural** – 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REGO SANTOS, Ronivaldo de Oliveira. ***Da cidade de Goiás à Goiânia: narrativa e representação do louco e da loucura em Goiás (1930-1954)***. Disponível em: Anais da III Semana de Línguas e Literaturas do Campus Campos Belos. UEG, 2017. p.48-63.

SÉMELIN, Jacques. ***Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios.*** Rio de Janeiro: Difel, 2009, tradução de Jorge Bastos

## A marca discursiva da seca como entrave à civilização em *A Normalista* de Adolfo Caminha (1893)

The discursive mark of drought as an obstacle to civilization in *A Normalista* by Adolfo Caminha (1893)

**Francisco Wilton Moreira dos Santos**  
Mestre Interdisciplinar em História e Letras  
Universidade Estadual do Ceará  
wilton.santos@aluno.uece.br

**Recebido em:** 07/01/2020

**Aprovado em:** 05/03/2020

**Resumo:** O escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897), filiado à tradição estética da escola naturalista europeia da segunda metade do século XIX, assim como outros autores cearenses desse momento, estava mobilizado em torno de um projeto social de civilização. Nesse sentido, este artigo buscou analisar o desejo de progresso e a crítica à província que aparecem em *A Normalista* (1893). O romance se passa no meio urbano de Fortaleza, entretanto, suas personagens e seu modo de agir são, em grande medida, frutos de um “espaço de experiência” ligado à Grande Seca de 1877, ponto de partida para compreender quais resquícios ainda persistem desse evento e qual sua relação com o que o autor considera civilizado. Portanto, pode-se inferir que os efeitos, os arranjos e desarranjos da Grande Seca estão presentes ao longo da obra e influenciam o curso das ações da narrativa.

**Palavras-chave:** *A Normalista*, Seca, Marca Discursiva.

**Abstract:** The cearense writer Adolfo Caminha (1867-1897), affiliated with the aesthetic tradition of the European naturalist school of the second half of the 19th century, as well as other Ceará authors of that time, was mobilized around a social project of civilization. In this sense, this article sought to analyze the desire for progress and the critique of the province that appear in *A Normalista* (1893). The novel takes place in the urban environment of Fortaleza, however, its characters and their way of acting are largely the results of a “space of experience” linked to the Grande Seca of 1877, a starting point to understand which remains of this event and what is its relationship to what the author considers civilized. Therefore, it can be inferred that the effects, arrangements and breakdowns of the Grande Seca are present throughout the novel and influence the course of narrative actions.

**Keywords:** *A Normalista*; Drought; Discursive Mark.

## Introdução

Adolfo Caminha (1867-1897) é natural do município cearense Aracati. Ainda muito jovem perdeu a mãe, vitimada pela grande seca de 1877, passando a morar pouco tempo com seus parentes em Fortaleza. Da capital cearense, o rapaz se mudou para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos na Marinha. No ano de 1886, em um dos serviços prestados à Marinha, Caminha fez uma viagem até os Estados Unidos, experiência que resultou em seu relato de viagem no livro *No país dos Ianques*.

Nos meses que o escritor esteve no exterior, tivera acesso a “outro mundo” que o deixou extasiado com o espantoso progresso daquele país. Certamente havia uma diferença entre os avanços tecnológicos dos EUA e os da provinciana Fortaleza. O contato com a cultura norte-americana contribuiu para a forma como ele enxergaria a capital cearense: antiquada e de costumes atrasados. Este pensamento fica evidente no livro *A Normalista*, escrito no período em que ele retornou ao Ceará entre os anos 1888 e 1892. Isto porque estava em pauta determinada ideia de cultura, calcada sob um viés evolucionista, onde civilização e progresso eram entendidos não apenas como conceitos, mas como valores universais (SCHWARCZ, 1993). Esse modo de pensar é marcado pela presença de um saber que, em boa medida, fundamenta o projeto de nação que se desenhava no século XIX, haja vista que ele conduz o pensamento de alguns dos intelectuais e homens da imprensa também ao longo das primeiras décadas do século XX.

Filiado à tradição estética da escola naturalista europeia da segunda metade do século XIX, Caminha tem na obra do francês Émile Zola, sua principal referência. As letras cearenses desse momento estavam mobilizadas em torno de um projeto social de civilização. O período no qual a obra está inserida é justamente quando a cidade de Fortaleza, segundo Sebastião Rogério Ponte, “estava sob o influxo do crescimento comercial, da concentração de capital e da assimilação dos novos padrões e valores burgueses europeus” (PONTE, 2010, p. 23).

O romance se passa no meio urbano de Fortaleza, todavia, suas personagens e seu modo de agir são, em grande medida, frutos de um “espaço de experiência” ligado à Grande Seca de 1877. A caracterização regionalista do romance e a tentativa e o anseio de erigir uma representação da nação, são evidentes. O que faz com que Rodrigo Marques (2015) considere o livro *A Normalista* como um romance de seca. Neste trabalho nos ocuparemos de pensar até que ponto a experiência da seca de 1877 está presente na narrativa de Caminha e em seus personagens, bem como nos interessa pensarmos

como o discurso da seca e suas marcas aparecem no romance como responsável pelo atraso da província.

Deste modo, começaremos revisitando o fatídico episódio que levou Maria do Carmo e seu pai, retirantes da seca, até a casa de João da Mata, Padrinho da menina. Passearemos ainda pelas narrativas da supracitada personagem quando fala das vantagens que conseguiu durante o período de estiagem e, por fim, analisaremos o desejo de progresso e a crítica à província contida na obra, pensando quais resquícios ainda persistem desse evento e qual sua relação com o que o autor considera civilizado.

### **“Era um horror de misérias e aflições”: arranjos e desarranjos na Grande Seca dos dois setes**

A Rompeu-se o Natal  
Porém barra não veio  
O sol bem vermeio  
Nasceu muito além  
Meu Deus, meu Deus  
Na copa da mata  
Buzina a cigarra  
Ninguém vê a barra  
Pois a barra não tem  
(ASSARÉ, 1984)<sup>1</sup>

O final do século XIX foi penoso para as províncias do Norte, pois a escassez de chuva em uma região onde o quadro chuvoso é irregular tornou ainda mais duro o viver naqueles tempos. Assim, o ano de 1877 marcaria a vida dos nortistas, desde aqueles que moram no campo àqueles que residem nas cidades. O começo do ano, segundo Thomas Pompeu, dava indício das dificuldades que estavam por vir, pois, “em março o sertão já acusava falta de chuvas” (POMPEU FILHO, 1893, p. 33). Todavia, esse era o mês preferido dos sertanejos: o apelo para fé e para as experiências<sup>2</sup>, na esperança que o mês do senhor São José mudasse a tal sina, pois no dia 19 de março,

E (...) é que se sabia a sorte do Ceará. Na noite de 18 de março poucos foram os que dormiram. Ao quebrar das barras já todos estavam nos terreiros, com o olhar fito no levante. O céu estava limpo e pontado de estrelas, que esfuzilavam em todos os rumos (...). As nuvens afastaram-se como um reposteiro, que fosse corrido, brilhou

---

<sup>1</sup> Trecho do poema *A Triste Partida*. Para acesso ao texto completo ver o livro *Cante lá que eu canto cá* (ASSARÉ, 1984). Patativa do Assaré teve seu poema musicado pelo cantor e compositor nordestino Luiz Gonzaga.

<sup>2</sup> Experiências aqui entendidas como os experimentos, testes feitos pelo sertanejo sempre atentos aos sinais da natureza para saber se o ano será de boa internada ou não.

a aurora, franjando de ouro o contorno dos estratos, depois apareceu o sol, um globo de fogo, semelhante a cobre fundido (...). Os sertanejos, que olhavam o nascer do sol, baixavam a vista, alguns chorando a sua sentença de morte (TEÓFILO, 1979, p. 5).

No entanto, o mês termina sem chuva e abril descamba com sol em brasa. O gado, agora esquelético, começa a morrer sentindo a falta d'água e de pasto. As lavouras definham, secam e perecem em uma velocidade alarmante e, como consequência, os víveres aos poucos vão se esgotando. “(...) perdidas as esperanças de inverno, começou o êxodo dos habitantes do interior para o litoral” (POMPEU FILHO, 1893, p. 33). Não havia outra saída a não ser emigrar de seu torrão natal.

Os meses seguintes foram caóticos e a triste situação se agravava cada vez mais. As aguadas – açudes e rios –, foram evaporando-se. As pessoas que tinham alguma posse trocavam-na por farinha ou outro bem de primeira necessidade, uma vez que “de setembro em diante a fome era geral, os socorros públicos, mal administrados, não chegavam regularmente aos lugares mais afectados” (POMPEU FILHO, 1893, p. 33). Pouco a pouco o sertão transformava-se em um (de)sertão.

Chegado o mês de dezembro, qualificado por Rodolfo Teófilo como sendo “sempre quente nas províncias do Brasil mais próximas do equador” e mesmo nas áreas litorâneas favorecidas “(...) pelas brisas do mar, os dias são calmosos, a temperatura, à sombra, chega às vezes, a 33° centígrados” (TEÓFILO, 1979, p. 1). Em tempos *normais* o calor já castiga, quanto mais em tempos de estiagem prolongada...

As sombras das grandes árvores são disputadas palmo a palmo pela leva de retirantes que seguiam para a capital da província buscando sobreviver. Após andar léguas infindáveis sob um sol causticante a ferver os miolos, a sombra dos cajueiros era um rancho bem-vindo. O que se via naqueles rostos pálidos e magros era o retrato da desolação: “Desde dezembro uma tristeza, densa como um nevoeiro, tinha empanado os espíritos ao verem a florescência dos cajueiros esperdiçada aos calores crus do estio. Nem um suor de tempestade embaciou a atmosfera, sempre de limpidez cristalina” (PATROCÍNIO, 1879 *apud* BURGARDT, 2014, p. 17).

É também em uma tarde de dezembro de 1877 que o capitão Bernardino de Mendonça e sua filha caçula Maria do Carmo chegam em Fortaleza fugindo da seca que “dizimava populações inteiras no sertão” como os demais que para lá se dirigiam “(...) na pista dos socorros públicos (...) obrigado a

procurar outros climas” (CAMINHA, 1978, p. 22), Bernardino resolveu recorrer ao compadre João da Mata, padrinho da menina Maria.

A partir desse ponto, veremos que toda a trama se passa na cidade de Fortaleza e *arrabaldes*, suas personagens são cidadinas e estão imersas em um ambiente urbano. A seca não é o ponto central da narrativa, todavia, é mencionada em vários momentos ao longo da obra literária em análise. Como a história se passa no final da década de 1880, a estiagem e seus efeitos, na maioria das vezes, são apenas lembrados. Contudo, segundo o professor Rodrigo Marques,

basta investigar um pouco mais as peculiaridades do espaço da narrativa, aprofundando a caracterização regionalista do romance, bem como a origem das relações sociais que movem a trama para enfileiramos **A Normalista**, junto com **Os Retirantes**, **A Fome** e **Luzia Homem**, no ciclo de romances da grande seca de 1877 (MARQUES, 2015, p. 105. Grifo do autor).

Evidentemente que foram as crises geradas pela supracitada seca que levou Maria do Carmo até a cidade de Fortaleza; também o período em que João da Mata trabalhou nas obras de socorro público, durante a grande seca, foi um momento importante para que ele “fizesse muito dinheiro”. Deste modo, embora o romance não se passe no momento da estiagem como acontece em outras obras, a imagem da seca está sempre presente: na figura de Maria, no desejo do progresso da província – atrasada em seus costumes, talvez, pelas marcas deixadas pela falta de chuva, entre outras coisas.

### **A Grande Seca de 1877 e o passado presente em *A Normalista***

A Grande seca de 1877-79 não foi a primeira a afligir as terras do Ceará. A província cearense já havia sofrido com outras estiagens terríveis durante o século XIX, como, por exemplo, as secas de 1825, 1832 e 1845, que causaram enormes estragos acarretando prejuízos à sua população, bem como ao âmbito econômico do Ceará. Porém é a Grande Seca de 77, sobretudo pela difusão de imagens e notícias sobre ela, que vai ganhar destaque, uma vez que o passar dos anos no século XIX marca a frequente “mobilização de políticos, administradores e homens de ciência (...) em torno da temática das secas” (VALE NETO, 2006, p. 26).

É essa seca que vai dar visibilidade ao Norte também, porque as elites decadentes pelo processo de estiagem apropriam-se desse discurso para angariar recursos governamentais para as chamadas “Províncias do Norte”. Peça fundamental na aglutinação desses discursos, a escassez de chuva e “todo esse contexto de agruras chamou atenção dos poderes públicos, nas províncias e no Rio de Janeiro,

sede do Império, bem como da opinião pública” (BARBALHO, 2005, p. 140). Ao mesmo tempo que esses discursos iam configurando a formação do espaço físico-imagético chamado Nordeste, pois segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior em seu livro *A Invenção do Nordeste*<sup>3</sup>, tornaram-se frequentes os usos políticos da estiagem.

Todavia, os investimentos para tentar minimizar os efeitos da estiagem nem sempre ganhavam os destinos que deviam: a corrupção crescia e os desvios de recursos ou a cobrança de preços abusivos pelos viveres que deveriam ser distribuídos para a população se tornariam práticas constantes. João da Mata encarna essa personagem-tipo, evidenciado na passagem onde informa-se ao leitor que durante a seca o amanuense “tinha assistido a muita ladroeira na seca de 77” (CAMINHA, 1978, p. 51). Ele próprio “(...) tinha ganho muito dinheiro à custa dos cofres públicos” quando fora “comissário de socorros” (CAMINHA, 1978, p. 51).

Através da personagem João da Mata, podemos perceber algumas das críticas de Caminha à sociedade cearense, uma delas é a explícita denúncia social dessa corrupção praticada largamente durante o período em questão. As obras de socorros públicos, ao mesmo tempo que serviam de mote para angariar recursos, tinham como foco o controle dos retirantes. Nesse contexto, era comum que retirantes fugidos da seca fossem usados em obras tal como uma tentativa de conter suas ações mais violentas e reprimir os saques. Havia o medo de que se aqueles sujeitos não incorporassem as fileiras dos canteiros das obras de socorro públicos acabassem por se juntar as filas crescentes de bandidos nos sertões. Então, o trabalho era, ao mesmo tempo, uma forma de disciplinar os indivíduos evitando que eles vissem no banditismo uma saída.

Durantes esta ocupação, o amanuense conseguiu alavancar seu capital. Segundo a personagem, a “ladroeira” era uma prática comum durante o período de seca. “(...) os presidentes do Ceará eram uns urubus que vinham beber o sangue do emigrante cearense” (CAMINHA, 1978, p. 50-51). Assim, essa era uma forma eficaz de se conseguir dinheiro, por isso, ele próprio fora tomado “por uma espécie de ambição egoísta” e se entregou de corpo e alma à política.

---

<sup>3</sup> Para melhor compreender ideia de invenção do Nordeste, ver o livro *A Invenção do Nordeste e outras artes* (ALBUQUERQUE, 2015).

João da Mata narra outra prática comum durante esse período em seu posto de trabalho: o uso do prestígio que ele gozava diante da sua posição e que ele agia “visando sempre tirar resultados positivos de suas artimanhas, embora com prejuízo de alguém” (CAMINHA, 1978, p. 15). Exemplo disso é quando descobrimos no texto que ele “em 77, na seca, tinha desfrutado muita ‘bichinha’ famosa”<sup>4</sup> (CAMINHA, 1978, p. 86). Por veneração ou por imposição, o amanuense usava de seu lugar como comissário de socorros para conseguir o que desejava. Todavia, “nenhuma daquelas retirantes chegava aos pés da afilhada. Chegava o quê? Nem havia termo de comparação. Maria, além de ser uma rapariga asseada e apetitosa como uma ata madura, tinha sobre as outras a vantagem de ser inteligente e educada” (CAMINHA, 1978, p. 86).

Esse é o ponto para discutir outra representação da seca presente na obra: a figura de Maria do Carmo. A afilhada de João da Mata aguçava os contrastes do padrinho. Seu pensamento sobre os retirantes entrava em embates quando pensava na normalista. Como pode ela ser tão bonita e educada? Ninguém entendia, inexplicavelmente como uma simples retirante, que acabara de deixar um colégio de freiras (ela passa viver definitivamente com o padrinho), fosse uma garota “tão bem feita de corpo, tão desenvolta e insinuante” (CAMINHA, 1978, p. 20).

João da Mata agora via com outros olhos Maria do Carmo: ela apresentava-se mais bonita, limpa e “fornida de carnes”. A sociedade também a encarava de maneiras diferentes, pois os homens a desejavam e as mulheres sentiam inveja: “As outras normalistas tinham-lhe inveja e faziam-lhe pirraças” (CAMINHA, 1978, p. 20). Sua imagem, no tempo do colégio Imaculada Conceição “(...) magrinha, com uma cor esbranquiçada e mórbida de cera velha, o olhar macilento” (CAMINHA, 1978, p. 19) era mais condizente com a ideia que se fazia dos retirantes, porém Maria, agora, contradizia tudo isso.

Ante o exposto, parece-nos que podemos traçar aqui um diálogo com Reinhart Koselleck (2006), no que se refere ao conceito “espaço de experiência” para pensarmos essa relação de contrastes. Pensando, com o autor, a experiência como

o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas

---

<sup>4</sup> João da Mata seduzia algumas retirantes e durante o tempo que exerceu o cargo de comissário de socorros da seca, por exemplo, fora acusado de “defloramento” de uma menor, mas escapara de ser preso (MARQUES, 2015).

inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

Assim, essa experiência corresponde ao passado que se concretiza no presente de maneiras diversas, seja por meio da memória, dos resquícios, ou das permanências (BARROS, 2010), configurando um *passado presente*. Este “passado presente” ou “espaço de experiência”, ainda segundo Barros, pode ser melhor compreendido “como um espaço porque concentra um enorme conjunto de coisas já conhecidas” (BARROS, 2010, p. 67). Portanto, pode ser caracterizado como “tudo que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros” (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Maria do Carmo quebra com a lógica estabelecida e conhecida por não mais corresponder ao “espaço de experiência” das outras personagens ao pensarem de forma estereotipada os retirantes. “Por diversas vezes no romance, a condição de retirante de Maria do Carmo é indicada como a causa de seus males. Ela realmente era uma filha de retirante, mas a sua beleza, educação e inteligência pareciam contradizer o seu passado” (MARQUES, 2015, p. 107).

Esse constante mundo de contrastes aparece em vários momentos no romance de Adolfo Caminha: a inexplicável Maria do Carmo, simples retirante, nada em consonância com a representação que se tinha dessas personagens, o desejo que o padrinho sentia pela garota que, teoricamente, ele deveria proteger e o constante anseio de progresso que aparece no texto. A seguir, elucidaremos alguns desses momentos onde se nota um forte desejo por mudanças, tanto na estrutura da cidade quanto em seus costumes.

**“Certo bom-gosto nas *toilettes*, nos costumes, certas comodidades que ainda não havia no Ceará”:** a crítica à província cearense e o desejo do progresso

(...) Um homem vai devagar.  
Um cachorro vai devagar.  
Um burro vai devagar.  
Devagar... as janelas olham.  
Êta vida besta, meu Deus!<sup>5</sup>.

O poema de Drummond acima já oferece o caminho que traçaremos para discutir as críticas à província cearense que aparecem no romance *A Normalista*. O poeta nos fala de uma sociedade onde

---

<sup>5</sup> Ver livro *De Alguma Poesia* (1930) Carlos Drummond de Andrade. Este poema foi musicado pelo cantor e compositor sobralense Belchior e encontra-se no álbum *As várias caras de Drummond* (2002).

tudo caminham com lentidão, o marasmo é sua principal característica. Tamanha a sonolência do lugar que o autor chega a chamar de *besta* a vida que se leva ali. A cidade de Fortaleza, na obra de Adolfo Caminha, é em certo momento descrita de forma semelhante. O tempo na província é um dos elementos que diferencia o ritmo da vida nas grandes cidades.

A cidade permanecia na sua costumada quietação provinciana, muito cheia de claridade, bocejando preguiçosamente de braços cruzados, à espera do progresso. Suava-se por todos os poros e respirava à custo, debaixo d'uma equatorial acabrunhadora. Estalava à distância, num ritmo cadenciado e monótono, o canto estridente e metálico d'uma araponga, cujo eco repercutia em todo âmbito da pequena capital cearense (CAMINHA, 1978, p. 68).

A vida na província é descrita ressaltando-se “(...) a lentidão e a monotonia do cotidiano” (ALENCAR, 2017, p. 194). Em contraste com este aspecto, podemos pensar em um ritmo mais acelerado nas grandes capitais. Fortaleza, apesar dos avanços do período, ainda poderia ser caracterizada em finais do século XIX como o que Gilberto Freyre chamou de “rururbana”<sup>6</sup>. Não esqueçamos, ainda, que Caminha experimentou o ritmo de vida mais veloz da sociedade norte-americana, experiência que “pode ser vista como um prenúncio do olhar que ele lançaria sobre Fortaleza anos depois” (ALENCAR, 2017, p. 191).

A personagem Zuza é estudante de Direito e filho de um coronel da região, o senhor Souza Nunes. O rapaz é quem mais tece críticas à província, pois, para ele, a capital andava a passos lentos em direção ao progresso, principalmente se comparada a outras capitais, e ele afirmava-se como sendo “um admirador, um amante do progresso”. Segundo Zuza, “(...) o Ceará tem muito ainda, mas mesmo muito (e deu umas castanholas com o dedo) que andar para ser uma capital de primeira ordem” (CAMINHA, 1978, p. 78). A personagem via em Recife, cidade onde morou durante o período que foi estudante de Direito, um exemplo de modernização. Em seu ponto de vista, a cidade pernambucana tinha mais a oferecer aos indivíduos: “Ali, sim, a gente pode viver, pode gozar. Muito progresso, muito divertimento” (CAMINHA, 1978, p. 21).

Em uma conversa com Dona Terezinha, acusado de não gostar do Ceará, o rapaz defende-se dizendo que na verdade, ele é “(...) meio exigente em matéria de civilização” (CAMINHA, 1978, p.

---

<sup>6</sup> “Expressão para definir o que ainda não deixou de ser rural, mas que ainda não é urbano”. Para mais detalhes ver Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnica (2010) de Manuel Correia de Andrade.

21). Para ele, aquela cidade era atrasada e se parecia “(...) ainda uma terra de bugres...” (CAMINHA, 1978, p. 21). O termo usado pela personagem denota seu desprezo pela capital cearense, uma vez que bugre se refere ao período inicial da ocupação portuguesa, em que as populações indígenas, se quer, eram consideradas humanas, caracterizadas pelos europeus como seres “sem alma”, por serem pagãos, sem Lei, nem Rei, nem Fé.

O jovem Zuza também invoca a preocupação da população com relação a seca e mesmo depois de quase uma década depois da Grande Seca de 77, o Ceará é “(...) uma terra em que só se fala nas secas e no preço da carne verde” (CAMINHA, 1978, p. 21). Mais uma vez, a presença da seca e suas agruras aparecem na fala das personagens. A atenção dada ao preço da carne verde, pode ser compreendida pela demanda a este produto. Lembremos que no século XVII as primeiras tentativas de estabelecimento de colonos se deram pela exploração e o uso de pequenos rebanhos bovinos, deslocando-se pelo sertão à procura de melhores terras adequadas a sua criação, por isso, seguiam os cursos dos principais rios da região. Esse gado era criado principalmente para o abate destinado à alimentação para a população litorânea.

Com a Lei Régia de 1701 implantando que a criação do gado devia ficar até 10 léguas distante do litoral das terras destinadas ao cultivo canavieiro, os rebanhos passaram a ser criados em regiões mais distantes com pasto de qualidade inferior. A carne que passa a chegar até boa parte dos consumidores é magra, dura e com aspecto de putrefação; as de melhor qualidade acaba ganhando um preço elevado, sendo destinada àqueles de maior poder aquisitivo. Dentro desse “espaço de experiência” a seca, portanto, mesmo não sendo o assunto central da obra e mesmo que esta não seja temporalmente ambientada durante o catastrófico período, se faz presente.

Outro elemento importante associado à modernidade e ao desejo de progresso em *A Normalista* é a imprensa. Os periódicos aparecem como um importante mecanismo de poder, atuando na construção de memórias coletivas e visibilidade pública, espaço de articulação e difusão de ideias, dado que “(...) crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). Certamente, um dos maiores representantes da ideia de modernidade no século XIX seja a imprensa, principalmente pela difusão através da palavra impressa o imaginado desejo de civilização. Conforme a historiadora Sonia Silva,

(...) se o jornal efetiva o poder da palavra e da construção discursiva dos centros urbanos, apresenta-se também como uma prática social representativa do ideal de sociedade elaborado no século XIX. Era a possibilidade de que os interesses das classes dominantes se disseminassem elaborando modelos de conduta no cotidiano dos habitantes desses espaços (SILVA, 2017, p. 277).

Tão forte sua atuação como força ativa da história, que mesmo em cidades do interior da província, a imprensa aparece como sinônimo de modernidade. Os veículos de comunicação não funcionavam como meros noticiadores, pois nas páginas dos jornais do período circulavam literatura, acusações, calúnias, etc., dependendo da filiação do periódico. Em *A Normalista*, o jornal *Matraca*, por exemplo, era considerado “um jornaleco imundo que falava da vida alheia” (CAMINHA, 1978, p. 34) e *A Província* era a folha lida pela elite. Além desses, no romance de Caminha, em vários momentos são citadas passagens referentes aos jornais *O Cearense* e *Pedro II*.

Evidencia-se o valor desse veículo no impulso rumo à civilização e o papel dos intelectuais profissionais da imprensa, colocados quase como arautos do progresso: “Vocês da imprensa devem civilizar este povo, devem ensinar esta gente a pensar e a ter juízo, do contrário...” (CAMINHA, 1978, p. 125), afirma o quase bacharel Zuza. Dito de outro modo, através dos jornais poderia se vincular discursos moralistas, entre outros, que poderiam colocar nos trilhos da modernidade a sociedade. As reticências na fala dão indícios que o que vem pela frente pode ser catastrófico caso *essa gente não tome juízo e se torne civilizada*.

João da Mata é outra personagem que também faz várias críticas ao Ceará. Dentre elas, o amanuense critica o colégio da província. A educação fica a cargo dos poucos conventos, a maioria deles em estado de calamidade, com péssima iluminação e higiene que deixava a desejar. Essa reprovação pode ser lida na obra na seguinte passagem:

O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventinhos: uma calamidade pior que a seca. O menino ou menina saía da escola sabendo menos que dantes e mais instruído em hábitos vergonhosos (...). As melhores famílias sacudiam as filhas na Imaculada Conceição como único recurso para não vê-las completamente ignorantes e pervertidas (CAMINHA, 1978, p. 19).

O padrinho de Maria do Carmo não gostava da ideia da afilhada estudando no Colégio da Imaculada Conceição, mas “metera lá” a menina para atender os desejos do pai que a *queria para santa*. Depois de um tempo, o pai da moça vai embora para o Norte e veremos Maria deixar o “convento”

para cursar a Escola Normal: “Agora, sim, pensava o amanuense, Maria estava uma mocetona digna de figurar em qualquer salão aristocrático” (CAMINHA, 1978, p. 20). Para João da Mata, a escola moderna era aquela que não dependia da “intervenção da batina”, ou seja, era uma educação livre e “por amor de Deus” não lhe falassem em padres.

Nesse ponto há uma crítica ao celibato associado à imoralidade das classes religiosas. De acordo com o amanuense, vestir a batina era ir contra a natureza humana e as Sagradas Escrituras. Ora, “os padres são fisicamente (e sublinhava a palavra), anatomicamente, fisiologicamente homens como os outros: têm coração, órgãos sexuais, nervos como os outros homens. Portanto, assiste-lhes o mesmíssimo direito de procriação” (CAMINHA, 1978, p. 20). Como executar o “Crescei e multiplicai-vos” diante do celibatário?

Essa crítica está em consonância com a filiação de Adolfo Caminha e será vista em vários romances naturalistas: uma maior valoração do progresso em detrimento das instituições religiosas. O posicionamento de João da Mata diante da Igreja o coloca em uma situação onde “(...) não havia espaço para as restrições impostas pela religiosidade” (NETA, 2011, p. 78). Desse modo, não haveria, também, punição nenhuma diante dos desejos diante de Maria do Carmo, pois “não havia entre ele e a menina o menor grau de consanguinidade, portanto, não podia haver crime nas suas intenções... Se Maria houvesse de cair nas garras de algum bacharelete safado, fosse ele, João da Mata, o primeiro a abrir caminho” (CAMINHA, 1978, p. 39).

Todas essas críticas aos costumes e à estrutura e organização da cidade, o desejo do progresso e o sentimento de civilização que a província ensejava caracterizam o aparecimento de uma nova *estrutura de sentimento*. Este conceito de Raymond Williams nos permite pensar a dinâmica das transformações da capital cearense.

Segundo Williams (1979), as relações culturais se estabelecem tensionadas entre a “interpretação recebida” e a “experiência prática”. Podemos vê-las desde o sistema dominante, expresso nas crenças e na educação. Assim, falar de uma “estrutura” implica se referir às relações internas, interligadas, articuladas, porém fluídas (WILLIAMS, 1979). Precisamos estar conscientes de que esse processo se dá na esfera do vivido, de forma singular e em constante transformação. Ao se referir a “sentimentos” Williams reporta-se a “elementos característicos do impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações” (WILLIAMS, 1979, p. 134), ou seja,

nem sempre de forma racional ou consciente. Isto porque a dinâmica cultural pressupõe embates, lutas e pressões exercidas de ambos os lados.

Embates estes presentes no romance analisado, uma vez que, como observa Manoel Alencar, pode-se verificar nesse processo “(...) a inserção mais efetiva do Ceará dentro do capitalismo em sua fase imperialista e um conjunto de mudanças acarretadas localmente; dentre elas, o visível crescimento da cidade de Fortaleza e as reações e tensões advindas com a constituição desse viver urbano” (ALENCAR, 2017, p. 188), caracterizado como um elemento emergente.

Essa “estrutura de sentimentos”, nas palavras de Frederico Neves, “organiza a percepção e dirige a elaboração de conceitos sobre a realidade” (NEVES, 2000, p. 103). Por isso, tantas críticas aos costumes provincianos, atrasados talvez, em decorrência do período de estiagem. Como o romance de Caminha nos coloca em contato com personagens que tiveram seu “espaço de experiência” marcado pela Grande Seca de 77, é possível perceber muitos aspectos que são residuais dessa experiência singular. Muitas das falas e atitudes das personagens são marcadas pelo catastrófico evento, que mesmo quase uma década depois ainda se faz presente.

### **Considerações finais**

O romance de Caminha traz vários momentos de crítica à cidade de Fortaleza do final do Século XIX. Para parte da fortuna crítica, o envolvimento de João da Mata com Maria do Carmo e seu menor sentimento de culpa diante do defloramento da afilhada por ele protagonizado pode ser lido como uma crítica aos costumes e hipocrisia de uma sociedade hipócrita. Lembremos que a mesma sociedade, a Fortaleza da década de 1880, condenou a união do escritor com uma mulher mais jovem e que abandonara o marido para morar com ele. O professor Sâncio Azevedo coloca a obra como um romance vingador diante da hipocrisia social do período (AZEVEDO, 2007).

*A Normalista* não foi estudada aqui como sendo um reflexo da realidade, obviamente, mas buscou-se compreender quais relações a seca de 1877, lembrada ao longo do livro, impacta no cotidiano das personagens. O jovem estudante de Direito Zuza, por exemplo, é a personagem que mais tece críticas à província cearense. Nas suas falas ficam evidentes seu desejo de mudança, ânsia por progresso que ainda deixam muito a desejar nas terras alencarianas; Maria do Carmo, a jovem

deflorada por seu padrinho, encarna em alguns momentos a contradição do aspecto dominante da sociedade do que seria e como agiria uma retirante das secas.

Toda essa tensão, conforme evidenciamos, faz parte de uma nova estrutura de sentimentos que aflora em finais do XIX diante dos processos de transformação por que passava Fortaleza no período. Posto tudo isso, podemos dizer que a seca é um passado que se faz presente no romance de Caminha encarnada em personagens, cargos públicos ou lembranças: fica evidente que os efeitos, os arranjos e desarranjos da Grande Seca estão presentes ao longo da obra e influenciam o curso das ações da narrativa.

#### Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5º edição, São Paulo: Cortez. 2011.
- ALENCAR, M. C. F. de. Adolfo Caminha: os dramas da civilização. In.: FREITAS, A. de P. S. de. ARAÚJO, E. A. de (Orgs). **História das cidades do Nordeste** (Séc. XIX e XX). EdUECE: Fortaleza, CE. 2017.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnica. In.: **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 5-17, fev., 2010.
- ASSARÉ, P. do. **Cante lá que eu canto cá** - Filosofia de um trovador nordestino. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1984.
- AZEVEDO, S. de. Adolfo Caminha e o Naturalismo. *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, v. 14, 2007
- BARBALHO, A. **Corpos e mentes dilacerados**: o grotesco nas imagens da seca de 1877. *Trajetos*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 3, na 6, 2005.
- BARROS, J. D. Rupturas entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 2, n. 2, p. 68-88, jul./dez. 2010.
- BRITO, L. A Fome: retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX. In.: **Estação Literária Londrina**, Volume 10B, p. 111-125, jan. 2013 ISSN 1983-1048 - <http://www.uel.br/pos/letras/EL>.
- BURGARDT, C. M. **A invenção da seca no século XIX**: a imprensa do Norte e o romance *Os Retirantes*. (Dissertação de Mestrado) Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação Em Letras – Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- CAMINHA, A. **A Normalista**. 6º ed. São Paulo: Ática, 1978.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.
- LUCA, T. R. de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In.: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

- MARQUES, R. de A. **A nação vai à província:** do romantismo ao modernismo no Ceará. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2015.
- NETA, B. S. L. **A menina e a província:** a espera do progresso no romance A Normalista, de Adolfo Caminha. (Dissertação de Mestrado) Centro de Humanidades – CH. Departamento de Literatura, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2011.
- NEVES, F. de C. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- POMPEU FILHO, T. **Ensaio estatístico do Ceará.** Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** Reforma Urbana e Controle Social 1860-1930. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.
- SILVA, S. M. de. Narrativas do Cotidiano: a construção do crime na imprensa cearense no século XIX. In.: FREITAS, A. de P. S. de. ARAÚJO, Erick Assis de (Orgs). **História das cidades do Nordeste (Séc. XIX e XX).** EdUECE: Fortaleza, CE. 2017.
- TEÓFILO, R. **A fome.** Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1979.
- VALE NETO, I. F. do. **Batalhas da memória:** a escrita militante de Rodolfo Teófilo. (Dissertação de Mestrado) Centro de Humanidades – CH. Departamento de História, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2006.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

## As casas no caminho do Rio São Francisco

### The houses on the São Francisco River path

**Jackelina Pinheiro Meira Kern**

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal da Bahia  
jackelinapm@hotmail.com

**Marise de Santana**

Doutora em Ciências Sociais  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
nabaia@ig.com.br

**Recebido em:** 14/03/2020

**Aprovado em:** 20/05/2020

**Resumo:** O artigo analisa a formação das cidades do sertão, em especial em Juazeiro/BA e em Petrolina/PE, com enfoque no conjunto arquitetônico. Discute a formação social e as mudanças econômicas e culturais para entrarmos nas construções com o uso de platibandas já no final do século XIX e início do XX, realizadas por mestres de obras e artesãos que aprenderam o ofício no cotidiano das empreitadas. Muitos dos afrescos e desenhos, atualmente, já estão em vias de extinção dado às novas realidades construtivas, mudanças nos materiais de uso e a carência de profissionais com conhecimento nas técnicas do passado. O referencial teórico é baseado na Hermenêutica da Profundidade de John B. Thompson e a metodologia se utilizou de entrevistas com moradores e imagens fotográficas. Foram constatados os usos sociais e culturais que os moradores fazem dessas residências e o pertencimento em relação à memória e a cultura.

**Palavras-chave:** Casas; Memória; Platibandas.

**Abstract:** The article analyzes the formation of the cities in the hinterland, especially in Juazeiro / BA and Petrolina / PE, focusing on the architectural ensemble. It discusses their social formation and economic and cultural changes to enter the buildings with the use of platbands in the late 19th and early 20th centuries, carried out by masters of works and artisans who learned the craft in the daily life of the works. Many of the frescoes and drawings are currently on the brink of extinction given the new construction realities, changes in materials for use and the shortage of professionals with knowledge of past techniques. The theoretical framework is based on John B. Thompson's Depth Hermeneutics and the methodology used interviews with residents and photographic images. It was found the social and cultural uses that residents make of these residences and belonging in relation to memory and culture.

**Keywords:** Houses; Memory; Platbands.

## Introdução

As cidades do sertão do sub-médio do São Francisco, desde o século passado, precisamente nos anos 1970, particularmente as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), passaram por transformações importantes, após a implantação de uma extensa área da agricultura irrigada e o consequente desenvolvimento econômico. Desta forma, houve mudanças no perfil social, cultural e financeiro da região com a chegada de muitos imigrantes vindos de outras regiões com tradição na agricultura. Esta nova realidade, econômica e cultural provocou alterações nos padrões construtivos, promovendo, por vezes, a substituição de construções antigas por prédios com finalidades comerciais, considerando que as edificações mais antigas se localizam em áreas de valorização comercial por serem centrais na configuração urbana atual.

Ao conhecer o conjunto arquitetônico das duas cidades, identifiquei que algumas fachadas foram modificadas e não havia documentação visual como fotografias e vídeos a respeito desses desenhos arquitetônicos. Diante disso, realizei pesquisa sobre o patrimônio arquitetônico dessas cidades, especificamente sobre as fachadas, a maioria com platibandas de inestimável valor cultural. Diante de tais percepções, procurei investigar quem foram os moradores que habitaram as respectivas residências, qual a origem das construções e quem são os atuais moradores. Destarte, um problema de pesquisa me moveu: como as fachadas das casas podem evidenciar aspectos da cultura dos seus moradores?

As fachadas, enquanto lugar de memória, delimitam os espaços que correspondem aos limites da moradia, a passagem das pessoas pelas vias públicas e a influência econômica da sociedade existente no século XX, nas cidades ribeirinhas. As casas em Juazeiro estavam nos padrões do Código de Postura de Salvador, criado em 1921 e que seguiu o exemplo da legislação da cidade de São Paulo, criado em 1886. Nas construções, era comum encontrar o ano em que foi concluída a construção logo abaixo das platibandas ou no alto das portas.

Baseado na hipótese de que as fachadas das casas podem evidenciar as relações culturais e econômicas dos seus moradores, há estreita relação com o meio social em que vivemos e pode demonstrar um processo acumulativo de experiências. O desenho das fachadas pode fazer evocar memórias acerca de pessoas que habitavam a casa, uma vez que algumas podem trazer até insígnias do proprietário das edificações, o ano de construção ou formas nas quais visualizamos os costumes e cultura dos moradores. Elas podem evidenciar as heranças das várias etnias que, ao longo dos anos, vieram morar na cidade e misturaram as suas raízes na cultura predominante dos

dois Estados, Bahia e Pernambuco. Ao verificar que moradores mantêm relação de identidade com as casas, seja conservando e buscando restaurar as platibandas, verifica-se que há um processo de evocação da memória.

Para tanto, foi utilizado o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica da Profundidade (HP) de John B. Thompson que nos forneceu um parâmetro adequado para a análise sócio-histórica sobre temas como cultura, memória, poder e formas simbólicas, aliada às análises das narrativas dos moradores pesquisados. A HP, segundo Thompson (1995 p.79), “é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas”, inseridas nos contextos sociais, em tradições históricas e que são parte da história, tanto sua racionalidade quanto sua ideologia. Para ele, formas simbólicas são “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (1995, p.79). Thompson se refere ainda a hermenêutica da vida cotidiana, na qual o processo interpretativo reconstrói modos e fazeres de como as pessoas entendem a realidade ao seu redor.

Também foram realizadas entrevistas com os moradores para mapear e reconstituir a maneira como eles percebem a realidade ao seu redor, suas opiniões, crenças e compreensões. A fotografia foi utilizada em uma perspectiva documental a partir da consulta aos acervos públicos e a documentação visual realizada pela autora deste artigo, que fotografou 24 prédios, casas e as fachadas. Segundo Genzuk (1993), a imagem fotográfica pode ter perspectiva etnográfica na medida em que estabelece um método de observação, compreendendo as imagens como artefatos, que ajudam a contar a história. Nesse sentido, a imagem fotográfica foi usada como artefato para evocar lembranças dos moradores no curso das entrevistas individuais realizadas, a fim de registrar o patrimônio arquitetônico. Alguns entrevistados se emocionavam ao visualizar as fotos de suas residências e isso favoreceu a aproximação com o pesquisador para que houvesse a coleta de informações.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo investigar o padrão arquitetônico das casas das cidades, a partir do estudo das fachadas nas quais evidenciam a cultura de seus moradores. Analisa-se a contribuição dos mestres de obras e suas artes do ofício. Para tanto, utiliza-se como categorias de análise: a imagem fotográfica das fachadas das casas antigas de Juazeiro e Petrolina, e entrevistas individuais com os moradores.

### **Surgimento das cidades e seus construtores**

As cidades nasceram e se desenvolveram no período colonial e imperial, inclusive nos primórdios da república, umbilicalmente vinculadas ao campo, uma vez que em todo este período a economia estava centrada unicamente nas atividades econômicas primárias, como produto do comércio da produção das fazendas e para o escoamento destes mesmos produtos.

As cidades foram se proliferando no litoral, como ponto inicial da ocupação humana e local centralizado da produção para a exportação de produtos (madeira, açúcar) para a Europa e o comércio triangular (incluindo a entrada de africanos) entre Brasil, Europa e África; nas margens de rios importantes como o São Francisco, uma vez que as estradas eram precárias ou inexistentes. A arquitetura das construções nas cidades do sertão brasileiro provinha de técnicas de construção com o sistema de pau-a-pique ou adobe, pedra, barro, cal e, com raras exceções, havia o emprego do tijolo. Entretanto, dadas as características da produção econômica, a moradia regular da população (ao menos a mais abastada) dava-se nas áreas circunvizinhas às cidades (nas chamadas chácaras), nas quais o abastecimento das famílias com produtos agropecuários era mais adequado, uma vez que não havia fornecimento regular dos produtos para as cidades (REIS FILHO. 1978)

Esta matriz construtiva somente foi alterada com o advento do século XX, no qual o incremento do comércio aliado ao início da produção industrial e o consequente deslocamento populacional nos centros maiores e mais dinâmicos provocaram a necessidade da expansão da área urbana e a absorção, em parte, das chamadas chácaras, impulsionando, até mesmo por questões de logística, a ocupação em definitivo do espaço urbano. Nesse momento o modelo das construções sofreu significativas mudanças.

**Imagem 1:** Platibanda na residência de Antônio da França Cardoso<sup>1</sup>



**Fonte:** Autora do artigo

No início do século XX, as platibandas<sup>2</sup>, que se constituíam por molduras largas, foram inseridas utilizando a técnica da ilusão para esconder telhados, decoradas com belos desenhos, símbolos do capital econômico dos moradores e dos valores de exibicionismo e ostentação. Os desenhos, dos mais diversos, trazem bustos, animais e geometrias, desconstruindo a percepção de um possível primitivismo tecnológico nas técnicas artísticas (REIS FILHO 1978, p. 72).

Atualmente, em algumas cidades, encontra-se casas com beirais no seu interior, principalmente no quintal, seja nos cômodos que serviam de depósitos ou dependências de empregadas, assim como nas elevações chamadas de alpendres. O alpendre também foi incorporado para a nossa arquitetura como um meio de esfriar os locais quentes. Lemos (2004, p. 53) considera que, no padrão de construção arquitetônico, foram empregadas técnicas de construção de povos ibéricos e, sobretudo, árabes, norte-africanos e indianos.

As fachadas de algumas casas foram planejadas e construídas com alpendres principalmente por causa da posição do sol. Em alguns casos, o alpendre se localizava no fundo,

---

<sup>1</sup> Rua Cesário da Silva, s/n Juazeiro/BA.

<sup>2</sup> A platibanda, um elemento construtivo no Brasil do século XIX, passou a ser obrigatório a partir do regimento do Código de Postura em alguns Estados, inclusive na Bahia. Ela emoldurava a parte superior das fachadas das casas, além de ostentar a classe social a que pertencia uma família e camuflar, muitas vezes, o tamanho real de uma casa simples, e também tinha a finalidade técnica de conduzir o escoamento da água da chuva para a parte lateral da casa e evitar que a água caísse diretamente na rua, uma vez que a maioria das casas ficava posicionada no mesmo limite do passeio (REIS FILHO, 1978). Dessa maneira, evitava-se que as pessoas que faziam uso das calçadas se molhassem.

mas os cômodos de empregados muito vistos na época, também ficavam dispostos nos fundos das casas, logo após a cozinha.

Os desenhos encontrados no decorrer desta pesquisa foram, em sua maioria, formas geométricas, ou que fazem semelhança com o cotidiano do mestre construtor que, muitas vezes, produziu intervenções na arte que estava desenvolvendo com saberes inspirados na paisagem local. Assim, o mestre fazia adaptação no padrão do eclético francês, movimento arquitetônico do século XIX.

Com relação aos profissionais construtores, o primeiro grupo foi formado por religiosos, principalmente os franciscanos, jesuítas e beneditinos e militares no Brasil, que por força das circunstâncias de muito serviço e pouco povoamento, faziam parte de um seletivo grupo de engenheiros e arquitetos. Na época do desenvolvimento das ferrovias, no século XIX, profissionais europeus foram contratados e há cursos de formação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro seguida pela Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e a Escola de Engenharia em São Paulo (FLORENÇANO, 2012).

Outro grupo era formado por mestres de obras, técnicos práticos, pedreiros, carpinteiros, pintores, que também construíam em menor escala casas, na época, unidas, parede a parede, para economizar os materiais. Eles contribuíam com seu conhecimento e acervo simbólico cultural, e eram reconhecidos somente como artífices ou artesãos. Segundo Campos (2006), o mestre de obras também fazia projetos e geralmente o construtor, o artesão, o artista ou mesmo o músico tinham uma formação prática, fundamentada no saber tradicional. Também havia artistas de desenhos populares.

Com o tempo, começaram a existir dificuldades de manutenção das esculturas nas fachadas, pois houve modificações no padrão e não houve a conservação e reparo. Na contemporaneidade, a arquitetura presente nas cidades de médio porte como Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) traz ainda resquícios das antigas casas, contudo as fachadas, nas quais havia platibandas, cedem espaço para faixas publicitárias. Assim como, algumas casas foram demolidas para originar edifícios e prédios.

### **As casas nas cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE**

Estas edificações estavam situadas nas margens do Rio São Francisco, também conhecido como Opará, nome designado pelos indígenas que habitavam a região e que significa rio-mar. O

rio começa no estado de Minas Gerais, passando pelos estados da Bahia e Pernambuco, até desaguar em Sergipe e Alagoas.

Juazeiro, cidade do norte da Bahia, distante 511 km da capital Salvador, localizada à margem direita do rio São Francisco, transformou-se em ponto de encontro dos boiadeiros que por ali passavam. Bandeirantes como Belchior Dias, Domingos do sertão, Pedro Barbosa Leal e Garcia D'Ávila percorreram a região, tornando-a assim um dos caminhos das bandeiras.

Devido à maneira próspera a que vinha se desenvolvendo, Juazeiro foi elevada a categoria de Vila em 1833 e a condição de cidade em 8 de setembro de 1878, data em que se comemora o dia da padroeira Nossa Senhora das Grotas cujo abrigo fica na Igreja Matriz. Theodoro Sampaio (1905) definiu a cidade de Juazeiro como o empório do sertão do São Francisco, centro de ativas transações, e que ainda hoje mantém algumas daquelas casas construídas sob as Posturas da época.

Nos relatos de memorialistas do século XX, a exemplo de Maria Creuza de Sá y Brito (1995), Jorge de Souza Duarte (1985) e de viajantes como Theodoro Sampaio<sup>3</sup>, são destacados a beleza das construções e o “certo gosto arquitetônico” (SAMPAIO, 1905. p.36), advindo de influências de outras regiões. Moradores desta região do sertão transitavam pelas capitais e grandes centros graças à estrada fluvial do São Francisco, que nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais. Também tinha uma antiga estrada de tropeiros que ligava a Bahia ao Maranhão.

Situada à margem esquerda do rio, encontra-se a cidade de Petrolina, conhecida anteriormente como Passagem do Juazeiro, como cita Spix e Martiuns (1938). Duas estradas do Piauí seguiam em direção à Passagem do Juazeiro, que se chama Travessia Nova, e se dirigem para as nascentes do rio Canindé e, por ele abaixo, até Oeiras, ora se aproximando, ora se afastando do São Francisco (SILVA e WOLF, 1938 p. 300). Atualmente, a maior cidade do vale do São Francisco<sup>4</sup>, foi formada a partir de um pequeno povoado às margens do rio, local de descanso para viajantes que cruzavam da Bahia ao Maranhão.

O urbanismo das cidades ao longo do rio permitiu a expansão rápida do comércio pelo fácil acesso de cargas e negócios nas embarcações que por ali transitavam. Antes da estrada de

---

<sup>3</sup> Foi um engenheiro, geógrafo, escritor e historiador brasileiro. Participou de momentos marcantes, como a expedição de Orville Derby ao vale do rio São Francisco, sendo o único brasileiro entre os americanos Amigo de Euclides da Cunha, auxiliou o escritor com conhecimentos sobre o sertão baiano na elaboração do livro *Os Sertões*.

<sup>4</sup> Dados estatísticos do IBGE apontam para uma população de 276.174 e com a extensão de 4.756,8 km<sup>2</sup>.

ferro, o único meio de transporte era fluvial. De um lado ao outro do rio, muita dificuldade para interligar os estados, sendo através das cidades de Juazeiro e Petrolina que o sertão nordestino fazia transporte para o sul-sudeste brasileiro.

Logo, Juazeiro tornou-se uma excelência no que diz respeito ao comércio de todo o Vale. As embarcações chamadas de “vapor” tornaram-se o transporte de pessoas e de cargas em um rio ainda plenamente navegável. De Pirapora e Januária em Minas Gerais até a foz na cidade de Piaçabuçu, em Alagoas, o comércio era tido como dos melhores nessa integração de Estados.

Com o crescimento das cidades devido ao comércio, casas e casarões começam a surgir e no início do século XX, Juazeiro e Petrolina são vistas como cidades prósperas e de grande beleza por aqueles que as visitam. Influenciadas pelo Ecletismo com características trazidas da Europa para o Brasil fazia jus as fachadas encontradas no interior, muitas vezes cópias de fachadas encontradas nas capitais.

**Imagem 2:** Lançamento da pedra fundamental dos Artífices Juazeirenses



**Fonte:** Arquivo Acervo Maria Franca Pires/Departamento de Ciências Humanas, UNEB/Juazeiro

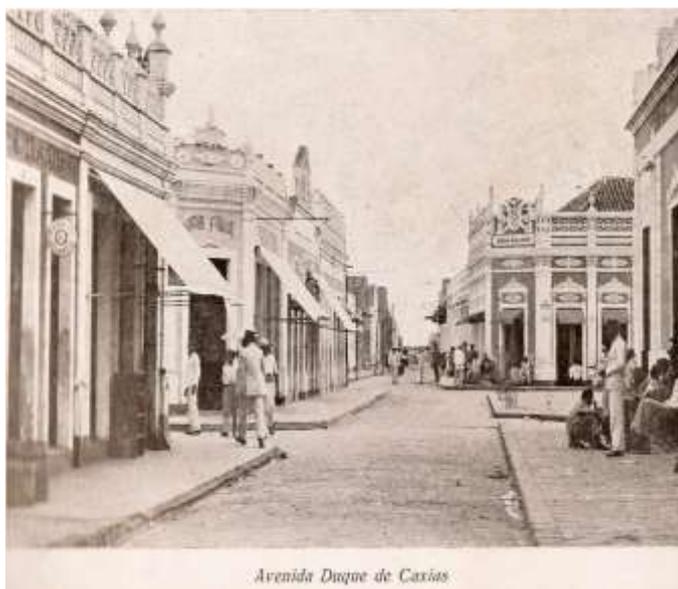
A respeito da presença de mestres de obras, identificamos a importância da Sociedade Beneficente dos Artistas Juazeirenses, fundada no ano de 1928 em Juazeiro, pelos trabalhadores na arte da construção como pedreiros, marceneiros, carpinteiros e pintores, cuja organização marcou a vida administrativa e urbanística da cidade. Contudo, não encontramos documentos no local pela degradação que sofreu ao longo dos anos, visto que não havia dentro da cultura local preocupação e meios financeiros para organizar e preservar essa memória. Atualmente, sob os cuidados da senhora Flor de Maria Bandeira e alguns sócios, que colaboram com uma quantia

simbólica, a fachada continua preservada assim como o seu maior bem: a porta desenhada pelos artífices da época, como Saul Rosa e Cecílio Matos, entre outros, tendo sido os pedreiros todos voluntários.

Na cidade pernambucana existe hoje a rua que foi designada de Petrolina Antiga pela presença dos casarões que ainda resistem. Casas construídas no início do século XX, com suas belas platibandas decoradas com desenhos geométricos de grande beleza que, imediatamente, instigam os nossos olhares para o alto, uma vez que, no resto da fachada não identifiquei além dos janelões, algo capaz de chamar tanta atenção como as platibandas e as cores.

Os mestres de obra que desenvolveram suas técnicas a partir da observação de recortes de revistas, por modelos de outras casas, ou por desenhos que os proprietários rabiscavam, ou mesmo ainda na observância de fotografias de casas que residentes traziam das capitais, eram suficientes para dar início à obra.

**Imagem 3:** Travessa Duque de Caxias Comércio de Juazeiro no Início do Século XX



**Fonte:** Arquivo Acervo Maria Franca Pires/Departamento de Ciências Humanas, UNEB/Juazeiro

O corpo das construções era estritamente funcional, mas com um sistema precário de ventilação, uma vez que a arquitetura colonial ainda era a referência base para a urbanização das cidades. Destarte, as casas eram construídas nos limites dos lotes, o que impedia áreas de ventilação que não fossem na fachada.

As mudanças ocorridas ao longo dos anos no interior do Brasil, principalmente no Nordeste, deram-se de forma lenta. A urbanização acontecia com maior intensidade dependendo do comércio de cada cidade, mas nesse aspecto Juazeiro era um pólo de desenvolvimento regional. As cidades ao longo do rio faziam comércio e transportavam cargas em Vapores que partiam de Pirapora em Minas Gerais, Bom Jesus da Lapa e Barra do Rio Grande, na Bahia, para Juazeiro, onde existia uma ferrovia.

Obra de grande importância, a ferrovia Alagoinhas-Juazeiro trouxe, além do progresso, pessoas como o Sr. Valdivino Ferreira, que residia em Salvador, e que se mudou para Juazeiro na época da construção da ferrovia. Seu neto, Ezequias, de 42 anos, registrou as histórias do avô, que passou a ser um construtor na cidade, chamado de mestre-pedreiro. Halbwachs (2004, p.75) enfatiza que um acontecimento só toma lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois de ocorrido. Portanto, somente bem mais tarde é que podemos associar as diversas fases de nossa vida aos acontecimentos nacionais.

A delicadeza de um sertão que, na maioria das vezes, é narrado no cinema, na televisão e na mídia em geral com a aspereza da pobreza que permeia o coletivo brasileiro, aparece na obra de Mariani (1987) com uma diversidade no colorido da cal e do pó xadrez com desenhos geométricos que revelam sinais de várias culturas, como a oriental e africana. Como cita a arquiteta Lina Bo Bardi (1987, p. 239), “(...) o Brasil não é só Ocidente, é também África e Oriente – este trabalho o denuncia”.

No interior das cidades, verificamos que alguns moradores continuam mantendo em suas casas as fachadas com platibandas, seja com desenhos de reprodução das rendas das vestimentas ou somente com linhas escalonadas retas como as da Petrolina antiga ou curvas arredondadas típicos da Art Déco. Nas duas cidades, é comum encontrarmos fachadas com platibandas vazadas, com desenhos geométricos, balaústres clássicos ou simplesmente pintados. Na antiga rua do Grude, que fica na área denominada Petrolina antiga, é comum encontrar casas com essas características, em que os desenhos das fachadas nos remetem ao passado, disputando olhares com os prédios de apartamentos construídos com a exuberância da contemporaneidade.

As platibandas rendilhadas, como são chamadas, foram utilizadas durante muito tempo em diversos lugares da Europa. Em Portugal encontra-se um dos mais importantes monumentos

da arquitetura em estilo manuelino ou gótico português tardio<sup>5</sup> o Mosteiro de Santa Maria da Vitória em Batalha. O professor Renner Benevides<sup>6</sup> explica que a origem da renda, que remete às antigas civilizações, não foi ainda esclarecida, admitindo-se somente que pode ter vindo dos fenícios que faziam negócios privilegiados com Portugal ao longo das andanças marítimas e foi exatamente em Portugal que houve a sua divulgação.

Muitos são os significados nos elementos utilizados no alto das fachadas, como pinhões da casa de D. Terezinha Braga que podem remeter a fertilidade e/ou imortalidade segundo o arquiteto Cosme Cavalcante<sup>7</sup> são elementos que na época poucas famílias sabiam do que se tratavam. Muitas casas eram réplicas de outras e os ornamentos eram utilizando somente por valor estético.

**Imagem 4:** Casa de Terezinha Braga



**Fonte:** Autora do artigo

Os elementos do desenho no qual está inserida as platibandas nordestinas são diferenciadas pelas formas geométricas. O decor utilizado pelos construtores era normalmente resultado de desenhos que referenciavam um pedido do proprietário ou uma arte desenhada pelo próprio construtor, que nos transportam aos desenhos de trilhos, rodas de carroça, figuras

---

<sup>5</sup> Estilo decorativo escultório desenvolvido durante o reinado de D. Manuel I em Portugal. Marcado por motivos iconográficos próprios simboliza o poder régio.

<sup>6</sup> Graduado em Artes Plásticas pela Universidade Federal da Bahia (1987). Atualmente é Professor auxiliar da Universidade do Estado da Bahia. Relato oral na banca de defesa de TCC da autora (2008).

<sup>7</sup> Arquiteto pela Universidade Federal de Pernambuco (1978) e Especialização em Gestão Ambiental pela Realiza/BA (2009). Atualmente é Professor do Curso Superior Bacharelado em Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2010.

geométricas do desenho, flores, folhagem, riscos que vão além da imaginação, desenvolvendo um perfil subjetivo dos artífices que desenharam.

O ato do desenho era bastante peculiar aos mestres. Cada um tinha o seu jeito e técnica para moldar os desenhos, alguns até repetitivos no conceito, como os que faziam o molde sempre vazado, e outros faziam somente os riscos geométricos escalonados, os quais se tornaram comuns em quase todas as regiões do Nordeste, do Ceará a Bahia.

Designer, arquitetos, mestres de obra e artesãos faziam parte de um grupo de profissionais engenheiros do sertão. Diante das promessas de progresso em que viviam as classes mais abastadas da Belle Époque, extravagâncias era sinônimo de poder. Os desenhos das platibandas são atualmente vistos como um símbolo de uma época passada que guarda a memória das cidades e os acontecimentos arquitetônicos vindos de lugares distantes e materializados pelas mãos dos artesãos e mestres de obras locais que utilizavam dos traços alongados e assimétricos para expor a sua arte nas platibandas.

### Os Mestres e as Obras

Com a construção da Estrada de Ferro Alagoinhas-Juazeiro, pela Leste-Brasileira, podemos observar a aceleração do desenvolvimento das duas cidades, uma vez que a estrada de ferro possibilitou a ampliação do comércio, a comunicação com a capital e o rápido desenvolvimento da região.

**Imagem 5:** Estação Ferroviária Leste-Brasileira em Piranga Juazeiro.



Fonte: Autora do artigo<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A foto consta da exposição fotográfica Cal Barro e Luz de Jackelina Kern realizada no Museu do São Francisco em Juazeiro/BA como parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do

Diferente do que pensavam os moradores que traçavam desenhos vindos da capital, os mestres de obras e pedreiros que moldavam as platibandas com suas colheres e pincéis, muitas vezes deixavam correr a sua criatividade no desenvolvimento dos trabalhos, criando assim uma identidade própria como a que nos revela Anna Mariani, no seu livro *Pinturas e Platibandas* (1987).

Estes, por não possuírem cursos específicos de engenharia, arquitetura ou mesmo de desenho, pela dificuldade de estudos naquele tempo, praticavam no dia-a-dia o dom que já possuíam de desenhistas por excelência, passando por várias funções. Gomes (1996, p.74) cita o alemão Peter Behrens (1869-1940), que começou sua carreira como pintor e deu origem ao profissional do Desenho Industrial Moderno.

As casas construídas em adobe, em uma mistura de barro e folhas, como tijolos artesanais, ficam expostos na maioria das casas em reforma. Segundo Nei Barbosa<sup>9</sup>, 47 anos, mestre de obras e morador da Rua Conselheiro João Alfredo, número 2007, a reforma dessas casas precisa de uma preparação prévia, como o isolamento do barro com telhas, para depois colocar a cal e, por último, a pintura, que dificilmente acertam os detalhes.

Manter uma casa antiga e preservar as paredes que por vezes a massa é composta de cal, barro e areia, e como se diz de costume, com muito sal, faz as famílias utilizarem o piche, uma substância preta, mole e gomosa, derivada do petróleo, que é usado como impermeabilizante de pisos e coberturas. Ainda hoje essa técnica é utilizada nessas casas, logo após a raspagem da tinta nas platibandas, principalmente naquelas que estão com a fachada comprometida pelo sal.

Ezequias<sup>10</sup> nos revela que um dos instrumentos utilizados pelo avô antes do início de uma construção era a maquete, modelo em miniatura das casas a serem construídas. Até o final do século XX ele possuía o que restaram de algumas. Fazia-se uma maquete do desenho que o dono da casa lhe entregava, para que então fosse aprovada. Normalmente era aprovada, segundo o que sua mãe contava.

Nei de Souza nos fala emocionado da dificuldade de manter a casa com a fachada original, já que a cidade não dispõe de profissionais que saibam trabalhar as platibandas sem

---

Estado da Bahia UNEB) que teve como avaliadores da banca Frederico Mendonça Diretor do IPAC e o professor Ms. Renner Benevides e como orientadora a professora Dra. Andrea Cristiana.

<sup>9</sup> Nei de Souza, entrevistado no dia 15 de agosto de 2011 em Juazeiro.

<sup>10</sup> Ezequias Cardoso Pitomba, entrevistado no dia 12 de junho de 2011 na praça da Misericórdia em Juazeiro/BA;

prejudicar os desenhos. Ele alerta sobre o rompimento dos laços familiares de alguns moradores para com as fachadas das casas, devido a essa dificuldade e também aos modelos mais modernos de fachadas com garagens, varandas e jardins que fazem parte hoje da nova morada.

Muitas vezes, existe a necessidade de mudanças nas residências, seja por situação de crescimento familiar, estrutura das casas ou mesmo por falta de profissionais capazes de trabalhar a cal e o barro Stelitta Santana<sup>11</sup> nos conta que todos os desenhos e pinturas que havia dentro de casa, assim como na sala de visitas, foram se apagando com o tempo por não encontrarem um profissional que recuperasse a pintura nas paredes. Se atualmente não existem profissionais que trabalhem com os desenhos de platibandas, as pinturas no teto e nas paredes, quem eram, afinal, esses artífices que tão bem trabalhavam a cal?

**Imagem 6:** Casa da família Santana em Petrolina-PE



**Fonte:** Autora do artigo

O Senhor Raimundo Brito<sup>12</sup>, de 81 anos, que trabalhou em muitas casas, inclusive na construção do Aqueduto<sup>13</sup> do Horto Florestal de Juazeiro, no qual existe o sistema de irrigação por gravidade em funcionamento até os dias atuais no campus da Universidade do Estado da

---

<sup>11</sup> Stelitta Santana, entrevistada no dia 05 de agosto de 2010 na residência Rua Conselheiro João Alfredo, Petrolina, Pernambuco em 2009.

<sup>12</sup> Entrevista na Praça da Bandeira, em setembro de 2011.

<sup>13</sup> O aqueduto encontra-se no Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, localizado no bairro São Geraldo, no município de Juazeiro-BA, extremo norte do estado, lugar conhecido antigamente como Horto Florestal, na época sede da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco – FAMESF. É o único bem imóvel tombado em nível estadual em Juazeiro.

Bahia em Juazeiro, nos conta que muitas vezes os desenhos relacionados a trilhos, rodas, triângulos, quadrados, eram feitos em uma sequência geométrica desenhados no chão ou barro em frente à obra e depois repassado para o papel. Neto (1976, p. 21) cita que o desenho é encarado como conhecimento e ação construtiva, ambos elementos básicos das estruturas plásticas puras e das criações simbólicas imaginárias.

Nesse sentido o Sr. Raimundo não está distante das estruturas que fazem parte da dinâmica de uma arte. Mesmo que não tenham frequentado um curso ou mesmo a universidade, os mestres de obras conseguiram preencher a lacuna entre o tijolo e a pintura.

### **Considerações Finais**

Durante o trabalho de pesquisa, evidenciou-se que a mão-de-obra responsável pela quase totalidade dos objetos de estudo foram sempre os mestres de obra da época, que em regra aprenderam boa parte de seus ofícios no dia a dia das obras, muitas vezes buscando inspirações em outras construções, ideias trazidas de outras paragens ou mesmo em sugestões dos proprietários, ainda que nem sempre seguidas à risca.

Parte de seus trabalhos ainda sobrevive ao tempo e as mudanças urbanas, ainda que haja menos condições de restauro, e em que pese a contínua pressão do mercado imobiliário, pois estão de regra em área nobre das cidades e as dificuldades de mão-de-obra adequada aos reparos. O ato do desenho era bastante peculiar aos mestres. Cada um tinha o seu jeito e técnica para moldar os desenhos, alguns até repetitivos no conceito, como os que faziam o molde sempre vazado e outros somente os riscos geométricos escalonados.

Ao discutir as fachadas das casas, verifica-se que houve transformações nas construções com finalidades comerciais e financeiras, considerando o alto valor comercial dessas propriedades e, como já dito, as dificuldades dos proprietários em mantê-las de forma adequada. Some-se a isso a avançada idade da maioria de seus moradores/proprietários. Aliado a isso temos o fato de que muitas profissões foram extintas pelo desuso ou transformadas em outras ao longo dos anos como a dos desenhistas dessas fachadas. Ainda assim muitas subsistem, amparadas no esforço de seus antigos usuários, que ainda evocam sentimento de pertencimento em relação às moradias. Ressalte-se ainda que não existe na região nenhuma legislação de proteção ao patrimônio, e o trabalho de inventário de 97 imóveis que foi realizado pelo arquiteto Sérgio Lopes (1999) nas cidades de Juazeiro e Petrolina, é um dos poucos documentos que dão suporte para as pesquisas.

### Referências bibliográficas

- BRITO, Maria Creuza de Sá Y. **Petrolina, origem, fatos, vida, uma história**. Petrolina: Impressora Tribuna do Sertão, 1995.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Introdução ao Barroco Mineiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.
- DUARTE, Jorge de Souza. **Juazeiro nos caminhos da história**. Juazeiro: Impressora Rocha Ltda, 1985.
- FLORENÇANO, José Carlos; ABUD, Maria José. **Histórico das Profissões de Engenheiro, Arquitetos e Agrônomos no Brasil**. Acesso em 16 de março de 2020. Disponível em <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/exatas/article/viewFile/317/527>.
- GENZUK, Michel. **A Synthesis of Ethnographic Research**. Occasional Papers Series. 1993
- GOMES, Luiz Vidal Negreiros. **Desenhismo**. Santa Maria: Ed. Da Universidade Federal de Santa Maria, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LEMOES, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Primeiros Passos, 2004 (Coleção Primeiros Passos).
- LOPES, Sergio Marcelino da Motta. **Juazeiro: entre o rio e a história: delimitação, inventariação e requalificação de áreas de interesse histórico-arquitetônico em Juazeiro da Bahia**. Fortaleza: UFC, 1999.
- MARIANI, Ana. **Pinturas e platibandas: fachadas populares do Nordeste brasileiro**. São Paulo: Mundo Cultural, 1987.
- NETO, Onofre Penteadado. **Desenho Estrutural**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo. Editora Perspectiva, 1978.
- SAMPAIO, Teodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina / Teodoro Sampaio, organização José Carlos Barreto de Santana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SPIX, Von, Martiuns, VON. **Através da Bahia: excertos da obra Reise in Brasilien ; transladados a portugues pelos drs. Piraja da Silva e Paulo Wolf**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

# As devoções carmelitas na perspectiva global: a influência das práticas devocionais dos séculos XVI-XVIII na cristandade ocidental

Carmelite devotions in the global perspective: the influence of devotional practices of the 16th-18th centuries on western Christianity

Nívea Maria Leite Mendonça

Doutoranda em História  
Universidade Federal Fluminense  
niveajf@hotmail.com

**Recebido em:** 14/03/2020

**Aprovado em:** 01/05/2020

**Resumo:** O presente artigo busca analisar a propagação das principais formas de devoção católica difundidas no decorrer do século XVIII, as quais foram influenciadas pela Ordem do Carmo tendo como embasamento os preceitos do ideal missionário que movia a Igreja tridentina e as instruções de Santa Teresa D' Ávila. O sucesso e a circulação das principais devoções carmelitas têm como fundamento seu maior símbolo de proteção: o escapulário. Os preceitos vinculados às Ordens do Carmo foram ganhando destaque em todos os lugares onde a Ordem se estabeleceu, especialmente na Espanha, em Portugal e nas Américas. Serão analisados também os impactos da divulgação das doutrinas carmelitas, em particular a do purgatório.

**Palavras-chaves:** Ordem Terceira do Carmo; escapulário; purgatório.

**Abstract:** This paper aims to analyze the propagation of the main Catholic forms of devotion that occurred in the 18th century, which were influenced by the Carmelite Order under the precepts of the missionary ideal that moved the Tridentine Church and the instructions of Saint Teresa of Ávila. The success and dissemination of the chief Carmelite devotions are based on their greatest symbol of protection: the scapular. The precepts related to the Carmelite Orders gained prominence in every place where the Order settled, specially Spain, Portugal and the Americas. The impacts of the assimilation of the Carmelite teachings, in particular the ones about the Purgatory, will also be analyzed.

**Keywords:** Third Order of Carmel; scapular; purgatory.

## Introdução

A partir do século XVI, a Europa Católica testemunhou a propagação de várias novas formas de devoção. Amplamente suscitadas a partir da Contrarreforma, o resultado final foi o

Concílio de Trento, que determinou as diretrizes que norteariam as formas doutrinárias dali em diante, bem como as principais devoções que seriam difundidas por todos os lugares do globo. Entre elas estão a doutrina da crença no purgatório e a renovação do culto aos santos.

Uma imagem bastante presente nesse período foi a de Nossa Senhora do Carmo, que estava vinculada à proteção da alma após o momento da morte, principalmente para aqueles que levassem consigo o “santo escapulário”, símbolo de devoção e esperança. Corroborando a doutrina do purgatório, a Ordem do Carmo propagou um projeto místico iniciado por Santa Teresa D’Ávila que ganhou espaço dentro da cristandade, o qual fazia uso de imagens votivas, garantindo novas formas de sensibilidade e ação evangelizadora e tendo como eixo norteador a devoção a Cristo.

A Ordem do Carmo foi introduzida no Brasil por volta de 1580, quando chegaram os primeiros Carmelitas vindos de Portugal, e a congregação foi subdividida em três províncias, duas delas no nordeste – Bahia e Pernambuco – e a outra no sudeste – Rio de Janeiro. Segundo as pesquisas realizadas por Willian Martins, a Ordem Terceira do Carmo, no Rio de Janeiro, foi fundada por volta da segunda metade do século XVII (MARTINS, 2009, p. 105).

Tendo em vista essa configuração, neste artigo, pretende-se abrir um debate, ainda que de forma exploratória, que possibilite uma visão mais ampla acerca da divulgação das práticas devocionais desenvolvidas pela Ordem Carmelita, as quais tinham como principais motes a doutrina do purgatório e a espera de um bem morrer, analisando sua circulação dentro e fora da Europa. Para tanto, recorreremos aos conceitos difundidos tanto pela micro-história quanto pela história global, pois, a partir do “princípio de variação de escala” (LEPETIT, 1998, p. 77-102), torna-se possível capturar de modo mais abrangente como a doutrina do purgatório foi compartilhada dentro do universo cristão e como foi incorporada pelos indivíduos inseridos nas Ordens Terceiras do Carmo, especialmente em Minas Gerais. Ressalta-se que, para Gruzinski (2014), a historiografia deve se preocupar também com espaços e realidades para além do continente europeu, integrando ao cenário mundial lugares até então pouco conhecidos e estudados.

O trabalho se inicia com uma seção de contextualização que apresenta os pontos gerais da doutrina do purgatório, difundida especialmente após o Concílio de Trento. As seções seguintes exploram pontualmente a devoção carmelita no contexto global, com destaque para a Espanha, Portugal e as colônias na América. Em seguida, são abordadas com mais detalhes as características

específicas da devoção da Ordem Carmelita no Brasil Colonial e na capitania de Minas Gerais. O trabalho se encerra com algumas considerações finais.

### **A doutrina do purgatório dentro do contexto global**

A liturgia que se dedicava ao culto aos mortos se intensificava e, a partir de finais do século XII e início do século XIII, ganharia novo impulso com o desenvolvimento da doutrina do purgatório, que fez proliferar muitas práticas e representações da morte. A ideia de purgatório ganhou força a partir do Concílio de Trento<sup>1</sup>, que ajudou a divulgar o culto aos santos que eram responsáveis por salvar almas, como a figura de São Miguel e Nossa Senhora do Carmo (CAMPOS, 2013). Segundo Le Goff, o purgatório foi fixado como um “terceiro lugar” – como foi chamado por Lutero. O impacto dessa doutrina ganhou notoriedade imediata, pois, ao divulgar a existência de um espaço que serviria para a purificação da alma, contrapunha-se às ideias protestantes, que negavam sua existência (FERRAZ, 2016). O medo desse lugar foi amplamente incitado pelos reinos católicos e em suas colônias. O próprio Le Goff afirma que “o melhor teólogo da história do purgatório é Dante” (LE GOFF, 1995, p. 27), pois já na sua *Divina comédia* (ALIGHIERI, 1472 [2014]) se propagava a existência de um lugar onde as almas cumpririam penas correspondentes aos pecados cometidos em vida, penas essas que precisavam ser expurgadas para se ascender ao paraíso (idem, p. 8). Com essa chave de leitura, o purgatório passou a ser concebido como o destino inevitável dos fiéis que escapavam do inferno. Também nesse período houve uma grande circulação de imagens que representavam um “bem morrer”; tais imagens forjavam um ideal de morte redentora que deveria ser alcançado pelos fiéis.

Nesse sentido, a Igreja integrava a doutrina do purgatório dentro de uma “pedagogia” pautada no medo. O impacto dessa doutrina ganhou inúmeros adeptos entre as monarquias católicas, sobretudo na Europa<sup>2</sup>. Assim, com as expansões marítimas do século XVI, que permitiram interconexões econômicas, políticas e culturais (CONRAD, 2016, p. 5-6), o medo do purgatório foi sendo introduzido na comunidade católica, graças aos religiosos e missionários. Segundo Charles H. Parker, a atividade missionária teria promovido uma verdadeira globalização da fé durante a modernidade (PARKER, 2010, p. 14-15). E o principal centro divulgador dessa fé

---

<sup>1</sup> No Brasil Colonial, a reforma tridentina só chegou de forma sistemática a partir do século XVIII; de acordo com Lana Lage, o “fato de não haver constituições eclesiais específicas para a Colônia até 1707 é indício dessas dificuldades” (de implantação das reformas instituídas pelo Concílio de Trento). Ver mais em: LAGE, 2011, p. 148.

<sup>2</sup> Segundo Laura de Mello e Souza, os “dogmas que compunham o corpo doutrinal, tais como o Juízo Final, a Vida Eterna e a existência do purgatório também eram discutidos pelos colonos” no seu cotidiano. Ver mais em: SOUZA, 2009, p. 123-124.

e, principalmente, da doutrina do purgatório era o próprio Papado, que estava integrado a diversas monarquias e que, com a expansão colonial, também chegava a novas terras, levando consigo seus missionários e suas doutrinas, as quais, tão logo foram implantadas, compartilhavam seus rituais e suas crenças com todos os povos.

A circulação da doutrina do purgatório ganhou, por fim, um importante respaldo com a vinculação da salvação das almas ao uso do escapulário, a partir da bula *Sacratissimo uti culmine*. Aprovada inicialmente pelo Papa João XXII, essa bula foi sendo confirmada, posteriormente, por outros Papas (BAYÓN, 2001, p. 488), o que levou a uma legitimação da Ordem do Carmo dentro da cristandade. A popularização do uso do escapulário estava atrelada às práticas caritativas, que também faziam parte do conjunto de normas e preceitos associados à busca pela salvação.

No universo de uma espiritualidade fundamentada nos ritos e símbolos, como era a da Ordem Carmelita, a apropriação simbólica ganhava destaque, e ela foi amplamente divulgada através dos seus dois maiores santos místicos e reformadores: Santa Teresa D'Ávila e São João da Cruz. Foi através do modelo de espiritualidade como a contemplação da vida de Cristo, desenvolvido por esses dois santos, que a “cultura carmelita” ganhou protagonismo no mundo cristão, imprimindo nele um ideal de alcançar a salvação através principalmente da visão de uma espiritualidade que se preocupava com o recolhimento interior, sendo possível encontrar Deus nas orações e no silêncio.

Essas relações nos ajudam a compreender as mediações entre as representações feitas pelos homens da igreja e a realidade em que se encontravam imersos, como nas terras recém-colonizadas. O predomínio de uma ou outra representação, no caso da salvação das almas, é sempre resultante de uma luta permeada por relações de poder, ora pela Igreja, ora pelas monarquias. Em suma, para alcançar a salvação, os fiéis buscavam nas agremiações religiosas os meios para obter a eternidade. Assim, através da propagação da devoção ao escapulário, enquanto instrumento de salvação no além, as Ordens Terceiras faziam uso de suas representações simbólicas, as quais conferiam sentido às suas práticas, tanto sociais quanto caritativas; dessa maneira, podemos pensar menos em regras que normatizam intenções e mais em estratégias que justificam ações. Com essa perspectiva relacional, é possível identificar as conexões entre normas e comportamentos a partir do enfoque que privilegia as experiências individuais ou coletivas que formulam e constroem as identidades de cada grupo fraternal, sejam elas baseadas em fatores sociais, caritativos, pios ou culturais.

Nesse sentido, percebe-se que as ferramentas usadas pela Igreja na defesa das concepções religiosas acerca da morte foram integradas por todas as regiões onde foi detectada sua presença, seja através de algum membro da Igreja, de um missionário ou de um leigo. Logo, a doutrina do purgatório, atrelada a uma expectativa de um “bem morrer”, com o uso do escapulário, instaurou-se como uma ferramenta valiosa a ser usada pela Ordem Terceira do Carmo, que lançava mão desse recurso simbólico na construção de diferentes estratégias, as quais, por sua vez, contribuíram para a transformação da estrutura social mineira.

### **As principais formas devocionais da Ordem Carmelita pelo mundo**

A vivência religiosa dos leigos foi amplamente estimulada pela Igreja a partir do século XVI e, dentro desse contexto, o da Contrarreforma, isso teve como grande resultado o Concílio de Trento, que estabeleceu as diretrizes das doutrinas e das formas de devoção que deveriam ser difundidas de maneira ampla pelo globo. A orientação estabelecida pelo Concílio renovou o culto aos santos, com o uso legítimo de imagens, bem como o estímulo à veneração de relíquias (SERAFIM, 2001, p. 157-184). Dentro da Ordem Carmelita, destacam-se as figuras de Santa Teresa D’Ávila e de São João da Cruz como protagonistas da reforma da Ordem, a qual gerou, não sem conflitos, a criação dos Carmelitas Descalços, cujo propósito era resgatar a regra primitiva do grupo. A renovação no interior do Carmelo ia de encontro ao clima religioso da época, resultando na fundação de uma espiritualidade mística, além da construção de conventos dos Carmelitas Descalços, não somente em países europeus como Espanha e Portugal, como também na América, na África e na Ásia (ORAZEM, 2011, p. 1-2). Tais desenvolvimentos estão de acordo com o proposto pelo historiador Sebastian Conrad, que defende uma história global baseada no conceito de integração como conexão com outras regiões, estabelecendo uma análise histórica na qual os fenômenos e eventos são colocados em contextos globais (CONRAD, 2016, p. 5).

Foi principalmente a partir do Concílio de Trento que a noção de purgatório se afirmou dentro dos conceitos propagados pela Igreja Católica. Nesse sentido, para “a maioria da população católica da Época Moderna, o Purgatório tornava-se não só como a sua única esperança de salvação, mas também o destino mais certo que podiam esperar após a morte” (FERRAZ, 2014, p. 16). O debate em torno da noção de purgatório e sua afirmação no Concílio se deram dentro de um contexto religioso que havia recebido intensas oposições por parte do movimento protestante da época, o qual negava a existência desse lugar (Idem). Como nos diz Norberto Ferraz,

Face à teologia protestante, a Igreja Católica teve de reforçar e sistematizar o Purgatório na sua doutrina oficial, reservando-lhe daí em diante um lugar fulcral: a crença no Purgatório passaria a ser uma forma de distinção da tradição católica cristã, em relação às igrejas protestantes nascentes. Assim, os católicos tinham de manifestar a sua crença neste lugar de purificação e punição, para evitarem dúvidas sobre a sua fidelidade à fé. Num tempo em que, no mundo católico ocidental, se reforçava o combate a todas as ideias que pusessem em causa a doutrina oficial, através da Inquisição, tornava-se praticamente obrigatório manifestar de algum modo a crença no Purgatório. (FERRAZ, 2014, p. 16 e 17)

Também dentro desse contexto de afirmação de doutrinas e crenças propostas pela Igreja, destaca-se o protagonismo assumido pelos fiéis leigos, que foram os que melhor inseriram tais propostas nas comunidades, vilas e lugarejos que habitavam. Eles se organizavam de acordo com suas principais características, fossem elas de ofício, origem social ou forma devocional; nesse cenário, ganharam força as associações religiosas, que souberam, além de agrupar, promover a caridade e a devoção ao intervir nos assuntos da Igreja. As associações também se tornaram pilares do ensino catequético (CAMPOS, 2007, p. 78-79), pois difundiam entre seus membros as principais orações e exercícios espirituais, bem como as práticas da confissão e da comunhão.

A gênese da Ordem do Carmo remonta à tradição do profeta Elias, do Monte Carmelo, e do seu discípulo, o profeta Eliseu. A Ordem do Carmo se desenvolveu na sombra das suas figuras. Dentro dessa tradição, a imagem do profeta Elias é detentora de um importante protagonismo, pois lhe é atribuída, devido à sua visão de uma pequena nuvem, a profecia da vinda da Virgem Maria, cujo verbo seria, tempos depois, encarnado. A devoção à Virgem Maria, bem como aos santos, formou uma base importante dentro da trajetória cristã católica e se espalhou amplamente entre os territórios em que ela se afirmou. Essas formas de devoção foram essenciais após o movimento de Contrarreforma, principalmente aquelas que tinham como centro a figura do Cristo, cuja principal influência convergia para as correntes de espiritualidade do cristianismo que tinham como fundamento a piedade popular.

Da presença e influência das grandes correntes de espiritualidade do cristianismo moderno às diversas manifestações de piedade popular, a espiritualidade e a ação carmelitas apresentam uma mudança de paradigma na reflexão religiosa, mas que se conectava com o propósito de expansão da Igreja. Vale lembrar que, no século XVI, houve um significativo aumento na circulação de pessoas, mercadorias e ideias entre América, Ásia, Europa e África, algo possibilitado pelo movimento expansionista, o qual, de sua parte, fomentou uma modificação da “consciência de globalidade” (CONRAD, 2016, p. 5-6). O tema central da doutrina carmelita teve como base o projeto místico que fazia uso das imagens iconográficas presentes na sua cultura; tais imagens

emergiam ganhando novas formas de sensibilidade e ação evangelizadora tendo como eixo norteador a devoção ao Cristo e às imagens de seus principais santos, como Santa Teresa D'Ávila, São João da Cruz, Santa Maria Madalena de Pazzi, Santo Ângelo e Santo Alberto, entre outros.

### **A devoção carmelita na Espanha**

A presença e a influência da Ordem Carmelita foram amplamente sentidas e difundidas dentro da Península Ibérica, principalmente na Espanha, que teve em posição de protagonismo a figura de Teresa D'Ávila. Teresa foi alguém que viveu o clima de espiritualidade do seu tempo: leu vários livros de autores quinhentistas e mantinha contato com o Frei Pedro de Alcântara, tendo recebido uma mescla de influências. A mais notável delas veio das Confissões de Santo Agostinho, que marcariam não só sua espiritualidade, mas também sua escrita (BORGES, p. 379-389, p. 381). Sua forte imagem logo conquistou um lugar no panteão dos doutores da Igreja (Idem), que, atuando em consonância com as ações dos membros da Ordem Carmelita, principalmente no século XVII, se empenhou em difundir a imagem da santa por várias partes do mundo católico, tais como Espanha, Portugal, França, Itália e vários lugares da América Latina (Idem).

As grandes correntes de espiritualidade do cristianismo, como a devoção ao Cristo, foram incorporadas aos ensinamentos da santa de Castela, e esse movimento de valorização da imagem de Cristo foi difundido conjuntamente com os escritos de Teresa, assim com as artes plásticas, expressas, principalmente, nas várias capelas dedicadas a representar os últimos passos da vida de Jesus (VAUCHEZ, 1995, p. 7-9). O tema da “Paixão de Cristo” ascendeu a um lugar central na vida religiosa dos católicos da Europa do início da Idade Moderna, principalmente após o Concílio de Trento. As imagens de Cristo no momento de sua flagelação, principalmente a imagem *Ecce Homo*, seguiam uma matriz iconográfica presente nos escritos de Teresa D'Ávila. Em seu Livro da Vida, a santa descreve que o “Senhor começou a despertar sua alma” a partir dessa imagem (JESUS, 1562 [1989])<sup>3</sup>. Dessa forma, as imagens, e em particular essa, tida como a predileta de Teresa, causaram grande impacto tanto entre os Carmelitas quanto entre os leigos. É importante destacar que a difusão de tais imagens só pôde ocorrer graças às interações interculturais cada vez mais comuns entre os sujeitos do mundo, as quais, em grande medida, foram fomentadas pelos impérios europeus em expansão (PARKER, 2010, p. 4-11).

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que Santa Teresa D'Ávila, que nasceu na cidade de Gotarrendura, região da província de Ávila, Espanha, em 28 de março de 1515, e morreu na cidade de Alba de Tormes, região da província de Salamanca, Espanha, em 4 de outubro de 1582, também é conhecida como Santa Teresa de Jesus.

Assim como as imagens da Paixão ganharam centralidade na vivência devocional no cotidiano dos habitantes da Península Ibérica, também as procissões, principalmente no período da Quaresma e da Semana Santa, passaram a ocupar lugar de destaque dentro desse contexto (MARTINS, 2009, p. 289); um exemplo disso são as pequenas capelas da *Via Crucis*, que tinham como propósito a reconstituição do caminho do calvário (BORGES, 2009, p.88) e se tornaram populares entre os ibéricos. Carregando o caráter dramático do momento final do sofrimento de Cristo, a procissão do enterro representava um ato de grande comoção entre as populações, que acompanhavam o trajeto desde a descida da cruz até a disposição do corpo do Senhor no esquife – o cortejo fúnebre da morte do Senhor. Dessa forma, além de contemplar os momentos finais da vida de Cristo, todos os habitantes eram convidados a também refletirem sobre suas próprias vidas e mortes. De acordo com Adalgisa Arantes Campos, todos os cenários com as quais a Igreja lidava nesse período mexiam com o modo de ver e de pensar da população (CAMPOS, 2007, p. 107) – advindo daí, também, o temor e o cuidado para com a morte. Essa preocupação ocupava constantemente o pensamento das pessoas, enquanto as iconografias remetiam ora ao bem morrer, isto é, ao céu, ao paraíso, ora ao mal morrer, ou seja, ao purgatório e às chamas do inferno.

### **Modelo de devoção carmelita em Portugal**

Como no restante da Península Ibérica, também em Portugal a Ordem Carmelita encontrou um grande e fértil terreno para as suas atividades. O império português tinha como principal pilar de coesão a Igreja Católica, que, através de suas instâncias administrativas – dioceses, paróquias e aldeamentos – empreendia um domínio tanto sobre a alma quanto sobre o corpo da população colonial. Assim, Portugal pensava ser um reino escolhido para propagar a fé cristã (ALMEIDA, 2008, p. 276), e, com isso, o império português e a Igreja se aliaram sob a proteção da cruz de Cristo<sup>4</sup>, o que garantia a ele autonomia para organizar e financiar as missões entre os habitantes das Colônias. Como efeito desse processo, impulsionado pelas redes institucionais da Igreja Católica e do Império português, assim como o fluxo de pessoas, bens e informações, a Europa se integrava com as áreas coloniais em termos de identidade religiosa – um exemplo preliminar da interconectividade entre povos e regiões que se observaria na época moderna (GRUZINSKI, 2014, p. 27-30).

---

<sup>4</sup> A Coroa solidificou seu laço de poder no âmbito da religião institucionalizada sob o regime do Padroado, que em linhas gerais constituía-se em “privilégios concedidos pelo papa aos reis portugueses, que se tornaram administradores com plenos poderes dos territórios recém-descobertos, para neles implantarem a fé cristã, acumulando, assim, as funções de chefe de Estado e da Igreja nas terras d’além-mar” (BOXER, 2002, p. 227).

A implantação da Ordem Carmelita em Portugal remete ao estabelecimento de alguns clérigos carmelitas no convento construído pela Ordem dos Militares em Moura (BAYÓN, 2001, p. 34), que posteriormente foi doado aos Carmelitas, aproximadamente no ano 1251. Por volta do século XV, ele contava com quarenta e dois religiosos. Foi a partir desse convento que a Ordem do Carmo se propagou por todo o território português. Segundo alguns historiadores da Ordem e seus cronistas, por volta da segunda metade do século XV, D. Nuno Álvares Pereira, o Contestável, juntamente com religiosos carmelitas, construiu um convento carmelita em Lisboa (Idem, p. 51-61). Já a Ordem Terceira do Carmo, em Portugal, remonta ao século XVII (Idem, p. 492); também esses irmãos tinham como principal fonte de devoção a figura de Cristo, da forma como foi amplamente divulgada por Teresa D'Ávila. Refletir sobre a vida de Cristo e sensibilizar os fiéis para suas culpas, suscitando o arrependimento dos pecados, eram meios para incitar o medo do fogo do inferno, e essa crença foi uma constante observada na corrente de espiritualidade que circulou na Europa Católica no início da Idade Moderna (Idem).

A base de sustentação de expressão da religiosidade tipicamente portuguesa eram as procissões, que eram manifestações festivas e coletivas, geralmente realizadas em espaços públicos. Segundo Georgina Santos, o relato de viajantes estrangeiros que circularam por Lisboa no século XVIII informa que “a procissão era um dos acontecimentos mais aguardados do ano, superando em pompa o que se praticava em outros reinos da cristandade” (SANTOS, 2005, p. 97). O envolvimento da população em torno das procissões, fossem elas da Semana Santa ou do *Corpus Christi*, tomava grandes proporções. Essa última festividade, em particular, era uma marca fundamental da Igreja Católica portuguesa, constituindo “um dos pilares centrais do catolicismo, o qual rememora o sacrifício da cruz e a ressurreição do Senhor” (BORGES, 2011, p. 1). Portanto, essa solenidade, em que a Igreja celebra o sacramento da Eucaristia com missas e procissões, foi comum na metrópole, já que “aos lisboetas era obrigatório terem portas, janelas e varandas muito bem ‘concertadas’ e armadas de seda, brocado, tapeçaria, alcatifas ricas e outras armações douradas em demonstração de devoção” (SANTOS, 2005, p. 90). Além das procissões e do impacto que elas representavam nos indivíduos, destaca-se a participação e a relevância do leigo como um ser religioso, *homo religiosus* (ELIADE, 2010, p. 136), o que foi uma peça fundamental no estabelecimento dos principais rituais da Igreja Católica em Portugal.

A Igreja Católica portuguesa soube expandir seus domínios através das expedições empreendidas por Portugal, como as feitas pela costa atlântica africana e pela costa americana, (SOUZA, 2007), o que levou a uma aliança entre a igreja e os governantes portugueses: estes

assumiram a tarefa, juntamente com os missionários religiosos, de converter para o catolicismo os povos pagãos com os quais estabeleciam contato, mesmo que esses povos servissem para seus interesses econômicos (sendo, portanto, escravizados), já que “no entender dos portugueses da época também podiam ser escravizados, pois ao se converterem ao cristianismo teriam uma chance de salvar suas almas na vida além desta” (Idem, p. 51). Dito de outra forma, todo o discurso usado pela Igreja ou por pessoas que estavam em nome dela justificava o “projeto evangelizador” dos povos, principalmente dos africanos, em nome da salvação de suas almas. Novamente, nota-se que toda a expansão da fé se baseava nos elementos celestes e não terrestres; isso justificava a escravidão sofrida pela população africana, já que tudo o que se referia ao plano terreno era passageiro, enquanto o discurso usado pela Igreja era o de socorrer as almas para triunfar na Glória.

### **Modelo de devoção carmelita nas Américas**

A transposição do modelo de devoção para as Américas espanhola e portuguesa teve como principal embasamento os valores e crenças transmitidos pelos colonos que migraram para o Novo Mundo; foi a partir de suas memórias que eles procuraram refazer seu modo de viver. Dessa forma, os colonos na América, com certo medo do desconhecido (DELUMEAU, 2009, p. 33), se agarraram às suas devoções, e assim buscaram edificar igrejas e templos e se reuniram em torno das associações religiosas a fim de garantir a proteção divina, o apoio entre os semelhantes e a solidariedade deles na vida e na morte. É importante, todavia, deixar claro que esses modelos devocionais não foram inseridos nessas culturas locais sem conflito com os seus habitantes, pois, além das interações nas redes comerciais, vemos ali uma interação também de cunho devocional. (GRUZINSKI, 2014, p. 9).

A Ordem do Carmo foi introduzida na América da mesma maneira que outras ordens, entre elas a dos Jesuítas, a dos Franciscanos e a dos Beneditinos. Segundo a narrativa de alguns religiosos da Ordem Carmelita, as primeiras manifestações da devoção à Virgem do Carmo na América Latina ocorreram no território do Chile, ainda no século XVI – a devoção teria sido inaugurada pelo conquistador espanhol Pedro de Valdivia. Mais ao norte daquela colônia, foi construída uma igreja conhecida por “La Tirana”, e a primeira Confraria do Carmo foi fundada na Igreja dos agostinianos, em 1643<sup>5</sup>. Também segundo essas narrativas, durante as lutas pela independência, os colonos teriam vencido as batalhas com a proteção da Virgem do Carmo, e é por esse motivo que a Virgem do Carmo foi proclamada matrona do exército andino. Em seu

---

<sup>5</sup> <http://carmelitas.org.br/>. Acesso em 10/01/19.

santuário nacional, na cidade de Maipu, estão sepultados os soldados que lutaram pela pátria. Na bandeira do Chile foi colocada uma estrela branca no céu azul simbolizando a Virgem do Carmo, matrona do Exército.

Já no século XVII, foram criados mosteiros dos Carmelitas Descalços; esses chegaram ao vice-reinado da Nova Espanha em 1604 e duas décadas depois criaram raízes em Tucumán. Em 7 de maio de 1628, em Córdoba del Tucumán, foi inaugurado o mosteiro de San José, quando a cidade ainda estava em desenvolvimento e já havia quatorze anos da criação do primeiro mosteiro feminino de clausura, o mosteiro dominicano Santa Catalina de Sena. Daquele momento até o presente, o espírito teresiano tomou as celas e os claustros do mosteiro cordobês (FASANI, 2010, p. 697-721).

A chegada da Ordem do Carmo ao Brasil é datada de aproximadamente 1580, quando desembarcaram os primeiros carmelitas vindos de Portugal para a Colônia. Os religiosos carmelitas se fixaram, primeiramente, nos litorais do novo território. Os frades que se assentaram no Brasil “começaram seus trabalhos apostólicos entre os gentios para a conversão e entre os convertidos para a reforma de seus costumes” (BAYÓN, 2001, p. 180). O culto aos santos e, especialmente, à Virgem Maria, que foram implantados a partir de Trento, ganharam grande força na América portuguesa. Essas devoções, em particular, formaram uma base indispensável para a trajetória cristã católica. As práticas religiosas dos leigos “predominaram e assumiram um papel fundamental; a partir dos lares e das irmandades os leigos evangelizaram boa parte da população” (ALMEIDA, 2008, p. 275).

### **Modelo de devoção carmelita no Brasil Colonial**

No intuito de rastrear com mais precisão os fragmentos da trajetória da Ordem Carmelita no Brasil Colonial e na Capitania de Minas Gerais (GINZBURG, 1989, p. 145-157), será empreendida, nesta seção, uma redução no nível da escala de análise, de modo a fornecer uma visibilidade da atuação dos irmãos leigos que fizeram com que a presença da Ordem Carmelita fosse importante nessas partes específicas da colônia portuguesa.

A Ordem do Carmo como foi fixada no território do Brasil Colonial tinha uma forte ligação com os preceitos da reforma de Santa Teresa D'Ávila. Tanto nas igrejas quanto nos conventos, principalmente nos das Ordens Terceiras, o que chama a atenção são as imagens iconográficas (BOSCHI, 2007, p. 65) e as pinturas, formulações artísticas que manifestam novas formas de sensibilidade e de ação evangelizadora. A expressão religiosa caracterizada pelos terceiros carmelitas

se assentava na devoção à Virgem do Carmo e aos santos carmelitas e nas práticas penitenciais inspiradas na Paixão de Cristo, cujo ponto alto eram as cerimônias da Quaresma e da Semana Santa. As imagens da Paixão de Cristo, juntamente com a meditação, foram se espalhando por todo o velho continente, ganhando inúmeros adeptos, e, como analisou William Martins, a forma como eram dispostas nos altares laterais nas igrejas (ou capelas) da Ordem Terceira do Carmo as transformou em verdadeiros palcos, onde se privilegiava a encenação dessa passagem (MARTINS, 2009, p. 289).

As Ordens Terceiras do Carmo no Brasil seguiam a devoção ao escapulário da Virgem do Carmo e à Paixão de Cristo, com exaltação do Cristo flagelado, além de simpatizarem com a temática da reforma descalça teresiana, com devoção a Santa Teresa D' Ávila e a São João da Cruz. É forte a devoção a Santa Teresa de Jesus nas igrejas da Ordem Terceira do Carmo do Brasil (ORAZEM, 2011, p. 12). As festividades eram grandes momentos de demonstração da legitimidade da fé. No Estatuto da Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, se estabelece que: “Far-se-há (sic) na tarde de Domingo de Ramos, a Procissão do Triunfo em que irão os sete passos de Cristo Senhor nosso, pelas ruas públicas da Vila, na qual irão todos os irmãos Terceiros com seus hábitos, e brandões e não se admitirá nas Procissões entre os irmãos quem o não for” (AEPNSP/OP. Estatuto da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Vila Rica. Período 1755. Volume 2418.). O estatuto determina, a respeito das procissões, que os terceiros do Carmo eram responsáveis por reproduzir os sete passos de Cristo. Nessa mesma linha, determinava, ainda, que não seriam admitidas faltas dos irmãos nesses atos públicos de fé; caso algum irmão descumprisse essa determinação, seria punido – punição esta que poderia ser apenas verbal ou chegar até à expulsão da Ordem.

Já nas Constituições do Arcebispado da Bahia, os textos conferiam a responsabilidade integral da procissão do Enterro de Cristo aos irmãos carmelitas (Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Livro III. Tít. XIV). Todas as demonstrações públicas de fé, como as procissões, acarretavam uma disputa pela ocupação das posições sociais, já que esses eventos legitimavam o lugar social que cada indivíduo ocupava na sociedade, o que gerou várias querelas ao longo do século XVIII, principalmente na região das Minas (CAMPOS & FRANCO, 2004, p. 17).

Dentro dessa perspectiva, toda associação religiosa era movida, além da questão devocional, pela solidariedade. Todas as práticas, fossem elas devocionais ou caritativas, eram vistas como boas

obras que poderiam intervir no julgamento no além. E, para garantir ainda a purificação da sua alma, o fiel estipulava em testamento a quantidade de missas destinadas aos sufrágios. Esse foi o caso de Antônia Legal Guimarães: seu testamento foi aprovado no Rio de Janeiro a 29 de janeiro de 1770. No testamento, observa-se que ela pede para que se rezem 300 missas de corpo presente (ACM/RJ. Livro de Óbitos e Testamento. Período 1757-1788. AP-0057), quantia muito grande em comparação ao que se costumava estipular. É possível que essas missas tenham sido celebradas ao longo de meses, e não de uma única vez (corpo presente). Além das missas de sufrágios, havia, entre os habitantes da colônia, o interesse de serem sepultados usando o hábito como sua mortalha, como foi o caso de José Francisco, morador do Rio de Janeiro. Em junho de 1770, ele fez seu testamento e pediu piedosamente para ser “sepultado usando o hábito de São Francisco de Assis, que era irmão noviço da dita Ordem Terceira” (ACM/RJ. Livro de Óbitos e Testamento. Período 1757-1788. AP-0057). Tal prática era bastante comum entre os habitantes da Colônia.

Ao longo do século XVII e XVIII, as concepções do purgatório obtiveram lugar de destaque na iconografia pós-tridentina, quando se associou a noção de juízo individual. A postura adotada pela Igreja foi incentivar o medo da morte, que era visto pela instituição como meio disciplinador e que, ao mesmo tempo, criava uma confiança de proteção no pós-vida, por meio dos ritos tranquilizadores, como enterros dignos e missas de sufrágio. Com isso, a Igreja propagava a imagem de um Deus piedoso e misericordioso para aqueles que se arrependessem de suas culpas e se preparassem com antecedência para a morte.

Os manuais de morrer, divulgados pelos religiosos na época da Contrarreforma, instruíam as pessoas a não esperarem a hora da morte para se converter, mas sim fazer pequenas conversões ao longo da vida. Esses manuais continham escritos de moral e doutrina cristã e faziam parte do que passou a ser chamado em geral de “manuais de devoção”. Seu conteúdo se baseava em instruções para um bem morrer, ou seja, como proceder com relação à devoção (à Virgem, a Jesus, à Igreja, aos santos), orientações quanto aos modos de bem viver (virtudes cristãs), de pensamento e preparação para a morte; alguns ainda elucidavam o fiel a respeito do estado da alma na imortalidade (paraíso, purgatório e inferno) (FLECK, 2014, p. 44-46). Esses livros desenhavam uma imagem ideal dos últimos momentos de vida do cristão, bem como da luta existente entre anjos e demônios pela posse da sua alma (FERRAZ, 2014, p. 31).

Na região das Minas, os indivíduos que se estabeleceram sempre deram grande valor à morte. Os diversos confrades espalhados em torno das Irmandades e Ordens Terceiras sempre se

preocuparam com esse momento. Nele, como ressalta Sabrina Sant'Ana, o “desaparecimento do indivíduo suscitou o nascimento de cerimônias fúnebres que, entre outras coisas, testemunham o desejo de perpetuação da memória e do prolongamento da existência” (SANT'ANNA, 2006, p. 15). Dessa maneira, o preparo das sepulturas, fosse no interior da igreja, fosse nos cemitérios da Ordem e das irmandades, era extremamente importante, pois elas se tornaram espaços essenciais e sagrados. Ainda segundo a autora, “a boa morte, sinônimo de redenção, estava condicionada a uma vida reta aos olhos de Deus e da religião ou, em casos extremos, à conversão e arrependimento sincero antes do último suspiro” (Idem, p. 102).

A expansão do culto ao purgatório também foi amplamente estimulada pela Igreja no Brasil Colonial, e nas capitanias foram incentivadas as celebrações de missas de sufrágio pelo resgate das almas. Toda irmandade ou Ordem Terceira mandava celebrar tais missas em ajuda aos confrades falecidos, posto que, uma vez que fossem realizadas, ajudariam as almas a se salvarem.

### **Considerações finais**

Neste artigo, buscou-se delinear uma análise sobre a divulgação e a circulação das práticas devocionais pertencentes à Ordem do Carmo, a qual se estende aos Irmãos Terceiros, e seus principais impactos durante o processo de evangelização dentro da Europa pós-tridentina e das colônias da América. O êxito das devoções carmelitas tem como elemento central o seu maior símbolo de proteção, o escapulário, pois a imagem de Nossa Senhora do Carmo estava vinculada à proteção da alma após o momento da morte, em especial para aqueles que levassem consigo esse objeto sagrado. Citando Adalgisa Campos, o juízo particular “é invisível, psicológico” (CAMPOS, 2007, p. 385-386). Não é demais lembrar que a partir do Concílio de Trento se intensificou a ideia de purgatório, o que fortaleceu também o culto aos santos e a Nossa Senhora, já que, na concepção popular, os santos intercessores eram fontes de esperança para as almas, intervindo piedosamente em seu socorro. Nossa Senhora do Carmo aparece como aquela que lança o escapulário, tirando o devoto do purgatório (CAMPOS, 2013, p. 60). Com isso, a circulação da doutrina do purgatório ganhou respaldo vinculando a salvação das almas ao uso do escapulário.

O papel central da Ordem do Carmo dentro do contexto da cristandade na divulgação de suas principais formas de devoção é notável, já que, ao lado das demais ordens religiosas como os Jesuítas, os Beneditinos e os Franciscanos, também os Carmelitas foram responsáveis por evangelizar e propagar a fé católica no Novo Mundo. Apesar da produção limitada de estudos e pesquisas referentes ao estabelecimento da Ordem do Carmo de modo mais amplo no continente

européu, assim como na América entre os séculos XVI e XVIII, é possível deduzir que, de fato, houve um esforço, seja por parte dos religiosos, seja por parte dos leigos, para implantar a Ordem nesses lugares. A divulgação das práticas devocionais que compunham a pastoral tridentina foi ampla na Europa católica e também angariou adeptos nas colônias, que ajudaram a consolidar um ideal de santidade entre o povo cristão

A doutrina do purgatório que compõe essa pastoral serviu de instrumento para estimular nos fiéis a assimilação da visão de mundo do catolicismo, segundo a qual eles deveriam garantir a salvação de suas almas num mundo do além fragmentado em paraíso, inferno e purgatório. Para consolidar esse preceito, a Igreja se dedicou a fortalecer as práticas religiosas e devocionais em todos os lugares em que se fazia presente, através, entre outros, das confrarias religiosas, que passaram a evangelizar as populações. A propagação do escapulário enquanto instrumento de salvação no “além intermediário” atendeu a boa parte dos anseios dos missionários e colonizadores; o temor mediante a hora incerta, isto é, o instante da morte, demonstra a assimilação desses cristãos, em especial dos confrades da Ordem Terceira do Carmo, da escatologia do julgamento individual (CAMPOS, 2007, p. 388), uma das abordagens católicas mais incentivadas pela catequese tridentina. Ao lado da doutrina do purgatório, foram propagadas as devoções ao Santíssimo Sacramento, à Nossa Senhora do Carmo e a São Miguel e Almas, que se tornaram importantes pilares de intercessão dentro dos propósitos missionários da reforma católica, cuja grande preocupação era intensificar a união das igrejas peregrina (Terra), padecente (purgatório) e triunfante (paraíso) (CAMPOS, 2013, p. 28).

Diante disso, considerando a linha de análise delineada ao longo deste trabalho, pode-se considerar que a intervenção da doutrina do purgatório alicerçada nas práticas devocionais levou ao aprofundamento da elaboração da liturgia da morte e da caridade para com as almas dos cristãos falecidos.

### Referências Bibliográficas

#### Fontes manuscritas e documentos impressos

**Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Livro III, Tít., XIV.

Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar – Ouro Preto. (AEPNSP/OP.) **Estatuto da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Vila Rica.** Período 1755. Volume 2418.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACM/RJ). Livro de **Óbitos e Testamento.** Período 1757-1788. AP-0057

JESUS, Santa Teresa de. **Livro da Vida**. 14 ed. Trad. Carmelitas descalças do convento de Santa Teresa. São Paulo: Paulus, 1989.

Livros, artigos e teses

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia: purgatório**. 3º ed. Editora 34, São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Marcos António de. Reinventando a mística franciscana no Brasil do século XVIII das Quatro Partes do Mundo ao Novo Brasília. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões– Ano VII**, 2008 / n. 13/14, p. 275-287.

BAYÓN, Balbino Velasco. **História da Ordem do Carmo em Portugal**. Lisboa: Paulinas, 2001.

BOSCHI Caio César. **Irmandades, religiosidade e sociabilidade**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas – 2*. Belo Horizonte: Autêntica – Companhia do Tempo, 2007.

BORGES, Célia Maia. As Imagens da Paixão: plástica e mística nos eremitérios dos Carmelitas. **Ceib (Centro de Estudos da Imaginária Brasileira)**, nº 4, 2009, p.85-89.

\_\_\_\_\_. Em Honra ao Senhor: a devoção à hóstia consagrada pelos irmãos do Santíssimo Sacramento em Minas Colonial. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** - São Paulo, julho/ 2011.

\_\_\_\_\_. A Representação Iconográfica de Santa Teresa: mística e plástica na Península Ibérica na época barroca. **Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-americano**, p.379-389.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório: culto e iconografia no setecentos mineiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

\_\_\_\_\_. Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). **As Minas Setecentistas – 2**. Belo Horizonte: Autêntica – Companhia do Tempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Mecenato leigo e diocesano nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). **As Minas Setecentistas – 2**. Belo Horizonte: Autêntica – Companhia do Tempo, 2007.

\_\_\_\_\_. & FRANCO, Renato. Aspectos da visão hierárquica no barroco luso-brasileiro: disputas por precedência em confrarias mineiras. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 9. nº 17, pp.1-23, 2004.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente, 1300-1800: Uma cidade sitiada**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ELIADE. Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões** 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FASANI, Ana Mônica Gonzaléz. El Monasterio de San José: población conventual y vinculaciones sociales del Carmelo Descalzo en el Tucumán (1790-1806). **Hispania Sacra**, LXII 126, julio-diciembre 2010, 697-721, ISSN: 0018-215-X (disponível em: <http://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra>). Acessado em 201/01/19.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann e DILLMANN, Mauro. Escrita, práticas de leitura e circulação de manuais de devoção entre Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. **História/Histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014. ISSN 2318-1729, pp44-60.

FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves. **A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista**. 2014. 637f. Tese de Doutorado em História. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais, 2014.

\_\_\_\_\_. O purgatório e a salvação da alma na Braga de setecentos. **REVISTA M**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 295-319, jul./dez. 2016.

GRUZINSKI, Serge. **As Quatro Partes do Mundo: História de uma Mundialização**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

LAGE, Lana. As Constituições da Bahia e a reforma Tridentina do Clero no Brasil. In: FEITLER, Bruno & SOUZA, Evergton Sales. **A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p.147-177.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 2ª edição, 1995.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**, Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp.77-102.

MARTINS, Willian de Souza. **Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (C. 1700-1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2009.

ORAZEM, Roberta Bacellar. A representação de Santa Teresa D'Ávila como símbolo de devoção e poder das Ordens Terceiras do Carmo no Brasil. **Atas do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa, 18-21 maio/ 2011.

PARKER, Charles. **Global Interactions in the Early Modern Age, 1400–1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SANTOS, Georgina Silva. **Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa moderna**. Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. Edições Colibri. Lisboa. Coleção: Travessias, 2005.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. **A boa morte e o morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721-1822)**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SERAFIM, João Carlos G. Relíquias e propagandas Pós-Trento. **Via Spiritus**, 8, 2001, p.157-184.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade da Idade Média Ocidental - Séc. VIII- XIII**. Lisboa: Editora Estampa, 1995.

## **Demandas da sociedade civil nos espaços de participação do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Ponta Grossa - PR**

Civil society demands in the participation areas of the Master Plan and Urban Mobility Plan of Ponta Grossa – PR

**Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco**

Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG  
julianathaisa@hotmail.com

**Juliana Yuri Kawanish**

Mestranda Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG  
kawanishi.juliana@gmail.com

**Reidy Rolim de Moura**

Doutor em Sociologia Política  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
reidymoura@gmail.com

**Sandra Maria Scheffer**

Doutora em Gestão Urbana  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR  
sandrascheffer@uol.com.br

**Recebido em:** 11/03/2020

**Aprovado em:** 06/05/2020

**Resumo:** Estabelecem-se novas diretrizes para o Planejamento Urbano a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01), dentre essas diretrizes destaca-se a participação popular como representatividade da sociedade, que possibilitou a participação em momentos decisórios de construção de ações e políticas públicas. Tendo este foco, o presente artigo visa identificar os atores envolvidos na participação popular e quais os pontos discutidos por esses atores na revisão do Plano Diretor e na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana em Ponta Grossa – PR. A coleta de dados foi organizada a partir de sete oficinas comunitárias e quatro audiências públicas no período de junho de 2018 a março de 2019. A metodologia empregada foi pesquisa exploratória e descritiva, os dados quantitativos foram coletados a partir das listas de presença, registros

fotográficos e observação participante direta. Os resultados revelam a importância da participação no processo de construção do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade.

**Palavras-chave:** Planejamento urbano; participação popular; política urbana.

**Abstract:** New guidelines for Urban Planning are established from the Federal Constitution of 1988 and the Statute of Cities (Law 10.257/01), among these guidelines the popular participation as a society representation stands out, which enabled participation in moments decision-making processes for public actions and policies. With this focus in mind, this article aims to identify the actors involved in popular participation and what points were discussed by these actors in the review of the Master Plan and in preparation of the Urban Mobility Plan in Ponta Grossa - PR. The data collection was organized based on seven community workshops and four public hearings from June 2018 to March 2019. The methodology used was exploratory and descriptive research, quantitative data were collected from attendance lists, photographic records and direct participant observation. The results reveal the importance of participation in the process of building the Master Plan and the Mobility Plan.

**Keywords:** Urban planning; popular participation; urban politics.

### Introdução

A partir do Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257/2001 (BRASIL, 2001), são previstos vários instrumentos relacionados a política urbana, dentre eles destaca-se o Plano Diretor, que tem por objetivo compreender a totalidade do território municipal e o Plano de Mobilidade Urbana - PlanMob que tem por objetivo elaborar um plano de transporte integrado, priorizando o transporte coletivo.

Por meio do Plano Diretor e PlanMob que se estabelecem as diretrizes gerais sobre o desenvolvimento territorial e a elaboração de políticas públicas, com o intuito de promover um desenvolvimento sustentável e igualitário. Segundo Milaré (2010) o Plano Diretor visa estabelecer condições para o fortalecimento do processo democrático descentralizado, delegando aos municípios autonomia e responsabilidade institucionais, para atender as demandas das comunidades locais. Com a autonomia dos municípios para a elaboração e execução de políticas urbanas, destaca-se a importância da participação popular para se pensar a cidade e a promoção do controle social.

Com base neste parâmetro, o presente artigo visa identificar os atores envolvidos na participação popular e quais os pontos discutidos por esses atores na revisão do Plano Diretor e na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana em Ponta Grossa – Pr. Por se tratar de uma importante esfera no contexto político, a participação popular se caracteriza pela participação da sociedade civil

nos processos decisórios como importante, pois são nestes momentos que se compreendem as demandas e necessidades da população.

As audiências públicas e as Oficinas comunitárias foram divididas em três fases:

- Análise Temática e Integrada – Diagnóstico;
- Diretrizes e Propostas e o Plano de Ação e Investimentos -PAI;
- Institucionalização do Plano Diretor Municipal e do PlanMob.

Os planos foram subdivididos em três eixos de discussão: Ambiental e Drenagem; Infraestrutura e Equipamentos Comunitários; Mobilidade e Acessibilidade. As quatro audiências públicas foram realizadas no Centro de Cultura, localizado na região central. Já as sete oficinas comunitárias, três foram realizadas na região central, sendo no Centro de Cultura e na Biblioteca Municipal e as outras quatro foram divididas nos bairros de Uvaranas, Oficinas, Santa Paula e Vila Estrela.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da referida pesquisa foi pesquisa exploratória visto conhecimento prévio das pesquisadoras e a necessidade de ampliação do mesmo, a descritiva como forma de expor os dados coletados, os quais foram sistematizados quantitativamente com base nas listas de presenças, registros fotográficos e na observação participante direta das pesquisadoras que estiveram presentes em todos os onze eventos que envolviam audiências e oficinas comunitárias.

Dessa forma o artigo ficou estruturado da seguinte maneira: num primeiro momento discute-se a participação social, marcos significativos na legislação e os espaços democráticos inseridos no planejamento urbano. Na sequência apresenta-se uma breve caracterização do município de Ponta Grossa - PR, e a apresentação dos dados coletados, sobre a participação e os temas que emergiram da sociedade.

Cabe esclarecer que a pesquisa está vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa: Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

### **A Construção de um Espaço Democrático por meio da Participação Social**

Para compreensão da temática é necessário abordar brevemente dois períodos pertinentes ao contexto no Brasil, o estado militar e a sua transição para o estado democrático. No ano de 1964, o país sofreu um golpe ficando à mercê do regime militar, e sobre sua hegemonia ideológica “governar de modo autoritário exige o controle da sociedade. Se for preciso obter seu consenso, será necessário recorrer ao apoio e à linguagem das mídias” (WEBER, 2000, p.156). Durante esse período houve censura em músicas, controle sobre a imprensa, criminalização dos movimentos sociais, torturas e proibição de greves. O enfrentamento ao regime poderia custar exílio do país ou até mesmo a vida, porém no início dos anos de 1970 e 1980 começa uma articulação entre os movimentos populares para se opor ao regime instaurado, assim Gonh pontua que

inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. (GONH, 2013, p. 243)

Após período de ditadura militar o Brasil entra em um processo de democracia com uma forte presença dos movimentos sociais participando da construção democrática, assim os espaços de debates contam com a participação das pessoas para deliberar.

[...] a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos (MILANI, 2008, p. 560).

Os movimentos sociais, quando emergem, exercem pressão sobre o regime militar, que impulsiona o período de transição para o estado democrático, assim a consolidação da Constituição Federal - CF de 1988 é a representatividade da sociedade civil e da democracia. A CF/88 também ficou conhecida como a Constituição Cidadã pois garante direitos e participação social para o exercício da cidadania como ponto fundamental para o controle da administração pública, “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988) ou seja a representação é para o povo que por meio da democracia representativa outorga à alguns membros da sociedade civil a representatividade de gerir a máquina pública seguindo os interesses coletivos. Com a CF/88 a conquista por espaços deliberativos contribui para concretização dos direitos fundamentais construindo alternativas de dialogo

[...] entre poder público e sociedade civil e entre esta e cidadãos não significa o declínio do sistema representativo de governo, mas a irrupção do tecido social de experiências participativas que só fortalecem qualquer regime democrático. As proposições viáveis de modelos combinados, participativos, comunicativos, dialógicos e deliberativos de democracia partem de críticas às limitações do modelo liberal representativo e não da sua superação. Na verdade, apontam para uma ampliação da democracia, prevendo uma maior inclusão do cidadão em processos decisórios, políticos e sociais arbitrados pelo Estado e suas instituições. (LEAL, 2008, p.42)

Cabe destacar que a CF/88 criou mecanismo de participação social, visando a representatividade dos interesses da população nos espaços deliberativos, fortalecendo a democracia através da participação, “pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor” (PATEMAN, 1992, p. 40). Participar pode estar dentro de várias instâncias na busca de decidir questões de relevância individual ou coletiva. Desse modo a participação permite estar atenta a questões que permeiam a sociedade. Entretanto apenas existir estes espaços não são garantias da democracia, colocando que existe a necessidade de uma “socialização ou treinamento social” para incentivar o ato e desenvolver a participação. (PATEMAN, 1992)

A participação permite que o sujeito contribua de maneira coletiva, mas também realize uma autorreflexão acerca da realidade que vivencia, sendo assim um processo de construção coletiva para a sociedade. “O conceito de controle social indica, portanto, a participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e verificação (ou monitoramento) das ações de gestão pública” (RICCI, 2009, p. 9). Como o foco desta pesquisa direciona-se ao planejamento urbano por meio de instrumentos como Plano Diretor<sup>1</sup> e Plano de Mobilidade Urbana<sup>2</sup>, tem-se que os mesmos se vinculam a uma política participativa para se pensar as cidades.

Planejar o desenvolvimento da cidade tem por objetivo evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus impactos sobre o meio ambiente. A ordenação e o

---

<sup>1</sup> Plano Diretor- “É um instrumento que orienta a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do Município, integrando o uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade urbana, além da relevante participação social na determinação de políticas urbanas e prioridade de investimento.” (IBAM; Ministério das Cidades, 2005)

<sup>2</sup> Plano de Mobilidade Urbana – “São para cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte integrado, compatível com o Plano Diretor ou nele inserido. Esta disposição foi complementada pela Resolução nº 34, de 01 de julho de 2005. Garantir a diversidade das modalidades de transporte, respeitando as características das cidades, priorizando o transporte, respeitando as características das cidades, priorizando o transporte coletivo, que é estruturante, sobre o individual, os modos não motorizados e valorizando o pedestre.” (IBAM; Ministério das Cidades, 2005)

controle do uso do solo disciplinam a instalação, o desenvolvimento dos empreendimentos e atividades no espaço da cidade (GRANZIERA, 2011, p. 617)

O planejamento Urbano passa a ser elaborado de forma estratégica a partir da regulamentação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e posteriormente da instalação do Ministério das Cidades em 2003 reformulando os diálogos a fim de estabelecer uma gestão democrática e participativa com o objetivo de tornar as cidades espaços democratizados e com mais justiça social dentro do território. O planejamento urbano é construído junto com a participação social compreendendo espaços onde ocorrem o exercício da democracia na medida em que a sociedade civil, entidades e representantes se mobilizam para discutir, problematizar e buscar soluções.

Entretanto nessa complexa conjuntura existem três grandes esferas: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. A primeira delas, o Estado, devido à complexidade que permeia as modificações desta organização, tem-se que a partir do momento que “Estado fez-se república, e nessa medida ele torna-se portador de interesse coletivo, participe do Estado e, assim, cidadão” (BOBBIO, 1983, p. 86). O estado não deve se ocupar de uma única função, controlar ou administrar, mas sim “que possa ser ambas as coisas de acordo com as circunstâncias” (BOBBIO, 2001, p. 296-297). Seria um estado que busca fortalecer a democracia oportunamente. A segunda é o Mercado, que para Sandroni (2005) seria o conjunto das instituições que realizam transações comerciais visando o lucro; e por fim, a Sociedade Civil que representa todos cidadãos de uma sociedade que agem de forma coletiva com a finalidade de tomar decisões sobre a esfera pública.

A maneira como se formam as relações entre estado, mercado e sociedade civil trazem impactos na elaboração e execução de políticas. Perpassando por diferentes interesses da produção e reprodução social que direciona à novos caminhos. Ao possuir demandas e interesses conflitantes, tem-se como consequências embates ao longo do processo de criar, elaborar e efetivar uma política. O foco da pesquisa ocorre na elaboração e efetivação do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana e perpassa por forças de poder e longos debates. Visto que cada um dos três segmentos tem interesses diferenciados em como a cidade irá se desenvolver e crescer.

### **A Participação Social no Planejamento Urbano**

O Plano Diretor é a lei que organiza os espaços no território das cidades, determinando como a cidade irá crescer e se desenvolver. O art. 182 da CF/88 assegura o desenvolvimento urbano,

executado pelo poder público municipal e deve ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade garantindo o bem-estar de seus habitantes.

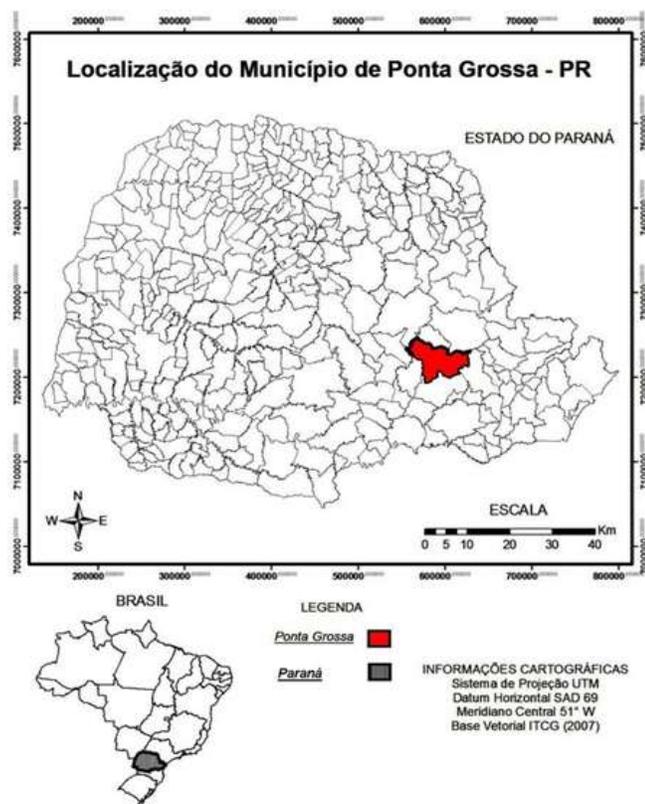
A fim de incentivar a participação e construção do planejamento urbano municipal a CF/88 coloca que todos os municípios estão sob Leis Orgânicas Municipais (LOMs) próprias, e os municípios que tiverem mais de 20 mil habitantes desenvolvessem sua própria política urbana através dos Planos Diretores. A Lei Orgânica do município pressupõe que a política de desenvolvimento urbano consubstancia-se no Plano Diretor, com a participação das associações comunitárias e representativas de classes, legalmente constituídas. (PONTA GROSSA, Lei Orgânica, art. 127§ 1º)

Quanto a mobilidade urbana, tem-se que dentro das cidades, esta é um componente importante para o desenvolvimento. Com a implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU nº 12587/2012), que condiciona o repasse e cofinanciamento federativo para a execução de projetos, determina-se como as cidades devem planejar uma mobilidade urbana sustentável priorizando os deslocamentos não motorizados e os motorizados coletivos e na elaboração do plano preconiza-se a participação social.

### **A Realidade dos Planos Diretores e de Mobilidade Urbana de Ponta Grossa – PR**

O município de Ponta Grossa em seu início foi um distrito com denominação de Ponta Grossa por alvará de 15 de setembro 1823, subordinado a vila de Castro. Somente em 1862 Ponta Grossa foi elevada à condição de cidade (IBGE, 2014). Desde então o município passou por transformações que incorporaram o crescimento territorial, social, cultural e econômico, fortalecendo assim o desenvolvimento e crescimento populacional.

**Figura 1:** Localização do Município de Ponta Grossa



Fonte: Neves (2014)

Resultado do processo histórico marcado pelo tropeirismo, imigrações, implantação de ferrovias e de planos para o desenvolvimento industrial, o município se desenvolveu nas últimas décadas do século XX. Destacamos o aumento populacional na área urbana do município no mesmo período, em 1970 a população urbana era de 113.074 habitantes passando para 311.611, em 2010. O aumento populacional urbano traz transformações para o processo de urbanização. (SCHEFFER, 2017).

O município de Ponta Grossa segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2018) conta com uma extensão territorial de 2.025,697 km<sup>2</sup>, e com população estimada em 2018 de 344.332 habitantes com grau de urbanização de 97,79%.

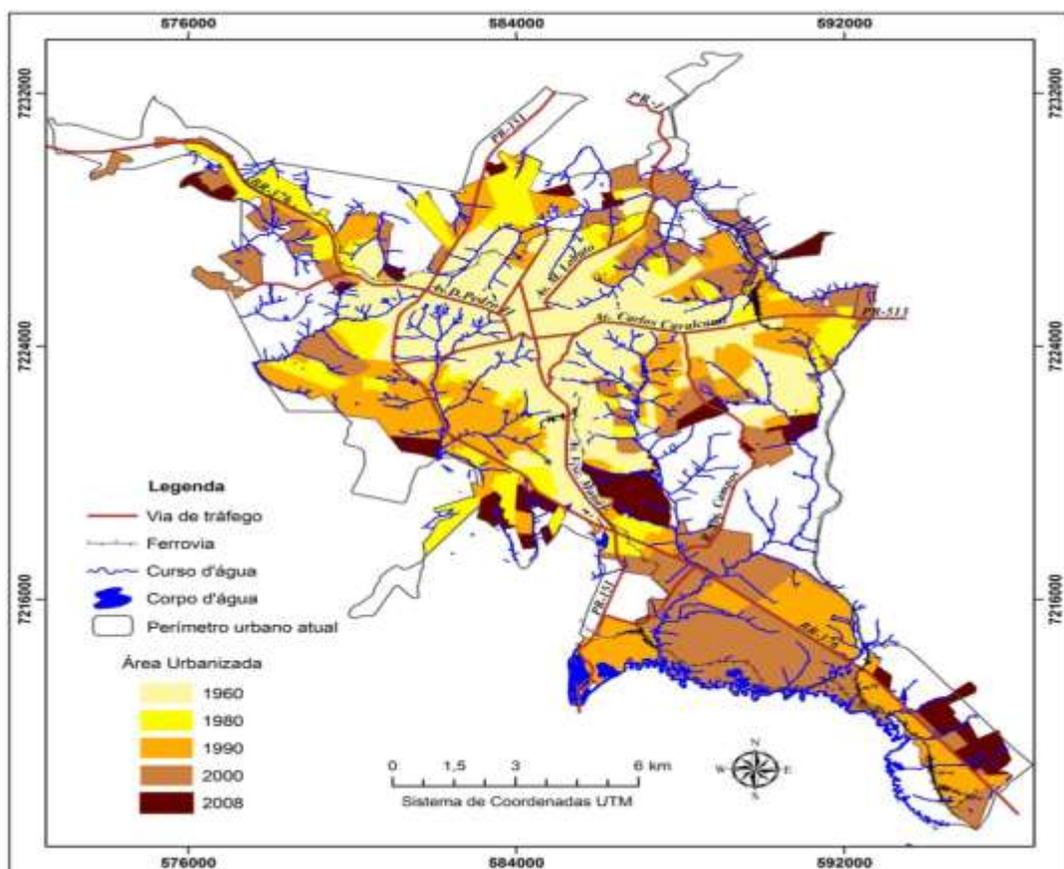
A expansão urbana em Ponta Grossa teve seu início entre as décadas de 1950 e 1970, período marcado pela rápida e desordenada ampliação do tecido urbano, que revelou o intenso processo de especulação fundiária no município. Esse processo, demonstrado na tabela 1 e na figura 2, ocasionou a ampliação da periferia urbana preponderantemente composta por loteamentos distantes em alguns casos separados da malha urbana. (NASCIMENTO; MATIAS, 2011)

**Tabela 1:** Área do Perímetro Urbano e População Absoluta (1950-2000)

Ano	Área (Km <sup>2</sup> )	População Urbana Absoluta
1950	22,4	43.486
1960	50,3	78.557
1970	90,2	113.074
1980	149,3	172.946
1990	150,3	221.671
2000	200,3	266.683

Fonte: Nascimento; Matias (2011)

**Figura 2:** Expansão do perímetro urbano do mun. de Ponta Grossa



Fonte: Nascimento; Matias (2011)

Observa-se na figura 2 que o dinamismo intenso no crescimento horizontal no município foi identificado pelo aumento do perímetro urbano e a implementação de loteamentos periféricos, bem como a incorporação de áreas rurais e a permanência de vazios urbanos. (NASCIMENTO; MATIAS, 2011)

Durante seu percurso histórico, o município contou com três Planos Diretores (1967, 1992, 2006), sendo que atualmente encontra-se em processo de revisão, conforme estabelecido pela Lei Federal Nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. Paralelo a essa revisão o município está elaborando o Plano de Mobilidade Urbana.

O primeiro Plano Diretor de desenvolvimento urbano foi realizado em 1967 e teve um foco voltado mais para o desenvolvimento econômico buscando concretizar-se enquanto centro industrial. Nesse plano havia uma preocupação com lotes sem ocupação, mas não foi estabelecida nenhuma

penalidade aos proprietários de lotes ociosos, outro fato é que a cidade não tinha nenhuma função social e nem incentivo de participação social (OLIVEIRA, 2012)

O Plano Diretor enquanto instrumento de planejamento já era utilizado no Brasil desde as décadas de 1960 e 1970, quando as cidades de grande e médio porte iniciaram a elaboração desses planos, financiados em sua maioria pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), no qual condicionava o repasse de recursos a existência dos planos diretores. Vistos como tecnocráticos e sem a participação popular, se tornavam ineficazes. (CYMBALISTA; SANTORO, 2009)

As legislações urbanísticas contribuem com o planejamento do espaço urbano assim como será a ocupação do solo. Porém tal planejamento urbano só adquire força após o regime militar de 1960.

a transição da ditadura para a democracia não significou a derrocada das forças políticas que estavam no poder. Por mais que novos atores - como movimentos sociais urbanos (entre eles os de moradia) e o novo movimento sindical - tenham entrado em cena por meio de novos partidos e participado cada vez mais nos órgãos legislativos e executivos no nível local, os líderes dos antigos partidos e das antigas oligarquias ainda detinham grande influência e controle político. (ROLNIK, 2015, p. 268)

Assim somente em 1980 a pauta da reforma urbana ganha abertura para discutir como seria a construção de uma política urbana democrática prevista na Constituição Federal de 1988 através de “emendas populares” o Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) tem enquanto resultado do movimento os artigos 182 e 183 (SOUZA, 2005).

Também destaca-se o princípio da função social da propriedade privada da terra como conquista para reestruturar o solo urbano, com as novas legislações e instrumentos urbanos a propriedade privada ganha limites no que se refere ao direito da propriedade (MARICATO, 2011).

Nesse contexto nasce o segundo PD do município de Ponta Grossa, em 1992, e não se diferencia muito do primeiro, apesar do contexto de já se ter a promulgação da Constituição Federal de 1988 como marco da democracia. Os principais objetivos do PD se resumiam na promoção do desenvolvimento socioeconômico e o ordenamento do território descentralizando da área central. Os dois planos não possuíam nenhum mecanismo que coibisse a especulação imobiliária, assim como não havia leis eficazes e nem incentivo de participação social (OLIVEIRA, 2012)

Em 2006 foi estabelecida a Lei Ordinária municipal nº 8.663 colocando princípios, normas e diretrizes pautados na CF/88 em conjunto com o Estatuto da Cidade. A partir dessa lei definiu-se o primeiro Plano Diretor Participativo no município de Ponta Grossa – PR. Tendo como diferenciais, a função social da cidade, a propriedade urbana, transporte, meio ambiente, redistribuição de renda e terras, ocupação do espaço público, leis para combater a especulação imobiliária e a gestão democrática participativa, reforçando a participação de qualquer cidadão para a elaboração do Plano Diretor. (OLIVEIRA, 2012)

O segundo Plano Diretor Participativo iniciou-se no ano de 2016 com a empresa Ambiens Cooperativa, a qual ganhou a licitação para realizar a revisão. Entretanto o contrato com a empresa foi rescindido em uma decisão conjunta entre as partes, não conseguindo finalizar a revisão o que resultou na contratação pós licitação da empresa Urbtec que prosseguiu os trabalhos. A revisão do Plano Diretor de 2018 foi trabalhada em conjunto com a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, os quais perpassam por 4 fases: a primeira foi de coleta de dados, a segunda foi o diagnóstico contando com audiências públicas, oficinas técnicas e oficinas comunitárias com a participação da população, possibilitando momentos de expor os pontos positivos e negativos do município. Na terceira fase, segundo trimestre de 2018, foram catalogadas as diretrizes e propostas por parte de técnicos e população do que se esperava para Ponta Grossa em 10 anos, nesta fase ocorreram duas oficinas. A última fase aconteceu no final de 2018 e início de 2019 e resultou na elaboração do Plano de Ação e Investimentos para auxiliar nas formas de captação de recursos, assim como elaboração de leis que permeiam ocupação do território, função social da cidade, meio ambiente, saneamento básico, áreas irregulares, IPTU progressivo, zoneamento, mobilidade, energia, equipamentos públicos, infraestrutura, água, clima e áreas naturais de proteção, mobilidade urbana. (IPLAN, 2019). Nesta fase ocorreram duas oficinas comunitárias e uma audiência pública.

### **Resultados e Discussões**

A discussão desse estudo com base nos PD e PMU teve início em 2018 utilizando como fonte de dados as listas de presença oficiais das 7 oficinas comunitárias e 4 audiências públicas tendo como foco sistematizar quem foram os atores que participaram durante o processo de construção para fins de captar o processo de “gestão democrática por meio da participação da população e de associações

representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (Brasil, 2001, Art. 2º).

As oficinas comunitárias são espaços onde a população pode assegurar a sua participação social para dar a opinião, sugerir e decidir, relatar problemas e soluções para o futuro municipal, ou seja, tem-se como princípio discutir democraticamente assuntos pertinentes à cidade.

Os atores têm papéis fundamentais na participação e construção de políticas, sendo grupos que exercem influência direta ou indireta na formulação de propostas. No quadro 1 estão dispostos os dias em que aconteceram as oficinas, o número total e parcial de participantes. A categorização dos atores em quatro segmentos foi necessária para se compreender em quais momentos se destacam a suas presenças. Segundo Souza

O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a ideia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas etc. (SOUZA, 1991. p. 12)

Observa-se no quadro 1 que em todas as etapas existiu uma diversidade de atores, a quantidade desses pode variar de acordo com cada fase, podendo expandir ou afunilar a participação. Desse modo, destacam-se algumas participações que, com a sistematização das listas de presença e com a observação direta nos eventos, ficaram mais ou menos evidenciadas.

**Quadro 1 – Número de Participantes nas Oficinas Comunitárias por Categoria - Revisão do Plano Diretor e Elaboração do Planmob 2018-2019**

	Agentes Sociais	29.05	30.07	31.07	03.09	04.09	22.01	23.01	Total
<b>Estado</b>	CMPG – Câmara Municipal de Ponta Grossa		2			1			3
	Empresa Contratada		2	1		2	3	2	10
	IPLAN	7	5	1	5	2	1	1	22
	Governamentais	1	3	1	2	1		1	9
<b>Mercado</b>	Construção Civil	1							1
	Creci								0
	AEAEPG								0
<b>Sociedade Civil</b>	Comunidade em Geral	4	6	12	6			2	30
	Conselhos	1			2				3
	Partidos Políticos					1			1
	Associações de moradores			2					2
	Movimentos Sociais		2						2
<b>Instituições de Ensino</b>	UEPG	18	18	5	22	17	3	3	86
	UTFPR		1	1					2
	Faculdades Particulares	2	3		29	1			35
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>42</b>	<b>23</b>	<b>66</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>207</b>
<b>LOCAL DO EVENTO</b>		Centro de Cultura	Biblioteca Municipal	Escola Mun. Otacilia Hasselman de Oliveira	Biblioteca Municipal	Unicesumar	Associação dos moradores do bairro Santa Paula	Associação dos Eng. E Arq. de PG	

Fonte: Listas de Presenças Oficiais nas Oficinas Comunitárias 2018/2019  
Dados organizados pelas autoras

Nas primeiras oficinas foram compreendidas como o processo poderia indicar problemas e potencialidades e envolve a identificação de interesses apresentando questões. Nas oficinas no dia

29/05/18, 30/05/2018, 03/09/2018 e 04/09/2018 a maior adesão de participação foi do segmento de instituições de ensino, as quais contam com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal Tecnológica do Paraná e faculdades particulares. De acordo com Campos (2012) [...] as funções da universidade são plurais, mas é possível afirmar que a sua principal atribuição é pensar a si mesma, isto é, refletir sobre sua própria função social. Talvez isso caracterize a própria condição humana – pensar-se. (CAMPOS, 2012, p. 1).

Destaca-se a presença das instituições de ensino indicando que existe uma função social e política para somar a formação profissional na construção da sociedade. As instituições de ensino são reconhecidas por desempenhar o desenvolvimento humano, regional e sustentável, assim como a produção de novos conhecimentos para serem aplicados na realidade.

Outro ator que também se destacam quanto ao número de participação é o Estado através dos órgãos: IPLAN, como a instituição vinculada a prefeitura de Ponta Grossa e que é responsável pela elaboração do Plano; a própria empresa contratada, através dos técnicos que executam os serviços e neste momento representam o Estado; a Câmara Municipal de Ponta Grossa; e os representantes governamentais com a participação distribuída em todas as datas.

A sociedade civil englobou para fins deste estudo representantes das associações de moradores, dos partidos políticos, dos movimentos sociais, dos conselhos e a comunidade em geral, dos quais houve a presença de trinta e oito participantes distribuídos nas oficinas. Destacam-se dois momentos, na oficina com data 30/07/2018 a participação de doze pessoas que se identificaram como comunidade geral, ou seja, que residiam próximo do local da oficina e na data 22/01/2019 quando não houve a participação de nenhum membro que se enquadre enquanto sociedade civil, apesar de ser uma oficina numa sede de associação de moradores localizada em um bairro.

Os movimentos sociais em Ponta Grossa podem ser destacados a partir da sua particularidade histórica, que segundo Oliveira e Luiz (2012), tem suas origens organizados e representados politicamente por grandes fazendeiros advindos de famílias tradicionais. Contudo, já no séc. XX as autoras destacam que aparece no cenário ponta-grossense movimentos, partidos e organizações que imprimem novas práticas.

Desses movimentos, em especial os urbanos, Boiko (2018) destaca a presença de movimentos sociais e coletivos que estão lutando e debatendo constantemente por questões ligadas à população, visando uma transformação da realidade local e nacional. Destaca ainda que os movimentos sociais em Ponta Grossa têm em suas demandas prioritárias as questões políticas e os objetivos são de luta por garantir ou manter direitos, sendo eles, relacionados com a educação, previdência, mobilidade urbana, lazer, cultura e o debate em torno de uma mobilização relacionada com políticas de suas bandeiras.

Já os movimentos sociais rurais em Ponta Grossa têm se destacado na última década, especialmente considerando a presença e atuação dos acampamentos do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra se fortalecendo na região. Alguns deles têm sido acompanhados por projetos de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa e sendo reconhecidos pela sociedade na produção da agricultura familiar na comercialização de produtos sem agrotóxicos, inclusive com certificação e selo orgânico da rede Eco Vida. Constantemente esses movimentos sociais rurais participam junto aos movimentos urbanos das mobilizações, greves, lutas, paralisações locais e nacionais constantemente na região dos Campos Gerais, engrandecendo as lutas que são travadas.

Por fim, a última categoria definida como Mercado, contou com apenas uma participação em todas as oficinas comunitárias. A não participação do mercado também é algo a se analisar, pois a ausência dessa categoria nas oficinas comunitárias demonstra não haver interesse de participação nessa etapa da construção coletiva do PD e PMU em conjunto com as outras esferas da sociedade. Segundo Costa

A dinâmica social moderna é perpassada pela contradição entre interesses privados e interesses coletivos. Na sociedade capitalista o interesse privado não coincide com o interesse coletivo. Devido à lógica de concorrência que estrutura as relações capitalistas, dentro de uma mesma classe os interesses colidem trazendo maior complexidade à dinâmica das lutas políticas. (COSTA, p. 62, 2006)

Outro ponto a se analisar é o local das oficinas, pois quando ocorre em espaços de cunho comunitário, ou seja, que é comum a pessoas que vivem em determinados locais como bairros, povoados e vilas, deveria se evidenciar mais a participação por parte da população local, porém, em uma das últimas oficinas isto não ocorreu. Relacionando o local com a divulgação, tem-se que esta foi amplamente realizada nos momentos iniciais do processo, porém ao final, a divulgação ficou escassa, o que pode ter afetado a oficina de 22 e 23 de janeiro de 2019. Por outro lado, quando as oficinas

ocorreram próximas à região central, na Biblioteca Municipal ou em faculdades, os atores participantes foram mais relacionados às instituições de ensino.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa teve uma grande adesão com 63,3% de presença, logo após estão as faculdades particulares com 31,4%, entretanto a comunidade em geral aparece como terceira maior participação com 18,4%. Porém ainda é um número muito pouco representativo se comparado ao total de habitantes que o município possui.

A construção da cidadania no processo democrático é “fazer com que o povo se torne parte principal do processo de seu desenvolvimento e promoção: é a ideia de participação” (COMPARATO, 1996, p.24). As audiências públicas são instrumentos de participação “aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual” (MOREIRA, 1992, p 192). Quando direitos coletivos estão sendo pautados as audiências públicas são espaços de decisão.

No quadro 2 tem-se a sistematização dos atores que participaram das audiências públicas pelas categorias definidas previamente. O quadro inicia-se na 3ª audiência, visto que houve duas audiências anteriores quando a empresa AMBIENS estava coordenando a elaboração do Plano. Estas audiências não foram descartadas do processo, mas para este artigo ficou definido somente a partir da 3ª audiência com a retomada do processo.

Na 3ª audiência do dia 03/08/2018, destaca-se que a maior adesão de participação foi da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Este dado é relevante visto que nas oficinas comunitárias esse ator também participou de maneira ativa. Nessa audiência foram apresentados os relatórios dos trabalhos que resultaram no diagnóstico de Ponta Grossa na busca de conhecer a realidade da cidade e é uma ferramenta fundamental para a construção do PD e PMU. Os atores que representam a sociedade civil apenas 6 estiveram presentes, o mercado não tem nenhuma participação e o estado contou com 12 participantes.

Na 4ª audiência no dia 12/11/2018 as Instituições de Ensino Superior marcaram forte presença representando mais de 50% do número total de presentes nessa data. A sociedade civil aparece com 12 representantes, o estado com 8 e por fim o mercado com 2 representantes que são atores da

Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa. Nessa audiência a discussão o foco foi em torno das propostas e diretrizes para o crescimento da cidade para os próximos 10 anos.

**Quadro 2 - Número de Participantes nas Audiências Públicas por Categoria - Revisão do Plano Diretor e Elaboração do Planmob 2018-2019**

	Agentes Sociais	13.08.18	12.11.18	17.12.18	13.03.19	Total
Estado	CMPG	4		2	2	8
	Empresa Contratada			2	3	5
	IPLAN	6	4	4	4	18
	Governamentais	2	4	3	5	14
Mercado	Construção Civil			6	4	10
	Creci			1		1
	AEAEPG		2	1	2	4
Sociedade Civil	Comunidade em Geral	5	10	11	8	34
	Conselhos	1	1	1	1	4
	Partidos Políticos					0
	Associações de moradores			1		1
	Movimentos Sociais		1		1	2
Instituições de Ensino	UEPG	37	47	2	22	108
	UTFPR				1	1
	Faculdades Particulares	2	14	1	48	65
<b>Total</b>		<b>57</b>	<b>83</b>	<b>36</b>	<b>101</b>	<b>277</b>
<b>LOCAL</b>	<b>CENTRO DE CULTURA</b>					

Fonte: Listas de Presenças Oficiais nas Audiências Públicas 2018/2019  
Dados organizados pelas autoras

Na 5ª audiência pública, ocorrida no dia 17/12/2018, foram discutidas as propostas como conteúdo das diretrizes do reordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e mobilidade urbana, considerando o que foi discutido nos encontros e repassando o que foi construído até o momento e problematizando os desafios a serem enfrentados, momento onde passam a ser construídas leis que regulam o crescimento e desenvolvimento da cidade. Nesse contexto apareceram outros atores que até então não estavam participando de maneira ativa como o caso do mercado, tendo 8 participações e

dentre estes, 6 eram ligadas a atores representando o setor da construção civil. Nesse momento também ocorre uma inversão, pois as instituições de ensino superior aparecem com apenas 3 participações. Quanto a sociedade civil é a audiência com maior público contando com 12 pessoas. O estado tem representação em cada categoria definida.

A 6ª audiência no dia 13/03/2019 abordou a revisão do PD e PMU e os documentos que planejam o desenvolvimento para a cidade, contendo as legislações: Lei do perímetro urbano; Lei do Parcelamento do Solo; Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, Código de Obras, Código de Posturas; Código Ambiental Municipal; Lei Outorga Onerosa do Direito de Construir; Lei da Transferência do Direito de Preempção; Lei da Regularização Fundiária Municipal; Lei do Estudo de Impacto de vizinhança; Alteração do código Tributário e Lei de Operação Urbana Consorciada (IPLAN, 2019). Foi a com maior público contando com 101 pessoas, 71 pessoas fazem parte das instituições de ensino superior, ou seja, mais da metade. A sociedade civil aparece com 10 agentes, o mercado com 6 e o estado com 14 pessoas.

Nessas etapas de audiência pública foi possível ter um panorama maior sobre as correlações de força e o conflito de interesses que permeiam a construção de uma política participativa de controle e monitoramento.

Segundo RICCI (2009), as audiências públicas sempre devem proporcionar a geração de políticas participativas para fins de pensar a cidade. “Precisamos, ainda, aumentar o conhecimento técnico de conselheiros e lideranças sociais nesta nova dinâmica. Afinal, controle social não é mera presença. É cogestão” (RICCI, 2009, p. 12)

Conforme demonstrado nos quadros, a participação nas oficinas e audiências ficou aquém com relação ao porte municipal de Ponta Grossa, o que identifica alguns elementos que devem ser aperfeiçoados, como a divulgação contínua, o esclarecimento do que se refere a temática, a logística dos locais, entre outros, para fins de garantir uma participação, a qual segundo Ciconello (2012) é um processo educativo, pois construir propostas, ouvir o outro, debater e chegar até um acordo, são caminhos que transformam o processo participativo.

A participação traz vantagens para aumentar a democratização dentro das políticas e assim diversas ações podem ser decididas e construídas em conjunto com os atores aproximando com as demandas que a sociedade tem (GUIMARÃES, 2007).

Outro elemento de destaque foi a baixa participação de representantes das associações de moradores tanto nas oficinas como nas audiências. Para este fato necessita-se de uma investigação mais apurada para retratar quais elementos levam a este fenômeno, visto que as associações representam comunidades específicas e que poderiam ter suas demandas defendidas no planejamento urbano. A representatividade ou a falta desta nos momentos de participação demonstra contradições no processo de planejamento do espaço.

Em relação as demandas da sociedade civil nas ações consultivas do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Ponta Grossa, para esse estudo sistematizou-se os temas que emergiram da sociedade nos três eixos de análise: Ambiental e Drenagem, Habitação e Infraestrutura, Mobilidade e Acessibilidade.

A empresa URBTEC foi responsável pelas as oficinas comunitárias e Audiências Públicas, para as oficinas comunitárias a empresa utilizou a metodologia de “Mapa Falante” apresentado nos três eixos de análise: 1-Ambiental/Drenagem; 2-Habitação/Infraestruturas e 3-Mobilidade/Acessibilidade. Após breve explicação sobre os conteúdos o público foi dividido em pequenos grupos, com o propósito de apontar melhorias e fragilidades do espaço urbano de Ponta Grossa segundo a percepção da sociedade civil.

A utilização da metodologia do mapa falante aplicada nas oficinas e audiências públicas, serviu para elencar problemas e identificar soluções de acordo com a demanda. O mapa falante foi um instrumento que possibilitou ampliar a discussão e realizar uma reflexão crítica sobre a cidade e o que buscam de melhorias. Para aplicar a metodologia foram encontradas algumas barreiras, como infraestrutura necessária que alguns locais não dispunham e dificuldade dos participantes em localizar as demandas no mapa, mesmo com a presença de técnicos para contextualizar o mapa e orientar sobre as regiões, buscando uma maior interação.

Essa metodologia foi aplicada na fase de diretrizes e propostas nas oficinas comunitárias, a partir desse panorama foi realizado uma sistematização dos dados conforme o que a população trouxe de demanda, as informações serão apresentadas a seguir de acordo com cada temática.

Os grupos elencaram no tema sobre meio ambiente e drenagem os principais fatores que precisam ser melhorados no município, apontando um caminho na construção de um Plano Participativo. Ficou evidente um conhecimento da realidade municipal a partir da diversidade de assuntos presentes nas manifestações por parte dos participantes.

**Quadro 3** - Demandas por Categoria “Ambiental e Drenagem” - Revisão do Plano Diretor e Elaboração do Planmob 2018-2019

<b>TEMAS AMBIENTAL E DRENAGEM</b>	
Confronto Urbano Rural	Cuidado especial com os arroios e mananciais da cidade
Fortalecimento da coleta seletiva	Educação Ambiental
Parques sem manutenção adequada	Promover programas contínuos de educação ambiental
Falta de Arborização	Estudar a criação de um “zoneamento de transição” entre área urbana e rural
Criação de parques utilizando os arroios existentes na cidade	Criar legislação municipal para proibir a utilização de agrotóxicos na área urbana

Fonte: Registro Fotográfico  
Dados organizados pelas autoras

Os participantes apontaram para o uso de agrotóxicos, demonstrando preocupações com a utilização dos pesticidas na área urbana e trazendo a necessidade de criar uma legislação que iniba e/ou proíba o uso dentro do espaço urbano.

Devido à expansão horizontal do município de maneira desordenada, áreas com finalidade agrícola estão presentes no perímetro urbano e periferias da cidade de Ponta Grossa, onde o confronto com habitações urbanas apresenta não só a convivência entre ambas, mas também a convivência nesta relação. As famílias inerentes a esse confronto são afetadas diretamente e diariamente pelos agrotóxicos. (SCHEFFER, 2017)

Vinculando a demanda dos agrotóxicos também foi apresentada a pauta sobre a criação do zoneamento de transição entre área rural e urbana para delimitar o espaço. Dentro desse cenário salienta-se que quando a população traz tais apontamentos, de algum modo ocorre o reconhecimento dos riscos que o uso de agrotóxicos causa à saúde. Portanto o risco do uso de pesticidas é decorrente das substâncias químicas perigosas utilizadas e que geram consequências de ordem social, ou seja, tanto para o meio ambiente quanto para saúde das pessoas (PERES, 1999).

A ausência de árvores assim como falta de cuidado com os parques também evidência a demanda da população por áreas verdes que se liga diretamente com a qualidade de vida dos cidadãos da cidade. O aumento de áreas verdes aumenta a saúde urbana, com a redução da poluição e trazendo áreas de lazer e atividade física para a população. As áreas verdes colaboram para promover o bem-estar da cidade, pois o contato com a natureza traz benefícios ao ser humano com efeitos positivos (MAGALHÃES, 2011).

Dentro das temáticas, a questão da educação ambiental foi evidenciada sendo que esta pode ser considerada um elemento que pode dar base para uma mudança em como planejar e executar uma cidade inclusiva.

**Quadro 4** - Demandas por Categoria “Habitação e Infraestrutura” - Revisão do Plano Diretor e Elaboração do Planmob 2018-2019

<b>TEMAS HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA</b>	
Falta de implementação do IPTU progressivo	Vazios urbanos: garantir melhor utilização dos espaços vazios, utilizando os instrumentos do Estatuto das Cidades, como o IPTU progressivo, as ZEIS, o Conselho da Cidade e demais instrumentos de controle
Falta de espaços de lazer	Rever a lei de zoneamento
Manutenção dos equipamentos públicos	Distância e acesso aos Conj. Habitacionais

Fonte: Registro Fotográfico  
Dados organizados pelas autoras

Dos temas elencados no quadro acima os destaques são os vazios urbanos e o IPTU, visto a existência do conflito da propriedade privada e a função social da propriedade em como utilizar os espaços de acordo com o interesse da população.

A Constituição Federal de 1988 permite que os municípios apliquem alíquotas progressivas do IPTU, assim penaliza o proprietário que não tem o cuidado necessário com a propriedade de acordo com o que é previsto na função social da propriedade. A implementação do IPTU progressivo é para que exista a função social da propriedade ou seja tal função está prevista na Constituição Federal no art. 182. No caso do município de Ponta Grossa, existe Lei que institui o IPTU Progressivo no Tempo, porém está não foi implementada.

A garantia do acesso a todos à cidade inclusiva é uma conquista da sociedade no que se refere a diminuição de segregação urbana, pois tem o intuito de proporcionar o direito à cidade enquanto espaço democrático além de ser um instrumento de justiça social.

Outro ponto levantado com relação aos vazios urbanos refere-se ao atraso no desenvolvimento urbano impedindo o acesso da população à moradia e terras em áreas mais adequadas visto que por outro lado constrói-se conjuntos habitacionais longínquos e que encarecem o investimento em infraestrutura nos espaços bem como a implantação de equipamentos públicos. Quanto aos equipamentos públicos foi destacado a falta de espaços de lazer e a manutenção dos já existentes. Estes equipamentos são para uso comunitário e coletivo o que pode proporcionar o fortalecimento da sociabilidade.

**Quadro 5 - Demandas por Categoria “Mobilidade e Acessibilidade” - Revisão do Plano Diretor e Elaboração do Planmob 2018-2019**

<b>TEMAS MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE</b>	
Falta de ciclovias	Propor mais ligações interbairros
Novos caminhos de locomoção sem a necessidade de passar pela região central	Criação de mais ciclovias e que façam uma ligação com transporte coletivo; Implantar ciclovias nos novos loteamentos
Melhorar a acessibilidade	Melhoria no transporte público
Via única de acesso a alguns bairros	Criação de um transporte binário
Melhor interligação entre bairros em relação ao ônibus	Melhoria na acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos

Fonte: Registro Fotográfico  
Dados organizados pelas autoras

As pautas elencadas referentes a mobilidade e acessibilidade foram em torno da melhoria dos serviços do transporte público e na melhoria da acessibilidade. Para que a mobilidade ocorra dentro

do espaço urbano é preciso planejar em como esta será realizada afim de facilitar o acesso das pessoas para circular nas cidades, visando uma cidade para todos.

A acessibilidade pode ser compreendida como se pensar e planejar como diminuir as desigualdades do espaço urbano planejando uma cidade mais inclusiva. Já a mobilidade é voltada para os deslocamentos de pessoas, cargas ou mercadorias. Quando se planeja a mobilidade urbana também se organiza o uso e a ocupação da cidade garantindo o acesso das pessoas em ter o direito à cidade assegurado (INSTITUTO PÓLIS, 2005)

A Lei da Mobilidade Urbana nº12.587 de 2012 é a garantia de uma política que se preocupa com o desenvolvimento da cidade com a participação da sociedade civil.

Destaca-se a baixa participação de segmentos da sociedade como associações de moradores e a ausência da participação do setor econômico nas oficinas comunitárias, porém aponta-se a presença dos atores da construção civil, nas audiências públicas em especial na audiência do dia 17.12.2018 que tinha como pauta a legislação vinculada ao zoneamento, o que poderia afetar os seus interesses.

A participação seletiva de alguns segmentos do mercado conforme o assunto da audiência define uma escala de interesses a ser defendida por determinados grupos, o que pode gerar o desenvolvimento de diferenças geográficas desiguais.

Contudo, se houve baixa participação de segmentos da sociedade, não significando a representação de uma maioria, em especial das camadas populares, teve-se por outro lado, a manifestação dos problemas e das necessidades com clareza, passando a participar da discussão sobre a cidade.

Mesmo diante de todo este processo é relevante destacar que tanto as oficinas comunitárias como as audiências são instrumentos de gestão democrática, mas não são suficientes para que se tenha uma forma de gestão participativa e de cogestão. Esse processo requer um articulado e comprometido trabalho com a formação permanente da população e profissionais envolvidos. Após a finalização dos Planos, ainda tem a continuidade para se defender o que foi formulado tanto na Câmara Municipal no processo de elaboração da Lei, como na implementação por meio do controle social com a participação nos Conselhos e conferências. Participação na política urbana não deve ser pontual, mas contínua na

lógica de uma gestão democrática da cidade nos processos decisórios e com controle social sobre a implementação da política.

### **Considerações Finais**

Mesmo com a efetivação da participação popular como representatividade da sociedade a partir da Constituição Federal de 1988, percebe-se que essa forma de participação em momentos decisórios de construção de ações e políticas públicas ainda é muito residual. O município de Ponta Grossa realizou o seu primeiro Plano Diretor Participativo em 2006, como a revisão desse em 2018/2019 a população não demonstrou uma participação efetiva nos debates sobre a questão urbana e a formulação desse plano.

Mesmo com a possibilidade de participação ativa nas oficinas comunitárias e audiência públicas não se garante a real participação, por vezes a existências desses espaços são meras exigências legais. Há uma distância imensa entre discurso e prática. O grande desafio seria compreender a relação entre o Estado, Mercado e sociedade civil no âmbito do planejamento urbano.

Destaca-se em termos de representatividade nesse processo a participação das instituições de ensino superior e faculdades particulares pela presença no contexto de construção da política urbana. O ambiente universitário possui inúmeros saberes, assim possui uma ligação com a realidade do município. A relação que a universidade tem com o local em que está inserida, a partir das contribuições sobre o desenvolvimento do município e do planejamento urbano, por ser uma instituição que está conectada, produz as vivências em vários segmentos como: econômico, social, cultural, agronegócios, tecnologia entre outros.

Outro ator que merece destaque é o mercado que só aparecia nas audiências nas discussões sobre o macrozoneamento e potencial construtivo. Portanto evidencia o interesse pela forma de ocupação do espaço. Por outro lado, tanto nas audiências quanto nas oficinas teve-se uma baixa adesão dos movimentos sociais e associações de moradores, o que nos leva a indagar sobre o real papel desses agentes na comunidade e o que significa essa não participação em momentos decisórios.

Essas dinâmicas no processo de participação evidencia as dificuldades de um planejamento urbano e traz reflexões sobre a potencialidade dos participantes como sujeitos políticos na construção do direito a cidade.

Dentro deste processo de realizar apontamentos a população demonstrou coerência com o vivido na realidade do município de Ponta Grossa, tanto nas fragilidades quanto nas potencialidades. A construção dos planos aliado a participação popular potencializa o planejamento e desenvolve as funções da cidade de acordo com a percepção e vivência dos seus habitantes pensando e planejando um município.

Em suma, o planejamento urbano não é algo abstrato, apesar de todos os desafios e contradições ele deve ser um processo participativo nas mais diversas instâncias para uma produção espacial concreta baseada no direito à cidade inclusiva. Nesta direção, ao se participar para construir planos, também se fortalece a formação de sujeitos políticos comprometidos com a cidade.

#### Referências bibliográficas:

BOBBIO, N. **Qual socialismo?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política.** Rio de Janeiro: Campus, 2001

BOIKO, T. A. **Caracterização dos Movimentos Sociais Urbanos de Ponta Grossa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. UEPG. Ponta Grossa, PR. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana (2a ed.). Brasília: Câmara dos Deputados.

\_\_\_\_\_. **A mobilidade urbana no planejamento da cidade.** Disponível em: <[http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/mobilidade\\_urbana.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/mobilidade_urbana.pdf)>. Acesso em 30 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 07 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>>. Acesso em: 07 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **MOBILIDADE E POLÍTICA URBANA: Subsídios para uma Gestão Integrada.** Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/mobilidade.pdf>>. Acesso em 30 de abr. 2019.

CAMPOS, Névio de. **Qual o papel social da universidade no século 21?** Gazeta do Povo, Paraná, 18 dez, 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinio/qual-o-papel-social-da-universidade-no-seculo-21-31436hclxguvb4y45vsgmvexa/>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CICONELLO, Alexandre. **Participação social na Administração Pública Federal:** desafios e perspectivas para a criação de uma Política Nacional de Participação. Diálogos Setoriais, 2012.

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula Freire (orgs.). **Planos diretores: processos e aprendizados**. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Nova Cidadania. Direito Público: Estudos e Pareceres**. São Paulo: Saraiva, 1996.

COSTA, L. C. **Questão social e políticas sociais em debate. Sociedade em debate**, Pelotas, v. 12, n. 2, jul./dez. 2006.

GONH, Maria da Glória. **Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil / Challenges of social movements in Brazil today**. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/eILxHih2XPlto00h4990.pdf>>.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**, 2 Ed. Revista e Atualizada, São Paulo: Editora Atlas. 2011.

GUIMARÃES, Carlos Augusto. **Participação e governança local: a experiência dos Conselhos Municipais de Educação na gestão da política educacional**. In: FAHEL e NEVES (orgs) *Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2007.

IBGE. 2014. Em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/pontagrossa.pdf>>. Acesso em: 29 de abr. 2020.

INSTITUTO PÓLIS, 2005. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/922/922.pdf>>. Acesso em: 29 de abr. 2020.

IPARDES. **Caderno Estatístico: Município de Ponta Grossa**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000>. Acesso em: 29 de abr. 2020.

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. **Rádios comunitárias no Brasil e na França: democracia e esfera pública**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAGALHÃES, M.R. **A arquitetura paisagista, morfologia e complexidade**. Lisboa: Ed. Estampa, 2011.

MILANI, C. R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**. RAP-Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 2008.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 6. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Direito de participação política: legislativa, administrativa, judicial: fundamentos e técnicas constitucionais de legitimidade**. RJ: Renovar, 1992

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, L. F. **Expansão urbana desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (Pr)**. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR: Revista RA'E GA 23, 2011.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rodrigues. **A perspectiva mercadofila do planejamento urbano: um estudo sobre a promoção da especulação imobiliário pelo poder público municipal – O caso de Ponta**

- Grossa/PR. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2012.
- OLIVEIRA, T.; LUIZ, D.E.C. **Associativismo Civil na cidade de Ponta Grossa**: uma análise aproximativa aos movimentos sociais e fóruns. In: 6 Congresso Nacional de Extensão Universitária. Londrina, UNOPAR, 2012.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- PERES, F. **É veneno ou é remédio?** Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 1999.
- PONTA GROSSA. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-ponta-grossa-pr>>. Acesso em: 29 de abr. 2020.
- PONTA GROSSA. **Plano Diretor Participativo**. Disponível em: <<https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo/>>. Acesso em: 29 de abr. 2020
- RICCI, Rudá. **Controle social: um conceito e muitas confusões**. REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, nº 98, julho de 2009.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SCHEFFER, S. M. **A construção do espaço local por políticas nacionais de habitação: o Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta Grossa**. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) - PUC – Paraná, Curitiba, 2017.
- SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento Urbano**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

## Disputa e conflito entre indivíduos socialmente marginalizados na cidade de São Paulo: uma análise do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963), de João Antônio, e do filme *A Margem* (1967), de Ozualdo Candeias

Dispute and conflict between socially marginalized individuals in the city of São Paulo: an analysis of the tale “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963), by João Antônio, and the movie *A Margem* (1967), by Ozualdo Candeias

**Vinícius da Cunha Bisterço**

Mestrando em Literatura Brasileira

Universidade de São Paulo

viniciusbisterco@gmail.com

**Recebido em:** 12/03/2020

**Aprovado em:** 12/04/2020

**Resumo:** Este artigo elabora uma análise comparativa do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963), de João Antônio, e do filme *A Margem* (1967), de Ozualdo Candeias. A aproximação entre o conto e filme se dá pelo fato de que ambos foram produzidos na década de 1960 e privilegiam personagens em condição de marginalização social. A análise seleciona sequências do conto e do filme em que situações de conflito entre personagens marginalizados surgem, buscando refletir sobre as analogias formais e contextuais entre as duas obras e o momento histórico no qual se inserem.

**Palavras-chave:** Marginalidade; Malandragem; Prostituição.

**Abstract:** This article elaborates a comparative investigation of the tale “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963), by João Antônio, and the movie *A Margem* (1967), by Ozualdo Candeias. The approximation between the tale and the movie goes by the fact that both were produce in the decade of 1960s and have socially marginalized characters as protagonists. The analysis chooses sequences from the tale and the movie in which there are conflituos situations between marginalized characters, searching to compare the formal and contextual elements in both narratives and investigate the moment in which they were produced.

**Keywords:** Marginality; Trickstery; Prostitution.

## Introdução

João Antônio nasceu em 1937, filho de donos de um pequeno armazém no subúrbio de São Paulo. Fez o curso de jornalismo na Escola Casper Líbero no final dos anos 1950 e publicou seu primeiro livro de contos, *Malagueta, Perus e Bacanaço*, em 1963, aos 26 anos. Ozualdo Candeias, de data e local de nascimento incertas<sup>1</sup>, trabalhou como caminhoneiro entre os anos 1940 e 1950. Nesse período, comprou uma câmera para poder filmar *ovnis* na estrada. A vontade de aprender a filmar o levou ao cinema, a cursos de formação e à realização de cinejornais. Abandonou o trabalho como caminhoneiro e, em 1967, produziu o seu primeiro longa-metragem de ficção, *A Margem*, já com quase 50 anos de idade.

Tanto João Antônio quanto Ozualdo Candeias privilegiaram, em suas produções artísticas, o protagonismo de personagens em condição de marginalização social. Prostitutas, malandros, pedintes e moradores de rua são personagens recorrentes na ficção dos autores. Através da investigação comparada da produção dos dois, pretende-se compreender o processo histórico referente à condição de indivíduos marginalizados socialmente no contexto da urbanização de São Paulo durante os anos 60 do século XX.

Essa compreensão através de artefatos culturais é possível pois, como escreveu Roger Chartier, “todo gesto criador inscreve em suas formas e seus temas uma relação com as estruturas fundamentais que em um determinado momento e lugar moldam a distribuição do poder, a organização da sociedade ou a economia da personalidade” (1994, p. 107).

Ou seja, a criação artística e intelectual guarda marcas do seu momento histórico, vestígios inscritos no processo criativo. E, continua Chartier, pode ser produzida em atrito com o momento presente, marcando tanto um registro quanto uma tomada de posição em relação aos eventos que apresenta. Nesse sentido, parte-se aqui também das considerações de Peter Burke (2005), segundo o qual o conceito de “representação”, entendido como um espelhamento direto da realidade nas produções culturais, é insuficiente para a investigação histórica da cultura. O autor valoriza, nesse sentido, a possibilidade de os artefatos culturais serem “construções” ou “produções” da realidade, apresentando uma relação complexa com ela.

---

<sup>1</sup> O registro de Candeias indica seu nascimento no ano de 1922 em Cajobi, cidade no interior de São Paulo. Mas Ozualdo Candeias, norteado pela lembrança das histórias contadas pela mãe, acredita que tenha nascido logo após a Primeira Guerra Mundial, em 1918, em alguma cidade do interior de São Paulo ou do Mato Grosso do Sul. Ver Moura Reis, *Pedras e Sonhos no Cinema da Boca: Ozualdo Candeias*, 2010, p. 14-15.

Em outras palavras, o substrato da produção literária e cinematográfica é a linguagem, a qual, segundo Nicolau Sevcenko, é um “elemento praticamente invisível de sobredeterminação da experiência humana” (2003, p. 27). Assim, a linguagem possui “uma natureza ambígua oscilante entre o palpável e o impalpável, simultaneamente material e imaterial” (2003, p. 27). É através da articulação discursiva que a linguagem toma forma, permitindo que as potencialidades humanas fluam para a realidade.

Em arte, essa articulação discursiva é realizada segundo procedimentos próprios de cada linguagem artística. Nesse sentido, pode-se retomar o comentário de Antonio Candido, segundo o qual a investigação da relação entre uma obra de arte e seu condicionamento social não pode preceder de uma análise estética. Assim, é preciso fundir texto e contexto em uma “interpretação dialeticamente íntegra” (2014, p. 13), compreendendo que aquilo que é externo à obra (o social, o histórico) importa não como causa, “mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (2014, p. 14). Nesse sentido, é preciso realizar uma crítica integradora, “capaz de mostrar de que maneira a narrativa se constitui a partir de materiais não literários, manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas suas próprias leis” (2015, p. 9). No caso da literatura, é através da análise detida do texto que o autor acredita ser possível compreender como o recado do artista se constrói a partir do mundo, “mas gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária” (2015, p. 9).

Ismail Xavier, em consonância com essas ideias e pensando a questão da análise fílmica, defende que “cada filme define um modo particular de organizar a experiência em discurso, sendo produto de múltiplas determinações.” (2019, p. 20). Essa organização se dá através das mediações disponíveis para a narrativa cinematográfica, marcada principalmente pelos recursos referentes ao registro de imagem e de som. É através de uma análise imanente do filme que se poderá vislumbrar o sentido mais geral da obra em relação a seu momento histórico.

Partindo dessas considerações, acredita-se que nos discursos literários e cinematográficos estão condensadas múltiplas experiências históricas, as quais assumem caráter narrativo que as organizam e lhes dão sentido. Elementos como a constituição de personagens, elaboração de um enredo, encadeamento dos eventos em uma determinada trama e a constituição de um ponto de vista a partir do qual a história é narrada são fundamentais para a elaboração dessa experiência. Através da análise de trechos selecionados das obras em questão é possível descrever e interpretar

como a articulação desses elementos serve para a produção de um sentido específico, que interpela a realidade histórica ao mesmo tempo que dela faz parte.

A aproximação entre o conto “Malagueta, Perus e Bacanaço”, de João Antônio, e o filme *A Margem*, de Ozualdo Candeias, apesar de se tratarem de linguagens artísticas diferentes, se torna possível pelo fato de ambos serem artes narrativas. Nesse sentido, apresentam uma articulação semelhante da experiência histórica, produzindo uma narrativa que possui personagens humanos cuja ação se desenrola no tempo e no espaço. Além disso, como não se está partindo do pressuposto de que existe uma relação direta entre uma obra e o momento histórico em que ela é produzida, a comparação tem função de explicitar a particularidade de uma determinada produção em relação à outra, revelando as semelhanças e diferenças no tratamento de um determinado tema específico.

No desenvolvimento dessa investigação, portanto, as obras serão convocadas a uma interrogação mútua, que pretende buscar as sincronias nas maneiras de tratamento do tema, mas também as antinomias que marcam posições distintas dos autores em torno das questões exploradas. As sintonias e antinomias serão interpretadas em uma perspectiva histórica, permitindo a reconstituição de um campo de tensões presente no momento de produção das obras.

No caso do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963) de João Antônio, os protagonistas são três malandros, cujos nomes estão dados no título. Malagueta é um malandro mais velho, já decrépito, que remete ao passado. Perus é um malandro ainda iniciante, muito jovem e ainda aprendendo sobre o universo da malandragem paulistana. E Bacanaço é um malandro no auge de sua atuação, bem instituído e capaz de ser o líder do grupo nas trajetórias pela noite. Os três personagens se juntam para jogar sinuca pelos bares de São Paulo. Percorrem a cidade à noite em busca de “trouxas”, trabalhadores que estão em busca de lazer e que possuem algum dinheiro para apostar. A prática dos personagens, associada à malandragem, é exposta pelo narrador e pelos próprios personagens em descrições detalhadas sobre a maneira com que os jogos precisam ser direcionados. Nesse sentido, o elemento da dissimulação é fundamental: os personagens precisam aparentar serem jogadores ruins, para poderem então virar o jogo quando as apostas sobem. Sua vitória, portanto, deve parecer advinda da sorte, e não da técnica. O conto possui um narrador em terceira pessoa, que adentra nos pensamentos dos personagens através do discurso indireto livre e assume a condição de intermediador entre o universo da malandragem e o leitor.

Já o filme *A Margem* (1967) de Ozualdo Candeias narra a trajetória de quatro personagens que vivem na beira de um rio, distantes do centro da cidade. Como diz Rubens Machado Jr., os personagens são párias da sociedade, e o título do filme remete tanto a uma localização geográfica quanto a uma designação social (2007, p. 116). Os personagens não possuem nome, o que dificulta a sua identificação e intensifica a sua condição de párias. O filme narra os caminhos dos personagens entre a várzea e o centro da cidade em busca de condições de sobrevivência que se alternam entre a mendicância, o roubo, a prostituição e a solidariedade eventual que surge entre os quatro protagonistas. Poucos diálogos são travados, sendo que na maior parte do filme os personagens ficam em silêncio. Os gestos e os olhares assumem, assim, função primordial para a expressão desses indivíduos no mundo e diante da câmera. E, nesse sentido, o filme se destaca pelo uso que faz da câmera subjetiva, recurso recorrente no filme como forma de, através do olhar, criar espaços para a emergência do ponto de vista dos marginalizados. Esse recurso também fragmenta a narrativa, que se coloca em constante deslocamento de perspectiva entre os quatro personagens principais.

As sequências selecionadas para análise mais detida dizem respeito a momentos de tensão das obras, na qual os personagens em condição de marginalização social se encontram em uma situação limite. Particularmente, o que se pretende destacar são as situações nas quais se instala uma disputa entre personagens marginalizados, que pode levar a um conflito de consequências drásticas.<sup>2</sup>

### **João Antônio e a disputa na malandragem**

Como apontado acima, o conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” se dedica à narração de uma noite na vida de três malandros que vivem em São Paulo. Na análise aqui conduzida, pretende-se investigar como a relação inicialmente solidária entre os personagens vai se convertendo em disputa interna no grupo. O ponto central dessa mudança se dá a partir do encontro dos três malandros com um policial, Silveirinha, que aborda Perus em um bar para cobrá-lo do “imposto” – propina cobrada para permitir a circulação dos malandros. A partir disso, entende-se que Silveirinha é um policial corrupto. O policial exige o dinheiro de Perus, que fica sem reação. Os

---

<sup>2</sup> A investigação desse aspecto as obras me foi intuído pela leitura da tese de Edu Teruki Otsuka, o qual, investigando o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, identifica o que nomeou de um “espírito rixoso”: a competitividade entre personagens pobres, em geral baseada em sistemas de desavenças, rivalidades e agressões (2017, p. 69). A configuração dessa disputa no conto e no romance é diferente, particularmente no seu aspecto mais destrutivo. Ver Edu Teruki Otsuka, *Era no tempo do Rei: atualidade das Memórias de um Sargento de Milícias*, 2016, p. 69.

outros dois malandros, por sua vez, assistem de maneira distanciada, buscando uma maneira de reagir à situação. Segundo o narrador:

A aperreção sobre o menino já fora a bem mais do que devia, era muita folga. Assim faziam os homens da lei quando exigiam. Machucavam à vontade, satisfaziam-se, as aporrinhações só vagabundo sabe. [...] E quando se manda um danado e folgado daqueles para a casa do diabo, metendo-lhe com fé uma ferrada nos cornos, uma cortada na cara ou um tiro no meio da caixa do pensamento, a coisa enfeia muito, vai-se dar com o lombo na Casa de Detenção. (ANTÔNIO, 2012, p. 161)

A atuação dos policiais é descrita de maneira negativa, e o narrador expõe a forma corriqueira com que eles agridem indivíduos em condições similares às dos personagens. A reação violenta, aqui, aparece bloqueada pela menção à Casa de Detenção, a qual é mencionada também em outros momentos do conto. Essa menção é importante, pois marca a maneira de atuação da polícia diante de indivíduos marginalizados, considerados “vadios”. Segundo Alessandra Teixeira, uma prática policial recorrente do período eram as “prisões correccionais”, que excediam em muito as prisões processadas legalmente, com mandato ou realizadas em flagrante. Tratava-se essa de uma medida adotada pela polícia para prender sem motivo ou processo, visando o controle social das classes populares (2012, p. 23-24). No conto, esse aspecto da realidade está incorporado, inclusive com a menção de torturas corporais na expressão “dar com o lombo”, que indica o sofrimento físico pelo qual passavam os indivíduos nessa situação. Ainda segundo Alessandra Teixeira, essa prática arbitrária da polícia pode ser traçada ao longo de todo o século XX, mas é a partir dos anos 60 que ela passará a ser utilizadas de maneira significativa como meio de extorsão de indivíduos envolvidos em práticas ilícitas – particularmente o jogo e a prostituição (2012, p. 96). O conto, ao apresentar essa prática da perspectiva dos personagens malandros, se converte em material importante de denúncia da arbitrariedade e violência policial.

Na sequência da passagem citada, o narrador aproxima-se dos pensamentos de Bacanaço, que imagina uma cena em que ataca o policial com a navalha e os três terminam dando “chutes na caixa do pensamento e nas costelas e todo o acompanhamento que se deve dar a um safado” (ANTÔNIO, 2012, p. 162). A cena de violência extrema, no entanto, constitui-se apenas como devaneio do personagem. Como é visto a seguir, quando o narrador acompanha as considerações de Bacanaço:

Mas dever, não devia. Era um vagabundo – calasse, engolisse o seco da garganta, aturasse e fosse se rebaixar feito cachorrinho. Pedisse jeitosamente: ‘faz favor’, e desse o dinheiro, entregasse o mocó, o arrego para livrar a cara de Perus. Vontade

de cortar, essa era muita. Era um vagabundo, entretanto, e se calou. (Idem, p. 162)

A rejeição da alternativa violenta à situação é justificada pelo “dever”, que escapa ao desejo individual dos personagens e lhes impõe uma vontade externa. Em seguida, os verbos são conjugados no subjuntivo: “calasse”, “engolisse”, “aturasse”, “fosse (se rebaixar)”, “pedisse”. Os verbos adotados expressam a subjugação de Bacanaço, reforçado pela analogia de seu comportamento ao do “cachorrinho” – imagem da obediência reiterada pelo diminutivo. O uso do subjuntivo, por sua vez, expressa o questionamento em torno da obediência imposta e o desejo reprimido de Bacanaço de se insurgir contra o policial. O narrador desloca-se, em seguida, para Malagueta, que tinha ideias similares às de Bacanaço: queria derrubar o policial, dar-lhe chutes; porém “esses e outros pensamentos [...] esbarraram com uma realidade e se esfriaram depressinha” (Idem, p. 162). Depois, Bacanaço intervém na situação apenas para pagar o dinheiro ao policial. Nessa sequência de acontecimentos, destaca-se a pressão exercida pelo personagem de Silveirinha. Os personagens são submetidos à inércia, seja pela presença de Silveirinha na cena, seja pela expectativa de uma repressão posterior, simbolizada pela menção à Casa de Detenção. Assim, os desejos de resolução violenta são arrefecidos pela realidade, dentro da qual reagir teria consequências drásticas. O momento do encontro com o policial Silveirinha pode ser lido como ponto de reversão das expectativas dos personagens, que, diante do impasse e da impossibilidade de reagir contra a violência policial, precisam renunciar a parte do dinheiro que haviam conquistado até então. A situação à qual os personagens são empurrados representa uma derrota tanto financeira quanto moral, como é possível ver no trecho seguinte:

Não disseram nada, caminharam. Um sentir de quem perdeu, um sentimento abafado os arrasava e unia e lentos, tangidos, caminharam.

Tomaram o viaduto Santa Ifigênia maquinalmente, numa batida frouxa e dolorida. Só se ouvia, à frente, o “plac-plac” dos saltos de couro de Bacanaço. A gana do jogo lhes passara de todo e não percebiam o vento quieto e úmido batendo-lhes agora, nas caras e nas pernas. As três cabeças seguiam baixas. Eram três **vagabundos** e nada podiam. Seguissem, ofendidos. (Idem, p. 163-164, grifo meu)

A euforia inicial dos personagens passa por um momento de rebaixamento: “a gana do jogo lhes passara de todo”. Os personagens são descritos pelo narrador como “vagabundos”. O adjetivo já havia sido empregado na transcrição do narrador dos pensamentos dos personagens durante o confronto com o policial corrupto. Nas partes iniciais do conto, a malandragem é associada pelos próprios personagens como um sentimento de superioridade em relação aos indivíduos

trabalhadores, vistos como “trouxas”. Nessa cena, a superioridade é revertida no seu oposto, marcando uma posição inferiorizada dos personagens. O narrador assume a função de distanciamento, explicitando a condição de fragilidade na qual se encontram os personagens.

É a partir desse momento de conflito que a rixa se instala entre os três protagonistas. Nesse momento, os personagens começam a jogar entre si, e no jogo cogitam trapacear o outro, apostar o dinheiro que lhes restara. Como diz o narrador:

A gana picava-lhes, crescia muda, ganhava malícias, ficava sutil, se escondia num disfarce. Reaparecia, violenta, numa bola sete difícil. Ia, frouxa; voltava, dobrada em tamanho. Momentos em que lhes parecia uma vontade estúpida, errada, desnecessária. Noutros, à malandra, chegava risonha, cínica, traquinagem natural do jogo.

Egoísmo é fatal no jogo, um jogador sabe. E o malvado cresceu-lhes a pouco e pouco, minando, fez negaças, manhas, rodeou, rodeou... ficou agressivo, certo, definido, total. E exigiu.

Malagueta, Perus e Bacanaço preparavam-se para se devorar. (Idem, p. 176)

No trecho destacado, são descritos pelo narrador os movimentos de consciência dos personagens, no vai-e-vem entre o desejo de enganar e o respeito que tinham pelos companheiros. Os verbos marcam a dimensão dessa luta na consciência dos personagens: “crescia”, “ganhava”, “ficava”, “se escondia”; “reaparecia”, “ia”, “voltava”. Os verbos indicam o crescimento e o arrefecimento do desejo de trapacear, demonstrando a maneira com que os personagens cogitam romper o pacto de cumplicidade do grupo que é o que os mantinha vivos. A consciência do erro na competição é apresentada, para então ser superada. A possibilidade de se colocar contra os parceiros é vista como “egoísmo”, sendo “fatal” para a própria sobrevivência dos personagens. No entanto, é a perspectiva individualista que triunfa, o que é denotado pelo verbo final do segundo parágrafo: “exigiu”. O verbo marca o ponto de estabilidade das incertezas anteriores, e mostra como os personagens se enredam, a partir do impasse que lhes é apresentado, no clima de guerra de todos contra todos. A escolha do verbo “devorar” na frase final para descrever essa competição indica para um retorno a um estado de natureza, uma competição natural e naturalizada na qual deverá sobreviver o mais forte ou o mais apto.

A seguir, aparece uma quarta pessoa no bar, para quem os personagens direcionam o instinto de sobrevivência. No entanto, não sabiam que a figura que aparece é também um malandro, que dissimula e faz os personagens se envolverem no jogo, derrotando-os e os fazendo perder todo o dinheiro que ainda possuíam. Apesar de terem desistido de se voltarem uns contra os outros, é

significativo que o personagem que os derrota é também um malandro – o que mais confirma do que nega o clima de competitividade que se instala na sociabilidade dos personagens.

Importante afirmar que, como informa Bruno Zeni, o conto possui uma alta carga de oralidade, seja na escolha do vocabulário, seja no ato constante dos personagens de rememorarem histórias de outros malandros (2018, p. 214). Assim, o narrador demonstra sua afinidade por aquele universo. Além disso, a presença da oralidade também serve para firmar os códigos da sociabilidade malandra através de histórias do passado, as quais servem como sabedoria popular que orienta a prática da malandragem pelos personagens no conto. No final, no entanto, essa sabedoria popular se prova insuficiente para garantir a sobrevivência dos personagens, sendo que a relação com a polícia e a competitividade com outros personagens malandros apontam para a resolução negativa dos impasses suscitados pela narrativa.

Ao final do conto, o narrador não mais acompanha a caminhada dos personagens pela cidade. Na última cena, pergunta pelos personagens em um bar, recebendo uma resposta vaga sobre o paradeiro deles. Esse movimento do foco narrativo marca o distanciamento do narrador dos personagens, bem como aponta para a incerteza no destino destes.

### **Ozualdo Candeias: alienação e conflito à margem**

No filme *A Margem* de Ozualdo Candeias, diferentemente do conto, os personagens assumem trajetórias particulares, se separando e produzindo perspectivas dramáticas variadas. Será analisada a trajetória da personagem interpretada por Lucy Rangel, que possui um destino que permite aproximações com a passagem apresentada do conto de João Antônio.

*Figura 1: Lucy Rangel caracterizada como prostituta*



*Fonte: filme A Margem (direção e roteiro de Ozualdo Candeias, 1967)*

A personagem de Lucy Rangel, até a metade da trama, trabalha como copeira na cidade. Um dia, indo para o trabalho, para em frente a uma vitrine de loja e se demora um tempo olhando os produtos. Nesse momento pode-se ver que uma senhora a observa. A personagem então segue para o trabalho, onde sofre um assédio grave, com a sugestão de que seu patrão a teria estuprado. E, no mesmo dia, enquanto volta para casa, a senhora que a estava observando na loja a aborda para oferecer um emprego. Logo na sequência vemos a personagem ir embora com suas malas da região da várzea.

**Figura 2:** *A cafetina recebendo o pagamento*



*Fonte: filme A Margem (direção e roteiro de Ozualdo Candeias, 1967)*

Em sequência posterior, a personagem é vista já atuando como prostituta, momento no qual é possível reconhecer que a mulher que a havia abordado na rua é cafetina do prostíbulo no qual ela agora trabalha. Na imagem acima, é possível ver o momento em que a cafetina cobra da personagem de Lucy Rangel um valor, possivelmente a parte da sua comissão por empregar a personagem. Percebe-se, nesse gesto, a expropriação do trabalho da prostituta e seu vínculo de dependência com a proprietária do estabelecimento. Além disso, a promessa que seduz a personagem a se tornar prostituta era de uma abundância que se mostra falsa. A personagem, assim, continua em situação precarizada.

*Figuras 3 e 4: O quarto da prostituta*



*Fonte: filme A Margem (direção e roteiro de Ozualdo Candéias, 1967)*

Um aspecto importante da composição da cena está na cenografia do quarto da personagem, principalmente nas imagens que se encontram coladas na parede. São retratos de três figuras importantes que compõe um mosaico de referências para melhor compreender a personagem. Tanto na primeira quanto na segunda imagem é possível ver fotos do ator Amácio Mazzaroppi, que ficou famoso interpretando a figura típica do “caipira” no cinema em comédias nacionais da época. Seus filmes possuem normalmente um tom otimista, que mostra a superação das dificuldades que o migrante do interior do estado de São Paulo passa ao vir para a capital. Podemos tomar o filme *Candinho*, de 1954, como exemplo disso. Nesse filme, Mazzaroppi interpreta um personagem que se muda para São Paulo na tentativa de descobrir quem são seus verdadeiros pais. Apesar das dificuldades enfrentadas e do retrato negativo que o filme faz da experiência metropolitana, todos os conflitos são encaminhados para um final em que os problemas são facilmente solucionados: Candinho descobre ser filho de uma rica família e herdeiro de uma grande fortuna. A descrição do enredo do filme serve para melhor compreender a função que Mazzaroppi exercia no imaginário da época, podendo ser compreendido como um exemplo de superação e de sucesso na empreitada de migrante. Segundo Marcos Napolitano, o filme *Candinho* “idealizava a vida rural [...] e tentava construir uma referência moral para um mundo de

rápidas transformações” (2018, p. 18), demonstrando assim as qualidades do indivíduo migrante e as condições favoráveis de sucesso na busca da felicidade.

No caso da personagem de Lucy Rangel, a trajetória da várzea do rio, espaço tomado pela natureza, para um prostíbulo citadino pode ser compreendida de maneira simbólica como o processo de migração do campo para a cidade. A promessa de sucesso, enunciada pela figura da cafetina, é desmentida no decorrer da trama. O percurso da personagem de Lucy Rangel, assim, possui um fim diverso daquele de Candinho, sendo que a imagem ao fundo da cena tem a função de explicitar essa contradição. Ou seja, se no filme de Mazzaroppi o caipira triunfa pelas suas qualidades morais, no filme de Candeias esse personagem migrante é engolido pela violência presente na vida da cidade grande.

Outra referência, presente na primeira imagem, é de Roberto Carlos, ícone musical da chamada Jovem Guarda – grupo geracional de cantores e cantoras que se tornam porta-vozes de uma nova maneira de se pensar a juventude no Brasil. Com influência do rock norte-americano e com vasto público, a Jovem Guarda representou também um período de modernização da canção brasileira – no sentido de uma produção fortemente ligada à indústria cultural. Como afirma Marcos Napolitano, as canções da Jovem Guarda versavam sobre temas banais, como garotas, carros e pequenas aventuras juvenis, encaminhando para uma mensagem otimista de uma juventude que se divertia sem maiores preocupações (2018, p. 56).

A última figura, presente na segunda imagem, é de uma mulher loira atraente. Não foi possível identificar com certeza quem é essa figura, mas é importante destacar que no grupo de Jovem Guarda era muito comum a presença de mulheres loiras, que se tornaram ícones de beleza da época (por exemplo Wanderléa, Vanusa, Silvinha e Rosemary). Importante ainda destacar o cabelo loiro platinado da personagem de Lucy Rangel, que remete aos cabelos loiros da fotografia que aparece em seu quarto. Esse traço comum aponta para o fato de que as imagens colocadas na parede do quarto são imagens que remetem ao desejo da personagem: o ideal de beleza na mulher loira, o ideal de companheiro na figura de Roberto Carlos, o ideal de destino na superação das dificuldades e no enriquecimento na figura de Mazzaroppi. Através da indústria cultural do cinema, da música e da TV essas imagens passam a circular e produzir na personagem um horizonte de expectativa a ser almejado.

*Figura 5: Espelhamento das duas prostitutas*



*Fonte: filme A Margem (direção e roteiro de Ozualdo Candeias, 1967)*

A personagem, no entanto, será morta por outra mulher que trabalha no prostíbulo em decorrência de uma disputa por um dos clientes que frequentava o espaço. A prostituta que irá enfrentar a personagem de Lucy Rangel também é loira, e é possível identificar uma semelhança muito grande entre as personagens. Esse elemento permite compreender que aqueles ideais produzidos por uma industrial cultural são compartilhados, e que ambas buscam emular a beleza que encontram nos meios de comunicação de massa. Na imagem acima, é produzido um efeito de imagem espelhada no conflito entre as personagens: a homologia da aparência aponta para o fato de que essas personagens são iguais, ocupam o mesmo espaço social e a rixa de uma com a outra se converte também em processo de autodestruição. Por outro lado, também aponta para o nivelamento da subjetividade das personagens, que são reduzidas à condição que ocupam e não possuem traços de personalidade que permitem a sua diferenciação. A disputa se dá por um cliente e, portanto, por dinheiro e benefícios no local de trabalho. A morte da personagem, em decorrência desse conflito, denota para o apagamento de qualquer traço de solidariedade entre indivíduos que ocupam a mesma função social. Além disso, a revolta da prostituta não se volta para cafetina, mas contra uma companheira de trabalho. Assim, o filme demonstra um ambiente de competição acirrada, o qual é orientado por ideais produzidos pela cultura de massa que alienam as personagens do reconhecimento da sua condição irmanada no processo de expropriação do trabalho.

### **Considerações finais**

Em ambos os casos, é a luta entre personagens de mesma origem social que leva a um acirramento da condição de marginalidade. No caso do conto, o que se apresenta é um impasse para o destino dos personagens, que passa a ser incerto. No caso do filme, é assumida a dimensão de desfecho negativo desse conflito, que resulta na morte da personagem. Como pontua Sidney

Chalhoub, refletindo sobre a condição do trabalhador urbano do Rio de Janeiro do princípio do século XX:

Viver competitivamente significa perceber a si mesmo como um ser basicamente solitário que se constitui no principal agente ou construtor de seu próprio “destino”. Viver competitivamente significa também interpretar sucessos e fracassos como resultados principalmente de potencialidades e realizações individuais, diluindo assim, de forma dramática, a consciência que esses homens necessitavam ter do fato de que pertenciam a uma mesma classe social (2012, p. 156).

Apesar da investigação de Chalhoub se referir a outro contexto histórico, suas considerações são pertinentes para refletir sobre as relações de competição que se estabelecem entre indivíduos marginalizados socialmente nas obras estudadas. Nesse sentido, destaca-se o incremento do pensamento individualista, propiciado pela condição de miséria e pela necessidade de disputar pelas condições de sobrevivência – processo que não se restringe apenas às camadas populares, mas que se insere em um arco mais amplo de transformações da história contemporânea.

É importante destacar a leitura que as duas obras fazem do imaginário da sabedoria popular, associado à capacidade dos indivíduos de origem simples em se beneficiarem de um conhecimento ancestral para superarem situações de conflito vividas em experiências metropolitanas modernas. A visão otimista pode ser tomada de exemplo do caso do filme *Candinho* de Mazzaroppi, como apresentado na análise do filme de Candeias. Assim, tanto em “Malagueta, Perus e Bacanaço” quanto em *A Margem*, esta sabedoria popular não apresenta condições suficientes para propiciar a sobrevivência dos personagens.

No conto de João Antônio, a oralidade denota a presença desse compartilhamento de saberes assentados na experiência e o impasse que se apresenta para os personagens que se baseiam neles. Essa sabedoria, integrada à prática da malandragem, é apresentada de maneira ambígua. De um lado, é através dela que os personagens se mostram conscientes de estruturas de opressão e de perseguição vigentes, encontrando meios de contorná-las. Por outro lado, o conto produz a ideia de uma insuficiência na possibilidade de superação baseada na experiência social dos oprimidos, visto esta já estar marcada por um espírito de solidariedade que é seletiva. Ou seja, no conto de João Antônio os personagens são solidários e trabalham coletivamente apenas com aqueles que fazem parte do seu grupo, não tendo escrúpulos para se voltarem contra outros indivíduos em condição de marginalização social. No caso, é sintomático que o personagem que derrota os três protagonistas é ele mesmo um malandro, que para sobreviver precisa provocar o prejuízo a outros

indivíduos na mesma ocupação que ele. Destaque, também, para a atuação da polícia nesse campo, a qual propicia o aprofundamento da condição de miséria dos personagens e o acirramento da disputa pela sobrevivência.

Já no filme de Ozualdo Candeias, foi demonstrada uma realidade já atravessada pelos produtos de uma indústria cultural de massa, que aliena os indivíduos da realidade que os circunda. Segundo Adorno e Horkheimer:

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduos consigo mesmo. [...] A partir do momento em que as mercadorias, com o fim do livre intercâmbio, perderam todas as suas qualidades econômicas salvo seu caráter de fetiche, este se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos (1985, p. 35).

Associando esta ideia ao filme, compreende-se que a relação entre as prostitutas é mistificada pela miragem do consumo que marca seu horizonte de expectativas. A prostituta que assassina a personagem de Lucy Rangel não vê nela outra mulher explorada, mas sim a perda do dinheiro e a ameaça ao sonho de felicidade. Na própria autoimagem que produzem, as personagens estão reproduzindo mercadorias veiculadas pela TV e pelo rádio, imagens idealizadas da mulher atraente. O processo acarreta na perda de subjetividade, no apagamento da condição de indivíduo e na disputa inconsciente pelas migalhas que o consumo pode proporcionar. Aquela sabedoria popular presente no conto não tem expressão significativa no filme, e a própria consciência dos personagens sobre os processos sociais nos quais estão inseridos está atrofiada pela presença da cultura de massa.

Importante destacar que o filme também faz menção à intervenção policial, particularmente na passagem envolvendo o personagem de Mario Benvenuti. Ali também se vê a prisão arbitrária de um indivíduo em condição de marginalidade social, o qual, logo após ser solto, morre em condições misteriosas e não completamente explicadas pela narrativa do filme. Assim, a questão policial tem também sua participação na construção da trama do filme, porém sua aparição é mais pontual. O filme enfatiza a dispersão dos personagens, propiciada por uma prática de perseguição das classes populares e pelo aumento da miséria nos anos que separam o conto do filme. O diagnóstico que é possível destacar da narrativa de Candeias, portanto, é mais agudo, apontando para o aprofundamento de questões já apresentadas anos antes pelo conto de João Antônio.

Em ambos os casos, é a condição do indivíduo desconectado de uma coletividade que ameaça a sobrevivência dos personagens. Ambos se opõem à mensagem otimista de *Candinho*, filme de Mazaroppi, porém de maneiras diferentes. E ambos produzem uma leitura da realidade a partir de seu aspecto negativo, enunciando os pontos de conflito e os antagonismos sociais presentes na experiência social. Realizam isso através de uma formalização consciente desse processo, utilizando-se dos recursos próprios a cada uma das linguagens para narrar a trajetória de personagens marginalizados. No conto, vemos como o vocabulário do narrador e seu processo de distanciamento da perspectiva dos personagens é fundamental para uma avaliação crítica do conto. No caso do filme, a falta de nome dos personagens e sua configuração lacunar produzida pelos poucos diálogos leva a um esforço de deciframento da imagem, como no procedimento de investigação da cenografia, das roupas e dos gestos da personagem de Lucy Rangel. O filme, assim, formaliza o anulamento psíquico das personagens.

Em ambos os casos, existem procedimentos técnicos e formais para se estabelecer a empatia da narração com personagens em condição de marginalidade social: o recurso ao discurso indireto livre no conto e da câmera subjetiva no filme. Além disso, a compreensão narrativa do mundo é apresentada a partir da perspectiva desses personagens. No entanto, a narração também marca sua distância como forma de denúncia ou de revelação dos processos que levam os personagens a se voltarem uns contra os outros, provocando uma percepção renovada por parte dos leitores e espectadores das obras. Assim, conto e filme não apenas apresentam a realidade, mas também pretendem nela intervir.

### Filmografia

A MARGEM. Direção e Produção: Ozualdo Candeias. Brasil, São Paulo, 1967, P&B.

CANDINHO. Direção: Abílio Pereira de Almeida. Produção: Estúdios Vera Cruz. Brasil, São Paulo, 1953, P&B.

### Referências bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos** (Trad. Guido Antonio de Almeida). Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 1985

ANTÔNIO, João. “Malagueta. Perus e Bacanaço”. IN: \_\_\_\_\_. **Contos Reunidos**. São Paulo/SP: Cosac Naify, p. 131-181, 2012.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** (trad. Sérgio Góes de Souza). Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2015.

CANDIDO, Antônio. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro/RJ: Ouro sobre Azul, 2015.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro/RJ: Ouro sobre Azul, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas.”. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, 1994.

MACHADO JR., Rubens. “Uma São Paulo de revestrés: sobre a cosmologia varziana de Candeias”. **Revista Significação**, nº 28, p. 111-131, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo/SP, Editora Contexto, 2018.

OTSUKA, Edu Teruki. **Era no tempo do Rei: atualidade das Memórias de um Sargento de Milícias**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2016.

REIS, Moura. **Ozualdo Candeias: pedras e sonhos no Cineboca**. Brasil, São Paulo/SP: Imprensa Oficial, 2010.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a marginalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2003, 2ª edição revista e ampliada.

XAVIER, Ismail. **Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome**. São Paulo/SP: Editora 34, 2019.

ZENI, Bruno. **Sinuca de malandro: ficção e autobiografia em João Antônio**. Brasil, São Paulo/SP: Edusp, 2016.

## Enfrentamentos ao *bullying* homofóbico na escola: convite para uma reflexão

Enfrentamientos al acoso homofóbico en la escuela: invitación a  
la reflexión

**José Geovânio Buenos Aires Martins**

Especialização em Metodologia do Ensino de Ling. Port. e Estrag.  
Centro Universitário Internacional  
jgbuenosairesmartins@gmail.com

**Adauto Neto Fonseca Duque**

Mestre em História  
Universidade Federal do Ceará  
duqueadauto@yahoo.com.br

**Juscelino Francisco do Nascimento**

Doutor em Linguística  
Universidade de Brasília  
juscelinosampa@hotmail.com

**Maria Greuvânia Buenos Aires Martins**

Especialista em Docência do Ensino Superior  
Faculdade Evangélica Cristo Rei  
marygreu@gmail.com

**Janaína Alvarenga Aragão**

Doutora em Gerontologia Biomédica  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
jaa73@yahoo.com.br

**Evandro Alberto de Sousa**

Doutor em Serviço Social  
Universidade Federal de Pernambuco  
evandroalberto@yahoo.com.br

**Recebido em:** 15/01/2020

**Aprovado em:** 26/02/2020

**Resumo:** As inúmeras narrativas produzidas sobre as sexualidades LGBTQ+ dão conta que a compleição humana vem oscilando entre uma corpulência muitas vezes ignóbil ou intolerável. O *bullying* homofóbico pode se manifestar de diversos modos, são eles: sujeição, ofensa, mentira, repressão, desvalorização, coação, eliminação (do grupo de pertencimento; do meio social; das rodas de aprendizagem), desbocando nas agressões (psicológicas e físicas). O artigo tem como

objetivo refletir sobre os enfrentamentos provocados pelo *bullying* homofóbico no contexto escolar. O estudo em pauta trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, no formato de revisão de literatura ou revisão narrativa, com intervalo de tempo entre 1988 e 2019. Os estudos analisados apontaram que a homofobia, esta, muitas vezes, é aprovada e reproduzida na escola pelos pares (estudantes, professores, coordenadores, gestores), fazendo surgir um ser invisível no meio acadêmico, portanto há a necessidade de discussão sobre o pauperismo investigativo envolvendo o *bullying* homofóbico em escolas do Estado brasileiro. É importante ressaltar, também, que as escolas, sozinhas, não transformarão uma realidade cultural homofóbica e latente em pouco tempo. É fundamental que se tenha um planejamento estratégico para alunos e sociedade ao mesmo tempo, de modo que, com os esclarecimentos em torno das sexualidades dissidentes, o assunto não gere mais nenhuma estranheza em qualquer meio social.

**Palavras-chave:** Reflexões; homofobia; escolas brasileiras.

**Resumen:** Las innumerables narraciones producidas sobre sexualidades LGBT+ muestran que la configuración humana ha estado oscilando entre una corpulencia que a menudo es ignorable o intolerable. El *bullying* homofóbico puede manifestarse de varias maneras, que son: sujeción, ofensa, mentira, represión, devaluación, coerción, eliminación (del grupo de pertenencia; del entorno social; de las ruedas de aprendizaje), lo que resulta en agresiones (psicológicas y físicas). El artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los enfrentamientos causados por el *bullying* homofóbico en el contexto escolar. El estudio en cuestión es una investigación bibliográfica, en el formato de revisión de literatura o revisión narrativa, con un intervalo de tiempo entre 1988 y 2019. Los estudios analizados señalaron que la homofobia a menudo se aprueba y reproduce en la escuela por parte de compañeros (estudiantes, maestros, coordinadores, gerentes), haciendo que un ser invisible emerja en el entorno académico, por lo que existe la necesidad de discutir el pauperismo de investigación que involucra el *bullying* homofóbico en las escuelas del estado brasileño. También es importante tener en cuenta que las escuelas, por sí solas, no transformarán una realidad cultural homofóbica y latente en poco tiempo. Es esencial tener una planificación estratégica para los estudiantes y la sociedad al mismo tiempo, de modo que, con las aclaraciones sobre las sexualidades disidentes, el sujeto no genere más extrañeza en ningún entorno social.

**Palabras-clave:** Reflexiones; homofobia; escuelas brasileñas.

“Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas”. (ALVES, Rubem)

### Introdução

A Constituição Federal de 1988 – CF/88 e disposições do Supremo Tribunal Federal (STF) marcham para o reconhecimento da multiplicidade social (BRASIL, 2012; MARTINS *et al.*, 2019; SEFFNER, 2014). Nessa mesma direção, a Lei n. 9.394/96 reconhece o “respeito à liberdade e à tolerância” (BRASIL, 2018, p. 9). A realidade atual permite problematizar os arranjos educacionais contemporâneos com vistas à realidade social das minorias excluídas. Assim, o currículo escolar precisa trazer para o debate questões como: orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2013; MARTINS *et al.*, 2019).

Os LGBT+ precisam ser reconhecidos socialmente em sala de aula, pois a escola não pode representar apenas os interesses da heteronormatividade (BRAGA; MACHADO; OLIVEIRA, 2018; QUIRINO; ROCHA, 2012), já que as diferentes sexualidades, principalmente a homossexualidade masculina, não é discutida em sala de aula como deveria ser (MARTINS *et al.*, 2019; NASCIMENTO; CRUZ, 2018). O assunto ainda gera desconforto por vivermos em um país reconhecidamente religioso (GIUMBELLI, 2011).

O estigma anti-homossexual<sup>1</sup> é condição *sine qua non* para o aparecimento do *bullying* homofóbico dentro e fora de sala de aula, pois os homofóbicos sentem-se encorajados a praticar o fenômeno do *bullying*, por não existir uma lei que regulamente e criminalize os vários tipos de homofobia e transfobia praticados contra toda a comunidade LGBT+. Em se tratando da “transfobia”, o termo foi usado para fazer referência as práticas agressivas praticadas contra as travestis e transexuais, uma maneira de declará-los como indignos, antinaturais, divergentes do correto e, porquanto, aptos a punições globais que os impulsionam para a rejeição de benefícios e múltiplas formas de violência (SOUSA *et al.*, 2018).

A homossexualidade não é uma invenção/produto do século XXI, porém a escola ainda não está preparada para incluir LGBT+ (FRANÇA, 2011). A anti-homossexualidade é condição efervescente no ambiente escolar, uma vez que professores, gestores e funcionários foram capacitados para uma convivência heteronormativa somente (NASCIMENTO; CRUZ, 2018; PRADO; VALÉRIO, 2018). Embora o ambiente escolar, hoje, tenha ganhado novos rumos no quesito da inclusão de diferentes etnias, línguas e deficiências, certamente as chamadas minorias sexuais ainda não conseguiram driblar o preconceito (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015).

O preconceito e a violência física, assim como a psicológica, contra LGBT+ nos espaços educacionais, tornaram-se motivo, de estudos por pesquisadores, como: Fernandes (2012), França (2011), Garutti e Neves (2015), Jesus (2012), Nascimento e Cruz (2018) entre outros. Nessa circunstância, vale lembrar que no século atual, o período da revolução tecnológica, ainda temos escolas que segregam as sexualidades dissidentes, principalmente aqueles que trazem consigo marcas expressivas de sua orientação sexual ou identidade de gênero (BRAGA; MACHADO; OLIVEIRA, 2018; PRADO; VALÉRIO, 2018; SOUSA, 2016). Em Jesus (2012),

---

<sup>1</sup> Selson Garutti e Andressa Lopes das Neves, em *Bullying* homofóbico: uma discussão sobre a discriminação sexual escolar (2015), explicam o seu entendimento sobre a ideia de “estigma anti-homossexual”, que parafraseamos: O conceito pode ser entendido como estereótipos utilizados para diminuir ou segregar a comunidade LGBT+ (GARUTTI; NEVES, 2015).

encontram-se conceitos sociais sobre os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” que causam confusões terminológicas na sociedade. A doutora em psicologia social resumiu a “orientação sexual” como “atração afetivo-sexual por alguém” (JESUS, 2012, p. 15). É necessário fazer entender aos leitores, estudiosos e pesquisadores que se trata de termos diferentes, cujas baralhadas também faz parte do próprio meio LGBTQ+.

A “identidade de gênero”, como bem afirma Jesus (2012, p. 14):

Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

Ainda com relação à escola, espaço de formação, desenvolvimento da pesquisa e inclusão, sem dúvida, essa tornou-se em um espaço de sofrimento e desistência para lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, simpatizantes e *queer*, pois o *bullying* homofóbico, disfarçado na condição de risos, exclusão e violência letal, provoca medo, insegurança e abandono (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; SOUSA, 2016). As sexualidades dissidentes por encontrarem resistência de colegas, professores, gestores e funcionários – acabam que virando dados estáticos para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), na condição de evadidos do espaço escolar, uma vez que não existe um estudo preciso para tal diagnóstico (MARTINS *et al.*, 2019; SOUSA, 2016). Dessa forma, “a discriminação na escola que atinge aos homossexuais torna-se ainda maior quando as vítimas são as travestis e os transexuais” (SOUSA, 2016, p. 34).

Este artigo tem como objetivo a reflexão sobre os enfrentamentos provocados pelo *bullying* homofóbico no contexto escolar e, para isso, analisou a sexualidade sob um ponto de vista narrativo, investigando-se, assim, a sexualidade no campo da literatura médica, religiosa e política, no sentido de promover a inclusão de LGBTQ+ no processo ensino-aprendizagem.

Essa intenção é justificável, pois o fenômeno conhecido como *bullying* homofóbico é provocado por causa de uma visão antiLGBT, provavelmente alicerçada em uma visão de sexo somente para procriação, reiterando o ocultamento de discussões na escola sobre as sexualidades minoritárias (FRANÇA, 2011).

O artigo se organiza nas seguintes partes: na seção seguinte, apresentamos a metodologia da pesquisa; na terceira seção, contemplamos algumas reflexões sobre a história da sexualidade; em seguida, tematizamos sobre as sexualidades dissidentes na escola, quando passa a ser

questionada a discriminação e evasão escolar; na sequência, questionamos como falar do *bullying* homofóbico dentro do ambiente escolar como estratégia para novas formas de enfrentamento; por fim, expomos as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

### **Metodologia**

A metodologia, portanto, baseia-se em uma pesquisa de natureza bibliográfica, no formato de revisão de literatura ou revisão narrativa, efetuando uma inventariação de documentos registrados em diversas bases de dados com intervalo de tempo entre 1988 e 2019. Fez-se um rastreio do material utilizando-se os conceitos-chave *bullying* homofóbico e homofobia. Ao todo, foram escolhidos 56 títulos.

Julga-se importante pesquisar sobre esse tema, pois a escola não pode ser equânime (BRAGA; MACHADO; OLIVEIRA, 2018). Por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, o estudo baseou-se nos seguintes autores: Fernandes (2012), França (2011), Garutti e Neves (2015), Jesus (2012), Nascimento e Cruz (2018), além de outros que discutem sobre o tema estudado.

Para levarmos a contento o estudo, faz-se necessário entender que a pesquisa bibliográfica busca investigar um assunto a partir de produções já existentes (SEVERINO, 2007).

Convém inteirarmos que este trabalho é de caráter introdutório. Portanto, sua finalidade é poder contribuir com o fim da evasão escolar de discentes LGBT+ em escolas públicas e privadas do Estado brasileiro, considerando a escola como espaço de inclusão.

### **Algumas reflexões sobre a história da sexualidade**

A discriminação relacionada à orientação sexual e identidade de gênero se tornou mais incisiva no século atual, pois até o começo do século XVII, onde e quando a sociedade não tinha acesso ao conhecimento globalizado, o sexo discordante não foi rotulado, hoje, infelizmente, o sexo enquanto prática sexual LGBT+ tornou-se objeto de repugnância principalmente na visão de conservadores e religiosos de base abraâmica – judaísmo, islamismo e catolicismo (FRANÇA, 2011; OLIVEIRA; ADI, 2018; SILVA, 2018). A prática sexual entre duas pessoas do mesmo sexo ainda tem causado estranheza na contemporaneidade, pois os discursos de ódio contribuem para a não compreensão das sexualidades minoritárias (SILVA, 2018). O problema não está no exercício da prática sexual, mas, sobretudo, na maneira como os anti-homossexuais caracterizam

o sexo entre pessoas do mesmo sexo, por certo, como algo errado, pecaminoso e doentio (PEIXOTO, 2018; SILVA, 2018).

A literatura aponta que, até o século XVII, não existia nenhuma punição para o “tribadismo (homossexualidade feminina)” e “sodomitas” (FOUCAULT, 1988; FRANÇA, 2011; PEIXOTO, 2018). Segundo França,

[...] o ato sexual na antiguidade associava-se ao positivo e ao prazer. Na Grécia, por exemplo, o saber sobre o sexo ligava-se a uma pedagogia e o sexo servia como base para as iniciações do conhecimento – incluindo as práticas homossexuais, que eram consideradas como uma espécie de aprendizado sistematizado (FRANÇA, 2011, p. 34).

Com o advento do catolicismo, deu-se origem ao preconceito anti-homossexual. As sexualidades minoritárias foram hostilizadas, em outras palavras, os LGBT+ foram considerados uma ameaça para a propagação da espécie humana (SILVA, 2018). Ao falar da origem do preconceito que se instalou sobre as práticas sexuais de LGBT+ no Brasil, é bom lembrar-se que toda a sociedade foi penalizada com o rigor católico do início do século XVII, inclusive os heterossexuais (FRANÇA, 2011; PEIXOTO, 2018).

[...] com o advento das grandes religiões, [...] criaram-se novas regras e padrões, introduzindo grandes mudanças no comportamento social, como, por exemplo, a imposição da abstinência rigorosa, castidade permanente e virgindade (FRANÇA, 2011, p. 34).

A citação acima é fundamental para afirmarmos que até os heterossexuais foram penalizados com a nova transição social do início do século XVII (FRANÇA, 2011). Na época, não foi deixado claro se a virgindade era uma regra pré-nupcial imposta pela Igreja Católica para homens e mulheres, entretanto, qualquer desvio sexual era motivo de condenação, principalmente na vida pós-morte (FRANÇA, 2011; PEIXOTO, 2018). O sexo como fonte de desejo e prazer foi associado a demonizações (FRANÇA, 2011; PEIXOTO, 2018; VIEIRA, 2004). Além disso, a medicina buscou agregar rótulos para as práticas sexuais entre os sujeitos LGBT+, de modo que as sexualidades incongruentes foram profusamente questionadas nesse período (PEIXOTO, 2018). Reforçando essa ideia, observa-se que:

[...] a sexualidade passa a ser regulada pelas normas preestabelecidas da burguesia e da Igreja, e o que foge à norma, à regra, é silenciado. A homossexualidade e a sexualidade das crianças são exemplos deste silenciamento; [...] (FRANÇA, 2011, p. 35).

No início do século XVII, o catolicismo também se esforçou ao máximo para controlar a sexualidade da população. O autoerotismo e a prática sexual sem fins reprodutivos transformaram-se em uma situação de vergonha, temor e perigo para a saúde dos desavergonhados. A literatura médica, sobretudo a do século XIX associou a homossexualidade e a masturbação ao calendário das doenças psiquiátricas (FARIAS, 2010; FRANÇA, 2011). O aparecimento do termo “orientação sexual” só ocorreu na década de 1970.

[...] o reconhecimento da homossexualidade como orientação sexual somente ocorreu na década de 70, auxiliada pelo Movimento de Liberação Gay, que se iniciou de forma mais organizada após uma batida policial em um bar gay em Nova York, em 28 de junho de 1969 [...] (FARIAS, 2010, p. 107).

No Brasil, o movimento LGBTQ+ surgiu em 1978<sup>2</sup> na segunda maior metrópole da América Latina, São Paulo, ou como é mais conhecida no mercado financeiro contemporâneo, “Grande São Paulo” (QUEIROZ, 2018; REIS, 2012). De modo que, quando pensamos em uma demarcação do tempo, o movimento LGBTQ+ foi ganhando força a partir do ano de 1978 no Estado brasileiro (reivindicação dos direitos civis através do Grupo Somos), porém o movimento enquanto grupo social de LGBTQ+ já existia na capital mineira desde o ano de 1950<sup>3</sup> (QUEIROZ, 2018).

O controle do sexo pela Igreja Católica também estabeleceu regras rígidas para os que caíssem no vício da masturbação, tendo como castigo uma contrição de abster-se por vinte dias à base de pão e água (FRANÇA, 2011; OLIVEIRA, 2016). O domínio que a Igreja Católica (a partir do início do século XVII) e a Psiquiatria (século XIX) exerciam sobre o povo, logo contribuiu para o que hoje denominamos na literatura de homofobia e transfobia, pois o radicalismo conservador de alguns líderes religiosos e psiquiatras faz favorecer o preconceito contra LGBTQ+. A partir dessa tematização, pode-se dizer que

[...] a homofobia agrega em sua expressão sentimentos de repulsa ou hostilidade a indivíduos que possuem desejo por pessoas do mesmo sexo (ou, ao menos, apresentam esta possibilidade). Além disso [...] a homofobia pressupõe a afirmação de uma ordem sexual fundada em uma hierarquia entre as sexualidades que justifica o ‘tratamento diferenciado’ de lésbicas e gays no

---

<sup>2</sup> É pertinente deixar claro, aqui, que “Tornou-se habitual dizer que o movimento LGBTQIA surgiu formalmente em 1978 (então nomeado apenas Movimento Homossexual Brasileiro – MHB) com a fundação do grupo Somos em São Paulo” (QUEIROZ, 2018, p. 63). Por isso, Queiroz (2018, p. 63) recomenda a leitura de João Silvério Trevisan (2018), James Green (2000), Júlio Assis Simões e Regina Facchini (2008) e Carlos Figari (2007).

<sup>3</sup> “O primeiro traço de protoativismo se caracteriza pela constituição de uma rede de sociabilidade aparentemente difusa com a finalidade de formar uma associação. O primeiro sinal disso se manifestou em algumas reportagens divulgadas em quatro jornais de maior circulação da capital mineira no final de janeiro de 1959” (QUEIROZ, 2018, p. 65).

acesso aos direitos aos quais têm acesso pessoas heterossexuais (BORRILLO, 2001 apud FERNANDES, 2012, p. 99-100).

É difícil enumerar, portanto, a quantidade de regras para o controle dos impulsos sexuais impostos pela Igreja Católica e Psiquiatria durante esse período – início do século XVII e meados do século XIX. Os religiosos católicos aconselhavam até os cônjuges (zelosos aos votos do matrimônio) ao banimento da transa em dias sacrossantos, e da quarta-feira de cinzas até o domingo de páscoa, de modo a ojerizar que o ato sexual só deveria ocorrer com a finalidade de reprodução (FRANÇA, 2011). É importante ressaltar que somente o Islã, conseguia enxergar as práticas dissidentes com naturalidade durante esse período (OLIVA, 2014).

Ratificando a necessidade de controle dos corpos pela Igreja Católica (início do século XVII), também nos cabe refletir,

O adultério também era punido violentamente pela Igreja Católica na sociedade ocidental, contudo as mulheres eram mais punidas que os homens, podendo até ser excomungadas da Igreja. Outro ponto atacado pelas normas e dogmas católicos volta-se para os contraceptivos e o aborto, considerados crimes. Quanto à homossexualidade, a Igreja a cobriu com o manto do pecado, da degradação humana, do bestialismo, a ponto de executar na fogueira homens condenados por atos homossexuais; a lei bizantina, considerando a homossexualidade como um pecado maior que o adultério, impõe a punição da pena de morte para os homossexuais (FRANÇA, 2011, p. 36).

Ao olhar para esse passado, é possível afirmarmos que os sujeitos homossexuais do sexo masculino foram os mais perseguidos nessa época<sup>4</sup> (MARTINS *et al.*, 2019). Essa intolerância fez nascer o preconceito hiperbólico contra os *gays*. Através de discursos conservadores que condenam tais sexualidades, multiplicam-se os casos de homofobia na atualidade (CAVALCANTE, 2014; OLIVEIRA; ADI, 2018). Entretanto, o que pode ser natural, correto, saudável para um determinado grupo social, muitas vezes, não pode ser aplicado a todos os sujeitos, pois somos seres heterogêneos (ROSA, 2016).

Convém apontarmos que, juntas, Igreja Católica (séculos XVII, XVIII, XIX e início do século XX), Psiquiatria (século XIX), Direito e Política, chegaram a considerar os sujeitos

---

<sup>4</sup> Os documentos brasileiros dão conta somente de um único caso de penalização feminina. “Pouco se sabe dessa história, os dados oficiais são quase inexistentes, porém, o fato é que Filipa foi cruelmente açoitada em praça pública e depois condenada ao degredo perpétuo do país. Os crimes confessados por ela foi o de ter seduzido, mandado cartas de amor e mantido relações sexuais ‘ajuntado seus vasos naturais dianteiros’ com algumas mulheres, sendo que uma destas foi sua denunciante” (PEIXOTO, 2018, p. 15).

homossexuais como seres invertidos e patologicamente<sup>5</sup> doentes (CECCARELLI; FRANCO, 2010; PEIXOTO, 2018).

Sabe-se que a homossexualidade e suas práticas acompanham a evolução humana e suas transformações sociais, onde a violência física e psicológica vão de encontro (GARUTTI; NEVES, 2015; JUNQUEIRA *et al.*, 2009). Trazendo essa discussão para o campo da inclusão, podemos dizer que a orientação sexual não é uma escolha (FIGUEIRÓ, 2009; GARUTTI; NEVES, 2015).

Se assumir *gay*, lésbica, bissexual, travesti, transexual ou *queer* não é uma alteração da saúde física ou psicológica, um desvio, tampouco, uma ação de demônios, e a escola precisa estar preparada para lidar com isso, pois o currículo escolar precisa dar conta de todas as sexualidades (JUNQUEIRA *et al.*, 2009).

Considerando que o movimento LGBTQ+ tenha tido avanços no campo das políticas públicas no Estado brasileiro, a situação não se repete em todos os países, já que cerca de 23% das pessoas LGBTQ+ sofrem com a criminalização. É importante, ainda, salientar que, no ano de 2009, o Burundi, um pequeno país da África, criminalizou as práticas homossexuais em seu território (BARIFOUSE, 2019; CORRÊA, 2009).

A maior parte das perseguições contra LGBTQ+ encontram-se presentes na África, seguida da Ásia, das Américas e da Oceania<sup>6</sup>. Os homens são os mais perseguidos, porém, essa não é a questão mais inclemente, pois em países como: Irã, Arábia Saudita, Iêmen, Nigéria, Sudão e Somália, o castigo geralmente aplicado contra LGBTQ+ é a pena de morte (BARIFOUSE, 2019).

As escolas brasileiras precisam estimular o estudo da história da sexualidade humana e incluir assuntos LGBTQ+, pois a discriminação em vigor na sociedade brasileira desde o início do século XVII tem contribuído para a evasão escolar<sup>7</sup> de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e *queer*.

---

<sup>5</sup> “Políticos, artistas, líderes religiosos, ou seja, pessoas formadoras de opinião, por meio da mídia provocam discursos tão ofensivos que não seria anacrônico localizá-los em tempos mais remotos. A associação da homossexualidade à patologia, disfunção psíquica, hormonal, fisiológica, doenças congênitas ou até mesmo como crime, foi amplamente problematizada até o início do século XX” (PEIXOTO, 2018, p. 10).

<sup>6</sup> Sobre esses indicativos, recomendamos a leitura da matéria jornalística de Rafael Barifouse (2019). Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47646217>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

<sup>7</sup> “No caso da evasão escolar de sujeitos dissidentes, é preciso compreender alguns dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A pesquisa foi feita entre os meses de abril e maio do ano de 2002, em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, cujo público-alvo era 5 mil professores. Esta pesquisa revelou que para 59,7% dos entrevistados é inadmissível a prática de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo; destacou-se

### Sexualidades dissidentes na escola, discriminação e evasão escolar

A evasão escolar deve ser uma luta diária, mas quando se trata da população LGBT+ ainda faltam esforços dos órgãos responsáveis pela permanência desses jovens ou adultos em fase escolar. Estudos feitos dentro e fora do espaço escolar comprovam que nada menos que 40,4% dos jovens LGBT+ (variação de idade entre 15 e 18 anos) e 31,3% (com idade entre 19 e 21 anos) já enfrentaram a homofobia no espaço escolar (CARRARA *et al.*, 2006). Nesses casos, a homofobia se torna um agravante para o abandono do processo ensino-aprendizagem de estudantes LGBT+ (CRUZ; SANTOS, 2016; DINIS, 2011; MELLO *et al.*, 2012). A partir disso, consideramos importante aprofundar a compreensão do termo homofobia, entendendo que:

A homofobia é um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado, mas ela pode também assumir formas mais brutais, chegando até a vontade de extermínio, como foi o caso na Alemanha Nazista (BORRILLO, 2010, p. 16).

No que diz respeito a homofobia, esta, muitas vezes, é aprovada e reproduzida na escola pelos pares (estudantes, professores, coordenadores, gestores), fazendo surgir um ser invisível no meio acadêmico. Ela também se desenvolve sob uma perspectiva de autoridade de sujeitos heterossexuais sobre as sexualidades consideradas inferiores. É como se a homossexualidade, bissexualidade, transvestilidade e transexualidade fossem uma doença transmissível capaz de conceber novos insalubres, por isso, o ambiente escolar cria uma reação em expor empatia para com LGBT+ (BRASIL, 2007; GARUTTI; NEVES, 2015).

Segundo Oliveira e Adi (2018, p. 489), “as hierarquias de gênero e sexuais pautam-se, assim, por um entendimento de que os sujeitos masculinos, heterossexuais, brancos, ocidentais e cristãos são vistos como a norma e o padrão”. Nesse sentido, a escola, compreendida como espaço de inclusão, não pode se tornar em um lugar de silêncio ou de aceitabilidade da violência praticada contra LGBT+.

A homofobia e a transfobia é uma situação factual dentro das escolas brasileiras (NASCIMENTO; CRUZ, 2018), por isso, cabe às escolas favorecer o discurso que proporcione visibilidade ao movimento LGBT+, dialogando com brandura para que todos os indivíduos (alunos e seus pares) possam se relacionar em harmonia consigo mesmos e com os demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Na contemporaneidade para manter-se igualitário

---

também que 21,2% dos professores não gostariam de ter um(a) vizinho(a) homossexual” (MARTINS *et al.*, 2019, p. 458-459).

em qualquer universo múltiplo, é necessário aceitar que vivemos rodeados por múltiplas culturas e diversidades de toda a espécie (DINIS, 2011; PEREIRA; BAHIA, 2011).

Essa ignorância sobre o tema, assim como a presunção assumida por professoras(es) de que a escola só deva discutir assuntos universais, sendo somente a norma da heterossexualidade concebida como natural e universal, exclui a sexualidade de estudantes LGBTTs<sup>8</sup> e faz com que a diversidade sexual e de gênero seja um tema excluído do currículo, mesmo das aulas de Educação Sexual (DINIS, 2011, p. 47).

O embaraço em falar das sexualidades<sup>9</sup> em sala de aula é um bloqueio que se faz presente até mesmo em aulas das disciplinas de ciências ou biologia, por isso, essa situação conflitante tem alcançado até os sujeitos heterossexuais, já que é comum que se associe o prazer sexual a um comportamento sombrio (DINIS, 2011; SILVA, 2018). A partir dessa compreensão, a escola precisa incluir em seu currículo uma discussão que inclua todas as sexualidades (BRASIL, 2007; GARUTTI; NEVES, 2015; MARTINS *et al.*, 2019).

O ambiente escolar precisa buscar estratégias de enfrentamento no combate à homofobia e transfobia, pois, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “somos todos iguais” (BRASIL, 2012). Porém, os números da violência praticada contra LGBT+ só têm aumentado nos últimos tempos, tanto dentro como fora do espaço escolar (SOUZA *et al.*, 2018).

Como afirmam os autores Michels e Mott (2018, p. 1), “a cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais”. Sob tal ótica, os prevaletentes são: “os gays, em termos absolutos, [...], com 60% de óbitos, seguidos por 31% lésbicas, 6% de trans e 3% de bissexuais” (MICHELS; MOTT, 2018, p. 11). O Nordeste figura como a pior região brasileira para que LGBT+ mantenham-se vivos (SOUSA, 2016).

Além disso, nos sistemas educativos, o despreparo é grande, ou como disse Sousa (2016, p. 35):

Em geral, professores costumam se dirigir aos alunos, em suas aulas, como se todos fossem heterossexuais, ignorando a presença de um possível gay ou

---

<sup>8</sup> Importante destacarmos que, embora a citação acima mencione o acrônimo “LGBTTs”, a sigla pode sofrer variações dentro do próprio movimento social. As variações ocorridas podem se estender também à dinâmica internacional (JESUS, 2012).

<sup>9</sup> “Utilizamos o termo ‘sexualidades’ por entendermos que não existe um jeito único ou correto de demonstrar a afetividade em público ou no privado” (MARTINS *et al.*, 2019, p. 447).

lésbica, ou mesmo, de um bissexual, quando percebem, encaminham para o psicólogo, acreditando tratar-se de doença que precisa ser curada.

Ao olharmos para essa afirmação, é possível enxergarmos uma formação deficitária ou que não consiga dar conta das minorias sexuais presentes nas escolas brasileiras.

A homofobia/transfobia se apresentam de diversas formas na sociedade contemporânea, porém, no cenário educacional, ela encontra eco no silêncio dos profissionais docentes frente aos insultos contra LGBT+ (BRASIL, 2004; SOUSA, 2016).

Considerando a temática deste estudo, que aborda a violência homofóbica praticada contra sujeitos LGBT+, e observando que a formação de professores ainda não consegue garantir uma discussão para além da heteronormatividade, é necessário apontarmos que é preciso urgentemente, inserir, no currículo formativo dos docentes uma discussão que trate da orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2007; DINIS, 2011; GARCIA, 2009).

Isto posto, concordamos que não se deve exigir dos professores que ignorem suas crenças, e dediquem-se a uma nova causa educacional, convertendo-se em profissionais liberais ou vanguardistas. Assim como não devota converter os discentes para que vivam valores de outras classes ou sujeitos. A pretensão é que se construa um diálogo baseado no respeito entre todos os sujeitos presentes no espaço escolar (JUNQUEIRA *et al.*, 2009).

Ainda ao abordarmos a violência homofóbica no espaço escolar, é pertinente ressaltarmos que, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (2014) e da Base Nacional Comum Curricular (2017), os discursos dos políticos de direita (a chamada base conservadora) resolveu intensificar o discurso de ódio sobre o estudo de gênero e sexualidade no universo escolar (SILVA, 2018).

Para essa base conservadora, o estudo de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras fere o direito de ser heterossexual, pois na visão dessa mesma bancada, o estudo poderá aniquilar a família tradicional brasileira. Todavia, tem-se percebido que o público LGBT+ ganhou destaque no cenário político-social, posto que, além dos protestos desfavoráveis à causa, também há um crescente aumento de politização dos grupos. Hoje, o cerne da questão LGBT+ no cenário político, educacional e até internacional tem recebido o apoio de veículos de comunicação e educação, pois se entende que o “viés biológico” somente não pode ser critério de classificação da orientação sexual ou identidade de gênero de uma sociedade plural (LAQUEUR, 2001; SILVA, 2018).

[...] não se trata de abordar gays, lésbicas e travestis como ‘coitadinhos’ que necessitam apenas de proteção, mas como sujeitos que trazem uma discussão importante para todos, inclusive os heterossexuais, sobre o respeito à sexualidade e à diversidade sexual. Ou seja, as atividades educativas planejadas devem considerar que os rapazes heterossexuais têm muito a aprender sobre sua heterossexualidade no convívio e por meio da discussão com os rapazes homossexuais, e vice-versa (JUNQUEIRA *et al.*, 2009, p. 135).

Aos *gays*, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros, as escolas negam sua existência (PRADO; VALÉRIO, 2018; SOUSA, 2016). O conteúdo sexual é direcionado apenas para heterossexuais (OLIVEIRA; ADI, 2018), exceto algumas poucas instituições que já se abriram para o universo das diferentes sexualidades. Além disso, o espaço escolar é público e não está sujeito a uma religião. Sendo assim, nenhuma interferência de culto pode fazer parte da atmosfera educacional (JUNQUEIRA *et al.*, 2009).

Desta forma, é relevante dizermos que precisamos avançar no processo de aceitação, visibilidade e inclusão de LGBT+ dentro da instituição escola, pois como país laico e democrático, o Estado brasileiro tem segregado *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. O armário<sup>10</sup> ainda parece ser o único lugar confortável para muitos LGBT+ (FRANÇA, 2011; SOUSA, 2016).

Ainda no que se refere ao ambiente educacional, é necessário que haja uma reflexão permanente, pois:

[...] nada deve ser feito ‘por baixo dos panos’, como se os assuntos que dizem respeito à vida sexual dos alunos fossem proibidos de ser discutidos. Há uma farta legislação nos níveis federal e estadual, inclusive no âmbito dos municípios, apoiando as iniciativas que visem discutir temas de sexualidade nas escolas (JUNQUEIRA *et al.*, 2009, p. 136).

Ademais, precisamos conviver ainda com a violência homofóbica e transfóbica, pois nosso país se apresenta no topo da lista, como nação mais perigosa para um LGBT+ (PEIXOTO, 2018; SOUSA, 2016). Trata-se, porém, de uma narrativa pungente e preocupante, haja vista que precisamos pensar na escola, como sendo lugar de acolhimento, enfrentamento das violências, e sobretudo, que seu currículo não seja pautado apenas no heterossexismo.

**Como falar do *bullying* homofóbico dentro do ambiente escolar? Arranjando novas formas de enfrentamento**

---

<sup>10</sup> A expressão “O armário” é uma metáfora. Vê-se, assim, “O armário” como um aparato de regularização na vida de LGBT+ (SEDWICK, 2007).

As inúmeras narrativas produzidas sobre as sexualidades LGBTQ+ dão conta que a compleição humana vem oscilando entre uma corpulência muitas vezes ignóbil ou intolerável (MENDONÇA, 2010). A cultura prevalecente do heterossexismo faz surgir o que se denomina por *bullying* homofóbico (MENDONÇA, 2010; SOUZA *et al.*, 2018). Nessa direção, entende-se por *bullying*<sup>11</sup> nos espaços de ensino, toda e qualquer agressividade sofrida pelos alunos (DINIS, 2011; GARUTTI; NEVES, 2015; TORO; NEVES; REZENDE, 2010). Acredita-se que os primeiros conhecimentos compilados sobre *bullying* seja de responsabilidade de Dan Olweus, norueguês, em 1970 (DINIS, 2011), e compreende-se por *bullying* homofóbico a ferocidade exercida sobre o público LGBTQ+ (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; DINIS, 2011).

Cabe apontarmos que o *bullying* homofóbico acontece com regularidade nas escolas brasileiras, mas pouco se sabe sobre os números oficiais, pois as vítimas são pessoas invisibilizadas nos mais variados espaços sociais (SOUZA; ALMEIDA, 2011; TORO; NEVES; REZENDE, 2010). Sendo assim, muitas são as consequências germinadas através dessa prática, a destacarmos o próprio conflito interno enfrentado e vivenciado pela(s) vítima(s) LGBTQ+; a evasiva de sala de aula; tentativas ou cometimentos de suicídios (DINIS, 2011; NATARELLI; BRAGA; SILVA, 2015; SOUZA; ALMEIDA, 2011).

Mas a situação de estudantes gays e lésbicas que tentam esconder sua orientação sexual também não é mais fácil já que o silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade é também uma forma de violência (DINIS, 2011, p. 43).

Diante do exposto, e trilhando com foco na violência aqui denominada por *bullying* homofóbico, não podemos deixar de afirmar que o silenciamento dos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, por sua vez, corrobora para o aumento da violência contra LGBTQ+. Registre-se, também, que o silêncio pode caracterizar-se como respeito somente ao heterossexismo (DINIS, 2011; NASCIMENTO; CRUZ, 2018).

O *bullying* homofóbico pode se manifestar de diversos modos, são eles: sujeição, ofensa, mentira, repressão, desvalorização, coação, eliminação (do grupo de pertencimento; do meio social; das rodas de aprendizagem), desbocando nas agressões (psicológicas representadas nas

---

<sup>11</sup> A expressão *bullying* não é uma nomenclatura utilizada em nível mundial (FANTE, 2005; OLIBONI, 2013; TORO; NEVES; REZENDE, 2010). “Na Noruega e Dinamarca, [o *bullying*] é conhecido como *mobbing*, que significa tumultuar; na Suécia e Finlândia, emprega-se *mobbing*. Na Itália, foi conceituado como *prepotenza*; na Espanha, *intimidación*; e, no Japão, utiliza-se *yime*” (TORO; NEVES; REZENDE, 2010, p. 124, grifos dos autores).

classificações anteriores e físicas). O *bullying* homofóbico requer atenção, pois não se trata de uma simples brincadeira entre os pares (SILVA, 2017; TORO; NEVES; REZENDE, 2010).

Os profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem precisam atentar-se para os sinais descritos anteriormente, uma vez que a vítima geralmente se sente culpada por não pertencer ao grupo hegemônico, contribuindo, assim, para que o fenômeno do *bullying* homofóbico cresça cada vez mais dentro das escolas (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015).

A situação do *bullying* homofóbico é tão grave que uma pesquisa realizada com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, por Silva (2017), entre setembro de 2002 e outubro do mesmo ano, revelou que entre as vítimas que solicitaram auxílio, apenas 23,7% tiveram sua situação atendida.

Entendemos, também, que nenhum profissional envolvido no processo ensino-aprendizagem deve sentir-se oprimido a falar sobre as diferentes sexualidades. Toda e qualquer discussão deve ser segura, tranquila e transparente. Porém, não se pode aceitar que a violência homofóbica e transfóbica seja permissível dentro das escolas brasileiras. Trata-se de um processo de humanização e respeito com as diferenças (DINIS, 2011; GARUTTI; NEVES, 2015). Em outras palavras, o *bullying* homofóbico não pode existir no meio educacional, pois enxergamos a escola como um lugar democrático, inclusivo, não secular e formativo, por isso,

[...] as formas de expressão da sexualidade e a variedade das práticas sexuais são construções sociais e históricas. [...] outras sexualidades ainda poderão nos levar a questionar tudo o que até agora pensávamos sobre diversidade sexual (TORRES, 2013, p. 9).

Considerando a narrativa anteriormente desenvolvida, apresentaremos algumas propostas embasadas em estudos bibliográficos para que se consiga alcançar o diálogo como proposta de enfrentamento ao *bullying* homofóbico nas escolas: a) respeitar todos os sujeitos independentemente de cor, raça, orientação sexual ou identidade de gênero; b) avaliar os materiais didáticos presentes nas bibliotecas e salas de aulas, para que se evite a cristalização da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero; c) buscar informar-se sempre sobre os verdadeiros números da violência praticada contra todos os sujeitos em processo ensino-aprendizagem, inclusive LGBTQI+; d) desenvolver oficinas específicas sobre a invisibilidade LGBTQI+; e) promover a visibilidade das sexualidades minoritárias; f) não se deixar coagir, mas não permitir que outros sujeitos sejam violentados no espaço de sala de aula; g) trazer as famílias

para o debate (BRASIL, 2004; DINIS, 2011; GARCIA, 2009; JUNQUEIRA *et al.*, 2009; MARTINS *et al.*, 2019).

Com esse entendimento, podemos deduzir que o fenômeno do *bullying* homofóbico logo poderá ser reduzido.

### Considerações finais

Em nossa avaliação o assunto não se encerra aqui, pois está longe de ser esgotado, nos levando a necessidade de reflexão sobre a temática levantada. Por isso enfatizamos que o *bullying* homofóbico originou-se/origina-se de uma cultura anti-homossexual, e por certo, pautada na centralidade religiosa, médica, dentre outras. Sendo assim, o ensino de temas relacionados à sexualidade humana deve fazer parte do currículo do ensino básico e da formação de professores, pois o Estado brasileiro é laico. É preciso que se trabalhem todos os aspectos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero; uma forma de quebrar tabus e despertar no outro, o humanismo, a tolerância e o respeito.

É importante ressaltar, também, que as escolas, sozinhas, não transformarão uma realidade cultural homofóbica e latente em pouco tempo. É fundamental que se tenha um planejamento estratégico para alunos e sociedade ao mesmo tempo, de modo que, com os esclarecimentos em torno das diferentes sexualidades, o assunto não gere mais nenhuma estranheza em qualquer meio social.

Em um país onde, a cada dezenove horas, um LGBTQ+ ou pessoa confundida com LGBTQ+ é assassinado(a) no Brasil (MARTINS *et al.*, 2019), discutir sobre *bullying* homofóbico é imprescindível. Assim, levar para a sala de aula através da transversalidade, assuntos LGBTQ+ que abordem de modo crítico e consciente, contribui para a diminuição do preconceito e reconhecimento de LGBTQ+.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X2015000300011&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X2015000300011&script=sci_abstract&tlng=es)>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BARIFOUSE, Rafael. Um quarto da população mundial vive em países onde o sexo gay é crime, aponta relatório. **BBC News**, São Paulo, s/p, 20 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47646217>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

BRAGA, Laíra Assunção; MACHADO, Thiago Pereira; OLIVEIRA, Luciano. Entre o temor e a resistência: o demônio da boneca e o “viadinho” abusado. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 75-86, maio/out. 2018. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25760>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BRASIL. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, Câmara Nacional de Educação Básica, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC, 2007. (Cadernos Secad 4). Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_div\\_prec.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

CARRARA, Sérgio *et al.* **Política, direitos, violência e homossexualidade**: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CAVALCANTE, Joel Martins. **Por uma escola plural**: a diversidade de gênero e sexual na perspectiva multicultural. 2014. 40 f. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/6674>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

CECCARELLI, Paulo Roberto; FRANCO, Samuel. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 5, p. 119-129, jan/jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2315>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

CORRÊA, Sonia. O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, p. 17-42, 27 nov. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2294>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

CRUZ, Tania Mara; SANTOS, Tiago Zeferino dos. Experiências escolares de estudantes trans. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 115-137, jan/abr. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7041>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, v. 27, n. 39, p. 39-50, jan/abr. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/21410>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, SP: Verus, 2005.

FARIAS, Mariana de Oliveira. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 104-115, 2017. Disponível em:<<http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/431>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: Da luta política LGBT à um campo de governança. **Passages de Paris**, v. 7, p. 97-104, 2012. Disponível em:<[http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7\\_artigo10.pdf](http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7_artigo10.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, Elisete Santana da Cruz. **Saindo do “armário”, quantas portas se abrem/fecham? As sexualidades na escola e na formação docente**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011. Disponível em:<[http://www.obs\\_lgbt.furg.br/index.php/.../teses.html?...saindo-do...portas-se-abrem-fecham](http://www.obs_lgbt.furg.br/index.php/.../teses.html?...saindo-do...portas-se-abrem-fecham)>. Acesso em: 8 jun. 2017.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. *In*: IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 1-15.

GARUTTI, Selson; NEVES, Andressa Lopes das. Bullying homofóbico: uma discussão sobre a discriminação sexual escolar. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 54-66, jan/dez. 2015. Disponível em:<<https://www.uninter.com/web/cadernosuninter/index.php/intersaberes/article/view/137>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

GIUMBELLI, Emerson Alessandro. O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião. **Ciencias sociales y religión**, v. 13, n. 14, p. 119-143, set. 2011. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/187733>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: 2012. p. 24.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009. (Coleção Educação para Todos, v. 32).

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires *et al.* Sexualidades e bullying homofóbico na escola. **Revista Intersaberes**, v. 14, n. 32, p. 445-472, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1594>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MELLO, Luiz *et al.* Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 07, p. 99-

122, 26 nov. 2012. Disponível em:< <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2238>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Beleza pura: a estetização da vida cotidiana como estratégia de resistência para o homossexual masculino. **Revista FAMECOS**, v. 17, n. 2, p. 118-127, maio/ago. 2010. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/7549/>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - 2018**. Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em:< <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; CRUZ, Maria Helena Santana. Gênero, sexualidades e juventudes: regulações e subversões dos corpos no cotidiano escolar. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 3, p. 14-38, jul/set. 2018. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25591>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

NATARELLI, Taison Regis Penariol; BRAGA, Iara Falleiros; SILVA, Marta Angélica Iossi. O impacto da homofobia na saúde de adolescentes homossexuais. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 4, p. 664-670, 2015. Disponível em:< <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/enl35.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

OLIBONI, Samara Pereira. O *bullying* sob o entendimento de adolescentes: reflexões e construções. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2013. p. 28373- 28386.

OLIVA, Thiago Dias. Relativismo cultural e os direitos das minorias sexuais nos países muçulmanos. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 109, p. 657-681, jan/dez. 2014. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/89251>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

OLIVEIRA, Carlos André Nogueira; ADI, Ashjan Sadique. Questões de gênero e sexualidade: implicações na docência. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 479-499, maio/out. 2018. Disponível em:< <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23891>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. Doutrina católica e a população LGBT: gênese do discurso. **Revista de Ciências Humanas ReAGES**, v. 1, n. 1, p. 24-43, jun/dez. 2016. Disponível em:< <http://npu.faculdadeages.com.br/index.php/revistadecienciashumanas/article/view/46>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 7-23, abr. 2018. Disponível em:<<https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28014>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de

aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, n. 39, p. 51-71, jan/abr. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a05>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; VALÉRIO, Juliana Batista Diniz. Dinâmica do preconceito por gênero e sexualidades no cotidiano escolar: os limites da democracia liberal. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 373-401, nov. 2018. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25699>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

QUEIROZ, Luiz Gonzaga Morando. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 4, p. 62-76, out/dez. 2018. Disponível em:<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9190>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

QUIRINO, Glauberto; ROCHA, João Batista Teixeira da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, v. 28, n. 43, p. 205-224, jan/mar. 2012. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/25638>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

REIS, Toni. Avanços e desafios para os direitos humanos das pessoas LGBT. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, 2012. p. 55-68.

ROSA, Cleni Inês da. Educação sexual: para quem. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, p. 9, mar. 2016.

SEFFNER, Fernando. Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar?. **Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n. 2, p. 67-81, maio/ago. 2014. Disponível em:<<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Elder Luan dos Santos. A 'Ideologia de Gênero' no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 269-296, nov. 2018. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27923>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SILVA, Elenice da. **Combate ao bullying por meio de princípios e práticas da justiça restaurativa**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

SOUSA, Karol Jefessom Alves de. As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT. **Revista Clóvis Moura de Humanidades**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 27-44, 2016. Disponível em:<<http://revistacm.uespi.br/revista/index.php/revistaccmuespi/article/view/1/34>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SOUZA, Christiane Pantoja de; ALMEIDA, Léo César Parente de. Bullying em ambiente escolar. **Enciclopédia Biosfera**, v. 7, n. 12, p. 179-190, out. 2011. Disponível em:<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/conbras1/bullying.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SOUZA, Daniel Cerdeira de *et al.* Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 24-39, nov. 2018. Disponível

em:<<https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27919>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

TORO, Giovana Vidotto Roman; NEVES, Anamaria Silva; REZENDE, Paula Cristina Medeiros. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n. 1, 2010. Disponível em:<<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2468>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Série Cadernos da Diversidade).

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética e sexualidade**. São Paulo: Jurídica, 2004.

## Ficção e história em *O Cavaleiro Inexistente*, de Ítalo Calvino

Fiction and history in *The Nonexistent Knight*, by Italo Calvino

**Wemerson Felipe Gomes**

Graduado em História  
Centro Universitário de Belo Horizonte  
wemersonfelipe10@gmail.com

**Mayra Martins Pereira**

Graduanda em Letras  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
maymartinspe@gmail.com

**Recebido em:** 15/03/2020

**Aprovado em:** 14/04/2020

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o romance *O Cavaleiro Inexistente*, de Ítalo Calvino, e propor algumas reflexões em relação aos modos pelos quais determinados discursos históricos podem ser (e, em alguma medida, geralmente são) construídos a partir de bases ficcionais. Nesse sentido, a proposta é articular a cena do jantar de Carlos Magno com os seus paladinos, em especial as discussões sobre verdade e mentira na configuração de uma narrativa oficial sobre os grandes heróis da nação francesa, com o conceito de “modos narrativos de representação”, de Hayden White. Três perspectivas sobre o passado se explicitam nesta cena, i.e., três formas de articular discursivamente determinadas interpretações sobre aquilo que passou: uma construída a partir de uma perspectiva documentada e lógica (Agilulfo); outra a partir de uma ação mais engajada e interessada (Ulivieri et al.); e uma última a partir de um discurso desinteressado, distanciado e mediado por um conjunto de “instâncias legitimadoras”, mas não menos destituído de contradições (Carlos Magno).

**Palavras-chave:** Teoria da História; Ficção; Hayden White.

**Abstract:** This study aims to analyse the novel *The Nonexistent Knight*, by Italo Calvino, and some reflexions are proposed regarding how some historical discourse might (and, to some extent, usually are) built from fictional bases. In this way, the proposal is to combine Charlemagne and his Paladins' dinner scene, specially the discussions about truth and lie in the setting up of an official narrative about french nation's great heroes, with the concept of the “narrative mode of representation”, by Hayden White. Three perspectives about the past are shown in this scene, it means, three different ways to describe certain interpretations about what has passed: one interpretations is built from a substantiated and logical perspective (Agilulfo's perspective); another one is built from a more engaged and interested action (Ulivieri et al.); and the last approach is constructed by an uninterested and distant speech, which is mediated by a set of “legitimizing instances”, but still not free of contradictions (Charlemagne's perspective).

**Keywords:** Historical Theory; Fiction; Hayden White.

## Introdução

Uma freira confinada num convento cumpre a penitência de narrar a bizarra história de Agilulfo Emo Bertrando dos Guildiverni e dos Altri de Corbentraz e Sura, cavaleiro que se distingue pela impecável armadura branca - e pelo fato de não existir. Por defender a virgindade de uma donzela, Agilulfo se tornou paladino de Carlos Magno, posição que exerce com seriedade extrema. Mas aquele feito heróico é posto em dúvida. Para comprová-lo, Agilulfo sai em busca de "uma virgindade perdida quinze anos atrás", e no caminho viverá aventuras engraçadíssimas, dignas de um ótimo romance de cavalaria às avessas. CALVINO, 2014)

O objetivo deste artigo é analisar o romance *O Cavaleiro Inexistente*, de Ítalo Calvino, e propor algumas reflexões em relação aos modos pelos quais determinados discursos históricos podem ser (e, em alguma medida, geralmente são) construídos a partir de bases ficcionais. Na esteira das reflexões propostas por Hayden White (1994), seria possível identificar “os aspectos especificamente literários (ou seja, poéticos e retóricos)” do discurso histórico (WHITE, 1994, p. 25) que, nesse sentido, assumiria uma função determinantemente interpretativa, podendo, assim, mobilizar “numerosas formas, estendendo-se da simples crônica ou lista de fatos até ‘filosofias da história’ altamente abstratas” (WHITE, 1994, p. 25). O traço comum das diversas modalidades de discurso histórico, para Hayden White (1994, p. 25), é o “modo narrativo de representação”; em outras palavras, isso implicaria dizer que não existe História sem narrativa e, no âmbito desta, existem diversos modos ou estratégias discursivas (que dialogam com bases epistemológicas igualmente diversas). A mobilização de uma ou outra estratégia responderá, certamente, a um conjunto bastante heterogêneo de interesses, contingências e vicissitudes.

Para Ivete Walty, (1994, p. 19), importa “saber que todo discurso, seja ele dado como ficcional ou factual [literário ou histórico], não é mais que uma leitura do real” e, nesse sentido, tanto os aspectos propriamente factuais da ficção quanto os aspectos ficcionais da História não invalidam a ficção e seu potencial modelador nem a História e seu status epistemológico como produtora de um discurso objetivo sobre o passado. A ficção, segundo Luiz Costa Lima (2006, p. 21), “é um princípio fundador cuja regra básica é duvidar de si mesmo”, i.e., a ficção tenciona, continuamente, realidade e ficção; o resultado desta tensão é uma multiplicidade de formas de acesso, de compreensão e de interpretação da realidade (tanto a presente quanto a passada).

Tendo em vista essa perspectiva teórica, a proposta é articular a cena do jantar de Carlos Magno com os seus paladinos, em especial as discussões sobre verdade e mentira na configuração de uma narrativa oficial sobre os grandes heróis e as grandes conquistas da nação francesa, com o

conceito de “modos narrativos de representação”, de Hayden White (1994). De modo geral, sugerimos que a perspectiva histórica de Agilulfo, centrada na fidedignidade aos fatos e aos detalhes que sustentam a verdade do acontecido, e a dos paladinos Ulivieri, Orlando e Rinaldo, que insistem que a memória popular sempre aumenta e distorce as glórias (e os fracassos) das ações passadas, materializam, em alguma medida, duas modalidades diversas, mas articuladas, de discursividade histórica: uma mais convencional, baseada na História como a verdade do acontecido; e outra menos austera com a busca da verdade e mais interessada na consolidação de um imaginário social.

Portanto, o que nos interessa pensar aqui é que tanto um discurso histórico (sobre a França, no caso) alicerçado em uma perspectiva mais positiva, através de documentos e de uma cronologia estreita, como aquela consolidada, com menos rigor factual e documental, na memória popular (as vezes distorcida pelo devaneio e pela fantasia), mobilizam, de forma mais ou menos efetiva, elementos discursivos importantes: são modos articulados de narrar a História de um povo, de uma nação, de uma pessoa.

A figura de Carlos Magno assume, nessa lógica, um outro aspecto interessante, visto que rompe, a um só tempo, com o pólo estruturador das duas narrativas; para ele: “as guerras já concluídas foram como foram” (CALVINO, 2014, p. 371). Temos, destarte, três visões sobre o passado, i.e., três formas de articular discursivamente determinadas interpretações sobre aquilo que passou: uma construída a partir de uma perspectiva documentada e lógica (Agilulfo); outra a partir de uma ação mais engajada e interessada (Ulivieri et al.); e uma última a partir de um discurso desinteressado, distanciado e mediado por um conjunto de “instâncias legitimadoras”, mas não menos destituído de contradições (Carlos Magno).

Esses olhares sobre o passado e sobre as formas de concebê-lo indicam não apenas os “modos narrativos de representação” e, conseqüentemente, seus desdobramentos na consolidação de um imaginário sobre determinada nação (uma perspectiva mais ampla, portanto), como também dizem muito sobre o contexto – histórico e filosófico – de escrita da obra (uma perspectiva mais restrita). Discutiremos este aspecto num primeiro momento e, num segundo, aquele outro.

### **Ítalo Calvino e o homem contemporâneo: notas introdutórias**

Nascido em Santiago de Las Vegas (Cuba), criado na Itália por seus pais – um casal de cientistas italianos –, Ítalo Giovanni Calvino Mamei (1923-1985) destacou-se como um dos escritores europeus mais importantes do séc. XX. A grandiosidade de seu trabalho está nas narrativas ficcionais carregadas de alegorização filosófica e, ainda, nas suas reflexões acerca da

literatura. Em 1946, concluiu sua tese de doutorado, no curso de Letras, sobre o romancista e contista britânico Joseph Conrad (1857-1924).

A primeira obra de Calvino, *Il sentiero dei nidi di ragno* (“A trilha dos ninhos de aranha”), publicada em 1947, retrata a vida política italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Sob o ponto de vista de uma criança, o livro apresenta elementos fantásticos – característica que irá marcar as obras do período da década de 50 do século passado e configurar uma produção neorrealista. É dentro dessa narrativa fabular e por diversas vezes política e filosófica, que o autor constrói suas próximas obras: *O visconde partido ao meio* (1951), *O barão nas árvores* (1956) e *O cavaleiro inexistente*<sup>1</sup> (objeto de análise deste trabalho).

Importante lembrar ainda que, nesse mesmo contexto (década de 50), Calvino estava imerso em um trabalho de coleção, organização e transcrição de contos extraídos da cultura popular italiana para a confecção de um livro. Esse contato íntimo com o fantástico serviu apenas para reafirmar a convicção de Calvino na “força da realidade que explode em fantasia” (CALVINO, 2001, p. 78, apud PAIVA, 2015, p. 130), ou seja, no fato de que as fábulas são reais ou, pelo menos, guardam em si conteúdos absolutamente preciosos de realidade. Para Marília Matos (2015, p. 94), “esse timbre, essa estreita relação estabelecida por Ítalo Calvino entre *fiction* e *não-fiction* ou entre ficção e realidade, é o que prevalecesse nos seus escritos, mesmo naqueles mais complexos”.

Além disso, em todas essas obras é possível observar uma busca do indivíduo pela própria identidade, uma tentativa de aprofundar as questões filosóficas do seu tempo, que envolviam, sobretudo, o homem contemporâneo; como esclarece o próprio Calvino na introdução ao *Os nossos Antepassados*: “Gostaria que pudessem ser vista [as histórias que compõem a trilogia] como uma árvore genealógica dos antepassados do homem contemporâneo” (CALVINO, 2014, p. 20).

### ***O Cavaleiro Inexistente* e o sofrimento do mundo: aspectos histórico-filosóficos**

*O Cavaleiro Inexistente* é dessas obras cuja aparente simplicidade estrutural (trama linear, enredo inteligível, personagens bem definidas, linguagem límpida etc.) guarda, entretanto, uma ambiguidade constitutiva: nas entrelinhas de uma história “de todo fantástica” (CALVINO, 2014, p. 9), como aponta Calvino, o que encontramos é uma densidade histórico-filosófica notável, que, sem dúvida alguma, apresenta-se como sintoma de um mundo partido ao meio, mutilado, incompleto; de um mundo que se vê, cada vez mais, encoberto pela sombra de um objeto amado,

---

<sup>1</sup> Estes três pequenos romances, publicados individualmente durante a década de 50, foram reunidos pela Companhia das Letras em uma mesma edição, cujo título é *Os nossos antepassados*, publicada originalmente em 1985.

mas perdido (FREUD, 2013); perdido algo tão fundamental que, embora absolutamente essencial, “não se pode nem mesmo conceber” sua perda (CALVINO, 2014, p. 321). O vazio resultante dessa ausência só mantém alguma forma, alguma aparência, alguma materialidade mesmo que superficial, com muita força de vontade: como se a vontade fosse força suficiente para manter alguma coisa (lembremos como um equívoco derrota a vontade de Agilulfo no final da narrativa). Desse modo, a obra de Calvino toca, a despeito do modo particular de fazê-lo, em questões históricas importantes, como a Guerra Fria e as Guerras Mundiais, e em questões filosóficas determinantes, como dilaceramento do mundo e do sujeito moderno.

É nesse sentido, portanto, que esse Cavaleiro que não existe, essa “armadura que caminha e está vazia por dentro” (CALVINO, 2014, p. 15), deixa antever um protótipo de homem (universal e particular ao mesmo tempo) “que aspira à realização plena, para além das mutilações impostas pela sociedade” (CALVINO, 2014, p. 18). Homem impossível, entretanto. Esse sujeito que falta a si mesmo (lembremos de Bentinho e do jovem Werther) e que busca alguma unidade numa interioridade que só pode se manifestar na exterioridade, às vezes simbólica, do mundo (O Cavaleiro, para manter sua “essência”, “necessitava de alguma ocupação manual” (CALVINO, 2014, p. 321), é simétrico a um mundo que falta a si mesmo e só mantém sua aparente unidade com força de vontade, ou seja, forçando um discurso, se tornado um discurso: de certa forma, é o discurso que mantém a unidade de Agilulfo: ele é, ou tenta ser – para além de toda ausência que o caracteriza –, porque diz ser. No entanto, lembrando um de seus contos, Calvino insiste: “Partido ao meio, mutilado, incompleto, inimigo de si mesmo é o homem contemporâneo” (CALVINO, 2014, p. 10). Segundo Maria Casado Alves (2003, p. 247), “Enquanto alegoria do homem contemporâneo, Agilulfo representa o sujeito que fracassa em se desenvolver como alguém, como ser específico, no sentido mais radical ele não é, ele é não-ser”.

O filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) insiste, numa frase notável, que “a existência precede a essência” (SARTRE, 1987, p. 6). A essência surgiria ou seria criada dentro de seu tempo de existência. Em outras palavras, para Sartre nada do que não é, do que não existe, pode ser. Esta temática, discutida em diversos momentos pelo filósofo existencialista, retrata, de forma pontual, várias das narrativas e das personagens de Calvino e, em especial, as relações destas com o mundo contemporâneo. A respeito desse tema, seria possível insistir que Agilulfo constrói, através de sua armadura branca, reluzente e oca, um ser que anseia em ser reconhecido, que deseja ser nomeado – mas que fracassa em todas essas tentativas. Ao perder o reconhecimento, o Cavaleiro perde consigo o seu nome; deixando de existir, perde a sua essência: “Não vê como essa

couraça perdeu seu candor inumano e se tornou uma vestimenta dentro da qual se faz guerra [...]" (CALVINO, 2014, p. 110).

Como então, seguindo esse raciocínio, justificar a existência de algo que não existe (ou que mantém sua existência tensionando a própria fragmentação)? A pergunta serve não apenas aos homens (sobretudo, mas não necessariamente, os modernos) como também às sociedades humanas no tempo (lembramos, por oportuno, que todas as nações são imaginadas, pura discursividade e construção simbólica (ANDERSON, 2008). O mundo moderno acaba explicitando rupturas fundamentais: do homem consigo mesmo, do homem com o mundo, do mundo com as representações simbólicas que o tornam inteligível. Como existir num mundo que se fragmenta? Como ser num mundo que não é? Essas parecem ser as questões histórico-filosóficas centrais em *Os nossos antepassados*.

Curioso, nesse sentido, notar que o contraponto simbólico de Agilulfo na narrativa é Gurdulu: se Agilulfo é “existência munida de vontade e consciência” (CALVINO, 2014, p. 15); Gurdulu é “existência privada de consciência, ou seja, identificação geral com o mundo” (CALVINO, 2014, p. 15). Entre assumir a própria (e frágil) identidade ou se identificar com a totalidade do mundo o que existe é uma impossibilidade constrangedora: não somos nada, nem além, nem aquém do que nosso mundo nos possibilita ser. Daí o caráter irrisório e burlesco da nomeação de Gurdulu como escudeiro de Agilulfo: “Aqui temos um súdito que existe mas não tem consciência disso e aquele meu paladino que tem consciência de existir mas de fato não existe. Fazem uma bela dupla, é o que lhes digo” (CALVINO, 2014, p. 334).

Essa discussão traduz uma sensibilidade materializada no conceito de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008): por um lado, o discurso nacionalista se constitui através de uma ficção de si mesmo (é a vontade de se constituir como unidade nacional – e a instrumentalização dessa vontade – que mantém a unidade do estado nação; essa unidade, a rigor, não existe no plano material, apenas no simbólico); por outro lado, uma identificação total com o mundo também não é possível. A indecisão entre ser e não ser, existir e não existir estabelece o fluxo dialético que constitui o movimento da vida (e da própria História). Por isso a importância da fixação de uma articulação discursiva: Agilulfo é Agilulfo Emo Bertantino dos Guildiverni e dos Altri de Corbentraz e Sura; ao passo que Gurdulu se perde na indefinição de si mesmo, i.e., na não articulação discursiva de sua própria existência (Gurdulu também era chamado de “Gudi\_Ussuf ou Ben-Va-Ussuf ou Ben-Stambul ou Pestanzul ou Bertinzul ou Martimbon ou Omobon ou

Omobestia ou então Mostrengo do Valão ou Gian Paciasso ou Pier Paciugo” (CALVINO, 2014, p. 388), o que resulta naquela “identificação geral com o mundo”.

Um movimento é tão ficcional quanto o outro, mas a capacidade de articular narrativamente sua própria trajetória fez com que a inexistência material de Agilulfo prevalecesse ante a inexistência simbólica e discursiva de Gurdulu. Num mundo em que a insistência absoluta na ideia de nação levou a tragédias inomináveis (como as guerras mundiais), a negação dessa mesma ideia não constitui um horizonte viável: ser e não ser ou ser mesmo não sendo é uma necessidade que não se resolve numa síntese perfeita.

No entanto, importante notar que mesmo o ato de narrar (tão necessário à constituição do ser) implica, de certa forma, explicitar as contradições entre o real e ficcional, ou seja, entre o ser e o não ser. Nesse sentido, a literatura, como uma forma de articulação crítico-criativa com o mundo que tomamos com real, capta, ao mesmo tempo em que supera, a sensibilidade de um tempo, as tensões de um tempo. Em 1959, quando publicou este pequeno romance, o mundo de Ítalo Calvino, como já destacamos, acabava de sair de uma guerra mundial (que já era a segunda) para entrar em outra (fria, mas igualmente perversa). A crise da narrativa, já vislumbrada por Walter Benjamin (como narrar um mundo “em que nada permanece inalterado, exceto as nuvens” (BENJAMIN, 1994, p. 198) parece acentuar-se neste momento, diz Calvino:

Se começasse a escrever em tom alegre, soava falso; a realidade era muito mais complexa, qualquer estilização acabava se tornando afetada. Se eu visse um tom mais reflexivo e preocupado, tudo se dissolvia no cinzento, no triste, e eu perdia o timbre do que era meu. (CALVINO, 2014, p. 8).

A saída do autor italiano (contrária a de outros escritores que lidaram com a crise do romance, insistindo numa aproximação incisiva com a realidade) foi a fantasia; não qualquer fantasia, mas uma fantasia que guardava em si uma potência: “acabei [com a fantasia] exprimindo não só o sofrimento daquele período particular [Segunda Guerra/ Guerra Fria] como também o impulso para sair dela” (CALVINO, 2014, p. 9). Esse impulso se caracteriza, sobretudo, em “não aceitar passivamente a realidade negativa e ainda logra[r] inserir nela o movimento, a fanfarronice, a crueza, a economia de estilo, o dinamismo imbatível que tinham sido as marcas da literatura de Resistência” (CALVINO, 2014, p. 9). Esse “dinamismo imbatível” entre movimento, fanfarronice e crueza é a chave para a saída de um período marcado por sofrimentos de todo tipo, ou seja, essa modalidade de narrativa desestabiliza os pólos estruturadores da realidade fazendo com que a crueza do mundo apareça no mundo aparentemente deslocado da fantasia: a ficção, como se fosse

um espelho, devolve para a realidade sua face distorcida; mas nessas distorções é possível identificar, de modo brutal, um real mais real que a própria realidade.

Nessa perspectiva, Calvino parece captar – sem, contudo, confundir instâncias diversas (História e Ficção) – as intrincadas relações que se estabelecem entre fato e ficção, entre fantasia e realidade:

O fantástico, ao contrário do que se pode crer, requer mente lúcida, controle da razão sobre a inspiração instintiva ou inconsciente, disciplina estilista; requer que se saiba, ao mesmo tempo, distinguir e mesclar ficção e verdade, brincadeira e sobressalto, fascinação e distanciamento, ou seja, requer que se leia simultaneamente o mundo sob múltiplos níveis e em múltiplas linguagens. (CALVINO, apud MATOS, 2015, p. 89)

Ivete Walty (1994, p. 20), retomando Gilles Deleuze, insiste que a “função do simulacro [da ficção] é subverter a ordem hierárquica de modelo, cópia e simulacro, mostrando que tudo é simulacro, tudo é representação”; diz ainda que “o fato de existir o simulacro nos permite discutir a legitimidade tanto do original quanto da cópia”. Calvino percebe, de forma bastante sensível, essa questão: o original (o mundo em que ele vive) parece tão irreal quanto a ficção que ele constrói; a ficção (e uma de suas formas mais acentuadas: a fantasia) justamente ao voltar-se sobre si mesma e, conseqüentemente, sobre o mundo, desvela a própria ficção do mundo (o nacionalismo é uma das várias ficções que provocaram as tragédias do séc. XX). É como diria Dorothea Lange (1895-1965), fotógrafa estadunidense: “os enquadramentos da fotografia nos revelam os enquadramentos da própria vida”; diríamos: os enquadramentos do mundo ficcional nos revelam os enquadramentos do mundo que chamamos real.

### **Entre Ficção e História: os “modos narrativos de representação”**

A cena a que nos propomos comentar talvez seja das mais importantes para o desenrolar do romance: é no jantar com os paladinos que Agilulfo tem questionada sua primeira ação nobre, aquela que o tornou Cavaleiro: salvar a pureza de uma virgem. Antes desse questionamento, entretanto, os paladinos almoçavam e conversavam sobre a guerra e as nobres ações que nela se verificavam. Curioso, no entanto, notar que a descrição de uma cena tão importante (o rei e seus comensais confraternizando) tenha sido construída de forma tão caricatural, embora não menos verossímil:

Os valetes mal chegam a depositar as bandejas e os paladinos se atiram em cima, pegam com as mãos, despedaçam com os dentes, engorduram as couraças, espirram molho por todos os lados. Há mais confusão que no combate. (CALVINO, 2014, p. 368)

O caráter desordenado da cena estabelece um contraste entre o comportamento dos paladinos e o de Agilulfo, que, mesmo não existindo e, conseqüentemente, não tendo necessidade de se alimentar, assume seu lugar a mesa e porta-se de acordo com as “regras imperiais de etiqueta” e, por conseguinte, “acaba exigindo mais atenção dos servidores ele, que não come, do que todo o resto da mesa” (CALVINO, 2014, p. 368). Num determinado momento da conversa, os paladinos, “como de costume, se vangloriavam” (CALVINO, 2014, p. 369) por suas conquistas e feitos de guerra; um deles, de nome Orlando, comenta:

Devo dizer que a batalha de Aspromonte estava fugindo ao controle, antes que eu batesse em duelo o rei Agolante e lhe tomasse a Durlindana. Era tão ligado a ela que, quando lhe decepei o braço direito, seu punho ficou preso no punho da Durlindana e tive que usar tenazes para retirá-lo. (CALVINO, 2014, p. 369)

Agilulfo, entretanto, questiona:

Não é para desmenti-lo, mas a precisão exigia que a Durlindana fosse entregue nas negociações de armistício cinco dias depois da batalha de Aspromonte. De fato, ela figura numa lista de armas leves cedidas ao exército franco, entre as condições do tratado. (CALVINO, 2014, p. 370)

A discussão gira em torno da espada Durlindana, pertencente ao rei Agolante (figura fictícia muito presente em romances medievais e renascentistas que tratam do período Carolíngio na França). Na narrativa de Orlando, a espada foi conquistada por meio de um duelo, em que ele decepou o braço direito do rei e bradou a espada – ainda com o punho do antigo dono presa a ela – como símbolo da vitória dos franceses. Esse tipo de narrativa se organiza tendo como base uma estrutura discursiva que privilegia certa dimensão dramática: luta, braço decepado etc. Já na perspectiva de Agilulfo, a espada não foi conquistada por estes meios heróicos, mas sim através de um armistício, ou seja, a arma foi cedida como uma das condições do tratado (de paz, provavelmente) estabelecido pelas nações beligerantes. Agilulfo cita, como prova, um documento em que a tal espada aparece junto com outras armas leves cedidas ao exército francês. É razoavelmente fácil perceber que esses dois modos de articular narrativamente um evento passado responde a objetivos e interesses diversos: se, para Orlando, o evento importa pelo que ele significa (a vitória), sendo necessário sustentar a história da forma mais impactante possível; para Agilulfo, o que importa é recuperar a verdade do acontecido, seja ela qual for.

Em seguida, outra história:

Diz Rinaldo:

— De qualquer modo, não há comparação com Fusberta. Passando os Pireneus, aquele dragão que enfrentei, cortei-o em dois com um fendente e vocês sabem que a pele de dragão é mais dura que o diamante.

Agilulfo participa:

— Aí está, vamos tentar pôr as coisas em ordem: a passagem dos Pireneus foi em abril, e em abril, como todos sabem, os dragões mudam de pele, ficando moles e tenros como recém-nascidos. (CALVINO, 2014, p. 370)

O tema agora são dragões. A questão central é a mesma: para Rinaldo, o que importa para fixação dessa guerra no imaginário popular (e de sua participação nela) é certo grau de dramaticidade, logo, então, a ocorrência do duelo contra o dragão (e, especialmente, o reforço de que a “pele do dragão é mais dura que o diamante” (CALVINO, 2014, p. 370)); para Agilulfo, entretanto, é uma pretensa verdade do acontecido que deve ser buscada, agora não mais através de documentos, mas por meio do raciocínio lógico: naquele momento do ano (em Abril) os dragões trocam de pele, “ficando moles e tenros como recém-nascidos” (CALVINO, 2014, p. 370). Agilulfo esvazia, portanto, o conteúdo dramático da cena.

De modo geral, os paladinos parecem tender para a primeira perspectiva, dizem eles: “Sim, sim, naquele dia ou em outro, se não fosse ali seria noutra lugar, em resumo, aconteceu assim, não é o caso de ficar procurando pêlo em ovo...” (CALVINO, 2014, p. 370). Esse “aconteceu assim” inaugura um espaço indeterminado, que uns tentam preencher com provas e documentos (perspectiva caracterizada, pejorativamente, como “procurar pêlo em ovo”) e outros com imaginação.

O narrador, então, passa a caracterizar Agilulfo do ponto de vista dos paladinos:

Aquele Agilulfo que se lembra sempre de tudo, que sabe citar os documentos de cada caso, que, mesmo quando uma façanha era famosa, com uma versão aceita por todos, lembrada de ponta a ponta por quem não participara dela, qual o quê!, queria reduzi-la a um episódio normal de serviço, a ser assinalado no relatório noturno para o comando do regimento. Entre aquilo que se passa na guerra e o que se conta depois, desde que o mundo é mundo, sempre houve certa diferença, mas, numa vida de guerreiro, que certos fatos tenham ocorrido ou não, pouco importa: existe você, sua força, a continuidade de seu modo de comportar-se, para garantir que as coisas não aconteceram exatamente assim, detalhe por detalhe, porém até poderiam ter ocorrido daquele jeito e poderiam ainda ocorrer numa ocasião semelhante. Mas uma pessoa como Agilulfo não tem nada para sustentar as próprias ações, verdadeiras ou falsas que sejam: ou são verbalizadas cotidianamente, inscritas nos registros, ou então é o vazio, a escuridão total. E gostaria de reduzir a isso também os colegas, aquelas esponjas de Bordeaux e de vantagens, de projetos que voltam ao passado sem que nunca tenham existido no presente, de lendas que, após serem atribuídas um pouco a um e um pouco a outro, acabam por encontrar o protagonista que assume todas. (CALVINO, 2014, p. 370-1)

Agilulfo é visto como alguém que quer transformar façanhas famosas (façanhas sabidas e confirmadas por todos, inclusive e sobretudo por aqueles que não participaram delas) em episódios normais de serviço. Ele não aceita que sempre há diferenças entre o que aconteceu e o que dizem sobre o que aconteceu; esquece, sobretudo, que “certos fatos tenham ocorrido ou não, pouco importa” (CALVINO, 2014, p. 370). Interessante notar, ainda nesse ponto, a retomada distorcida da clássica definição de Aristóteles das diferenças entre História e Literatura: o filósofo insistia que a História se interessava sobretudo por eventos particulares do passado, ao passo que a Literatura se identificava com a criação de mundos (ou realidades) possíveis, associada a ideia de necessidade e verossimilhança. No entanto, na narrativa de Calvino essa separação é tensionada: as histórias (pretensamente reais) contadas pelos paladinos “*poderiam ter ocorrido daquele jeito e poderiam ainda ocorrer numa ocasião semelhante*” (CALVINO, 2014, p. 370) [Grifos nossos]. Que sejam falsas ou verdadeiras, pouco importa. Mesmo as lendas poderiam encontrar um protagonista que as assumisse e afirmasse sua veracidade.

Um pouco mais à frente na narrativa, comenta Ulivieri:

Não vejo por que você tem de se preocupar tanto com detalhes, Agilulfo (...) A própria glória das ações tende a ampliar-se na memória popular e isso prova que é glória genuína, fundamento dos títulos e das patentes por nós conquistadas”. (CALVINO, 2014, p. 371)

O que existe aqui é um processo de esvaziamento do status epistemológico da comprovação documental e do raciocínio histórico (ou consciência histórica): como se a busca de documentação probatória ou a articulação narrativa assentada em um encadeamento lógico diminuísse a potência simbólica dessas histórias.

Ainda nesse sentido, valeria a pena insistir na seguinte pergunta: a “glória genuína”, apontada por Ulivieri como “fundamento dos títulos e das patentes” por eles conquistadas, estaria na autenticidade verificada do ocorrido ou em sua articulação puramente discursiva? Para Agilulfo, é clara a predominância do primeiro aspecto (“Mas uma pessoa como Agilulfo não tem nada para sustentar as próprias ações, verdadeiras ou falsas que sejam: ou são verbalizadas cotidianamente, inscritas nos registros, ou então é o vazio, a escuridão total.” (CALVINO, 2014, p. 371)). Para os outros, no entanto, esse “vazio” e essa “escuridão total” é o espaço ideal para a constituição de enredos mais fabulosos, mas suscetíveis, portanto, à memória popular.

De todo modo, quando, no âmbito da história, essas perspectivas se tensionam demasiadamente, uma instância autônoma, legítima e legitimadora é convocada: Carlos Magno.

De vez em quando, alguém chama Carlos Magno como testemunha. Mas o imperador participou de tantas guerras que confunde sempre uma com a outra e nem se lembra bem qual é aquela em que está combatendo agora. Sua tarefa é fazer a guerra e, no máximo, pensar na que virá a seguir; as guerras já concluídas foram como foram; ao que relatam cronistas e contadores de histórias se sabe que é preciso fazer ressalvas; imaginem se o imperador tivesse de ficar atrás de todos para corrigi-los. Só quando explode um problema que repercute na organização militar, na hierarquia, na atribuição de títulos de nobreza, então o rei deve emitir sua opinião. Entenda-se "sua opinião" de forma relativa: ali a vontade de Carlos Magno conta pouco, é preciso considerar os resultados, julgar com base nas provas que se têm e fazer respeitar leis e costumes. Por isso, quando o interpelam, sente um arrepio nas costas, fica nas generalidades e às vezes sai com um: "Sim! Quem sabe! Tempo de guerra, mais mentiras que terra!", e sai pela tangente. (CALVINO, 2014, p. 371)

Carlos Magno reconhece, por um lado, que ao “que relatam cronistas e contadores de histórias [...] é preciso fazer ressalvas” (CALVINO, 2014, p. 371); mas reconhece, igualmente, ser impossível corrigir todos os erros que eventualmente os cronistas (conscientes ou não) cometam em relação aos fatos. Quando esses erros assumem uma importância tal que é preciso que uma resolução se apresente de forma una e legítima, Carlos Magno é o grande mediador. Não obstante, não se trata apenas de emitir uma opinião, “é preciso considerar os resultados, julgar com base nas provas que se têm e fazer respeitar leis e costumes” (CALVINO, 2014, p. 371). Entre os resultados, as provas, as leis e os costumes o que se tem é uma verdadeira “operação historiográfica” (CERTEAU, 1982). Daí que Carlos Magno se esquive dessa tarefa: “Por isso, quando o interpelam, sente um arrepio nas costas, fica nas generalidades e às vezes sai com um: "Sim! Quem sabe! Tempo de guerra, mais mentiras que terra!, e sai pela tangente” (CALVINO, 2014, p. 371).

### **Potência e precariedade do discurso histórico**

No fim da discussão sobre o que existe entre a verdade e a mentira na articulação discursiva de determinados fatos, o narrador comenta:

Á Agilulfo dos Guildiverni, que continua a amassar miolo de pão e a contestar todas as histórias que – embora não relatadas numa versão totalmente exata – são as autênticas glórias do exército franco, Carlos Magno gostaria de atribuir alguma tarefa incômoda (...). (CALVINO, 2014, p. 371)

As histórias, mesmo que não totalmente exatas, “são as autênticas glórias do exército franco” (CALVINO, 2014, p. 371). Para Maria Matos (2015, p. 93), Ítalo Calvino “sente a necessidade de alternar a imaginação realista com a imaginação mítica, ou seja, na sua prosa, realidade e fantasia são dois momentos indivisíveis e dialeticamente complementares”. Nesse sentido, como também sugere Gilles Deleuze (2011, p. 85), “o imaginário e o real devem ser antes

como que duas partes, que se pode justapor ou superpor, de uma mesma trajetória, duas faces que não param de intercambiar-se, espelho móvel”.

Essas histórias e a variedade de seus modos de enunciação caracterizam, portanto, o modo pelo qual determinada nação se imagina, se vê a si mesma e como se apresenta aos outros. Assim, todas essas modalidades discursivas se constituem como “modos narrativos de representação”, ou seja, são formas articuladas de narrar (de forma mais ou menos ficcionalizada; mais ou menos documentada) determinada experiência histórica. Com isso, se por um lado o leitor tende a se aproximar de Agilulfo, reconhecendo a importância de um rigor documental, de uma cronologia estreita e da lógica na constituição dos discursos históricos; por outro, não pode deixar de verificar que a principal “história” de Agilulfo, a mais bem documentada, a origem de todas as outras, foi desmentida e acusada de ser falsa. Mesmo que no final se comprove tratar-se de um equívoco (permanece intacta a “glória” de Agilulfo), esse equívoco determinou o fim da existência do Cavaleiro Inexistente. Nessa lógica, mesmo uma perspectiva histórica mais rigorosa (mesmo um fundamentalismo metodológico) não esvazia o ato de narrar o que passou das suas contradições constitutivas. José Carlos Reis, por exemplo, afirma que o historiador precisa “aceitar a crise, as limitações, a precariedade dos resultados de sua ciência” (REIS, 2010, p. 17).

Por fim, o que valeria a pena destacar, aqui, é um aspecto absolutamente interessante oriundo das discussões sobre História Pública. O que existe nas sociedades humanas no tempo – em função do ser-para-a-morte (HEIDEGGER, 1993) dos homens, que implica a necessidade de se estabelecer minimamente algum motivo e algum sentido para uma existência marcada pela finitude – são variadas formas de se articular passado, presente e futuro. Existem, portanto, diversos “usos políticos do passado”. A Historiografia (história escrita e cientificamente orientada) se estabeleceu como o modelo hegemônico e epistemologicamente reconhecido de uso do passado. Isso não implica, entretanto, que os demais usos do passado (como, por exemplo, aquele que eventualmente a ficção faz) tenham desaparecido ou não tenham valor epistemológico. Como insiste Ivete Walty (1994, p. 21), “a ficção é um discurso tão digno de crédito como qualquer outro já que como qualquer outro ela faz uma leitura do real”; e a História, também como qualquer outro discurso, possui suas limitações: reconhecê-las é um passo fundamental, não para deslegitimar o discurso histórico, mas para fortalecê-lo.

### Considerações finais: História, Ficção e a “operação historiográfica”

Para um historiador como Hayden White, pelo menos de ponto de vista formal, não há diferença entre o discurso histórico e o literário (entre o que diz Agilulfo e o que diz Orlando): ambos se constituem como uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1995, p. 12 apud ALMEIDA, 2016, p. 203), ou seja, não possuem um referente direto na realidade e, assim, não podem reivindicar o status de objetividade das ciências da natureza. O passado, objeto do historiador, passou e, nesse sentido, qualquer tentativa de apreendê-lo será sempre parcial e submetida aos tropos da linguagem. O passado que surge na representação do historiador, por não corresponder ao passado “real”, seria tão imaginado quanto pode ser o discurso ficcional. White, assim, obscurece as fronteiras entre História e Literatura.

Carlo Ginzburg (1989), polemizando com White, insiste, no entanto, que o que diferencia o discurso histórico do literário é menos sua forma do que seu conteúdo; conteúdo entendido como a metodologia (no caso de Ginzburg, o “paradigma indiciário”) ou a “operação historiográfica” que atribui e legitima um status epistemológico ao discurso histórico: do ponto de vista formal, diz Ginzburg (1989, p. 217), não há diferença entre uma frase falsa e uma verdadeira, não obstante, não tomamos a falsa como verdadeira: alguma coisa, no discurso do historiador, o diferencia do discurso literato. Michel de Certeau e, depois dele, Paul Ricoeur, discutem a ideia de uma “operação historiográfica” que, nessa lógica, marcaria a especificidade do discurso histórico. De modo geral, a “operação historiográfica” se constitui em três etapas: a) mobilização de prova documental; b) articulação entre explicação/compreensão; c) elaboração discursiva da hipótese apresentada (REIS, 2010, p. 46). Além disso, Para Certeau, essas três etapas envolvem, também, o “lugar social” do historiador, as “práticas científicas” adotadas por ele e, ainda, a escrita da história (ALMEIDA, 2016, p. 204). Com isso, se a literalidade do discurso do historiador é um fator importante, não é o único – nem o determinante de sua atividade.

Nesse sentido, como aponta Cohen (1998), o passado representado pelo historiador não surge na sua “imaculada integridade” – o que, de certa forma, acaba explicitando a dimensão ficcional da escrita da história; nem, por outro lado, é uma mentira inventada por este – o que explicita a operação realizada pelo historiador ao construir seus enunciados. Assim, Sandra Pesavento diz que Paul Ricoeur, por exemplo, é um dos historiadores que:

[...] admite a ficcionalização da História, presente na capacidade imaginária desta narrativa, de construir uma visão sobre o passado e de se colocar como

substitutiva a ele. A ficção é quase histórica, assim como a História é quase ficção. (PESAVENTO, 2012, p. 31)

As discussões promovidas por Hayden White, e demais autores, desde a década de 70, redirecionaram várias abordagens teóricas sobre a História. Na década de 90, entretanto, quando foi bastante atacado, Hayden White revê várias de suas hipóteses. Todavia, mesmo incorporando várias críticas, o historiador estadunidense continua explicitando o caráter especificamente narrativo da História: “Elas [Os eventos, as pessoas, as estruturas e os processos do passado] se tornam históricas apenas na medida em que são representadas como assunto de um tipo de escrita especificamente histórico”, que o historiador chama de “discurso histórico” – discurso que implica uso daqueles “modos narrativos de representação”.

Entre Agilulfo e Orlando, portanto, a saída é uma compreensão da atividade do historiador que sem cair nos excessos fundamentalistas da metodologia científica da História, também não exclua a centralidade do discurso referenciado, ou seja, da mobilização de prova documental (entendendo “documento” em seu sentido lato). Conforme Pesavento,

(...) a expectativa do historiador – e por certo do leitor de um texto de História – é de encontrar nele algo de verdade sobre o passado. O discurso histórico, portanto, mesmo operando pela verossimilhança e não pela veracidade, produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar. (PESAVENTO, 2012, p. 32)

No entanto, aproveitar a potência narrativa da História, como fez Calvino ao escrever insistentemente contos e romances históricos, filosóficos e fantásticos, é uma atitude absolutamente profícua. É nesse sentido, portanto, que Hayden White vê na condição necessariamente narrativa da História não um empecilho, mas uma potência. Ao historiador, cabe reconhecer essa potência, sobretudo no tempo presente, em que usos teórico-metodológicos menos consistentes do passado tem ganhado destaque na cena pública. Romper com os academicismos e com uma História “disciplinada”, em suma: lidar efetivamente com o “fardo da história”, é uma necessidade – caso o historiador queira, de fato, assumir sua função social.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. **Os limites entre a História e a Ficção**. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography. Ouro Preto, n. 22 de dezembro, 2016, p. 202-213, doi: 10.15848/hh.v0i22.1149.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: \_\_\_\_\_ Magia e Técnica, Arte e Política – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CALVINO, Italo. **Os nossos antepassados: O visconde partido ao meio; O barão nas árvores; O cavaleiro inexistente**; tradução Nilson Moulin. – 1º ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2014.

CASADO ALVES, Maria da Penha. **O Cavaleiro inexistente e o homem sem sombra – ou de quando não se vê a imagem no espelho**. Revista Mirabilia 3. ISSN 1676-5818. Dec 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COHEN, Paul A. **Prólogo: o passado historicamente reconstruído**. História em três tons: os Boxers como evento, experiência e mito. Tradução: Celia Lynn Goodwin. History in Three Keys: the Boxers as event, experience and myth. New York, Columbia University Press, 1998, p. 3-13.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. – São Paulo: Editora 34, 2011 (2º edição).

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Textos: Maria Rita Kehl, Modesto Carone, Urania Tourinho Peres. Tradução, introdução e notas: Marilene Carone São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Ekphrasis e Citação**. In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Volume I e II. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MATOS, Marília. **As intrincadas relações entre realidade e fantasia na obra de Ítalo Calvino**. In. Calvino em Jornadas. Organizadores Bruna Ferraz... [et al]. – Belo Horizonte: Relicário, 2015.

PAIVA, Juliana Zanetti. **Entre o real e o ficcional: o cavaleiro inexistente como alegoria do sujeito moderno**. In. Calvino em Jornadas. Organizadores Bruna Ferraz... [et al]. - Belo Horizonte: Relicário, 2015.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Coleção História &... Reflexões, 5, 3. ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2012.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2010 (coleção FGV de bolso. Série História).

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo; a imaginação; questão de método**. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural. 1987.

WALTY, Ivete. **A literatura de ficção ou a ficção da literatura**. In. PAULINO, Graça; WALTY, Ivete (org.). Teoria da literatura na escola. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994, p.17-28.

WHITE, Hayden. **Teoria literária e escrita da história**. Revista de Estudos Históricos. v. 7, n. 13 (1994).

## Mulheres rés nos sertões oitocentistas: o caso de aborto de Maria Paulina

Defendant women in the 19th century hinterlands: the case of Maria Paulina's abortion

**Iris de Freitas Campos**

Graduanda em Direito

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

iriscammpos@gmail.com

**Recebido em:** 03/02/2020

**Aprovado em:** 26/04/2020

**Resumo:** Este trabalho, sob uma perspectiva histórica e criminal, se propõe a analisar como as mulheres sertanejas oitocentistas se inseriam no judiciário enquanto autoras de delitos. Por ora, toma-se como ponto de partida o caso da ré Maria Raquel da Conceição, acusada de provocar aborto em Maria Paulina no ano de 1879, na Cidade do Príncipe, Estado do Rio Grande do Norte. O presente estudo se propõe à leitura e análise do referido processo criminal em seus aspectos quantitativos e qualitativos. A partir disso, torna-se possível, ao analisar subjetivamente o processo criminal, não só estudar o caso em análise como também traçar um panorama geral. Para tanto, se utilizará como fonte principal processos-crime das comarcas sertanejas da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, entre os anos de 1839 e 1889 – com expresso enfoque no Sumário de Crime da ré Maria Raquel da Conceição, de 1879. Em resultado, percebe-se um judiciário que se pretendia cada vez mais científico. A ré, socialmente vulnerável, é então presumidamente culpada, mas as normativas processuais da época limitam sua condenação. É então percebida a posição de uma mulher ré em um judiciário feito por homens.

**Palavras-chave:** Mulheres; Aborto; Rio Grande do Norte.

**Abstract:** This work, from a historical and criminal perspective, proposals to analyze how 19th-century hinterlands women were inserted in the judiciary as perpetrators of crimes. For now, the case of the defendant Maria Raquel da Conceição, who was accused of causing abortion in Maria Paulina in 1879, in Cidade do Príncipe, state of Rio Grande do Norte, is taken as a starting point. The present study proposals to read and analyze this criminal process in its quantitative and qualitative aspects. From this, it becomes possible, when subjectively analyzing the criminal process, not only to study the case under analysis but also to outline a general panorama. To this end, criminal proceedings in the backlands of Paraíba, Pernambuco and Rio Grande do Norte, between the years 1839 and 1889, will be used as the main source - with an express focus on the Summary of Crime by defendant Maria Raquel da Conceição, from 1879. As a result, we perceive a judiciary that was intended to be increasingly scientific. The defendant, socially vulnerable, is then presumed guilty, but

the procedural rules of the time limit her conviction. It is then perceived the position of a woman defendant in a judiciary made by men.

**Keywords:** Women; Abortion; Rio Grande do Norte.

### Introdução

Sertões, mais que vastos espaços recém conquistados e sobre os quais pouco se sabiam, se caracterizariam por muito tempo discursivamente e na historiografia como extensões territoriais de “domínio incompleto”, que se distanciavam do litoral. Conceituar sertões, portanto, representava um processo alteritário cujo referencial observador era o homem litorâneo. Essa definição costumeira aos homens oitocentistas e perpetuada a *posteriori* pouco se fundamenta em praxes características a todos sertanejos, pois são os sertões um todo contínuo e heterogêneo (MORAES, 2003).

As discursivas de espaços de ausência, por sua vez, contribuíram para a fantasiosa alcunha “terra sem lei”, aonde o sobrepujo da “barbárie” demandaria a imposição administrativa da justiça, que se tornava, no século XIX, uma instância pública para a resolução de conflitos (AMADO, 1995; COSER, 2008). Desse modo, o Estado passa a se expandir aos interiores, instituindo a justiça criminal como uma forma de contenção, moralização e observação social.

Verifica-se então a edição de novas legislações por um Brasil Imperial, que buscava se distanciar cada vez mais das influências lusitanas. Conforme Spinosa (2011), O Código Criminal do Império de 1830 veio a substituir o Livro V das Ordenações Filipinas, bem em 1832, o Código do Processo Criminal cuidaria de confluir atribuições do funcionalismo policial e judiciário. Influenciado por Bentham (1777) e Beccaria (1764), a legislação criminal brasileira oitocentista se voltou para garantias individuais, atenuou formas de punibilidade e recebeu influência humanista, expressando sua natureza filosófica jusracionalista<sup>1</sup> e liberal. Notava-se no período a ideia de proporcionalidade às penas tanto como repressão como quanto prevenção, sem que isso, contudo, compreendesse pessoas escravizadas e povos autóctones.

---

<sup>1</sup> Com ascensão na Europa do século XVII, o jusracionalismo foi uma corrente de pensamento jurídico que se pretendia a ser puramente racional. Se em um primeiro momento propôs a existência de um direito natural criado por Deus; em um segundo, compreendeu a existência de uma lei natural advinda da razão humana.

Desse modo, mulheres escravizadas ou autóctones são esvaziadas de processos criminais oitocentistas, pois deixavam de ser amparadas enquanto sujeito de direitos isonômicos pela legislação da época. Em razão disso, é preciso investigar como as mulheres surgem nas fontes históricas no século XIX, promovendo-se o recorte social próprio do período, e a que estrato social pertenciam as mulheres réis e autoras de processos criminais.

É sabido que as abastadas mulheres sertanejas do século XIX, surgiram nas fontes históricas cantadas em cordéis, em testamentos, inventários (tanto como receptora ou inventariante, muitas vezes tendo como bem inventariado as escravizadas) e livros de memória. As pobres livres, por sua vez, por serem desprovidas de bens e não disporem, em sua maioria, do domínio da escrita, restavam muitas vezes esvaziadas da historiografia moderna, pois carecem de representações documentais que declarem suas subjetividades para além da narrativa oral (FALCI, 1997; GUIMARÃES, 2002):

As pobres livres, lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras - tão conhecidas nas cantigas do nordeste -, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldade em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia-a-dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, pra poder sobreviver, não podemos saber (FALCI, 1997, p.241-242).

Uma fonte usual, contudo, para a percepção da vivência de mulheres pobres livres no século XIX passa a ser os processos criminais, pois segundo Jesus (2011) a procura pela justiça findava por vezes sendo um instrumento de sujeitos pobres livres contra seus iguais, enquanto os senhores com maior influência muitas vezes acabavam resolvendo suas questões no âmbito privativo. Nesse sentido, "(...) o século XIX traz um novo ingrediente para as relações cotidianas: um poder público que avançava, representado por um aparato judiciário que, cada vez mais, participava do dia-a-dia dos atores sociais" (JESUS, 2011, p. 113).

Quanto a isso, as percepções sobre como essas mulheres acessavam o judiciário na condição de réis, contra quem e em que circunstâncias esses crimes eram praticados é uma forma de, humanizando-as, analisá-las em uma perspectiva individual que ultrapassa até mesmo a concepção de violência. Trata-se de um estudo da vida que denota o discurso estatal sobre a vida do outro: a moral, as relações poder, a sociedade; pois é a própria tipificação do crime uma artificialização do social:

Os registros da justiça criminal são os mais ricos e, talvez, mais abundantes meios para se conhecer o cenário social de determinada comunidade; dentro desta gama de documentos, encontramos várias limitações e desafios, obviamente, muitos deles derivados do fenômeno do sub-registro. Até mesmo hoje em dia, estima-se que somente a minoria dos casos seja reportada à polícia. Ainda assim, (...) deve ser abordada na perspectiva crítica segundo a qual, em última instância, não estamos observando a criminalidade e, sim, na melhor das hipóteses, aquilo registrado pela polícia e justiça (SILVA, 2011, p. 1).

No século XIX, a sociabilidade de mulheres violentas muitas vezes está somada à pobreza: mulheres sós, abandonadas e muitas vezes sem trabalhos certos; cujos delitos quando existentes, tratava-se de ofensas físicas, homicídio, infanticídio, aborto; sendo as vítimas geralmente crianças ou outras mulheres. Busca-se, traçado um panorama geral, compreender a construção desses processos criminais de autoria feminina em uma série de estudos sobre o tema. Afinal, quem eram essas mulheres? Preponderava a tese da mulher má ou da vítima cuja feminilidade deve abrandar a pena? O que se esperar de um judiciário que mulheres apenas acessavam na condição de testemunhas, vítimas ou réis?

Em seus estudos, Anica (2005) observou que o judiciário oitocentista luso tinha maior propensão em encarcerar preventivamente mulheres que homens quando os crimes eram contra a ordem e tranquilidade pública, por sua vez, aqueles crimes cujo bem jurídico é a propriedade ou a incolumidade física, a tendência à prisão preventiva recaía sobre os homens. Verificou, ademais, que homens tendiam a ser mais absolvidos que mulheres, ainda que penas de multa fossem aplicadas preferencialmente às réis.

Dentre os crimes que eram praticados por mulheres, o Código Criminal Imperial dispunha de dois delitos especialíssimos, que pressupunham participação feminina, quais sejam: aborto e infanticídio. Segundo BRENES (1991), no século XIX uma grande quantidade de teses sobre aborto passou a ser produzida, havendo assim primariamente um interesse científico na questão. Constatava-se ser essa uma prática indistinta, não apenas exclusiva de mulheres solteiras “desonradas”. Em um segundo momento, contudo, essa preocupação passa a ser com o aborto “criminoso”, apontando a autora certo interesse da classe médica da época no controle de atos ligados à reprodução e discursos que exigiam punição do aborto.

A pressão sobre os corpos femininos e a reprodução humana apresentava-se crescente não só no meio científico, mas também religioso. Considera Pedro (2003) que no final do século XIX a Igreja Católica – anteriormente discreta em suas questões ao confessionalário – passou a inquirir fiéis a respeito do uso de métodos contraceptivos, negando absolvição àqueles casais que buscavam por meio desses evitar gravidez indesejada. Desse modo, não somente se pressionava a conceber, como também a não impedir a concepção.

Em face do exposto, sob uma vertente analítica qualitativa, o presente estudo se propõe a analisar o processamento judicial dado ao caso de Maria Raquel da Conceição, ré em sumário de crime que versava sobre aborto provocado em outrem, no ano de 1879, na Cidade do Príncipe, sertão do Rio Grande do Norte. Faz-se necessário observar o procedimento em seus aspectos materiais, processuais e, sobretudo, humanos; investigando-se assim os sujeitos do processo, o judiciário enquanto seguimento normativo e, sobretudo, a história do aborto “criminoso” e a participação feminina na sociedade e na justiça dos homens.

### **Metodologia**

O feitiço metodológico se valeu de leitura paleográfica do processo criminal de Maria Raquel da Conceição, o qual é parte de um acervo de 131 processos-criminais oitocentistas, outrora destrinchados nas produções “Sertões: criminalidade e judiciário no Nordeste oitocentista (1839-1889)”, (CAMPOS; COSTA, 2016), e “Mulheres rés nos sertões: para uma história social do oitocentos (1839-1889)”, (CAMPOS, 2018).

Por processo criminal compreendemos todos documentos procedimentais e processuais que tratem da apuração de crime previsto pelo Código Criminal Imperial de 1830. Dentre esses, nomeou-se enquanto “processo” documentações como Sumário de Crime, Processo Crime propriamente dito, Auto de Sumário, Apelação Crime e Recurso Crime.

No geral, observou-se no processo da ré Maria Raquel da Conceição informações cronológicas revestidas de certa simplicidade e ritualística em conformidade formal ao Código do Processo Criminal de 1832. O processo é manuscrito e se vale de ortografia característica da época, bem como grafia por vezes padronizada, quando se tratava do mesmo escrivão, e de difícil

compreensão - tanto pelo estado de conservação quanto pela grafia já exaurida do operador de justiça.

Todas páginas do processo criminal ora analisado foram fotografadas e organizadas, permitindo assim seu registro e transcrição. O método paleográfico optou por utilizar caracteres para simbolizar expressões não decifradas. O sinalizador “(?)” – interrogação entre parênteses – será utilizado para alertar tais situações.

Dentre os 131 processos criminais sertanejos oitocentistas ora analisados – provenientes do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco - apenas 13 deles têm mulheres na condição de réis. Nas comarcas sertanejas do Rio Grande do Norte, tem-se processos-crime datados anos de 1873 a 1881. Sendo que 5 deles pertencem a comarca da Cidade do Príncipe e 1 a de Currais Novos. Quanto a Pernambuco, custodiados pelo Memorial da Justiça de Pernambuco, em Recife, há 4 processos criminais datados entre 1857 a 1887 provenientes da Comarca de Flores e Ingazeira; enquanto na Paraíba há um montante de 3 processos (1868-1888) respectivos à Comarca de Pombal.

Dos treze processos de autoria feminina compilados, havia apenas um de aborto – ora presentemente analisado. A opção por esse tipo penal como ponto de partida para a análise processual individualizada se deve ao fato de ser crime especialíssimo, cuja existência depende necessariamente do envolvimento feminino. Ademais, é um tipo criminal que permite melhor discutir a posição da mulher na estrutura social. No caso de Maria Raquel, cujo sumário de crime será presentemente analisado, a situação é ainda mais interessante, pois tanto vítima quanto ré são mulheres.

Essa seleção de processos para análise específica pressupõe o método individual. Sobre isso, Anica (2005) propõe em seus estudos uma leitura antropológica e histórica sobre a vida das mulheres, observando a interpretação e comportamentos dos atores sociais. A autora assume que, ainda que o método quantitativo (selecionando dados objetivos em cada processo, como réu, autor, ano e crime) seja importante, finda por vezes gerando certa insensibilidade para lidar com as fontes. Por sua vez, a antropologia e a história social permitem interpretar práticas e discursos.

Assim, ainda que uma base de dados quantitativa seja importante, sua real compreensão apenas pode se dar associada à uma análise qualitativa: atores sociais, direito penal e processual,

procedimento social, contexto histórico e atores sociais; o que justifica, portanto, o presente método. Isso se mostra de essencial importância para o estudo do crime de aborto nos sertões norte-rio-grandenses oitocentistas, inclusive, pois um único processo do tipo foi localizado: o da ré Maria Raquel da Conceição.

Para tanto, associado à transcrição e discussão do processo analisado, buscou-se embasamento teórico e na legislação da época: Código Criminal Imperial de 1830, Código do Processo Criminal de 1832 e Reformas Policiais de 1841. A análise das fontes dialogou sob uma perspectiva de observação do feminino, do social e do criminal a fim de que mais se discuta a respeito do aborto quando institucionalizado na Justiça dos sertões.

Cumprir registrar ainda que este artigo é um inaugural de uma série de análises qualitativas de processos criminais de autoria feminina, outrora já analisados (CAMPOS, 2018).

### **Resultados e Discussões**

Ribeiro (2012), ao analisar correspondências femininas oitocentistas do Alto Sertão baiano, verifica cenas que demonstram mulheres cosendo, bordando, aprendendo músicas, oficiando e exercendo outras atividades que auxiliam na quebra de suposto imobilismo, relativizando-se, pois, que mulheres oitocentistas estivessem relegadas ao “intramuros”.

Contudo, ainda que não houvesse necessariamente a exclusão dessas mulheres das vidas públicas, as formas como elas as acessavam era diferente da masculina. Os homens enxergavam na via pública seu centro e sua expressão política enquanto, para as mulheres em geral, as vias públicas poderiam ser interpretadas como locais de trânsito para a vida privada. Conforme Perrot (1998), isso representa um profundo silenciamento e, no século XIX, não mais as relações de poder podiam se resumir a uma geografia do público e do privado:

O privado, do qual os homens continuam a ser os senhores em última instância, é, no entanto, deixado mais para as mulheres, cujo papel doméstico e familiar se vê revalorizado e até mesmo exaltado. O século 19 não nega o valor das mulheres, bem ao contrário; apela-se para suas qualidades específicas no interesse de todos. Na segunda metade do século, sobretudo, elas são exortadas a exercer seu poder fora de casa: a controlar os bons costumes e as desigualdades por meio da filantropia, gestão privada da “questão social” (...) Nem todo o público é masculino, ou o privado é feminino (PERROT, 1998, p. 269).

A despeito dos estudos, Perrot (1998) analisa também o esforço histórico em delimitar esfera pública e privada, ancorando a mulher em uma perspectiva de mãe triunfante, frágil, doente e com histeria. Em contrapartida, o presente trabalho se propõe a analisar aquelas mulheres que conscientemente infringiam a ordem e alçaram ao judiciário na forma ativa, demonstrando relações de contra-poder e subversão nas vias públicas e privadas.

As relações matrimoniais, familiares e públicas confeccionarão, à vista disso, espaços para incidência de crimes densos praticados por mulheres, dentre os quais, delitos de ofensa física e contra a vida (homicídio, infanticídio e aborto).

O crime de infanticídio gerava especial comoção dos operadores da justiça. Esse foi o caso de Antônia Maria de Jesus, que residida a cidade de Parelhas, Cidade do Príncipe. Teria a acusada, em 13 de julho de 1888, enterrado seu filho recém-nascido ainda com vida à beira de um rio. Alega a ré que a criança seria natimorta.

Nos autos do referido processo, é possível observar em trechos do inquérito policial um operador da justiça acometido por profundo pesar, levando-o a ofertar os seguintes dizeres:

A denunciada querendo ter vida folgada, chegara a (?) dando a luz uma criança (?) rouba-lhe ela a existência, violou-se os deveres mais sagrados da Natureza! 21 annos. Quem diria que a própria mãe mataria o filho! filho que tantos cura = dores! filho infelis, vindo a mando só della esperava (?) nascidas do amor materno, dom comum, dom natural. (?) Transforma em colera, e mata a colera (PROCESSO CRIMINAL. Ré Antônia Maria de Jesus. Cidade do Príncipe, 1888, p. 2).

Cumprir registrar que o próprio enunciado do art. 198 do Código Criminal Imperial de 1830, que versa sobre o infanticídio, tornava muito explícita a subjetividade que faria com que uma mulher cometesse infanticídio. Normatiza o Código um ato como infanticídio “Se a propria mãe matar o filho recém-nascido *para occultar a sua deshonra*”. Ademais, atribuía o artigo pena de 1 a 3 anos de prisão com trabalho forçado para mães que matassem o filho recém-nascido.

Os crimes de aborto, por sua vez, estavam também inseridos no título “infanticídio” do Código Criminal Imperial de 1830. Distinguem-se os dois tipos penais pois se o aborto ocorreria ainda na fase gestacional e poderia ser cometido por qualquer um, o infanticídio ocorreria quando a mãe, em estado puerperal, atentaria contra a vida do filho – sendo, portanto, crime de mão própria e

privilegiado. Diferencia-se infanticídio do homicídio, uma vez que esse segundo não apresenta as condições especialíssimas supracitadas.

A conduta de provocar aborto em outrem também era punida pelo Código Criminal Imperial de 1830, seja com o consentimento da mãe – 1 a 5 anos de prisão com trabalho – (artigo 199, CPI); quanto sem esse (parágrafo único artigo 199, CPI), quando a pena seria dobrada. Ademais, o artigo 200 punia aqueles que fornecessem substâncias abortivas, dobrando-se a pena de 2 a 6 anos caso o praticante fosse médico, boticário ou cirurgião.

Desse modo, não havia no Código Criminal Imperial de 1830 artigo que dispusesse expressamente sobre a mulher que, isoladamente, provoca aborto em si mesma, considerando a ação autônoma apenas para os casos de infanticídio.

Quanto a isso, considera Vázquez (2005) que, na primeira metade do século XIX, o feito jurídico da época não objetivava responsabilizar a mulher pelo aborto, mas sim a sujeição prioritária dos cúmplices à tutela da lei. A prática de aborto em si mesma só viria a ser tipificada no Código Penal de 1890, o que demonstraria uma crescente vigilância do poder judiciário sobre o corpo e sexualidade feminina. Contudo, identifica no mais que, na prática, ainda que os operadores da justiça tivessem falas repressoras registradas nos autos dos processos, a maior parte dos casos findava sem solução ou mesmo com absolvição, demonstrando assim a prevalência de valores morais quanto à suportabilidade da gestação pela ré.

No caso objeto de estudo incorreu a ré, Maria Raquel da Conceição nas reprimendas do artigo 199, CCI, quando, em 16 de setembro de 1879, a vítima, Maria Paulina - residente na povoação de São João, Cidade do Príncipe - reporta em sua própria residência e ao Subdelegado de Polícia que teria sofrido aborto depois de uma briga com Raquel da Conceição, que residia consigo.

Conforme a vítima, ela estaria gestante há sete meses de gêmeos e tivera briga corporal com Maria Raquel. Logo após, alega ter sentido “o ventre imóvel, e como, digo, duro - aparecendo-lhe logo frio, e dor de cabeça com (?) febre”. Seguido ao surgimento dos sintomas, Maria Paulina teria sofrido aborto: o menino nascera ainda vivo, mas com uma perna quebrada, vindo a falecer cinco dias depois; e a menina nascera morta e com fraturas cranianas.

Nos autos de perguntas, peça procedimental de inquérito e de ação penal, Maria Paulina da Conceição é qualificada quanto sua idade, estado civil, profissão, naturalidade e residência. Relata a vítima ter vinte e cinco anos, ser solteira, costureira, natural da Freguesia de Serra Negra e moradora da Cidade do Príncipe, no Rio Grande do Norte. Acresce ainda que residia com a ré, Maria Raquel, sem, contudo, lhe explicar parentesco.

No caso em análise, o auto de perguntas, no geral, ateu-se a qualificar as partes, questionar sobre a forma que se deu a luta, motivos, se a vítima havia ingerido algum medicamento, se houve dores após a luta, tempo de gestação, se após a luta as partes continuaram morando juntas e em igual estado de amizade, a situação em que as crianças estavam quando nasceram e em quanto tempo a que sobreviveu veio a falecer.

Fato relevante disposto no auto é a vítima ser uma mulher jovem, de 25 anos, sem vínculo matrimonial, mas que mesmo assim estava grávida - algo que não era bem visto pela sociedade da época. Conforme Torres-Londoño (1999), empobrecidas, muitas mulheres por problemas familiares ou falta de pretendentes e em situação de incômodo solteirismo, acabavam por consentir relações que as levavam à perda da virgindade em envolvimento efêmero com gravidez ou concubinato.

Por sua vez, a possível autora do crime, Maria Raquel, identifica-se também com vinte e cinco anos de idade e residente há dois meses junto a Maria Paulina. Ademais, solteira, natural de São José do Mipibu, filha de José da Silva, e moradora da Capital da Província do Rio Grande do Norte. Questionada quanto à autoria do delito, nega-o:

Perguntada se sabia, digo, se havia lutado com esta Paulina e em que dia. Respondeo que não havia brigado, e estando somente em brincadeiras com ela, sucedeu que Paulina alterando-se com a (?), a puxou pelos cabelos e então que ella a empurrara para desviar-se e que deste empurrão não (?) a referida. Paulina, isto no dois deste. Perguntada se a brincadeira foi (?) a alteração e disputas. Respondeo que não houverão. Perguntada se sabia que Maria Paulina estava pejada ao tempo da luta. Respondeo que não sabia. Perguntada se depois da luta Maria Paulina ficou doente. Respondeo que não ouviu ela queixar-se. Perguntada se sabia que ella abortou duas crianças nove dias depois da luta havida entre ellas - Respondeo que sabe e que vio as crianças. Perguntada se tinha assistido ao aborto e em que estado vio as crianças. Respondeo que assistio, e que as crianças nascerão vindo a feminina morta com a cabeça um pouco amassada o mesmo lado; e outra do sexo masculino nascerão viva com a perna direita azul desde o pé até a coxa. Perguntada se tinha rixa, ou intriga a referida Paulina. Respondeo que não. E por nada mais disse sem lhe ser perguntado por fim o presente auto de perguntas em que depois de lido e

achou conforme assigna de (?) João Rodrigues de Freitas com as testemunhas Antonio Baptista de Souza, Manoel Alves do Nascimento (PROCESSO CRIMINAL. Ré Maria Raquel da Conceição. Cidade do Príncipe. 1879, p. 6-7).

O fato de o aborto constituir crime contribui para pensar a máxima da supremacia do indivíduo. Representa, ainda, o abandono da limitação do feto à vida privada; ultrapassando inclusive a figura materna e se consolidando como interesse estatal. A criminalização do aborto demonstra de certo modo que o feto é visto então com certa autonomia em relação à mãe, limitando em razão disso o poder feminino de maternidade e o domínio das mulheres sobre seus próprios corpos. O feto, cuja vida é bem jurídico criminalmente tutelado, é então sujeito de direitos.

O crime de aborto finda sendo, ademais, um importante instrumento para análise da relação entre a ciência e o judiciário. Conforme Anica (2005), a ciência florescia no século XIX, dando maior celeridade aos processos judiciais, muitas vezes em razão da promoção de corpo delito. Essa ciência, contudo, ainda que avançasse para punir a mulher que abortava, pouco se pretendia na mesma velocidade para produzir efeitos na identificação dos genitores das proles.

Nota-se no processo, inclusive, ausência de qualquer figura masculina que se responsabilizasse pela vítima ou que dividisse tutela sobre os recém-nascidos. Registra-se ainda que ambas mulheres eram solteiras e não residiam com seus consanguíneos. Isso demonstra, portanto, escusa do masculino a essas questões que, se por um lado obrigavam a mulher, criminalizavam e lhe tomavam o poder de decisão sobre o próprio corpo; por outro, desobrigavam homens de qualquer responsabilidade paterna. A gestação se tornava, pois, uma obrigação e até mesmo punição para mulheres, mas uma opção para homens.

Com o avanço da ciência no século XIX, o corpo delito se tornou, então, componente essencial em processos criminais oitocentistas que deixavam vestígios. Sua importância pode ser observada no processo criminal em questão quando o Juiz de Direito devolve os autos à Promotoria Pública por carecerem de corpo delito a fim que indicasse indícios de materialidade:

A1º nao constam o corpo delito apenas de se ter passado nesta cidade o factio alias grave. É realmente mui sensível semelhante factio aos interesses da justiça, principalmente pois parte daqueles a quem a lei do processo incumbio a obrigação. (...). A 2ª e 3ª = não haver uma base segura sobre a questão grave e do aborto entre os papeis medicos = Esta mesma razão allegada ofensa demais que a (?) não se deixa de intentar a culpa, unicos meios de se conhecer a verdade. Quanto mais grave fôr o attentado na sociedade, mais deve ser a pesquisa de authority, para

que não fiquem eles impunes. O Av. de 18 de Abril de 1876 declarou que ainda quando os indícios sejam insuficientes para a denúncia, esta deve ser oferecida pois que novos esclarecimentos se poderão colher a posteriori. ((PROCESSO CRIMINAL. Ré Maria Raquel da Conceição. Cidade do Príncipe. 1879, p. 19).

De outra banda, o pronunciamento do juiz permite observar também a relevância social atribuída ao crime de aborto, destacada quando o juiz registra que “Quanto mais grave for o atentado na sociedade, mais deve ser a pesquisa de autoridade para que não fiquem eles impunes”. Nesse excerto é igualmente perceptível a presunção de culpa da ré, mas que não poderia ser ultrapassada para a sua condenação sem atender ao direito penal processual. Desse modo, o Juízo requer ao Promotor a devida fundamentação, por meio de corpo de delito, para que a ré não “fique impune”.

Cumprir registrar que os exames de corpo delito por vezes eram invasivos e, quando direcionados à mulher criminosa, tornavam-se verdadeiras formas de subjugação:

No Brasil do século XIX início do XX, têm-se o desenvolvimento da medicina da mulher - obstetrícia e ginecologia - e a integração da medicina ao judiciário. Nos processos crimes que datam desse período, é esse o quadro que se configura (...). Se anteriormente as práticas e conhecimentos acerca do corpo das mulheres era saber do campo feminino, esse agora passou para o campo de dominação masculina. E assim, as réas tinham suas entranhas investigadas, nos mostrando um saber/poder, e servindo de uma forma pedagógica como punição para as condutas femininas consideradas desviantes (CIOCHETTO, 2011, p. 25).

Além do corpo de delito, testemunhas também eram ouvidas para adensar o aparato probatório. Sobre isso, Torres-Londoño (1999) utiliza o conceito de “fama pública”, que traduz o “ouvi dizer” popular; aludindo situações da vida dos outros a que muitos tinham acesso. Essas informações, mesmo que fragmentadas ou distorcidas, contribuíam para construir a imagem das pessoas e fundamentar a existência dos fatos.

Quanto à fama, Foucault (2003) direciona ao estudo de uma fama inversa à da grandeza de homens gloriosos, o que corresponderia aos “homens infames”: perdidos nos caminhos e que não existiam senão através de poucas palavras que lhes marcaram. Debruça-se, pois, sobre a fama daqueles que não foram heróis, mas pessoas comuns que poucos rastros deixaram. E é justamente nesse sentido que surgem as testemunhas e partes no processo criminal oitocentista: com suas histórias tão brevemente contadas, mas gerando em nós beleza, terror e história.

Dentre as testemunhas ouvidas no Sumário de Crime da ré Maria Rachel estava Maria Barbosa da Conceição, de cinquenta e cinco anos de idade, casada, a qual, jurando aos Santos Evangelhos, declarou ser parteira e constatou a existência das duas crianças nascidas na condição já exposta. Ademais, conclui pela impossibilidade de atribuir uma causa ao evento.

Registra Rohden (2001) que em 1809 o corpo feminino se tornava parte do componente curricular das Academias Médicas Cirúrgicas do Rio de Janeiro e Bahia com a disciplina “Partos”. O aprofundamento dos estudos obstétricos contribuiu para o surgimento dos médicos-parteiros, que tentavam ocupar o ofício antes desempenhado exclusivamente por parteiras, das quais então se passou a ser exigida certificação. Registra-se ainda um interesse histórico pela regulamentação de parteiras, inclusive da Igreja, diante da possibilidade de essas delatarem prática de aborto e infanticídio.

As demais testemunhas, um total de 5, acresceram sob juramento que houve luta corporal entre vítima e ré, dispondo que Maria Paulina agarrara Maria Raquel pelos cabelos quando a última estava sentada à beira de um lago. A ré teria se defendido empurrando a ofendida com as mãos. A testemunha Francisca Maria da Conceição teria então intervindo na briga, separando-as. Alertam, contudo, que após a briga as partes continuaram morando juntas em relação de amizade – o que, segundo a ré, fora um pedido de Francisca Maria da Conceição.

Esse fato aponta características marcantes da relação entre essas mulheres: se por um lado capazes de ações violentas para a resolução de conflitos, por outro resilientes à manutenção da unidade entre ela. Ausentes de figuras masculinas, seja paternal ou marital, observa-se como fenômeno o reporte da vítima de aborto ao judiciário; demonstrando assim expressa defesa do seguimento da gestação ainda que de paternidade incerta.

Outro trecho distinto é o seguinte excerto do testemunho de Francisca Maria da Conceição no qual: “Disse que sabia da luta ao dia do facto, nenhum medicamento tomou a offendida, que apenas bebia com as suas companheiras pela manhã meia garrafa de aguardente (?) ou três, não todos os dias” (Processo Criminal. Ré: Maria Raquel, 1879, fl. 32). Percebe-se no período, pois, a naturalização do consumo de álcool por mulheres grávida, o que poderia ser umas das causas do parto precoce junto à má-formação do feto.

No século XIX, já havia vários estudos que investigavam a relação entre o consumo de álcool e alteração no desenvolvimento fetal, gerando malformações. Contudo, somente no final da década de 60 e início da de 70 do século XIX os efeitos danosos da ingestão durante a gravidez passaram a ganhar maior peso para a comunidade científica (MATTON; RILEY, 1998).

Ocorre que, em 05 de novembro de 1870, concluiu o Promotor Público pela “desprocedência da denúncia” (Processo Criminal. Ré: Maria Raquel da Conceição, 1879, fl. 56) ao considerar deficitário o depoimento das testemunhas, que muitas vezes relatavam não o que viram, mas o que souberam por terceiros. Ademais, aponta o operador da justiça a existência de contradição entre os depoimentos.

As contradições estariam também entre as afirmativas da vítima durante a fase inquisitorial e durante o pronunciamento em juízo – demonstrando as características inquisitoriais do processo criminal do período. Ocorre que, para o Juiz, Maria Paulina afirmou não ter visto com precisão o estado das crianças devido à luz baixa, quando declarou claramente o estado da prole em fase inquisitorial.

Considerou, ainda, o Promotor, para fins de desqualificação do delito, que o fato de a criança ter nascido viva, “chorona” e “capaz de se criar” seria diferente das que nascem abortadas “como provam fatos e experiências” (Processo Criminal. Ré: Maria Raquel da Conceição, 1879, fl. 57). Quanto a isso, estimara Maria Paulina em seu depoimento que estaria no sétimo mês de gestação (Processo Criminal. Ré: Maria Raquel da Conceição, 1879, fl. 13).

Conforme Vázquez (2007), a medicina obstétrica, que no século XIX investigava a “mulher desviante” de um suposto destino biológico à maternidade, passa a compreender o abortamento como a interrupção voluntária ou não da gestação até os seis meses. Considera ainda a autora que, em razão das condições tecnológicas da época, se tornava difícil diferenciar o aborto provocado e o espontâneo, inclusive porque muitas mulheres chegavam a provocar quedas para que não só abortassem, como também pudessem reportá-lo sem culpa.

Nesse sentido, o Juiz Municipal considera que um dos fetos ter nascido vivo tornaria inaplicável ao caso o crime de aborto, pois as crianças estavam em estado avançado de desenvolvimento. Somado a isso, o fato de no dia seguinte a ré ter tomado banho de rio com as

companheiras sem os “pesos” descritos e “sem acidentes” sinalizaria a inexistência de qualquer crime.

Segue o Juiz Municipal uma extensa análise quanto às características do aborto, que não estariam presentes na vítima Maria Paulina. No seu redigir, demonstra o operador de justiça base na literatura científica da época:

Considerando que aborto é a expulsão do feto do útero antes de estarem os seus diferentes órgãos suficientemente desenvolvidos para a habilidade em a sustentar uma vida independente (Termº Borges med. for pag. 151) sendo esta expulsão ocasionada pelo emprego de meios voluntários conhecidos sob o nome de abortivos (? med. leg. pag 49) em contraposição ao parto prematuro, que dá-se entre este período e o termo completo reste gestação e (...) Considerando, se houvesse aborto, o processo de expulsão do feto teria sido precedido por uma degeneração da força e enquanto são comuns (?) demais, sensação de frio na pélvis, palpitação, flacidez dos peitos, estado desordenado do estômago e intestinos (Robert Lee., end lop de nad. prat. pag 10) e quanto mais adiantada fosse a gestação e o volume do feto, maior seria a hemorragia, as dores, (...) uma larga iffusão de sangue, que não cessaria até a expulsão do feto e da placenta (Chernov. Dic. de med. pap. Aborto). (PROCESSO CRIMINAL. Ré Maria Raquel da Conceição. Cidade do Príncipe. 1879, p. 56).

Sobre isso, Rodrigues (2013) também aponta no Mato Grosso oitocentista, o uso do Dicionário Popular da Medicina e panfletos médicos especialmente para crimes relacionados à sexualidade. Esses dicionários foram muito úteis não só ao judiciário como também à saúde social, pois detinha uma linguagem fácil ao tratar de sintomas das doenças, tratamentos preventivos e curativos bem como higiene e alimentação.

Concluiu, finalmente, o Juiz Municipal que os indícios não seriam suficientes de que a briga resultara no aceleração do parto, podendo ter sido esse provocado por evento natural. Ressalta ainda que a existência de corpo delito seria essencial para a existência jurídica e material do crime de aborto, e, inexistindo no presente caso, tornava-se impossível o pleno conhecimento do delito, embasando-se nos artigos 145 do Código do Processo Criminal e 286 do Regimento nº 120 de 31 de janeiro de 1842. Concluindo, pois, pela improcedência do sumário de culpa.

## Conclusões

Percebe-se na análise do judiciário sertanejo oitocentista que o feto era dissociado da mulher; analisada por um judiciário de homens que se pretendia cada vez mais científico. Mas, se por um lado havia essencialidade do corpo de delito para a formação de culpa em crimes que deixavam vestígios, inferiores pareciam os esforços para identificar os genitores masculinos desses fetos – fato sequer questionado ao longo de todo sumário de crime. Ademais, percebe-se nos operadores da justiça que cuidaram do processo um profundo pesar associado à presunção de culpa da ré, porém limitada pelo formalismo processual.

Na sociabilidade entre vítima e ré, percebe-se a existência de mulheres solteiras, jovens, vulneráveis e em convivência com certa banalização da violência. E é justamente essa vulnerabilidade social a que estavam expostas que provavelmente as faziam manter relações de proximidade mesmo após sérios conflitos. O fato de a figura paterna não ser em qualquer momento mencionada ou questionada no Sumário Criminal reforça, ademais, a ideia de mulheres sozinhas.

#### Fontes

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. Versão Eletrônica. Site do Planalto do Brasil. Acesso em 30 ago de 2017.

BRASIL. Lei nº 261 de dezembro de 1841. Versão Eletrônica. Site do Planalto do Brasil. Acesso em 30 de ago. de 2017.

FÓRUM DA COMARCA DE CAICÓ. Vara Criminal. Processos-crime (1849-1889).

FÓRUM DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS. Vara Criminal. Processos Criminais (1874-1884).

FÓRUM DA COMARCA DE POMBAL. Vara Criminal. Processos Criminais (1865-1889).

FÓRUM DA COMARCA FLORES E INGAZEIRA. Vara Criminal. Processos Criminais (1839-1889).

#### Referências bibliográficas

ANICA, Aurízia Félix Sousa. **As mulheres, a violência e a justiça no algarve de oitocentos**. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145 – 151, 1995.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 135-149, jun. 1991. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1991000200002&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 22 abr. 2020.

CAMPOS, Iris de Freitas Campos; COSTA, Samara Karoline Dantas. Sertões: criminalidade e judiciário no Nordeste oitocentista (1839-1889). In: VI Colóquio Nacional História, Cultura e Sensibilidades – Sertões: história e memória, 6., 2016, Caicó. **Caderno de Resumos do VI Colóquio Nacional História, Cultura e Sensibilidades – Sertões: história e memória**. Caicó: UFRN, 2016, p. 145-146.

\_\_\_\_\_. “Mulheres rés nos sertões: para uma história social do oitocentos (1839-1889)”. In: Simpósio Temático Sociedade e Política no Brasil Oitocentista, do I Encontros Imperiais, 1., 2017, Natal.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: Centralização e federalismo no Brasil (1823 – 1866)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 1-683.

FOUCAULT, Michael. (2003) A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

GUIMARÃES, Maria Beatriz Monteiro. **Saberes Consentidos Conhecimentos Negados: O acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco**. 2002. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Educação, Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

JESUS, Allyson Luiz Freitas de. **Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós-escravidão: O sertão das Minas entre 1850 e 1915**. 2011. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MATTSON, Sarah N.; RILEY, Edward P. A review of the neurobehavioral deficits in children with fetal alcohol syndrome or prenatal exposure to alcohol. **Alcoholism: Clinical and Experimental Research**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.279-294, abr. 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, [s.l.], v. , n. 4-5, p.1-8, 1 jan. 2003. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4000/terrabilis.341>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998

RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: A escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)**. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870- 1910)**. 2008. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008. Cap. 3.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, violência e justiça: crime e criminalidade no sul do Mato Grosso, 1830 a 1889**. 2013. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02082013->

123222/publico/2013\_MarineteAparecidaZachariasRodrigues\_VCorr.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 247 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SILVA, Marcelo de Souza. Os homicídios e práticas da Justiça criminal em uma comarca da interior: Uberaba, MG, século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, v. 1, n. 26, p.1-14, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650806\\_ARQUIVO\\_artigomarcelossilva.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650806_ARQUIVO_artigomarcelossilva.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SPINOSA, Vanessa. **Uma justiça para o Estado: Formação jurídica e produção legislativa no Brasil do período tardo Colonial à Regência (1750-1841)**. 2011. 172 f. Trabajo de Grado- Curso de História, Departamento de História Medieval, Moderna y Contemporânea, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na Colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos campos gerais entre o século XIX e o século XX**. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, UFPR, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/Georgianegarabelyheilvasquez.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ludibriando a natureza: mulheres, aborto e medicina. : mulheres, aborto e medicina. **História: Questões & Debates**, [s.l.], v. 47, p. 43-64, 31 dez. 2007. Universidade Federal do Paraná

## Quem eles pensam que são? Identidade calvinista no Brasil contemporâneo

Who do they think they are? Calvinist identity in contemporary Brazil

**Pedro André Sousa Peixoto**  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Sergipe  
pedroaspeixoto92@gmail.com

**Recebido em:** 05/02/2020

**Aprovado em:** 25/05/2020

**Resumo:** Os calvinistas protagonizam a emergência do calvinismo no Brasil contemporâneo (século XXI). Um aspecto de sua identidade é como eles se identificam e como representam o calvinismo. Isso é feito pela diferenciação entre calvinistas ou reformados, o “nós”, e os não calvinistas, os “outros”. Em detrimento dos “outros” do campo evangélico nacional, os calvinistas se identificam como mais fiéis à Bíblia por possuírem o calvinismo como doutrina; como defensores do cristianismo pautado na soberania de Deus sobre toda a existência, como monergistas; críticos ao pentecostalismo e à cultura gospel; pioneiros no Brasil, herdeiros de uma tradição estrangeira; e compreendem o calvinismo como cosmovisão vigorosa o suficiente para liderar a cristianização da sociedade brasileira. Para perceber e elencar tais atributos, a pesquisa manuseia, principalmente, os conceitos de identidade relacional e situacional defendidos por Fredrik Barth e Denys Chuce junto aos de representação, prática e apropriação de Roger Chartier. As fontes principais da pesquisa são os sites e blogs calvinistas, especificamente seus títulos e a barra “quem somos” de seus menus.

**Palavras-chave:** calvinistas brasileiros; identidade; representação.

**Abstract:** Calvinists are the protagonists of the emergence of Calvinism in contemporary Brazil (21st century). One aspect of their identity is how they identify with and represent Calvinism. This is done by differentiating between Calvinists or retirees, the “we”, and non-Calvinists, the “others”. To the detriment of the “others” in the national evangelical field, Calvinists identify themselves as more faithful to the Bible because they possess Calvinism as a doctrine; as defenders of Christianity based on the sovereignty of God over all existence, as monergists; critics of Pentecostalism and the gospel cult; pioneers in Brazil, heirs of a foreign tradition; and they understand Calvinism as a worldview vigorous enough to lead the Christianization of Brazilian society. In order to perceive and elucidate these attributes, this research deals mainly with the concepts of relational and situational identity defended by Fredrik Barth and Denys Chuce together with that of representation, practice and appropriation by Roger Chartier. The main sources of this research are the Calvinist sites and blogs, specifically their titles and the bar “who we are” of their menus.

**Keywords:** Brazilian Calvinists; identity; representation.

## Introdução

Em 2003, no centro-oeste brasileiro, Felipe Sabino cria o site *Monergismo*<sup>1</sup>, com o intuito de divulgar conteúdo calvinista em português, principalmente fruto de traduções de textos em inglês de proeminentes pregadores reformados<sup>2</sup>. O criador do *Monergismo* já era um cristão evangélico quando descobriu sermões do pregador calvinista inglês Charles Spurgeon (1834-1892). Desde então sua vida cristã mudou, Sabino buscou mais conteúdos reformados e iniciou um trabalho de tradução e divulgação desses textos pela, ainda não tão popular, internet. Além do site, o ministério de Sabino inclui a editora Monergismo<sup>3</sup>, que publica livros de autores como o filósofo estadunidense Gordon Clark (1902-1985).

Aproximadamente em 2006, no sul do país, Vinícius Musselman assiste pela internet o vídeo *Paul Washer – Shocking Message*<sup>4</sup>, uma pregação do pastor calvinista estadunidense Paul Washer (1961- )<sup>5</sup>. Junto com outros, Musselman traduz a icônica pregação, disponibilizando-a no YouTube com legenda em português<sup>6</sup>. Hoje, tanto a versão original em inglês como a legendada, possuem mais de dois milhões e meio de *views*. Em 2008, ele cria o blog *Voltemos ao Evangelho*<sup>7</sup>, também com o intuito de divulgar conteúdo calvinista pela internet, instrumento de comunicação cada vez mais popular. Inicialmente, traduzindo textos de pregadores e teólogos estrangeiros, principalmente estadunidenses, o *Voltemos* hoje é tido como o mais popular e influente site calvinista do Brasil. Musselman, também já era cristão quando aderiu à fé reformada.

Aproximadamente em 2011, no Nordeste, Yago Martins, ainda adolescente, conhece a fé reformada por meio do blog *Voltemos ao Evangelho*. Nesse ano ele começa a contribuir com o blog, fazendo traduções e publicando seus primeiros textos. Assim como os outros, Yago já era evangélico. Num vídeo de 2017, ele afirma que o *Voltemos* “foi o instrumento que Deus usou para tirá-lo do neopentecostalismo, de crenças e posturas erradas acerca do cristianismo”<sup>8</sup>. Hoje, Yago

---

<sup>1</sup> <<http://www.monergismo.net.br/>> acessado em 18 de set de 2019.

<sup>2</sup> A Reforma protestante foi um movimento heterogêneo composto por grupos diferentes, por exemplo, os luteranos na Alemanha, os anglicanos na Inglaterra e os reformados ou calvinistas na Suíça, Inglaterra e Holanda. Na França, os huguenotes geralmente eram reformados. Fé reformada é essencialmente sinônimo de calvinismo, podendo ser usado os dois termos, salvo exceções específicas a partir do século XVII em que arminianos autoproclamados reformados começam a discordar especialmente de dois dos cinco pontos do calvinismo referentes a Soteriologia.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.editoramonergismo.com.br/>> Acessado em 18 de set de 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uuabITeO4I8>> Acessado em 18 de set de 2019.

<sup>5</sup> Mensagem pregada em 2002 durante uma conferência de jovens sobre evangelismo.

<sup>6</sup> Pregação legendada disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N5lw809gB94>> Acessado em 18 de set de 2019.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://voltemosaoevangelho.com/blog>> Acessado em 18 de set de 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ydxAim\\_7OXM](https://www.youtube.com/watch?v=ydxAim_7OXM)> Acessado em 18 de set de 2019.

Martins é pastor, professor e *digital influencer*, seu canal reformado no YouTube, *Dois Dedos de Teologia*<sup>9</sup>, possui mais de quatrocentos mil inscritos.

Esses calvinistas no Brasil contemporâneo não o são por descenderem de outros calvinistas conterrâneos ou por serem membros de igrejas de tradição reformada no país, como a IPB<sup>10</sup>. Eles se tornam, se convertem ao calvinismo, quando já cristãos e vivem uma espécie de reconversão. Se ocorre uma mudança significativa em como esses evangélicos veem a fé cristã, isto se dá por eles terem conhecido algo significativamente diferente sobre o cristianismo. Esse algo diferente é o calvinismo e marca uma ruptura mais abrupta no processo de formação da identidade desses cristãos, que cada vez mais diferenciam-se dos demais evangélicos com quem antes pareciam ao se identificarem como calvinistas, “nós”, em detrimento dos “outros” não calvinistas, produzindo uma representação do calvinismo e do que é um calvinista e, conseqüentemente, do que não é um calvinista.

Esses projetos de divulgação calvinistas ganham eco, influenciam e se somam a um número cada vez maior de produtores e consumidores de discursos reformados. Todavia, este artigo não tem como foco dimensionar a expansão e participação calvinista no campo evangélico brasileiro ou de buscar um marco de origem para este. O interesse é conhecer algo sobre o que é o calvinismo no Brasil na Contemporaneidade, ou melhor, os calvinistas, ou seja, produzir conhecimento sobre sua identidade. Assim, fazem-se presentes equipamentos teóricos e metodológicos úteis de acordo com os interesses da pesquisa. Tratam-se de princípios e conceitos que, unidos, contribuem a uma produção adequada de conhecimentos sobre a identidade calvinista, interesse desta breve empreitada.

Uma compreensão da identidade do grupo que considere sua dinâmica de mudanças e continuidades, de acordo com as necessidades sociais que se apresentem, ou seja, um conceito de identidade que leve em conta seu caráter essencialmente histórico, é encontrado na obra do antropólogo social Fredrik Barth (1928 - 2016), o que será tratado mais a frente. Tal necessidade em assim tratar o estudo sobre identidade é defendida pelo cientista social Denys Cuche (1947- ), o que também contribui metodologicamente com a pesquisa. Fortalecendo a consciência da historicidade da identidade, ou melhor, da contínua formação da identidade ou identidade em formação, bem como de uma leitura de como se dá tal processo, é utilizado o conceito de

---

<sup>9</sup> <<https://www.youtube.com/user/doisdosedosteteologia>> Acessado em 18 de set de 2019.

<sup>10</sup> Igreja Presbiteriana do Brasil. Chegou ao país por missionários estadunidenses em meados do século XIX.

representação do historiador Roger Chartier (1945-), acompanhado pelos de prática e apropriação, o que também será tratado adiante.

Este artigo apresenta uma faceta da identidade dos calvinistas brasileiros na contemporaneidade: o que eles dizem sobre si, ou “quem eles pensam que são”. A investigação sobre esses calvinistas conduz à internet, como “lugar mais quente”, na busca de indícios que os apontem. Se descrever plenamente a identidade de um grupo é algo inviável, a descoberta de algumas características a partir de certos aspectos é um desafio estimulante e recompensador ao investigador. Nesse caso, os atributos que os próprios calvinistas informam afirmativamente sobre eles mesmos, sob o prisma de seu próprio julgamento, tem muito a dizer em relação a esse aspecto de sua identidade. Desse modo, a investigação sobre “quem eles pensam que são” ocorre em sites e blogs criados e alimentados por calvinistas preocupados em apresentar sua fé, sua doutrina, sua cosmovisão: o calvinismo. Diante das características das fontes disponíveis é analisada a viabilidade quanto a quais conhecimentos buscar sobre o objeto, nesse caso, uma análise voltada à constituição identitária de grupo. Essas fontes também são determinantes na seleção do instrumental teórico metodológico que seja mais adequado ao seu manuseio, como bem pontua Chartier (2002, p. 27). Por isso, o uso adaptado de seu conceito de representação (CHARTIER, 2002, p. 13-28; 2005) para as fontes que apresentam atributos dos grupos reformados, seja direta ou indiretamente. Isso é feito, consciente da influência, não somente do tipo de fonte sobre a escolha do método, mas que este, igualmente, passa a conduzir o modo com que as fontes são lidas, havendo uma relação de influência mútua.

Quem eles pensam que são, ou o que eles dizem sobre si? A pergunta é o pontapé inicial da pesquisa. Primariamente, a resposta tem de ser dada justamente por aqueles que se declaram calvinistas. Ela é encontrada, significativamente, em blogs e sites criados por eles. Focamos nos títulos e na seção “Quem somos” ou “Sobre nós”, encontradas com frequência nos menus desses blogs e sites. Trabalhar com a perspectiva de como eles se veem, como se nomeiam, foge de um problema já desgastado, especialmente pelo desenvolvimento da semiótica, da análise de discurso. Foge da aparente contradição entre o que um grupo ou indivíduo diz ser e o que ele realmente é, questão bastante atual por sinal. Visto que a maneira com que um grupo ou indivíduo se vê, se declara, faz parte da complexa realidade de o que ele é, sua auto declaração é ao menos uma das várias faces que compõem sua identidade, sua existência. Investigar “quem eles pensam que são” é somente por em relevo um aspecto de sua identidade, buscando ampliar a compreensão sobre esta.

Por fim, os resultados parciais da pesquisa podem contribuir com conhecimentos acerca do calvinismo no Brasil contemporâneo.

### **Para um conjunto metodológico, diálogo de conceitos**

Em vista de superar a insuficiência dos modelos objetivista e subjetivista de interpretar a cultura de um mundo cada vez mais complexo, confuso e plural como a nosso, nesse caso, os brasileiros na contemporaneidade globalizada, e todos os problemas que se seguem às tentativas de definições, Cuche propõe uma concepção relacional e situacional da identidade cultural. Tal concepção é influenciada pelo conceito de etnicidade do antropólogo social norueguês Fredrik Barth que busca superar o problema não resolvido no embate objetivo/subjetivo (CUCHE, 1999, p. 175-202). Tendo como exemplo paquistaneses de diferentes etnias que migraram para a Noruega em meados do século XX, Barth expõe o caráter fluido e mutável dos atributos identitários dos grupos. Eles são constantemente construídos e reconstruídos historicamente, a partir das relações que grupos desenvolvem com outros grupos ao conviverem em mesmos espaços, e na relação entre indivíduos que ao mesmo tempo, fazem parte de grupos distintos, a depender do atributo colocado em relevo ou ocultado (BARTH, 2005, p. 15-30).

A identidade é constantemente construída a partir das relações entre diferentes grupos, das tensões localizadas em suas fronteiras, em que atributos formadores de identidade são destacados ou minimizados a depender da necessidade de diferenciação ou assimilação entre os grupos. Isso define o “nós” e o “outros”, o que faz um indivíduo se colocar e colocar os demais num ou noutro pronome (BARTH, 2005, p.16). Por isso a concepção relacional e situacional, pois os atributos de identificação são mutáveis historicamente, “contendo processos de controle, silenciamento e apagamento das experiências” (BARTH, 2005, p.15) conscientes ou não, a depender da situação e relação entre os grupos.

Em segundo plano, e harmonizado com a ideia de identidade aqui colocada, seu caráter situacional e relacional, portanto histórico, expresso no fato de que a identidade de um grupo existe enquanto está sendo construída, é manuseada a tríade de Chartier: representação, prática e apropriação. Esses termos permitem desenvolver conhecimentos acerca do empreendimento de construção de identidade. Nesse caso, como os calvinistas elaboram visões de si e dos outros. A operacionalidade dos três termos é essencial para a História Cultural de Chartier, ou como no título da introdução de seu livro: uma “Sociologia histórica das práticas culturais” (CHARTIER, 2002, p.

13-28). A análise não se faz concebendo uma sequência cristalizada de termos (prática-apropriação-representação), mas que esses três processos se dão concomitantemente e se influenciam.

O conceito de representação é desenvolvido inicialmente a partir da representação de si e do outro, de apropriar-se de um lugar social, uma prática, simultaneamente indicando a posição do outro. Contudo, para um desenvolvimento mais pleno do termo representação, seria necessário abordar a representação que o outro faz do indivíduo ou do grupo em foco, não só a imagem de si, mas a imagem que os outros imprimem sobre este (CHARTIER, 2002, p. 13-28; 2005). Nesta pesquisa, porém, nos limitamos à representação que os calvinistas fazem de si e do “outro” (não calvinistas), não tratando das imagens que outros grupos fazem dos calvinistas, não sendo este o interesse no momento, nem havendo espaço para tal. Também, apesar de o conceito de prática ser o instrumento de investigação por excelência que expressa as tensões nas fronteiras dos grupos, esta não é a base da análise no momento, pois as fontes não apontam fortemente em direção às práticas indicadoras de lugar social. Elas apontam, no entanto, à “prática” de representação de si enquanto construção da identidade calvinista, por isso a prevalência da noção de representação, que é apoiada pela outras.

Como apoio implícito, o conceito de *figuration* de Norbert Elias, nos lembra que existe uma interdependência entre os grupos sociais necessária à construção de suas identificações (ELIAS, 2008, p. 140-145). Isso concorda com o trinômio representação, apropriação e prática de Chartier, e com o conceito de etnicidade de Barth, que, nas palavras de Cuche, trata a identidade de modo situacional e relacional. Barth afirma: “os grupos étnicos não são grupos formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais. Pensar a etnicidade em relação a um grupo e sua cultura é como tentar bater palmas com uma mão só.” (2005, p. 16). Assim, a pesquisa não somente utiliza constantemente os conceitos apresentados acima, como também a análise do objeto é feita a partir desses referenciais teóricos metodológicos. O objeto é pensado pela conexão dos conceitos de identidade relacional e situacional, de representação apoiado por apropriação e prática, e estes influenciados pela *figuration*, num estudo sobre grupo social considerando sua historicidade, ponto crucial do pensamento do historiador.

### **Um lugar para encontrar “quem somos”**

Blogs e sites autoproclamados reformados ou calvinistas tem se proliferado no Brasil pela internet principalmente a partir de meados dos anos 2000 (PEIXOTO, 2018b). Com uma busca simples é possível ter acesso a um sem número de links de conteúdo calvinista em português

brasileiro. O blog calvinista *Bereianos*<sup>11</sup> possui uma barra no menu intitulada “outros bereianos” que lista alguns links nacionais de conteúdo compatível com sua fé. São listados cento e trinta e três blogs, vinte e cinco sites, quatro sites sobre criacionismo, onze de editoras, cinquenta e três de estudos bíblicos e documentos históricos, dezenove de instituições de ensino teológico, dezoito de mídia incluindo *vlogs* e *podcasts*, sete de missões, onze de músicas, seis de revistas e jornais, oito sites apologéticos, somando duzentos e noventa e cinco *links*<sup>12</sup>. Esses números apenas indicam uma realidade naturalmente maior, visto que o blog citado não conhece todos os demais e que a fácil produção de páginas na web ocorre constantemente. É interessante notar que esses sites e blogs, geralmente são criados por crentes “leigos”, que não possuem cargo em suas igrejas, como os de pastor, presbítero ou diácono.

Se o interesse é produzir conhecimento acerca da identidade em construção dos calvinistas brasileiros, esses sites fornecem um conjunto precioso de indícios que apontam para tal. Além de postagens que expressam posicionamentos sobre os mais variados temas de religião, política, sociedade, economia, relacionamentos etc. a partir da perspectiva calvinista, os blogs possuem nomes próprios que os identificam, além de costumarem possuir, no menu, a barra “sobre nós” ou “quem somos”. São nesses dois lugares (título do site e barra “quem somos”) que a prática da representação de si se mostra mais claramente. Nesses lugares podem ser notados atributos próprios do calvinismo, por exemplo, a submissão a escritos teológicos do século XVII, apropriados pelas fés de brasileiros do século XXI. Complementando a barra “quem somos”, costuma haver “em que cremos”, lá é expressado mais claramente a apropriação de credos calvinistas antigos como os Cânones de Dort (1619) e a Confissão de fé de Westminster (1643-49), como também de credos contemporâneos<sup>13</sup>.

### **Bíblia e ortodoxia calvinista ou “nós estamos mais perto da Palavra”**

O blog *Voltemos ao Evangelho*<sup>14</sup> faz uma crítica ao evangelho mal praticado, pois mal-entendido. Voltar ao evangelho não se trata de um chamado feito a quem não o conhece, para que se converta e passe a conhecê-lo, mas a quem já o conhece, contudo ainda está distante dele, da “verdadeira” fé, ou melhor, o conhece de modo considerado errado de acordo com os princípios

---

<sup>11</sup> Blog fundado em 2006 por dois calvinistas membros da IPB. Disponível em: < <https://bereianos.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>12</sup> Disponível em: < <http://bereianos.blogspot.com/p/outros-bereianos.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/quem-somos/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>14</sup> Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/quem-somos/> > acessado em 05 de jul de 2019.

calvinistas. Logo, é necessário que a igreja volte ao evangelho, largando o falso, que nada mais é do que distanciar-se da doutrina superior, verdadeira, exposta justamente pelo calvinismo. Voltar é um chamado aos cristãos não calvinistas, para que retornem à tradição calvinista dos reformadores, dos puritanos, é um chamado ao caminho do amadurecimento. Já no nome escolhido para designar a si, é possível notar o estabelecimento de fronteira identitária a delimitar o lugar do grupo diante dos demais. Isso é feito a partir de uma constatação exposta no nome escolhido para o blog que traz, ao mesmo tempo, um atributo direto de si (proximidade do evangelho) e indireto do outro (distanciamento do evangelho), em mútua dependência. Tal constatação, que direciona a identificação relacional, ou seja, por meio da alteridade, leva em conta o cenário evangélico brasileiro, ou seja, também é situacional. Tal processo de identificação pode ser percebido em todos os demais exemplos apresentados adiante (BARTH, 2005, p. 15-30; CUCHE, 1999, p. 175-202).

O *Ministério Fiel*<sup>15</sup>, expressa a necessidade de fidelidade, especificamente às Sagradas Escrituras, fator caríssimo à ortodoxia calvinista. Essa concorda com o pensamento majoritário de outros grupos evangélicos que veem a Bíblia como palavra relevada por Deus, que creem em sua inerrância e infalibilidade. Todavia, o ponto de diferenciação é a defesa da suficiência, a ideia que a Bíblia, Antigo e Novo Testamentos, possui tudo quanto necessário para reger a vida do homem em todos os seus âmbitos. O blog *2timoteo316*<sup>16</sup> é literalmente a localização do versículo: “Toda escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça...” (2Tm 3:16)<sup>17</sup>. A defesa da suficiência e a acusação de sua perda será mais bem percebida em “quem somos”.

*Cristianismo Verdadeiro*<sup>18</sup>, *Defesa do Evangelho*<sup>19</sup>, *Inconformados*<sup>20</sup>, *Ortodoxia Reformada*<sup>21</sup>, *Reforma Radical*<sup>22</sup>, *Reforma*<sup>23</sup>, *Tuporém*<sup>24</sup> e o já citado *Bereianos*. Todos esses sinalizam o primado da Bíblia e a defesa da doutrina que expõe seu conteúdo mais fielmente, o calvinismo, o que também será asseverado em “quem somos”. O identificar-se com a Bíblia e com a correta doutrina, não se dá

---

<sup>15</sup> Disponível em: < <https://ministeriofiel.com.br/> > acessado em 05 de jul de 2019. Fundado na década de 1960, incorporou o Voltamos ao Evangelho em 2013.

<sup>16</sup> Disponível em: < <http://2timoteo316.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>17</sup> Esta e as demais citações da Bíblia seguem a edição Almeida Revista e Atualizada (2008).

<sup>18</sup> Disponível em: < <http://verdadedocristianismo.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>19</sup> Disponível em: < <http://adielteofilo.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>20</sup> Disponível em: < <http://www.inconformados.blog.br/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>21</sup> Disponível em: < <http://ortodoxiareformada.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>22</sup> Disponível em: < <http://www.reformaradical.hol.es/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>23</sup> Disponível em: < <https://reformai.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>24</sup> Disponível em: < <https://tuporem.org.br/> > acessado em 05 de jul de 2019.

em diferenciação a quem não tem doutrina nem Bíblia, mas a quem as tem, os “outros” e suas doutrinas menos fieis, inferiores. Não se trata de não convertidos ou católicos como comumente esperado, mas os evangélicos não calvinistas, geralmente jogados à alcunha de arminianos<sup>25</sup>. É diante desses “outros” que se constroem atributos calvinistas, como a defesa da suficiência da Bíblia e a representação do calvinismo como sua interpretação correta, o que deve resultar no amadurecimento da fé evangélica, que “nós” temos e os “outros” não tem, por isso precisam.

*Inconformados*, fazendo um jogo de palavras com a Reforma Protestante e com a identidade reformada (calvinista), em tom de acusação, expressa a indignação do grupo diante dos problemas da fé evangélica vivenciados pelos “outros”. Na mesma linha, *Reformai* conclama a igreja à mudança, pois enxerga desvios doutrinários, em alusão ao período crítico do século XVI que culminou no movimento protestante. *Tuporém* remete à defesa da fidelidade à Bíblia em meio a um cenário de infidelidade<sup>26</sup>. *Bereianos* faz referência a um grupo de judeus citados no livro de Atos dos Apóstolos que examinavam nas Escrituras tudo o que os pregadores diziam para confirmar sua veracidade (At 17:11). Novamente se vê a defesa do papel proeminente da Bíblia e em seguida do pensamento reformado como seu interprete fiel. Essa defesa calvinista, representa a si como dotada dos atributos necessários ao amadurecimento evangélico, ao passo em que aponta a “nudez” dos “outros”, por não possuírem os necessários elementos identitários calvinistas, delimitando uma fronteira identitária pelo estabelecimento de atributos distintos entre “nós” e os “outros”. Nessa representação que se dá de modo relacional, a presença de tal atributo para o calvinista é tão significativa quanto sua ausência para o não calvinista, no tocante a construção das identidades pelos reformados (BARTH, 2005, p. 16; CHARTIER, 2002, p. 13-28; CUCHE, 1999, p. 175-202).

Vejamos: Na barra do menu “quem somos”, o *Voltemos ao Evangelho* destaca “fornecendo conteúdo fiel à Palavra de Deus”<sup>27</sup>. O *Ministério Fiel* traz “Almejando a maturidade espiritual que a Palavra de Deus nos exorta a alcançar”<sup>28</sup>. O *Monergismo*: “para que cada vez mais honre a Deus e seja consistente com a Palavra de Deus”<sup>29</sup>. *Bereianos*: “na total suficiência das Sagradas Escrituras”<sup>30</sup> e “referentes à defesa da Fé Cristã, bem como refutações de práticas antibíblicas”<sup>31</sup>. *Internautas*

---

<sup>25</sup> Este termo será explicado mais a frente.

<sup>26</sup> 2Tm 3.13-14. “Mas os homens maus e enganadores irão de mal a pior, enganando e sendo enganados. Tú porém, permanece naquilo que aprendeste, e que foste inteirado sabendo de quem o tem aprendido.”

<sup>27</sup> Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/quem-somos/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>28</sup> Disponível em: < [https://ministeriofiel.com.br/quem\\_somos/](https://ministeriofiel.com.br/quem_somos/) > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>29</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/about/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>30</sup> Disponível em: < <http://bereianos.blogspot.com/p/quem-somos.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>31</sup> Disponível em: < <http://bereianos.blogspot.com/p/quem-somos.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

*Cristãos*: “Nosso trabalho busca fornecer conteúdo fiel à Escritura”<sup>32</sup> e apresenta “5 atributos da Bíblia: inspiração, inerrância, infalibilidade, autoridade, suficiência”<sup>33</sup>. Mais uma vez, colocar-se como preocupado em estar “do lado” da Bíblia, é elemento essencial da identificação calvinista, ao passo de representar o outro como não dotado de tal preocupação. Colocar-se “ao lado” da Bíblia é um processo relacional que, ao mesmo tempo, apresenta o “outro” como mais distante dela.

Em *Bereianos* encontramos: “bem como auxiliar a pregação do evangelho através de um correto preparo teológico e apologético, sob o ponto de vista reformado...”<sup>34</sup>, “Defendo a teologia calvinista e reformada. Reconheço, adoto e confesso os símbolos de Fé de Westminster, bem como creio que estes documentos expressam com precisão o ensino da Palavra de Deus.”<sup>35</sup>. *Internautas Cristãos* fala de “vinte pontos doutrinários indispensáveis e vitais para o cristianismo, sem os quais não é possível existir a verdadeira religião.”<sup>36</sup> pelo que dentre estes, estão os 5 pontos do calvinismo elaborados no Sínodo de Dort “Depravação Total, Eleição Incondicional, Expição Definida, Graça Eficaz, Preservação dos Santos”<sup>37</sup>. Advogar a posse da doutrina que interpreta a Bíblia fielmente, de modo superior, em diferenciação às práticas hermenêuticas evangélicas contemporâneas, ou interpretações não calvinistas, dos “outros” se une a ideia de o calvinismo ser o caminho natural do amadurecimento da Igreja evangélica brasileira. Em *Monergismo* se lê:

Equipar os cristãos na verdade, disponibilizando os melhores artigos clássicos e as fontes da ortodoxia histórica. Isto é feito na esperança de que a Igreja abraçará, e redescobrirá as verdadeiras doutrinas bíblicas da fé histórica. (...) Enfatizar doutrinas importantes que foram perdidas ou postas de lado, crendo que isto nos ajudará numa das tarefas mais urgentes que os evangélicos enfrentam hoje — a redescoberta do evangelho.<sup>38</sup>

### **Soberania e monergismo ou “não a nós nem por nós, mas por Ele e para Ele”**

Atributo basilar do calvinismo é a fé pautada na soberania divina. Ideia de que Deus é soberano sobre cada aspecto da vida do homem, de todos os seres e do mundo ao longo de toda a história da existência, sendo que nada acontece sem a sua vontade soberana, das melhores às piores coisas. Consequentemente, todas as coisas, incluindo o homem, devem existir não para si, mas para Deus. Por isso, a doutrina calvinista da finalidade do homem e de todas as coisas: glorificar

<sup>32</sup> Disponível em: < <https://www.internautascristaos.com/sobre/quem-somos> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>33</sup> Disponível em: < <https://www.internautascristaos.com/sobre/nisto-cremos> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>34</sup> Disponível em: < <http://bereianos.blogspot.com/p/quem-somos.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>35</sup> Disponível em: < <http://bereianos.blogspot.com/p/quem-somos.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>36</sup> Disponível em: < <https://www.internautascristaos.com/sobre/nisto-cremos> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>37</sup> Disponível em: < <https://www.internautascristaos.com/sobre/nisto-cremos> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>38</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/about/> > acessado em 05 de jul de 2019.

a Deus. As demais doutrinas calvinistas que se seguem, como a salvação por exemplo, são perpassadas pelas ideias de soberania divina e a finalidade de glorificar a Deus (KUYPER, 2003, p. 17-50). Diante disso, as diferenças entre “nós” e os “outros” devem decorrer de divergências no entendimento dessas ideias basilares.

Nos próximos pontos do texto poderá ser melhor percebido que as diferenças entre calvinistas e não calvinistas expressadas pelos primeiros, na prática de identificação de si e de representação de o que é o calvinismo, são derivadas das divergências acerca dos dois itens basilares acima. Em *Monergismo* se diz: “Trazer glória e honra a Deus, enfatizando que as Escrituras são uma autorrevelação de Deus, onde Deus é o centro, e não o homem”<sup>39</sup> e “para a glória de Deus somente.”<sup>40</sup>. *5 Calvinistas*: “Para a glória do Senhor!”<sup>41</sup>. *Internautas Cristãos* lembra que nas 5 bases da Reforma há “Somente a Deus a Glória”<sup>42</sup>. Por sinal, é comum textos calvinistas encerrarem-se com o último dos 5 *Solas* da Reforma: *Soli Deo Gloria*, como sinal de que aquilo que foi feito, não o foi para si, mas para Deus.

Decorrente da soberania divina, o atributo calvinista mais famoso e polêmico é certamente a crença na doutrina da predestinação, na livre escolha prévia feita por Deus em salvar uns e outros não, não sendo, para isto, influenciado por nenhuma ação humana. Afirmando essa crença “já de cara” temos: *Blog dos Eleitos*<sup>43</sup>, *Electus*<sup>44</sup>, *Monergismo*<sup>45</sup> e *Revista Monergista*<sup>46</sup>. Eleito é sinônimo de predestinado, escolhido por Deus para a salvação. A palavra monergismo trata de quantos agem na salvação do homem. É o entendimento de que todas as “etapas” da salvação são operadas e garantidas somente por Deus, não restando ao homem nenhuma ação eficiente, a não ser responder positivamente à condução de Deus, coisa que o próprio Deus o capacita e o direciona a fazer. Em *Monergismo* tem-se: “que a obra da salvação é uma obra monergística da graça”<sup>47</sup> e “A decisão foi baseada na eternidade de acordo com o soberano beneplácito de Deus somente...”<sup>48</sup>. *Bereianos* traz:

---

<sup>39</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/about/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>40</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/about/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>41</sup> Disponível em: < <http://5calvinistas.blogspot.com/2009/10/apresentacao.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>42</sup> Disponível em: < <https://www.internautascristaos.com/sobre/nisto-cremos> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>43</sup> Disponível em: < <http://blogdoseleitos.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>44</sup> Disponível em: < <http://blogelectus.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>45</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>46</sup> Disponível em: < <http://revistamonergista.com> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>47</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/about/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>48</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/about/> > acessado em 05 de jul de 2019.

“Creio na predestinação, na reprovação, na soberania divina, na total suficiência das Sagradas Escrituras, nos cinco pontos do calvinismo, creio na eleição...”<sup>49</sup>

O monergismo é contrário à visão sinergista da salvação, atualmente majoritária no campo protestante em países como EUA e Brasil (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990), especialmente a partir da obra do holandês Jacob Armínius (1559-1609), que discordou da então visão oficial da Igreja holandesa e hegemônica nos países influenciados pelo braço reformado do protestantismo<sup>50</sup>. A mecânica sinergista da salvação, ou popularmente arminianismo, em homenagem a seu precursor na Modernidade, crê que Deus escolhe quem será salvo, com base na presciência, o conhecimento prévio de Deus sobre qual pessoa irá crer nele ou não, quem irá por sua livre vontade, responder positivamente ou negativamente ao chamado de conversão. Essa visão restaura a liberdade do homem de escolher aceitar ou rejeitar a Deus, após ter sua liberdade e capacidade de escolha restauradas pela graça preveniente (DANIEL, 2015). Dessa maneira, o homem participa ativa e relevantemente em sua própria salvação, e todo o sentido da predestinação calvinista se esvai. Logo, identificar-se, sem embaraço, como eleito ou monergista é a prática de identificar-se calvinista, de defender a polêmica ortodoxia e polemicamente acusar de heresia a crença majoritária do campo evangélico brasileiro (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990). Assim, constantemente é delimitada a fronteira identitária entre o “nós” e os “outros” ao representar os espaços de cada um por meio de uma diferenciação relacional (BARTH, 2005, p. 15-30; CHARTIER, 2002, p. 13-28; CUCHE, 1999, p. 175-202). Nesse caso, a crença na soberania divina e, conseqüentemente, na doutrina da predestinação.

### **Pentecostalismo e cultura gospel ou “apagando o fogo e ascendendo a luz”<sup>51</sup>**

As críticas calvinistas se dão sobre crenças e costumes do campo evangélico, este tem no pentecostalismo o segmento doutrinário que mais o influencia. Desse modo, o pentecostalismo se torna o alvo principal das críticas reformadas a uma genérica cultura evangélica. Matos (2006) o vê como um desdobramento histórico do arminianismo (séc. XVII), Metodismo (séc. XVIII) e dos

---

<sup>49</sup> Disponível em: < <http://bereianos.blogspot.com/p/quem-somos.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>50</sup> A partir de Armínio, a fé monergista foi sendo substituída gradativamente pela sinergista em todo o mundo. Desde o século XVIII, dos Grandes Avivamentos anglófonos e das Missões transculturais do século XIX, apesar de calvinistas proeminentes como Jonathan Edwards (1703-58), Hudson Taylor (1832-1905) e William Cowper (1731-1800) terem participado efetivamente dos movimentos, o arminianismo se torna a doutrina hegemônica do protestantismo. Ele toma o poder de explicar como o homem é salvo, especialmente no século em que explodia na Europa o culto a deusa Liberdade sobre todos os âmbitos da vida humana. O arminianismo se populariza por meio da expansão do Metodismo de John Wesley (1703-91) e pelos movimentos *holiness* do século XIX.

<sup>51</sup> O fogo é um símbolo da presença do Espírito Santo no meio pentecostal. A luz é um símbolo da Bíblia.

movimentos *holiness* do século XIX. O sinergismo é, portanto, elemento basilar da estrutura de crença pentecostal.

No Brasil, uma grande representante do pentecostalismo é a Igreja Assembleia de Deus, maior denominação evangélica do país. Ela recentemente declarou-se oficialmente arminiana, postura tomada, segundo a Igreja, pela atual expansão do calvinismo no Brasil (DANIEL, 2015). Diante da disputa histórica sobre o poder de posse da verdade acerca da salvação do homem, é evidente a importância de como o indivíduo crê na doutrina da predestinação, pois isto o coloca em um ou em outro grupo, “nós” ou os “outros”. Numa visão calvinista, entre aquele que redimi o pensamento evangélico ou aquele que precisa ser redimido. No ambiente evangélico brasileiro, a alcunha de arminiano não foi popularmente usada nem conhecida, apesar da crença majoritária se enquadrar nesta linha teológica (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990). Somente com a ascensão do “outro”, o calvinista, é que se recorreu à apropriação de uma identidade teológica mais específica (arminiano). Cada vez mais, se desenvolve a produção de uma identidade religiosa para os não calvinistas, de maneira relacional, pela alteridade, especialmente devido aos ataques empreendidos pelos reformados (BARTH, 2005, p. 15-30; CHARTIER, 2002, p. 13-28; CUCHE, 1999, p. 175-202).

Entre as crenças básicas do pentecostalismo está a necessidade do batismo com o Espírito Santo após a conversão para o fortalecimento da fé do crente e a contemporaneidade de dons “extraordinários” do Espírito, como o falar em línguas estranhas e ter revelações, úteis para consolar e conduzir a vida do cristão (PEIXOTO, 2018a). Diante disso, encontramos sites reformados como: *Sim, Cessou*<sup>52</sup> e *Cessacionismo em Foco*<sup>53</sup>, em referência ao clássico entendimento calvinista de que esses dons do Espírito Santo vindos no dia de Pentecostes foram encerrados após o período apostólico, não existindo mais hoje. Assim, esses blogs apontam a postura de calvinistas em se posicionarem diretamente contrários a um dos elementos mais caros à fé do maior segmento evangélico do país, e que influencia o relacionamento de seus adeptos com Deus: a contemporaneidade dos dons do Espírito. Mais uma vez, ao apresentarem-se como os defensores da ortodoxia e das Sagradas Escrituras, em tom de acusação ao erro do “outro”, os calvinistas delimitam, na fronteira da divergência doutrinária, os lugares identitários do “nós” e dos “outros” (BARTH, 2005, p. 15-30).

---

<sup>52</sup> Disponível em: < <http://sim-cessou.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>53</sup> Disponível em: < <https://cessacionismoemfoco.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

Representando o campo evangélico, muitas vezes caricaturalmente, por conta da eclosão das igrejas neopentecostais<sup>54</sup> como a Universal do Reino de Deus (Bispo Edir Macedo) e Mundial do Poder de Deus (Apóstolo Valdemiro Santiago), os calvinistas, generalizadamente, produzem uma representação do evangelicalismo brasileiro, acusando as igrejas evangélicas, inclusive as oficialmente reformadas, de coisas como a teatralização dos cultos, o uso de estratégias mercadológicas para captação/conversão de indivíduos para o crescimento das igrejas, a falta de conhecimento por parte dos membros e líderes, o trato espetaculoso com o Espírito Santo, a ênfase na prosperidade material, na necessidade de vitórias e satisfações nesta vida para o cristão etc.

O *Voltemos ao Evangelho* afirma: “Também negamos que a igreja possa estabelecer seu ministério por meio do pragmatismo, de técnicas de marketing atuais ou das modas culturais contemporâneas.”<sup>55</sup>; “Afirmamos a (...) restauração da exposição bíblica e da leitura pública da Escritura no culto”<sup>56</sup>; “negamos que qualquer ensino que ofereça saúde e riqueza nesta vida, como promessas garantidas por Deus, possa ser considerado um evangelho verdadeiro.”<sup>57</sup>. Em *Monergismo* se vê: “Ensinar todo o conselho de Deus, e não apenas aspectos com os quais nos sentimos confortáveis...”<sup>58</sup>. Em *Bereianos*: “Não creio no livre-arbítrio, na salvação pelas obras, nos apóstolos contemporâneos, nas extra-revelações bíblicas e nem na continuidade dos dons "extraordinários" do Espírito.”<sup>59</sup>.

Dois aspectos são demonstrados acima: Primeiro, a patente influência de doutrinas pentecostais e sinergistas nas crenças e costumes do campo evangélico apresentado pelos calvinistas. Segundo a falta de conhecimento da Bíblia e de doutrina que a interprete adequadamente. Novamente os calvinistas representam os “outros” como um aglomerado de erros. Também representam o calvinismo como o possuidor dos elementos necessários para superar os dois aspectos geradores dos erros subsequentes. Primeiro, o calvinismo é, de modo geral, cessacionista em detrimento do pentecostalismo, e sempre monergista. Segundo, o calvinismo prioriza o entendimento da Bíblia por meio da interpretação reformada em detrimento da atual ignorância a que acusa os “outros”. Assim, se prossegue na prática discursiva de representar o calvinismo como a maturidade da fé que o campo evangélico precisa enquanto este ainda estiver

---

<sup>54</sup> O sociólogo Paul Freston coloca o neopentecostalismo como terceira onda, ou momento da história do pentecostalismo.

<sup>55</sup> Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/quem-somos/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>56</sup> Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/quem-somos/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>57</sup> Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/quem-somos/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>58</sup> Disponível em: < <http://monergismo.com/novo/about/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>59</sup> Disponível em: < <http://bereianos.blogspot.com/p/quem-somos.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

do “outro lado da fronteira identitária” (BARTH, 2005, p. 15-30; CHARTIER, 2002, p. 13-28; CUCHE, 1999, p. 175-202).

### **Genealogia estrangeira e pioneirismo nacional ou “nossos pais não são daqui”**

Outro importante atributo, informado direta ou indiretamente, é a reivindicação e apropriação de uma herança histórica. Ao representarem-se como seus herdeiros e guardiões, os calvinistas empreendem uma costura histórica que liga brasileiros do século XXI à personagens e grupos calvinistas proeminentes de séculos passados, em lugares e contextos distantes e diferentes do seu, como a Europa moderna e a Inglaterra vitoriana, por exemplo. Sites e blogs como *Os Puritanos*<sup>60</sup>, *Projeto Spurgeon*<sup>61</sup>, *Projeto J. C. Ryle*<sup>62</sup>, *Rádio Dort*<sup>63</sup> sinalizam a construção de pontes sobre “quem são nossos pais”, o que também é uma maneira de construir representação identitária de si<sup>64</sup>.

É notória a ausência de termos que remetam a um passado calvinista no Brasil, ainda que a IPB, instituição oficialmente calvinista tenha chegado por aqui em meados do século XIX. Nos sites pesquisados, não se vê, por exemplo, referência a José Manoel da Conceição (1822-1873), ex-padre que se converteu na Igreja Presbiteriana e se tornou o primeiro pastor brasileiro, a algum proeminente calvinista tupiniquim, a alguma declaração de fé, a um grupo, nada. Como exceção temos por exemplo, a memória do estadunidense Ashbel G. Simonton (1833-1867), primeiro missionário presbiteriano a vir ao país, todavia mais lembrado pela instituição de modo comemorativo, sendo mais um símbolo do início da denominação no país, do que elemento evocativo da identificação reformada. Na prática, não se fala, não se sabe, não se busca. Essa postura lembra a prática de silenciamento na formação relacional da identidade descrita por Barth (2005, p. 15). Entretanto, diferentemente do exemplo trazido pelo antropólogo, em nosso caso, o silenciamento não é proposital nem ativo, com intenção de ocultar algo que se saiba, mas indireto e passivo. É mais relacionado a falta de conhecimento e de interesse em buscar um passado calvinista nacional e mesmo pela imagem da insipiência reformada no Brasil antes do emergir calvinista no século XXI.

---

<sup>60</sup> Disponível em: < <https://www.os-puritanos.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>61</sup> Disponível em: < <http://www.projetospurgeon.com.br/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>62</sup> Disponível em: < <http://bisporyle.blogspot.com.br/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>63</sup> Disponível em: < <http://radiodort.sergiorodrigues.art.br/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>64</sup> J. C. Ryle foi um teólogo inglês do século XIX. Dort alude ao mais importante sínodo da fé reformada.

A questão não é a inexistência de calvinistas brasileiros antes dos anos 2000, mas sua ausência na memória, história e identidade em construção dos novos calvinistas. Esses se colocam, portanto, como pioneiros do calvinismo no país. Desse modo, as origens dos “novos calvinistas” também remontam, prioritariamente, ao estrangeiro, seja do passado como visto acima, ou do período contemporâneo, o que é visto em sites como: *Blog Martyn Lloyd-Jones*<sup>65</sup>, referência ao pregador inglês que trabalhou até 1980; o site *DesiringGod*<sup>66</sup> em português, parte *online* do ministério de John Piper, pastor batista estadunidense e um dos calvinistas mais influentes do mundo hoje; o site *Ministério 9 Marcas*<sup>67</sup> liderado pelo pastor batista estadunidense Mark Dever, autor do livro best-seller *9 Marcas de uma Igreja Saudável* (1997). Esses títulos apontam a força da referência estrangeira sobre os calvinistas brasileiros, mesmo de líderes contemporâneos.

Os calvinistas tendem a se posicionar externamente à história evangélica nacional, apresentando-se como quem chega a pouco e de fora, não contaminado com o histórico brasileiro, antes tendo “país ainda mais velhos”, portanto mais legítimos. Eles se apresentam como dignos de conduzir a purificação ou o amadurecimento da igreja, alarmado como necessário. Novamente, é notado uma identificação de si e uma representação do calvinismo produzida em contrariedade ao “outro”, apresentado pela tensão da diferença entre ambos (BARTH, 2005, p. 15-30; CHARTIER, 2002, p. 13-28; CUCHE, 1999, p. 175-202).

### **Cosmovisão calvinista ou “nós vamos converter o mundo em Reino de Deus”**

Por fim, os calvinistas tendem a ver o cristianismo como cosmovisão e o calvinismo como sua melhor expressão, o ápice de sua sistematização. Eles caminham a uma visão de religião que abrange toda a realidade. Credo que Deus é o senhor de todas as áreas da existência, inclusive dos âmbitos sociais, em que se dão as relações entre indivíduos e grupos, as relações de poder. Noções sobre política, gênero, educação, cultura e artes são vistas a partir da perspectiva cristã calvinista de que o cristianismo deve relacionar-se ativamente sobre as várias esferas sociais redimindo a realidade (KUYPER, 2003), na realização progressiva do reino do Messias “O reino de Deus, já presente, mas ainda não plenamente realizado”<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> Disponível em: < <http://www.martynlloyd-jones.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>66</sup> Disponível em: < <http://pt.desiringgod.org/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>67</sup> Disponível em: < <http://pt.9marks.org/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>68</sup> Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/quem-somos/> > acessado em 05 de jul de 2019.

*O Tempora! O Mores!* apresenta seu objetivo: “Reflexões fortuitas de alguns calvinistas sobre praticamente tudo, com destaque a temas de religião, cultura e valores morais.”<sup>69</sup>. *5 Calvinistas* apresenta “o calvinismo como visão de mundo”<sup>70</sup>. *Internautas Cristãos* propõem: “publicamos materiais (...) sob a perspectiva cristã bíblica e reformada, incluindo especialmente as áreas de teologia, devoção, apologética, política, filosofia, música, artes, sexualidade, ciência e internet.”<sup>71</sup>. O teólogo Guilherme de Carvalho, fala da “integralidade da missão Cristã; (...) e que uma fé holística não pode perder o sentido da sublimidade e superioridade da devoção religiosa sobre a responsabilidade histórica.”<sup>72</sup>. Ele continua: “tenho me debruçado sobre os problemas do diálogo histórico entre a religião e a ciência, e sobre questões de ética, justiça complexa e direitos humanos”<sup>73</sup>. Assim como seus reivindicados “pais”, esses calvinistas tendem a considerar a fé para além da prática religiosa desvinculada da cultura e da realidade sócio-histórica. Postagens sobre laicidade, ideologia de gênero, tamanho do Estado, gramscianismo, Black Mirror, Stranger Things, Vingadores etc. apontam para essa realidade.

Os calvinistas assistem a crescente participação dos “outros” evangélicos na política brasileira, sua conquista de novos espaços de poder<sup>74</sup>. Com isso, eles devem nutrir certa aflição e inquietude, ao verem crentes que enxergam o mundo por óticas cristãs não reformadas, portanto vistas como cheias de erro, inferiores, ocuparem tais espaços de poder. Inicia-se um processo de reivindicação do direito de conduzir a redenção política e social ao representarem-se como os possuidores dos instrumentos superiores para a práxis redentora da sociedade (CHARTIER, 2002, p. 13-28). Como exposto nos exemplos anteriores, já pode ser percebido, ao menos embrionariamente, seu anseio em influenciar a sociedade em detrimento dos “outros”, sejam crentes ou até mesmo incrédulos, e isto para a glória de Deus (KUYPER, 2003).

## Conclusão

Os calvinistas brasileiros na contemporaneidade protagonizam o fenômeno de emersão da fé reformada no país a partir dos anos 2000. Para conhecer mais sobre esses calvinistas e o calvinismo no Brasil, buscar uma identidade reformada em construção é fundamental.

---

<sup>69</sup> Disponível em: < <http://tempora-mores.blogspot.com/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>70</sup> Disponível em: < <http://5calvinistas.blogspot.com/p/sobre.html> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>71</sup> Disponível em: < <https://www.internautascristaos.com/sobre/nisto-cremos> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>72</sup> Disponível em: < <https://guilhermedecarvalho.com.br/sobre/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>73</sup> Disponível em: < <https://guilhermedecarvalho.com.br/sobre/> > acessado em 05 de jul de 2019.

<sup>74</sup> Exemplos: A emersão da bancada evangélica; a necessidade de políticos subirem em púlpitos de grandes igrejas; de se aliarem com líderes evangélicos e; a participação evangélica na eleição presidencial de 2018, contribuindo com a vitória do candidato do PSL Jair Messias Bolsonaro.

Contribuindo com esse objetivo, os conceitos empregados se concentram nas formações identitárias, pensando a identidade, não a partir de sua sincronia, estabilidade, mas enquanto constante processo de formação, pela alteridade e relacionando-se com o cenário sócio-histórico em que o grupo está inserido. Conceitos como identidade relacional e situacional defendidos por Barth (2005, p. 15-30) e Cuche (1999, p. 175-202) e, representação (CHARTIER, 2002, p. 13-28; 2005), são úteis nesse empreendimento e permeiam a construção da pesquisa.

Um meio de se apreender essa identidade é analisar as práticas discursivas do grupo. Por meio dos discursos, os reformados constroem identificação de si, apontam como se veem, como se apresentam, aspecto relevante na composição da identidade. Tal prática produz representação do calvinismo, como este é enxergado e idealizado. Também temos que a identificação de si, o “nós” é produzida por meio da diferenciação diante dos “outros”, os não calvinistas. Isso também produz representação do não calvinismo, (arminianismo, neopentecostalismo etc.) generalizando o campo evangélico nacional (BARTH, 2005, p. 15-30; CHARTIER, 2002, p. 13-28; CUCHE, 1999, p. 175-202).

Os calvinistas brasileiros da Contemporaneidade se identificam como o grupo cristão mais fiel às Escrituras por possuírem uma doutrina superior, que melhor a expõe: o calvinismo. Isto é feito concomitantemente à acusação de distanciamento dos “outros” da Bíblia que deve reger a práxis cristã, justamente devido à não possuírem essa doutrina superior. Os reformados defendem o princípio da soberania divina como basilar ao pensamento cristão, dele decorrendo outros como a visão monergista da salvação. Isso é feito relacionalmente, pela distinção diante dos “outros”, os não calvinistas, apresentados como defensores de uma elevada relevância ontológica do homem e do sinergismo.

O pentecostalismo é traçado como o segmento de maior influência sobre o campo evangélico, suas crenças e costumes. A esses, são apontados inúmeros problemas, fruto do já acusado distanciamento da Bíblia. As práticas extravagantes de igrejas neopentecostais são comumente vilipendiadas nos sites calvinistas e associadas generalizadamente a todos os “outros”. Desse modo, o calvinismo é apresentado como portador do antídoto para a resolução dos tais problemas. Esses calvinistas se apresentam como pioneiros no Brasil, como herdeiros de estrangeiros, seja de séculos passados ou contemporâneos, não traçando nenhuma continuidade com a história protestante no país, que se inicia continuamente desde meados do século XIX. Tal apresentação também reforça a diferenciação identitária de caráter relacional entre “nós” e os

“outros”. Por fim, o calvinismo tende a ser tratado como doutrina holística, como cosmovisão. Logo, principia-se a advogá-lo como o melhor instrumento do campo evangélico para a cristianização da cultura e demais esferas da realidade social brasileira.

### Referências bibliográficas

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. Tradução de Paulo Gabriel Hilo da Rocha Pinto, *In: Antropolítica*, Niterói, n° 19, 2005, p. 15-30.

**Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª. Ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª. Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. **El Presente del pasado: escritura de la historia, historia de lo escrito**. 1ª. Ed. Col. Lomas de Santa Fe: Universidad Iberoamericana, 2005.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 1ª. Ed. Bauru: EDUSC, 1999.

DANIEL, Silas. Em defesa do Arminianismo: Uma análise sobre a recente ascensão do Calvinismo no Brasil e uma exposição do que ensina, de fato, o Arminianismo. *In: Revista Obreiro*, n° 68, 2015. Disponível em: <<http://www.editoracpad.com.br/hotsites/obrasdearminio/>> Acesso em: 20 jun. 2019.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. 3ª. Ed. 1ª reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2008.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. Tradução de Ricardo Gouveia e Paulo Arantes. 1ª. Ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

MATOS, Alderi Souza. O Movimento Pentecostal: Reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *In: Fides Reformata XI*, n° 2, 2006, p. 23-50.

MENDONÇA, Antônio Gouveia; FILHO, Prócoro Velasques. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. 1ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PEIXOTO, Pedro. **A onda mais confusa: uma análise dos elementos identitários do Neopentecostalismo e seu caráter histórico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Metodologia de Ensino de História) - Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSSELVI, Paulo Afonso, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Ventos antigos sopram no Brasil recente: a expansão do Novo Calvinismo entre evangélicos brasileiros por meio da Internet (2008-2017)**. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Delmiro Gouveia, 2018b.

## Os E.U.A. e os curdos, uma história de Guerra Fria?

The U.S. and the Kurds, a Cold War story?

**Maria Raphaela Luchini Caldeira Campello**

Mestranda em Ciência Política

Universidade de São Paulo

maria.luchini@yahoo.com

**Recebido em:** 09/02/2020

**Aprovado em:** 19/03/2020

**Resumo:** Este trabalho foi baseado em extensa pesquisa histórica realizada sobre os povos curdos do Iraque e sua relação com o Reino Unido e os Estados Unidos da América durante o século XX. Procuramos tensionar a leitura da questão curda e sua relação com os Estados Unidos como uma história da Guerra Fria por meio de uma perspectiva de longo prazo.

**Palavras-chave:** Curdos; política externa; Guerra Fria.

**Abstract:** This work was based on extensive historical research undertaken about the Kurdish peoples of Iraq and their relationship with the United Kingdom and the United States of America during the twentieth century. We seek to tension the reading of the Kurdish issue and its relationship with the United States as a Cold War story through a long-term perspective.

**Keywords:** Kurds; foreign policy; Cold War.

### Introdução

Este trabalho se pretende um panorama da relação entre os curdos e, em um primeiro momento, a Inglaterra e, em seguida, os Estados Unidos, entre as décadas de 1930 e 1990. Buscaremos tensionar a leitura do relacionamento entre curdos e americanos como uma história de Guerra Fria, como propõe Douglas Little (2010) em *The United States and the Kurds: A Cold War Story*. De modo geral, buscaremos contar a história curda de maneira a emprestar nossos ouvidos a sua própria temporalidade. Acreditamos que o estudo da história dos curdos, por sua característica de marginalização do sistema estatal estabelecido após a Primeira Guerra Mundial e sua instrumentalização pelas potências mundiais será de grande valia para uma análise que, nos termos da História do Tempo Presente, localiza-se “na intersecção do presente e da longa duração” (DOSSE, 2012, p.6). A História do Tempo Presente, na definição de Ferreira (2000, p. 10), é o “estudo da presença do passado incorporada ao presente das sociedades”. Segundo

Hobsbawm, a História do Tempo Presente compreende:

[...] o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (apud Ferreira, 2000, p.9, apud Bernstein, 1993, n.p.).

A história do tempo presente faz-se imprescindível, portanto, ao historiador que procura lançar novo olhar sobre o passado, muitas vezes escondido sob os cânones da produção tradicional histórica, na busca por uma compreensão mais complexa dos eventos recentes. Tal movimento é fundamental para a renovação do campo histórico, assim como o diálogo com outras ciências sociais e da natureza. Em uma via de mão dupla, determinados conceitos e ideias elaborados no seio das demais ciências do homem podem vir a colaborar com a análise histórica; paralelamente, a longa duração pode contribuir para as ciências humanas ao afastar os ruídos do tempo curto, “a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (BRAUDEL, 1965, p.265).

Nesse sentido pretendemos, de um lado, elaborar um debate mediante a completa obscuridade da questão curda na produção historiográfica brasileira e, por outro, romper o hiato entre a História e a análise de conjuntura internacional, que deveriam, em nosso entender, estar imbricadas. Buscaremos, assim, nos desvencilhar do enviesamento na direção da compreensão das relações entre curdos iraquianos e americanos no século XX como uma questão de Guerra Fria, como proposto por Little (2010). O relacionamento entre os curdos e os americanos, em nosso entender, deve ser compreendido sob uma perspectiva de longa duração, que leve em consideração o contexto regional — em especial a tensão entre Irã e Iraque — durante o período da Guerra Fria, mas, também, nos períodos que a antecedem e sucedem. É fazendo uso da interdisciplinaridade que buscaremos situar historicamente os curdos em uma narrativa política internacional temporalmente mais ampla.

Nesse sentido, recorreremos à História Política, sobretudo pelo diálogo que ela oferece quanto a outras áreas do saber. O ofício do historiador que se propõe aos estudos relativos ao político vem mudando rapidamente ao longo das últimas décadas. A história política primeiro passou por um período de oblivio, em que seus métodos e práticas foram considerados ultrapassados. Ela era compreendida como aquela que se dedicava ao estudo do Estado e das instituições. Já a nova história política, seguindo o espírito de uma época em que tomavam força o marxismo, a psicanálise, as questões de classe, a democracia e o movimento operário, negava

os pressupostos promovidos pela antiga história política, considerada aristocrática, factual, subjetivista, personalizante, individualista. Em suma: obsoleta. Essa geração buscou devotar sua atenção às histórias marginalizadas pela produção da história política, isto é, histórias de minorias, dos “esquecidos da história”, (RÉMOND, 1996, p.19). O Estado perdia paulatinamente seu papel nos estudos históricos. O período entreguerras provou, no entanto, que se fazia necessária uma análise que compreendesse também as instituições políticas. A política não era determinada ou por fatores como o comportamento da sociedade ou da economia, mas antes, estas caminhavam juntas e afetavam-se mutuamente. O fenômeno da renovação do político, apontado por Rémond (1996), veio acompanhado da “expansão do político”, da ampliação de seus objetos e métodos. Assim, a história política estabelece forte diálogo com outras disciplinas, tais como a sociologia, a economia, as relações internacionais e a ciência política.

De fato, empréstimos tomados de outras ciências — como técnicas, vocabulário, problemáticas, indagações, noções e conceitos — foram imprescindíveis para que a história política passasse por sua renovação. A pluridisciplinaridade, explica Rémond, é para a História Política “como o ar que ela precisa para respirar” (RÉMOND, 1996, p.29). Nesse processo a História Política deixou em segundo plano o protagonismo concedido aos Estados e seus grandes homens. Emerge uma História Política que “pretende integrar todos os atores — mesmo os mais modestos — do jogo político, e que se atribui como objeto a sociedade global” (RÉMOND, 1996, p.33). Ampliam-se as fontes, ampliam-se os sujeitos e objetos: a História passa por uma virada epistemológica. “O político” passa a ser compreendido como “tudo aquilo que constitui a polis e que vai além do campo imediato da competência partidária e pelo exercício do poder, da ação governamental do dia-a-dia e da vida ordinária e das instituições” (ROSANVALLON, 2003, p.20, tradução nossa<sup>1</sup>).

A história é, portanto, o laboratório do tempo presente, não apenas uma ferramenta da compreensão de seu plano de fundo. Assim sendo, “a atenção aos problemas contemporâneos mais explosivos e mais urgentes não pode se dissociar de uma meticulosa reconstrução de sua gênese” (ROSANVALLON, 2003, p.27, tradução nossa<sup>2</sup>). Essa reconstrução é o método

---

<sup>1</sup> de todo aquello que constituye a la polis más allá del campo inmediato de la competencia partidaria por el ejercicio del poder, de la acción gubernamental del día a día y de la vida ordinaria de las instituciones.

<sup>2</sup> la atención a los problemas contemporâneos más explosivos y más urgentes no puede disociarse de una meticulosa reconstrucción de su génesis.

fundamental para que se empreenda uma análise política de profundidade: o diálogo incessante entre presente e passado, interrogando o primeiro e entendendo o segundo, torna possível a leitura do processo constitutivo das sociedades e do mundo. Assim, a História toma seu lugar ao lado das Ciências Sociais, nutrindo-se de sua produção, mas, paralelamente, investigando com particular minúcia seu ângulo morto. Desta forma, a interseção entre a História e as Relações Internacionais não surpreende. O próprio Rosanvallon chama atenção para a necessidade de um olhar histórico sobre as RI que busque explicar o fenômeno da proliferação de conflitos étnicos e religiosos. Para ele, um paradoxo essencial nos ajuda a compreender esse fenômeno: o declínio do Estado-nação, como forma social, esconde-se atrás da multiplicação de Estados-nação. Conflitos que costumavam dar-se e resolver-se dentro do Estado tomam forma de secessão, conflitos identitários que transpassam fronteiras. Trata-se de um importante fenômeno que testa os limites do contrato social. Para analisá-lo é necessário conjugar a análise interna do político à análise externa.

É precisamente nesse sentido que uma abordagem interdisciplinar se faz necessária, e que se mostra frutífero o ângulo da longa duração. Como disse Braudel (1992, p.42), “sem o querer explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua ‘totalidade’; cada uma invade o domínio de suas vizinhas, crendo permanecer em casa”. Nesse sentido, o autor ressalta a importância da dialética da duração, isto é, a oposição entre “o instante e o tempo lento a escoar-se” (BRAUDEL, 1992, p.43). A história seria a soma de todos esses tempos possíveis, uma “coleção de misteres e de pontos de vista” (BRAUDEL, 1992, p.53) do passado, presente e futuro. Como afirma Hobsbawm (1998), há alguma verdade em afirmar-se que toda história é história contemporânea disfarçada. O erro historicizante seria, justamente, escolher uma em detrimento de outra. Para compreender o mundo é preciso “definir uma hierarquia de forças, de correntes, de movimentos particulares, depois apreender de novo uma constelação de conjunto” (BRAUDEL, 1992, p.54), isto é, conhecer para, em seguida, contrastar historicamente, distinguindo fenômenos efêmeros e longos movimentos. Cada momento contém em si esses dois movimentos de extensão distinta: “o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (BRAUDEL, 1992, p.54).

Embebidos que estamos nestas três lógicas, a dizer, da História do Tempo Presente, da longa duração e da História Política, buscamos tensionar uma visão excessivamente confinada

na Guerra Fria como paradigma explicativo da conduta internacional dos Estados Unidos durante o século XX. Debruçando-nos sobre a documentação do *Foreign Relations of the United States* (FRUS), além de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre outros, buscaremos argumentar que tal paradigma não é capaz de traduzir a realidade senão imperfeitamente.

### **Autonomia e impérios**

A derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial trouxe seu desmembramento e sepultou definitivamente a autonomia da qual os curdos gozaram desde que passaram a integrá-lo entre os séculos XV e XVI. A divisão territorial promovida pelos países vencedores transformou as áreas ocupadas pelos povos curdos em quatro Estados distintos: Iraque, Síria e Turquia, além do Irã, a antiga Pérsia. As antigas províncias otomanas de Bagdá, Mosul e Basra se tornaram um mandato da Sociedade das Nações, sob responsabilidade do Reino Unido. A Síria, por sua vez, ficava sob administração francesa. O Tratado de Versailles confiava a tutela desses povos, “não ainda aptos a dirigir-se sozinhos” (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, tradução nossa<sup>3</sup>) no mundo moderno, às nações desenvolvidas, que tinham uma “missão de civilização sagrada” (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, tradução nossa<sup>4</sup>).

O sistema de mandatos era a epítome do liberalismo econômico preconizado pelos Estados Unidos, potência emergente após a guerra, e acatado pela Sociedade das Nações — inclusive por uma relutante Inglaterra em declínio, que via esvair-se paulatinamente seu domínio colonial tradicional. O mundo westfaliano viria a ser reorganizado de acordo com os predicados liberais americanos que previam algum tipo de controle do povo sobre as instituições nacionais, ainda que sob tutela estrangeira. A Inglaterra deveria reestabelecer a ordem internacional, sob a égide do princípio liberal da soberania que determinava a criação de um Estado moderno e democrático. A obrigação da Grã-Bretanha de zelar pelo bem-estar das múltiplas comunidades presentes do território do Iraque foi estabelecida no documento de esboço dos termos dos mandatos de 1921, tais quais estabelecidos pela Sociedade das Nações. Segundo o oitavo artigo desse documento, o mandatário deveria garantir um ambiente livre de discriminação por raça, religião ou língua. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1921)

---

<sup>3</sup> des peuples non encore capables de se diriger eux-mêmes

<sup>4</sup> une mission sacrée de civilisation,

Apesar dessas recomendações, Jordi Tejel (2014) descreve a política da Grã-Bretanha quanto aos curdos como “ambígua”. Enquanto as minorias buscavam proteção contra projetos estatais homogeneizantes, os ingleses dependiam do apoio de grupos e coletividades locais para consolidar sua presença na região. A Grã-Bretanha viu-se crescentemente dependente de sheiks de importância local ao passo que se confrontava com uma população influenciada pelo novo discurso liberal. Em tais circunstâncias, em 1918 um acordo entre os *Political Officers* e os notáveis do distrito de Sulaimaniya, no Norte do Iraque, estabeleceu um governo provisório curdo sob a liderança do sheik Mahmoud Barzinji (segundo o autor, restrições financeiras impediriam a Grã-Bretanha de ocupar militarmente essa área). Paralelamente, entre 1918 e 1923, no Sul, foi estabelecido um governo curdo sob supervisão direta de conselheiros britânicos. As visões dos ingleses quanto ao método administrativo a ser adotado para os curdos divergiam. Enquanto alguns oficiais acreditavam em um modelo de controle direto, outros apostavam em uma administração autônoma.

Após receber apoio dos britânicos e, em seguida, desencorajamento, Barzinji logo se convenceria de que não havia espaço para a autonomia curda em um país predominantemente árabe. De fato, a Grã-Bretanha encontrava-se comprometida com a criação, apoio e aconselhamento de um Estado árabe independente na área do Iraque. (DODGE, 2005) De sua parte, insuflados pela penetração de princípios liberais, vários grupos minoritários passaram a se rebelar contra o Mandato Britânico a partir de 1920. Em 1922, o sheik Mahmoud se autoproclamou governador geral do Curdistão. Em pouco tempo suas forças foram massacradas pelo exército e a aeronáutica ingleses. Após um curto período de exílio, Mahmoud retornou ao Iraque, onde seria nomeado novamente governador do “Curdistão”, território nos arredores de Sulaimaniya, pretendendo liberar o restante do território. A Grã-Bretanha, juntamente com o governo iraquiano, declararia, em 1922, que “o governo iraquiano reconhece os direitos nacionais dos curdos de coexistir dentro do Estado iraquiano e de formar um governo autônomo no Curdistão” (TEJEL, 2014, p.30, tradução nossa<sup>5</sup>). Cinco meses depois dessa declaração, entretanto, o Alto Comissariado Britânico no Iraque ordenou o bombardeamento de Sulaimaniya, que se tornou a primeira cidade iraquiana a ser alvo da Royal Air Force.

Esse episódio, gostaríamos de destacar, foi o primeiro de muitos desse tipo que

---

<sup>5</sup> le gouvernement irakien reconnaît les droits nationaux des Kurdes de coexister dans le cadre de l'État irakien et de former un gouvernement autonome au Kurdistan.

aconteceriam durante o século XX: a Inglaterra exercia seu poder hegemônico aliando-se estrategicamente com curdos — e outras minorias — quando era de seu interesse, buscando garantir a estabilidade da região como um todo — e, em seguida, virando-lhes as costas. Buscaremos ilustrar, ao longo das próximas seções, como um comportamento semelhante foi apresentado pelos Estados Unidos quando coube a este tomar decisões quanto aos curdos.

### **Fim do mandato**

Barzinji comandou uma série de rebeliões durante a década de 20, que chegaram a culminar em ações de guerrilha armada na década seguinte. Ao fim dessa década, a aliança com os curdos não apresentava vantagens substantivas para os britânicos. A província de Mosul — onde petróleo atraía interesse inglês — havia sido anexada ao território iraquiano em 1925, tornando a questão curda de menor relevância estratégica. Para além disso, o Mandato havia sido reformulado e formalmente substituído por um tratado de aliança, instaurando um sistema de “aconselhamento”, em seguida de “inspeção”, cuja duração estava condicionada à resolução das questões com a Turquia. A Grã-Bretanha, frente à crise de Chanak, em 1922 (quando a Turquia tentou recuperar territórios ocupados pelos Aliados, expulsando tropas gregas e entrando em conflito com ingleses e franceses na zona neutra), à forte resistência do Rei Faisal, da elite iraquiana e das populações iraquiana e britânica, à oposição de parte do parlamento inglês à extensão do Mandato e, sobretudo, ao seu declínio econômico, diminuía paulatinamente sua influência sobre o Iraque, sob comando de uma Sociedade das Nações que exigia que o Estado que se erguesse fosse eficiente e liberal — consequentemente, cada vez mais pautado pelo princípio da soberania. (DODGE, 2005)

Tornava-se cada vez mais evidente o desafio de conciliar a tutela sobre o Iraque, de certa maneira herança do colonialismo imperial britânico, com a missão de fundar um Estado soberano, que exigia atender aos interesses do Rei e da elite de Bagdá. A Grã-Bretanha se confrontava com as contradições entre o sistema de mandatos e as transformações no sistema internacional, cada vez mais baseado no Estado unitário e soberano. As consequências disso passavam pelo nacionalismo iraquiano<sup>6</sup>, que exacerbava o conflito na política britânica. As tensões do processo de construção nacional levaram, em 1932, à produção do quase-Estado do

---

<sup>6</sup> Neste trabalho entendemos o nacionalismo como definido por Gellner (1993, p.11): “princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”. Nesse sentido, pode ser tanto um sentimento quanto um movimento, ambos motivados por tal princípio.

Iraque, que se tornou detentor de independência *de jure* enquanto membro da Sociedade das Nações. O novo poder estatal, entretanto, era constituído por uma elite sunita amplamente desarmada e despreparada para lidar com a multiplicidade étnica dentro do território iraquiano. Mais do que isso, despreparada para lidar com populações crescentemente liberais e nacionalistas.

A Inglaterra, contudo, não poderia mais arcar com a criação de um Estado liberal nos moldes determinados pela Liga das Nações. O Império inglês, na década de 1930, começava a dar sinais de franca decadência, e a crise econômica colocou em xeque a capacidade dos britânicos de garantir o equilíbrio do mercado mundial, sinalizando para sua dissolução após a Segunda Guerra Mundial — o golpe final na hegemonia britânica.

### **Virada hegemônica**

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de novidades para o cenário internacional. Os Estados Unidos saíram fortalecidos e assumiram o posto de grande potência ocidental, enquanto a Europa se recuperava do esforço de guerra. Nesse momento, observa-se uma virada hegemônica, em que os EUA assumem o posto de estabilizador de sistema econômico mundial debilitado pela crise econômica de 1929 e pela guerra. Por consequência, aumentava o interesse americano em assuntos de países estrangeiros, enquanto a influência britânica lentamente declinava. Paralelamente, a União Soviética saía fortalecida da Segunda Guerra e se alçava ao posto de maior potência do Oriente, expandindo sua zona de influência e inaugurando décadas de disputa com os Estados Unidos — período conhecido como Guerra Fria. O mundo passou a ser o palco em que se apresentavam as rivalidades entre EUA e URSS. O Oriente Médio não foi exceção. (DODGE, 2005) (KINDLEBERGER, 1986)

No Iraque pós-guerra, as várias minorias se articularam crescentemente contra a autoridade central e em torno de ideais nacionalistas. Mulla Mustafa Barzani, prestigioso líder tribal, fundou em 1946 o Partido Democrático do Curdistão (KDP) e passou a se preparar para uma revolta pela autonomia, reivindicando os territórios de Kirkuk, Suleimaniyah, Erbil, Dohuk e Khanaqin, sob os auspícios de um ministro de assuntos curdos. Derrotado, juntou-se à República de Mahabad, proclamada em 1946 por Qazi Mohammed, no Irã. O gérmen da República de Mahabad havia surgido no vácuo de poder iraniano causado pela invasão anglo-soviética de 1941, que buscava assegurar o abastecimento de petróleo dos Aliados. O xá Reza Shah, por conta de suas relações amistosas com a Alemanha nazista, havia sido deposto e

substituído por seu filho, Reza Pahlavi. Enquanto as tropas do xá sucumbiam, trataram de vender ou render suas armas às tribos das montanhas, como os curdos. Foi na ampla área entre as forças britânicas e soviéticas, no vácuo deixado pelos iranianos em fuga, que os curdos puderam colocar em prática seus planos de autonomia. Para manter a república, entretanto, Mohammed dependia de apoio soviético. Assim, às vésperas da retirada da URSS desse país e do Azerbaijão — marcada para seis meses após a vitória sobre o Japão —, os diplomatas americanos confirmaram que unidades soviéticas de dirigiam a Mahabad e à fronteira com o Iraque.

O apoio soviético, entretanto, se provaria mais estratégico que ideológico. A petrodiplomacia soviética os havia levado a apoiar Mahabad; essa mesma política levou a uma rápida retirada quando o governo iraniano prometeu acesso ao petróleo em Azeri. Para a administração americana, ficava aparente que o movimento de Qazi Mohammed, apesar de ter recebido apoio soviético, era nacionalista, não comunista. Paralelamente, a União Soviética firmou com o Irã sua retirada do país em 1946 — em grande parte por pressão dos países ocidentais —, inviabilizando a experiência de autonomia dos curdos, que eram dependentes do apoio econômico e militar dos soviéticos. Sozinhos, não eram capazes de enfrentar as forças do xá, que aumentava sua pressão sobre os curdos. O ano de 1946 marcou o fim da República curda. De sua parte, Barzani retornou ao Iraque, onde foi perseguido e levado a buscar refúgio na União Soviética. (LITTLE, 2010) (ROOSEVELT, 1947)

O Iraque, por sua vez, via seu regime ameaçado desde 1936, com uma série de tentativas de golpe de Estado. A forças armadas tentaram tomar o poder seis vezes nos cinco anos que se seguiram à morte do Rei Abdulaziz Faisal, que deixou o irmão no trono. Finalmente, em 1958, o coronel Abdul Karim Qassim, apoiado pelos Oficiais Livres, promoveu um golpe de Estado contra a monarquia, tomando Bagdá, assassinando a família real e pedindo apoio soviético. Os Oficiais Livres propunham um governo republicano, reforma agrária limitada e política externa neutra. O novo governo retirou o Iraque da Zona Esterlina — encerrando a dependência entre o dinar, moeda local, e os bancos britânicos —, proclamou a Lei n. 80, que concedia ao Iraque mais de 99,5 por cento das concessões da Companhia de Petróleo Iraquiana, retirou o país do Pacto de Bagdá, anulou o acordo militar de 1954 com a Grã-Bretanha, reconheceu a República Popular da China e retomou relações diplomáticas com a União Soviética, seguindo-se acordos culturais e comerciais. Devido ao frágil apoio que recebia da maioria árabe, que desaprovava sua

recusa a juntar-se à República Árabe Unida (UAR), proclamada em 1958 pelo Egito e a Síria, Qassim foi levado a buscar outras fontes de sustentação política. De um lado, se aproximou do Partido Comunista Iraquiano; de outro, convidou Barzani de volta ao Iraque, propondo um autogoverno, em um contexto de descentralização, mas não autonomia, temendo que ela levasse à secessão. (GHAREEB, DOUGHERTY, 2004)

Uma vez em casa, entretanto, Barzani passou a pressionar o novo governo a conceder autonomia total aos curdos, o que significaria autonomia dos campos de petróleo em Mosul e Kirkuk. Com a negativa do governo, o líder comandou suas tropas (conhecidas como *peshmergas*) contra Qassim em setembro de 1961. Este passou a acreditar que Barzani e os curdos estavam articulados com os Estados Unidos, que por muitos anos vinha tentando derrubar o novo governo. Efetivamente, o partido de Barzani, o KDP, foi dissolvido em setembro de 1961. (LITTLE, 2010)

As preocupações de Qassim não parecem ser infundadas. Em 1962 Barzani entrou em contato com Roy Melbourne, o *chargé d'affaires* americano em Bagdá, pedindo aos americanos apoio ao movimento revolucionário por meio de dinheiro e armas. Em contrapartida, Barzani oferecia-se para expurgar do movimento “quaisquer pessoas que consideremos suspeitas” — sem especificar de que se tratavam as suspeitas —, cooperar com os árabes conservadores (trazendo o Iraque de volta para o Pacto de Bagdá) e oferecer informação total sobre a política interna e os desenvolvimentos militares no Iraque curdo e árabe. Barzani declararia preferir pedir ajuda aos EUA que à URSS; entretanto, os curdos estavam sendo massacrados (NORING, LAFANTASIE, 1995)

As tensões políticas no interior do Iraque, contudo, escalaram mais rápido do que o previsto. Em 8 de fevereiro de 1963, autoridades americanas afirmaram que o Partido Baath Socialista Árabe parecia ter tomado o poder no país. O Baath havia se desenvolvido primeiramente na Síria, no entreguerras, como um movimento de libertação nacional oposto à elite síria e francesa. Logo tornou-se um movimento de massa caracterizado pelo panarabismo<sup>7</sup>, socialismo e anti-imperialismo. Havia chegado ao Iraque tardiamente, na década de 1950. Até 1958, o partido abrigava poucas centenas de membros. (FATTAH, CASO, 2009)

---

<sup>7</sup> O panarabismo preconiza a unificação de todos os países do mundo árabe. Está diretamente conectado ao nacionalismo árabe, que vê os árabes como uma única nação, e é amplamente anti-ocidental.

Avaliando que o novo governo não parecia ter aspirações comunistas e que os prospectos pareciam de melhora nas relações entre os EUA e o Iraque, os americanos se apressaram em reconhecer o golpe de Estado no dia 2 de fevereiro de 1963. Um pedido formal de reconhecimento do novo regime seria enviado no dia seguinte, pelo diplomata Dean Rusk, ao presidente Kennedy. (NORING, LAFANTASIE, 1995)

Essas relações, contudo, iriam se estremecer devido às reivindicações de Barzani, que acreditava que a recompensa por ter enfraquecido o governo de Qassim deveria vir na forma de autonomia aos povos curdos. Em correspondência oficial, diplomatas americanos em Bagdá afirmaram que a questão curda seria o problema mais sério do governo central. Caso os baathistas não atendessem minimamente às demandas curdas, retomada das revoltas parecia muito provável, o que poderia acarretar ações de guerrilha com possível apoio da União Soviética. (HOWLAND, PATTERSON, 1999)

Apesar de suas promessas e das recomendações americanas, os baathistas atacaram o território curdo em junho do mesmo ano, sem maiores reações da parte dos EUA, que consideravam a questão curda um problema interno e vinham evitando intervenção direta no Iraque, mesmo que mantendo sua presença na região. Ainda em novembro de 1963, entretanto, os baathistas seriam tirados do poder pelo general Abdul Salam Arif e um grupo de oficiais anti-baathistas que tinham uma postura mais conciliadora em relação aos curdos e estabeleceram um cessar-fogo. (LITTLE, 2010)

Nesse período os curdos se voltaram aos EUA pedindo ajuda — via um terceiro Estado — caso as disputas voltassem a ocorrer. À época, Barzani requisitou uma visita ao Departamento de Estado para apresentar seu caso. Ainda que representantes curdos não fossem “não bem-vindos” (*not unwelcome*), a resposta dos EUA foi negativa. (HOWLAND, PATTERSON, 1999)

No entanto, a questão curda parece ter assumido maior importância na agenda americana no ano seguinte. Em 23 de abril de 1965, um memorando interno de inteligência referente ao Irã celebrava o comprometimento do xá Reza Pahlavi com os Estados Unidos, apesar de ter feito gestos amistosos à União Soviética. Sua preocupação principal era a expansão de atividades pró-Nasser<sup>8</sup> no Golfo Pérsico. “Isso deu origem a um aumento na atividade iraniana no Oriente

---

<sup>8</sup> Gamal Abdel Nasser foi um oficial do exército egípcio, primeiro ministro e presidente, além de fundador da República Árabe Unida (1958-1961), da qual fizeram parte Egito e Síria. Nasser defendia uma unidade islâmica que expulsaria os britânicos do Oriente Médio e extinguiria Israel, país com que foi à guerra duas vezes, tornando-se

Médio, na forma de provisão de ajuda a rebeldes curdos no Iraque, ajuda a monarquistas iemenitas, e cooperação com Israel em questões de segurança (...)” (HOWLAND, PATTERSON, 2000, tradução nossa<sup>9</sup>). Segundo a inteligência americana, “O xá ajuda dissidentes curdos no Iraque porque ele acredita que tal ajuda mantém o Iraque fraco e, portanto, menos capaz de ajudar seu inimigo, Nasser”. (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1998, tradução nossa<sup>10</sup>).

Os Estados Unidos haviam feito um acordo de ajuda militar — inédito para os EUA até então — de cinco anos com o Irã. Apenas para os anos de 1970 e 1971, a assistência prevista era de 100 milhões de dólares americanos. A proximidade dessa relação e a sua importância para os interesses americanos no Oriente está amplamente documentada, tanto na correspondência interna entre agentes americanos, quanto entre os dois países. Essa proximidade seria essencial para que a ajuda israelense (na forma de armas, dinheiro e treinamento) também pudesse entrar em território iraquiano. De fato, enquanto durou o cessar-fogo (com ocorrências esporádicas de violência), os dois países se articularam ativamente para armar e orientar os curdos. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

No ano de 1967, a forte e armada presença dos curdos no Iraque significava a concentração das tropas iraquianas no Norte. Assim, as chances de que eles se envolvessem no conflito árabe-israelense<sup>11</sup> (deflagrado no mesmo ano pela UAR) ou que se voltassem para problemas no Golfo, como as tensões com o Kuwait, eram reduzidas. O xá era o principal rival de Bagdá, e o Irã se sentia humilhado pelo vizinho desde 1937, com as restrições ao uso do canal do Xatalárabe, que conectava o Golfo Pérsico a um porto iraquiano e um iraniano. Apoiar os curdos significava, portanto, aumentar a pressão sobre o Iraque. Esse apoio envolvia ajuda militar, financiamento em espécie e algum tipo de salvaguarda no lado iraniano da fronteira com o Iraque aos rebeldes. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

Apesar dos interesses de seu principal aliado na região, os Estados Unidos negariam sucessivos apelos por apoio direto da parte de Barzani, entre 1969 e 1972. O chefe chegou a

---

um dos mais célebres e articulados proponentes do panarabismo.

<sup>9</sup> This has given origin to greater Iranian activity in the Middle East in the form of providing aid to Kurdish rebels in Iraq, aid to Yemeni royalists, and cooperation with Israel on security matters

<sup>10</sup> The Shah aids Barzani's Kurdish dissidents in Iraq because he believes that such help keeps Iraq weak and thus less able to help his enemy, Nasser.

<sup>11</sup> Conhecido como a Guerra dos Seis Dias, levou ao rompimento das relações entre os Estados Unidos e o Iraque

dizer, segundo fontes americanas, que “gostaria de ver o Curdistão se tornar o 51º estado” (BELMONTE, KEEFER, 2006, tradução nossa<sup>12</sup>). Entretanto, os americanos se tornariam crescentemente preocupados com o estreitamento das relações entre o governo Baath que se instalou em Bagdá em 1968, sob comando do presidente Ahmed Hassan al-Bakr, e a União Soviética. Desde 1958, não mais o Ocidente, mas a Europa do Leste e a União Soviética vinham sendo os patrocinadores da economia iraquiana. Mais de um bilhão de dólares em assistência militar foram concedidos pela URSS e o leste europeu, enquanto 830 milhões foram destinados à ajuda econômica. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

A princípio tentou-se um acordo de autonomia entre o governo central e os curdos, em 1970 — para o descontentamento do xá, que manifestou a Washington sua preocupação, considerando-se, também, a retirada da Inglaterra do Golfo Pérsico, anunciada para 1971. Antes que fosse firmado, entretanto, tornou-se claro que não era possível dividir as receitas de petróleo de Kirkuk entre o Curdistão e o resto do Iraque, levando ao desacordo entre Barzani e o governo central. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

Em 1972, ano em que o Baath promoveu a nacionalização do setor de petróleo iraquiano, buscando independência do Ocidente, o Baath já era considerado um inimigo pelos EUA. A melhor maneira de combatê-lo, sem se envolver diretamente, era patrocinar a oposição. O SAVAK, serviço de inteligência iraniano, considerava que Barzani era a única figura em torno da qual uma oposição efetiva ao Partido Baath poderia ser organizada. Apenas em fevereiro de 1970, a assistência iraniana e israelense havia sido de 3.360.000 dólares americanos, segundo relatório dos EUA (BELMONTE, KEEFER, 2006). Por considerar a ajuda dos aliados suficiente, a posição dos EUA era de evitar, tanto quanto possível, o envolvimento direto. (FATTAH, CASO, 2009)

Os americanos tinham, entretanto, motivos para que sua preocupação com os curdos aumentasse. Em 9 de abril, o Iraque e a União Soviética assinaram um tratado de amizade e cooperação, de duração de quinze anos, em que era garantida ajuda soviética em termos políticos, econômicos, científicos e militares. Essa aproximação foi coordenada por Saddam Hussein, que era “virtualmente o rei do aparato de segurança”<sup>13</sup> e “homem forte”<sup>14</sup> da política iraquiana.

---

<sup>12</sup> would like to see Kurdistan become the 51st state

<sup>13</sup> virtual king of the Iraqi security apparatus

<sup>14</sup> strongman

(BELMONTE, KEEFER, 2006)

Mais além, em primeiro de junho, o Iraque estatizou, sem indenização para os investidores americanos, britânicos, holandeses e franceses, a Companhia Nacional de Petróleo do Iraque, localizada em Kirkuk. Se as perdas diretas americanas não eram expressivas, a nacionalização poderia ter efeitos deletérios a longo prazo, caso outros exportadores de petróleo seguissem o exemplo iraquiano, afetando a balança comercial americana diretamente, além de ameaçar a Europa.

O interesse americano no Iraque e, por consequência, nos curdos, não era estritamente uma questão de petróleo, ou da influência soviética sobre Bagdá. A ação dos EUA sobre o Iraque durante a Guerra Fria não era apenas uma questão de Guerra Fria, ou, em outras palavras, a “questão soviética” era apenas uma das variáveis que compunham o cenário maior de interesses geopolíticos, nos quais outros atores, como o Irã, também exerciam grande peso. Tal qual a Inglaterra antes deles, os Estados Unidos se viram em posição de tomar decisões estratégicas com base em um amplo cenário geopolítico regional. O *chief of mission* do Iraque, Arthur L. Lowrie, assim coloca em correspondência com o Departamento de Estado:

É claro que há as reservas enormes de petróleo da Mobil e da Esso e, mesmo, reservas maiores em potencial (...) Entretanto, os EUA não precisam do Iraque *per se*, nem de seu petróleo. O que nós precisamos, acredito, é a aparência de desenvolvimento ordenado e estabilidade pelos próximos dez ou vinte anos no Golfo e na Arábia Saudita para garantir acesso do Ocidente ao petróleo. O Iraque, por causa de sua localização geográfica, seu papel como importante produtor de petróleo e sua vulnerabilidade política deve, portanto, ser de interesse considerável para nós. Isso seria verdade mesmo se os soviéticos não tivessem, pelas mesmas e adicionais razões, feito dele um de seus maiores alvos na área (U.S. Interests Section, [Memorandum], 21 out. 1972, Bagdá [para] Department. In BELMONTE, M. KEEFER, E., 2006, tradução nossa<sup>15</sup>)

Menos de um mês depois, no dia 30 de junho de 1970, em uma reunião em Washington, os EUA sinalizaram estar inclinados a ajudar. Os curdos pediram apoio moral, de inteligência, financeiro e militar. O apoio financeiro deveria ser suficiente para sustentar uma ofensiva militar

---

<sup>15</sup> There are, of course, Mobil and Esso and Iraq's huge oil reserves and even larger potential reserves [...] Yet the U.S. does not need Iraq *per se* nor its oil. What we do need, I believe, is a semblance of orderly development and stability over the next ten or twenty years in the Gulf and Saudi Arabia to insure Western access to the oil. Iraq, because of its geographic location, its role as a major oil producer, and its political vulnerability, must, therefore, be of considerable interest to us. This would be true even if the Soviets had not for the same and additional reasons made it one of their major targets in the area.

com o objetivo de derrubar o governo baathista:

Ou ao menos prender a maioria das forças militares iraquianas em um combate indefinido buscando eliminar o regime iraquiano enquanto uma ameaça controlada pelos soviéticos aos interesses americanos e do mundo e seus aliados na área<sup>16</sup> (Memorandum of Conversation, Washington, 5 jul. 1972. *In* BELMONTE, M. KEEFER, E., 2006)

Richard Helms, diretor da CIA, solicitou então que fossem enviados detalhes de suas necessidades militares e financeiras, para que os americanos pudessem considerá-las prontamente. Disse, entretanto, que seria difícil fornecer equipamento militar diretamente, sem que seu envolvimento se tornasse conhecido por outras partes, sugerindo que pudesse ser enviado via Irã<sup>17</sup>, e pediu — ao que os representantes de Barzani acataram — completo segredo sobre o novo relacionamento.

No dia 28 do mês seguinte, Helms e Richard Kennedy, então assistente adjunto de planejamento do Conselho de Segurança Nacional para a presidência, enviaram a Henry Kissinger (à época assistente da Presidência para questões de segurança nacional) uma proposta de intervenção, considerando pertinente fornecer assistência encoberta aos curdos em um momento em que a deterioração das relações entre a União Soviética e o Egito poderia favorecer o estreitamento das relações com o Iraque — país que a URSS poderia transformar definitivamente em um Estado-satélite. A assistência financeira seria oferecida diretamente e anualmente, enquanto a militar, na forma de armas e munições, passaria pelo Irã. Em um documento sem data, Kissinger transmite a anuência do presidente Richard Nixon para as sugestões de Helms e Kennedy, aprovando um plano de assistência financeira e militar que totalizava 5 milhões de dólares para aquele ano. A ajuda seria suficiente para manter os curdos em posição defensiva, mas suficientemente pequena para que pudesse ser mantida em segredo. A maior fonte de financiamento dos curdos, chegando à casa das centenas de milhão, vinha da parte do Irã. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

De sua parte, Pahlavi, no Irã, vinha centralizando cada vez mais o poder, reprimindo a oposição e ganhando maior influência no cenário internacional como grande produtor de petróleo — se aproximando dos Estados árabes e assumindo uma posição de liderança na OPEP

---

<sup>16</sup> or at least tying up the majority of Iraqi military forces in indefinite combat in order to eliminate the Iraqi regime as a Soviet-controlled threat to American and free world interests and allies in the area”

<sup>17</sup> A assistência seria fornecida pelo Irã e outra parte cuja identidade não foi revelada pelo documento, apenas parcialmente desclassificado

—, o que levou a um rápido processo de expansão econômica e modernização política. Em 1973, o Iraque já havia sinalizado querer negociar uma *détente* no conflito com o vizinho, que se dava em torno da revogação unilateral, por parte do Irã, em 1969, do tratado de 1937 que estabelecia a fronteira entre os países. Arthur Lowrie, *principal officer* do Iraque, considerava a reaproximação benéfica para a geopolítica da região. Isso poderia significar, inclusive, o afrouxamento dos laços com a União Soviética e incentivar a independência iraquiana. Com a rápida escalada da guerra e o crescente apoio financeiro e militar do Irã no ano de 1974, entretanto, a necessidade de um acordo com o vizinho se tornava mais urgente para o Baath. Para o Irã, o sucesso das empresas militares iraquianas sobre o Curdistão significava que ele deveria abandonar os curdos ou aumentar significativamente seu subsídio. Em 6 de março de 1975, durante reuniões da OPEP, Reza Pahlavi e Saddam Hussein discutiram termos de acordo sobre a demarcação e segurança das fronteiras terrestres e fluviais. O governo americano avaliou que Hussein havia feito grandes concessões — incluindo de território iraquiano que dava acesso ao Xatalárabe — para que pudesse conter definitivamente a ajuda iraniana aos curdos.

Barzani, desprestigiado pelo acordo, renunciou, e nenhum comandante curdo parecia apto a tomar a liderança. Sem o apoio iraniano e sob forte ataque de Hussein, a resistência curda dissolveu-se em grande parte, enquanto a liderança do KDP foi exilada. Em 4 de junho de 1975, impulsionada pelas rápidas mudanças na geopolítica regional, a CIA confirmou o término do programa de assistência aos curdos. Neste mesmo ano, em setembro, Israel e Egito assinaram o Tratado Provisório de Sinai, sinalizando para um possível fim pacífico para o conflito árabe-israelense que estava na origem das negociações iniciadas em 1973, na Conferência de Genebra. A Síria, entretanto, se recusava a participar das negociações, representando um obstáculo para seu desfecho positivo. Nesse sentido, um Iraque forte, inimigo da Síria, começou a aparecer como uma possibilidade interessante para os Estados Unidos. (BELMONTE, KEEFER, 2012) (SHAREEF, 2014)

Em 17 de dezembro do mesmo ano, Kissinger se reuniu com o ministro de relações exteriores iraquiano, estabelecendo contato entre Iraque e Estados Unidos pela primeira vez em muito tempo e buscando a normalização das relações. Uma das exigências para que isso acontecesse era que os EUA negassem ajuda no presente e futuro para as forças do KDP. A condição foi aceita.

Após armar, financiar e incentivar os curdos por anos, os Estados Unidos, lembrando a

postura da Grã-Bretanha antes deles, deram as costas para seus aliados, que vieram a ser silenciosas vítimas da política de arabização de Saddam nos anos subsequentes. O colapso da Revolução de Barzani (como é conhecida entre os curdos) levou Bagdá a aumentar sua pressão sobre a área curda. O objetivo de Saddam passava a ser redesenhar fisicamente o mapa do norte do Iraque, removendo curdos rebeldes das áreas que tradicionalmente ocupavam e os transferindo forçosamente para novas áreas sob a supervisão das forças armadas. Em 1975, o governo iniciou uma campanha de arabização de áreas curdas, destruindo centenas de vilarejos em meados dos anos 1970 nas regiões de Nineveh, Dohukk e Diyala, onde havia significativas reservas de petróleo, e subsequentemente impondo restrições à moradia e trabalho de curdos na região de Kirkuk. Paralelamente, povos árabes do sul do Iraque foram encorajados a se mudarem para o norte, mudando a distribuição de etnias na região tradicionalmente curda, enquanto curdos foram conduzidos à força para áreas desérticas do Sul, onde deveriam se tornar fazendeiros. Na prática, muitos morreram de fome e de calor, em um ambiente amplamente inóspito. Entre 1977 e 1978, o Iraque deu início a um *cordon sanitaire* na fronteira norte que, se começou com uma terra-de-ninguém de cinco quilômetros, logo atingiu trinta, afetando sobretudo a região Suleimaniyeh. Apenas na primeira onda de “limpeza” de fronteiras, cerca de quinhentos vilarejos foram destruídos.

### **O fim da Guerra Fria**

Isolados politicamente e enfraquecidos, os curdos permaneceriam fora da agenda americana até a década de 1980. Neste período, a política externa norteamericana quanto ao Oriente Médio e Golfo foi obrigada a passar por um processo de remodelagem, frente às mudanças políticas no contexto regional (SHAREEF, 2014). Em 1979, o Irã, aliado histórico dos Estados Unidos na região, converteu-se em um califado islâmico sob comando do aiatolá Ruhollah Khomeini, cujas guerrilhas avançaram sobre o exército e depuseram o xá Mohammad Reza Pahlavi durante a Revolução Iraniana em 11 de fevereiro de 1979, marcando o fim de um conflito que havia se iniciado no ano anterior. O novo governo era hostil à antiga aliança entre este e os Estados Unidos. Os americanos, por sua vez, passaram a buscar uma nova política de segurança regional baseada no balanceamento estratégico de atores regionais. O Iraque, nesse contexto, se converteu em um importante aliado em potencial, com quem os americanos passam a buscar crescente cooperação. Neste país também houve uma mudança importante de liderança: Saddam Hussein, líder secular, assumiu a presidência do Iraque e a chefia do Baath em 16 de

julho de 1979. Estes movimentos seriam fulcrais para o relacionamento entre americanos e curdos, como veremos mais adiante.

Hussein e os baathistas acreditavam que o novo governo iraniano, encabeçado por xiitas, era uma ameaça para o Iraque, cuja população, majoritariamente xiita, começava a organizar-se em grupos de oposição baseados em religião e etnias. Com esses desafios em mente, Hussein banuiu o partido Dawa e executou seu líder, o aiatolá Muhammad Baqir al-Sadr, e sua irmã. Esse evento suscitou o descontentamento de Khomeini, que ameaçou convocar os xiitas iraquianos a depor o regime baath. Em resposta, Hussein exilou cerca de 40.000 xiitas iraquianos e decidiu atacar o Irã antes que este fosse capaz de mobilizar curdos e xiitas contra o regime, consolidar seu poder e espalhar a Revolução Islâmica. Em 22 de setembro de 1980, Saddam Hussein invadiu o vizinho ganhando apoio de várias potências ocidentais, como os Estados Unidos e a Inglaterra, dando início a Guerra Irã-Iraque. Saddam responsabilizou o Irã pelo início do conflito, por ter supostamente violado o acordo de Algiers e lesado o Iraque. (HOLDEN, 2012)

Os americanos incentivaram o governo iraquiano (por meio de informações de inteligência, passadas aos sauditas para transmissão a Bagdá, que minimizavam deliberadamente a capacidade bélica do vizinho), a promover o ataque que deflagraria uma longa guerra. As eleições presidenciais americanas, durante e a crise dos reféns americanos detidos em Teerã, foram determinantes que os EUA incentivassem Bagdá a pressionar o governo iraniano. Subestimando os recursos e capacidades do Irã, Saddam engajou o país em uma guerra que se estenderia por oito anos, o mais longo (e mais custoso) conflito entre dois países até então.

Os Estados Unidos (e a União Soviética) optaram, a princípio, por declarar neutralidade no conflito. Entretanto, os avanços realizados pelos iranianos, sua demonstração de independência quanto aos EUA e à URSS e a resolução da crise dos reféns americanos fizeram com que os americanos se inclinassem cada vez mais em direção ao Iraque — com consequências deletérias para seus antigos aliados curdos. Também o fez a União Soviética, apesar de prezar por uma atitude não explicitamente anti-iraniana, temendo perder a relação pacífica com o Estado que quebrava a corrente de pró-americanos em suas fronteiras. De sua parte, os americanos não poderiam admitir uma vitória iraniana, que poderia ter consequências devastadoras para os preços de petróleo mundiais. Se vencedor, o Irã poderia persuadir as monarquias do Golfo a aderir a seu plano de cortar a produção de petróleo para aumentar seu preço e transformar, assim, a região em um pólo industrial e tecnológico, além de fundar um

Mercado Comum do Golfo — passo inicial para um mais amplo Mercado Comum Islâmico. Nos estágios iniciais da Guerra, os Estados Unidos retiraram o Partido Baath da lista de organizações terroristas, retomaram relações diplomáticas com Bagdá e estabeleceram um plano de cooperação econômica que chegou a oferecer crédito de aproximadamente um bilhão de dólares por ano para a compra de *commodities* americanas. (KARABELL, 1995) (GOLAN, 1990)

O apoio de Washington culminou, nos anos finais da guerra, no envio de tropas navais que formavam virtualmente um segundo *front* contra a República Islâmica. (HIRO, 1991) As forças armadas americanas destruíram plataformas de petróleo iranianas no Golfo Pérsico, afundaram canhoneiros iranianos e provocaram a queda, supostamente acidental, de um avião de carreira pertencente ao Irã. (FATTAH, CASO, 2009). Mais ainda, o relatório Riegle<sup>18</sup>, apresentado em 1994 diante do U.S. Senate Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs, informa que foram encontradas evidências convincentes de que os Estados Unidos, pelo menos desde 1985 (quando se iniciam os registros) forneceu ao Iraque materiais licenciados de duplo uso — isto é, um legítimo e um ilegítimo —, os quais contribuíram para o desenvolvimento, por parte do Iraque, de programas de sistemas de mísseis, armas químicas e biológicas. Esses programas incluíam precursores de agentes de guerra química; planos de instalações de produção de agentes de guerra química e desenhos técnicos (fornecidos como planos de instalações de produção de pesticidas); equipamento de enchimento de ogivas químicas; materiais relacionados à guerra biológica; equipamento de fabricação de mísseis; e equipamento de orientação para sistemas de mísseis. Mais além, os relatores constatam que:

As forças armadas dos Estados Unidos planejaram o uso de armas químicas e biológicas pelo Iraque: discutindo a ameaça química/biológica nas avaliações de ameaças pré-guerra; designando instalações de produção química/biológica como alvos prioritários de bombardeio; atribuindo uma prioridade muito alta às unidades de mísseis SCUD; e conversando com os laboratórios nacionais dos EUA sobre os riscos associados aos bombardeios das instalações de armas químicas, biológicas e nucleares. (RIEGLE, D'AMATO, 1994, tradução nossa<sup>19</sup>)

O Iraque dependia de outros países para fornecer equipamento, homens e valores

---

<sup>18</sup> Oficialmente intitulado *U.S. Chemical and Biological Warfare-Related Dual Use Exports to Iraq and their Possible Impact on the Health Consequences of the Gulf War*

<sup>19</sup> The United States military planned for the use of chemical and biological weapons by Iraq by: discussing the chemical/biological threat in pre-war threat assessments; designating chemical/biological production facilities priority bombing targets; assigning a very high priority to SCUD missile units; and, conferring with the U.S. national laboratories about the hazards associated with the bombings of the chemical, biological, nuclear weapons facilities.

vultosos em empréstimos, que consolidariam sua dependência com relação a Estados ocidentais. A ajuda estrangeira foi um dos grandes responsáveis pela capacidade do governo iraquiano de arcar com os custos de uma guerra bilionária e altamente letal, cujas vítimas não foram apenas forças iraquianas. Após um período de relativa paz, com o deslocamento das forças armadas iraquianas para o *front* com o Irã, os curdos iraquianos entraram novamente na mira de Saddam, quando negociações de parceria entre as forças de Talabani (líder curdo que competia com Barzani) e Saddam implodiram devido à questão de Kirkuk. Entre 1987 e 1989, esses povos foram alvo de uma ofensiva brutal de Bagdá.

Em 1988, utilizando-se do financiamento externo, durante os últimos estágios da guerra contra o Irã, o regime arrasou milhares de vilarejos, destruiu a economia rural e a infraestrutura local e assassinou dezenas de milhares de civis. A investida contra os curdos se tornou conhecida como Campanha de al-Anfal<sup>20</sup>. Dela, fizeram parte dois eventos de grande brutalidade e repercussão internacional. O primeiro foi um ataque químico à cidade curda de Halabja, próxima à fronteira com o Irã, que ocasionou milhares de mortes. Autoridades iranianas conduziram uma exposição do local do massacre à imprensa internacional. O relatório de George Black, da ONG *Human Rights Watch* — sobre sua investigação de campo sobre o massacre — assera que:

a ilusão persistiu, alimentada inicialmente por relatórios da inteligência americana, que inicialmente ‘inclinou-se’ fortemente na direção de Bagdá durante a Guerra Irã-Iraque de 1980-1988, de que ambos os lados foram responsáveis pelo ataque químico em Halabja (BLACK, 1993, p.1, tradução nossa<sup>21</sup>)

Segundo a investigação da entidade, essa seria uma falsa impressão: o testemunho de sobreviventes estabelece, “acima de qualquer dúvida” (BLACK, 1993, p.1, tradução nossa<sup>22</sup>), que o ataque de Halabja foi uma ação iraquiana, motivada pela breve captura da cidade pelos *peshmargas*, em parceria com a Guarda Revolucionária Iraniana.

O segundo evento foi o êxodo de entre sessenta e oitenta mil refugiados curdos das montanhas de Badinan, na fronteira com a Turquia, devido a ataques químicos — golpe final da

---

<sup>20</sup> *Al-Anfal* é uma palavra de significado religioso: é o nome da oitava suna do Corão, onde Maomé recebe uma revelação às vésperas da primeira batalha da fé muçulmana. Na suna, é expressa a vontade de deus de levar o terror ao coração dos infiéis. Na ocasião, 319 muçulmanos exterminaram 1000 descrentes de Meca.

<sup>21</sup> Even so, the illusion has long persisted, fostered initially by reports from the U.S. intelligence community, which "tilted" strongly toward Baghdad during the 1980-1988 Iran-Iraq War, that both sides were responsible for the chemical attack on Halabja.

<sup>22</sup> beyond reasonable doubt.

campanha de Anfal. No *front* com o Irã, havia sido declarado um cessar-fogo, o que deu às forças armadas iraquianas o impulso de que precisavam para sua última investida, que contou com cerca de duzentos mil homens. A *Human Rights Watch* e a *Middle East Watch*, entre outras entidades e países, reconhecem a campanha de al-Anfal como genocídio: trata-se do primeiro registro de um governo utilizando armas químicas contra sua própria população.

Apesar da repercussão da tragédia ocorrida com seus antigos aliados, os EUA não deixaram de apoiar Saddam Hussein enquanto o Irã representava maior ameaça para seus interesses na região. Gostaríamos de frisar a importância desse movimento de aproximação seguida de afastamento estratégico dos EUA em relação aos curdos no que diz respeito à nossa narrativa de longa duração. Dificilmente se poderia afirmar que teria sido a primeira vez que uma potência mundial se aproximou e se afastou dos curdos de acordo com seus interesses na geopolítica mais ampla do contexto médio-oriental.

A escalada de Saddam Hussein, entretanto, passou a perturbar os EUA quando, em 1990, tropas iraquianas invadiram o Kuwait. Na ocasião, os americanos reiteraram sua posição de não estabelecer contato com a oposição iraquiana, a despeito da oferta de cooperação militar e de inteligência feita por Jalal Talabani, líder do partido curdo União Patriótica do Curdistão (PUK). (SHAREEF, 2014) Apesar de não se envolver com a oposição iraquiana, passaram a se aproximar de um inesperado aliado durante a crise no Golfo: a União Soviética.

É certo que a Guerra Fria é um fenômeno cujo princípio e fim são de difícil demarcação temporal. Seu fim, ao contrário daquele da União Soviética, não teve uma data: foi, antes, um gradual processo que se ancorou nas mudanças internas — econômicas, políticas e sociais — da URSS, que se iniciaram na segunda metade da década de 1980. A avaliação das condições domésticas e internacional levou o governo de Mikhail Gorbachev a buscar a normalização das relações com o Oeste. A corrida armamentista, em meados dos anos 1980, havia se tornado economicamente insustentável: as reformas de Gorbachev só poderiam ser levadas a cabo com a redução de investimentos no complexo industrial-militar. No âmbito internacional, a debilidade de seus aliados e uma guerra sem saída no Afeganistão tornaram evidente a incapacidade do país de alcançar paridade estratégica com seus adversários. Para os soviéticos, o final da década de oitenta significou completa reestruturação da política exterior. (GORODETSKI, 2014)

O caso da crise do Golfo permite observar as novas direções que tomou a política

externa soviética, assim como as relações entre soviéticos e americanos. A invasão e anexação do Kuwait por Saddam Hussein obrigou Moscou a reavaliar as relações estabelecidas pelo Tratado de Amizade e Cooperação. Gorbachev não apenas adotou uma postura contrária a Hussein, tentando influenciar o regime por vias diplomáticas como podia (colocando-se do mesmo lado dos Estados Unidos) como buscou cooperação ativa com os americanos. Em 9 de setembro de 1990, os presidentes George Bush e Mikhail Gorbachev encontraram-se em Helsinki, na Finlândia, para discutir a situação no Golfo Pérsico.

Em coletiva de imprensa, divulgada na íntegra pelo *The New York Times* no dia seguinte, os governantes reafirmaram sua crescente cooperação. Quando indagados sobre o aprofundamento de seus entendimentos mútuos, ambos expressaram seu otimismo quanto ao relacionamento. Bush responde ao repórter que “certamente tem havido um (...) interesse mútuo em desenvolvimento ao longo dos anos” (THE NEW YORK TIMES, 1990, tradução nossa<sup>23</sup>), e que estar lado-a-lado com a União Soviética e demais países nas Nações Unidas seria uma óbvia manifestação do desenvolvimento desse entendimento. Ainda segundo o presidente americano, “(...) as diferenças persistem. Mas o solo comum, em minha opinião, pelo menos, surge à frente dessas diferenças. E nós continuaremos a cooperar com o presidente Gorbachev”. (THE NEW YORK TIMES, 1990, tradução nossa<sup>24</sup>)

Queiramos ou não, a história determina que muito vai depender de os dois países poderem trabalhar juntos. Essa não é a nossa ambição, é apenas o rumo que a história tomou. Então, longe de excluir tal possibilidade, temos a intenção de cooperar com todo tipo de país também, mais e mais. É assim que vemos nosso papel no desenvolvimento mundial. (...) Só poderemos ter sucesso se trabalharmos juntos e resolvermos nossos problemas juntos. É isso que está emergindo dessas negociações, e que nós consideramos seu aspecto mais importante. (THE NEW YORK TIMES, Confrontation in the Gulf; Transcript of Bush-Gorbachev News Conference at Summit, 1990, tradução nossa<sup>25</sup>)

Os EUA e a União Soviética passaram, então, a buscar uma solução coletiva para a crise no Golfo, especialmente no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No dia 2 de

---

<sup>23</sup> there has been a (...) developing mutual understanding over the years

<sup>24</sup> (...) differences still remain. But the common ground, in my view, at least, surges ahead of these differences. And we will continue to cooperate with President Gorbachev

<sup>25</sup> Whether we want it or not, history dictates that a lot is going to depend on whether the two countries can work together. That's not our ambition, it's just the way that history has gone. So far from excluding such a possibility, we intend to cooperate with all sorts of other countries as well, more and more. That's how we see our role in the world developing (...). We can only succeed if we work together and solve our problems together. That is what is emerging from these negotiations, and that we consider the most important aspect.

agosto, mesmo dia da invasão de Hussein, o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reuniu para o primeiro dos encontros que resultariam na autorização, por meio da resolução 678, para que os Estados-membro, em cooperação com o governo do Kuwait, usassem de todos os meios necessários para defender e implementar a decisão 660 e decisões subsequentes, e restaurar a paz e segurança internacionais. No dia 16 de janeiro de 1991, sob a resolução 678, uma coalizão de trinta países, liderada pelos Estados Unidos — que já havia estacionado tropas na Arábia Saudita —, iniciou bombardeios no Iraque e no Kuwait — que, a esta altura, havia sido formalmente anexado ao Iraque.

Em 15 de fevereiro, em um discurso na Associação Americana de Avanço Científico, Bush declarou que, além das resoluções das Nações Unidas, havia “outro caminho para que o derramamento de sangue acabe” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 1991, tradução nossa<sup>26</sup>): o levante do povo e exército iraquianos contra Saddam Hussein, obrigando-o à renúncia e ao cumprimento das resoluções das Nações Unidas. Fontes secundárias apontam que nove dias depois, *The Voice of Free Iraq*, uma emissora de rádio clandestina controlada pela CIA, comandou a deposição do tirano. No mês seguinte, enquanto o exército iraquiano se retirava descoordenadamente, milícias xiitas se insurgiram em Basra, enquanto *peshmergas* empurravam as tropas de Saddam para fora das cidades curdas. (LITTLE, 2010) (FATTAH, CASO, 2009)

Entretanto, com a retirada completa de Hussein do Kuwait, anunciada em 28 de fevereiro, a resistência interna tornou-se menos interessante para os Estados Unidos. No dia primeiro de março, Richard Haass, assistente especial de Bush e diretor sênior do National Security Council for Near East and South Asian Affairs, foi contactado sobre uma revolta em território iraquiano. A resposta de seu gabinete foi que a política americana era a derrubada de Saddam, não do regime. Sua intenção era fazê-lo sem o envolvimento da oposição — inclusive a curda —, por meio de um golpe militar que fosse capaz de sustentar a integridade nacional sem criar problemas para o Egito, Turquia e Arábia Saudita. A Turquia temia um levante dos curdos; o Egito e a Arábia Saudita, um xiita. Quando, no mesmo mês, Saddam Hussein lançou uma ofensiva arrasadora contra o território curdo, os Estados Unidos se abstiveram de tomar parte no conflito. (SHAREEF, 2014)

Contudo, o deslocamento em massa dos curdos provocado pelo ataque de Hussein levou

---

<sup>26</sup> another way for the bloodshed to stop

as Nações Unidas, a pedido do Irã, Turquia e França, a aprovarem a resolução 688, pedindo o fim das agressões dentro do Iraque. Derivou-se daí um *safe haven* na região curda, com uma *no fly zone* patrocinada pelos Estados Unidos, Reino Unido e França. A *Operation Provide Comfort*, como foi batizada, tinha um objetivo declarado estritamente humanitário. Entretanto, existiu também um elemento político, na medida em que impedia que os curdos morressem em uma rebelião que os Estados Unidos incentivaram e que, em seguida, foi deixada para seu próprio colapso, em uma atmosfera política largamente hostil. Mais do que isso, a operação tinha como alvo principal não os curdos, mas sim, Saddam, que era mantido sob controle e enfraquecido. Talabani teria descrito o período de 1991 a 1998 como insignificante para as relações entre os curdos e os Estados Unidos. (SHAREEF, 2014)

Podemos verificar aqui comportamento similar ao que os Estados Unidos haviam tido em relação aos curdos durante o auge da Guerra Fria. Mais uma vez, observa-se o incentivo à ação, seguido de surdez para suas consequências. Os curdos continuaram figurando como um elemento secundário nas considerações do governo dos Estados Unidos, cuja relevância era função da geopolítica da região. Durante este episódio a União Soviética, que já vinha remodelando sua política externa, estava em franca decadência, e não parece ter exercido influência expressiva sobre as considerações dos Estados Unidos quanto aos curdos. Mais do que isso, houve cooperação entre as duas potências que comandavam a Guerra Fria bilateralmente e no âmbito das Nações Unidas, explicitando a dissolução da rivalidade que marcou as décadas anteriores.

### **À guisa de conclusão**

A disputa entre Estados Unidos e URSS foi apenas uma forma com que se manifestou o problema mais antigo do uso da “carta curda” (como é chamada em vários documentos americanos) pelas potências ocidentais que dominaram a região desde a dissolução do Império Otomano. Nossa pesquisa, que também faz uso das lentes da longa duração, buscou situar a relação do Ocidente com os curdos em uma perspectiva mais ampla que aquela proposta por Douglas Little (2010), cuja narrativa se inicia na década 1940. Partindo do estudo do Mandato britânico, demonstramos que a política de alianças com os curdos, seguida de abandono abrupto, não foi uma exclusividade dos Estados Unidos durante a Guerra Fria: na verdade, comportamento semelhante pode ser encontrado no hegêmona que o antecedeu, a Inglaterra, que também fez uso da carta curda para atingir seus objetivos na região. Mais além,

demonstramos que mesmo durante a Guerra Fria, período que estudamos em sequência, ainda que a parceria entre o Iraque e a União Soviética (que tomou a forma do tratado de cooperação de amizade de 1975) fosse um fator relevante para os americanos, era apenas um dos fatores a serem considerados para a formulação da política externa americana na região; não era, contudo, o principal deles. Nos próprios termos de membros da administração americana, mesmo se a União Soviética não se interessasse pelo Iraque pelas mesmas razões que tinham os americanos, as particularidades geopolíticas da região a tornavam de importância para os americanos. Curiosamente, apesar de analisar o mesmo conjunto de documentos, Little não menciona o memorando da *U.S. Interests Section* que coloca a questão dessa forma. Ao analisar, portanto, o mesmo período (a saber, o do auge da Guerra Fria) chegamos a conclusões distintas.

Ficou indicado, igualmente, que parecemos fazer uma leitura diferente daquela de Little acerca da influência da rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética sobre a condução de política externa deste primeiro durante os anos finais da URSS. Nosso trabalho foi realizado enquanto um esforço inicial no sentido de rever as perspectivas dominantes no campo das humanidades sobre o que entendemos como a Guerra Fria, a partir de uma leitura de longa duração da questão curda. Argumentamos que o fim da Guerra Fria não pode ser entendido como concomitante ao fim da União Soviética, e que esse entendimento pode levar a análises originais dos desdobramentos políticos entre os anos de 1989 e 1991. Afastamo-nos, assim, de marcos factuais rígidos que servem à periodização histórica. Este é um dos fatores que diferencia nossa análise daquela de Little, apesar de nos debruçarmos, novamente, sobre o mesmo período. Argumentamos que, na prática, a política externa da URSS passou por um rápido processo de remodelagem, que atingiu outras esferas da política, economia e administração soviéticas, antes de seu colapso ao fim de 1991. Quando da Guerra do Golfo, os dois países — ao menos publicamente — já estavam em bons termos e cooperaram ativamente para conter a ameaça mútua que representava Saddam Hussein durante a invasão do Kuwait. Com o aval da União Soviética, os Estados Unidos e as Nações Unidas comandaram sanções econômicas e ações militares que culminaram na expulsão das tropas iraquianas do Kuwait. Assim, as atitudes dos Estados Unidos no último estágio da Guerra do Golfo dificilmente poderiam ser atribuídas a uma política de Guerra Fria.

Longe de serem exceções à ordem normal ou fruto de circunstâncias políticas e históricas particulares, advindas da rivalidade entre superpotências no âmbito global, ações de alinhamento

e incentivos seguidas por ruptura e abandono fazem parte do jogo da política e da guerra. No caso estudado, são reflexo das considerações estratégicas de potências cujos interesses no Oriente Médio e no Iraque são múltiplos e de diferentes origens. Sem buscar implicar que a disputa entre Estados Unidos e União Soviética não exerceu impacto sobre a maneira como se deram as relações entre americanos e curdos, afirmamos é que essa disputa é apenas um dos elementos, nem forçosamente necessário, nem suficiente, orientador da política externa americana. Em nosso entender o relacionamento entre os curdos e os EUA não deve ser tratado estritamente como uma história de Guerra Fria — mesmo aqueles capítulos da história que se desenvolveram durante o período que a literatura chama de Guerra Fria. Despir-nos de tais lentes nos parece útil para um tratamento adequado da questão.

### Referências bibliográficas

- BELMONTE, Monia. KEEFER, Edward. (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1969–1976**. Washington, Government Printing Office, 2006. v. E-4. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04>. Acesso em 14 de novembro de 2019.
- BELMONTE, Monica. KEEFER, Edward. (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1969–1976**. Washington, United States Government Printing Office, 2012, v. XXVII. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27>. Acesso em 14 de novembro de 2019
- BLACK, George. **Genocide in Iraq: the Anfal campaign against the Kurds**. Human Rights Watch, 1993. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1993/iraqanfal/>. Acesso em 12 de setembro de 2019
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, 1965.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, **Iraq: The Stagnant Revolution**. 1968. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp85t00875r002000160010-8>. Acesso em 12 de setembro de 2019.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolution 660 (1990)**. New York, 2 de agosto de 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/94220?ln=en>. Acesso em 14 de novembro de 2019.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolution 661 (1990)**. New York, 6 de agosto de 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/94221?ln=en>. Acesso em 14 de novembro de 2019.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolution 678 (1990)**. New York, 29 de novembro de 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/102245?ln=en>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

DODGE, Toby. **Inventing Iraq**: The failure of nation building and a history denied. Columbia University Press, 2005.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2012.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1989 - 1993: George W. Bush). **Remarks to the American Association for the Advancement of Science**. Washington, 15 fev. 1991. Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/2709>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

FATTAH, Hala. M.; CASO, Frank. **A brief history of Iraq**. New York, Infobase Publishing, 2009.

FERREIRA, Marieta. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, 2000.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa, Gradiva, 1993

GHAREEB, Edmund; DOUGHERTY, Beth. **Historical dictionary of Iraq**. Maryland, Scarecrow Press, 2004.

GOLAN, Galia. **Soviet Policies in the Middle East**: From World War Two to Gorbachev. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

HIRO, Dilip. **The longest war**: the Iran-Iraq military conflict. London, Psychology Press, 1991.

HOBBSAWM, E. O presente como história. **E. Hobsbawm, Sobre la Historia**. Barcelona, Crítica, 1998.

HOLDEN, Stacy E. **A documentary history of modern Iraq**. University Press of Florida, 2012.

HOWLAND, Nina. PATTERSON, David. (ed.) **Foreign Relations Of The United States 1964–1968**. Washington, Government Printing Office, 1999. v. XXII, Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v22>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

HOWLAND, Nina. PATTERSON, David. (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1964–1968**. Washington, Government Printing Office, 2000. v. XXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

KARABELL, Zachary. Backfire: US Policy Toward Iraq, 1988-2 August 1990. **Middle East Journal**, Washington, v. 49, n. 1, p. 28-47, 1995.

KINDLEBERGER, Charles et al. **The world in depression, 1929-1939**. Berkeley, University of California Press, 1986.

LITTLE, Douglas. The United States and the Kurds: A Cold War Story. **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 63-98, 2010

NORING, Nina; LAFANTASIE, Glenn (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1961–1963**. Washington, Government Printing Office, 1995. v. XVIII. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v18>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

- RIEGLE, Donald W.; D'AMATO, Alfonse M. **The Riegle Report: US chemical and biological warfare-related dual use exports to Iraq and their possible impact on the health consequences of the Gulf War**, v. 3, p. 2013, 1994. Disponível em: [https://gulflink.health.mil/medsearch/FocusAreas/riegle\\_report/report/report\\_s00.htm#INTRODUCTION](https://gulflink.health.mil/medsearch/FocusAreas/riegle_report/report/report_s00.htm#INTRODUCTION). Acesso em 18 de julho de 2019.
- ROOSEVELT, Archie. The Kurdish Republic of Mahabad. **The Middle East Journal**, Washington, v. 1, n. 3, 1947.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por una historia conceptual de lo político**: lección inaugural en el Collège de France. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 2003
- SHAREEF, Mohammed. **The United States, Iraq and the Kurds**: shock, awe and aftermath. London, Routledge, 2014.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Traité de Versailles**. 1919. Disponível em: <https://www.herodote.net/Textes/tVersailles1919.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2019.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Treaty of Peace Between The Allied & Associated Powers and Turkey**. 10 de agosto de 1920. Disponível em: [http://sam.baskent.edu.tr/belge/Sevres\\_ENG.pdf](http://sam.baskent.edu.tr/belge/Sevres_ENG.pdf). Acesso em 14 de novembro de 2019.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Draft mandates for Mesopotamia and Palestine : as submitted for the approval of the League of Nations**. 1921. Disponível em: [https://archive.org/stream/draftmandatesfor00leagrigh/draftmandatesfor00leagrigh\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/draftmandatesfor00leagrigh/draftmandatesfor00leagrigh_djvu.txt). Acesso em 25 de julho de 2019.
- THE NEW YORK TIMES. Confrontation in the Gulf; Transcript of Bush-Gorbachev News Conference at Summit. **The New York Times**. New York, 10 set. 1990. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1990/09/10/world/confrontation-in-the-gulf-transcript-of-bush-gorbachev-news-conference-at-summit.html>. Acesso 28 de setembro de 2019.

## Os tempos da crise em Tucídides

### The times of the crisis in Thucydides

**Matheus de Paula Silva**  
Mestrando em História Social  
Universidade de São Paulo  
matheus.paula.silva@usp.br

**Recebido em:** 31/01/2020

**Aprovado em:** 19/04/2020

**Resumo:** Neste artigo é analisado o conceito de crise na *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides. O foco reside em mostrar como o historiador grego, ao relatar a guerra, desenha um quadro de crise, o qual se sustenta através de experiências retiradas de diferentes dimensões temporais (passado, presente e futuro). Em primeiro lugar, a guerra é crítica porque não pode ser comparada com eventos similares na história grega (passado). Em seguida, os fenômenos sociais e naturais desestabilizam toda a ordem social concebida (presente). Por fim, a quebra de expectativa em relação à morte e à constância da natureza humana solapam os modos de experiência (futuro). Em cada uma dessas partes, uma ideia na língua grega ligada ao conceito de crise é analisada, buscando complexificar a caracterização desse fenômeno na obra de Tucídides.

**Palavras-chave:** Crise; Tucídides; tempo.

**Abstract:** In this article, the concept of crisis in the *History of the Peloponnesian War* of Thucydides is analyzed. The focus is on showing how the Greek historian, when reporting the war, draws a picture of crisis, which is sustained through experiences taken from different temporal dimensions (past, present and future). First, war is critical because it cannot be compared to similar events in Greek history (past). Then, social and natural phenomena destabilize the entire conceived social order (present). Finally, the break of expectation regarding death and the constancy of human nature undermine the modes of experience (future). In each of these parts, an idea in the Greek language linked to the concept of crisis is analyzed, seeking to complex the characterization of this phenomenon in the work of Thucydides.

**Keywords:** Crisis; Thucydides; time.

#### Introdução

O conceito de crise, tal como utilizado hoje, é diferente da palavra grega que lhe deu origem, κρίσις. A tentativa de compreensão do conceito de crise na obra de Tucídides passa primeiro pela diferenciação dessa palavra do conceito. Esse esclarecimento é necessário pelo fato da busca de tempos da crise no livro *História da Guerra do Peloponeso*<sup>1</sup> não se reduzir ao aparecimento da palavra

---

<sup>1</sup> Os textos gregos não tinham títulos, o texto foi chamado assim pela primeira vez por Cícero, ver comentário de Charles Morris em: <https://goo.gl/izWmWb> Acesso em: Out/2017

grega no texto, ampliando-se para a investigação de ideias, julgamentos e conceitos que juntos permitirão o entendimento da temporalização da crise.

De acordo com o *Greek-English Lexicon* (LIDDELL; SCOTT, 1996, p. 996), a palavra *κρίσις* deriva do verbo *κρίνω*. Ela significa, em primeiro lugar, “separar, distinguir” e, em segundo lugar, “decidir, julgar”. Na época grega, segundo Reinhart Koselleck, o uso decompunha-se em duas esferas. No campo jurídico-político, predominava a ideia de tomar decisões e julgar, enquanto que no campo médico, descrevia o momento culminante de uma doença, na qual o enfermo melhora ou morre (KOSELLECK, 2006, p. 358-65).

Na obra de Tucídides, a palavra *κρίσις* aparece nove vezes (I, 23, 34, 77, 131; II, 53; III, 53; IV, 108; VI, 60, 61)<sup>2</sup>, duas vezes em sua forma verbal e as outras sete em sua forma substantivada. Todas as aparições referem-se ao uso encontrado no campo jurídico/político, podendo ser traduzidas através da ideia de “julgar” ou “decidir”. A primeira aparição, no capítulo 23, é um bom exemplo para demonstrar o uso da palavra *κρίσις*: “Das ações antigas a maior foi a guerra médica; essa, contudo, com duas batalhas no mar e na terra, teve uma decisão [*κρίσιν*] rápida” (Th, I, 23.1)<sup>3</sup>. Traduzida como “decisão”, a palavra aponta um desfecho, no caso o resultado que rapidamente pôs fim às Guerras Médicas.

O conceito moderno de crise manteve resquícios de seu significado grego. De acordo com Koselleck, ao ser traduzido para línguas nacionais, “adquire uma dimensão histórica que continuou a advir de seus restos originais e teológicos” (2006, p. 363) [Tradução nossa]<sup>4</sup>. As permanências são duas: no âmbito político deriva a ideia de decisão entre futuros mutuamente diferentes; no âmbito médico deriva a ideia de um ponto culminante de uma doença, no qual haverá uma mudança decisiva. A partir desse esclarecimento, a crise será pensada aqui como “as fases de transição, mas potencialmente disruptivas nesta geralmente progressiva temporalização da história” (RÜFIGER GRAF, 2017) [Tradução nossa]<sup>5</sup>, como formulado por Konrad H. Janaush Rüfiger Graf.

<sup>2</sup> Randolph Starn cita somente 6 aparições (STARN, 1971, p. 4)

<sup>3</sup> Para aumentar a fluidez do texto, os trechos de Tucídides são citados em sua tradução para o português. Convencionalmente, a tradução realizada por Anna Lia Amaral de Almeida Prado foi usada para todas as vezes que for citado o livro I, pois sua tradução é a mais próxima do original grego, já que opta pela tradução de acordo com os sintagmas e a ordem das palavras. Em relação aos outros livros, uma vez que Prado só traduziu o primeiro, foi utilizada a tradução de Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr que se utilizam de perífrases. Sempre quando necessário recorrer-se-á a outras traduções consultadas, como a francesa de Jacqueline de Romilly e inglesa de Thomas Hobbes.

<sup>4</sup> No original: “it acquires a historical dimension that continued to down upon its original and theological remains”

<sup>5</sup> No original: “the transitional but potentially disruptive phases in this generally progressive temporalization of history”

A partir deste ponto, então, a análise do texto de Tucídides será feita considerando as nuances do conceito de crise, assinaladas acima, buscando complexificá-lo e dar sentido ao que Rüfiger Graf chamou de “temporalização da história”. Em primeiro lugar, a palavra *κρίσις* será analisada considerando o seu papel no olhar retrospectivo de Tucídides e como ela relaciona-se com a palavra *κίνησις*. Em seguida, os fenômenos naturais e sociais enumerados por Tucídides são trabalhados para compreender a instabilidade do presente e como eles quebram as expectativas em relação ao futuro, como apontam as palavras *στάσις* e *νεώτερος*. Por fim, as definições de Starn e Koselleck de crise são trazidas para balizar as razões pelas quais é possível afirmar que na obra de Tucídides há um conceito de crise.

### Tucídides olha para o passado

Tucídides escreveu sua narrativa da guerra do Peloponeso, da qual ele foi um participante (GRUNDY, 1948, p. 14-51), elegendo como tema “a guerra entre Peloponésios e Atenienses e a forma como lutaram uns com os outros” (Th, I, 1.1). Ao longo da exposição desse tema, ele busca provar a tese de que a guerra entre Peloponésios e Atenienses foi maior de todas as guerras entre os helenos. O tema e a tese são anunciados no primeiro capítulo da *História da Guerra do Peloponeso*. Esse trecho é rico para análise aqui empreendida, pois através da atenção às palavras e aos modos temporais empregados na língua grega, identifica-se a mobilização do tempo para dar concretude a ideia de crise:

Tucídides de Atenas escreveu [ξυνέγραψε] a guerra dos peloponésios e atenienses, como a fizeram [ἐπολέμησαν] uns contra os outros. Começou [ἀρχάμενος] a narração logo a partir da eclosão [καθισταμένου] da guerra, tendo prognosticado [ἐλπίζας] que ela haveria de ganhar grandes proporções e que seria mais digna de menção do que as já travadas, porque verificava [τεκμαιρόμενος] que, ao entrar em luta, uns e outros estavam no auge de todos os seus recursos e porque via o restante do mundo helênico enfileirando-se de um e de outro lado, uns imediatamente, outros pelo menos em projeto. **2.** Esta comoção [κίνησις] foi a maior para todos os helenos e para uma parcela dos povos bárbaros e, pode-se dizer, atingiu a maior parte da humanidade (Th, I, 1.1-2)

Nesse trecho, Tucídides vale-se de três tempos verbais gregos diferentes criando três camadas de significado para a guerra, aqui as três camadas de temporalização. Ao empregar o aoristo no seu modo indicativo, o historiador lança um passado eventual, isto é, aquele que começa e termina no passado. A guerra desenrola-se sobre certas bases que já não podem ser modificadas. Ao empregar o futuro, Tucídides tenta prognosticar e diagnosticar as consequências da guerra, uma função necessária para temporalização, pois são marcas deixadas pelo conflito que determinam sua

grandeza e devastação. O uso do perfeito expressa ao mesmo tempo o passado e o presente, já que uso desse tempo verbal sugere um evento do passado que ainda tem consequências no presente, modificando-o (RAGON, 2012, p. 209-214). Portanto, no primeiro parágrafo do livro, Tucídides cita processos e eventos, criando uma relação temporal entre eles, partindo do passado, passando pelo presente (do autor) e vendo as possibilidades de modificação do futuro.

Em relação ao conteúdo, Tucídides justifica a razão pela qual a guerra do Peloponeso é digna de ser relatada: ela foi a maior de todos os tempos. Ela é caracterizada por dois elementos distintivos. O primeiro é o fato dos recursos de cada uma das partes estar em seu auge, nesse caso, a situação é parecida com a do paciente que chega em seu momento culminante, no qual não restam mais do que duas opções. Essa distinção significa que a deflagração foi em parte derivada do auge dos recursos, que não permitiam mais a convivência entre atenienses e espartanos, alcançando um momento de inflexão a respeito do futuro, pois ambos tinham projetos díspares, senão contrários para a Hélade. O segundo é a dimensão humana e espacial do evento, que enfileirou em cada um dos lados a maior parte da humanidade. Tendo em vista o conhecimento geográfico grego, a guerra resultaria em um mundo inteiro em crise, levando consigo um grande número de homens. Há a mobilização tanto de elementos espaciais quanto temporais para avaliar o estado da guerra e sua grandeza.

Tratando da subseção dois desse primeiro capítulo, a palavra *κίνησις* contribui para a hipótese que a guerra do Peloponeso para Tucídides constitui uma crise. Segundo Charles Morris (1891, on-line), o seu uso indica “distúrbio político profundo” ou para Simon Hornblower (2003, p. 3-4), “uma convulsão”. Seu sentido original em grego, segundo o *Lexicon* (LIDDELL; SCOTT, 1996, p. 952), é o de movimento, derivado do verbo *κινέω*, que significa “colocar em movimento”, “mover”. O mais importante, porém, é seu uso dentro da sintaxe do texto, onde é utilizada para retomar o que foi dito no período anterior, resumindo-o. Isso resulta que para Tucídides a guerra do Peloponeso é um movimento que teve profundo impacto (“convulsão”), mas também levou de um ponto X a um ponto Y, passando por um ponto de virada que é a guerra (“distúrbio político profundo”). Provavelmente, foi pensando nessa ideia, que Jacqueline de Romilly (1953, p. 1), na edição francesa, optou por traduzir o termo como “crise”.

A tese de Tucídides de que a guerra do Peloponeso foi maior de todas as guerras será comprovada nos outros sete livros, como afirma Grundy, "seu método era indutivo. Ele citava

fatos e derivava conclusões deles" (1948, p. 4) [Tradução nossa]<sup>6</sup>. Em especial, a comprovação dessa tese específica será realizada nos capítulos do livro correspondentes à seção chamada "Arqueologia" (Th. I, 2-19). Nela, Tucídides retoma o passado para argumentar que nenhuma guerra, nem a Guerra de Troia ou as Guerras Médicas, foi igual em proporção. O pensamento de Tucídides, nessa parte, vê a história grega através de uma progressão: a saída de um estado de barbárie para um estágio mais avançado de desenvolvimento. Essa evolução é um elemento integrante da crise, pois somente com a riqueza atingida, a guerra pode tomar as proporções que tomou. O capítulo 23 enuncia as diferenças entre a guerra do Peloponeso e outros conflitos e enumera os fatores que a tornam extraordinária.

Das ações antigas a maior foi a guerra médica; essa, contudo, com duas batalhas no mar e na terra, teve uma decisão [*κρίσιν*] rápida. Essa guerra [do Peloponeso], porém, prolongou-se muito e acarretou para a Hélade, no seu decorrer, provocações como não houve em outras em tempo igual. 2. Jamais tantas cidades foram capturas e devastadas, umas por bárbaros, outras pelos próprios povos que estavam em luta (algumas houve que, capturadas, trocaram os habitantes), nem tantos exílios e mortes, devidos quer à própria guerra, quer revoltas internas. Também o que por conta da tradição se dizia, não pareceu inverossímil: terremotos que, ao mesmo tempo, atingiram grande extensão de terra e foram os mais fortes; eclipses de sol em relação ao que se lembra de tempos antigos ocorreram com maior frequência; grandes secas em certas regiões e, em consequência delas, fome ainda o que foi causa considerável e, em parte, de destruição, a epidemia da peste. Tudo isso, de fato, se acumulou junto com esta guerra (Th. I, 23.1-3)

O trecho permite um avanço na análise: compreensão de como, através de fenômenos históricos, Tucídides concretiza a ideia de crise. O uso de *κρίσις* junto com a palavra rapidez é um indicador temporal preciso do caráter da crise. Para sua compreensão, é preciso perceber a comparação realizada por Tucídides no trecho. Se por um lado, nas Guerras Médicas, a resolução do conflito foi rápida, em contraste, a resolução da guerra do Peloponeso foi demorada, consequentemente maior e mais danosa. Por que a demora e não a rapidez é a característica da crise para Tucídides? Pelo fato de quanto maior extensão temporal e espacial, mais recursos humanos são colocados em jogo, resultando na intensificação dos fenômenos enumerados. A guerra do Peloponeso não é *κρίσις* (decisão), mas *κίνησις* (movimento), em ambos os casos assinalando uma virada, no primeiro rápida e no segundo lenta.

A parte seguinte do capítulo (23.2) é finalizada com a incomensurabilidade da guerra, que através da crise, revela-se um evento inédito. Todos os fenômenos enunciados já haviam

---

<sup>6</sup> No original: "his method was inductive. He cited facts and the derived conclusions from them"

acontecidos em momentos do passado (como visto I,1, Tucídides os prognostica), mas agora eles adquirem dimensões extraordinárias e marcam o período igualmente de modo inédito. A base da experiência é retirada totalmente do passado, sob a qual o presente é avaliado. Nessa parte do capítulo ainda, Tucídides enumera os fenômenos singulares da guerra do Peloponeso, através de duas grandes categorias na enumeração, as sociais e as naturais. De um lado, as capturas e devastações das cidades, as revoltas e a peste. De outro lado, os terremotos, eclipses e secas. A união desses fatores intensifica a crise.

A partir daí, começa propriamente o relato dessa guerra, desde do incidente em Corcira à intervenção dos persas, sendo ao longo dessas páginas que Tucídides tenta demonstrar mais uma tese "que os atenienses, tornando-se poderosos, inspiraram temor aos lacedemônios e os forçaram a lutar", sendo esta "a causa mais verdadeira" da guerra (Th., I, 23.6). Nas duas partes seguintes desse artigo, serão analisadas essas duas categorias de fenômenos, os naturais e os sociais, entendendo como eles marcam o presente, mas igualmente o futuro.

#### **Fenômenos naturais: índices da experiência do tempo e agravantes da crise**

Tucídides, para escrever sua história, teve que definir um sistema próprio de marcas temporais, pois para estabelecer paralelos entre os diferentes eventos que aconteciam em diferentes lugares, não poderia confiar nem nas listas dos arcontes e nem nos anos lunares, que eram diferentes entre Espartanos e Atenienses. Constrói, para suprir essa falta, seu próprio sistema, em que "os períodos devem ser contados pelas estações do ano e não de acordo com a sucessão ou dos arcontes ou dos cargos honoríficos[...]" (Th., V, 20.2). Tal contagem permite uma estabilidade e regularidade no livro de Tucídides, sob a qual se assentam os eventos da guerra. No entanto, essa construção temporal mostra a diferença entre o tempo do historiador, que tem uma determinada formalidade e artificialidade, e o tempo vivido, que se liga aos ciclos da natureza e a ocorrência de determinados fenômenos.<sup>7</sup>

Dessa maneira, diferencia-se essas duas atitudes diante do tempo: a formal (dividida entre verões e invernos) e a vivida. A última atitude toma forma e conteúdo através dos fenômenos naturais, que são os índices da experiência temporal vivida e a manifestação e intensificação da crise. A primeira referência, vista no capítulo 23, já permite indagações quanto a esse ponto. Lá, os terremotos foram os "mais fortes" e os eclipses mais frequentes, ou seja, em relação à experiência

---

<sup>7</sup> A respeito disso, ver STARN, 1971.

sobre esses fenômenos em períodos anteriores da história grega, a intensidade inédita revela-se como um fator de modificação do tempo. Essa nova vivência do tempo pode ser caracterizada como uma aceleração, pois em momentos anteriores esses eventos naturais aconteciam com determinada regularidade, e no presente de Tucídides, acontecem em períodos mais curtos de tempo, o que resultaria na qualificação do aumento da velocidade das ocorrências.

Ao longo do livro, os eclipses aparecem três vezes e os terremotos oito vezes, além da presença constante da fome e a erupção do vulcão Etna, não citada na enumeração do capítulo 23 (HORNBLLOWER, 2003, p. 62; GRUNDY, 1948, p. 429-31). Suas aparições qualificam, então, os eventos, dando ao tempo suas qualidades, sob qual a pessoa, como Tucídides, percebe um ritmo diferente, que não pode ser analisado através de verões e invernos.

Sem aprofundar na grande discussão sobre o pensamento mítico em Tucídides, que se oporia a um pensamento racional (ROSADO; GRANWEHR, 2010, p. 25-26), esses fenômenos naturais, a partir do que foi apontado, qualificam a crise e a guerra. Desse modo, eles figuram ao lado dos fatores propriamente sociais da guerra, independentemente de seu acontecimento ter sido uma coincidência ou não. Eles são dispositivos retóricos, uma vez que sua presença tem o efeito de caracterizar a guerra como um momento de destruição e sofrimento. Sua aparição como fenômenos da experimentação do tempo faz com que se tornem intensificadores da crise, na medida que tem reverberações no mundo social.

Dois excertos são particularmente interessantes nessa direção. O primeiro é o capítulo 77 do livro III, sobre a catástrofe na Sicília. Esse trecho salienta como os terremotos são agravadores da crise. O capítulo é dedicado a analisar “a peste” e o sofrimento causado por ela, mas no final do capítulo, Tucídides descreve um terremoto, que aparece para intensificar aquele estado de calamidade. Os tremores de terra são descritos da seguinte forma: “se sucederam muitos tremores de terra em Atenas, na Eubeia e na Beócia, sobretudo em Orcómeno da Beócia”. A intensidade é ampliada igualmente através da enumeração das cidades, reforçando a ideia de que a crise em Tucídides se manifesta temporalmente e espacialmente. Ao serem colocados no final do capítulo, os terremotos deixam de ser somente um fenômeno natural, manifestando-se como fenômenos sociais também.

Se se acrescentar o terremoto do livro VIII, capítulo 41, caracterizado como “o maior de todos os que se lembrava”, as suas consequências sociais são novamente confirmadas, uma vez que foi o seu acontecimento que possibilitou o saque da cidade de Cós. O fenômeno não é contido nas

suas manifestações naturais, tendo que Tucídides observa os efeitos na sociedade, que rompem com uma situação planejada e permitem a invasão da cidade. Destarte, a discussão sobre a enumeração mítica é desnecessária a essa análise, pois Tucídides traz tais fenômenos quando eles têm reverberações sociais que agravam a crise e marcam a experiência temporal. Os terremotos acabam com determinada estabilidade, já que sua ocorrência desestabiliza a experiência, vinculada às colheitas, por exemplo, processos reguladores do tempo até a Idade Moderna.

### **Fenômenos sociais: fim da ordem e abertura para o futuro**

Neste segundo ponto, dois tópicos são tratados, a praga em Atenas e a *στάσις* em Corcira. A peste em Atenas é um dos momentos altos da obra de Tucídides, sobretudo por destacar-se do conjunto da obra, que é dedicada à história política/militar, nos termos de Momigliano (2004). Para muitos intérpretes, Tucídides mostra-se um pensador preciso ao descrever os sintomas da peste, evitando a atribuição dela a uma origem divina. Por isso, não se deixa de associar a descrição do historiador grego à escola hipocrática, que contemporaneamente tinham desenvolvido uma análise de doenças. Assim, fala-se da influência do pensamento hipocrático na análise de Tucídides, sobretudo pelo uso do vocabulário comum, como *πρόφασις* (causa) e *κρίσις*. Tal vocabulário é visto em outras passagens, como no parágrafo 23, já analisado, parecendo que de certo modo Tucídides aplica o estudo da *πρόφασις* à guerra do Peloponeso, como se essa fosse uma doença, e que, portanto, culminaria em *κρίσις* (FINLEY, 1942, p. 60-70).

Quanto à narrativa de Tucídides sobre a peste, existem duas partes bem definidas sobre o fenômeno, a primeira dedicada a descrição dos sintomas da doença, com a qual o próprio Tucídides foi contaminado, e a segunda volta-se para o trabalho com os efeitos morais e sociais da peste dentro sociedade ateniense. Essa segunda parte será analisada aqui.

No *Essais sur l'histoire de la mort en Occident*, Philippe Ariès (2004) procura, através de investidas sobre a mentalidade, constatar que é possível através de generalizações encontrar atitudes mais ou menos padrões diante da morte e somente em casos específicos estas podem sofrer grandes alterações. A peste em Atenas é um destes momentos, onde a ritualidade em torno da morte é perdida, como assevera Tucídides, “todos os costumes que observavam antes no que dizia respeito a funerais foram lançados em confusão uma vez que enterravam os mortos como cada um podia” (Th., II, 52.4). A praga afetou as atitudes diante da morte e atingiu as expectativas em relação ao futuro, pois uma realidade, na maioria das vezes considerada distante, é deslocada para o presente próximo. Não há mais sentido em seguir ou tentar seguir os ritmos da vida anterior, dado

que a projeção quanto ao futuro é encurtada rapidamente, isto é, acelerada. É isso que dirá Tucídides no capítulo seguinte:

Noutros aspectos, a peste introduziu na cidade um desrespeito total pela lei. Na verdade, todos se tornaram mais descarados naquilo que antes faziam às escondidas não para seu prazer, quando viram a mudança repentina na sorte dos que eram ricos e morriam de repente, enquanto quem primeiro nada possuía num momento ficava com os bens dos outros (Th., II, 53.1.2).

Essas atitudes inéditas diante da morte, de modo parecido de quando se analisou os terremotos, produzem duas atitudes estranhas dentro da estabilidade da sociedade: aumentam os roubos e o tornam banal o desrespeito tanto das leis dos deuses quanto das dos homens. Esses dois crimes se alimentam mutuamente, pois ao não se punir os que roubam, desacredita-se ainda mais as leis divinas, pois esperava-se dos deuses a punição aos impiedosos. Desse modo, a instabilidade predomina sobre a estabilidade, porque a praga destruiu o bem mais precioso do mundo: o tempo. Acompanhando Adam Parry (1981, p. 101 e p. 173) [Tradução nossa], a peste em Atenas aponta o potencial da linguagem de Tucídides e suas atitudes em relação ao presente e ao futuro, resultando em um "senso de transitoriedade do que parece mais permanente[...]”, percebido através do "símbolo de todo o poder destrutivo e incalculável da atualidade”<sup>8</sup>.

Um dos pontos culminantes da narrativa, como indicado por muitos comentadores, é momento das mudanças causadas pela guerra civil (στάσις) em Corcira, mas que logo atingira todo o mundo grego. Aqui surge uma outra palavra no original grego, στάσις, que dá o tom das afirmações e as consequências que se seguem. Segundo o *Lexicon* (LIDDELL; SCOTT, 1996, p. 1634), στάσις tem dois grandes significados, o primeiro é o de “placing”, no sentido físico, como em erigir uma estátua; o segundo seria de “standing”, da qual se deriva um grande número de significados, tanto morais quanto físicos. Interessa aqui somente dois desses significados: o de partido e o de conspiração, que são os ligados ao trecho analisado a seguir. A utilização dessa mesma palavra para os dois referidos significados indica que se agrupar era considerado perigoso, como escreveu Moshe Berent. A palavra στάσις era considerada um dos “grandes males”, ao ir diretamente contra todos os padrões morais e sociais (BERENT, 1998). Assim, Tucídides, ao utilizar στάσις, procura evocar um tipo de mudança que não pode ser traduzida facilmente para

---

<sup>8</sup> No original: “sense of the transitoriness of what seems most permanent[...]” e “the symbol of all the destructive and incalculable power of actuality”

uma língua moderna, por isso vê-se “comoção” em Hobbes, “guerra civil” em Romilly e “revolução” em Rosado e Granwehr.

Foi este nível de crueldade que a revolução [στάσις] atingiu, o qual ainda pareceu mais grave por ser a primeira das que ocorreram, visto que nos tempos que se seguiram, por assim dizer, se estendeu [ἐκινήθη] a todo o mundo helênico[...] E quando em tempo de paz não haveria razão nem disposição para pedir a sua intervenção [dos Espartanos ou Atenenses] [...] Muitos foram os sofrimentos que devido às revoluções caíram sobre as cidades, os que sempre aconteceram e sempre acontecerão, enquanto a natureza do homem continuar a ser a mesma, podendo contudo ser pior ou mais suave e variada nas suas manifestações, conforme sucederem em cada caso variações de circunstâncias (Th., III, 82.1-2).

Nota-se, já no início, dois elementos que já foram analisados em trechos anteriores e que voltam, reforçando a ideia de crise. A primeira delas é a presença do fator espacial, uma vez que a crise não se contém à Corcira, mas estende-se por todo mundo helênico. A segunda é a reaparição da palavra κίνησις, nesse caso em sua forma aoristo passiva, que “tendeu a agravar o fenômeno produzindo uma notável *kinesis* (“movimento”, “distúrbio”, “convulsão”)”, segundo o comentário de Hornblower (2003, p. 447) [Tradução nossa]. Mais uma vez, a κίνησις abaliza a passagem de um espaço para outro, ou de um momento para outro, cujo o ponto de viragem é a στάσις em Corcira.

O passado é invocado como estabilidade, “em tempo de paz”, na tentativa de reforçar que o presente atingiu níveis de violência antes nunca vistos. Tal transformação foi possível por uma razão: a guerra, que é *didaskalos Bebaios* (um mestre violento). Suas lições, por sua vez, criaram o sofrimento e o ódio, em níveis anteriormente não observados. Rompe-se, assim, com a estabilidade, pois cria-se o ódio entre facções (στάσις) e que por sua vez cria a oportunidade para a revolução (στάσις). O estado de crise é tamanho que mesmo as palavras não ficam intactas, seus conteúdos semânticos alteram-se e passam a fazer parte das disputas entre as facções (στάσις): as palavras adquirem até mesmo seu sentido contrário. Desse modo, “foi assim que toda espécie de iniquidade se implantou devido ao tumulto revolucionário no mundo helênico. O que era comportamento civilizado, do qual fazia parte algum sentido nobre, era objeto de troça e desapareceu, enquanto a sociedade ficava dividida entre si em toda e qualquer opinião, sem que confiassem em ninguém” (Th., III, 83.1).

Apesar do caráter único do evento, Tucídides aponta para possibilidade de compartilhamento daquele tipo de experiência por mais de uma geração, pois a “natureza humana”

---

<sup>9</sup> No original: “tended to aggravate the phenomenon producing a notable *kinesis* (“movement”, “disturbance”, “convulsion”)”

baliza a configuração dos eventos, e, portanto, a semelhança de uns com os outros. Esse trecho retoma e continua a primeira vez que Tucídides fala sobre a natureza humana (I, 82), quando aborda a repetitividade da história. Muitas vezes, esses dois trechos são citados como a prova do caráter cíclico do tempo em Tucídides (por exemplo: FINLEY, 1942, p.107). Entretanto, junto com Momigliano (1983; 2004), Finley (1974) e Prado (1999), para citar alguns, tal abordagem não indica esse tipo de entendimento. Tucídides dá ênfase para as semelhanças dos eventos devido à natureza humana e não a repetição de eventos, como se esperaria. Isso contribui para a análise ao assinalar o caráter linear da história tucidideana, que concerne o passado (onde ele identifica um progresso), o presente (que mostra a crise) e um futuro (encurtado e imprevisível).

Devido ao que se vê no presente, isto é, uma instabilidade total das instituições consideradas essenciais para um grego do século V a.C., Tucídides sinaliza para um futuro aberto, em suas palavras, “uma guerra que avançava rápida e de resultados imprevisíveis” (Th., IV, 55.1). Nesse trecho, em particular, Tucídides trata da luta entre os Atenenses e Espartanos pela ilha de Citera. Na sua descrição, fica evidente o medo que a invasão da ilha produzisse uma revolução (νεώτερος), e, portanto, tornasse impossível a predição de qualquer efeito da guerra. Mas, nesse caso, a tradução de Thomas Hobbes é mais adequada, já que ao traduzir νεώτερος por “inovação”, conserva a ideia que vem de substantivo νέος (novo) e diferencia da palavra στάσις. Ao final, a respeito do planejamento da guerra, Tucídides acrescenta: “em pouco tempo muitas alterações da sorte tinham nos afetado sem qualquer razão” (Th., IV 55.3). Assim, a guerra abre as portas para a produção da novidade e faz o instável presente mais difícil de planejar. O futuro é uma dimensão turva e conturbada por causa das mudanças no presente.

O tratamento dessas duas esferas da crise, a social e a natural, revelou como Tucídides estabelece a confluência de eventos que demonstram um “tempo trágico”, no qual as expectativas quanto ao futuro são drasticamente diminuídas. No entanto, ao unir essas duas esferas, conforme Parry, “ele também remove deliberadamente toda demarcação entre destruição política e natural” e nesse sentido “que os eventos humanos podem alcançar um pico de significado que os divide em um nível com ações cósmicas”, e, então, “ele é capaz de comunicar todo o significado do tempo trágico testemunhado” (1981, p. 106-107) [Tradução nossa].<sup>10</sup> Por isso o tratamento conjunto

---

<sup>10</sup>No original: “he also deliberately removes all demarcation between political and natural destruction”; “sense that human events can reach a pitch of meaning that parts them on a level with cosmic actions” e “he is able to communicate the full significance of the tragic time witnessed”

dessas duas esferas é necessário, não podendo entendê-las somente como resquícios de um plausível pensamento mítico na obra de Tucídides.

### Considerações finais

Nesse trabalho foi analisado o conceito de crise para Tucídides em sua *História da Guerra do Peloponeso*, tendo em vista a dimensão temporal. Foram trabalhados os conceitos e ideias que indicassem essa crise, que se diferencia em muitas de suas características da palavra grega κρίσις. Avançou-se, então, em relação às palavras κίνησις, στάσις e νεώτερος, envolvidas dentro diferentes campos semânticos.

O conceito de crise está intimamente ligado à dimensão temporal. Tucídides analisa em primeiro lugar a estabilidade e o progresso, expostos em toda a seção “Arqueologia”. Nesse momento da obra, são criados os parâmetros que permitem que Tucídides defenda a tese que a guerra do Peloponeso é a maior, e, portanto, a que teve maior impacto. Ainda na “Arqueologia”, a guerra é mostrada como o presente do autor e o momento em que se concretiza a crise.

Em seguida, os fenômenos sociais e naturais enumerados para caracterizar a excepcionalidade da guerra do Peloponeso são uma quebra com o passado, isto é, a experiência anterior, pois são acontecimentos inéditos tanto em características quanto em intensidade. Eles desestabilizam e aceleram a experiência do tempo no presente. Por fim, a perspectiva de futuro é mudada, porque o porvir não pode ser prognosticado. A peste em Atenas traz a ideia de morte para o presente, solapando ainda mais essa dimensão. Além disso, στάσις denota a impossibilidade de planejar o futuro, agora aberto, no qual a ideia de νεώτερος marca a perspectiva de mudanças radicais.

A partir da constatação de diferentes tempos da crise em Tucídides, é possível pensar sobre a teorização que Randolph Starn e Reinhart Koselleck fazem em seus trabalhos. Segundo eles, a crise é marcada por uma série de características que permitem chamar determinado fenômeno de crise e outros não. Primeiro, pressupõe um período anterior de estabilidade, no qual a pessoa procurará a experiência e a estabilidade do sistema. Em seguida, tem-se o presente, que é visto como um ponto culminante e “um processo de aceleração singular [...] em que o sistema pode se desfazer” [Tradução nossa]<sup>11</sup>. Tal aceleração é trazida através de uma disparidade entre o “tempo

---

<sup>11</sup>No original: “a singular accelerating process [...] in which may the system apart”

do historiador”, derivado “das regularidades do tempo do calendário e tempo do relógio”<sup>12</sup>, e uma “verdadeira experiência histórica”, em que “se houvesse crises, os intervalos de tempo seriam desiguais em valor e efeito” (STARN, 1971, p. 5) [Tradução nossa].<sup>13</sup> Por fim, tem-se o futuro composto de opções mutuamente contraditórias, que não permitirão prognósticos claros. Em resumo, crise é um período crítico que traz um “futuro desconhecido em que as condições não podem ser suficientemente elucidadas” (KOSELLECK, 2002, p. 236) [Tradução nossa].<sup>14</sup> Desse modo, a caracterização que Tucídides faz da guerra do Peloponeso, mobilizando passado, presente e futuro, pode ser entendida como um momento de crise. (Ver a bela caracterização de HARTOG, 2003, p. 60)

Definido dessa forma, o conceito de crise aponta incontestavelmente para uma dimensão temporal, da qual ele não pode ser dissociado. Em torno dele estão o passado – estabilidade, o presente – aceleração – e o futuro – incerteza. De acordo com Koselleck (2002, p. 239):

"Crise" torna-se um conceito histórico-filosófico fundamental com base no qual é feita a alegação de que todo o curso da história pode ser interpretado a partir do diagnóstico do tempo. Desde então, é sempre o tempo particular de cada um que é experienciado como crise. E a reflexão sobre a situação temporal particular dispõe a pessoa a um conhecimento de todo o passado e a um prognóstico do futuro [Tradução nossa].<sup>15</sup>

#### Referências bibliográficas :

- ARIÈS, Philippe. **Essais sur l'histoire de la mort en Occident**. Paris: Seuil, 2014
- BERENT, Moshe. Stasis, or the Greek invention of politics. **History of Political Thought**. v. 19, n. 3, p.331-362, autumn 1998.
- RAGON, Éloi. **Gramática Grega**. Tradução de Cecília Bartalotti. São Paulo: Odysseus, 2012.
- FINLEY, John H. **Thucydides**. Cambridge: Harvard University Press, 1942.
- FINLEY, Moses I. Introduction. *In*: THUCYDIDES. **History of the Peloponnesian War**. Translated by Rex Warner and Notes by Moses I. Finley. [s.l]: Penguin Books, 1974. *E-book*
- GRUNDY, George Beardoe. **Thucydides and history of his age**. Oxford: Basil Blackwell, 1948.

---

<sup>12</sup> No original: “from regularities of calendar time and clock time”

<sup>13</sup> No original: “if there were crises, the intervals of time were unequal in value and effect”

<sup>14</sup> No original: “unknown future whose conditions cannot be sufficiently elucidated”

<sup>15</sup> No original: ““Crisis” becomes a fundamental historico-philosophical concept on the basis of which the claim is made that the entire course of history can be interpreted out of its diagnosis of time. Since then, it is always one's own particular time that is experienced as crisis. And reflection upon the particular temporal situation disposes one to both a knowledge of the entire past and a prognosis of the future.”

- HARTOG, François. O caso grego do *ktéma* ao *exemplum* passando pela “arqueologia”. In: **Os antigos, o passado e o presente**. Tradução de Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p.55-70.
- HORNBLOWER, Simon. **A commentary on Thucydides**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. Crisis. **Journal of the History of Ideas**, v. 67, n. 2, p.357-400, abr. 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. Some Questions Regarding the Conceptual History of “Crisis”. In: **The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts**. Translated by Todd Samuel Presner and Others. Stanford: Stanford University Press, 2002, p.236-247.
- LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. **A Greek-English Lexicon**. Ninth Edition with Revised Supplement. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Les fondations du savoir historique**. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983
- MORRIS, Charles D. **Commentary on Thucydides Book 1**. Boston: Ginn and Company, 1891. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/> Acesso em: Out/2017
- PARRY, Adam Milman. **ΛΟΓΟΣ and ΕΡΓΟΝ in Thucydides**. New Hampshire: Ayer Company, Publishers, 1981.
- PRADO, Anna Lia Amaral de Almeida. “Vida e Obra de Tucídides” e “Estrutura e Função do Livro I”. In: TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro I. Tradução e apresentação Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. IX-LV.
- ROMILLY, Jacqueline. **Histoire et raison chez Thucydide**. Paris : Les Belles Lettres, 1973.
- RÜFIGER GRAF, Konrad H. Jaraus. **“Crisis” in Contemporary History and Historiography**. Disponível em: [http://docupedia.de/zg/graf\\_jaraus\\_crisis\\_v1\\_en\\_2017](http://docupedia.de/zg/graf_jaraus_crisis_v1_en_2017) Acesso em : out/2017
- STARN, Randolph. Historians and “Crisis”. **Past & Present**, v. 52, n. 1, p.3-22, ago. 1971.
- THUCYDIDE. **La Guerre du Péloponnèse**. Livres I-VIII. Texte établi et traduit par Jacqueline de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 1953.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro I. Tradução e apresentação Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução, prefácio e notas de Raul M. Rosado e M. Gabriela P. Granwehr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

# Os legados de Paulo Freire e Greta Thunberg diante de um cenário brasileiro de embates político-ideológicos

The legacies of Paulo Freire and Greta Thunberg in the face of a Brazilian scenario of political-ideological clashes

**Daniel Cardoso Alves**

Doutorando em Educação

Universidade do Estado de Minas Gerais

daniel.alves@uemg.br

**Recebido em:** 01/02/2020

**Aprovado em:** 20/04/2020

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar o legado educacional deixado por Paulo Freire para o mundo e a importância do ativismo socioambiental de Greta Thunberg para a sobrevivência das gerações presentes e futuras. Para tanto, parte de uma problematização dos discursos políticos proferidos pelo atual presidente da República Federativa do Brasil a essas duas personalidades de reconhecimento mundial. Adota-se uma abordagem qualitativa e utiliza-se dos procedimentos pesquisa documental e revisão bibliográfica. Dentre as conclusões, entendemos que a pedagogia libertadora de Paulo Freire e a postura aguerrida da ativista socioambiental Greta Thunberg se completam como símbolos que representam justamente a impossibilidade de materialização da finalidade implícita nos discursos do presidente brasileiro.

**Palavras-chave:** Paulo Freire; Greta Thunberg; Discursos políticos.

**Abstract:** This article aims to present Paulo Freire's educational legacy to the world and the importance of Greta Thunberg's Social and environmental activism for the survival of present and future generations. To this end, it starts from a problematization of the political speeches given by the current president of the Federative Republic of Brazil to these two worldly recognized personalities. A qualitative approach is adopted and the documentary research and literature review procedures are used. Among the conclusions, we understand that Paulo Freire's liberating pedagogy and the staunch stance of environmental activist Greta Thunberg are completed as symbols that represent the impossibility of materializing the purpose implied in the speeches of the Brazilian president.

**Keywords:** Paulo Freire; Greta Thunberg; Political speeches.

## Introdução

Este artigo tem como pergunta central entender porque Greta Thunberg e Paulo Freire incomodam tanto o atual presidente da República Federativa do Brasil. Para tanto, ao apresentar o legado educacional deixado por Freire para o mundo e a importância do ativismo socioambiental de Thunberg para a sobrevivência das gerações presentes e futuras, tendo como elemento fundante a representatividade simbólica de ambos para a humanidade - vozes de uma educação conscientizadora e de uma juventude ambiental -, objetiva encontrar as evidências que justificariam esse incômodo do presidente brasileiro.

Para adentrar nas discussões que permeiam essa questão, é necessário contextualizar, inicialmente, a conjuntura política atual do Brasil.

O ano de 2019, no cenário político brasileiro<sup>1</sup>, foi marcado pelo lema das reformas, notadamente as do sistema tributário, da previdência e da educação. O chefe do poder executivo da nação brasileira, empenhado no seu primeiro ano de governo em recuperar a economia do país e de melhor reposicionar a classificação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)<sup>2</sup>, segundo apreende-se das suas próprias declarações veiculadas pelos mais diversos meios midiáticos, atrelou economia, previdência e educação a um único pacote de ações político-econômicas e anti-ideológicas<sup>3</sup>. Ele adotou como principais estratégias: a aprovação no congresso nacional do plano de reforma da previdência, como forma de reparar os prejuízos fiscais gerados pelos supostos privilégios existentes no sistema previdenciário brasileiro; e a propagação de discursos de anti-ideologização e de racionalidade econômica do sistema educacional brasileiro, com ataques<sup>4</sup> deliberados às escolas, às universidades públicas, aos seus sujeitos<sup>5</sup> e às disciplinas da área de

---

<sup>1</sup> Esse ano marca o início, no Brasil, da ascensão de uma nova legenda à presidência da república: o Partido Social Liberal (PSL) em substituição às legendas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT), que estiveram à frente do poder executivo federal entre os anos de 1985 e 2018. Ressalta-se que, nesse período (Nova República), a legenda Partido da Reconstrução Nacional (PRN), devido a processo de *impeachment* do mandato do então presidente Fernando Collor de Melo, foi substituída no ano de 1992 pela legenda PMDB.

<sup>2</sup> Um instrumento internacional que avalia o desempenho dos estudantes nas áreas de Ciências, Matemática e Leitura, cujos indicadores revelam uma posição desfavorável ocupada pelo Brasil (BRASIL, 2018).

<sup>3</sup> A defesa de uma anti-ideologia já é em si a implantação de uma nova ideologia: a da não ideologia.

<sup>4</sup> “Ação ou efeito de atacar. Ação de causar dano moral a alguém; ofensa, injúria” ((HOUAISS, 2009).

<sup>5</sup> Entendemos, neste artigo, como aqueles sujeitos históricos e potencialmente revolucionários, os quais constituem-se em “homens (que) fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas

conhecimento das humanidades, como se extrai de uma das suas declarações postadas na rede social *facebook*:

A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta [...]. O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina (@JAIRMESSIAS.BOLSONARO, 2019).

Contrárias a essas declarações, a Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), representando outras 27 (vinte e sete) associações de pesquisadores de diversas áreas das humanidades, se pronunciou, por meio da seguinte nota pública:

As declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área, sobre sua relevância, seus custos, seu público e ainda sobre a natureza da universidade. Esta ignorância, relevável no público em geral, é inadmissível em pessoas que ocupam por um tempo determinado funções públicas tão importantes para a formação escolar e universitária, para a pesquisa acadêmica em geral e para o futuro de nosso país (ANPOF, 2019).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) também declararam:

[...] é tão equivocado e enganoso avaliar as diferentes disciplinas e a reflexão filosófica pela sua aplicabilidade imediata quanto desconhecer a importância histórica das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento de diferentes tecnologias voltadas à resolução de graves problemas da sociedade [...]. A reflexão das ciências humanas e sociais, incluída a filosofia, tem sido tão crucial para a formulação e avaliação de políticas públicas como para o desenvolvimento crítico das demais ciências [...]. É inaceitável, portanto, que essas disciplinas sejam consideradas um 'luxo', passível de corte em tempos de crise econômica como a que vivemos atualmente no país ou de 'rebaixamento' por motivação político-ideológica", afirma o comunicado [...] (ABA, 2019).

---

por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas" (MARX; ENGELS, 1982, p. 417).

Entretanto, essa postura<sup>6</sup> do chefe do poder<sup>7</sup> executivo federal do Brasil continuou na mesma linha de ataques à educação e aos seus sujeitos, asseverando-se ao final do ano de 2019 quando da decisão do Ministério da Educação (MEC) em não renovar o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (ACERP), que gere o canal televisivo TV Escola.

Esse contrato foi iniciado com o governo federal no ano de 1995 e renovado pela última vez em 2015 com validade de cinco anos, logo, se encerraria no mês de dezembro do ano de 2019. Em resposta ao MEC sobre o encerramento do contrato com o canal, a ACERP se posicionou, passiva e oficialmente, por meio de nota à imprensa em seu *site*:

O Ministério da Educação (MEC) decidiu não renovar o contrato de gestão da TV Escola com a ACERP (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), o que repercutiu fortemente na mídia e nas redes sociais, gerando inverdades que precisam ser desmentidas. A diretoria atual, eleita em fevereiro de 2019, está alinhada com o governo Bolsonaro e defende os valores do povo brasileiro, inclusive ao buscar levar uma nova programação que atenda as expectativas e os sentimentos da nação brasileira. Apesar do processo de renovação ter aparentemente corrido normalmente, mesmo com silêncio do MEC por alguns meses, houve uma decisão abrupta de não renovação, 18 dias antes do encerramento do contrato. Antes disso, mesmo com o processo em andamento, despejaram a produção da TV que fica no prédio do ministério especialmente para cobrir as atividades do governo. Certamente o ato de não renovar o contrato pegou os integrantes da ACERP de surpresa, porém a maior preocupação da Associação é a possível interrupção repentina das atividades da TV Escola, plataforma voltada não somente a alunos, mas também a professores e gestores, que passaram a ter acesso a uma nova visão de educação; e da TV INES, dedicada à comunidade surda do Brasil, com conteúdo 100% em LIBRAS [...]. No que tange à qualidade, a TV Escola possui uma série de prêmios, inclusive internacionais; uma audiência maior que as TVs do governo e maior do que a do canal Futura; tudo isso, com custo bem menor. Em momento algum do presente exercício do Contrato de Gestão houve qualquer documento do MEC manifestando a insatisfação com a qualidade dos programas. Pelo contrário, a Comissão de Avaliação (composta por membros das secretarias do MEC) aprovou com uma nota 9,85 (a máxima é 10) os diversos indicadores e parâmetros de qualidade previstos e exigidos no Contrato de Gestão [...]. Por fim, a atual equipe da centenária Associação Roquette Pinto reforça publicamente o compromisso com o Presidente Jair Bolsonaro de colocar o “Brasil acima de tudo” e continuar trabalhando permanentemente com o sonho de melhorar a vida das pessoas por meio da aprendizagem (ACERP, 2019).

---

<sup>6</sup> Uma postura política significa para nós, conforme Weber (1921): aspirar à participação no poder ou à influência na divisão do poder seja entre Estados, seja no interior de um Estado entre os grupos humanos que ele envolve.

<sup>7</sup> “O conceito ‘poder’ é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de um ser humano e todas as constelações imagináveis podem colocar alguém na situação de impor sua vontade em uma dada circunstância” (WEBER, 1922, p. 28).

Como motivo da não renovação de contrato com a ACERP/TV Escola, o presidente se justificou, à imprensa, afirmando que a TV Escola se trata de um canal com conteúdo de fins político-ideológicos<sup>8</sup> de esquerda com baixos índices de audiência. Declarou, ainda:

[...] É uma programação totalmente de esquerda, ideologia de gênero. Dinheiro público para ideologia de gênero, então tem que mudar “pô”! O reflexo daqui há cinco, dez anos, quinze vai ter reflexo em cima disso aí. Os “cara tá” lá trinta anos viajando em cima dessa filosofia aí do Paulo Freire da vida, esse energúmeno aí que [...] ídolo da esquerda, ídolo da esquerda. Olha a prova do PISA: Estamos em último lugar do mundo se não me engano da matemática, ciências e português. Acho que um ou dois itens somos o último da América do Sul. Esperar o que desse Brasil com esse tipo de educação? (PORTAL G1, 2019).

Especialistas e intelectuais da área da educação, bem como diversos setores da sociedade, mais uma vez, se indignaram com esse posicionamento discursivo do presidente, visto que, passava agora para uma questão de ofensa<sup>9</sup> às identidades pessoal e social de um dos maiores nomes da educação no mundo, Paulo Freire, o que impacta nas identidades pessoais dos diversos sujeitos que com ele se identificam identitária e socialmente. Ou seja, tratava-se, agora, de uma questão sócio-representativa:

Quero falar da distinção entre dois universos de sentido vinculados à palavra "identidade" nas ciências sociais. O primeiro que Kaufman nos propõe chamar de processo identitário individual é, geralmente, apreendido a partir de produções de linguagem do tipo "biográfico" e diz respeito às diversas maneiras pelas quais indivíduos tentam que dar conta de suas trajetórias (familiares, escolares, profissionais...) por meio de uma "história", no intuito, por exemplo, de justificar sua "posição" em dado momento e, às vezes, antecipar seus possíveis futuros. Na medida em que o que está mesmo em jogo aqui é a (re)construção subjetiva de uma definição de si, eu mesmo propusera chamar este processo, condensado em poucas fórmulas, de "identidade biográfica" ou, ainda, de "identidade para si". O segundo diz respeito ao que Kaufman chama de quadros sociais da identificação, ou, ainda, quadros de socialização e envolve as categorias utilizadas para identificar um indivíduo num dado espaço social (o que eu mesmo chamei de "identidade estrutural" ou "identidade para outrem"), as categorias do discurso do indivíduo definindo-se do ponto de vista de outrem (quer este outrem seja "significativo" e personalizado, quer seja "generalizado" e institucional) inclusive. Na linha de G-H Mead (1993), Kaufman propõe que voltemos ao termo de "papel" para designar este aspecto da identidade. O modo de pensar e tornar operacional esta distinção entre "identidade pessoal" (o que sou/gostaria de ser) e "identificação social" (como sou definido/o que dizem que sou) dá margem a múltiplos desdobramentos e permite caracterizar, de modo bastante grosseiro, não apenas as grandes teorias da socialização na literatura das

---

<sup>8</sup> Conforme Bobbio (1992), a marca que une governos ideológicos, especialmente os nazifascistas a partir do século XIX, é a apropriação ideológica da educação e seus aparatos.

<sup>9</sup> “Palavra que atinge alguém na sua honra, na sua dignidade; injúria, agravo, ultraje, afronta. Ação que causa dano físico; lesão” (HOUAISS, 2009).

ciências sociais (Dubar 1991) como também as concepções correntes, subjacentes aos discursos comuns, que, às vezes, constituem uma espécie de vulgarização das primeiras. Duas orientações se opõem: uma, chamada por alguns de "psicologizante", mas que prefiro chamar de essencialista, fundada no postulado da realidade de um self (ou de um ego, ou de um eu...) como realidade "substancialista", permanente e autônoma construindo sua unidade (Abramowski 1987 etc.); e a outra, inversa, às vezes chamada de "sociologista", embora eu prefira chamá-la de relativista, que reduz o self e, portanto, a identidade biográfica a uma "ilusão", ocultando a pluralidade dos papéis sociais e sua dependência para com a posição ocupada em cada campo social em particular, e no sistema das classes sociais em geral (Bourdieu, 1986) (DUBAR, 1998, p. 1-2).

É importante lembrar que, quando do pronunciamento<sup>10</sup> da ativista socioambiental Greta Thunberg acerca da morte de povos indígenas – momento em que coincidentemente estavam em cena no noticiário brasileiro as questões do aumento das queimadas na Amazônia e o assassinato do jovem indígena maranhense de quinze anos, Erisvan Guajajara, supostamente envolvido com o tráfico de drogas – o Chefe de Estado<sup>11</sup> da nação brasileira, quando questionado por jornalistas sobre o assassinato do indígena, utilizou-se do termo “pirralha” para se referir à sueca Greta Thunberg: “Como é, índio? Qual o nome daquela menina lá? Não, lá de fora, lá. Aquela Tabata, não. Como é? Greta. A Greta já falou que os índios morreram porque estão defendendo a Amazônia. É impressionante a imprensa dar espaço para uma pirralha dessa aí. Uma pirralha<sup>12</sup>” (PORTAL G1, 2019).

Por essa declaração, o presidente parece desconhecer, ou mesmo ignorar, que Greta Thunberg é uma jovem ativista atualmente considerada como uma das maiores representatividades da causa socioambiental no mundo, inclusive foi eleita personalidade do ano de 2019 pela Revista norte-americana *Time* por ter, segundo matéria da Revista: (i) iniciado um movimento internacional mobilizando mais de quatro milhões de pessoas no mês de setembro de 2019 no combate às mudanças climáticas; (ii) discursado na Organização das Nações Unidas (ONU); (iii) lutado contra políticas anti-ambientalistas defendidas por chefes de estado como Donald Trump, o presidente da potência mais

---

<sup>10</sup> Fala de Greta Thunberg: “[...] qualquer morte preocupa. Queremos cumprir a lei. Nós somos contra o desmatamento ilegal, somos contra queimada ilegal, tudo o que for contra a lei, nós somos contra” (PORTAL G1, 2019).

<sup>11</sup> Para Marx: “Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses” (1993, p.98).

<sup>12</sup> “No início da noite, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, comentou as declarações de Jair Bolsonaro. Negou que ele tenha sido descortês ou inadequado, disse que “pirralha” é uma pessoa de pequena estatura, uma criança” (PORTAL G1, 2019).

poderosa do mundo, os Estados Unidos da América (EUA); (iv) e buscado apoio junto ao pontífice do catolicismo, o Papa Francisco.

Greta Thunberg, ainda, consta na lista das dez pessoas que se destacaram na área de estudos da Ciência em 2019, conforme publicação de uma das cinco revistas científicas mais importantes do mundo, a *Nature*. Nessa publicação, a ativista aparece ao lado de personalidades como o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) Ricardo Galvão, que foi recentemente exonerado dessa função após críticas do presidente do país aos dados divulgados pelo Instituto, os quais apontavam alta no desmatamento da Amazônia, segundo se extrai da matéria publicada no portal de notícias G1 (2019): “Bolsonaro disse, em julho, que os números divulgados dias antes – e que registravam um aumento de 88% nos alertas de desmatamento – não coincidiam com a verdade, e que parece até que (o presidente do Inpe) está a serviço de alguma ONG”.

Com condições biológicas para se posicionar, diferentemente do patrono da educação brasileira Paulo Freire que faleceu no ano de 1997, Greta Thunberg se apropriou criticamente do termo “pirralha” acrescentando-o à sua descrição pessoal na rede social *twitter*. Provavelmente, se vivo estivesse, Freire, paradoxalmente, se autodenominaria<sup>13</sup> como um educador que transformou a concepção de educação em todo o mundo, entretanto, energúmeno para um Brasil que em 1964, ditatorialmente, impediu a continuidade da sua pedagogia libertadora, como se pode apreender do que ele mesmo conclui em sua obra intitulada “Educação como prática da liberdade”:

Como se explicar que um homem analfabeto, até poucos dias, escreva palavras com fonemas complexos antes mesmo de estudá-los? É que, tendo dominado o mecanismo das combinações fonêmicas, tentou e conseguiu expressar-se graficamente, como fala (p. 119) [...]. E isto se verificou em todas as experiências que passaram a ser feitas no País, e que se iam estender e aprofundar através do Programa Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura, que coordenávamos, extinto depois do Golpe Militar. A medida em que falávamos à juventude brasileira, a homens simples do povo, a intelectuais, a especialistas e estendíamos o nosso trabalho, se lançavam contra nós as mais ridículas acusações, a que nunca demos atenção, por conhecer bem suas origens e suas motivações. O que nos amargurava não era outra coisa senão a ameaça dos irracionalismos à nossa destinação democrática, anunciada na transição brasileira (FREIRE, 1967, p. 121).

---

<sup>13</sup> Talvez não pela característica da modéstia dos sábios.

Mais adiante, em sua última obra escrita em vida, Paulo Freire já se posicionava frente aos ataques sofridos, naquele contexto, pelos educadores que tinham como finalidade ética a prática de uma educação empenhada em desvelar a opressão com a permanente libertação do sujeito:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda [...]. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber [...] Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar. Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los (FREIRE, 1996, p. 102-103).

A educadora Ana Maria Freire, viúva de Paulo Freire, ao rebater o termo “energúmeno” em defesa do seu esposo, declarou à revista *Época*:

A palavra não se adequa a Paulo. Paulo não é isso. Paulo não é nenhum demônio que veio à Terra. Pelo contrário, Paulo veio à Terra para pacificar o mundo [...]. No fundo, ele (Bolsonaro) pensa que Paulo é um grande homem, como é. Ele destrata dizendo que Paulo é um ser diabólico. Paulo foi um ser da paz. No fundo, ele tem um pouco de inveja também, [queria] ser como Paulo foi, mas não pode, não consegue. Tem de estar o tempo todo de pontaria armada para atingir alguém [...]. Não é "postura de um presidente", ele é um homem "nefasto". Paulo está lá sossegado no lugar dele, está lá no céu. Bolsonaro é um homem sem nenhum pudor, sem nenhum caráter, sem nenhuma autocensura. Tudo o que ele tem na cabeça contra as outras pessoas, ele só tira das ofensas os três filhos, nem os outros dois ele tira. É um homem nefasto, uma coisa absolutamente terrível (REVISTA ÉPOCA, 2019).

É válido lembrar que, em 2017, o Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL), o Instituto Paulo Freire (IPF) e diversos movimentos, organizações e entidades sociais, manifestaram-se pela construção da Campanha Latino-Americana e Caribenha em Defesa do Legado de Paulo Freire, tendo em vista a perseguição ideológica ao pensamento crítico e, em particular, às ideias desse educador, não apenas no Brasil, como também em outros países da América Latina e

do Caribe. No Brasil, essa perseguição resultou num projeto político elaborado pelo poder legislativo apresentado por simpatizantes do movimento Escola sem Partido (ESP)<sup>14</sup> para vetar a renovação do título de Patrono da Educação Brasileira conferido em 2012 a Paulo Freire. Segundo o manifesto:

[...] Qualquer exame da História comprova que o legado de Paulo Freire é motivo de orgulho para a Educação Nacional, para a Pedagogia como campo científico e para o próprio Brasil. Porém, nesse obscuro momento pelo qual passa o país, pessoas que desconhecem por completo a obra e o legado de Paulo Freire se articulam para retirar-lhe o título de Patrono da Educação Brasileira, por meio de medida revogatória no Congresso Nacional. Permitir a tramitação de tal injustiça é ofensivo à Democracia, à Educação, ao povo brasileiro e à própria imagem do Brasil perante a Comunidade Internacional. A sociedade brasileira não pode permitir tamanho acinte. Cassar de Paulo Freire o título de “Patrono da Educação Brasileira”, recebido *in memoriam*, representa impor a ele e à sua obra uma espécie de segundo exílio, tão violento quanto o primeiro (1964-1980), levado a cabo pela Ditadura Civil-Militar (1964- 1985). É preciso que o Brasil encontre um mínimo de pontos de convergência. Nesse sentido, defender o legado de Paulo Freire nada mais é do que reconhecer o trabalho de um homem do povo, criador de um pensamento pedagógico único e radicalmente democrático e, por isso, revolucionário. Respeitar Paulo Freire é resguardar a História daquelas pessoas imprescindíveis que dedicam sua vida, dia após dia, à luta por um mundo livre, fraterno, igualitário, justo, próspero e sustentável. É em nome de uma educação democrática que lutaremos pela manutenção do título que merecidamente lhe foi conferido em 2012. As cidadãs e os cidadãos que assinam este Manifesto, bem como as instituições signatárias, desejam vida longa à obra de Paulo Freire, declarando seu compromisso incansável e incondicional com a defesa do legado do maior educador da História do Brasil, legítimo e irrevogável Patrono da Educação Brasileira. “Se nada ficar dessas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo que seja menos difícil de amar” (Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*) (IPF, 2017).

Não querendo ingressar em caminhos tergiversantes e/ou intencionalmente ideológicos, ou seja, endossar o campo das ofensas que em nada contribui para a efetiva proposta política da construção de uma sociedade nobre<sup>15</sup>, livre, justa e ética, cujo único caminho é a educação, do qual o Estado e seus

---

<sup>14</sup> “O ESP surge como movimento em 2004, liderado por Miguel Narciso Urbano Nagib, procurador do estado de São Paulo. Os defensores do ESP afirmam que o projeto surge da necessidade de defender os estudantes na escola, pois a grande maioria dos professores pregariam uma ideologia considerada danosa dentro de sala de aula [...] O ESP foi inspirado em um movimento que surgiu nos Estados Unidos, denominado *No Indoctrination*, fundado por Luann Wright, “[...] ao perceber um viés crítico nos textos de um certo professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como ‘tendenciosos’ sobre o racismo dos brancos contra os negros” (Espinoza; Queiroz, 2017, p. 50)” (SEVERO *et. al.*, 2019, p. 10-11).

<sup>15</sup> Sociedade nobre remete a uma perspectiva de sociedade que se conduz por princípios virtuosos, em que a virtude, para Aristóteles, “é de tal qualidade conforme o bem agir em relação aos prazeres e dores, e que o vício é o contrário” (EN II, 3, 1104b26-7, 1985).

governantes jamais deveriam se desviar, este artigo tem como pergunta central: Porque Greta Thunberg e Paulo Freire incomodam tanto o atual presidente da República Federativa do Brasil?

Nesse sentido, o artigo adota uma metodologia de abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), valendo-se dos procedimentos pesquisa documental e bibliográfica (GIL, 2011). A pesquisa documental constituiu-se de consultas a leis, à constituição do país, a *sites* de notícias e de associações brasileiras, bem como a páginas eletrônicas de redes sociais, com a finalidade de mapear as últimas declarações do presidente do Brasil sobre meio ambiente e educação no país, as quais motivaram o interesse pelas discussões que aqui apresentamos.

Para a revisão de literatura, recorreremos aos ensinamentos de Brandão (1981), Freire (1967, 1970, 1979, 1989, 1996, 2000 e 2005), Saviani (2008), Soares e Frade *et. al.* (2014) e Street (2012) com vistas a evidenciarmos uma concepção de educação, alfabetização e letramento como indissociáveis da conscientização social. O aporte histórico, político, filosófico e sociológico sustentou-se em Aristóteles (1985), Bobbio (1992), Dubar (1998), Kohan (2004), Lévinas (1947), Marx e Engels (1982), Marx (1993), Morin (2004), Severo *et. al.* (2019) e Weber (1921 e 1922) para compreendermos o processo de formação e representatividade identitária do sujeito e o seu consciente agir sociopolítico. Quanto às contribuições teóricas para a compreensão dos pilares necessários à construção de uma sociedade ambientalmente justa, nos baseamos em Carlos *et. al.* (2005), Cunha e Guerra (2007), Dias (2003), Laschefski *et. al.* (2005), Lima (2002), Loureiro (2002), Nalini (2003), Ramos *et. al.* (2002) e Soffiat (2002). A partir desse referencial pretendemos encontrar as bases teóricas para responder, além da questão central, um questionamento situado num contexto ambiental, econômico e educacional caótico.

Qual o impacto dos discursos de ofensas pessoais a duas das maiores personalidades da causa socioambiental e da educação no mundo proferidos pelo representante máximo de uma nação que vivenciou nos anos de 2015<sup>16</sup> e 2019<sup>17</sup> tragédias socioambientais de imensuráveis proporções, ao

---

<sup>16</sup> Rompimento de barragem de mineração no município de Mariana – MG controlada pela empresa Samarco Mineração S. A., gerando o maior impacto ambiental do mundo com a contaminação do Rio Doce por dejetos industriais.

<sup>17</sup> Rompimento de barragem no município de Brumadinho - MG controlada pela empresa Vale, causando mais de 250 mortes.

mesmo tempo em que passa por uma crise qualitativa nos seus sistemas político, econômico e educacional?

O artigo se estrutura em três seções. A primeira refere-se a esta introdução. Na sequência apresentamos o referencial teórico contextualizado à problemática aqui abordada. E na terceira e última seção concluímos entendendo que os taques discursivos proferidos pelo presidente brasileiro à Greta Thunberg e a Paulo Freire têm uma mesma raiz simbólico-ideológica, ou seja, trata-se de discursos correlacionados que têm como único fim combater uma proposta de educação que possibilite aos sujeitos novos patamares de consciência<sup>18</sup> da realidade na qual estão inseridos, com vistas a manter a passividade social. A pedagogia libertadora de Paulo Freire e a postura aguerrida da ativista socioambiental Greta Thunberg se completam como símbolos que representam justamente a impossibilidade de materialização da finalidade implícita nesses discursos de ofensa.

### **O legado de Paulo Freire para a educação: A criação de um método dialógico de ensino que revolucionou a concepção de educação no mundo**

É fato reconhecido no Brasil e mundialmente que Paulo Freire tem contribuições inegáveis para as teorias da educação. É fato inquestionável também, diferentemente da vinculação equivocada realizada pelo atual presidente do poder executivo do Brasil em seu discurso em análise, que a posição desfavorável do Brasil no PISA, segundo os últimos dados divulgados referentes ao ano de 2018, não têm qualquer relação com as teorias da educação formuladas por Paulo Freire. Um superficial olhar para esses dados já nos assinala que o fator principal para essa posição diz respeito a questões de ordem socioeconômica, visto que, enquanto o Brasil está abaixo dos níveis de desempenho de qualidade recomendados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocupando em Matemática um dos dez piores desempenhos no mundo, posicionando-se em Leitura atrás de mais de 50 (cinquenta) países e regiões econômicas e em Ciências ficando com uma colocação abaixo de 65 (sessenta e cinco) países participantes, regiões e países desenvolvidos como Pequim-Xangai-Jiangsu-Guangdong, Macau, o território semiautônomo de Hong Kong, Coreia do Sul, Japão, Canadá e países europeus lideram o *ranking* na avaliação mundial para a educação básica dos estudantes

---

<sup>18</sup> Há uma transitividade entre consciências: “É próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que da ingênua o próprio é sua superposição à realidade. Poderíamos acrescentar[...], a propósito da consciência, finalmente que para a consciência fanática, cuja patologia da ingenuidade leva ao irracional, o próprio é a acomodação, o ajustamento, a adaptação” (FREIRE, 1967, p. 105).

em Matemática, Leitura e Ciências. Esse desempenho também constatou, além de questões de gênero e localização geográfica dos estabelecimentos de ensino, diferenças socioeconômicas internas no Brasil, em que aqueles estudantes de famílias socioeconomicamente desfavorecidas<sup>19</sup> apresentaram média aquém daqueles de famílias de alta renda. Segundo a OCDE:

No Brasil, o desempenho médio em matemática melhorou entre 2003 e 2018, mas a maior parte dessa melhora aconteceu nos ciclos iniciais [as primeiras edições do Pisa]. Depois de 2009, em matemática, assim como em leitura e em ciências, o desempenho médio para flutuar ao redor de uma tendência de estagnação [...]. O status socioeconômico foi um forte instrumento de previsão do desempenho em matemática e ciência em todos os países que participaram do Pisa. Ele explicou 16% da variação no desempenho em matemática no Pisa 2018 no Brasil (PORTAL G1, 2019).

Outro motivo pelo qual o discurso do presidente brasileiro não se sustenta deve-se ao fato de que a aplicabilidade das teorias da educação de Paulo Freire foi interrompida no Brasil desde o regime político ditatorial iniciado no país a partir do Golpe Militar de 1964, cujo governo era contrário a qualquer forma de liberdade social, especialmente à criticidade do pensamento. Esse regime, para Saviani (2008), por meios estratégicos implementava

Suas ações ideológica, social e político-militar por meio de guerra psicológica, fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes, em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre os trabalhadores da indústria, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares. A articulação entre os empresários e os militares conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março e consumado em 1º de abril de 1964. Saíram vitoriosas, portanto, as forças socioeconômicas dominantes, o que implicou a adequação da ideologia política ao modelo econômico. Em consequência, o nacionalismo desenvolvimentista foi substituído pela doutrina da interdependência. Consumou-se, desse modo, uma ruptura política, considerada necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico. Portanto, se a “Revolução de 1964” foi realizada para assegurar a continuidade da ordem socioeconômica, é inegável seu significado de “mudança política radical”, atestada até mesmo pelo simples fato da permanência dos militares no poder por 21 anos, caso inédito na história política brasileira. Controlando com mão de ferro, pelo exercício do poder político, o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas, deixou um oneroso legado cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje. Faz sentido,

---

<sup>19</sup> Há um *cursus* sócio, econômico e cultural determinante que, segundo Bourdieu (2010, p.52), se traduz num *cursus* escolar que “[...] Em síntese, as cartas são jogadas muito cedo”.

pois, retomar a política educacional e as realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira (p. 293-294).

Ao pensarmos como Paulo Freire, segundo o qual “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.67), passamos a entender que, de fato, a sociedade só muda a partir da educação. Nesse sentido, o Brasil, além de encontrar um exemplo para superar a sua atual posição no PISA nas supracitadas regiões econômicas e nos mencionados países que lideraram o *ranking* de desempenho dos seus estudantes em Matemática, Leitura e Ciências, os quais investiram maciçamente na redução das desigualdades socioeconômicas, na qualidade do ensino (alguns se apropriaram do Método Paulo Freire de ensino) e na carreira docente, tem nos ensinamentos de Paulo Freire, “prata da casa”, as chaves necessárias para um processo de alfabetização efetivamente de qualidade capaz de transformar a sociedade, que deve ser o objetivo de um modelo de educação que se caracteriza como essencialmente democrática. A esse respeito, Freire (1996) nos ensinou que:

O educador democrático não pode se opor ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível (p. 26).

Por isso, nos parece que não é demasiado nesse momento ideológico-anacrônico da cena social, política, econômica e educacional brasileira reafirmarmos que o ineditismo de Paulo Freire reside na criação de um método de alfabetização de adultos moradores do município de Angicos (RN), interior do nordeste brasileiro, que aprenderam a ler em quarenta e cinco dias a partir de uma metodologia criada com base numa pedagogia da liberdade, da conscientização, do oprimido e da autonomia descrita especialmente nas obras: Educação como Prática da Liberdade (1967), Pedagogia do Oprimido (1970) e Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996). De acordo com Brandão (1981), o Método Paulo Freire tem como pressuposto que:

Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá para pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca

feita por um sujeito isolado, não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos”. De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e educandos educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende” (BRANDÃO, 1981, p.10-11).

O Método Paulo Freire de ensino é valorizado e experimentado mundialmente, tanto por sua eficácia comprovada no letramento<sup>20</sup> em si, quanto por defender que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 7), ou seja, segundo Freire, para o sujeito aprender a ler as palavras ele precisa também aprender a ler o mundo.

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Adernais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. Paulo Freire reafirma a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando as posturas ingênuas ou “astutas”, negando de vez a pretensa neutralidade da educação (FREIRE, 1989, p. 7).

Para citar uma das evidências do reconhecimento internacional do Método Paulo Freire de ensino, destacamos a premiação de melhor escola de Ensino Médio dos EUA à *Revere High School* em 2014, escola localizada em Massachusetts que adota o método freireano de ensino, segundo noticiou o portal do jornal O Globo. Essa escola inseriu, no processo de ensino e de aprendizagem dos seus estudantes, as cinco fases desse Método Dialógico que são assim explicadas por Freire (1967):

1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará [...].
2. A segunda fase é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado [...].
3. A terceira fase consiste na criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar [...].
4. A quarta fase consiste na elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. Estas fichas-roteiro devem ser meros subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida a que devam obedecer e seguir.
5. A quinta fase é a feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores. A grande dificuldade que se nos põe e que exige um alto senso de responsabilidade está na preparação dos quadros de coordenadores. Não porque haja dificuldades no aprendizado puramente técnico de seu procedimento. A

---

<sup>20</sup> Uma prática social situada, ou seja, relacionado à dinâmica contextual, à ideia do poder e da ideologia, à identidade, às interações intersubjetivas e ao agenciamento dos grupos (STREET, 2012) e, portanto, não mais como um treinamento generalista de habilidades técnicas ou, conforme Soares e Frade *et. al.* (2014), não mais como uma mera *alfabetização* no sentido restrito do domínio do sistema alfabético-ortográfico e da mecânica aprendizagem do ler e do escrever.

dificuldade está na criação mesma de uma nova atitude — e ao mesmo tempo tão velha — a do diálogo, que, no entanto, nos faltou no tipo de formação que tivemos e que analisamos no segundo capítulo deste estudo. Atitude dialogal à qual os coordenadores devem converter-se para que façam realmente educação e não “domesticação” [...] (p. 111-113).

Ao propor essa metodologia de ensino, Paulo Freire não apenas nos ensinou uma maneira situada de se aprender a ler e a escrever, como também denunciou a marginalização de um povo negado ao direito de participação social numa sociedade grafocêntrica que privilegia a leitura e a escrita como condição obrigatória para o exercício da capacidade cidadã do sujeito, mas que, ao mesmo tempo, exclui sujeitos de uma grande parcela social desse direito, como estratégia de mantê-los na condição de pacientes em relação à realidade na qual estão inseridos.

Essa metodologia influenciou estudiosos da área da educação no Brasil e no mundo, especialmente, do campo dos estudos da alfabetização e do letramento, dentre os quais destacamos: a psicóloga e pedagoga Emília Ferreiro, referência mundial nesse campo, pesquisadores do Centro de alfabetização, leitura e escrita da Universidade Federal de Minas Gerais (CEALE/UFMG), com destaque para Magda Soares e Isabel Frade, bem como representantes dos novos estudos sobre letramento como Brian Street e Guther Kress. Esses estudiosos influenciados por uma perspectiva interacionista e sócio-discursiva da linguagem e, sobretudo, ancorados nas contribuições pedagógicas de Paulo Freire, construíram suas identidades de educadores e pesquisadores e disseminaram os novos estudos teóricos nesse campo a partir de uma identificação social, filosófica e pedagógica com Paulo Freire.

Esses teóricos que, como Paulo Freire, dedicaram e dedicam a vida à educação não devem, em hipótese alguma, ser identificados socialmente como energúmenos, palavra que, segundo o dicionário da língua portuguesa *Houaiss* (2009), significa “pessoa que age com violência, de forma irracional, brutal; desequilibrado, desatinado; indivíduo ignorante, boçal, imbecil”.

Portanto, há um impacto sócio-representativo em termos de identidades pessoal e social quando o representante político máximo de uma nação como a brasileira declara ao mundo que o educador Paulo Freire é um energúmeno, no qual a possibilidade de uma educação efetivamente libertadora e transformadora da sociedade está subjetivamente corporificada. Isso atinge, sem dúvida,

todas aquelas pessoas que se inspiram e compartilham das ideias por ele postuladas em suas teorias da educação.

### **A importância de Greta Thunberg para a causa socioambiental no mundo: o estímulo à efetiva participação social**

Com o dever de garantir o direito de justiça social, o Estado enquanto instância com poder legítimo para fazer valer esse direito deve ter como missão política encontrar soluções para os problemas que afligem a sociedade, dentre eles, a problemática socioambiental, como se destaca do texto constitucional brasileiro: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas [...]” (BRASIL, 1988).

Ainda em conformidade com a Constituição Federal do Brasil de 1988, especialmente os artigos 205 e 225, cumpre ao Estado a definição de políticas públicas em todos os níveis de ensino do sistema brasileiro de educação, com vistas a estimular o engajamento da sociedade com a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Atento a essa determinação constitucional, em 27 de abril de 1999, o Estado brasileiro promulgou a Lei Federal nº. 9.795, que dispõe sobre Educação Ambiental no Brasil e institui a Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental. Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - capacitação de recursos humanos; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação (BRASIL, 1999).

Um aspecto relevante dessa Lei diz respeito justamente à participação social, tanto individual quanto coletiva, empresarial e de gestão pública nos assuntos relacionados à questão da educação ambiental no país, como se transcreve:

Art. 4o São princípios básicos da educação ambiental: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo [...]. Art. 5o São objetivos fundamentais da educação ambiental: [...] IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania [...] Art. 8o As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: [...] III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental [...] Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente [...]. II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais [...] Art. 15. São atribuições do órgão gestor: [...] III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental (BRASIL, 1999).

Diante dessa fixação normativa de que todos, independentemente da idade e dos níveis de escolaridade (alfabetizados ou não) e ensino (Educação Básica e Educação Superior), devem ser estimulados ao engajamento ambiental, causa-nos estranheza o termo “pirralha” com o qual o presidente do Brasil se referiu à jovem ativista socioambiental Greta Thunberg num tom semântico de que as questões ambientais são restritas a sujeitos adultos.

Em consulta ao dicionário da língua portuguesa *Houaiss* (2009), encontramos a seguinte definição para o termo pirralha: “criança ou jovem, geralmente pequeno, indivíduo de pequena estatura”. Para além da etimologia, é importante observar que, semanticamente, o termo é usualmente utilizado com sentido conotativo para desvalorizar a autoridade do sujeito que profere um discurso que outro, num patamar adultocêntrico e/ou na condição de detentor da verdade, discorda.

Essa desvalorização do potencial social do sujeito criança, segundo o filósofo Walter Kohan (2004), está atrelada a uma visão adultocêntrica herdada da tradição filosófico-educacional ocidental que reduz esse sujeito a uma etapa menos importante da vida (a infância), porém, necessária para a constituição do adulto futuro, ao qual é dado todo o protagonismo referente à capacidade de materializar sonhos e utopias capazes de transformarem a sociedade.

O filósofo, contrário a essa visão, nos propõe que ampliemos os horizontes da temporalidade, ou seja, que entendamos a infância para além de uma perspectiva meramente cronológica, valorizando, para tanto, um outro tipo de temporalidade, a *aiônica*, em que a infância passa a ser compreendida

[...] Como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação. É a infância que interrompe a história [...]. É a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do 'seu' lugar e se situar em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados (KOHAN, 2004, p. 63).

Outra interpretação possível, mas que não anula a primeira, acerca do discurso do presidente brasileiro em relação à sueca ativista socioambiental Greta Thunberg, talvez se deva ao fato de que a democratização da questão ambiental no Brasil seja recente, o que justificaria a estranheza do governante com o fato de uma jovem estar tão envolvida com a causa socioambiental. Essa democratização foi legitimada há pouco mais de três décadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988. De acordo com Nalini (2003, p. 290) “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser, a partir de 1988, um direito fundamental de todos os brasileiros e de todas as pessoas que estiverem no Brasil. Por ser direito fundamental, é um direito indisponível, do qual não se pode abrir mão”.

Contudo, por mais que a democratização da causa socioambiental seja relativamente recente, não se justifica que o direito a essa participação esteja restrito ao ser adulto e/ou pior, conforme criticam Cunha e Guerra (2007), a etapas menos importantes das políticas e estratégias de gestão ambiental. Nesse sentido, Carlos *et. al.* (2005), advertem que

[...] Se o ambiental é a síntese, ainda que contraditória entre o natural e o humano, o embate se estabelece, essencialmente, entre o social e o político, já que somos uma sociedade de classes, cujos interesses econômicos de diversos matizes são mais ou menos contemplados, segundo relações de poder que se constituem historicamente e se expressam por meio de alianças e conflitos, que se dão, diferentemente, no tempo e no espaço. Assim, a questão ambiental, nas cidades é uma das expressões mais completas desse jogo de alianças e conflitos, porque revelam, contraditoriamente, em espaços marcados pela proximidade e pela densidade, as diferenças socioespaciais que estão na base dessa estrutura social (p. 358).

A partir dessa democratização, tornou-se notória a intensificação de novos protagonistas sociais que, mesmo sem deterem o poder de Estado, se organizam como sociedade civil, sobretudo, na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), na busca de transformarem em atos

concretos seus protestos e ideais socioambientais. Mas, essa cultura cidadã de participação social não pode suprir, conforme Loureiro (2002, p. 79) o “aparato estatal como instância normatizadora da vida nacional e a negação dos problemas estruturais que permeiam a prática dos coletivos militantes”.

A respeito desses novos protagonistas sociais, o atual presidente do Brasil, ao ser questionado por jornalistas acerca do aumento dos incêndios no ano de 2019 na Amazônia, supôs o envolvimento de ONGs declarando:

O crime existe, e isso aí nós temos que fazer o possível para que esse crime não aumente, mas nós tiramos dinheiros de ONGs. Dos repasses de fora, 40% ia para ONGs. Não tem mais. Acabamos também com o repasse de dinheiro público. De forma que esse pessoal está sentindo a falta do dinheiro [...]. Então, pode estar havendo, sim, pode, não estou afirmando, ação criminosa desses 'ongueiros' para chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a guerra que nós enfrentamos [...]. O fogo foi tocado, pareceu, em lugares estratégicos. (Tem) imagens da Amazônia toda. Como é que pode? Nem vocês teriam condições de todos os locais estar tocando fogo para filmar e mandar para fora. Pelo que tudo indica, foi para lá o pessoal para filmar e tocaram fogo. Esse que é o meu sentimento [...]. Cara, vocês têm que entender uma coisa que isso não está escrito, não está escrito. Não têm um plano para isso aí. Isso é conversa, pessoal faz, toma decisão e ponto final. Você pode ver, pega o que se manda verbas bilionárias, 40% para ONG, essa ONG vai para mão dessas pessoas para ficar rodando a Amazônia e ficar fazendo campanha contra nós o tempo todo. Perderam a boquinha também [...]. (O governo) não está insensível para as queimadas e avalia medidas a serem adotadas com os ministérios da Defesa e do Meio Ambiente. ONGs representam interesses de fora do Brasil [...]. Não estou afirmando (que ONGs são as responsáveis pelas queimadas). Temos que combater o crime, depois vamos ver quem é o possível responsável pelo crime. Mas, no meu entender, há interesse dessas ONGs, que representam interesses de fora do Brasil [...]. A questão da queimada na Amazônia, que no meu entender pode ter sido potencializada por ONGs, porque eles perderam grana, qual é a intenção? Trazer problemas para o Brasil (PORTAL G1, 2019).

Em alinhamento à declaração do presidente a respeito do suposto envolvimento criminoso das ONGs com as queimadas na Amazônia, o ministro do meio ambiente publicou em sua rede social *Twitter*: “Tempo seco, vento e calor fizeram com que os incêndios aumentassem muito em todo o País. Os brigadistas do ICMBIO e IBAMA, equipamentos e aeronaves estão integralmente à disposição dos Estados e já em uso” (PORTAL G1, 2019). Essa publicação foi posteriormente replicada na rede social do presidente.

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em oposição às declarações do presidente do Brasil, se pronunciou em seu *site* institucional por meio de nota escrita, ilustrada e ironicamente intitulada de “Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro”:

Os focos de incêndio em todo Brasil aumentaram 82% desde o início deste ano, para um total de 71.497 registros feitos pelo INPE, dos quais 54% ocorreram na Amazônia. Diante da escandalosa situação, Bolsonaro disse que o seu “sentimento” é de que “ONGs estão por trás” do alastramento do fogo para “enviar mensagens ao exterior”. O aumento das queimadas não é um fato isolado. No seu curto período de governo, também cresceram o desmatamento, a invasão de parques e terras indígenas, a exploração ilegal e predatória de recursos naturais e o assassinato de lideranças de comunidades tradicionais, indígenas e ambientalistas. Ao mesmo tempo, Bolsonaro desmontou e desmoralizou a fiscalização ambiental, deu inúmeras declarações de incentivo à ocupação predatória da Amazônia e de criminalização dos que defendem a sua conservação. O aumento do desmatamento e das queimadas representa, também, o aumento das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, distanciando o país do cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris. Enquanto o governo justifica a flexibilização das políticas ambientais como necessárias para a melhoria da economia, a realidade é que enquanto as emissões explodem, o aumento do PIB se aproxima do zero. O Presidente deve agir com responsabilidade e provar o que diz, ao invés de fazer ilações irresponsáveis e inconsequentes, repetindo a tentativa de criminalizar as organizações, manipulando a opinião pública contra o trabalho realizado pela sociedade civil. Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro (ABONG, 2019).

Em meio a esses embates, o meio ambiente no Brasil continua extremamente vulnerável dada a superexploração socioambiental em que, de acordo com as palavras de Laschefski *et. al.* (2005, p. 252), “as relações com a natureza estão se tornando cada vez mais alienadas [...] (cuja) tendência é a [...] eterna expansão do consumo dos recursos naturais e do espaço”, tendo em vista os princípios políticos, históricos, econômicos, culturais, ambientais, tecnológicos e éticos de dominação ideológica e de acumulação prevaletentes, cujo “uso da máquina administrativa (do Estado) vem servindo como instrumento de controle do eleitorado mediante a prática de políticas clientelistas e de apadrinhamento” (RAMOS *et. al.*, 2002, p.116).

Como estratégia para superar essas práticas políticas, a Educação Ambiental (EA) e, em sentido amplo, a Educação visto que quem nomeia é a palavra Educação, apresenta-se como uma importante ferramenta de democratização para o exercício da plena cidadania: “[...] O modo mais adequado para promover uma educação mais ajustada à realidade, às necessidades, aos problemas e aspirações dos indivíduos e das sociedades do mundo atual” (DIAS, 2003, p. 122).

O exercício da cidadania está, assim, estritamente relacionado com o despertar para a consciência socioambiental. Despertar que reconhece a causa socioambiental como coletiva e pública, tendo “[...] a participação (como) o solo que a sustenta, enraíza, alimenta e reproduz” (LIMA, 2002, p. 136). Todavia, Cunha e Guerra (2007, p. 66) advertem que “[...] a participação nem sempre é pensada em todos os seus níveis e muitas vezes envolve apenas as etapas de implementação de projetos, deixando os processos de formulação das políticas e das estratégias de gestão ambiental centralizados nas instituições públicas”.

Nesse sentido, estamos falando de um tipo de educação alinhada com uma perspectiva educativa de que a “superação da inexperiência democrática (perpassa) por uma nova experiência: a da participação [...]” (FREIRE, 1967, p. 83). Essa superação necessita de uma educação que não admita o escândalo de um povo marginalizado e imerso na passividade, como questiona e sintetiza Pierre Furter (1967), na apresentação da obra *Educação como prática da liberdade*:

Paulo Freire, em nome de uma educação orientada para a autenticidade, propõe condições e métodos para que ninguém seja mais excluído ou posto à margem da vida nacional. O que deve ser superado é o discurso vazio e o verbalismo vazio sobre a educação. O que deve ser instaurada é a pedagogia que começa pelo diálogo, pela comunicação, por uma nova relação humana que possibilite ao próprio povo a elaboração de uma ciência crítica do mundo em que vive.

Assim, no ativismo ambiental exemplificado pela atitude social da jovem Greta Thunberg, encontramos a efetivação de um tipo de EA comprometida com a emancipação ideológica da sociedade, logo, com a mudança de atitudes em relação à apropriação do meio ambiente, já que as ações dessa jovem socioambientalista nos instigam à formação de uma “consciência capaz de enfrentar as complexidades [...]” (MORIN, 2004, p. 77 e 126). Consciência esta que, de acordo com Morin (2004, p. 126), “é a qualidade humana última e, sem dúvida, a mais preciosa, pois o que é último é, ao mesmo tempo, o que há de melhor e de mais frágil. E, de fato, a consciência é extremamente frágil e, em sua fragilidade, pode enganar-se muitas vezes”.

Essa tomada de consciência da apropriação do meio ambiente é condição para a consciência humana de si mesmo, uma vez que, determinar o mundo, segundo Lévinas (1947, p. 120), significa o nascimento de uma consciência representativa. Para esse filósofo: “É a partir do repouso, da posição, da relação única com o lugar, que surge a consciência”.

Compreender as formas de apropriação do meio ambiente é, então, repensar-se como sujeito, é perceber nas formas concretas que saltam aos olhos, os seus ideais, as suas práticas, a sua cultura e os seus valores. Enfim, é reconhecer-se para entender que o meio ambiente é um produto sociocultural.

Semelhante ao pensamento de Lévinas (1947), Freire (1979) entende que

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se des-vela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (p. 15).

A constituição desse sujeito consciente é de essencial importância para a eficácia de uma política pública de Educação Ambiental que vise a construção de uma cidade sócio e ambientalmente mais justa. Certamente, enquanto as pessoas não se reconhecerem como sujeitos do seu lugar, bem como não buscarem perceber as contradições decorrentes da produção desse lugar, e isso demanda que elas tenham laços de identidade com o espaço que habitam, continuarão colocando-se sempre na posição de alheias à apropriação consciente e justa do meio ambiente. Com isso:

O meio ambiente, no Brasil, apresenta-se extremamente vulnerável. A educação, em seu sentido mais amplo, enfrenta acentuados problemas de qualidade e não alcançou patamares de democratização. Se a cidadania, em sua expressão clássica, ainda engatinha, a ecocidadania, por seu turno, continua revestida de um caráter utópico e distante (SOFFIAT, 2002, p. 23-24).

Os governantes brasileiros precisam, ainda, reconhecer que planejamento, participação popular e gestão administrativa são inseparáveis quando se trata de políticas públicas socioambientais. Conforme a Lei Federal nº. 9.795/1999, o diálogo e a participação coletiva são condições para a Política Nacional de Educação Ambiental. Precisam também entender que não existe prática sem teoria que a sustente e com relação a isso, o Brasil conta com inúmeras leis voltadas para a proteção, o controle e a conservação do seu meio ambiente, devendo as esferas públicas, juntamente com a sociedade, no mínimo, cumprir o que nelas está fixado, pois segundo enfatiza Nalini (2003)

No Estado de Direito, administrar é cumprir a lei. Essa a função do Executivo. E a Política Nacional do Meio Ambiente obriga o administrador a atuar na manutenção do equilíbrio ecológico. Isso significa mais do que cumprir a rotina da administração. Mas a tutela administrativa do meio ambiente significa uma peculiar maneira de exercício de uma gestão ambiental qualificada (p. 297).

Também, de acordo com Nalini (2003), a tutela de proteção ao meio ambiente se dá nos âmbitos administrativo, civil e penal, e especificamente no âmbito civil,

A população precisa agir junto às municipalidades, órgãos locais, aos governos estaduais e suas entidades e também diretamente junto à União para exigir que essa tutela administrativa – ampla, abrangente e sem necessidade de provocação – venha a ser exercida em benefício de toda a coletividade e com vista às gerações do provir (p. 298).

O ativismo socioambiental da sueca Greta Thunberg é exemplo dessa efetiva participação social na causa ambiental e, resguardadas as devidas especificidades, vemos em Thunberg a materialização do modelo de educação pensado e praticado por Freire, que tem como princípio o diálogo e a participação, em que:

Existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles (FREIRE, 1967, p. 40).

Em Greta Thunberg nos deparamos com a corporificação da práxis pedagógica que, conforme Freire (1967, p. 53) “se constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis de consciência oprimida”. Entretanto, essa nova consciência só é possível a partir de uma

Educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. [...] O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária” (grifos do autor), que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação (FREIRE, 2005, p. 78).

Talvez seja essa nítida correlação entre as teorias da educação de Paulo Freire e o ativismo socioambiental de Greta Thunberg que incomoda tanto o presidente da República Federativa do Brasil, visto que elas provocam o exercício do pensamento pelo sujeito, levando-o a se reconhecer enquanto grupo com potencialidade para mudar uma realidade, instigando-o a tomar consciência das dimensões sociais, históricas, políticas, econômicas, éticas, culturais, tecnológicas e ambientais, que integram um

sistema que se mantém da subjugação do poder da ação social, que se perpetua à medida que não permite à sociedade reconhecer os seus direitos e deveres para praticar a plena cidadania capaz de emancipá-la dos estereótipos e padrões ideológicos de dominação, os quais são materializados nos estilos de vida impressos sócio e culturalmente na apropriação desigual e degradante do meio ambiente. Em Thunberg a pedagogia libertadora de Freire pulsa, mostra que ainda está viva e, por isso, incomoda.

### **Considerações finais**

A representatividade que, de acordo com Dubar (1998), se materializa na identificação e/ou identidade social, apresenta-se como fator importante para a construção da identidade pessoal pelo sujeito.

Assim, ao nos identificarmos socialmente com uma concepção de educação transformadora, dialógica, libertadora e que se dá de forma indissociável à conscientização social, nos remetemos imediatamente à pessoa do educador Paulo Freire, visto que o legado cultural desse sujeito se confunde com a sua própria existência humana. Com isso, pessoas que se inspiram e compartilham dessa perspectiva de educação freireana têm a formação de suas identidades pessoais socialmente impactadas pela identificação com Paulo Freire, pelo que, atacar as identidades pessoal e social deste significa atacar identidades de outrem, bem como, significa impedir aqueles que ainda possuem uma identidade educacional inconclusa a construa de maneira autônoma.

Da mesma forma, reduzir a capacidade cidadã de um sujeito que, como Greta Thunberg, influencia um coletivo que com ela se identifica sócio e identitariamente, significa desacreditar na potencialidade da juventude em atuar ativamente na sociedade da qual faz parte e que, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Como se depreende explicitamente do texto constitucional, o envolvimento com a causa socioambiental não exclui a criança, o jovem, o adulto ou o idoso, visto que meio ambiente é uma causa coletiva, de todos. Entretanto, visões adultocêntricas, como adverte Kohan (2004), se sustentam silenciando a infância e a juventude.

Ao valer-se das prerrogativas formais fixadas no artigo 86 da Constituição Federal de 1988, o atual chefe do poder executivo do Brasil tem se envolvido recorrentemente com polêmicas relacionadas a ataques a pessoas e instituições que com ele discordam ideologicamente. Este artigo tratou dos dois últimos casos que envolveram ataques a personalidades de representação mundial de dois dos mais importantes pilares de qualquer sociedade: Meio ambiente (Greta Thunberg) e Educação (Paulo Freire).

A respeito da primeira, como introdutoriamente apresentado, estamos falando de uma jovem de dezesseis anos de idade totalmente engajada com a causa socioambiental no mundo, que tem influenciado milhões de pessoas, enfrentado chefes de Estado de nações poderosas, buscado apoio de pontífices religiosos com o único fim de contribuir para a construção de um mundo sócio e ambientalmente mais justo e que tem sido reconhecida como personalidade do ano por revistas científicas de renome mundial.

Com relação a Paulo Freire, estamos nos referindo a ninguém menos que o patrono da educação brasileira, um patrimônio humano e um dos grandes nomes do Brasil no mundo na área da educação, escritor da terceira obra (Pedagogia do Oprimido) mais citada em estudos de ciências humanas no mundo, segundo a Escola de Economia e Ciência Política de Londres, criador da Pedagogia Crítica, uma das principais conquistas da educação no século XX, que prioriza a experiência social e humana do sujeito no processo de ensino e de aprendizagem e que foi interrompida no Brasil desde o Golpe Militar de 1964 por possibilitar

A criticidade (que) para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade. Daí a conscientização ser o desenvolvimento da tomada de consciência. Não será, por isso mesmo, algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias (FREIRE, 1967, p. 60).

O atual presidente do Brasil ao afirmar que a filosofia de Paulo Freire propagou e propaga ideologias de esquerda, demonstra um total desconhecimento não apenas sobre Paulo Freire, como da própria história da educação no país, visto que a tentativa de aplicabilidade do Método Paulo Freire de ensino deixou de ser meta do sistema brasileiro de educação desde o início do regime político ditatorial, sendo que nenhum dos governos posteriores acertaram o caminho para uma política educacional

efetivamente dialógica no Brasil. Nesse sentido, é muito mais fácil achar um grande nome para culpar o fracasso do desempenho do Brasil no PISA, por exemplo, do que reconhecer que os governos brasileiros, diferentemente dos governos de alguns outros países com êxitos nos indicadores educacionais, optaram pela acriticidade e passividade da sociedade como forma de garantia do *status quo*. Para tanto, ignoraram a importância da pedagogia de Paulo Freire para a educação brasileira. Não seria esse o real motivo que explicaria a atual posição do Brasil no PISA?

Indubitavelmente, tentar responsabilizar Paulo Freire pelo ruim desempenho do Brasil no PISA e pela não renovação do contrato com uma TV educativa, atacando-o de forma desrespeitosa e contundente é, no mínimo, inaceitável. Discordar em termos de visão educacional até seria admissível, mas desqualificar a pessoa de um dos maiores nomes do país é um ultraje à educação e aos seus sujeitos. Essa postura do presidente do Brasil revela-se irracional e primitiva ao adotar como caminho mais fácil a culpabilidade de alguém que foi responsável por criar um método de ensino inovador que o mundo todo valoriza.

O atual governo brasileiro, com a bandeira da anti-ideologia vem, na prática, meramente substituindo uma ideologia por outra, entretanto, por uma ideologia mais cega e desinformada. Mais do que atacar alguém que deixou um legado educacional mundialmente reconhecido e que já não tem mais vida para se pronunciar, deveria o governo estar materializando estratégias que realmente qualificariam a educação no país, ou seja, deveria centrar-se no que realmente importa e necessita a educação brasileira.

Enquanto o presidente da República Federativa do Brasil tergiversa envolvendo-se em polêmicas discursivas de cunho político-partidário e ideológico substitutivo, em nada se avança nas pautas sobre educação e meio ambiente no Brasil. Pelo contrário, caracterizar como energúmeno umas das maiores personalidades na área da educação, é uma ofensa à educação no mundo. Assim como, referir-se a uma jovem ativista socioambiental reconhecidamente eleita como uma das dez personalidades com destaque no mundo em 2019, é um desmerecimento à importância da participação social, especialmente da juventude, na causa socioambiental mundial.

A apropriação político-partidária de nomes mundialmente importantes como o de Paulo Freire e Greta Thunberg tem como finalidade transformar a raiz da controvérsia. Trata-se, em síntese, de uma estratégia de governo intencionada em impedir a criticidade e o protagonismo social, em desviar

o foco dos brasileiros sobre a inexistência de estratégias de governo efetivas para as políticas nacionais de educação e meio ambiente no Brasil.

Pelo exposto, entendemos que a efetiva construção de uma sociedade justa, livre, nobre e ética perpassa por sujeitos como Greta Thunberg e Paulo Freire.

### Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **Nota à Imprensa Ciências Sociais Articuladas**, 2019. Disponível em: [http://www.aba.abant.org.br/files/20190426\\_5cc36aaa4c6b9.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20190426_5cc36aaa4c6b9.pdf). Acesso em: 04 jun. 2019.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro**, 2019. Disponível em: <https://abong.org.br/2019/08/21/bolsonaro-nao-precisa-das-ongs-para-queimar-a-imagem-do-brasil-no-mundo-inteiro/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA ROQUETE PINTO (ACERP). **Resposta ao MES – encerramento de gestão da TV Escola**, 2019. Disponível em: <http://roquettetpinto.org.br/resposta-ao-mec-encerramento-de-gestao-da-tv-escola/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (ANPOF). **Nota de repúdio a declarações do ministro da educação e do presidente da república sobre as faculdades de humanidades, nomeadamente filosofia e sociologia**, 2019. Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/index.php/pt-BR/artigos-em-destaque/2075-nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia>, 2019. Acesso em: 04 jun. 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, Robert Staszewski; BIKLEN, Sari Knoop. **Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOLSONARO, Jair Messias. **Página Jair Messias Bolsonaro no Facebook**, 2019. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Tweets @jairbolsonaro**, 2019. Disponível em: [https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eaut](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eaut) hor. Acesso em: 17 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** (org. Nogueira, M.A.; Catani, A.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. 18ª ed. São Paulo, Brasiliense. 1981.

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm)-. Acesso em: 15 mai. 2019.
- BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre Educação Ambiental no Brasil, Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resultados: Brasil no PISA 2018 – Nacional**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoesinternacionais/pisa/resultados>. Acesso em 18 dez. 2019.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini; GERAIGES, Amália Inês, orgs. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira, orgs. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.
- DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educação e Sociedade. vol. 19 n. 62 Campinas Apr. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002). Acesso em: 28 nov. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 5ª ed. 2009.
- INSTITUTO PAULO FREIRE (IPF). Coletivo Paulo Freire por uma educação democrática. **Manifesto**, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/docs/ManifestoColetivoPauloFreire-FINAL.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.
- KOHAN, Walter Omar. **A infância da educação: o conceito devir-criança**. *In*: Lugares da infância: Filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros; ZHOURI, Andréa, orgs. **A insustentável leveza da política ambiental**. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. **De l'existence à l'existant**. Paris: Vrin, 1947.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Crise ambiental, educação e cidadania**: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania: São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; et al. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. In: MARX, KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1982.

MORIN, Edgard. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NALINI, José Renato. **Justiça**: Aliada Eficaz da Natureza. In: TRIGUEIRO, André. (coord.) Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

PORTAL G1. **Bolsonaro chama Paulo Freire de 'energúmeno' e diz que TV Escola 'deseduca'**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Bolsonaro diz que divulgação de dados sobre desmatamento prejudica o Brasil**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/bolsonaro-diz-que-divulgacao-de-dados-sobre-desmatamento-prejudica-o-brasil.ghtml>. Acesso em 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Educação: Bolsonaro diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>, 2019. Acesso em 04 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Greta Thunberg é escolhida 'pessoa do ano' pela revista 'Time'**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/11/revista-time-escolhe-greta-thunberg-como-pessoa-do-ano.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Pisa 2018: dois terços dos brasileiros de 15 anos sabem menos que o básico de matemática**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/03/pisa-2018-dois-tercos-dos-brasileiros-de-15-anos-sabem-menos-que-o-basico-de-matematica.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Bolsonaro chama Greta Thunberg de 'pirralha' ao comentar declaração da ativista sobre morte de índios**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/10/bolsonaro-chama-greta-thunberg-de-pirralha-ao-comentar-declaracao-da-ativista-sobre-morte-de-indios.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe, e Greta Thunberg estão na lista das 10 pessoas que mais se destacaram da 'Nature'**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/12/17/ricardo-galvao-ex-diretor-do-inpe-e-greta-thunberg-estao-na-lista-das-10-pessoas-que-mais-se-destacaram-da-nature.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REVISTA ÉPOCA. **Viúva de Paulo Freire rebate Bolsonaro: 'é nefasto e tem inveja de Paulo'**, 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/viuva-de-paulo-freire-rebate-bolsonaro-nefasto-tem-inveja-de-paulo-1-24141379>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar**. Cad. CEDES vol.28 no.76 Campinas Sept./Dec. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622008000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002). Acesso em: 15 dez. 2019.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; DUQUE, Rodrigo. **A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira**. Educação e Realidade. vol.44. no.3, Porto Alegre: Epub Aug 12, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362019000300606](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300606). Acesso em: 18 dez. 2019.

SOARES, Magda. **Alfabetização**. In: FRADE, Isabel Cristina Alves Silva; *et. al.* Glossário Ceale de termos de Alfabetização, leitura e escrita par educadores. Belo Horizonte, CEALE/Faculdade de Educação da UFMG. 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetização>. Acesso em: 18 abr. 2019.

STREET, Brian. **Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento**. In: MAGALHÃES, I. (Org.) Discursos e práticas de letramento: Pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

WEBER, Max. **Politik als Beruf**. In: Gesammelte Politische Schriften. München: Duncker & Humblodt, 1921.

\_\_\_\_\_. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Grundriss der Verstehenden Soziologie. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.

# O presidente sociólogo<sup>1</sup>: a construção da imagem pública de Fernando Henrique Cardoso nas páginas do *Jornal do Brasil* (1994)

The sociologist president<sup>2</sup>: the construction of Fernando Henrique Cardoso's public image on the pages of *Jornal do Brasil* (1994)

Isabela Talita Corrêa de Souza

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

isabelacorreasouza3@gmail.com

Recebido em: 02/04/2020

Aprovado em: 11/05/2020

**Resumo:** O *Jornal do Brasil*, um dos mais influentes periódicos dos anos 1990, aparece como um importante instrumento para a visibilidade e reconhecimento público de Fernando Henrique Cardoso na campanha presidencial de 1994. Em suas páginas, entrecruzaram-se um projeto político específico, simbologias e o imaginário com o intuito de influenciar o eleitorado a apoiá-lo. Através da análise da linha editorial do referido periódico, percebe-se seu empenho em investir o candidato que se apresentava como social-democrata com atributos de liderança política competente e confiável, fortalecendo o seu capital político. Dessa forma, no presente artigo, procuro indicar justificativas, interesses e estratégias discursivas mobilizadas pelo jornal no campo social para estabelecer e sustentar o apoio ao candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

**Palavras-Chave:** *Jornal do Brasil*; Fernando Henrique Cardoso; Campanha eleitoral.

**Abstract:** *Jornal do Brasil*, one of the most influential national periodicals of the 1990s, appears as an important tool for the visibility and public recognition of Fernando Henrique Cardoso (FHC) in the 1994 presidential campaign. On its pages, we can notice the interplay between a specific political project, symbologies and the imaginary with the objective to influence the electorate to support FHC. Through the analysis of *Jornal do Brasil*'s editorial line is possible to perceive its commitment to invest the candidate who presented himself as a social democrat with attributes of

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e com especialização em Sociologia, Fernando Henrique Cardoso, durante o período analisado no presente artigo (1994), foi Ministro da Fazenda de Itamar Franco até o dia 30 de março, quando deixou seu cargo para tornar-se candidato à Presidência da República. Cardoso foi eleito presidente em outubro de 1994 tomando posse do cargo em janeiro de 1995.

<sup>2</sup> Fernando Henrique Cardoso (FHC) has a degree in Social Sciences at the University of São Paulo (USP) and he specialized in Sociology. In 1994, FHC was the Minister of Finance of Itamar Franco until March 30, when he left his position to become presidential candidate. FHC was elected President of Brazil in October and he took office in January 1995.

competent and reliable political leadership, strengthening FHC's political capital. Thus, in this article, I try to indicate justifications, interests and discursive strategies mobilized by the newspaper in the social field to establish and sustain that candidacy put forward by Brazilian Social Democracy Party (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB).

**Keywords:** Jornal do Brasil; Fernando Henrique Cardoso; Election campaign.

É hora, portanto, de recomendarmos aos nossos leitores o candidato da coligação PSDB-PFL-PTB, Fernando Henrique Cardoso, como o mais capacitado para conduzir o destino do país nos próximos quatro anos. Estamos plenamente identificados com a preferência da grande maioria do eleitorado, que detecta em Fernando Henrique o estado de espírito que se reencontra com a normalidade. É ele, sem dúvida, o mais preparado para a árdua tarefa que aguarda o eleito.

O Candidato do Futuro, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 29 set. 1994.

A mídia ocupa posição de centralidade nas sociedades contemporâneas ao permear diferentes processos e esferas da atividade humana. No âmbito político não é diferente. A imprensa, a partir de uma forma simbólica própria que diz respeito à dinâmica cultural e de poder de determinada sociedade, pode ser entendida como uma grande influenciadora dos sistemas decisórios e formuladora da agenda de debates. Dessa forma, analisar a relação da imprensa com o sistema político é fator essencial para se compreender alguns fenômenos político-sociais da história do Brasil. Em períodos eleitorais, por exemplo, a mídia pode desempenhar papel decisivo na formação da opinião pública e no encaminhamento das votações, evento recorrente nas democracias contemporâneas.

Em 1994, a sociedade brasileira se preparava para participar da segunda eleição direta para a Presidência da República desde a redemocratização do país em 1985. O processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia, como é bem destacado pela historiografia e pelas ciências sociais, se por um lado mostrava inegáveis avanços democráticos, por outro, preservava grande parte do legado autoritário de anos anteriores, o qual podia ser notado tanto na base da sociedade quanto em seu topo. Assim, a chamada grande imprensa era pouco variada em termos de opiniões e projetos. A população brasileira, em larga medida, havia sido submetida, em anos anteriores, a uma fase de esvaziamento de discussões políticas, seja pela censura, repressão, ensino, propaganda oficial ao longo do período ditatorial ou até mesmo devido a consolidação da indústria cultural. Dessa forma, ainda que a classe trabalhadora e parte das camadas médias não fossem passivas e

criticassem em alguma medida as notícias que recebiam, estavam em posição desigual no fluxo de informações.

A análise do *Jornal do Brasil* (JB), naquela conjuntura, pode iluminar essas questões. Fundado em 1891 na cidade do Rio de Janeiro por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, o mencionado veículo iniciou sua trajetória sob orientação monarquista e, posteriormente em 1994, sob a orientação de Nascimento Brito, foi franco defensor das reformas econômicas encabeçadas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) quando este ainda era ministro da Fazenda de Itamar Franco. Em seguida, defendeu a candidatura de FHC à Presidência da República. Nesse sentido, a análise dos editoriais desse periódico pode evidenciar a defesa de interesses de grupos sociais, seja pela mobilização de argumentos racionais, pela mobilização de paixões ou do imaginário. Tal procedimento poderia lançar luzes sobre posicionamentos explícitos de um órgão da grande imprensa, o qual se declara, via de regra, neutro e imparcial.

No que se refere à análise dos editoriais, foi utilizado o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para acessar as publicações do *Jornal do Brasil*. Nesse acervo há a ausência de certas edições do periódico no decorrer do período proposto pelo presente artigo que, por sua vez, concerne aos meses de janeiro a outubro de 1994, mês em que ocorreu a eleição presidencial e a vitória de FHC. Sendo assim, dos meses propostos, há uma falha de acesso ao editorial do dia 1 de janeiro e aos editoriais do dia 31 de maio ao dia 12 de junho e do dia 11 de julho ao dia 21 de julho. Nesse sentido, tendo em vista que o JB tinha periodicidade de veiculação diária, do dia 1 de janeiro ao dia 3 de outubro, não obtive acesso à 23 editoriais. Graças a disponibilidade da Hemeroteca Digital foi possível construir um banco de dados dos editoriais que revelou a predominância de temas políticos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais. Um dado importante a se retratar é que dos 255 editoriais lidos e analisados, 98 citam Fernando Henrique Cardoso.

Como o objetivo desse artigo é evidenciar e refletir sobre a investida do JB em atribuir a FHC características de uma liderança política competente e confiável, considero pertinente periodizar alguns eventos importantes. Após seu cargo como Ministro das Relações Exteriores, Cardoso tornou-se Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco do dia 19 de maio de 1993 ao dia 30 de março de 1994, quando deixou seu cargo para tornar-se candidato à Presidência da República. É interessante pontuar que no dia 17 de fevereiro a primeira página do JB anunciava o apoio de Itamar Franco à eventual candidatura de FHC e, no editorial do dia primeiro de março, o periódico declara: “[...] se Fernando Henrique Cardoso for candidato à presidência, teremos um

excelente presidente. Se ele resolver não se apresentar, continuaremos com um ótimo Ministro da Fazenda. Lucramos nas duas hipóteses.” (Futuro à Vista, *Jornal do Brasil*, p.10, 01 mar. 1994). Assim, conclui-se que antes da candidatura oficial de FHC, o periódico vinha, desde fevereiro, movimentando especulações. No que se refere ao Plano Real, programa do governo Itamar Franco com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, amplamente elogiado e associado à FHC pelo JB, fora anunciado no dia 7 de dezembro de 1993, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 e a adoção de uma nova moeda em primeiro de julho de 1994.

Visto isso, mais adiante, utilizarei alguns editoriais durante o período proposto para explicitar o esforço do periódico carioca em alinhar os seus interesses ideológicos ao discurso político do Ministro da Fazenda e posteriormente candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Desse modo, me atentei aos temas econômicos, em especial ao neoliberalismo, aos temas políticos, em especial no âmbito das eleições presidenciais que majoritariamente eram referentes à FHC, suas orientações e seus concorrentes ao cargo presidencial.

#### **A imprensa e as ações simbólicas: uma breve reflexão**

A título de compreensão mobilizo o conceito de *poder simbólico*, elaborado por Pierre Bourdieu e apresentado como “um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 2002, p.186). De maneira sucinta, o poder simbólico nasce na atividade de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas que, por sua vez, são características fundamentais da vida social, pois os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos ou de interpretação das expressões usadas pelos outros. Assim, a atividade simbólica está em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercitiva (THOMPSON, 2011, p. 43).

A sociedade é continuamente envolvida na comunicação e na troca de informação de conteúdos simbólicos, servindo-se de todos os recursos possíveis. Para John B. Thompson, tais recursos envolvem os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico; além do prestígio acumulado, o reconhecimento e o respeito tributados a alguns produtores ou instituições (THOMPSON, 2002, p. 24). Sendo assim, uma das formas de poder presentes nas sociedades é o poder simbólico, que pode utilizar como recurso os meios de

informação e comunicação através de instituições culturais como a Igreja, as escolas e universidades e a mídia.

Visto isso, é possível compreender a mídia como uma instituição capaz de utilizar ações simbólicas que “podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (THOMPSON, 2011, p. 42). Portanto, no presente artigo, pretendo pensar a imprensa não apenas como a designação coletiva dos veículos de comunicação que exercem o jornalismo e outras funções de comunicação informativa, mas também como uma instituição capaz de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar em ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas.

Para se ter uma ideia do público ao qual o JB se dirigia e de seus posicionamentos políticos mais comuns, é preciso ressaltar que ele, juntamente com os jornais *O Dia* e *O Globo*, monopolizava 90% dos leitores cariocas e possuía a preferência do público das classes A e B aos domingos (BARBOSA, 2007, p.222). Em sua definição, o JB apresentava-se como “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”.<sup>3</sup> Além do público alvo do referido periódico sugerir parcialmente seus interesses e posicionamentos políticos, atentar-se à desigual distribuição de poder do jornalismo no território nacional, que privilegia o eixo Rio-São Paulo, pode contribuir para a percepção da relevância de sua rede de influência e prestígio (BERGAMO, 2014, p.212).

O cientista social Alexandre Bergamo argumenta que o maior poder de definir o que é ou não é notícia está localizado nessa região do país devido à concentração de diversas instituições artísticas e culturais que formam assim um só centro cultural (BERGAMO, 2014, p.212). Por sua vez, tal formação traduz relações hierárquicas e de poder capazes de estruturar a indústria da informação dos grandes centros urbanos e das cidades periféricas, assim como estruturar as trajetórias e as experiências de seus profissionais. O eixo Rio-São Paulo é onde se concentra a produção de notícias, pois nele são definidos os critérios de importância do que deve ser vinculado em âmbito nacional. Além disso, o jornalismo age diretamente sobre a produção cultural ao definir as condições para a sua transmissão e o seu registro. Isso tem evidentemente impacto sobre o seu

---

<sup>3</sup> JORNAL DO BRASIL. In: Verbetes temáticos. Fundação Getúlio Vargas- CPDOC. Disponível em: <[fgv.br/capdoc/acervo/dicionários/verbete-tematico/jornal-do-brasil](http://fgv.br/capdoc/acervo/dicionários/verbete-tematico/jornal-do-brasil)>

público, já que as informações são compostas por uma linguagem baseada em princípios como simplicidade, clareza, objetividade, “imparcialidade”, “ausência” de um narrador e autossuficiência do acontecimento. Portanto, para Bergamo, mais do que impor gostos ou modelos de pensamento, o centro pode impor critérios de legitimação e normas de hierarquização.

Portanto, tendo em vista que atividade jornalística se insere na história de forma mais ampla, articulada em torno da questão do poder e contrapoder revelando disputas em torno da linguagem, acredito ser válido abordar o papel da ideologia nas sociedades modernas. Para o sociólogo John B. Thompson, é mais satisfatório compreender a ideologia como *o sentido a serviço da dominação* (THOMPSON, 2011, p.79). Ou seja, é o sentido mobilizado pelas formas simbólicas que estão inseridas nos contextos sociais e que circulam no mundo social. Sendo assim, a imprensa pode ser considerada um veículo em que se produz e transmite formas simbólicas:

Por “formas simbólicas” entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras). (THOMPSON, 2000, p. 79).

Desse modo, uma forma simbólica será ideológica quando, em um determinado contexto sócio-histórico, estabelecer e sustentar relações de dominação. A interpretação do potencial ideológico de uma forma simbólica deve explicitar o vínculo entre os sentidos mobilizados por ela e as relações de dominação que esses sentidos mantêm ou subvertem na sociedade. Tendo em vista a capacidade da imprensa em provocar reações, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer, apoiar negócios e interesses, o *Jornal do Brasil*, durante os editoriais no decorrer do ano de 1994, busca mobilizar e evidenciar feitos que conferem a FHC atributos de liderança política competente e confiável, ou, nos termos de Pierre Bourdieu, fortalecer o seu *capital político* (BOURDIEU, 2002, p.187-8).

### **O discurso neoliberal: a supremacia do jornalismo econômico**

Há uma larga tradição do jornalismo econômico no Brasil. É relevante frisar que sua prevalência nos noticiários dos jornais nacionais intensificou-se com o Golpe Civil-Militar ao passo que tal evento “significou uma ruptura política com o populismo e o aprofundamento das tendências econômicas pré-existentes e forneceu a moldura para algumas transformações

expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro” (LENE, 2010, p.24). Sendo assim, pode-se dizer que o período ditatorial impulsionou e desenvolveu o jornalismo econômico, pois:

O jornalismo de economia atingiu a maioria durante o regime militar não apenas devido à modernização da economia e à censura ao noticiário político, mas também por causa de novas necessidades e aspirações da classe média em ascensão, ávida por informações sobre opções de aplicações, investimentos e outros serviços, bem como por proteção contra o surto inflacionário que surgiu na esteira da decadência do “milagre” e prejudicou a economia do país no período pós-redemocratização. (LENE, 2010, p. 30).

Além disso, em busca de legitimidade, a grande imprensa nacional passou por uma série de transformações cuja estratégia adotada traduz um empenho em construir parâmetros para ampliar o poder simbólico dos jornais, sendo necessário, por exemplo, a idealização de um jornalismo cidadão. Assim, a adoção de critérios editoriais aparece diretamente relacionada a uma nova temporalidade que emerge do cotidiano dos leitores. Nesse sentido, para a pesquisadora Marialva Barbosa, na década de 1980 acontece a radicalização do ‘jornalismo cidadão’ que pode ser entendido como “a visão construída de que a ação cotidiana da imprensa deve ter uma utilidade social, servindo aos interesses concretos dos cidadãos, ajudando os leitores a enfrentar dificuldades cotidianas” (BARBOSA, 2010, p. 221). Há, portanto, o avanço de temas econômicos, tornando a editoria de economia uma espécie de carro-chefe de vários periódicos.

O contexto sociopolítico brasileiro no período de redemocratização foi marcado, no plano econômico, por oscilações bruscas de crescimento, recessão, estagnação, inflação muito alta permeada por breves reversões, deterioração das finanças públicas e, mais do que tudo, orientações díspares da política do Estado em relação à economia. Segundo Brasílio Sallum Jr. e Jefferson O. Goulart, na segunda metade da década de 1980, essa crise de Estado e o movimento de democratização que tentava superá-la, condicionaram várias propostas de superação, tanto no que diz respeito às relações entre poder político e economia quanto às articulações entre a sociedade brasileira e seu contexto internacional (SALLUM JR; GOULART, 2016, p.117). Sendo assim, o cenário sociopolítico era marcado por dívida externa e desequilíbrios fiscais, perdendo condições, na década de 1980, de impulsionar o desenvolvimento brasileiro. Ainda para Sallum Jr. e Goulart, a crise de hegemonia levou à perda da capacidade do Estado em conduzir a sociedade e a economia, o que produziu perda de dinamismo econômico, oscilações bruscas das taxas de crescimento e padrão inflacionário crônico e crescente:

Sob o impacto da crise da dívida externa, rompeu-se a coalizão política que sustentou o regime político militar-autoritário e o Estado varguista até o início

da década de 1980, desencadeando-se um processo de transição política que redefiniu a posição dos vários segmentos sociais no sistema de poder, as relações do poder público com a economia e a relação do Brasil com o exterior. (SALLUM JR.; GOULART, 2016, p. 117)

Em vista disso, a grande imprensa, focada em um jornalismo cidadão, juntamente com as elites empresariais, adotou uma perspectiva cada vez mais liberal, cujo núcleo era o combate ao estatismo. Esse liberalismo ganhava uma articulação ideológica mais definida e consistente, na forma de neoliberalismo, tornando a grande imprensa e as elites brasileiras favoráveis à integração do país à nova ordem internacional em formação, embora tentassem proteger os valores e interesses do Brasil nas instituições e organismos reguladores que se construíam (SALLUM JR; GOULART. 2016). Naquele contexto, o ideário neoliberal, em grande medida, funcionou como moldura da superestrutura ideológica de dominação, ao passo em que governos como o de Margaret Thatcher (1979-1990) na Inglaterra, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal e o de Ronald Reagan (1981- 1989) nos Estados Unidos serviam como exemplo para a onda neoliberal, revelando não somente um fundo político para além da crise econômica do período como também demonstrando a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia.

Como bem coloca o jornalista e sociólogo João José de Oliveira Negrão, o neoliberalismo vinha conseguindo “impor-se como hegemonia ideológica ao mundo orientando a política de inúmeros governos, sejam eles formalmente originários do conservadorismo e da direita ou até de partidos social–democratas” (NEGRÃO, 1996, p. 104). Portanto, no Brasil, o neoliberalismo se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e de setores empresariais. Esse alinhamento da imprensa com a sociedade política que tinha no sucesso econômico um discurso ideológico privilegiado é um fenômeno também analisado por Marialva Barbosa, que o caracteriza como a *supremacia do jornalismo econômico* (BARBOSA, 2007, p. 215).

Assim, no editorial publicado no dia 16 de fevereiro de 1994, o *Jornal do Brasil* utiliza o Japão, e sua aprovação do pacote de estímulo tributário para reativar a economia, como exemplo a ser seguido pelo Brasil, pois somente acompanhando os passos liberalizantes alcançaríamos os países do Primeiro Mundo. Além da observação, o referido periódico ressalta que tal aspiração só seria possível se o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, efetivasse o seu Plano de Estabilização. Ao expor a seguinte afirmação: “A lição que vem do Japão e dos países do

Primeiro Mundo é bem clara: a estabilidade econômica é a base para o crescimento econômico”, o JB evidencia que tais experiências demonstravam a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia:

A trajetória recente dos países de Primeiro Mundo, que passaram por uma fase de recessão, só vencida a partir do segundo semestre do ano passado, vai exatamente ao encontro da estratégia do ministro da Fazenda: só depois que os governos conseguiram eliminar os déficits orçamentários, foi possível reverter a inflação, reduzir as taxas de juros e reativar a produção. (As Lições do Japão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.10, 16 fev. 1994).

Além disso, a fim de reforçar a importância dos projetos de FHC para atingir tais objetivos, no dia 27 de janeiro de 1994, o *Jornal do Brasil* (JB) aparece confiante no Plano de Estabilização do ainda ministro da Fazenda. Assumindo-se ansioso e preocupado com a demora entre o anúncio do programa (em 7 de dezembro de 1993) e a inclusão da matéria na ordem do dia que, até a data do referido editorial, não havia sido feita, o JB afirma que a demora e reação dos governadores e prefeitos em relação ao Fundo Social de Emergência deixam claro que “austeridade não é a palavra do agrado dos políticos, sobretudo das administrações estaduais e municipais em ano de eleições gerais” (Aposta no Pior, *Jornal do Brasil*, 27, jan., 1994). Ainda nesse editorial, o JB expõe que os partidos que tinham concorrentes à presidência da República tentavam empurrar a decisão até o último minuto na tentativa de que sobrasse pouco tempo para o Plano derrubar a inflação: “Tudo porque identificam que se o Plano der certo pode levar FHC, o candidato preferido do PSDB, ao Palácio do Planalto.” (idem)

O neoliberalismo pode ser compreendido como uma doutrina socioeconômica que prega a mínima intervenção do Estado na economia, pois o mercado, em tese, além de se autorregular, restauraria a ordem econômica. Além disso, teoricamente, os neoliberais reprimem qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando tal ação como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p.10). Dessa forma, o *Jornal do Brasil*, no editorial adiante, expressa não somente ser favorável ao ideário neoliberal como também confiar e esperar que o eleitorado enxergue em FHC a figura ideal para efetivar tais reformas e elevar o Brasil à condição de país do Primeiro Mundo:

Com a declaração do candidato do PSDB à presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, prometendo dar prioridade à privatização em seu governo, a campanha eleitoral começa a sair do disse-me-disse e das promessas eleitoreiras para finalmente apresentar aos leitores reais opções em termos de escolher o futuro do país. (Compromisso com o Futuro, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.8, 20 jun.1994).

Segundo o historiador Perry Anderson, desde a elaboração teórica e política de Friedrich Hayek veementemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (1944), os neoliberais passaram a defender enfaticamente que o problema da crise do capitalismo estava nos sindicatos e no movimento operário que “corroíam as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.” (ANDERSON, 1995, p.10). É interessante pontuar que o *Jornal do Brasil*, autodeclarado defensor de quaisquer propostas liberalizantes, no editorial do dia 12 de janeiro de 1994, demonstra ser contrário às atitudes e discursos de uma das maiores entidades de representação sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT):

A CUT semeou vento e está colhendo tempestade. O papel histórico da CUT na criação de um sindicalismo forte e moderno sem a tutela do Estado afastou o mal de origem do peleguismo oficial que veio do Estado Novo, mas não evitou a associação a um partido político- O PT, do qual a CUT é irmã siamesa. [...] O radicalismo da CUT e do PT tem resvalado para a intolerância e a truculência política. (Irmãos Siameses, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.10, 12 jan.1994).

O editorial acima exposto evidencia como as formas simbólicas são meios que contribuem para o fortalecimento ou o enfraquecimento do poder dos atores políticos envolvidos, pois elas tornam-se parte essencial da construção do imaginário social e da tonificação ou não do *capital político* dos mesmos. Resumidamente, o conceito de *capital político* desenvolvido por Pierre Bourdieu refere-se a “uma forma de capital simbólico, “crédito” firmado na “crença” e no “reconhecimento” ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa — ou a um objeto — os próprios poderes que eles lhes 'reconhecem.” (BOURDIEU, 2002, 187-8). Dessa maneira, o reconhecimento social dado pelo *capital político* permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Para o antropólogo Georges Balandier, são as aparências sociais que promovem a hierarquia do mundo real (BALANDIER, 1980, p.18). O poder político é um jogo dramático que sempre existiu nas sociedades, variando sua dinâmica e seus papéis sociais de acordo com a época e o local.

Portanto, para Balandier, por trás de toda forma de poder existe uma forma de “teatrocracia”. A arte do governo torna-se a arte da cena, uma vez que, “a vida social, as transposições efetuadas pelos atores do drama e a teoria têm ligação: juntos compõem e expõem uma mesma ordem da realidade” (BALANDIER, 1980, p.5). Sendo assim, a “teatrocracia” se caracteriza por uma ação incutida nos bastidores da sociedade e das disposições do poder político

que impõe aos atores envolvidos uma obrigação quanto ao seguimento de suas regras que, juntamente com as teorias e a sociedade, sustenta e produz seguimento ao drama político. Dessa forma, o *Jornal do Brasil*, ao compactuar com a corrente política e ideológica dominante no contexto internacional, o neoliberalismo, alinha-se à FHC contribuindo para o drama político ao acreditar ser ele a figura política com projetos, e posteriormente propostas de governo, mais liberais entre todos os oito candidatos à Presidência da República em 1994.

### **O jogo político: a construção do líder e do inimigo**

Como parte do espetáculo político, construir e reconstruir problemas sociais, crises, inimigos e líderes, criando uma sucessão de ameaças e garantias fazem parte das capacidades das formas simbólicas para mobilizar o imaginário social, pois, nas democracias, o poder político depende da persuasão para ser conquistado e legitimado. Sendo assim, os meios de comunicação de massa alteram, impõem e transmitem os discursos políticos que são, por natureza, o meio fundamental do fazer política, pois a primeira tarefa de um candidato ao cargo público é eleger uma dimensão da realidade social sobre a qual apoia sua mensagem e depois estruturar sua fala. Portanto, naquela conjuntura, o discurso político foi, majoritariamente, pautado no cenário político-social nacional marcado pelo desencantamento diante da administração de Collor e seu profundo envolvimento com um esquema de corrupção, além do aprofundamento da crise econômica e da desigualdade social herdadas da ditadura civil-militar.

Assim, a eleição presidencial de 1994 foi marcada pela polarização entre o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), à esquerda do espectro político, e Fernando Henrique Cardoso (FHC), candidato do PSDB, à direita, os tornando protagonistas centrais da campanha. Para uma breve contextualização dos conceitos de esquerda e direita, utilizo os escritos de Norberto Bobbio sobre o assunto. Para Bobbio, alguns critérios de distinção entre os dois termos são necessários para retratar o tema, sendo a igualdade o fator mais pertinente para diferenciar a dicotomia. Em síntese, segundo Bobbio, a distinção entre esquerda e direita refere-se ao diverso juízo positivo ou negativo sobre o ideal da igualdade. Sendo assim, a esquerda acredita que a maior parte das desigualdades é social e, enquanto tal, eliminável; já a direita acredita que a maior parte delas é natural e, portanto, não eliminável. Bobbio crê na divisão direita-esquerda como um importante instrumento de orientação, sendo um meio de o cidadão guiar sua prática política: “Direita e esquerda não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou

ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do espaço político.” (BOBBIO, 1995, p. 91)

Lula despontou como franco favorito meses antes do pleito o que, para Luis F. Miguel, fez com que os partidos da direita vislumbrassem a necessidade de encontrar um “anti-Lula” (MIGUEL, 1997, p.133). A projeção que tomou FHC no cargo de ministro da Fazenda contribuiu decisivamente para que ele se tornasse a opção natural destes setores. Por sua vez, o *Jornal do Brasil*, no editorial do dia 1 de fevereiro de 1994, estimula abertamente Cardoso à Presidência da República antes de sua candidatura oficial, além de atribuir-lhe adjetivos de confiabilidade:

A temperatura política sobe naturalmente nos momentos de incerteza, sobretudo pelas possibilidades de que o senador Fernando Henrique Cardoso venha a ser candidato natural do PSDB à sucessão presidencial. Por tudo isso, convém o ministro Fernando Henrique, com a franqueza de sempre, dar uma palavra de tranquilidade à nação. (Com a maior franqueza, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.10, 1 fev. 1994).

Portanto, adepto do projeto político de Fernando Henrique Cardoso, o *Jornal do Brasil* buscou mobilizar simbologias e o imaginário, através de recursos que fortalecessem o seu *capital político*, com o intuito de influenciar o eleitorado a apoiá-lo. FHC seria, portanto, a figura ideal para governar o país na ótica do *Jornal do Brasil*, pois, além de ser representado como competente, ele seguia as regras de funcionamento do campo político, uma vez que sua imagem pública retratava um homem com hábitos religiosos, científicos e familiares:

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, teve atuação marcante à frente da brilhante equipe econômica que soube reunir. Não apenas pela engenhosidade e consistência estratégica adotadas para derrotar a inflação. Mas, sobretudo, pela maneira franca e democrática com que agiu nos momentos mais difíceis, por sua vocação e habilidade de negociador, pela firmeza e coragem que demonstrou a recusar soluções mágicas e fugazes ou açosamentos demagógicos com objetivos de curto prazo. (Sucessão Compatível, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 29 mar. 1994).

O trecho acima evidencia o que o antropólogo Georges Balandier expõe a respeito das relações políticas nas sociedades da modernidade: “um candidato ao cargo supremo não pode surgir do desconhecido, tem que ter sido preparado, adquirido uma imagem pública, uma “dimensão nacional”, uma credibilidade resultante de provas de sua iniciação e seus sucessos anteriores.” (BALANDIER, 1980, p. 17). Assim, nesse editorial, além de reiterar a capacidade política de FHC, o periódico carioca, que além de ser referência na imprensa nacional dos anos

1990 e possuir uma extensa e prestigiosa rede de leitores, reforça os seus sucessos anteriores e virtuais capacidades.

Como visto anteriormente, é fundamental, no jogo político, lutar-se pela construção da credibilidade em torno dos homens públicos. Tendo em vista a polarização entre o candidato do PT e o candidato do PSDB na campanha presidencial de 1994 e a adesão do *Jornal do Brasil* ao projeto político de FHC, há, devido à capacidade de mobilização das formas simbólicas e do imaginário, a evocação de Fernando Henrique Cardoso enquanto líder ideal por parte do referido periódico. E, conseqüentemente, a construção da imagem pública de Lula como inimigo. Segundo Murray Edelman, o líder deve ser construído como inovador, tanto no que se refere a assumir as responsabilidades das ações governamentais, quanto a possuir qualidades que os eleitores procuram, sendo ele apresentado como bem-sucedido em suas ações (EDELMAN, 1988, p.2).

Além disso, para Edelman, o inimigo político, diferentemente do adversário, que é aquele com quem se tem diferenças toleráveis, é construído no plano linguístico como uma pessoa intrinsecamente má, sendo necessário, portanto, utilizar recursos linguísticos e visuais implicando a ideia de que precisa ser destruído (EDELMAN, 1988, p. 40). Portanto, os líderes e inimigos reforçam um ao outro como componentes do espetáculo político. A mídia concede ênfase a tal fenômeno quando reforça e pública as ações de determinado ator político, propondo aos eleitores um jogo de escolhas. Desse modo, as reportagens que fazem parte do espetáculo político tendem a reforçar a suposição de que líderes são parte essencial no curso da ação governamental.

Duas estratégias observadas durante a análise dos editoriais do *Jornal do Brasil* exemplificam como a mídia delinea as escolhas dramáticas entre o líder e o inimigo. A primeira refere-se ao fato de o periódico carioca constantemente reiterar a capacidade intelectual e administrativa de FHC como sociólogo e ministro da Fazenda: “O ministro Fernando Henrique Cardoso, que é bom sociólogo, detectou a origem desse fogo cruzado, proveniente de posições diretamente opostas. Segundo ele, os que querem a revisão institucional têm medo das reformas dos setores financeiro e rural.” (Fogo Cruzado, *Jornal do Brasil*, p. 10, 20 mar. 1994). Já a segunda refere-se às recorrentes acusações de despreparo e desespero de Lula, o principal opositor de Cardoso na campanha eleitoral:

Lula fustiga Fernando Henrique por ter usado chapéu sertanejo na caatinga, mas não se importa de envergar colete e charuto, na Fiesp e em Nova Iorque. Ao contrário de seu opositor, Fernando Henrique Cardoso teve a cortesia de não lembrar que o torneio (sic.) mecânico endomingado parecia tão canhestro na

companhia de banqueiros como o professor universitário rodeado de sertanejos. É que, ao contrário de Lula, Fernando Henrique sabe que o hábito não faz o monge. (Os Louros da Derrota, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 jul. 1994)

Reforçando a imagem do intelectual que não somente estudou o Brasil, como também possuía experiência governamental e hábitos morais, o *Jornal do Brasil* constantemente mobilizava crenças e paixões sobre os sucessos, competências e características de Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo em que construía não somente o líder político como também o inimigo político, declarando:

Lula não conseguiu até agora convencer o eleitorado do fundamental: que Fernando Henrique Cardoso não é honesto, não é competente, não é um democrata, não significa renovação, não foi autor de um plano de estabilização bem-sucedido ou, então, que foi autor de um plano eleitoreiro. (Intuição e Razão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.10, 24 ago. 1994).

Outra estratégia política mobilizada pelo *Jornal do Brasil* foi a atenção dada às sondagens de intenção de voto. Na medida em que o dia da eleição se aproximava, buscando alternativas para contrapor o favoritismo de Lula que, até certa altura da campanha, era líder nas pesquisas de opinião, o referido periódico procurava expor, tanto em sua capa quanto em alguns editoriais, a queda na preferência do eleitorado ao candidato do PT e a ascensão de FHC. Segundo Georges Balandier, a divulgação de dados estatísticos sobre determinado comportamento pode alterar os padrões desse mesmo comportamento (BALANDIER, 1980, p.64). Balandier acredita que as sondagens políticas são técnicas que dão meios mais poderosos à dramaturgia democrática, pois reforçam as aparências construídas a partir da imagem política do candidato (idem).

Sendo assim, as pesquisas de opinião segundo o que Georges Balandier conceitua como dramaturgia democrática, não somente reforçam a formação das aparências, como também ligam o destino de homens do poder, ampliam a competição e fazem da incerteza uma força dramática. No seguinte trecho do editorial do *Jornal do Brasil*, é possível compreender sua utilização no jogo político: “Subestimar a relação entre a descida de Lula e a confiança que cercou o real no seu primeiro mês de existência é o mesmo que ignorar o seu efeito na ascensão da candidatura de Fernando Henrique Cardoso.” (A Pílula da Ilusão, *Jornal do Brasil*, p.10, 14 ago. 1994)

Apoiado pelo governo Itamar Franco antes mesmo de deixar o Ministério da Fazenda e se declarar oficialmente candidato, Fernando Henrique Cardoso sempre foi associado ao Plano Real e à diminuição expressiva da inflação. Ao declarar-se oficialmente candidato à Presidência da República, Cardoso foi substituído por Rubens Ricupero como novo ministro da Fazenda de

Itamar Franco. Ricupero, por sua vez, envolveu-se em um escândalo político. O “escândalo da parabólica” foi resultado de uma transmissão televisiva, captada por um conjunto de telespectadores através de antenas parabólicas, em que Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo de Televisão, conversavam enquanto aguardavam para ir ao ar ao vivo no *Jornal da Globo*. Nessa conversa, Ricupero dizia não ter escrúpulos em divulgar apenas o lado positivo do plano de estabilização da economia: “o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde.” Esse acontecimento foi bastante explorado pelos concorrentes de FHC, principalmente por Lula e Brizola, que acusaram Fernando Henrique de oportunista. Para o *Jornal do Brasil*, isso significava apenas que esses concorrentes “estariam tentando reverter sua baixa popularidade e elevada rejeição” (Luz Própria, *Jornal do Brasil*, p.10, 06 set. 1994). Sempre em defesa da legitimidade de FHC, o periódico sustentou a honradez de Ricupero e elogiou a atitude de Itamar Franco em substituir o recém ministro pelo então governador do Ceará, Ciro Gomes.

Um escândalo político envolve, substancialmente, uma luta pelo poder simbólico, por meio da qual a reputação e a confiança dos atores políticos envolvidos estão em jogo. Esse fenômeno social é analisado pelo sociólogo John B. Thompson, que acredita que por mais que o escândalo seja uma característica comum da vida social, ele se entrelaçou com as transformações que moldam o mundo moderno, em especial o desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente no campo dos meios de comunicação (THOMPSON, 2002, p. 25). É nesse sentido que o escândalo passa a ser concebido como um evento midiático, através do qual os meios de comunicação transformam a visibilidade da vida social e política, transmitindo informações e modificando as formas de ação e interação para com a sociedade. Segundo o autor, os valores e normas cuja transgressão pode desencadear o escândalo entram em ação à medida que possuem ou não força moral. Diminuir o impacto das palavras de Ricupero, bem como transformar o acontecimento em mera disputa dos concorrentes de FHC, foram assim tentativas do *Jornal do Brasil* de reduzir a força moral do escândalo da parabólica.

### **Considerações finais**

Pretendi, no presente artigo, refletir sobre os produtores e produtos da imprensa serem sujeitos dotados de consciência de determinada prática social. A relação de um meio de comunicação com o sistema político revela a forte ligação entre ambos, evento recorrente nas democracias contemporâneas. Também busquei demonstrar que os jornais podem ser pensados não apenas como veículos de informação, mas também como capazes de intervir no curso dos

acontecimentos, de influenciar em ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas. Assim, o uso da mídia não implica simplesmente a transmissão de informação, também cria novas formas de ação e interação e por isso exerce papel decisivo no encaminhamento dos debates públicos.

A título de conclusão, é interessante pontuar que a partir da década de 1950, o jornalismo empresarial começa a gradualmente substituir o jornalismo político-literário, fazendo com que a imprensa brasileira abandone a tradição polêmica de crítica e de doutrina por “um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião” (RIBEIRO, 2003, p. 148). Nesse sentido, o jornalismo, em prol de legitimidade, começa a incorporar uma série de práticas discursivas advindas do jornalismo norte-americano ao pretender-se neutro. Entretanto, tendo em vista a impossibilidade de transmissão objetiva dos fatos, o jornalismo empresarial coloca no mercado o produto da junção entre o público (relacionado ao aspecto político) e o privado (relacionado ao empresarial). Assim, para Maria Helena R. Capelato, “a informação é um direito público, mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado.” (CAPELATO, 1988, p.18)

Visto isso, quando um órgão jornalístico de grande circulação declara apoio a um político, ele acaba por contribuir com a produção, propagação e fixação da imagem do candidato, dando força e servindo de instrumento para a construção de valores simbólicos essenciais no jogo político. Isso não é o suficiente para gerar a adesão da sociedade ao projeto governamental do candidato em questão, entretanto, tendo em vista o conturbado cenário social e econômico do período, apresentar uma pessoa como preparada para presidir o país é uma forma de apaziguar o presente e tranquilizar o futuro (BALANDIER, 1980, p.62).

A síntese dos resultados obtidos através da análise dos editoriais do *Jornal do Brasil* ao longo dos meses de janeiro a outubro de 1994, revela que, no campo das competências mobilizadas pelo programa político de Fernando Henrique Cardoso, sua experiência enquanto Ministro da Fazenda, Ministro das Relações Exteriores e senador foram amplamente utilizadas. A vasta visibilidade de sua gestão no Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco, juntamente com a paternidade do Plano Real, sempre reiterada pelo *Jornal do Brasil*, foram valores exaltados na elaboração de seu capital simbólico. Segundo Luís Felipe Miguel, embora a coligação de FHC (PSDB-PFL-PTB) não deixasse de utilizar o programa de estabilização econômica e as experiências de outros cargos

públicos que FHC ocupara, foi também intensamente utilizado na campanha outro valor que, para o seu projeto político, serviu como diferencial: o seu preparo intelectual (MIGUEL, 1997, p.196).

Dessa forma, na perspectiva apresentada pelo programa da coligação, os méritos acadêmicos e a capacidade de governar apareciam quase como sinônimos, ao passo em que celebravam o seu saber sociológico e exaltavam sua experiência administrativa, revelando assim uma visão tecnocrática da gestão governamental. Ainda de acordo com Luís F. Miguel, no início da campanha houve veículos da imprensa que ridicularizaram o candidato por sua condição intelectual ao afirmarem que um “acadêmico acostumado às salas de aula da Sorbonne não saberia lidar com os grotões nordestinos” (MIGUEL, 1997, p.200). Acontecimento esse que, como visto anteriormente, não inclui o *Jornal do Brasil*, uma vez que o periódico carioca defendeu FHC como candidato à presidência da República antes mesmo de sua declaração oficial e, posteriormente, declarou-se adepto do projeto político de FHC.

Desse modo, pode-se afirmar que houve, no que diz respeito à candidatura de Cardoso, a construção de seu *capital político* a partir de sua notoriedade adquirida como intelectual (capital simbólico), o que contribuiu para a transformação do sociólogo em político uma vez que buscou-se reiterar sua capacidade enquanto homem público. Um exemplo utilizado para tal acontecimento foi a diminuição expressiva da inflação devido ao plano econômico por ele encabeçado, o que foi largamente utilizado por setores da imprensa para fundamentar a suposta competência de FHC para o cargo de presidente do Brasil. A implantação do Plano Real foi muito bem vista pelo *Jornal do Brasil*, que considerava ser a maneira adequada de se conduzir um plano econômico. É interessante pontuar que, embora a posição do JB fosse explicitamente a favor de FHC, em suas páginas encontravam-se espaços que possibilitavam ao público do jornal expor opiniões, críticas e elogios, inclusive sobre Cardoso. Um exemplo é a seção dedicada à opinião dos leitores localizada ao lado dos editoriais e das charges.

O apoio do JB à candidatura de FHC, enfim, revela suas relações com a corrente política então em ascensão no contexto internacional: o neoliberalismo. Assim, recomendando aos leitores que votassem em FHC, o referido jornal fazia uso de sua posição privilegiada perante a sociedade para alavancar o projeto político do candidato em questão: “estamos plenamente identificados com a preferência da grande maioria do eleitorado, que detecta em Fernando Henrique o estado de espírito que se reencontra com a normalidade. É ele, sem dúvida, o mais preparado para a árdua

tarifa que aguarda o eleito.” (Candidato do Futuro, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.10, 29 set. 1994).

### Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & Gentili, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Tradução de Luiz Tupy de Caldas Moura. Ed. Universidade de Brasília. 1980.

BARBOSA, M. C. **História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUADX, 2007. v. 1.

BERGAMO, A. **A Escrita do Presente: mudanças no status cultural do jornalismo**. In: Miceli, Sergio; Pontes, Heloisa. (Org.). *Cultura e Sociedade: Brasil e Argentina*. 1ed.São Paulo: Edusp, 2014, v. p. 211-239.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A representação política: elementos para uma teoria do campo político**. In: \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002. p. 163-207.

BRASIL, Grupo Jornal do. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 1891- Diário.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988. 78p.

CPDOC/FGV, Acervo do Dicionário Histórico de verbetes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

EDELMAN, Murray. **Constructing the political spectacle**. 1988.

LENE, Hérica. **O jornalismo de economia e a ditadura militar no Brasil: impulso e desenvolvimento**. Revista FAMECOS (Online). v. 17, p. 24-32, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. **Em busca da harmonia perdida: mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994)**. 290f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

NEGRÃO, J. J. O. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 1, p. 103-112, 1996.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n 31, p. 147-160, 2003.

SALLUM Jr., Brasílio.; GOULART, J. O. **O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula**. Revista de Sociologia e Política. p. 115-135, 2016.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade:** Uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de O. Brandão. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_, John B. **O escândalo político:** poder e visibilidade na era da mídia. Tradução de P.A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

## O Tiro de Laço enquanto Patrimônio Imaterial do Rio Grande do Sul: um campo de conflitos

The *Tiro de Laço* as Intangible Heritage of Rio Grande do Sul: a field of conflicts

**Angélica Beatriz Klafke**

Especialização em História da Alimentação e Patrimônio Cultural  
Universidade de Santa Cruz do Sul  
angelicaklafke@hotmail.com

**Éder da Silva Silveira**

Doutor em História  
Universidade de Santa Cruz do Sul  
eders@unisc.br

**Recebido em:** 06/04/2020

**Aprovado em:** 06/05/2020

**Resumo:** O artigo objetiva compreender o processo de patrimonialização do tiro de laço no Rio Grande do Sul e o embate que se dá nesse processo sobre sua caracterização enquanto cultura e esporte. Tal discussão traz os diferentes posicionamentos propostos pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e pela Federação Gaúcha de Laço (Federação ou FGL) que defendem, respectivamente, o laço como cultura e como esporte. O texto resulta de pesquisa qualitativa que, metodologicamente, baseou-se na realização de entrevistas e análise de regulamentos do MTG e da FGL. O texto considera as recriações e reapropriações do Tiro de Laço na história do Rio Grande do Sul e explica o dissenso em torno de sua formalização enquanto esporte institucionalizado.

**Palavras-chave:** Patrimônio imaterial; tiro de laço; Rio Grande do Sul.

**Abstract:** The article aims to understand the process of patrimonialization of *Tiro de Laço* in Rio Grande do Sul and the clash that occurs in this process about its characterization as culture and sport. This discussion brings the different positions proposed by the Traditionalist Gaucho Movement (MTG) and by the *Federação Gaúcha de Laço* (Federação or FGL) that defend, respectively, the loop as culture and as sport. The text is the result of qualitative research that, methodologically, was based on the conduct of interviews and analysis of MTG and FGL regulations. The text considers the recreations and reappropriations of “*tiro de laço*” in the history of Rio Grande do Sul and explains the dissension around its formalization as an institutionalized sport.

**Keywords:** Intangible heritage; *Tiro de Laço*; Rio Grande do Sul.

## Introdução

Os rodeios crioulos no Rio Grande do Sul até 2013 ficavam sob a tutela do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), o qual era responsável pela organização de todos eventos do tipo realizados por alguma entidade filiada ao MTG, como, por exemplo, Centros de Tradições Gaúchas (CTG's). Mais tarde, em 11 de junho de 2013, foi fundada a Federação Gaúcha de Laço (FGL – ou simplesmente Federação). Uma das diferenças entre as duas organizações é que, enquanto a primeira se caracteriza pela defesa da conservação de costumes e tradições quanto aos rodeios crioulos, a segunda flexibiliza algumas das normas vigentes e defendidas pelo MTG<sup>1</sup>. Apesar disso, tanto o MTG quanto a FGL começaram a buscar a elevação do tiro de laço a patrimônio imaterial, porém, com justificativas distintas: o primeiro enfatizando se tratar de um elemento cultural e, o segundo, de uma prática esportiva. Diante dos posicionamentos de cada um, tivemos como objetivo central compreender o processo de patrimonialização do tiro de laço no Rio Grande do Sul e, em especial, a disputa contemporânea que se dá em torno da formalização do tiro de laço enquanto um esporte institucionalizado a partir de regras organizadas em uma federação.

As fontes utilizadas nessa pesquisa foram regulamentos do MTG<sup>2</sup> e da Federação Gaúcha de Laço<sup>3</sup> e entrevistas semiestruturadas realizadas com pessoas ligadas a essas instituições<sup>4</sup>. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três sujeitos participantes. A primeira delas foi Luce Carmem da Rosa Mayer, atual coordenadora da 24<sup>a</sup> Região Tradicionalista e que também já foi patroa (presidente), diretora artística e cultural de entidades tradicionalistas. O segundo foi Tiago Baggiotto (mais conhecido apenas por Baggiotto), narrador de rodeios filiados ao MTG há dezoito anos e

---

<sup>1</sup> Por exemplo, num rodeio regido pela Federação, o laçador pode usar bota de borracha, o que em um rodeio pelo MTG não é permitido.

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/REGULAMENTO%20CAMPEIRO.pdf>

<sup>3</sup> Disponível em <https://docplayer.com.br/20969569-Regulamento-tecnico-da-federacao-gaucha-de-laco-e-suas-determinacoes.html>

<sup>4</sup> Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, sendo dois entrevistados vinculados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho e um à Federação Gaúcha de Laço. As entrevistas realizadas com Luce Carmem da Rosa Mayer e com Tiago Baggiotto foram realizadas presencialmente. A primeira foi entrevistada durante um rodeio crioulo na cidade de Venâncio Aires - RS, ocasião em que estava presente trabalhando na secretaria do evento, possibilitando um horário para a entrevista. Já a segunda entrevista foi realizada na casa do entrevistado, em Linha Hansel, interior de Venâncio Aires - RS. Ambas foram gravadas com celular e duraram cerca de 20 minutos, aproximadamente. Quanto ao terceiro entrevistado, Eduardo Fonseca Alves, ligado à Federação Gaúcha de Laço, por morar na cidade de Gravataí - RS, decidiu-se realizar a entrevista via chamada de vídeo, por telefone, através do aplicativo do WhatsApp. Ela durou cerca de uma hora e contou com outro aparelho celular para fazer a gravação da fala. Todas as entrevistas foram posteriormente salvas e transcritas para um arquivo do Word seguindo a proposta de transcrição de Marcush (1994, p. 10-13).

também laçador. A escolha de ambos se deu porque, além de ligados ao MTG, são bastante reconhecidos em suas atividades. Em relação à Federação, o entrevistado foi Eduardo Fonseca Alves, seu diretor cultural. A identificação dos sujeitos foi autorizada, conforme manifesto em termo de consentimento livre e esclarecido.

O texto que apresentaremos a seguir é resultado de pesquisa qualitativa cuja análise de dados foi realizada com base em elementos da análise de conteúdo (MORAES, 1999; BARDIN, 1979; BENITES et. al., 2016). Na primeira fase da pesquisa, a revisão bibliográfica demonstrou como o tiro de laço é um elemento ausente e de difícil abordagem. Na segunda fase, a de exploração do material, buscamos compreender o processo de patrimonialização do tiro de laço no Rio Grande do Sul e a discussão que se dá nesse processo a partir do dissenso sobre considerá-lo como esporte institucionalizado.

No tocante ao tratamento dos resultados, para inferência e interpretação foram consideradas categorias importantes a partir das leituras e trechos das fontes e do referencial teórico. Tal categorização, como nos traz Moraes (1999, s/p.), “[...] é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo”. A partir disso, as partes selecionadas foram então reunidas para que fosse possível discutir e desenvolver a problemática do trabalho.

Sendo assim, o artigo que segue está organizado em duas seções principais. Na primeira apresentamos a definição de patrimônio imaterial e o campo de disputas que se dá em torno do tiro de laço. Na segunda explicamos o tiro de laço a partir da “invenção das tradições” e do dissenso entre o MTG e a FGL em torno de sua formalização enquanto esporte institucionalizado.

### **O tiro de laço enquanto patrimônio imaterial**

Segundo Santilli, a importância de reconhecer algo como patrimônio imaterial é que isso:

[...] implica a obrigação do país de adotar medidas de salvaguarda, que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (SANTILLI, 2015, p 587).

Assim, o tiro de laço enquanto patrimônio imaterial, teria assegurada a sua prática na relação com o poder público. Conforme Alves (2019), isso seria “[...] uma maneira de confirmar a importância de uma manifestação cultural dentro do grande mosaico que é a cultura brasileira [...]”.

Segundo Horta,

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições e Agentes Governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (HORTA, 1999, p. 5).

Evidencia-se, assim, que o patrimônio não diz respeito somente aos bens materiais, às construções, mas a tudo aquilo que representa um povo, que é marcante para sua identidade, incluindo as diferentes formas de manifestação de saberes, culturas e formas de expressão no âmbito intangível, incluindo as práticas culturais regulares dotadas de sentido e significado. Afinal, como bem observou Oliven (2009, p. 82), “os ‘bens imateriais’ [...] só têm sentido se significarem uma prática regular”. Enquanto demarcador de identidade, o tiro de laço é presente não só no meio rural rio-grandense, mas é também tratado como um símbolo de cultura em diferentes espaços.

Outro ponto importante para pensar o tiro de laço como patrimônio é considerar sua dimensão coletiva, pois:

[...] o patrimônio [cultural] é coletivo e não individual: ele deve ser reivindicado enquanto patrimônio por uma comunidade, eventualmente um Estado, e não decretado patrimônio do exterior [...] Ele deve ter uma carga social, simbólica ou afetiva, que existe ou aparece muitas vezes num contexto particular, aquele da alteridade, do contato com o outro, da competição por um mesmo bem, da desapropriação ou de uma ameaça qualquer” (GUILLAUD, 2015 *apud* KATZ, 2016, p. 21-22).

Ademais, o tiro de laço também é presente como uma narrativa da construção da identidade do gaúcho, e sendo ele elevado a patrimônio, discursos conflitantes podem ser identificados. Desse modo, conforme sugeriu Fonseca,

[...] é necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter a proteção especial do

Estado, mas, conforme propõe o autor citado [José Reginaldo Gonçalves], como “narrativas”, ou, como sugere Mariza Veloso Motta Santos (1992), tomando empréstimo a formulação de Michel Foucault, como uma “formação discursiva”, que permite “mapear” conteúdos simbólicos, visando a descrever a “formação da nação” e constituir uma “identidade cultural brasileira”. (FONSECA, 2009, p. 66).

Mapear esses conteúdos exige, como destacaram Silveira e Ramos (2016, p. 24), pensar o patrimônio também como uma construção política e não tratá-lo como um campo neutro. Segundo os autores, “[...] todo e qualquer patrimônio cultural está associado a determinados interesses políticos, sociais e econômicos. Desse modo, o patrimônio também é discurso e expressa determinadas narrativas nos lugares sobre os quais está fixado” (2016, p. 24).

Outro ponto importante de reflexão teórica referente a patrimonialização do tiro de laço diz respeito ao campo de disputas envolvido nesse caso. Nesse sentido, do patrimônio como campo de disputas, Canclini, considerou:

Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. Este princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas. [...]. Atualmente, as diferenças regionais, originadas pela heterogeneidade de experiências e pela divisão técnica e social do trabalho, são utilizadas pelos setores hegemônicos para que obtenham uma apropriação privilegiada do patrimônio comum. [...]. O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. (CANCLINI, 1994, p. 97).

No caso do tiro de laço no Rio Grande do Sul, tal situação é exemplificada pelo fato de que tanto o MTG quanto a Federação defendem a elevação do tiro de laço a patrimônio. Porém, o primeiro defende que ele seja apenas considerado um elemento cultural, refutando a hipótese de ser definido e difundido como esporte, pois, para o Movimento,

[...] a continuidade do tiro de laço de forma laboral e cultural é um estímulo para que as pessoas continuem exercendo esta prática. O laço não pode servir como forma de sustentação financeira, para enriquecimento de uns em detrimento do empobrecimento de outros. (MTG, 2014).

É interessante mencionar os versos<sup>5</sup> de Jadir Oliveira Filho (MTG, 2014), os quais estão sob o título de “Laço é cultura”:

O laço é uma atividade / Proveniente da lida / Que prá muitos é uma vida / Pois retrata uma verdade / Forjou nossa identidade / No verde destas planuras / Alcançou desenvoltura / Até o presente momento / Gerando o questionamento: / Será esporte, ou cultura?

Nossos rodeios nasceram / Com uma única missão / Preservar a tradição / Que os ancestrais defenderam / Mas interesses cresceram / E alguns plantaram o mal / Por mero fim comercial / Querem o laço como esporte / Sem se importar com a morte / De uma herança cultural

Querem apagar da memória / Os pingos bem encilhados, / Nossos gaúchos pilchados, / Suas façanhas e glórias / Ignorar a trajetória / Construída por um povo / Por vezes eu me comovo / Vendo uma certa peonada / Que anda botando armada / Só pra laçar carro novo

Gosto das competições / Dos rodeios, campereadas, / Que hoje são interpretadas / Por diferentes visões / Mas gosto mais das razões

Que fazem do homem campeiro / Um gaúcho verdadeiro / De essência e alma pura / AFINAL NOSSA CULTURA / VALE BEM MAIS QUE DINHEIRO!

Os versos deixam muito claro se tratar da discussão trazida pelo MTG e pela Federação diante do questionamento do tiro de laço ser esporte ou cultura. Através dos versos percebe-se a crítica ao que propõe a Federação, como se esta estivesse tentando acabar com a cultura e se voltar apenas ao fim comercial do tiro de laço. Porém, o objetivo da Federação é abordá-lo pelo viés do esporte e manter sua importância no sentido cultural, o que a difere do MTG é a menor rigidez em alguns pontos do seu regulamento. Nesse sentido, pode-se observar que o laço já é tratado esportivamente no projeto de lei estadual nº144 de 14 de julho de 2017 proposto pelo deputado estadual Juvir Costella<sup>6</sup>, onde consta na justificativa sobre a patrimonialização:

[...] as lidas campeiras são atividades que tem uma história secular tendo nos rodeios a sua representação. Nestes eventos, as provas de laço, são a recriação em forma de esporte, de uma das atividades vinculadas à vida do campo que se confunde com a história do gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

---

<sup>5</sup> Disponível em <http://mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/LA%C3%87O%20%C3%89%20CULTURA.pdf>. Acesso em 03 jan. 2020.

<sup>6</sup> “[...] vereador por dois mandatos em Esteio, onde mora. Desempenhou funções no Executivo e Legislativo gaúcho. Em 2015, foi secretário de Turismo, Esporte e Lazer do Estado. Nas últimas eleições, foi reeleito deputado estadual.”. Extraído de <https://transportes.rs.gov.br/sobre-o-secretario-5851532cc5316>

Na sequência do referido projeto, em 27 de dezembro de 2018, foi aprovada e sancionada a lei estadual nº 15.244, que elevou então a prova de laço a patrimônio imaterial do Rio Grande do Sul, bem como a considerou prática desportiva, ratificando o texto do projeto. Na referida lei, em seu artigo 3º, lê-se:

A Prova do Laço é considerada um esporte por apresentar as seguintes características:

I - tratar-se de um jogo com regras previstas em regulamentos da Federação Gaúcha de Laço;

II - tratar-se de uma competição, com vencedores e perdedores e distribuição de premiações; e

III - por seu conteúdo pedagógico, uma vez que envolve a manutenção das tradições gaúchas através da demonstração de coragem exigida aos laçadores e dos ensinamentos, promovendo o respeito e a interação com as gerações mais experientes, o conhecimento da história do povo gaúcho e a aprendizagem do trato e do respeito com os animais. (RIO GRANDE DO SUL, 2017, s/p.).

Diante disso, para a Federação, o tiro de laço é entendido pelo viés cultural por ser considerado uma prática já realizada no estado gaúcho muito antes da criação dos rodeios crioulos, sendo uma atividade ligada ao meio rural em que estão envolvidos conhecimentos que são passados de uma geração a outra. Quanto ao viés esportivo, tal característica se daria em função do tiro de laço estar apoiado em regras (neste caso, as regras estabelecidas pela Federação), ter competidores e por girar em torno do caráter educativo no sentido de manter tradições do estado gaúcho e envolver ensinamentos. Ainda se torna interessante observar que no inciso I é mencionado que os regulamentos a serem seguidos serão os da Federação Gaúcha de Laço, reforçando a importância dela no processo de patrimonialização do tiro de laço. Mesmo sendo uma organização recente, a FGL conseguiu um avanço significativo, sendo a sua concepção a que preponderou na referida lei. Como destacou Alves (2019), ao mencionar que essa tem sido há vários anos sua discussão com o MTG: “[...] o fato de ser esporte não faz com que deixe de ser cultura [...]”.

Antes do projeto de lei e da lei sancionada em 2018, outras surgiram no Rio Grande do Sul, mas nenhuma no sentido da patrimonialização do laço. A lei estadual nº 11.719, de 07 de janeiro de 2002, instituiu “[...] oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura popular sul-rio-grandense”. Mais tarde, a lei estadual nº 12.567, de 13 de julho de 2006, alterou a lei anteriormente mencionada acrescentando pontos referentes à defesa sanitária animal, infraestrutura para atendimento médico, presença de médico veterinário, encilhas que não machuquem animais, proibição de esporas

pontiagudas, entre outros. Em 2013 foi proposto o projeto de lei estadual nº 271/2013, o qual declarava “[...] o Tiro de Laço esporte símbolo do Estado do Rio Grande do Sul”. Nota-se, diante dos exemplos, que não houve nada específico no tocante a tornar o laço como patrimônio, e isso aconteceu apenas em 2016 com a lei nacional nº 13.364 de 29 de novembro de 2016, que considerou como “[...] patrimônio cultural imaterial do Brasil o Rodeio, a Vaquejada e expressões decorrentes como: [...] II – provas de laço [...]” (BRASIL, 2016). A referida lei foi alterada mais tarde pela lei nacional nº 13.873 de 17 de setembro de 2019, que:

Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. (BRASIL, 2019).

O que ela traz de novo em relação à anterior, são especificações quanto às modalidades de provas equestres que são consideradas esportivas e também orientações quanto ao bem-estar animal, sendo este último um tema muito pertinente e que vem causando muitas polêmicas a nível nacional no que se refere a provas que envolvam animais.

### **O Tiro de Laço no Rio Grande do Sul: da invenção das tradições ao dissenso entre o MTG e a Federação Gaúcha de Laço**

O Rio Grande do Sul, com sua imagem fortemente associada à pecuária e às lidas campeiras, presenciou a prática do tiro de laço sair do ambiente rural e transpor-se para o meio urbano sob a forma de rodeio crioulo. Já o tiro de laço enquanto prova campeira surgiu na década de 1950 no município de Esmeralda, conforme é mencionado no projeto de lei estadual número 271 de 15 de outubro de 2013 (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Anterior a essa data, conforme traz Jacques, ao se referir aos índios “[...] Charruas, Minuanos, Tapes, Baicurus [...]”,

[...] devemos presumir que esses índios aprenderam a utilizar o cavalo ou a montá-lo, depois da criação e do aumento abundantíssimo desse animal nesta região e na platina, [...] posto que os mesmos índios já soubessem fazer o uso do “laço” e das “bolas”, talvez para subjugar também os quadrúpedes silvestres e o avestruz. (JACQUES, 1979, p. 35).

Ainda conforme o mesmo autor, mandava-se cravar “um ou dois palanques” os quais eram usados para praticar o “arremesso do laço e das bolas”, meio então utilizado para reproduzir o exercício da captura do boi bravo (JACQUES, 1979, p. 73).

Quanto ao rodeio tradicional, conforme encontra-se no Vocabulário Sul-rio-grandense (CÔRREA, 1898, p. 185), sua realização ocorria em um lugar na estância onde o gado é reunido em certos dias para tarefas como apartação, contagem e cura. Nesse mesmo sentido, Brito (1985, p. 55) esclarece que “três vezes no ano os rodeios tornavam-se obrigatórios. Eram os grandes serviços de campo em uma estância: marcar, beneficiar, tropear”.

O viajante belga do século XIX, A. Baguet, em seu relato sobre a viagem ao Rio Grande do Sul, realizada em 1845, apresentou uma passagem sobre o uso do laço por um “verdadeiro gaúcho”. Segundo sua descrição:

O guia que encontramos em São Gabriel era um verdadeiro gaúcho [...] Como a maior parte de seus compatriotas, era de uma habilidade extrema em lançar o laço, as boleadeiras e o facão. O laço, que tem quinze metros de comprimento, é feito de tiras de couro cru, da grossura de um dedo mínimo, artisticamente trançadas; uma das pontas termina por um anel de ferro bastante grande, que serve para formar o nó corredeiro; e a outra é presa à cilha do recado, à direita do cavaleiro. Quando este quer jogar o laço, enrola-o em círculos como os marinheiros e, com a mão direita, rodopia o nó corredeiro acima da cabeça. (BAGUET, 1997, p. 54-55).

À descrição feita pelo viajante, cabe acrescentar que o uso do laço tem sua origem vinculada, historicamente, às práticas laborais campeiras no Pampa da América Latina. Essa prática ainda se mantém nos espaços onde as atividades econômicas estão associadas à pecuária, especialmente em seu caráter mais tradicional. No processo da “invenção das tradições” da cultura gaúcha (MENASCHE, 1993; OLIVEN, 1984), houve uma recriação e reapropriação feita pelo MTG, que percebeu no instrumento e em atividades que o utilizam uma caracterização do “modo de vida gaúcho”, representação que de alguma forma sustentou narrativas de um “passado mítico” valorizadas e difundidas pelo mesmo MTG.

Sobre elementos utilizados no tiro de laço enquanto trabalho ligado à vida campeira podemos destacar outras informações sobre ser ele igualmente uma atividade de competição. Como observou Ribas (2007, p. 134), “[...] essa concepção ligada à vida campeira, das lides pecuárias, foi adaptada em um evento contemporâneo de competição e divertimento [...]”.

Referente ao rodeio enquanto acontecimento contemporâneo, Lamberty esclarece,

Nos tempos atuais os tradicionalistas disseminaram a realização de um grande número de rodeios. São encontros festivos de peões campeiros. À medida em que diminui a lida de campo, surge a necessidade de promoções de demonstrações. Visam

cultivar as práticas campeiras, com disputas, numa reprise do trabalho do dia-a-dia, nos campos. São domas, tiros de laço, gineteadas, provas de rédeas, pealos, provas de estafeta, que chegam às cidades. (LAMBERTY, 1992, p. 111).

De forma semelhante encontramos definição de rodeio crioulo na lei estadual 12.567 de 13 de julho de 2006: “[...] o evento que envolve animais nas atividades de montaria, provas de laço, gineteadas, pealo, chasque, cura de terneiro, provas de rédeas e outras provas típicas da tradição gaúcha nas quais são avaliadas a habilidade do homem e o desempenho do animal” (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

A rigor, tendo sido o laço manuseado em território rio-grandense pelos índios e como ferramenta de trabalho na lida com o gado nas estâncias, na década de 1950 ele aparece como prova campeira. Na década seguinte, mais precisamente em 1967, é criado oficialmente o Movimento Tradicionalista Gaúcho, ou MTG, que é quem passa a reger e organizar as provas de laço e os rodeios crioulos. A referida organização é caracterizada como “[...] um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica [...]” (O QUE É MTG, s/d), o qual busca resgatar e preservar elementos da cultura do estado do Rio Grande do Sul, dentro de onde está o tiro de laço. De acordo com Luvizotto:

O MTG é uma associação civil, uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com circunscrição em todo o território nacional, constituindo-se na Federação dos Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins. Tem por objetivo congregar os CTG e entidades afins e preservar o núcleo da formação gaúcha e a filosofia do Movimento Tradicionalista, decorrente de sua Carta de Princípios e expressa nas decisões dos congressos tradicionalistas. (LUVIZOTTO, 2010, p. 46).

Já os Centros de Tradições Gaúchas (CTG’s), são entidades filiadas ao MTG. Conforme aborda Cortes (1981, p. 17), elas procuram “[...] lembrar o mais fielmente possível a vida do gaúcho no passado – ainda no presente – suas lides na fazenda, feitos e fatos do Rio Grande”. Para Luvizotto:

[...] os CTGs foram criados para demonstrar as raízes históricas, os costumes nativos, a maneira de ser, a sociabilidade do povo gaúcho. Lá se estudam as danças, as poesias, as falas do *gaúcho original*, seus hábitos e sua história. A finalidade é mostrar e perpetuar as manifestações da cultura e tradições gaúchas com a maior precisão possível para o público nacional e internacional. (LUVIZOTTO, 2010, p. 36).

Como cita Mayer (2019) a ideia do MTG seria trabalhar “[...] com a questão da raiz [...] da tradição [...]”, de manter o tiro de laço e o rodeio o mais próximo da sua origem. Sobre o MTG, Kopp observou:

[...] se no princípio o movimento [tradicionalista gaúcho] representava muito mais a necessidade de um grupo de jovens do interior que estudava em Porto Alegre, capital do Estado, e sentia saudade das práticas comunitárias de suas terras natais [...] teremos mais adiante a adoção de práticas e regras que determinam o que é e o que não é tradição gaúcha. Os CTGs deixam de ser um simples espaço de identificação e passam a requerer o domínio sobre a cultura gaúcha. Seriam os detentores do saber que caracteriza os costumes de um povo, guardiões da cultura. (KOPP, 2001, p. 112)

Tal afirmação também é encontrada em Luvizotto (2010, p. 52), que diz que “é o Movimento Tradicionalista que dita como devem ser tratadas as tradições e como deve ser a sociabilidade do gaúcho tradicionalista”. Nesse contexto, a mesma autora traz uma importante diferenciação entre tradição, tradicionalismo e tradicional. Segundo ela,

[...] entende-se a tradição como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo. É uma memória de longa duração. São os usos e costumes, os símbolos, práticas, crenças, vestuário, culinária, música, poesia, dança, entre muitos outros elementos que fazem parte de uma dada cultura, um povo. O tradicionalismo é o culto a essas tradições. É um movimento organizado e coletivo que valoriza essas tradições e procura mantê-las vivas de geração a geração. Tradicional é aquilo que é transmitido por meio de uma tradição (LUVIZOTTO, 2010, p. 32).

Diante do exposto pode-se compreender o tiro de laço localizando-o em um processo de invenção da tradição, por tratar-se de um elemento integrante de um sistema simbólico que é passado de uma geração a outra e de uma prática laboral e cultural resignificada pela atribuição de valores que a identificam como parte da cultura do Rio Grande do Sul. Por exemplo, uma das coisas mais comuns de se ver em um rodeio crioulo é um pai que laça acompanhado de seu filho que faz o mesmo, tanto que entre as modalidades existentes nesses eventos, a modalidade de laço pai/mãe e filho/filha é uma delas. Ou ainda, no contexto de algo passado de geração a geração, pode-se apontar o que fala Mayer (2019), que diz que seu avô possuía cancha de carreira reta no interior de Barros Cassal (RS) e, quando era criança, ia com ele nas corridas. A entrevistada ainda recorda que gostava de estar na presença de seu avô e sua mãe participando desses eventos, e com o passar do tempo acabou se interessando pela parte artística. Não chegou a dançar, mas comenta que passou a fazer pesquisas e estudar sobre a cultura gaúcha. Alves (2019) também comenta que veio “[...] de uma família de várias gerações de

pecuaristas [...] e de tradicionalistas [...]”. Assim, nota-se que é comum que pessoas inseridas tanto no Movimento Tradicionalista quanto na Federação tenham desenvolvido tal ligação por já possuírem laços anteriores através da família ou por estarem envolvidas no movimento tradicionalista ou no trabalho mais tradicional da pecuária.

Sobre tradição, Luvizotto observa que no âmbito dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG’s), “[...] a tradição pode ser caracterizada como uma invenção, ou ainda uma re-invenção, intencionalmente produzida para servir de liame a relações sociais que se quer manter para constituir um grupo” (2010, p. 69).

Nesse sentido, da tradição caracterizada pela invenção, pode-se citar o uso da bombacha, que é marcada como algo genuinamente gaúcho, mas que possui origem turca, tendo sido usada na Guerra do Paraguai e incorporada à vestimenta do gaúcho a partir da Revolução de 1893 (FAGUNDES, 1996, p. 22). Complementando Fagundes, Golin também fala sobre a bombacha, relatando que:

[...] são raros os registros sobre a bombacha antes da Guerra do Paraguai. A sua invasão no Prata se deve à Guerra da Criméia, quando as fábricas inglesas produziram milhares de uniformes ao Exército da Turquia. Todavia, o conflito terminou antes do esperado e os “pantalones turcos” ficaram encalhados. O mercado rio-platense foi a salvação para tão grande prejuízo, além do despejo em tropas da Tríplice Aliança. Como uma demonstração ao Tradicionalismo de que nada vive isoladamente, o gaúcho só passou a usar as honradas bombachas de hoje porque o mercantilismo inglês não admitia saldo negativo em seu caixa. (GOLIN, 1983, p. 93).

Tal citação reforça ainda mais a questão de como a bombacha foi um elemento que sofreu apropriação e resignificação, passando a ser reconhecida como algo tipicamente gaúcho. Desse modo, nota-se como um elemento de uma cultura pode ser apropriado por outra, tornando-se marcante nesta, como o caso do uso da bombacha, que veio de outro continente, mas ainda é tão referenciado como algo próprio e genuinamente gaúcho. Para Hobsbawm,

[...] por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2018, p. 8).

O autor menciona que quanto às “[...] tradições inventadas desde a Revolução Industrial, [...] [há] aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade” (HOBSBWM, 2018, p. 17). Tal premissa reflete bem o que menciona Oliven acerca dos tradicionalistas:

[...] para eles é fundamental demarcar quais são os “verdadeiros” valores gaúchos, daí a necessidade de se erigirem em guardiães da Tradição. Manter a distinção entre o Rio Grande do Sul e o Brasil seria uma forma de preservar a identidade cultural do estado. (OLIVEN, 1992, p. 108).

É nesse sentido que podemos localizar a defesa do MTG do tiro de laço como unicamente um elemento cultural, refutando uma caracterização dele como esporte institucionalizado e regulado por regras organizadas em federações, sob a justificativa de que se assim fosse feito, tal exercício deixaria de caracterizá-lo em seu sentido laboral, ferindo um entendimento de “tradição”, visto exclusivamente através das lentes que a própria organização teria a respeito de cultura.

Cultura, segundo aponta Santos (2012, p. 23), “[...] diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade”. Para Chauí (2008, p. 57), é “[...] o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores [...]”. Em relação à “cultura gaúcha”, será um determinado grupo, aqui representado pelo MTG, quem estabelecerá tudo que integrará ou não a cultura rio-grandense. São selecionados os elementos que melhor podem representar o gaúcho, no sentido do gaúcho ideal, dotado das mais diversas qualidades (OLIVEN, 1992, p. 50). Complementando, Alves (2019), discorre: “[...] por vários anos foi passado a ideia de que o MTG tinha o monopólio da cultura gaúcha, que só eles determinavam o que era e o que não era em termos de cultura gaúcha, e cultura ela é livre e dinâmica [...]”, independentemente de qualquer entidade. Entendemos, como na perspectiva de Horta, que:

[...] todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser constituem a sua cultura e esta vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. (HORTA, 1999, p. 5).

Nessa ideia de criar e recriar, de acordo com a autora, o tiro de laço sai do campo, do espaço rural, e passa a se fazer presente também no meio urbano, sendo recriado em rodeios crioulos, dentro de pistas específicas para sua realização e dotado de regras para sua organização e funcionamento.

Referente ao contexto de criação da Federação, Alves (2019) disse que ela surgiu para dar legitimidade a toda uma “[...] comunidade produtora do laço [...]”. Nesse sentido, não se fala mais em laço apenas a nível de Rio Grande do Sul, mas de Brasil, já que há outros estados brasileiros em que o laço também é presente. O entrevistado comenta que desde 2006 realiza pesquisas sobre o tiro de laço e que, como pessoa, sem uma entidade, ele não conseguiria se fazer ouvir e ter a atenção necessária.

Dessa forma, como idealizador da Federação, fundada em junho de 2013, passou a ter uma visibilidade muito maior para tratar de assuntos relacionados ao tiro de laço. Segundo ele, as diferenças entre MTG e Federação estão justamente no fato que a segunda aceita mais rapidamente as mudanças do que a primeira. A Federação entende que há a necessidade de adaptação para que o tiro de laço siga acontecendo. Assim, o tiro de laço deixa de ser apenas uma prática laboral e passa a ser reproduzido em eventos específicos, os quais se sustentam com competições e premiações aos participantes que tiverem melhor desempenho. Embora essa prática também possa ser percebida em rodeios e eventos organizados pelo MTG, serão nos mantidos pela Federação que o tiro de laço será assumido como esporte institucionalizado, ponto de dissenso entre as organizações desde o contexto da patrimonialização do tiro de laço no Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, o tiro de laço passa também a se enquadrar dentro do conceito de esporte. Thomas Arnold (*apud* TUBINO, 1993, p. 17) “[...] reconhecia na sua concepção de esporte três características principais: é um jogo, é uma competição e é uma formação”. Já Tubino defende que “[...] o esporte, como um direito de todos, pode ser entendido atualmente pela abrangência das suas três manifestações: o esporte-educação, o esporte-participação e o esporte-performance. Essas manifestações representam as dimensões sociais do esporte” (1993, p. 26). Elas dizem respeito, respectivamente, ao caráter socioeducativo, à ideia de tempo livre usado para recreação (sem compromisso com regras) e bem-estar, e ao esporte institucionalizado, o qual segue regras e está organizado em federações.

Ainda, o mesmo autor (1993, p. 41) também fala sobre as variadas modalidades esportivas, dentro das quais menciona os “esportes de identidade cultural – [que] são aqueles que se originam na própria cultura nacional e regional”. Sob este ângulo, o tiro de laço pode ser caracterizado como esporte pois envolve uma competição, bem como por ser um elemento apontado como característico

da cultura gaúcha que saiu do limite unicamente rural para um contexto de reprodução de sua prática em eventos, nesse caso, os rodeios crioulos.

Para Bouet,

[...] o esporte tem tudo o que compõe uma instituição, na perspectiva do que o termo assume na sociologia: elementos materiais e produtos culturais (piscinas, pistas, competições, eventos) grupos específicos (equipes, clubes, federações); agentes de autoridade e hierarquias; papéis (atletas, dirigentes, árbitros); símbolos coletivos (bandeiras, cores); comportamentos determinados (ritos, gestos, regras); e um conjunto de representações e ideias (a ideia de performance, a imagem do campeão, o espírito esportivo). (BOUET, 1969 *apud* STIGGER, 2002, p. 17).

Enquanto esporte, o tiro de laço é passível de ser enquadrado na descrição de Bouet, pois conta com pistas de laço, parques para a realização dos rodeios crioulos; os grupos participantes são pessoas filiadas à CTG's (MTG) e/ou Clubes de Laço (Federação); há a presença de patrões/presidentes, capatazes/vice-presidentes dos CTG's e Clubes de Laço; quanto aos papéis há laçadores, julgadores (responsáveis por validar ou não cada arremesso de laço), narradores, breiteiros (os que soltam o boi para o laçador); CTG's e Clubes de Laço são identificados por bandeiras e camisas de cores variadas, levando o símbolo da entidade; há premiação aos melhores laçadores.

Conforme já mencionado, o MTG (2014), opõe-se a ideia da caracterização do tiro de laço como prática esportiva devido ao fato de que, isso acontecendo, o tiro de laço seria realizado mais como uma maneira de sustentação financeira de uma parcela de bons laçadores que frequentam os rodeios crioulos e menos como uma prática vinculada a uma tradição cultural. Nesta percepção, as pessoas não estariam mais indo a tais eventos no sentido de preocuparem-se em manter vivas as tradições do estado, mas unicamente em conquistar os prêmios em questão. Como bem menciona Baggiotto (2019), o MTG não apoia a ideia de tratar o tiro de laço como esporte para que não haja uma profissionalização do mesmo. A ideia, segundo ele, não é dar premiações muito elevadas para que ocorra um sistema de parceria entre entidades, onde uma visite a outra sem estar focada em premiações. Tal posicionamento também é compartilhado por Mayer (2019). Ela menciona que a ideia seria de “[...] fazer os rodeios sem muita premiação com o objetivo da integração entre as famílias [...]”. Porém, isso não é mais apenas um receio expresso por parte do MTG, pois há laçadores que fizeram dessa prática a sua profissão. Há quem, literalmente, viva de um rodeio ao outro, laçando diversas modalidades objetivando a vitória, já que esta vem acompanhada de prêmios em dinheiro. Parte desses laçadores

são patrocinados, ou seja, alguém os financia e custeia as despesas relativas ao rodeio e, em caso de vencerem, parte do prêmio vai para o patrocinador. Assim, pode-se notar que há quem faça daquilo que seria uma atividade recreativa, o tiro de laço, sua profissão.

Enquanto isso, conforme o regulamento técnico da Federação Gaúcha de Laço (Federação Gaúcha de Laço, s/a), no item D do artigo 1º referente ao regulamento técnico campeiro, o tiro de laço é referenciado como esporte: “Lidar com as diferentes provas de tiro de laço, laço como esporte tradicional do RS, e suas peculiaridades”. Dessa maneira, percebe-se que já há por parte da Federação um tratamento do tiro de laço como esporte, diferente do MTG que nega tal característica.

Em meio a essa discussão, é importante salientar a questão econômica. Realizar rodeios está se tornando cada vez mais caro, isso porque o custo envolvido é muito alto. Por exemplo, o gado utilizado no rodeio precisa estar saudável. Para tal, antes mesmo de ele chegar no evento já se necessita de investimento no tocante às pastagens, rações e afins. Se o valor relativo à sua alimentação subir, por exemplo, o dono do gado precisará aumentar o quanto cobra para colocar seus animais no rodeio, já que está tendo um custo maior para manter os animais. Sendo o gasto com o gado elevado, organizadores de rodeio, conseqüentemente, tendem a aumentar o valor das inscrições pois também visam pagar as suas despesas e ter acesso a algum dividendo que permita passar mais um ano cumprindo um calendário de visitas a quem se fez presente em seu evento. Nessa perspectiva, o funcionamento dos rodeios estaria baseado também na necessidade dos organizadores de custear visitas, que consiste em ir aos eventos de outras entidades para que estas depois compareçam nos seus. Diante disso, percebe-se que antes mesmo de começar um rodeio, já durante sua organização, os gastos aparecem e é preciso ter dinheiro para tal.

A Federação, trazendo o tiro de laço sob o viés do esporte, consegue apoio do governo no tocante às verbas de patrocínio. Como bem é mencionado na reportagem de Giovanni Grizotti:

O Governo do Estado [do Rio Grande do Sul], através do programa Pró-Esporte, destinou hoje R\$ 717 mil para a realização do Campeonato Gaúcho de Laço pela Federação Gaúcha de Laço [...].

A primeira etapa do torneio será realizada nesse fim de semana, no Rodeio Nacional de Porto Alegre. É o reconhecimento, por parte do estado, de que o laço é sim, um esporte, embora também seja uma manifestação cultural. Isso, na prática, poderá encerrar a rejeição do MTG às atividades da federação, porque agora, o governo está

bancando as competições. E qualquer tipo de boicote poderá ser encarado como uma tentativa de esvaziar uma atividade financiada com dinheiro público.

O que fica disso tudo: se o MTG considerasse o laço um esporte, poderia repartir essa verba destinada à federação e ajudar CTGs a organizar rodeios pelo estado. Ao todo, nove entidades foram beneficiadas com R\$ 4,9 milhões. O MTG poderia ser [sic] sido uma delas, não fosse a rejeição à ideia do laço como prática esportiva (GRIZOTTI, 2015).

Diante disso, percebe-se que também há uma importante questão econômica envolvida, a qual resultaria em valores significativos vindos do governo e repassados aos promotores de rodeio. Em consequência, financeiramente falando, os rodeios regidos pela Federação tornam-se muito mais atrativos para seus participantes, pois têm condições de oferecer prêmios maiores e também a um número maior de laçadores quando comparados com os ligados ao MTG. Desse modo, muitas pessoas tendem a procurar eventos federados pois os veem como “mais fáceis de chegar”, expressão usada para se referir a algum rodeio ou modalidade deste onde a chance de vencer é maior, pois o número de laçadores premiados é também maior.

É interessante também mencionar que a criação da Federação acalorou ânimos entre esta e o MTG. Isso porque o segundo proíbe que entidades a ele filiadas (CTG's, piquetes...) se façam presentes em eventos organizados por outros grupos, nesse caso, a Federação e seus Clubes de Laço. Como exemplo, Teixeira (2014), em notícia de 30 de junho de 2014, destaca que “Três CTGs foram punidos pelo MTG por envolvimento em atividades da Federação Gaúcha de Laço”. Isso ocorre porque entidades filiadas ao MTG são proibidas de terem seu nome nas planilhas<sup>7</sup> de rodeios da Federação, enquanto que o contrário não ocorre. Quando questionado se a Federação prevê alguma punição a um clube de laço por ele ir a um rodeio regido pelo MTG, Alves (2019) fala que não e que nem mesmo a legislação permite tal exclusividade, pois “o laçador laça onde quiser”. O que ele ressalta, usando a si como exemplo, é que se ele for a um rodeio da Federação seguirá as regras dela, e quando a um do MTG respeitará as regras dele. Desse modo, ele não vê nenhum problema em laçadores que

---

<sup>7</sup> Planilhas de rodeios listam todos os inscritos nas variadas modalidades do evento, onde como dados necessários básicos constam sempre o nome do laçador e a entidade a qual o mesmo representa. Depois de terminado o rodeio é contabilizada a participação de cada entidade para que os organizadores possam se organizar e retribuir cada visita. Diante disso, quando sócios de uma entidade filiada ao MTG vão participar de um rodeio da Federação, é vedado a eles que lacem em nome do grupo que representam, pois isso acarretará em punição às suas agremiações. O que é feito nesse caso, é o (a) laçador (a) se inscrever e não declarar filiação de entidade, livrando-a, dessa forma, de uma possível punição. Porém, quando ocorre o contrário, de laçadores de um Clube de Laço ir num rodeio regido pelo MTG, eles podem tranquilamente identificá-lo pois a Federação não prevê punições a sócios e entidades seus que frequentem outros eventos que não por ela organizados.

frequentem os eventos das duas entidades, destacando que mesmo que a pessoa não concorde com as regras, a partir do momento que ela se encontra no evento deverá respeitar seus respectivos regulamentos.

### **Considerações finais**

A importância do laço como patrimônio imaterial no Rio Grande do Sul é consenso entre o MTG e a FGL. A dimensão política desse patrimônio, como explicamos no decorrer do texto, demonstra a disputa de sentidos do tiro de laço enquanto esporte, ponto de dissenso entre as duas instituições. Ao problematizarmos o campo de conflitos em relação a esse dissenso, argumentamos sobre a necessidade de conceber o uso do tiro de laço vinculado à dimensão histórico-social e à dimensão cultural-identitária. Em relação à primeira, vimos que o uso do laço tem sua origem vinculada às práticas laborais campeiras do Pampa. Essa prática ainda se mantém nos espaços onde as atividades econômicas estão associadas à pecuária, especialmente em seu caráter mais tradicional. Em relação à segunda, consideramos o processo de “invenção das tradições” da cultura gaúcha, marcada pela recriação, reapropriação e atribuições de sentido que foram deslocando essa prática laboral do campo a uma categoria relacionada à identidade e ao “modo de vida gaúcho” e, mais recentemente, à categoria de esporte institucionalizado.

Diante do exposto pode-se compreender o tiro de laço como um elemento integrante de um sistema simbólico que atravessa gerações e que gera uma disputa contemporânea em torno da formalização dessa prática enquanto esporte. Sobre o dissenso explorado neste artigo é importante considerar a diferenciação, nos discursos assumidos em cada instituição, dos indicadores das dimensões desse campo de conflito. Em relação à dimensão da regulamentação assumida nos rodeios e demais eventos, um exemplo é a permissão do uso do laço sintético em rodeios regidos pela FGL, onde o couro é substituído pelo plástico, mas continua sendo possível que qualquer pessoa identifique aquele objeto como um laço. Por outro lado, o MTG resiste em não caracterizar o laço como esporte institucionalizado, justificando seu posicionamento sobre manter a prática fiel à tradição ou à sua origem”. Como destacamos, é necessário ainda considerar a dimensão econômica e colocá-la em diálogo, sempre que possível, com a historicidade do patrimônio em questão. Assim, pesquisar o campo de conflitos em torno de um patrimônio cultural como o tiro de laço exigiu-nos considerar o patrimônio como uma categoria política. Para isso, problematizar as narrativas que configuraram as

“invenções de tradições” e valorizar os dissensos em torno dos patrimônios foram procedimentos importantes em nossa abordagem e que, acreditamos, potencializam as pesquisas sobre os bens culturais.

### Referências bibliográficas

ALVES, Eduardo Fonseca. **Sobre o Tiro de Laço**. Entrevista concedida a Angélica Beatriz Klafke. Santa Cruz do Sul, 09 out. 2019.

BAGGIOTTO, Tiago. **Sobre o Tiro de Laço**. Entrevista concedida a Angélica Beatriz Klafke. Venâncio Aires, 29 set. 2019.

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BENITES, Larissa C.; NASCIMENTO, Juarez V.; MILISTETD, Michel; FARIAS, Gelcemar O. Análise de conteúdo na investigação pedagógica em Educação Física: estudo sobre estágio curricular supervisionado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 35-50, jan./mar. De 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/53390/36516>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.364**, 29 de novembro de 2016. Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Diário Oficial da União. Brasília, n. 229, 2016. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm). Acesso em 04 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.873**, 17 de setembro de 2019. Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. Diário Oficial da União. Brasília, n. 181, 2019. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13873.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13873.htm#art3). Acesso em 04 jan. 2019.

BRITO, Severino de Sá. **Trabalhos e costumes dos gaúchos**. Porto Alegre: ERUS, 1985.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, Brasília, n. 23, p. 94-115, 1994. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf). Acesso em: 09 jun. 2019.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008. P. 53-76. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

CÔRREA, J. Romanguera. **Vocabulário Sul Rio-Grandense**. Porto Alegre: Echenique & Irmão. 1898. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242441>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CORTES, J. C. Paixão. **Falando em tradição & folclore gaúcho**: excertos jornalísticos. Porto Alegre: [s.n.], 1981.

FAGUNDES, Antônio Augusto. **Indumentária gaúcha**. 7. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE LAÇO. **Regulamento técnico da Federação Gaúcha de Laço e suas determinações.** Disponível em <https://docplayer.com.br/20969569-Regulamento-tecnico-da-federacao-gaucha-de-laco-e-suas-determinacoes.html>. Acesso em: 06 maio 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal:** por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.59-79. Disponível em [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf). Acesso em: 09 jun. 2019.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo.** Porto Alegre: Tchê!, 1983.

GRIZOTTI, Giovani. **Governo destina R\$ 717 mil à Federação Gaúcha de Laço.** 26 mar. 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/blog/reporter-farroupilha/post/governo-destina-r-717-mil-federacao-de-lacadores.html>. Acesso em: 11 mai. 2019.

HOBBSAWM, Eric J. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. D. (Org.). **A invenção das tradições.** 12. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. P. 7-24.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

KATZ, Esther. Introdução. In: CAVIGNAC, Julie A.; WOORTMANN, Ellen (org.). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação:** saberes, dinâmicas e patrimônios [recurso eletrônico]. Natal, RN: EDUFRN, 2016. P. 15-28. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22015/3/Ensaio%20sobre%20a%20Antropologia%20da%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20-%20saberes%20e%20din%C3%A2micas%20e%20patrim%C3%B4nios.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019.

KOPP, Rudinei. Genoma gaúcho. **Revista Famecos,** Porto Alegre, n. 14, abr. P. 110-118., 2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3107>. Acesso em: 03 abr. 2019.

LAMBERTY, Salvador Ferrando. **ABC do tradicionalismo gaúcho.** 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/365320.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MAYER, Luce Carmem da Rosa. **Sobre o Tiro de Laço.** Entrevista concedida a Angélica Beatriz Klafke. Venâncio Aires, 15 set. 2019.

MENASCHE, Renata. Gauchismo: tradição inventada. **Estudos Sociedade e Agricultura,** n.1, p. 22-30, nov. 1993.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod\\_resource/content/1/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf). Acesso em 12 mar. 2019.

MTG. **Laço é cultura**. 28 mai. 2014. Disponível em <http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/LA%C3%87O%20%C3%89%20CULTURA.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

**O QUE É MTG**. S/d. Disponível em <http://www.mtg.org.br/historico/210>. Acesso em 03 abr. 2019.

OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS, n. especial, p. 57-68, 1984.

\_\_\_\_\_. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Intangível: considerações iniciais**. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P. 80-82. Disponível em [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf). Acesso em: 09 jun. 2019.

RIBAS, João Vicente. **A representação cultural gauchesca no município de Passo Fundo**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, 2007. Disponível em <https://secure.upf.br/pdf/2007JoaoVicenteRibas.pdf>. Acesso em 18 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.719, 07 de janeiro de 2002. **Institui oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura popular sul-rio-grandense**. Disponível em <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201903/26102635-lei-n-11-719-lei-dos-rodeios.pdf>. Acesso em 03 jan. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 12.567**, 13 de julho de 2006. Altera a Lei nº 11.719, de 07 de janeiro de 2002, que instituiu oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura popular sul-rio-grandense. Diário Oficial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 134, 2006. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.567.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Projeto de **Lei n. 271**, 15 de outubro de 2013. Declara o Tiro de Laço esporte símbolo do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Porto Alegre, [s/n], 2013. Disponível em <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20131018-01-100000/EX20131018-01-100000-PL-271-2013.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei n. 144**, 14 de julho de 2017. Declara como bem integrante do patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio Grande do Sul e considera como atividade desportiva a Prova de Laço e dá outras providências. Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Porto Alegre, [s/n], 2017. Disponível em <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20170810-01-100000/EX20170810-01-100000-PL-144-2017.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SANTILLI, Juliana. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 3, p. 585-606, jul. 2015.

Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16054>. Acesso em: 16 maio 2019.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILVEIRA, Éder da Silva; RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação. In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (Org.). **Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação**. São Leopoldo: Oikos, 2016. Disponível em <http://oikoseditora.com.br/files/Centros%20de%20documenta%C3%A7%C3%A3o%20-%20E-book.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados: 2002. (Educação física e esportes).

TEIXEIRA, Manuela. **MTG x Federação: Três entidades recebem suspensão por envolvimento com circuito de laço**. 30 jun. 2014. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/degalpao/2014/06/30/mtg-x-federacao-tres-entidades-recebem-suspensao-por-envolvimento-com-circuito-de-laco/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

# Vida de freira, entre a vocação e a profissão: análise da formação religiosa no interior da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia (1927-1950)

Nun's life, between vocation and profession: analysis of religious formation within the congregation of the Sisters of Jesus in the Most Holy Eucharist (1927-1950)

**Luciene Carla Corrêa Francelino**

Mestre em História

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

lucienecarla20@hotmail.com

**Recebido em:** 09/11/2018

**Aprovado em:** 04/02/2020

**Resumo:** Nossa pesquisa tem como objetivo problematizar os conceitos de vocação e profissão religiosa, no âmbito da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, fundada em 1927 por madre Gertrudes de São José no município de Cachoeiro de Itapemirim. Para isso, faremos uma reflexão acerca da condição feminina no Brasil colonial, destacando os empecilhos impostos pela Metrópole portuguesa para que se estabelecessem conventos e recolhimentos femininos no país. Outrossim, destacaremos os efeitos dos discursos que reforçaram o paradigma de inferioridade feminina, bem como a nova abordagem historiográfica acerca da história das mulheres. Realizaremos uma análise histórica acerca da vocação ou escolha profissional de mulheres que decidiram servir a Deus, no interior de uma irmandade, destacando os diversos fatores que influenciam a opção pela vida eclesial, bem como as agruras da profissão/vocação de freira.

**Palavras-Chave:** Freiras; vocação; profissão.

**Abstract:** Our research aims to problematize the concepts of vocation and religious profession in the context of the Congregation of the Sisters of Jesus in the Holy Eucharist, founded in 1927 by Mother Gertrudes de São José in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim. For this, we will reflect on the female condition in colonial Brazil, highlighting the obstacles imposed by the Portuguese metropolis to establish convents and women gatherings in the country. Also, we will highlight the effects of the discourses that reinforced the feminine inferiority paradigm, as well as the new historiographic approach about the history of women. We will carry out history analysis about the vocation or professional choice of women who have decided to serve God within a fellowship, highlighting the various factors that influence the choice for ecclesiastical life, as well as the hardships of the nun's vocation.

**Keywords:** Nuns; vocation; profession.

### Introdução

O trabalho junto aos desvalidos foi uma das várias formas de atuação filantrópicas praticada pela Igreja e seus membros ou por leigos. Diversas ordens religiosas femininas foram criadas para prestar assistência aos necessitados. Na primeira era cristã – até o ano 500 – uma das primeiras ordens de mulheres que trabalhavam junto aos desvalidos foram as diaconisas e as viúvas, mais tarde integraram-se as virgens, as presbiterianas, as canônicas e as irmãs de caridade (DONAHUE, 1993).

Nesse artigo abordaremos a história de mulheres que estabeleceram uma congregação genuinamente brasileira no início do século XX. Por isso se faz necessário uma breve incursão pelos discursos que determinaram o lugar social da mulher e sedimentaram a reclusão feminina no Brasil.

De acordo com Colling (2014), a definição de papéis é construída e sustentada por teorias que possuem um caráter de cientificidade em cada época e sociedade, sendo estes responsáveis pelo lugar social destinado aos homens e mulheres no decorrer da história. A primeira mensagem desse gênero – abordando a definição de papéis entre homens e mulheres – que se tem conhecimento é originário da Grécia Antiga e “proferida” por Aristóteles no início da era ocidental. Na perspectiva grega, as mulheres eram criaturas inferiores por natureza, ou seja, de acordo com Aristóteles, comparando o masculino e o feminino no reino animal, as fêmeas apareciam sempre em desvantagem: possuíam o corpo mais fraco, a carne mais flácida e o cérebro menor.<sup>1</sup> A teoria Aristotélica foi incorporada pelos discursos médico, religioso, psicanalítico, educacional e jurídico, acarretando efeitos desastrosos sobre a imagem e a dignidade feminina ao longo da história, qualificando as mulheres como:

[...] criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, curiosas, indiscretas, incapazes de guardar segredo, pouco criativas, em especial nas atividades do tipo intelectual ou estético, temerosas e covardes, escravas de seu corpo e de seus sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, inconsequentes, histéricas, vaidosas, traidoras, invejosas, incapazes de serem amigas entre elas, indisciplinadas, desobedientes, impudicas, perversas, etc. São

---

<sup>1</sup> *Das partes dos animais* é um tratado elaborado por Aristóteles por volta de 350 a.C. no qual o autor examinou mais de quatrocentas espécies zoológicas, comparando-as e descrevendo suas características. Utilizou em suas observações duas categorias: a de gênero e da espécie. Esse tratado influenciou tanto as teorias naturais como os trabalhos dos naturalistas do século XVII (COLLING, 2014).

as Evas, as Dalilas e outras tantas figuras míticas criadas para reforçar estes estereótipos (COLLING, 2014, p. 4).

A tradição judaico-cristã acabou por reforçar o paradigma de inferioridade feminina através do relato da criação, bem como da expulsão do paraíso. Muitos juristas durante séculos recorreram a tais textos para afirmar a incapacidade da mulher em gerir patrimônio e assumir posição de comando mediante a morte do marido. O médico grego Hipócrates<sup>2</sup> afirmava através da teoria dos humores<sup>3</sup> que as mulheres eram formadas por humores úmidos e frios, por isso possuíam um comportamento inconstante e ardiloso. Até o século XVIII o discurso médico era utilizado para referendar o papel de submissão destinado a mulher, tanto na sociedade como na família. A histeria, por exemplo, era uma doença atribuída essencialmente à natureza feminina e era justificada por tentações demoníacas ou pela necessidade de contrair matrimônio e de procriação. Muitas mulheres inaptas para o casamento, em virtude de questões relacionadas à honra<sup>4</sup> recorriam ou eram enviadas contra a sua vontade para casas religiosas femininas, onde viviam sob um regime de clausura.

Nos conventos elas não estavam sob a tutela do pai, marido ou filho mais velho, entretanto, estavam sujeitas à hierarquia masculina de clérigos da Igreja. Embora muitas delas buscassem a vida religiosa em virtude de um chamado divino denominado “vocação”, outras tantas eram enclausuradas em consequência de um paradigma que conferia a elas sujeição e inferioridade diante do sexo oposto.

---

<sup>2</sup> Considerado o mais célebre médico da Antiguidade, Hipócrates nasceu na ilha grega de Cós por volta de 460 a.C. Antes dele as práticas terapêuticas eram tarefa principalmente dos sacerdotes que consideravam as doenças como castigos divinos. Ao contrário dos religiosos, buscava explicação para as enfermidades observando aspectos dos olhos, pele, temperatura do corpo e eliminação dos resíduos. Dessa maneira, fundamentou sua prática e sua forma de compreender o organismo humano, incluindo a personalidade, através da teoria dos humores. Escreveu diversos tratados nos quais descreveu os sintomas de doenças como malária e tuberculose, sua contribuição para a medicina moderna é incontestável. Morreu por volta de 377 a.C. É considerado por muitos como o pai da medicina (GIORDANI, 1972, p. 123-124).

<sup>3</sup> Segundo essa teoria, a vida era regida pelo equilíbrio entre quatro humores: sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra provenientes respectivamente do coração, sistema respiratório, fígado e baço. A predominância natural de um humor sobre o outro acarretava diferentes características pessoais que influenciavam a personalidade de cada indivíduo originando os tipos sanguíneo, melancólico, fleumático ou colérico. Segundo Hipócrates, as doenças surgiam a partir de um desequilíbrio entre os humores, alterações provocadas por causa dos alimentos, dos quais o ar e a água estavam incluídos. A febre seria um mecanismo utilizado pelo corpo para coser humores sobressalentes. A função do terapeuta era auxiliar o organismo a seguir o seu mecanismo de funcionamento natural, expulsando os humores excessivos.

<sup>4</sup> A honra de uma mulher estava estreitamente ligada a virgindade e aos rígidos padrões morais da época. Sobre as moças de honra duvidosa pesava a suspeita ou certeza da perda da virgindade. Se uma jovem deixasse de ser casta antes do casamento, manchava a honra de toda a família e afetava a credibilidade da mesma diante da sociedade. Para saber mais sobre o assunto ver Araújo (2010).

4

A primeira lei com caráter universal para a clausura foi a Constituição Peticulosa de 1298, instituída pelo papa Bonifácio VIII, que proibia determinantemente a saída das religiosas dos conventos, salvo em casos de doença contagiosa que pudesse colocar em risco toda a comunidade. No século XVI, o papa Pio V determinou que a saída da reclusão só poderia acontecer em casos de incêndio, lepra – ou outra doença contagiosa –, ruína do edifício que abrigasse tais mulheres ou em ameaça iminente de guerra, mas em todas as situações era necessário pedir autorização por escrito à respectiva autoridade eclesiástica responsável. Destarte, no século XVII, a vida religiosa monástica tinha como princípio basilar a clausura (FERNANDES, 1992).

Houve forte resistência por parte da Coroa portuguesa para que entidades destinadas a reclusão feminina fossem criadas no Brasil durante o período colonial, em virtude da escassez de mulheres brancas para fins de matrimônio. Era grande o número de portugueses que se amancebavam com índias e negras, gerando uma população mestiça. A Coroa temia que esse contingente populacional não reconhecesse o domínio português e se rebelasse contra a Metrópole. Os conventos representariam um entrave para a colonização e povoamento do território, uma vez que as freiras não geravam filhos. Diante das barreiras impostas pelos colonizadores, a população local passou a pressionar a Metrópole para que estabelecimentos congêneres vigorassem no Brasil, visto que estes eram uma alternativa para as filhas de honra duvidosa que não conseguiam contrair matrimônio.

Em virtude das dificuldades impostas para a criação de conventos surgiu a possibilidade de estabelecer recolhimentos para mulheres. Silva (2005) destaca que tais instituições eram casas religiosas análogas aos conventos, entretanto, apresentavam menos requisitos para serem fundados, ou seja, enquanto os conventos necessitavam de uma ordem papal e da aceitação da ordem religiosa da qual a instituição pretendia fazer parte, a abertura de um recolhimento dependia apenas de uma licença episcopal. Além disso, os conventos além de exigirem um dote, só permitiam o ingresso de mulheres que possuíam dote ou “pureza de sangue”, desse modo, os recolhimentos eram uma alternativa para que mestiças, índias, negras, descendentes de judeus e brancas pobres ingressassem na vida monástica, no entanto, os recolhimentos não conferiam às internas o status de freira.

A partir do século XVI, a clausura feminina se tornou, além de espaço de devoção, um mecanismo de coerção para mulheres infratoras – que não se adequavam aos padrões da época -

“moças de má fama” ou esposas que estivessem em atrito com seus maridos<sup>5</sup>, que, diante de uma suspeita de traição, utilizavam a reclusão como castigo. Havia, também, pais que, temendo dilapidar o patrimônio familiar com vários dotes, internavam suas filhas em tais instituições (LAGE, 2016).

Havia um grande esforço em preservar a moral e a castidade das mulheres através dos altos muros dos conventos, de forma que estas se mantivessem distantes das concupiscências mundanas, mas, também, da vida pública. Numa Igreja em que os homens determinavam as regras e dogmas, a clausura acabou reforçando a sujeição das mulheres aos homens e a dependência das comunidades religiosas femininas à hierarquia eclesiástica deles.

No segundo quartel do século XIX, religiosas congregadas de vida ativa aportaram no Brasil. Diferentemente das religiosas de vida perfeita – que viviam na clausura - estas freiras exerciam atividades fora de suas casas, auxiliando os necessitados, além de se dedicarem a escolarização de meninas.<sup>6</sup> Tais irmãs faziam parte da ordem de São Vicente de Paula – fundada na França em 1633 - e realizavam várias atividades nos lugares onde se instalavam, em geral eram trabalhos relacionados ao cuidado de doentes e órfãos. Os ideais de caridade das Vicentinas serviram de modelo para a criação de novas congregações de vida ativa, a exemplo da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, fundada por madre Gertrudes de São José, em 1927, no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Leite (1984) destaca que raramente a mulher aparecia na documentação produzida oficialmente, exceto quando perturbava a ordem, desempenhava papéis que não eram permitidos à uma mulher – como alguém à frente do seu tempo – ou, ainda, quando exercia de forma extremada o papel feminino a ponto de ganhar notoriedade. Em relação ao espaço social destinado à mulher e sua presença na historiografia, Michele Perrot assevera:

---

<sup>5</sup> Araújo (2010) relata um episódio em que determinada mulher fez um requerimento junto às autoridades competentes pedindo permissão para abandonar o recolhimento dos Perdões na Bahia, pois tinha sido deixada no local pelo marido há mais de 20 anos, quando o mesmo viajara para Portugal (Araújo, 2010, p. 59).

<sup>6</sup> Essas congregações eram aprovadas pelo papa e não proferiam votos perpétuos, como as religiosas de vida perfeita, mas votos de obediência que eram renováveis periodicamente. O modelo conventual “tradicional” continuou existindo, mas foi recebendo cada vez menos adeptas, sendo desejado pelas mulheres que ansiavam por uma reclusão devocional, enquanto o modelo de vida ativa expandiu-se entre outros motivos, por dedicar-se à escolarização de meninas, com a finalidade de instruí-las para o mundo externo, em especial para o casamento e a maternidade. Outro fator que diferenciava as ordens religiosas que recebiam as freiras de vida perfeita é que estas obedeciam a uma determinada regra, mas viviam em comunidades independentes, sem ligação com outras casas da ordem e cada comunidade ou casa, tinha a sua Superiora. Enquanto as congregações de vida ativa caracterizavam-se por práticas religiosas e sociais, tendo permissão para circular pelas cidades e possuíam uma Superiora geral no local de fundação da congregação (LAGE, 2016).

A cidade do século XIX é um espaço sexuado. Nela as mulheres se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas [...]. Quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes ou contra os proprietários[...] Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados (PERROT, 1989, p. 11).

Em fins do século XX percebe-se um movimento de diversos ramos da ciência em prol de um conhecimento menos superficial sobre as mulheres e sua participação na história. Historiadores, sociólogos e antropólogos debruçaram-se sobre o estudo da condição feminina, alargando as fronteiras de um campo de conhecimento em que poucos haviam se aventurado. Utilizando documentos até então pouco valorizados pela historiografia oficial, como diários, cartas pessoais, álbum de fotos e até livros de receitas, surge um novo olhar sobre a história, da qual as mulheres passaram a ser “vistas e ouvidas” (ALGRANTI, 1993).

Graças a essas pesquisas têm chegado ao nosso conhecimento uma história menos excludente que aborda não apenas a trajetória de heroínas e mártires, mas a história da maioria das mulheres brasileiras que viveram de acordo com as normas e as regras sociais de seu tempo, que não foram revolucionárias, tampouco visionárias, mas que nem por isso suas histórias não mereçam ser investigadas ou contadas. Viver é resistir, buscar espaços de inserção e sociabilidade, interferir e mudar a realidade, muitas vezes através do que é possível num determinado momento. Nossa pesquisa aborda a história de mulheres que faziam parte de uma congregação religiosa no início do século XX. As relações no interior da irmandade foram marcadas por submissões e transgressões, conformismo e criatividade.

### **Fundação da Congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia**

A congregação foi fundada por madre Gertrudes de São José<sup>7</sup>, no dia 10 de outubro de 1927 no município de Cachoeiro de Itapemirim, cidade localizada ao sul do estado do Espírito

---

<sup>7</sup> Nasceu na vila de Casacce, na cidade italiana de Chiuro, no dia 07 de agosto de 1876. Seu nome de batismo, Martina Toloni. Filha de um alfaiate e de uma costureira, perdeu a mãe quando tinha apenas cinco anos de idade. Foi educada por freiras no orfanato Casa Della Providenza, onde recebeu o primeiro contato com a religiosidade. Tornou-se noviça em 1900 e após algumas experiências em congregações religiosas italianas, embarcou para o Brasil em 1904, para atuar junto aos necessitados. Trabalhou em hospitais e orfanatos no estado de São Paulo. Em 1911, ingressou na congregação de São José de Chambéry em Itu e passou a adotar o nome religioso de Gertrudes de São José. Peregrinou por diversas casas da congregação até ser acolhida pela irmandade Servas de Maria, no Rio de Janeiro. Em 1927 chegou ao sul do estado do Espírito Santo com a finalidade de recolher donativos para cobrir os custos de uma reforma feita em um colégio da irmandade Servas de Maria. Durante sua trajetória religiosa em vários momentos demonstrou o

Santo. Inicialmente a irmandade recebeu a denominação de Congregação das Irmãs de Cristo Rei. A Superiora recebeu autorização do bispo da arquidiocese do Espírito Santo para fundar um colégio e uma congregação. Isto posto, foi alugada uma casa para ser a sede da irmandade e do colégio e três anos mais tarde o imóvel foi comprado pela congregação pelo valor de 50 contos de réis. O colégio Sagrado Coração de Jesus<sup>8</sup> iniciou suas atividades em de fevereiro de 1928.

O período em que a congregação foi fundada coincide com um intenso processo para “recristianização”<sup>9</sup> do país. Esse movimento recebeu influência das encíclicas do papa Pio XI, especialmente a *Ubi Arcano*<sup>10</sup> (1922) e a *Quas Primas*<sup>11</sup> (1925), nas quais o pontífice combate o laicismo que, segundo o mesmo, estavam corroendo a sociedade (SÃO JOSÉ *et al.*, 1990, p. 63-64).

Madre Gertrudes se enquadra nessa militância religiosa do início do século XX, após experiências em congregações na Itália e no Brasil, resolve fundar em 1927 uma irmandade em Cachoeiro de Itapemirim para atuar, a princípio, na escolarização de moças. Nos anos seguintes freiras da irmandade passam a atuar na Santa Casa de Cachoeiro, bem como em orfanatos, hospitais e escolas em diversas regiões do país. A freiras da congregação criada por madre Gertrudes assumem a tarefa de se tornarem um mecanismo de propagação dos princípios católicos nos locais em que atuavam. A irmandade era composta por mulheres vocacionadas que passaram a ocupar importantes postos nas comunidades em que estavam inseridas.

A vocação religiosa geralmente é percebida como um chamamento divino, algo que estaria fora do alcance das análises históricas e sociológicas por se tratar de um fenômeno metafísico, no

---

interesse de fundar a sua própria congregação. No município de Cachoeiro de Itapemirim, algumas senhoras de famílias abastadas confidenciaram a Gertrudes o interesse do estabelecimento de um colégio religioso para que suas filhas estudassem. Motivada pelo interesse de fundar uma congregação e um colégio, Gertrudes procura o bispo da arquidiocese do Espírito Santo e recebe do mesmo autorização para empreender os seus projetos na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. A freira alugou uma casa para ser a sede da irmandade e do colégio. A congregação foi fundada em outubro de 1927 e o colégio iniciou suas atividades em fevereiro do ano seguinte (SÃO JOSÉ *et al.*, 1990, p. 55-56).

<sup>8</sup> Atualmente a instituição é denominada de Colégio Jesus Cristo Rei.

<sup>9</sup> Após a proclamação da República, em 1889, o Estado brasileiro tornou-se livre da tutela da igreja, passando a assumir diversos espaços, até então ocupados pela mesma, como: educação de crianças, administração de cemitérios, além da instituição do casamento civil. O Episcopado acata o regime republicano, mas não aceita a laicização da sociedade. Nesse cenário de mudanças e incertezas Dom Sebastião Leme se torna a principal liderança do episcopado no Brasil, assumindo a tarefa de recristianizar o país. Para o arcebispo era necessário bombardear a sociedade com símbolos católicos em cultos, eventos, instituições, escola e imprensa (MARCHI, 1989, p. 184-185).

<sup>10</sup> Primeira encíclica assinada pelo Papa Pio XII, datada de 23 de dezembro de 1922, na qual o pontífice convidava os católicos a trabalhar para criar uma sociedade totalmente cristã. Sua intenção era construir um novo cristianismo do qual a Igreja Católica era precursora e ativa.

<sup>11</sup> Encíclica de 11 de dezembro de 1925, na qual Pio XI estabelece a festa de Cristo Rei e o culto ao Sagrado Coração de Jesus. O objetivo do Papa era combater as várias correntes laicas que, de acordo com o entendimento da Igreja, se opunham aos valores cristãos. A festa ocorre no último domingo do ano litúrgico, entre os dias 20 e 26 de novembro.

entanto, se o ser humano é sobretudo um ser histórico, podemos ver que suas escolhas, visão de mundo e crenças estão impregnadas de resíduos culturais do meio social em que está inserido, portanto, passíveis de análise.

Seidl (2012) reflete acerca da atuação religiosa afirmando que há resistências em analisar a vocação eclesiástica como escolha profissional. Segundo o autor, o exercício religioso é encarado como missão em vez de carreira ou profissão. Para reforçar tal entendimento existe a recusa da esfera econômica do lucro, ou de um rendimento individual.<sup>12</sup>

No primeiro quartel do século XX, era grande o contingente de vocações nas famílias camponesas de prole numerosa. Isso se dava, entre outros fatores, pela possibilidade de acesso à escolarização quando o filho ingressava em alguma Ordem religiosa, além do capital cultural que a família adquiria por ter um de seus membros nos quadros da Igreja<sup>13</sup> (SUAUD 1978).

Confirmando a análise realizada anteriormente, constatamos que a maioria das jovens que ingressavam na congregação das irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia eram provenientes da zona rural, dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Alagoas e Santa Catarina<sup>14</sup>.

Ao examinarmos a vocação religiosa feminina no Brasil no início do século XX, não encontramos disparidades em relação aos incentivos externos ou às influências socioculturais no chamado eclesiástico das moças, sobretudo da zona rural. Nesse aspecto, o ingresso de uma filha de família camponesa em um convento estava muitas vezes relacionado ao desejo de desvencilhar-se de um casamento arranjado ou de questões de herança na partilha da propriedade entre uma prole numerosa. Sobre esse assunto, Moura (1978) destaca que se uma família numerosa pode representar garantia de mão-de-obra para o trabalho na propriedade, por outro lado, poderia acarretar a dilapidação do patrimônio em virtude da divisão de herança.

O ensaio de Miriam Pillar Grossi, intitulado *Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação*

---

<sup>12</sup> Membros das esferas eclesiásticas da Igreja Católica não recebem um salário individual para exercer o cargo ou funções pertinentes a vida religiosa. As Ordens que prestam serviços em hospitais ou escolas recebem um salário coletivo utilizado para investir na expansão e manutenção da irmandade e para suprir as necessidades de seus integrantes.

<sup>13</sup> O estudo de Suaud (1978) aborda as vocações sacerdotais em Vendeia, região localizada no sul do vale de Loire, à oeste da França. O local forneceu um grande número de sacerdotes à Igreja até os anos 1960, quando ocorreu um período de declínio das vocações religiosas.

<sup>14</sup> Informação extraída do livro de inscrição e matrícula das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, referente aos anos de 1927 a 1950, p. 1 -6.

*religiosa feminina* (1990), destaca que a opção pela vida consagrada pode ser analisada sob três aspectos: plano coletivo, que envolve anseios familiares; projetos individuais e proposta eclesial. Partindo da primeira perspectiva, a ida de uma filha para o convento muitas vezes acarreta conflitos no âmbito familiar, pois, mesmo que servindo para resolver questões de herança, esbarra em outros temas significativos para a família, como a falta que uma filha poderia representar na provisão e cuidado dos pais na velhice. Aliado a estes fatores estava o ônus financeiro com o dote que a aspirante à vida religiosa precisa levar para o convento, além do enxoval.<sup>15</sup> Os contratempos e conflitos provocados em virtude da opção pela vida eclesial se diluíam quando a filha tornava-se finalmente freira. Tais questões cediam espaço para o prestígio familiar e na aquisição de capital simbólico na comunidade, principalmente entre as famílias da zona rural.

Analisando a vocação como um projeto individual, Grossi afirma que é inegável que muitas jovens percebiam o ingresso em um convento ou congregação como um mecanismo de “libertação” das obrigações familiares próprias do meio rural e como inserção em um universo rico de possibilidades, incluindo missões para países da África e Ásia. Concluindo sua análise acerca da vocação religiosa, Grossi menciona, ainda, que existe a proposta eclesial, elaborada pela Igreja, que tem a finalidade de reproduzir-se de forma material e simbólica em diversos locais como escolas, hospitais e comunidades, nas quais as freiras se tornam instrumento de propagação dos princípios cristãos e da fé católica. Outrossim, se por um lado a saída de casa rumo a uma carreira religiosa pode representar para muitas moças a independência do poder paterno, a congregação, com suas Regras e normas, acabava reproduzindo o mesmo modelo organizacional das famílias da zona rural.

Para elaboração desse estudo tivemos inicialmente acesso as cartas e circulares escritas pela Superiora da congregação às freiras, tais correspondências tinham a função de orientar, alertar e incentivar as Irmãs. Esse material foi catalogado e organizado em forma de livro, pelas religiosas da irmandade, contudo, só as mesmas possuem exemplares deste e mesmo havendo alguns na Biblioteca do Colégio Jesus Cristo Rei, o mesmo não está disponível para empréstimo. Só após

---

<sup>15</sup> O dote tem a finalidade de cobrir as despesas da moça durante o período do postulado, ou antes da realização dos votos no convento. Nesse período, que poderia durar de seis meses a um ano, as despesas da jovem correm por conta da família. Mesmo as congregações que afirmam a não exigência do dote possuem regra clara sobre a responsabilidade da família com as despesas das moças nessa etapa dos estudos. Além do dote a jovem deveria levar consigo o enxoval, que poderia variar de uma congregação para a outra, mas, geralmente, era composto de lençóis, toalhas, cobertor, saias, blusas, roupa íntima e uma calça comprida.

diversas conversas com as freiras acerca da pesquisa e relevância da mesma, estas cederam um exemplar do livro para realização desse estudo.

Além das cartas e circulares escritas por madre Gertrudes às freiras da congregação, outro importante documento que norteou nossa pesquisa, foram as Constituições, também denominada de Regra de Vida, das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, referentes ao período de 1932 a 1950<sup>16</sup>, esse documento é um manuscrito, do qual cada religiosa deveria ter o seu exemplar, copiado do próprio punho. Este material também foi gentilmente cedido pelas freiras. Tal documento regulava todas as esferas da vida das Irmãs, desde a fisionomia até a postura do corpo. Conforme podemos observar abaixo:

1º - Que o aspecto da face seja sereno, calmo, aberto, acolhedor e, em geral, mais alegre do que triste;

2º - Que vossos olhares expressem doçura, simplicidade, benevolência e um modo de recato;

3º - Não deixeis vossos olhares se divagarem ou sobre um objeto, ou sobre outro e que o movimento dos mesmos não seja nem muito frequente nem muito lânguido;

5º - Não os lanceis jamais de maneira alguma, sobre pessoas de outro sexo, mas se necessário, que isto seja sem perturbação nem temos aparente, sempre com simplicidade e decência;

8º - Evitai todo o movimento brusco da cabeça;

9º - Não façais jamais sinal algum com os traços do rosto, da boca, com os olhos, etc para exprimir uma paixão ou uma afeição da alma, desgostos, aversão, etc;

11º - Estando em pé, deixe o corpo direito e firme, sem esforço, nem pöse efeminada (Apêndice extraído das Constituições das Irmãs de Cristo Rei, 1932-1950).

Os momentos de recreação também eram ordenados de forma criteriosa por regras que tinham o objetivo de evitar conversas indesejadas que pudessem expressar sentimentos íntimos de amizades, inimizades ou contestações:

1 - Evitai, na recreação, certa indiferença, desleixo ou uma súbita expansão;

2 - Tende em igual aversão, tanto uma espécie de intemperança nas conversas, como um silêncio afetado;

---

<sup>16</sup> Um exemplar desse documento foi enviado pelos correios, pelas freiras que vivem na sede da congregação em Belo Horizonte. Em viagem a capital de Minas Gerais, para pesquisar no arquivo da instituição tivemos acesso a diversas Constituições referente a diferentes períodos da história da irmandade. Entretanto, para a elaboração desse artigo, utilizamos apenas as Constituições correspondente ao ano de 1932 a 1950.

- 4 - Tomai em conta a vossa idade e a vossa posição, para saberdes a parte que deveis tomar nas conversas;
- 5 - Não interrompais ninguém, sobre tudo, os vossos superiores;
- 6 - Jamais contestar coisa alguma, desviando agradavelmente a conversa, quando ela degenerar em contestação;
- 9 - Não faleis jamais de vos mesmas, nem bem, nem mal, ainda menos de vossas enfermidades ou penas;
- 15 - Não vos deixeis levar por gargalhadas estrondosas e imoderadas (Apêndice extraído das Constituições das Irmãs de Cristo Rei, 1932-1950).

O livro contendo as cartas e circulares da Superiora, bem como a biografia da mesma, estavam na biblioteca do Colégio Jesus Cristo Rei, no município de Cachoeiro de Itapemirim. Mas à medida em que a pesquisa avançava, surgiram lacunas acerca do cotidiano da congregação que a documentação analisada não era capaz de suprir. Em conversa com algumas freiras, descobrimos que o acervo documental da irmandade havia sido transferido para a sede da congregação, em Belo Horizonte, isto posto, viajamos para a capital de Minas Gerais, a fim de buscar mais fontes que embasassem nossa pesquisa. No local encontramos manuscritos valiosíssimos, como: Livro de registro e matrícula das freiras, Livro de tomada de hábito, Constituições referentes a diferentes períodos da história da irmandade, além de documentos que demonstram a atuação das religiosas em diversas regiões do país. É relevante mencionar, que só foi possível acessar tais documentos porque havia uma relação de confiança com as freiras, construída na medida em que estas tiveram acesso a trechos da pesquisa e compreenderam a relevância e rigor científico da mesma. Em conversa informal com as religiosas, acerca dos fatores que favoreceram a escolha pela profissão de freira, todas eram unânimes em afirmar que não se tratava de escolha profissional, mas de um chamado vocacional.

Acreditamos que para a maioria das religiosas tanto da congregação em estudo, como das demais espalhadas pelo país, tratar sua trajetória dentro de um instituto religioso como profissão, com todos os encargos, anseios e frustrações comuns à qualquer outro trabalho desempenhado por determinado profissional é constrangedor e vai de encontro aos princípios cristãos de amor ao próximo e de abnegação. Por isso, para as freiras é mais confortável encarar a opção pela vida religiosa como um chamado ou vocação, mesmo que a mesma envolva escolhas pessoais e familiares, conforme analisamos no decorrer desse estudo. Nunes (1997) afirma que desde os tempos coloniais homens e mulheres viviam de forma bastante distinta a sua religiosidade, isto porque, tanto a igreja, como a sociedade destinavam à estes tratamento diferenciado, de acordo com os padrões da sociedade patriarcal e o lugar social determinado ao feminino e masculino no

decorrer da história. Aos homens sempre foi destinado lugar de destaque nos altos escalões da Igreja, sendo eles, os responsáveis por determinar as normas e Regras de vida das freiras. Apenas homens têm assento garantido nas assembleias em Roma e decidem sobre questões relacionadas ao catolicismo. Entretanto, as mulheres não podem ser consideradas passivas receptoras e seguidoras das práticas determinadas pelo discurso masculino, muito menos figuras homogêneas com ações e reações análogas diante das exortações eclesiais. A história das freiras brasileiras é marcada por subordinação e transgressão, conformismo e originalidade.

Analisando o Livro de inscrição e matrícula das freiras da congregação de Jesus na Santíssima Eucaristia, percebemos que muitas religiosas não se enquadravam às rígidas normas da irmandade e por isso eram expulsas, fugiam ou pediam desligamento da congregação. Vale destacar que nesse livro – até o ano de 1968 - não estava explícito os motivos que levaram ao desligamento da religiosa do Instituto, mas indicava que procurasse no Livro de “Anotações, neste era descrito de forma detalhada os fatos que motivaram a secularização da religiosa<sup>17</sup>.

De 1927 a 1944 ingressaram 174 moças no Instituto, desse total, 64 deixaram a congregação por não se adaptarem às normas e regras da mesma. Para pormenorizar esse estudo apresentaremos uma análise do período de 1927 a 1935 através do quadro 4. Nesse período das 29 jovens que ingressaram na instituição, 9 saíram ou foram expulsas da irmandade.

**Quadro 1**– Índice de evasão do Instituto das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia

Nome	Entrada	Saída	Observações
Emília	12/10/1927	20/09/1943	Fugiu da congregação
Maria A.	04/06/1930	15/05/1935	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Maria F.	03/07/1929	08/01/1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Laura	12/01/1931	01/01/1933	Foi expulsa por ter um gênio revoltoso
Idacy	14/10/1933	1945	Expulsa por ter feito partido contra a superiora
Antonia	11/11/1933	12/05/1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Mariana	20/09/1933	12/01/1942	Fugiu da Santa Casa <sup>18</sup>

<sup>17</sup> Durante a análise das fontes, não tivemos autorização de manusear esse livro e registrar os dados contidos no mesmo. A irmã responsável pelo acervo da congregação se incumbiu da tarefa de fornecer a data de desligamento das religiosas do Instituto, quando estas não constavam no Livro de inscrição e matrícula. Acreditamos que a referida irmã, tentou resguardar informações que de acordo com o seu entendimento, poderiam expor fragilidades a respeito da história da irmandade. Entretanto, em alguns casos, as observações constavam também no Livro de Atas de Profissão de Fé das freiras (1930-1947) o qual tivemos livre acesso.

<sup>18</sup> Desde 1929 religiosas da irmandade assumiram a administração interna da Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim. A referida irmã atuava na instituição, quando fugiu.

Mathildes	15/08/1934	1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Clotilde	17/09/1934	12/06/1939	Saiu antes de fazer os votos perpétuos

**Fonte:** Livro de inscrição e matrícula das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, p. 1 e Livro de Profissão Religiosa das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, n° 2, 1930 a 1947.

Nos anos seguintes as evasões aumentam de forma significativa, Isto posto, das 29 moças que ingressaram no período de 1935 a 1938, 12 deixaram a irmandade. Analisando igual número de moças no período de 1938 a 1940, constatamos que o total de egressas atingiu mais de 50%, ou seja, 17 jovens deixaram o Instituto. Entre os anos de 1940 a 1944, esse índice caiu para 10. Concluindo a análise, no período de 1944 a 1948, das 29 jovens que ingressaram na congregação, 16 secularizaram-se.

Ao analisarmos o principal documento regulador da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, poderíamos concluir que as religiosas viviam debaixo de regras despóticas e submetiam-se a tais em virtude da vocação religiosa. Entretanto constatamos que a vida no interior da congregação foi marcada por conflitos, que provocaram a evasão de diversas freiras. Destarte, a Igreja sempre procurou ajustar suas propostas à realidade que lhe era imposta em determinada época, a fim de conciliar seus interesses com a dos agentes sociais envolvidos em determinado momento histórico. Não foi diferente em relação às congregações religiosas femininas, que flexibilizaram suas normas e princípios “doutrinários” a fim de continuarem existindo.

### **Referências:**

#### ***Documentação Primária***

**Constituições** das Irmãs de Cristo Rei (1932 -1950). Acervo documental da Congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia. Belo Horizonte, Minas Gerais.

**Livro de Inscrição e Matrícula** das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia (1927-1988). Acervo documental da Congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia. Belo Horizonte, Minas Gerais.

MADRE GERTRUDES DE SÃO JOSÉ. **Cartas**. Congregação das Irmãs de Jesus na Eucaristia (maio de 1937 a junho de 1962). Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1981. Acervo da biblioteca do Colégio Jesus Cristo Rei. Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

#### **Material Bibliográfico**

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 45- 77.

- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados (MS): Ed. UFGD, 2014, p. 43-100.
- DONAHUE, Patricia. **Historia de la Enfermeria**. St Louis (MI): Mosby Company, 1993.
- FERNANDES, Maria Eugenia Matos. **O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-1780)**. Porto: Arquivo Histórico Câmara Municipal, 1992.
- GIORDANI, Mario Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. **Caderno de Pesquisa São Paulo**, n. 73, maio/1990, p. 48-58.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. **Educação em Revista**, v. 32, n. 3, Belo Horizonte, p. 51-56, 2016.
- LEITE, Miriam Moreira. Atividades. In: LEITE, Miriam Moreira (Org.), **A condição feminina no Rio de Janeiro (Século XIX)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1984 p. 89-140.
- MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 1989.
- MOURA, Maria Margarida. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. A Mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, v. 18, ANPUH/Marco Zero, pp. 09-18, 1989.
- SÃO JOSÉ, Angelina de. *et al.* **Morte de um Grão Certeza de Vida**. Belo Horizonte: Imprimatur, 1990.
- SEIDL, Ernesto. Sociologia da vocação religiosa: reprodução familiar e reprodução da Igreja. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n.º. 29, jan/abr, 2012, p. 240-272.
- SILVA, Simone Santos de Almeida. Religião e condição feminina no início do século XIX: controvérsias em torno da Irmã Germana. In: Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da UFJF, **Anais eletrônicos**, 2005. Disponível em <<http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/anais-do-i-coloquio-do-lahes-13-a-16-de-junho-de-2005/>>. Acesso em: 01 de março de 2018.
- SUAUD, Charles. **La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux**. Paris: Minuit, 1978.

## Angola e Brasil nas tramas do comércio das almas<sup>1</sup>

**Crislayne Gloss Marão Alfagali**  
Doutora em História  
UNICAMP  
crisalfagali@puc-rio.br

**Gabriella Oliveira Silva Araújo**  
Graduanda em História  
PUC-Rio  
gabriella.o.s.araujo@gmail.com

**Jessica Dantas Tavares**  
Graduanda em História  
PUC-Rio  
jessica\_t.dantas@yahoo.com.br

**Lara Oliveira Reis**  
Graduanda em História  
PUC-Rio  
lara.oliveira.reis@gmail.com

**Mariany Mathias Rosa dos Santos**  
Graduanda em História  
PUC-Rio  
marianymathias@hotmail.com

**Thaiany Izidio de Araujo**  
Graduanda em História  
PUC-Rio  
thaianyizidio@gmail.com

**Recebido em:** 05/12/2019  
**Aprovado em:** 05/02/2020

---

<sup>1</sup> O documento transcrito integra a coleção de leis e ordens régias compiladas no código 2567, que está sob a guarda do Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHA, Luanda). Esta transcrição faz parte do trabalho de identificação e indexação de documentos do AHA que foram digitalizados em uma parceria entre essa instituição e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O projeto “Domínio, trabalho e conexões culturais entre Brasil e Angola nos arquivos do Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB/ IHGB)” conta com o apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica do CNPq PIBIC/PUC-Rio e do IHGB. Um dos objetivos desse projeto é transcrever, analisar e publicar fontes inéditas que evidenciem as conexões históricas e culturais entre Angola e Brasil.

### Comentário

O documento aqui descrito é um alvará de 18 de março de 1605, do rei d. Felipe I de Portugal e II da Espanha, destinado aos seus súditos das possessões ultramarinas. O alvará ratifica uma lei elaborada em 1591, na qual exigia-se que nenhuma embarcação ou pessoa estrangeira desembarcasse ou comerciasse nos portos das conquistas coloniais sem licença régia.

O título do códice do AHA (Arquivo Histórico Nacional de Angola), que abriga este documento, torna patente os vínculos que existiram entre Angola e América portuguesa ao longo da Época Moderna: “Coleção das leis e ordens que proíbem os navios estrangeiros, assim os de guerra como os mercantes, nos portos do Brasil”. Embora a transcrição abaixo não se refira exclusivamente à América portuguesa, essa lei faz parte de um conjunto de documentos que foram coligidos com o objetivo de assegurar o monopólio português nos portos brasileiros, no século XVIII. Logo, a fonte em questão é uma cópia setecentista da lei emitida em 1605. Sabemos disso, entre outras razões, porque depois das assinaturas consta a rubrica de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, na segunda metade do século XVIII. Irmão mais novo do marquês de Pombal, Mendonça Furtado foi personagem importante na implantação das políticas pombalinas tanto no Estado do Grão-Pará e Maranhão quanto no Reino de Angola.

Apenas neste aspecto, há um intenso debate historiográfico sobre as medidas de Pombal quanto à escravidão e o tráfico de escravizados.<sup>2</sup> Ao nosso ver, as tentativas de promover um maior controle sobre o comércio de cativos – com a criação de companhias de comércio, por exemplo – e as sucessivas leis que restringiram o tráfico para Portugal e promulgaram a libertação de cativos no Reino (alvará de 19 de setembro de 1761, lei de 16 de janeiro de 1773, aviso de 22 de fevereiro de 1776) apontam para a manutenção da escravidão na América portuguesa e no continente africano. Algo que muitos historiadores já afirmaram (LARA, 2007, p.135-284; WOOD, 2005, p.74) contrariando leituras<sup>3</sup> que tenderam a ver essa legislação com os olhos das Luzes, ou seja, como humanitária e com inspirações abolicionistas.

Em outras palavras, acreditamos que

---

<sup>2</sup> Sobre a legislação pombalina referente à escravidão, ver: NOVAIS, FALCON, 2005 e LARA, 2000.

<sup>3</sup> Entre outros, c.f.: RAMOS, 1971.

o que se pretendia era a ameaçar os proprietários e traficantes de escravos, dissuadindo-os de trazer novos escravos para o reino, para seu próprio uso ou para vendê-los. Se eles fizessem isso, esses escravos seriam livres (GRINBERG e SILVA, 2011, p. 431 e 432).

Por conseguinte, o tráfico atlântico manteve sua engenhosa funcionalidade elaborada durante os séculos anteriores.

Propomos aqui que o documento transcrito e o código em questão podem ser outra fonte para a análise das investidas de Pombal no assunto do trato das almas. A existência dessa coleção de leis mostra um esforço da administração pombalina em buscar na história da legislação sobre o comércio com a América portuguesa argumentos e provas a favor da manutenção do tráfico transatlântico. Isso se deu por meio da otimização de suas engrenagens com um controle mais rigoroso da administração da Fazenda e com a afirmação da importância dos laços atlânticos que ligavam o continente africano à América portuguesa.

A fonte aqui apresentada exemplifica, portanto, como um mesmo documento pode revelar gestos de produção que o conectam a diferentes temporalidades e interesses. Fixemos agora em uma dessas camadas temporais, a data do documento, 18 de março de 1605. Durante a União Ibérica (1580 – 1640), as possessões ultramarinas portuguesas estavam sob o domínio da Coroa espanhola, que por sua vez encontrava-se em guerra com os Países Baixos desde 1585. Tal circunstância alterou as redes comerciais já que o controle do trato respondia a interesses espanhóis. Como afirmou Russell-Wood, em um texto clássico:

Durante o período de união das duas coroas (1580-1640), restrições ao comércio do Brasil foram impostas aos súditos de monarcas cujos países estivessem em guerra com as nações ibéricas. As décadas que se sucederam assistiram ao estabelecimento de medidas restritivas ao comércio Atlântico e aos navios engajados neste trato, em razão de questões comerciais e militares (WOOD, 1998, p. 8).

Esse é o contexto da criação da norma transcrita e é a partir desses interesses que se proíbe comerciantes estrangeiros de circular entre a costa atlântica africana, sob influência ibérica, e a América portuguesa. As penalidades acionadas foram a pecuniária e o degredo. Desde o século XV, o degredo civil passou a ser aplicado com regularidade em Portugal. Para além dos considerados pelas normas de então “desviados sociais”, identificados por Donovan como os que sofriam a pena do degredo, pois passaram a ser criminalizados – “vagabundos, homicidas, prostitutas” – os ciganos também receberam a mesma punição (DONOVAN, 1992). Outras formas do uso do degredo como penalidade ainda são pouco exploradas pela historiografia. No

caso, o uso da delação – prática recorrente tanto para marcar os alvos do degredo quanto os da inquisição – funcionou para identificar os comerciantes que burlassem as normas e a pena do degredo seria aplicada àqueles que caíssem nas malhas fiscais das Coroas ibéricas.

A lei aponta igualmente para o recorrente contrabando e para a desobediência quanto às escalas e portos de partida e chegada permitidos para o trato das gentes. Sabemos que o transporte de escravizados para as Américas era feito frequentemente via contrabando. No continente americano, a prática ilícita era tão frequente que a prata espanhola era corrente na América portuguesa. Valores desproporcionais de direitos para os escravizados que entrassem nas possessões portuguesas e espanholas também favorecia o contrabando. Muitos tumbeiros que tinham como destino final os portos brasílicos desviavam-se para a América espanhola, em busca de maiores lucros (COSTA, 1985, p. 84).

A fonte também traz elementos para o estudo das rotas do tráfico transatlântico de escravizados em perspectiva global. Para os traficantes de diferentes nacionalidades que realizavam o trato das almas no Atlântico chegar com os escravizados vivos nos destinos finais era de suma importância. Por esse motivo, esses navegadores encontraram maneiras de cruzar o oceano que aumentasse a expectativa de vida dos escravizados, as leis de arqueação dos navios são exemplos disso.

Segundo Alencastro, essas redes apresentam uma particularidade interessante em relação ao comércio entre possessões portuguesas, pois, graças às correntes marítimas e os ventos favoráveis, as viagens entre os portos africanos e brasílicos eram 40% mais curtas em relação as viagens aos portos da América espanhola e inglesa. Além disso, outras potências escravistas não sabiam como usar as redes atlânticas, garantindo dessa forma a primazia luso-brasílica no transporte de escravizados africanos (ALENCASTRO, 2018). Vale lembrar que a Carreira da Índia também havia perdido sua centralidade para o império português devido às distâncias marítimas, no século XVII.<sup>4</sup>

Quatro rotas principais uniram os portos da África aos portos do Brasil. A primeira unindo a Amazônia a Guiné-Bissau, na Senegâmbia; a segunda ligava Pernambuco e Angola ao Golfo da Guiné; a terceira ligava a Bahia ao Golfo da Guiné e à Baía de Benin; a quarta e última ligava o Rio

---

<sup>4</sup> Conexão marítima entre Lisboa e portos da Índia, principalmente Cochim e Goa. Foi inaugurada após as viagens de Vasco da Gama pela Costa da África, em 1497, e permaneceu por 350 anos até a substituição dos navios de vela por navios à vapor. O trajeto da Carreira da Índia dá a volta no Sul da África e segue para o nordeste (WOOD, 1983).

de Janeiro a Angola. A primeira rota caracterizou o que ficou conhecido como “comércio triangular”, gestada pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM). Em outras palavras,

distintas do sistema náutico sul-atlântico, as rotas de CGCGPM, integradas no Atlântico norte, configuravam um comércio triangular no qual a viagem iniciada em Portugal seguia para a Senegâmbia, embarcava e rumava para São Luís ou Belém, de onde o navio voltava para Lisboa com produtos da Amazônia. (ALENCASTRO, 2018, p. 61).

Para a segunda e terceira rotas, a principal mercadoria de troca por escravizados foi o tabaco baiano ou pernambucano. O produto garantia aos produtores escravistas regionais frete para os portos de Benim. A quarta e última rota entre o Rio de Janeiro e Angola ligava o tráfico de escravizados à exploração de prata nas minas de Potosí e de ouro em Minas Gerais. Assim,

“da Guanabara, derivava uma rede vinculando o tráfico fluminense ao rio da Prata. Crescendo com as exportações para Buenos Aires na época do ouro e do diamante, o negócio negreiro do Rio de Janeiro passa a depender menos da demanda dos produtores açucareiros fluminenses e se avoluma com o deslanche da produção cafeeira no centro-sul” (ALENCASTRO, 2018, p. 62)

Logo, o papel da América portuguesa no *modus operandi* do tráfico transatlântico de escravizados foi fundamental. O caráter bilateral do tráfico nas redes sul-atlânticas é evidente haja vista que 95% das viagens negreiras desembarcaram africanos no Rio de Janeiro, Bahia e Recife.

Na África Ocidental, a presença estrangeira se resumia à costa porque as populações locais mostravam-se hostis aos invasores e havia disputas entre as nações da Europa pelo monopólio do comércio na região. Na segunda metade do século XVII, o Brasil começou a adquirir escravizados em quantidades expressivas, mas foi no século XVIII, devido ao surto aurífero, que o tráfico negreiro se alastrou tendo como fonte de aquisição de mão de obra escrava os reinos de Ajudá, Aladá e Daomé (FERREIRA, 2018, p. 54).

Enquanto isso, na África Centro-Ocidental, europeus de diversas nações conseguiram estabelecer bases comerciais no interior, facilitando o tráfico interno de cativos. Um exemplo disso é como em Angola a ocupação portuguesa ao longo do rio Kwanza foi marcante, e, em Loango, Cambinda, e Ambriz, tinham maior presença franceses, holandeses e ingleses (FERREIRA, 2018, p. 55).

Assim, o comércio intracolonial entre Angola e América portuguesa foi facilitado tanto pelas condições naturais quanto pelos produtos que favoreciam essa interação, como a jeribita e a mandioca. A situação geográfica facilitava a expansão comercial do tráfico negreiro mesmo após sua proibição, pois há uma continuação de ondas migratórias forçadas de africanos em direção ao Brasil. A lei transcrita abaixo evidencia o esforço das Coroas Ibéricas de impor o monopólio das redes comerciais que ligavam os continentes africano e americano. Ao mesmo tempo, é um indício do fracasso dessa iniciativa, levando a conclusão de que o tráfico de escravizados foi um comércio de escala global.

### Transcrição<sup>5</sup>

<cópia>

Nº. III

[fl 3] Eu el rei faço saber aos que essa minha lei virem, que el rei meu senhor, e pai, que santa glória haja, passou uma lei feita a nove de fevereiro de 1591, pelo qual sob as penas nela declaradas, defendeu, e mandou, que nenhuma nau, nem navio estrangeiro, nem pessoa estrangeira de qualquer sorte, qualidade, e nação, que seja, não pudesse ir, nem fosse dos portos do reino de Portugal, nem fora dele às conquistas do Brasil, Mina, Costa de Malaguetta, Reino de Angola, Ilha de São Tomé, de Cabo Verde, e quaisquer outros lugares de Guiné e resgates deles, sem particular licença: E depois o dito senhor, e eu concedemos algumas licenças a contratadores e pesso-

---

<sup>5</sup> Alvará do rei [D. Filipe II] sobre redes comerciais transatlânticas. Ratifica o de nove de fevereiro de 1591, sobre a proibição de navios estrangeiros e vassallos de outras nações nas possessões ultramarinas portuguesas. (Arquivo Nacional Histórico de Angola, Códice 2567-G-1-47). Local: Valladolid, 18 de março de 1605. 05pp IHGB/ PADAB DVD07,01 DSC00006.

as particulares, para poderem mandar urcas e navios, com marinheiros e pessoas estrangeiras às ditas partes ultramarinas, dando fianças a partirem do Reino de Portugal em direitura para as partes declaradas nas ditas licenças, e a tornarem em direitura a Portugal; o que os ditos navios e pessoas estrangeiras, que neles fossem, seriam de nações amigas e não das rebeldes e outros inimigos: E porque depois fui informado por certas, e verdadeiras informações, que das ditas licenças, se tem usado mal, mandando com provas falsas, alguns navios de rebeldes e derrotando-se a torna viagem para fora do dito reino, contra o que tinham prometido, e que nisto eram culpados alguns dos mesmos contratadores, e outros vassallos meus, que por seus interesses, e respeitos particulares, faziam derrotas os ditos navios, e cometiam outros [enganos], e fraudes contra dita lei, do que tudo e [fl. 3v] tem resultado grandes inconvenientes em prejuízo de meu serviço, e perda de minhas Rendas, e dano comum de todos os meus reinos, vassallos e perde-se o trato, e comércio deles, em se levarem a terras, e reinos estranhos, as mercadorias e fazendas que se trazem de meus estados ultramarinos, e faltarem em Portugal, de que procedia não fazerem os naturais deles navios, em que pudessem navegar,

e perde-se a criação, que neles se fazia de marinheiros, que pudessem servir depois em minhas armadas, e na Carreira da Índia: E por todos estes danos serem tão grandes, houve por necessário e conveniente mandar tratar do remédio deles; e por parte dos contratadores de minhas Alfândegas, e do Pão, e Dízimos do Estado do Brasil, e do provimento dos lugares de África me foi pedido, que assim mandasse, e que eles desistiam das licenças, que por seus contratos, lhe estavam dadas, para poderem mandar as ditas conquistas, urcas e navios estrangeiros; e sendo tudo bem visto e tratado pelos do meu Conselho e sendo-me consultado, mandei passar a presente, pela qual hei por bem, e mando, que do dia, em que esta se publicar em diante, não possa navio algum de quaisquer nações estrangeiras, ir a Índia, Brasil, Guiné e Ilhas, nem a quaisquer outras províncias, ou Ilhas de minhas conquistas, e senhorios, assim descobertas como por descobrir; e somente poderão ir às Ilhas dos Açores e da Madeira, como até agora costumavam e não de outra parte alguma, e isto sendo de nações amigas e não das ditas rebeldes. E outrossim hei por [fl. 4] por bem que nos navios dos meus naturais, não possa ir pessoa alguma estrangeira, ainda que moradora seja em meus reinos, e que todos os

estrangeiros, que viverem, e forem moradores ou estantes nas partes da Índia e no Brasil, Guiné e Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e nas ditas Ilhas dos Açores e da Madeira não possam mais viver nelas, e sejam obrigados a sair para o reino de Portugal os que estiverem nas partes da Índia nas primeiras naus, que nelas partirem para o reino depois de publicadas nelas esta minha lei; e os que estiverem no Brasil e mais partes ultramarinas do cabo da Boa Esperança para cá, serão obrigados a se sair delas e vir se para o reino dentro de um ano, contado do dia da publicação dessa minha lei em Lisboa: E revogo, e hei por revogadas todas, e quaisquer licenças que estiverem dadas por provisões e alvarás meus, e para quaisquer contratos para os ditos navios e pessoas estrangeiras, poderem ir às ditas partes ultramarinas e que delas senão use, nem tenham força e vigor algum; e qualquer navio de estrangeiro, que for as ditas partes ultramarinas contra o conteúdo nesta minha lei, hei por bem, que seja perdido com toda a fazenda, que nele for, assim dos mestres, e senhorios dos ditos navios, como de quaisquer pessoas; e além disso os que nos ditos navios estrangeiros embarcarem algumas fazendas, ou mercadorias

perderão outrossim toda a mais fazenda, que tiverem, e serão degredados para sempre para África, sem

[fl. 4 v] Sem remissão, e não se lhes poderá tomar petição de perdão, nem valerá ainda, que se passe: E quaisquer estrangeiros, que em navios seus, ou alheios, ou de meus naturais, forem as ditas partes contra esta minha lei, além de incorrerem como dito é na perda de suas fazendas, incorrerão em pena de morte, e será neles executada sem apelação nem agravo, por mandado de qualquer governador, ou capitão, ou julgador, ante quem forem acusados, ainda que a dita execução não caiba em suas alçadas; e na mesma pena de morte, incorrerão quaisquer de meus naturais que fretarem os ditos navios, e em qualquer outra maneira, os mandarem por si, ou por outrem as ditas partes ultramarinas, e será nelles executada pela dita maneira, sem apelação, nem agravo; e todos os que forem contra o conteúdo nesta lei, poderão ser acusados por qualquer pessoa do povo, e os acusadores haverão [sic] a metade do valor das fazendas em que forem condenados e a outra metade pertencerá a minha Fazenda.

E outrossim hei por bem, que todos os que, desde agora forem contra o conteúdo na dita lei feita por el rei meu senhor, que Deus tem, ou se der-

rotarem ou fizerem derrotar, possam pela dita maneira ser acusados por qualquer pessoa do povo, e que hajão [sic] a metade das penas, em que forem condenados; e tudo o conteúdo nessa minha lei, hei por bem, e mando, que se cumpra, e guarde inteiramente sem embargo de quaisquer lei, ordenações, regimentos [fl. 5] regimentos, doações, privilégios, contratos, forais, e quaisquer provisões gerais, e particulares que em contrário haja, porque todas hei aqui por derogadas, posto que de cada uma delas fosse necessário fazer se expressa menção. E essa lei valerá, como carta feita em meu nome por mim assinada e passada pela chancelaria, sem embargo da ordenação do livro segundo título quarenta, que o contrário dispõem. E para que a todos seja notório o conteúdo nela, mando ao chanceler mor, que a faça publicar na chancelaria, e passe disso sua certidão nas costas desta dita lei; e registrar-se-á nos livros de minha Fazenda, Casa da Índia, Alfândega da cidade de Lisboa e nos mais portos de mar do reino de Portugal, para o qual efeito o vedor da minha Fazenda, lhes enviará o traslado, conservado por um dos escrivães dela e outro tal aos corregedores, e provedores, em cujas comarcas estiverem

portos de mar; e assim enviara outros traslados  
a todos os lugares das partes da Índia, Brasil,  
Guiné e Ilhas para lá se publicar, registrar esta  
minha lei, e vir a notícia de todos. Gaspar de  
Abreu de Freitas, a fez em Valladolid a 18 de  
março de 1605// O secretário Luiz de Figueiredo a  
fez escrever //rei //

*Francisco Xavier de Mendonça Furtado*

#### **Referências Bibliográficas:**

- ALENCATRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARTZ, Lilia; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57-63.
- COSTA, Cleonice Xavier de Albuquerque da Graça. **Receita e despesa do Estado do Brasil no período filipino: aspectos fiscais da administração colonial**. Recife: Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1985.
- DONOVAN, Bill. Changing perceptions of social deviance: Gypsies in early modern Portugal and Brazil. **Journal of Social History**, Maryland, v. 26, n. 1, p. 33–53, 1992.
- FALCON, Francisco; NOVAIS, Fernando. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política pombalina. In: NOVAIS, Fernando. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARTZ, Lilia; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 51-56.
- GRINBERG, Keila; SILVA, Cristina Nogueira da. Soil Free from Slaves: Slave Law in Late Eighteenth- and Early Nineteenth-Century Portugal. **Slavery & Abolition**, Londres, v. 32, n. 3, p.431-432, 2011.
- LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- LARA, Sílvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa**. Madrid: Tavera/Digibis, 2000.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira. Pombal e o escravagismo. **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, 1ª série, v. 2, p.169-178, 1971.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Seamen Ashore and afloat: the social environment in the Carreira da Índia, 1550-1750. **The mariner's mirror**, Londres, v. 69, n. 1, p. 35-52, 1983.

**Para a reconstrução e povoamento da vila da Praia:  
obras, comércio e liberdades concedidas aos moradores  
da ilha de Santiago, Cabo Verde, em 1652**

**PRAIA. ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE.  
Alvará sobre a residência da vila da Praia (manuscrito).  
Alvarás, Ordens, Decretos e Provisões da Corte, Lv. 01,  
fl. 34v – fl. 35v, A1.1, Secretaria Geral do Governo,  
Cópias manuscritas.**

**Lucas Aleixo Pires dos Reis**  
Graduando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
lucas.aleixo228@gmail.com

**Recebido em:** 13/03/2020  
**Aprovado em:** 21/04/2020

#### **Comentário**

O documento aqui transcrito e comentado consiste em uma cópia manuscrita de um alvará régio datado de 08 de fevereiro de 1652 realizada a mando do desembargador sindicante Custódio Correa de Mattos. O mesmo se encontra em uma cópia dos livros existentes no Governo de Cabo Verde e finalizado na secretaria da vila da Praia em 05 de março de 1772 com o objetivo, explicitado por Joaquim Salema de Saldanha Lobo, quem assina o fólio de apresentação do livro, de se lembrar das várias ordens de sua majestade real.

Em uma análise inicial, o alvará estabelece ações, obras, encargos e liberdades concedidas à população da ilha de Santiago para a reconstrução e povoamento da vila de Praia, bem como a revitalização e normas para a utilização de seu porto, uma vez que, devido ao declínio do comércio local no decorrer dos anos. Grande parte da população dirigiu-se para o interior abandonando as habitações litorâneas, o que causou a deterioração dos núcleos urbanos. Considera-se o documento

importante para se entender a debilitada situação socioeconômica vivida pelas concentrações urbanas da ilha de Santiago na segunda metade do século XVII e as ações movidas pelos moradores e a Coroa para tentar reverter tal situação.

Em termo de acesso e instituição de guarda, até onde conseguimos obter informações, o documento está disponível apenas na forma de consulta presencial. O mesmo se encontra no livro número 01 do fundo denominado Secretaria Geral do Governo do Arquivo Nacional de Cabo Verde, localizado no prédio da antiga alfândega do porto da cidade de Praia, que atualmente é a capital da República de Cabo Verde.

O arquipélago de Cabo Verde, no extremo oeste da costa da África Ocidental, foi um dos primeiros pontos de estabelecimento dos portugueses. Não conhecemos a data exata de achamento das ilhas de Cabo Verde. Os primeiros navegadores foram Vicente Dias, de acordo com a Crônica da Guiné de Eanes Zurara de 1445, Alvise Cadamosto (1456), Diogo Gomes (1460), António de Noli e Diogo Afonso (1460-1462). Em relação a tentativa de definição de uma data precisa para o achamento do arquipélago e nome dos navegadores, Luís de Albuquerque nos diz que “são problemas que hão de continuar a gerar largas e talvez já inúteis controvérsias [...]; apenas existem pistas e propostas de solução, julgadas mais ou menos credíveis, consoante os historiadores que as consideram” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 24).

De acordo com a historiografia acerca do povoamento das ilhas, estas sempre foram desabitadas e, com a chegada de navegadores e comerciantes europeus, logo se tornaram um importante posto comercial para as rotas comerciais atlânticas. A partir delas era possível estabelecer um entreposto comercial que conseguisse desenvolver comércio de bom trato com a Guiné e ponto de paragem obrigatório para controle e reabastecimento de navios.<sup>1</sup>

De acordo com o historiador cabo-verdiano António Correia e Silva,

são as relações econômicas, sociais, demográficas e políticas com os outros espaços, alguns deles geograficamente distantes, uma preciosa fonte de explicação do percurso histórico cabo-verdiano. Não tendo riquezas naturais abundantes e significativas, o maior trunfo deste pequeno arquipélago foi a sua capacidade em desempenhar um

---

<sup>1</sup> Tal observação sobre a importância das ilhas para o comércio na costa da África Ocidental é atestado por duas obras do século XVI feitas por cabo-verdianos: o Memorial de André Donelha e o Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde de André Álvares Almada. Ambos comerciantes cabo-verdianos, viajaram para a Guiné para registrar as oportunidades e a importância de se manter o comércio entre o arquipélago e a costa da Guiné.

papel ático nas redes de troca e de circulação entre diferentes espaços, climas e civilizações (CORREIA E SILVA, 2001, p. 1).

Ainda sobre as transformações ocorridas em Cabo Verde devido a sua posição geográfica, Correa e Silva afirma que

um espaço desinteressante, pouco solicitado ontem, pode converter-se, quase de um dia para o outro, num efervescente centro de confluência para, de seguida, anos, décadas ou mesmo séculos depois, tornar-se num espaço decadente, em perda progressiva e acelerada de vitalidade econômica (CORREIA E SILVA, 2001, p. 2).

O desenvolvimento dos centros urbanos e vilas no arquipélago de Cabo Verde está diretamente ligado com a sua importância natural enquanto área portuária e de controle comercial de rotas marítimas. Também devemos ressaltar que o mesmo desenvolvimento dos centros urbanos estava relacionado aos privilégios concedidos por Carta Régia, de 1466, que garantia o comércio dos moradores da ilha de Santiago com a costa da Guiné.

Os primeiros anos de ocupação foram testemunhas de um rápido crescimento populacional devido a exclusividade com que se fazia comércio na região. O início foi marcado pelo povoamento de Ribeira Grande, primeira área agraciada com o título de cidade. Em relação ao número de habitantes, António Carreira estimou que, em 1549, Ribeira Grande possuía um total de 1200 moradores. Já Thomas Duncan estimou que, no ano de 1572, o número de moradores da cidade da Ribeira Grande era de 1500 pessoas e que a vila da Praia era habitada por 500 pessoas. (BLOCH, 2019, p. 48).

Mesmo com tal desenvolvimento, a localidade e, conseqüentemente, o porto de Ribeira Grande apresentavam vários problemas para os moradores. Além de ser uma área fácil de ser atacada por corsários. Desde o início da ocupação,

se reconheceu que, de Julho a Novembro, o porto da Ribeira Grande [...] era muito desabrigado além de doentio por causa dos pântanos que se formavam junto à praia na estação pluviosa, Agosto a Outubro, motivo porque os navegadores mais prudentes passaram a preferir o Porto da Praia de Santa Maria, que dista apenas cerca de seis milhas do da Ribeira Grande (ÉVORA, 2009, p. 35).

O porto da Praia era, e ainda é, amplo e de águas relativamente profundas capaz de receber uma grande quantidade de embarcações. A nível de defesa, apresentou-se como uma alternativa melhor em relação à Ribeira Grande. A baía ampla evitava que ocorressem ataques surpresa de embarcações inimigas. Outro fator importante é o planalto que se ergue a uma altura de trinta metros, onde foi erguida a vila de Praia, e assim se figura como uma defesa natural e posição de vantagem e controle

sobre toda a região portuária. Ribeira Grande continuou a ser o centro administrativo da ilha de Santiago, mas era através do porto da vila de Praia que o comércio era realizado.

Antes eram muitos os que paravam ali, mas com o advento da União Ibérica, “esta posição privilegiada começou a desmoronar-se” (ÉVORA, 2009, p. 37). As disputas políticas em terra dos Habsburgo se transferiram para o oceano e a quantidade de ataque de corsários, principalmente ingleses, franceses e holandeses, e a presença de comerciantes estrangeiros no comércio com a região dos Rios da Guiné só aumentou.

O comércio ilícito e marginalização da ilha de Santiago do tráfico negreiro contribuíram para a decadência da cidade de Ribeira Grande e a vila de Praia, pois

estas duas cidades serviam, de feitorias, dependendo a sua prosperidade, mais do número de escalas conseguidas cada ano do que uma função como centros agrícolas ou de povoamento. Se este papel importante desempenhado por Cabo Verde explicou a sobrevivência da colónia, acarretou igualmente certo número de catástrofes (MARQUES apud ÉVORA, 2009, p. 34).

De acordo com Maria Torrão, havia no momento a competição entre duas rotas comerciais: Península Ibérica-Santiago-América Espanhola e Península Ibérica-Guiné-América Espanhola. Muitos comerciantes evitavam passar em Santiago devido a obrigatoriedade de se despachar naquela ilha. Partiam direto do porto de Cacheu, localizado no rio Cacheu, conhecido também como rio de São Domingos. Desta forma,

todo o circuito comercial [...] marginalizava a ilha de Santiago e os seus moradores. Os escravos dos Rios da Guiné eram exportados para as Índias Ocidentais através de uma rota direta [...]; os fornecedores de negros eram os comerciantes estabelecidos na Guiné e não os moradores insulares que nem sequer “avistavam” os navios deste trato (TORRÃO, 2001, p. 24).

Como consequência, houve um declínio de população nas áreas urbanas uma vez que tiveram que recorrer ao interior na ilha e ao cultivo de subsistência para se manterem. Com a população cada vez menor, muitas das construções e até mesmo cargos administrativos foram abandonados. A mudança de rotas e competições pelas rotas marítimas faziam com que tanto a cidade de Ribeira Grande quando a vila de Praia passasse por situações muito difíceis, sem ter acesso a mercadorias e ao comércio. Já com o fim da União Ibérica, a situação dos habitantes das ilhas não melhorou imediatamente sob o regime de D. João IV, uma vez que, em 24 de novembro de 1644, a Coroa

expediu um alvará que autorizava a realização do despacho diretamente no porto de Cacheu (ÉVORA, 2009, p. 52).

O Alvará sobre a residência da vila da Praia, documento aqui transcrito, nos fornece informações interessantes sobre tentativas de se restabelecer o comércio e as atividades portuárias naquele que se transformou, em Santiago, no principal ponto de entrada e saída de mercadorias e contato com o mundo. É interessante notarmos que o mesmo rei, D. João IV, que 8 anos antes havia tirado a obrigatoriedade de se despachar os escravos em Santiago, toma medidas para tentar contornar a crise vivida pela ilha.

Desta forma, o documento transcrito a seguir é mais uma pista acerca das condições socioeconômicas em que se encontravam tanto os habitantes quanto a povoação e as tentativas da Coroa de se “voltar ao estado antigo” das povoações da ilha de Santiago, mais especificamente a vila da Praia.

No alvará, encontramos as diretrizes para a reconstrução da vila da Praia enquanto bom lugar para residir e comerciar. Em um primeiro momento, as preocupações centrais evidentes no documento são em relação a defesa e funcionamento administrativo da vila. Trata da fortificação e da carência dos cargos administrativos da vila, ao ordenar a presença alternada do governador e do bispo. As preocupações com a administração vão além ao definir as funções que o capitão poderá exercer até que o feitor chegue à localidade e a quem o almoxarife deve obedecer. Sobre a guarnição das fortificações, ordena que volte ao que era de costume.

As diretrizes para a reconstrução e povoamento abarcam, naturalmente, os moradores no que diz respeito a forma de se fazer o comércio e a reconstrução das casas. Todo e qualquer comércio dos produtos disponibilizados pelos moradores e do algodão produzido do termo da vila da Praia só poderia ser comercializado na própria vila e despachado para a Guiné através do porto da mesma. A pena aplicada ao descumprimento da ordem se traduz em recurso financeiro extra para a reconstrução.

O alvará ainda nos permite ter acesso ao tipo de construção e a clivagem econômica utilizada para a obtenção dos benefícios e liberdades. O mínimo aceitável para a construção de uma vila se mostra sendo uma casa de pedra, cal e coberta por telhas e os moradores deveriam ter recursos

suficientes para manter sua família<sup>2</sup>. E por último, manutenção das condições básicas de sobrevivência – obras para a obtenção de água para os moradores.

Constatamos que o alvará régio, transcrito a seguir, permite leituras e indícios para resposta a diferentes perguntas, seja em relação ao estudo das formas de dominação colonial e gerenciamento dos domínios, estratégias de mobilização populacional, condições mínimas de uma vila, etc. Se incluído em um *corpus* documental maior, que possibilite a análise das demais políticas implementadas, principalmente em outras partes do império, nos permitiria ter acesso às estratégias de reconstrução e/ou acesso acerca da provável singularidade de Cabo Verde. As mudanças sociais devido às liberdades concedidas e formação social da vila em processo de reconstrução.

A conclusão a que se chega é que uma análise atenta ao documento nos permite perceber como que o fenômeno urbano em Cabo Verde, na sua tentativa de manutenção, “resulta da integração nos circuitos comerciais transatlânticos” (CORREIA E SILVA, 2002, p. 24).

### Transcrição

[f. 34v]

[treze linhas do documento anterior]

Alvará sobre a residencia

da vila da Praja// -

Eu ElRej Faço saber aos que este alvara vi-  
rem que hauendo respeito ao Estado em que esta apovoa  
ção da villa de Praja na Ilha de Cabo Verde ao muito que cum  
pre ao meu Seruiço, e bem dos moradores, e pouo della reedi-  
ficarSe, e tornar ao Estado antigo, E a ece ter mandado tratar  
da Sua fortificaçãõ, e ter Ordenado Como por esta Ordeno

---

<sup>2</sup> Tais condições se encontram no fólio 35, linhas 18 e 19.

que vão a ella residir hora o Governador hora Bispo: Hej por bem, em o prazo que do dia da publicação deste na dita Ilha em diante todos os vizinhos do termo da dita villa vão viver a ella redificando as Casas que deixaraõ Cahir, e que não poSaõ vender na Cidade os frutos de Suas Fazendas, nem despachar para Guiné algodaõ algum de que no termo da dita villa da Praja Se Colhe Senaõ pello porto della Sob. pena de doiz annos de degredo para a Ilha do Fogo, e vinte Cruzados Em dinheiro; a metade para quem os acuzar, e outra ametade para as obras da dita Villa da Praja E Hej outro Sim por bem que os Nauios que do dito porto partirem Com Carga não poSaõ despachar

Sylva [rubrica da abertura do livro] [f. 35]

despachar [sic] o Retorno Senaõ ali mesmo, e que o Capitaõ que tenha prouido na dita Villa Sirua nella o mesmo Cargo Com o Sellario, e maneira que Se fez o tempo de Seu provimento, e tenha os Soldados de Guarda Como Sempro [sic] Ouve, aoz quais Soldados Se dé mantimento para Sua Sustentaçaõ o tempo que ahi Servirem na forma que Se lá custuma quando Se lhe dá, e quando o dito Capitaõ nas preSas neSecidades que Se oferecem poderá fazer o officio de feitor para mandar por em obra as fazendas emquanto não chegar o Provedor Com o meu feitor ou do trato, e que o AlmoXarife que ali Rezida, e te-

nha, e haja de ordenado em Cada hum anno trinta mil Reiz, entran-  
do niSo o que hora tem; que ComeSará a vencer, e Seruir do dia que  
o governador da dita Ilha asentar esta materia; o qual almoxarife  
Será provido por tempo de tres annos Somente para nelles Servir o que  
maiz Convem a meu Serviço fazerSe, e que Sirva Com elle de Escri-  
vão o da Camara da mesma villa haja por iSo doze mil Reiz em-  
Cada hum anno, E as peSoas que na dita villa da Praja Levan-  
tarem Casas de pedra, e Cal, e Cubertas de telha, e Capases para  
poderem viver Com Suas familias Conforme a poSe, e Cabedal  
de Cada hum Hej por bem de Conceder duaz Liberdades a Cada  
hum delles ahinda Que os Ezcravos Sejaõ alheos Com decla-  
ração que não paSará a que Se lhe quitar de doiz mil reis por Cada  
peS[s]ja de escravo, E isto por tempo de Sinco annos, e gozaraõ deste  
privilegio dando principio a dita obra, e não sendo as Casas da maneira  
que fica dito não gozaraõ da dita Liberdade, e assim hej por bem  
que por Conta dos SeisCentos mil Reis que tenho aplicado para  
as obras da fortificação se traga a dita villa da Praja a Agoa que  
sedis está dahi pouco maiz de hum quarto de legoa para os morado-  
[sinal de dedo indicador] res, e pouo beberem, e Se aproueitarem della pello que mando ao  
governador

da dita Ilha de Cabo Verde que hora hé, E ao diante for, e a todas mi-  
nhas Iustiças, e officiais, e peSoas a que pertencer que aSim o Cum-  
praõ, e guardem, e façãõ em tudo Cumprir, e Guardar Como neste

Se Contem Sem duvida, nem Embargo algum O qual Se Registar<sup>a</sup> nos Livros da Camara da Cidade da Ribeira Grande, e da dita Villa da Praja, e o proprio Se porá em boa Guarda para a todo tempo Conzta<sup>r</sup> como aSim houve por bem, e valerá Como Carta Come [sic]

[f. 35v]

comeSada em meu nome,e não paSará pella ChanSelaria Sem embargo da Ordenação Segundo livro títuloz 39 e 40 que dispoem o Contrario, e Se paSou por duas Vias; hum Só hauerã efeito// Domingoz Lopes a fez em Lisboa a 14 de Agosto de 642 eu o Secretário Antonio Villaz de Simaz a fiz Escrever// Rej// Marcos Rodrigues Tinoco// Registado nos livros dos Registos da Camara desta Cidade da Ribeira Grande Ilha de Santiago de Cabo Verde afolha 6 the folha 7 em 6 de Feveireiro de 1652// Francisco de Siqueira// E porquanto Sua Magestade quer que venha a noticia de todos os habitadorez nesta Ilha este Seu alvará, E a merce que faz a Seos vaSalloz mando Se publique Como neste alvará Se Contem; dado nesta Cidade da Ribeira Grande Ilha de Santiago de Cabo Verde sob. meu Signal e Sello de minhas armas aos 8 diaz do mes de Feveireiro Manoel Henriques Escrivão do almoxarifado o fez de- 1652//. do Governador Jorge de Misquita Castellobranco// Certifico Eu Hjeronimo Pereira Escrivão do publico judicial e notas nesta Cidade da Ribeira Grande Ilha de Santiago de Cabo Verde que por mandado do Senhor Governador, e Capitaõ Geral destas Ilhas Jorge

de Misquita de Castello Branco Eu Escrivão com o Porteiro da villa  
da Praja de Santa Maria Domingos Dias que botou o bando atras  
nas praças e lugares Custumados desta dita Cidade em voz alta,  
e inteliguiel a toque de Caixaz, e dos oficiais, e Sargentos Com  
todas as Solemnidades Custumados, e por tudo paSar na verdade,  
e me Ser mandado paSei a presente por mim feita e aSignada,  
em que aSignou o dito Porteiro hoje 8 de Fevereiro de 1652 anni

[fim do documento]

[10 linhas do próximo documento]

#### Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Luís de. O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In.: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.). **História Geral de Cabo Verde Vol. I**. Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia; Praia: Instituto Nacional de Cultura, 2001, p. 23-67.
- BLOCH, Ágata. Cabo Verde: o paraíso do Atlântico colonial. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, pp. 184.
- CORREIA E SILVA, António. Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico. In.: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.). **História Geral de Cabo Verde Vol. II**. Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia; Praia: Instituto Nacional de Cultura, 2001, p. 1-17.
- \_\_\_\_\_. Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades. In.: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.). **História Geral de Cabo Verde Vol. III**. Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia; Praia: Instituto Nacional de Cultura, 2002, p. 1-66.
- ÉVORA, José Silva. Introdução. In.: **A Praia de 1850 a 1860: o porto, o comércio e a cidade**. Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional, Coleção Estudos e Pesquisas, 2009, p. 23-32.
- \_\_\_\_\_. Enquadramento do Porto da Praia. In.: **A Praia de 1850 a 1860: o porto, o comércio e a cidade**. Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional, Coleção Estudos e Pesquisas, 2009, p. 33-69.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento. In.: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.). **História Geral de Cabo Verde Vol. II**. Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia; Praia: Instituto Nacional de Cultura, 2001, p. 17-123.

## **COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. (Orgs.). Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.**

**Karina de Oliveira Oyakawa**  
Mestranda em História  
Universidade Federal de São Paulo  
karinaoyakawa@gmail.com

**Recebido em:** 21/02/2020

**Aprovado em:** 09/04/2020

O movimento das ideias na América Latina (sua produção, circulação e apropriação) e a atuação dos sujeitos que lhes dão forma, os intelectuais, são agentes importantes para a compreensão da história da região e têm recebido atenção dos estudiosos há pelo menos algumas décadas. Sujeitos forjadores de discursos, os intelectuais agem na cultura (muitas vezes de forma estreita com o poder, como críticos ou sustentadores de sua ideologia), mobilizando signos para a transmissão de mensagens a serem decodificadas e/ou apropriadas. Na dinâmica entre matéria e subjetividade, operam a partir de relações, conectando espaços e sujeitos por meio de práticas individuais ou coletivas. As redes por eles gestadas transpassam frequentemente o espaço nacional, contribuindo para o questionamento da gênese de um pensamento, ao mesmo tempo em que possibilitam uma abertura contextual ao pesquisador que se debruçar sobre elas.

Essas reflexões são proporcionadas ao leitor de *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Organizada por Adriane Vidal Costa, docente do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Claudio Maíz, professor titular em Literatura Hispanoamericana Contemporânea na Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), a obra é uma iniciativa do Núcleo de pesquisa em História das Américas (NUPHA) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, publicada no ano de 2018 como parte da coleção *História* da Editora Fino Traço.

Composta por dez capítulos, a coletânea reúne estudos de Jorge Myers, Claudia Wasserman, Eduardo Devés-Valdés, Alejandro Paredes, Carlos Henrique Armani, Marcela Croce,

Rômulo Monte Alto, Natally Vieira Dias, além de Costa e Maíz. Autores que têm se dedicado, no contexto latino-americano, ao trato das ideias, dos intelectuais e de seus produtos culturais. Apesar de alguns desses capítulos terem sido anteriormente publicados em periódicos do subcontinente ou como parte de outros trabalhos, o presente livro ainda oferece, nesse formato, contribuições relevantes no Brasil para o campo das ciências humanas interessado em pensar a América Latina. Particularmente para a história intelectual, perspectiva teórico-metodológica que perpassa a obra – mas não só, pois ela se entrecruza com a história dos intelectuais, com a história transnacional, com a das ideias renovada, com as ferramentas da crítica literária, entre outros aportes.

Como observa Regina Crespo, docente da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), quem assina a orelha, esse livro é o produto de uma rede intelectual tanto quanto o é seu objeto de estudo central. A primeira parte dessa constatação, pode ser melhor delineada por meio das trajetórias profissionais dos autores – atuando em instituições latino-americanas como professores titulares ou visitantes – e de um breve mapeamento de outras publicações coletivas para as quais contribuíram. Pontos que podem estar na origem da obra aqui em questão, esses trabalhos evidenciam, talvez, mais do que uma rede, a existência de um *colegio invisible*, na definição fornecida por Alejandro Paredes, apresentada no capítulo um. Ainda indicam o crescimento – apesar de deficitário (WASSERMAN, 2013, p. 12) – do interesse nas interações intelectuais nos estudos latino-americanos.

Cabe ressaltar que a formação dessa rede de intelectuais foi facilitada pelas mudanças tecnológicas experimentadas com intensidade progressiva desde as últimas décadas do século XX, principalmente pela expansão das redes digitais. Favorecendo contatos e encontros, interferem no mundo do trabalho e da cultura nos quais estamos atualmente inseridos. Por compartilharmos dessa ampliação do significado das redes – das *networks* de John Barnes – há a preocupação dos organizadores em demarcar o objeto do livro, presença de outro momento da história: “Quando falamos de rede, não remetemos às redes sociais digitais, mas àquela trama relacional que os intelectuais produziram mediante trabalhos bem definidos” (p. 8). Já os intelectuais são identificados como sendo aqueles sujeitos “que se especializaram na produção de discursos, isto é, aqueles que dominaram a letra e, com isso, ganharam um *status* de autoridade” (p. 8).

Para Costa e Maíz, os intelectuais ou “letrados”, influentes nos séculos XIX e XX, foram perdendo certa centralidade na sociedade de massas. Apontam como marcos temporais para essa afirmação, a publicação de *La ciudad letrada* (1984), de Ángel Rama, e *Decadencia y caída de la ciudad letrada* (2003), de Jean Franco. No entanto, a proposição carece de uma maior problematização por parte dos autores. Acontecimentos recentes no Brasil e na América Latina têm demonstrado a força dos discursos, das “narrativas”, em debates que emergem do poder central ou das demandas sociais, envolvendo indivíduos e também as *comunidades epistêmicas* (outro termo trabalhado por Paredes). A presença dos “intelectuais midiáticos” é, ademais, uma característica relevante do tempo presente (ALTAMIRANO, 2008, p. 24). Assim sendo, muito mais do que a perda de influência dos intelectuais na “cidade letrada”, ocorreram mudanças nas práticas e nos dispositivos, no sentido atribuído por Michael Foucault e discutido na abertura da obra. Detentores de saberes, os “letrados” continuam exercendo poder entre a “cidade dos signos” e a “cidade real”, entendidas nas suas relações examinadas, por exemplo, por Rama (2015) – referência para os organizadores já sinalizada no próprio título da coletânea. Do mesmo modo, a ação dos intelectuais em rede é a cada dia mais frequente (ALTAMIRANO, 2008, p. 25). Exemplo disso é a *Rede de Estudos Andinos*, apresentada por Rômulo Monte Alto, no capítulo nove.

Na introdução, ainda, Costa e Maíz desenvolvem uma breve reflexão, buscando explorar os aspectos subjetivos e a relevância dos estudos reticulares para o questionamento de alguns aspectos do paradigma moderno, como a centralidade do sujeito/autor e do estado-nação (e sua constituição homogênea e totalizadora), assim como o pressuposto da existência de um centro dominante emissor de conteúdo – única origem das ideias – e de periferias, suas receptoras – caso da América Latina. Partem da concepção de “caos-mundo” do escritor Édouard Glissant, da teoria do “ator-rede” do sociólogo Bruno Latour, do “personagem conceitual” elaborado pelos filósofos Gilles Deleuze e Pierre-Félix Guattari, além do “dispositivo” de Foucault. Essas formulações contribuem para a crítica de certos estigmas que pesam sobre as ideias latino-americanas, e permeiam os capítulos que, além do mais, revisitam conceitos caros à história dos intelectuais, como “campo”, “geração” e “influência”. Outra contribuição da obra é a consistente bibliografia que acompanha cada trabalho, permitindo, aos leitores interessados, o aprofundamento do tema exposto ou o desvio pelas múltiplas arestas que lhes são abertas. Algumas referências, não obstante, são de difícil acesso aos pesquisadores brasileiros, que frequentemente se deparam com as dificuldades em conhecer a historiografia produzida nos

países vizinhos. Tendo isso em vista, a divulgação de trabalhos de autores do Brasil, Argentina e Chile, já atesta outro mérito da coletânea.

Apesar de Crespo, em termos gerais, estruturar o livro sobre quatro eixos básicos, sendo eles: epistolários, exílios, revistas e instituições, não há nenhuma divisão interna da obra. Estudos de caso se misturam a capítulos mais teóricos e os objetos trabalhados dão espaço, como mencionado, a outras possibilidades de classificação, seja pelo caráter das fontes ou pelo problema proposto. Dessa forma, a utilização de uma separação menos flexível seria problemática.

*De los cuasi-grupos a los colegios invisibles: distintos modos de pensar la interacción entre intelectuales latinoamericanos durante el siglo XX*, escrito por Paredes, aborda os diferentes conceitos que são mobilizados para tratar das tramas intelectuais. Em ordem de nível de organização, o autor destaca desde as relações mais espontâneas até as mais institucionalizadas.

Os capítulos de Croce, *Iniciación en la utopía de América: la correspondencia como soporte del proyecto intelectual*, e de Myers, *El epistolario como conversación humanista: la correspondencia intelectual de Alfonso Reyes y Genaro Estrada 1916-1939*, tratam das especificidades das cartas intelectuais. Demonstram, valorizando os elementos intangíveis, como a partir das correspondências é possível restituir os vínculos intelectuais, os debates, a formação do pensamento e da projeção dos intelectuais, além de deprender aspectos de personalidade, de biografia e dos climas de época.

Referência para os estudos eidéticos, Devés-Valdés, em *La circulación de las ideas, una conceptualización: el caso de la teología latinoamericana en Corea del Sur*, propõe uma metodologia para a análise da circulação das ideias, a partir de “canais” e “energizadores” (remetendo, sinteticamente, ao uso de biografias), tendo por objeto a Teologia da Libertação latino-americana e sua chegada à Coreia do Sul nos anos 1970.

O capítulo escrito por Maíz, *La re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo*, privilegia a análise dos processos de configuração de movimentos literários, em detrimento da pesquisa de produtos culturais acabados. O autor observa que, pelo caráter de contemporaneidade que apresentam, refletindo a cultura e a sociedade do momento, as revistas potencializam uma investigação por meio das redes e, assim como as correspondências, também podem ser ferramentas úteis para mapear as relações intelectuais.

O tema do exílio está presente nos estudos de Costa, *Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970*, e de Wasserman, *Democracia e ditadura no Brasil e na Argentina: o papel dos intelectuais*. O primeiro propõe pensar as especificidades da atuação dos intelectuais e das redes formadas no exílio, sugerindo um exame amparado na história intelectual e dos intelectuais em conexão com as redes, com a teoria sobre o exílio e com a história transnacional. O segundo se ocupa, comparando Argentina e Brasil, da volta dos exilados aos seus países de origem, pós-ditaduras – momento em que muitos espaços de sociabilidade haviam se modificado ou desaparecido – e dos debates em volta da democracia. Destaca como as diferentes tomadas de posição se relacionaram, muitas vezes, à maneira pela qual esses sujeitos se inseriram nas esferas de poder.

Capítulo de cunho mais teórico, *História intelectual, contextos de la escritura y redes*, escrito por Armani, discute o conjunto de contextos que forma uma produção textual e sua historicização a partir das filosofias de Martin Heidegger e Jacques Derrida. O autor se preocupa em demonstrar a necessidade de um tratamento mais aberto e relacional na construção do contexto pelas análises históricas.

Monte Alto, em *Redes de Estudos Andinos, um marco da comarca latino-americana*, faz uma apresentação da rede sobredita, formada em 2014, caracterizando-a como um projeto de descolonização que busca criar um diálogo verdadeiramente latino-americano. Para tanto, dialoga com os conceitos de “colonialidade do poder”, formulado por Aníbal Quijano, e de “heterogeneidade cultural”, de Antonio Cornejo Polar. Já Dias, em *América Indígena e Boletín Indigenista: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945)*, debate a reconfiguração e os conflitos do *Instituto Indigenista Interamericano*, com a passagem da direção de Moisés Sáenz para a de Manuel Gamio, por meio de suas duas publicações.

Tarefa coletiva e de diálogo latino-americano, *Nas tramas da “cidade letrada”*, através de um panorama da mobilização das redes – seja como objeto de estudo ou como ferramenta heurística – revela, sob as lentes dos intelectuais, o desejo de apreensão da América Latina, valorizando os processos, os discursos e as representações que compõem a historicidade e que exprimem, sobretudo, a singularidade do território.

### Referências bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: MYERS, Jorge. (Ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, v. 1, 2008, p. 9-27.

WASSERMAN, Claudia. Apresentação. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. Porto Alegre: PPGH, v. 20, n. 37, p. 11-16, jul. 2013.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.

## LE BRETON, David. *Desaparecer de si: Uma tentação contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.

**Alexia Henning**  
Graduanda em História  
Universidade Estadual de Maringá  
alexiahenning330@gmail.com

**Recebido em:** 01/03/2020

**Aprovado em:** 27/04/2020

A obra analisada é: “Desaparecer de si: Uma tentação contemporânea” sendo ela constituída por 223 páginas, e encontra-se dividida em 6 capítulos. David Le Breton é um professor de sociologia na Universidade de Strasbourg II e membro do laboratório “Culturas e sociedades na Europa”, do Instituto Universitário da França e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Strasbourg. É um dos autores contemporâneos mais conhecidos por sua série de obras publicadas na França, como também por sua especialização em representações do corpo humano. Seu trabalho é sempre constituído por uma busca pessoal com raízes na adolescência, portanto, o autor tem grande influência nos estudos sobre o corpo e corporeidade (SOUZA, 2009).

Acredita-se que a obra de Le Breton a qual é tratada na presente discussão pode ser pensada na questão do indivíduo como um ser sem perspectiva e, portanto, fora dos movimentos de vínculos sociais. Isto é, o autor oferece uma compreensão do por que necessitamos do “desaparecer de si” temporariamente, para assim surgir a vontade de continuar viver, assim como desenvolvemos uma “paixão pela ausência”. Portanto, ao longo dessa resenha é perceptível uma referência as diversas formas do desaparecimento de si, perante a falta de desejos e da perda de perspectiva, isto é, as tentativas de fuga da realidade.

O livro traz à tona o conceito da palavra “branco” e é apontada por Le Breton as variações desse conceito de acordo com o esgotamento pessoal de cada indivíduo, como também expõe formas de compreender o motivo de tantas pessoas serem levadas pelo “branco” (ausência), visto que as mesmas buscam evitar aquilo que se tornou pesado em suas vidas. O foco do autor corresponde a um

questionamento sobre esse estado emocional e de como o número de adeptos a tal prática cresce cada vez mais.

Ao iniciar o livro é notória a reflexão do autor no que diz respeito a existência do ser, pois apesar de termos condições melhores não há como escapar da ideia de ter um lugar no cerne do vínculo social. Contudo há indivíduos que não possui habilidades para se ajustarem, ou seja, não há autoconfiança, como também não encontram um apoio. Limitar-se a sua própria autoridade exige uma contínua renovação de seus recursos, pois este se torna fonte. Portanto, Le Breton, ao atribuir que: “(...) já não basta nascer ou crescer, é preciso constituir-se permanentemente, manter-se mobilizado, dar sentido à vida, fundamentar suas ações nos valores.” (2018, p.10) aponta a tentação de desligar-se de si, já que qualquer desobrigação é desejada nem que seja por um instante.

O conceito do “branco” corresponde a um sentimento de saturação vivenciado pelo indivíduo. Por saturação o autor não se limita apenas ao corpo, mas sim sob o olhar do indivíduo em relação com o mundo, como um todo. Desse modo, sua existência ao entrar em contato com o “branco” é encontrada entre o vínculo social e o nada, um território intermediário.

Dessa forma, o capítulo um: “Não ser mais ninguém” refere-se a um tipo de desligamento do seu elo com a sociedade que garante uma quebra do que se era antes. Então, este indivíduo desacelera e busca certa impessoalidade, a fim de portar-se apenas como um espectador e apagar-se com discrição. Na realidade, esses indivíduos se mantêm no vínculo social, mas se refugiam em seu personagem propiciando seu isolamento, nem que este seja momentâneo. O indivíduo encontra-se em um estado de indiferença, visto que: “(...) nesse sentido, a indiferença é uma forma de ataraxia epicuriana ou de apatia estoica, uma impassibilidade diante dos acontecimentos.” (LE BRETON, 2018, p.34), ou seja, mantém uma presença fantasmagórica não há vontade de colaborar com as relações sociais, nota-se uma distância dessas interações.

Trata-se de uma expressão radical de liberdade. No caso de artistas e escritores, há essa possibilidade de liberdade com as multiplicações de personagens em suas ficções ou em sua própria existência, são maneiras de incorporar suas criações sendo possível ao mesmo tempo canalizar seus sentimentos. São “máscaras” que os envolve e contribuem para o desenvolvimento de sua profissão, vive-se entre dois mundos. Encontra-se no “branco” o esgotamento de ser si mesmo, o sentimento de querer preservar-se do esforço, e também uma solução ao sentimento da multiplicidade de si.

No decorrer do capítulo dois: “Maneiras discretas de desaparecer” o autor destaca algumas ações de desligar-se de si. A primeira delas é o “desaparecer no sono”, pois o sono é uma espécie de perda de consciência, uma trégua para que assim seja possível um retorno ao mundo com suas forças renovadas. A segunda atividade citada é o “pachinko”, um lazer comum no Japão a qual trata-se de um jogo onde o jogador se concentra na alavanca e tenta dar-lhe o exato impulso, com a correspondente força a hipnose que o jogo traz fazem com que o indivíduo deixa ser alguém, mas de forma socialmente reconhecida.

Dessa maneira, a “fadiga desejada” outra ação citada pelo autor, emprega um esforço durável e/ou por ausência de repouso, isto é, se faz necessário um sentimento de mobilização para viver momentos intensos e cheios de adrenalina. Diferente da fadiga o “Burnot” conduz a existência em uma condição de transe do trabalho, sobrecarregando a mente e conseqüentemente um esgotamento de si. Deste modo, a percepção dos acontecimentos a sua volta é modificada o que corresponde a “depressão”, uma experiência repressiva do desaparecimento de si, seus sentimentos e pensamentos reflete a algo doloroso.

A dissociação de personalidade também é vista como uma maneira de desaparecer, visto que a mesma geralmente é analisada como um traumatismo e se torna em uma forma de defesa, apresenta uma possibilidade de expressão diante as dificuldades pessoais. Apesar disso, a “imersão em uma atividade” guia o indivíduo a uma espécie de transe prazeroso e apaixonante, uma relação de dependência e uma alternativa de controle sobre a vida cotidiana.

Na adolescência as formas de desaparecimento de si são muitas, sendo assim o capítulo três: “Formas de desaparecimento de si na adolescência” traz à tona a aflição de jovens sobre o sentido da vida. O indivíduo convive com uma situação que não pode permitir deixar como está, são jovens que se encontram perdidos no branco. Para eles é uma forma de desaparecimento “tranquilo”, no entanto, trazem consigo conseqüências tais como, a dificuldade com aprendizado, justiça e problemas com bebidas. É um não estar presente para construir-se como pessoa. O espaço físico deles muitas vezes são lugares hostis, o que faz com que muitos percam o interesse de investir nos mesmos e se contentem em viver em pequenos espaços, sem nutrir um vínculo social, dá-se uma chance para o “branco” com a finalidade de não desaparecer totalmente. Guiados por aflições, estes jovens tomam atitudes radicais,

como por exemplo a anorexia, afim de fugir de sua identidade e do próprio corpo, pois o mesmo corresponde a uma prisão.

A alcoolização, ou melhor, a embriaguez também é uma forma de desaparecer de si, uma espécie de busca pela leveza e euforia. Contudo, a dependência ao se tornar severa transforma-se em uma maneira de apagamento de si. Em vista disso, há a busca de maneiras mais leves de “branco”, muitos emergem em um cenário teatral nas redes sociais, o qual possibilita uma presença imaterial e oferece um mundo imaginário para o indivíduo, uma condição de *Second Life*. Os acontecimentos à sua volta já não surgem efeitos, tudo se torna indiferente. A adesão também é uma maneira de desligar-se, o jovem busca uma significação para sua existência, e encontra nas seitas ou movimento fundamentalista religioso uma resposta momentânea ou até mesmo duradoura, é um abandono de sua identidade pessoal para aderir a uma social, ou seja, um: refugiar-se no outro.

O envelhecimento diz respeito à uma modificação de si como também da relação com o mundo, portanto o capítulo quatro, “Alzheimer: desaparecimento de sua existência”, aborda como as pessoas idosas em nossa sociedade são lentamente limitadas de suas antigas funções, o que colabora para um abrandamento de si. As doenças e dores se tornam crônicas, dentre elas há o destaque do Alzheimer, a doença que causa uma morte simbólica e elimina as camadas de sociabilidade, ou seja, induz a uma regressão, torna-se estrangeira de si mesma e privada de memória.

O capítulo cinco, “Desaparecer sem deixar rastros”, expõe um desaparecimento provisório e controlado, sem o rompimento de vínculos. Trata-se de uma ocasião em que a história pessoal assume um plano secundário, o qual permite uma recreação social. Em algumas circunstâncias há indivíduos que passam de um mundo ao outro de uma maneira radical, adotando outra vida, língua e nome.

A capacidade que do indivíduo diante da transmissão de uma sucessão de papéis diferentes torna a existência social possível, o homem tem diversos “eus” sociais e é o debate que o capítulo seis, intitulado: “O si como ficções” apresenta, uma vez que cada um desses “eus” influencia no sentimento de identidade do indivíduo. Cada indivíduo é um vestuário de personagens pronto para se ajustarem as facetas propostas pelo seu vínculo social. O indivíduo é visto como uma constante metamorfose de si. Nossas sociedades se interessam por atividades que oferecem essa ausência, causando uma hipnose diante do computador, do celular, ou qualquer outra ação. Portanto, o desaparecimento de si não é

algo irreversível, salvo exceções, mas em outras ocasiões o indivíduo pode retornar ao mundo sob uma forma favorável.

#### **Referências bibliográficas**

LE BRETON, David. **Desaparecer de si: Uma tentação contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2018.

SOUZA, Cláudia Machado de. ENTREVISTA COM DAVID LE BRETON. **Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2009.

## **MOURA, Breno Arsioli. A filosofia natural de Benjamin Franklin: traduções de cartas e ensaios sobre a eletricidade e a luz. São Bernardo do Campo: Editora da UFABC, 2019**

**Luiza Lima Dias**

Mestranda

Universidade Federal de Minas Gerais

dias.lu.lima@gmail.com

**Recebido em:** 17/03/2020

**Aprovado em:** 29/03/2020

Em *A filosofia natural de Benjamin Franklin*, Breno Moura (2019) traz sete traduções de cartas e ensaios redigidos ao longo do século XVIII pelo filósofo natural norte-americano Benjamin Franklin. Além de traduzir os escritos, Moura discute o contexto das produções, a sua importância para a filosofia natural e as implicações que tais textos tiveram na vida de Franklin. Após uma breve apresentação com a síntese biográfica do cientista, o livro conta com dois capítulos introdutórios que ajudam o leitor a situar a relevância de Franklin na filosofia natural do século XVIII e na política dos Estados Unidos da América (EUA), explicando também o contexto dos estudos sobre a eletricidade e a luz naquele século. Em seguida, o autor expõe as traduções de seis cartas e um ensaio, precedidas por uma breve explicação acerca do conteúdo encontrado em cada obra, de forma a auxiliar o leitor na compreensão dos escritos. Por fim, Moura faz algumas considerações finais sobre a importância de se estudar a história de Benjamin Franklin para além de sua carreira política, entendendo que a “filosofia natural de Franklin influenciou gerações de filósofos naturais do século XVIII” (MOURA, 2019, p. 145), ainda que esse lado de sua biografia seja geralmente simplificado em prol de sua imagem como homem político.

Conforme explica Breno Moura (2019, p. 13), por volta de 1740 a eletricidade surgia como uma interessante fonte de experimentos observáveis e pouco explorados até o momento, o que despertou o interesse de cientistas que começaram a desenvolver estudos em laboratórios majoritariamente localizados na Europa. Franklin teve contato com essas pesquisas através de

conferências realizadas por europeus nas colônias britânicas – atual Estados Unidos da América – e, principalmente, após a leitura de textos de um de seus principais correspondentes, o cientista britânico Peter Collinson, descrevendo os experimentos alemães com a eletricidade.

A partir desse contato inicial, Franklin se dedicou, principalmente entre as décadas de 1740 e 1760, a trocar correspondências e publicar textos descrevendo seus experimentos e explicando seus pontos de vista com relação aos estudos da eletricidade e da luz. Leitor de Isaac Newton e de outros autores newtonianos, conferia grande importância ao caráter experimental em seus trabalhos (MOURA, 2019, p. 38), buscando a observação dos fenômenos naturais para atingir uma verdade que descartaria todas as outras hipóteses de maneira definitiva.

Dentre os experimentos realizados pelo norte-americano, dois dos mais famosos são o da guarita e o da pipa. O primeiro, realizado em 1750, foi descrito em um ensaio – intitulado “Opiniões e conjecturas sobre as propriedades da matéria elétrica” – que buscava explicar o poder das pontas como condutoras de eletricidade por meio do conceito de atmosferas elétricas (MOURA, 2019, p. 83). Esse trabalho foi um dos mais importantes para a carreira do cientista, uma vez que “garantiu a Franklin a prioridade em diversos aspectos conceituais e experimentais da eletricidade, contribuindo para torná-lo conhecido no círculo de filósofos naturais europeus do século XVIII” (MOURA, 2019, p. 90). A partir da divulgação do experimento da guarita, as ideias de Franklin ganharam uma maior legitimidade, ainda que fossem recebidas com algum receio por parte daqueles que consideravam os estudos vindos das colônias como inferiores.

O caso do experimento da pipa, possivelmente o mais famoso na biografia de Benjamin Franklin – muitas vezes comparado à maçã de Newton ou ao grito de “Eureka!” de Arquimedes –, na verdade gerou e ainda gera alguns debates sobre sua execução entre os pesquisadores da área. Segundo Breno Moura (2019, p. 138), a versão mais aceita sobre esse capítulo da vida de Franklin é a de que o cientista teria de fato realizado um experimento em que empinava uma pipa ligada a um fio metálico que estaria conectado a uma chave de metal por meio de um laço de barbante ou seda. Entretanto, esse experimento foi apenas uma reprodução das ideias já aplicadas no caso da guarita, gerando um impacto menor do que fazem crer os contos populares sobre essa história, uma vez que até mesmo Franklin não conferiu tanta importância para o experimento em suas cartas.

Ainda que, como homem de seu tempo, Benjamin Franklin buscasse separar a carreira política da científica, o próprio ato de trocar correspondências com europeus e de conquistar um papel

proeminente naqueles círculos científicos exemplifica a relação direta entre as duas carreiras. A hierarquia entre colônia e metrópole – num período de intensas agitações e discussões sobre possível independência do que viriam a ser os Estados Unidos da América – ficava evidente nos relacionamentos daqueles cientistas, o que inicialmente dificultou a legitimação de Franklin, mas por fim conferiu ainda mais relevância aos seus trabalhos na história das ciências. Como afirma Moura, “Franklin e seus companheiros inauguraram um outro padrão para o desenvolvimento científico fora dos centros da Europa” (p. 146) e suas produções enquanto cientista acabaram por estabelecer importantes bases e redes de contato que lhe auxiliaram a se firmar enquanto figura política decisiva algumas décadas depois.

Sendo assim, o livro *A filosofia natural de Benjamin Franklin: traduções de cartas e ensaios sobre a eletricidade e a luz* fornece importantes elementos para o debate sobre uma abordagem da historiografia moderna das ciências que se baseia na separação entre história natural e história humana. Atentando-se a essa divisão, Breno Moura pontua que, não obstante as importantes contribuições de Franklin para as ciências naturais, a maioria dos trabalhos sobre sua história focam apenas em sua carreira política na história dos EUA, tratando-o como duas figuras históricas distintas ou até mesmo deixando suas contribuições científicas em segundo plano. Moura faz, por fim, uma relevante contribuição para que pesquisadores da história das ciências e áreas afins tenham maior conhecimento sobre os escritos de Benjamin Franklin, buscando evidenciar que seus experimentos com a eletricidade e a luz no contexto da filosofia natural não são necessariamente secundários e influenciaram diretamente sua carreira política.

#### Referências bibliográficas:

MOURA, Breno Arsioli. **A filosofia natural de Benjamin Franklin: traduções de cartas e ensaios sobre a eletricidade e a luz**. São Bernardo do Campo: Editora da UFABC, 2019.

## QUINTA, Hugo. A trajetória de um libertário: Pietro Gori na América do Sul (1898-1902). Foz do Iguaçu: EdUnila, 2018.

Rodrigo Mello Campos

Mestrado em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

rodrigomellocampos@hotmail.com

Recebido em: 24/01/2020

Aprovado em: 09/04/2020

Hugo Quinta publica sua obra como resultado de dissertação de mestrado defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latinoamericanos da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA). O autor atribui ao italiano Pietro Gori (1865-1911) um papel de influência nos círculos intelectuais anarquistas, socialistas e da criminologia de Buenos Aires ao final do século XIX e início do século XX (2018, p. 28-29), bem como de outros países da América Latina, quando veio da Itália em viagem que durou cerca de três anos. Vejamos um pequeno trecho da introdução da obra:

Um dos primeiros feitos de Gori ao chegar em Buenos Aires, em junho de 1898, é a fundação da CM [*Criminalogía Moderna*, revista]. Ele não abandona a militância e propaganda anarquista enquanto dirige a revista. Na verdade, a energia imprimida por ele está, supostamente, equacionada entre a militância, ciência e a arte. Ainda assim, o círculo de atuação não está restrito à cidade. Ele percorre o país a proferir conferências, a visitar prisões e a apresentar suas peças teatrais nos círculos *filodramáticos* anarquistas. Nesse viés [...] buscamos compreender a polivalência de sua influência no campo intelectual e cultural anarquista em Buenos Aires (QUINTA, 2018, p. 28-29).

Conforme se conclui desse trecho, e do conjunto do livro de Quinta, Gori é um sujeito histórico que representa várias fronteiras, entre elas a fronteira da América Latina com a Itália pela questão de ser um estrangeiro do “centro” influente na periferia, na relação centro-margem utilizada por Goés (2016) para o estudo da eugenia no Brasil; a fronteira dos movimentos operários (anarquista e comunista) com o campo intelectual da elite (liberalismo, positivismo e eugenismo), por ser formado no campo dos criminólogos positivistas autoritários, corrente em voga a partir da mescla das teorias do darwinismo social com noções de políticas criminais.

Vale ressaltar as estratégias de Gori, tanto na construção de artigos científicos nos diversos assuntos que dominava, quanto escrevendo peças e organizando espetáculos teatrais populares ou mesmo debates direcionados às massas, sendo um formulador de teorias e um agitador político no campo anarquista. Como advogado e criminólogo, também circulava em ambientes seletos, vindo a participar de uma expedição do governo na Patagônia para pesquisa na penitenciária modelo do país, bem como sua atuação ao fundar a primeira revista científica da América Latina sobre sociologia criminal, a *Criminalogía Moderna*. É possível concluir que Gori conhecia os públicos com quem dialogava e utilizava de estratégias diversas, de acordo com a ocasião e a necessidade. Tal arcabouço intelectual pode ter sido aprofundado na sua formação em Direito na *Università di Pisa*, bem como nos cafés da cidade em que fervilhavam ideias de vanguarda para a época e o contato entre “alunos ‘subversivos’ e trabalhadores estudiosos” (QUINTA, 2018, p. 22).

No primeiro capítulo, “A morada: Pietro Gori em Buenos Aires”, Quinta (2018, p. 32-82) analisa as mudanças do entresséculos (XIX-XX) com base no fortalecimento do papel agroexportador da Argentina, que resultou em forte urbanização da região portuária de Buenos Aires (sem planejamento), com grande vinda de migrantes e imigrantes. Essa mudança que gerou imigração abriu postos de trabalho, mas não tanto quanto a vinda de novos moradores precisava ou prometia, obtendo aumento da desigualdade social e condições insalubres de moradia e subsistência. Logicamente, os cidadãos mais estabelecidos (eticamente inclusive) conseguiram esses trabalhos enquanto grande parte ficou marginalizado, aumentando a criminalidade.

Para Quinta, “o discurso modernizador existe para que a população se convença de que o atraso é pior que o moderno” (QUINTA, 2018, p. 34) e também de que “os intelectuais dirigentes estatais promovem a ideia de modernidade como uma maneira de se esquivar das contradições sociais” (QUINTA, 2018, p. 34), de modo que o repertório científico da época para explicar as tensões sociais foi autoritário e apropriado da biologia, permitindo defender a ideia de que os mais aptos alcançaram os melhores postos, enquanto aos menos aptos restou a condição de errantes, os *lunfardos*<sup>1</sup>. A moralidade burguesa também construiu uma noção higienista de sociedade, em que os hábitos (sexuais incluídos) das camadas populares explicariam seu fracasso econômico e não a falta de organização do sistema.

---

<sup>1</sup> Algo semelhante ao malandro, mas com significado próprio para os portenhos. Também se refere a um dialeto marginalizado, “gíria dos gatunos” (AZEVEDO, 1984, p. 145).

Essa mesma Buenos Aires (QUINTA, 2018, p. 35), repleta de contradições, também consolidou um ambiente propício para as ideias anarquistas e socialistas, uma vez que possuía uma grande massa de trabalhadores em condições miseráveis e o início de um ambiente intelectual inspirado nos europeus, com jornais, revistas (algumas muito avançadas na técnica da caricatura), folhetins e cafés para discussão, auxiliadas com a vinda de imigrantes que já conheciam a organização por sindicatos e frentes. Pietro Gori se utilizava de um grande arcabouço teórico, defendendo justiça social, mas legitimando a repressão aos “desajustados” com base no positivismo criminal, com exceção dos próprios anarquistas. Assim, os operários revoltados de Buenos Aires, cidades do interior da Argentina e países vizinhos de língua espanhola (Paraguai, Chile e Uruguai) receberam muito bem Gori porque possuíam as condições ideais para fortalecer a verve humanitária e libertária ácrata.

No capítulo 2, “O andarilho: Pietro Gori na estrada” (QUINTA, 2018, p. 83-127), há explicações sobre o Gori como personagem, o militante. Assim como o imigrante é excluído do seu próprio país pela falta de condições materiais, portanto, sem pátria, o militante é excluído por subverter a ordem – saindo algumas vezes como exilado. Vale ressaltar que Gori foi ao Egito, Palestina, Estados Unidos, entre outros países, para proferir palestras em que “a palavra falada [nos eventos] se sobrepõe à escrita” (QUINTA, 2018, p. 85).

Uma das diferenças nas condições de cada local é o caráter dos movimentos: em alguns locais se voltam para o anarco-sindicalismo defendendo partidos políticos e a noção de algumas autoridades, corrente da qual Gori pode ser melhor encaixado, tendo em vista que chegou a arbitrar pelos interesses dos trabalhadores em algumas greves como a de Bahia Blanca (AR) e Assunção (PY) (QUINTA, 2018, p. 96); em outros, a ação coletiva é fora do sistema vigente e dessa atuação, sem arbitragem, aos moldes do sindicalismo revolucionário, que foi “rigorosamente contra qualquer ato de recorrer ao Estado para garantir a salvação do proletariado” (Bihl *apud* SILVA, 2019), ou mesmo “repudiando todos os projectos de arbitragem obrigatoria e todos aquellos que tendam a transformar os sindicatos em associações de socorros mútuos” (LOURENÇO, 2015).

Dentre as fontes para o trabalho, constam os textos de Gori e os jornais de grande circulação. Da análise dessas fontes, o autor (QUINTA, 2018, p. 108) demonstra que o anarquista foi conquistando cada vez mais o público burguês, chegando a ser convidado pela *Sociedade Científica Argentina* para uma excursão à Patagônia, com a finalidade de pesquisar os povos que

habitavam e as pessoas detidas na penitenciária, sendo convidado também o artista Angelo Tommasi.

No terceiro capítulo, “A revista *Criminalogía Moderna*” (QUINTA, p. 128-205), trata da primeira revista científica sobre criminologia da América Latina, fruto das condições de possibilidade da época, em que Gori e o médico José Ingenieros são fundadores. Diferenciava-se dos outros periódicos porque não continham charges e caricaturas para ser um meio democrático de informação até aos pouco letrados, mas sim uma revista de poucos recursos gráficos, porém com correspondentes internacionais como os renomados criminologistas Cesare Lombroso e Enrico Ferri. Foi um dos meios de consolidação da ciência, em especial como resposta à criminalidade urbana da região portuária argentina. Uma ponte entre a produção europeia com a portenha.

Quinta explica que Gori transita em diversas fronteiras, o intelectual que defende a extinção delas (*Sem Pátria*, uma de suas peças) é em si uma pessoa de diversas características e que buscou ser ponte entre tantos ambientes, tanto físicos (Europa e América) como simbólicos (movimento operário anarco-sindicalista, anarquista, ciência burguesa e positivismo). Ele mudou seu campo de influência, agregando os burgueses, conforme atuava na área das ciências criminais e sociológicas, ao mesmo tempo em que auxiliava na normalização dos corpos das camadas populares. Talvez ele tenha sido escolhido para representar o movimento operário marginalizando diversos outros pensadores, mas a sua imagem como ícone pode significar o caráter polifônico das suas atuações.

Reitera-se que as fronteiras que Gori circulou são várias, tanto as de campo intelectual, quanto as de classe e entre nações, representando várias identidades. Algumas em aparente contradição, como a representação das camadas populares e a defesa da disciplinarização do corpo dessas pessoas. Corpo que também é uma fronteira. Sobre o pensamento de fronteira, a méxico-estadunidense Gloria Evangelina Anzaldúa (1987, p. 85-86) - ao tratar das fronteiras de identidade, por etnia ou orientação sexual, incluindo o corpo - explica que a identidade na fronteira se constrói no estranhamento, motivado por diversos fatores, como receio de perda da liderança. Anzaldúa acredita que esse contato (estranhamento) é necessário porque pode romper preconceitos. Ela usa na epígrafe um trecho de Gina Valdes no sentido de que as fronteiras não

apenas separam, mas podem unir as pessoas: “*Hay tantisimas fronteras que dividen a la gente, pero por cada frontera existe también una puente*” (1987, p.85). Gori é uma ponte.

O livro é uma importante contribuição para pesquisadores interessados em conhecer o ambiente intelectual da Buenos Aires na passagem do século XIX para o XX, os movimentos políticos, ou mesmo o método de pensar identidade, fronteira e ideias. Na obra, são especialmente interessantes os debates sobre a questão da antropologia e da sociologia criminal nas Américas, a ressignificação dos conceitos europeus e o racismo científico, no que a obra ajuda bastante a enriquecer as discussões. Por fim, a leitura acaba por fazer enxergar os problemas estruturais da sociedade no tempo presente como a desigualdade social contemporânea, os fracos argumentos de quem detém as relações formais de poder (e luta para que a sociedade não mude) e os movimentos de humanitários de reação.

#### Referências bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- AZEVEDO, Maria Consuelo de. *Lunfardo, vesre* e outras modalidades do linguajar argentino. **Revistas de Letras**, Fortaleza, v. 7, n. 1/2, p. 145-154, 1984.
- LOURENÇO, Maria Gabriela dos Santos. **Ideia(s) e Movimento(s):** sindicalismo libertário e educação. Dissertação - Mestrado em Ciências da Educação. Instituto de Educação. Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 164. 2015.
- QUINTA, Hugo. **A trajetória de um libertário:** Pietro Gori na América do Sul (1898-1902). Foz do Iguaçu: EdUnila, 2018.
- QUINTA, Hugo de Carvalho. **Anarquismo, teatro e criminologia:** os caminhos de Pietro Gori na América do Sul (1898-1902). Dissertação (mestrado em Estudos Latino-Americanos) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, p. 223. 2017.
- SILVA, Selmo Nascimento. O sindicalismo revolucionário: suas origens, princípios e programa. **Revista Estudos Libertários (REL)**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, 2019.

## Subúrbios cariocas: Ontem e hoje

**SANTOS, J. J. dos; MATTOSO, R.; GUILHON, T.**  
*Diálogos suburbanos: Identidades e lugares na  
construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.*

**Raick de Jesus Souza**

Mestre em História das Ciências e da Saúde

Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

raickdjs@hotmail.com

**Recebido em:** 04/03/2020

**Aprovado em:** 22/03/2020

Pensar a construção da cidade a partir de seus espaços de exclusão social e marginalização das populações pobres, eis aqui o objetivo central e transversal da obra organizada em conjunto pelos pesquisadores e professores Joaquim Justino dos Santos, Rafael Mattoso e Teresa Guilhon e que conta com colaborações de diversos profissionais e estudiosos dos subúrbios cariocas, oriundos, esses últimos, dos mais variados campos de estudo e atuação profissional. Antes de começarmos a destrinchar a obra, gostaríamos de apresentar um pouco da trajetória dos idealizadores desse projeto. Joaquim Justino dos Santos é formado em História pela UFF, mestre e doutor em Urbanismo pelo PROURB/FAU-UFRJ, tendo atuado durante vários anos como gestor público; Raffael Mattoso é formado em História pela UFRJ, mestre em História Comparada pelo PPGHC-UFRJ, doutorando em História da Cidade pelo PROURB-UFRJ e professor das redes pública e privada do Rio de Janeiro; e, Teresa Gilhon é formada em Comunicação Visual pela UFRJ, mestre em Bens Culturais e Projetos sociais pela FGV e é atualmente pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos Urbanos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Comparada do Brasil (CPDOC). Além de artigos de alguns dos organizadores, a obra ainda traz colaborações de professores, arquitetos, geógrafos, historiadores e cientistas políticos. Com relação aos autores, destacaremos aqui apenas suas áreas de formação, a fim de clarearmos um pouco o local de fala dos respectivos colaboradores. Ressaltamos de antemão que, o caráter interdisciplinar, presente nesse empreendimento, não se dá apenas pela filiação intelectual e profissional de seus

produtores, como também pela série de enfoques, conceitos e métodos que são empregadas nas construções das narrativas sobre os subúrbios cariocas.

O primeiro capítulo, intitulado *Lugares de Inhaúma e Irajá na história do lugar e na formação do subúrbio carioca: Século XVI e XX*, escrito pelo historiador Joaquim Justino dos Santos, investiga a ocupação dos territórios, sua organização jurídica, sua conexão com outras partes do mundo e suas dinâmicas internas ao longo do período colonial, imperial e republicano. Construções dos espaços atravessadas pela instituição escravista, pelo padroado católico e pela hegemonia política e econômica das metrópoles ibéricas, o autor mostra como a partir de duas regiões eminentemente rurais, ao longo do período colonial, surgiram os subúrbios cariocas nos anos finais do poder de D. Pedro II e no alvorecer do regime republicano. O autor argumenta que, a passagem do sistema escravista para o capitalista, impulsionado pela implantação no Distrito Federal de novas técnicas de produção e prestação serviços, além das ligações facilitadas pelos transportes de massas, especialmente os trens e bondes, fez surgir, entre os anos de 1870 e 1906, as primeiras regiões suburbanas do município do Rio de Janeiro. Por subúrbio compreende-se aqui bairros residenciais dos trabalhadores que tinha seus postos de serviços localizados nas regiões centrais e por isso dependia sobremaneira do transporte público. É nesse contexto que Inhaúma desponta como a primeira região suburbana do Rio de Janeiro, sendo seguido por Irajá. Já em 1920 essas regiões abrigariam  $\frac{1}{4}$  da população total do município e  $\frac{1}{4}$  da população trabalhadora da indústria carioca (SANTOS, 2019: 36).

O segundo capítulo, nomeado *O patrimônio e a paisagem cultural dos subúrbios cariocas*, escrito pelo arquiteto Luiz Paulo Leal de Oliveira, trata do tão antigo antagonismo socioespacial entre a zona norte e sul do Rio de Janeiro. Ao longo do tempo, a divisão entre as possessões do Sul (incluindo a atual região da zona sul e as regiões centrais) e as terras jesuítas do Norte (atuais regiões suburbanas), moldaram não apenas a paisagem urbana como a natural dessas regiões. O reconhecimento do município do Rio de Janeiro, em 2012, como primeiro sítio declarado patrimônio da humanidade, traz à tona as disputas de poder entre as localidades e evidencia a clara assimetria social existente entre as regiões cariocas. O que busca o autor do texto é não apenas evidenciar a riqueza natural e cultural existente nos espaços suburbanos, como incentivar os moradores dessas regiões para uma maior participação na vida pública, a partir da pressão popular em favor da revitalização e valorização desses espaços até então explorados e castigados pelas atividades produtivas predatórias, como a agricultura latifundiária, a mineração e a indústria pesada.

O terceiro capítulo, denominado *Entre o sagrado e o profano: Matriz de Irajá e Cine Vaz Lobo*, produzido pelo geógrafo Luiz Claudio Motta Lima e pela historiadora Maria Celeste Ferreira, aborda o tombamento e o reconhecimento como patrimônio cultural de duas edificações que faziam parte da vida social dos moradores das regiões suburbanas de Irajá e Vaz Lobo. A primeira foi construída ainda no contexto colonial e posta em funcionamento a partir de 1613 e o segundo foi inaugurado em 1941, já no contexto da ditadura de Getúlio Vargas. Ao longo do texto os autores mostraram como se misturam o sagrado e o profano na trajetória dessas instituições. A igreja, matriz Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, símbolo máximo do sagrado, tinha em suas atividades as festas eclesíásticas e leigas, cheias essas últimas de expressões profanas; enquanto que o grande complexo cinematográfico, localizado no bairro de Vaz Lobo nas imediações da Igreja Cristo Rei, além de representar produções religiosas, poderia tornar-se facilmente ponto de paragem de fiéis que se dirigiam a igreja ou de lá voltavam. Dessa forma, vemos aí desenhada, mesmo que brevemente, as interações entre o sagrado e o profano na vida cultural dos moradores dessas regiões suburbanas e suas rugosidades no contexto da modernidade.

O quarto capítulo, intitulado *Olhares para os subúrbios da Leopoldina a partir de Bonsucesso, Ramos e Olaria*, escrito pela arquiteta Maria Paula Albernaz e que contou com a colaboração de diversos outros estudiosos, aborda as diversas especificidades ambientes, históricas e culturais experimentadas pelos moradores das regiões suburbanas que são atravessadas pela antiga linha férrea Leopoldina, atualmente conhecido como ramal Saracuruna. A autora discute aqui a linearidade e a fragmentação dos espaços, a primeira proporcionada pela instalação da linha férrea na década de 1880 e com a implantação do complexo fabril ao longo das margens na Avenida Brasil a partir de 1940. Soma-se a isso o traçado linear das ruas, quadras, lotes e avenidas e a horizontalidade de suas construções habitacionais. Com relação a fragmentação dos espaços, encontra-se também a construção da linha férrea e da avenida Brasil, além da construção do ramal Transcarioca de BRT, o que separa em três bolsos esses espaços anteriormente interligados geograficamente. Vale ressaltar que todas essas três vias cortam também de forma irregular as referidas dimensões dos próprios bairros de Bonsucesso, Olaria e Ramos, o que acaba por gerar um dinamismo assimétrico na circulação de pessoas, prestações de serviços e ofertas de empregos qualificados.

O quinto capítulo, batizado *O conjunto residencial da Penha: Imaginários e representações do Estado no subúrbio carioca*, de autoria da arquiteta Nilce Aravecchia-Botas e pela arquiteta e historiadora Flávia Brito do Nascimento, discute a construção do conjunto habitacional da Penha, promovido

pelo fundo previdenciário do IAPI. As autoras argumentam que a entrega das 1.000 habitações populares aos trabalhadores da indústria, construídas entre os anos de 1947 e 1949, sinalizava para novos tempos nas relações entre o “povo” e seus representantes ao passo que era também era emblemática frente ao pacto trabalhista firmado pelo regime varguista e os setores trabalhistas e industriais. Auxiliar na potencialização da produção industrial e melhorar a qualidade de vida dos proletários, eis aí definidas as imagens pretendidas pelos agentes do Estado a partir dos Institutos de Previdência e Pensões. Mostra-se aqui a utilização das construções das habitações proletárias como instrumentos políticos do Estado Novo e que sedimentava a relação entre o povo (trabalhadores urbanos industriais) e a administração pública.

O sexto capítulo, chamado *A casa e a rua: Moradia, trabalho e convívio comunitário no subúrbio carioca*, escrito pela arquiteta Ana Slade, investiga a segregação socioespacial e a formação das redes de sociabilidade a partir do advento da separação entre casa (moradia) e trabalho (comércio, fábricas e indústrias). A proposta da autora é repensar modelos alternativos para a casa e a cidade, a fim de atender não apenas as necessidades de moradia, como também de trabalho e lazer, contribuindo assim para uma melhoria significativa na qualidade de vida, sobretudo, dos moradores dos subúrbios. Em foco, o estudo debruça-se sobre três “vizinhanças residenciais” localizadas em Irajá e Encantado, partindo para uma análise do tecido social urbano carioca mais amplo. Dessa forma, a casa, usada na contemporaneidade como espaço de moradia, produção e comércio, passa a não pertencer exclusivamente ao hábito da família, sendo também um espaço de interação com a rua. Assim sendo a casa está diretamente ligada a economia da rua.

O sétimo capítulo, intitulado por *Histórias e vivências suburbanas: Valorização das experiências cotidianas na resistência cultural dos subúrbios cariocas*, de autoria do historiador Rafael Mattoso, vê-se desenhada as cores alegres do subúrbio a partir das pipas, dos sapatos nas instalações elétricas e das fachadas das casas, estas últimas marcadas por distinções e filiações nacionalistas, familiares, religiosas etc.. O autor busca afastar-se da magra ideia dos subúrbios enquanto espaços unicamente sem história, sempre expressão cultural, perigosos e degradados, trazendo a partir si não apenas enquanto pesquisador como também morador, as vozes, os ecos, os risos, os gemidos e as risadas dos subúrbios cariocas. De forma quase que biográfica, porém, melhor seria etnográfica, apresentasse a pluralidade e a diversidade de sociabilidades ao mesmo tempo que evidencia os conflitos, as disputas e as acomodações de vários interesses dos habitantes dessas regiões. Com relação à relevância desse empreendimento colaborativo em compor a obra aqui resenhada, o autor, também ele um dos organizadores afirma que “[...] não nos restam dúvidas de que devemos saudar a

importância do cotidiano, da beleza contida na luta e na vida das pessoas comuns” (MATTOSO, 2019: 188). Consoante ao autor, não apenas saudamos o valor que esse trabalho contribui para compreendermos mais sobre a história dos subúrbios cariocas, como reconhecemos também no próprio empreendimento o empenho em sanar o *déficit* existente na própria historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro, que em muito privilegiou seus enfoques de estudos nas regiões da zona sul e nas regiões centrais e portuárias.

No oitavo capítulo, denominado *Imprensa e subúrbios: Entre suplementos, noticiários e instrumento de militância*, escrito pelo historiador Leandro Clímaco Mendonça, analisa a circulação dos periódicos no e sobre o subúrbio e a produção no subúrbio da imprensa. De entrada, duas questões norteadoras se apresentam, a primeira questiona se é possível que na primeira década do século XX tenha existido uma rede social constituída por diversos segmentos da sociedade suburbana articulada por meio da imprensa periódica; e a segunda questão diz respeito aos objetivos e interesses que estavam em jogos e quais eram as lutas nas quais os intelectuais suburbanos encontravam-se envolvidos. Analisando a trajetória de alguns dos jornais produzidos nos subúrbios, tais como *O subúrbio: Jornal Independente, Noticioso, Literário e Consagrado aos interesses locais, Gazeta Suburbana: Semanário crítico, noticioso, dedicado aos interesses da zona suburbana, Echo suburbano* e tantos outros, além da participação dos moradores dos subúrbios no jornalismo como colaboradores, redatores e financistas, o autor demonstra como vai sendo construída uma identidade suburbana entre seus moradores que tinha acesso à leitura de forma ativa e passiva. Nesse mesmo processo, mostrou como a imprensa suburbana foi utilizada no âmbito político para atender interesses, sobretudo, de seus financiadores.

No nono capítulo, chamado *Subúrbio e periferia: Onde a cidade é híbrida*, produzido pelo arquiteto Antônio José Pedral Sampaio Lins, discute-se os conceitos de cidade híbrida e urbanismo híbrido, a fim de compreender as diversas expressões culturais resultante dos encontros processados nas regiões suburbanas e periféricas do Rio de Janeiro. Entretanto, como alertado pelo autor, para realizarmos uma análise satisfatória da cidade tendo como base o conceito de hibridização, torna-se necessário atentarmos para a ocorrência de três estágios essenciais: as memórias, as referências e os conflitos existentes no tecido urbano; a morfologia dos espaços; e, a globalização. Esses fatores, mesmo que sozinhos já são responsáveis por gerar novas formas de sociabilidade, e quando combinados os efeitos são ainda mais significativos.

Por fim, o último capítulo, mas não menos importante estudo, definido como *Subúrbios Cariocas, uma deriva contemporânea sobre o nosso chão*, de autoria do arquiteto Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro e do geógrafo Flavio Lima, busca a partir dos ensinamentos da teoria da complexidade uma revitalização, ou melhor dizendo, uma potencialização da ideia de subúrbios cariocas, a fim de afastarem-se dos estereótipos e das ideias pré-concebidas de identidade e equivalência. Os autores tentam responder a partir da teoria da complexidade, questões tão complexas, como: “Qual seria o novo lugar dos subúrbios cariocas?”. Nesse estudo, vemos também discutida a participação dos moradores dos subúrbios na produção cultural, não apenas caracterizados com a esfera do trabalho; expressiva também é a ocupação dos espaços urbanos pelos moradores dos subúrbios, como as praias destinadas ao turismo e aos moradores locais, os cinemas, os shopping centers, entre outros espaços.

Vista em seu conjunto, essa obra representa certamente um marco no campo da História das Cidades, em especial, da História dos Subúrbios. Em geral a obra é bem escrita e de extrema relevância para a área de estudo na qual se insere. Além dos ricos dez capítulos, encontra-se repleta de mapas, imagens e gráficos que auxiliam seus leitores na compreensão visual do está sendo discutido. Afora sua estrutura, a obra é um excelente empreendimento interdisciplinar, composto por temas variados, estando todos relacionados com a formação das identidades culturais e com a conformação dos espaços urbanos, especialmente os subúrbios cariocas.

Ainda com relação as impressões deixadas pela leitura desse trabalho, as construções das narrativas, associadas as impressões biográficas registrada ao longo delas, confere à obra não apenas um caráter científico por parte de quem a produziu, como também afetivo, ao aproximar autor e leitor à cotidianidade dos subúrbios.

#### **Referência:**

SANTOS, Joaquim Justino dos; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa. **Diálogos suburbanos: Identidades e lugares na construção da cidade**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

## Entrevista com Tiaraju Pablo D'Andrea

**Tiaraju Pablo D'Andrea** é professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2005), possui mestrado e doutorado em Sociologia (2008 e 2013, respectivamente) e pós-doutorado em Filosofia (2018) pela mesma instituição. Atualmente coordena o CEP – Centro de Estudos Periféricos e dedica-se aos estudos sobre direito à cidade, produção social do espaço urbano; segregação sócioespacial; preconceito social; representações sobre o urbano, produção artística de bairros periféricos, samba, carnaval, rap e funk.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, membro da Comissão Editorial da Revista Temporalidades, e Philippe Urvoy, ambos discentes na linha de História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

**[Revista Temporalidades]:** Você dedica sua trajetória acadêmica – e também de vida – aos estudos e atuação junto às periferias e aos sujeitos periféricos, partes constituintes e constituídas pela história das cidades. Em diversos momentos de sua produção, encontramos também menções a seu próprio processo de subjetivação como homem nascido e criado em um bairro periférico de São Paulo. Como você avalia, hoje, os percalços e conquistas advindos do trabalho com temas tantas vezes deixados no esquecimento? Ainda, de que modos um lugar de experiências múltiplas e multifacetadas pode permitir e propiciar a elaboração de epistemologias específicas e renovadas que digam dos processos de constituição histórica das desigualdades nas cidades?

**[Tiaraju Pablo D'Andrea]:** Não é possível desassociar trajetórias acadêmicas de trajetórias de vida. Como diria Pierre Bourdieu, a honestidade intelectual deve explicitar desde qual ponto de vista o sociólogo está olhando e analisando a sociedade. Isso não significa, penso eu, falar somente de si mesmo, como algumas correntes hoje muito em voga defendem. Ao subjetivismo exacerbado que tenta se contrapor a um objetivismo universalizante, o que proponho é, ao tratar da própria trajetória, realçar quais os condicionantes sociais e as clivagens históricas que a construíram. É a

partir de um determinado *lugar*, e aqui utilizo-o como conceito geográfico e urbano, olhar a totalidade do mundo. O conceito de *sujeitas e sujeitos periféricos* (assim como o de *sujeitas e sujeitos populares*) surge da necessidade de problematização das especificidades de indivíduos nascidos e crescidos em periferias urbanas e cuja formação intelectual, formação de caráter e referências culturais podem ter sido calcadas pelas relações sociais específicas engendradas nesses territórios.

Ao relacionarmos a consolidação histórica da estrutura universitária brasileira com o padrão de crescimento das cidades, podemos observar que há um entrecruzamento notável entre ambas: o local de moradia da elite intelectual historicamente tem sido os bairros ditos elegantes, ou de maior renda. Relacionada a esse dado está a constatação de que são nessas regiões da cidade que se concentram as principais livrarias, os centros de pesquisa e até as universidades, retroalimentando a exclusividade do acesso. Quando uma parcela da intelectualidade passa a se preocupar com questões relacionadas às periferias e favelas, é indissociável que suas pesquisas e seus olhares estejam treinados por um estilo de vida e por teorias construídas cuja elaboração não partiu dos mais pobres, os historicamente “estudados”.

Quando entrei no curso de Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo, no ano de 2002, tive um choque. A maioria dos estudantes do curso morava em outros bairros, provinham de outra classe social e possuíam trajetórias de vida sideralmente diferentes da minha, filho de uma enfermeira de hospital público que morava em uma casa emprestada em um bairro popular da periferia leste de São Paulo. Aquilo que os textos de sociologia urbana apresentavam como caso era a história do meu avô, da minha mãe, do meu vizinho ou a minha própria. A questão que me tocava era a de que estes protagonistas dos escritos, por uma questão secular de desigualdade de acesso à infraestrutura universitária, não podiam contar a própria história, e por vezes lhes era tolhida a possibilidade de analisá-la, fato que auxiliaria na compreensão e elaboração dela. Inquieto com esse dado, passei a fundamentar a possibilidade da construção de uma *epistemologia periférica*. Com o passar dos anos, o aumento do ingresso de alunos moradores de periferias urbanas nas universidades fez esta elaboração e este questionamento ter mais eco.

**[R.T.]: A noção de *direito à cidade*, muito cara aos estudos urbanos, engloba hoje diversas problemáticas que dizem dos modos pelos quais podemos pensar as relações entre os sujeitos e o território urbano: acesso a transporte, lazer, moradia, saneamento, participação**

política, segurança pública, entre outras questões, fazem parte desse espectro crítico. Como você entende que os *sujeitos periféricos*, como conceito, mas também como existências objetivas, têm produzido movimentos de luta pautados pela superação das desigualdades e pela garantia de experiências mais democráticas e igualitárias nos centros urbanos?

[T.P.D.]: O fenômeno urbano periferia é relativamente recente na cidade de São Paulo. Os territórios conceituados por nós dessa maneira passaram a ser vastamente ocupados somente a partir da década de 1950. O termo *periferia* (ainda enquanto termo), passa a ser formulado fundamentalmente por intelectuais e pelo poder público para dar conta de um fenômeno social e urbano que era o crescimento dos arrabaldes da metrópole. No entanto, por mais que o *território* urbano denominado periferia tenha sido construído desde sempre pelos seus próprios moradores, estes, em um primeiro momento, não utilizavam em grande escala o termo *periferia* para definirem seus territórios. Estamos tratando fundamentalmente de todos os processos sociais e coletivos ocorridos entre as décadas de 1960 e 1980, onde Sociedades Amigos de Bairro, Movimentos Contra a Carestia, Clubes de Mães, CEB's, Movimentos de Saúde, de Moradia, de Educação, dentre outros, reivindicavam melhorias para seus bairros. Este amplo movimento, cuja organização política tinha a edificação da cidade como pauta principal, foi englobado de maneira difusa pelo conceito *Direito à Cidade*, que nos ajuda a compreender o processo mais amplo, mas que também possui seus limites. Do ponto de vista dos agentes, as pautas pelas quais empreendiam suas lutas reverberavam na narrativa que construía sobre si próprios. Desse modo, os termos recorrentes utilizados nos 1970 e 1980 eram *povo*, *popular* e *trabalhador*. Por mais que essas ações ocorressem *na periferia*, não era a partir do termo *periférico* que engendravam sua ação política. Devido a essa constatação, eu não posso, na posição de analista da sociedade, atribuir a esses agentes o conceito de *sujeitas e sujeitos periféricos*. Prefiro conceituar esse período como protagonizado por *sujeitas e sujeitos populares*, que era a maneira como estes se autodenominavam. Não é à toa que toda a narrativa construída nesse período ocorreu ao redor do chamado *movimento popular*. Foi este *movimento popular*, constituído por diversas frentes, quem protagonizou as lutas contra a Ditadura Militar e a implantação de uma série de políticas, ou ao menos a noção de que era portadora de direitos.

A partir da década de 1990, por inúmeros fatores, dentre os quais a fragilização do conceito *trabalhador*, o aumento da violência e do desemprego, o termo *periferia* ganha força. Eram nesses territórios onde a barbárie neoliberal se expressava de modo mais cru. Passa a existir então uma

consciência de pertencimento bem como um chamado para a união dos territórios periféricos do Brasil, irmanados pelo compartilhamento de situações sociais próximas. Conceituo *sujeitas e sujeitos periféricos* a esta geração pós-1990, criada em um tempo histórico com especificidades e com uma prática política distinta da geração anterior.

**[R.T.]:** Em uma entrevista recente, você apontou de que modo, na atual crise sanitária, a periferia vem sendo tratada, mais uma vez, como “não cidade”. Em um mapa divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo podemos ver como a ampla maioria dos casos de mortalidade ligados à COVID-19 encontram-se nas periferias da cidade. De que forma você diria que a atual pandemia revela o processo histórico de planejamento e produção desigual da cidade brasileira? (link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-18/no-mapa-do-coronavirus-na-cidade-de-sao-paulo-a-periferia-lidera-as-mortes-e-as-mulheres-adultas-sao-as-mais-infectadas.html>)

**[T.P.D.]:** A história da periferia têm sido a história de sua luta por visibilidade. Infelizmente, inclusive dentro dos círculos acadêmicos, há um movimento muito forte em negar a existência do fenômeno, defendendo a sua inconsistência enquanto dado explicativo. No entanto, tal invisibilidade é decorrência de um sistema econômico, no qual a produção da riqueza realizada pelos trabalhadores se concentra majoritariamente em algumas áreas da cidade, e que se expressa nas políticas públicas. No caso de São Paulo, mas também de outras cidades do Brasil, a pandemia ocasionada pela Covid-19 colocou em relevo as desigualdades sociais históricas. As mortes ocorrem principalmente e substancialmente nos bairros da periferia, com piores condições sanitárias e mais empobrecidos. No entanto, por exemplo, os hospitais de campanha somente foram construídos em bairros de classe média. Soma-se a esse fato a pré-existente desigualdade territorial na distribuição dos leitos. Em paralelo, a própria máquina pública está estruturada para atender melhor aos bairros centrais e aos bairros de elite. Nessas regiões existem mais equipamentos, funcionários e dinâmicas historicamente melhor consolidadas. Então a política pública, mesmo que pensada de maneira equânime no território, ela não se concretiza. Há uma reprodução das desigualdades em diversos âmbitos. Não à toa é nos territórios periféricos onde vive a maior parte da população negra.

[R.T.]: Em diversos bairros periféricos de grandes capitais, coletivos de moradores têm se organizado para promover ajuda mútua e fortalecimento das comunidades perante a pandemia, através de ações concretas, tal como na favela da Maré, no Rio de Janeiro, ou ainda em Paraisópolis, em São Paulo. Em Belo Horizonte, vemos iniciativas semelhantes no Aglomerado da Serra e em ocupações urbanas da periferia da cidade. O Centro de Estudos Periféricos – CEP, do qual você é coordenador, tem acompanhado alguma dessas experiências? De que formas você acredita que essas ações, que se fortalecem apesar do descaso promovido pelo Estado, conseguem oferecer configurações locais de proteção e conscientização dessas comunidades?

[T.P.D.]: O Centro de Estudos Periféricos publicou dois documentos sobre a pandemia. O primeiro intitulou-se “Medidas Urgentes para a contenção da Covid 19 nas Periferias” e foi publicizado no final de março. Já naquele momento ressaltávamos questões que hoje ainda estão em pauta e não foram resolvidas, como por exemplo a construção de hospitais de campanha. O segundo documento, publicado em meados de abril, fazia um levantamento de redes de solidariedade formadas no Brasil. As redes de solidariedade são fundamentais para combater o individualismo e o esgarçamento do tecido social engendrado pelo hiperneoliberalismo que penetrou também nos territórios populares. Sou absolutamente a favor destas redes e creio que elas nos fazem avançar no sentido do *commum* que pretendemos para uma nova sociedade. No entanto, somente as redes de solidariedade não conseguirão e nem devem substituir o Estado, órgão concentrador dos recursos e único capaz de implementar medidas em larga escala. Creio que para a sociedade que queremos construir para o pós-pandemia devemos pensar em duas questões: o fortalecimento da confiança e dos laços sociais e medidas de alcance universal efetuadas por políticas públicas, como o fortalecimento do sistema de saúde e de seguridade social. A pandemia somente revelou da maneira mais cruel como uma sociedade que não ampara seus cidadãos acaba por matá-los.

## Entrevista com Yuri Mello Mesquita

**Yuri Mello Mesquita** possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008 e 2013) e cursa doutorado na mesma instituição. Foi também diretor do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e diretor de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha da Fundação Municipal de Cultura. Atualmente, compõe a Secretaria Municipal de Política Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte. Dedicar-se, em especial, às áreas de História de Belo Horizonte, História Ambiental e História Ambiental Urbana.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, membro da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e discente na linha de História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

**[Revista Temporalidades]:** Nos últimos tempos, temos presenciado um certo crescimento de discussões que buscam problematizar a atuação humana em relação aos recursos naturais e ao meio ambiente. Diante da excessiva exploração e dos transtornos diversos gerados por ela, parece-nos haver uma tentativa de reconciliação entre os sujeitos e a natureza. Em sua trajetória acadêmica, a água, nosso recurso mais básico, e o saneamento básico ganham centralidade. O que te levou a pesquisar esse tema? De forma mais ampla, quais contribuições pode trazer uma história que concilia temas caros à história urbana e das cidades e à história ambiental?

**[Yuri Mello Mesquita]:** Bom, no final de 2006 comecei a trabalhar no projeto de pesquisa da Professora Regina Horta Duarte, História e Natureza. Na época, a possibilidade de trabalhar com História Ambiental Urbana me atraiu, pois sempre quis trabalhar com cidades contemporâneas, metrópoles e as políticas públicas essenciais para as *urbes*. Urbanismo, planejamento urbano, meio ambiente, política... queria pesquisar algo que costurasse esses temas. A História Ambiental Urbana foi uma descoberta, pois nos dá liberdade para a pesquisa, nela procuramos entender os significados sociais, culturais e políticos de elementos considerados como naturais no ambiente urbano. A forma como os políticos de uma *urbe*, assim como seus habitantes, se relaciona com

esses elementos é muito importante para compreender a história das cidades e da urbanização em todo o mundo. Os cidadãos convivem diariamente com os rios, com o lixo que produzem, com a fauna que se adaptou à vida nas cidades, com árvores das praças, parques e ruas que transitam diariamente. Isso mostra como os estudos relacionados à História Ambiental não devem se restringir apenas às áreas de conservação, matas, campos e florestas; facilmente reconhecidos como ambientes naturais.

Na mesma época, em janeiro de 2007, eu também comecei a estagiar no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Tive sorte de trabalhar com o acervo fotográfico da instituição, mais precisamente no Fundo da Assessoria de Comunicação do Município. Esse acervo possui cerca de 300.000 negativos de fotografias oficiais da Prefeitura de Belo Horizonte e grande parte dessas imagens é dedicada a obras de canalização e de distribuição de água. Curiosamente, nasci em Belo Horizonte em 1985 e não fazia a menor ideia da quantidade de córregos que havia na cidade, além disso, as imagens demonstravam que, ao mesmo tempo em que eram tamponados, faltava água. Então, a partir daí, resolvi investigar o tema. Os convidados do programa *Cestas da Memória*, do APCBH, me ajudaram bastante (esse programa leva ex-servidores da PBH e cidadãos de BH para identificar o acervo fotográfico da instituição, é um projeto fantástico). Passei a ler os Relatórios de Prefeitos, apresentados anualmente à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Na documentação foi possível perceber que a questão sanitária, principalmente no aspecto da distribuição de água e das canalizações dos córregos da cidade eram prioritárias para os gestores municipais, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970.

Algo que sempre me instigou a trabalhar com cidades é o fato de tudo possuir inúmeras conexões, cada esquina dobrada, cada lei proposta, cada obra, cada trajetória urbana feita pelos cidadãos... tudo possui várias ramificações, intenções, práticas, projetos, costumes, rupturas e, até mesmo, ligações com projetos urbanísticos e políticos que extrapolam os limites da *urbe*. Acredito que Belo Horizonte oferece oportunidade exemplar para discutir as relações entre política, sociedade, urbanismo e natureza em uma discussão mais ampla sobre as relações entre desenvolvimentismo e vida política no Brasil e na América Latina.

O acesso à água, algo que é natural para muitas famílias, foi motivo de disputa, de lutas políticas, de políticas públicas que priorizam bairros considerados “nobres”. Serviu de pano de fundo para discussões eleitoreiras, de barganha para votos, de mobilização de associações de bairros. Além disso, significou muito trabalho de pessoas, na maioria mulheres, que precisavam caminhar para

buscar água e levar para suas famílias por meio de latas d'água. A ausência do líquido e a má qualidade do mesmo provocou aumento da mortalidade infantil, do número de casos de gastroenterite, entre outras questões.

A água é condição *sine qua non* para sobrevivência de qualquer ser vivo nesse planeta; e até ela chegar nas nossas torneiras temos diversas etapas: estudos sanitaristas, análise de terrenos, projetos, leis sanitárias, licitações (algumas com fraudes), lutas políticas, grilagem, construções irregulares próximas a córregos para acesso ao líquido, escassez, entre várias outras. Tudo isso com temporalidades distintas e com consequências marcantes para as cidades. Por isso é tema essencial para o debate de diversas questões da vida urbana. O mesmo poderia ser feito com o lixo, com os animais não humanos, com a poluição atmosférica, com a impermeabilização do solo, enfim... são muitas as possibilidades. O meio ambiente urbano possibilita diversas frentes de pesquisa histórica, que pode oferecer olhar singular sobre essas questões, levando em consideração as múltiplas temporalidades urbanas. Por isso acredito que a historiografia tem muito a contribuir em vários aspectos, entre eles o planejamento urbano, o patrimônio cultural das cidades e a legislação urbanística.

**[R.T.]:** Janeiro de 2020 foi considerado o mês mais chuvoso da história de Belo Horizonte, o que causou uma série de problemas. Naquele contexto, muitas discussões profícuas foram alimentadas, no sentido de evidenciar que o processo de urbanização em Belo Horizonte, mesmo em tempos mais recentes, negligencia o poder das bacias hidrográficas sobre as quais a cidade se assenta. Assim, foram recuperadas imagens que retratam, especialmente, obras públicas operadas no município nas décadas de 1960 e 70. Sabemos que um dos fatores que contribuiu para a escolha da região como capital do estado foi justamente sua capacidade de abastecimento. Mais de um século depois, no entanto, somos obrigados a deixar de ignorar os “rios invisíveis” da capital, como definiu o geógrafo Alessandro Borsagli, que propiciaram sua construção, mas que também evidenciam graves dificuldades. Na sua visão, como podemos refletir sobre o modelo de urbanização vigente à luz dessas questões?

**[Y.M.M.]:** No início de 2020, a região sudeste do Brasil sofreu com intensas chuvas em volume maior que a média histórica. Em Belo Horizonte, janeiro deste ano foi o mês mais chuvoso desde que a medição começou a ser feita, há 110 anos. Do dia 1º até o dia 29 a capital mineira registrou

932,3mm de chuva. Para efeito de comparação do volume imenso de precipitação no primeiro mês de 2020, em todo o ano de 2019 as chuvas em BH somaram 986,6mm. Em 28 de janeiro tivemos a maior tempestade já registrada em toda a história da capital, 183,5 mm em aproximadamente duas horas e meia na regional Centro-Sul. Isso também se deve a questões meteorológicas específicas e às mudanças climáticas em escala global, mas vamos nos ater aqui às questões das políticas urbanas em Belo Horizonte, que sempre sofreu com esse grave problema.

As enchentes são, infelizmente, corriqueiras nos verões belo-horizontinos desde a fundação da cidade. Todavia, acredito que as discussões das últimas cheias, chamadas de “históricas” ou de “chuvas de 100 anos” foram muito importantes e trouxeram novos elementos sobre a forma como tratamos os rios e impermeabilizamos o solo na cidade. Para responder melhor à questão, creio que é importante fazer breve histórico e discutir rapidamente o Plano Diretor de 2020.

Belo Horizonte foi planejada com pouca consideração pela topografia e hidrografia da região em que foi construída. O traçado irregular dos rios não era compatível com as ruas retilíneas pretendidas pelos engenheiros da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), responsável por projetar e construir a cidade no final do século XIX. Devido a essa concepção, os cursos d’água sofreram a primeira intervenção e foram “canalizados”, para acompanhar o trajeto das ruas. A cidade foi inaugurada em 1897 sem estar “pronta”, entre os projetos inacabados estava a rede de esgoto, que foi despejado nos córregos sem qualquer tipo de tratamento. Conforme a cidade crescia, o volume dos dejetos aumentava, poluindo progressivamente as águas da bacia do Rio Arrudas e do Ribeirão Onça. Por meio desse processo, os córregos da cidade viraram locais de despejo de lixo, indesejados e sujos. As inundações também contribuíram para a sua rejeição pelos habitantes.

As margens dos cursos d’água de Belo Horizonte foram indevidamente ocupadas, as matas ciliares foram cortadas. As enxurradas, sem uma rede coletora de água pluvial, eram conduzidas diretamente aos córregos, levando todo o tipo de detritos que havia no caminho, sem contar os casos em que o lixo era jogado diretamente nos córregos, o que provocava seu assoreamento, aumentando assim o índice de enchentes. Além disso, a crescente pavimentação das ruas da cidade diminuiu absorção de água pela terra, aumentando o volume das enxurradas, agravando ainda mais esse cenário. As enchentes são fenômenos naturais e eventos sociais que tiveram, e continuam a ter, enorme impacto nas cidades brasileiras no decorrer do século XX. Nesse tipo de evento são postos à prova vários atores, como a municipalidade, membros da sociedade civil e órgãos de

assistência, expondo tensões entre segmentos sociais envolvidos no processo de urbanização e na configuração das territorialidades que dele participam.

Devido a esse cenário de repetidas enchentes e poluição, as obras de canalização foram propagandeadas como a grande solução desses problemas e também serviriam, nos anos 1960 e 1970, para outro propósito, a ampliação do asfalto para a melhoria do fluxo de automóveis. Entre 1948 e 1973 a canalização tornou-se o espelho do progresso para os políticos da capital e era percebida como obra de embelezamento, pois na concepção urbanística adotada pelos administradores de Belo Horizonte a partir dos anos 1960 o asfalto, além de ser mais útil, era mais bonito. A pavimentação também possibilitaria o plantio de árvores e flores nos canteiros recém-inaugurados, dentro da máxima de fazer Belo Horizonte voltar a ser a “Cidade Jardim” – só que nesse jardim de asfalto não havia água.

Além da canalização dos córregos, temos outra questão que contribui com as enchentes em Belo Horizonte, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em várias outras cidades no Brasil, a impermeabilização do solo. Até o plano diretor de 1996 não havia taxa de permeabilidade para construção nos lotes, ou seja, você poderia impermeabilizar tudo para sua obra, asfaltar, colocar laje, cimento, ou qualquer tipo de edificação cobrindo 100% do terreno. Vale ressaltar que, segundo funcionárias da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura, a medida foi muito criticada por parte do empresariado e dos munícipes que buscava aprovar projetos de edificações. Se dizia que poderia inviabilizar a cidade para construção civil, ou que o poder público estava interferindo no terreno privado de forma autoritária. Houve até reportagens sobre o tema, pois parecia haver estranheza sobre a finalidade dessa medida.

Outro problema grave que diz respeito à impermeabilização do solo são as construções irregulares, que não possuem projeto aprovado na Prefeitura, ou as que aprovam o projeto corretamente, mas constroem infringindo parâmetros, ou seja, tentam ludibriar a legislação. São vários exemplos de estacionamentos, de casas, de edifícios, de galerias, de lojas e de grandes empreendimentos que descumprem a legislação urbanística. Isso provoca problemas ambientais sérios na cidade, como aumento das “ilhas de calor” e da impermeabilização do solo, processo que contribui para a frequência e a intensidade das chuvas fortes e para as cheias dos córregos.

Assim, quando a chuva cai, a água corre toda para os bueiros que, devido à impermeabilização, ao lixo, aos projetos urbanos citados, não suportam a demanda e transbordam. Além disso, temos o grave problema do lixo que é jogado de forma irregular nas vias públicas. Para se ter ideia, em

dezembro de 2018 a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU) colocou uma espécie de “aquário” na Praça 7, no centro da capital mineira, um lixômetro, para demonstrar o quanto se sujava as ruas. Na época, três toneladas de lixo por dia somente naquele pequeno espaço.

No início do ano de 2020 entrou em vigor o Novo Plano Diretor, lei municipal 11.181/19, que trouxe avanços, pois o instrumento trabalha com a lógica de soluções que consideram o impacto da urbanização e procura mitigá-lo por meio de medidas concretas. Existe incentivo para o uso de elementos de drenagem, para o aumento da taxa de permeabilidade nas áreas dos lotes, para a implantação de jardins de chuvas nas áreas públicas e ao longo das bacias para diminuir a taxa de impermeabilização e a velocidade com que a água chega nos fundos de vale. No plano diretor anterior, as taxas de permeabilização não eram qualificadas. Ou seja, você poderia colocar gramado ou área verde qualquer sobre uma garagem, o que não resolve efetivamente a impermeabilização do solo. No novo Plano Diretor é necessário ter área permeável em terreno natural. Além disso, novos empreendimentos precisam colocar caixa de captação da água de chuva. As edificações, agora, recebem estímulos para reuso de água, uso de energia alternativa, instalação de elevadores inteligentes, entre outras medidas. Com a fiscalização efetiva e o respeito por parte dos munícipes, creio que este Plano poderá trazer benefícios em médio prazo para a cidade.

Além disso, no mesmo contexto de regulamentação do plano e das tempestades do início do ano, o Prefeito Alexandre Kalil publicou o decreto N° 17.273, de 4 de fevereiro de 2020. A normativa dificulta as canalizações em Belo Horizonte ao dizer que “nas áreas de conexões de fundo de vale e ADEs de interesse ambiental, fica vedada a canalização de cursos d’água em leito natural”. Em relação às canalizações já existentes, caso haja intervenções, pode ocorrer um processo de descanalização, se for viável. “Nas intervenções estruturantes em cursos d’água canalizados, a canalização somente poderá ser mantida se demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica da sua naturalização”.

A ação do executivo municipal mostra como o debate sobre as enchentes passou a considerar a questão do meio ambiente urbano e, finalmente, reconhece que as canalizações não são medidas efetivas para prevenção das cheias. Claro que isso não significa a extinção do tamponamento dos córregos, pois pode ser feita ou mantida em casos especiais, ou por meio de novos decretos ou lei específica (veja Bolsonaro modificando legislação para ampliar desmatamento a nível federal). Entretanto, é uma medida a ser comemorada, pois a canalização de córregos finalmente possui uma legislação efetiva que desaconselha sua prática.

[R.T.]: Existe uma certa mitologia em torno da noção de Belo Horizonte como primeira capital planejada do país. Apesar do efetivo planejamento que propiciou a transferência da capital de Minas Gerais para o antigo Curral del Rei e do esforço de numerosos sujeitos em projetar a cidade, sabemos que muito do que atualmente constitui o tecido formal de Belo Horizonte surgiu de ocupações espontâneas que rapidamente ultrapassaram os limites originais da urbe. Ainda hoje, ocupações espontâneas e organizadas, movidas por uma crise habitacional, transformam esses limites. Diante disso, milhares de famílias, ao longo da história da capital mineira, não contaram ou contam com abastecimento de água e serviços de saneamento básico. Como você avalia, historicamente, a atuação do poder público no sentido de suprir as demandas colocadas pelo acelerado processo de urbanização vivenciado na cidade? Num contexto de crise sanitária, como o atual, de que formas essa realidade se evidencia?

[Y.M.M.]: Sim, temos uma idealização do projeto da Comissão Construtora e uma série de mitos em torno da fundação de Belo Horizonte. Toda efeméride do aniversário da cidade vemos os mesmos lugares comuns e algumas imprecisões históricas, como “a primeira cidade planejada do Brasil”. Todavia, é importante ressaltar que a cidade foi inaugurada sem estar efetivamente pronta. A Comissão chefiada por Aarão Reis imaginou uma cidade moderna e capaz de suportar 200 mil habitantes, com água e instalações sanitárias que seriam disponíveis a todos. Todavia, houve grande diferença entre o projeto e a execução. A CCNC enfrentou problemas financeiros, de tempo, de logística, de falta de materiais, de escassez de mão de obra especializada, dentre outros. Devido a esses fatores, a rede de água e a rede de esgoto não foram construídas conforme o plano. A estação de tratamento de esgoto, prevista, não foi construída e o lançamento de detritos foi realizado de forma direta nos córregos. Além disso, as galerias pluviais não foram terminadas, levando a uma sobrecarga do sistema. Deve-se destacar que a rede de esgoto se limitava às casas na “cidade oficial”, com plantas aprovadas pela Municipalidade. Dessa forma, em muitos locais não havia o menor controle em relação aos dejetos produzidos pelos lares, jogados em regos improvisados nas ruas, nos córregos ou em cisternas. Esses improvisos e a falta de respeito aos preceitos sanitários da época, tão propalados pelos projetistas da *urbe*, fizeram com que a cidade não tivesse um planejamento de infraestrutura sanitária para orientar a sua expansão, resultando em graves problemas, principalmente em regiões mais pobres.

Esses problemas estruturais congênitos, somados ao crescimento descontrolado e à falta de planejamento continuado tiveram péssimas consequências para a cidade, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com o arrebentamento de esgotos, falta de água, enchentes a cada chuva e alto índice de doenças, como a esquistossomose e, principalmente, a gastroenterite. Apesar de várias ações do poder público nesse período, a população de maior poder aquisitivo teve privilégios na resolução desses problemas.

Essa urbanização com ideais desenvolvimentistas automobilistas, descrita na resposta anterior, que impermeabilizou indiscriminadamente, canalizou e desmatou indiscriminadamente, provocou tragédias urbanas em nome do progresso. Foram décadas de “modernização” soterrando os rios, impermeabilizando o solo e empurrando os pobres para as “periferias”. Além disso, tivemos especulação imobiliária que pode ser considerada como predatória e gentrificadora. Belo Horizonte cresceu muito mais rapidamente que poderia suportar, especialmente nos anos 1960, quando a população passou de 600.000 para 1.200.000 habitantes. Nessa época, as margens dos córregos foram ocupadas por famílias desesperadas, que construíram moradias improvisadas. Pela grande demanda, vilas eram abertas por empresas e donos de terrenos. Cabia à prefeitura aprovar os projetos urbanísticos. Todavia, por necessidade de abertura de novas áreas de habitação, somada ao *lobby* político, a prefeitura autorizou o funcionamento de vários loteamentos sem os serviços públicos mais básicos.

Assim, apesar de todos os habitantes dos municípios serem afetados por esses problemas, a população mais carente é a que mais sofre. A crise habitacional transformou tanto o caráter quanto a magnitude do problema das cheias nas cidades, isso é muito bem discutido por Mike Davis na obra “Planeta Favela”. Isso fica evidente no caso de Belo Horizonte: na pesquisa para minha dissertação os dados mostram maior incidência de doenças provocadas pela falta de saneamento nas regiões de ocupação irregular em Belo Horizonte. A população mais desprovida sofreu com uma negligência governamental sistemática, pois as políticas públicas e as intervenções urbanísticas são raramente pensadas para essa camada desprivilegiada.

Infelizmente isso ficou escancarado durante a pandemia da Covid-19 no continente americano, onde os pobres morrem mais. Não é possível orientar alguém a lavar as mãos por 20 segundos quando essa pessoa não tem acesso a serviços sanitários básicos, não conseguindo nem mesmo lavar os alimentos crus que consome de forma adequada. Existem locais em que várias pessoas dividem o mesmo quarto e não podem fazer isolamento social por diversas razões. Somente para

exemplificar, no estado da Louisiana, nos Estados Unidos, 70% dos mortos são negros, em Nova Iorque, os latinos morrem mais. Infelizmente, vemos mais uma vez que as crises sanitárias afetam diferentemente as diversas camadas da população e atingem de forma mais avassaladora quem não tem acesso aos serviços públicos básicos. Esse problema permanecerá quando tivermos tratamento para a pandemia, pois novas modalidades terapêuticas possuem custos elevados. Será que teremos ação efetiva do poder público, principalmente no âmbito federal com o desgoverno de Jair Bolsonaro, em levar o tratamento de forma igualitária? Vacina, quando houver... enfim, o contexto se agrava, pois temos o pior presidente no pior momento possível.

A crise sanitária que vivemos em 2020 é um *turning point*, para a ciência, para a mídia e vai impactar não só projetos de saúde, mas planos urbanísticos também. Temos a esperança de que os investimentos sejam feitos de formas mais igualitárias nas regiões diversas da cidade, priorizando questões graves nas periferias que costumam ser as mais atingidas pelas crises diversas e pelas mazelas urbanas. Todavia, esse cenário ainda parece distante, pois a pandemia de Covid-19 afeta grupos diferentes de formas distintas e a tendência é que, infelizmente, as diferenças sociais aumentem quando tudo isso passar.

**[R.T.]: Além de realizar pesquisas acadêmicas na área da História, você foi também diretor do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Sabemos que um dos grandes desafios encontrados pelos arquivos hoje é a consolidação de um acervo digital. Num momento como o atual, em que o isolamento social é, ao menos por ora, um novo normal, a necessidade de investimento de recursos em serviços de digitalização parece tornar-se ainda mais premente. Como você avalia esse novo cenário no sentido de facilitação do acesso ao conteúdo arquivístico que conserva parte de nossa história? Além disso, de que formas a ampliação desse acesso pode auxiliar-nos a repensar e reconstruir o estudo sobre as cidades?**

**[Y.M.M.]:** Comecei a trabalhar no Arquivo Público da Cidade no início de 2007, instituição que está intimamente ligada a minha trajetória. Lá fui estagiário até dezembro de 2008 e posteriormente, em 2009, trabalhei lá em um projeto do BNDES. Em 2010 fui contratado como terceirizado e em 2013 me tornei diretor da instituição. Acumulei, com muito prazer, a Diretoria de Museus, em 2016 e a Diretoria de Patrimônio, em 2017. Saí da Cultura em novembro de 2018 para trabalhar na Secretaria de Política Urbana, me despedindo profissionalmente do arquivo em novembro, depois

de quase 12 anos. Durante todo esse tempo trabalhei com digitalização, o laboratório da instituição aumentou muito no período e é um dos mais bem equipados de Minas Gerais. Antes de me tornar diretor, fui o técnico responsável pela digitalização da instituição e também fiz projetos em outros equipamentos, cada um com objetivos e dificuldades diferentes.

Acredito que a criação de representantes digitais dos acervos arquivísticos é essencial por vários motivos: para difusão, para preservar o documento original (que será menos manuseado), para promover a instituição e para facilitar o acesso aos acervos (atividade finalística dos arquivos). Todavia, a digitalização arquivística precisa seguir critérios técnicos rigorosos, requer muitos investimentos e necessita de apoio de toda a instituição, pois a digitalização é a última etapa do processo, ou seja, o acervo deverá passar anteriormente por todas etapas do tratamento arquivístico. Isso é mais complicado ainda se pensarmos na realidade dos arquivos no Brasil, que recebem poucos investimentos e trabalham com escassez de recursos e de mão de obra.

Como dito, a digitalização é essencial ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de oferecer facilidade de cópia, de acesso. Todavia, a digitalização arquivística deve seguir critérios rigorosos para possibilitar representantes digitais com qualidade, com fidelidade ao documento original e com capacidade de interoperabilidade, que evite a necessidade de se refazer todo processo de digitalização. Vale destacar que a digitalização não substitui o documento de guarda permanente, ou seja, ele não pode ser eliminado após esse processo (parece óbvio para historiadores e profissionais da área, mas é uma das perguntas mais frequentes que recebi na minha vida como profissional de arquivos).

Os arquivos públicos são instituições que não param de crescer, o APCBH, por exemplo é responsável pela gestão, pelo recolhimento, pela preservação e pelo acesso aos documentos produzidos ou recebidos pelos poderes executivo e legislativo, por meio de convênio, de Belo Horizonte. Guarda também documentos privados de interesse público. Agora, imaginem só, a prefeitura de Belo Horizonte possui cerca de 50.000 agentes públicos, cada um deles gera formulários, ofícios, prontuários, processos, entre vários outros documentos e fluxos de serviço. Cabe ao Arquivo fazer gestão documental disso tudo, dar temporalidade aos documentos, eliminar os que cumpriram os prazos legais e guardar a documentação permanente. Ou seja, o trabalho dos Arquivos é infinito, o passivo é enorme e os orçamentos são apertados. Existem Arquivos estaduais e municipais no Brasil que sequer conseguem pagar seu custeio... e, reitero, antes do início da digitalização, pressupõe-se que o tratamento arquivístico dos documentos, a avaliação e escolha

dos acervos a serem digitalizados, já tenha sido realizada com higienização e organização dos documentos.

A digitalização e difusão dos acervos são instrumentos de primeira importância para os Arquivos, pois possibilitam acesso, pesquisas novas, novos projetos de educação patrimonial, o uso de documentos em salas de aula e dá transparência à administração pública, pois torna públicos os atos oficiais de forma ampla. Possibilitaria, por exemplo, a consulta a projetos urbanísticos, aprovados ou não, de fotografias, de relatórios, enfim... A informação, a transparência, a história são fundamentais. Os dados da Gripe Espanhola, por exemplo, podem nos ajudar a refletir sobre o que está acontecendo agora em 2020 no meio da pandemia da Covid-19... os exemplos são intermináveis. Os planos plurianuais dos governos, por exemplo, poderiam ver o que já foi pensado em gestões passadas, o que deu errado, o que foi pretendido, mas não foi implementado. Isso poderia economizar tempo, dinheiro e aperfeiçoaria as políticas públicas. Vou dar um exemplo concreto do início da vida da capital. Olyntho Meireles, prefeito entre 1910 e 1914 queria aumentar a capacidade de abastecimento d'água de Belo Horizonte e argumentou que era necessário um plano inteiramente novo para a captação dos novos mananciais, uma vez que os planos da CCNC estavam perdidos na época. Essa informação pode ser encontrada no relatório da gestão de 1912, digitalizado pelo APCBH a partir do microfilme e disponibilizado no site da PBH.

Todavia, o valor elevado da digitalização e guarda dos documentos digitais, somado ao crescimento do acervo dos Arquivos, ao passivo de documentos sem o devido tratamento, etc., impossibilita projetos de digitalização mais amplos. Existem arquivos que ainda não conseguiram digitalizar um item arquivístico sequer. Por isso, Arquivos costumam fazer seleções dos acervos para digitalizar e divulgar de forma mais ampla. Todavia, mesmo os arquivos que possuem estrutura e projetos constantes de digitalização, como o APCBH, o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, possuem pequena parte dos documentos digitalizados. Os Arquivos precisam de investimentos de forma sistêmica, pois eles são a maior fonte de provas e informação em uma época que nos bombardeia com informações falsas e discursos de ódio.